

Valerio Arcary

AS ESQUINAS PERIGOSAS DA HISTÓRIA:

**Um estudo sobre a história dos conceitos de época,
situação e crise revolucionária no debate marxista**

Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, na área de concentração de História Social, junto à linha de pesquisa das representações políticas para a obtenção do título de doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zilda Márcia Gricoli Iokoi

São Paulo 2000

Dizem que foi mais ou menos assim: ele era ainda um menino e não podia ter mais do que nove anos. O pai era ausente, como a maioria dos pais daquela geração, sempre ocupadíssimos, entre trabalhos e afazeres. Mas naquela manhã, um daqueles dias luminosos que o Rio tem, tinham saído juntos, talvez para tomar um picolé. Quando voltavam para o apartamento, felizes da vida, o pai bem humorado, e o filho encantado com o sorvete, viram aquela cena insólita. Dois guris estavam engalinhados em uma luta feroz. Um deles era um garoto que o pai já tinha visto brincando com o filho, e o outro, um rapaz mais velho e imensamente maior. O menino estava apanhando para chuchu. Brigavam por causa de umas bolas de gude que o grandalhão queria tirar do moleque. O filho queria ir para casa mas o pai segurava a sua mão com força. E então, à queima roupa, o pai disparou a fatídica pergunta: você não vai fazer nada? Foi ali que o menino foi colocado pela primeira vez diante de um dilema moral. Porque a escolha era entre o ruim e o muito ruim. Ou o garoto não reagia, prostrado pelo medo, e seria julgado pelo pai como um covarde, ou intercedia a favor de seu amigo, e, provavelmente, apanhava uma surra.

Foi assim que ele aprendeu a primeira lição ética de sua vida. daquelas que não se esquece. Em uma luta entre desiguais, a indiferença é sempre a cumplicidade com o mais forte.

In Memoriam

Aldo Emmanuel Arcary, meu pai, que me ensinou que não é simples a diferença entre o certo e o errado, mas isso não nos absolve de nada.

Essa é daquelas, tão incrível, que não importa se verdadeira ou não, porque expressa o espírito da época. Parece que a reunião do movimento estudantil tinha chegado, depois de horas de discussões insolúveis, e das questões de ordem de praxe, as mais exdrúxulas, a um impasse. Os membros das tendências mais à esquerda, as correntes revolucionárias, os radicais ou exaltados, como queiramos, tinham, esgotado os seus argumentos. E sabiam que iam, quase certo, perder a votação. Já estavam resignados. Eram, naqueles tempos, uma pequena minoria, e se, de vez em quando, conseguiam algum eco para suas propostas era somente em situações excepcionais, porque a pressão pela mobilização tinha subido de temperatura a tal ponto, que os reformistas, ou moderados, não importa, não podiam deixar de procurar uma solução, com o receio de perder a sua liderança. Ninguém se lembra ao certo se o que se discutia era fazer ou não uma passeata, ou pior, se se tratava de algo mais trivial, como o local de concentração. Mas, não restam dúvidas que uns e outros se atacavam implacável e impiedosamente. E sem qualquer cuidado de poupar as palavras: de “provocação” a “traição”, tinham se insultado, sem pudores, durante horas.

Foi então, que em nome dos “esquerdistas”, ele pediu a palavra: “Muito bem, acho que finalmente entendi o porquê de nossas diferenças. E me vejo obrigado a retirar todas as críticas que acabei de fazer: faço a autocrítica. Vocês têm razão, não entendo como não percebi antes. Damos um passo em frente, e depois dois passos atrás. Em seguida damos de novo um passo em frente, e para surpresa de nossos inimigos, damos cinco passos atrás. E continuamos assim, dez passos atrás, cinquenta passos atrás. Eles vão se iludir pensando que estamos mais fracos, e por isso, recuamos ou batemos em retirada. Pode até parecer uma fuga... Mas não importa, como o mundo é redondo, um dia desses, a gente surpreende o salazarismo pelas costas.”

In Memoriam,

Fernando Torres, o Guga, filho do 25 de Abril, que me ensinou que todo mundo deveria ter direito a quinze minutos de auto-compaixão por dia, desde que dedicasse, ao menos, o dobro do tempo para rir de si mesmo.

Não é incomum que os historiadores estejam colocados diante da necessidade de usar conceitos de temporalidade, tais como época, etapa, situação, fase ou conjuntura: são critérios de periodização, para situar os movimentos de mudança, ou preservação, dos mais diferentes aspectos da vida econômica, social ou política das sociedades que estudam. Mas, é também freqüente que o uso dessas categorias seja, inúmeras vezes, pouco rigorosa, senão descuidado. Os mais perigosos anacronismos, um pecado mortal neste ofício são, então, possíveis. O argumento desta pesquisa busca demonstrar a importância decisiva destas noções de temporalidade, para realçar que as medidas dos tempos são, necessariamente, desiguais e diversas.

O marxismo sugeriu uma série de critérios de periodização que estabelecem um elo entre os tempos longos das mudanças históricas, na escala das épocas que se sucedem, e os tempos mais curtos das etapas e situações, até o tempo acelerado das conjunturas. Mas, como se sabe, o marxismo se desenvolveu como uma corrente de pensamento plural e heterogênea. Este trabalho procurou resgatar uma parte do debate sobre as temporalidades, à luz da teoria da revolução política e social, elaborada por Marx Engels, e alguns dos seus discípulos. Nele se discute o que seriam épocas, etapas, situações e crises revolucionárias, e se avançam um conjunto de sugestões para uma periodização histórico-política do século que se encerra.

Abstract

Historians not uncommonly have to face up with the need of using concepts of temporality such as epoch, stage, situation, phase and juncture as criteria for periodization. These concepts are used to situate the movements of change and preservation of the most diverse aspects of the economic, social or political life of the societies they study. Nevertheless, the use of these categories is not quite rigorous. On the contrary, it is rather untidy. The most dangerous anachronisms – a deadly sin in this craft – are therefore possible. The reasoning of this research tries to demonstrate the paramount importance of these notions of temporality in order to highlight that the measures of times are necessarily uneven and diverse.

Marxism has suggested a series of criteria of periodization which establish a link between the long time of historical changes – at the scale of epochs which take place recurrently – and the shorter times of stages and situations, ending in the accelerated time of junctures. Marxism – as it is widely known – has developed itself as a plural and heterogeneous tendency of thought. The current research aimed to rescue a portion of the debate about the temporalities, in the light of the theory of political and social revolution elaborated by Marx and Engels and their disciples. We tried to discuss in our theses what would be the meaning of revolutionary epochs, stages, situations and crises. We have also issued a set of suggestions for the making of a historical and political periodization of the current ending century.

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------|-----------|
| Agradecimentos..... | 06 |
| Introdução | 07 |

| | |
|--|------------|
| Título: “As esquinas perigosas da História” | 43 |
| 1. A idéia da crise e a crise das idéias | 43 |
| 1.1. Os valores da ordem e a ordem dos valores: os desencontros entre as periodizações históricas e econômicas e a alternância das temporalidades..... | 59 |
| 1.2. A vanguarda da crise e a crise da vanguarda: um novo debate sobre época reabre-se cem anos depois | 91 |
| 1.3. Do sujeito da crise à crise do sujeito: a ausência do proletariado e a originalidade da transição pós-capitalista como revolução consciente | 132 |
| 2. Da história da teoria à teoria da história | 174 |
| 2.1. O conceito de época revolucionária em Marx: as forças motrizes do processo histórico e um debate sobre a primazia..... | 175 |
| 2.2. Anotações sobre a teoria da crise em Marx e Engels: as causalidades objetivas e subjetivas, e a dialética da necessidade e acaso..... | 226 |
| 2.3. Do conceito de revolução permanente na “Carta à liga dos comunistas” de 1850 ao balanço de Engels no “Testamento” de 1895: a hipótese das duas vagas..... | 252 |
| 3. A época do debate e o debate sobre época..... | 292 |
| 3.1. Há cem anos, Bernstein abre o debate sobre época, da defesa da democracia à estrategização da tática: a teoria dos campos progressivos..... | 292 |
| 3.2. Kautsky e a estratégia de defesa da democracia, o quietismo dos tempos de espera defensiva..... | 330 |
| 3.3. Rosa Luxemburgo e o lugar da mobilização revolucionária: uma nova visão da dialética dos tempos da ação, consciência e organização..... | 382 |
| 4. Fevereiro e outubro como analogia histórica e o paradoxo do século..... | 454 |
| 4.1. Muitos fevereiros e a excepcionalidade de outubro..... | 457 |
| 4.2. Os tempos da revolução e as revoluções no tempo..... | 484 |
| 4.3. As vagas revolucionárias e a hipótese da inversão das causalidades..... | 515 |
| 5. | |
| Bibliografia..... | 579 |
| 5.1. Fontes..... | 579 |
| 5.2. Bibliografia sobre o tema..... | 583 |
| 5.3. Bibliografia geral..... | 587 |

Agradecimentos

Todo trabalho tem uma história. A realização desta pesquisa só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. É praticamente impossível citar todas essas influências teóricas e inspirações políticas, recolhidas durante muitos anos, mas ao longo do texto, serão encontradas as indicações. Não posso, no entanto, deixar de dizer que este trabalho é o produto de um ambiente e de um tempo. E sobretudo de muita gente, de ações e frustrações, de uma luta que foi minha, mas também de muitos outros, músculos e nervos engajados em um combate de inconformados que sempre se renova e recomeça, na capacidade de crítica que não há de se perder. Essas e esses, muitos, uma gente que não teme a aventura de descobrir sempre uma nova esperança, dispensarão os agradecimentos, porque já sabem.

Mas é preciso ser justo. E lembrar das inúmeras idéias que nasceram em discussões com a Prof^a.Dr^a. Zilda Gricoli Yokoi, que acreditou na necessidade desta tese, quando eu mesmo duvidei. Sem a sua confiança, este trabalho não existiria, e isso diz tudo. Mas não diz do afeto sincero que nos une. É preciso recordar, também, das horas que meus colegas de grupo de trabalho no departamento de História da USP sacrificaram para ajudar à definição do foco das hipóteses que orientaram a pesquisa.

Preciso ainda dizer da dívida intelectual com Nahuel Moreno, que me iniciou nos estudos marxistas. Porque com ele aprendi que nada de novo pode surgir da perda da memória. E, afinal, é preciso não esquecer que viemos de longe. Também merece ser lembrado que uma boa parte das idéias desenvolvidas nesta tese, se inspiraram em pistas que ele mesmo deixou. Sigo esse caminho. Não basta saber que é necessário mudar o mundo: é preciso acreditar que é possível. Oxalá não tenha sido em vão. Não será.

Não posso deixar de fazer referência a Martin Hernandez, Luis Leiria, Mauro Puerro, Eduardo Neto, Mariúcha Fontana, Zezoca Welmowick, Bernardo Cerdeira, Henrique Carneiro, José Cretton, Marco Rosa, Fernando Silva, Enio Bucchioni, Álvaro Bianchi, e Antonio Louçã com quem as idéias desta tese foram discutidas, ao longo de anos, e de quem recolhi sugestões valiosas.

Devo muito a Waldo Mermelstein, em especial, pela incansável paciência com as minhas incorrigíveis divagações: a prova de nossa amizade. É preciso também que se saiba, que esta tese só foi possível porque quis a roda da fortuna que eu tivesse ao meu lado na vida, como companheira, Suely Corvacho, que me fez encontrar forças que eu pensava ter perdido. E isso, só o amor. Quis também a sorte que a vida tenha me dado Zina Arcary como mãe e Sofia, como filha. Foi por elas, que o 25 de Abril, por duas vezes, definiu o sentido de minha vida. E é por elas que eu devo o que sou, e o porquê de uma luta que é de muitos e também é a minha, e que é do tamanho do mundo.

Como se costuma dizer, não são responsáveis por nada do que aqui vai escrito. Mas manda a verdade que se diga que são igualmente culpados por essa paixão que a razão conhece.

Por último, agradeço ao Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, instituição à qual estou vinculado há dez anos, e que me agraciou com uma licença das aulas por seis meses para dedicar-me à redação final da tese.

Da violência.

*Dos rios se diz que são violentos
Mas ninguém diz,
Violentas,
As margens que os comprimem.*

Berthold Brecht

Introdução

Da História já se disse que flui como as águas dos rios. Mas o rio da História é dos mais tumultuosos, cheio de curvas imprevisíveis, de quedas d'água vertiginosas, rápidas correntezas, às quais se sucedem a calmaria das águas paradas. Que, entretanto, também se movem, lenta, mas irreversivelmente. Por isso, as águas paradas nos iludem. Às vezes se movem para os lados, quando transbordam. Não é, portanto, simples, o movimento das águas. O vento explica a forma das ondas, mas é a força gravitacional da lua, uma força incomparavelmente mais poderosa, porém oculta, que define o movimento das marés. As causas e impulsos que movem a história, não são menos misteriosos.

As forças que explicam os fluxos e refluxos da História, as inflexões inesperadas, as longas estagnações, as bruscas acelerações, e de novo, a terrível lentidão das mudanças que não vêm, até que se precipitam transformações vertiginosas, quase como uma surpresa, não se revelam com facilidade. A História também conhece os movimentos de superfície e as transformações nas camadas mais profundas. E toda transição tem a sua gestação e as suas dores de parto. Nesses tempos de passagem, que são os nossos, aceitamos um conceito para esses momentos excepcionais nos quais a velha ordem naufraga, e aquilo que será mal se vislumbra. Dizemos que são tempos de crise.

Mas não é incomum que as palavras percam o seu sentido. De tanto serem usadas, elas como que perdem a clareza de seus significados, a substância de sua forma, a razão de sua necessidade. *Crise*

está entre essas palavras que invadiu a vida de milhões de pessoas e, mesmo banalizada, conquistou um lugar na visão que o mundo possui de si mesmo, neste final de século.¹ E, no entanto, as palavras têm sentido. Do grego *krisis*,² ela derivou para o latim como *crisis*.³ O dicionário esclarece: “alteração, desequilíbrio repentino”, ou ainda “estado de dúvida e incerteza”, ou mesmo “tensão”. No chinês é, curiosamente, representada por dois ideogramas que na aparência se contradizem, mas unidos, se explicam mutuamente: perigo e oportunidade.

Na cultura política brasileira, depois de duas décadas perdidas, ela assume, hoje, uma forma coloquial quase banal. Para as duas últimas gerações, o Brasil está, de uma maneira ou de outra, sempre em crise: o que já é um paradoxo em si mesmo. A crise, por definição uma exceção, estabelecida como um tempo de normalidade.

As classes dominantes, mesmo depois de um suspiro de alívio, em meados dos anos 90, não conseguiram ainda, se é que já estiveram mais próximas de o conseguir, afirmar um projeto para o país, que oferecesse

¹Há cem anos, a passagem do século foi encarada com perspectivas muito diferentes. As classes dominantes, embriagadas de otimismo positivista, com o triunfo da razão técnica, viam a sua civilização como uma promessa de progresso e abundância, e o movimento operário, fortalecido pelos sucessos eleitorais dos anos 90, encarava com crescente confiança os destinos da luta socialista: “(...) regimes que não apenas sobreviviam como também prosperavam. **E, na verdade, se nos concentrássemos só nos países de capitalismo ‘desenvolvido’, tal idéia seria razoavelmente plausível. Economicamente, as sombras dos anos da Grande Depressão se dissipavam, dando lugar ao sol radioso da expansão e da prosperidade da década de 1900. Sistemas políticos que não sabiam muito bem como lidar com as agitações sociais da década de 1880 – com a súbita emergência dos partidos de massas das classes trabalhadoras voltados para a revolução ou com as mobilizações de massa de cidadãos contra o Estado em outras bases – aparentemente descobriram maneiras flexíveis de conter e integrar alguns e isolar outros. Os quinze anos entre 1899 e 1914 foram a belle époque não só por terem sido prósperos – e a vida era incrivelmente atraente para os que tinham dinheiro e dourada para os ricos – mas também porque os dirigentes da maioria dos países ocidentais, embora preocupados talvez com o futuro, não estavam com medo do presente. Suas sociedades e regimes pareciam, de maneira geral, administráveis.**”(grifo nosso) (HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p.384)

² Segundo Jorge Grespan, “crise” e “crítica” constituíam uma unidade na sua origem, no grego antigo: “quando designava tanto um processo jurídico quanto o veredicto ou julgamento que decidia o processo, tanto um conflito real quanto uma distinção subjetiva.” (GRESPLAN, Jorge. “A teoria das crises de Marx” in COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo, Xamã, 1996. p. 297)

³ (CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.)

um sentido de futuro para os sacrifícios de ontem. Estaríamos diante da pressão exasperada do presente, representações políticas transitórias, humores sociais momentâneos, ilusórios e volúveis? Talvez, mas não deixa de ser uma expressão da visão que um tempo histórico tem de si mesmo, que tanto oculta, quanto revela os conflitos não resolvidos dos últimos vinte anos.⁴

A crise associa-se, assim, à idéia de conflito. Entretanto, nas Ciências Sociais em geral, e na História em particular, a crise se apresenta como um conceito quase trivial, sempre presente, necessário para explicar a mudança. Afinal, é certo que existem variados tipos de crise: crise econômica, crise de governo, crise de regime, ou, ainda, crise social, crise cultural, crise ideológica. Entre essas, há uma, que se define como crise revolucionária.

Mas a crise revolucionária deve ser entendida, em primeiro lugar, despida de todos os juízos intempestivos e preconceitos culturais que a cercam. Recorremos a ela como uma categoria de periodização histórico-política: uma temporalidade, uma noção instrumental que busca identificar um momento chave da transformação social.

A mudança social tem, entre os seus mecanismos internos de impulsão, o momento da crise. Um encontro de tempos históricos desiguais, uma encruzilhada de forças sociais em conflito, em um tempo político único, de unidade e ruptura, de conservação e superação. A crise

⁴ Diferentemente de outros países, no Brasil, a classe dominante tem tido, historicamente, uma dificuldade persistente em ganhar a classe média e a maioria do povo para uma visão otimista de futuro. Mesmo em tempos de efeméride e aniversário de 500 anos encontram obstáculos, quase intransponíveis, para mimetizar os seus planos de emergência em projeto nacional duradouro. Uma tensão social crônica está na raiz desse fracasso. Afinal, boas razões nunca faltaram para que o Brasil seja conflitivo, e uma luta de classes molecular que sempre transpirou por todos os poros, se traduziu numa instabilidade política duradoura: depois de 388 anos de escravidão, 389 de Estado com formas monárquicas, 41 de regime autoritário-oligárquico, 36 de ditadura semi-fascista, menos de 20 anos de democracia burguesa, e ainda assim sem liberdades civis plenas, não é fácil fantasiar sobre um sentido para nossa História. Mas tudo isso não inibiu as tentativas de “invenção de uma tradição”, às vezes, ambiciosamente, “civilizatória”; sempre, pretenciosamente, “original” (identidade cordial, brandos costumes, cultura morena, tolerância racial). Esforços persistentes de romantização da História do Brasil, de uma parte lusófilos, de outra lusófobos, mas que não afirmaram uma identidade nacional com raízes profundas.

revolucionária é sempre fugaz e efêmera, porque a manifestação dos sujeitos sociais antes represados e contidos, e enfim, livres e independentes, tensiona de forma quase intolerável os limites de todas as classes em luta. E o seu desenlace, seja qual for a sorte das forças em luta, decide por um período histórico mais ou menos longo, os destinos da sociedade: ela se manifesta como um abismo decisivo de luta entre o que foi e o que será. As possibilidades estão sempre em aberto: a revolução desperta a contra-revolução, e vice-versa, de forma inapelável.

A crise está nos descaminhos de um combate histórico cujo signo, sentido e dinâmica, só podem ser apreendidos no terreno da luta de classes como um processo vivo. Isso *porque, em algumas circunstâncias excepcionais, as sociedades humanas fazem escolhas que serão decisivas para toda uma fase histórica de longa duração*, escolhas de uma gravidade quase insuportável. Escolhas irreversíveis, escolhas que são uma fratura no tempo. Escolhas que pelo seu impulso, estabelecem um novo quadro geral no qual se desenvolverão as formas das relações sociais no período seguinte. Esses momentos encerram possibilidades que não se repetirão tão cedo. Mas, também, perigos que não poderão ser iludidos. As crises revolucionárias são *as esquinas perigosas da História*.

Esta pesquisa, tem o objetivo de construir uma análise histórica da elaboração e reformulação dos conceitos de época, etapa, situação e crise revolucionária tal como foram pensados em uma parte da tradição marxista. Ou seja, ela tem como argumento a defesa da idéia de que *os critérios de periodização histórica são indivisíveis dos critérios de periodização política*, e vice-versa, em uma época em que as lutas de classes se afirmam como a principal força motriz do devir social. O que nos remete necessariamente à discussão das premissas histórico-metodológicas da classificação de períodos, fases, etapas, situações e conjunturas, em uma palavra, *os fundamentos de uma teoria dos tempos históricos e suas articulações com os tempos político-sociais*. Receamos que a maioria dos historiadores acharão o tema e o enfoque muito filosófico, e os filósofos, por sua vez, muito político, e os cientistas políticos, muito histórico.

Por quê, portanto, um estudo sobre as temporalidades e os debates teóricos dos seus critérios poderia ser, hoje, ainda necessário? Já sabemos que toda pesquisa histórica, seja qual for o desenho do seu tema e as dimensões de suas hipóteses, não pode alegar inocência diante das querelas metodológicas que os pressupostos teóricos exigem. Sob o risco de ser facilmente vítima de ecletismo. *A História, em nossa opinião, muito além de uma narrativa do que aconteceu, deveria ter o compromisso de buscar explicações para o que aconteceu.*

E, no entanto, os marcos históricos não são simples: a pulsação dos tempos históricos, deve ser considerada em vários planos de análise. A primeira exigência que se impõe, portanto, deveria ser a de considerar o tema, seja ele qual for, em função de uma perspectiva de totalidade. *Mas em História a noção de totalidade tem como premissa o tempo e suas armadilhas.* Esse não é, portanto, um procedimento teórico simples.

As referências das temporalidades que balizam qualquer pesquisa são muitas e remetem à compreensão de muitas variáveis, em níveis diferentes: as medidas, os movimentos, as proporções, e os sentidos de fenômenos que se desenvolvem de forma contraditória, desigual e simultânea. A “miopia histórica”, todavia, não é incomum.⁵

E a condição, sine qua non, de superá-la, é ter o cuidado de situar a análise dentro de marcos mais gerais, a inserção do problema dentro de um quadro mais amplo. Esses marcos em história são, em primeiríssimo lugar, marcos de temporalidade. Em que época nos situamos, em que etapa ou situação, dentro de que conjunturas? E os nossos temas, como enfocá-los pela lente das categorias de temporalidade, ou seja, com

⁵ Os marcos teóricos são indispensáveis à análise histórica, mas estão longe de resolver os problemas metodológicos que qualquer pesquisa está chamada a resolver: o recorte do objeto, a construção de hipóteses, a definição das fontes, a discussão historiográfica sobre o tema, etc... Soluções teóricas bem sucedidas não garantem infalibilidade de qualquer tipo. Assim, é preciso lembrar que outras escolas de pesquisa histórica, que não a marxista, produziram obras extraordinárias e inovadoras, mesmo quando suas referências teóricas eram, em nossa opinião, insuficientes ou equivocadas. Assim, também, deve-se reconhecer que trabalhos declaradamente marxistas, na sua inspiração, decepcionam, também, pela sua fragilidade.

uma perspectiva histórica? Esses tempos são as fronteiras nas quais as longas durações se encontram com os fluxos políticos das lutas de classes. Sua consideração deveria ser incontornável, porque definem os ritmos das mudanças históricas. Ignorá-los seria um erro fatal.⁶

O nosso desafio, ou nossa obstinação sobre a conveniência do tema foi essa. Vejamos melhor o problema, e algumas perguntas que merecem que lhe sejam feitas. A idéia de crise revolucionária é um conceito central na teoria da história do marxismo.⁷

Mas, a questão do poder nunca esteve colocada em toda e qualquer circunstância histórica: só em situações excepcionais o deslocamento do Estado se demonstrou, pelo menos, possível. Marx e os

⁶. Não se podem construir datações ignorando a necessidade de explicações. Os ofícios têm os seus ossos, ensina a sabedoria popular. E toda atividade humana tem os seus vícios. Mas, também, as suas doenças. Há, entretanto, limites para tudo. Limites que deveriam ser respeitados. Motoristas de taxi não podem sofrer de cretinismo geográfico: isso não é razoável. Pilotos de helicóptero não podem sofrer de vertigem. Mas, como sabemos, a vida é mais complexa. Tudo isso pode parecer banal, ou até meio ridículo. Ocorre que o ofício da história, também tem os seus pecados mortais. Ainda está por ser codificado, felizmente, o decálogo do dez mandamentos da profissão. Seríamos os últimos a querer fazer isso. Mas, se existisse, entre eles, estaria a proibição, certamente, do que me atrevo, por analogia, baptizar de “cretinismo histórico”, ou mais educadamente, anacronismo. Se fosse diagnosticado, consistiria em algo, como diminuir ou desprezar a importância dos ritmos dos tempos históricos, ignorar os marcos em que se constrói uma análise, isto é, a busca de um enfoque mais total, mesmo que o objeto de estudo seja fragmentário, uma tendência de pesquisa, possivelmente, irreversível. A perseguição de uma história “mais total”, não só não é irrelevante, como seria a única via que atende ao objetivo, este, incontornável, de procurar explicações para os processos de transformação, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou culturais. Sem o substracto das medidas das temporalidades, esse esforço está condenado. Hobsbawm nos alerta sobre esta questão decisiva do compromisso do ofício, isto é, sobre o lugar das mudanças, e a necessidade de explicações: **“Se não tentarmos resolver o problema básico das transformações da humanidade ou pelo menos não atentarmos para aquela parte de suas atividades que constitui nosso interesse especial no contexto dessa transformação, que ainda se encontra em desenvolvimento, então como historiadores, estaremos nos dedicando a trivialidades ou jogos intelectuais e outros jogos de salão”**.(grifo nosso) (HOBSBAWN, Eric. “A História progrediu?” in **Sobre a história: ensaios**. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p.76)

⁷ Importante não confundir crise econômica e social, e crise revolucionária, conceitos que têm uma relação entre si, mas que buscam identificar fenômenos que são, essencialmente, de natureza distinta: **“Os marxistas têm, tradicionalmente, concebido a crise como colapso dos princípios básicos de funcionamento da sociedade. Na sociedade capitalista, acredita-se que tal colapso seja gerado pelo processo de acumulação, determinado pela tendência decrescente da taxa de lucro. Deve-se, porém, fazer distinção entre, de um lado, crises ou colapsos parciais e, de outro, crises que conduzem à transformação de uma sociedade (...) as primeiras referem-se a fenômenos como os ciclos econômicos (...) já as crises do segundo tipo traduzem o enfraquecimento do princípio organizador ou nuclear de uma sociedade, isto é, a erosão ou destruição daquelas relações sociais que determinam o alcance e os limites da transformação da (entre outras coisas) atividade econômica e política.”**(grifo nosso) (BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997. p. 83.)

seus herdeiros eram conscientes da necessidade de pensar não somente as premissas da crise do capitalismo e as suas especificidades históricas, mas, também, as condições em que a questão do poder e, portanto, da revolução, poderiam estar colocadas. Ou seja, a ante-sala do grande tema da transição histórica.

Crise histórica, crise econômica, crise social e crise política, estavam, assim, para sempre entrelaçadas, e desembaraçar o nó nunca foi simples. Ocorre que o marxismo se desenvolveu nos últimos 150 anos como uma corrente enormemente vasta, heterogênea, plural e polêmica. Seria, portanto, pouco razoável não estabelecer limites mais precisos na investigação: seria inviável metodologicamente, e cientificamente inconsistente, uma análise que não retivesse no interior do marxismo alguns autores e não outros; alguns momentos do debate, e não todos. Esses limites são, já em si, uma escolha teórica. Nenhuma escolha é inocente de critérios.

Assim, a delimitação do objeto deste trabalho teve como centro a procura das relações entre as revoluções de 1848 e seu impacto na reflexão de Marx e Engels sobre os tempos da revolução; as polêmicas no interior da Segunda Internacional sobre a abertura da época do Imperialismo e o debate estratégico sobre a iminência de uma situação revolucionária na Europa; a formação de uma corrente marxista revolucionária internacionalista, como esquerda da Segunda Internacional, à luz das querelas histórico-políticas provocadas pela Primeira Guerra Mundial e pelo impulso das três revoluções russas (1905; fevereiro e outubro de 1917).

Do mais abstracto ao mais concreto: *época e os tempos da transição histórica, situação e os tempos da revolução social, crises e os tempos da revolução política*. As temporalidades de época, etapa, situação e conjuntura são, portanto, apenas uma parte, mas uma parte substantiva, da elaboração marxista sobre os tempos de inércia e os tempos de transformação social. Consideramos, por isso, essas noções um instrumento conceitual indispensável para qualquer tentativa de explicação do vir a ser e

do deixar de ser, isto é, dos processos de mudança social, e das leis históricas que tentam explicá-los.⁸

Enfrentemos nosso tema de frente: quais foram, em termos gerais, e de uma maneira sintética, as hipóteses que nos guiaram? Esquematizamos, a seguir, as dez idéias principais, que serão exploradas ao longo desta pesquisa:

⁸ O estudo das temporalidades nos critérios de classificação do marxismo, remete, inevitavelmente, às grandes concepções históricas sobre o tempo e suas medidas. Sempre foi assim, mesmo antes da História se constituir como ciência: as teleologias religiosas (ou laicas), foram ciosas de estabelecer os seus critérios, com clareza, como instrumentos definidores de sentido à condição humana. O eterno retorno oriental, como medida de punição ou recompensa, o tempo de provação e espera do judaico-cristianismo, como ante-sala do combate final entre o bem e o mal, o Armagedon, o tempo hegeliano do progresso, como aventura da realização do Espírito. Ou seja, se a Humanidade sempre precisou de escalas de quantificação, procurou, também, critérios de explicação para as medidas do tempo. O Tempo é, em uma dimensão histórica, vivido como uma experiência subjetiva. Os marxistas também atribuem qualidades ao tempo: em uma palavra, como igualitaristas, antes de mais nada, eles têm pressa, porque sabem que na escala do atraso das longas durações da transformação histórica, todas as revoluções ocorreram, em alguma maneira, demasiado tarde, tão grande a herança e a dívida da injustiça. Mesmo quando as revoluções foram politicamente prematuras. Sobre esses critérios vale conferir este fragmento, uma síntese irretocável dos dilemas do historiador diante das muitas faces do Tempo: ***“O historiador, diante da necessidade de organizar seu pensamento, seu entendimento, cria medidas e categorias de tempo, organiza esse tempo em função de fatos, de ciclos, de épocas, de estruturas. Com isto acrescenta uma noção de tempo diversa daquela vivida pelas comunidades; na Antigüidade, por exemplo, foi Timeu da Sicília, no século IV a.C., que introduziu um sistema em umérico estabelecendo uma correlação entre as crônicas das diversas cidades-estados, dado que cada uma estabeleceu uma cronologia a partir das listas de dignitários que a cada ano as governavam. O tempo jamais é único no estudo da história, pode ter uma predominante qualitativa ou quantitativa, é desigual e particular a cada sociedade, a cada momento e a cada espaço. É físico e metafísico. Pode até mesmo não existir. Dependendo de suas crenças, é possível a uma sociedade conceber o mundo sem passado, em um eterno presente em que passado e futuro se fundem. No Egito, na China, na Índia, em Aztlán, há deuses que significam o próprio tempo, um tempo contínuo, sem fraturas, sem imperfeito ou mais-que-perfeito; predomina então uma idéia do não-tempo divino que interpenetra o cotidiano. Na cultura do cristianismo, forjadora de uma forte estrutura conceptiva no ocidente, ocorre o inverso, o tempo existe na esfera do humano, fora da divindade, que é eterna. No século V, Santo Agostinho atribuiria ainda ao tempo cristão uma nuance psicológica; o presente torna-se uma experiência na alma; o passado é uma imagem memorial da alma; o futuro existe como expectativa psíquica; o tempo comum é passageiro e sem sentido e cessará no momento em que a alma se unir com Deus – o fora do tempo (...). Em virtude da crença em uma determinada idéia do tempo-cíclico, por exemplo, como uma cobra mordendo seu próprio rabo, como o ritmo das estações, ou linear, como um rio que flui, como a areia da ampulheta – o narrador da história buscará seus conteúdos e o próprio espírito da narrativa de maneiras diversas. Se baseada no eterno retorno, no cíclico, na idéia de nascimento, desintegração e renascimento, a história assume o papel de mestra, pois conhecendo o passado descortina-se um futuro sem surpresas. Na visão linear, judaico-cristã por excelência, com um início, meio e fim assegurados, a ênfase recairá no processo de aperfeiçoamento do mundo até atingir seu ponto culminante representado por seu próprio fim; a esta concepção liga-se uma idéia intrínseca de progresso, de progressão contínua, de propósito divino, excluindo a noção de ruptura. Em 1830, Hegel propõe a seus alunos a construção de uma história filosófica plena de necessidade, de totalização e de finalidade(...)”***(grifo nosso) (YOKOI, Zilda e QUEROZ, Tereza, **A história do Historiador**, São Paulo, Humanitas, 1999, p.7/8)

(1) O conceito de época em Marx, seria uma *periodização histórica de longa duração*, que deveria *hierarquizar* todos os outros critérios de classificação (sejam econômicos, políticos, ou outros). Ele estabelece a premissa, de que só em determinados *intervalos históricos*, de extensão secular, em função de um impasse econômico-social, várias vezes verificado no passado, se abriria, *a possibilidade política* da transição pós-capitalista. Assim, a história teria conhecido, alternadamente, épocas revolucionárias e épocas não revolucionárias.

(2) As forças motrizes do processo histórico, segundo Marx, seriam, essencialmente, duas tendências que se desenvolvem simultânea e inseparavelmente, *mas com uma força de pressão que se alterna em função da natureza da época: a tendência ao crescimento das forças produtivas, e a luta de classes, operam como os seus fatores de impulso*. Em poucas palavras: luta da humanidade pela domesticação da natureza de acordo com suas necessidades, e luta entre os homens pela apropriação do sobreproduto social, determinada pela escassez. Mas, *a intensidade da necessidade histórica*, que se manifesta através dessas duas tendências, varia, oscila, flutua, e se alterna. Assim, não se poderia considerar, em nossa opinião, *uma tendência intrínseca indefinida*, ao desenvolvimento das forças produtivas: variadas forças de bloqueio teriam se manifestado na história. Logo, períodos de estagnação, até, relativamente, longos não seriam uma exceção. Por outro lado, *a principalidade da luta de classes*, também seria variável e só se manifestaria, em sua máxima intensidade, em épocas revolucionárias. Poderíamos, portanto, *identificar de acordo com a natureza das épocas, inversões de primazia entre a operação das forças motrizes*. Tão ou mais importante, essas duas forças motrizes, estabelecem contradições entre si, *porque atuam reciprocamente uma sobre a outra*, e também poderiam se neutralizar uma à outra, como obstáculos mútuos. Essas definições seriam chaves para esclarecer quais, entre os critérios de caracterização de época, deveriam ser priorizados para a construção de análises históricas que tenham como referência o conceito de totalidade.

(3) A hipótese que afirma que a transição pós-capitalista deveria ser pensada, à luz da elaboração de Marx, como um *processo revolucionário consciente*, ou seja, uma revolução de maioria, idéia expressa, entre outras fontes, com clareza, por Engels em seu Testamento, explorando o balanço de Marx, da derrota da Comuna de Paris. Seria, assim, pela primeira vez, uma transição que exigiria dos sujeitos sociais, o proletariado e seus aliados, um programa histórico, uma estratégia política, uma política econômica-social e um sujeito político coletivo independente, em poucas palavras, uma enorme concentração de fatores de subjetividade.

(4) A idéia de que há uma relação que merece ser explorada entre a periodização da teoria das ondas longas do desenvolvimento econômica capitalista, conhecida como hipótese Kondratiev, e as etapas históricas dos últimos cento e cinquenta anos, ou seja, *uma relação entre os ciclos econômicos de longa duração e as flutuações dos ciclos da luta de classes, ou seja a alternância das etapas*. Do que decorre, a recuperação da hipótese sugerida no debate russo dos anos 20, e retomada em um estudo pioneiro de Mandel, nos anos 80, de que *os fatores político-sociais seriam determinantes* na passagem da fase recessiva prolongada de cada vaga, para a fase ascendente e expansiva da vaga seguinte.

(5) Um novo enfoque das possibilidades teóricas abertas pela idéia de Engels sobre a “morfologia” da crise revolucionária, a revolução em duas vagas. Essa hipótese foi apresentada, pela primeira vez, na reflexão sobre as lições do balanço das revoluções de 1848, retomando a teoria dos tempos e dinâmica da permanência da revolução, já não como bandeira política, mas como teoria da revolução (portanto, como uma dialética entre tarefas históricas e sujeitos sociais). Sugeriria a possibilidade de que poderiam se repetir as formas políticas e os conteúdos sociais da experiência de Paris em 1848, isto é, a dinâmica de duas revoluções no mesmo processo, *ou melhor, duas crises revolucionárias em sucessão, diferentes entre si, porém inseparáveis, no calor da mesma situação revolucionária: a primeira, a revolução política que proclama a república, democrática pelas tarefas, inconsciente pela natureza da direção, popular pelo sujeito policlassista; a*

segunda, a insurreição derrotada de Junho, a revolução político-social, *operária pelo sujeito, socialista pelas tarefas, consciente pela direção independente*. Parece útil, a utilização desta premissa teórica para pensar as revoluções do século XX e classificar (e diferenciar) as crises revolucionárias, inspirados em uma analogia histórica baseada na revolução russa, em dois grupos: *como crises de tipo Fevereiro, ou como crises de tipo Outubro*.

(6) O argumento de Rosa Luxemburgo, que define a nova época do imperialismo, como a época da *iminência* da revolução, não só como fenômeno histórico, mas a sua *atualidade, como fenômeno político-social*. Logo, a perspectiva, de que *situações revolucionárias podem permanecer em aberto por vários anos*, podendo ou não evoluir para crises revolucionárias, e teriam como causalidades, a combinação de dois principais elementos: a tendência às crises econômicas recorrentes, em função dos ajustes cegos provocados pela superprodução e a tendência ao crescente protagonismo independente do proletariado.

(7) A identificação da teoria dos campos, ou seja do campismo, como o fundamento teórico fundamental de todas as diferentes hipóteses de reformismo, como teoria política, a partir da releitura da obra de Bernstein sobre os tempos da mudança histórica. Ela parte da constatação, inquestionável, de que os conflitos na sociedade não se resumem aos conflitos de classe entre o proletariado e burguesia. Mas substitui o que seria a análise a partir do foco na totalidade da época histórica, como determinação fundamental, pela análise da situação. Em outras palavras, olha a época pela lente da situação e a situação pela lente da conjuntura. Esta teorização é chave para a compreensão das pressões ideológicas que o regime democrático exerce sobre o movimento operário e suas organizações. Ela exige a discussão dos conceitos de progressivo e regressivo na obra de Marx, e suas consequências.

(8) As possibilidades abertas, pela reflexão de Lênin de que a tendência à precipitação de situações revolucionárias, na nova época, *enfrenta contra-tendências no sentido da sua neutralização: a ação da contra-*

revolução. Esta pode assumir a forma do terror e repressão dos regimes fascistas, semi-fascistas, bonapartistas. Mas esse processo está longe de ter mão única e pode, também, assumir a forma dos regimes democráticos. Esses fatores de neutralização preventiva, se expressam na crescente importância da política. Podem adiar, desviar e até conter a tendência à abertura de situações revolucionárias, mas *não poderiam anular* a perspectiva e a dinâmica. Porque a necessidade histórica, abriria o caminho, pela força de pressão das crises econômicas e das lutas de classes. Ainda assim, o novo papel do Estado e o novo lugar dos fatores políticos não poderiam ser ignorados. Por isso, *a importância do conceito de situação política, e das suas alternâncias* (porque elas são muito variadas, contra-revolucionárias, reacionárias, não revolucionárias, pré-revolucionárias ou revolucionárias), sem esquecer as situações transitórias, de passagem de uma para outra, e a *compreensão do lugar das distintas conjunturas, dentro de uma mesma situação*. Em outras palavras, a nova importância dos fatores de subjetividade, que se expressam, em primeiro lugar, pela elevada capacidade das classes dominantes, de aumentar a adaptabilidade dos regimes políticos, ampliando a sua plasticidade, aos novos cursos das lutas de classes.⁹

(9) o argumento, de que entre as épocas históricas, e as situações políticas nacionais, *deveria ser considerada a importância do conceito de etapa internacional*, uma temporalidade necessária como

⁹ Essas conclusões de Lenin, elaboradas em função da crise da Segunda Internacional, e fundamentadas na adaptação da maioria de seus partidos, às pressões sociais novas da época do imperialismo, e às condições de legalidade, foram, posteriormente, como sabemos, muito discutidas. Mas, é muito menos conhecido, que, posteriormente, Trotsky, à luz da experiência histórica de degeneração não só da II, mas também da Terceira Internacional, defendeu que o futuro da revolução socialista, como fenômeno político-social, era indivisível do futuro do marxismo revolucionário, como programa teórico-histórico, dada a importância qualitativa do elemento subjetivo na transição histórica. Segundo Trotsky, o futuro do marxismo, dependia de três âncoras: *a âncora social*, a vinculação às lutas de classes, em geral, e ao movimento operário, em particular, e, em especial, aos seus setores mais combativos; *a âncora teórica*, a vinculação à tradição de polêmica do marxismo clássico, e a defesa do método, isto é, a necessidade da investigação e interrogação permanente; e *a âncora internacional*, a vinculação a um movimento político que, pela natureza do seu programa, não pode deixar de ter uma organicidade mundial, e que seria, no longo prazo, a decisiva. Vale a pena acrescentar, que essas três condições, só existiram, simultaneamente, *como um fenômeno político*, até hoje, quase como exceção, e sobretudo, pouco tempo: por exemplo, durante a breve vida da Primeira Internacional, em especial, nos anos que precederam à derrota da Comuna, e depois, com a formação de uma esquerda no interior da Segunda

mediação entre a esfera histórica e a esfera política da análise, e que se definiria por dois critérios: de um lado, uma relação de forças estabelecida entre as classes, entre revolução e contra-revolução mundial, entendida como um único processo, que se desenvolve, como sabemos, com as maiores desigualdades, em suas refrações nacionais; e por outro lado, como um período de relativa estabilidade do sistema político mundial, o sistema inter-Estados (como, por exemplo, entre 45/89, uma etapa definida, depois de Yalta e Potsdam, pela hegemonia americana, e por um acordo de coexistência pacífica com a URSS).

(10) Por último, a hipótese inspirada em uma idéia de Moreno de que *a crise revolucionária se define pela inversão das causalidades entre fatores objetivos e subjetivos*, ou seja, seria o momento excepcional, no qual os elementos de vontade passariam a ser a determinação fundamental, para a definição do sentido de uma saída política para a crise.

Essas foram as idéias chaves que inspiraram este trabalho. Como é evidente são, essencialmente, *hipóteses teóricas*. Esta escolha já é polêmica e somos conscientes dos seus riscos. A atual tendência predominante nas pesquisas históricas, privilegia os estudos que reúnem e organizam um corpo documental de fontes originais, com temas muito bem delimitados. Não ignoramos os perigos de trabalhar somente com fontes secundárias, discutindo a história das idéias sobre as caracterizações sobre época, etapa, situação e crise revolucionária. Mas o debate sobre os critérios de periodização histórica e política, não se poderá negar, tem, também, a sua importância e responde a uma necessidade.

Essas hipóteses teóricas, se apóiam, entretanto, em alguns *pressupostos históricos*: (a) a compreensão *da crise do capitalismo como um fenômeno essencialmente objetivo, seria predominante no interior do marxismo até o início do século XX*, quando, sob o impacto da irrupção de massas de um novo movimento operário, a reflexão se abre à necessidade de

Internacional. Finalmente, nos primeiros anos da Terceira, apesar da debilidade dos partidos, que se somaram ao esforço do bolchevismo, de reagrupar as forças internacionalistas.

pensar o tema da consciência de classe, e dos diferentes tipos e níveis de organização;

(b) *se a teoria da crise nasce de uma leitura da investigação econômica feita por Marx sobre as tendências às crises cíclicas*, ela vai mais além, quando no interior da Segunda Internacional se abre um debate programático, provocado pela iminência da Guerra, a natureza do capitalismo sob a forma de imperialismo, e se inicia uma polêmica sobre o significado da época, e o lugar da luta de classes na História;

c) a alternativa/prognóstico “socialismo ou barbárie”, fórmula que seria comum à esquerda da Segunda Internacional, atualizada pela deflagração da Primeira Guerra Mundial, *seria, ao mesmo tempo, prognóstico e palavra-de ordem, porque previa a iminência de situações revolucionárias, e estabelecia um novo paradigma programático, para além do otimismo/objetivismo/fatalismo da visão do mundo predominante na Internacional* e, portanto, fazia uma reinterpretação do papel do sujeito social, a classe, e do sujeito político, o partido;

d) no interior do marxismo do início do século, seria historicamente sério e fundamentado pensar que as linhas divisórias entre os principais autores, não se resumiram a uma divisão entre reforma e revolução (ou sua versão russa, bolchevismo e menchevismo), mas seriam mais complexas, envolvendo também, pelo menos, outros dois campos: os que pensavam a crise a partir da agudização das contradições econômicas, que desorganizariam a vida social e se expressaria em desmoronamento das instituições estatais, e os que pensavam a crise, fundamentalmente, a partir do ângulo da radicalização da consciência de classe e, portanto, dos níveis de organização do proletariado (fatores de subjetividade);

e) o debate entre os marxistas do início do século sobre o tema do partido é, na verdade, uma expressão ou uma dimensão do debate mais geral de estratégia que deveria responder à articulação entre condições objetivas e subjetivas, e que levou, diante das circunstâncias históricas nacionais distintas, a diferentes respostas;

f) o impacto da revolução russa, primeira revolução socialista vitoriosa, não encerra o debate sobre a teoria da crise, e as conclusões estratégicas que dele decorrem, apenas permite que esse debate se desenvolva de forma mais complexa e rica, *em torno à universalidade ou excepcionalidade da experiência bolchevique.*

Estes são alguns pontos de partida, para um estudo sobre como o materialismo histórico foi pensando uma teoria da crise do capitalismo. Se fossemos resumir, brutalmente, diríamos: ênfase nos sujeitos sociais em luta, ou primazia das causalidades objetivas (ou o insolúvel conflito entre “voluntaristas” e “deterministas”). Esses são os termos do dilema e do debate sobre a teoria da crise, desde os tempos fundadores do marxismo. Mas foi, sobretudo, a geração de socialistas que viveu como protagonista o debate no interior da Segunda Internacional, que iria desenvolver uma sólida polêmica teórica, tanto sobre o tema da crise econômica, quanto sobre a crise política.

Esta tese pretende ser, portanto, um estudo crítico de pesquisa historiográfica sobre os variados campos que se estabeleceram nessa polêmica. Bernstein, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Lenin, Trotsky, Gramsci, entre outros; alemães, franceses, russos, holandeses, austríacos e italianos; homens e mulheres que refletiram sobre a teoria da crise, pensaram e elaboraram distintas respostas teóricas para o tema da crise do capitalismo e das condições objetivas e subjetivas da transição.¹⁰

¹⁰ Referindo-se a esta geração e ao meio histórico no qual amadureceram os homens e mulheres que foram os personagens ativos nesta elaboração marxista que teve na Segunda Internacional o seu cenário, Perry Anderson observou nas **Considerações sobre o marxismo ocidental**: “Com efeito, a Primeira Guerra Mundial iria dividir as águas da teoria marxista na Europa de uma forma tão radical que precisaria uma cissão do próprio movimento operário. Todo o desenvolvimento do marxismo nas últimas décadas antes da Guerra tinha realizado uma unidade entre teoria e prática muito mais estreita do que a do período precedente, devido à ascensão dos partidos socialistas organizados nessa época. No entanto, a integração dos principais teóricos marxistas na prática dos seus partidos nacionais não os regionalizou nem os segregou entre si. Pelo contrário, o debate e a polêmica internacionais eram como uma segunda natureza para eles: se nenhum atingia o universalismo fantástico de Marx ou de Engels, tal foi consequência necessária do seu mais concreto enraizamento na situação e na vida particulares dos seus países mediatizado, no caso dos russos e poloneses, por longos períodos de exílio no estrangeiro.”(grifo nosso) (ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Lisboa, Afrontamento, 1976. p. 23)

Este processo de elaboração foi, fundamentalmente, uma obra coletiva, apesar de sua pluralidade, que só se explica historicamente, pela existência de interlocutores mútuos, situados em um quadro comum de discussão e ação, a Internacional, antes e depois da Primeira Guerra, e foi uma experiência única no marxismo. A experiência da Terceira Internacional, como um partido vivo, anterior à ossificação que se precipita pela normatização dos partidos comunistas depois do V Congresso de 1927, sofreu, todavia, desde o início, um prejuízo pelo peso da enorme autoridade, no seu interior, da fração russa. As reservas e cuidados dos soviéticos, nos seus primeiros anos, em evitar o esmagamento das posições críticas dos outros partidos, o famoso alerta de Lênin sobre a necessidade de intransigência nos princípios e flexibilidade nas táticas, foram impotentes diante do processo avassalador de submissão da Internacional à pressão de Estado da URSS: deu lugar à flexibilidade de princípios e à intransigência nas táticas.

Este projeto pretende, então, em uma releitura das obras originais destes autores marxistas, muito resumidamente apresentadas, recuperar o fio de uma discussão, construir uma seqüência lógica do debate que uniu e separou homens e mulheres em torno à reflexão sobre a transição do capitalismo ao socialismo, e procurar no tema da teoria da crise, ou melhor, nas distintas teorias da crise, uma resposta para a caracterização dos conceitos de época, situação e crise revolucionária.

Não será preciso dizer, que a bibliografia disponível sobre o tema tem dimensões colossais. Por isso, não será surpresa se muitas obras, senão muitos autores, deixaram de ser consultados: seriam indispensáveis, muito mais do que dez anos para esgotar todas as fontes disponíveis, mas um trabalho em equipe para explorar a fundo todas as fontes disponíveis. Mesmo com todos esforços dispendidos, seria ingênuo ignorar, que esta pesquisa, resulta em uma aproximação, necessariamente, muito parcial ao problema. Sei, antecipadamente, que as limitações deste trabalho, despertarão uma polêmica. Esse é o meu desejo. Ele provoca uma discussão: as conclusões que sugiro, serão analisadas e criticadas, e outras serão

apresentadas no seu lugar. Assim deve ser, porque assim avança o debate teórico.¹¹

Um projeto de pesquisa como este, que supõe uma leitura da obra de variados autores, para compor um painel histórico, que situe o processo de desenvolvimento de um debate teórico, excepcionalmente complexo, enfrentou diversas dificuldades e perigos. A primeira dificuldade foi a tendência à dispersão. Mesmo concentrando o tema da pesquisa, o mais rigorosamente possível, em torno a uma reflexão sobre a teoria da crise no

¹¹ Somos conscientes que a refutação mais cáustica à pertinência do tema será o argumento que defende que a época das revoluções ficou para trás e, portanto, os conceitos que pretendemos explorar pertenceriam às turbulências de um passado que não teria deixado saudades, e de discussões que o tempo teria demonstrado estéreis: ferramentas teóricas da “paleontologia” marxista. De acordo com essa crítica, a última vaga revolucionária teria sido a de 1989/1991 que sacudiu a Europa do Leste e a URSS. Depois desse processo essas categorias teriam ficado ultrapassadas, ou até, obsoletas. Vale a pena observar, entretanto, com indiscreta satisfação, que, na última década, situações e crises revolucionárias continuaram se abrindo (e depois se fechando) nos mais diferentes países: Albânia, África do Sul, Cisjordânia, Zaire, Indonésia, Colômbia, e Equador, entre outros. Esses processos testemunham que a transformação política e social continuou recorrendo ao método das mobilizações revolucionárias de massas. O tema das épocas, etapas, situações e crises revolucionárias permaneceu, portanto, no centro do debate teórico político e historiográfico, mesmo após a queda do “Muro”. Talvez não seja sequer um excesso de ousadia considerar até que com uma maior intensidade do que há cinco anos atrás, quando começamos esta investigação para buscar, antes de mais nada, uma explicação para nós mesmos. Não somente como uma necessidade do debate teórico entre historiadores para interpretar o passado, mas também como conceitos que poderão ser úteis para compreender o futuro. A seguir, uma passagem de um recente artigo de Wallerstein no **Le Monde diplomatique** sobre a atual crise mundial: **“A economia-mundo capitalista parece estar no seu apogeu: e no entanto, está em plena crise. Na realidade, é o sistema-mundo que se desagrega(...)** A fase B do ciclo de Kondratiev assiste à transferência de liquidez do setor produtivo (menos lucrativo) para o da especulação, com a consequência das crises de endividamento e dos maciços deslocamentos dos capitais acumulados. Ao período dos “trinta gloriosos” do pós-guerra segue-se uma longa “fase B”, caracterizada pela estagnação econômica e o aumento do desemprego. Velhas indústrias são deslocadas para zonas, cuidadosamente escolhidas devido aos baixos salários, as quais, de repente, dão a impressão de se desenvolverem. Essa fase B do ciclo de Kondratiev, aliás, sempre comporta a transferência, sob outros domínios de produção, de antigas fontes importantes de acumulação que o deixaram de ser quando perderam seu caráter de monopólio. Para os países que as acolhem, trata-se de um desenvolvimento de “segunda mão”. Porém, essa fase também assiste à transferência de liquidez do setor produtivo (menos lucrativo) para o da especulação, com a consequência das crises de endividamento e dos maciços deslocamentos dos capitais acumulados. A expansão inacreditável desses últimos anos explica-se pelo fato de que os exercícios especulativos que caracterizam o final de uma fase B coincidem com a substituição de novos monopólios que devem permitir o início de uma nova fase A. **Pretender que o mercado imponha o nível dos salários é enganoso, pois o salário também decorre da força política dos trabalhadores e das possibilidades de deslocamento que se apresentem ao patronato** A primeira tendência secular de peso que se aproxima de seu limite refere-se à porcentagem do custo da produção representada pelo conjunto mundial de salários reais. Quanto mais baixa for essa porcentagem, maiores serão os lucros. Porém o nível do salário real é determinado pelas relações das forças no interior de diferentes zonas da economia-mundo. Mais precisamente, ele está ligado ao peso político de grupos antagonistas - o que se chama

marxismo do início do século, o que *é somente um aspecto da leitura que esses pensadores fizeram do materialismo histórico*, é evidente a tentação de ir além. Nesse sentido, o mais importante é que o trabalho reconheça seus limites, e se atenha estritamente ao tema em questão. Esperamos tê-lo feito.¹²

Algumas observações metodológicas, são também necessárias, em função da escolha de um tema, essencialmente, teórico. *Seria, afinal, possível a formulação de leis históricas?* Uma das objeções mais comuns, e mais perturbadoras, ao marxismo como teoria da História, é a acusação feita a Marx de determinismo e objetivismo, uma vez que teria construído uma teoria que buscava interpretar a evolução da história humana como um fluxo de processos dotado de compreensibilidade, que poderiam ser analisados com a ambição da busca de fatores de regularidade, de causas condicionadoras de tendências, em uma palavra, enfim, a identificação de forças motrizes que poderiam ser interpretadas como a pressão da necessidade histórica.

luta de classes.”(grifo nosso)(WALLERSTEIN, Immanuel, **A economia-mundo em crise**, Le Monde Diplomatique, 9/9/2000)

¹² No entanto, talvez o mais importante seja, desde o início, identificar o perigo de dois erros simétricos. O primeiro seria o de fazer uma leitura desses autores que não fosse solidamente enraizada nas circunstâncias históricas em que suas reflexões se desenvolveram. Historicizar a produção teórica em um universo tão complexo e rico, como o que cercou essa geração marxista do início do século, não é certamente tarefa fácil ou simples. Mas é pré-condição para evitar erros de leitura e mal-entendidos que, no entanto, são comuns e freqüentes. Ser conscientes deste perigo, não oferece é claro nenhuma garantia, já que a ambição da produção teórica é justamente a de produzir um edifício conceitual que, a partir da experiência histórica concreta, consiga encontrar noções mais abstratas, elementos generalizantes que construam uma interpretação. Essa era a ambição desses pensadores, quando produziram as suas obras, e por isso não é estranho que tenham criado e inspirado modelos que possuem uma vocação universalizante. Mas o pesquisador tem de ser consciente que a aproximação com essas obras deve estar condicionada a uma leitura crítica das circunstâncias históricas nas quais foram elaboradas. Em que medida fomos bem sucedidos, ou não, se verá. O segundo erro seria o inverso: *o de diminuir o significado e a importância de um debate construído por uma geração excepcional de marxistas, a mais notável deste século*. Os homens pensam e agem dentro de uma totalidade, que é o meio e o tempo histórico em que vivem e atuam, mas alguns, pelos seus talentos e dons extraordinários, se elevam acima do horizonte mais imediato de sua geração, e portanto, das pressões mais imediatas nas quais estão inseridos. esses homens e mulheres, Bernstein, Kautsky, Rosa, Lenin, Trotsky, Bukharin, Paul Levy, Lukács e Gramsci, entre outros, foram gigantes do seu tempo, *foram interlocutores mútuos e se influenciaram reciprocamente, mesmo quando se afastavam e polemizavam duramente entre si*. Seus escritos, em geral, e suas conclusões sobre a crise do capitalismo e seus esforços de construir uma resposta teórica para a questão da luta pelo poder e da transição, se desenvolvem no marco de uma reflexão sobre a História. Foram estudiosos da História, conheciam a produção historiográfica do seu tempo sobre as revoluções burguesas e pensavam a teoria da crise muito além de um reducionismo politicista.

A demolidora acusação final contra o marxismo seria a arrogante pretensão de descoberta de uma direcionalidade perceptível que, sendo conhecida, poderia ser alterada, dominada, reorientada, como se fosse possível um domínio sobre um sentido histórico imanente, o controle de uma obra de engenharia econômico-social: o socialismo seria, assim, o reconhecimento de um sujeito social que não existe, mais um fatalismo milenarista e apocalíptico precedido por uma revolução escatológica. O marxismo seria uma teleologia igualitarista da história, entendida como um vir a ser... que já é, porque o destino do futuro, já teria sido revelado pelo determinismo histórico. Finalmente, a previsibilidade histórica seria um exercício de fantasia racionalista.

Em oposição a esta pretensão do marxismo, que, em suma, teria restringido a história a uma *interpretação exaltada do sentido do progresso*, argumenta-se que a história seria um processo em aberto, de um fazer-se sempre renovado e livre, impossível de ser apreendido sob a forma de leis. Premissas falsas, conclusões apressadas: erro de sujeito e predicado. Porque o marxismo não afirma que a História esteja preche de sentido.

Ao contrário, o marxismo defende, condicionalmente, que a Humanidade *poderá* vir a oferecer uma direção ao seu futuro, se *conseguir* superar os desenlaces cegos das lutas de classes que dilaceram a vida social. Reconhece a incerteza, em função do antagonismo classista, que não possui um desenlace pré-estabelecido. Identifica a possibilidade, mas não anuncia o imponderável. A ausência de finalismo não se deve confundir com a ausência de protagonismo. Esta questão não é secundária. Se admitíssemos a hipótese inversa, ou seja, que a esfera da transformação social não poderia ser dominada, em alguma medida, pela ação dos sujeitos sociais em luta, e pela vontade dos sujeitos políticos que expressam os interesses das classes, então, seríamos obrigados a admitir que os atuais impasses da civilização seriam insolúveis. A História deixaria de ser processo e passaria a ser sujeito. *Mas, em decorrência, o que é insolúvel, não é um problema.* O cepticismo histórico, nesse nível, portanto, só pode ser a ante-sala do relativismo e do cinismo.

O que nos diz, então, o marxismo? Identifica nas classes dominadas e oprimidas, e em especial nos trabalhadores assalariados, a liderança do protagonismo social de um desafio que sempre se renova. Afirma que essa possibilidade é uma encruzilhada entre a defesa da civilização e a barbárie. Mas não reduz esse novo sentido a uma luta pelo progresso. Insiste na causa de um combate pela liberdade e pela igualdade, enfim, indivisíveis. Em uma palavra: o marxismo não aconselha o fatalismo, mas o máximo ativismo. Mas uma pergunta se impõe: qual seria o lugar de uma ciência que renuncia à busca de uma explicação de sentido para as mudanças de seu objeto? *Ou porque é tão irritativa a idéia da necessidade histórica?*¹³

Diz-se que todas as grandes revoluções científicas alimentaram uma perturbadora redefinição da consciência que a humanidade construiu sobre si mesma. A revolução cosmológica deslocou a imagem de um universo geocêntrico e impôs um universo heliocêntrico: aprendemos que o nosso endereço cósmico é a periferia de uma galáxia, entre centenas de milhões de galáxias. A revolução darwiniana nos ensinou que não somos os filhos pródigos da criação, ou sequer o resultado de um progresso evolutivo provável ou previsível, mas um acidente biológico fortuito, ao longo das imensas eras de sucessivos abismos genéticos e cataclismas galáticos, uma seleção evolutiva cujas medidas de duração tem uma escala de pesadelo, quase inapreensível. A revolução freudiana nos revelou que à nossa consciência escapam boa parte dos impulsos profundos e inconfessáveis que motivam as nossas escolhas.¹⁴

¹³ O pós-modernismo penetra no debate sobre a história com um arsenal poderoso e atraente, em uma época em que a angústia da busca de um sentido histórico para a existência humana parece ter naufragado em um oceano de “cepticismos lúcidos”. É um mal-estar *fin de siècle?* O certo é que *a crítica das grandes sínteses*, condenadas no tribunal do conhecimento como meta-narrativas, se apóia na noção, de que em História (pelo menos, já que os critérios de indeterminação e incompreensibilidade se estendem às outras ciências sociais), *não seria possível a formulação de leis*. Tampouco seria possível a identificação de sentido: o fluxo descontínuo e sempre imprevisível dos acontecimentos, regulados somente pela encadeação do fortuito e aleatório, excluiria qualquer direcionalidade. A história seria sempre uma narrativa única de processos singulares, que contêm em si mesmos, na sua unicidade e excepcionalidade, a sua essência indivisível. Logo, se conclui, que da ambição iluminista-cientificista-marxista, só poderia ter resultado uma monstruosidade, uma tirania totalitária como foi o estalinismo, que se autoproclamou agente da necessidade histórica que o futuro iria absolver. Os pressupostos teóricos têm, portanto, uma instrumental utilização política.

¹⁴ A passagem que se segue é de Stephen Jay Gould, paleontólogo e divulgador científico, e contém

A revolução teórica que o marxismo trouxe para a História, e as Ciências Sociais, em geral, também foi uma mudança profunda de paradigma cultural: ele revelou, que existe uma explicação histórica para os desajustes e impasses, que dilaceram a sociedade humana. Afirma que as irreconciliáveis contradições que dividem a humanidade, corresponderam a uma fase da evolução, mas não são um destino maligno. Logo seria possível tentar mudar o mundo, como expressão política de um projeto de vontades conscientes. Essa explicação não é moral, embora a civilização viva uma crise moral. O que provoca irritação contra o materialismo histórico não é a *afirmação da necessidade que ele traz, mas a promessa de liberdade que ele reivindica*: ela se choca contra a força de inércia de séculos de prostração política, resignação moral, ceticismo ideológico e fatalismo religioso,

uma interessante observação sobre as resistências enormes que todas as grandes revoluções científicas enfrentam. É natural que a ênfase esteja colocada na dificuldade e reservas profundas que uma parcela bastante significativa da humanidade mantém em relação à teoria da evolução. Mas ele talvez se engane quando conclui que se trata da revolução científica que tem o mais radical impacto sobre a finalidade de nossa existência. Tanto a revolução freudiana quanto a marxista tocam em tecidos mais sensíveis e nervos mais expostos. É certo que na escala colossal das durações da seleção natural, os acidentes bizarros da evolução, as dizimações em massa, os abismos genéticos em que espécies mais duradouras que a nossa sucumbiram, enfim a completa ausência de moralidade na natureza, é uma vertigem desesperadora para a consciência humana, porque coloca sob uma nova perspectiva a possibilidade da extinção. Mas a maioria dos seres humanos vai dormir todos os dias sem perder o sono com a nossa solidão cósmica. Já o medo dos atavismos do subconsciente, a angústia com as pulsões mais elementares da condição humana, o pavor da morte, fazem estremecer os alicerces mesmos de uma sociedade que tem enormes dificuldades em aceitar a indivisibilidade de uma inteligência que é racional sendo emocional e é emocional sendo racional. Por último, os medos sociais estão de tal forma enraizados sob camadas de preconceitos de classe, raça e nação, que a idéia mesmo da indivisibilidade da liberdade e igualdade, fundamento filosófico essencial do marxismo, desperta ódios e fúrias irredutíveis: *“Não precisamos de nenhuma grande sagacidade filosófica ou cultural para reconhecer por que a revolução darwiniana é tão difícil de aceitar e por que ainda está longe de ser concluída na acepção freudiana do termo. Creio que nenhuma outra revolução ideológica na história da ciência teve um impacto tão forte e direto sobre como concebemos o sentido e a finalidade da nossa existência. (Algumas revoluções científicas, embora igualmente portentosas e inovadoras quanto à reconstrução física, simplesmente não têm o mesmo impacto sobre a alma humana. Por exemplo, a geotectônica modificou completamente nossa maneira de encarar a história e a dinâmica da Terra, mas o fato de a Europa e as Américas terem formado outrora um só continente ou de os continentes situarem-se sobre finas placas que flutuam sobre o magma terrestre pouco afetou a forma de as pessoas encararem o sentido de suas vidas.) Gosto de resumir o significado da destruição de pedestais da revolução darwiniana, tal como eu o interpreto, na seguinte frase (que poderia ser entoada várias vezes ao dia, como um mantra Hare Krishna, para ajudar a penetrar na alma): os seres humanos não são o resultado final de um progresso(...), e sim um pormenor cósmico fortuito, um pequenino ramo da espantosa arborescência da vida; se a semente fosse replantada, é quase certo que não voltaria a produzir o mesmo ramo e, possivelmente, nenhum outro galho com uma propriedade que pudéssemos chamar de consciência”* (grifo nosso) (GOULD, Stephen Jay. *Dinossauro no Palheiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 395)

profundamente sedimentados na cultura humana para justificar uma ordem de desigualdade social.

Mas o mais importante a destacar, metodologicamente, é que o materialismo histórico afirma que o estatuto de compreensibilidade dos fenômenos sociais é radicalmente diferente do estatuto dos fenômenos naturais; que a dialética entre necessidade e acaso, que para o fundamental, regula o movimento da evolução na natureza, embora também opere na história humana, *é mediada pelos crescentes espaços de liberdade* que a humanidade conquistou: (a) seja pelo progresso material no domínio crescente dos recursos naturais, que subordina aos seus interesses, e que o liberta da tirania da escassez e da penúria; (b) seja pelo relativo domínio que a nova primazia da política, a praxis social, ao longo dos últimos dois séculos, veio permitindo, sobre as definições do seu futuro, e que poderia libertá-la da tirania da exploração.

Explicar esses dois processos, esse é o lugar que o marxismo reservou à História. Excesso de optimismo filosófico? Se o marxismo exagera ou não o lugar da praxis social, ou se acentua a tal ponto o lugar da luta de classes, como força motriz do processo histórico, que se faz prisioneiro de uma visão voluntarista, é uma questão polêmica muito atual.¹⁵

Reconhecer o lugar da incerteza não é o mesmo que confundi-la com a indeterminação. Os que desprezam o momento do consciente na História, por esse caminho, fazem, talvez involuntariamente, o elogio do triunfo da natureza sobre a História. Mas o fortuito é, à sua maneira, um determinismo ainda mais naturalista, porque essa é, *strictu sensu*, a dialética do movimento da natureza. Certo, admitamos, ela não tem direcionalidade. Mas a força da necessidade opera na natureza em graus incomensuravelmente superiores aos condicionamentos que impõe à

¹⁵ As margens dos espaços da vontade consciente ainda são estreitas? Certamente. A auto-emancipação humana, ainda não é, senão, uma fugidia miragem de esperança, em um mundo ameaçado por explosões de irracionalismo cego, que podem ameaçar a própria espécie de autodestruição? Sem dúvida. O livre arbítrio, democraticamente autoconstituído, ou seja a ação consciente dos sujeitos sociais, opera, ainda, em um terreno muito limitado, por todo tipo de coerções? Com certeza. Mas também é certo que a história humana não pode ser explicada, pela sucessão de acasos aleatórios, o

civilização. Portanto os indeterministas se vêem prisioneiros de uma insolúvel armadilha: são mil vezes mais objetivistas do que o marxismo.¹⁶

caos como única regularidade: os que se rebelam contra o lugar da necessidade na história, não se dão conta, que o que colocam no lugar do marxismo, é o império do acidental.

¹⁶ A fórmula do “socialismo científico” soa, no entanto, envelhecida ou até irritativa nesse final de século. Essa discussão tem uma história, também, no interior do marxismo, que remonta aos esforços de Engels, depois da morte de Marx, de demonstrar que a dialética materialista seria o instrumento teórico-lógico, que permitiria explicar, de forma mais apropriada, os fenômenos que governam, tanto as transformações na natureza, quanto na sociedade, e, por essa via, afirmar a condição científica do marxismo. A crítica aos esforços de Engels, uma velha discussão filosófico-histórica, afirma que ele teria diminuído a especificidade da operação da dialética na história, no seu esforço de defesa do materialismo. E teria, assim, escorregado para excessos deterministas, e para uma leitura evolucionista do progresso. Se a diferença metodológica entre essas obras filosóficas de Engels e a aproximação de Marx à questão são somente matizes ou não, é uma questão muito discutida. A esse propósito, transcrevemos um fragmento de Ricardo Musse, que realocaliza bem o marco da preocupação de Engels, e explica as razões do seus “excessos” cientificistas: *“A adoção, por Engels, de uma mesma dialética uniforme, abrangente o suficiente para compreender seja o andamento histórico seja o processo natural, não chamou tanto a atenção quanto a novidade da atribuição da natureza como “pedra de toque” da dialética, em torno da qual concentrou-se, em grande parte, o debate na geração de Korsch e Lukács. A prioridade que a posteridade concedeu ao problema de uma dialética do mundo natural, amplificada pela publicação, em 1925, dos fragmentos de um manuscrito inédito de Engels, intitulado Dialética da natureza, por mais parcial e anacrônica que possa parecer hoje, justifica-se ainda em pelo menos um ponto: o enfoque que Engels concedeu às ciências da natureza tornou essa questão uma mediação imprescindível para uma clarificação da sua versão da dialética e, por conseguinte, da forma pela qual estruturou o nexo entre método e sistema. A ocupação de Engels com as ciências naturais(...) um enfrentamento hoje insólito para um marxista, visava estabelecer uma alternativa à influência exercida sobre o movimento operário por parte de ideologias que se apresentavam como ecos da última novidade científica, em uma conjuntura em que se tornava cada vez mais patente a importância das ciências naturais para o desenvolvimento do aparato produtivo. O prestígio, crescente e incontestado, dessas ciências prestava-se tanto a reativações da insepulta filosofia da natureza, à maneira do sistema filosófico de Dühring, quanto à disseminação de variantes do materialismo francês do século XVIII, tarefa empreendida na Alemanha por Büchner, Vogt, Moleschott & cia. Paralelamente a isso, nos quadros da divisão do trabalho intelectual, sucedia-se uma modificação de vulto: as ciências naturais emancipavam-se da filosofia. Os textos de Engels, dirigidos simultaneamente ao operário culto que acompanhava de longe o debate intelectual e ao cientista ainda indeciso acerca do teor do resultado do seu afazer, procuravam destacar, ao mesmo tempo -contra o “filósofo natural”- o novo arcabouço científico do conhecimento da natureza e -contra os “materialistas vulgares”- o caráter dialético das leis recém-descobertas. A condição para essa junção de cientificidade e dialética ou, no vocabulário de Engels, para a transformação das ciências metafísicas em ciências dialéticas -ausente tanto no materialismo francês do século XVIII quanto na filosofia da natureza alemã- foi o desenvolvimento, no decorrer do século XIX, de uma concepção histórica da natureza(...). Posto isso, ressalta-se o método dialético pela sua contribuição para a compreensão e fixação das “leis” gerais do movimento (em particular de suas três leis gerais: passagem da quantidade à qualidade, interpenetração dos contrários e negação da negação), base primeira de um esclarecimento do teor objetivamente dialético da natureza. Para demonstrar a veracidade e a universalidade de tais “leis”, Engels, dado o caráter indutivo-dedutivo do seu empreendimento, optou pela via de um acompanhamento exaustivo, isto é, pelo procedimento infundável de decifração caso a caso das mais importantes descobertas da ciência em seu tempo”.*(grifo nosso) (MUSSE, Ricardo, **De socialismo científico à teoria crítica: modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937**, capítulo “A superação da filosofia”; São Paulo, Tese de doutoramento apresentada à FFLCH da USP, 1998)

Diz-se que foi Gramsci, quem cunhou a famosa frase, sobre a necessidade de unir o cepticismo da razão ao otimismo da vontade. O certo, é que existe um nexu, pouco refletido, entre o tempo e os dilemas morais da condição humana. A história não estuda a unicidade substantiva do tempo pelos mesmos olhos da física. As medidas cosmológicas do tempo não são humanas, e por isso nos esmagam.

Os tempos históricos são tempos subjetivos, ainda que nossos esforços de classificação estejam governados pela necessidade de comparabilidade. A apreensão das medidas do tempo é, no entanto, sempre uma experiência subjetiva, logo falível, sempre parcial e incompleta, subjugada à possibilidade do erro. Os graus de incerteza são grandes, as margens de imprevisibilidade são largas. Essa incompreensão pode alimentar avaliações equivocadas, em especial para os marxistas, sobre a verdadeira aferição dos tempos da transformação social. São os ossos do ofício. Os *revolucionários expressam um projeto político que tem pressa*.¹⁷

Nos referimos aos tempos rápidos de nossa existência quando, na verdade, queremos dizer que nos sentimos aturdidos pela intensidade dos acontecimentos. E só podemos viver a velocidade do tempo presente porque recebemos a informação em ritmos e volumes vertiginosos.

¹⁷ Os últimos 150 anos têm sido pródigos de exemplos de gerações de revolucionários socialistas que generosamente foram vítimas do auto-engano em relação à avaliação das situações e conjunturas nas quais estavam chamados a atuar. A aferição das relações de força entre as classes é com certeza uma das questões decisivas do abecedário marxista, o que não impediu que os erros “facilistas” ou “ufanistas” tenham sido recorrentes. em um certo sentido, nem Marx, nem Engels ficaram imunes a esse tipo de erros, o que pode ser também, em alguma medida, reconfortante. A seguir uma arguta e fina localização do tema, das medidas subjetivas do tempo, e da pressa dos revolucionários: “*A sofreguidão de Marx e Engels não é difícil de explicar. A expectativa de realização de um ideal revolucionário não pode ser postergada para além da vida do revolucionário. Se este não tiver em vista a possibilidade do êxito do seu esforço ainda em sua geração, estará, na verdade, adotando um credo religioso. A esperança da realização de um ideal pelas gerações seguintes equivale à fé na vida após a morte, à crença no sobrenatural. O revolucionário luta para que ele próprio e seus contemporâneos façam a revolução. E se convence de que sua perspectiva é acertada. Marx e Engels se distinguiram dos utopistas sectários pelo projeto de elaboração de bases científicas para o objetivo comunista e pelo encaminhamento do movimento operário no sentido da luta política. Mas se identificavam com eles no que se refere à paixão revolucionária(...) O que sucede é que, ao lutar pelo triunfo revolucionário em seu próprio tempo, os revolucionários, no melhor dos casos, contribuem para que a revolução triunfe em algum tempo. No deles ou no dos seus sucessores.*” (grifo nosso) (GORENDER, Jacob, **Marxismo sem Utopia**, São Paulo, Ática, 1999, p.16)

Mas, na verdade, o tempo de uma vida humana é dramaticamente escasso, e vivemos com irremediável angústia a perspectiva da finitude. Aprendemos a conviver com a presença da morte para poder definir as dimensões do tempo de uma vida. Sendo, portanto, os limites de nossa existência inflexíveis, esse é o único inexorável que não merece discussão. *O tempo é assim a medida humana do sentido da vida* e, portanto, *tem uma dimensão moral*. Este é o inelutável absoluto da condição humana. E, por isso, os fatalismos exercem uma força de atração tão poderosa. Assim, o destino, é, ainda hoje, um ponto de apoio, que oferece uma explicação para uma busca de sentido para a vida, para a maioria dos seres humanos. Mas a idéia do destino não é senão a necessidade de resposta à antecipação do futuro, ou seja, do tempo que será: a imagem que temos do que seria um futuro desejável define, portanto, a nossa atitude em relação ao presente e o nosso julgamento do passado. A existência do homem, como ser social, está na raiz de uma identidade como ser moral, mas a moral sendo uma construção histórica tem na visão do tempo *uma das medidas que expressa os valores de uma civilização*.¹⁸

É também por isso que o materialismo histórico reconhece que *o progresso é a substância da história*, e uma medida das periodizações e classificações: compreender o tempo do mundo para transformá-lo. *Substância, mas não o sentido*. A História tem sido a aventura humana que escapa à tentação de pré-determinação de direcionalidade. A imprevisibilidade governa o desenlace de lutas titânicas que estão sempre

¹⁸ O tempo não pára, mas a compreensão do tempo, também, muda. O sacrifício do presente em troca de uma recompensa no futuro (seja ela moral, a salvação, ou material, o enriquecimento) é uma escolha moral. Também o elogio do tempo presente, como a única medida da experiência humana, a renúncia ao amanhã, o *carpe diem*, é uma escolha moral. Sempre perdas e ganhos. Já o marxismo abraça uma moral que é outra: a indivisibilidade dos fins e dos meios. Para ilustrar, uma fábula: ensina uma sabedoria antiga que Zeus enviou Pandora para castigar Prometeu, que tinha roubado o fogo para oferecer a vida aos seres humanos. Tendo por isso contrariado os desígnios dos Deuses e desafiado as teias do destino, fora condenado, a sofrer todas as maldições mais atrozes, até que Zeus, tomado de piedade, decidiu fechar a caixa de Pandora, quando no seu interior só restava a última, porém a mais terrível das maldições. A Humanidade foi assim poupada do pior dos males, o mais invisível e o mais perturbador, a perda da esperança. Se os marxistas são os filhos de Prometeu, os historiadores fizeram com Clío um pacto: a defesa da memória. Há coisas que não se podem perder.

adiante do nosso horizonte, em um futuro por conquistar. *Imprevisível é a luta de classes, mas não por ausência de causalidades, mas por excesso.*

Mas a incerteza não nos alivia a responsabilidade. Porque se o tempo das mudanças históricas são as longas durações e os tempos das vidas humanas são cruelmente fugazes, o futuro começa sempre hoje de novo. Não escolhemos o tempo que a vida nos reservou. Assim, essa *esperança suspensa no tempo* é uma escolha moral: não vivemos para além de uma época e somos prisioneiros de um tempo possível, que é o tempo das situações e das conjunturas. Mas para o marxismo, este império do presente, que é o tempo da ação política, é inseparável do tempo histórico. Maiakovsky nos deixou o verso “é preciso arrancar alegria ao futuro”. O tempo das revoluções é um tempo de rupturas: são as irrupções das grandes multidões na arena das lutas coletivas pela decisão de seus destinos. *As revoluções são essas fraturas que impulsionam a aceleração dos tempos históricos.*¹⁹

É preciso reconhecer, porém, que uma questão preliminar se impõe: que utilidade poderia ter um estudo de história das idéias

¹⁹ Os tempos históricos são lentos, porque a sociedade humana, se estrutura, em torno ao profundo conservadorismo das massas. Só sob o impacto de terríveis circunstâncias, as multidões acordam do estado de apatia e resignação política, e descobrem a força incontível da sua mobilização coletiva. As revoluções são, nesse sentido, uma excepcionalidade histórica se utilizarmos as medidas dos tempos políticos, isto é, das conjunturas, mas são uma das leis do processo de mudança social, se considerarmos a escala das longas durações. Esse é o sentido das observações de Trotsky, no Prefácio à História da Revolução Russa: ***“La sociedad no cambia nunca sus instituciones a medida que lo necesita,(...) Por el contrario, acepta prácticamente como algo definitivo las instituciones a que se encuentra sometida. Pasan largos años durante los cuales la obra de crítica de la oposición no es más que una válvula de seguridad para dar salida al descontento de las masas y una condición que garantiza la estabilidad del régimen social dominante; (...)Han de sobrevenir condiciones completamente excepcionales, independientes de la voluntad de los hombres o de los partidos, para arrancar al descontento las cadenas del conservadurismo y llevar a las masas a la insurrección. Por tanto, esos cambios rápidos que experimentan las ideas y el estado de espíritu de las masas en las épocas revolucionarias no son producto de la elasticidad y movilidad de la siquis humana, sino al revés, de su profundo conservadurismo(...) Las masas no van a la revolución con un plan preconcebido de sociedad nueva, sino con un sentimiento claro de la imposibilidad de seguir soportando la sociedad vieja. Sólo el sector dirigente de cada clase tiene un programa político, programa que, sin embargo, necesita todavía ser sometido a la prueba de los acontecimientos y a la aprobación de las masas. El proceso político fundamental de una revolución consiste precisamente en que esa clase perciba los objetivos que se desprenden de la crisis social en que las masas se orientan de un modo activo por el método de las aproximaciones sucesivas. Las distintas etapas del proceso revolucionario, consolidadas por el desplazamiento de unos partidos por otros cada vez más extremos, señalan la presión creciente de las masas hacia la izquierda, hasta que el impulso adquirido por el movimiento tropieza con obstáculos objetivos. Entonces, comienza la reacción:***

dedicado à reconstrução de uma discussão teórica marxista sobre época, situação e crise revolucionária? Teriam esses conceitos ainda a possibilidade de ser férteis para a pesquisa histórica? Qual a pertinência atual do seu uso? No período que se desenvolve entre 1978 e 1989, o Brasil poderia parecer um país que caminhava na direção de uma crise revolucionária.²⁰

Uma crise econômica crônica e prolongada com esgotamento do ciclo de crescimento que foi batizado como “milagre econômico”. Sucessivas crises de governo que se esgotaram muito antes do final do mandato,²¹ crise social profunda depois de três décadas de um processo acelerado de urbanização e industrialização,²² crise de regime que se expressou no crescente desgaste da ditadura e na explosão da mobilização pelas Diretas.²³

A correlação de forças entre as classes oscilou de forma quase ininterrupta durante uma década, com sucessivas flutuações que expressavam o processo de aprendizado sindical e político de uma nova geração das classes trabalhadoras, a radicalização das camadas médias que

decepción de ciertos sectores de la clase revolucionaria, difusión del indiferentismo”(grifo nosso) (TROTSKY, Leon. **Historia de la Revolución Russa**. Bogotá, Pluma, 1982, Volume 1, p.8)

²⁰ Ou assim pelo menos era compreendido por algumas centenas de milhares de ativistas que despertaram para a vida militante entre 1977/1989, e se engajaram nos movimentos sociais da década “perdida” seja nas Universidades e sindicatos, seja nos movimentos populares urbanos ou no MST, com um intenso protagonismo, e tinham no seu imaginário como referência, mais ou menos elaborada, a possibilidade de uma ruptura, como se pode conferir, por exemplo, nessas passagens sobre a revolução social das teses aprovadas no I Congresso Nacional do PT, já em 91, pela corrente majoritária do partido: *“Para o PT, a conquista do poder político não começa nem termina, e tampouco se reduz simplesmente à clássica representação simbólica da “ocupação do palácio governamental”. Se não visualizamos a conquista do poder como um “assalto ao Estado”, tampouco acreditamos que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos. Reafirmamos, portanto, que as transformações políticas, econômicas e culturais que o Brasil necessita supõem uma revolução social, como a experiência histórica comprovou, inclusive recentemente no Leste Europeu . Só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, (...) pode levar a cabo a profunda revolução que este país necessita, se quiser superar o modelo excludente que o caracteriza desde a origem.”* (grifo nosso) (**Jornal do Congresso**. 5 setembro de 1991, p.84).

²¹ Por exemplo, o Governo Figueiredo com o fracasso do Plano de maxidesvalorização implantado por Delfim Neto, sob o impacto da crise da dívida externa, ou o Governo Sarney com o desmoronamento do Plano Verão em 1989.

²² Segundo o IBGE, até 1950 menos de 20% da população brasileira morava na região urbana, no final dos anos 80 o índice saltou para próximo de 80%.

²³ . Em 84 pela primeira vez na história do país, cerca de sete milhões de pessoas foram às ruas exigir o fim da ditadura e eleições diretas para presidência, segundo a *Folha de São Paulo*, que na época inaugurou uma metodologia de quantificação por metragem quadrada.

se frustravam diante da crise econômica com a forma de superinflação e do desmoronamento do regime militar,²⁴ e a dificuldade das classes dominantes limitadas pela sua própria crise de representação política de formular um novo projeto para o país.²⁵ Esse foi o tempo de iniciação à vida adulta e, portanto, política, de uma geração que foi a nossa: por isso se poderá descobrir na tese que se segue um esforço de acerto de contas, nunca de abandono, com fórmulas e hipóteses que se demonstraram equivocadas.

Na segunda metade do século, alguma vez, o nosso país viveu uma crise revolucionária? Teria ocorrido uma crise dessa natureza no período que antecede a contra-revolução militar de 1964, ou esta ruptura foi preventiva? Como definir, à luz da história, o período aberto entre 25 de janeiro e o 25 de abril de 1984? Como caracterizar a crise precipitada durante alguns meses em 89, depois do fracasso do Plano Verão e antes da vitória de Collor? *Ensina a dialética que todo fenômeno pode ou deve ser definido pela análise dos seus contrários.* Deveríamos então estudar o protagonismo de todas as classes, e assim como as classes trabalhadoras se movem, lutam e organizam na defesa dos seus interesses, as classes dominantes também o fazem, e quase sempre com maior antecipação histórica. A compreensão dos

²⁴ A evidência mais significativa da radicalização foi o protagonismo das classes médias urbanas nas manifestações das Diretas, e que nos anos seguintes: 85, 86 e 88, se expressou, também, nas grandes cidades, em uma votação expressiva na esquerda em geral, e no Partido dos Trabalhadores (PT) em particular.

²⁵ Um recente estudo sobre a evolução política do PT retoma o tema da caracterização de 89 como sendo uma situação revolucionária: “A idéia de que uma determinada situação não pode continuar, percebida de forma ampliada na sociedade e motivando ações correspondentes dos atores políticos nos leva a identificar que é o sistema de dominação que sofre uma crise(...) Dentre os aspectos levantados “classicamente” para definir uma situação como revolucionária, isto é, uma crise de dominação elevada ao seu máximo limite, é possível identificar, ao menos embrionariamente, os seguintes: um generalizado questionamento, entre os “de cima” e entre os “de baixo” das regularidades anteriores, tanto as referidas ao Estado como às econômicas; uma elevação substantiva da atividade política fora das instituições representativas, pressionando-as mas também contestando-as (como na Constituinte e mesmo na eleição presidencial de 1989); a existência de fissuras e desacordos pronunciados no interior das classes dominantes. Isto ocorria em meio à estagnação e esgotamento do modo de desenvolvimento capitalista no país. **Assim parece ser possível identificar, no seu momento mais agudo, em 1989 – ou se quisermos dilatar temporalmente, entre os anos de 1988 e 1989 – um processo embrionário de uma crise de dominação**”(grifo nosso) (ÁRABE, Carlos Henrique, **Desenvolvimento Nacional e Poder Político, o projeto do PT em um período de crise**, Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de sociologia do IFCHS da UNICAMP, 1998, p.86).

momentos de crise, quando todos os tempos históricos se aceleram, exige um olhar sobre a totalidade dos deslocamentos de classe. Talvez, finalmente, o Brasil não tenha conhecido uma crise revolucionária, mas certamente viveu uma aguda fase de contra-revolução. E isto nos deveria indicar que as classes dominantes sentiram o cheiro do perigo... Ocorre que, para compreender as formas que as mudanças políticas assumem em nosso país, ainda são raros os trabalhos que exploram as possibilidades de periodização abertas pelos conceitos de época, situação e crise revolucionária em uma perspectiva marxista.²⁶

Enfim, duas observações metodológicas. Primeira: o debate teórico em História, não pode deixar de ser, também, uma polêmica ideológica, mas, freqüentemente, existe a ilusão de que poderia existir alguma semelhança entre os seus procedimentos e os da luta política. Esse é um erro ingênuo. A luta pelo poder tem as suas próprias leis: cria circunstâncias em que a melhor escolha consiste em investir contra os adversários mais débeis, para acumular forças, abrir caminho pelo flanco de menor resistência para, só depois, enfrentar em melhores condições os mais fortes e, portanto, mais perigosos. Na luta política os adversários podem se permitir liberdades que a disputa ideológica não aceita. Na controvérsia teórica, se impõe o caminho inverso: é essencial enfrentar sem atalhos os argumentos mais fortes, mais persuasivos, mais fundamentados. Mesmo quando são grandes os riscos, porque as pequenas vitórias, afinal, são irrelevantes e fugazes e o imperativo ético que nos deve governar é o compromisso de aprender com o método daqueles sobre cujos ombros nos apoiamos.²⁷

²⁶ Uma exceção nesse sentido é o insubstituível **Combate nas Trevas** de Jacob Gorender, uma inspiração metodológica e conceitual para pensar a impotência do movimento operário diante dos preparativos de confronto no período prévio a 64, e a simétrica impaciência histórica da vanguarda estudantil no pós 68. (GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo, Ática, 1987)

²⁷ Gramsci, entre os marxistas de sua geração, é sempre uma referência nas questões metodológicas mais complexas, pela sua honestidade intelectual inflexível: “*Las victorias políticas y militares, dentro de ciertos limites, tienen un valor permanente y universal, y el fin estratégico puede ser alcanzado de modo decisivo con efectos generales para todos. En el frente ideológico, en cambio, la derrota de los auxiliares y de los partidarios menores tiene una importancia casi insignificante; en él es preciso batir a los más eminentes. De otro modo, se confunde el periódico con el libro, la pequeña polémica cotidiana con el trabajo científico: los menores deben ser abandonados a la infinita casuística de la*

Em segundo lugar, o tema da pesquisa já é uma confissão sobre as escolhas e inclinações profundas de quem escreve. Essas foram feitas há 26 anos quando, em uma clara manhã de primavera em Lisboa, nasceu uma fé de que o improvável era possível.²⁸ Amamos a revolução, porque ela nos ofereceu um sentido para a vida. E com uma tal credulidade, só perdoável, talvez, para os que a viveram naqueles anos decisivos da juventude. Como tantos outros, e após tantos outros, os anos nos levaram a inocência. Mas até hoje, aquela esperança do 25 de Abril, permanece viva, ainda que a espera seja longa. As trilhas da franqueza são quiçá perigosas, mas são mais simples, então fizemos uma escolha.²⁹ O trabalho que se segue abraça uma visão do mundo que tem no marxismo a sua inspiração, e confessa um compromisso. Todas as precauções, de que deve estar imbuída uma investigação, nunca impedirão que se expressem nossos sentimentos.³⁰

polémica de periódico. Una ciencia obtiene la prueba de su eficiencia y vitalidad cuando demuestra que sabe enfrentar a los grandes campeones de las tendencias opuestas, cuando resuelve con sus propios medios los problemas vitales que éstos han planteado, o demuestra perentoriamente que tales problemas son falsos.”(grifo nosso) (GRAMSCI, Antonio, **Notas críticas sobre uma tentativa de “Ensaio geral de sociologia”** In BUKHARIN, Nicolai, **Teoria del materialismo histórico**. Madrid, SigloXXI, 1974. p.66)

²⁸ As revoluções são também o momento de irrupção das multidões na História, quando nas palavras de Bensaïd, uma longa espera se encerra: “*Elles commencent dans l'étonnement et la bonne humeur, dans la confiance en une juste cause. Le dérèglement soudain des temps prend d'abord des allures de fête, d'entorse exceptionnelle à la règle du quotidien, de transgression où «quelque chose de plus fort que notre libre possibilité, de plus fort que notre responsabilité semble faire irruption dans la vie et lui donner un sens sinon inconnu». En juillet 1789, en février 1848, en mai 1871, en février 1917, en juillet 1936 à Barcelone, en janvier 1959 à La Havane, le 10 mai 1968 entre deux barricades, en avril 1974 sous les oeilletons de Lisbonne, quelque chose d'improbable arrive, «de l'ordre du démoniaque et de la passion», que l'on attendait pourtant, que l'on a toujours secrètement attendu.*” (grifo nosso) (BENSAÏD, Daniel. **Le pari mélancolique**. Paris, Fayard, 1997. p. 276).

²⁹ Seguimos assim a opção de BROUÉ, e não nos deixamos iludir por uma ilusória e ingénuia imparcialidade: “*Tambien nosotros, habiendo “vivido” nuestro tema, hemos propendido a tomar partido, (...) con los comunistas disidentes o los sindicalistas revolucionarios porque pensamos, como Saint-Just, que “quienes hacen revoluciones a medias no hacen más que cavarse una tumba”.* (BROUÉ, Pierre e TÉMIME, Emile. **La revolución y la guerra de España (I)**. México, Fondo de Cultura Economica, 1989. p. 15)

³⁰ Uma excelente referência metodológica sobre o inesgotável e delicado tema da neutralidade na relação sujeito /objeto nas ciências sociais pode ser encontrada em Löwy: “*Toda ciência implica uma escolha, e nas ciências históricas essa escolha não é um produto do acaso mas está em relação orgânica com uma certa perspectiva global. As visões do mundo das classes sociais condicionam, pois, não somente a última etapa da pesquisa científica social, a interpretação dos fatos, a formulação das teorias, mas a escolha mesma do objeto de estudo, a definição do que é essencial e do que é acessório, as questões que colocamos a realidade, em uma palavra, a problemática da pesquisa.*” (grifo nosso) (LÖWY, Michael. **Método dialético e Teoria política**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

Consideramos apropriado, também, esclarecer o que não vai se encontrar nesta tese. O que se segue, não é uma biografia teórico-política dos autores que pretendemos analisar: Longe desta pesquisa a pretensão de reconstituir as suas trajetórias, a história de seus principais escritos, ou as encruzilhadas e os desenlaces de suas vidas políticas. Tampouco se trata de um estudo crítico sobre a leitura, que cada um dos pensadores analisados produziu, sobre a História em geral, ou sobre o materialismo histórico em particular. Nem se trata de uma pesquisa que visa articular os vários planos em que se construíram obras, destacando os principais, identificando os secundários, que estão entre as mais complexas do século. Trata-se de algo mais limitado: uma reflexão sobre os conceitos de época, situações e crises revolucionária, o porquê e o como, surgiram no debate, e sua atualidade. Ou seja, as categorias que encerram para o marxismo, as relações entre os tempos da mudança histórica e os tempos das transformações políticas.

Por último, algumas observações sobre a estrutura do trabalho, e algumas escolhas de procedimentos. Optamos por só usar notas de rodapé, no lugar de inserir, também, notas de final de capítulo. O objetivo foi deixar a narrativa mais direcionada ao tema, sem impedir que algumas questões colaterais, mas irresistíveis, fossem abordadas e comentadas. Sabíamos de antemão que essa escolha não iria facilitar o esforço de leitura. Existem muitas e boas restrições a um texto carregado de notas “até à cintura”, pior ainda quando elas chegam “até o pescoço”, como na pesquisa que se segue. Diz um ditado popular que “quem avisa não é traidor”, então a confissão está feita.³¹

p. 17)

³¹ Depois que alguns livros de divulgação histórica se transformaram em sucesso de crítica na mídia, e de público no mercado, até pelos seus próprios méritos, se criou, talvez mesmo nos círculos acadêmicos, uma expectativa excessiva, digamos assim, de que toda pesquisa deveria corresponder a uma narrativa leve. O sucesso comercial dos romances históricos, um gênero que a maioria dos amantes da história também apreciam, aumentou ainda mais as cobranças dessa natureza. Por suposto, não há razão para que a redação em língua culta seja hermética, já que pode ser fluente, sem escorregar para a coloquialidade na forma e superficialidade no conteúdo. Mas, também, não é preciso dizer que os trabalhos com ambições científicas obedecem a critérios de rigor e procedimentos normatizados que lhes são próprios, e que os diferenciam da literatura e do jornalismo, com quem nunca poderão

As notas de rodapé são, não poucas vezes, citações e trechos um pouco longos que se tornaram necessários para esclarecer os pressupostos teóricos, ou as condições históricas da discussão das questões em exposição. Remetem, quase sempre, aos trabalhos de comentaristas que já analisaram os problemas teóricos que estão em foco, ou então, fazem referência a pesquisas de historiadores do período em questão. Outras vezes, situam a própria polêmica na qual estavam mergulhados os autores em estudo, e buscam ilustrar os termos do debate. São precedidas, quase sempre, de comentários críticos a que não nos furtamos, também, um pouco extensos, para ajudar a localização do contexto e a clarificação de idéias. Essas escolhas, podem ser julgadas um pouco extravagantes. Sabemos que se trata de um encaminhamento um pouco atípico pelo exagerado volume de notas e apresentações, mas acabou parecendo, depois de muitas hesitações, o mais razoável, ou o menos ruim.

Já os critérios usados para seleccionar as citações, seja no texto, seja aquelas que acompanham as notas de rodapé, merecem alguns esclarecimentos. A atual situação do marxismo, como se sabe, é semelhante à de uma zona de guerra: mortos, feridos e mutantes por todo lado. Citações deslocadas ou unilaterais, são o beabá em qualquer área de estudo científico, mas nada é comparável ao que já foi feito em polêmicas entre marxistas. Podemos até dizer que a marxologia é quase um dos seus "habitats naturais". Não é difícil, ou melhor não é impossível, pinçar citações fora do contexto, para se provar o que se quiser, e isso já foi feito à exaustão.

Toda obra tem uma história, e todo autor tem um processo de evolução e maturação de suas idéias. Compreendê-las no interior desse processo, ou seja, respeitar o pensador que se estuda, as flutuações de suas idéias, é um dos desafios mais difíceis para o historiador. Como os principais autores marxistas nos deixaram obras realmente volumosas, em que retornavam amiúde temas que já tinham explorado antes, fazendo correções de suas posições, e como tinham, também, em geral, a tendência a

competir. Uma confusão ou concorrência de estilos, nesse terreno, não poderá nunca beneficiar os historiadores.

longas exposições de argumentos, a demonstração de que uma interpretação é a mais apropriada, e não outra, exige, com freqüência, que as citações sejam um pouco longas. Isso nos pareceu incontornável. Um outro bom critério é sempre se localizar em relação à natureza do texto. Por exemplo, um livro revisado e publicado em vida é sempre uma fonte muito mais sólida do que uma carta pessoal. Obras maduras são mais expressivas do pensamento do autor, do que ensaios de juventude. Livros publicados no idioma do autor, ou na língua em que o livro foi originalmente escrito, são mais confiáveis do que traduções. Sempre que possível esses critérios foram respeitados. Também se verá que as citações, não foram traduzidas, pelas mesmas razões que acabo de expor: buscar o maior rigor em relação ao original.

A tese se desenvolve em três capítulos, cada um dos quais subdividido em três subcapítulos, e tem, ao final as conclusões. O primeiro capítulo remete à atualidade do tema, e busca oferecer uma painel representativo da discussão marxista contemporânea sobre época, etapas e situações, recorrendo, sempre que necessário, aos exemplos mais expressivos das revoluções do século XX para ilustrar o debate teórico. Nele, se encontrarão três discussões: (a) a primeira, sobre os critérios de periodização, em que se defenderá a superioridade de uma aproximação histórica, sobre um enfoque estritamente econômico, remetendo a um diálogo sobre a teoria das ondas longas e as caracterizações de épocas e etapas; (b) a segunda sobre a atual fase do capitalismo, e as distintas interpretações sobre a sua gênese; (c) a terceira sobre os sujeitos sociais da luta anti-capitalista, em particular sobre a “ausência” de protagonismo revolucionário do proletariado dos países centrais na última metade do século que se encerra.

O segundo se dedica a uma interpretação da elaboração original de Marx e Engels sobre o tema das forças motrizes do processo histórico e os tempos da revolução política e social, a partir das revoluções de 1848, e suas reformulações, com a experiência da Comuna, e, finalmente, as conclusões de Engels na maturidade dos anos 90, do século XIX. O terceiro apresenta o debate sobre época, que ficou conhecido como querela do revisionismo, e se dedica à análise das posições de Bernstein, Kautsky e

Rosa Luxemburgo. As conclusões têm uma forma e uma dimensão um pouco “heterodoxa”. Porque além de resumir os argumentos apresentados na tese, retomando as hipóteses iniciais, e buscando relocalizar as principais referências historiográficas sobre o tema, esboçam um roteiro de algumas discussões para um futuro desenvolvimento.

Por fim, um último esclarecimento. Nesta tese usaremos, ou, talvez, abusaremos de termos como marxismo, kautskismo, leninismo, luxemburguismo, trotskismo, mais porque são de domínio público e facilitam o entendimento, do que por opção voluntária. Cada um desses termos tem, também, uma história, e elas são inseparáveis das lutas políticas nas quais os já citados autores andaram metidos. As explicações que se seguem, portanto, valem, como posição metodológica, para todos: invariavelmente, esses termos surgiram no calor de grandes polêmicas e foram batizados pelos seus adversários.

O termo marxista ou marxiano, surgiu pela primeira vez em 1872, quando a disputa política esquentou dentro da Primeira Internacional, às vésperas do congresso de Hague. O adjetivo foi cunhado por Bakunin, em uma carta para a organização de sua fração, com referências muito mordazes, meio anti-semitas, ao “grupo judeu-teutônico” ou “marxista”, que “pretendia transformar a Internacional em uma espécie de estado”. Parece certo que Marx sempre se sentiu pouco confortável com esse termo, mesmo quando ele foi utilizado, em correspondências, por militantes do seu círculo mais próximo, como Lafargue. Não porque considerasse impróprio identificar a sua tendência como uma corrente diferenciada, nem porque quisesse diminuir o seu papel pessoal, mas porque temia as consequências da personalização de um conjunto de idéias, que pretendia ter ajudado a criar como um legado à luta e organização independente dos trabalhadores.³² Com

³² Parece fora de dúvida que Marx e Engels nunca pretenderam construir uma organização que tivesse como fronteiras a integridade de suas idéias e programa, e, nesse sentido, Marx, talvez, até exagerasse na sua hostilidade em ter quaisquer relações com as organizações sectárias do seu tempo, e, pela mesma razão, nunca lhe ocorreu a idéia de construir uma seita “marxista”. Não porque ignorasse que as organizações com pouca influência pudessem cumprir um papel progressivo em determinadas situações, afinal, uma tendência política pode ser pequena, ou até “liliputeana”, por força das circunstâncias, e não pela sua vocação. Mas toda a preocupação de Marx, durante os anos de vida da Primeira Internacional, o período mais significativo de sua militância junto ao movimento operário, foi procurando uma aproximação das organizações de massas dos trabalhadores. A orientação na direção

o tempo, no entanto, depois da morte de Marx, o estigma se perdeu e os próprios seguidores de Marx passaram a utilizar o termo, e assim entrou na história. Os historiadores não têm porque ignorá-lo.

As esquinas perigosas da História: um estudo sobre os conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista

1. A idéia da crise e a crise das idéias

Revolução e crise revolucionária são idéias inseparáveis. Como se sabe, a noção de crise revolucionária ocupa um lugar central no pensamento marxista. Sendo uma teoria crítica do capitalismo, o marxismo apresenta o socialismo como uma possibilidade histórica para a transição de longa duração aberta pelos impasses da civilização do Capital. As medidas do tempo, no entanto, não só não escaparam à atenção de Marx (e daqueles que, inspirados nas suas idéias, procuraram a via da ação militante), como concentraram grande parte dos seus esforços para oferecer uma solução

de uma organização independente de classe governava os seus esforços, nesse terreno. De qualquer maneira, não seria razoável considerar, ainda hoje, em vigência, os critérios que orientavam a política de organização do movimento operário do século passado. Sobre esse tema, vale a pena conferir um trecho de uma famosa carta de 1871: *“La Internacional se fundó para substituir las sectas socialistas o semisocialistas por la organización real de la clase obrera para la lucha. Tanto los Estatutos primitivos como el “Manifiesto Inaugural” revelan esto ya a primera vista. Por otra parte, la Internacional no habría podido afirmarse si ya la marcha la historia no se hubiese encargado de acabar con el régimen de las sectas. El desarrollo del régimen de las sectas socialistas y el del movimiento obrero se hallan en razón inversa. Allí donde las sectas son (históricamente) legítimas es que la clase obrera no está aún madura para un desarrollo histórico independiente. Tan pronto como alcanza esta madurez, todas las sectas son esencialmente reaccionaras. Sin embargo, en la historia de la Internacional se repitió el caso que se da sienipre en la historia. Lo caduco trata de buscar nuevo acomodo y de hacerse valer dentro de las nuevas formas conquistadas. Y la historia de la Iútemacional ha sido una constante lucha del Consejo General contra las sectas y los intentos diletantistas, que trataban de valer, dentro de la misma Intcrnacional, contra el movimiento real de la clase obrera.”*(grifo nosso) (MARX, Karl, **Carta a Friedrich Bolte de 23 de Novembro de 1871**, in **La Internacional**, Mexico, Fondo de Cultura Económica, obras fundamentales, volume 17, 1988,

teórica, aos problemas da transformação da ordem política. Entre esses problemas está o tema dos tempos da mudança social.

A revolução socialista, um projeto, ao mesmo tempo, com uma dimensão histórica e uma pulsação política, ou seja, tempos longos e curtos prazos, supõe (e exige) na verdade, a abertura (e a simultaneidade) de uma época, de uma situação e de uma crise revolucionária, como condição de êxito. Não é à toa que as revoluções são relativamente excepcionais. Por que a tradição marxista, deu, sempre, uma importância tão grande à definição dos tempos políticos? Essa é uma das respostas que perseguimos. Nesse momento, basta dizer que uma análise de época, se comparada a uma análise de situação ou de conjuntura, deveria partir de premissas diferentes, apoiadas em critérios e fatores distintos e construída em um outro nível de abstração. O que se explica, pela necessária observância da diversidade do tempo histórico, e dos tempos políticos, como medidas insubstituíveis e cruciais de avaliação. As possíveis sincronias e articulações dos fatores que, grosso modo, podemos nomear, por enquanto, como objetivos e subjetivos (uma caracterização pouco satisfatória, porque excessivamente simplificadora, como veremos), definiriam a classificação das temporalidades, desigualmente desenvolvidas e assimetricamente combinadas, e seriam decisivas para a apreciação dos ritmos dos processos de amadurecimento e agudização das lutas de classes.

A transição pós-capitalista foi assim pensada como uma transformação cujas medidas seriam, necessariamente, as das longas durações, ainda que, paradoxalmente, o conceito de crise revolucionária, se explique pela excepcionalidade, brevidade e transitoriedade, o que está sem dúvida na raiz de uma série de mal-entendidos sobre a teoria da revolução em Marx, ou mesmo sobre a teoria política do marxismo. Já uma situação revolucionária, à escala de um país, de um continente, ou mesmo na dimensão internacional, por necessidade de definição, uma etapa política,

escaparia tanto à esmagadora proporção histórica das épocas, quanto à velocidade da precipitação das conjunturas.³³

³³ Um raro e valioso interesse pela questão dos tempos históricos em Marx podemos encontrar em Arrighi: “*Em resumo, o legado Marxiano, originalmente, consistia de um modelo de sociedade burguesa que fez três fortes prognósticos. 1. A sociedade burguesa tende a se polarizar em duas classes, a própria burguesia e o proletariado, entendido como uma classe de trabalhadores que vivem apenas se encontram trabalho, e que encontram trabalho apenas na medida em que seu trabalho aumenta o capital. 2. A acumulação capitalista tende a empobrecer e, simultaneamente, a fortalecer o proletariado no interior da sociedade burguesa. O fortalecimento se vincula ao papel do proletariado como produtor de riqueza social, o empobrecimento se vincula ao seu papel como força de trabalho mais ou menos comodificada, sujeita a todas as vicissitudes da concorrência. 3. As leis de competição pelo mercado, social e politicamente cegas, tendem a fundir essas duas tendências em uma perda geral de legitimidade da ordem burguesa, que provoca sua suplantação por uma ordem mundial não competitiva e não exploradora.*” (grifo nosso) (ARRIGHI, Giovanni. “Século Marxista, Século americano” in **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1998. p.302/3) Vale a pena observar que os três elementos corretamente apresentados, se referem a uma caracterização de longa duração. Mas, curiosamente, a tentativa de síntese, despreza o fator chave para Marx, nesse nível de abstração, a saber, que uma época revolucionária só se abriria quando as relações de produção capitalistas, que desenham os traços fundamentais e determinantes das relações sociais dominantes, tenham se transformado em um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas, ou em outras palavras, quando o modo de produção capitalista tenha entrado em uma fase histórica de crise crônica. Mais adiante Arrighi vai ao centro do balanço que o interessa: “*A fim de avaliar até que ponto esses prognósticos foram corroborados pela história subsequente do capitalismo, é útil dividir os 140 anos que nos separam de 1848 em três períodos de duração mais ou menos igual: 1848 a 1896; 1896 a 1948; e 1948 até o presente. Essa periodização é significativa para muitos dos problemas à mão. Todas correspondem a uma “onda longa” de atividade econômica, cada uma compreendendo uma fase de “prosperidade”, na qual predominam relações de cooperação na economia (fases A) e uma fase de “depressão”, na qual predominam relações de concorrência (fases B). Além disso, cada período de 50 anos tem suas próprias especificidades. Entre 1848 e 1896, o capitalismo de mercado e a sociedade burguesa, tal qual analisados por Marx, atingiram seu apogeu. O movimento operário moderno nasceu nesse período e imediatamente tornou-se a força anti-sistêmica central. Depois de uma prolongada luta contra doutrinas rivais, o Marxismo tornou-se a ideologia dominante do movimento. No período de 1896 a 1948, o capitalismo de mercado e a sociedade burguesa, tal qual teorizados por Marx, entraram em uma crise prolongada e, em última instância, fatal. O movimento operário atingiu seu apogeu como força anti-sistêmica central e o Marxismo se consolidou e estendeu sua hegemonia sobre movimentos anti-sistêmicos. Entretanto, novas divisões apareceram no interior dos, e entre os, movimentos anti-sistêmicos e o próprio Marxismo cindiu-se em uma ala revolucionária e outra reformista. Depois de 1948, o capitalismo corporativo ou empresarial emergiu das cinzas do capitalismo de mercado como a estrutura econômica mundial dominante. A expansão de movimentos anti-sistêmicos aumentou ainda mais, mas o mesmo aconteceu com sua fragmentação e seus antagonismos recíprocos. Sob pressão desses antagonismos, o Marxismo foi jogado em uma crise da qual ainda tem que se recuperar e, de fato, talvez nunca se recupere.*” (grifo nosso) (ARRIGHI, Giovanni. “Século Marxista, Século americano” in **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1998. p.302/3) Como se pode concluir sem dificuldades, a análise inspirada nas datações das ondas longas é estimulante, mas as periodizações podem ser muito discutíveis. Os ciclos da luta de classes estão aqui completamente submergidos pelo afã de destacar as relações entre as fases do desenvolvimento capitalista e as transformações nos graus de influência do marxismo, como se esta tivesse uma determinação essencialmente econômico-sociológica. Esta escolha necessariamente diminui a luta de classes e a política, como fatores chaves para compreender as atribuições das relações do marxismo com os movimentos sociais de luta anti-capitalista ou anti-sistêmica. À parte esta crítica metodológica, indo ao centro do tema que nos interessa, as medidas das periodizações, os critérios que as definem e como utiliza-las como conceitos úteis para a análise histórica, as conclusões de Arrighi não são satisfatórias. Como exemplo: o segundo período, o que nos é apresentado como uma

O estudo dos ritmos (mais lentos ou mais rápidos), e formas (mais sincrônicas ou mais distorcidas) dos tempos de mudança histórica, e suas refrações políticas, não poderia negligenciar uma interpretação das características fundamentais dos novos sujeitos sociais que emergiram com a maturidade da civilização do Capital.

Também por isso, a história em geral, e o marxismo, em particular, dedicou grande atenção aos processos da revolução burguesa. Dessa investigação comparativa resultou a idéia de *uma maior aceleração e simultaneidade dos tempos políticos*: que se explica, em grande medida, pelas esperanças depositadas na natureza urbana da revolução socialista que se esperava, e no protagonismo proletário, como coluna vertebral da revolução social que se anunciava.

Entretanto, pelo menos desde o final do século XIX, quando da controvérsia do revisionismo, como veremos na seqüência desta tese, uma polêmica se instalou sobre as possibilidades ou potencialidades do proletariado como sujeito social da revolução. Elemento chave da teoria da história do marxismo, e também do que poderíamos chamar os prognósticos sociológicos de Marx.³⁴ Por isso, se encontrará nesse trabalho, uma

etapa de crise capitalista prolongada, teria que ser dividido pelo menos em três situações diferentes: a primeira entre 1894/96 e 1914/5, a fase inicial da nova época do imperialismo, que por sinal foi uma situação não revolucionária, de prosperidade e crescimento econômico; uma situação revolucionária clássica, porém breve, entre 1915/21 ou 23 (que corresponde não somente ao triunfo da terceira revolução russa, mas em função dessa vitória, à maior vaga de expansão da influência marxista, “et pour cause”); e por último, a mais longa situação contra-revolucionária do século, entre 23/43, duas décadas terríveis, de derrotas sucessivas das lutas dos trabalhadores, que correspondem à ascensão e apogeu do fascismo e do estalinismo (não necessariamente nesta ordem). Concluindo, as premissas que Arrighi utiliza, partem de critérios e medidas de época (no sentido estabelecido por Marx), que são cruzadas com datações das ondas Kondratiev, mas não esclarecem qual seria o signo das mudanças de época que se insinuam: logo tende a confundir o que foram mudanças de situação ou etapa, com mudanças de época ou o erro simétrico. O que conduz a caracterizações pouco claras. A menos que se aceite que no final da II Grande Guerra tenha ocorrido uma mudança de época, do mesmo significado, da que se verificou nos últimos anos do XIX, o que não parece aceitável.

³⁴ Já nos primeiros trabalhos, tendo identificado a luta de classes como uma das forças motrizes do processo de mudança histórica, Marx tinha clareza da necessidade de definir o papel destrutivo/revolucionário do sujeito social, antes mesmo de uma fundamentação mais rigorosa, teóricamente, do lugar do proletariado dentro das relações sociais de produção capitalistas, e portanto diante da propriedade burguesa. Conferir na interessante passagem: “*En el curso de su*

discussão sobre as diferenças entre as revoluções urbanas e as revoluções rurais, e sobre o papel dos sujeitos sociais na luta anti-capitalista.

Todavia, a possibilidade da luta pelo poder nunca foi pensada por Marx como uma operação putchista. Nunca foi atraído pelas concepções blanquistas, o conspirativismo mais influente do seu tempo, herdeiro das tradições das sociedades secretas extremistas³⁵.

Ao contrário, já antes das revoluções de 1848, sua atenção tinha se voltado para o cartismo, como uma nova experiência de organização operária, capaz de libertar as possibilidades de mobilização política de massas. Mas, também, para estudos de economia política que oferecessem fundamentos mais sólidos para a corrente igualitarista à qual pretendia se unir. Esta, entretanto, nas suas próprias palavras, não ia muito além de “comunismo sentimental”. Uma tentativa, enfim, de analisar e compreender o capitalismo e suas tendências endógenas à crise econômica³⁶.

desenvolvimiento histórico, la burguesía desarrolla necesariamente su carácter antagónico, que al principio se encuentra más o menos encubierto, que no existe sino en estado latente. A medida que se desarrolla la burguesía, va desarrollándose en su seno un nuevo proletariado, un proletariado moderno: se desarrolla una lucha entre la clase proletaria y la clase burguesa, lucha que, antes de que ambas partes la sientan, la perciban, la aprecien, la comprendan, la reconozcan y la proclamen en alto, no se manifiesta en los primeros momentos sino en conflictos parciales y fugaces, en hechos sueltos de carácter subversivo”(grifo nosso) (MARX, Karl. **Miseria de la Filosofía**. Trad. espanhola. Moscou, Progreso, 1979. p. 100)

³⁵ A perseguição permanente, sob a ameaça da repressão, exigiu, do incipiente movimento comunista, uma estrita clandestinidade. Mas não é incomum que se transforme a necessidade em virtude, e também nesse terreno, a existência condiciona a consciência, e forja uma “cultura”. Marx alimentava inúmeras reservas, senão hostilidade mesmo, em relação à mentalidade secretista, que predominava também no interior da Liga dos Justos (que denominava, com alguma maldade, de a “Liga Essênia”), que estava embebida do conspirativismo comum nos círculos radicais, semi-jacobinos, semi-socialistas e anti-clericais, e que proliferaram mundo afora, através das organizações da maçonaria, ao ponto de que a mudança nos estatutos da Liga foi, junto com uma ruptura em torno do que considerava um “comunismo sentimental”, uma das condições exigidas, sine qua non, para a sua adesão, no segundo congresso, em 1847. Uma reconstrução histórica desse processo de aproximação de Marx e Engels com as organizações operárias do seu tempo, pode ser encontrada em Löwy: “*Todos los rasgos estrechamente conspirativos de la organización de los Justos quedan eliminados: la importancia exagerada del secreto -el artículo 2 de los antiguos estatutos que definía a la Liga como una “asociación esencialmente secreta” quedó suprimido y se propuso la propaganda pública a través de manifestos; los rituales místicos para la admisión, típicos de las sectas secretas inspiradas en la Charbonnerie, etc*” (grifo nosso) (LÖWY, Michael. **La teoría de la revolución en el joven Marx**. Buenos Aires, SIGLO XXI, 1972, p.209)

³⁶ Já encontramos na polêmica com Proudhon uma referência à idéia de um desenvolvimento na forma de ciclos industriais com fases de destruição. Em toda as suas obras posteriores o tema do ciclo econômico voltará a estar presente e desenvolvido, assim como as articulações entre as mudanças de situação político-social e as alternâncias de fase econômica: “*En principio, en economía política, no hay que deducir nunca leyes generales a base de las cifras referentes a un solo año. Hay que tomar*

Esta, a crise do capitalismo, era assim, para Marx, a premissa histórica objetiva, que permitiria refletir o processo da transição pós-capitalista, como uma transição revolucionária e, portanto, política. Do que decorre um pensamento que tem como referência as flutuações dos tempos históricos, progressão e regressão como alternâncias de temporalidade, revolução e contra-revolução engajadas em um combate histórico titânico.

O pensamento político de Marx sobre os tempos da mudança social compreendia a existência de épocas revolucionárias e não revolucionárias, e no seu interior, as oscilações de situações que traduzem distintas correlações de forças entre as classes e frações de classe (como revelaram seus estudos de balanço das derrotas de 48 e a enorme importância que deu à questão do bonapartismo).

*Ou seja, a descontinuidade de tempos históricos que se sucedem, intercalam e, até se sobrepõem, em simultaneidades desiguais, mas que definem os ritmos dos processos, das oportunidades que se abrem, que se perdem e, depois, voltam a se recolocar.*³⁷

siempre el término medio de seis a siete años, lapso de tiempo durante el que la industria moderna pasa por las diferentes fases de prosperidad, de superproducción, de estancamiento y de crisis, recorriendo así su ciclo fatal.” (grifo nosso)(MARX, Karl. “Discurso sobre o livre câmbio” In **Miseria de la Filosofía**. Trad. espanhola. Moscou, Progreso, 1979. p. 178)

³⁷ As descontinuidades e alternâncias não impediram o marxismo de reconhecer um sentido de progresso na História. O que tem motivado, ao longo do tempo, polêmicas insolúveis sobre os “pecados originais” do determinismo histórico em Marx. Mas o tema, em geral, pouco produtivo, e até cansativo, merece atenção quando enfocado a partir do significado da contra-revolução no século XX. O fascismo (e sua versão germânica, o nazismo) recolocou a questão de um desvio de sentido histórico de forma inquietante e dramática. Em alguns dos principais países do centro da economia mundial, no período entre guerras o fascismo foi um fenômeno político que tornou a perspectiva da barbárie um perigo real, e a destruição da civilização, um abismo de regressão imensurável, uma possibilidade política plausível. Derrotado na Segunda Guerra Mundial, alguns dos seus traços degenerativos mais importantes, revelaram-se recorrentes: o segregacionismo racial, os campos de concentração, o trabalho escravo ou semi-escravo, as formas ditatoriais, a exacerbação do aparelho militar repressivo do Estado, o controle policial sobre o movimento operário, a mobilização da pequena-burguesia proprietária. Tais traços podem ser encontrados no apartheid na África do Sul, no sionismo em Israel, e, mais recentemente, na perseguição anti-bósnia e anti-albanesa nas regiões sob ocupação Sérvia. A curiosa amnésia sobre a centralidade do fascismo na história do século é um dos danosos efeitos ideológicos do neoliberalismo. Mas tão curioso, e abominável quanto, é a recente onda de reavaliação do lugar e responsabilidades do movimento operário e suas organizações pela chegada do fascismo ao poder: como se o fascismo fosse culpa da luta dos trabalhadores. A mesma acusação, uma e outra vez insiste em retornar, como se os trabalhadores devessem renunciar à mobilização por suas reivindicações, em nome da unidade de uma frente pela pátria, ou pela democracia. Como veremos adiante, as teorias “campistas”, em suas diferentes versões tiveram sempre esse denominador comum, como premissa teórica fundamental: o conflito de classe não seria a principal contradição. Sobre este tema, vale a pena conferir um fragmento de Mandel, de crítica ao balanço social democrata, inspirado em grande medida no Kautsky “tardio”: “Quando não se invoca a culpa “dos nossos opositores”, é o peso das

Este desenlace histórico se resolveria no curso das lutas de classes, inspirado no padrão estabelecido pela Revolução Francesa, e se decidiria na esfera da política, conceito que separaria o marxismo, tanto do proudhonismo quanto do anarquismo, pela atitude face ao Estado.

Mas a centralidade da conquista do Estado, como alavanca da transformação econômico-social, *foi um fenômeno histórico de novo tipo próprio da transição capitalista*. As passagens anteriores foram resultado ou de colapsos (choques de civilizações, grandes migrações, e a formação lenta, muito contraditória, de híbridos econômico-sociais) ou, o que foi mais raro, de transições econômicas endógenas, sem rupturas político-sociais. Por isso, *o estudo dos mecanismos da mudança social* é sobretudo mais um estudo histórico comparativo, do que econômico. Porque em distintos estágios evolutivos, em diferentes civilizações, os processos de transformação se manifestaram com as formas mais variadas.³⁸

*contradições objectivas que se deplora: a «relação de forças» não permitia melhores resultados. O facto de, pela acção, se poder modificar esta relação de forças – em particular, o facto de, pela própria passividade, se fazer pender a relação de forças em favor do inimigo de classe – nunca foi assimilado por esta escola. O conteúdo essencial destas teorias aparece claramente na tese segundo a qual a agitação radical dos «bolcheviques» forneceu a ocasião, ou, pelo menos, uma desculpa ao fascismo para mobilizar as camadas amedrontadas e conservadoras da população: **o fascismo é o castigo que a grande burguesia inflige ao proletariado pela sua agitação comunista.** «Se não quiserem assustar a pequena burguesia e aborrecer os grandes capitalistas, mantenham-se moderados». A esperteza muito liberal da «via dourada» esquece com efeito que é precisamente a falência do parlamentarismo burguês «moderado», rotineiro, confrontado com a intensificação da crise estrutural do neo-capitalismo, que lança a pequena burguesia desesperada nos braços dos fascistas. Para impedir isto é necessário propor uma alternativa eficaz, surgida da actividade militante quotidiana. Se esta alternativa não for avançada, e se a pequena burguesia, pauperizada e em vias de perder os seus privilégios de classe, se encontrar perante a escolha entre um parlamentarismo impotente e um fascismo em plena força, optará, sem qualquer dúvida, pelo fascismo. E é precisamente a «moderação», a reserva e o temor da classe operária que reforçam nas massas o sentimento de que o fascismo será o vencedor. (No Manifesto Comunista, Marx e Engels ridicularizavam já o argumento liberal segundo o qual os comunistas faziam o jogo da reacção conservadora. **Durante a revolução de 1848, repetia-se incansavelmente que, bastava que os patifes «socialistas» são tivessem lá estado para que os regimes constitucionais liberais se tivessem podido consolidar por toda a parte; os socialistas tinham feito medo à burguesia e tinham-na lançado nos braços da reacção. Depois da Revolução Francesa, os conservadores, por seu lado, utilizaram um argumento semelhante contra os liberais; se não tivessem havido os excessos da Convenção e da Constituição «radical de esquerda» do ano II, a monarquia nunca teria sido restaurada. Manifestamente, não há hoje nada de novo sob o sol.» (grifo nosso)(MANDEL, Ernest, *Sobre o Fascismo*, Lisboa, Antídoto, 1976, p.38/9/40)***

³⁸ A questão dos fatores de impulso histórico mais permanentes, que permitam elaborar uma resposta e uma chave explicativa fundamental, para a transformação e a mudança, permanece no centro dos debates da atual historiografia. As mais diferentes escolas, continuam debatendo com as armas de seus argumentos mais afiados. Explicações monocausais, se confrontam com interpretações pluricausais: qual seria o lugar dos processos lentos, depois bruscamente acelerados, das mudanças na esfera da

Estes diferentes processos de passagem de uma formação econômico-social para outra foram, predominantemente, resultado ou de estagnação prolongada e ruína econômica (decadência endógena), ou provocadas por choques de civilizações e culturas, como sugere o conceito de *volkerwamderung* de Toynbee: grandes migrações de povos nômades, guerras e conquistas, ou uma combinação de ambas.³⁹

produção material, o que o marxismo denomina o papel das forças produtivas?; qual seria o lugar das lutas de classes?; qual seria o lugar das idéias, dos costumes e o peso da tradição? qual seria o papel dos indivíduos, e em que medida, as grandes personalidades, os chefes políticos, os líderes religiosos, os pensadores e os artistas, deixaram gravado, nos caminhos das peripécias e dos acontecimentos, a sua marca? Braudel escolhe uma via: a da alternância dos fatores, uma fórmula algébrica, em que a incógnita não se revela, a priori, para o investigador. Uma escolha que reconhece a complexidade dos processos e exige a prática erudita de aproximações sucessivas e da humildade diante da incerteza, mas que deixa, na verdade, em última análise, o problema sem resposta. Não por acaso, portanto, a sua herança é reivindicada por historiadores das mais distintas metodologias, não só mutuamente contraditórias, mas, algumas, incompatíveis entre si.; desde a polêmica e heterogênea história das mentalidades, até a escola semi-marxista de Wallerstein, e sua assombrosa produtividade. Esse é um dos perigos de fórmulas excessivamente indeterminadas. A seguir um extracto de Braudel, em que os termos de sua visão pluricausal é exposta: *“Como la vida misma, la historia se nos aparece como un espectáculo huidizo, movedizo, hecho del entrelazamiento de problemas inextricablemente mezclados, y que puede tomar cien rostros diversos y contradictorios alternativamente. ¿ Cómo abordar a esta vida compleja y despedazarla para poder asirla, o a menos atrapar algo? De antemano podrían descorazonarnos em numerosas tentativas. Por eso ya no creemos en la explicación de la historia por tal o cual factor dominante. No hay historia unilateral. No la dominan exclusivamente el conflicto de razas cuyos choques o acuerdos hubieran determinado todo el pasado de los hombres; ni los poderosos ritmos económicos, factores de progreso o desastre; ni las constantes tensiones sociales; ni ese espiritualismo difuso de un Ranke por el que, para él, se sublimizan el individuo y la vasta historia general; ni el reino de la técnica; ni el avance demográfico, este avance vegetal con sus consecuencias de efectos retardados en la vida de las colectividades... El hombre es complejo de otra manera (...) Por lo demás, no negamos la realidad de los acontecimientos, o el papel de los individuos, eso sería pueril. Inclusive habría que subrayar que el individuo es, en la historia, muy a menudo, una abstracción. Nunca existe en la realidad viva individuo encerrado en si mismo; todas las aventuras individuales se flinden en una realidad más compleja, la de lo social, una realidad “entrecruzada” como dice la sociología. El problema no consiste en negar lo individual con el pretexto de que se ve afectado por las contingencias, sino más bien, en superarlo, distinguiéndolo de fuerzas diferentes a él, reaccionando en contra de una historia arbitrariamente reducida al papel de héroes depurados; no creemos en el culto de todos esos semidioses, o de manera más simple, estarnos en contra de las orgullosas y unilaterales palabras de Treitschke: “los hombres hacen la historia”. No, la historia también hace a los hombres y moldea su destino – la historia anónima, profunda, y a menudo silenciosa, de la que habría ahora que abordar el incerto pero inmenso dominio.”* (grifo nosso) (BRAUDEL, Fernand, **Posiciones de la Historia en 1950**, Lección inaugural en el Colegio de Francia en el Diciembre de 1950, in **Escritos sobre Historia**, Mexico, Fondo de cultura Económica, 1991, p.20/21)

³⁹. A introdução de Hobsbawm às **Formen** contém uma série de sugestões valiosas para este tema de como Marx e Engels pensavam os processos de transição pré-capitalistas. As sucessões entre os diferentes modos de produção a partir de fatores de natureza diversa, enfim, a não linearidade dos processos e, em particular, os elementos que poderíamos definir como acidentais. Porque mais expressão de dialéticas de necessidade/acaso do que da antinomia necessidade /liberdade. Em outras palavras, as formas revolucionárias da transição burguesa, indicariam a crescente importância relativa dos fatores conscientes: *“O colapso do modo antigo está, portanto, implícito em seu caráter*

De qualquer forma, até a transição do feudalismo ao capitalismo, *muito mais colapso do que transição*. Já a transição burguesa, que combinou um processo secular de passagem econômico-social endógena, com bruscas acelerações político-sociais, introduziu elementos de crescente consciência (uma nova primazia da política e da luta de classes), ao que em transições anteriores foram processos “catastróficos” (porque, essencialmente, inconscientes). Isso porque assumiu, mesmo que de forma incompleta, a forma de uma transição revolucionária. *Mas a aventura de uma passagem revolucionária colocou na ordem do dia o desafio da reação contra revolucionária*. Essa contradição, paralelamente à luta pela hegemonia mundial, explica a essência das lutas de classes entre o século XVII e XVIII. Num conflito, historicamente semelhante, embora socialmente distinto, poder-se-ia dizer, que se resumiu, para o fundamental, a história do século XX.

Mas a questão do poder político nunca se colocou em nenhuma época, em toda e qualquer circunstância. Ao contrário, a questão do poder sempre exigiu situações históricas excepcionais, momentos únicos e cruciais, ímpares, realmente extraordinários, e por definição, breves, em uma palavra, a abertura de crises revolucionárias.

econômico-social. Parece não haver uma razão lógica para que ele deva conduzir inevitavelmente ao feudalismo, como forma diferenciada de outras "novas, de outras combinações de trabalho" que fariam possível uma produtividade mais alta. Por outro lado, uma transição direta do modo antigo para o capitalismo é excluída. Quando chegamos ao feudalismo, a partir do qual o capitalismo desenvolveu-se, o problema torna-se muito mais complexo, até porque Marx afirma muito pouco a respeito. Nenhum esquema das contradições internas do feudalismo, comparável ao do modo antigo, é encontrado nas FORMEN. Não se encontra, também, qualquer discussão real da servidão (ou da escravidão)(...). O elemento interno da sociedade feudal do qual deriva o capitalismo parecia ser, em 1857-8 como em 1845-6, a cidade(...) O único dos participantes desses debates que pode ser considerado como seguidor de seus passos é P. M. Sweezy, que afirma (como Marx) ser o feudalismo um sistema de produção para uso, e que, em tais formações econômicas, "nenhuma sede ilimitada de trabalho excedente se origina da própria natureza da produção". Portanto, o principal agente de desintegração deve ser visto no crescimento do comércio, operando mais particularmente através dos efeitos do conflito e interrelação entre o campo feudal e as cidades que se desenvolviam às suas margens. Esta linha de argumentação é muito semelhante à das FORMEN. Para Marx a conjunção de três fenômenos é necessária para explicar o desenvolvimento do capitalismo a partir do feudalismo: primeiro, como vimos, uma estrutura social agrária que possibilite a "libertação" dos camponeses, em um certo momento; segundo, o desenvolvimento dos ofícios urbanos geradores da produção de mercadorias especializada, independente, não-agrícola, sob a estrutura gremial; e, terceiro, a acumulação de riqueza monetária derivada do comércio e da usura (Marx é categórico quanto a este último ponto) (grifo nosso) (HOBBSAWM, Eric, "Introdução" In Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.42 e 46)

A idéia de crise é, no entanto, muito mais ampla e atrai atenções exteriores ao campo da investigação marxista. Neste final de século, ela volta ao centro do debate econômico e político.⁴⁰ Não seria também interessante que ela seja debatida no terreno teórico? A História é a disciplina que, por razões óbvias, tem se ocupado prioritariamente com o estatuto da mudança, sendo o tempo, o seu conceito chave, a medida das transformações (imperceptíveis algumas, outras catastróficas), que sacodem as mais diferentes nações, culturas, formações econômico-sociais.

E as revoluções, são o terreno da mudança por definição, mas não há revoluções sem crises que as precedam... Não é, portanto, impróprio que a investigação histórica se ocupe da idéia da revolução tanto quanto já se dedicou ao estudo das revoluções em si. *Importante observar que não são o mesmo objeto.*⁴¹

⁴⁰ . Sobre o tema da crise na atualidade, assistimos a um fervilhar impressionante de trabalhos das mais distintas escolas metodológicas (o sucesso do livro de George Soros é parte do mesmo fenômeno), e talvez pela primeira vez na História, obras de economistas invadem o restrito mundo dos best-sellers. Também merece atenção o “frisson” em torno dos sites na Web de Paul Krugmann e Jeffery Sachs e a nova importância histórica da imprensa econômica, até mesmo no Brasil, em particular **The Economist**, que se transformou em uma coqueluche intelectual .

⁴¹ Assim como as revoluções podem ser confundidas com a idéia da revolução, também se pode, de forma precipitada, confundir a crise do socialismo, ou melhor, do movimento socialista, com uma crise das revoluções. São, evidentemente, dimensões muito diferentes da questão. As revoluções políticas e as revoluções sociais são um fenômeno histórico anterior à divulgação das idéias socialistas e, embora tenham estado associadas no século XX à preponderante influência do marxismo, é muito duvidoso que venham a definhir, ou mesmo a ter uma perda de intensidade, como expressão dos conflitos na luta de classes. Ao contrário, o colapso da URSS poderia estar abrindo até uma etapa histórica de maior imprevisibilidade política internacional, se considerarmos o papel estabilizador da maioria dos ex-PC's na etapa anterior a 1989/1991. No entanto a crise da esquerda e, portanto, do projeto socialista, é ainda muito grave. Os argumentos críticos ao marxismo e sua hipótese sobre a transição pós-capitalista são poderosos e merecem ser considerados: (1) a crise subjetiva do sujeito social, já que o proletariado não demonstrou o mesmo protagonismo revolucionário do passado no pós-guerra, pelo menos nos países imperialistas; (2) a crise objetiva do sujeito social, já que o peso econômico-social decrescente do operariado teria uma tendência de diminuição sobre o conjunto da população economicamente ativa; (3) a crise do internacionalismo, já que a questão nacional se afirmou um problema perene ao longo do século e suas pressões não podem ser subestimadas; (4) a crise do estatismo, já que a experiência da URSS, entre outras, demonstrou que a estatização não conduz “em linha reta” à socialização, pelo menos, sem mobilização permanente e democracia alargada; (5) a crise da democracia e da representação, já que as experiências de democracia direta e revolucionária foram fugazes; (6) a crise do cientificismo, já que as “certezas históricas” do marxismo determinista, especialmente influente entre os intelectuais vinculados aos ex-partidos comunistas, desmoronaram com o processo de restauração capitalista. Todas essas considerações são tão importantes quanto polêmicas, e da sua resposta depende grande parte da capacidade de gerar uma nova esquerda marxista que possa ambicionar ter influência novamente. Mas, talvez mais importante, seja lembrar que a problematização

Mas não menos importante, seria evitar a tentação da escolástica, mesmo aquela de inspiração materialista, que não poucas vezes se dedicou às idéias divorciadas dos processos. A tarefa continua sendo a de historicizar a própria história das idéias. E das representações políticas que foram e são construídas como instrumentos, mais ou menos, úteis para os homens pensarem o mundo e a transformação do mundo.

As crises afastam a indiferença. São elas que sacodem as multidões da letargia das vidas e instigam a imaginação humana. As crises despertam o medo porque no calor dos ritmos históricos que se precipitam, tudo parece possível e a previsibilidade desaparece. O imprevisível não é assustador? As crises são temidas, mas as revoluções despertam as esperanças dos desesperados, a audácia dos amedrontados, as ilusões dos céticos.⁴²

A História deste século não ensina que é no interior das crises revolucionárias que se dividem os destinos históricos? Por definição, breves e curtos porque o seu peso desaba impiedosa e insuportavelmente

da hipótese marxista não invalida a perspectiva de que a crise do capitalismo continuará abrindo etapas, situações e crises revolucionárias. Sobre esse tema vale a pena conferir o balanço duríssimo, porém, bem fundamentado de Daniel Aarão Reis: **“O socialismo contemporâneo encontra-se, certamente, numa crise terminal. Trata-se de, parodiando o grande revolucionário do começo do século ‘repensar, repensar, repensar’.** As bases sociais, econômicas, políticas, teóricas, culturais de um projeto que pretendeu ultrapassar o capitalismo, e foi por ele absorvido, não se sustentam mais e não podem mais sustentar uma proposta alternativa radical.” (grifo nosso) (AARÃO REIS, Daniel, **“O declínio das utopias capitalistas no século XX, uma crise terminal?”** in **História e utopias**, textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História, org. John Monteiro e Ilana Blay, São Paulo, Anpuh, 1996, p. 85)

⁴² Referindo-se aos amargos balanços de Outubro, dos que, à luz da catástrofe do estalinismo, questionam se finalmente a História não teria dado razão a Kerensky, ou seja, que a revolução de Outubro teria sido o maior mal entendido do século, uma aventura da vontade, uma armadilha de ilusão, sendo Lênin e os bolcheviques que ousaram tomar o poder, prisioneiros de uma paixão cega, as palavras de Bensaïd são uma inspiração retomando os comentários de Marx sobre a estúpida lentidão dos ritmos históricos: *“Il n’y a pas de honte, pas de regret à avoir voulu cette traversée des apparences. Combien plus grave, et réellement honteux, et foncièrement humiliant, serait de ne l’avoir pas fait. D’avoir courbé le dos sous le sens de l’histoire et de s’être résigné à ses servitudes volontaires. Il y eut sans doute, dans l’initial enthousiasme de cette aventure, beaucoup de crédulité. Mais en amour comme en politique, la crédulité des premiers instants n’a rien de ridicule. La crédulité de l’incroyant est un joyeux pari sur l’improbable. (...) La «rage du présent», c’est le sentiment même de la décision, le sens aigu de l’irréparable et des occasions à jamais perdues. Loin de conjurer la répétition des défaites, chaque nouvel échec plombe la ligne d’horizon. C’est pourquoi on n’a jamais fini de réapprendre la lente impatience, «le long et lent mouvement d’impatience patient lui-même», «le temps de l’inévitable lenteur révolutionnaire”.* (grifo nosso) (BENSAÏD, Daniel. **La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l’histoire.** Paris, Les Éditions de la Passion, 1995. p. 11)

sobre os ombros das classes sociais, suas representações políticas, suas organizações e seus líderes, estejam ou não à altura das circunstâncias. Mas não por isso menos misteriosas. As crises concentram no espaço de meses desafios que as sociedades adiaram durante anos ou décadas, desafios que não mais poderão ser adiados, e que terão de uma ou de outra maneira que ser resolvidos.

As crises despertam hostilidade. Sendo por excelência o palco de incomensuráveis inseguranças históricas, elas convocam para a primeira linha novos atores, aqueles que vivem excluídos das decisões, do poder e da riqueza, as multidões que vivem consumidas pela árdua e exaustiva luta pela sobrevivência. Projetam novos chefes, destroem os antigos. Sob o impacto de gigantescas catástrofes, a colisão de vontades e o encontro de destinos de milhões de vidas até então dispersas, impulsionadas pelas mesmas forças econômicas, sociais, políticas, culturais e/ou ideológicas, podem desencadear uma comoção tão profunda, a ponto e na medida de subverter a ordem dos valores, e os valores da ordem.

As crises alimentam insegurança. E desconfianças que reproduzem preconceitos estabelecidos.⁴³ O mais comum é a ingênua ilusão anti-socialista que, de uma forma mais ou menos elaborada, afirma que o atual sistema de organização das relações econômicas, sociais e políticas,

⁴³ As próprias palavras são vítimas das curvas e súbitas viradas dos fluxos e refluxos históricos: assim no ambiente de hegemonia neoliberal do início dos 90, é curioso como, até muito pouco tempo, era improvável encontrar qualquer referência ao conceito de depressão, que esteve no index como um tabu, tal era a paranóia com a memória da crise de 29. Simetricamente as revoluções impõem às próprias classes dominantes o seu vocabulário: na revolução portuguesa o principal partido burguês, herdeiro de uma boa parte dos quadros do salazarismo, adoptou a curiosa sigla de Partido Popular Democrático (hoje, mais apropriadamente, PSD, partido social democrático, como no Brasil, aliás), e tinha no seu programa em 1975, o socialismo democrático. O mais espantoso foi, contudo, o Partido Popular Monárquico, que dispensa comentários. A classe dominante não hesitou, por um breve período, em vestir-se de vermelho. Esses mimetismos históricos são recorrentes. Marx observou, com humor, como: *“A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revlucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789/1814 vestiu-se alternadamente como a República Romana e como o Império Romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição*

grosso modo, a propriedade privada, o mercado e as formas de regime político que se organizam em torno do sufrágio universal, são, ou um mal menor, ou a única alternativa histórica, ou, para os menos cépticos, a forma mais desenvolvida e menos conflituosa de buscar prosperidade e democracia.⁴⁴

Não deixaram de conseguir uma importante divulgação os trabalhos dos que em uma inspiração neo-hegeliana, uns mais outros menos abertamente ideologizantes, se dedicaram no pós-1989 a identificar o capitalismo, sobretudo na sua atual versão anglo-saxônica, como o fim da História. Uma destas formas ideológicas é aquela que desvaloriza a História e defende que seria inútil soberba buscar a compreensão de um curso central da evolução humana e das vontades, sempre frustradas, sempre renovadas de dominá-lo, nada mais do que a ante-sala de defesa do irracionalismo, que exclui a possibilidade de explicar e ordenar os acontecimentos históricos, distinguir as diferentes formas, classificar períodos, buscar similitudes e sublinhar as diferenças. Fatalismo ou irracionalismo não seriam erros simétricos?⁴⁵

revolucionária de 1793/1795.” (grifo nosso) (MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” in **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, p. 203)

⁴⁴ Como uma expressão parcial, mas interessante da espantosa pressão teórica e ideológica de inspiração “neoliberal” na década de 90, ao serviço da defesa “teológica” da propriedade, mercado, democracia, interpretadas como conquistas civilizatórias de toda a sociedade, de todas as classes para além da história, vale conferir como uma refração do ambiente cultural que nos cerca, o manifesto de convocação do II Congresso do PT, certamente o principal partido operário do país, e um dos mais importantes no quadro atual da esquerda no mundo. Observe-se que, quando surge a definição dos fins estratégicos, a ênfase está na idéia da defesa intransigente do Estado de Direito (este, ou um outro, não se esclarece) da criatividade econômica da sociedade civil e da dimensão republicana: “*Por essa razão, a democracia socialista pela qual lutamos supõe não só a defesa intransigente do Estado de Direito e do pluralismo (...) Supõe igualmente a compatibilização da criatividade econômica da sociedade civil, ampliando-se a sua esfera cooperativa e os controles sociais, com a ação democraticamente planejada do Estado.(...)Nesse sentido, o caminho brasileiro para o socialismo tem uma forte dimensão republicana, entendida como prioridade da coisa pública sobre os interesses privados que historicamente dominaram o Estado.*” (grifo nosso) (**Manifesto de lançamento do II Congresso Nacional do PT**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 19-20.)

⁴⁵ . Neste papel de carrascos da História, justiça se faça, as luzes da ribalta iluminaram primeiro a releitura da própria idéia de revolução. Aproveitou-se a oportunidade do bicentenário da revolução francesa, para exorcisar a incômoda memória de Robespierre. Mas os “revisionistas” pioneiros, como François Furet, sempre são surpreendidos pela audácia da segunda geração: assim Stéphane Courtois, um ex-maoísta “soixante-huitard” arrependido, conseguiu roubar a cena, com seu **Livro Negro do Comunismo**. De qualquer forma, vale a pena conferir Furet que decidiu, pela enésima vez, dobrar os sinos pelas idéias igualitaristas. Vai tudo junto para a lata de lixo da História: “*A falência do regime*

Um segundo preconceito, no entanto, muito mais específico é aquele que no Brasil se desdobra da tese que insiste que nossa História se distingue pela capacidade das classes dominantes de evitar os conflitos agudos e os momentos de ruptura: que nos atrevemos, em um arroubo literário, de chamar “as esquinas perigosas da História”⁴⁶. Hipótese interessante, porque nos faz pensar na necessidade da classe dominante resolver por cima (ou seja, quase sempre não resolver, adiar, ou responder de forma incompleta), as tarefas de um desenvolvimento que se revelam espasmódico e de fôlego reduzido. O que é mais gritante ainda se considerarmos as possibilidades, essas sim, sem dúvida, extraordinárias que o país potencialmente sempre possuiu (e preserva).

Admitindo essa linha de análise, de inspiração confessadamente gramsciana (conceito de “hegemonia restrita”, domina, mas não dirige, e “revolução passiva”, as transições por cima não revolucionárias) ainda assim, a chave de leitura estaria no terreno da luta de classes, na

nascido de Outubro de 1917 e talvez ainda mais o caráter radical que ela assumiu privam, com efeito, a idéia comunista não só de seu território de eleição, mas também de qualquer recurso: o que morreu à nossa frente, com a União Soviética de Gorbatchov, engloba todas as versões do comunismo, dos princípios revolucionários de Outubro até as suas histórias, e até a ambição de humanizar o seu curso em condições mais favoráveis. Como se acabasse de se fechar a maior via jamais oferecida à imaginação do homem moderno em matéria de felicidade social. O comunismo jamais concebeu outro tribunal além da História e ei-lo condenado por ela a desaparecer completamente. Ele poderia ter perdido a Guerra Fria e sobreviver como regime. Ou dar origem a Estados rivais, sem morrer como princípio. Ou presidir ao desenvolvimento de sociedades diversas, que o tivessem, porém, conservado como referência original. Podemos imaginar-lhe outros destinos, em que se teria desgastado sem soçobrar como corpo de idéias. Mas o destino que ele teve não deixa nada disso. Os regimes comunistas tiveram de ceder o lugar, em alguns meses, às idéias que a Revolução de Outubro acreditara destruir e substituir: a propriedade privada, o mercado, os Direitos Humanos, o constitucionalismo 'formal', a separação dos poderes – toda a parafernália da democracia liberal. Nesse sentido, o fracasso é absoluto, uma vez que apaga a ambição original.” (grifo nosso) (FURET, François. **O Passado de uma Ilusão, ensaios sobre a idéia comunista no séculoXX**. Tradução de Roberto Leal Ferreira, São Paulo, Siciliano, 1995. p.586)

⁴⁶ Sobre nossos “brandos costumes”, como apreciam os portugueses baptizar eles também a sua história, talvez com mais razão do que a fábula de um Brasil cordial, são definitivas as considerações que se seguem, de Chico de Oliveira, sobre o suspiro de alívio da burguesia brasileira com FHC, depois de, para eles, uma década de intranquilidade: “A formação dessas bases sociais que, a meu ver, rompem com a antiga segmentação das burguesias no Brasil, dariam lugar à constituição de uma hegemonia burguesa, ausência que pontua os formidáveis conflitos dos últimos sessenta anos de desenvolvimento capitalista no Brasil, marcados por 35 anos de ditadura, e uma freqüência de um golpe, dois bem-sucedidos, e os demais não evitados pela reação de forças populares ou frustrados pela mesma incompletude das rivalidades intraburguesas, a cada três anos da história brasileira desde a Revolução de Trinta. Essa é a história do país "cordial".” (grifo nosso) (OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis,

incapacidade de desafiar os desígnios dos impérios que governam o mundo, preferindo sempre se associar, mesmo em condições crescentemente desvantajosas, do que desafiar, sob pena de ser obrigada a se apoiar na mobilização popular, levantando a bandeira da nação, e despertar forças socialmente incontroláveis, o que provavelmente revela mais bom senso político, do que covardia histórica.

Essa hipótese de interpretação, embora instigante, é, no entanto, pelo menos, muito polêmica. E, na sua versão mais unilateral, à sua maneira, ocupa, também, um lugar no discurso ideológico das próprias classes dominantes, que ontem e hoje, se dedicam a desvalorizar politicamente, e subestimar historicamente, a capacidade de organização e iniciativa independente das classes populares no nosso país.

Uma objeção teoricamente mais séria, muito em voga durante a década dos 90, e, no entanto, mais controversa ainda, é aquela que afirma que não vivemos uma época de revolução social.⁴⁷ A época das revoluções teria expirado: o sujeito social faltou ao encontro com a História, e hoje nem sequer teria maior relevância, e estaríamos no início de uma nova

Vozes, 1998. P. 13.)

⁴⁷As seríssimas conseqüências do processo de restauração capitalista não podem ser desprezadas como a principal pressão histórico-política desta nova situação mundial. Superficialmente analisada, em geral, sob a pressão avassaladora da contra ofensiva ideológica capitalista, ela desmoralizou, no Ocidente, boa parte da geração que se iniciou na luta depois de 68. Em que termos se colocava o paradoxo? Como explicar que, pelo menos aparentemente, uma revolução política com um forte protagonismo proletário, como na Polónia, Checoslováquia, Roménia e URSS tivesse aberto o caminho para uma contra-revolução social? Como sempre, se a pergunta estiver mal formulada, vai ser muito difícil apresentar uma resposta satisfatória. Os termos da questão precisam ser invertidos de cabeça para o ar, para superar o impressionismo, e colocar o foco no problema de maneira apropriada. A contra revolução social já tinha se iniciado há muito tempo, antes da vaga de 89/91. Na China desde 78 e na URSS e no Leste pelo menos desde meados dos anos 80. O ascenso de 89/91 tem na sua raiz um reação das massas contra as sequelas econômicas e sociais de uma política restauracionista lenta, gradual e controlada. A tentativa de “grande síntese” de Wallerstein, com **O moderno Sistema Mundial**, uma obra histórica de grande fôlego, pode ajudar a reestabelecer a centralidade decisiva do marco internacional para o entendimento de nossa época: *“Hemos insistido en que la moderna economía-mundo es, y sólo puede ser, una economía-mundo capitalista. Por esta razón hemos rechazado la denominación de «feudalismo» para las diversas formas de agricultura capitalista basadas en el trabajo obligado que surgen en una economía-mundo. Más aún, aunque esto no se haya discutido en este volumen, por esta misma razón observaremos con gran reserva y prudencia(...) la afirmación de que existen en el siglo xx economías nacionales socialistas en el marco de la economía-mundo (por oposición a movimientos socialistas que controlan ciertos aparatos de Estado en el seno de la economía-mundo).”* (grifo nosso) (WALLERSTEIN, Immanuel. **El Moderno sistema**

fase de expansão capitalista que teria como premissa uma nova revolução técnico-científica ou (se a audácia for maior) até mesmo uma 3ª revolução industrial.

Assim, de alguma maneira, a pauta da discussão teórica seria a mesma de há cem anos atrás... Qual é, hoje, a nossa época histórica? O capitalismo ainda poderia ser historicamente progressivo? Vivemos uma época revolucionária? Quem seria o sujeito social de um projeto pós-capitalista? Qual é a natureza da crise? Como pensar a transição histórica de longa duração? Quem são os nossos Bernstein e Kautskys modernos? E a última e mais difícil: quais são as possibilidades de reorganização de uma nova esquerda marxista para o século que se anuncia?

1.1. Os valores da ordem e a ordem dos valores: a centralidade dos conceitos históricos sobre os econômicos, e a alternância das temporalidades descontínuas.

Época, etapa, situação e crise revolucionária são conceitos construídos na tradição marxista como esferas diferentes de análise da realidade, que se definem por distintas causalidades, em níveis de abstração diferenciados, enfocando ritmos de temporalidades simultâneas, porém, desiguais, sobrepostas, mas, não raro, assimétricas. A História se desenvolveria, portanto, em um desencontro de tempos, como época ou processo na longa duração histórica, como etapas que se alternam, na perspectiva internacional, como acontecimento/conjuntura no curto prazo e com uma mediação de situações entre as duas.⁴⁸

Uma importante polêmica se desenvolve hoje, tanto na esfera política, quanto na acadêmica, sobre a natureza do atual período

volume1, Mexico, SigloXXI, 1979, p.494)

⁴⁸ Um dos perigos teóricos de trabalhar com categorias e conceitos que buscam ser instrumentos de classificação ou periodização, é ceder à tentação de um esquematismo demasiadamente rígido. Depois de muitas hesitações, decidimos pela recuperação dessas quatro temporalidades, como tema de pesquisa, conscientes, no entanto, de que a realidade é sempre muito mais complexa do que os nossos esforços de apreendê-la em fórmulas fixas. Já dissemos que não se poderá encontrar uma perfeita correspondência entre as épocas, as etapas, as situações e as crises revolucionárias. Tal coincidência é incomum: crises revolucionárias se precipitaram em etapas contra-revolucionárias, e em muitas situações revolucionárias não se chegou a abrir uma crise revolucionária. O mais complexo modelo teórico sempre será imperfeito e insuficiente para abarcar as muitas e imprevisíveis combinações históricas concretas. Um dos paradoxos históricos mais surpreendentes, por exemplo, foi que os trabalhadores só tenham conquistado o poder num país central, e ainda assim de forma efêmera, na França, durante os dias da Comuna de Paris, no que poderíamos dizer foi uma contra-mão da época. Acreditamos, por isso mesmo, na necessidade das categorias intermediárias, como etapas e situações, entre as caracterizações de época, num extremo, e as de conjuntura, no outro. De qualquer forma, em compensação, o perigo oposto a um “esquematismo” excessivamente “duro”, o empirismo das

histórico. Mas não se pode classificar o presente sem estabelecer padrões de comparação com o passado, o que supõe a discussão dos critérios de periodização para esse século que se encerra. As mais diversas ciências sociais, assim como as diferentes escolas teóricas do pensamento social e político, estão sendo convocadas a oferecer a sua contribuição.

Um renovado interesse pelo tema das periodizações se manifesta e as querelas são inevitáveis. Tanto a história, em geral, como os historiadores marxistas, em particular, têm boas razões em se preocupar com o tema. Uma das responsabilidades do trabalho de pesquisa histórica não deveria ser o esforço de caracterização que identifica e classifica os fenômenos? E, por essa via, a elaboração de instrumentos teóricos que permitam uma análise em escalas de temporalidades a partir de diversos focos e em distintos níveis de abstração? A resposta a essas perguntas não é inofensiva. Porque sabemos que a sociedade é composta de um tecido econômico-social e político, também ideológico e cultural muito contraditório. As periodizações do passado são uma parte fundamental da visão do mundo que corresponde a interesses em conflito no presente. Mas ocorre que o sentido e os ritmos das temporalidades são desiguais. Estão sobrepostos e podem até mesmo ser opostos e assimétricos⁴⁹.

descrições vagas e cheias de ambigüidades, em que cada processo é quase uma exceção, e em que as categorias teóricas são desprezadas, nos pareceu sempre mais nocivo.

⁴⁹ Sobre a assimetria e as discontinuidades dos processos na luta de classes, ou melhor, o paradoxo das temporalidades, existem infinitos exemplos. Mas para efeito de ilustração, tomemos um dos mais exacerbados: a permanência de uma situação internacional contra-revolucionária nos anos 30 (quando nas palavras do famoso romance de Vitor Serge foi “A meia noite do século”), no interior de uma época revolucionária. A derrota final na Alemanha e a ascensão do nazismo, e na URSS a fase do terror dos “processos de Moscou” estabeleceram uma relação de forças extremadamente desfavorável. E, no entanto, nessas condições políticas internacionais extremadamente adversas, abriu-se uma das crises revolucionárias mais “quimicamente puras” da história do século: a espanhola, no calor da guerra civil. Sobre esta heróica porém dramática revolução, encurralada em uma encruzilhada histórica, uma referência insubstituível é Broué: *“Lo que se planteaba era el problema mismo de la revolución. ¿Había que perseguiría o no? ¿Habla que detenerla o no? Divergencias de poca importancia, al comienzo, a propósito de esas cuestiones, se convirtieron rápidamente en oposiciones irreductibles. La persecución, a toda costa, de la revolución traía consigo el riesgo de hacer que se perdiera la guerra. La voluntad de detener la revolución conducía directamente a combatirla (...) Ahora bien, es claro que, en 1936, la relación de fuerzas en escala mundial distaba de ser tan favorable a la revolución española como lo había sido en 1917-19 para la revolución rusa. La U.R.S.S. había dejado de ser la animadora del movimiento revolucionario mundial. Era la época en que Stalin*

Lenin, seguindo a elaboração de Marx no **Prefácio à “Contribuição à crítica da economia política”**, se inclinava em definir as épocas por longos períodos históricos, cuja determinação fundamental seria objetiva, ou seja, encontraria suas raízes nas bases econômico-sociais da sociedade. A caracterização das mudanças de épocas deveria buscar as suas raízes no estágio das forças produtivas e das transformações nas relações sociais no interior do modo de produção estudado como fenômeno mundial. Épocas revolucionárias só se abriam, como na sua interpretação se abriu com a fase do imperialismo, quando as relações de produção predominantes tornaram-se um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas contidas no seu interior, que assim ficam comprimidas e degeneram em forças destrutivas (como parecia indicar o, até então, inédito holocausto de 10 milhões de pessoas nas tricheiras da Primeira Grande Guerra).

É da definição de *nova época* em o **Imperialismo, a fase superior do capitalismo**, que surge sua interpretação da ruptura da cadeia no elo mais fraco, portanto, da dinâmica de classes da futura revolução russa, e da improbabilidade, para a Rússia, de um protagonismo burguês diante da crise do czarismo, esgotada a fase histórica das transições por via não revolucionária, como tinha sido a “via prussiana”.⁵⁰

emprendió la liquidación de la vieja guardia bolchevique, y decapitó al movimiento comunista internacional en la serie de los procesos y de las purgas. Alemania, donde la revolución obrera había sido una amenaza a lo largo de más de un decenio, tenía a su movimiento obrero, a sus partidos y sindicatos, aplastados bajo el talón de hierro del nazismo. El régimen fascista de Mussolini no era disputado en Italia. Ninguna perspectiva revolucionaria inminente subsistía en la Europa oriental. Inglaterra era perfectamente estable. Francia era la única excepción, pues acababa de terminar la gran ola de huelgas de junio de 1936. Sin embargo, parecía ser que el gobierno de Frente Popular del socialista Léon Blum la había frenado definitivamente”. (grifo nosso) (BROUË, Pierre e TÊMIME, Emile. **La revolución y la guerra de España**. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1989. p.217)

⁵⁰ Sobre a intervenção de Lenin no debate sobre época e as diferenças de sua resposta com a teoria do ultra-imperialismo de Kautsky, encontramos em Lefebvre uma análise correta e sucinta: “Kautsky ilude e atenua as contradições, em vez de desvendar a profundidade que atingem. E isto conduz à teoria do ultra-imperialismo. Os cartéis e os monopólios passariam a ser formas de organização do capitalismo. Em vez de determinarem a sua degenerescência, conduziriam à paz universal. «Abstracção morta», «fábulazita idiota», «tentativa reaccionária do pequeno-burguês assustado», indigna-se Lenine. Porque para Lenine,(...) a época das revoluções começa. O desenvolvimento histórico e social faz-se por saltos: mas por saltos revolucionários. Lutas ferozes, concorrência a uma escala nunca vista entre organizações capitalistas mundiais, convulsões, violências, crises, guerras, tornarão possível «a ruptura da frente imperialista» mas no sitio em que essa frente for mais fraca: a cadeia partirá pelo elo mais fraco. A lei do desenvolvimento desigual, quando a tomamos em todo o seu alcance, ultrapassa de longe as posições de Marx e Engels sobre a

Mas Lênin era consciente que a temporalidade de época histórica, nas profundidades lentas das mudanças na esfera das forças produtivas, não esgotava a questão de caracterização de período político. O desenvolvimento histórico impulsionado pela luta de classes sendo desigual, não linear, permeado de interrupções, e inversões de sentido e perspectivas, colocava a necessidade de buscar uma análise dos tempos mais nervosos e acelerados das mudanças políticas na superfície. Entre a dinâmica lenta das transformações na esfera das longas durações, com suas permanências resistentes, agravadas pela operação das forças de inércia político-culturais, e as breves conjunturas instáveis, estava o terreno das etapas internacionais e situações nacionais que evoluíam também de forma diversa.

Entre essas várias esferas de interpretação existia todavia uma articulação complexa. Porque se pensava que as situações eram definidas, fundamentalmente, pelas oscilações nas correlações de forças entre as classes, compreendia que elas resultavam, também, necessariamente, da evolução de processos econômicos e sociais: fases de expansão ou de contracção da economia mundial, crises econômicas nacionais, flutuações imprevisíveis da situação política, eclosão de guerras, etc. Quanto às crises revolucionárias, a conjuntura em que o problema do poder estaria colocada, elas se definiriam, antes de tudo, a partir de uma avaliação da situação política do Estado, ou seja, da emergência de lutas de classe que pudessem abalar a superestrutura política que mantém o edifício da vida social relativamente estável. Temos, assim, dentro do materialismo histórico uma tradição de estudo da simultaneidade e alternância de tempos que são descontínuos, mas que podemos resumir nesses conceitos de temporalidades que se interpenetram, que estão sobrepostos, com articulação de causalidades que lhes são próprias.

impossibilidade duma vitória do socialismo que não fosse obtida por meio duma revolução proletária simultânea no conjunto dos países capitalistas.” (LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lenine**. Lisboa, Moraes, 1969. p.221-2)

Nesta direção caminhou também a elaboração original de Gramsci sobre os tempos, do que resultarão os conceitos de hegemonia restrita e crise orgânica.⁵¹ Na medida em que nos afastamos da longa duração para a média duração e desta para o curto prazo, a primazia das determinações objetivas é cada vez mais relativizada, pelo peso crescente dos fatores subjetivos, pela disposição de luta e nível de consciência das classes, seus humores, psicologia, capacidade ou tradição de organização. Até que, nos momentos de crise revolucionária, quando os deslocamentos na relações de forças abrem a possibilidade da luta pelo poder, a incidência da ação dos sujeitos políticos (organizações, frações, partidos), poderia ser aquele último elo da cadeia de causalidades que definirá o sentido da vitória ou da derrota. Esse é o lugar privilegiado da política, e por isso, estando reunidos todos os outras condições, a qualidade da direção poderia ser aquele fator de superioridade que faz a diferença e acaba por decidir a sorte dos acontecimentos em uma ou em outra direção.

Apresentamos essas considerações introdutórias para estabelecer algumas referências para a discussão dos critérios de periodização do atual período. Queremos construir uma ponte entre a atualidade dos conceitos histórico/temporais de épocas, etapas, situações e conjunturas (e a complexa articulação de causalidades entre os fatores econômicos endógenos e os choques exógenos da luta de classes e da política) e o debate contemporâneo.

⁵¹. Sobre a elaboração de Gramsci sobre as temporalidades a partir da centralidade do conceito político de relações de forças entre as classes, conferir o fragmento deste interessante trabalho: “*Ora, o que temos então como característica fundamental da crise de hegemonia não é o vazio de poder*”, que a rigor poderia ser ocupado por qualquer um, até mesmo por um aventureiro ou um grupo deles. *A crise de hegemonia se caracteriza, antes de mais nada, por uma multiplicidade de poderes. É claro que essa situação não pode se prolongar indefinidamente. Sem nenhuma capacidade dirigente, a burguesia ou frações dela podem ser, deslocadas do poder, deixando de ser dominantes. Quais são as razões que levam ao surgimento de unia crise dessas proporções? O que faz com que a capacidade dirigente de uma classe seja abalada de maneira tão profunda. Para Gramsci a crise de hegemonia da classe dirigente ocorre: ‘ou porque a classe dirigente fracassa em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução.’ A crise tem, portanto, em sua origem, uma profunda modificação das relações de forças entre as classes” (grifo*

A questão do atual período histórico, como se sabe, está no centro da reflexão que neste momento se desenvolve nas ciências sociais. Ocorre que a controvérsia sobre a globalização ou a mundialização, como queiramos, as tentativas de periodização e classificação da atual fase do desenvolvimento capitalista, tem sido hegemônica pelas formulações dos economistas, talvez pelo deslocamento da centralidade da reflexão da Europa Mediterrânea para o mundo anglo-saxão.⁵² Mas, por diversas razões, os Estados Unidos e a Inglaterra, têm sido no século que se encerra, uma retaguarda no terreno da luta de classes e uma fortaleza da ordem e dos valores que a defendem. Este processo tem tido profundas (e inquietantes) conseqüências.⁵³

nosso). (BIANCHI, Álvaro. **Hegemonia em construção, Gramsci e a revolução passiva**. Relatório de Qualificação apresentado ao IFCH-UNICAMP em 1998. p. 58)

⁵² Sobre a decadência da influência marxista na França e Itália, onde a deserção nas décadas de 80 e 90 foi assombrosa (um fenômeno ideológico e cultural não acidentalmente paralelo à crise e fracionamento dos dois PCs mais influentes do ocidente), e a transferência do eixo da produção teórica para os países de língua inglesa, (onde paradoxalmente a agonia do estalinismo no movimento operário organizado foi muito menos relevante que a violência político-social e ideológica da ofensiva neo-liberal) é interessante conferir os comentários de Perry Anderson: “*Al menos una excepción de notable valor destaca entre el general cambio de posiciones de estos años. Henri Lefebvre, el superviviente más anciano de la tradición del marxismo occidental ya comentada, ha continuado pro duciendo una obra imperturbable y original sobre temas normalmente ignorados por la izquierda sin doblarse ni desviarse en su octava década. El precio de dicha constancia, sin embargo, fue el relativo aislamiento. Al contemplar el escenario intelectual en su conjunto, nos encontramos con una misteriosa paradoja. Al mismo tiempo que la teoría crítica marxista ha experimentado un ascenso sin precedentes en el mundo anglófono, ha sufrido un rápido descenso en las sociedades latinas, donde fue la teoría más poderosa y productiva durante el periodo de la posguerra. En Francia e Italia, sobre todo, las dos patrias por excelencia de su materialismo histórico vivo en los años cincuenta y sesenta, para quien como yo aprendió mucho de su marxismo de esas culturas, la matanza de antepasados ha sido impresionante. ¿Cuál es su significado?*”. (grifo nosso) (ANDERSON, Perry. **Tras las huellas del materialismo histórico**. Mexico, Siglo XXI, 1988. p.33)

⁵³ A hegemonia americana se expressou, durante as últimas décadas, entre outros indicadores, também, no papel do dólar, mesmo depois do seu desatrelamento da cotação do ouro. Um perigoso consenso se estabeleceu em torno da inevitabilidade do atual modelo econômico, mesmo quando já são evidentes os sinais agudos de esgotamento das políticas neoliberais. A discussão em torno à Terceira via, que têm à sua frente Clinton e Blair, embora reveladoras da necessidade de um novo projeto, não iludem a ausência de perspectivas de crescimento sustentado para a economia mundial. Enquanto nos Estados Unidos o presidente do FED provoca uma extravagante discussão sobre o “fim” dos ciclos econômicos, o perigo real de uma nova crise parece, pelo menos, plausível, com a instabilidade na Argentina, a imprevisibilidade na Rússia e na China, e as conseqüências insolúveis, a curto prazo, da desagregação política nos Balcãs. Talvez estejamos mais próximos do que parece, de um momento, em que o FMI (com as suas limitadas reservas de menos de US\$ 200 bilhões, diante de uma liquidez financeira estimada em US\$1,500 trilhões, que circulam por dia nos mercados financeiros), não consiga mais construir os empréstimos-ponte que impediram até agora o contágio epidêmico, e se isso viesse a ocorrer, ou um cenário semelhante, ou o FED teria que intervir e assumir o papel de defesa última do

Na sua hoje clássica análise sobre o marxismo ocidental, Perry Anderson tinha assinalado entre as suas principais conclusões que no pós-guerra teria ocorrido um divórcio entre a reflexão teórica marxista e o movimento operário organizado.⁵⁴ Este divórcio ainda não foi superado. No entanto, ainda mais grave do que no período do pós-guerra até o início dos anos 70, e em grande parte dos anos 80 (temas da sua primeira e segunda avaliação), os anos 90 viram, com o colapso da URSS, a emergência de uma nova fase da crise no marxismo ocidental. Infelizmente ela não confirmou as expectativas mais otimistas de Perry Anderson.⁵⁵

entesouramento mundial, ou o dolar desmoronará, com severas sequelas para os planos americanos de preservação da hegemonia mundial. Uma interessante e séria reflexão, em uma perspectiva histórica, sobre o tema da relação entre a luta pela hegemonia política entre as potências, as disputas econômicas no mercado mundial e a necessidade histórica de uma moeda padrão para a garantia de uma fase prolongada de desenvolvimento, pode ser encontrada em BRAUDEL, Fernand, **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII, volume 3, O tempo do mundo**, São Paulo, Martins Fontes, 1996.

⁵⁴ As considerações amargas, porém lúcidas, que se seguem, permanecem, em um certo sentido, atuais. O divórcio entre o marxismo ocidental e o movimento operário, não poderia deixado de ter sequelas profundas. A ausência prolongada de uma disposição revolucionária de luta dos trabalhadores nos países centrais, no pós-guerra, ensina e revela para as novas gerações, se ainda fosse necessário, que as pressões sociais são fundamentais, senão decisivas, para explicar as vicissitudes do trabalho científico de inspiração marxista. São, portanto, mais ingênuos os que as desprezam do que os que as respeitam: *“O divórcio estrutural entre a teoria e a prática inerente à natureza dos partidos comunistas desta época impediu a consecução de um trabalho político-intelectual de conjunto do tipo do que definiu o marxismo clássico. Em consequência disso, os teóricos refugiaram-se nas universidades, afastando-se da vida do proletariado dos seus próprios países, e a teoria abandonou a economia e a política pela filosofia.. Este tipo de actuação teve um triplo resultado. Em primeiro lugar, assistiu-se a uma predominância notável do trabalho epistemológico, centrado essencialmente sobre os problemas do método. Em segundo lugar, o principal domínio concreto a que se aplicou o método foi a estética, ou, em um sentido mais lato, as superestruturas culturais. Por fim, as principais inovações teóricas que se desenvolveram exteriormente a este campo, e que produziram – fundamentalmente de uma forma especulativa – novos temas ausentes do marxismo clássico, revelaram um firme pessimismo O método como impotência, a arte como consolação, o pessimismo como sossego – não é difícil discernir certos elementos de tudo isto na configuração do marxismo ocidental. Aquilo que determinou esta tradição foi o se ter formado na derrota as longas décadas de recuo e de estagnação, muitas delas realmente terríveis seja qual for a perspectiva histórica que se adopte, suportadas pela classe operária após 1920”* (grifo nosso) (ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Lisboa, Afrontamento, 1976. P. 121-2)

⁵⁵ Alguns anos depois, Anderson voltou ao mesmo tema. Sobre os prognósticos do início dos anos 80, conferir o balanço: *“Esas fueron mis conjeturas en aquel momento. ¿Qué ha quedado de ellas tras el contraste con el curso real de los acontecimientos? A mi entender, la suposición más general ha sido confirmada – aunque, como veremos, no de una forma definitiva ni satisfactoria-. Es decir, la imponente tradición del marxismo occidental con sus tonalidades epistemológicas o estéticas, sombrías o esotéricas – ha llegado realmente a un fin, y en su lugar ha nacido con una rapidez y una confianza notables otro tipo de cultura marxista, orientada primordialmente hacia esas cuestiones de orden económico, político o social que faltaban en su predecesora. La productividad de este marxismo ha sido formidable, quedando prácticamente fuera de toda duda que hemos sido testigos de un período de crecimiento y emancipación global”* (grifo nosso) (ANDERSON, Perry. **Tras las**

Se foi verdade que o deslocamento do eixo temático de pesquisa das esferas da epistemologia e estética para o campo da economia (e da história, acrescentaríamos nós), veio se verificando, o que é, sem dúvida, promissor, não é menos verdade que o profundo ceticismo histórico-político sobre as perspectivas da luta dos trabalhadores, ou sobre o futuro do socialismo, continua predominando. Talvez agora, depois da restauração capitalista na ex-URSS, ainda mais amargo e profundo, enquanto a diáspora social de afastamento das lutas de classe não foi superada. E com uma evolução imprevista: uma pressão avassaladora das escolas econômicas burguesas sobre um marxismo em grande medida acadêmico, tem inspirado trabalhos críticos semimarxistas/semikeynesianos, associados a uma inclinação metodológica pelo objetivismo ou economicismo.⁵⁶

huellas del materialismo histórico. Mexico, Siglo XXI, 1988. p19)

⁵⁶ Boa parte da análise crítica da mundialização tem, correta, mas unilateralmente, denunciado a crescente financeirização e o papel dos movimentos ilimitados de massas imensuráveis de capital nas especulações com moedas, ações e títulos, como a causa da instabilidade da atual crise. Mas é sempre perigoso confundir a superfície do fenômeno com a sua substância. Este erro metodológico, o economicismo, tem na sua raiz a dificuldade de compreender a articulação das transformações econômicas com as flutuações da luta de classes. A globalização dos movimentos de capitais é mais consequência da depressão prolongada do que causa. O grande cassino da economia global é mais a expressão da contração do mercado mundial do que da sua pujança. Capitais fictícios, capitais virtuais, ou capitais especulativos, como queiramos, são trilhões de dólares que hoje se refugiam em papéis porque não encontram expectativas de valorização no processo produtivo. É certo, no entanto, como nos recorda Arrigui, no seu *O Longo século XX*, que essa tendência à financeirização não é nova: o que é novo são os volumes e escalas em que opera. Qualquer ameaça mais séria de desvalorização do dólar, ou de moratórias em cascata dos países devedores, poderia fazer ruir como um castelo de cartas a aparente prosperidade da financeirização. Nesse sentido, e se esta análise estiver certa, o impasse histórico que o capitalismo atravessa, só poderia se resolver com uma inflexão das relações de forças nos países centrais, que exige uma derrota fundamental dos trabalhadores que seria o desmonte do Welfare State, ou seja, uma nova fase histórica de sobre-exploração e arrocho. Assim, talvez, ao custo de uma colossal destruição de forças produtivas, que ameaçaria a existência da civilização tal como a conhecemos, poderia ocorrer uma nova fase de crescimento sustentado. A exclusão, a priori, da possibilidade de uma nova fase de crescimento econômico capitalista, parece ser uma fórmula teórico-histórica esquemática. Mas não se deve confundir um novo período de crescimento econômico, nas atuais condições histórico-políticas, com o processo dos trinta anos do pós-guerra, em que junto ao crescimento, veio associado uma mobilidade social ascendente. O crescimento econômico, como sabemos, pode até mesmo acentuar a desigualdade social. Em conclusão: não há razão histórica sólida o bastante, para excluir dos cenários futuros a possibilidade da barbárie. Seria, de qualquer forma, um processo regressivo em toda a linha, que só pode ser imaginado sobre as ruínas do movimento operário do pós-guerra nos países centrais, ou seja, com uma mudança de época. Como defini-la? Esse é um interessante problema teórico. Não vemos outra qualificação senão a da abertura de uma época contra-revolucionária. Conferir a sugestiva passagem de Robert Brenner: “ *a ascensão do capital financeiro e do neoliberalismo deve ser vista muito mais como consequência do que causa da crise econômica internacional – mesmo que eles a tenham exacerbado significativamente. A crise, por seu vez, tem suas raízes profundas em uma crise secular da lucratividade que resultou do excesso constante de*

Este movimento teórico se expressa também na controvérsia de interpretação do atual período. E deveria, em nossa opinião, despertar uma polêmica em defesa da centralidade da História (hoje secundarizada), no quadro geral das ciências sociais, contra a hegemonia das interpretações fatalistas ou finalistas que buscam ingenuamente aprisionar em equações econométricas, fenômenos que exigem um esforço interdisciplinar de interpretação, que somente *a valorização da pulsação dos tempos históricos poderá resolver*. Mas esta está, todavia, por ser feita.

Entretanto, é curioso observar que o debate mais estimulante sobre as discrepâncias entre as periodizações históricas e as econômicas, e também sobre a crise, em uma perspectiva crítica, tenha sido feito em um campo dissidente das pesquisas na economia. Encontra no seu centro, a revalorização da discussão sobre a teoria das ondas longas e as sugestões que ela nos oferece para a periodização histórica.

Ela se atualiza tendo como eixo de investigação as articulações complexas entre a História, e as grandes crises político-sociais do século, e distintas hipóteses sobre os ciclos econômicos de crescimento e recessão na longa duração. E reabre a discussão sobre a relação entre os períodos de agudização da luta de classes na forma de vagas revolucionárias, e as flutuações e alternâncias dos ciclos de crescimento e retração da economia capitalista. Estabelece assim um produtivo diálogo entre a preocupação histórica com as longas durações (as caracterizações de época e etapas), que só são possíveis em um alto nível de abstração, e a necessidade sociológica de penetrar nas camadas mais profundas dos mecanismos de mudanças políticas. Sem ignorar a ambição da perspectiva econômica de construção de modelos que expressem padrões estáveis em uma complexa síntese de variáveis.

capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, a aparição do excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970.” (grifo nosso) (BRENNER, Robert, “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão” in **Outubro**, 3. São Paulo.

Mas ela também encontra, ainda hoje, objeções severas, de variada natureza. Se discute, em primeiro lugar, se existem ou não os ciclos longos, e se as aferições estatísticas merecem crédito. Essas restrições têm, na sua raiz as dificuldades metodológicas que resultam da tentativa de integrar num modelo teórico unificado, as flutuações dos ciclos econômicos e a autonomia dos processos político-sociais na luta de classes. Seu desafio consiste em descobrir o movimento dialético das fases históricas do desenvolvimento do capitalismo.⁵⁷

Xamã . 1999. p.12)

⁵⁷ Talvez seja útil, em primeiro lugar, observar que não existe, a rigor, uma teoria das ondas longas, mas um debate quase “hemorrágico”, com muitas e variadas formulações diferentes. Embora ela esteja associada para sempre aos artigos que Kondratiev publicou em 1922, as primeiras apresentações da hipótese são anteriores, o que, em geral, é ignorado. Nas suas origens, a regularidade de ciclos longos atraiu o interesse tanto de militantes da Segunda internacional como Parvus (na verdade, Helphand, militante russo emigrado, pioneiro também na análise da contradição entre o amadurecimento do mercado mundial e a preservação exacerbada dos Estados nacionais, e que estabeleceu ainda uma estreita relação com Trotsky em torno das primeiras formulações da teoria da revolução permanente) e Van Gelderen (que escreveu em 1913, um único trabalho sobre as ondas longas, que por força das circunstâncias de um destino trágico, que de resto foi o de sua geração – suicidou-se em 40 quando da invasão nazi – só foi traduzido do holandês em 1996 e, portanto, sequer era do conhecimento de Kondratiev, ou dos outros participantes da debate russo de 1928 no Instituto da Conjuntura), quanto de pesquisadores como Pareto, entre outros: todos tinham um acordo em torno de uma periodização de longas fases de expansão e retração, e da necessidade de encontrar um quadro de explicação teórica que considerasse um conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos. Mas enquanto Pareto insistia na importância dos conflitos no interior da classe dominante, que se expressariam em uma alternância de hegemonia de especuladores e rentistas, em cada fase histórica, para Parvus e Van Gelderen, as flutuações das lutas de classes e as variações da taxa média de lucro não podiam ser divorciadas. Posteriormente, Kondratiev irá desenvolver as suas posições, que para o essencial do debate, repousavam na defesa de que a dinâmica das variações estava determinada por contradições econômicas endógenas: um movimento de rotação de capital mais lento do que o ciclo curto, mas apoiado no mesmo padrão causal descoberto por Marx para o ciclo curto, a operação da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Entretanto, merece ser recordado que uma viva polêmica ainda permanece atual. A crítica mais demolidora que sempre é lançada contra a teoria das ondas longas é a inexistência de séries estatísticas históricas incontroversas. O problema parece, no entanto, mais complexo: boa parte da crítica à teoria das ondas longas permanece atrelada à consideração de um movimento pendular invariável em direção ao equilíbrio, uma premissa “axiomática” de que a mão invisível leva o mercado a fazer a regulação entre a oferta e a procura. Mas a verificação dessa tendência ao equilíbrio é, no mínimo, discutível. Sobre essa questão, a defesa que Louçã faz da teoria parece muito razoável e convincente: *“Il y a deux raisons essentielles qui justifient la priorité accordée par Mandel à une approche historique. La première découle de l’objectif même de l’analyse: on ne peut supposer que les périodes longues de développement obéissent en permanence aux mêmes relations structurelles, dans la mesure où les transformations permanentes de l’univers social – sa morphogenèse – sont une caractéristique essentielle des économies et recouvrent des événements et des facteurs aussi variés que l’innovation technologique, la modification des rapports de travail, les institutions politiques, la dimension et la structure des marchés, les traits culturels et les stratégies évolutives des groupes sociaux. Dans ces conditions, les approches statistiques fondées sur le postulat de l’équilibre sont condamnées à l’échec. La décomposition trend/cycle qui est le principe de base des méthodes économétriques traditionnelles postule en effet une indépendance entre les deux catégories de phénomènes, ainsi qu’une invariance causale structurelle. Bien entendu, aucune de ces deux hypothèses n’est acceptable dans l’analyse des séries historiques réelles. Il est donc permis de suspecter que l’incapacité des statistiques traditionnelles à mettre en évidence les ondes longues*

Em primeiro lugar, é interessante constatar, apesar das inescapáveis polêmicas metodológicas, que não parece existir qualquer incompatibilidade entre as datações das ondas longas, e as periodizações históricas que o marxismo, com critérios que eram outros, sugeriu sobre as fases históricas de desenvolvimento do capitalismo, depois da revolução industrial: ascensão, até meados do século XIX; apogeu, até a deflagração da Primeira Guerra Mundial; e declínio, desde então. Ao contrário, ocorre uma inquietante ou talvez perturbadora aproximação de cronologias.⁵⁸

O que só por si, abre possibilidades teóricas inovadoras para a investigação das coincidências, muito próximas, de suas datações. Mais interessante, no entanto, é a discussão sobre as causas das ondas longas e sobre os diferentes postulados que explicariam a passagem das fases (A) de crescimento sustentável para as fases (B) de recessão prolongada, e mais importante, e muito mais complexo, a passagem inversa.

n'est pas le reflet de la réalité, mais le résultat des méthodes employées pour examiner les données." (grifo nosso) (LOUÇÁ, Francisco. "Ernest Mandel et la pulsation de L"histoire" In ACHCAR, Gilbert. **Le marxisme d'Ernest Mandel**, Paris, PUF, 1999, p. 84/5)

⁵⁸ Esta aproximação cronológica pode ser conferida na seguinte passagem do informe de Trotsky em 1921 ao congresso da Terceira (anterior, portanto, à discussão sobre a teoria das ondas longas de Kondratiev): as datações de épocas que ele apresenta são quase idênticas ao movimento das ondas longas que Kondratiev irá defender. Merecem especial atenção os dois momentos de passagem de fases de contracção, ou depressão prolongada, para as fases de expansão, ou crescimento sustentado. A primeira, depois da derrota das revoluções democráticas de 1848. A segunda, depois da vitória anti-escravista na Guerra Civil nos EUA, e durante a fase de conquista e partilha do mundo pelo imperialismo moderno. Também é interessante como Trotsky vê a articulação dos ciclos curtos com as mudanças de época: identifica os dois movimentos, e sugere que o movimento na longa duração das alternâncias de épocas seria o mais estrutural e decisivo, incidindo sobre as flutuações dos ciclos curtos: "*A curva do progresso econômico põe em evidência dois tipos de movimento: um, fundamental, que expressa a elevação geral; outro, secundário, que corresponde às flutuações periódicas constantes, relativas aos dezesseis ciclos de um período de 138 anos. Nesse tempo, o capitalismo viveu aspirando e expirando de maneira diferente, de acordo com as épocas. Desde o ponto de vista do movimento de base, quer dizer, desde o ponto de vista do progresso e decadência do capitalismo, a época de 138 anos pode dividir-se em cinco períodos: de 1783 a 1815, o capitalismo se desenvolve lentamente, a curva sobe penosamente; depois da revolução de 1848, que amplia os limites do mercado europeu, assistimos a uma volta muito brusca. Entre 1851 e 1873, a curva sobe de repente. Em 1873, as forças produtivas desenvolvidas chocam-se com os limites do mercado. Produz-se um pânico financeiro. Em seguida, começa um período de depressão que se prolonga até 1894. As flutuações cíclicas têm lugar durante esse tempo; porém a curva básica cai aproximadamente no mesmo nível. A partir de 1894, começa uma época nova de prosperidade capitalista, e até a guerra, a curva vai subindo com vertiginosa rapidez. No fim, o fracasso da economia capitalista no curso do quinto período se realiza a partir de 1914.*" (grifo nosso)(Trotsky, Léon "La situación económica mundial y las nuevas tareas de Ia Internacional", in: Una escuela de estrategia revolucionaria, Buenos Aires, DeI Siglo, 1973, p. 57, Apud. COGGIOLA, Osvaldo, "O debate marxista sobre as crises econômicas", manuscrito, 1999, p.34)

Esta elaboração, que ocupou um lugar na tradição marxista, tem, contudo também uma história, muito pouco conhecida, que seria importante, mesmo que brevemente, recuperar:

“Lorsque le premier essai de Kondratieff sur « Les cycles longs de la conjoncture » parut en 1922, son auteur était probablement convaincu que sa description et ses hypothèses seraient l'objet d'un large accord, et il ne put cacher sa surprise devant la vive critique formulée par Trotsky contre son texte. Dans un article publié au cours de l'été 1923, Trotsky utilisa des données publiées par le Times de Londres pour démontrer que « la courbe du développement capitaliste » connaissait de temps à autre des tournants brusques, sous l'impact d'événements exogènes, tels que les révolutions, les guerres ou autres bouleversements politiques (la chronologie que proposait Trotsky en ce qui concerne les tournants dans le trend était la suivante : 1781-1851, 1851-1873, 1873-1894, 1894-1913, 1913-... Elle correspond de très près aux périodisations avancées avant lui par d'autres auteurs(...)) que Trotsky ne connaissait probablement pas. La convergence de si nombreux auteurs sur la chronologie, alors même qu'ils travaillaient indépendamment les uns des autres, souligne les traits distinctifs des développements historiques du capitalisme au XIX^e siècle. Cela revenait à critiquer Kondratieff pour sa tentative de présenter l'ensemble des facteurs politiques comme des facteurs endogènes, autrement dit d'ignorer l'autonomie des processus sociaux par rapport à la sphère économique.”⁵⁹

⁵⁹ (grifo nosso) (LOUÇÃ , Francisco, “Ernest Mandel et la pulsation de L’histoire”, in ACHCAR, Gilbert. **Le marxisme d’Ernest Mandel**, Paris, PUF , 1999, p. 82/3,) As preocupações de Trotsky na polémica contra Kondratiev parecem ter sido de dupla natureza, e ambas merecem atenção: uma teórico-metodológica, e outra política. A primeira questão remete ao perigo de critérios econômicos unilaterais, que ignorem a centralidade dos processos político-sociais em qualquer tentativa de periodização do capitalismo (que como sabemos não é inocente porque a avaliação do passado contem uma perspectiva de quais são as possibilidades de futuro) , do que resultaria uma formulação teórica que: (a)reconhecendo no sistema uma capacidade de auto-regulação na longa duração, (para além da teoria do ciclo de renovação do capital fixo, que em Marx coincide com a teoria das crises) colocava em questão o prognóstico do marxismo clássico de que o capitalismo teria um limite histórico, ou seja , os limites de valorização do próprio capital; (b) estabeleceria as premissas de uma passagem “indolor” para fases históricas de expansão, o que estava em irreconciliável contradição com a caracterização da Terceira Internacional sobre a natureza da época do imperialismo, definida como uma época de esgotamento da fase histórica “progressiva”, e portanto analisada como um época de agonia crônica em que a permanência do capitalismo teria que ser considerada como uma ameaça à civilização, baseada nos métodos de contra-revolução econômica e política. Quanto à segunda questão, os problemas eram (a) o perigo das generalizações catastrofistas que eram predominantemente influentes na direção do KPD alemão, com o apoio dos húngaros , e que sustentavam o vaticínio de uma iminência da revolução, como se o capitalismo pudesse ter uma “morte natural”, sem que os desenlaces decisivos exigissem a entrada em cena dos sujeitos sociais, e também, uma vontade política consciente. Nesse sentido vale conferir, também, esta recuperação deste debate feita, com muito rigor, por Louçã: “*Le discours de Léon Trotsky au congrès du Komintem en 1921, dans lequel il reconnaît l'existence de différentes phases et conjonctures du développement capitaliste, marque l'ouverture du débat russe. Trotsky connaissait Parvus et avait travaillé avec lui, de telle sorte qu'il ne pouvait ignorer sa conception de périodes Sturm und Drang d'expansion du capital, suivies de périodes de récession : son intervention reposait implicitement sur cette conception, et s'opposait à la position gauchiste de Bela Kun et de la*

Em resumo: Trotsky duvida de uma aproximação endógena “economicista”, ao tema do desenvolvimento capitalista na longa duração, e defende que os fluxos e refluxos da luta de classes incidem sobre as flutuações dos processos econômicos, tanto quanto estes sobre aqueles. Um outro aspecto interessante é observar como ocorre o entrelaçamento dos ciclos curtos, no interior das ondas longas. Esse processo pareceria se manifestar no maior fôlego e vigor das fases de crescimento dos ciclos curtos, quando inseridos em uma vaga ascendente: com uma duração mais sustentada, e com recessões mais brandas e suaves quando chega a hora do ajuste. E, por sua vez, com um crescimento menor, mais contido e frágil, quando inserido em uma vaga descendente, aos quais se sucederiam desacelerações mais acentuadas, bruscas e prolongadas, a depressão crônica, o que revelaria uma pulsação desigual dos ciclos de acordo com os períodos históricos.

De qualquer forma, para o que nos interessa mais diretamente, a interpretação do debate contemporâneo sobre a crise do capitalismo, este novo enfoque metodológico, a partir da teoria das “ondas longas”, se expressa, no debate atual, mais próximo da hipótese Kondratiev, do que da crítica de Trotsky. Para uns, esse processo já teria ocorrido, com a reestruturação produtiva impulsionada pela micro-eletrônica, para outros, estaria agora em pleno desenvolvimento, com uma mudança estrutural dos padrões de gestão empresarial. O impasse das últimas duas décadas e meio teria sido ou estaria em vias de ser superado. Insistem na defesa (quase) unânime dos critérios endógenos, na transição da atual fase B prolongada, da

direction du KPD allemand, qui défendirent au congrès la thèse d'une révolution imminente, en raison de l'effondrement du capitalisme, et en déduisaient qu'il fallait passer à l'offensive(...) En fait, Trotsky était engagé à l'époque dans une autre bataille politique, contre Boukharine et son idée d'une perpétuation ou d'une stabilisation du système capitaliste. C'est pourquoi Trotsky rejetait la notion d'une capacité d'auto-ajustement de l'économie à la hausse ou à la baisse et l'abandon, comme chez Kondratieff, de toute dimension stratégique. Cependant les positions successives de Trotsky en 1921 et 1923 étaient cohérentes pour lui, ce sont les grands événements politiques (exogènes) qui déterminaient les retournements de l'onde longue, aussi bien à la baisse qu'à la hausse.” (grifo nosso) (LOUÇÃ , Francisco, “Ernest Mandel et la pulsation de L'histoire” In ACHCAR, Gilbert. **Le marxisme d'Ernest Mandel**, Paris, PUF , 1999, p. 82/3.)

quarta onda longa Kondratiev, para uma nova vaga de prosperidade e crescimento perene. Algumas poucas vozes destoam. Arrighi, da escola semibraudeliana, semimarxista de Wallerstein desenvolve uma análise na contra corrente:

“O capitalismo histórico parece ter enfrentado três dessas situações. A primeira foi típica do começo do capitalismo: teve origem em problemas de “acumulação primária” e foi no final suplantada pela Revolução Industrial e pelo estabelecimento da hegemonia mundial britânica. O segundo impasse foi típico do capitalismo pleno: teve origem em problemas de “comodificação” e foi no final suplantada pela Revolução Organizacional e pelo estabelecimento da hegemonia mundial norte-americana. O terceiro impasse é este que está sendo enfrentado agora pelo capitalismo tardio. Ele tem origem em problemas de “superacumulação” e é improvável que seja suplantado por algo que não corresponda a uma grande reorganização da economia mundial em termos não capitalistas.”⁶⁰ (grifo nosso)

Arrighi coloca audaciosamente o problema do atual período histórico nos termos de uma disjuntiva histórica insolúvel sem profundas mudanças político-sociais: a exigência de medidas anticapitalistas para superação da atual recessão prolongada significaria, portanto, ou o prognóstico da permanência da depressão prolongada, ou o reconhecimento da necessidade da incidência de fatores exógenos, externos à esfera econômica, e condiciona uma retomada sustentada da economia mundial, a uma reorganização econômico-social com formas pós-capitalistas.

Mas o reconhecimento da centralidade dos fatores exógenos como condicionante de uma nova fase A, recoloca o debate sobre a regularidade das ondas longas. Isso porque ao serem político-sociais, seriam aleatórios, no sentido de que dependem de processos nas lutas de classes, com suas infinitudes de variáveis e incertezas. É essa a preocupação metodológica de Bensaïd:

“S’il n’existe aucune loi symétrique à la chute tendancielle du taux de profit, rien ne prouve que le retournement à la hausse soit inévitable et prévisible. Lorsque Trotsky le déclare aléatoire

⁶⁰ (ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 33).

(résultant de facteurs 'exogènes'), enjeu stratégique et rigueur théorique vont de pair. S'il dépend de facteurs sociaux, politiques, militaires, pourquoi le cycle d'ensemble devrait-il connaître une périodicité relativement régulière d'une soixantaine d'années ? Marx s'est d'ailleurs trouvé confronté à une difficulté analogue à propos du cycle industriel, dont la rotation du capital fixe ne fournit pas une explication suffisante. L'usure de ce capital n'est en effet pas purement technique, mais morale, donc variable. Les conflits de répartition entre classes (et non la simple concurrence entre capitalistes) sont en dernière analyse le ressort du changement technique lui-même. **Reste alors à déterminer comment la relative régularité du cycle s'impose malgré tout à travers les incertitudes de la lutte.**⁶¹ (grifo nosso)

Ou seja, Bensaïd identifica que a questão metodológica central, seria identificar, se a operação de uma lei paralela à baixa tendencial da taxa de lucro, que, para Marx, está na raiz do ciclo curto, se manifesta, também, na rotação das ondas longas.⁶²

Esse é o “calcanhar de Aquiles” da hipótese Kondratiev, inúmeras vezes assinalado. Sem essas forças de pressão, garantindo a transição endógena, para além das flutuações nas lutas de classes, pareceria que todo o edifício da teoria das ondas longas desabaria.⁶³

⁶¹ (BENSAÏD, Daniel. **La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire**. Paris, Les Éditions de la Passion, 1995. p.72).

⁶²O problema da hipótese que defende que os fatores exógenos seriam indispensáveis para uma explicação da retomada do crescimento (grosso modo, derrota histórica dos trabalhadores para garantir uma estabilidade política do sistema que ofereça segurança na imobilização de grandes massas de capital), reside na dificuldade de, então, explicar a regularidade das ondas de aproximadamente meio século. Se a cobiça e a ganância de classe está relacionada com as oscilações da luta de classes ou, em alguma medida, condicionada pelos processos sociais e políticos, seriam, ao final, imprevisíveis as flutuações dos investimentos, porque as inversões das relações de forças seriam aleatórios. Logo, não existiria possibilidade séria de construir um modelo teórico para os ciclos longos de cinquenta anos. Estaríamos diante de uma coincidência estatística. Essa é a opinião crítica de Grespan, que insiste, também, que, no longo prazo, a tendencia evolutiva do sistema é indeterminada: “*É interessante que os defensores das “ondas longas” que atribuem a recuperação e a revolução tecnológica e institucional da produção a fatores exógenos e casuais, por isso mesmo estão automaticamente abrindo mão de determinar a duração destas “ondas”, que só poderá ser regular se dependesse essencialmente de elementos endógenos ao sistema econômico capitalista. De fato, nenhum deles consegue explicar por que tais “ondas” deveriam durar aproximadamente 50 anos, apresentando sempre argumentos facilmente refutáveis.*” (grifo nosso) (GRESPLAN, Jorge, **A Dinâmica do Capital**, Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Filosofia do IFCH da Unicamp, 1994, p.272)

⁶³Como já vimos, o debate sobre a existência ou não de uma fundamentação científica das ondas longas, ou sobre a solidez das verificações estatísticas, não é nem secundário, nem simples. Boa parte da querela em torno às ondas longas, se concentra em torno desta ausência. Coincidências estatísticas entretanto, a rigor, não provam nada, e não só não são incomuns como podem alimentar muitos mal entendidos, ou até mesmo conclusões, pelo menos, precipitadas. Claro que uma teoria científica exige, para além (na verdade, antes mesmo) de sustentação empírica incontroversa, uma hipótese de explicação que seja sustentável: a formulação de leis que permitam uma nova, reveladora e superior

Os defensores da teoria da ondas longas (apesar das diferença que os separam) contra-argumentariam, afirmando que as flutuações econômicas não se reduzem à substituição, de dez em dez anos (ou até menos), de uma nova família de equipamentos industriais, a imobilização de capital fixo que está na raiz do ciclo curto. Defendem, em síntese, a importância dos investimentos de longo retorno em infra-estrutura (energia, transportes, comunicações, etc...), das inovações gerenciais (taylorismo, fordismo, toyotismo.), e de novos ramos produtivos (micro-eletrônica, bio-tecnologia, etc...), que estabeleceriam novas condições históricas do processo de acumulação.

Essas mudanças qualitativas, com a imobilização de massas gigantescas de capital, com retorno de longa duração, também responderiam à pressão da queda tendencial da taxa média de lucro, *mas com um período de rotação de capital muito mais lento.*

Seria essa explicação econômica suficiente ou satisfatória? É amplamente aceito que a financeirização típica dos últimos vinte e cinco anos, a procura de valorização do capital fora da esfera produtiva, não é um fenômeno atípico, e, embora numa outra escala, já teria

interpretação dos fenômenos em foco. Modelos matemáticos estão subordinados a esta exigência, e dela decorrem. Coggiola, como outros marxistas, identifica, com razão, que a teoria das ondas longas ainda está no estágio de uma hipótese em discussão, que não passou pelo crivo final de evidências inquestionáveis, o que, entretanto, não diminui a importância exploratória das possibilidades e novas perspectivas que ela abre, porque une de uma forma inovadora as possibilidades dos critérios de periodização econômica aos de classificação históricos, em uma síntese complexa, em que os primeiros se subordinam aos segundos. A crítica, apoiada em Paul Mattick, merece, contudo, atenção: *“Nestas condições, não foi difícil para diversos economistas a crítica à teoria de Mandel pela sua base empírica muito fraca (não há expressão estatística do ciclo longo, coisa que Kondratiev tentou) e pela sua confusão e ecletismo teórico, que a tornam uma teoria insuficiente, especialmente no que diz respeito à explicação da saída das depressões longas: os fatores exógenos colocados estão na verdade fortemente vinculados às contradições do sistema econômico. Por outro lado, a gênese das revoluções tecnológicas é pouco explicitada. Pois é claro que uma teoria de ciclos longos diversos dos períodos históricos do capital, somente poderia apoiar-se em fatores internos da dinâmica capitalista, com o que Mandel se afasta decisivamente de Trotski, que naturalmente não disse que o capitalismo se movimenta no vazio, e sim no mundo real. Trotski submeteu à crítica toda explicação mono-causal, isto é, puramente econômica do desenvolvimento capitalista. Em Mandel, as ondas longas voltam a ser consideradas como fenômenos mono-causais, puramente econômicos; já que a taxa de lucro ‘deve ser interpretada pela mediação de uma série de transformações sociais’, continua claro que é o movimento da taxa de lucro que determina tanto as ondas longas como as curtas. Como toda a questão gira em torno de um pseudo-problema, é natural que o fato de as ondas longas não serem verificáveis no plano estatístico não tenha importância para Mandel”.*(grifo nosso)(COGGIOLA, Osvaldo, “O debate marxista sobre as crises econômicas”, manuscrito, 1999)

ocorrido anteriormente, diante de crises de super-produção e de esgotamento de mercados. Todo o problema teórico-histórico consiste justamente em explicar porque essas massas colossais de capital, antes refugiadas em títulos e ativos de grande liquidez, se deslocariam para investimentos produtivos, alavancando uma nova vaga ascendente. Esses argumentos não parecem, portanto, conclusivos para justificar *a decisão político-empresarial dos investimentos cujo retorno só seria previsível em prazos alargados*.

A menos que aceitemos admitir a possibilidade das causalidades exógenas para complexificar o modelo teórico, e introduzir uma variável histórica para a definição dos ciclos longos econômicos: a incidência da luta de classes e suas flutuações incertas como um fator central no cálculo de riscos e na definição do planejamento empresarial estratégico. Mas como não parece razoável incluir os desenlaces dessas lutas como um fator interno do movimento de rotação do Capital na longa duração, porque seriam imprevisíveis os seus resultados, ao propormos a importância dos fatores político-sociais na passagem das vagas recessivas para as novas vagas ascendentes, *estamos reconhecendo que a periodicidade das ondas longas deve ser variável*.

Os economistas, talvez até alguns marxistas, resistirão, com os cabelos em pé, a tal “*démarche*”, desprezada, a priori, como anticientífica. É tão poderoso o paradigma da física no “núcleo duro” das ciências exatas que é previsível que não se considerem hipóteses científicas, que, por enquanto, não possam ser reduzidas às equações matemáticas.⁶⁴

⁶⁴ Boa parte do pensamento econômico continua prisioneira do dogma da tendência ao equilíbrio na regulação mercantil feita pela oferta e procura. Mas se esquecem, com demasiada freqüência, que também os graus de necessidade variam, e, portanto, as causalidades que as leis revelam, exercem condicionamentos que têm intensidades variáveis. Nas Ciências Sociais o estatuto da relação sujeito/objeto é muito particular. Por exemplo, as leis históricas mudam de acordo com as épocas históricas: a baixa tendencial da taxa média de lucro, ou a lei do valor, ou ainda a tendência à concentração do Capital são leis que operam sob o capitalismo, mas que nada nos dizem sobre os movimentos das economias pré-capitalistas. Reconhecer leis históricas, e compreender que as regularidades só podem ser identificadas como tendências, bloqueadas por contra-tendências, deveria ser o abecedário do ofício de historiador. Que o atual debate nas ciências sociais nos obrigue à polêmica sobre a operacionalidade ou não de leis históricas, ou seja sobre o estatuto que separa a história da narrativa literária, é mais revelador da força do irracionalismo em tempos de crise civilizatória como os de hoje, do que dos limites, que certamente existem e são grandes, da história, em apresentar respostas e explicações satisfatórias, como ciência, às transformações que o mundo nos

Mas toda a questão, se coloca por uma nova perspectiva, se ponderarmos que a *centralidade de uma explicação da periodização econômica pode ser enriquecida por uma aproximação histórica*. Essa é a nossa inclinação. Assim, seria necessário em nossa opinião, por exemplo, para que fossem criadas condições favoráveis ao crescimento, *uma mudança qualitativa nas correlações de forças, ou seja, uma derrota histórica de longa duração do campo dos trabalhadores*, (como seria, hoje, a destruição do Welfare State), e ofensivas bem sucedidas, dentro do sistema interestatal, para confirmar uma nova hegemonia econômica (como seria, se vier a ocorrer,

impõe. Tendenciosidade não é incompatível com incerteza. Previsibilidade não é incompatível com o imponderável. Todos os fenômenos são relativos. A História sempre será construída pelos sujeitos sociais como um processo em aberto. Em aberto, mas condicionado por causalidades: descobri-las é uma parte irredutível do nosso ofício. Assim, os que estão convencidos que a tendência histórica à crise econômica do capitalismo descoberta por Marx, e por ele defendida como um dos seus maiores “achievements” científicos, não teria sido confirmada, nos ficam devendo uma boa explicação para o porquê de 29, para não dizer da história econômica deste século. Sobre esta questão, a localização do tema feita por Grespan me parece, portanto, irrefutável: *“As dificuldades encontradas pelo próprio Marx em estabelecer precisamente a forma de realização e o resultado das “leis” do capitalismo derivam justamente da complexidade do estatuto da necessidade relativa de que tais “leis” se revestem. Enquanto necessidade, elas se apresentam como “leis férreas”, seja da expansão do capital, seja de sua crise inevitável; mas em sua relatividade, elas parecem adquirir o caráter de simples possibilidades ou de tendências de longo prazo. Em sua necessidade, elas parecem permitir a previsão de um destino para o capitalismo; mas em sua relatividade, elas implicam sempre contratendências que atenuam e postergam os efeitos delas ou que se alternam com esses últimos. Leituras pouco atentas às formas complexas da apresentação categorial certamente optam sem grandes problemas por uma versão aparentemente “óbvia” do que Marx quis dizer. Mas justamente a variedade de versões produzidas pela tradição marxista e os debates acirrados entre elas indicam as ambiguidades que o próprio Marx não pôde evitar, e que uma leitura mais minuciosa e crítica acaba por descobrir. O que se descobre, afinal, é que a articulação dos conceitos da teoria de Marx resulta na indeterminação quanto à forma de movimento do capital, ao mesmo tempo em que demonstra cabalmente a natureza processual que ele possui enquanto relação social historicamente circunscrita. É sintomático que os debates dos autores marxistas sobre o problema das crises e sobre o destino do capitalismo tenham produzido soluções tão díspares como a inevitabilidade do colapso ou a ênfase na capacidade de regeneração do sistema, concebendo-se a crise como juízo final, ou como etapa de crescimento, ou ainda como algo evitável. O que está em jogo é o estatuto modal da crise, isto é, se ela é mera possibilidade ou uma necessidade absoluta, em uma ênfase sempre unilateral sobre um dos aspectos presentes no conceito de necessidade relativa. Para os adeptos das teses do colapso do capitalismo, sua inevitabilidade advém do seu caráter necessário, cujo estatuto modal reativo eles não apreendem e confundem com a necessidade absoluta, de modo que o difícil de explicar é a possibilidade do colapso ser adiado. Os que acreditam na inevitabilidade dos ciclos, por outro lado, afirmam que uma fase leva necessariamente à outra e, portanto, que cada fase oposta é tão necessária quanto a outra, idéia que parece ser incompatível com o conceito estrito de “necessidade”, fazendo que em suas explicações eles resvalam inconscientemente para argumentos baseados na mera possibilidade da ocorrência das fases e de sua sucessão.”*(grifo nosso) (GRESPLAN, Jorge. *A Dinâmica da Crise: um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia do IFCH da UNICAMP, 1994, p.293/4)

uma afirmação inequívoca do bloco Estados Unidos/Canadá, sobre o Japão e a União Europeia).

De qualquer forma, reexaminemos a hipótese de um processo endógeno de passagem das vagas recessivas para as fases de crescimento prolongado. Marx esteve, ele também, colocado diante do mesmo desafio para compreender o ciclo curto como o foco de interpretação das crises. Um problema teórico permaneceria: existiriam razões para considerar, no movimento das ondas longas, fatores contratendências análogos aos que Marx analisou exaustivamente em *O Capital*? A importância desses contrafatores é essencial para compreendermos como a queda da taxa de lucro é neutralizada, e a passagem do ciclo curto é endógena:

*“É justamente este conceito marxiano de ‘lei’ que permite entender também porque ela se apresenta como ‘tendência’, quando se estende das variáveis estruturais da taxa de lucro – composição orgânica e taxa de mais-valia – àquelas que se opõem à manifestação da queda desta taxa, a saber, as chamadas ‘causas contra-atuantes’, no capítulo 14 do Livro III de ‘O Capital’. De fato, aí escreve Marx: ‘...as mesmas causas que produzem a tendência à queda da taxa de lucro moderam também a efetivação (verwirklichung) desta tendência’. **A queda real da taxa de lucro, resultado da efetivação desta ‘tendência’, é ‘moderada’ por um conjunto de condições enumeradas por Marx no referido capítulo: o aumento da exploração extensiva (prolongamento do dia de trabalho) e intensiva do trabalho na grande indústria; a diminuição do valor do capital constante, com a produtividade maior no setor que produz meios de produção; a formação do ‘exército industrial de reserva’ pelos setores que dispensam mão-de-obra, a ser aproveitada pelos de composição orgânica mais baixa e, portanto, maior taxa de lucro; etc..”**⁶⁵(grifo nosso)*

O problema teórico da “transição endógena”, na passagem dos ciclos longos não se soluciona, portanto, com a identificação da operação da baixa tendencial da taxa de lucro na longa duração: admitindo-se a operação desta tendência simétrica aos ciclos curtos nas ondas longas, se fecha um problema, mas se deixa outro por resolver. Seria necessária a operação também de contra-tendências, que freiassem a baixa

⁶⁵ (GRESPLAN, Jorge. *A dinâmica da crise, um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1994. p.218.)

da taxa média de lucro, e impedissem uma tendência irrefreável ao colapso. Quais seriam esses contra-fatores, se é que eles existem?

Admitindo-se essa conclusão, de que não existiriam fatores endógenos que, por si só, constituíssem uma regularidade histórica nos diferentes etapas do desenvolvimento capitalista para a passagem das vagas recessivas para uma nova vaga de crescimento, então *estariam corretas as considerações de Mandel sobre a centralidade dos desenlaces na luta de classes, para determinação da passagem histórica, pelo menos, na transição das fases (B) para as fases (A) das ondas longas.*

Em uma palavra, para resumir de forma “brutal”: *não existiriam transições ascendentes indolores.* Toda passagem para uma nova fase de longa duração de crescimento capitalista estaria condicionada por um conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos: associada a uma revolução tecno-científica, e impulsionada por uma nova liderança incontestada no sistema inter-Estados, restaria o problema da estabilidade social. Uma inversão global da longa estagnação *exigiria uma correlação geral de forças, favorável ao Capital, que estimule a ganância e a cobiça em bases seguras, livre de ameaças políticas.*

A conclusão metodológica que se poderia, assim, retirar, seria reconhecer a primazia dos fatores político-sociais como causalidade das grandes flutuações das fases do desenvolvimento histórico do capitalismo. E a necessidade dos conceitos históricos de época e etapa como instrumentos de periodização, sobre uma leitura do atual impasse civilizatório com critérios estritamente economicistas. Nessa direção avança a elaboração de Mandel:

*“Up to this point, all of the processes described seem to correspond (...) to the objective needs of capital. But at this point, an exogenous element appears. Capital has a constant need to increase the rate of surplus value(...) but its capacity to realize these ends does not depend on objective conditions alone. **It depends also on subjective factors (i.e., the capacity of the working class to mount resistance and counterattack).** And this capacity, in turn, is not a straightforward mechanical function of what happened in the previous period: the degree of growth of the wage-earning class, the relative level of unemployment, the level and homogeneity of unionization (more generally, working-class organization) attained.*

Although these factors are obviously very important, others must be brought into play: the absolute (numerical) strength of the working class (its weight in the total active population) and of the organized labor movement; the degree of self-confidence and militancy of the working class; its degree of autonomy in relation to predominant bourgeois ideologies; the relative strength of the workers' vanguard inside the class and the labor movement (i.e., the relative strength of that layer of the working class that is qualitatively more independent from bourgeois and petit bourgeois ideology...⁶⁶ (grifo nosso)

As considerações de Mandel parecem convincentes: a recuperação da taxa média de lucro não depende unicamente, na longa duração, de fatores estritamente objetivos, isto é, a regulação mercantil da oferta e da procura, mas também de fatores subjetivos, ou seja, de variáveis que se definem na luta de classes, e que acabam por decidir se uma relação de forças mais favorável ou mais desfavorável irá vingar.

Ainda assim um problema teórico restaria sem solução: se a utilização das causalidade político-sociais, ou seja, o impacto externo das lutas de classes, como fator exógeno, explicaria a passagem da vaga recessiva, para uma nova vaga de crescimento, parece satisfatório (como teria sido a derrota das revoluções de 1848 na passagem do primeiro para o segundo Kondratiev, o imperialismo moderno e a partilha do mundo na passagem do segundo para o terceiro Kondratiev, e, finalmente, a Segunda Guerra Mundial e a coexistência pacífica entre os EUA e a URSS, como passagem para o quarto), permaneceria a *questão em aberto da periodicidade de aproximadamente cinco décadas de cada onda longa*.⁶⁷

⁶⁶ (MANDEL, Ernest. **Long waves of capitalist development, a marxist interpretation**. Londres, Verso, 1995. p36-37.)

⁶⁷ Uma análise, nesse sentido, encontramos em Bensaid, que reforçaria a hipótese que viemos defendendo, de que na fase da decadência do capitalismo, de forma historicamente agravada, não existiria a possibilidade de uma passagem indolor, para uma fase ascendente de um novo Kondratiev, sem um custo econômico-social destrutivo. Ou, como preferem os americanos, “*there is no free lunch*”. Ou seja, a natureza regressiva do capitalismo se manifestaria na necessidade de, em cada novo impasse, uma crise mais profunda, uma degeneração civilizatória mais aguda: “*Bouleversements sociaux et conflits militaires jouent bien sûr un rôle important et souvent décisif dans la restauration (non seulement économique, mais politique, juridique, institutionnelle, géopolitique), des conditions de valorisation du capital. Ils établissent de nouveaux rapports de forces sociaux, de nouveaux découpages territoriaux, de nouvelles hiérarchies de domination et de dépendance à l'échelle continentale ou mondiale. Ainsi, les points de retournement à la hausse des trois premiers « kondratieffs » sont-ils marqués par de puissantes convulsions : les révolutions européennes et le printemps des peuples*

Em outras palavras, a questão da passagem para uma fase recessiva prolongada, teria a mesma explicação histórica que a teoria da crise do marxismo elaborou para o ciclo curto: a manifestação da baixa tendencial da taxa de lucro, que na longa duração se expressaria como estagnação crônica e se traduziria na necessidade de uma destruição de forças produtivas em uma escala cada vez mais elevada. Mas a passagem inversa, no período de decadência, estaria sobredeterminada por um processo convulsivo e regressivo de crise de dominação que exigiria um deslocamento das relações de forças mundiais que só seria possível, por sua vez, com custos catastróficos, e cujo desenlace é imprevisível. Logo, governa a incerteza e a periodicidade seria incerta e irregular.

É importante observar que esta limitação teórica não é secundária. E alimenta também uma acesa polêmica sobre a possibilidade ou não, para além dos perigos do ecletismo teórico, de incorporar e harmonizar a hipótese dos ciclos ou ondas longas com os critérios econômico sociais que o marxismo utilizou para uma periodização do desenvolvimento econômico do capitalismo. É nesse sentido, que Coggiola se contrapõe a Mandel, e argumenta que é perigoso não definir, ao menos, a hierarquia das relações entre as ondas longas e os ciclos curtos:

“Deixando de lado as conclusões políticas derivadas dessa colocação, o seu erro metodológico fundamental consiste em sobrepor um hipotético ciclo às leis cientificamente formuladas do desenvolvimento capitalista: as leis cientificamente determinadas estariam sobredeterminadas por uma hipótese. Não só isso: ainda que o ciclo longo fosse cientificamente comprovado, ele não seria um elemento decisivo, mas subordinado, da dinâmica capitalista. Segundo Trotski, os ciclos econômicos estão determinados pelas forças internas do capitalismo, enquanto os períodos históricos o estão pela interação entre aqueles e as condições estruturais do desenvolvimento capitalista. Ernest Mandel tentou combinar esta análise com outra que sobrepusesse aos ciclos marxistas os ciclos longos, como uma espécie de elo intermediário entre os ciclos do

*en 1848-1851, la vague d'expansion coloniale et le partage impérialiste à la fin du XIX siècle, la guerre d'Espagne et la Seconde Guerre mondiale au milieu du XX siècle.”(grifo nosso) (BENSAÏD, Daniel. **La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire.** Paris, Les Éditions de la Passion, 1995. p.78)*

capital analisados n'O Capital e os períodos históricos (auge, estancamento e declínio) do sistema capitalista.⁶⁸(grifo nosso)

A querela não é irrelevante. A caracterização das épocas históricas e das etapas políticas está no seu centro. Entre a periodização das épocas na longa duração, e das situações e conjunturas nos prazos acelerados, seria ou não útil o conceito das etapas, como uma mediação intermediária? Existiria ou não, por sua vez, uma relação entre as mudanças das etapas e as passagens sugeridas pelas datações das ondas longas? Seriam ou não as datações da teoria das ondas longas compatíveis

⁶⁸ (COGGIOLA, Osvaldo, “**O debate marxista sobre as crises econômicas**”, manuscrito, 1999 ,p.68/69) A crítica de Coggiola é interessante ainda que o tom polêmico seja áspero, porque inflexível com as concessões (talvez, na verdade, neste aspecto, secundárias) que Mandel fez à possibilidade de que as inovações tecnológicas possam ocupar um papel em um relançamento de uma fase expansiva de longo fôlego (esta, por exemplo, com mais razão, seria a hipótese de inspiração, neste aspecto, confessadamente schumpeteriana da escola de Wallerstein). Na verdade, justiça seja feita, parece evidente que existiu sobre o tema em questão, o significado da fase de expansão da economia capitalista mundial no pós-guerra, no marco de uma época de decadência histórica do Capital, uma evolução, em nossa opinião, claramente positiva, das posições de Mandel. Desde a elaboração do **Tratado de Economia Marxista** do início dos anos 60, em que a ênfase estava colocada no reconhecimento de uma suposta capacidade do sistema de continuar impulsionando o crescimento das forças produtivas, com todas as conseqüências teóricas e políticas que dela resultam para a caracterização de época, até às conclusões que começa a esboçar em **O Capitalismo Tardio**, com a recuperação da hipótese Kondratiev, há uma inflexão crítica inegável sobre as perspectivas históricas. A questão é complexa: não seria razoável, para marxistas, ignorar o problema teórico que resulta do aparente paradoxo que resulta de uma fase de crescimento sustentado no interior de uma época que se define pelo esgotamento do modo de produção. Como explicar a sobreposição de temporalidades de signos opostos? As duas soluções mais simples não nos parecem convincentes: negar o crescimento capitalista do pós-guerra, e brigar com os dados da realidade, ou, o erro simétrico, admitindo esse crescimento, concluir apressadamente que a época do imperialismo estaria encerrada. O centro da inovação teórica de Mandel no seu livro **Long waves**, do início dos anos 80, nesta questão, pareceria ser justamente a defesa da centralidade das causalidades político-sociais, ou seja, a defesa da necessidade de uma inversão histórica das relações de forças, desfavorável aos trabalhadores, uma mudança de etapa nos marcos de uma mesma época, como condição para a passagem a uma nova fase expansiva. Para conferir melhor, a seguir, Coggiola cita Mandel, e responde na sequência: ‘*A tese de que em 1914 se produziu um ponto de inflexão fundamental na história do capitalismo é muito importante do ponto de vista econômico e político... mas o fato do capitalismo ter entrado em 1914 em um período de crise estrutural e declínio histórico não exclui novos desenvolvimentos periódicos das forças produtivas nem uma nova onda longa expansiva como a testemunhada entre 1940-1948 e 1968. A teoria das ondas longas explicaria este auge das forças produtivas em um período de declínio histórico destas.*’ Vejamos como. De acordo com Mandel, as ondas longas “são de duração irregular. A sua explicação marxista confere à realidade histórica da onda longa um caráter integrado total, através da sua mistura peculiar dos fatores econômicos endógenos, das mudanças ‘ambientais’ exógenas e a forma em que são mediatizados pelos processos socioeconômicos’. **Esta, que é a formulação teórica mais abstrata que Mandel oferece da sua “teoria”, reflete toda a sua fraqueza: tratar-se-ia de uma “irregularidade” que teria sua explicação em todas as fontes possíveis, ou seja, absolutamente nada.**” (grifo nosso)(Ibidem, COGGIOLA, Osvaldo, “**O debate marxista sobre as crises econômicas**”, manuscrito, 1999 ,p.68/69)

com as periodizações que o marxismo sugeriu para compreender o século que se encerra?

Examinemos a questão: em primeiro lugar, não parece haver muitas dúvidas que as fases de maior investimentos em pesquisas são justamente as fases descendentes das ondas longas (assim ocorreu nos anos 80 do século passado, nos anos 30, antes e durante a guerra, e finalmente nos anos 80 do século XX), quando, sob a pressão da queda da taxa média de lucro, se intensifica a competição entre as grandes corporações, e de disputa entre as potências pelo mercado mundial. O argumento é justo mas insuficiente: a ciência pode abrir uma porta, mas, como sabemos, é necessária uma vontade empresarial para cruzá-la: essa decisão de investimentos é uma *decisão político-econômica*. Ela repousa, em uma avaliação de projeções estratégicas que cruzam informações, que estão, por sua vez, subordinadas a um planejamento, que é global: *a usura do capital não despreza as incertezas da luta de classes*.

Por outro lado, se utilizamos uma definição de época, para o nosso século, que mantenha a caracterização do imperialismo, como acreditamos ser correto, é preciso evitar critérios eurocentristas para a definição do pós-guerra. Se pode ser compreensível, a romantização dos “30 anos dourados” (como apreciam os ingleses) para boa parte da opinião pública ilustrada do “Norte”, depois de 20 anos de ajuste neoliberal, é necessário recordar, que esses anos, não foram tão “gloriosos” (como recordam, nostálgicos, os franceses) para os 80% da população mundial que os viveram ao sul do equador.

Na verdade, essa etapa de crescimento sustentado, só pode ser analisada, em uma perspectiva histórica, se considerarmos os efeitos devastadores da crise de 29 (entre os quais a crise revolucionária na Alemanha, e a vitória do nazismo não estão entre os menores), assim como, após 45, a “paúra” histórica da revolução social na área do Mediterrâneo (França, Itália, Balcãs). E, também, “last but not the least”, o enorme prestígio

militar e político da URSS, exercendo uma tal pressão que permitiram concessões preventivas extraordinárias aos trabalhadores, que dificilmente teriam sido feitas, *senão sob a pressão dessa relação de forças entre as classes e interestatal*. Por isso, parece razoável a conclusão que, em 45, não teria ocorrido uma mudança de época histórica, mas de etapa política: a transição para uma nova fase de crescimento, um intervalo aparentemente atípico, teria se dado no interior de um período histórico da decadência, sem inverter o seu sentido.

E, no entanto, por cima da incerteza do desenlace da luta, permanece o mistério da regularidade do meio século. Kondratiev resolvia este obstáculo teórico com uma fórmula “algébrica”. A regularidade das ondas longas expressaria o ritmo do processo de renovação dos bens de capital essenciais à sociedade, em especial a substituição de grandes equipamentos de infraestrutura em sectores que exigiam volumosas massas de capital fixo e retorno lento, recorrendo assim, grosso modo, ao mesmo esquema teórico que Marx utilizava para a rotação do ciclo curto.⁶⁹ Arrighi

⁶⁹ São pouco conhecidas as polémicas nos anos 20 sobre as ondas longas, e as suas possíveis relações com as crises revolucionárias, nas quais Trotsky, foi muito ativo : “*Dans son rapport de juin 1921 au III^e Congrès de l'Internationale Communiste sur la Crise économique mondiale et les nouvelles tâches de l'internationale, il engage le fer contre ceux qui cherchent à établir un lien mécanique entre crise économique et situation révolutionnaire. Il reprend à son compte l'idée que « la courbe du développement économique est composée de deux mouvements ». Un premier mouvement exprime la tendance générale du développement capitaliste et un second consiste en oscillations périodiques correspondant au cycle industriel. Selon qu'ils s'inscrivent dans une période d'expansion ou de dépression du cycle long, ces cycles « mineurs » revêtent des caractères distincts. Trotsky propose alors une périodisation soulignant l'alternance entre une longue phase de stagnation (s'étendant selon lui de la Révolution française à 1848) et d'une phase « d'expansion turbulente » (de 1851 à 1873); puis à nouveau entre une phase dépressive (de 1873 au milieu des années 1890) et une phase de boom (de 1896 à la guerre mondiale). Il en conclut que le capitalisme mondial est à nouveau entré dans une période de stagnation. Il refuse cependant d'y voir une justification de la théorie de l'offensive permanente que Bela Kun et Zinoviev, calquant mécaniquement les rythmes politiques sur les fluctuations économiques, viennent de mettre désastreusement en pratique avec « l'action de mars » (1921) en Allemagne. Il rappelle que les révolutions de 1848 n'étaient pas nées de la crise », mais de contradictions fondamentales entre la dynamique du développement capitaliste et les entraves sociales et étatiques héritées du féodalisme ; la crise économique fut seulement un détonateur. Il exclut également la perspective d'une « crise finale » du capitalisme. En fait, « il n'y a aucun lien automatique entre la crise et le mouvement révolutionnaire prolétarien ; il n'y a qu'une interaction dialectique la comprendre est essentiel.* (grifo nosso) (BENSAÏD, Daniel. **La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire**. Paris, Les Éditions de la Passion, 1995. p.66)

desenvolve a mesma hipótese, como critério, na explicação da originalidade da revolução industrial:

*“A Revolução Industrial forneceu uma saída para esse impasse através de **um importante salto na quantidade, amplitude e variedade de bens fixos de capital nos quais podia ser investido o excedente dos meios monetários que resultavam para as empresas capitalistas.**”⁷⁰(grifo nosso)*

E, no entanto, a incógnita sobre a periodicidade permanece. A hipótese de interpretação de Arrighi é que a transição para o início das fases (A) das ondas longas se definem pelas revoluções econômicas, e as (B) por uma maior intensidade dos conflitos competitivos inter-empresas e inter-estados, e destaca que no final do terceiro Kondratiev, teria ocorrido a ausência da hegemonia de uma moeda, com a decadência inglesa, o que nos permite uma reflexão interessante, sobre as possíveis relações entre o deslocamento da libra esterlina e a crise de 29.

O que poderia ser útil nos debates de hoje, se considerarmos as crescentes pressões sobre o dólar.⁷¹ E sustenta esta opinião, com o reforço da autoridade de Braudel:

*“a revolução industrial foi sobretudo uma transformação de **capital fixo**, de agora em diante seria mais caro, porém mais durável, sua qualidade seria aprimorada e ele alteraria radicalmente as taxas de produtividade”⁷². (grifo nosso)*

⁷⁰(ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1998. p.29)

⁷¹ Os paralelos históricos feitos por Arrighi são sem dúvida muito sugestivos: financeirização associada à depressão prolongada, conflitos inter-empresas e inter-estados como uma exacerbação da concorrência pela disputa de mercados nas fases descendentes(b) das ondas longas, necessidade da hegemonia de uma moeda mundial para o entesouramento no relançamento de uma fase ascendente, como parte do problema da hegemonia político militar: *“mas também pelos gastos associados com a escalada do conflito nas relações inter-Estados. A fase B assumiu a forma peculiar de “competição excessiva” entre os Estados em vez de entre empresas. A luta competitiva foi travada pelos Estados ao invés de pelas empresas (...) Uma peculiaridade importante dessa fase B, por exemplo, foi a completa ausência de liderança nas relações monetárias inter-Estados.*” (grifo nosso) (ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1998.

⁷² (BRAUDEL, Fernand. **The weels of commerce**. New York, 1982)

Estamos em resumo diante de *uma questão em aberto*: como podemos considerar a hipótese dos ciclos longos se a solução teórica mais satisfatória para o movimento de rotação do Capital nos conduz à conclusão de que a periodicidade seria incerta? A questão pendente é de natureza metodológica e até mesmo epistemológica, se considerarmos não só a influência das interpretações economicistas, mas também da escola da econometria dentro da disciplina econômica⁷³.

O que é, entretanto, pertinente nesse debate para a compreensão da natureza da atual crise prolongada e as perspectivas que ela abre? Três cenários se colocam fundamentalmente como hipóteses mais prováveis: (1) a evolução da bolha especulativa que inflou o valor das ações na economia americana, no sentido de uma explosão que resultaria em uma nova crise de tipo catastrófico como em 1929, a famosa “aterrisagem brusca”;⁷⁴ (2) a persistência de uma recessão prolongada até que condições favoráveis à valorização do capital, voltem a estar reunidas, e estimulem

⁷³ Sobre este tema uma referência é um estudo marxista recente, que desenvolve uma crítica impiedosa à econometria dominante, e que retoma a questão da articulação entre os ciclos curtos e as ondas longas: “*Numa referência aos ciclos de Kondratiev, Mandelbrot sugeriu que a sobreposição de diferentes ordens de ciclos fosse explicada por hipóteses estabelecendo diversos níveis hierárquicos* Essa foi a abordagem adotada neste texto: a emergência, a complexidade e os sistemas abertos são características centrais da teoria evolucionista aplicada a processos sociais históricos. Nesse sentido, as hipóteses básicas podem ser formuladas da seguinte forma: (i) cinco sub-sistemas (ciência, tecnologia, economia, política, cultura) geram um grande número de flutuações, incluindo movimentos cíclicos e ondulares com diferentes periodicidades, causados tanto por ciclos específicos de cada um deles (ciclos político-econômicos, trajetórias tecnológicas, movimentos culturais, etc.) como por lags e retroações nas conexões entre os subsistemas; e (ii) essas correntes são combinadas em algumas bandas de flutuações pelos processos específicos de coordenação. São esses processos de coordenação que desempenham um papel causal essencial nos ciclos curtos e nas ondas longas no desenvolvimento histórico real das economias”. (grifo nosso) (LOUÇÁ, Francisco. **Turbulência na economia, uma abordagem evolucionista dos ciclos e da complexidade em processos históricos**. Lisboa, Afrontamento, 1997. p. 368)

⁷⁴Esta posição vem sendo trabalhada como uma hipótese pelo economista marxista François Chesnais: “se toma como punto de partida el año 1974 es obligatorio preguntar-se si esta crisis no se ha transformado con los años en algo más, o en algo diferente que una depresión de larga o muy larga duración. Habríamos salido del período en que eran adecuados los términos de depresión o estagflación largos, **para entrar en algo cada vez más parecido a una nueva fase "crónica" de la interminable agonía del capitalismo, portadora de múltiples formas de barbarie y de regresión económica, política, social y cultural**, cuyas expresiones infinitas constituyen la esencia de la información que la prensa nos brinda cotidianamente (...) esta situación puede también desembocar prácticamente en cualquier momento en un gran crack financiero, preludio de una crisis de amplitud superior a todo lo conocido desde hace 20 años.” (grifo nosso) (CHESNAIS, François. “La caracterización del capitalismo a fines del siglo XX” in **Herramienta**, 3, Buenos Aires, otoño, 1997. p.16)

investimentos que objetivem quantidades colossais de capital/dinheiro em capital fixo (o que, como já vimos, dificilmente poderia ocorrer sem uma derrota histórica regressiva de grandes proporções, como a destruição da participação estatal nos fundos públicos que sustentaram na fase A do quarto Kondratiev a constituição do Welfare State); (3) ou, finalmente, uma passagem mais endógena a uma nova fase de crescimento prolongado, mas que certamente não será menos indolor:

*“ Parece claro que este subperíodo final da fase B de um ciclo de Kondratieff, no qual a economia mundial está mergulhada desde 1967/1973. Há, hoje, (...) um consenso de que os anos noventa são um período de recessão, (...) É possível que venha a ocorrer um dramático ‘crash’ de preços. Esta é simplesmente, uma forma (mas não a única) de eliminar os competidores mais fracos no período de estagnação, para preparar o terreno para uma nova expansão da economia mundial.(...) Enquanto uma maior combatividade entre classes é uma resposta racional (...) **Nos anos 90, assiste-se exatamente a este mesmo fenômeno: um acirramento dos conflitos de classe e das lutas interétnicas. A coincidência da fase B do ciclo de Kondratieff com o início do declínio hegemônico coloca graves problemas para os grandes poderes, especialmente para aqueles localizados nas zonas centrais do sistema. Seu equilíbrio interno torna-se muito mais instável do que o usual, e o medo de conflitos sociais se exacerba. Eles também sabem que a possibilidade de se saírem bem na próxima fase A do ciclo depende de sua habilidade de se mostrarem competitivos em uma subárea particular da produção mundial: a dos novos produtos líderes.**”⁷⁵(grifo nosso)*

Como se vê, Wallerstein é cuidadoso, e trabalha com mais de uma hipótese. Mas se a prudência é boa conselheira quando se estabelecem prognósticos, não é menos verdade que o desafio teórico é justamente utilizar os conceitos como um instrumento que tenha utilidade para

⁷⁵.(WALLERSTEIN, Immanuel. “Possibilidades Globais, 1990-2025” In **Praga:estudos marxistas 5**. São Paulo, HUCITEC, maio 1998. p. 18)

ação. Portanto como há cem anos, a agenda do debate se volta para a definição do signo ou sentido da época.

Teria ocorrido uma mudança de época em 1989/1991, como na virada dos anos noventa do XIX, ou uma mudança de etapa, como a que ocorreu em 1944/1945? Com a restauração capitalista, abriu-se a possibilidade de uma nova fase expansiva vigorosa, ou a tendência à crise e instabilidade é maior, e os confrontos decisivos nas lutas de classes são os que estão à nossa frente, e não os que ficaram para trás? As mudanças ocorridas no sistema inter-estatal, com a nova hegemonia americana, são suficientes para um relançamento de grande fôlego da economia mundial, como no pós-guerra, ou, em outras palavras, já passamos a fronteira da subfase da vaga descendente dos últimos vinte e cinco anos, e estamos no início de uma vaga ascendente?

Já em termos teórico-históricos, uma pergunta apropriada seria, por exemplo: por quê aceitar a centralidade das categorias de periodização econômica (a partir, exclusivamente de taxas de crescimento dos PIB's), como por exemplo, a utilização da datação 1967/1973, que responde ao início da curva descendente da vaga B da última onda longa Kondratiev? Isso porque, em nossa opinião, a datação de etapa, que estende o período de pós-guerra até 1989/1991, como faz Hobsbawn, permite um panorama de análise histórica superior: ordena a compreensão do processo de longa duração, pelos eventos políticos fundamentais (como a derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra e a restauração capitalista no início dos anos 90) que definem uma nova correlação geral de forças entre as classes, e, nos dois, casos transformações vitais no sistema interestados.

Por último, uma referência histórica. No início da controvérsia de época há cem anos, Rosa respondeu a Bernstein com a consigna/prognóstico socialismo ou barbárie, e a resposta da História veio nas trincheiras de Verdun, e o seu meio milhão de mortos. E, no entanto, como este trágico século nos ensina, nem os genocídios da Primeira e da Segunda Guerra Mundial foram o bastante para condenar definitivamente o capitalismo.

O Capital revelou, sem dúvida, uma surpreendente capacidade de adaptação às condições políticas mais adversas, o que leva alguns pesquisadores a considerar a possibilidade de uma plasticidade do sistema, que o marxismo clássico teria ignorado.⁷⁶

No sentido inverso, tampouco pareceriam razoáveis prognósticos de que estaríamos às vésperas de uma crise final.⁷⁷ A História não confirmou critérios catastrofistas de que o capitalismo poderia evoluir em um sentido de um processo de “morte natural”. Entretanto, alguns estudos começam a considerar seriamente a hipótese luxemburguiana de barbárie, uma desintegração dos padrões civilizatórios, mesmo que precários. O apogeu do capitalismo conteria já maduros os elementos de sua agonia: uma desintegração social crescente.⁷⁸

⁷⁶ Um tema que sugere a discussão sobre a importância da democracia como o regime de dominação, por excelência, do Capital, mas remete, também, ao problema das causas do atraso da revolução socialista nos países centrais. A questão do desenvolvimento das forças produtivas e da plasticidade das relações sociais capitalistas é desenvolvida com um enfoque sintético e cortante no ensaio de Fernando Haddad: *“O principal defeito do movimento socialista até aqui foi acreditar que, sob o capitalismo o desenvolvimento das forças produtivas materiais entraria necessariamente em contradição com as relações de produção vigentes. Em outras palavras, foi não perceber o quão elásticas são as relações de produção capitalistas, o quão adaptável é o sistema, de modo que a dialética entre as relações sociais capitalistas e as forças produtivas da sociedade moderna desdobra-se de uma forma completamente diferente daquela do pré-capitalismo. (...) Os socialistas incorreram em erro ao promover uma indevida extrapolação dessa mecânica para a sociedade atual. Pois no caso do capitalismo, ao contrário, o desenvolvimento econômico, longe de ameaçar, legítima o sistema, torna-o progressivamente mais amoldável (...) a luta de classes aguça, afrouxa, recrudescer e se volatiliza em uma arena que é tão maior, e portanto permite movimentos menos circunscritos, quanto mais intenso é o grau de desenvolvimento da produção. Os limites do sistema são constantemente alargados. A liberdade de ação, por certo, sofre sempre o constrangimento do ciclo econômico, mas as crises recorrentes, pelo menos até agora, não têm sido capazes de romper o que parece ser o mau infinito da acumulação capitalista.”* (grifo nosso)(HADDAD, Fernando. “O legado de Marx” In **Praga: estudos marxistas 5**. São Paulo, HUCITEC, maio 1998. p77)

⁷⁷ Sobre o tema de uma crise terminal, ou de uma possível evolução no sentido de um colapso parecem corretas as sugestões de Chesnais: *“creo recordar que Lenin decía que "para la burguesía no hay crisis sin salida". El tipo de crisis al que Lenin se refería es la crisis de dominación política de la burguesía (en la que la crisis económica puede ser un componente, pero que nunca puede reducirse a este aspecto). Lo que está en juego para la burguesía en tal caso no es relanzar la acumulación, sino salvaguardar su poder: único garante de su capacidad para defender la propiedad privada de los medios de producción y sus privilegios de clase. Como lo mostró la política del New Deal en los años 30, este objetivo puede pasar por concesiones importantes a la clase obrera incluso cuando se trata de una burguesía una trayectoria histórica como la de los EE.UU. Todo indica que en varios países -empezando por Francia nos encaminamos hacia ese tipo de crisis, conformada por enfrentamientos brutales de tipo "clásico" entre los asalariados y la juventud con el aparato policial del Estado.”*(grifo nosso) (CHESNAIS, François. **“La caracterización del capitalismo a fines del siglo XX”**, in **Herramienta, 3**. Buenos Aires, otoño, 1997. p.16)

⁷⁸ Esse é, por exemplo, o alerta de Chico de Oliveira, que compreende que o “novo” do período de

É neste amálgama histórico semeado de ameaças, em que o passado parece nos arrastar para o abismo, e o futuro se desenha como utopia, que estão os combates decisivos. E no desencontro das temporalidades, o perigo de confundir a mudança de etapa, período ou situação com a mudança de época, alimenta a desesperança de dar por perdido um desafio que sempre se renova.

globalização (e também dos objetivos da política neoliberal) não estaria no crescimento inédito do exército industrial de reserva e, portanto, na exclusão do mercado, seja de trabalho ou de consumo, mas na barbárie do apartheid, estendendo à escala do mundo, o que no século XX foi um fenômeno atípico e degenerativo, como, por exemplo, sob o nazismo na Alemanha, o sionismo em Israel e a segregação racial na África do Sul: *“No Brasil de hoje, ele significa o desmantelamento do campo de significados criado pelo contraditório processo da ‘revolução passiva’, encurralada nas duas últimas décadas pelos novos recursos políticos criados pelas classes dominadas. Toda vez que os direitos são transformados em ‘custo Brasil’ que a estabilidade do funcionalismo, antes um requisito para a construção de um Estado moderno, é transformada em explicação para a dilapidação financeira do Estado, que direitos humanos, que incluem julgamentos e tratamento iguais para todos os cidadãos, incluindo-se os que cometem crimes, são transformados em causação da violência e da barbárie, o que está em jogo é a exclusão. Não no seu sentido mais pobre, o da exclusão do mercado e do emprego, mas no seu sentido mais radical: o de que, agora, dominantes e dominados não partilham o mesmo espaço de significados, o mesmo campo semântico. Há uma negação – ou sua tentativa – da contestação no mesmo campo de significados, o que dilui a política e o conflito. É uma forma radical de administração, tal como a administração de um zoológico. Assim, apesar de que a aparência seja de uma hegemonia finalmente lograda, após o longo período de violentas transformações e de pesados ajustes no interior do bloco dominante, que sempre se renovou, diga-se de passagem, o conceito perde eficácia porque o processo em curso não é integrador. O totalitarismo, apesar de seu claro inacabamento, parece mais produtivo teoricamente. Ele se refere a um processo de destruição do campo de significados comuns a dominantes e dominados, e seu sonho é o apartheid total.”* (grifo nosso) (OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis, Vozes,

1.2. A vanguarda da crise e a crise da vanguarda: um novo debate sobre época reabre-se cem anos depois.

A idéia das crises é inseparável da crise das idéias. Entre as idéias em crise, uma interpretação do mundo ainda influente no início dos anos 80, o campismo “socialista”⁷⁹, na sua versão mais difundida durante décadas, desmoronou no início da década de 90. Amplamente defendida nos círculos de esquerda, e com ecos nos mais expressivos centros universitários do mundo, o campismo pró-Moscou, pró-Pequim, ou outras variantes,

1998. p. 202-3)

⁷⁹ O Campismo foi a mais influente teoria política do século inspirada no marxismo. Em especial, a versão defendida pelo estalinismo, no período do pós-guerra. Influenciou gerações, sustentando a interpretação de que o mundo estava dividido em dois campos: o capitalista e o socialista, irreconciliáveis e em luta, apesar da coexistência pacífica. Durante a guerra fria, contudo, existiram poucas, mas sábias vozes marxistas, que alertaram para as perigosas consequências dos critérios campistas. Já o maoísmo construiu uma bizarra variante campista: a teoria dos três mundos. No primeiro, os imperialismos capitalistas e o social imperialismo russo, no segundo, os países socialistas e o terceiro mundo, que dispensa explicações. Estranhíssima, porque chegou a considerar, durante a fase da revolução cultural, entre o final dos 60 e início dos 70, que o principal e mais influente dos imperialismos seria o russo, e pregava que os partidos pró-Moscou seriam partidos social-fascistas. É curioso que, até hoje, a expressão Terceiro Mundo ainda seja usada, quase sem reservas. Mais curioso ainda, é que a expressão passou a ter um outro sentido, hoje pejorativo, pelo menos no Brasil, porque expressão dos ressentimentos sociais das camadas médias, que viajam para Miami, mas vivem em um país com condições sociais atroz para a maioria do povo. Conferir em Anderson uma análise das distintas interpretações campistas. (ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Trad. Carlos Cruz. Porto, Afrontamento, 1976)

afirmava que o mundo estaria dividido em dois blocos político-militares, o campo capitalista e o campo socialista, sendo este último a retaguarda estratégica das lutas de classes contra o imperialismo.

Como todos os campismos anteriores, este também escolhia uma contradição predominante e inalterável, à qual as outras estariam, permanentemente, subsumidas. Nesse caso, a contradição entre os blocos no sistema inter-estatal, se impunha como a contradição fundamental. Logo, para os seus apologistas, as lutas de classes em cada região do mundo, estariam subordinadas às razões de Estado. E, em conseqüência, as lutas dos trabalhadores e da juventude contra a opressão burocrática, nos países com economias pós-capitalistas, eram desconsideradas, como uma expressão da manipulação das reivindicações pela contra-revolução, que pretendia derrubar os governos “socialistas”. Uma insuperável divisão se estabeleceu durante décadas entre as lutas no Ocidente e no Oriente, *acabando de enterrar o internacionalismo, como um movimento político organizado*, como existiu, por exemplo, diante da revolução espanhola.⁸⁰

⁸⁰ A destruição do internacionalismo com o divórcio das lutas no Ocidente e no Leste, e a associação do socialismo às tiranias burocráticas estão entre as derrotas mais profundas do marxismo, como movimento político, neste século, e do movimento dos trabalhadores, em geral. A título de exemplo, hoje é pouco recordado que Fidel não só aceitou, como apoiou a invasão de Praga em 68, assim como se calou diante das chantagens de Moscou às greves em Gdansk no início dos anos 80, que originaram o Solidarinôsc. A existência de países onde a propriedade privada dos grandes meios de produção foi expropriada, ainda que os seus regimes políticos fossem aberrantes deformações burocráticas, um híbrido histórico, necessariamente transitório, colocou o marxismo revolucionário no pós-guerra em uma situação paradoxal e desconcertante. Deveria defender a natureza social dos Estados diante da pressão imperialista pela restauração capitalista, e ao mesmo tempo, apoiar as mobilizações dos trabalhadores e da juventude pelas liberdades democráticas, contra os regimes políticos de opressão. Ou seja, uma defesa condicionada ao signo de classe do conflito. Algo muito mais complexo do que uma defesa incondicional ou uma oposição incondicional. A oscilação do pêndulo foi sempre, no entanto, muito complexa, originando desequilíbrios: estalinofilia ou estalinofobia. O mesmo problema político se coloca hoje, de alguma maneira, face a Cuba, ou de uma forma mais ampla, perante guerras como a invasão do Iraque ou da Iugoslávia. A defesa de países independentes perante a agressão imperialista, não desobriga a denúncia irreconciliável contra os regimes ditatoriais de Hussein ou Milosevic. Em suma, o campismo simplifica o que não é redutível a fórmulas unilaterais. Os dilemas do internacionalismo não são simples. E o tema dos critérios sobre progressividade está longe de ter perdido importância. Ele está no centro de uma apreciação sobre a restauração capitalista no Leste e na URSS, por exemplo. A questão não é fácil, mas a equação teórica é irreduzível: ou as formações econômicas pós capitalistas (utilizamos este conceito, que merece restrições, para evitar discussões paralelas de caracterização, muito longas: ao ser mais amplo, é mais útil) na URSS, no Leste e na China eram superiores e a restauração capitalista foi historicamente regressiva; ou eram formações econômico-sociais inferiores, ou seja predominantemente pré-capitalistas, e nesse caso, a restauração deve ser considerada progressiva, mesmo que seus custos estejam sendo brutais, porque coloca em

Na mesma linha, também tinha a necessidade de ampliar o perigo da contra-revolução, sempre apresentado como iminente, houvesse ou não uma ameaça política real. Explorava, dessa forma, os sentimentos, compreensíveis, de solidariedade defensiva, para justificar as patifarias mais ignóbeis. Estudá-la, é analisar o passado de uma ilusão. Com a ruína da URSS, as referências campistas perderam influência na esquerda em geral, e nas análises marxistas em particular, mas não desapareceram. Ainda hoje, por exemplo, influenciam a maior parte das interpretações sobre Cuba⁸¹ e, em menor medida, sobre a China⁸².

movimento sociedades estagnadas. Mesmo que as dores do parto das transição sejam impiedosas para as amplas massas, esses são os termos do problema. Não vemos como se possa fugir a esta encruzilhada teórica. Da resposta que se ofereça a esta questão depende boa parte das divisões e unificações da esquerda nas próximas décadas. O futuro costuma ser implacável diante dos erros teóricos. Sobre este tema, vale conferir as considerações que apresentamos a seguir. Fazem parte de um trabalho sobre o tema da restauração ainda inédito: *“La prensa siempre ha asociado esas revoluciones con la restauración. Hemos combatido ese concepto (“las revoluciones restauracionistas”) que presenta la prensa burguesa (...)La asociación mecánica que hace la prensa y muchos sectores de izquierda, entre revolución y restauración, no corresponde al análisis de los hechos(...) Señalo lo anterior porque las revoluciones, que fueron esencialmente inconscientes (como por otra parte lo han sido la mayoría de las revoluciones) enfrentaron, objetivamente, a los planes y a los gobiernos restauracionistas. Pero más que eso, el motor que permitió esas revoluciones fue el descontento creado por la aplicación de esos planes restauracionistas. Por eso es importante, cuando discutimos restauración, señalar cuándo comienza la restauración. Y la misma no comienza con las revoluciones ni con las movilizaciones. Por eso no es exagerado decir que esas revoluciones, desde el punto de vista objetivo, vuelvo a repetir, objetivo, es decir de lo que ocurrió, tuvieron un carácter antirrestauracionista, independientemente de lo que ocurrió a posteriori, (...)No es por casualidad que en China se haya dado uno de los primeros movimientos de este tipo. Porque cuando comenzaron las movilizaciones de la Plaza de la Paz Celestial ya hacía once años que se venían aplicando los planes de reforma en dirección a la restauración del capitalismo.(...) El gobierno fue plenamente consciente de que estaba frente a un movimiento que iba objetivamente contra la restauración y esto fue tan así, que a partir de 1989 se puso un freno en el conjunto de las medidas restauracionistas que se estaban implementando desde hacía varios años y esas medidas sólo fueron retomadas cuando el gobierno estuvo seguro de que la situación estaba controlada. Es eso lo que explica lo que ocurrió en China entre los años 89-92 donde se frenó buena parte de las medidas restauracionistas y se hicieron varias concesiones, inclusive salariales, para contrarrestar los efectos sociales de los planes económicos.”* (HERNANDEZ, Martín. *Sobre as revoluções no Leste e a restauração capitalista*. manuscrito, 1999)

⁸¹ Acerca das diferentes posições existentes na esquerda hoje sobre Cuba, conferir o ensaio de Valter Pomar: “Fidel Castro, a história o absolverá?”, que coloca a questão central do ponto de vista histórico: *O caminho adotado para conseguir “moeda forte” foi o de abrir o país ao turismo e às inversões estrangeiras. O resultado foi a criação de uma dupla economia: a economia do peso e a economia do dólar. Socialmente, isso significa cavar um fosso – de consumo, de oportunidades – entre os que têm e os que não têm moeda estrangeira. (...) Mesmo os setores simpáticos a idéia de que Cuba persevera no caminho socialista reconhecem que, a prosseguir a situação atual, a desigualdade de rendas e de consumo pode se transformar em desigualdade de classes, em uma escala que a revolução deixou, para trás, há décadas. E um modelo econômico que aprofunda desigualdades não pode ser considerado socialista.”* (grifo nosso) (POMAR, Valter. “Fidel Castro, a história o absolverá?” In

Mas, como se sabe, no ambiente político e cultural dos anos 90, afirmou-se uma nova hegemonia ideológica, denominada neoliberal que afirma, entre outras, as seguintes premissas: (1) Com a derrota do “socialismo” e a abertura do processo de globalização, teríamos uma nova época histórica benigna de desenvolvimento e prosperidade capitalista, de crescimento contínuo que (2) apesar das dores do parto da reestruturação produtiva e do conseqüente desemprego, a atual globalização abriria um caminho para uma maior mobilidade social, em que (3) as contradições do capitalismo poderiam ser contidas ou reguladas pelo papel preventivo das agências internacionais (donde a discussão que uma nova crise, “a la 29”, estaria, em princípio, descartada, já que o FMI, ONU, OMC, OCDE, Banco Mundial, G-7, etc..., estariam aí de plantão para controlar a explosão da bolha e evitar a disseminação do incêndio). Enfim, teríamos um mundo mais seguro e mais estável: a vitória da democracia e do mercado.

Há também, todavia, uma outra variante: conhecida como Terceira Via, consiste em uma adaptação do projeto neo-liberal, com as suas ambigüidades, pela social democracia de final de século.⁸³

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Revolução Cubana, história e problemas atuais**. São Paulo, Xamã, 1998. p. 195.)

⁸² Sobre a defesa da China como Estado operário ou país em transição para o socialismo, a obra de maior repercussão no Brasil, foi feita pelo veterano militante marxista Wladimir Pomar, ex-membro da Executiva do PCdoB e da Executiva nacional do PT. Ao contrário de suas conclusões, paradoxalmente, a última década estaria revelando que o processo de restauração capitalista teria se iniciado primeiro na China, onde a transição se fez por cima e, só depois, inspirado no “pioneirismo” de Deng Xiao Ping,, Gorbatchev teria feito a mesma escolha estratégica. Mas teria, em função da entrada em cena do movimento operário, perdido o controle do processo. Se admitíssemos esta hipótese, que hoje parece muito razoável, fica mais claro a compreensão de que os levantes proletários (os mineiros de Kuzbass à frente) na ex-URSS em 89/91 foram, como o motim estudantil em Pequim, uma resposta de resistência às seqüelas do processo de restauração já iniciado, justamente o inverso da fábula neoliberal (que encontrou os seus porta-vozes na esquerda), de “massas ululantes” que queriam o capitalismo. É verdade que existiu, na URSS e no Leste, um período de relativa embriaguês com a possibilidade de acesso a um padrão de vida e consumo semelhante ao da Europa Ocidental, mas foi efêmera. A verdadeira base social da restauração não foram as massas operárias que derrubaram Gorbatchev, mas a burocracia estatal do ex-PCURSS, que se associou aos novos investidores estrangeiros. Conferir, de qualquer forma, a defesa do “Novo modelo da NEP por meio século” na obra de Pomar. (POMAR, Wladimir. **O enigma chinês, capitalismo ou socialismo**. São Paulo, Alfa-Omega, 1987).

⁸³O texto que transcrevemos a seguir, de Ricardo Antunes, resume de forma lúcida e correta os giros de prestidigitação de Blair, que correspondem, em grande medida, a uma mudança qualitativa no carácter de classe do Labour. Um fenômeno espantoso, e por isso, digno de estudo. Embora não seja original, trata-se de algo muito mais complexo do que parece na superfície. Os partidos políticos, para marxistas, definem-se em primeiro lugar pela sua natureza de classe. Sendo as classes heterogêneas,

Esse programa defende como horizonte programático a conquista da cidadania, através do controle social do mercado, pela organização do terceiro setor, as ONG's, e políticas sociais compensatórias, entre as quais as mais conhecidas são os projetos de renda mínima.⁸⁴

como sabemos, é comum que os seus interesses se expressem através de diferentes partidos. Mas a mudança de programa ou de linha política de um partido é muito distinto de uma transformação nas bases sociais de sustentação de um partido. Trata-se, de alguma maneira, da destruição de um tipo de partido, e a construção de algo qualitativamente diferente. O Labour foi, apesar de sua retórica socialista, como recorda, com razão, Antunes, um partido reformista totalmente integrado ao regime monárquico democrático inglês durante muitas décadas. Mas essa integração, sustentada nas políticas de reconstrução capitalista do pós-guerra, grosso modo, um programa Keynesiano, nos moldes do que se convencionou denominar Welfare State, não impediu o Labour de se manter como a expressão política da classe operária, o que o obrigava a uma estreita relação com os sindicatos e com o TUC (Trade Union Congress). Blair mudou não só programa, mas as estruturas que vinculavam o Labour com o movimento sindical. É, portanto, muito duvidoso que se possa ainda considerar o Labour como um partido operário: ***“Quando Tony Blair iniciou o processo de conversão do Labour Party em New Labour, pretendia-se não só um maior distanciamento frente ao conteúdo trabalhista anterior mas também limitar ao máximo os vínculos do New Labour com os sindicatos, além de eliminar qualquer vestígio anterior que lembrasse sua designação “socialista” que, ao menos como referência formal, ainda permanecia nos estatutos do Labour Party. O debate levado à frente por Tony Blair, em torno da eliminação da cláusula 4 da Constituição partidária (que defendia a propriedade comum dos meios de produção), resultou na criação de um substitutivo que expressa exemplarmente o conjunto de mutações que vem se realizando no interior do Labour Party. Em substituição à cláusula que se referia à propriedade coletiva, nasceu a defesa do empreendimento do mercado e rigor da competição, selando, no interior do NL, a vitória da economia de livre mercado frente à fórmula anterior. A retórica socialista e a prática trabalhista e reformista anteriores, que na verdade exprimiam a defesa de uma economia fortemente estatizada e mista, encontraram seu substitutivo na defesa da economia de mercado, mesclando liberalismo com traços da “moderna” social-democracia. Começava então a desenhar-se aquilo que posteriormente foi chamado, por Tony Blair, respaldado em seu suporte intelectual mais sólido, dado por Anthony Giddens o David Miliband, como “Terceira Via”. Em seu sentido mais profundo, a “Terceira Via” do NL tem como objetivo dar continuidade ao projeto de reinserção do Reino Unido, iniciado na era Thatcher, e que pretende redesenhar a alternativa inglesa dentro da nova configuração do capitalismo contemporâneo. Esta nova conduta partidária consolidou, como vimos, o distanciamento do Partido em relação aos sindicatos e ao TUC, passando a pressioná-los em direção à adesão de uma proposta programática em conformidade com o seu projeto E aproximou cada vez mais o NL do “moderno empresariado britânico, da qual o NL é hoje expressão, o que levou a revista The Economist a apresentá-lo como a versão inglesa do Partido Democrático de Clinton.”*** (grifo nosso) (ANTUNES, Ricardo, “A “Terceira Via” de “Tory” Blair: a outra face do neoliberalismo inglês”, in Outubro 3, Maio 1999, São Paulo, Xamã, p.48)

⁸⁴ A noção de cidadania exige uma atenção especial. O emprego generalizado de certas palavras em algumas conjunturas, e o seu banimento posterior, é uma questão histórica fascinante. Certos conceitos, que para a geração passada eram ignorados, ou passavam despercebidos, excitam a imaginação do novo período histórico, e assumem o lugar de um novo paradigma. Um dos fenômenos ideológicos mais intrigantes, e desconcertantes, é como cada fase histórica se apoia, ou se apropria das idéias do período político anterior para lhe atribuir um novo significado. Que seja assim, não é algo, necessariamente, negativo. O marxismo não está, também, imune a este processo permanente de apropriação de idéias que se formaram no corpo de outras doutrinas, e ou, em outras disciplinas científicas, que não as ciências sociais. Poder-se-ia dizer até que o faz mais frequentemente que as correntes teórico-políticas com quem se digladiou nos últimos cento e cinquenta anos. Essa permeabilidade do marxismo não resulta de uma atração pelo amálgama. Os critérios de Marx e Engels, nesse terreno, sempre foram

simples e claros: se opunham com todas suas forças à premissa de construir uma teoria fechada com seu “Livro”, ou, mesmo seus postulados definitivos. Não há livro definitivo nem palavra revelada em marxismo ou em História. Estamos, sempre, limitados ao “estado atual dos nossos conhecimentos”, a clássica fórmula da humildade científica. Deveríamos, portanto, ter de alguma forma, critérios semelhantes, por exemplo, aos da Medicina. As suas formulações são sempre condicionais e suas leis em forma de tendência: logo, tudo é transitório, e só podemos trabalhar em função do estado atual de nossos conhecimentos. E esses estão sempre em evolução. Assim, as hipóteses novas nascem de premissas anteriormente demonstradas, e se apóiam, necessariamente, nas conclusões que as precederam, sem, por isso, ignorar o mais importante, isto é, que a teoria está sempre em aberto, e novos fenômenos exigem novas interpretações. Mas o uso de um conceito, no lugar de outro, tampouco é inocente. E a seriedade impõe que se explicitem porquê não se utilizam, hoje, as noções de ontem, como se chegou à conclusão de que estavam obsoletas, e finalmente, porque as novas idéias lhe são superiores. Esse procedimento é indispensável. No entanto, quase toda literatura mais contemporânea, ou seja, aquela que pensa a natureza da atual etapa do capitalismo nos anos 90, utiliza, sem maiores reservas, o conceito de cidadania, invocado pela crescente influência anglo-saxônica, no lugar das definições de classe. Os planos curriculares do Ministério da Educação têm como seu centro a capacitação de competências para o exercício da cidadania. Até a propaganda das estradas privatizadas nos últimos anos, fazem apelo à educação dos motoristas para a responsabilidade do cidadão. O Governo Federal inclui a cidadania como o slogan mais destacado de sua recente campanha pelo trabalho voluntário, uma de suas novas políticas públicas. Também a maioria da esquerda cede à pressão do momento e enfatiza a conquista da cidadania social como a utopia do horizonte histórico ao nosso alcance. Estamos diante portanto de um conceito que é usado por quase todas as forças sociais e políticas. Mesmo os sindicatos das categorias mais organizadas no nosso país, apresentam a fórmula do sindicato cidadão em alternativa ao sindicato classista (acusado de ativismo corporativo) e contraposto ao sindicalismo de resultados. A unanimidade, como sabemos, em assuntos tão sérios, e em sociedades tão convulsionadas, como a brasileira, é estranhamente perigosa. A seguir, um fragmento de uma dissertação de mestrado que enfoca este tema pela perspectiva histórica e sociológica, com ênfase na experiência do movimento sindical dos anos 80 no Brasil. Merece atenção a redescoberta da sociologia anglo-saxã do pós-guerra, que retomou no passado recente, de forma pioneira, a idéia de cidadania a partir da experiência dos pactos sociais na Europa Ocidental no período de reconstrução que sucedeu à guerra. A nostalgia da fase Keynesiana, uma alternativa capitalista, que surge, aos olhos do presente, mais civilizada do que o atual neoliberalismo, parece ser uma das razões maiores da sua ampla divulgação. A menor influência do marxismo, e o deslocamento do centro teórico-político das Ciências sociais do Mediterrâneo para os países de língua inglesa também ajuda a compreensão deste processo: *“A origem da versão moderna de cidadania: o sociólogo T.H. Marshall retomou a noção de cidadania tratando de dar conta da nova realidade criada pelas modificações impostas às relações sociais e políticas após um século de lutas operárias e populares, com a irrupção e extensão do movimento operário internacional durante o século XX e, em particular, com a vitória contra o nazifascismo e as conquistas sociais que se seguiram. Marshall realizou um esforço de adequar formulações anteriores sobre os direitos políticos e sociais à situação do capitalismo britânico do pós-guerra e, para isso, vai utilizar o conceito de cidadania. Quando acabou a IIª Guerra Mundial, a burguesia de vários países além da Inglaterra, se viu obrigada a recorrer a uma série de medidas que em outros tempos seriam chamadas de 'socialismo' ou de 'intromissão' do Estado na vida das pessoas, ao assumir os direitos sociais e serviços tais como educação, saúde, habitação, etc. Alguns cientistas sociais, como T. H. Marshall, buscaram sistematizar conceitos que dessem conta desta nova realidade e para isso, trabalhou então a noção de cidadania. Não para utilizar a mesma visão do século XVIII, mas construindo uma concepção que incluísse esses novos direitos sociais, ainda que colocando os limites que sua adoção não deveria ultrapassar as fronteiras da sociedade capitalista.(...) Para isso, Marshall tratou de fazer um histórico do desenvolvimento da cidadania moderna, dividindo-a em três partes: a civil, a política e a social(...). Relaciona também períodos mais ligados a cada um dos 3 elementos da cidadania, o direito civil ao século XVIII (Habeas Corpus, abolição da censura, Emancipation Act), a cidadania política ao XIX (Reforma de 1832, extensão do direito ao voto, doação de direitos políticos já existentes a novos setores da população até chegar, já em 1918, ao sufrágio universal) e a social ao século XX.(...) Marshall se propõe a responder a*

A terceira via, que já foi baptizada, de forma irônica como o “programa neoliberal com desconto”, estabelece uma inflexão no projeto neoliberal “ortodoxo” e corresponde, assim, à primeira fase da crise de meados dos 90, depois do México e antes do choque da Ásia e da Rússia, sendo assim uma resposta em um país que foi pioneiro do ajuste, desde o início dos 80, durante o longo reinado Thatcher/Major.⁸⁵

Posteriormente, na medida em que ficava claro que o custo dos ajustes neoliberais era socialmente muito alto, e politicamente

algumas questões: se há uma espécie de igualdade humana básica, associada com uma participação efetiva na comunidade e que não é inconsistente com uma superestrutura de desigualdade econômica; se havia alguma limitação no movimento em favor da igualdade social. Ele confirma sua afirmação inicial de que as medidas destinadas a elevar o nível de civilização dos trabalhadores não deveriam interferir no livre funcionamento do mercado. Se o fizessem, poderiam ser confundidas com socialismo. A resposta dele é que a preservação de desigualdades econômicas se tornou mais difícil pelo enriquecimento do status da cidadania. Já não haveria tanto espaço para as desigualdades, mas isso não significa que seu objetivo fosse a igualdade absoluta. Para Marshall, a política de estender a ‘cidadania social’ era aceita pela sociedade, o que se comprovava porque ‘todos os partidos concordam com essas medidas sociais. Na verdade, a tese de Marshall é uma adaptação da concepção da cidadania burguesa clássica aos tempos do pós-guerra e do Welfare State. Reflete um período em que conquistas no terreno dos direitos sociais se ampliaram e pareciam tender a uma generalização e a burguesia européia esteve obrigada a ceder aos trabalhadores para poder estabilizar os regimes políticos’ (grifo nosso) (WELMOWICKI, José, **O Movimento Operário da década de 80: construção da cidadania ou afirmação de classe?**, Dissertação de Mestrado apresentada ao IFCH da UNICAMP, 1998)

⁸⁵O núcleo “duro” das idéias da Terceira via, conquistou alguma audiência, quando a crise do Reaganismo ou Thatcherismo não podia mais ser ignorado. Em resumo, a elaboração de Giddens, seu mais reconhecido porta voz, pode ser conferida nesse excelente resumo, que reproduz, em grande medida, uma palestra de Marilena Chauí, em um recente ciclo de conferências promovidas pelo PT, e organizadas por Antonio Candido. O texto é de Valter Pomar: “(a) esquerda e direita seriam conceitos arcaicos, porque típicos de uma sociedade dividida em classes e de um mundo dividido pela guerra fria; (b) a esquerda não deve ser cega para os benefícios do capitalismo, mas sem perder de vista os valores do socialismo. É preciso unir os benefícios materiais do capitalismo com a grandeza de valores do socialismo, mas para isso é preciso. (c) abandonar a igualdade, que sufoca a iniciativa individual, ficando com a idéia de “justiça social” (d) não existe desemprego, não existe vontade de aceitar os empregos existentes, o desemprego é pois voluntário. Com base nessas idéias, a terceira via se propõe cinco objetivos: (1) na política, modernizar o centro, com a aceitação da idéia de justiça social e modernizar a esquerda, com rejeição de política de classe e igualdade econômica: abolir, pois, o conceito de luta de classes; (2) na economia, defendê-la mista, com “empresas responsáveis”, “empresa cidadã”, “ética na empresa”; (3) os Estados não possuem inimigos, possuem “problemas”, a serem resolvidos com eficiência, e o principal destes problemas é a legitimidade, sendo a democracia resumida à proteção comunitária dos indivíduos contra os problemas urbanos e a delinquência, transferindo-se responsabilidades para as entidades (ongs etc.); (4) a Nação passa a ser um dado da natureza e... (5) o bem-estar deve ser reformado, direcionando o foco para a responsabilidade familiar, tendo como princípio “investir em capital humano”; sai a sociedade do bem estar e entram as parcerias com empresas e ongs, desobrigando o Estado de garantir emprego, saúde, educação... Os direitos viram “serviços” sociais, via privatização.” (grifo nosso) (POMAR, Valter, **O outro Antonio**, um artigo sobre a palestra de

desestabilizador, levando às derrotas eleitorais de Felipe Gonzalez na Espanha, de Chirac na França e de Kohl na Alemanha, o processo ficou mais complexo. O perigo de que a onda de greves do inverno de 95 na França se disseminasse por todo o continente, inibiu a implantação das contra-reformas até ao fim, na maioria dos outros países imperialistas.

Soluções neo-keynesianas voltaram a atrair a atenção: redução das taxas de juros no Japão e na Europa, para premiar a produção e o consumo, e elevação de gastos públicos para atenuar as taxas de desemprego muito altas, desvalorizações seguidas do euro e do yen, para relançar as exportações para os EUA, negociações em torno a projetos como os bancos de horas (redução pactada da jornada com redução salarial proporcional), para garantir ganhos de produtividade e preservar as relações estáveis com o movimento sindical. Enfim a revalorização do papel intervencionista do Estado como regulador. Schroeder, e o seu novo centro, D'Almeida e o seu novo PDS, e Jospin e sua nova gauche são a expressão desta recente evolução.

Mas essas distintas soluções políticas têm em comum a defesa da globalização econômica como um processo benigno de ampliação de possibilidades de acesso à massa gigantesca de capitais entesourados nos mais diversos papéis, e de incentivo ao aproveitamento das vantagens competitivas recíprocas das diferentes nações no mercado mundial. Também comungam a defesa da desregulamentação dos mercados nacionais, e, finalmente, a defesa da necessidade do desmonte das antigas conquistas dos trabalhadores no assim chamado Welfare State, como privilégios que prejudicam a produtividade e elevam os custos, gerando as desvantagens competitivas.

Esta visão do mundo, em suas variadas versões, tem o seu epicentro nos EUA. E procura construir, como ponto de apoio, uma teorização sobre o crescimento sustentado da economia americana desde 92, com uma das taxas de desemprego mais baixas do século e, paradoxalmente,

sem uma pressão de alta do salário médio, sem pressões inflacionárias como nos anos 70, e sem um brutal desequilíbrio orçamentário como nos anos 80, apesar da permanência de um déficit comercial crônico, e de uma recessão mundial simétrica.⁸⁶

Mas os perigos de explosão da bolha são cada vez maiores, e restam poucas dúvidas que novas operações de socorro, em proporções que serão tendencialmente mais volumosas, como no México em 95, na Ásia em 97, na Rússia em 98 e no Brasil em 99, *colocarão em cheque a capacidade do Fed e dos bancos centrais de fornecer empréstimos sem com isso precipitarem a crise do próprio dólar.*⁸⁷

⁸⁶ A “excepcionalidade” da situação americana, se comparada com a longa recessão no Japão e a prolongada caminhada para o lado da economia européia, mesmo considerando os entusiasmos iniciais das perspectivas abertas pela restauração no Leste e o lançamento do Euro, têm alimentado não poucas especulações sobre o “fim” dos ciclos e um nova fase do capitalismo. Uma explicação, menos esotérica e mais plausível, pode ser encontrada no mais recente livro do economista marxista francês François Chesnais: *“O “milagre” do crescimento do PIB e da bolsa nos Estados Unidos há cinco anos (enquanto a Europa e o Japão não conseguiram ultrapassar os efeitos da recessão de 1990-91) se deve, simultaneamente, a seu lugar único no sistema mundial e à sua melhor adequação ao capitalismo selvagem que retomou a dianteira do sistema capitalista mundial a partir da dominação ideológica do neoliberalismo. Os Estados Unidos são o único país capitalista central que pode compensar o desabamento de sua taxa de poupança doméstica atraindo a parte mais importante do capital destinado ao mercado financeiro que se encontrar mundialmente disponível. Seguros com base nesses fluxos, os Estados Unidos puderam empregar uma política não permitida aos demais países atingidos pela crise imobiliária e bancária de 1990: fornecer ao sistema bancário liquidez a uma taxa de juros muito baixa, deixando ao mesmo tempo a taxa de câmbio flutuar livremente. Somente após o início da crise mexicana e a instalação do plano de salvamento de fevereiro de 1995 é que o FED foi obrigado a intervir com o objetivo de despreocupar os detentores de ativos financeiros emitidos em dólares. Entre 1991 e 1994, os bancos americanos obtiveram recursos a uma taxa de 2%, para emprestá-los a 4,5%.”* (CHESNAIS, François. “Os crashes financeiros asiáticos e os mecanismos de propagação internacional da crise econômica” (grifo nosso) In CHESNAIS, François (org.) **A mundialização financeira, gênese, custos e riscos.** São Paulo, Xamã, 1999. P.313)

⁸⁷ Aparentemente, estamos assistindo neste início de 2000, uma tímida retomada de expansão da economia nos países centrais. Seria, de qualquer maneira, mais uma ciclo curto, com um fôlego muito provavelmente menor do que os anteriores, e diante do qual a grande interrogação permanece sendo saber se a aterrissagem seria suave ou abrupta. Há quem fale de uma vaga ascendente, ainda muito limitada, porque os temores de pressões inflacionárias, que têm na sua raiz, a resistência dos trabalhadores a deixarem os seus salários caírem ladeira a baixo, limitam a dinâmica da recuperação. Na verdade, muito mais sério do que o temor da pressões inflacionárias, um alibi mais do que velho para tentar mascarar a super-produção de capitais e as dificuldades da valorização, está colocado o desafio de saber, se o capitalismo americano conseguiria dar mais um passo no seu processo de reestruturação produtiva: um novo ataque às condições de vida dos seus trabalhadores, que exigiria taxas de desemprego muito altas. Ora acontece, que os EUA conhecem hoje, taxas baixíssimas de desemprego, muito próximas a uma situação de pleno emprego, que pressionam o salário médio para cima, até, talvez, para ganhos um pouco superiores à inflação, ou seja, aumentos reais. É verdade que nos anos 90, todavia, os EUA foram a única potência que conseguiu retirar benefícios da impressionante massa de trilhões de dólares que se refugiaram nos títulos públicos. O Japão vive as seqüelas de uma estagnação muito longa, que se abriu no final dos 80, e a hesitação da burguesia

Muito além das visões politicistas, o significado do atual período histórico, exige uma análise que problematize as principais tendências da atual etapa da história do capitalismo. Inseridos como estamos no curso de acontecimentos de primeira grandeza, esse esforço nem é simples, nem poderia ser conclusivo. A história tem boas razões em manter reservas sobre a urgência do tempo presente. Mas tem também o desafio de procurar recolocar as proporções, as escalas, as medidas, enfim os marcos mais gerais. Um importante e lúcido, mas pouco conhecido trabalho, que avança nessa direção tem sido feito por Mészáros:

“Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta pela primeira vez em toda a História – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.(...) Entretanto, a absoluta necessidade de atingir de maneira eficaz os requisitos da irreprimível expansão, o segredo do irresistível avanço do capital, trouxe consigo, também, uma

japonesa em fazer o ajuste, a redução de custos que tem como principal premissa a queda do salário médio, inibe investimentos produtivos e tem exigido uma elevação permanente dos gastos públicos, para evitar, pelo menos, que a recessão evolua para uma depressão profunda. Mas o quadro econômico permanece instável por outras razões: seja porque, estruturalmente, o mercado mundial contraído é incapaz de responder ao crescente aumento da capacidade produtiva instalada; seja porque o risco da explosão da bolha de valorização das bolsas ameaça de desvalorização trilhões de dólares do dia para a noite; seja pelas repercussões da elevação do preço do petróleo; seja pela possibilidade de que o fenômeno Equador, uma crise revolucionária com elementos “clássicos”, seja mais do que uma exceção, um indicativo do perigo de instabilidade na América Latina. A seguir um trecho de uma análise recente de José Martins, um economista marxista que desenvolve, há anos, um trabalho sistemático de estudo da economia mundial: *“A economia mundial escapou mais uma vez de uma depressão global e, neste momento, está completando mais de um ano de reversão do período de desaceleração e início de um novo período de crescimento. Os dados mais recentes (10 de fevereiro) dos “índices compostos dos principais indicadores” (trend restored leading indicators) divulgados pela Organização para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostram que a economia americana iniciou seu último ciclo no último trimestre de 1992. O período de expansão – que sofreu um pequeno abalo na virada de 1994 para 95 – estendeu-se até o mês de setembro de 1997, quando se iniciou o último período de crise da economia mundial. Mas a reversão deste período de queda, na economia americana, ocorreu entre novembro e dezembro de 1998, superando-se assim mais um período de crise mundial. Esta recuperação cíclica ocorreu na Inglaterra e Canadá no mesmo momento que nos Estados Unidos; no Japão, já tinha sido captada alguns meses antes, entre julho e agosto de 1998; na Alemanha, só foi captada depois que nos Estados Unidos, entre abril e maio de 1999, o mesmo ocorrendo com a França e a Itália. Em resumo: o último período de crise da economia mundial manifestou-se por volta de setembro de 1997 e desapareceu por volta de novembro/dezembro de 1998. Durou aproximadamente 14 meses. E o atual período de recuperação e expansão do novo ciclo já dura aproximadamente 14 meses.”* (MARTINS, José **“O espetáculo tem que continuar”** in Crítica semanal de Economia, boletim do núcleo 13 de Maio, segunda semana de Março de 2000, ano 14)

intransponível limitação histórica. Não apenas para a específica forma sócio-histórica do capitalismo burguês, mas, como um todo, para a viabilidade do sistema do capital em geral. Pois este sistema de controle do metabolismo social, teve que poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional independentemente do caráter devastador de suas consequências; ou teve que adotar algumas restrições racionais, que diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável. O século XX presenciou muitas tentativas mal sucedidas que almejavam a superação das limitações sistêmicas do capital, do keynesianismo ao Estado intervencionista de tipo soviético, juntamente com os conflitos militares e políticos que eles provocaram. Tudo o que aquelas tentativas conseguiram foi somente a "hibridização" do sistema do capital, comparado à sua forma econômica clássica (com implicações extremamente problemáticas para o futuro) mas não soluções estruturais viáveis. (...) **O capital, no século XX foi forçado a responder as crises cada vez mais extensas (que trouxeram consigo duas guerras mundiais, antes impensáveis) aceitando a "hibridização" sob a forma de uma sempre crescente intromissão do Estado no processo sócio-econômico de reprodução como um modo de superar suas dificuldades, ignorando os perigos que a adoção deste remédio traz a longo prazo, para a viabilidade do sistema.**⁸⁸(grifo nosso)

O que merece ser destacado nessa surpreendente linha de análise? Em primeiro lugar o que ele não nos diz. Face ao colapso da ex-URSS, e a inexorável "crise do socialismo", Mézáros recoloca o eixo na crítica da ordem do Capital, e escapa às duas tentações predominantes, mas simplificadoras, nos marxistas de sua geração: o retorno às fórmulas keynesianas, e ou, o retorno à defesa de uma nova versão do socialismo de mercado. O que Mézáros nos convida a refletir é sobre o novo lugar do Estado.⁸⁹

⁸⁸ (Mészáros István, Professor emérito da Universidade de Sussex (Inglaterra), **A crise estrutural do capital**, in Outubro 4, São paulo, Xamã, Março de 2000, p.7/9/11. Este artigo corresponde à introdução escrita por Mézáros para a edição em farsi, publicada por exilados iranianos, do seu livro Beyond Capital (**Além do Capital**, São Paulo, Boitempo, no prelo). O texto foi publicado, em inglês sob o título 'The uncontrollability of globalizing capital', Monthly Review, fev. 1998)

⁸⁹ A regulação econômica pura, nos últimos séculos, pelo menos, nunca existiu. Ela sempre resulta, em economias complexas, de diferentes graus de combinação de métodos e formas de alocação de recursos: pelo Estado, ou de forma mais ampla, por alguma forma de planejamento, ou pelo mercado. Uma dessas formas sendo predominante, não exclui o emprego da outra. Assim, as grandes corporações, como sabemos, não podem dispensar formas bastante sofisticadas de planejamento. O novo nesta segunda metade do século é que o Estado, nas economias capitalistas mais avançadas, tenha sido obrigado, por razões que foram, para o fundamental, políticas, a exercer um papel redimensionado de controle macro-econômico, no sentido de atenuar os efeitos das crises cíclicas. Sem com isso ter evitado a recessão prolongada das últimas décadas. É para esse fenômeno que Mézáros nos chama a atenção. Em outras palavras, o Estado como forma objetivada da política ao serviço do Capital não é

somente uma super-estrutura determinada pelas flutuações da economia, mas deve ser integrado como um elemento estrutural do processo de sobre-acumulação de Capital, e nesse novo lugar, como uma das chaves de explicação, do relativo sucesso do Capital durante a fase dos trinta anos de crescimento do pós-guerra. As condições que permitiram esse relativo sucesso deixaram de existir no último quarto de século, e são essas mudanças históricas profundas, que poderíamos talvez definir como uma fase de crise crônica, que explicam a agonia das políticas keynesianas. Assim como a nostalgia que elas deixaram. Em, *Para além do Capital*, Mészáros explora as possibilidades desta conceituação do Estado, e a necessidade de uma política de esquerda que vá além da lei do valor, ou seja, uma reflexão sobre a transição pós-capitalista que defenda que a socialização não se confunda e nem se resuma à estatização. Boa parte da reflexão inspirada no marxismo já dedicou atenção a este tema. Mas o fez na perspectiva de renunciar à expropriação do Capital. Estabelecia assim um sinal de igual e uma relação de causalidade entre as estatizações e a burocratização do Estado. Se aceitássemos essas premissas, decorre, em consequência, a oposição à estatização (a defesa da necessidade de privatização da estatais não estratégicas e a adesão à nova importância do Terceiro setor, público não estatal). Esse tipo de anti-estatismo de “esquerda” tem sido uma das vias de passagem de ex-marxistas para as idéias da Terceira Via, por exemplo, pela defesa da desobrigação do Estado de serviços públicos que seriam melhor fornecidos pelas ONG’s, etc...Daí até uma passagem, diretamente, para o campo do neoliberalismo vai um pequeno passo: deixa de ser difícil reconhecer alguma forma de propriedade privada como estímulo da iniciativa econômica, do impulso de crescimento e enriquecimento, ou a preservação do mercado como mecanismo de alocação de recursos, de busca de maior produtividade, e de garantia de algum alinhamento relativo de preços. O horror compreensível às aberrações burocráticas na ex-URSS, anima essas elaborações. Mészáros segue, no entanto, outro caminho, e nisso reside a sua originalidade e o seu mérito. Reconhece o fracasso da estatização e do planejamento burocrático, mas não retira a conclusão, por isso, da inevitabilidade do recurso às engrenagens cegas do mercado. Defende a necessidade e a possibilidade de ir além da lei do valor. O que nos traz à discussão da hierarquia das necessidades e da possibilidade de alocação de recursos em função das necessidades mais intensamente sentidas. Ou às possibilidades de um planejamento democrático apoiado na livre participação popular. Ou seja, em última análise, a discussão sobre escassez e abundância, para além dos limites impostos pela premissa liberal de que a humanidade estaria condenada a ser escrava de necessidades ilimitadas. O que supõe, também, a permanência ilimitada do racionamento pela atual forma monetária da distribuição intermediada pela moeda, isto é, os salários. Mas é possível ir além desses dogmas, como nos recorda Mészáros. Ir além do valor significa ir além da produção e distribuição regulada pelo mercado, logo pela ganância e cobiça do Capital. Ir além do valor é pensar na distribuição para todos dos bens e serviços mais intensamente sentidos como necessidades básicas. O que pode ser pensado como um processo gradual de eliminação da moeda, desde que as principais forças produtivas do mundo estejam ao serviço das necessidades humanas. Curiosamente, em reação ao consumismo fetichista do capitalismo tardio ressurgem na esquerda do final do século sinais de uma ideologia anti-consumista, um dos elementos da mística de novos movimentos sociais como o MST. Sobre este tema conferir a discussão proposta por Mandel em **Socialismo versus Mercado**: *“A África contemporânea fornece um outro exemplo dessas verdades. Quando a fome devasta o Sahel, quem condenaria a distribuição de alimentos, por rações aos famintos como um exemplo de alocação “ditatorial”, reduzindo os esfomeados a “servos” – quando lhes vender comida os fariam “mais livres”? Se uma epidemia grave irrompe em Bangladesh, a distribuição controlada de remédios deve ser considerada nociva se comparada com sua compra no mercado? A realidade é que é muito menos custoso e mais razoável satisfazer as necessidades básicas através da distribuição direta – ou redistribuição – do total de recursos disponíveis para elas, e não pelo caminho indireto da alocação por dinheiro no mercado. O dinheiro e as relações de mercado, em contraste se consubstanciam como instrumentos de garantia à maior liberdade do consumidor na exata medida em que as necessidades básicas tenham já sido satisfeitas. Pois a liberdade implica em poder de escolha por parte do consumidor, e, quando confrontado com as necessidades realmente fundamentais, o consumidor não tem qualquer escolha. Normalmente não se “escolhe” entre pão e uma passagem aérea, entre educação básica e um segundo televisor, entre tratamento de saúde e um tapete persa. O dinheiro, enquanto meio para a liberdade do consumidor, é eficiente apenas para a escolha entre bens relativamente supérfluos – dado um alto grau de equidade de renda Como um meio de se determinar os rumos básicos da*

Tradicionalmente pensado na tradição marxista, como a instância da super-estrutura, separado da infra-estrutura pela mediação das classes sociais, o Estado apareceria mecanicamente como um elemento exterior ao processo da reprodução ampliada, *mais como um fator exógeno do que endógeno*. Mézszáros inverte a perspectiva, e sugere que a experiência do século, nas suas palavras, o período mais destrutivo da história do capitalismo, teria demonstrado que o lugar do Estado seria absolutamente vital para a preservação do sistema, inclusive do ponto de vista econômico, garantindo a continuidade da acumulação de capital.

Esta nova centralidade do Estado nos parece ser de grande importância, e se explicaria, ou seria uma refração, de uma etapa histórica em que os conflitos de classe já não se expressam predominantemente, na forma de um conflito entre reação e reforma (como teria sido pelo menos até o início do século), *mas nos novos termos, mais agudos, de um confronto entre contra-revolução e revolução*.

O lugar do Estado passou, portanto, a ser mais complexo. Em primeiro lugar, ele precisou intervir na regulação mercantil livre e agir de forma preventiva, em relação aos efeitos destruidores e terrivelmente desestabilizadores das crises de super-produção: *vinte e nove, nunca mais*, passou a ser uma consigna programática do capital. Durante os trinta anos do

alocação social de recursos, é passível de ser tanto injusto como ineficiente. Se a sociedade democraticamente decide dar prioridade alocativa à satisfação das necessidades básicas, ela automaticamente reduz os recursos disponíveis para a satisfação de necessidades secundárias ou de luxo. Este é o sentido no qual não há escapatória de alguma "ditadura sobre as necessidades", por tanto tempo quanto as necessidades básicas insatisfeitas não se tornem, por completo, de natureza marginal. Mas é aqui que o argumento político em favor do socialismo se torna mais claro e óbvio. Pois, seria mais justo sacrificar as necessidades básicas de milhões de indivíduos ou as necessidades secundárias de dezenas de milhares? Fazer essa pergunta não equivale a sancionar a frustração das necessidades mais sofisticadas que vêm se desenvolvendo com o avanço da própria civilização industrial. O projecto socialista é o de uma gradual satisfação de mais e mais necessidades, e não uma restrição a requisitas básicos. Marx nunca foi um defensor do ascetismo ou da austeridade. Ao contrário, o conceito da personalidade totalmente desenvolvida que é o próprio coração de sua visão de comunismo, implica a satisfação de uma grande variedade de necessidades humanas, e não um estreitamento decrescente de nossas necessidades a alimentos básicos e moradias. O desaparecimento gradual do mercado e das relações monetárias concebido por Marx, envolveria a extensão gradativa do princípio de alocação de recursos ex ante para a satisfação destas necessidades em um número cada vez maior de bens e serviços, engendrando uma variedade mais ampla, e não menor, do que a existente sob o capitalismo hoje em dia." (grifo nosso) (MANDEL, Ernest, **Socialismo versus mercado**, São Paulo, Ensaio, 1991, p.54/5/6)

pós-guerra, o Estado foi onnipresente, seja pelo seu papel empreendedor, os impressionantes gastos públicos (construção civil, despesas com funcionalismo vinculado aos novos serviços na educação, saúde e transportes), seja pelo impulso ao crédito (a antecipação para o presente do consumo futuro alargando as dimensões do mercado).

Por outro lado, durante a etapa mundial aberta entre 45/89, o fenômeno da revolução social e política, adquiriu novas características: o eixo das lutas de classes mais radicalizadas deslocou-se do centro para a periferia do sistema, e esteve quase sempre indissociado da guerra. O papel do Estado se agigantou, como regulador de uma economia que teve, durante décadas, como primeiro e mais dinâmico ramo produtivo, o setor de armamentos, em geral, um setor estatal.

A estagnação prolongada dos últimos vinte e cinco anos ainda não foi superada, apesar de todos os instrumentos a que recorreu o neoliberalismo. A queda da taxa média de lucro que se manifestou na crise dos anos 70 em atrofia de investimentos, estagnação e inflação conjugadas, colocou por terra, ao longo das últimas duas décadas, o velho Estado interventor keynesiano.

Mas um dos paradoxos, pouco sublinhado, do último período, esteve no fato de que foi preciso, em um certo sentido, mais Estado, para que houvesse menos Estado. Ao mesmo tempo em que se retirava de algumas áreas produtivas que no passado exigiam investimentos volumosos e retorno lento, ou seja, pouco cobiçadas pela iniciativa privada, mas hoje, por uma série de razões, irresistivelmente atraentes para as mega-corporações, o Estado vem aumentando tanto a sua arrecadação fiscal, quanto os seus níveis de endividamento, mas em proporções muito diferentes. O lugar atual do endividamento público na América Latina, por exemplo, em relação aos PIB's nacionais, e em comparação à carga fiscal é imensuravelmente maior do que há vinte e cinco anos atrás.

A tendência ao bonapartismo vem, também, se acentuando, sobretudo nos países dependentes. Expliquemo-nos: tem sido preciso mais Estado repressivo e normatizador (na forma de reforço do

aparelho de informação e repressão, e de agências), para que houvesse menos Estado regulador (na forma de políticas públicas que estimulassem o pleno emprego e a busca da correspondente paz social).⁹⁰

O que leva muitos observadores lúcidos, a comparar a atual euforia com a expansão da chamada “nova economia” nos EUA, com a embriaguês que precedeu nos anos 20, o curto-circuito de 29. De qualquer forma, restam poucas dúvidas, que o colapso político da ex-URSS só pode ser historicamente apreendido na sua significação mais profunda, se considerarmos a preservação do controle do Capital sobre o mercado mundial. Nunca como hoje foi tão poderoso o controle dos países imperialistas sobre o mundo, mas nunca, também, como hoje, foi tão incerto e perigoso o futuro da civilização: tudo que existe carrega consigo os germes da sua

⁹⁰ Sérgio Lessa faz parte de uma geração de marxistas brasileiros, ao lado de Ricardo Antunes, Paulo Barsoti, Dolores Prades, Antonio Rago, entre outros, que iniciou a sua educação teórica no coletivo dirigido durante anos por Chasin, conhecido pela publicação da revista Ensaio, uma das raras publicações teóricas marxistas que não naufragaram em poucos anos. De uma inspiração, grosso modo, lukácsiana, esse agrupamento reuniu um conjunto notável de intelectuais que procuraram manter relações orgânicas com o movimento operário durante os últimos vinte anos. Ultra-centralizado em torno à impressionante personalidade de seu líder, falecido há poucos anos, um homem de inteligência invulgar, e talvez por isso mesmo, recentemente dividido e disperso, os seus ex-integrantes, se distinguem pela coerência e perseverança, qualidades ao mesmo tempo, valiosas e raras. A seguir um trecho de resenha de Lessa para o último livro de Mészáros: *“Disto Mészáros retira três conclusões decisivas: 1) Do ponto de vista teórico-metodológico, por ser o Estado uma mediação infra-estrutural do sistema do Capital, “é futilidade desperdiçar tempo tentando tornar inteligível a especificidade do Estado em termos da categoria “autonomia”(especialmente quandop a noção é espichada para significar independência), ou da sua negação.Por ser ele a estrutura global de comando do sistema do capital não pode ser dele autônomo, muito menos independente. Em segundo lugar, como deve contrarestar as tendências centrífugas que emanam das “funções econômicas do capital”, não é redutível a elas.Entre o o Estado e a sociedade civil regida pelo capital temos um “círculo de ferro” no interior do qual cada uma das partes reforça o todo, e em cuja reprodução todass as partes são momentos partícipes da expansão do capital enquanto autêntica causa sui. 2)É essa concepção de fundo que possibilita a Mészáros concluir que a estratégia reformista que predominou no movimento operário nesse século resultou, não no fortalecimento da luta dos trabalhadores contra o capital mas, pelo contrário, na asssimilação pelo Estado desses mesmos partidos e sindicatos. Eles também, terminaram por assumir como suas as necessidades do capital.O “projeto dos (sociais-democratas) de institucionalizar o socialismo por meios parlamentares estava condenado ao fracasso desde o começo.Pois eles visam o impossível.Eles prometiam transformar gradualmente em algo radicalmente diferente- isto é uma ordem socialista- um sistema de controle socio-peprodutivo sobre o qual eles não tinham nem poderiam ter qualquer controle significativo no e através do parlamento”. Por ser o capital, por suas próprias determinações ontológicas, incontrolável, “investir energias de um movimento social em tentar reformar um sistema substancialmente incontrolável, é um trabalho de Sísifo, já que a viabilidade da reforma, mesmo a mais limitada, é inconcebível...”* (grifo nosso) (LESSA, Sérgio, **István Mészáros**, in Crítica Marxista 6, São Paulo, Xamã , 1998, p.143)

destruição, *o período histórico de apogeu do capitalismo pareceria coincidir, hegelianamente, com a fase de sua agonia.*

Assim, para começo de conversa, devemos nos perguntar: teria ocorrido na viragem histórica dos inícios dos anos 90, uma mudança de época? Ou abriu-se uma nova etapa, como já ocorreu anteriormente neste século, pelo menos, por duas vezes? Qual é a natureza do atual período histórico? Como defini-la em comparação com outros momentos de viragem decisiva? O capitalismo superou as suas tendências intrínsecas à crise?⁹¹ O argumento deste trabalho, procura demonstrar que não ocorreu uma mudança de época, e que portanto o período histórico inaugurado pela constituição do moderno imperialismo continua o mesmo.⁹² Mas, o mais importante, é observar que a etapa histórica mudou.

⁹¹ Chesnais defende também que, no interior da época do imperialismo, teria se aberto uma nova fase ou etapa histórica, que corresponderia a um novo momento da evolução do Capital: a hegemonia do capital dinheiro sobre as outras frações do Capital, e a uma nova relação de forças entre as classes: *“A ‘mundialização do capital’ só pode ser compreendida como um segmento de uma fase mais longa na evolução do modo de produção capitalista. Os traços principais dessa fase, na forma como apareciam no início do século, foram reunidos e sintetizados por Lenin em sua obra (...) todos esses traços estão ainda mais exacerbados hoje do que há oitenta anos. Eles traduzem o caminho seguido, para utilizar os termos de Trotski, pela ‘evolução do capitalismo (...), por uma extensão sistemática de sua base (...), cada capitalismo nacional dirigindo-se às reservas do ‘mercado exterior’, isto é, da economia mundial, (...) para lutar contra as suas próprias contradições internas”*.(grifo nosso)(CHESNAIS, François. “Capitalismo de fim de século” In COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo, Xamã, 1997. p.8-9)

⁹² Nem o crescimento sustentado dos “trinta anos gloriosos”, nem a nova situação ou etapa mundial aberta pela restauração capitalista na URSS, por certo fenômenos históricos de importância crucial, justificariam a conclusão de que uma nova época histórica progressiva do capitalismo, conceito utilizado aqui no sentido de economia mundo que lhe atribui Wallerstein, teria se aberto. Com menos razão, as triunfalistas e apressadas fanfarronadas sobre o impacto de desenvolvimento irrefreável da micro-eletrônica, para não fazer referência aos impressionismos ainda menos razoáveis sobre o impacto econômico mais recente da engenharia genética, podem sustentar seriamente, para além dos arroubos das necessidades da propaganda, a defesa de uma inversão de época, ou para ser mais exato, de sentido histórico da crise de valorização do Capital. As ameaças crescentes às conquistas (também concessões) do Welfare State nos países centrais, assim como o processo de recolonização dos países dependentes, falam por si mesmos sobre a contra-ofensiva capitalista desde o final dos anos 70, quando a necessidade de inverter a tendência à queda da taxa média de lucro e à estagnação prolongada,, permitiu unir as fileiras burguesas em torno dos programas neo-liberais de ajuste fiscal, ortodoxia monetária, privatizações, etc... Não tiveram, portanto, o significado de uma mudança de período (que seria “benigna” para os autores que remotamente inspirados na elaboração marxista, especulam com a possibilidade de extensão internacional, de um novo modelo de estado de bem estar social, também divulgado como “terceira via”, ou, para os mais atrevidos, uma nova “Renascença”). Ao menos, não no sentido atribuído a esta classificação pela tradição do marxismo clássico. A rigor, uma mudança de época (entendida como a época do imperialismo inaugurada nos últimos anos do XIX) esteve contudo seriamente colocada quando, nas palavras de Vitor Serge, foi “a meia noite do século”. No período

Estes critérios de periodização merecem uma explicação porque as etapas são, também, períodos históricos chaves.

compreendido entre 37/42, uma situação mundial claramente contra-revolucionária, no marco de uma etapa histórica defensiva pelo menos desde 21/23 (derrota da segunda vaga da revolução alemã, ascensão do triunvirato na URSS) ameaçou transcrever em uma mudança de época: os fatores decisivos teriam sido, simultaneamente, o auge do nazi-fascismo e do estalinismo. Uma interessante discussão histórica, muito difícil e não resolvida, busca interpretar quais, entre os dois fenômenos, teria sido o qualitativo. Não se trata de uma avaliação simples de ser feita: se a “malignidade” do nazi-fascismo trouxe para o século XX os mais degenerados métodos de genocídio que a História conheceu, o estalinismo, por sua vez, com sua imensurável lista de aberrações, manchou as bandeiras do socialismo diante da consciência de três gerações de trabalhadores no Ocidente, e teve uma perenidade histórica superior. De qualquer forma, depois da derrota da revolução espanhola, e considerando-se a impunidade dos processos de Moscou, que liquidaram a geração bolchevique remanescente, o caminho estava aberto para a afirmação da superioridade militar quase incontestável da indústria de guerra montada por Hitler: se não fosse derrotada teria ocorrido uma incontornável mudança de época. Esta possibilidade se esboçou com um dos fenômenos chaves do século XX, e ainda hoje subestimado em seu significado histórico mais profundo. Se vitorioso militarmente, hipótese que esteve longe de ser uma quimera de paranóicos patológicos, como insistem em nos fazer crer as criações midiáticas da indústria de comunicação americana, o fascismo teria possivelmente representado uma regressão histórica de tais proporções, a barbárie em toda a linha e à escala mundial, que seria mais que uma mudança de época, de signo contra-revolucionário, uma ameaça à civilização, pelo menos no sentido que atribuímos ao conceito, como herdeiros da modernidade. Vale a pena conferir a forma irretocável como Hobsbawm analisa historicamente as relações do Capital alemão com o nazismo: *“Quanto à tese do “capitalismo monopolista”, o ponto essencial do capital realmente grande é que pode se acomodar com todo regime que não o exproprie de fato, e qualquer regime tem de se acomodar com ele. O fascismo não foi mais “a expressão dos interesses do capital monopolista” do que o New Deal americano ou os governos trabalhistas britânicos, ou a República de Weimar. O grande capital no início da década de 1930 não queria particularmente Hitler, e teria preferido um conservadorismo mais ortodoxo. Deu-lhe pouco apoio até a Grande Depressão, e mesmo então o apoio foi tardio e pouco uniforme. Contudo, quando ele chegou ao poder, o capital colaborou seriamente, a ponto de usar trabalho escravo e campos de extermínio para suas operações durante a Segunda Guerra Mundial. O grande e o pequeno capital evidentemente se beneficiaram da expropriação dos judeus. Deve-se dizer, no entanto que o fascismo teve algumas grandes vantagens para o capital, em relação a outros regimes. Primeiro, eliminou ou derrotou a revolução social esquerdista, e na verdade pareceu ser o principal baluarte contra ela. Segundo eliminou os sindicatos e outras limitações aos direitos dos empresários de administrar sua força de trabalho. Na verdade, o “princípio de liderança” fascista era o que a maioria dos patrões e executivos de empresas aplicava a seus subordinados em suas firmas, e o fascismo lhe dava justificção autorizada. Terceiro, a destruição dos movimentos trabalhistas ajudou a assegurar uma solução extremamente favorável da Depressão para o capital. Enquanto nos EUA Os 5% de unidades consumidoras do topo viram entre 1929 e 1941 sua fatia de renda total (nacional) cair 20% (houve uma tendência igualitária semelhante, porém mais modesta, na Grã-Bretanha e na Escandinávia), na Alemanha os 5% do topo ganharam 15% durante o mesmo período (Kuznets, 1956). Finalmente, como já se disse, o fascismo foi eficiente na dinamização e modernização de economias industriais embora de fato menos no planejamento técnico-científico ousado e a longo prazo das democracias ocidentais. Teria o fascismo se tornado muito significativo na história do mundo não fosse a Grande Depressão? É provável que não. A Itália sozinha não era uma base promissora a partir da qual abalar o mundo”* (grifo nosso) (HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras. p.132)

E têm, como traço definidor comum, em nossa opinião, um cruzamento de diferentes variáveis. Uma etapa histórica, em primeiro lugar, deve ser compreendida nos marcos de um quadro internacional relativamente estável. Etapas se abrem ou se encerram em função de desfechos mais ou menos duradouros na luta de classes, vitórias ou derrotas de significado incontornável, que estabelecem um quadro novo nas relações de forças por todo um período. Em grande medida, não reversíveis, ou perenes, essas vitórias ou derrotas das forças sociais em confronto, e as relações de forças que delas decorrem, se traduzem em mudanças no sistema inter-Estados.

Vejamos em retrospectiva: em 89/90, com o colapso da ex-URSS, assistimos ao esgotamento de uma longa etapa que se abriu ao final da segunda guerra mundial. Quais foram os seus traços mais característicos? Em primeiro lugar, essa etapa surgiu como consequência da derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial, na esteira de uma mobilização popular mundial incomparável de forças sociais e políticas que se uniram em uma frente militar comum depois da invasão da URSS em 1941. A vitória dos Aliados sobre as potências do Eixo se traduziu em uma forma específica da organização do sistema inter-estados. À fundação da ONU de um lado, e da NATO e do “sistema” pactado em Bretton Woods (FMI, Banco Mundial, OIT, e depois de muitas rodadas de negociação a atual OMC) de outro, correspondia, como expressão de uma correlação de forças entre a URSS e os EUA ao final da Guerra Mundial, uma forma particular de hegemonia imperialista dentro de um “regime mundial”, ou seja, uma certa forma de institucionalidade internacional.

A presença da URSS, como super-potência militar, e seu impressionante prestígio, como resultado do papel do Exército Vermelho na derrota do nazi-fascismo, impunha a necessidade da coexistência pacífica nos marcos da guerra fria. Nesta etapa assistimos à reconstrução capitalista da Europa Ocidental e do Japão, às concessões que o assim chamado Welfare State representou para as classes trabalhadoras dos países centrais, e no seu rastro, aos trinta anos de expansão da economia mundial, sob as

ruínas e as cinzas da brutal destruição de forças produtivas que a guerra tinha provocado.

O eixo das lutas de classes deslocou-se para os países coloniais ou dependentes, na forma de um confronto agudo entre revolução e contra-revolução. Uma mudança de etapa foi, assim, o resultado de profundas comoções estruturais nas relações de forças entre as classes, que se expressou em transformações significativas das esferas de influência no sistema inter-estados, questionando as formas hegemônicas anteriores. Entre essas formas hegemônicas podemos destacar o domínio de uma potência e de uma moeda sobre o mercado mundial. Essa parece ter sido no passado uma regularidade. Talvez, como sugere a investigação de Wallerstein, seja uma condição necessária para um certo equilíbrio no sistema inter-estados. Mas recordemos que essa não foi a primeira mudança de etapa histórica nesse século que se acaba.⁹³

⁹³ As escalas de periodização ou os modelos de classificação das temporalidades históricas e políticas que empregamos neste estudo, recuperando uma elaboração de inspiração marxista, se referem ao tempo com uma autonomia de critérios próprios, que é preciso recordar, são uma construção e uma escolha cultural. Mas, há muito, que as sociedades humanas reconheceram a necessidade de procurar padrões próprios de organização e localização temporal, para além das estritas medições do calendário. Os anos, os meses, e os dias, sendo iguais, como uma abstração de quantidades, são, no entanto, diferentes, qualitativamente. É nesse terreno que a História se afirma como ciência na busca de interpretações. As escalas de periodização que sugerimos neste trabalho, e que resultam de uma leitura de uma polémica teórica entre marxistas, podem e devem criticadas. São uma proposta, apoiada em postulados teóricos, certamente, polémicos. As medidas de periodização dos tempos históricos, podem ser outras, se as escolhas do historiador se apoiarem em outros critérios. Os critérios podem ser tantos e tão diferentes entre si, quanto os debates entre distintas correntes historiográficas possam existir. O que, no entanto, não seria razoável, seria ignorar a necessidade da periodização como uma parte essencial do esforço e vocação explicativa, isto é, de construção de sínteses. Esses conceitos de temporalidades são, essencialmente, símbolos culturais. Esse esforço, a História não pode desprezar. Sobre esse aspecto da autonomia crescente da civilização, em relação ao tempo como uma medida natural, e sobre como vivemos dentro de um mundo de símbolos, vale conferir este fragmento de Norbert Elias: *“Dispor de um modelo do desenvolvimento dos conceitos relativos ao tempo permite perceber com mais facilidade o crescimento da autonomia relativa das sociedades humanas no interior da natureza. Em épocas antigas, os enclaves sociais implantados pelos homens no seio do meio natural ainda eram pouco extensos. A interdependência entre esses enclaves e o que chamamos de «meto ambiente», em nossa perspectiva egocêntrica, era evidente e direta. Na relação de forças que opunha os grupos humanos constitutivos desses enclaves e a natureza alheia ao homem, a balança pendia a favor desta. A cronologia dos acontecimentos sociais, com efeito, é largamente tributária de observações referentes a repetidos eventos físicos externos ao homem. Quanto mais os enclaves humanos foram ganhando extensão e autonomia relativa em favor de processos como a urbanização, a comercialização e a mecanização, mais eles se tornaram dependentes, para medir o tempo, de dispositivos artificiais, e menos passaram a depender de escalas naturais de medição do tempo, como os movimentos da Lua, a sucessão das estações ou o ritmo da maré alta e da maré baixa. Em nossas sociedades altamente industrializadas e urbanizadas, as relações entre a alternância das estações e*

Já entre 17 e 23, tivemos uma outra etapa, mais breve, mais transitória, aberta pelo triunfo da revolução de Outubro, pela derrota em 18 da Alemanha na Guerra, e fechada pela derrota da revolução alemã, e pelo início do processo de burocratização na recém fundada URSS. Esta etapa excepcional, se definiu por ter um signo revolucionário: o triunfo da primeira revolução socialista. A ela correspondeu um interregno no sistema inter-estados, um “intervalo” histórico, com o deslocamento do papel hegemônico inglês, o fracasso alemão na sua primeira tentativa de disputa de hegemonia, e o início de uma afirmação dos EUA, como a nova potência capaz de oferecer estabilidade ao sistema mundial.

Entre 23 e 43/45, tivemos também uma etapa histórica diferenciada, mas de signo inverso, uma etapa contra-revolucionária, e que poderia ter evoluído no sentido de uma mudança de época, tivesse a URSS sido destruída ou o fascismo vitorioso na Guerra. Ela teve como fatores chaves de caracterização, a ascensão do fascismo e a degeneração burocrática do Estado Soviético, um período de grande instabilidade no sistema inter-estados, em que não se deu a afirmação inquestionável de uma nova hegemonia imperialista que substituisse o lugar anteriormente ocupado pela Inglaterra.

Nos marcos de cada uma dessas etapas, podemos observar a sucessão de distintas situações mundiais, com as suas *flutuações respectivas de correlação de forças no interior do sistema inter-estatal entre as nações, e entre as classes*. essas são as duas determinações fundamentais das etapas. As etapas históricas conhecem diferentes situações: períodos mais instáveis, em que as relações de forças evoluem e flutuam, e aos quais, grosso modo, correspondem as transformações, quantitativas ou qualitativas, nos regimes políticos. esses, se configuram nas formas plásticas e variáveis das instituições nos quais se estrutura a

as divisões do calendário são cada vez mais indiretas e soltas; com muita frequência, como na relação entre os meses e as lunações, elas chegaram até, mais ou menos, a desaparecer. Em larga medida, os homens vivem dentro de um mundo de símbolos que eles mesmos criaram. A relativa autonomia dos enclaves sociais aumentou consideravelmente, sem nunca se tornar absoluta.”(grifo nosso) (ELIAS, Norbert, **Sobre o Tempo**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998, p.36)

dominação estatal. Sendo imensamente variada, como sabemos, traduz os deslocamentos nas relações de força entre as classes, e no interior de cada classe. *Mas não é incomum que o signo das situações seja contraditório com a dinâmica das etapas: e é esta sobreposição e antonomia de tempos político-históricos que permite a explicação das transformações que resultarão nas mudanças de etapas. A alternância de situações expressaria, portanto, a desigualdade dos tempos políticos, que nunca permanecem petrificados, e explicaria as situações transitórias: aqui reside a dialética dos tempos desigualmente desenvolvidos.*⁹⁴

⁹⁴ Um dos mal entendidos mais comuns sobre os critérios de periodização é o esquematismo simplificador. Este erro consistiria em resumir as escalas de classificação, às medidas de temporalidades lineares: épocas seriam mais longas do que etapas, e etapas seriam, por sua vez, mais longas do que situações, e, finalmente, as conjunturas seriam as fases mais breves. Em suma, longa duração, média duração, curta duração e prazos breves. Mas este tipo de esquema não serve para explicar nada. As fases ou períodos histórico-políticos não têm um padrão regular que possa ser aprisionado dentro de um esquema normatizador. Os signos e dinâmicas contraditórios de épocas, etapas e situações, convivem em simultaneidade dentro de amálgamas instáveis, que são o próprio movimento de transformação. O ofício do historiador é muito mais complexo. O trabalho de periodização está entre os mais difíceis, porque resume, em uma síntese explicativa, uma infinidade de análises, sem as quais, não teria qualquer significado. A desigualdade dos tempos que se alternam em simultaneidade é quase uma regra e não uma exceção. O esforço de síntese, sem o qual não há como procurar explicações bem sustentadas, é, portanto, uma dimensão inescapável da investigação histórica. Enfrentemos o problema de frente: assim como ocorre a confusão de mudança de etapa com a mudança de época, existe também o perigo de uma má interpretação das relações entre etapas e situações. As épocas históricas, estando definidas por critérios essencialmente objetivos, ou melhor econômico-sociais, são necessariamente, períodos relativamente longos. Uma época pode ter medidas seculares. Poderíamos, portanto, afirmar, aparentemente, que a polêmica “epocale” seria o terreno onde as margens de erro seriam, em princípio, menores. Ledo engano. A discussão sobre a natureza de época está entre as querelas mais “insolúveis”, não só entre marxistas, mas em geral, como, aliás, a atual discussão sobre o significado da fase de globalização que vivemos, ilustra à exaustão. Quais seriam então as grandes dificuldades? Ocorre que a aceleração dos tempos históricos, um dos traços mais importantes deste século, senão o mais importante, exige uma perspectivação relativa, sem a qual, toda avaliação e esforço de periodização se perde. Existem anos que valem por décadas na evolução político-social de uma sociedade. Na mesma proporção, existem décadas que, pela intensidade dos confrontos na luta de classes, correspondem a períodos imensuráveis de estagnação ou relativamente lenta evolução passada, em termos comparativos. As etapas, sendo fases essencialmente político-sociais, não têm uma duração “padrão” que possa ser previamente estipulada. As etapas podem se prolongar por décadas, como ocorreu na etapa de 1945-1989, ou podem ser muito mais curtas como 17/23. Paradoxalmente, também, podemos ter situações políticas nacionais, mais longas do que etapas históricas mundiais, e qualquer esquematismo é perigoso. E é preciso não esquecer, que o signo das etapas pode ser contraditório com o signo das situações. Assim, a título de exemplo, como um exercício do emprego destas categorias, poderíamos dizer que em 64, abriu-se no Brasil uma etapa contra-revolucionária, que permaneceu até o final dos 70. Ou melhor, até o início dos 80, talvez 82, seja o momento da inversão da etapa. Ao longo dessa etapa, ocorreram várias mudanças de situação. Essas mudanças se traduziram em transformações no regime político: bonapartismo reacionário entre 64 e 68, e depois bonapartismo contra-revolucionário, com elementos semi-fascistas, até 74/76. Em

A atual etapa mundial também já teve variações de situações. Assim entre 89 e 95, na sequência da Guerra no Golfo tivemos uma situação de contra-ofensiva em grande escala do imperialismo, econômica, social, militar e também ideológica. A partir da moratória mexicana abriu-se uma nova situação, com mais forte instabilidade econômica e social. Essa nova situação, mesmo considerando-se a aparente pujança da economia norte-americana não nos deve enganar. Em primeiro lugar, no marco geral de uma etapa, que se abriu sob a premissa do fortalecimento americano dentro do sistema inter-estados, uma luta pela hegemonia entre as potências continua em aberto, como revelam os esforços franco-alemães de apresentar o euro como uma alternativa ao dólar para o entesouramento mundial, e as enormes reestruturações produtivas em curso, no sentido de disputa de margens mais altas de produtividade e rentabilidade.⁹⁵

77/78, paradoxalmente, abriu-se uma situação pré-revolucionária no interior de uma etapa contra-revolucionária. Poder-se-ia objetar que não há dialética que explique esse paradoxo. Mas este aparente enigma, o sentido simétrico do signo entre etapa e situação, é o que permite explicar a mudança de etapas. Esta explicação resulta não só dialeticamente coerente, mas satisfatória, se considerarmos que situações transitórias são, por definição, muito contraditórias. E a situação aberta entre 78/82, reúne os fatores “clássicos” de uma situação transitória. Nesse sentido, preparava as condições para uma mudança de etapa que estava por se dar, mas que poderia ter sido bloqueada, porque os processos estão sempre em aberto, e as dinâmicas podem ser interrompidas no curso das lutas. A ditadura militar, a forma do regime, entrou em lenta agonia, vindo finalmente a sucumbir, com as diretas em 84. Claro que a visão retrospectiva facilita a análise: se alguém escrevesse em 81, no calor dos acontecimentos, depois da derrota duríssima da greve no ABC, quando das intervenções do Governo Figueiredo nos sindicatos de bancários e metalúrgicos, que o Brasil estava em uma situação pré-revolucionária, seria considerado um demente e recomendada a internação por insanidade. Mas essa situação pré-revolucionária não se fechou, apesar dos muitos reveses, e das distintas conjunturas que se sucederam, e isso explica que em 84 tenha sido possível a explosão das Diretas. Em conclusão: as situações podem ser aferidas pelas mudanças nas formas do regime, embora não se esgotem nessa variável. Ela é, todavia, o elemento mais objetivo dos deslocamentos das relações de forças. Uma avaliação dos desencontros dos tempos históricos e políticos exige a compreensão destes aparentes anacronismos: só podemos explicar a irrupção de milhões para a ação política no afã de derrotar a ditadura, se considerarmos as alterações moleculares que foram se avolumando nos anos anteriores. Esse é o sentido das situações transitórias, que é preciso insistir, podem ser bloqueadas, não são irreversíveis. Vale a pena acrescentar que, muito provavelmente, estamos desde o início de 99, de novo, em uma situação transitória, na passagem de uma situação defensiva na luta de classes para uma situação pré-revolucionária.

⁹⁵ As análises de Martins estão, quase sempre, muito atentas, em uma sintonia fina, com as variações dos processos econômicos. Essa é uma das suas principais qualidades, e lhe permitiram ser um dos raros analistas que foi capaz de prever os impasses dos tigres asiáticos, um importante “tour de force” intelectual, quando ainda eram a coqueluche dos apologistas de plantão. Vale a pena conferir a sua opinião sobre as contradições dentro do bloco imperialista: “Essa indefinição atual terá que ser resolvida ainda no decorrer deste ano, caso contrário todo o sistema pode entrar em pane. No ano de 1999, ocorreu uma valorização de 7% do iene japonês e uma desvalorização de 15% do marco alemão

Isto posto, uma breve observação, sobre a realidade à escala internacional que nos cerca, demonstraria que vivemos uma primeira década de uma nova etapa de inseguranças e perigos. Se não vejamos: não obstante o crescimento contínuo, porém, essencialmente moderado, da economia americana que, por uma série de fatores, (entre eles a preservação do dólar como moeda mundial) tem sido a metrópole mais beneficiada pela nova liberdade de movimentação do capital financeiro na última década, a prolongada recessão japonesa e a longa estagnação europeia *demonstram que a globalização foi incapaz, pelo menos até o momento, de inaugurar uma nova fase de crescimento sustentado*, em qualquer medida, comparável ao do pós-guerra, mesmo nos três centros da economia mundial.

Enquanto isso, na África, por exemplo, os custos sociais da nova fase de internacionalização do Capital, é imensurável: o barateamento das commodities deixou profundas seqüelas na maior desigualdade das condições de troca; a imposição dos preços relativos do petróleo mais baixos da recente história, na seqüência da guerra do golfo, trouxe para todo Magreb, ainda mais atraso e pobreza, além da preservação de ditaduras semi-medievais, que reorientam os gastos públicos para a ampliação do aparelho de repressão, às voltas com uma rebelião nacionalista cada vez mais controlada pelo fundamentalismo islâmico (Argélia, Marrocos,

*frente ao dólar americano. Mas as oscilações continuam constantes e muito rápidas. De todo modo, tanto Alemanha quanto Japão continuam aumentando suas exportações e pressionando o déficit comercial dos Estados Unidos de maneira explosiva: em 1998, o déficit foi de US\$164,28 bilhões, pulando para US\$271,31 bilhões em 1999. Um aumento de 65% em apenas um ano! Se esse aumento se repetir em 2000, o que é possível que ocorra, o déficit subiria para US\$450 bilhões. No mesmo ritmo, as importações representariam mais de 20% e o déficit comercial mais de 5% do PIB americano. Isso não poderia ser suportado pelo sistema. (...)São essas variações das quantidades e dos preços unitários do comércio externo americano que ilustram a perda de competitividade daquela economia de ponta no decorrer do ciclo. E, contrariamente aos postulados da economia política vulgar — segundo os quais uma quantidade crescente de volumes comercializados (ou demandados) seria acompanhada de um aumento de preços — o que se verifica é uma redução dos preços unitários, tanto das exportações quanto das importações, com esses preços caindo mais rapidamente justamente para quem está aumentando mais rapidamente a demanda, os Estados Unidos. Isso ocorre por que o aumento da produtividade da força de trabalho internacional, quer dizer, o aumento da exploração da classe operária mundial, simultaneamente à generalização das condições técnicas até então monopolizadas pela economia de ponta, agora pressiona por uma queda correspondente dos preços e da taxa geral de lucro neles embutida.” (MARTINS, José “Tempo de lucro” in *Crítica semanal de Economia*, boletim do núcleo 13 de Maio, quarta semana de Março de 2000, ano 14)*

Egipto; uma das maiores catástrofes silenciosas da história está em curso, com algo próximo, talvez, a um quarto da população adulta da região subsaariana, contaminada pelo vírus da aids (o que é certo, apesar da precariedade das estatísticas, é que a calamidade está fora de controle, e 80% dos soropositivos de HIV no mundo estão na África); guerras civis crônicas (ex-Zaire, Angola, Etiópia/Eritreia) e processos de regressão histórica (Somália, Moçambique), em que à miséria agravada por governos corruptos até à medula, se unem os flagelos da natureza, sem qualquer paralelo possível. Esse foi o caso, também, da indescritível matança de hutus e tutsis no Ruanda/Burundi, um genocídio de proporções apocalípticas, que se desenvolveu com a cumplicidade das grandes potências. Desagregação social, miséria em estágio de sobrevivência biológica, retração da expectativa média de vida, proliferação de campos de refugiados, epidemias fora de controle, completa desorganização da vida econômica, destruição de todos os padrões de aferição de uma vida civilizada, eis o resultado da década da prosperidade e da globalização, para algo próximo a um bilhão de habitantes.

Em alguns países do sudeste asiático, o impacto da segunda onda de choque da economia mundial significou uma queda do PIB da ordem de 25% em um único ano: um ajuste com custos sociais assombrosos. A fratura econômica terrorífica deixou um rastro de miséria e desemprego de tal proporções, que mergulhou, por exemplo, a Indonésia em uma crise revolucionária, que se expressou na revolução democrática em Timor Lorosae. Mas a “grande obra” ainda está por ser feita: EUA e FMI exigem que o Japão finalmente abra o seu mercado e destrua os empregos vitalícios de sua classe operária; exigem também que a China abra despudoradamente o seu gigantesco mercado interno e sepulte as empresas estatais, completando, de forma mais acelerada, “a la russa”, o processo de restauração capitalista.

Não é melhor a situação na Rússia e no Leste Europeu, dez anos depois de um processo de restauração selvagem. A Rússia continua mergulhada em uma regressão econômica impensável, ou mesmo inimaginável, há quinze anos atrás, por exemplo. Tão séria e severa, que

muitos historiadores consideram mais devastadora do que a destruição sofrida durante a Segunda Guerra Mundial, o que diz tudo. As seqüelas são ainda, se possível, mais graves nos Bálcãs: um processo recolonizador que tem na sua raiz a super acumulação de capitais, e a disputa pela hegemonia mundial, encontrou nas montanhas dessa península européia, obstáculos insuspeitos. Na seqüência das guerras da Bósnia e da Yugoslávia, em que a intervenção imperialista externa não hesitou em enviar tropas, nasceram novos Estados que já surgiram amputados de soberania. Nem todos os pequenos países têm soluções rápidas que garantam a admissão das leis de mercado e a submissão estável e incondicional às potências imperialistas, o que vem obrigando a ressuscitar fórmulas jurídico-políticas típicas da era colonial (ou seja, anteriores à última Guerra Mundial): os *protetorados*, a administração de um território por um tempo indefinido, até que essas nações recebam o atestado de maioria, por uma ou mais potências imperialistas, e possam se governar a si mesmas.⁹⁶

Não fosse isso o bastante, observemos também mais de perto a situação da América Latina: agudização da crise econômica, tensão

⁹⁶Protetorados está longe de ser uma força de expressão. Sob o manto da autoridade da ONU, uma máscara de diversão dos interesses americanos, essa é ainda hoje a situação na Bósnia: a paz, selada há cinco anos pelos acordos de Dayton, abriu o caminho para a ocupação militar e civil do país, a tal ponto que em Março de 99, foi Carlos Westendorf quem demitiu o presidente do país, Nicolas Poplasen. Quem tem o poder nas mãos, de fato, na Bósnia é a NATO, e sob a sua imposição, se fez, finalmente, a divisão étnica da população. O que se traduziu em uma imensa onda migratória de sérvios bósnios em fuga, que serviram como a base social de Milosevic para a sua repressão aos albaneses de Kosovo: seus planos de expropriação e deslocamento da população albanesa, se apoiavam na reivindicação por terras dos sérvios bósnios. Portanto, neste caso, os bombeiros humanitários tentaram, mais uma vez, apagar o fogo com gasolina: o custo do protetorado na Bósnia tem sido e será muito alto, com o fortalecimento do nacionalismo grão-sérvio, a nostalgia ideológica da grande pátria eslava, que já se manifestou em Moscou, por exemplo, na histeria de apoio a uma solução final na Tchechênia; e depois de Kosovo, em um recrudescimento do nacionalismo islâmico, sob a forma fundamentalista, comum aos países de maioria camponesa, em que os sentimentos nacionais estão de tal forma emaranhados com as identidades religiosas, que são indistinguíveis. A situação atual em Kosovo é muito semelhante: a população depende incondicionalmente da ajuda humanitária que recebe do exterior. As cidades estão ocupadas por milhares de voluntários e cooperantes, filiados às incontáveis ONG's, e um ano depois do fim dos bombardeios, e da entrada das tropas da força de paz, Kosovo ainda é uma espécie de colônia administrada pela ONU. Os padinos e lanceletes da intervenções em nome dos direitos humanos, como Clinton e Blair, curiosamente, não pouparam elogios ao novo presidente da Rússia, Putin, que venceu as eleições, depois de uma guerra genocida contra a Tchechênia. Como os "déspotas esclarecidos" do passado, ainda não terminaram de explicar quem lhes outorgou o direito de ingerir militarmente onde bem entendem, para depois decidir, quais são os povos

social e instabilidade política em todos os países, sem exceção; a região andina, é o foco mais avançado de um processo continental, que não tem paralelo com nada do que ocorreu desde o triunfo da revolução cubana. O Equador, por exemplo, esteve recentemente em crise revolucionária.⁹⁷

amadurecidos para exercer o direito ao auto-governo, e quais os povos que devem permanecer sob a proteção humanitária das grandes potências.

⁹⁷ Pode parecer exagero a caracterização do processo no Equador como uma crise revolucionária. Os meios de comunicação no Brasil fizeram coro com as agências de notícias americanas, que se apressaram a definir a ocupação do parlamento, como mais uma patética quartelada militar. Nada mais longe, todavia, do que realmente ocorreu. Gutierrez e o setor da oficialidade média que aderiu à rebelião popular podem parecer, aos olhos da mídia, sombriamente, alucinados. Mas são um fenômeno semelhante ao MFA na revolução portuguesa: uma refração no Exército de camadas de classe média exasperados pela degeneração anti-nacional e anti-popular do regime e do Governo. Nesse sentido são, provavelmente, também, a expressão mais avançada de um processo de dimensão continental. Vale a pena agregar que os acontecimentos no Equador tiveram vários dos elementos “clássicos” de uma crise revolucionária: crise aguda do regime, que se manifestou na impotência política do Governo depois de anunciada a dolarização da economia, divisão das FFAA, desmoralização do Parlamento e da Justiça; dualidade de poderes, pelo avanço da articulação do movimento indígena camponês, e sua articulação com o movimento sindical urbano e com os movimentos estudantis e populares, e ao final, a formação de um organismo comum; um chamado aberto e público à revolução, à necessidade de derrubar o Governo, ao qual aderiu a maioria da população; a disposição revolucionária das massas camponesas e populares, e a existência de uma direção disposta a fazer a insurreição. Mas o mais incrível de tudo: fizeram o mais difícil, a marcha sobre a capital e tomaram o poder. Para, depois, é certo, entregá-lo a uma junta militar que, por sua vez, sucumbiu diante da chantagem da cadeia de comando: uma derrota quase inexplicável. Convém acrescentar uma última observação. A experiência do Equador ilustra dois problemas teóricos que iremos desenvolver mais adiante: (a) que as revoluções democráticas com dinâmica anti-capitalista, se transformaram em uma constante do século XX, e, por isso mesmo, não devem se confundir com as revoluções anti-feudais do século XIX, porque respondem à necessidade de derrotar outro tipo de contra-revolução, a contra-revolução burguesa bonapartista, particularmente feroz nos países dependentes; (b) que podemos conferir, pelo menos, dois tipos diferentes de crises revolucionárias, as que se formam na iminência da fase política, eminentemente democrática da revolução social, e aquela que se abre em um momento mais avançado e polarizado da luta de classes, quando o problema da conquista do poder diretamente pelas massas populares se coloca, ou seja, retomando a metáfora russa, crises de fevereiro e crises de outubro. No Equador tivemos a derrota de uma revolução de fevereiro. Como o processo, entretanto, é pouco conhecido, embora sua importância seja enorme, vale a pena conferir esta passagem dos acontecimentos para aferir a verdadeira dimensão da insurreição popular: “ ***A situação política no Equador é a culminação de um processo que vem se agudizando desde 1996. A queda, em menos de 3 anos do Presidente Bucaram, a substituição por Fabian Alarcón e depois a eleição de Mahuad, já vinham marcadas por uma combinação de crises: a econômica e a do regime político, e pelo ascenso do movimento de massas. Mahuad assumiu o cargo dia 10 de agosto de 1998. No dia 14 de setembro de 1998, desvalorizou a moeda, o sucre, em 15%, enquanto subiam as tarifas dos combustíveis e da eletricidade. No dia 1 de outubro, se produz a primeira greve geral de seu governo. Em 9 de março de 1999, Mahuad declarou estado de emergência para impedir os protestos do movimento de massas. Os sindicatos convocaram nova greve geral dois dias depois; os preços dos combustíveis chegaram a subir 174%.. Em 19 de agosto de 1999, o Equador pediu ao FMI a moratória parcial dos pagamentos de sua dívida externa. Já em dezembro de 1999, sindicatos, empresários e partidos opositores exigiam sua renúncia. Finalmente, em 9 de janeiro de 2000, Mahuad anunciou a dolarização da economia do Equador(...) A burguesia foi passando a um estado de impotência, o que foi ficando cada vez mais patente após a queda sucessiva dos planos econômicos, 18 meses de crises políticas sucessivas, e ante a perda de controle da economia, com o disparo da inflação, chegando a mais de 70% ao ano em 99. Frente a essa situação e acoçada pelo*** ”

movimento de massas, a burguesia equatoriana preferiu se dobrar, ainda mais, ante o jugo imperialista e jogar com a última carta da submissão: a dolarização total. Ou seja, para enfrentar a crise, a única saída apresentada por ela foi mais submissão, a entrega total, a volta a um status de colônia, a uma nação sem moeda própria. A crise econômica recorrente, a maior dos últimos 70 anos, vinha tornando a vida das massas insuportável. O desemprego, segundo dados oficiais saltou de 10% para 16% apenas no último ano.(...) Frente a essa situação gravíssima, o movimento de massas saiu à luta mais uma vez, depois de já haver derrubado três planos econômicos e dois presidentes(...) Por isso, desta vez, a mobilização não foi apenas contra o presidente, foi contra o regime como um todo! O chamado da coordenação nacional dos povos indígenas propunha a saída de Mahuad, do Congresso e do Suprema Corte de Justiça. Foi uma mobilização que uniu os distintos setores do movimento sindical, estudantil e popular. A Frente Patriótica, que agrupa a diversos movimentos sociais e organizações de esquerda, convocou no dia 12/2 uma paralisação nacional exigindo a renúncia do presidente. As mobilizações se sucediam. Os petroleiros entraram em greve, ocuparam as instalações de refinarias e poços de petróleo e resistiram às tentativas do Exército de desalojá-los de suas posições. Ações coordenadas dos sindicatos e de diversas organizações, incluídos motoristas, grupos indígenas, funcionários públicos, estudantes, começaram a polarizar as cidades mais importantes como Quito e Guayaquil já antes da chegada da marcha da CONAIE. Os indígenas haviam anunciado que a partir do dia 15 de janeiro protestariam contra a política econômica de Mahuad bloqueando as estradas. Os manifestantes partiam de várias regiões, tomavam cruzamentos, inclusive cidades, e uma coluna marchava para a capital de acordo às determinações da CONAIE(Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador).**Nas mobilizações nacionais de 99, haviam liderado a resistência os taxistas, os motoristas, e haviam cimentado uma aliança com os camponeses indígenas, aglutinados na CONAIE. Neste último enfrentamento foram os indígenas os protagonistas da revolta. Reunindo de 30 a 40% da população, eles refletem sua condição de camponeses, além de sua identidade como nacionalidade oprimida por séculos de dominação, primeiro sob os conquistadores espanhóis e depois pela classe dominante equatoriana. Há anos que vem se dando uma organização dos camponeses contra os latifundiários, contra a invasão de suas terras pelas multinacionais(como as petroleiras) com a cumplicidade dos sucessivos governos títeres do imperialismo.(...) No dia 15 de janeiro de 2000, a partir de um chamado da CONAIE, se espalha a insurreição: Milhares de indígenas começam uma cadeia de protestos, ocupam as estradas em todo o país e se propõem a marchar sobre Quito.** Desde as províncias vão assumindo controle das estradas, de vários povoados, e marchando para a capital em forma centralizada. No dia 18 chegam à capital e começam a ocupação. Já no dia 21, entram no Parlamento, acompanhados por cerca de duas centenas de militares dissidentes, entre os quais coronéis da ativa, e criam uma Junta Provisória. Mahuad tenta se defender, mas, sem apoio do Exército, foge para a embaixada do Chile. **Foi uma insurreição organizada e centralizada: usaram as armas mais fortes do arsenal do movimento de massas: não só chamaram a uma greve geral, como a uma verdadeira insurreição popular. Esta se espalhou por todo o país, e seu resultado mais visível foi a marcha nacional para a capital, já que foi a concentração em Quito que acabou por derrubar novamente o governo. Mas essa insurreição não era somente contra o governo de turno. Era conscientemente contra as principais instituições do Regime democrático burguês (Executivo, Legislativo e Judiciário). Refletiam a experiência de desgaste, da corrupção endêmica presente nesses órgãos e os sucessivos enfrentamentos contra essas fortalezas da ordem burguesa colonial. Formaram um poder alternativo (Parlamentos Populares) a partir das regiões e um nacional, o Parlamento Nacional dos Povos do Equador, com a participação do movimento sindical e popular.** (...)O Parlamento Nacional dos Povos do Equador pretendia abertamente ser um poder alternativo ao eleito pelas urnas. Nascido em 11 de janeiro, ele começou a tomar decisões como “verdadeiro órgão de poder”. Representantes das comunidades indígenas, dos sindicatos, das associações de mulheres e da própria Igreja participaram de sua criação, cuja sessão inaugural foi presidida pelo arcebispo de Cuenca, monsenhor Luís Alberto Luna Tovar, seguidor da Teologia da Libertação. Mas como passa com todos os processo iniciais de revoluções populares, o primeiro passo é dado ainda com expectativas em setores das classes médias ou diretamente burgueses. Havia muitas expectativas na adesão da Igreja como instituição. No entanto, apesar das simpatias de alguns clérigos e da presença do arcebispo de Cuenca na direção do parlamento popular, a cúpula eclesiástica esteve sempre do lado da ‘ordem’. Também havia muitas expectativas na adesão dos militares e por isso a proposta aprovada pelo Parlamento Popular era chamar as FFAA

Mas é somente a ponta do iceberg de um quadro de deterioração política geral: Colômbia, Bolívia e Peru, seguem a mesma dinâmica de sublevação de massas, com forte protagonismo camponês, indígena e popular.⁹⁸

O Paraguai, um dos poucos países sul americanos com uma imensa maioria camponesa, viveu a sua primeira vaga de revolução democrática, que levou, pelo menos, 100.000 pessoas às ruas em março de 1999 e forçou a renúncia e posterior exílio do presidente Cubas⁹⁹; no México, onde o regime do PRI agonizava há anos, depois da grande fraude contra Cardenás em 1988, e acossado pelo impacto mundial da rebelião em Chiapas, a revolta estudantil contra os planos de cobrança de mensalidades precipitou o maior ascenso estudantil desde 68, possivelmente até mais forte, com uma greve que demorou meses e meses, resultou na prisão de mais de 500 estudantes, que por sua vez, desencadeou as maiores manifestações de rua da história recente do país, algo superior a 300.000 pessoas; a vitória de Chavez na Venezuela, e o processo desde então aberto, só pode ser compreendido, como uma refração tardia do Caracazo. Por último, a situação de guerra civil crônica na Colômbia, um impasse político-militar,

de conjunto a assumir juntos um novo poder para “defender a nação”, uma Junta de salvação nacional.”(grifo nosso) (WELMOWICK, José, **Notas sobre a insurreição no Equador** in Correio Internacional, Março de 2000)

⁹² A situação na Bolívia, vai, em ritmo acelerado, para um processo, em muito semelhante, ao que apresentamos sobre o Equador. Em 7 de Abril deste ano, o presidente Hugo Banzer declarou o estado de sítio em função do que poderíamos chamar a rebelião da água potável. As massas camponesas, revoltadas contra a privatização e o aumento das tarifas de água, se rebelaram em Cochabamba, e o movimento de protesto se estendeu para o conjunto do país. O governo firmou um acordo em 28 de fevereiro para depois rompe-lo e prender os dirigentes da luta. Centenas de presos e pelo menos oito mortos são o saldo provisório de um processo que ainda vai na estrada. Na estrada, porque as massas indígenas e camponesas ocupam as estradas, interrompem o abastecimento das cidades, essa é uma das formas consagradas de resistência na Cordilheira. O fenômeno do ascenso indígena-camponês tem dimensão latino americana, Sua vanguarda foi a rebelião em Chiapas, em 95 no México. No Equador e na Colômbia estão à frente da resistência popular. O próprio MST no Brasil é uma expressão de uma dinâmica mais ampla.

⁹⁹ A imprensa brasileira, em geral, despreza, a tal ponto, tudo o que se refere ao Paraguai, que foi incapaz de enviar correspondentes, mesmo quando ficou claro, nos últimos quinze dias de março de 99, que Cubas e Oviedo tinham perdido o controle da situação. Neste caso, curiosamente, a exceção foi a Rede Globo. De qualquer maneira, o Paraguai permanece em uma situação de grande instabilidade, porque Oviedo mantém sob sua influência uma parte pelo menos, senão a maioria da oficialidade das FFAA. Um dos últimos países da América Latina com uma população na sua maioria camponesa, o Paraguai tem também uma da lumpen-burguesias mais vorazes do Continente.l

aparentemente sem solução visível, não pode ser desprezada. Todos esses processos são a expressão, como partes de um todo, de um quadro de profunda comoção social e crise econômica crônica, depois de uma década de implantação dos ajustes neoliberais na América Latina. A sombra de combates decisivos começa a se projetar sobre o continente.

Este breve painel revela a situação geral de instabilidade que nos cerca, e mesmo o Brasil e Argentina, os países decisivos da América do Sul, estão muito longe de oferecer um quadro de estabilidade. Sendo um dos elos mais frágeis da cadeia, parafraseando a citação de Lenin, o quadro geral da situação da América do Sul, revela que a crise do capitalismo está muito longe de ter sido superada.

Os marcos gerais da crise do capitalismo nos anos 90, vem exigindo um esforço de perspectivação histórica. No final das três fases descendentes das últimas três ondas Kondratiev, observamos uma regularidade: *a crise impulsiona três processos de contra-ofensiva em larga escala do sistema para procurar uma saída político-social de grande fôlego que permita uma nova fase de crescimento e estabilidade.* Assim no final da última década do XIX, o imperialismo moderno com a ocupação e repartição, não poucas vezes, *manu militari* do mundo; nos anos 30, na mais culta e mais civilizada das metrópoles européias, o nazi-fascismo, e seus planos de um III Reich e escravização eslava em massa; e, no final deste século, o que se convencionou chamar de neoliberalismo. O que existiria de comum nesses fenômenos? *Foram respostas histórico-políticas aos impasses econômico-sociais do processo de acumulação.*

Não é irrelevante destacar que os processos econômicos que estavam na raiz das crises pertencem, como fenômenos da vida material, a uma esfera diferente destas respostas político-ideológicas (em geral há uma certa defasagem, como a que ocorreu na década de 70, Thatcher e Reagan só chegam ao poder cinco anos depois de aberta a crise geral) ainda que estejam articulados. Não existiu unanimidade ou monolitismo no interior das classes dominantes: e, por isso, nem todas as frações burguesas foram anexionistas no início do século, nem foram fascistas nos

anos 30, e hoje muitas resistem à unilateralidade dos critérios da reação neoliberal (como vem se expressando nos últimos dois anos na França, por exemplo). Mas é necessário identificar que, em cada impasse civilizatório, *surgiu o dilema de preservar ou destruir as conquistas/concessões sociais da etapa histórica anterior*.¹⁰⁰

O imperialismo moderno repartiu o mundo com as baionetas, o nazi-fascismo transformou o genocídio em política de Estado, e o neoliberalismo faz ainda a sua cruzada pela destruição do *welfare state*: a regressividade é o sentido comum, forças produtivas precisam ser destruídas para garantir uma saída para a crise. Esse traço é característico da definição de uma época revolucionária, em que os destinos da transição histórica estão em disputa: a emergência da contra-revolução, como um fenômeno histórico central. Vejamos, entretanto, algumas hipóteses um pouco diferentes.

Arrighi, por exemplo, procura, com razão, as regularidades do final das fases B das ondas Kondratiev, como *uma das chaves explicativas da história deste século que se encerra*, mas focaliza os processos de revolução econômica. Na sua interpretação, de inspiração schumpeteriana, a questão chave é a maior concorrência no sistema interempresas e competitividade no sistema interestados, nas fases descendentes da onda. Seria nesses momentos, como já tinham assinalado entre outros o próprio Kondratiev, que *ocorreriam as inovações tecnológicas e organizacionais que irão estabelecer um novo padrão de renovação de capital fixo da infra-estrutura*, e nos sectores de produção de bens de Capital. Ou seja, quando se objetivam

¹⁰⁰Uma parte considerável do marxismo contemporâneo considera, entretanto, que as crises do capitalismo neste século, ainda estão muito longe de sinalizar sequer a abertura de uma época revolucionária, e, portanto, segundo essa visão, os impasses da luta pelo socialismo repousariam em causas objetivas, a imaturidade histórica: *“Lo más notable y lo que más debe enfatizarse en la teoría de Marx acerca del derrumbe capitalista, según advertimos a esta altura, es su gran amplitud y flexibilidad. Las crisis catastróficas que se resuelven finalmente en un crescendo revolucionario son sólo una de las variantes posibles del proceso de derrumbe y, en realidad Marx hace poco hincapié en este tipo de crisis (...) Cuando se consideran todos los requisitos que, según Marx, deben cumplirse antes de que el orden esté listo para ser derrocado, llegamos a preguntarnos si el fracaso de los movimientos revolucionarios previos en Europa y los Estados Unidos no podría imputarse sólo a la falta de madurez”*(grifo nosso)(NICOLAUS, Martin. “Prefácio” In MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858 (vol. I)**. Trad. Pedro Scaron. México, Siglo XXI, 1997. P p. XXXIV.)

massas colossais de capital fixo, e de acordo com o padrão estabelecido pela revolução industrial, o impulso da fase A do terceiro K teria sido a revolução organizacional (conhecida também como reestruturação taylorista ou fordista) e o impulso do quarto K, a revolução na informação:

*“Segue-se daí que as ondas longas diferem umas das outras (a) de acordo com a natureza da revolução económica que provocou a sequência desafio-resposta (Primeiro e Segundo Ks vs. terceiro e Quarto Ks) e (b) dependendo de elas serem ou não configuradas pelo surgimento de um desafio (Primeiro e Terceiro Ks) ou por uma resposta a um desafio (Segundo e Quarto Ks). Além disso, a resposta a um desafio, uma vez completada com sucesso, pode se transformar em uma luta pela hegemonia mundial que dota o K subsequente com a peculiaridade de a luta competitiva ser travada pelos Estados, ao invés de pelas empresas capitalistas. **Foi isso o que ocorreu com o Terceiro K. mas há boas razões para não se esperar que a atual oscilação para baixo tenha o mesmo resultado.** (...) Aqui reside a diferença mais fundamental entre a atual fase B e a fase B do final do século XIX. Como sugerido (...) de todas as fases B dos últimos duzentos anos, **essas duas fases B são aquelas que apresentam as maiores semelhanças: ambas foram associadas com a generalização de uma revolução econômica anterior e nenhuma das duas foi associada com uma luta aberta pela hegemonia mundial.** Contudo, as duas fases B diferem radicalmente entre si porque as lutas intermédias pela hegemonia mundial e a expansão subsequente da Revolução Organizacional fecharam opções que estavam abertas no final do século XIX e abriram opções que, há cem anos atrás, eram impraticáveis ou inconcebíveis.”¹⁰¹(grifo nosso)*

Arrighi conclui, portanto, que é improvável que a atual onda Kondratiev se desdobre em uma terceira revolução industrial (hipótese que para outros já teria se dado, com a telemática, e uma nova reestruturação produtiva, o toyotismo, e já estaríamos no limiar de uma nova vaga ascendente). Para Arrighi, os avanços tecnológicos que se generalizam com a microeletrônica e a biotecnologia, assim como os novos modelos de gestão (just in time, downsizing, qualidade total) seriam a extensão de inovações do período anterior. Nesse sentido faz um paralelo, em geral correto, entre as semelhanças do atual período de internacionalização do Capital, e o final do século passado. E, por outro lado, descarta como improvável, talvez apressadamente, uma nova etapa de luta competitiva entre estados, na disputa pela hegemonia mundial, tal como ocorreu na vagas B dos segundos

¹⁰¹ . ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 31 e 46

e terceiro K, que desembocaram, respectivamente, na Primeira Grande Guerra e nas trevas dos anos 30 e na Segunda Guerra Mundial. Mais adiante ele concluirá:

*“...o argumento principal deste trabalho foi que o impasse de acumulação da atual fase B diferentemente da fase B do final do século XIX, **não apresenta nenhuma solução capitalista óbvia. Certamente, a atual fase B se transformará, mais cedo ou mais tarde, em uma nova fase A (...)** presa entre remunerações crescentes na zona do núcleo orgânico e um ambiente hostil na zona periférica, **a acumulação capitalista pode estar se aproximando de seus limites históricos. O próximo Kondratiev bem poderia ser o último**”* ¹⁰²(grifo nosso)

Assim, estaríamos diante de uma análise da crise que sinaliza em duas direções: não existiriam fatores endógenos, óbvios, portanto, estritamente econômicos, que pudessem estar já indicando a passagem para uma nova fase ascendente, ou seja, o início de um novo Kondratiev. E, finalmente, se isso viesse a ocorrer, os limites históricos da acumulação capitalista estariam próximos. ¹⁰³

Uma análise muito diferente, e que parte de premissas, em um certo sentido, opostas, é a de Kurz. em um enfoque radicalmente anti-politicista, afirma que já teríamos assistido a uma mudança de época. Defende, assim, que estaria encerrada a época do imperialismo, e que o novo quadro histórico, se definiria pela tendência ao esgotamento da forma mercadoria e pela anulação do valor, (inspirando-se, creio eu, em um célebre

¹⁰² . ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 46-9

¹⁰³ A esse respeito, Wallerstein, em geral, muito prudente nos prognósticos, sugere a possibilidade da iminência de uma crise sistêmica: *“A segunda possibilidade é que os fenômenos que se observam desde 1970, mas que argumentamos não poderem ser analisados como simples reflexos da fase B de um ciclo de Kondratieff ou como o início de um declínio hegemônico, se provem suficientemente importantes para que não sejam mais razoável supor que o sistema se mantenha nos mesmos moldes, com apenas alguns ajustes. Neste caso, esperar-se-ia a eclosão de uma crise sistêmica ou uma bifurcação que se manifestaria como um período de caos sistêmico de resultado incerto”*. (grifo nosso) (WALLERSTEIN, Immanuel. “Possibilidades Globais, 1990-2025” In **Praga: estudos marxistas 5**. São Paulo, HUCITEC, maio 1998. p. 17)

prognóstico de Marx nos Grundisse, embora de forma inapropriada, e talvez, semi-catastrofista)¹⁰⁴.

Esta análise anuncia os limites históricos do modo de produção capitalista, que estaria realizando uma curva civilizatória regressiva e perigosa:

“Se, no início do século XX, a transformação do modo de produção capitalista (...) (imperialismo, economia de guerra, taylorismo, ideologização das massas, etc.), (...) talvez a ruptura de época, no final do século XX, exija uma transformação ainda mais ampla.

¹⁰⁴ Esta passagem dos **Grundisse** tem sido uma referência polêmica usada à exaustão para reforçar uma linha de argumentação, paradoxalmente, exatamente oposta às posições defendidas por Kurz. Isso porque elas permitiriam, pelo menos em parte, sustentar a idéia de que as desventuras da luta revolucionária nos países centrais decorreriam da imaturidade das condições objetivas. Essa não é contudo a nossa opinião. Nessa apreciação do estágio das forças produtivas, Kurz parece ter razão. Porque a tese defendida por Kurz, é que elas, de tão maduras, já começaram a apodrecer: ou seja, defende a possibilidade de ir além da regulação imposta pelo valor, em escala generalizada, ultrapassando a forma de mercadoria que ainda assumem os bens e serviços. Estaríamos assim, segundo Kurz, paradoxalmente, no limiar de uma nova época de barbárie global. Nunca as possibilidades de emancipar a humanidade da ditadura da necessidade esteve tão perto, mas nunca os obstáculos políticos para avançar no sentido da socialização da produção e da distribuição foi tão grande: tão longe e tão perto, essa é a amarga ironia. Entre outras razões, segundo Kurz, porque o proletariado se integrou de forma irreversível: uma nova atualização das teses “soixante-huitards” vaticinando o aburguesamento dos trabalhadores. Mas a discussão ficaria desfocada se encarássemos a análise do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, sem o sentido das proporções, que deve ser relativizado ou medido pela dimensão das necessidades humanas globais. Ainda assim, sem exageros desnecessários, parece todavia muito razoável, que pelo menos em relação aos bens e serviços com menor valor agregado, que são por sua vez os que respondem às necessidades mais intensamente sentidas, que Kurz tem bastante razão, e que elas poderiam ser satisfeitas se a produção não estivesse bloqueada pelas relações mercantis. Eis o fragmento dos **Grundisse**: *“En la medida, sin embargo, en que la gran industria se desarrolla, la creación de la riqueza real se vuelve menos dependiente del tiempo trabajado y del cuanto de trabajo empleado que del poder de los agentes puestos en movimiento durante el tiempo de trabajo, y cuya powerful effectiveness por su parte no guarda relación alguna con el tiempo de trabajo inmediato que cuesta su producción, sino que depende más bien del estado general de la ciencia y del progreso de la tecnología. riqueza real se manifiesta más bien -y esto lo revela la gran industria- en la enorme desproporción cualitativa entre el trabajo, reducido a una pura abstracción, y el poderío del proceso de producción vigilado por aquél. El trabajo ya no aparece tanto como estando incluido en el proceso de producción; el hombre se comporta más bien como supervisor y regulador con respecto al proceso productivo Se presenta al lado del proceso de producción, en lugar de ser su agente principal. En esta transformación lo que aparece como pilar fundamental de la producción y de la riqueza no es ni el trabajo directo ejecutado por el hombre ni el tiempo por él trabajado, sino la apropiación de su propia fuerza productiva general, su comprensión de la naturaleza y su dominio de la misma, gracias a su existencia como cuerpo de la sociedad; en una palabra, el desarrollo del individuo social. El robo del tiempo de trabajo ajeno, sobre el cual se funda la riqueza actual, aparece como una base miserable comparada con la base recién desarrollada, creada por la gran industria misma. Tan pronto como el trabajo en forma directa ha cesado de ser la gran fuente de la riqueza, el tiempo de trabajo deja, y tiene que dejar, de ser su medida y por tanto el valor de cambio [de ser la medida] del valor de uso. (...) Con ello se desploma la producción fundada en el valor de cambio (...)”* (grifo nosso) (MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política GRUNDISSE, 1857/8**. Mexico, SigloXXI, 1997.)

(...)Só agora, passado o período de incubação dos anos 80, as novas forças produtivas pós-fordistas da microeletrônica e seus conceitos correlatos de racionalização (descritos em seu conjunto, de acordo com o referencial teórico escolhido, como segunda ou terceira revolução industrial) mostram seu verdadeiro potencial de crise: **pela primeira vez, a riqueza material (e também ecologicamente destrutiva) é produzida antes pelo emprego tecnológico da ciência que pelo dispêndio trabalho humano abstrato. O capital começa a perder sua capacidade de valorização absoluta e alcança com isso aquele estágio, extrapolado logicamente por Marx, no qual a forma de socialização do sistema produtor de mercadorias – que "repousa no valor" – esbarra em seus limites históricos.** A crise da forma-mercadoria é, no entanto, filtrada pelo movimento do mercado mundial (...) luta essa que possibilita (e domina) as próprias forças produtivas que serão responsáveis pela desvalorização da força de trabalho. Os capitais mais produtivos abatem concorrencialmente aqueles que não podem mais acompanhar o elevado padrão de produtividade, mobilizando para tanto vultuosas somas de capital fixo. **Os velhos perdedores e os novos retardatários só podem continuar no páreo à custa de baixos salários (ou ainda trabalho forçado ou escravo)(...)Podia parecer, à primeira vista, que o processo de crise transcorreria de maneira escalonada(...) e deixaria por último as nações mais fortes do ponto de vista do capital, capazes de sustentar por mais tempo o processo de simulação monetária através do endividamento do Estado e do sistema de crédito. Primeiro sucumbiram as economias do Terceiro Mundo e do socialismo de Estado, que passaram a ser exemplo de uma "modernização tardia", fadada desde então ao fracasso no interior do horizonte burguês. Nos anos 90, porém, a crise parece avançar a passos largos em direção às economias nacionais estabelecidas.**¹⁰⁵(grifo nosso)

Estamos, portanto, diante de uma análise original, que identifica nas novas forças produtivas liberadas pela micro-eletrônica, a capacidade de abrir uma nova época histórica, em que mudam os fundamentos do processo de acumulação do capital, e que inaugura uma fase de desenvolvimento que se definiria tendencialmente pela anulação histórica do valor. A nova época teria como traços contituíntes a crescente barbarização das relações sociais, como expressão dos limites do trabalho com a forma mercadoria. Em outras palavras, a proporção de valor agregado pelo trabalho vivo seria cada vez mais irrelevante, na medida que a ciência e a tecnologia se emancipam como a principal força produtiva, e a queda da taxa média de lucro atingiria tal nível, que o horizonte histórico dos limites da

¹⁰⁵ KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis, Vozes, 1998. p.67-8.

acumulação estariam cada vez mais próximos. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, em uma identificação dos impasses do modo de produção de continuar garantindo a valorização do capital, condenado à crise de superacumulação, e à degeneração na barbárie global. Naturalmente decorre desta análise, de uma radicalidade objetivista que surpreende, uma nova compreensão do papel dos sujeitos sociais na luta anticapitalista.¹⁰⁶

No entanto, se colocarmos o foco de análise, em uma perspectiva de etapa, no lugar da hipótese de mudança de época (mesmo porque parece mais sensato um prazo mais longo para retirar conclusões definitivas sobre o sentido da curva histórica de 89/91), não restariam muitas dúvidas que a tendência econômica mais importante do último período, tem sido a crescente dominação do capital financeiro.¹⁰⁷ Chesnais, por exemplo,

¹⁰⁶ Como se poderá conferir no fragmento que apresentamos na seqüência, Kurz desenvolve a crítica da esquerda a partir da ótica da necessidade de superar o politicismo. Afirma a abertura de uma nova época histórica, de estagnação degenerativa do capitalismo. Se coloca portanto, contra a corrente, em uma linha de crítica irreconciliável da “terceira via”, e da exaltação de uma nova Renascença. Rema também contra a maré do socialismo de mercado, a nova coqueluche da esmagadora maioria da esquerda mundial. Suas premissas são, na verdade, simétricas: onde a esquerda politicamente organizada (pós-comunista ou pós-socialdemocrata) conclui pela perenidade da regulação mercantil em um processo de transição ao socialismo, Kurz defende a sua caducidade, e a necessidade de ir além da forma mercadoria e além das formas estatistas. O outro aspecto original de sua análise é o deslocamento do protagonismo revolucionário das mãos do proletariado: “*Os remanescentes do velho radicalismo chegam a ponto de denunciar os prognósticos de uma transição iminente para a barbárie global como ‘falsa certeza’(...) Os naufragos críticos da sociedade de tal modo arruinados pela política e imbecilizados pela agitação, que só pode lhes parecer amalucada a tentativa de analisar uma revolução industrial (a microeletrônica), lançando mão de conceitos teóricos de crise. Eles tomam por supérfluas tanto uma definição de época, quanto uma nova historização do desenvolvimento interno do capitalismo, pois este, concebido em conceitos escolares, nunca deixou de ser o mal de sempre, imutável (...)* Eles não ousam mesmo acusar de ‘objetivismo’, precisamente, a análise e a crítica das estruturas (realmente) objetivadas, por terem desde sempre operado com conceitos burgueses irrefletidos de sujeito e vontade. Não chega a espantar, assim, que a **demand** **por uma supressão da forma-mercadoria e da forma-política**, que no atual estágio da crise do sistema mundial plenamente desenvolvido deve ser formulada de maneira muito distinta que no passado, seja vista como reformismo ou fundamentalismo”. (grifo nosso) (KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis, Vozes, 1998. p.75-6)

¹⁰⁷ Chesnais considera que as condições excepcionais do pós-guerra, ficaram para trás, e que assistimos a um fenômeno novo, a hegemonia parasitária do capital monetário. Esta hipótese é evidentemente, muito polêmica, porque, se verdadeira, é muito importante frisar, se trataria de uma mudança qualitativa da natureza do capitalismo: “**Por quanto tempo pode-se suportar um regime de acumulação especulativa? A “mundialização do capital” é, mais do que qualquer outra, a do capital monetário, o que conserva a forma dinheiro, valorizando-se no interior da esfera financeira mas nutrindo-se de punções sobre os rendimentos criados no curso da produção de valor e de mais-valia. No livro II d’O Capital, Marx explica que as condições gerais de acumulação incluem a capacidade de o capital industrial, ou capital produtivo, estabelecer sua hegemonia sobre o capital comercial e o capital monetário e subordinar as operações destes às suas. A época de apodrecimento prolongado**

coloca na financeirização crescente, a sua ênfase de análise do atual período. E alerta, que os astronômicos valores fictícios das transações que são feitas em torno de expectativas de lucros, *não possuem mais uma correspondência senão ilusória, com o processo material de produção*. Nessa direção caminham as suas conclusões e *insiste nos perigos de um novo crash, do qual os EUA não seriam poupados*:

*“A hipótese aqui defendida entende que a crise originada com o crash tailandês não é nem “asiática”, nem meramente “financeira”, mas sim possui uma dimensão e um potencial de propagação em escala mundial. **A possibilidade de um crash nas bolsas internacionais não é uma hipótese abstrata e está inserida na situação aberta na Ásia a partir de julho de 1997. Em Wall Street, os experts financeiros sabem que uma “correção” do valor dos títulos cotados em bolsa é inevitável.** O que eles são incapazes de prever é a severidade desta “correção”, a amplitude de seus efeitos sobre a renda dos beneficiários dos sistemas de aposentadoria por capitalização e dos participantes dos fundos de investimento coletivos norte-americanos e, sobretudo, o tamanho da onda e as conseqüências do contágio internacional nas bolsas mais débeis. Plenamente conscientes de que **a crise em curso e seu possível agravamento colocariam em questão as bases do regime de acumulação predominantemente financeira, senão do próprio modo de produção capitalista**, os aduladores do capital afinam seu discurso”¹⁰⁸(grifo nosso)*

Quais seriam, então, as perspectivas? Expansão e nova fase de crescimento sustentado, ou estagnação e ameaça de disputas mundiais inimagináveis por uma nova hegemonia imperialista?; reestruturação produtiva dolorosa, como dores do parto de uma nova revolução industrial, ou

*do invólucro das relações de propriedade está marcada por outro signo, completamente diferente.(...) No caso do capital monetário, é muito mais do que isso. Trata-se do surgimento de uma situação em que o próprio movimento dessa fração de capital é que tende a imprimir o seu selo sobre o conjunto das operações do capital, em que se estabelece, de forma inédita, a autonomia do capital monetário face ao capital industrial. Uma ‘autonomia’ cujos limites são, no entanto, fixados pela viabilidade a médio, ou talvez até mesmo a curto prazo, de um “regime de acumulação especulativa”, ou seja, de uma gigantesca excrescência parasitária vivendo da mais-valia e do sobreproduto(...) A questão é saber por quanto tempo pode-se sustentar a hegemonia do capital especulativo como característica de todo o sistema mundial? O caráter fictício de uma grande parte do capital financeiro não leva, inevitavelmente, a uma grande crise?A resposta a essas questões não se encontra apenas na economia, mas igualmente, senão mais, no curso da luta de classes.” (grifo nosso)(CHESNAIS, François. “O capitalismo de fim de século” In COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo, Xamã,1997. p.31-3)*

degeneração improdutivo e financeirização parasitária?; destruição das conquistas sociais da fase anterior para reunir condições de uma recuperação sustentada da taxa média de lucro e recolonização do mundo, como parte da disputa pela hegemonia no sistema inter-estatal, ou início de um novo período histórico de crescimento econômico e afirmação dos direitos à cidadania social, sem privilégios insustentáveis pelo Estado? Esses são, grosso modo, as antinomias e os termos de um debate histórico fundamental.

Arrisquemos, finalmente, pela nossa parte, uma breve síntese das dez características, que nos parecem mais essenciais da atual etapa do capitalismo: (1) *estagnação prolongada da economia mundial*, mesmo nos centros do sistema; (2) *crise de super-acumulação de capitais* que se expressa no processo de mega-fusões de empresas, e se traduz na crônica super-produção de mercadorias e na correspondente contracção do mercado mundial; (3) em consequência, uma financeirização parasitária inédita: a livre, e cada vez mais irrestrita, circulação de massas gigantescas de capitais que não encontram condições de valorização no processo produtivo, e se refugiam na especulação financeira com papéis de dívidas, moedas, mercados futuros, etc... (4) uma maior desigualdade entre centro e periferia da economia-mundo, que tem como premissa uma assombrosa transferência de capitais, em que os países imperialistas, não só se beneficiam das condições desfavoráveis de troca que conseguem impor no mercado mundial, mas sacrificam o crescimento das economias dos países dependentes, estrangulados pelo custo de rolagem de suas dívidas, em suma, *um processo de recolonização*, que exige em muitos países a renúncia, de fato, às moedas nacionais, e um retrocesso das limitadas condições de soberania nacional, com seus governos, mesmo se eleitos, reduzidos ao estatuto de vice-reis das metrópoles, quando não, diretamente, caem na situação de protetorados; (5) *nova hegemonia americana* dentro do sistema inter-Estados, seja pela manutenção do dólar como moeda mundial de referência, seja pelo efeito

¹⁰⁸ (CHESNAIS, François. “Os crashes financeiros asiáticos e os mecanismos de propagação internacional da crise econômica” In CHESNAIS, François (org.) **A mundialização financeira, gênese, custos e riscos**. São Paulo, Xamã, 1999. P.318)

dissuador de seu poderio militar; (6) *maior desigualdade social e empobrecimento* da esmagadora maioria da população mundial, em uma escala inaudita e em proporções assustadoras, com o sacrifício de qualquer processo de mobilidade social ascendente, e o agravamento da miséria biológica nos países atrasados e do desemprego; e mesmo nos países centrais: fim de qualquer papel redistribuidor do Estado, e destruição insólita, em escala mundial, dos serviços públicos, educação, saúde, transportes, segurança, saneamento básico, etc..., como sequela da destruição, ainda que parcial e incompleta nos países centrais, das conquistas sociais da fase histórica anterior, como a previdência; (7) crise ecológico-ambiental, que ameaça de forma crescente a sobrevivência da vida no planeta, acelerada pela crescente importância das indústrias de biotecnologia, que exigem, como no caso dos alimentos transgênicos, a ausência de controles sociais, e repudiam prazos prudentes de quarentena e experiência antes da dissiminação do consumo; (8) crescente importância do crime organizado com sujeito econômico-social, com a organização de quadrilhas que operam à escala global com faturamentos próximos, senão maiores, do que o PIB de muitas nações, seja através de redes internacionais de distribuição de drogas, seja pelo contrabando de armas, seja pelo controle das indústrias do jogo e da prostituição¹⁰⁹; (9) uma nova vaga de ascenso de massas, que, por enquanto,

¹⁰⁹ Cosa Nostra, Camorra, 'Ndranguetta, Sagrada Coroa Unida, Tríades Chinesas, Máfias Russas, Cartéis Colombianos, Famílias Americanas, Yakusa, e muitos etc..., são algumas das siglas, que se tornaram mais conhecidas no mundo. São o rosto sombrio, sinistro e oculto, da "liberdade de mercado": basta que haja uma demanda, de preferência reprimida, para que o negócio de fazer sinheiro, encontre as empresas capazes de satisfazer a procura. Sem esquecer, as nossas mazelas domésticas, da indústria dos jogos, da prostituição, do desmonte de carros, de contrabando de armas, de falsificação cartorial de documentos de propriedade, tudo isso, corriqueiro, no Brasil. As organizações do crime organizado estão entre os ramos produtivos com maior faturamento do mundo, ao lado da indústria do petróleo, das montadoras de automóveis e da produção de armamentos. Será tão surpreendente? Expressão da decadência e da putrefação de uma época, o crime organizado, tem um peso próprio, impressionante, na economia de inúmeros países: Colômbia, Rússia, Hong-Kong e mesmo a "respeitável" Itália, estão entre os países, em que as organizações criminosas controlam, através da lavagem de dinheiro sujo, uma parte significativa dos PIB's. Tudo isso, não é novo, mas não é menos espantoso. Só que as escalas, as proporções, as dimensões, mudaram. Sobre esse tema merece ser conferido o livro de José Arbex: *"Pela primeira vez em sua História – e em uma era em que o quadro político internacional não parece indicar perigo de uma guerra generalizada – a Organização das Nações Unidas realizou duas conferências de cúpula, em um prazo inferior a cinco meses, para tratar do mesmo assunto. Tanto em Nápoles (novembro de 1994) quanto no Cairo (maio de 1995), representantes de 180 países conversaram sobre os novos problemas configurados pelo crime*

ainda tem o seu epicentro nos países dependentes mais frágeis e mais periféricos, como Indonésia, Timor, Equador, mas que indica uma tendência; contudo, um dos novos fenômenos, é que esta vaga de ascenso se levanta não somente contra regimes ditatoriais e tirânicos (Mobutu no Zaire, por exemplo, ou ocupação Indonésia no Timor, mas contra as instituições “democráticas” (congressos sem legitimidade, justiça corrupta, polícia apodrecida) como no Equador e Mexico.

(10) um processo de reorganização dos movimentos sociais anti-capitalistas, que se expressa no desmoronamento da influência dos partidos e lideranças, que na etapa anterior respondiam, ou às políticas campistas que eram a orientação de Moscou e Pequim, ou às propostas da social democracia;¹¹⁰

*organizado. As duas conferências mostraram que mafias internacionais, baseadas em 23 países, estariam faturando por ano, algo entre US\$ 750 bilhões e US\$900 bilhões, ou o equivalente a quase o dobro do Produto Interno Bruto do Brasil. Essa soma, divulgada em um estudo do FMI, estaria sendo gerada por US\$ 200 bilhões faturados anualmente pelos cartéis colombianos da droga. A partir daí, constata-se o nascimento de uma nova economia que engole Estados inteiros e faz nascer, no fim dos anos 90, o Século do Crime. A preocupação com as dimensões do crime organizado não é, em si algo "novo". Ao contrário, trata-se de um tema que suscitando debates na ONU desde 1950. Á época, a Assembléia Geral da organização determinou a necessidade de realização, a cada cinco anos, de um Congresso Internacional para a Prevenção do crime e Punição dos Criminosos. O problema é que quatro décadas depois, a ONU constatou que o crime organizado atingiu dimensões que desafiam a própria noção de uma ordem Jurídica Internacional reguladora da relação entre os Estados. Gerando cifras que superam os PIBs da grande maioria dos países as “máfias” deixaram de ser um assunto de polícia para se tornarem uma questão geopolítica e financeira de primeira grandeza” (grifo nosso) (ARBEX, José e TOGNOLLI, Cláudio Julio, **O Século do Crime**, São Paulo, Boitempo Editorial, 1998, p.31/2).*

¹¹⁰A seguir uma transcrição de um artigo de Emir Sader que sintetiza, com riqueza de dados, alguns dos traços mais característicos da atual etapa capitalista, apresentando conclusões, muito semelhantes, às que nos atrevemos a enunciar: “Depois de transitar pelo ciclo de maior expansão na sua história, no segundo pós-guerra, o capitalismo internacional ingressou em novo ciclo longo recessivo em meados dos anos 70, que se prolonga até hoje e não dá sinais de esgotamento(...). **Quais as características atuais do capitalismo? Em primeiro lugar, uma cisão mais profunda entre centro e periferia.** Conforme o próprio Banco Mundial, os países considerados de "alta renda" (cerca de 16% da população mundial) representavam, em 1980, 73% do PIB mundial, pulando para 80% em 1996, com os países do G-7 (11,7% da população) passando de 61% a 66%. E não se trata de um crescimento em ritmos diferentes, **mas do progresso dos mais ricos contra o retrocesso absoluto dos mais pobres**, com os países do G-7 aumentando seu PIB per capita entre 1985 e 1995 de 22.500 dólares para 27.500 – um aumento de 22% -, e os 47 países mais pobres (com um bilhão e 50 milhões de habitantes, um sexto do planeta) baixando de 333 para 290 dólares – queda de 15% – e um grupo de 51 nações de renda média baixa (um bilhão e 150 milhões, outro terço do planeta) passava de 1.900 a 1.670 dólares – redução de 14%. Acrescentando a essa lista um grupo de sete países considerados de renda média alta (com 240 milhões de habitantes), em que o PIB também caiu, constatamos que ao longo dessa década o indicador desceu em 105 países que representavam 43% da população mundial. **Considerando a desigual distribuição de renda, especialmente nos países da periferia capitalista, o cálculo nos permite dizer que cerca de 60% da população do mundo baixou seu nível de vida nesse período. O segundo aspecto é a concentração empresarial mundial, com a**

Assim, como sempre ocorreu na tradição marxista e de uma maneira muito semelhante à querela de cem anos atrás, a discussão de época histórica, remete aos fundamentos “graníticos” do próprio marxismo. Reabre, necessariamente, por exemplo, uma avaliação sobre as reestruturações produtivas do capitalismo e suas perspectivas. Mas, esta, é, por sua vez, inseparável da avaliação sobre o enfraquecimento, deslocamento ou fortalecimento social do proletariado e as suas relações com as outras

*participação das 200 maiores empresas globais no Produto Bruto Mundial passando de 24% em 1982 a mais de 30% em 1995 e chegando a 33% em 1997. A atual avalanche de fusões – sintoma de crise, de diminuição do mercado e de luta selvagem para saber quem sobrevive e não de euforia expansionista, como pretendem fazer passar os analistas econômicos, quando falam, de boca cheia, sobre as cifras do capital global das novas empresas – faz com que essa cifra supere os 35%. Considerando as primeiras 500 firmas globais, se estaria chegando atualmente a 45% do PBM e se chegaria a 65% se considerarmos o conjunto das empresas transnacionais (cerca de 35 mil). A quase totalidade delas tem sua casa matriz nos países centrais do capitalismo: em 1995, por exemplo, 89% do rendimento das primeiras 500 empresas globais correspondia a firmas originárias do G-7). **Em terceiro lugar, se acentuaram a desigualdade, o empobrecimento e a exclusão na periferia, mas também nos países centrais do capitalismo.** Uma primeira linha de pobreza, segundo o Banco Mundial, situa em cerca de um bilhão e 300 milhões de pessoas que sobrevivem com renda inferior a um dólar por dia, uma segunda linha abarcava três bilhões de pessoas com renda inferior a dois dólares diários (somando mais de 70% da população mundial). Tomando apenas os EUA – com seu “fulgurante” crescimento econômico das duas últimas décadas -, constatamos que, segundo as estatísticas oficiais norte-americanas, em 1977 o número de pobres no país era de 24,7 milhões, representando 11,6% da população, índice que passou, vinte anos depois, para 35,5 milhões, 13,3% do total, com a pobreza aumentando, em termos absolutos, em cerca de 43%. **O quarto aspecto é a crise do Estado**, impulsionada pela expansão global das grandes empresas, que debilitou a administração pública e a regulação econômica, pelo endividamento crescente, que produziu uma financeirização dos Estados, e pelo desemprego,(...) deteriorização da segurança pública, entre outros. Os Estados foram perdendo legitimidade por cima e por baixo, favorecendo processo de privatização na reprodução social, também por cima e por baixo. **Em quinto lugar, desenvolveram-se claros sintomas (...) pela combinação da exclusão social e do declínio econômico, disseminando os sentimentos de mal-estar e de insegurança, com a expansão de distintas formas de fundamentalismo – religioso, monetário, étnico – com as respectivas formas dediscriminação.** O capitalismo mafioso se estende, por cima e por baixo, com formas cada vez mais amplas de lumpenburguesia, em uma rede que vai dos “paraísos fiscais” ao narcotráfico, do comércio clandestino de armas a outros negócios ilícitos. **É nesse marco que se instaura um período de crise aberta a partir de 1997 e que agora chega ao centro nevrálgico do sistema – a economia norte-americana -, quando o ritmo de crescimento desce mais ainda e se eleva a um ritmo mais acentuado a dívida pública dos países ricos, assim como a financeirização das grandes empresas, e a hipertrofia financeira começa a irromper com toda sua força na economia global.** Enquanto isso, a periferia do capitalismo, onde nos encontramos, foi transformada em zona de hiperganâncias rápidas e, portanto, de instabilidade especulativa. Constitui-se assim **um capitalismo parasitário, sob hegemonia da especulação financeira, que perdeu seu dinamismo produtivo, o que alguns chamam de capitalismo senil.** A hipertrofia financeira joga o sistema cada vez mais em uma dinâmica parasitária, em que a “solução” de cada crise significa aprofundar a ciranda especulativa. Não foi superada a degeneração financeira por um novo auge produtivo, ao contrário, generalizou-se a financeirização, horizonteinelutável docapitalismo contemporâneo.”(grifonosso)(SADER, Emir, **Capitalismo Parasitário**, na Internet, Lista de discussão, Maio de 2000).*

classes, e ou camadas sociais subalternas.

1.3. Do sujeito da crise à crise do sujeito: a ausência do proletariado e a originalidade da transição pós-capitalista como revolução consciente.

A conquista do poder de Estado, ou seja, a idéia da revolução dos trabalhadores como uma ruptura da institucionalidade, é um dos temas polêmicos centrais na reflexão marxista sobre a revolução proletária. Antes de avançar diretamente sobre este tema, seria interessante observar que o conceito de *estratégia* não esteve presente na revolução burguesa. O que se explica por uma pluralidade de razões (a natureza de longa duração da transição, os amálgamas das relações capitalistas de produção com relações pré-capitalistas, muito antes da conquista do poder político, a possibilidade de fusões e pactos entre as diferentes classes proprietárias, o atraso das revoluções políticas, a imaturidade subjetiva dos sujeitos sociais, etc.), e entre elas, o próprio estágio embrionário do pensamento histórico e das artes militares. Os elementos de consciência na

transição burguesa, vitais para o triunfo da revolução política eram embrionários.¹¹¹

Mas existem razões mais importantes, historicamente, para explicar as circunstâncias que levaram o marxismo a importar, incorporar e desenvolver o vocabulário da ciência militar no processo de construção de uma teoria da crise. Entre eles, se destaca o de estratégia.

O conceito de estratégia é chave porque ele delimita a existência dos fins e os hierarquiza entre si, e nas relações com os meios. Esta delimitação envolve uma escolha: uma escolha que tem medidas de temporalidade.

Assim, o *programa histórico* marxista defende a luta por uma sociedade sem classes, pelo fim, ou progressiva dissolução do Estado, entendido como instituição de domínio de poder político separada da sociedade, a famosa passagem de Marx, em que se refere à transição de uma administração de pessoas para uma administração das coisas, a transição da esfera da necessidade para a esfera da liberdade.

Mas o seu *programa de ação político* se articula em torno da luta pela conquista do poder: tarefas distintas e tempos diferentes. Ocorre que, como é evidente, fins e meios são conceitos relativos, já que, o que eram meios podem se transformar em fins e vice-versa. Uma importante controvérsia ética se desenvolveu, e permanece atualíssima, sobre a

¹¹¹ Sobre o tema da transição do feudalismo ao capitalismo, existe uma extensa discussão histórica. Mais especificamente sobre a noção de longa duração e a natureza semi-catastrófica (inconsciente), semi-revolucionária (consciente) do processo, e a alternância de ritmos gradualistas e rupturas revolucionárias, nos inspiramos em Pierre Vilar: “*Mas esses esboços isolados retrocedem em seguida, e não podemos falar de verdadeira passagem ao capitalismo senão quando regiões suficientemente extensas vivem sob um regime social completamente novo. A passagem somente é decisiva quando as revoluções políticas sancionam juridicamente as mudanças de estrutura, e quando novas classes dominam o Estado. Por isso a evolução dura vários séculos. Ao final, é acelerada pela ação consciente da burguesia. Portanto, a instalação do capitalismo será no final mais rápida que a do feudalismo, da mesma forma que a instalação do socialismo, mais consciente ainda, tem a possibilidade de ser ainda mais rápida.*” (VILLAR, Pierre. “A transição do Feudalismo ao Capitalismo” In SANTIAGO, Theo Araujo (org.). **Capitalismo Transição**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. p. 35-6)

articulação das finalidades e os meios, muito além das simplificações reducionistas¹¹².

¹¹² Esta discussão ética, que injustiçou no passado remoto os jesuítas e, no recente, os bolcheviques encontrou seus ecos no movimento socialista, como não poderia deixar de ser. Estabeleceram-se em relação ao tema, grosso modo, três posições fundamentais, embora com muitas sensibilidades e nuances intermediárias: (a) a posição de que os meios são tudo (e os fins, pessoais ou sociais, não oferecem nenhuma justificação), que se apóia frequentemente na idéia empirista de que o caminho se constrói caminhando, cuja tendência é a absolutização de critérios morais imperativos e universais, e no limite, a subordinação da política à moral, uma versão que pode ser mais ou menos laicizada (sob a forma de valores ahistóricos da “natureza humana”), mas remete, em última análise, ao princípio teológico de que a moral independe da história, portanto da sociedade e dos conflitos de classe no seu interior. Sendo os imperativos categóricos kantianos inaplicáveis, tanto sob as pressões da vida cotidiana, quanto na arena das lutas de classes quando esta se exacerba, os valores morais universais passam a ser um princípio sagrado irrevogável, porém inaplicável; (b) a posição que defende que os fins justificam os meios, mas se esquece que também os fins precisam ser justificados: comete assim, em nome do realismo político, o erro simétrico dos moralistas. Mas divide com eles o critério de que meios e fins independem uns dos outros, sendo ambos vítimas, afinal, do cinismo, quando o que pretendiam era escapar da hipocrisia; (c) a posição que defende que os meios e os fins têm entre si uma relação indissolúvel, e em uma sociedade dividida, o combate político é também um combate moral. Portanto só seriam admissíveis meios que estejam ao serviço da supressão do poder de uma minoria sobre a maioria: os meios que inflamam a indignação dos oprimidos, que exaltam a sua união e confiança em si mesmos e na justeza de suas lutas, do que se conclui que nem todos os meios são permissíveis ou válidos, e que devem ser condenados como indignos todos os procedimentos e métodos que lançem um setor dos trabalhadores contra outros, ou que estimulem o seguidismo cego dos chefes, e acima de tudo o repugnante servilismo diante das autoridades, e o correspondente desprezo pelos trabalhadores e suas opiniões; mas também que não existe um catecismo que defina como mandamentos o que é consentido e o que é impensável. A seguir um trecho de Trotsky sobre o tema: *“O fim justifica os meios: A ordem dos jesuítas, fundada na primeira metade do século dezesseis para combater o protestantismo, nunca ensinou que qualquer meio, mesmo o mais delituoso, de acordo com a moral católica, seja admissível, contanto que leve ao fim”, isto é, ao triunfo do catolicismo. Essa doutrina contraditória, psicologicamente inconcebível, foi malignamente atribuída aos jesuítas pelos seus adversários protestantes – e às vezes católicos – que, por sua vez, pouco se preocupavam com escrúpulos na escolha dos meios para atingir seus próprios fins”. Os teólogos jesuítas – preocupados como os de outras escolas, com o problema do livre arbítrio – ensinavam na realidade que o meio, considerado em si mesmo, pode ser insignificante, mas que a sua justificação ou condenação moral depende do que se procura alcançar. Assim, um tiro de arma de fogo é, em si, um fato sem importância: disparado sobre um cão raivoso que tenta morder uma criança é um ato louvável; disparado para matar ou praticar violência é um crime. Os teólogos da Companhia de Jesus não queriam dizer nada mais do que estes lugares comuns. Quanto à sua moral prática, os jesuítas não foram piores do que os padres e monges das outras ordens, aliás, foram mesmo superiores. De qualquer maneira, deram prova de maior tenacidade, de maior audácia e maior perspicácia. Os jesuítas constituíam uma organização militante, fechada, rigorosa-mente centralizada, agressiva, perigosa não só para seus inimigos, mas também para seus aliados. Pela sua psicologia e por seus métodos de ação, os jesuítas da época “heróica” distinguiram-se do padre comum, como os guerreiros da igreja se distinguem dos que comerciam à sua sombra. Não temos motivos para focalizar um ou outro. Mas seria totalmente indigno considerar o guerreiro fanático com os olhos do comerciante estúpido e preguiçoso(...)A comparação entre jesuítas e bolcheviques, ainda assim, fica de todo unilateral e superficial; pertence antes à literatura do que à história. Considerando os caracteres e os interesses das classes que os apoiavam, os jesuítas representavam a reação e os protestantes o progresso. Os limites desse “progresso” exprimiam-se, por sua vez, de forma imediata, na moral dos protestantes. A doutrina de Cristo “purificado” não impediu em nada ao burguês cidadão que era Lutero de pregar o extermínio dos camponeses rebeldes, “esses cães raivosos”. O doutor Martinho considerava evidentemente que “os fins justificam os meios”, muito antes que essa máxima fôsse*

Desde meados dos anos 40 do século passado, Marx e Engels estavam engajados na perspectiva de lutar pela construção de uma corrente no movimento operário, que tivesse no centro de seu programa a luta pela conquista do poder político como definição estratégica, e uma intervenção na luta de classes, dirigida ao movimento real dos trabalhadores pelas suas reivindicações. Estabeleciam assim uma demarcação com as posições dominantes no pensamento socialista que os antecedeu, ao mesmo tempo, utópicas e sectárias: utópicas porque idealizavam um futuro igualitarista em função de imperativos éticos; sectárias, porque cada uma delas elegia o seu modelo de sociedade e as formas pré-políticas ou pós-políticas, de atingi-lo, como idissincrasias irreconciliáveis.

Entretanto, durante, pelo menos, os últimos sessenta anos, a idéia do socialismo esteve de tal forma associada com a experiência histórica das ditaduras estalinistas e suas aberrações burocráticas, que o próprio conceito de socialismo, ou seja, o sentido mais geral do projeto da luta igualitarista do movimento dos trabalhadores, foi colocado sob suspeita. Alguns ex-marxistas consideram que essa desconfiança veio para ficar. Muitos socialistas avaliam que seria transitória. Talvez os desenlaces trágicos da luta socialista no século XX estejam alimentando, ainda hoje, um certo pudor, até com algumas palavras, que por terem sido usadas e abusadas, caíram em desgraça. Estratégia é um desses conceitos. Por isso, parte significativa da literatura de esquerda contemporânea reabilita e até exalta fórmulas menos militares, e mais literárias (também mais imprecisas), como “paradigma utópico”.¹¹³

atribuída aos jesuítas. Por sua vez, os jesuítas, rivalizando com os protestantes, adaptaram-se cada vez mais ao espírito da sociedade burguesa e dos três votos – pobreza, castidade e obediência – conservaram apenas o último, ainda assim de forma bastante atenuada. Do ponto de vista do ideal cristão, a moral dos jesuítas caiu tanto mais baixo quanto mais eles cessaram de ser jesuítas. De guerrilheiros da Igreja passaram a ser burocratas e, como todos os burocratas, uns pilantras de primeira.”(grifo nosso) (TROTSKY, Leon. **Moral e Revolução: a nossa moral e a deles**. Trad. Otaviano de Fiore. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 9/11)

¹¹³ A dimensão utópica de um projeto igualitarista nunca poderia ser minimizada, já que a aposta política sempre dependerá de um engajamento que exige o enfrentamento de dúvidas e riscos, para não esquecer dos perigos e das derrotas. Todas as fórmulas que depositam “na história” a esperança de definição de uma luta que exige empenho e vontade só podem ajudar a semear ilusões fatalistas ou cepticismos deterministas. A “história” não pode decidir nada porque não é sujeito, mas processo. Já o

socialismo sempre foi entendido pelo marxismo como um projeto, que depende da capacidade de mobilização e organização de forças sociais com interesses anti-capitalistas e da presença de sujeitos políticos capazes de traduzir esses interesses numa perspectiva de poder. Mas sem a “fé” na possibilidade desses sujeitos sociais serem vitoriosos, o que, sumariamente, poderíamos chamar uma identidade de classe, seria muito difícil sustentar de forma continuada uma militância que exige sacrifícios e abnegação. Esse sentimento que já foi denominado, no passado, de “robusto optimismo” na disposição revolucionária do proletariado (e, ou, de outros sujeitos sociais, os camponeses pobres, as novas massas estudantis, os intelectuais assalariados, ou os excluídos, já que para o que estamos considerando, quais seriam exatamente os sujeitos sociais protagonistas do processo não seria o mais importante) é indispensável para alimentar um projeto político, e tem uma evidente dimensão utópica. O problema, todavia, é que a fórmula “paradigma utópico” tem sido utilizada como uma alternativa a socialismo, e freqüentemente, como uma alternativa nebulosa à necessidade mesma de uma perspectiva estratégica pós-capitalista. Em uma situação como a que vivemos, de crise do capitalismo, mas, também, de crise e reorganização do movimento operário, e portanto, de grandes incertezas, não é estranho que as inseguranças ideológicas ganhem terreno: boa parte da esquerda mundial se sente incômoda até com o conceito de socialismo, e treme diante do conceito de comunismo. A nova respeitabilidade do conceito de paradigma utópico se explica, portanto, em nossa opinião, porque, confortavelmente, promete dizer muito sem se comprometer com nada. E, também, porque permite inúmeras leituras, o que já por si, revela as ambigüidades da sua utilização. Por um lado, ele remete a um esforço meio constrangido de superação do esquematismo (para dizer o mínimo) das correntes campistas que se dedicaram incansavelmente, durante décadas, à defesa incondicional das “realizações” da construção do socialismo na URSS e na China (ou mesmo na Albânia), ainda que as evidências socioeconômicas, entre outras, contrariassem de forma cada vez mais indisfarçável, que os regimes burocráticos podiam ser qualquer coisa (daí uma infundável polêmica sobre a sua natureza de classe e histórica) menos um regime em transição ao socialismo. Por outro lado ele expressa as tremendas pressões que se abateram na última década sobre as organizações de massas do movimento operário, com o colapso da ex-URSS, e a ofensiva do neoliberalismo: traduz, nesse sentido, um movimento teórico confuso de adaptação ao discurso anti-socialista predominante, uma reciclagem da socialdemocracia europeia, como no caso inglês da busca de uma terceira via, explicitamente não-socialista. Mas é também usado por socialistas sinceros, como uma fórmula que busca ir além das certezas deterministas do que foi por muito tempo identificado pelos ex-partidos comunistas como os dogmas do “socialismo científico”. De qualquer maneira, é desconcertante como tantos socialistas a aceitem, com ligeireza, no lugar ou como sinônimo de socialismo. Essa, evidentemente, não é uma escolha inocente. E confessa mais sobre as atuais dificuldades de crítica, de boa parte da esquerda mundial, diante das “virtudes” da “democracia republicana” (o “mantra” dos valores absolutos repetido à exaustão), do que explica sobre o que se pensa como um projeto de sociedade igualitária e libertária. Pós-marxista ou mesmo pós-socialista, crítica da idéia de projeto e elogio da idéia de processo, defesa da indivisibilidade dos imperativos morais e da política, tem sido uma das coqueluches teóricas dos anos noventa. Na seqüência, um lúcido comentário de Gorender sobre os termos da questão, definindo-a como “a força da fraqueza”, e recolocando-a a partir de um enfoque histórico, e com a seriedade metodológica que a questão exige e merece: “*Tal como se constituiu desde A ideologia alemã ao Manifesto do partido comunista, o projeto político e intelectual de Marx e Engels consistiu em retirar a idéia do comunismo do âmbito da utopia e assentá-la sobre fundamentos científicos (...)* Hoje, em um arco que vai da própria esquerda à direita, o marxismo recebe a qualificação depreciativa de utopismo (...) *Todavia, não deixa de ser intrigante a constatação de que o termo utopia foi recentemente apropriado pela esquerda, inclusive por adeptos do marxismo, com uma valoração positiva. Fala-se na necessidade de uma nova utopia, entendendo-se que, de fato, o marxismo seria a “velha utopia”(...* Nesses termos, sofre alteração o próprio conceito de utopia. Não mais fantasia irrealizável, o projeto utópico entra no campo das possibilidades. Por isso mesmo, faz-se referência a utopias possíveis (...) *Marx e Engels extraíram (...) a conclusão de que era necessário transferir o movimento operário do terreno das seitas utópicas conspirativas ao terreno da luta política, nos termos em que ela concretamente se desenvolvia. Ou seja, passar da atividade sectária à luta de classes com caráter de massas. Contudo, ainda que não mais se tratasse de perseguir sociedades ideais perfeitas, o objetivo político dos comunistas precisaria assentar sobre certezas. Seria*

É certo, todavia, que a utilização do conceito de estratégia e tática não foi casual, há cem anos, no debate sobre a crise do capitalismo. Ele correspondia a uma visão de que a transição pós-capitalista seria o processo de transformação social mais profundo e, o que é mais importante, o mais *consciente* da História, por oposição aos processos “catastróficos” ou até revolucionários, mas, em grande medida, “inconscientes” do passado. Também é verdade que essa hipótese era freqüentemente associada à idéia de um *processo de transição historicamente mais acelerado* do que foi a transição do feudalismo ao capitalismo¹¹⁴.

Algumas “certezas” dos marxistas do século XIX, finalmente, desabaram pelo caminho: hoje sabemos mais, e sabemos que é mais difícil.¹¹⁵

*impraticável e inviável propor a uma classe social oprimida os riscos e sacrifícios de lutar por projetos de antemão marcados por dúvidas e imprecisões características de idealizações. Uma vez que não poderia advir da religião, a certeza teria de ser buscada no terreno da ciência.(...). Agora o utopismo comunista voltou a se expandir, em concomitância com a desaceleração ou, talvez, com a senectude irreparável do movimento prático-real que se proclama comunista. Crítica da realidade, mas crítica fantástica, o utopismo, por si mesmo, é indício de fraqueza. É a força da fraqueza. Recorre-se à fantasia porque a realidade prático-concreta nega suporte ao objetivo proclamado. Será, então, utópico – sem ressalvas – o objetivo da sociedade comunista? Ou foram inadequados os meios para chegar a este objetivo? Da resposta a tais questões dependem as conclusões a respeito do destino do próprio marxismo.” (grifo nosso)(GORENDER, Jacob, **Marxismo sem utopia**, São Paulo, Ática, 1999, p.7/8/10)*

¹¹⁴ Os revolucionários estão engajados num projeto que, por muitas razões, pode considerado otimista. Entre os fundadores, e no marxismo da Segunda Internacional e da Comintern, predominou uma inabalável confiança de classe e um otimismo histórico sobre a transição que foi acusado de fatalismo ou até mesmo teleologia. A sua expressão teórica mais criticada pode ser encontrada no **Tratado sobre Materialismo Histórico** de Bukarin. Convém notar, entretanto, que a fórmula sempre “condenada” de Bukarin, porém pouco citada, é essencialmente, condicional: “*La condición necesaria para un ulterior desarrollo es también llamada con mucha frecuencia necesidad histórica. Es, en este sentido del término "necesidad histórica", que podemos hablar de la "necesidad" de la Revolución francesa, sin la cual el capitalismo no hubiera continuado su crecimiento, o de la "necesidad" de la llamada "liberación de los siervos", en 1861, sin la cual el capitalismo ruso no hubiera podido continuar su desenvolvimiento. En este sentido podemos también hablar de la necesidad histórica del socialismo, desde el momento que sin él la sociedad humana no puede continuar su desarrollo. Si la sociedad ha de continuar su marcha, el socialismo es inevitable.*”(grifo nosso)(BUJARIN, Nicolai. **Teoria del materialismo histórico: ensaio popular de sociologia marxista**. Madrid, SigloXXI. p.143.)

¹¹⁵ Como um exemplo dos novos problemas colocados pela evolução histórica, está a questão das formas da moderna contra-revolução. Para Marx e os seus contemporâneos, um processo degenerativo como foi o nazismo, seria completamente impensável. São inesquecíveis, para os que as leram, sejam ou não socialistas, as páginas em que explica n’**O 18 do Brumário de Luiz Bonaparte**, com horror, as monstruosidades do regime da contra-revolução bonapartista na França, depois da derrota de 1848. Mas o bonapartismo do século XIX não pode ser, nem remotamente, comparado ao horror da contra-revolução no século XX. O mesmo, possivelmente, se possa dizer até para Lênin, que, contudo, vinha

Mais acelerado e mais consciente. Quais eram os fundamentos dessa hipótese? Entre outros *postulados teóricos* (contradição entre produção crescentemente socializada e apropriação privada; oposição entre mercado mundial e preservação das fronteiras nacionais, expansão do peso social da massa de trabalhadores assalariados), destacavam-se duas *premissas políticas* (que são sempre uma aposta no futuro, portanto, no risco e na incerteza):

de um país onde os pogroms eram frequentes. Mas, se não se surpreendeu com a decretação da Primeira Guerra Mundial pelos imperialismos modernos, e os seus dez milhões de mortos, tampouco conheceu os grotescos desfiles e marchas nazi-fascistas, e o horror do genocídio como método e política de Estado. Por isso, são intrigantes as razões que levaram as gerações do pós-guerra a ter, em geral, mesmo nos círculos esquerdistas, uma compreensão muito parcial do significado do nazismo como regime político. Nos livros didáticos é comum, inclusive, que a Segunda Guerra Mundial seja apresentada como um fenômeno igual ou semelhante à Primeira. Só por isso, deveriam ser recolhidos sem hesitação. A segunda guerra mundial foi, para além de qualquer dúvida, em nossa opinião, a mais importante e extraordinária guerra revolucionária da história, e por isso, ao contrário da Primeira, terminou na abertura de uma guerra civil generalizada na Europa, em especial na Itália, na França e nos Bálcãs, mas não só. O seu desenlace definiu a segunda metade do século. De um ponto de vista marxista, não pode ser resumida, de maneira alguma, a uma disputa inter-imperialista pela hegemonia no mundo ou pelo controle do mercado mundial, embora tenha sido isso também. Um enfoque, essencialmente economicista, para explicá-la ignora o mais importante. Defendemos essa avaliação não só em função da invasão alemã da URSS em 1941, e a ameaça de restauração capitalista e colonização que ela preparava, o que já por si a diferenciaria qualitativamente da Primeira Guerra Mundial, mas porque o foco da análise não deve desprezar a importância que teve a questão democrática. A sua essência foi mais complexa: pela primeira vez na história, verificou-se um combate implacável entre potências imperialistas em torno a dois regimes políticos. De um lado, o regime mais avançado conquistado pela humanidade e pela civilização, à exceção do regime de Outubro nos seus inícios, a democracia republicana burguesa, e de outro lado, o mais degenerativo, o nazismo. O mais aberrante e regressivo, porque seu projeto era a escravização de povos inteiros, como os eslavos, e o genocídio de outros, como os judeus e os ciganos. Para ser brutal: nada pode ser comparável ao nazismo. Mesmo considerando as necessárias proporções e distâncias históricas, o nazismo foi pior do que o regime da Contra-Reforma Católica na Península Ibérica, mesmo considerando as monstruosidades de Torquemada, foi pior, por assim dizer, do que a tirania de Nabucodonosor na Mesopotâmia e outros déspotas asiáticos. A derrota do nazismo esteve entre as vitórias mais extraordinárias da luta dos trabalhadores e dos povos no século XX, e foi uma das razões da sobrevivência da URSS, ou, pelo menos, de atraso na restauração capitalista. O marxismo afirma que os conflitos de classe são a contradição mais importante de uma época histórica, em que a atualidade da revolução proletária está colocada. Mas o marxismo não ignora que existem lutas progressivas, com reivindicações historicamente necessárias, que invariavelmente se colocam, cruzando dialeticamente e transversalmente as reivindicações dos trabalhadores com outras tarefas: as reivindicações das nações oprimidas contra os impérios que governam o mundo, as reivindicações democráticas contra os regimes ditatoriais, e hoje, com grande importância, as reivindicações de raça, gênero, de orientação sexual livre, de liberdade cultural, entre outras. Seria, portanto, de um obreirismo cego ignorar a importância da luta dos trabalhadores pela defesa das conquistas democráticas da civilização, que são, em primeiríssimo lugar, conquistas suas. Ao mesmo tempo, a emergência do proletariado como sujeito social, assim como o fenômeno novo da contra-revolução fascista, são expressões, indissociáveis, da natureza da época de agonia do capitalismo.

(a) a primeira era a identificação da tendência do capitalismo, no seu próprio processo histórico de desenvolvimento, à precipitação regular e recorrente de *crises de superacumulação de capital*, na forma de superprodução de mercadorias, com um custo social gigantesco: a destruição e o desperdício crônico de forças produtivas, que desabaria, como uma catástrofe inelutável, sobre os ombros da sociedade;

(b) o segundo teria sido o *novo protagonismo revolucionário* atribuído ao proletariado como sujeito social, que tenderia a afirmar crescentemente o seu poder social, e antagonizar-se com as relações sociais dominantes que o condenariam a uma crescente mutilação e pauperização. Teriam esses vaticínios se confirmado ou não, e em que medida?¹¹⁶

Um fragmento interessante sobre esses prognósticos encontramos nos **Grundrisse**:

¹¹⁶ Existe enorme literatura histórica e econômica, inclusive de inspiração marxista, dedicada a demonstrar que, historicamente, esses prognósticos não se confirmaram. E outra não menos volumosa, que os defendem. Conferir dois extratos que problematizam com rigor a questão, um contra e o outro a favor: o primeiro de Paul Singer e o segundo de Martin Nicolaus: “*Ora, se a organização sindical e política da classe operária avança e começa a obter vitórias significativas no plano legislativo, como a limitação da jornada de trabalho, isso não poderia ser ignorado por Marx e Engels em sua linha principal de análise, que conclui pela degradação incessante e necessária das condições de trabalho e de vida do proletariado. E provável que estivessem muito influenciados pela ocorrência das crises(...). Não obstante, por piores que fossem as crises para os trabalhadores, estava claro que havia também períodos de prosperidade e intenso crescimento, nos quais as condições de vida e de luta dos trabalhadores melhoravam muito. Se a análise das condições do proletariado, que Marx e Engels apresentam no MANIFESTO, depende da hipótese de que as crises se tomarão cada vez mais freqüentes e profundas, então sem dúvida esta é uma das hipóteses não confirmadas pela história.*” (grifo nosso) (SINGER, Paul. “O manifesto contestado”, In ALMEIDA, Jorge (org). **150 anos do manifesto comunista**. São Paulo, Xamã, 1998.) O trecho de Martin Nicolaus enfoca a questão a partir da participação do trabalho na renda nacional, o que nos oferece uma perspectiva histórica de um empobrecimento relativo: “*Tampoco es posible medir totalmente la explotación considerando los salarios como porcentaje del PNB pues este índice sólo mide la tasa de explotación en un año dado. Marx afirma en los Grundrisse – lo hace quizás con mayor claridad que en ningún otro trabajo- que el empobrecimiento del obrero debe medir-se según la potencia del mundo que, en conjunto, el mismo construye obedeciendo a la voluntad de los capitalistas,(...)en consecuencia, un índice de la explotación que captase exactamente las variables a que se refería Marx, tendría que ordenar, por una parte, las propiedades reales de la clase obrera y por la otra el valor de todo el capital de todas las fábricas, servicios, inversiones de infraestructura, instituciones y establecimientos militares que se encuentran bajo el control de la clase capitalista y sirven a sus objetivos políticos. (...) Solamente una estadística de este tipo sería adecuada para probar si la predicción de Marx acerca de la explotación y el empobrecimiento crecientes ha sido confirmada o no por el curso del desarrollo capitalista*” (NICOLAUS, Martin. “Prefácio” In MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política GRUNDISSE, 1857/8**. Mexico, SigloXXI, 1997. p.27-8).

“Más bien tiene que empobrecerse (...) ya que la fuerza creadora de su trabajo en cuanto fuerza del capital, se establece frente a él como poder ajeno (...) Todos los adelantos de la civilización, por consiguiente, o en otras palabras todo aumento de las fuerzas productivas sociales, if you want de las fuerzas productivas del trabajo mismo -tal como se derivan de la ciencia, los inventos, la división y combinación del trabajo, los medios de comunicación mejorados, creación del mercado mundial, maquinaria, etc.- no enriquecen al obrero sino al capital una vez más, sólo acrecientan el poder que domina al trabajo, aumentan sólo la fuerza productiva del capital.”¹¹⁷(grifo nosso)

Esse seria, em nossa opinião, o enfoque histórico que estava na raiz do prognóstico de uma crescente agudização da luta de classes, que comoveria regularmente a sociedade com a incidência de crises revolucionárias com uma intensidade nunca vista: a extensão da civilização do capital na esfera mundial aumentaria a intensidade dos ajustes, como tempestades destrutivas mais frequentes e mais devastadoras, e elevaria o potencial de rebelião do proletariado.

As crescentes dimensões internacionais da luta de classes se manifestaria em um fenômeno novo: uma tendência à *simultaneidade da revolução*. Pensada como um processo em permanência, que se *expressaria na articulação internacional de vagas revolucionárias*, que se alastrariam além das fronteiras nacionais, a partir do centro do mercado mundial num efeito “dominó”, como em grande medida aconteceu na onda de mobilizações de 1848. Os países industrialmente mais avançados seriam o cenário pioneiro da revolução proletária, e o seu triunfo seria a ante-sala da libertação das nações submetidas à colonização. Essas eram as premissas do prognóstico da dinâmica mundial da revolução .

A segunda condição, fundamento da perspectiva estratégica de *uma transição mais acelerada e consciente*, era o reconhecimento do protagonismo proletário: a presença do sujeito social como um elemento objetivo do processo da luta de classes. Sendo um movimento social anterior à existência do marxismo como corrente política organizada,

era considerada, como fator histórico necessário, a *disposição revolucionária do proletariado*, uma classe despojada de propriedade, e mesmo que heterogênea, muito mais homogênea que todas as outras classes da sociedade. Agrupada em grandes massas, com força social muito superior às multidões camponesas dispersas, dotada de auto-confiança em si mesma, apta para atrair o apoio das outras classes oprimidas, inclinada à ação política coletiva, concentrada em imensos centros urbanos, com nível cultural mais alto, impulso político de classe mais definido, maior capacidade de auto-organização e solidariedade, e mais elevado “instinto de poder”.

Em que consistiria, portanto, em síntese a *originalidade histórica* do projeto programático-político-socialista? Já vimos que o marxismo clássico identifica no proletariado a classe que, pelo seu lugar no processo de produção, teria a força social para, na defesa estreita dos seus interesses “egoístas” de classe, conduzir à luta contra o capital a maioria das outras classes populares, e defender um programa de socialização da propriedade e de planejamento da produção.

Atribuiu assim *legitimidade universal* à revolução socialista: no sentido de universalidade do combate de uma classe que lutando pelos seus interesses “egoístas” até ao fim, poderia, se fosse capaz de conquistar o poder, apoiada na abundância relativa que o capitalismo já tinha gerado, e garantindo crescente igualdade e liberdade, conduzir à emancipação humana. Mas, tão ou mais importante, defendendo a revolução também como a abertura de uma nova etapa histórica em que a humanidade, não obstante os inúmeros conflitos que estão além das desigualdades classistas, começaria a dominar mais conscientemente os fundamentos das exasperadas lutas que a dilaceram.

É nessa dimensão que a revolução proletária foi pensada como uma *inflexão* da História. Um processo de ruptura que se definiria pela *busca consciente de um sentido para o devir do processo histórico*: esse sentido estaria muito além de uma teleologia iluminista do

¹¹⁷ (MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. GRUNDISSE, 1857/8*, Mexico, Siglo XXI, 1997. p.214-5)

progresso, invocado repetidamente como um pecado original do marxismo, caricaturizado como uma variante igualitarista do cientificismo do XIX. Acusação mal fundamentada, em nossa opinião, porque neste nível de abstração, a afirmação da busca de um sentido para a história remetia, estritamente, a considerações de tipo histórico, e, portanto, se fundamentava em um balanço das transições passadas. Tinha como premissa *uma apreciação das possibilidades políticas do projeto, como uma aposta no futuro*, com todos as suas indecisões, e só deveria ser considerado de forma prospectiva.

Por essa razão, e nessa medida, se tem argumentado que o projeto socialista teve, desde o início, *uma natureza utópica*, e parece razoável reconhecê-la, mesmo que a crítica soe, talvez, irritativa. Não se confundia, no entanto, com predestinações ou imanências. A incerteza e o risco sempre foram inseparáveis do erro, assim como o elogio da vontade, um novo lugar para a subjetividade revolucionária, era indivisível do perigo da derrota.¹¹⁸

¹¹⁸ Algumas revoluções surpreendem pelas dimensões insólitas do imprevisível. Saídos da cadeia para o poder, e do poder para o exílio, as peripécias da revolução húngara, e o destino de Bela Kun e seus camaradas está entre as tragédias pouco conhecidas do século. Os 140 dias da Comuna de Budapeste são um processo espantoso e único em que heroísmo e aventura, intrepidez e erro, audácia e tragédia se unem de tal forma, que ao historiador resta a tentativa, fugaz talvez, de desembaraçar os fios da meada, e interpretar o que foi de tal forma inverossímil que desafia a imaginação. Em Março de 1919, poucos meses depois da revolução de Novembro de 18 na Alemanha, e na seqüência da repressão que se bateu em janeiro sobre a insurreição de Berlim, e que custou a vida a Liebknecht e Rosa Luxemburgo, a Hungria conheceu também a sua crise revolucionária. Os dois fatores determinantes na formação de um efêmero governo operário e camponês em Budapeste, como aliás, em grande parte das revoluções do século XX foram: (a) a intransigência da contra-ofensiva imperialista que ameaçava a soberania do país com a invasão, deixando nas mãos do partido operário marxista a causa da independência nacional; (b) a dissidência de esquerda do partido operário reformista, a hipótese que Lênin baralhava nas teses de Abril (a famosa exigência “rompam com a burguesia e tomem o poder” dirigida à maioria menchevique e esserista correspondia a essa perspectiva), mas que na Rússia não chegou a ocorrer, ironicamente, se verificou na Hungria. A seguir apresentamos um extrato de Broué, que reconstrói com um olhar generoso, uma revolução esquecida, mas que, como poucas, ilustra o lugar do erro na História. E demonstra como, e em que medida, toda revolução tem necessariamente uma dimensão de aventura, de incerteza e de perigo. Mas, ilustra também, que não existem revoluções sem a entrega (e o risco) do voluntarismo: *“L’histoire de l’accession au pouvoir des communistes hongrois en mars 1919 est presque incroyable. La crise politique due à l’effondrement de la monarchie à la fin de la guerre et l’accession à la direction d’une Hongrie territorialement très diminuée d’un gouvernement de bourgeois démocrates très faible, sous le comte Mihaily Károlyi, la féroce crise économique qui ravageait le pays, la misère des chômeurs et des anciens combattants, tout cela constituait un contexte favorable. Il est d’autre part évident que les communistes hongrois n’avaient pas perdu leur temps en Russie à l’école des bolcheviks (...) ils étaient devenus de véritables maîtres dans le domaine de l’agit –*

Afinal a presença da contra-revolução define também os limites da aventura. Aventura? Sim, porque essas margens amplas de indeterminação encerram surpresas e riscos, cujos custos já se demonstraram incalculáveis. Mas, sobretudo, pensa a revolução social anti-capitalista, como *a primeira transição consciente*, e nessa medida, atribuidora de sentido ao processo histórico, como a ante-sala de uma nova época. Ocorre que o marxismo também reconhece, e não há porque ser indulgente, que o proletariado é uma classe que sofre a dominação em todos os terrenos¹¹⁹.

É o que nos recorda, corretamente, Bensaïd, que não fez mais do que retomar os incontáveis alertas do próprio Marx:

*“C’est que la révolution prolétarienne présente **une nouveauté radicale par rapport à toutes les révolutions bourgeoises***

*prop. Meetings, manifestanons, appels à l’action se succédaient, mobilisant les jeunes, les chômeurs, les travailleurs, les anciens combattants, apportant tous les jours au parti de nouveaux contingents d’adhésicns, **puisqu’il passa de 4000 à 5000 membres en novembre 1918 à environ 70.000 en 1919.** (...) Au point de départ de cette extraordinaire aventure, il y a le désir de nombre de ministres, y compris socialistes, d’en finir avec la constante pression des manifestations communistes dans la rue et les progres continus de leur parti.(...) Ce sont finalement les exigences de l’Entente qui précipitent le mouvement. Le 19 mars, alors qu’on discute toujours avec acharnement en prison entre détenus et visiteurs, l’Entente presente un ultimatum qui signifie qu’elle va occuper la plus grande partie du pays Le gouvernement refuse, déclare qu’il veut céder la place à un gouvernement socialiste, mais la nouvelle majorité des socialistes, isolant l’aile droite, ne veut pas aller au pouvoir sans le Parti communiste. **L’accord est donc conclu, toujours on prison, en quelques heures; fusion des deux partis, socialiste et communiste, formation d’un gouvernement basé sur les conseils d’ouvriers et de paysans, annulation des élections prévues à la Constituante, formation d’une armée prolétarienne. Les communistes sortent de prison et se rendent à leurs ministères)**”(grifo nosso) (BROUÉ, Pierre, **Histoire de L’Internationale Communiste 1919-1943**, Paris, Fayard, 1997, p.99/100/104)*

¹¹⁹. Sobre o tema da desumanização e consciência de classe, uma das obras de referência no marxismo clássico foi **História e consciência de classe**, hoje muito desvalorizada pelo entusiasmo com que defende o protagonismo do proletariado. Ocorre, que nesse texto, Lukács sistematiza de forma irretocável, algumas conclusões teóricas sobre as contradições entre a existência enquanto classe, e a formação da consciência de classe que permanecem até hoje, para o fundamental insuperáveis. Nele se esclarece que enquanto classe em si o proletariado é matéria humana para a expropriação de mais valia, ou seja, se evita os excessos do obreirismo messiânico e ingênuo, que pretende encontrar nas condições de vida material dos trabalhadores uma inspiração para os valores da luta anti-capitalista. Lukács insiste que nas condições de miséria material e cultural em que está mergulhado, o proletariado sofre a mais abjeta brutalização e desumanização, e que só pela ação coletiva e solidária pode apreender a sua força social e forjar as armas de sua organização independente que lhe poderá permitir uma negação da ordem e sua afirmação como classe para si. A seguir um pequeno trecho de **História e consciência de Classe**, onde podemos encontrar, em repetidas passagens, conclusões como a que transcrevemos: *“o proletariado surge como produto da ordem social capitalista (...) as suas formas de existência estão constituídas de tal forma que a reificação tem, necessariamente, de se exprimir nelas de forma mais flagrante e mais aguda, produzindo a mais profunda desumanização. O proletariado compartilha, pois, a reificação de todas as manifestações de vida com a burguesia.”* (grifo nosso) (LUKÁCS, Georgy. **História e consciência de classe**. Porto, Escorpião, 1974. p. 35)

précédentes, dans le sens où la classe qui lutte pour son émancipation est une classe qui subit une domination sur tous les terrains. Une domination économique, qui ne se réduit pas au fait de vendre sa force de travail: le fait même de vendre sa force de travail constitue un véritable cercle vicieux, qui dépossède le travailleur de son travail, du produit de son travail, et y compris, à la limite, du contenu de son travail. Il y a dans ce rapport du travail salarié au capital une mutilation permanente, physique et morale. Une domination politique, c'est-à-dire l'appropriation par la bourgeoisie de l'appareil de domination politique. Et même une domination culturelle, au sens où devenir prolétaire, c'est perdre le contrôle de son outil, de son travail, de son temps, du produit de son travail; c'est subir une aliénation de plus en plus complète, sur tous les terrains de la vie sociale". ¹²⁰(grifo nosso)

Em resumo: *explorada economicamente, oprimida culturalmente, e politicamente dominada.* Brutalizada, alienada e resignada pela exploração, pela opressão e pela dominação. Não parece, sem querer exagerar nos tons sombrios, muito animador.¹²¹

E temos, ainda, um paradoxo de ferro: em uma sociedade em que todos são compradores e vendedores de mercadorias, os proletários são aqueles que têm como principal localização econômica, porque dependem dela para garantir a sua sobrevivência, a condição de vendedores da mercadoria trabalho. Tendencialmente, seriam, cada vez mais, a maioria

¹²⁰ .(BENSÂÏD, Daniel. **Stratégie et parti.** Paris, La Breche, 1987. p. 9)

¹²¹ A questão da disponibilidade subjetiva mais otimista ou mais pessimista em relação às perspectivas do socialismo é, portanto, digna de interesse. Não há porque não reconhecer que o projeto revolucionário, tendencialmente, atraiu pessoas animadas por uma atitude otimista. Essa perspectiva sobre a condição humana e as possibilidades históricas da luta igualitarista ajuda a manter, politicamente, um compromisso militante, para além das vicissitudes das derrotas mais imediatas. Mas, cento e cinquenta anos depois da publicação do Manifesto Comunista não há, também, como evitar nos círculos marxistas, paralelamente à polêmica sobre a teoria das classes e o balanço do papel do proletariado, uma discussão sobre a natureza humana, se considerarmos, em toda a sua dimensão, o significado do atraso histórico da revolução socialista nos países centrais. Não pretendemos explorar essa questão agora, somente citá-la, confessando, de antemão, limitações, por hoje, intransponíveis. De qualquer maneira, parece certo que a esmagadora maioria dos marxistas sempre considerou imprópria uma discussão sobre uma “essência” imutável da natureza humana, o que é sem dúvida razoável, mas está longe de fechar o tema. Walter Benjamin nas suas teses sobre a história, ou Erich Fromm em Conceito marxista do homem, entre outros, fizeram perturbadoras sugestões que são até hoje um ponto de apoio para essa discussão. Por outro lado, as dificuldades da luta proletária no século XX levaram alguns socialistas ao que poderíamos definir como dois tipos de cepticismo, um pré, e o outro pós-político: para uns, a resposta para os impasses estaria em uma revalorização da capacidade “estrutural” das forças de integração, defesa e estabilização da ordem; para outros, isso não sendo satisfatório, até mesmo explicações numa linha biológico-antropológica (etnocentrismo, xenofobia, submissão/seguidismo da liderança) seriam mais completas, levando até ao fim a “naturalização” das dificuldades das mudanças sociais, uma perspectiva hiper-objetivista, mas compreensível, afinal, após tantas derrotas. O tema, obviamente, não é nada simples.

da população economicamente ativa. Mas, aí, reside, ao mesmo tempo, a sua força e a sua fraqueza. Sua fraqueza econômica, porque sendo abundante a quantidade de homens e mulheres que só podem sobreviver da venda do trabalho, a regulação mercantil pela oferta e procura, pressiona para baixo o preço da mercadoria trabalho, ou seja, os salários. Sua força social, porque são muitos, e se cruzarem os braços e se unirem, têm um poder imbatível, e todo o edifício da sociedade vem abaixo.¹²²

O problema histórico dramático que resulta, portanto, da análise clássica sobre o lugar social do proletariado, é saber *como uma classe que sofre um tipo de dominação desta natureza pode ser protagonista de um projeto de revolução social*, no qual se candidata à conquista do poder político e à reorganização geral de toda a sociedade. Esta seria a originalidade histórica da revolução proletária: quais as vias, os meios, as condições e os caminhos para resolver essas terríveis contradições?

¹²² O atraso da revolução socialista no Ocidente animou, em um passado recente, sérias polêmicas entre marxistas sobre a ausência de protagonismo revolucionário do proletariado, com poderosos argumentos a favor e contra. Uma discussão inconclusiva, em nossa opinião, porque as derrotas das crises revolucionárias em vários países centrais, se não anulavam a importância política, ou até o heroísmo moral dos que lutaram, permitiam que dúvidas históricas bem sustentadas fossem mantidas. Já nos nossos dias, a controvérsia se deslocou para um terreno colateral, mas não menos difícil. O tema do “fim do trabalho” passou a ser uma das arenas privilegiadas de disputa polêmica na sociologia. Discutiu-se, como nunca, se o proletariado enquanto classe não estaria “acabando”, ou, pelo menos, reduzindo a sua importância econômica. A questão de uma menor proporção de operários industriais sobre o conjunto dos assalariados, e até de uma menor proporção de assalariados sobre o conjunto da população economicamente ativa passou a ser esgrimido, como mais uma das previsões marxistas não confirmadas pela história. Mas, se ainda é duvidoso que na escala da economia mundial o lugar da classe operária industrial tenha diminuído em relação ao que teve no passado, embora isso pareça ser uma tendência para os países de ponta do sistema, parece certo que o peso do proletariado, de conjunto, continuou crescendo em uma proporção que confirma, senão supera, os prognósticos de Marx: *“Se tomados como exemplo três países avançados (EUA, França e Japão observa-se que efetivamente a proporção de assalariados continuou crescendo. Nos EUA, de mais de 89% em 1970, os assalariados alcançaram 90,59% da PEA em 1980, pouco mais de 91% em 1990 e 92,34% em 1999. Na França, os assalariados eram 76,27% em 1970, passaram para mais de 84% em 1980, atingindo 87,01% em 1990 e 87,66% em 1999. No Japão, o assalariamento correspondia a 64,20% em 1970, mais de 71% em 1980, 78,42 em 1990 e 81,19% em 1995. A continuidade do crescimento do assalariamento aponta para uma questão fundamental: a continuidade da dominância das formas capitalistas de organização e de estruturação dos processos de trabalho. Ou seja, o “fim do trabalho” pode ser um objetivo de longo prazo e ter sua base na permanente redução do trabalho vivo imposta pela concorrência entre os capitais, mas não parece estar ao alcance da mão.”* (grifo nosso)(MATTOSO, Jorge, Adeus ao Fim do Trabalho, in Carta Maior, via internet, 2000)

A resposta, para o marxismo clássico, era uma aposta, indivisível, na luta e na política: a primeira como uma certeza, a segunda como possibilidade¹²³

¹²³ As lutas decisivas, a revolução, poderiam tardar, mas seriam certas; a solução política, a conquista do poder, a vitória, seriam possíveis, mas incertas. Entretanto, os medos, as vacilações e as inseguranças do proletariado diante dos confrontos decisivos, permanecem sendo o argumento final que sustenta, quase sempre, o desalento, a desesperança e o ceticismo nas perspectivas de triunfo de uma estratégia revolucionária: a classe operária teria faltado ao encontro com a História. Cem anos teriam sido mais que o bastante. O argumento é forte, mas não é novo. Essas posições não surpreendem em períodos de refluxo prolongado, ou depois de derrotas muito sérias. O impressionismo é, no entanto, perigoso em política e fatal em teoria. Os receios e as angústias diante dos desafios da luta de classes, se alimentam na força de inércia, que atua, poderosamente, no sentido de manutenção e conservação da ordem. As forças de inércia histórica, se apóiam, por sua vez, em muitos fatores (materiais e culturais). Eles não devem ser subestimados. É porque são grandes, que as transformações históricas foram sempre lentas e dolorosas. A transição socialista, a passagem do poder de uma classe privilegiada para uma maioria despojada, algo muito diferente da passagem de uma classe proprietária para outra classe proprietária, prometia, previsivelmente, ser um processo extremamente difícil. São, em geral, necessários grandes intervalos, para que a classe trabalhadora possa se recuperar da experiência de derrotas, e consiga gerar uma nova vanguarda, recuperar a confiança em suas próprias forças, e encontrar disposição para arriscar de novo pela via da organização coletiva, da solidariedade de classe, e da mobilização de massas. O que se quer dizer, todavia, com uma aposta na política? Isso significava, para o marxismo clássico, que o capitalismo empurrava o proletariado, apesar de suas hesitações, pela via da experiência material da vida, das crises e catástrofes cíclicas, na direção da luta de classes. A História está repleta de episódios de rendição política de forças, movimentos, frações, partidos, lideranças e chefes. Mas as classes em luta “não se rendem”. Recuam, interrompem as hostilidades, diminuem a intensidade dos combates, duvidam de suas próprias forças, mas, enquanto existem, acumulam novas experiências, reorganizam-se sob novas formas e voltam à luta. As classes podem agir, por um período, maior ou menor, contra os seus próprios interesses. Mas não podem renunciar definitivamente à defesa dos seus interesses: as classes não fazem “seppuku”. As batalhas, os combates, cada luta, são nessa escala e nessa proporção, em uma perspectiva histórica, sempre batalhas parciais e transitórias, vitórias ou derrotas momentâneas. As relações de forças se alteram, e podem ser mais desfavoráveis ou menos, as derrotas e as vitórias podem ser políticas ou históricas, com seqüelas mais duradouras ou mais superficiais. Entretanto, não existe a possibilidade histórica do suicídio político para uma classe social. Uma classe social pode ser “destruída materialmente”, para usar uma expressão brutal, em função de um processo de desenvolvimento ou regressão histórica profunda, e deixar de existir enquanto sujeito social. Isso também já ocorreu variadas vezes na História. Mas, sempre, de forma involuntária: enquanto existir, ou seja, enquanto for econômica e socialmente necessária, resistirá e lutará. Se o fará com disposição revolucionária ou não é uma outra questão, e esse é, em nossa opinião, o foco apropriado para a discussão dos vaticínios marxistas sobre o papel do proletariado. Uma aposta na política, para o marxismo, em nossa opinião, significava que o proletariado, mesmo com todas as imensas limitações objetivas e subjetivas que o condicionavam, mais cedo ou mais tarde, se veria diante da última alternativa, o caminho da revolução. Poderia precisar de um longo período de aprendizagem sindical parlamentar para esgotar todas as outras vias, para vencer as ilusões, por exemplo, nas possibilidades de reformar o capitalismo. Poderia, também, dispensar ou abreviar, as décadas de experiência na colaboração de classes: porque as lições se transmitem por variadas formas, e mais intensamente, na medida em que a dinâmica internacional da luta de classes se acentua. Os proletariados aprendem com os processos de luta de classes uns dos outros, em diferentes países, e não necessariamente teriam que repetir sempre os mesmos caminhos. Mesmo em um mesmo país, as “vantagens do atraso” permitem que destacamentos da classes trabalhadora, aprendam com a experiência dos sectores que se lançaram à luta na frente de forma pioneira. Há, todavia, momentos na História em que as massas, exasperadas por décadas de exploração e perseguição, perdem o medo. E se inclinam, então, perante a “última alternativa”. É aí que a

Em outras palavras, para que essa classe brutalizada, que sofre um despojamento de sua própria humanidade, possa se elevar à condição de sujeito social protagonista, é necessário enfrentar a questão do “como” (da construção da consciência de classe), ou seja, das condições subjetivas necessárias e indispensáveis para incidir na abertura de uma crise revolucionária e atrair, para o seu campo e seu projeto, o apoio necessário nas outras classes subalternas, isto é, em outros sectores sociais oprimidos e dominados¹²⁴.

revolução surge aos olhos de milhões não só como necessária, mas como possível. Quando e em que circunstâncias, é um dos temas mais difíceis desta investigação, que mais adiante desenvolveremos. Mas esses momentos são mais freqüentes do que se pensa. E quando o proletariado perde o medo ancestral de se rebelar, perde até o medo de morrer, toda a sociedade mergulha em um turbilhão e em uma vertigem da qual não poderá emergir sem grandes convulsões e mudanças. E se esse sentimento for compartilhado por milhões, então, essa força social se transforma em força material, em uma força material terrível, maior do que os exércitos, do que as polícias, do que as mídias, as igrejas, maior do que tudo, quase imbatível. Esses momentos são as crises revolucionárias. Que a maioria das revoluções do século XX tenham sido derrotadas não demonstra que não venham a ocorrer novas vagas revolucionárias no futuro.

¹²⁴ Sobre as dificuldades do proletariado em afirmar a sua hegemonia sobre as outras classes subalternas, existe uma original reelaboração das premissas marxistas em Haddad, de quem transcrevemos um trecho a seguir. A análise é instigante pela perspicácia da observação das contradições, sem fazer concessões desnecessárias ao ceticismo dominante, de forte inspiração sociológica. Mas, talvez, afinal, pouco conclusiva. Seria de qualquer forma, necessário acrescentar que os interesses no nível prático-moral, ou seja, os interesses materiais e políticos, se hierarquizam sobre as outras motivações, porque respondem a necessidades mais intensamente sentidas. Interessante também destacar que o autor não deposita esperanças ilusórias no comportamento transformador dos lumpens modernos, “romantizados” em boa parte da literatura sociológica mais recente, e apresentados com uma categoria nova importada da produção jurídica, como os excluídos : *“Durante o século XX, a cada uma dessas classes, isoladamente ou não, foi atribuído o papel de liderar a revolução das condições de existência. Muitos continuaram confiando na capacidade do proletariado de romper a ordem estabelecida. Outros preferiram acreditar em quem nada tinha a perder, sequer um emprego digno, como o Lumpem moderno. E um número expressivo de teóricos depositou suas esperanças na classe dos agentes inovadores ou classe tecno-científica.(...)O fato é que a condição de vida e a posição no processo produtivo dessas classes ensejam comportamentos diversos que se articulam ironicamente de tal forma que acabam por dar uma certa estabilidade ao sistema. Assim, o interesse particular de cada uma dessas classes, (...) não parece se confundir com o interesse universal que todas elas juntas eventualmente teriam.(...) há uma coalizão de interesses entre a classe dominante e a classe dos agentes inovadores, de um lado, e a classe dos trabalhadores e dos desclassificados, de outro. As duas primeiras se beneficiam imediatamente do avanço tecnológico nos moldes capitalistas(...)No nível prático-moral, há uma comunhão de valores entre a classe dos agentes inovadores e dos trabalhadores assalariados, de um lado, e entre a classe dominante e os desclassificados, de outro.. Os desclassificados estão "livres" até mesmo disso. De certa maneira, eles não têm problemas materiais porque não há solução para eles. A classe dominante, em um outro sentido, está igualmente livre desses problemas, mas por estarem todos solucionados. Trata-se de uma liberdade diferente, é claro um descompromisso(...)No nível estético-expressivo há uma empatia entre a classe dos agentes inovadores e os desclassificados, de um lado, e a classe dominante e a dos trabalhadores, de outro. A positividade da atividade destes últimos praticamente os exclui desta*

Voltemos à questão da transição como processo consciente: mesmo um sumário e limitado olhar comparativo sobre a transição do feudalismo ao capitalismo nos permite observar a originalidade desta hipótese teórico-histórica. A extensão e generalização das relações mercantis, impulsionada pelo saque do ouro e da prata americana e pela escravização africana, permitiram à burguesia desenvolver o capitalismo nas entranhas da sociedade feudal muito antes da conquista do poder político. A burguesia conquistou posições econômicas nos burgos, acumulou riqueza e até uma certa autonomia política nas cidades em formação, incentivou a fundação de universidades, gerou cultura, moral e ideologia, o que permitiu uma identidade, consciência e organização de classe muito antes de ter afirmado sua hegemonia política no Estado.

Ainda assim, mesmo considerada esta capacidade incontestavelmente superior de construir forças subjetivas em um lento processo de longa duração, a transição burguesa foi recheada de períodos de estagnação, intervalos acidentais, recuos transitórios. Por isso dizemos que foi semi-catastrófica e semi-revolucionária¹²⁵.

A passagem do feudalismo ao capitalismo teria sido assim, simultaneamente, um processo de revolução econômico-social e de

dimensão. No caso dos agentes inovadores e dos desclassificados, sua posição está afetada de negatividade. Os desclassificados são forças produtivas que se transformam em forças destrutivas” (HADDAD, Fernando. “O legado de Marx” In **Praga: estudos marxistas 5**. São Paulo, HUCITEC, maio 1998. p.86/7)

¹²⁵Utilizamos o conceito de semi-catastrófica no sentido de que o processo foi, essencialmente, “inconsciente”. Há que tomar com pinças e com cuidado este conceito, porque só pode ser considerado de forma relativa, já que, a rigor, toda ação humana supõe algum grau de consciência, e, portanto, a questão consiste em apreciar se o nível de consciência estava proporcionalmente à tarefa, mais ou menos adequado, o que é sempre uma avaliação que o presente faz do passado, com uma margem de erro, necessariamente, grande. Por outro lado, vale a pena sublinhar que a transição burguesa foi de longuíssima duração (para alguns autores existem elementos capitalistas desde os século XI), com recorrentes regressões, em que os elementos capitalistas eram bloqueados ou mesmo destruídos. Nos apoiamos para essas conclusões em Vilar: “*Resta considerarmos que um regime social não está constituído exclusivamente por seus fundamentos econômicos. A cada modo de produção corresponde não somente um sistema de relações de produção, como também um sistema de direito, de instituições e de formas de pensamento. Um regime social em decadência serve-se precisamente deste direito, dessas instituições e desses pensamentos já adquiridos, para opor-se com todas suas forças às inovações que ameaçam a sua existência. Isto provoca a luta das novas classes, das classes ascendentes, contra as classes dirigentes que ainda acham-se no poder (...). O regime feudal não morreu sem defender-se.*” (VILAR, Pierre. “A transição do Feudalismo ao Capitalismo” In SANTIAGO, Theo Araujo. **Capitalismo Transição**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. p. 47)

revolução política, mas com temporalidades diferentes e, em alguns casos, descontínuas, sobrepostas e até alternadas¹²⁶.

Existiria teoricamente a possibilidade de uma transição pós-capitalista por vias semelhantes à transição do feudalismo ao capitalismo? Marx observou que a sociedade capitalista cria as precondições que tornam o socialismo, um projeto histórico-programático, em uma possibilidade que rompe com o socialismo de inspiração ético-moral e os igualitarismos milenaristas. Isso porque, grosso modo, com o maquinismo, abriu uma época histórica em que a conquista de um nível superior de desenvolvimento das forças produtivas e da concentração dos meios de produção, e atualizou a perspectiva de uma sociedade baseada na socialização da propriedade e do planejamento autodeterminado pelos produtores associados, que abriria um caminho histórico para a abundância econômica e para a dissolução das classes.

Suas conclusões sobre a transição pós-capitalista sugerem, todavia, que a luta pelo controle do poder político e, portanto, do Estado, *precederia a luta pelo controle da propriedade*.¹²⁷ A ruptura de Marx

¹²⁶ Sobre a importância da construção de uma subjetividade de classe na transição histórica, e os paralelos possíveis com transições anteriores, são interessantes as conclusões de Rui Mauro Maurini. Vale a pena conferir a importância atribuída aos fatores subjetivos, em nossa opinião, com razão. As vantagens comparativas que beneficiaram a burguesia na sua luta contra a aristocracia e o clero não impediram que a transição tenha se arrastado durante séculos. As incomparáveis dificuldades do proletariado, nesse terreno, permitem prever que o processo de luta contra o capital, ainda que não necessariamente venha a ser tão longo, porque incidem as pressões objetivas também mais poderosas, terá que sofrer, provavelmente, também, inúmeras vezes: *“A luta ideológica é um elemento essencial em um período de transição. É por seu intermédio que a classe ascendente concebe e impõe à sociedade uma nova escala de valores, uma nova moral, uma nova visão de mundo. Para a burguesia, que se constituía sobre condições de existência distintas daquelas em que vivia a nobreza, não houve maior dificuldade para opor à ética aristocrática, justificadora da ociosidade e do parasitismo social, uma filosofia do trabalho, do mercado e do lucro. Isto foi possível inclusive porque, sendo possuidora de riqueza, pôde edificar seu próprio sistema educacional, além de colocar a seu serviço parte da elite intelectual científica e artística originária da nobreza. Na Inglaterra, onde a revolução burguesa ocorreu quando essa situação não se verificava plenamente, a burguesia fez um compromisso com a nobreza, delegando-lhe muitas dessas funções culturais, compromisso que deixou profundas marcas em seu sistema político e administrativo. O proletariado, cujas condições de existência derivam, do mesmo modo que a da burguesia, do capitalismo, se depara com obstáculos quase intransponíveis para transcender a cultura burguesa, mesmo depois de conquistar o poder. Esta parece ser uma das tarefas mais árduas do período de transição, como a entendia Lenin, ao apresentar a questão da revolução cultural.”* (grifo nosso)(MAURINI, Rui Mauro. “Duas notas sobre o socialismo” In **Lutas sociais** 5. São Paulo, Xamã, 1998, p.113.)

¹²⁷ O caminho percorrido pelas revoluções socialistas do século XX, foi, neste aspecto, em certa medida, surpreendente, porque a revolução política, a conquista do Estado, se uniu à revolução econômico-social, a expropriação, quase sem intervalo, ou seja, em maior ou menor medida, depois de

com o proudhonismo teria se iniciado em torno a esse critério, a necessidade da luta pelo poder político, subestimada pela tradição socialista anterior, como ante-sala da luta contra o mercado¹²⁸.

Por outro lado, a ruptura com o anarquismo teve como critério também a atitude face ao Estado, mas pela razão inversa, porque *sobrestimada*. Mas é interessante destacar que existia um *acordo estratégico*, em ambos os casos, com as duas grandes correntes político-ideológicas que rivalizaram com o marxismo a influência sobre o movimento operário nascente: sobre *o papel chave do proletariado* na luta contra o capitalismo.¹²⁹

Outubro, avançaram rapidamente no sentido da estatização, pelo menos, da grande propriedade privada. Ainda assim, tem importância recordar, não coincidiram. As medidas anti-capitalistas, parecem ter sido inseparáveis da necessidade de defender a revolução diante da reação imperialista. Pelo menos no caso de Outubro, a expropriação burguesa, só se iniciou em função da precipitação da guerra civil. À exceção do decreto sobre a terra, que, por sua vez, legalizou uma vaga de ocupações camponesas que já tinham se iniciado por baixo, alguns meses antes: o método da famosa “votação com os pés” que Lênin citou mais de uma vez. É, no entanto, pouco conhecido que Lenin e Trotsky se opuseram nos primeiros meses após a revolução, às pressões por uma expropriação acelerada, que eram encabeçadas por Bukarin e a maioria dos bolcheviques de Moscou, e se, finalmente, se viram forçados a caminhar nessa direção, conscientes dos perigos do que depois se denominou o comunismo de guerra, foi porque a deflagração da guerra civil exigiu a centralização e a reconversão industrial. Não era esse o projeto inicial. Sobre esse tema, conferir em BROUÉ, Pierre. **El Partido Bolchevique**. Trad. Ramón García Fernández. Madrid, Editorial Ayuso, 1973.

¹²⁸ Após a morte de Proudhon em 1865, Marx foi convidado a escrever algo como um epitáfio para o público alemão e, em uma célebre carta, resumiu as suas diferenças históricas. As linhas que comentam a proposta proudhoniana de abolição dos juros e do banco do povo (idéias ainda presentes na polémica da esquerda) são interessantes. Vale a pena observar que Marx não se opõe a essas propostas, e considera até que elas podem ser úteis à luta do proletariado, mas insiste em destacar que elas, se contrapostas a uma estratégia de luta pelo poder como a via de transformação da sociedade, seriam uma fantasia. Essas palavras pesam até hoje: **“El descubrimiento del ‘Crédito gratuito’ y el ‘Banco del pueblo’ basado en él son las últimas ‘hazañas’ económicas del Proudhon. En mi ‘Contribución a la crítica de la Economía política’. Fascículo primero. Berlin, 1859 (págs. 59-64), se demuestra que la base teórica de sus ideas tiene su origen en el desconocimiento de los elementos principales de la ‘Economía política’ burguesa, a saber, la relación entre la mercancía y el dinero, mientras que la superestructura practica no es más que una simple reproducción de esquemas viejos y mucho mejor desarrollados. No cabe duda y es de por sí evidente que el crédito, como ocurrió en Inglaterra a principios del siglo XVIII, y como volvió a ocurrir en ese mismo país a principios del XIX, contribuyó a que las riquezas pasasen de manos de una clase a las de otra, y que en determinadas condiciones económicas y políticas puede ser un factor que acelere la emancipación del proletariado. Pero es una fantasía genuinamente pequeñoburguesa considerar que el capital que produce intereses es la forma principal del capital y tratar de convertir una aplicación particular del crédito – una supuesta abolición del interés – en la base de la transformación de la sociedad”** (grifo nosso)(MARX, Karl. **Miseria de la Filosofía**. Trad. esp. Moscou, Editorial Progreso, 1979. p. 165-6)

¹²⁹ As esperanças que todas as correntes socialistas ou revolucionárias (nem todos os socialistas eram revolucionários e nem todos os revolucionários eram socialistas) do século XIX depositaram no proletariado como sujeito social, contrastam com o ceticismo da segunda metade do século XX. Parece, no entanto, pouco razoável afastar a hipótese de crises revolucionárias de grande intensidade

Sem dúvida, a história do século XX, nos obriga a refletir sobre o tema dos sujeitos históricos, tal como foi formulado pelo marxismo clássico, e reexaminar a atualidade dos prognósticos que, sumariamente, acabamos de expor. Uma longa polêmica atravessa o marxismo sobre esta questão.

Não parece haver muitas dúvidas que o século confirmou uma vigorosa disposição de luta dos trabalhadores urbanos em geral, e dos operários industriais em particular. Nem seria razoável ignorar que grande parte da iniciativa política burguesa consistiu em, preventivamente, responder à questão proletária, que não poderia, como foi no passado, ser resolvida como um problema de ordem pública. A luta dos trabalhadores urbanos demonstrou um *inquestionável protagonismo político* nos últimos cem anos, afirmou-se como *o mais poderoso movimento social*

nos países mais urbanizados. Uma das razões sérias para esta mudança de atitude remete ao tema do *substitucionismo social*, que operou em uma escala nunca vista, no que poderíamos denominar a terceira vaga da revolução mundial no pós-guerra, com o deslocamento do eixo da luta de classes para a Ásia, América Latina e África. Afinal, a vitória da revolução chinesa, a maior revolução camponesa do século, e quiçá da História, uma revolução socialista em que o proletariado urbano não ocupou, essencialmente, nenhum papel, prostrado pela esmagadora derrota de 27, mais do que um processo sui generis, estabeleceu uma referência, durante um quarto de século, para a passagem da fase democrático-nacional das revoluções anti-imperialistas à fase anti-capitalista. O substitucionismo social verificou-se assim em uma escala e em uma proporção espantosa, superando (e surpreendendo) tudo o que o marxismo clássico poderia ter imaginado em termos de radicalização das massas camponesas. Lênin se referiu inúmeras vezes às “duas almas” do camponês arruinado, uma esfomeada de terra e propriedade, e a outra com nostalgia de igualdade, sonhadora de um passado comunitário, em que a aldeia possuía e cultivava a terra em comum. A história recente da América Latina, e não só, tem nos oferecido, também, os exemplos de novos “Münzers” e seus modernos “anabatistas”. Na célebre correspondência de Marx com os narodniks nas décadas de 1870/80, organização revolucionária que buscava na revolução agrária a força motriz da revolução russa, o tema do substitucionismo social já tinha sido levantado, sem que Marx eliminasse a possibilidade, a priori. Ainda assim, o processo da revolução mundial no pós-guerra foi além de tudo que se poderia prever. Uma interessante explicação do papel político do maoísmo, apresentado mais como exército camponês do que como partido operário, e indo à ruptura com o “bloco das quatro classes”, sob a pressão do imperialismo americano, encontramos em Deutscher: *“Conduzindo a revolução além da fase burguesa, o maoísmo foi ativado não apenas pelos compromissos ideológicos, mas por um interesse nacional vital. Ele estava determinado a transformar a China em uma nação moderna e integrada. Toda a experiência do Kuomintang estava lá para provar que isso não podia ser conseguido na base de um capitalismo retardado e em grande parte importado, sobreposto à classe proprietária de terras e patriarcal. A propriedade nacional da indústria, dos transportes e dos bancos e uma economia planificada eram as pré-condições essenciais para qualquer desenvolvimento racional, mesmo incompleto, dos recursos da China e para qualquer avanço social. Assegurar essas pré-condições significava iniciar uma revolução socialista. Mao fez exatamente isso. Isto não quer dizer que tenha transformado a China em uma sociedade socialista, mas ele usou cada grama da energia da nação para erigir a estrutura sócio-econômica indispensável ao socialismo e para trazer à existência, desenvolver e educar a classe operária, a qual, somente ela, poderia fazer do socialismo uma realidade final”*(grifo nosso) (DEUTSCHER, Isaac, **Ironias da História, ensaios sobre o comunismo contemporâneo**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p.133)

organizado, e a história do século que se encerra, foi em grande medida a história do confronto, em algumas décadas sob a forma da disjuntiva revolução/contra-revolução, entre o proletariado e seus aliados e a preservação da ordem capitalista.

Mas é certo também que *a revolução social não triunfou* em nenhum dos países que foram o berço do moderno movimento operário. Nesse sentido, para ilustrar com um exemplo, Perry Anderson cunhou a frase que conclui que quando a classe trabalhadora inglesa foi revolucionária nas suas inclinações (no dezenove) não era socialista, e quando se fez socialista, deixou de ser revolucionária.¹³⁰

¹³⁰ O marxismo só falou inglês até hoje como um fenômeno essencialmente intelectual. Uma das ironias do século é que o “latim moderno”, foi, até hoje, uma língua estranha ao principal movimento social dos últimos cem anos. Ao longo do século XX, tanto na Inglaterra, quanto, em uma medida incomparavelmente maior, nos EUA, apenas setores minoritários da vanguarda do proletariado se organizaram sob as bandeiras do marxismo revolucionário, e a rigor, até mesmo as formas mais moderadas das idéias igualitaristas e socialistas, só conquistaram o apoio das maioria dos trabalhadores na Grã-Bretanha, sob a liderança do Labour Party, quando este já tinha perdido o limitado impulso revolucionário de origem. Nos EUA, nem sequer a experiência de um partido independente de classe com influência de massas foi ainda realizada. Este processo revela em que medida a influência do marxismo como fenômeno político de massas está estreitamente vinculado aos processos dos tempos da luta de classes. Em nenhuma circunstância histórica as idéias revolucionárias conquistaram uma base social expressiva fora de uma situação revolucionária. Os EUA e a Inglaterra estão entre os poucos países importantes que não conheceram, neste século, qualquer tipo de situação revolucionária. Sobre o atraso histórico das revoluções proletárias nos países centrais, e a substância dos debates de estratégia que ele alimenta, parecem sensatas as avaliações de Anderson acerca do estado atual do debate entre reforma e revolução. Mereceria ser, no entanto, observado que não ocorreu nenhum processo de transição ao capitalismo que prescindisse, nos países centrais, de uma revolução política, senão de uma guerra civil, o que merece atenção, como lição histórica : “ *Ninguna de las dos posiciones está exenta de ciertos problemas centrales cuya raíz común es la ausencia de una transición triunfante al socialismo en los países capitalistas avanzados. La debilidad crítica de la primera es su dificultad de demostrar la plausibilidad de unas constituciones de doble poder que surjan en democracias parlamentarias consolidadas: todos los ejemplos de soviets o consejos hasta ahora han surgido en autocracias decadentes (Russia, Hungría, Austria), regímenes militares fracasados (Alemania), estados fascistas en ascenso o derrocados (España, Portugal). El punto débil de la Segunda, por contra, es su dificultad de proporcionar una explicación convincente de la posibilidad de un desmantelamiento gradual y en paz social de un Estado capitalista construido para la guerra de clase, o de una transformación positiva de la economía de mercado en su opuesto histórico: todos los ejemplos de gobierno reformadores habidos hasta la fecha no han hecho más que adaptarse al Estado y a la economía capitalistas cambiando su propia naturaleza y sus propios objetivos en lugar de cambiar los de la sociedad que gobernaban (Inglaterra, Noruega, Suecia, Alemania Occidental, Austria) o bien, si se han mostrado serios en sus intenciones, han sido brutalmente derrubados por la fuerza militar (Chile).*”(grifo nosso) (ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: um debate com E. P. Thompson.** Trad. Eduardo Terrén. Madrid, Siglo XXI de España, 1985.p.216.)

Assim, o tema permanece sem uma solução histórica inquestionável, e é o centro de apaixonadas polêmicas. Com razão, porque não é uma questão menor, e o marxismo como teoria crítica do capitalismo não deveria ser reduzido a uma teleologia da libertação do proletariado. Nos resta, portanto, reconhecer que a questão ainda *só pode ser discutida no terreno teórico*, porque 150 anos depois do **Manifesto**, permanece como um *problema histórico em aberto e sem solução*. Que essa questão seja uma discussão inconclusiva não justifica, entretanto, que esteja tudo em aberto, e muito menos teses apressadas, seja qual for o seu signo. Por isso, talvez, seja importante delimitar o que entendemos que foi, e o que não foi ainda respondido pela História de forma categórica.

Não foi dada uma resposta conclusiva à questão vital, o problema da disposição ou vocação revolucionária: está por saber se o proletariado, *nos países centrais* (por mais que tenha lutado heroicamente, como na Alemanha, França ou Itália) poderá ou não, seja por razões objetivas ou subjetivas, vir a ocupar o papel indicado por Marx, ou seja, *vencer na luta pelo poder*, arrastando sob as suas bandeiras e deslocando pelo impacto de suas mobilizações, os aliados necessários entre as camadas populares, para triunfar sobre a reação imperialista previsível.

Sublinhamos nos países centrais, porque nos países dependentes, *o triunfo de revoluções socialistas (China, Coréia, Vietnam), com forte protagonismo camponês e popular, parece ter oferecido uma resposta historicamente convincente* sobre a possibilidade de triunfar sobre o imperialismo. Ainda que a maioria dos processos de descolonização no pós-guerra na África e Ásia tenha sido controlado ou “monitorado” pelas ex-metrópoles, seria impossível ignorar que essa foi uma política preventiva, impulsionada pela derrota das potências do Eixo em 1945, e pela pressão avassaladora da vitória da revolução chinesa.¹³¹

¹³¹ De qualquer forma, ao contrário do ambiente político dos anos cinquenta e sessenta, processos como os da revolução chinesa, cubana ou sandinista, estão longe de oferecer uma resposta satisfatória para os atuais impasses da luta mundial pelo socialismo. Isso por, pelo menos, duas razões. Em primeiro lugar, experiência histórica já demonstrou que a conquista da independência nacional, a tarefa “força motriz” desses processos revolucionários apoiados em massas camponesas, pode se radicalizar,

No entanto, merecem atenção as recentes conclusões de Gorender, que reabre a discussão em nosso país, considerando que o problema histórico já teria sido resolvido, e defendendo, portanto, que o intervalo histórico do século XX, já foi suficiente para se fazer um balanço definitivo sobre o lugar e a vocação do proletariado:

*“Não há dúvida de que, levado pela paixão revolucionária e pelo exagero na apreciação de indícios objetivos, Marx fez a proposição de uma necessidade histórica, que se desprende da fundamentação empírica e discursiva. **Desta maneira, preparou o mais difícil impasse que a doutrina por ele fundada hoje enfrenta.** As explicações a respeito da força do reformismo no seio da classe operária, embora esclarecedoras, não foram, segundo penso, ao fundo da questão. É incontestável a influência da ideologia burguesa e das concessões materiais prodigalizadas pela burguesia de países como a Inglaterra do século XIX, privilegiada pela obtenção de ganhos extraordinários. Porém, mais a fundo, vamos encontrar algo que os teóricos revolucionários do marxismo evitaram admitir e, no entanto, nas circunstâncias atuais, já é impossível negar. **Isto é, que a classe operária é ontologicamente reformista. Toda a experiência histórico-mundial demonstra que, dia a dia, no transcurso cotidiano de sua existência, a classe operária não ultrapassa as fronteiras da ideologia do reformismo.** Fora do cotidiano, trava, às vezes, lutas sangrentas, de alta intensidade no que se refere aos meios empregados, **mas o faz por objetivos de reforma, não de revolução.** Quanto mais desenvolvida e poderosa a classe operária, mais reformista é a sua conduta política, maior sua preferência pelos benefícios de possível obtenção dentro do regime capitalista e mais taxativa sua rejeição de iniciativas revolucionárias. Ou seja, a condição ontológica reformista da classe operária não se enfraquece, **mas se fortalece com o seu desenvolvimento.**(grifo nosso)¹³²*

As conclusões de Gorender, é forçoso observar, remetem a problemas que exigem *diferentes níveis de análise*, sendo além disso, muito controversas, por pelo menos três razões:

sob o fogo da reação imperialista, em expropriação da propriedade privada sem, no entanto, dar lugar a uma experiência de democracia socialista. O segundo é que essas experiências de guerras camponesas de libertação nacional se transformam em revoluções anti-capitalistas sem vocação ou direção internacionalista, talvez mesmo, ao contrário, com direções intencionalmente nacionalistas. O que como sabemos hoje, também, está longe de abrir o caminho para uma transição socialista, em função da importância decisiva dos países imperialistas no mercado mundial.

¹³² (GORENDER, Jacob, **Marxismo sem Utopia**, São Paulo, Ática, 1999, p.37/8)

(a) *no plano teórico*, é muito duvidoso o método que pretende retirar conclusões ontológicas, portanto, *definitivas* sobre o protagonismo social e político do proletariado como sujeito histórico, considerando que o *intervalo histórico* dos últimos cem anos, a época do imperialismo moderno, teria sido suficiente para demonstrar a incapacidade, digamos, terminal, da classe trabalhadora, de liderar um bloco social suficientemente forte para derrotar o Capital. Por quê cem anos, um intervalo historicamente curto, afinal, seriam o bastante para uma conclusão tão categórica (e céptica)?¹³³;

¹³³ O tema do intervalo histórico de cem, cento e cinquenta ou duzentos anos merece alguma reflexão. Porque pode parecer muito razoável retirar conclusões teóricas, se consideradas essas medidas e escalas de temporalidade. Mais ainda, se considerarmos que os últimos cem anos, pela sua intensidade qualitativa, valem por dois ou três séculos. As medidas da História não são lineares como as dos calendários e relógios, em que todas horas têm sessenta minutos. Mas esse procedimento estaria errado, em nossa opinião, tanto metodológica, quanto historicamente. Do ponto de vista do método, a figura filosófica do proletariado ontologicamente reformista fecha uma análise que não pode ser teoricamente conclusiva, pelo menos, enquanto o sujeito social existir e lutar. Se o capitalismo viesse a evoluir, hipoteticamente, no sentido de um novo modo de produção, seja ele qual fosse, e sejam quais fossem as novas relações sociais de produção, de tal forma, que prescindisse do proletariado, e por isso, se extinguisse o trabalho assalariado, então sim, seria possível, retrospectivamente, um balanço dessa natureza. Enquanto existir luta, um sujeito social não pode renunciar nem se render, tem que se mover na defesa de seus interesses. E, nesse sentido, a última palavra ainda não foi dada, e o proletariado poderia voltar a agir revolucionariamente, como já fez inúmeras vezes no passado. Não importa examinar, agora, se o mais provável serão derrotas ou vitórias nas lutas futuras, mas considerar se é possível, e até provável ou não que elas venham a ocorrer. A luta é sempre uma aposta no futuro. Vejamos, em uma outra perspectiva, essa questão a partir de um exemplo ou metáfora histórica. A transição do escravismo mediterrânico foi feita de uma forma catastrófica: a ruína do Império Romano, sacudido por vagas sucessivas de invasões germânicas. Não ocorreu um processo revolucionário interno ao Império que pudesse originar uma transição “virtuosa”, como gostam os economistas de denominar os processos menos dolorosos, a um modo de produção “superior”, mais complexo e com maior produtividade do trabalho. Ao contrário, a Europa viveu dois séculos de Idade das Trevas, nas palavras de Perry Anderson no seu **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**, uma regressão civilizatória da qual só emergiu, possivelmente, com o Império Carolíngio. Logo, poder-se-ia sugerir, como fazem ainda muitos livros didáticos, inclusive sobre a escravidão no Brasil (o que é ainda mais grave), que os escravos não foram “sujeitos sociais” de sua emancipação. Mas essa conclusão não procede, por que é excessivamente parcial. A única conclusão possível, nesse caso, é que nem os escravos, nem qualquer outra classe ou fração de classe, tiveram a capacidade de construir uma “saída endógena”, revolucionária ou não, para os impasses do escravismo. Foi necessário um “choque exógeno” e um intervalo regressivo, sob a forma de colapso. Mas, como sabemos, embora a forma da queda do Império tenha sido provocada por fatores “externos”, a invasão militarmente vitoriosa das tribos germânicas mais atrasadas e imensamente menos numerosas, só se explica pelos fatores endógenos da crise crônica do escravismo. Só eles nos permitem explicar, como e porquê, uma civilização em tudo mais avançada, sucumbiu diante da invasão “bárbara”, como um castelo de areia. Entre esses fatores, está a permanente resistência escrava, mais molecular ou mais organizada, que reduzia ou diminuía a produtividade da produção agrícola, e impedia, assim, a preservação da máquina de guerra, o exército permanente (que chegou a ter remunerados mais de meio milhão de legionários!), indispensável para a própria renovação do gigantesco plantel de escravos. Não está descartado que a

(b) *no plano político*, não parece teóricamente sustentável o enfoque de análise que estabelece uma oposição irreconciliável entre “objetivos” de reforma e de revolução, que nos termos colocados, enunciam, em nossa opinião, uma falsa dicotomia; porque a História ensina que não só o proletariado, mas o movimento político de massas de todas as classes sociais (inclusive a burguesia quando se situava como uma classe média no interior das formações sociais feudais) nunca se colocaram *a priori* a revolução como um projeto (este só existe como uma elaboração programática de uma vanguarda teórica),¹³⁴ e sempre lutaram pelas suas

crise crônica do capitalismo seja acelerada por fatores exógenos. Mas parece muito cedo para considerar que o movimento do proletariado, enquanto sujeito social, esteja condenado, como hoje sabemos, fracassaram as tentativas dos escravos de revolucionar o Império Romano por dentro. A combinação de fatores endógenos e exógenos também se manifestou na transição do feudalismo ao capitalismo, embora já em menor medida. Napoleão levou a revolução francesa, em parte, nas botas de seus soldados-cidadãos para a Alemanha. Não é impossível que um processo semelhante possa voltar a ocorrer. Essa era por exemplo a posição de uma parte dos bolcheviques, a ala de Bukarin em 1919, que queria marchar a qualquer preço até Varsóvia e libertar a Polônia. O problema voltou a se colocar no final da Segunda Guerra Mundial. Mas a experiência do século indicaria uma predominância de causalidades internas ao sistema, como fatores de impulso da crise, pelo menos, nos países centrais. Mesmo assim, não há porque fechar os olhos com esquemas. Como já previu um marxista francês com senso de humor, e a irresistível presunção parisiense, se a revolução socialista triunfar na França, a transição poderá ser pacífica no Mônaco e em Andorra. E se triunfar no Brasil, talvez não seja uma petulância completa prever que a transição possa ser pacífica no Suriname.

¹³⁴ O tema do sujeito social revolucionário também foi historicamente focado, pelo ângulo da formação da consciência de classe. Gorender identifica o problema com precisão (e coragem intelectual), mas é duvidoso que tenha encontrado uma explicação satisfatória: descobre uma contradição lógico-formal em Lênin e sua teoria do papel do partido. Ocorre que a conclusão que afirma que o programa é apresentado à classe de fora, não parece ser incompatível, a priori, com a disposição do proletariado para ações revolucionárias. O problema teórico existe, e está por ser resolvido, mas esse não é o nó a ser desembaraçado. As duas questões merecem ser analisadas, mas respondem a fenômenos de natureza diferentes, e exigem esferas distintas de avaliação, que não se relacionam como causa e efeito. Em primeiro lugar é forçoso observar que todas as teorias revolucionárias (também na experiência histórica da revolução burguesa) foram construídas pela inteligência radical: esta, por diversas razões, se antecipa teóricamente à maturidade política do sujeito social que procura representar. Não só a inteligência extremista elaborou as principais teorias de interpretação da sociedade humana, e os mecanismos de sua transformação, como tomou na sua mão, a construção dos primeiros círculos, grupos, jornais e revistas que são a fase inicial de propaganda de um programa, e construiu uma intervenção capaz de buscar uma base social para a defesa das novas idéias. No caso da experiência dos partidos operários, esse processo tem como explicação evidente as condições materiais de exploração e opressão do proletariado, que tem as suas energias consumidas pela luta pela sobrevivência. Isto é muito diferente de concluir que o proletariado, se considerado como sujeito social que vive e necessariamente luta, não constrói consciência de classe a partir da experiência acumulada em combates mais atomizados ou mais politicamente unificados. Nunca o marxismo clássico defendeu, em nenhuma obra dos seus dirigentes mais reconhecidos (que por sua vez polemizaram entre si exaustivamente sobre este tema da consciência de classe), a teoria absurda de que sem a ação dos marxistas a classe não construiria consciência de classe. Isso seria uma aberração. Por outro lado, se formos justos, o que Lênin defendeu foi que o proletariado, sem a orientação e liderança

reivindicações, pelos seus interesses, e portanto por melhoras nas suas condições materiais de existência, no interior das relações sociais estabelecidas; e somente quando não mais conseguiam a conquista de reformas que as beneficiassem, somente quando a pressão objetiva do impacto da crise social se abatia de forma catastrófica sobre os seus ombros,

de um partido provado em anos de combates, vitórias, derrotas, enfim sem o ponto de apoio de uma direção temperada na luta política, e centralizada politicamente, poderia lutar energicamente até exaurir as suas forças, mas dificilmente seria *vitorioso na luta pelo poder*. A conclusão leninista sobre o lugar insubstituível do partido, como *força subjetiva sine qua non*, repousa por sua vez em uma avaliação sobre o papel do Estado. À luz do processo de degeneração/deformação de todas as experiências históricas de transição pós-capitalista, pode-se é certo discordar desta conclusão leninista: mas seria superficial ignorar que todas as revoluções vitoriosas deste século, sem exceção, tiveram à sua frente organizações centralizadas., mas à diferença do bolchevismo, militarmente centralizadas. Portanto não procede a conclusão que opõe de forma irredutível, um nível de consciência “economicista” e a inaptidão para ações revolucionárias: existem inesgotáveis exemplos de ações revolucionárias por reivindicações mínimas. É verdade, no entanto, como observa com amargura Gorender: (a) que o proletariado tem tido enorme dificuldade de construir forças subjetivas revolucionárias (o que se expressa há 50 anos na inexistência do internacionalismo como força política); (b) que se revelaram entre os trabalhadores grandes dificuldades, sempre que tomarmos com cuidado as medidas e as proporções do processo, e relevadas extraordinárias exceções, de construir a partir de suas próprias fileiras os quadros dirigentes de suas organizações (o que se expressa no peso insubstituível dos intelectuais revolucionários, como previu Gramsci); (c) que o impulso acelerado de organização independente, no terreno sindical, não teve correspondência equivalente no terreno político. Vejamos as observações de Gorender: *“Lenin se defrontou com a mesma questão. Polemizando com os partidários do chamado “economicismo”, afirmou, apoiando-se em Kautsky, que, espontaneamente, a classe operária não chegaria à consciência revolucionária de classe social. Deixada a si mesma, a classe operária somente seria capaz de alcançar a consciência sindicalista, a consciência da necessidade da luta conjunta pelas reivindicações econômicas. Seguindo um curso apenas espontâneo, seria inevitável a subordinação do proletariado à ideologia burguesa por intermédio da consciência sindicalista. Uma vez que a teoria socialista era resultado unicamente da atividade da intelligentsia, a consciência revolucionária socialista deveria ser introduzida na classe operária, trazida a ela de fora para dentro. Lenin atribuía tal incapacidade à força da ideologia burguesa, mais antiga, mais elaborada e dotada de recursos de comunicação muitíssimo maiores. Esta argumentação visava demonstrar a necessidade do partido revolucionário, que se dedicasse não só a incentivar reivindicações econômicas, à maneira dos sindicatos, porém, prioritariamente, a introduzir no proletariado a consciência de classe revolucionária.(...)Enquanto a burguesia foi uma classe efetiva e eficientemente revolucionária, o revolucionarismo do proletariado é, por enquanto, inexistente ou, quando menos, problemático. Constatação histórica da qual nós, os marxistas, precisamos extrair as devidas conclusões, se quisermos restabelecer a coerência teórica que hoje nos falta. Constitui uma contradição lógico-formal reconhecer, até com muita ênfase, que o proletariado nunca alcança, por si só, espontaneamente, a consciência de classe revolucionária e, no entanto, atribuir-lhe a missão histórica de fazer a mais radical das revoluções. Com toda a evidência, nesta contradição lógico-formal in adjeto incorreu Lenin, no Que fazer. Uma classe que é impotente para formar a própria consciência revolucionária só pode ser considerada, pela natureza do ser real, como uma classe também impotente para fazer a revolução. Lenin e os seus companheiros bolcheviques se esforçaram para introduzir a consciência revolucionária no proletariado russo. Tiveram tanto êxito que, no momento da tomada do poder em novembro de 1917, não mais do que um único dentre os 21 membros do comitê central do partido bolchevique procedia das fileiras da classe operaria.”*(grifo nosso) (GORENDER, Jacob, **Marxismo sem Utopia**, São Paulo, Ática, 1999, p.36/37/ 39)

tornando a preservação da ordem política *intolerável*, somente portanto em condições excepcionais, em circunstâncias de *crise revolucionária*, procuravam a via da luta pelo poder político, a vertigem da ação revolucionária, para se defender do colapso a que as classes dominantes as empurravam. Mas o fizeram sempre lutando pelas suas reivindicações, motivações extremamente concretas (o exemplo clássico, mas inescapável, é o famoso “pão, paz e terra” dos bolcheviques), ou seja, combatendo pelos fins, e subordinando a eles os meios; porque as grandes massas se engajam na luta de classes, seja maior ou menor a intensidade do conflito, com o objetivo estrito de defender os seus interesses, e *despojadas de um projeto* de como a sociedade deverá se reorganizar, e a questão do poder, isto é, da revolução política, *só se coloca quando todas as outras vias foram ensaiadas e esgotadas*;

(c) *no plano histórico* pareceria incontestável, e portanto demonstrável sem a necessidade de inesgotáveis exemplos, que o proletariado comprovou, em variados processos (como na Europa Central entre 17/23, na Europa mediterrânica entre 45/48, e de novo na Europa entre 68/76) aptidão para ações revolucionárias. Outros incontáveis exemplos, poderiam ser acrescentados, demonstrando o protagonismo social do proletariado nos países dependentes, inclusive no Brasil. Na verdade, o movimento operário, pode ser considerado, como um dos movimentos sociais mais poderosos da História, pela sua longevidade, organicidade e protagonismo classista.¹³⁵ A demonstração da confirmação ou não da

¹³⁵ Gorender é peremptório sobre este tema, e não deixa sequer uma porta aberta : “*No final do século XX, o papel do proletariado se torna, não obstante, demasiado problemático diante das circunstâncias já abordadas(...) A expansão da indústria capitalista nos países atrasados, aos quais o capital multinacional acorre em busca de força de trabalho barata, enquanto nos países desenvolvidos aumenta o desemprego estrutural e caem os salários reais, levou Arrighi a concluir que ocorrerá um nivelamento internacional por baixo das condições de existência da classe operária, de tal maneira que finalmente passará a existir aquele proletariado descrito no Manifesto comunista de Marx e Engels. Trata-se de uma conjectura e sua confirmação não mudaria, segundo penso, a propensão ontológica reformista do proletariado. Compreende-se a incapacidade crônica do trotskismo para organizar e liderar movimentos de massa, dada sua insistência dogmática em apelar à suposta vocação revolucionária do proletariado. Uma vez que este se mantém surdo aos apelos, os trotskistas não conseguem ultrapassar a condição de seita. Trata-se de um caso típico de amor não correspondido.*” (grifo nosso) (GORENDER, Jacob, **Marxismo sem Utopia**, São Paulo, Ática, 1999, p.227/8) Mesmo considerando o interregno dos “trinta anos de ouro” do pós guerra, e os graus de

estabilidade social e política nos países centrais, não se deveria descartar, com tanta ligeireza, o quanto o proletariado lutou neste século, tenham essas lutas abraçado bandeiras sindicais e métodos nos “limites da lei e da ordem”, como de fato assumiram na maior parte das circunstâncias, ou tenham elas transbordado, tanto na reivindicações quanto nas formas de luta, além, o que só se verificou, excepcionalmente, na contingência de crises revolucionárias. A ironia da História quis que a maioria das revoluções vitoriosas, mesmo quando socialistas, não fossem proletárias. Entretanto, não há porque não reconhecer, que nas trincheiras da Hungria em 18, nas ruas de Hamburgo em 21, na defesa de Madrid em 37, na resistência ao nazismo na França, na Itália depois de 43, e em inúmeros outros processos, foram os grandes batalhões da juventude operária que se levantaram, e derramaram o seu sangue para escrever algumas das páginas mais heróicas da História. Que os trabalhadores foram (e são) sindical e politicamente reformistas em condições não-revolucionárias, e com mais razão em situações contra-revolucionárias, não é uma descoberta que impressione. Na verdade, as amplas massas proletárias são até hostis às idéias revolucionárias nessas circunstâncias. A esse propósito, Gorender usa a imagem de “amor não correspondido” para definir com humor cáustico as relações dos trotskistas e o proletariado. O relativo isolamento dos trotskistas certamente merece uma explicação marxista rigorosa, e até impiedosa, se necessária. E é certo que a marginalidade das organizações da Quarta Internacional teve como seqüela uma crise crônica, que se manifestou tanto em adaptações às pressões das correntes majoritárias, quanto no enrijecimento sectário em torno de diferenças que podem parecer minúcias talmúdicas. Não parece todavia que seja um privilégio dos trotskistas terem sido desprezados, em algum momento, pelos trabalhadores que pretendiam representar: Marx, Rosa, Gramsci e muitos outros tiveram, no seu tempo, em grande medida, as mesmas vicissitudes. Combateram em situações em que o isolamento político demonstrou-se inevitável. Enquanto energúmenos incorrigíveis, mas favorecidos pelas circunstâncias dos tempos políticos, que são em grande medida acidentais (as oportunidades são ingratas), carregados pela força de ventos históricos que estavam longe de compreender, se viram à cabeça de gigantescas mobilizações, que nem sequer suspeitavam. Eram todavia o material humano disponível. A conquista de apoio de massas obedece a inúmeros imponderáveis, e como insiste, com razão, Gorender, não há porque ser indulgente com os trabalhadores. Por outro lado, como incontáveis exemplos nos ensinam, uma organização de vanguarda, com forças reduzidas, pode se constituir como um ponto de apoio útil na luta de classes sem necessariamente degenerar como seita (como poderia ser o caso de boa parte das tendências de inspiração marxista que investiram as suas forças para a construção da CUT e do PT no Brasil no final dos setenta e início dos oitenta), enquanto partidos com influência de massas, em inúmeros casos, não obstante um imenso apoio, demonstraram ser seitas incorrigíveis (como certamente foi o caso do PC alemão durante o terceiro período, sob a influência direta da Comintern). Do que se pode concluir que a representação política é um processo histórico complexo cheio de descontinuidades desconcertantes e substitucionismos...imprevisíveis. A representação política das classes obedece a diferentes necessidades, e tem, portanto, distintos critérios e assume formas diversas: os partidos burgueses têm uma plasticidade de adaptação às mudanças de regime, por exemplo, que só se explica porque a classe dominante exerce o poder por múltiplas e variadas vias (domínio dos meios de comunicação, controle da riqueza, serviços de segurança paralelos aos do Estado, etc...). Mas há fenômenos em comum. Nesse sentido, os trabalhadores (mas também a burguesia quando resistia no quadro das relações sociais feudais), e isso vale, a rigor, para qualquer classe ou fração de classe, sempre deram as costas para as correntes radicais, quando alimentaram ilusões de que poderiam prosperar dentro dos limites do regime dominante. Frequentemente procuraram até seus representantes em líderes de outras classes. Com mais razão, é forçoso acrescentar, se não eram apenas ilusões, e conquistavam de fato reformas progressivas que expressavam a capacidade da sociedade, fossem quais fossem as novas contradições geradas no processo, de absorver processos de mobilidade social. Na verdade podemos afirmar que, sem exceção, todas as correntes revolucionárias da história foram minoritárias em situações políticas adversas. Nesse sentido foi parte do “destino”dos revolucionários aguardar a abertura de situações revolucionárias para sair da obscuridade. Hoje, pode parecer surpreendente, mas Lênin era um ilustre desconhecido, na própria Rússia, alguns meses antes de Outubro. Os bolcheviques (apesar do nome de origem querer dizer maioria) foram quase sempre uma minoria, e durante muitos anos, uma ínfima minoria, pouco mais do que círculos de propaganda. Que tenha sido assim, não parece ser tão enigmático, já que o que define essas etapas (etapas de estabilidade política dos regimes de dominação, reacionárias ou contra-

disposição para ações revolucionárias, não se resolve com o terrível balanço de derrotas do proletariado.

Não ilude o fato, de que *a incidência recorrente de crises revolucionárias neste século*, em grande medida em função do protagonismo da classe operária, indica que as lutas de classes, inequivocamente, elevaram o seu nível de intensidade, e não o inverso. Claro que se poderia argumentar que *a disposição para ações revolucionárias* (greves gerais, ocupações de fábrica, de casas, de prédios públicos, formação de milícias de auto-defesa, manifestações de rua semi-insurrecionais, criação de organismos que estabelecem uma dualidade ou pluralidade de poderes com o Estado) só se manifestou no calor de crises revolucionárias (que são raras), e que em condições de estabilidade da dominação burguesa, a resistência dos trabalhadores busca a via da pressão reformista sobre o Estado, (o que é uma evidente tautologia) mas podemos aceitar como certo.

Mas por outro lado, o prognóstico que insiste em anunciar que as inclinações reformistas do proletariado se reforçam, na medida em que este se desenvolve, e não o contrário, parece ignorar que esta *disposição política*, flutua também de acordo com a *situações históricas*. Et puur si muove. Portanto, a estabilidade política na Europa a partir de 48, e a relativa trégua na luta de classes, não pode ser compreendida sem a consideração dos efeitos sociais do boom econômico do pós guerra, e a mobilidade social que ele permitiu. Novas circunstâncias econômicas, como as abertas nos últimos anos, no marco de uma nova situação mundial, *mais instável* do que a do pós guerra, indicariam um período de tensão social mais elevada, mesmo nos países centrais, em que a possibilidade de que a crise econômica volte a assumir formas explosivas, como em 29, sugere que a última palavra ainda estaria por ser dada. É certo, no entanto, que como já

revolucionárias) é justamente uma correlação de forças que desaconselha a luta aberta e franca: pela simples razão de que os trabalhadores não sentem confiança em suas próprias forças. Nessas circunstâncias se entrincheiram atrás das suas organizações tradicionais, reforçam as lideranças mais moderadas e se protegem como podem. Portanto, de fato, as crises revolucionárias são raras. Mas o longo intervalo de crises mais frequentes nas últimas décadas nos países centrais, está longe de oferecer demonstração conclusiva, para a ausência de impulso revolucionário dos trabalhadores em qualquer situação.

observamos, se poderia de novo considerar que em todos esses processos revolucionários, à exceção do Outubro russo, as crises revolucionárias se fecharam com a derrota dos trabalhadores.

Mas que os trabalhadores tenham sido derrotados, não diminui a evidência histórica, de que lutaram no passado com energia revolucionária inquestionável pela suas reivindicações, e demonstra tão sómente que as *condições subjetivas necessárias* para a vitória, ou seja para a conquista do poder, se revelaram mais complexas que os marxistas tinham previsto.¹³⁶

Por quê? Para efeitos didáticos de apresentação, podemos identificar duas esferas de discussão ou dois campos, grosso modo, de interpretação, pela ênfase dos fatores:

- a) A primeira é aquela que identifica mudanças substantivas na própria constituição da esfera do trabalho, ou seja, mudanças objetivas no processo de produção, que estão na raiz de um processo de crescente heterogeneidade e, no que importa para a questão em foco, em um debilitamento histórico do peso social do proletariado. Esta redução do peso social, teria como seqüela uma correspondente perda de autoconfiança política dos trabalhadores em si mesmos, e tornaria muito mais difícil, senão improvável, a hipótese de revoluções proletárias bem sucedidas no centro do sistema. Neste campo, que nos últimos anos tem

¹³⁶ Gorender tem razão quando insiste que a vocação científica do marxismo nos obriga a considerar processos históricos complexos sem ceder à tentação ideologizante de busca de “culpados”. A História busca compreender e explicar, e não pode se reduzir a um tribunal ético de busca de traidores, corruptos, perversos e malvados. Nem rir, nem chorar, mas compreender, para retirar as lições e preservar a memória. Nada mais justo. Disto não decorre que não haja os vilões do processo histórico. Assim como a História está repleta de bandidos, está prenhe, também, de exemplos edificantes de homens e mulheres que se elevaram, com palavras e atos, para além dos horizontes mais imediatos de comportamentos e valores, de sua classe, de sua cultura ou de sua visão do mundo, para defender os interesses da maiorias exploradas e oprimidas. O fizeram quase sem exceção vivendo a amargura de marchar sozinhos. A sua estatura moral e intelectual, o verdadeiro heroísmo, serve de exemplo e emulação para as novas gerações, e a importância do exemplo nunca deve ser desprezada. Que a sorte dos grandes processos nas lutas de classes não possa nunca ser reduzida a fatores subjetivos, sem com isso romper como marxismo, não deveria nos levar ao extremo simétrico, de ignorar o papel dos indivíduos na História e as intransferíveis responsabilidades que dele decorrem. Parece ser possível construir explicações enraizadas na objetividade de processos palpáveis e quantificáveis, sem por isso cair prisioneiro de um objetivismo fatalista, e ser possível, ao mesmo tempo, apreciar a importância dos fatores subjetivos, sem por isso, cair em uma explicação ingênua e voluntarista.

despertado um renovado interesse de pesquisadores das mais diferentes escolas, encontramos como referência na produção internacional André Gorz¹³⁷, que há décadas vem explorando o tema das conseqüências

¹³⁷ .Um dos aspectos centrais da discussão sobre um novo lugar do proletariado tem sido identificado como a questão da redução do peso relativo da classe operária industrial em relação ao conjunto da população economicamente ativa, e sua conseqüente perda de peso social e auto-confiança política. A ampliação do setor dos serviços, que garante uma proporção cada vez maior de empregabilidade e a mecanização da agricultura, teria acelerado a proletarização da população rural e diminuído a importância relativa da classe operária. Nunca como hoje, entretanto, existiu uma parcela tão grande da população economicamente ativa reduzida à condição de assalariados. Mas não parece haver dúvida que este processo vem ocorrendo nos países centrais, embora não poucos sociólogos tenham alertado nos últimos anos que a diminuição de postos de trabalho nas fábricas dos países imperialistas, deveria ser estudada em uma articulação inseparável com a ampliação da proletarização em outras regiões do mundo em particular na Ásia, o que revelaria que mais do que uma queda absoluta do papel produtivo da classe operária, estaria ocorrendo uma nova redivisão internacional do trabalho. Este processo teria como epicentro a China, que conheceu nos últimos vinte anos o processo de migração interna mais importante do século, com o deslocamento de 60 milhões de camponeses para as novas cidades industriais da costa, mas também na Coreia do Sul, na Malásia, na Indonésia, na Tailândia, em Taiwan, e em alguma medida no Vietnã. Por outro lado o século XX se encerra tendo realizado a obra de reduzir o peso demográfico das populações camponesas em uma tal escala e proporção, que na América Latina, à exceção do Paraguai e da Bolívia, todos os outros países têm a maioria das suas populações vivendo em gigantescas megalópolis, assalariadas ou semi-assalariadas, e portanto em um estreito contacto com o movimento social da classe operária, e sofrendo a pressão das suas reivindicações e métodos de luta. Por último, a história está repleta de exemplos que ensinam que o peso social e político de uma classe social não guarda uma relação mecânica com o seu peso demográfico, ainda que este aspecto do problema não seja negligenciável: um exemplo emblemático seria a revolução chinesa de 1925/27, que teve como eixo a rebelião do jovem proletariado de Xangai e Cantão, não mais do que 2 ou 3 milhões de operários imersos em um oceano camponês de centenas de milhões, mas que pela sua capacidade de mobilização foram um detonador da irrupção social das massas rurais, até então prostradas e apáticas. De qualquer forma já vão longe os dias do início do século em que na Inglaterra, na Bélgica, e em menor medida na Alemanha, a maioria da população era operária. Sobre este tema, Gorz tem sido nas últimas décadas uma das principais e (pioneiras) referências de estudo sobre o mundo do trabalho, as reestruturações produtivas do capitalismo e o tema do protagonismo social do proletariado, como se pode conferir no fragmento que extraímos de seu recente ensaio: ***“La clase trabajadora industrial ha venido experimentando una rápida reducción durante más de veinte años En la actualidad representa menos del 17 por 100 de la fuerza laboral en los Estados Unidos, el 20 por 100 en Gran Bretaña (frente al 30 por 100 de hace diez años), entre una cuarta y una tercera parte en los otros principales países de Europa Occidental. Además, las modernas industrias manufactureras emplean un número mucho mayor de trabajadores de cuello blanco que de trabajadores de producción (...) El cambio de trabajos de producción por puestos de trabajo en el sector servicios para trabajadores de cuello azul tiene profundas repercusiones tanto sobre el significado del trabajo como sobre la conciencia social y la cohesión de los trabajadores. (...) A la clase trabajadora tradicional, el trabajo que realizaba le daba una sensación de poder. ivo. La identificación con su trabajo y con su oficio era una manera de proclamar la dignidad de su trabajo y el poder social que -como mineros, caldereros, carpinteros, ingenieros, trabajadores de ferrocarriles, etc. – les confería su número, su solidaridad y su importancia vital para la economía. (...) Esta sensación de poder se está desvaneciendo, lo mismo que la cohesión de la clase trabajadora (...) La clase trabajadora industrial no solo está disminuyendo rápidamente como resultado de la***

sindicais e políticas da reestruturação produtiva; na produção nacional, a questão Tarso Genro¹³⁸, entre muitos outros, ainda que com posições distintas;

automatización; sus habilidades manuales tradicionales y sus oficios están desapareciendo. La automatización no solo destruye puestos de trabajo industriales no cualificados, sino también capacidades artesanales tales como las de los herramentistas, fresadores, ajustadores, carpinteros, escayolistas, etc” (grifo nosso). (GORZ, André. “La declinante relevancia del trabajo y el auge de los valores post-económicos” In **Herramienta: Revista de debate y crítica marxista n. 2** Buenos Aires, Antídoto, marzo, 1997. p. 27.)

¹³⁸ .A perspectiva de que a luta de classes teria assumido novas formas, como a luta pela inclusão, tem como premissa, a desqualificação do proletariado como sujeito social, e como fundamento, o paradigma da cidadania importado do Direito. Tarso Genro tem sido o mais ativo, e criativo, entre os dirigentes do PT, no sentido de construir uma fundamentação teórica para o que, nas suas opiniões, seriam os desafios de uma nova época. À parte as redefinições programáticas (“revolução” democrática, no lugar de revolução socialista) que a nova centralidade do conceito de cidadania provoca (e exige), resta a questão, muito duvidosa, de um protagonismo político dos excluídos ou “sem-nada”. Os “sem-nada”, em primeiro lugar, são muitos e heterogeneos. Nos bairros mais pobres e nas favelas das grandes cidades, se inclui apressadamente nessa categoria sectores sociais muito diferentes. Entre os mais pobres, estão tanto franjas empobrecidas do proletariado, quanto o lumpen. Convivem nos mesmos bairros, frequentemente, mas com grandes hostilidades mútuas. As dinâmicas políticas destes dois componentes da massa excluída e desorganizada, são e serão, no entanto, muito provavelmente, diferentes, na medida em que a luta de classes se agudize. Parece muito difícil que as massas lumpen, embora cada vez mais em umerosas, na medida em que a crise econômica vitimiza batalhões inteiros das classes trabalhadoras, possa se deslocar politicamente de forma mais ou menos homogênea para o campo de luta da classe operária. A experiência histórica, no Brasil mesmo, desaconselha um excessivo optimismo sobre essa aliança. Ao contrário por exemplo dos progressos visíveis de solidariedade entre os trabalhadores e as classes médias assalariadas urbanas e o movimento dos sem-terra. De qualquer maneira, a discussão sobre as possibilidades de organização e mobilização dessa imensa maioria da população urbana brasileira, e também latino-americana, merece mais atenção. Em primeiro lugar, não parecem muito prometedores, os esforços até hoje empenhados na organização dos sectores mais despojados e desfavorecidos das grandes regiões metropolitanas. A lumpenização tem sido um obstáculo insuperável para estabelecer relações orgânicas com o movimento operário. As experiências em São Paulo nos bairros mais populares, nos cortiços e nas favelas, com raríssimas exceções, são desalentadoras. Depois de quase vinte anos de esforços, de quase todas as correntes da esquerda brasileira, o movimento das associações de bairro está, na sua esmagadora maioria enfeudado, às relações de clientela dos partidos burgueses que negociam votos em troca de serviços públicos. Mesmo a Igreja Católica tem tido imensa dificuldades de estabelecer vínculos mais duradouros. Quando, finalmente, ocorrem lutas apoiadas na auto-organização, é, quase sempre, porque sectores do proletariado, empurrados pela pobreza crescente para esses bairros, trazem consigo a experiência da luta coletiva. E, se vencem, e conquistam as suas reivindicações, sejam elas água tratada, eletricidade ou asfalto e posse da terra, invariavelmente, se inicia um processo de venda das propriedades, e todos os avanços de consciência e organização, alcançados na fase de luta anterior, se perdem. De qualquer forma, mesmo admitindo-se a nova importância dos movimentos sociais populares urbanos não-proletários, restaria a questão ainda meio tabu para a maioria da esquerda, do lugar dos lumpen-proletariado na sociedade brasileira. A experiência histórica dos últimos vinte e cinco anos recomenda, a esse respeito, muita cautela :“*O objetivo imediato da esquerda seria quebrar esse ritual. Perseguir a nitidez antiga da luta de "classe contra classe"? É um objetivo apenas retórico: a decomposição do capitalismo, que incluía pessoas no mundo do trabalho como condição para a acumulação, obriga a que a luta de classes revele-se principalmente como conflitos de inclusão. Para que a luta de classes retornasse -com importância política- às suas formas "puras", ela deveria fundar-se em uma estrutura de classes também próxima da "pureza" do velho capitalismo industrial. Deveria originar-*

b) A segunda hipótese é aquela que insiste em explicações, em última análise, subjetivas, ou seja, que reconhecem as mudanças materiais socioeconômicas, mas não concluem que elas sejam a principal determinação e procuram, no curso da luta de classes e, portanto, em fatores sociopolíticos, o atraso histórico do processo de mobilização proletária no sentido de uma ruptura anticapitalista, em particular, nos países imperialistas. Neste campo estão a maioria dos herdeiros da tradição identificada como marxismo revolucionário: entre outros, uma parte da literatura inspirada na herança de Antonio Gramsci, que coloca o eixo dos processos históricos nos desenlaces das lutas políticas; mas, sem dúvida, se destaca, como tendência organizada, a corrente histórica (dividida em muitas frações) que se reclama de Leon Trotsky e da Quarta Internacional¹³⁹. Na verdade, é só por razões didáticas de ênfase, que se pode trabalhar com esta esquemática classificação: qualquer

se portanto de uma sociedade em que a exclusão fosse secundária, e não uma condição necessária, para um capitalismo alicerçado sobre a acumulação sem trabalho. Por isso os "sem" (terra, teto, identidade, emprego, respeito pela sua especificidade etc.) expressam os conflitos que indicam um novo vínculo entre a democracia e a igualdade. Mas, para que seus movimentos estimulem uma utopia generosa, devem demonstrar que são capazes de sair da sua "imediatez" corporativa para propor ações e políticas públicas que os coloquem ao lado do mundo do trabalho incluído." (GENRO, Tarso. "A luta contra a exclusão" **Folha de S. Paulo**. 21 fev. 1999. Caderno Mais.)

¹³⁹ . Evidentemente não seria razoável discutir o crescimento prolongado da economia capitalista no pós-guerra, e o deslocamento do centro da luta de classes para os países dependentes ou periféricos, sem buscar a articulação entre causalidades objetivas e subjetivas. A Quarta Internacional, antes da sua divisão em 1952/53, compreendia, entretanto, de forma unânime que a participação dos PC's em governos de união nacional no pós-guerra, teria sido fundamental, para conter a onda revolucionária que se abriu com a derrota do nazi-fascismo, e garantir a paz social. Assim retomar a centralidade do conceito de crise de direção, que ordenava o programa de transição, o seu documento fundacional, como se pode conferir em Moreno: "*Nosotros creemos que la economía europea y norteamericana han podido tener este esplendor durante veinticinco años por la combinación de tres razones fundamentales. La primera es la impresionante destrucción de las fuerzas productivas (máquinas y hombres) que significó la Segunda Guerra Mundial; la segunda es la traición del stalinismo, que permitió la subsistencia y recuperación del capitalismo en Europa Occidental; la tercera es la explotación de los pueblos coloniales. Durante estos veinticinco años el imperialismo en descomposición ha montado una economía capitalista de estado para la contrarrevolución mundial. No existe otra definición económica marxista seria para la etapa que hemos vivido desde la postguerra. Esta economía contrarrevolucionaria, basada en lá producción. de armamentos para aplastar la revolución, combinada con los tres factores que señalamos antes, permitió el desarrollo de las tendencias que ha subrayado Mandel-Germain: desarrollo tecnológico como parte de la tercera revolución industrial, empobrecimiento relativo de los trabajadores occidentales (mayor consumo). Pero esas dos tendencias chocaban con todas las otras que surgen de la esencia misma de la etapa imperialista, que son las señaladas por Trotsky y Lenin. Sin embargo, subsistieron durante veinticinco años por los tres factores que ya vimos, y por la enorme riqueza (intelectual y material) acumulada por el mundo capitalista durante varios siglos de dominio.*"(grifo nosso) (MORENO, Nahuel. **El Partido y la Revolución**. Buenos Aires, Antídoto, 1989. p.394)

marxista recusaria uma absolutização tão simplista. Mas ainda assim, com os devidos descontos, ela é útil.

Como em inúmeros outros processos históricos complexos, o historiador das lutas dos trabalhadores nesta segunda metade do século XX, deve reconhecer que os fatores subjetivos e objetivos, ficaram de tal maneira misturados e emaranhados, que torna-se talvez impossível desembaraçá-los e identificar a sua importância relativa. De qualquer forma, parece um pouco cedo, também neste terreno, para uma avaliação definitiva dos prognósticos de Marx. A História está longe de ter dado a última palavra, e não está descartado que uma nova crise de proporções catastróficas como a de 1929, se atingir os países centrais, poderia colocar de novo no centro do protagonismo, os grandes batalhões do proletariado europeu, que saíram de cena nas últimas décadas. Por isso, como nas discussões sobre a crise muito em voga nos anos 60, seria uma precipitação teórica, as mais de uma vez anunciadas, cerimônias fúnebres do proletariado.

Em relação a um outro tema, a possibilidade histórica de que se desenvolva nos porões do capitalismo elementos de um modo de produção socialista, e as correspondentes hipóteses gradualistas, a tradição marxista também se dividiu em distintas opiniões.¹⁴⁰ A propósito dos paralelos

¹⁴⁰ Acerca deste tema compartilhamos a mesma tradição que Anderson reivindica neste fragmento, colocando a polémica sob uma óptica histórica: *“El advenimiento político de una situación de doble poder, acompañada del inicio de una crisis económica, no permite una resolución gradual. Cuando la unidad del Estado burgués y la reproducción de la economía capitalista se quiebran, la sacudida social consiguiente debe oponer, rápida y fatalmente, revolución y contrarrevolución en una violenta convulsión. En un conflicto así, el capital siempre dispondrá de una base de masas, mayor que un puñado de monopolistas. En el desenlace los socialistas intentarán evitar una conclusión por las armas, pero crearán ilusiones acerca de la probabilidad de recurrir a ellas. El capitalismo no triunfó en ningún país avanzado del mundo actual (Inglaterra, Francia, Alemania, Italia, Japón o los Estados Unidos) sin un conflicto armado o una guerra civil. La transición económica del feudalismo al capitalismo es, sin embargo, la transición de una forma de propiedad privada a otra. ¿Es imaginable que el cambio histórico mucho mayor implícito en la transición de la propiedad privada a la colectiva, que precisa de medidas más drásticas para la expropiación del poder y la riqueza, asuma formas políticas menos duras? Además, si los sucesivos pasos de la antigüedad al feudalismo y de éste al capitalismo produjeron cambios históricos en los tipos de régimen y representación (de las asambleas de ancianos a los estamentos medievales, y de éstos a los parlamentos burgueses, por no hablar de los Estados imperiales, absolutistas y fascistas), ¿es posible que el paso al socialismo, que ya ha renunciado tanto a los consejos de obreros como a los Estados burocráticos, no los produzca también? La tradición a la que pertenecen esas concepciones es, hablando en términos generales, la de Lenin y Trotski, Luxemburgo y Gramsci.”* (grifo nosso)(ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: un debate com E. P. Thompson.** Trad. Eduardo Terrén. Madrid, Siglo XXI de España, 1985.p.215)

históricos entre a transição do feudalismo ao capitalismo (compreendido como simultaneamente um processo de revolução social e uma revolução política), e a transição pós-capitalista, existe um recente e muito interessante trabalho de Paul Singer, no qual o autor defende a possibilidade de uma transição gradualista, insiste na importância do sindicalismo, do cooperativismo e da seguridade social como elementos que antecipam no interior do capitalismo aspectos de relações econômico-sociais socialistas:

“Examinando-se o conjunto do movimento cooperativista, tem-se a impressão de que, de todos os implantes anticapitalistas com potencial socialista, este – apesar dos pesares – é o de maior potencial e o que está mais exposto à contingência de perder sua essência para se amoldar ao ambiente e às exigências da competição com empresas capitalistas. A cooperativa operária realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção. Ela é gerida pelos trabalhadores, as relações de trabalho são democráticas, ela traduz na prática o lema: ‘de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades’ (...) Marx reconhece tanto na cooperativa operária quanto na sociedade anônima ‘formas de transição’ do capitalismo ao socialismo. (...) Agora, quanto à cooperativa operária, a visão de Marx se revela aguda e certa. Em projeto, ela supera positivamente a contradição entre capital e trabalho, constituindo um elemento do modo de produção socialista, que se desenvolve a partir do modo de produção capitalista”.¹⁴¹(grifo nosso)

Essa hipótese, naturalmente, *desloca a centralidade do conceito de crise revolucionária como o momento crucial da estratégia*. Ela repousa na possibilidade de um gradualismo econômico associado a um gradualismo político para pensar o processo de transição histórica, retomando, assim, a inspiração do socialismo pré-marxista. Certamente o próprio Marx, citado amplamente por Singer, foi no seu tempo um observador atento das cooperativas como fenômeno econômico *sui generis*:

“As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da velha forma, a primeira ruptura da velha forma, embora elas naturalmente reproduzam e tenham de reproduzir em todo lugar, em sua organização real, as mazelas do sistema existente. Mas, dentro delas, a contradição entre capital e trabalho está superada, mesmo

¹⁴¹ (SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis, Vozes, 1998. p.128-9)

*que inicialmente apenas na forma de que os trabalhadores, enquanto associação, são seus próprios capitalistas, o que significa que utilizam os meios de produção para a valorização de seu próprio trabalho. **Elas mostram como, em um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e toma forma, a partir de um modo de produção, um novo modo de produção.** (...) As empresas capitalistas por ações devem ser consideradas, tanto quanto as fábricas cooperativas, formas de transição do modo de produção capitalista ao (modo de produção) associado (ou socialista), somente que em uma a contradição é superada negativamente e na outra positivamente.”¹⁴²(grifo nosso)*

Como se vê, Marx era muito otimista em relação às cooperativas e, como sempre, procurava no presente, os elementos de antecipação do futuro. Porém 150 anos depois, ainda que existam experiências bem sucedidas no movimento cooperativista (embora em geral sejam mais perenes e estáveis as cooperativas de crédito do que as de produção) e, admitindo-se também o papel pedagógico das novas relações de solidariedade de classe que elas estimulam, parece um pouco exagerado, no final do século XX, na época de corporações que detêm faturamentos maiores que PIB's, considerá-las um fenômeno, no sentido estritamente econômico, importante o bastante para em alguma maneira contra-balançar, o papel dos monopólios e cartéis. Já os fundos públicos, em particular os previdenciários, inequivocamente ocuparam um papel central (e ainda ocupam, apesar da fúria neoliberal de desmontá-los e impor o modelo de fundos de capitalização)¹⁴³. No entanto, é certo que uma das pautas mais importantes da contra-ofensiva neoliberal tem sido, nos últimos vinte anos depois de Thatcher e Reagan, reduzir as contribuições estatais para os fundos, como forma de reequilibrar

¹⁴² (MARX, Karl. **O capital**. Terceiro livro, p.481, apud SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis, Vozes, 1998)

¹⁴³. O tema do papel dos fundos públicos parece ser com razão uma das discussões teóricas mais interessantes para compreender a regulação do sistema. Por um lado, poderiam explicar a ausência de crises como a de 29 e, por outro, paradoxalmente explicariam a acentuada queda na taxa média de lucro a partir dos anos 70. Sobre esta questão, conferir o fragmento retirado de Hobsbawm: “Claro, nos países ricos o mercado de massa fora estabilizado pela transferência de mão-de-obra da indústria para ocupações terciárias, que tinham, em geral, um emprego muito mais estável, e pelo enorme crescimento nas transferências sociais (sobretudo seguridade social e previdência). essas representam algo em torno de 30% do PNB conjunto dos países desenvolvidos ocidentais em fins da década de 1980. Na década de 1920, ficavam provavelmente em menos de 4% do PNB (...) Isso bem pode explicar por que o colapso da Bolsa de Wall Street de 1929, o maior desde 1929, não levou a uma depressão

os orçamentos e, ao mesmo tempo, aumentar as isenções fiscais do capital, sem correr o risco do retorno das pressões inflacionárias na Europa dos anos 70, que ameaçaria a convertibilidade das moedas (o dogma fundamentalista que protege o capital da desvalorização) em livre flutuação desde o desatrelamento do dólar ao ouro.¹⁴⁴

Mas para as correntes marxistas que excluíram a hipótese de uma transição gradualista, no início do século, todos os que na Segunda Internacional se opuseram ao chamado revisionismo alemão agrupado junto a Bernstein, que veremos adiante, tinha um enfoque mais politicamente evolucionista que econômico, o problema teórico permanecia colocado. Como resolver a questão da transição consciente e do sujeito oprimido? A resposta teórica que se ofereceu a este aparente beco sem saída foi a definição da revolução socialista como a primeira revolução social, que supõe *um nível de consciência, adesão e de organização em torno a um projeto estratégico anterior à luta aberta pelo poder que seria único na História*.¹⁴⁵

mundial como a da década de 30.” (HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras. p. 550)

¹⁴⁴ . Sobre uma nova conceituação histórico-teórica dos fundos públicos a partir da categoria de antivalor, conferir a recente elaboração de Chico de Oliveira: *“O caminho percorrido pelo sistema capitalista, e particularmente as transformações operadas pelo Welfare State, repõe a velha questão dos limites do sistema. A famosa previsão de Marx do fim do sistema foi lida literalmente, e interpretada comumente como uma catástrofe ao estilo de Sansão derrubando as colunas do templo. Ora, a história do desenvolvimento capitalista tem mostrado, com especial ênfase depois do Welfare State, que os limites do sistema capitalista só podem estar na negação de suas categorias reais, o capital e a força de trabalho. Neste sentido, a função do fundo público no travejamento estrutural do sistema tem muito mais a ver com os limites do capitalismo, como um desdobramento de suas próprias contradições internas. Dizendo em outras palavras, as transformações mais importantes do sistema capitalista se dão no coração, no núcleo duro das mais importantes economias capitalistas. O fundo público, em resumo, é o antivalor, menos no sentido de que o sistema não mais produz valor, e mais no sentido de que os pressupostos da reprodução do valor contêm, em si mesmos, os elementos mais fundamentais de sua negação. Afinal, o que se vislumbra com a emergência do antivalor é a capacidade de passar-se a outra fase, em que a produção do valor, ou de seu substituto, a produção do excedente social, toma novas formas. E essas novas formas, para relembrar a asserção clássica, aparecem não como desvios do sistema capitalista, mas como necessidade de sua lógica interna de expansão.”* (grifo nosso) (OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 34-5)

¹⁴⁵ . Sobre o balanço histórico do protagonismo social do proletariado, existe uma interessante avaliação no ensaio “Século marxista, século americano” de Giovanni Arrighi: *“Entre 1848 e 1896, o capitalismo de mercado e a sociedade burguesa, tal qual analisados por Marx, atingiram seu apogeu.*

Uma vontade coletiva que se autodeterminava em torno a um projeto. Parece hoje fora de dúvida que as dificuldades subjetivas da construção desta vontade de classe se revelaram muito mais elevadas e complexas, e parece razoável prever que exigirão um tempo histórico muito mais longo do que supunha o marxismo revolucionário da esquerda da Segunda e dos primeiros anos da Comintern. Mas disto não se deveriam retirar conclusões excessivamente céticas.

Assim como sob o impacto do colapso precipitado pela Primeira Grande Guerra, se seguiu uma onda revolucionária que varreu a Europa central, e se expressou depois de outubro na forma dos conselhos na Hungria, na Alemanha e na Itália, novas crises sistêmicas poderão abrir grandes oportunidades para uma aprendizagem concentrada das novas gerações. As ondas de ascenso seguintes de 44/49, 68/79 e a última de 89/91 confirmariam essa regularidade, e indicariam uma possível articulação do curso da luta de classes associado ao fim das vagas descendentes das ondas Kondratiev¹⁴⁶. Talvez seja importante assinalar, no entanto, que o

O movimento operário moderno nasceu nesse período e imediatamente tornou-se a força anti-sistêmica central. Depois de uma prolongada luta contra doutrinas rivais, o Marxismo tornou-se a ideologia dominante do movimento. No período de 1896 a 1948, o capitalismo de mercado e a sociedade burguesa, tal qual teorizados por Marx, entraram em uma crise prolongada e, em última instância, fatal. O movimento operário atingiu seu apogeu como força anti-sistêmica central e o Marxismo se consolidou (...) Depois de 1948, o capitalismo corporativo ou empresarial emergiu das cinzas do capitalismo de mercado como a estrutura econômica mundial dominante. A expansão de movimentos anti-sistêmicos aumentou ainda mais, mas o mesmo aconteceu com sua fragmentação e seus antagonismos recíprocos. Sob pressão desses antagonismos, o Marxismo foi jogado em uma crise da qual ainda tem que se recuperar e, de fato, talvez nunca se recupere.” (grifo nosso) (ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Trad. Sandra Vasconcelos. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 302-3)

¹⁴⁶ . Mandel desenvolveu esse tema, e apresentou a idéia dos longos ciclos da luta de classes, que ele prudentemente utiliza somente para análise do movimento operário europeu: *“In other words, the emergence of a new expansionist long wave cannot be considered an endogenous (i.e., more or less spontaneous, mechanical, autonomous) result of the preceding depressive long wave, whatever the latter's duration and gravity. Not the laws of motion of capitalism but the results of the class struggle of a whole historical period are deciding this turning point. What we assume here is a dialectic of the objective and subjective factors of historical development, in which the subjective factors are characterized by relative autonomy; that is, they are not predetermined directly and unavoidably and what occurred previously in regard to the basic trends of capital accumulation, the trends in transformation of technology, or the impact of these trends on the process of labor) organization itself. We assume that there is a long cycle of class struggle (or to be more precise, a long cycle of rise and decline in working class militancy and radicalization) that is relatively independent of the long waves of more rapid accumulation and slower accumulation, although to some extent interwoven*

ambiente ideológico e político da Segunda Internacional se alimentava de duas convicções amplamente partilhadas, que contribuíam para subestimar os problemas ou limites que a história depois revelou, do protagonismo proletário: a primeira, a idéia predominante de que a crise do capitalismo, entendida como crise final ou colapso se aproximava; a segunda, o entusiasmo que se apoiava no crescimento do peso social dos trabalhadores e da força de sua organização sindical e política e, em particular, nos sucessos eleitorais do SPD, o principal partido da Internacional.

E é esta interpretação da questão da consciência no processo histórico, da necessidade de construção de uma subjetividade, de um projeto estratégico que levará o marxismo do início do século a recorrer ao vocabulário e aos conceitos da ciência militar. Estratégia e tática, como expressão da relação entre os fins e os meios, guerra de posição/guerra de movimentos e muitos outros, passam a ser referências de uma elaboração teórica sobre a crise e as condições de luta pelo poder.

Por outro lado, a reflexão sobre a transição como revolução consciente foi chamada a procurar respostas para outra questão teórica central, que também encontrou saídas na esfera da subjetividade. O capitalismo criou um mercado mundial, mas a internacionalização da economia não teria feito senão agudizar as contradições entre os estados nacionais. Sendo o socialismo um projeto estratégico programático-histórico alternativo ao capitalismo, não pode se realizar senão na esfera mundial. Ocorre, no entanto, que a luta pela conquista do poder político pelo proletariado se desenvolve no interior de fronteiras nacionais.¹⁴⁷

with them. Without wanting to sketch such a cycle for the entire world proletariat since the inception of the capitalist mode of production, we believe that it is rather obvious for the European working class.” (grifo nosso)(MANDEL, Ernest. **Long waves of capitalist development: a marxist interpretation.** London, Verso, 1995. p. 37-8)

¹⁴⁷ No entanto, qualquer análise sobre qualquer país que não parta de um marco internacional está condenada à miopia: a luta de classes se desenvolve como um fenômeno mundial e, se é no interior das refrações nacionais que podemos estudar as correlações de forças entre as classes, é no cenário mundial que se desenham as perspectivas do período. Sobre a atual situação aberta no início da década e as possibilidades que ela contém, encontramos em Wallerstein uma passagem esclarecedora: “*O declínio no bem-estar mundial e, acima de tudo, a falta de confiança de que este bem-estar irá aumentar constitui um grande abalo para a coesão social dos Estados. E este não é o único. Com efeito, isto é em grande parte a consequência da crescente e mais importante falta de confiança nos tradicionais*

Marx pensou o socialismo como uma alternativa internacional, e trabalhou com a hipótese de que a questão do poder para o proletariado se colocaria, em primeiro lugar, nos países que estavam no seu tempo na vanguarda econômica da época, ou seja, a Europa Ocidental e no seu interior, os países pioneiros na industrialização, a França e a Inglaterra.¹⁴⁸ E a proposta que apresentou, portanto, para solução da questão das fronteiras nacionais foi, mais uma vez, uma mediação, no terreno subjetivo: a construção de uma organização internacional que aglutinasse os trabalhadores de todo o mundo na luta contra o capital¹⁴⁹.

movimentos anti-sistêmicos, e assim da ruptura da crença na eficácia do reformismo racional. E isto é muito mais do que uma oscilação cíclica. Já argumentamos que a revolução mundial de 1968, completada em 1989, envolveu um processo de mudança irreversível na psicologia social. Marcou o fim dos sonhos de modernidade, não o fim da busca dos sonhos humanos de igualdade e liberdade, mas o fim da fé de que o Estado, em uma economia mundial capitalista, possa servir como um facilitador e garantidor de um progresso continuado em direção ao alcance desses objetivos. O grande estabilizador do sistema, que tornou possível a coesão social dos Estados, sempre foi um mercado otimista quanto ao longo prazo. E este não existe mais. Não que ele tenha sido substituído por um pessimismo de longo prazo, mas ronda uma aguda incerteza e um enorme medo. O medo ora presente é muito menos tangível: é o medo de que a situação esteja entrando em colapso e de que nada esteja sendo ou possa ser feito para evitá-lo. Este tipo de medo leva a comportamentos muito mais erráticos, muito mais incontroláveis.” (grifo nosso)(WALLERSTEIN, Immanuel. “Possibilidades Globais, 1990-2025” Trad. Adriana Nunes Ferreira, in **Praga: estudos marxistas**, 5. HUCITEC, 1998. p. 26)

¹⁴⁸ Parece mais ou menos claro que Marx pensava que a questão da crise revolucionária se colocaria, provavelmente, na forma de uma vaga internacional, ou seja, em simultaneidade. Mas isso não significava a adesão a uma perspectiva catastrofista do processo da revolução, isto é, uma avaliação de colapso do sistema capitalista sem mediações e inúmeras desigualdades. Ainda que a crise revolucionária de 1848 tenha assumido a forma de uma avalanche européia, não atingiu Londres e consagrou novamente Paris como capital revolucionária. De qualquer forma, a polêmica existe, e mais referências podem se encontrar em HOBBSAWM, Eric. “Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo” In **História do marxismo volume 1**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

¹⁴⁹. O internacionalismo chegou a ser no século XX, mais do que uma necessidade política ou um imperativo ético, um movimento material de solidariedade como se pode conferir no papel, por exemplo, das brigadas internacionais na Guerra civil espanhola: “*Por último, en el momento del asalto decisivo fue cuando aparecieron en el frente las primeras brigadas internacionales: según Colodny fueron, en total, 8.500 hombres (...) los que participaron, alrededor de la capital, en los combates de noviembre y diciembre, después del desfile impecable de los 3.500 soldados (...) en la Gran Vía, saludados por los gritos entusiastas de ‘vivan los rusos’.* (...) *Sobre todo, estos voluntarios extranjeros eran a menudo hombres que habían conocido años de vida militante muy dura, huelgas, zafarranchos callejeros, vida en la clandestinidad, cárcel y a menudo tortura, el presidio y la miseria de la emigración. Colodny dijo de los alemanes de los batallones Thaelmann y Edgar André que eran ‘hombres indestructibles’.* **En todo caso, constituyeron, con su fe revolucionaria, su espíritu de sacrificio y su disciplina de hierro una tropa de choque irremplazable y prestigiosa cuyas resonantes acciones valieron tanto por su eficacia directa como por su fuerza ejemplar sobre sus camaradas españoles**” (grifo nosso) (BROUÉ, Pierre y TÉMIME, Emile. **La revolución y la guerra de España (I)**. Trad. Francisco González Aramburo. México, Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 286-7)

Ambas as questões, todavia, parecem permanecer sem resposta histórica categórica. A geração marxista do início do século partilhava um robusto otimismo tanto sobre o protagonismo revolucionário das classes trabalhadoras, quanto sobre as possibilidades de a Internacional triunfar sobre os sentimentos nacionalistas e preconceitos étnico-raciais. Mesmo considerando-se o cataclisma da crise aberta pela guerra na Segunda Internacional (o sucesso do Outubro russo, e o relativamente breve intervalo histórico que transformou a Comintern, de um agrupamento de poucas e quase sempre pouco influentes organizações revolucionárias, em uma Internacional com vários partidos com influência de massas), a história parecia confirmar os seus prognósticos¹⁵⁰.

A época que se abriu depois de 1945, com uma nova fase de expansão capitalista, e o refluxo do protagonismo social do proletariado nos países centrais, assim como o ressurgimento de nacionalismos exacerbados, como na Rússia e nos Balcãs, depois da restauração capitalista, recolocaram necessariamente, agora em torno a novos eixos, o debate sobre a vocação revolucionária e o internacionalismo.

¹⁵⁰ Sobre a crise do internacionalismo, conferir o balanço de Hobsbawm, irreparável no geral, embora um pouco injusto no que diz respeito aos “sínodos rivais”, provavelmente uma referência mordaz às divisões da Quarta Internacional. Seria mais equilibrado observar um outro ângulo do problema: na segunda metade deste século, a Quarta, como movimento (já que perdeu a forma de partido em 52/53) dispersa em frações, e vitimada pelas deformações sectárias de anos de isolamento, foi, ainda assim, a única organização que, contra a corrente, constituiu um modesto ponto de apoio do internacionalismo e, por isso, pode se orgulhar de que teve presos e perseguidos tanto no Leste quanto no Ocidente. Nenhuma outra tradição política marxista pode reivindicar o mesmo: “*A invasão soviética da Tchecoslováquia em 1968, com o propósito de substituir uma forma de política comunista por outra, finalmente bateu o último prego no caixão do ‘internacionalismo proletário’ (...). O fim do movimento comunista internacional foi também o fim de qualquer tipo de internacionalismo socialista ou social-revolucionário, pois as forças dissidentes e antimoscovitas não criaram organizações internacionais além de sínodos sectários rivais*”. (grifo nosso) (HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras. p. 436) Sobre este aspecto da questão, da ruptura histórica que significou o fim do internacionalismo, conferir o balanço de Perry Anderson: “*Não cabe aqui explicar o legado posterior do pensamento e da obra de Trotsky. Um dia haverá que estudar em toda a diversidade dos seus canais e correntes subterrâneas esta outra tradição – perseguida, injuriada, isolada, dividida. Ela poderá surpreender futuros historiadores*

2. Da história da teoria à teoria da história.

Esta pesquisa tem a ambição de discutir a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária. Um passo necessário será retomar os fios da meada destas idéias, tal como foram formulados por Marx e Engels, e desenvolvidos por alguns dos principais pensadores marxistas do início do século. Este procedimento, busca estabelecer referências para o estado atual do debate, sobre a questão dos critérios de

com os recursos que possui.” (grifo nosso) (ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo**

temporalidades, ante-sala da discussão das periodizações políticas. Idéias-chaves do materialismo histórico, teoria da história que tem no seu centro a procura de explicações para o tema da mudança/transformação da sociedade. A sua elaboração se desenvolveu paralela à reflexão sobre os problemas teórico-programático-políticos colocados pela necessidade de pensar a crise do capitalismo e a transição pós-capitalista.

Na teoria marxista da História, a pertinência desse tema se revela na atualidade das discussões, que, nas mais variadas esferas, inclusive na Universidade, buscam interpretar a atual fase do capitalismo, compreendida como globalização ou mundialização, segundo diferentes escolas. O tema da crise continua no centro das investigações nas Ciências Sociais. Um trabalho sobre as distintas formulações do lugar que teria sido ocupado por essas idéias, na literatura de inspiração marxista, mesmo que limitado na sua abrangência, e restrito nas suas conclusões, poderá ser útil, portanto, na medida em que a agenda de debates, e de pesquisas do passado, sejam inspiração, e talvez desafio, para as preocupações do presente. Como há um século, a crise do capitalismo desperta interesse generalizado; estimula novos estudos, alimenta inquietações, perturba os espíritos, desafia os prognósticos. Nesse sentido, também, a recuperação dessa herança seria necessária: nada de novo poderá surgir da perda da memória.

2.1. O conceito de época revolucionária em Marx: as forças motrizes e um debate sobre a primazia da luta de classes.

Há 152 anos, a publicação do “Manifesto Comunista”, anunciava que teria se aberto uma época de revolução social. Um prognóstico, já controverso, no seu tempo. E certamente ainda hoje, entre marxistas e não marxistas. Mas, para além de uma caracterização política, e portanto, instrumental, das circunstâncias históricas em que foi escrito e publicado, às vésperas da onda revolucionária que varreu a Europa em 1848,

o Manifesto apresentava um corpo de idéias, uma visão do mundo, ou mesmo um desenho de uma nova teoria da História que definiam os critérios de avaliação do que seria uma época revolucionária¹⁵¹:

“As forças produtivas disponíveis já não mais favorecem as condições da propriedade burguesa; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas condições que as entravam; e, quando superam esses entraves, desorganizam toda a sociedade, ameaçando a existência da propriedade burguesa. A sociedade burguesa é muito estreita para conter as suas próprias riquezas.”¹⁵²(grifo nosso)

Esta formulação em torno à crise do capitalismo e da necessidade de sua superação se apresentava, portanto, na esfera da reflexão sobre a mudança histórica, na escala da longa duração, com suas causalidades objetivas, materialmente determinadas, historicamente possíveis, porque necessárias. Foi construída, em uma polêmica com o pensamento socialista pré-marxista, e a necessidade de ir além da esfera dos imperativos ético-morais de ruptura com a injustiça social.¹⁵³

¹⁵¹ . A utilização do conceito de época, no **Manifesto**, é feita, indistintamente, em diferentes níveis de abstração, e em referência a processos de dimensões e medidas muito diferentes. Marx estaria anunciando a abertura de uma época revolucionária ou proclamando a iminência de uma situação revolucionária? Ou ambos, o que talvez seja o menos controverso? De qualquer forma, o uso das categorias de temporalidades neste documento é feito de maneira indeterminada, o que muito provavelmente revela que a elaboração destas idéias ainda estava em um estágio embrionário. Os autores do **Manifesto**, contudo, eram conscientes da necessidade de buscar uma “sintonia fina”, na análise dos ritmos da transformação histórica que se desenvolvia diante dos seus olhos. Por isso, visivelmente, se preocuparam em aprimorar os instrumentos conceituais. Por exemplo, a partir da derrota das revoluções de 48, no balanço final de **As lutas de classe em França**, quando se conclui que a etapa revolucionária teria se fechado, se insinua claramente uma medida de situação, e na célebre passagem do **Prefácio**, quando o tema é retomado de forma mais abstracta, todas as referências foram construídas em uma esfera de época, portanto de longa duração. Uma localização mais desenvolvida deste tema pode ser encontrada em **A filosofia de Marx** de BALIBAR, Etienne, Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1995 e “O Espectro do Manifesto: a propósito dos 150 anos de uma teoria da ação revolucionária” de Álvaro Bianchi in **Outubro**, nº 1, São Paulo, Editora Xamã, 1998.

¹⁵² (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. “Manifesto do Partido Comunista”. in **150 Anos de Manifesto Comunista**. São Paulo, Editora Xamã, 1998. p. 149.)

¹⁵³ É em geral ignorada ou subestimada a luta que Marx e Engels tiveram que desenvolver contra os critérios dos “utópicos” e a influência recorrente de suas idéias. Sobre este tema e referindo-se à passagem do Manifesto em que Marx apresenta sua crítica aos socialistas que serão criticados como utopistas, Martin Buber faz as seguintes observações: “*Só poderemos aquilatar o caráter político dessa declaração dentro do movimento socialista-comunista de então, se considerarmos que ela se dirigia contra as concepções que haviam imperado na própria “Liga dos Justos” e que foram suplantadas pelas idéias de Marx. Doze anos após a publicação do Manifesto Comunista, Marx qualificou-as de “doutrina secreta” formada por uma. “mescla de socialismo ou comunismo franco-*

Já na **Ideologia Alemã**, alguns anos antes, surgia, embrionária, mas de forma aguda, em diferentes passagens, a importância do conceito de época revolucionária, como sendo *aquela em que a possibilidade da transição estaria aberta*. Ainda que, talvez, recorrendo à paradoxal dialética da fórmula hegeliana, (porque simultaneamente reacionária e revolucionária) que admite que *“tudo que é real é racional”* e *“tudo que é racional é real”*. Sendo a crise do capitalismo real (e portanto necessária) e a necessidade da transição pós-capitalista ou socialista racional...a segunda estaria contida como potencialidade na primeira. Vejamos algumas das observações de Marx e Engels:

*“No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estado onde **surgem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no âmbito das relações existentes e já não são forças produtivas mas sim forças destrutivas (o maquinismo e o dinheiro)**, assim como, facto ligado ao precedente, nasce no decorrer desse processo do desenvolvimento uma classe que suporta todo o peso da sociedade sem desfrutar das suas vantagens, que é expulsa do seu seio e se encontra em uma oposição mais radical do que todas as outras classes, uma classe que inclui a maioria dos membros da sociedade e da qual surge a consciência da necessidade de uma revolução, consciência essa que é a consciência comunista e que, bem entendido, se pode também formar nas outras classes quando se compreende a situação desta classe particular.”¹⁵⁴ (grifo nosso)*

Nesse parágrafo, a contradição entre a maturidade das forças produtivas e a caducidade das relações existentes (econômico-

*ingles e filosofia alemã”, à qual ele opunha “a compreensão científica da sociedade burguesa como única base teórica sustentável”. O que Marx pretendia, então, era demonstrar que “não se trata de levar à prática um sistema utópico qualquer, mas de colaborar, conscientemente, no processo histórico de transformação da sociedade que se verifica ante os nossos olhos”. Portanto, o capítulo do Manifesto que impugnava o “utopismo” tinha o significado de um ato de política interna, na acepção mais genuína da palavra; concluir vitoriosamente a luta que Marx, secundado por Engels, sustentara inicialmente dentro da própria “Liga dos Justos” (e que agora se chamava “Liga dos Comunistas) contra as demais tendências que se denominavam a si mesmas, ou que eram denominadas por outras, de comunistas. O termo “utópico” foi o último e o mais afiado dardo desfechado nessa luta.”(grifo nosso) (BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. Trad. Pola Civelli. São Paulo, Perspectiva, 1986. p.10-11).*

¹⁵⁴ . MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Porto, Presença, 1974. p.47

sociais)¹⁵⁵, é interpretada, como sendo um estágio, em que as primeiras (que têm primazia na definição da dinâmica interna do modo de produção), ao não encontrarem condições favoráveis, invertem seu signo histórico progressivo, e tendencialmente degeneram em forças destrutivas. Ou seja, abre-se a possibilidade do perigo de uma regressão histórica (se o intervalo da transição é muito prolongado)¹⁵⁶.

Mais adiante, Marx e Engels referem-se ainda mais claramente aos dois “elementos materiais” de uma “subversão total” e definem: 1^o) o nível atingido pelas forças produtivas aprisionadas nas relações sociais e 2^o) a existência de um sujeito social, como sendo as condições necessárias para abertura de uma época revolucionária:

*“São igualmente essas condições de vida que cada geração encontra já elaboradas que determinam se o abalo revolucionário que se reproduz periodicamente na história será suficientemente forte para derrubar as bases de tudo quanto existe; **os elementos materiais de uma subversão total são, por um lado, as forças produtivas existentes e, por outro, a constituição de uma massa revolucionária que faça a revolução** não apenas contra as condições particulares da sociedade passada mas ainda contra a própria «produção da vida» anterior, contra o «conjunto da actividade» que e' o seu fundamento; se essas condições não existem, é perfeitamente indiferente, para o desenvolvimento prático, que a Idéia desta revolução já tenha sido expressa mil*

¹⁵⁵ Na **Ideologia Alemã**, Marx ainda não se trabalha com o conceito de relações sociais de produção. Essa observação, e outras igualmente úteis, foram recolhidas n' **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**, de Ernest Mandel.

¹⁵⁶ Marx e Engels sempre foram hostis a esquemas fatalistas. É certo todavia que o Engels maduro deu uma crescente importância ao tema da necessidade histórica. O que permitiu que importantes discussões, talvez incontornáveis, tenham voltado em torno à questão da existência, ou não, de elementos teleológicos, em suas obras tardias. Sobre o tema da crise do capitalismo e dos perigos de uma estagnação prolongada, ou mesmo de uma regressão histórica, ou seja, de uma recorrência de uma transição do tipo catastrófica, como foram as pré-capitalistas, se a sociedade não consegue uma superação revolucionária, é interessante conferir as observações de Mandel: *“Si bien tanto Marx como Engels – y especialmente Engels en su vejez, ante el tremendo y aparentemente irresistible ascenso del movimiento obrero moderno – mostraron un robusto optimismo acerca del futuro del socialismo, siempre tuvieron cuidado, cuando la cuestión se planteaba a su nivel más general, abstracto, histórico, de rechazar cualquier idea de secuencias históricas inevitables de organizaciones sociales (modos de producción). En diversas ocasiones señalaron que el pasaje de un modo de producción a outro dependía del desenlace de luchas de clase concretas, que podían terminar con la victoria de la clase más progresista y revolucionaria o bien con la destrucción mutua tanto de la clase dominante como de su adversario revolucionario y una prolongada decadencia de la sociedad”*. (grifo nosso)(MANDEL, Ernest. **El capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx**. Trad. Adriana Sandoval et alli, Mexido, Siglo XXI, 1985. p. 232, grifo nosso)

vezes... como prova a história do comunismo.¹⁵⁷(grifo nosso)

Ou seja, em determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, as relações sociais predominantes, de elemento de impulso do progresso social, se transformam em um obstáculo: a estrutura social não mais favorece a ampliação do progresso, e se transforma em um elemento reacionário de bloqueio, que ameaça a sociedade de estagnação, ou degeneração. Assim, enquanto a acumulação capitalista nos burgos medievais foi limitada, as relações feudais que estabeleciam obrigações sobre as cidades não impediam os avanços econômicos e sociais da burguesia.¹⁵⁸

¹⁵⁷ . MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Porto, Presença, 1974. p.50

¹⁵⁸ O apaixonante tema das regressões históricas (sempre caro à tradição socialista, que considera a fórmula, socialismo ou barbárie, mais do que um slogan, um prognóstico), é freqüentemente negligenciado. E no entanto, o pulsar dos ritmos históricos foi, nas longas durações, em grande medida, irregular, pleno de descontinuidades, ou melhor, mais do que isso, muito acidentado por verdadeiras fraturas de tempo, ou perigosos abismos em que o processo evolutivo parece mergulhar, bloqueando prometedoras possibilidades que estavam latentes, mas foram dramaticamente abortadas. O foco sobre esta questão não é gratuita. Como se sabe, a importância que o marxismo dedica ao estudo dos níveis mais profundos da vida econômica e social, a dimensão das forças produtivas, é decisiva para a compreensão da teoria da mudança social que defende que a transformação das relações de produção supõe o esgotamento das possibilidades de desenvolvimento que estavam contidas potencialmente no seu interior, e explica as condições sine qua non para a abertura de uma época revolucionária. Nesse sentido, parece razoável, o critério que busca estabelecer uma medida do grau de desenvolvimento das forças produtivas, a partir dos fluxos ascendentes demográficos. Pelo menos no que se refere aos estudos históricos comparativos que se concentram em sociedades pré-industriais. A seguir transcrevemos um interessante fragmento de Braudel sobre as flutuações da população européia (embora o quadro explicativo apresentado tenha a ambição de oferecer uma resposta à escala mundial), que invoca a discussão sobre as regularidades dos ciclos de regressão, a partir do critério, incontornável, pelo menos até o século XVIII, dos aumentos e recuos da populações: *“Revela-se então intransponível um certo limite do bem-estar, pois, ao agravar-se, o surto demográfico acarreta uma deterioração dos níveis de vida, aumenta o número sempre impressionante dos subnutridos, dos miseráveis e dos desenraizados. As epidemias e as fomes (estas a preceder, aquelas a acompanhar os surtos) restabelecem o equilíbrio entre as bocas a alimentar e a dificuldade de abastecimento, entre a mão-de-obra e o emprego, e esses ajustamentos, de uma grande brutalidade, são a característica forte dos séculos do Ancien Régime. Se fosse preciso acertar o relógio do Ocidente, eu assinalaria um aumento prolongado da população de 1100 a 1350, outro de 1450 a 1650, mais um a partir de 1750. Este último já não iria conhecer regressão. Temos, portanto, três grandes períodos de expansão biológica, comparáveis entre si, sendo os dois primeiros, no centro do nosso estudo, seguidos de refluxo, com extrema brutalidade de 1350 a 1450. com severidade atenuada de 1650 a 1750 (mais desaceleração do que refluxo).”* Mais adiante, uma reflexão sobre os efeitos devastadores da crise geral do século XIV sobre os níveis populacionais, a medida mais inequívoca da destruição em larga escala das forças produtivas: *“Resultado: em 1450, a Europa contaria aproximadamente 55 milhões de habitantes. Então, se aceitarmos, como todos os historiadores, que a população do continente perdeu um quinto, pelo menos, dos seus efetivos com a peste negra e suas sequelas, o valor para 1300/1350 estabelecer-se-ia em 69 milhões. Não acho o número improvável. As devastações e misérias precoces do Leste europeu, o número espantoso de aldeias que irão desaparecer em toda a Europa por ocasião*

Mas a formação do mercado mundial, a elevação das forças produtivas das formas artesanais para a manufatura, o aumento na circulação das mercadorias e do dinheiro, vieram a encontrar na estrutura feudal, em seguida, um entrave que precisava ser deslocado, sob pena, de bloquear ou abortar a dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas: era necessário eliminar as fronteiras internas; garantir a livre circulação de mercadorias e força de trabalho; erradicar a beligerância endêmica da nobreza. Essas tarefas exigiam deslocar os privilégios sociais e políticos da aristocracia.

Depois de séculos de um processo desigual, que assumiu ritmos e formas muito diferentes em cada região da Europa, não foi mais possível adiar a necessidade de destruir o estado absolutista aonde ele

da crise de 1350-1450(...). Certos historiadores vêem no rápido restabelecimento que se verifica ao longo do século XVI (1451-1650) uma "recuperação" depois dos anteriores recuos. A crermos nos nossos números, teria havido compensação, depois superação. Tudo isso é evidentemente discutível.. Os historiadores que tenham paciência, eles que se obstinam em explicar os progressos demográficos do Ocidente pela queda da mortalidade urbana (que, aliás, se mantém muito elevada), pelo progresso da higiene e da rnedicina, pelo recuo da varíola, pela multiplicação da adução de água potável, pela queda decisiva da mortalidade infantil, somados a um abaixamento geral da taxa de mortalidade e a um avanço da idade matrimonial média, todos argumentos de enorme peso (...)". Por último, Braudel apresenta uma surpreendente hipótese sobre as relações das crises prolongadas e as mudanças climáticas, interpretação que resulta muito convincente, e ademais, um exemplo brilhante dos dois níveis, ou das duas esferas de análise que Marx propõe como forças motrizes do processo histórico, sendo que neste caso, a precariedade das forças produtivas materiais, a fragilidade humana diante da natureza, ilustra a discussão sobre a inversão da primazia, que sugerimos nesse estudo. Ou seja, em relação ao exemplo apresentado, a regressão generalizada do século XIV se explicaria em primeiro lugar pela fragilidade do nível das forças produtivas diante de uma catástrofe natural, o arrefecimento global, gerando uma crise generalizada de subprodução, e menos pelo bloqueio que as relações de produção feudais representavam. O próprio Braudel, neste mesmo trabalho, sugere que no século XVII, as condições de vida da maioria da população européia (considerando-se alimentação, vestuário, habitação), teria retrocedido para um nível inferior ao que as massas camponesas usufruíam no auge da idade média entre os séculos XI e XIII, o que nos oferece uma nova luz sobre as dores do parto de uma transição que exigiu uma acumulação capitalista primitiva: *"Hoje em dia, ela já não faz sorrir os eruditos: as alterações do clima. Das últimas investigações apuradas dos historiadores e meteorologistas ressaltam flutuações ininterruptas, tanto da temperatura como dos sistemas de pressão atmosférica ou de pluviosidade. essas variações afetam as árvrcres, os cursos de água, os gelos, o nível dos mares, o crescimenlo do arroz e do trigo, das oliveiras e da vinha, dos animais e dos homens. Ora, entre o século XV e o século XVIII, o mundo é ainda um campo imenso em que 80% ou 90% das pessoas vivem da terra e só da terra. O ritmo, a qualidade, a insuficiência das colheitas comandam toda a vida material. Daí resultam golpes bruscos, tanto no alburno das árvores como na carne das pessoas(...).Verificou-se também, no século XIV, o arrefecimento generalizado do hemisfério Norte, a progressão das geleiras, dos bancos de gelo, o agravamento dos invernos. A rota dos vikings para a América fica então cortada por perigosos gelos(...)."*(grifo nosso)(BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII, volume 1, As estruturas do Cotidiano*, Martins Fontes, São Paulo, 1997, p.21/34/36)

tinha sido historicamente mais poderoso, na França. *Quando se produz esse choque entre o impulso das forças produtivas, e as forças de inércia das relações sociais, a sociedade entrou em uma época revolucionária, ou seja, uma época em que as lutas de classes assumem o lugar de força de força motriz determinante, um período que pode se estender por uma longa duração, uma época de grandes convulsões e lutas, mais ou menos conscientes, no qual as classes ascendentes, lutam contra a velha ordem social, e as classes exploradoras que nelas se sustentam.*

Na história, existiram, no entanto, como sabemos, tanto *transições de tipo revolucionário, quanto transições de tipo catastrófico: as segundas foram, para o fundamental, quase uma regra, até a transição do feudalismo ao capitalismo na Europa.*¹⁵⁹

Mais raramente, ocorreram passagens de tipo reformista (transições negociadas ou controladas, em que predominam os acordos, as concessões mútuas, as acomodações de interesses, diante de um perigo maior), quase sempre, como uma consequência, de passagens revolucionárias prévias. Mas as transições revolucionárias exigiram, além da caducidade das relações sociais de produção (inerente a qualquer processo de transição histórica), *a emergência de um sujeito social.*¹⁶⁰

¹⁵⁹ Existiu na historiografia de influência marxista uma tendência abusiva a caracterizar como feudalismo outros modos de produção baseados na produção agrária extensiva e na coerção político-militar camponesa. O que foi realmente extraordinário, mas freqüentemente se esquece em relação ao feudalismo europeu, é que ele criou as condições para a única passagem revolucionária que favoreceu a revolução industrial. Como se sabe, o feudalismo foi um dos modos de produção que se caracterizou na história pela apropriação do sobreproduto social por métodos extra-econômicos. Mas não foi o único. Na verdade, todos os modos de produção pré-capitalistas se caracterizaram exatamente por isso. Logo, o que o diferenciou, essencialmente, mais do que apoiar-se na coerção camponesa, foram as formas específicas das relações sociais e políticas (a soberania parcelada, um complexo sistema de hierarquia de vassalagem, o sistema dos feudos) que permitiram a formação de uma classe média urbana de comerciantes e artesãos. Entre essas formas estaria, segundo Perry Anderson, as características peculiares da super-estrutura do Estado feudal. Pode-se conferir esse tema no capítulo das conclusões de **Linhagens do Estado Absolutista**, São Paulo, Brasiliense, 1995, Terceira Edição, p. 395.

¹⁶⁰ Sobre a questão da necessidade imperiosa de um sujeito social que assuma a tarefa histórico/destrutiva de transformar uma ordem econômica dominante (seja de signo revolucionário ou contra-revolucionário), vale a pena conferir o enfoque teórico original oferecido por Trotsky para esse problema numa outra circunstância histórica. A teoria da revolução permanente, principal contribuição sua após a derrota de 1905, tinha como postulado chave, na formulação original de **Balanco e perspectivas**, a perspectiva de que, existindo a maturidade de condições históricas, que se definiriam à escala internacional, estaria colocada a possibilidade de substitucionismo social, o que enterrava os

Assim, no Mediterrâneo, por exemplo, apesar da longa decadência do império romano, não ocorreu uma transição revolucionária impulsionada pelo protagonismo da massa de escravos. E o império veio finalmente a sucumbir sob a pressão das grandes migrações germânicas. O escravismo freou o desenvolvimento das forças produtivas, mas as relações

esquematismos predominantes no marxismo da Segunda Internacional, entre tarefas históricas e forças sociais, uma correspondência fixa do tipo, tarefas democráticas= sujeito social burguês=revolução burguesa. O mesmo critério substitucionista se aplicava tanto as forças sociais da revolução quanto da contra-revolução e, possivelmente por isso, Trotsky foi um dos analistas marxistas que se destacou pela ênfase que colocou no papel da mobilização contra-revolucionária da pequena burguesia para a compreensão do fascismo. Mais tarde, na polêmica epistolar com Preobrajensky em 27/28, sobre as relações entre tarefas e sujeitos sociais, à propósito das especificidades da revolução chinesa, depois do esmagamento do proletariado em Cantão em 1927, surge pela primeira vez a indagação que sugere que o proletariado poderia também, por sua vez, ser substituído como sujeito social pelos camponeses. Curiosamente, Trotsky, em geral muito aberto no terreno teórico, resiste à hipótese de Preobrajensky, como se poderá conferir no último capítulo desta tese (sobre esta polêmica epistolar, entre Trotsky e Preobrajensky, conferir a correspondência, em MANDEL, Ernest, org., **Trotsky, Teoria e Prática da Revolução Permanente**, Mexico, Siglo XXI, colección Biblioteca del Pensamiento Socialista, 1983, p.253.). O mesmo tema, ressurgiu, por um outro ângulo, no final dos anos 30, quando a questão teórica chave, era a avaliação da natureza histórico-social da URSS depois do grotesco horror dos processos de Moscou. E a questão mais decisiva ainda do ponto de vista político, de qual seria o seu futuro mais provável: que classes e setores de classe seriam os agentes da revolução e da contra-revolução numa formação social como a russa? Poderia a burocracia ser um sujeito social aliado dos trabalhadores resistindo a um processo de restauração capitalista? Ou, sob a pressão avassaladora do mercado mundial, a casta burocrática buscaria a sua assimilação como camada burguesa associada? Ainda que construísse os seus prognósticos em torno do conceito de acidente histórico, por insistir na definição do estalinismo como um fenômeno sem perenidade, Trotsky não descartava a possibilidade de que estivesse errado, e reconhecia, como exercício teórico, a possibilidade de uma maior longevidade das sociedades burocráticas. Esta seria, recordemos, a tese da sociedade totalitária, em que o congelamento das relações sociais imposto pela repressão, impediria e bloquearia qualquer fator de impulso interno, dependendo a sua ruína de um choque externo, tese que, finalmente, o curso dos acontecimentos na URSS desde 1985, com Gorbachov, se encarregou de desmentir. Vejamos o que dizia Trotsky sobre o tema: *“Se inversamente, um partido burguês derrubasse a casta soviética dirigente encontraria não poucos servidores entre os burocratas de hoje, os técnicos, os diretores os secretários do partido, os dirigentes em geral. Uma depuração dos serviços do Estado impor-se-ia igualmente neste caso; mas a restauração burguesa teria com certeza de afastar menos gente do que um partido revolucionário. O principal objetivo do novo poder seria restabelecer a propriedade privada dos meios de produção. Deveria, antes de mais, dar aos kolkhoses depauperados a possibilidade de formar lavradores abastados e transformar os kolkhoses ricos em cooperativas de produção do tipo burguês ou em sociedades por ações. Na indústria a desnacionalização começaria pelas empresas da indústria ligeira e da alimentação(..) Embora a burocracia soviética tivesse feito muito pela restauração burguesa, o novo regime seria obrigado a cumprir no terreno da propriedade e do modo de gestão, não uma reforma mas uma verdadeira revolução. Admitamos contudo que nem o partido revolucionário nem o partido contra-revolucionário se apoderavam do poder e que é a burocracia que se mantém à frente do poder. A evolução das relações. sociais não cessa. Não se poderá pensar evidentemente. que a burocracia abdicará em favor da igualdade socialista. Como se sabe. apesar dos graves inconvenientes desta operação, ela restabeleceu as patentes e as condecorações; será pois inevitavelmente necessário que procure apoio nas relações de propriedade Objeta-se-á provavelmente que pouco importará ao grande funcionário as formas de propriedade de onde tira os seus rendimentos. Mas isto é ignorar a instabilidade dos direitos do burocrata e o problema da sua descendência. O culto recente da família soviética não caiu do céu. Os privilégios que não se podem legar aos descendentes perdem metade do seu valor. Ora o direito de legar é inseparável do direito de propriedade.. Não basta ser diretor de truste, é necessário ser acionista.”*(grifo nosso) (TROTSKY, Leon, **A revolução Traída**, São Paulo, Global, 1980, p.175)

sociais não foram revolucionadas, porque inexistia uma classe capaz de assumir social e politicamente um projeto superior à organização econômica do mundo antigo.¹⁶¹ E, por séculos, as forças produtivas decaíram, estagnaram, retrocederam, ou seja, a sociedade, de conjunto, regrediu, para somente sob as ruínas do desmoronamento da velha civilização, e após um longo intervalo de barbárie, poder encontrar um caminho de progresso social.

Esses eram, portanto, para Marx, os fatores que, com regularidade histórica, definiam a abertura de uma época revolucionária: *a maturidade das forças produtivas*, para uma reorganização da vida econômico-social, impulsionada por relações de produção superiores, e *a existência de um sujeito social explorado que tenha interesses incompatíveis com a preservação da ordem*.

O critério fica ainda mais claro, quando adiante Marx e Engels, apresentando o raciocínio extremado até o limite, desenvolvem a premissa, de que, até mesmo, somente a existência de idéias revolucionárias, já indicaria a maturidade do sujeito social (não, necessariamente, do sujeito político):

“A existência de idéias revolucionárias em uma época determinada pressupõe já a existência de uma classe revolucionária; dissemos anteriormente tudo o que era necessário referir acerca das condições prévias de uma tal situação”.¹⁶²(grifo nosso)

¹⁶¹ Entre os processos mais inverossímeis da história se destaca o efêmero reino dos Vândalos em Cartago. Depois de vagarem pelo sul da Europa durante alguns anos dedicados ao saque e à rapina, como outras tribos germânicas, os Vândalos cruzaram o estreito de Gibraltar e fixaram-se no norte de África onde impuseram o seu domínio feroz, escravizando impiedosamente os conquistados. Foram processos como esse, que levaram a maioria dos historiadores marxistas a considerarem que as revoltas de escravos não eram portadoras de qualquer projeto de reorganização da produção econômico-social que fosse muito diferente dos limites históricos do escravismo no Mediterrâneo. O tema das grandes transições históricas, como se sabe, sempre atraiu a atenção dos historiadores marxistas. Na sua maioria concentraram o seu foco de pesquisa na passagem do feudalismo ao capitalismo, mas alguns se interessaram, também, com a mesma paixão, pelo colapso do mundo antigo. Buscavam compreender as condições objetivas desses momentos únicos da história que são as mudanças dos modos de produção. Entre os inúmeros estudos sobre a questão, merecem destaque os dois trabalhos de Perry Anderson, *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* e *Linhagens do Estado Absolutista*, pela original articulação das análises das lutas de classes com as outras causalidades, aplicando a esses períodos os recursos de uma compreensão da história como um desenvolvimento desigual e combinado.

¹⁶². MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Porto, Presença, 1974. p. 57

Por último: sobre as “condições prévias”, seria interessante observar que um dos elementos constitutivos do materialismo histórico seria a compreensão, já madura na **Ideologia Alemã** e amplamente desenvolvida no **Prefácio** e no **Capital**, de que, no desenvolvimento do processo histórico, a humanidade não se coloca problemas cujas respostas não estejam, ainda que de forma parcial, contidas no seu corpo social, ou seja: a refração subjetiva, como consciência política (ação, organização e direção), isto é, como idéias objetivadas em força material, tende a ser *historicamente atrasada* (em maior ou menor medida), em relação à maturidade objetiva das contradições econômico-materiais.¹⁶³

¹⁶³. Entramos aqui em um terreno delicado e minado da discussão sobre o conceito de ideologia em Marx, ao qual seremos obrigados a voltar adiante. Talvez o melhor caminho seja tentar colocar o foco em uma perspectiva histórica. A segunda geração marxista desconhecia a **Ideologia Alemã**, que permaneceu inédito até 1920: assim Plekanov, Lênin, Trotsky, Gramsci, entre outros, não conheciam, pelo menos nas suas obras iniciais, o sentido mais crítico que Marx atribuía ao conceito. Generalizaram-se então duas apreciações aparentadas que podemos resumir como: (a) ideologia como a totalidade das formas de consciência social, que voltou a estar muito em voga hoje, com a chamada crise dos paradigmas, inclusive a crítica à racionalidade e às excessivas pretensões do método científico (b) ideologia como as idéias filosófico-histórico-políticas que expressam a visão do mundo e os interesses de uma classe social. Bernstein parece ter sido o primeiro a caracterizar o próprio marxismo como ideologia (isto é, como uma expressão da visão do proletariado, e ainda assim uma tentativa de apreensão parcial, com resíduos idealistas-hegelianos) sem que essa crítica tivesse tido a ressonância de uma “boutade”, porque, pelo menos por isso, foi poupado, o que indicaria que seus interlocutores, Kautsky, Rosa e Plekanov, por exemplo, não consideraram esta questão um escândalo: afinal no famoso **Prefácio**, o próprio Marx se refere “às formas jurídicas, político, filosóficas, em suma, formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o solucionam pela luta”, o que autorisaria o uso do conceito despidido de uma coloração mais crítica, ou restrita e negativa. Numa direção exatamente oposta a essa, também foi comum a utilização do conceito como expressão de falsa consciência, muito freqüente nas décadas de maior influência do estruturalismo de Althusser: na verdade, uma leitura mais próxima ao sentido, ou aos vários sentidos, com que o conceito parece ter sido utilizado por Marx. Mas, também, imprecisa e, talvez até incorreta, porque permitiria a confusão de ideologia com qualquer tipo de erro, o que não era o sentido do conceito para Marx. Nas obras de juventude o conceito de ideologia parece se restringir à qualificação dos elos entre consciência e existência. Resume a análise das relações invertidas entre essas duas esferas ou dimensões: elas expressariam tanto uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais, quanto a própria distorção da realidade busca compensações no mundo do pensamento, seja ele religioso ou laico. Assim, a ideologia tanto oculta como explica, tanto mascara quanto revela, porque ela nasce de uma dupla inversão, na realidade e no pensamento, que tenta explicar a realidade. Esta idéia da dupla inversão continuou a ser usada por Marx quando analisa nos Grundrisse as formas fenomenológicas do Capital, as aparências do seu movimento, e insiste na crítica do mercado como uma forma de regulação transitória e efêmera, anterior ao capitalismo, porém também histórica. Assim, também, por exemplo a religião, é definida metaforicamente como o ópio do povo, como a moral em um mundo imoral, como o sentimento em um mundo sem sentimentos: o que contem os elementos da dupla inversão. Mas na Ideologia Alemã, a definição de ideologia era mais elaborada e ao mesmo tempo, mais restrita: as ideologias seriam a expressão do atraso histórico material, encoberto pelos antagonismos sociais, e os

Sobre este atraso, vale notar que seria irrelevante na definição de época, mas decisivo na de situação. *A crise se antecipa necessariamente à formação de uma consciência da crise.* Mais interessante, contudo, é observar que esses atrasos, essas defasagens, que governam o passado histórico vêm se abreviando.¹⁶⁴

Como já vimos, desde meados dos anos 40 do século passado, Marx tinha chegado à conclusão de que a abertura de uma época

homens sendo incapazes de encontrar uma solução para essas contradições na prática histórica, tenderiam a buscar compensações teóricas, que ocultavam e disfarçavam as contradições da realidade, e nesse sentido, ajudariam a preservá-las. A definição é portanto negativa e restrita: negativa porque compreende a ideologia como um ocultamento da realidade, uma distorsão das contradições sociais, uma representação parcial, mas que se pretende universal, e tem a pretensão de apreender a totalidade para sempre; restrita porque Marx não está identificando ideologia com todo tipo de erro. As relações entre idéias ideológicas e não ideológicas não se confundem portanto com a relação epistemológica entre erro e verdade. A seguir um extrato de uma carta de Engels a Mehring, sobre o tema das ideologias, que parece interessante porque contem elementos auto-críticos: *“Principalmente, todos nós atribuímos e tivemos de atribuir o máximo da importância à dedução das concepções políticas, jurídicas e outras concepções ideológicas, bem como aos actos que delas derivam, a partir dos factos económicos fundamentais. Ao fazermos isso, descurámos o lado formal em troca do conteúdo – a maneira como surgem essas concepções, etc.(...). A ideologia é um processo que o presumível pensador segue, sem dúvida conscientemente, mas com uma consciência falsa. As verdadeiras forças motrizes que o impelem são-lhe desconhecidas, pois, se assim não fosse, não se trataria de um processo ideológico. Por isso, é levado a imaginar para si próprio forças motrizes falsas ou aparentes. Como se trata de um processo intelectual, deduz-lhe o conteúdo, bem como a forma, do pensamento puro, quer do próprio pensamento, quer do dos seus predecessores. Trabalha exclusivamente com materiais de ordem intelectual(....) O ideólogo histórico (histórico deve ser tomado aqui em um sentido colectivo, por político, jurídico, filosófico, teológico, em resumo, por todos os domínios que pertencem à sociedade e não apenas à natureza) – o ideólogo histórico, dizíamos, encontra em cada domínio científico uma matéria que se formou de maneira independente no pensamento das gerações anteriores e que passou, no cérebro dessas gerações sucessivas, pela sua própria série independente de desenvolvimentos.(...) É esta aparência de história, independente das constituições de Estado, dos sistemas jurídicos, das concepções ideológicas em cada campo particular que, mais do que qualquer outra coisa, cega a maioria das pessoas. Quando Lutero e Calvino “ultrapassam” a religião católica oficial, quando Hegel “ultrapassa” Fichte e Kant e quando Rousseau “ultrapassa” indirectamente, com o seu Contrato Social republicano, Montesquieu, o constitucional, esses acontecimentos permanecem no interior da teologia, da filosofia, da ciência política, constituem fases na história desses sectores do pensamento e deles não saem. E, desde que a ilusão burguesa da perpetuidade e da perfeição absoluta da produção capitalista se veio juntar a isso, a vitória dos fisiocratas e de A. Smith sobre os mercenúlistas passa, ela própria, é bom de ver, por uma simples vitória da ideia, não como o reflexo intelectual de factos económicos modificados, mas como a compreensão exacta, e por fim adquirida, de condições reais existiram em todos os tempos e em todos os locais. Se Ricardo Coração de Leão e Filipe Augusto tivessem instaurado o liberalismo económico, em vez de se dedicarem às Cruzadas, ter-nos-iam poupado quinhentos anos de miséria e de ignorância.”*(ENGELS, Friedrich. “Carta a Mehring de 14 de julho de 1893” In MARX-ENGELS. **Sobre a literatura e a arte.** Lisboa, Estampa, 1974. [Coleção teoria7] p.45).

¹⁶⁴ . Hobsbawm é uma referência sobre a capacidade das classes dominantes, nos últimos cem anos, de se antecipar, preventivamente, prioritariamente através de concessões, à emergência de crises sociais sérias, definindo um novo papel regulador ao Estado, e construindo uma complexa institucionalidade, mesmo na esfera internacional. É o tema da Parte II, “A era de ouro”, em **A era dos extremos.**

de revolução social, um período de transição histórica, resultava de uma contradição entre as relações sociais dominantes, e a impossibilidade das forças produtivas materiais, contidas no seu interior, continuarem a desenvolver sua tendência ao crescimento.

Neste momento de construção da teoria, todavia, o conceito de época revolucionária, se refere, tanto à esfera da longa duração e, portanto, da transição histórica, à escala do mercado mundial constituído, como à esfera da curta duração e, portanto, da precipitação de uma onda de crises revolucionárias nos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental. No **Manifesto**, não pareceria existir uma diferenciação conceitual. Muito possivelmente, Marx e Engels pensavam, ainda nas vésperas de 48, que a hipótese mais provável, seria que a aceleração dos tempos históricos que o colossal crescimento das forças produtivas tinha conhecido, sob o impulso da revolução industrial, e a acelerada formação do proletariado moderno (as premissas objetivas assinaladas na **Ideologia Alemã**), abreviassem o intervalo histórico da transição pós-capitalista. Após as derrotas de 1848, pareceria existir uma reavaliação teórico-política dos tempos, prazos e perspectivas.¹⁶⁵

Entretanto, sobre a primeira premissa, uma tendência “permanente” ao crescimento das forças produtivas, que seria uma das leis históricas reveladas por Marx, existe uma interessante discussão teórico-histórica que merece a nossa atenção. Vejamos como é apresentada, por Hobsbawm, no ensaio **Marx e a História**:

¹⁶⁵. A teoria da revolução em Marx e Engels, às vésperas de 1848, ainda estava inspirada na dinâmica interna revelada pela revolução francesa entre 1789/93, ou seja, as novas complexidades do processo de transição pós capitalista, em particular, a originalidade da condição do sujeito social não tinha se colocado ainda. Sobre este tema, Marx em 48, o interessante trabalho de Henri Lefebvre, **Para compreender o pensamento de Karl Marx**, comenta quando os ventos da revolução já se faziam sentir: “Foi a bela época da sua vida, a época feliz. Era (ou julgava ser) dono do seu pensamento e da sua doutrina. Os primeiros sintomas do movimento revolucionário tornavam-se visíveis ao seu olhar atento. Marx, segundo parece, julgava ainda possível passar sem interrupção da revolução democrática europeia ao socialismo e ao comunismo, por uma “revolução permanente”. Abriam-se perspectivas sem limites. Tinha então 30 anos e encontrava-se em pleno vigor da juventude, do genio, do amor feliz”. (grifo nosso)(LEFEBVRE, Henri. **Para Compreender o Pensamento de Karl Marx**. Trad. Laurentino Capela. Lisboa. Edições 70. 1981).

“há uma tendência evolutiva inevitável das forças produtivas materiais da sociedade que, dessa forma entram em contradição com as relações produtivas existentes e suas expressões superestruturais relativamente inflexíveis, que, então, precisam recuar” ¹⁶⁶(grifo nosso)

Hobsbawn desenvolve aqui, a interessante idéia da “lei da tendência intrínseca” como um dos movimentos mais gerais e estruturais, das forças motrizes que impulsionam a história. A operação desta tendência, é uma das mais importantes conclusões de Marx, de fato, mas se presta a perigosas interpretações. O processo de impulso das forças produtivas, como sabemos, é muito desigual: *períodos de rápida aceleração são sucedidos por fases de estagnação prolongada*. Diferentes modos de produção, estimularam ou bloquearam, de maneira diferente, e muito desigual, o impulso evolutivo das forças produtivas.¹⁶⁷

¹⁶⁶ . HOBBSAWN, Eric. “Marx e História” in **Sobre a história: ensaios**. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 177.

¹⁶⁷ Existe uma discussão teórica muito interessante, sobre o tema do progresso, indissociável por sua vez, da polêmica sobre a tendência “intrínseca”. *O principal impulso para o desenvolvimento das forças produtivas, é a luta da humanidade pela satisfação de suas necessidades. A ampliação das necessidades, é o próprio conteúdo do progresso e a substância da história*. O impulso de crescimento das forças produtivas foi, contudo, não só desigual ao longo da história, mas se manifestou em proporções muito diferentes. Em algumas civilizações, foi mais intensamente procurado, e em outras bloqueado. Porque assim como opera a tendência à ampliação e complexificação das necessidades materiais e culturais, manifestam-se, também, contra-tendências de inércia política e social, os mais variados fatores culturais, religiosos e ideológicos, que podem impedir a expansão do progresso. As leis históricas não operam, como já insistimos, como as leis que governam o processo da mudança na natureza: a necessidade não se enfrenta somente com a multidão de acasos e fortuitos, mas é, freqüentemente, neutralizada, pela incidência da vontade humana. Esse aspecto não pode ser negligenciado, mesmo na esfera das forças produtivas. A questão chave e fundamental, é que *os graus de necessidade não são sempre os mesmos*: as causalidades que as leis equacionam e sistematizam, devem ser consideradas à luz de condicionamentos com intensidades variáveis. As leis operam, assim, em níveis diferentes de generalização, e expressam relações necessárias, materialmente condicionadas, mas em escalas, que, também, são variáveis, introduzindo as margens de incerteza, que acabam por decidir os destinos humanos. Sobre este tema da teoria das necessidades em Marx, vale a pena conferir um fragmento, de um ensaio de Henrique Carneiro, sobre as questões das drogas na história: **“A busca da satisfação das necessidades é o que leva à produção dos meios para satisfazê-las, criando o que Marx designa como “primeiro ato histórico”. Primeiro é preciso viver, ou seja, “comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais”, mas logo em seguida, acrescenta Marx, “satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico”, e “as necessidades ampliadas engendram novas relações sociais e o acréscimo de população engendra novas necessidades”**Em *O Capital*, se discute a questão dos produtos das necessidades se impõem pelo “hábito” e não somente por uma suposta “necessidade fisiológica” e o exemplo apresentado é exatamente o de uma droga, o tabaco: **“Meios de consumo que entram no consumo da classe trabalhadora e – à medida que são meios de subsistência necessários, embora muitas vezes diferentes em qualidade e valor dos consumidos pelos trabalhadores – constituem também parte do consumo da**

Seria mesmo necessário identificar o problema da “exceção” de civilizações (em particular orientais, como a Índia e, mais complexo, a China) onde ela pareceria quase não se manifestar, pela permanência de longos períodos seculares de estagnação e inércia.¹⁶⁸ Mas a

*classe capitalista. Podemos colocar todo esse subdepartamento, para nosso propósito, sob a rubrica: meios de consumo necessários, sendo totalmente indiferente, nesse caso, que determinado produto, o fumo, por exemplo, seja ou não, do ponto de vista fisiológico, um meio de consumo necessário; basta que habitualmente o seja.” Em outras passagens de O Capital, Marx usará propositadamente uma seleção arbitrária de exemplos de mercadorias (como é o caso do “linho, Bíblias ou aguardente”, do capítulo III, do Livro I), que representam a satisfação de necessidades, cuja natureza, sendo originária do “estômago ou da fantasia” não “altera nada na coisa”, repetindo, em uma nota de rodapé, uma frase de Nicholas Barbon: “Desejo inclui necessidade, é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo (...) a maioria (das coisas) tem seu valor derivado da satisfação das necessidades do espírito”. Na Crítica ao Programa de Gotha, Marx definia o comunismo como a sociedade na qual o trabalho social se praticaria “de cada um segundo suas capacidades”, e o produto social se distribuiria “a cada um de acordo com as suas necessidades”. Antes dessa etapa superior, haveria, no entanto, uma fase transitória, na qual de cada um se exigiria o trabalho “segundo suas capacidades”, e a cada um se remuneraria “segundo o seu trabalho”. As condições de uma sociedade livre, em Marx, só se vislumbram a partir do momento em que o “reino da necessidade” é superado, ou seja, quando cessa o trabalho determinado pelas necessidades. **A partir deste momento, o trabalho não será mais a alienação compulsória imposta pela necessidade, mas uma forma de livre exercício da criatividade humana, quando a indústria, a arte e a ciência se unirem em uma atividade livre, quando o trabalho se converterá de “meio de vida”, em “principal necessidade da vida”, como escreveu Marx, na Crítica ao Programa de Gotha, em 1875.**”(grifo nosso) (CARNEIRO, Henrique, **A regulamentação histórica da necessidade das drogas**, Maio de 1999, manuscrito)*

¹⁶⁸ Na verdade, a questão oriental é mais complexa. Braudel sustenta em **Civilização material, Economia e Capitalismo**, que uma comparação entre a China e a Europa nos séculos XIII ou XIV, dificilmente teria permitido prever, de forma inquestionável, a superioridade e maior dinâmica do Ocidente sobre o Oriente, senão o contrário (os fluxos, invariavelmente desfavoráveis, de metais preciosos do Ocidente para o Oriente, uma sangria, verdadeiramente hemorrágica, durante séculos, seriam uma das evidências do maior desenvolvimento das civilizações orientais, assim como a espantosa diferença de expansão demográfica). Aparentemente, a conquista dos oceanos, e em função deste domínio, o papel hegemônico das potências européias no mercado mundial, teria, a partir daí, decidido a crescente desigualdade, e, finalmente, a posterior colonização do Oriente. Por quê a China teria abandonado as rotas comerciais que explorava em Malaca, na Índia até Ormuz e o Golfo Pérsico, garantindo para os seus juncos um intenso tráfico comercial? Por quê teria renunciado às prometedoras perspectivas comerciais com o Islã e a Índia? Segundo Braudel, o encerramento da China sobre si mesma nos séculos seguintes, se explica pela necessidade prioritária de defesa das suas fronteiras no norte contra as vagas de invasão, um flagelo milenar que oprimiu o Império do Meio, de forma crônica, e levou à construção, da maior obra de defesa da história pré-capitalista, a Grande Muralha. A prioridade defensiva do Império, a preservação da unidade territorial, teria inibido as tendências comerciais que se ampliavam com a prosperidade das rotas comerciais com o Islã e com a Índia, e bloqueado uma possibilidade evolutiva distinta. A aposta na segurança teria interiorizado o Império, e a unidade estatal, ao contrário da Europa, pulverizada em inúmeros Estados, com impulso e processos diferentes, teria sido um fator de bloqueio ao desenvolvimento da expansão comercial e a disputa do controle dos oceanos. Polêmica, mas muito sugestiva, esta hipótese, nos permite analisar, por todo um ângulo diferente, a desigualdade espantosa do desenvolvimento entre Ocidente e Oriente nos últimos quinhentos anos. A principal conclusão de Braudel, de natureza política, a permanência da unidade política estatal na China, destruída na Europa, com o desmoronamento do Império Romano, teria sido

questão central, poderia ser explicitada talvez de outra forma: antes da constituição de um mercado mundial, *a tendência ao desenvolvimento desigual, teria tal predominância ou primazia*, que a humanidade, em seus diferentes polos civilizatórios, teria convivido, durante milênios, com processos de estagnação das forças produtivas, e mesmo com recorrentes períodos de degeneração prolongada ou até crônicas regressões.

Mas este tortuoso, multifacetado, irregular, e, sobretudo, desigual processo de desenvolvimento histórico, *não anula a conclusão*, de que na longa duração, o desenvolvimento das forças produtivas, *tem na ciência e na tecnologia, o mais importante fator de impulso histórico*. Mas, este impulso, nunca foi, e *não é, ainda hoje, exterior ao processo da luta de classes*: a usura, a ganância e a cobiça, ou seja, tudo aquilo que faz a vulgaridade e a mesquinhez do capitalismo, definem o “espírito” de uma época, e são parte inseparável das suas convulsões internas e dos seus limites.¹⁶⁹

o obstáculo para uma dinâmica de expansão comercial pelo Índico, que teria permitido uma disputa de hegemonia pelo mercado mundial em formação.

¹⁶⁹ Vejamos melhor, o que se pode explorar, teóricamente, desta relação entre a tendência ao desenvolvimento das forças produtivas, e a psicologia social das classes em luta. É muito conhecido, o exemplo histórico do Império Romano, que, embora tivesse disponível, um imenso volume de conhecimentos, em função da abundância de mão de obra escrava disponível, desprezou boa parte das aplicações tecnológicas, que representariam um importante aumento de produtividade. Ou seja, existem na história, contra-fatores (sociais e políticos), que podem anular a tendência ao crescimento das forças produtivas, e por isso, este impulso de progresso não é linear, ou melhor, é muito irregular. Consideremos, por exemplo, o que pode parecer supérfluo e indeterminado, mas é na verdade essencial: que os graus de liberdade, exercidos pela vontade humana, vêm se alterando, com a crescente importância da política. Só essa nova centralidade da política, é que nos permite explicar, que *por certos períodos, ainda que historicamente efêmeros, mas que podem ser politicamente decisivos, as classes, não somente os indivíduos, mas as classes, podem agir contra o que seriam, os seus interesses mais imediatos*. Entre os seus interesses imediatos e os seus interesses mais estratégicos, as classes sociais em luta, enfrentam dilemas dramaticamente difíceis, e hesitam, e nem sempre encontram um solução simples e uma escolha fácil. Por isso, as mediações subjetivas, são tão importantes e tão complexas. Não é incomum, todavia, que análises históricas, se esqueçam do ABC do marxismo, que explica, que, em última análise, é porque agem, na maioria das circunstâncias, apesar dos seus interesses, ou até, contra os seus interesses, que as classes subalternas suportam, ou toleram, as condições brutais de exploração a que estão submetidas, sem se rebelar, ou adiando a rebelião. Não o fazem, é claro, somente porque ignorem quais são os seus interesses, mas, como sabemos, porque duvidam de suas próprias forças. E, no entanto, uma das definições mais simples de uma situação revolucionária, é que ela se abre, quando a maioria dominada começa a fazer a transição de uma situação de “classes em si”, para “classe para si”. *Mais complexo, porém, tão fascinante, é o fenômeno inverso. Inúmeros exemplos poderiam ser lembrados, de classes dominantes, que pelas mais diferentes razões, agiram contra os seus interesses, enquanto classe*. É verdade que, em geral, isso ocorre quando, por conservadorismo e obtusidade, se recusam a aceitar as mais elementares e circunstanciais

Este pareceria ser o ângulo de observação de Marx. E dele decorreria uma primeira classificação: as transições históricas pré-capitalistas, antiguidade clássica e pré-clássica, teriam sido predominantemente de *tipo catastrófico*, ou “inconscientes” (aquelas em que os fatores exógenos prevalecem, choques de civilizações, “volkerwanderung”, migrações de povos, invasões) em oposição às transições de *tipo revolucionárias*, ou transições “conscientes” (aquelas que têm como fator de impulso as lutas de classes, um sujeito social com um projeto de sociedade, portanto, os fatores endógenos) .¹⁷⁰

Essa “tendência intrínseca” e a “relativa inflexibilidade” das relações sociais e suas expressões superestruturais seria, portanto, a

mudanças, que a realidade impõe, e insistem em preservar direitos e privilégios que se tornaram obsoletos e intoleráveis (nobreza francesa e regime absolutista no final do XVIII, aristocracia russa e czarismo no início do XX, são os dois mais célebres casos). Há também muitas situações híbridas, pela terrível incerteza das opções, como o exemplo da revolta da pequena nobreza em Portugal diante da revolução de 1383, quando a maioria da aristocracia defendia a adesão à reivindicação de Castela pelo trono, a solução medieval mais favorável, e a rebelião do Mestre de Avis, tendo ao seu lado o Condestável Nuno Alvarez Pereira, e o apoio da burguesia mercadora de Lisboa, permitiu a defesa da independência. Finalmente, o signo pode ser oposto também: o desajuste e não correspondência entre ação e interesse de classe, não pela cegueira reacionária diante da transformação, mas por antecipação. Esse seria o exemplo das classes burguesas na Europa que aceitaram, sob a pressão, é justo recordar, de um poderoso e orgulhoso movimento operário nos pós-guerra, os fundos sociais, e as respectivas políticas fiscais extremamente severas, especialmente na Escandinávia, que explicam o pacto social “fordista”. Esse impressionante fenômeno histórico, que já foi esgrimido contra o marxismo, acusado de vulgarização mecanicista, como uma demonstração de que uma explicação materialista da História seria insuficiente, é, no entanto, mais comum do que geralmente se pensa. A tendência “intrínseca” ao desenvolvimento das forças produtivas, deve ser considerada à luz deste enfoque, com muitas mediações: ela também pode ser contrarrestada por inúmeros fatores.

¹⁷⁰.Um exemplo interessante, de como Marx estava atento às não linearidades do processo histórico, encontramos nesta passagem sobre as regressões históricas. O tema merece atenção, em uma situação como a que vivemos, em que processos de regressão se estendem em insólita velocidade, gerando na América Latina uma recolonização que tem sido descrita pelo jornalismo mais crítico, como as “décadas perdidas”. A generalização do uso deste conceito de décadas perdidas, possivelmente importado da historiografia argentina, que cunhou a imagem, ao referir-se aos anos 30 no seu país, agora estendeu-se, alegremente, para uma polêmica, interessante, porém, pouco rigorosa, sobre os “séculos perdidos” em algumas releituras da História do Brasil, a propósito da efeméride dos quinhentos anos. Mas, o que poderia ter sido e não foi, irresistível provocação que nos sugere a discussão, não deve ser confundido com regressão. Para conferir Marx, vejamos este fragmento: “**O exemplo dos Fenícios mostra-nos até que ponto, as forças produtivas desenvolvidas mesmo com um comércio relativamente pouco vasto, são susceptíveis de uma destruição total, pois as suas invenções desapareceram na sua maior parte, pelo fato de a nação ser eliminada do comércio e conquistada por Alexandre, o que provocou a sua decadência... a duração das forças produtivas adquiridas só é assegurada quando o comércio adquire uma extensão mundial que tem por base a grande indústria e quando todas as nações são arrastadas para a luta da concorrência**”. (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Porto, Presença, 1974. p 66)

chave de compreensão da abertura de uma época revolucionária. Os fatores que a determinam seriam *objetivos*: o estágio das forças produtivas e a *maturidade histórica* de um sujeito social interessado em revolucionar as relações de produção. Se o sujeito social está ou não consciente de quais são os seus interesses, se tem ou não confiança em suas próprias forças, se foi capaz ou não de se organizar, para lutar por um programa que traduz a sua visão de como a sociedade deve ser transformada, ou seja, se o sujeito social está *politicamente maduro* para o desafio subjetivo do projeto revolucionário, em uma palavra, os fatores históricos *subjetivos*, seria, nesta escala de temporalidades ou neste nível de abstração, *irrelevante* para a definição da *natureza da época*.

Mas, na mesma medida, os fatores subjetivos, seriam crescentemente decisivos e determinantes na escala das situações e conjunturas, ou, em outras palavras, na medida em que análise se desloca tanto para um cenário geograficamente mais definido (as medidas dos continentes ou sub-continentes, ou ainda dos países ou até das grandes metrópoles); quanto para prazos mais delimitados (a escala das décadas, ou mesmo dos anos, e meses). Em outras palavras, a definição de época revolucionária foi feita por Marx em uma *escala histórica de longa duração*, porque se apoiava no exemplo histórico da transição secular do feudalismo ao capitalismo.¹⁷¹

¹⁷¹Esta interpretação permite, talvez, algumas confusões e retoma uma polêmica. A definição de uma época revolucionária a partir de critérios objetivos, ou seja estritamente econômico-sociais, abre talvez o flanco para uma crítica ao que seria o objetivismo de quem escreve, o que neste caso, me parece, poderia ser um mal-entendido perigoso. Nada mais longe do argumento desta pesquisa do que uma acusação à forma como Marx trabalhou o conceito de necessidade histórica. Talvez a crítica fosse mais certa, se fosse a simétrica. Algumas explicações no entanto se impõem: tornou-se comum uma crítica ao marxismo, reduzido a mais uma concepção teleológica-finalista da História, (a certeza da inevitabilidade do socialismo) pela sua defesa, de fato incontornável, da operação, dentro de certos limites e sempre considerando as determinações como tendências, da necessidade histórica na forma de leis que poderiam ser enunciadas e verificadas. Este argumento é esgrimido em especial por ex-marxistas, mas não só. O enunciado entretanto é muito frágil para uma conclusão tão pretenciosa quanto pernicioso: enterrar os fundamentos científicos da teoria de Marx. Não é preciso dizer que os termos da questão são muito mais complexos, e que uma simples e “naïf” apresentação da incerteza ou do acaso como fatores históricos, não eram nem ignorados, nem desprezados por Marx. Ou ainda constatar que os elevadíssimos graus de indeterminação que fazem da História um processo sempre em aberto, sempre foram considerados pelo marxismo clássico. O acaso e as enormes margens de incerteza definem as formas, as medidas, os ritmos, as cores do processo histórico, aceleram ou abreviam tendências, atrofiam ou ampliam possibilidades, bloqueiam ou liberam forças, enfim mediam todos os processos, mas não neutralizam, ou melhor não eliminam a operação dos fatores de necessidade. O

Na perspectiva da história, resulta relativamente incontroverso, por exemplo, que a partir do século XIV (ou talvez mesmo desde o século XIII), a preservação das relações sociais feudais, constituíram um fator de bloqueio para as forças produtivas: a perpetuação das obrigações feudais (e sua extensão e/ou restauração na Europa oriental, com mais razão), e sobretudo o custo histórico do controle do Estado, por alguns

que, portanto, Marx se esforçou em demonstrar, é que todas as formações sociais foram historicamente transitórias, e que portanto também o capitalismo estaria necessariamente condenado à crise, e nesse sentido, a precipitação recorrente de situações e crises revolucionárias seria inevitável, o que é muito diferente, da conclusão peremptória de que o socialismo seria inelutável, um fatalismo tão inocente quanto estéril, porque inibidor do papel decisivo dos sujeitos sociais e dos sujeitos políticos, em medidas e proporções que por sua vez são diferentes, embora indivisíveis, como protagonistas de um projeto revolucionário. O que se busca assim esclarecer nesta pesquisa é que a abertura de uma época revolucionária independe do grau de influência maior ou menor que as idéias revolucionárias tenham conquistado. Este procedimento seria impróprio, se o foco de análise fosse outro, por exemplo, não se poderia desconhecer o lugar insubstituível dos fatores subjetivos, ao buscar identificar uma situação e, com mais razão, uma crise revolucionária. A confusão destas temporalidades, muito freqüente, é justamente o que define a necessidade, ou a ambição deste trabalho. Em conclusão: o equilíbrio, ou a tensão permanente, entre necessidade e vontade, atravessa toda a obra de Marx. O que não o impediu de se alinhar com a tradição voluntarista que caracterizou sempre a escolha revolucionária. Nada mais alheio às suas inclinações e estranho às suas convicções do que o fatalismo. Ao contrário, a defesa da revolução é a defesa das virtudes da aceleração histórica que a primazia das lutas de classes permite e potencializa. A seguir um extrato de Bensaïd que parece definitivo: ***“Une révolution « juste à temps », sans risques ni surprises, serait un événement sans événement, une sorte de révolution sans révolution. Actualisant un possible la révolution est par essence intempestive et, dans une certaine mesure, toujours prématurée ». Une imprudence créatrice. Si l'humanité ne se pose que les problèmes qu'elle peut résoudre, tout ne devrait-il pas advenir à son heure? Si une formation sociale ne disparaît jamais avant que ne soient développées toutes les forces productives qu'elle est capable de contenir, pourquoi forcer le destin et à quel prix? Était-il prématuré ou pathologique de proclamer, dès 1793, le primat du droit à l'existence sur le droit de propriété? D'exiger l'égalité sociale au même titre que l'égalité politique? Marx dit clairement le contraire: l'éclosion d'un droit nouveau exprime l'actualité du conflit. Les révolutions sont le signe de ce que l'humanité peut historiquement résoudre, Dans l'inconforme conformité de l'époque, elles sont une puissance et une virtualité du présent, à la fois de leur temps et à contretemps, trop tôt et trop tard, entre déjà plus et pas encore. Un peut-être dont le dernier mot n'est pas dit. Prendre le parti de l'opprimé quand les conditions objectives de sa libération ne sont pas mûres trahirait une vision téléologique? Les combats « anachroniques » de Spartacus, de Münzer, de Winstanley, de Babeuf, prendraient alors désespérément date en vie d'une fin annoncée. L'interprétation inverse semble plus conforme à la pensée de Marx: nul sens préétabli de l'histoire, nulle prédestination, ne justifient la résignation à l'oppression. Inactuelles, intempestives, mécontemporaines, les révolutions ne s'intègrent pas dans les schémas préétablis de la « suprahistoire ou dans les « pales modèles supratemporels Leur événement n'obéit pas à l'ordonnancement d'une Histoire universelle. Elles naissent à ras du sol, de la souffrance et de l'humiliation. On a toujours raison de se révolter. Si la « correspondance » avait valeur de normalité, faudrait-il épouser la cause des vainqueurs contre les impatiences qualifiées de provocations? Marx est sans hésitation ni réserve du côté des gueux dans la guerre des paysans, des niveleurs dans la révolution anglaise, des égaux dans la Révolution française. des comrnunards voués à l'écrasement versaillais. On peut imaginer que l'époque des révolutions s'éternise dans le pourrissement des temps désaccordés, que les forces productives continuent de croître avec leur cortège de dégâts et de destructions. que la part d'ombre du progrès l'emporte sur sa part de lumière, Henri Lefebvre évoque cette « croissance sans développement » où le divorce entre forces productives et rapports de production se traduit par une irrationalité accrue.”***(grifo nosso) (BENSAÏD, Daniel, *Marx L'intempestif, Grandeurs et misères d'une aventure critique*, Paris, Fayard, 1995, p.69/70)

séculos, por uma aristocracia parasitária, foi assim não somente reacionária, mas em grande medida degenerativa.

A explicação histórica última deste processo só pode ser encontrado no atraso relativo da revolução política burguesa em relação à revolução econômico-social capitalista, nos longos séculos de transição pós-feudal.¹⁷²

¹⁷²O tema das características de tipo semi-catastrófico, semi-revolucionárias da transição burguesa parece relevante, na perspectiva das comparações históricas com as características da transição pós-capitalista. Os extraordinários progressos da historiografia sobre o medievalismo europeu nos últimos vinte e cinco anos, trouxeram novas luzes sobre o enorme impulso econômico-social que o feudalismo significou pelo menos até o século XII ou XIII: uma motivação permanente de colonização de novas terras, a abertura de novas fronteiras agrícolas, a expansão demográfica, a relativa segurança militar proporcionada pelos senhores feudais aos seus servos, assim como o florescimento de milhares de burgos, com uma relação complementar entre a produção agrícola, o artesanato e o comércio. Mas parece razoavelmente bem fundamentado também que a sobrevivência tardia das relações feudais foi um fator de inércia histórica colossal, como demonstraria, a partir da Guerra dos trinta anos, o atraso irrecuperável que atingiu a Alemanha, por exemplo, em relação à França, e desta em relação à Inglaterra, a partir do século XVII. Os atrasos históricos da revolução burguesa seriam portanto uma chave explicativa de boa parte do desenvolvimento desigual da Europa entre os séculos XVII e XIX. Pelo menos, a partir do século XVI, o crescimento da população e da produção encontrou nas relações feudais, e nos Estados absolutistas, um obstáculo cada vez mais reacionário: a situação dos camponeses foi se tornando intolerável, as tentativas de aumentar os impostos, agora não mais na forma de serviços, mas monetária, agravada pela inflação; a proibição dos direitos camponeses de caça nas florestas e bosques; o belicismo crônico de uma classe parasitária que se apoiava exclusivamente em direitos territoriais foram pressões degenerativas. O atraso histórico da burguesia em destruir o controle aristocrático do Estado feudal, esteve na raiz desse intervalo perigoso. Mas a época revolucionária, que tornava necessária a erradicação das relações feudais, e nesse sentido tornava possível a revolução política burguesa, já se tinha aberto muito antes da burguesia ter acumulado as forças subjetivas para protagonizar a revolução democrática. Esse atraso histórico se explica portanto pela imaturidade dos fatores subjetivos da revolução burguesa. Sobre este tema vale conferir as observações de Gorender: *“O oposto se dava com a burguesia industrial no quadro do modo de produção feudal. O seu crescimento a colocava em contradição também crescente e, por fim, em choque com o regime feudal. A solução desta contradição só podia decorrer da supressão daquele regime, o que veio a acontecer através das revoluções burguesas. A burguesia industrial foi um corpo estranho na estrutura socioeconômica feudal e sua expansão desintegrou tal estrutura. Enquanto a burguesia foi uma classe efetiva e eficientemente revolucionária, o revolucionarismo do proletariado é, por enquanto, inexistente ou, quando menos, problemático”* (grifo nosso) (GORENDER, Jacob, **Marxismo sem utopia**, São Paulo, Ática, 1999, p.39) Esta argumentação não parece convincente: nem a burguesia foi sempre “ontologicamente” revolucionária na luta contra a ordem econômico-social do feudalismo, e menos ainda contra a ordem política, nem o proletariado foi sempre “ontologicamente” reformista na luta contra o capitalismo. Não parece ser possível ignorar as inúmeras mediações que necessariamente incidem entre a identidade econômico-social das classes e o seu protagonismo político: Marx por exemplo era severamente céptico sobre as perspectivas revolucionárias da mobilização do campesinato, e estabeleceu uma tradição teórica sobre a questão que a história do século XX colocou por terra. Qualquer esquema apriorístico sobre o tema das possibilidades do desempenho político-revolucionário das classes exploradas e oprimidas, pareceria perigoso, já que são inúmeros os exemplos históricos de substitucionismo social, sob a pressão de condições objetivas excepcionais. As classes ascendentes lutam pelos seus interesses, e se obtêm vitórias, o sentido da sua luta é reformista, na medida em que a ordem vigente revelou capacidade de absorver as suas reivindicações. Segundo Marx, o que define o sentido revolucionário de uma época seria justamente a incapacidade da ordem econômico-social de

O desenvolvimento das forças produtivas é, portanto, a primeira, e, em um sentido de longa duração, mais importante, força motriz do processo histórico (também a mais perene, porque anterior à divisão da sociedade, em antagonismos de castas ou classes). *O progresso teria como conteúdo esse crescimento, e a História teria como substância essa luta pelo domínio da natureza pelo homem*¹⁷³. Essas premissas do marxismo, como sabemos, já foram muito criticadas. Não é incomum, a objeção que insiste que Marx teria sido vítima de uma visão “exaltada” do progresso tecnológico, que se desenvolvia diante dos seus olhos, e, por isso, teria construído uma teleologia das forças produtivas, como um sentido imanente da história em direção ao progresso, e a um futuro de abundância. Esta crítica tem, é forçoso admitir, um argumento de efeito, e se apóia em um mal-entendido, que muitos marxistas não ajudaram a esclarecer. Mas, acreditamos, se baseia em uma incompreensão do que Marx pensava. Vejamos o que ele nos diz:

“Assim, a antiga concepção segundo a qual o homem sempre aparece (por mais estreitamente religiosa, nacional ou política que seja a apreciação) como o objetivo da produção parece muito mais elevada do que a do mundo moderno, na qual a produção é o objetivo do homem, e a riqueza, o objetivo da produção. Na verdade, entretanto, quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza, senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras, etc., dos indivíduos, adquirida no inter-câmbio universal? O que é, senão o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as forças naturais, tanto as suas próprias quanto as da chamada “natureza”?”

absorver as pressões reformistas das classes ascendentes, tal como teria sido capaz no passado. Assim a burguesia foi reformista, enquanto lhe foi possível, nos interstícios das relações feudais, avançar no sentido de uma acumulação de forças materiais e políticas, e quando essa acumulação se revelou impossível, se inclinou por ações revolucionárias, porque não tinha outra escolha; já o proletariado teve períodos de ação predominantemente reformista, como recentemente nos trinta anos do pós-guerra nos países centrais, e entre 1870/1914, na Europa, mas também buscou o caminho da revolução, no imediato pós-guerra, entre 1917/1923 em toda a Europa Central, e entre 1945/48 na região do Mediterrâneo.

¹⁷³ . Essa é, também, a compreensão de Hobsbawm na Introdução à edição inglesa de **Formações Econômicas Pré-capitalistas**: “As *FORMEN* tentam formular o conteúdo da história na sua forma mais geral. Este conteúdo é o progresso... Nem os que negam a existência do progresso histórico nem os que (muitas vezes baseados nos trabalhos do jovem Marx) vêem o pensamento de Marx meramente como uma exigência ética de libertação do homem, encontrarão qualquer apoio aqui. Para Marx, o progresso é algo objetivamente definível, que indica, ao mesmo tempo, o que é desejável. A força da crença marxista no triunfo do livre desenvolvimento de todos os homens não depende do vigor das esperanças de Marx neste sentido, mas da pretendida justeza da análise, segundo a qual é neste rumo que o desenvolvimento histórico, finalmente, conduzirá a humanidade” (HOBBSAWM, Eric, **Introdução**, in (MARX, Karl, **Formações econômicas pré-capitalistas**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 p. 15-6)

O que é, senão a plena elaboração de suas faculdades criadoras, sem outros pressupostos, salvo a evolução histórica precedente que faz da totalidade desta evolução – i.é, a evolução de todos os poderes humanos em si, não medidos por qualquer padrão previamente estabelecido – um fim em si mesmo? O que é a riqueza, senão uma situação em que o homem não se reproduz a si mesmo em uma forma determinada, limitada, mas sim em sua totalidade, se desvencilhando do passado e se integrando no movimento absoluto do tornar-se? Na economia política burguesa – e na época de produção que lhe corresponde – este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do fim em si mesmo em proveito de forças que lhe são externas. Por isto, de certo modo, o mundo aparentemente infantil dos antigos mostra-se superior; (...) Os antigos proporcionavam satisfação limitada, enquanto o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é vulgar e mesquinho.”¹⁷⁴(grifo nosso)

Como se pode concluir sem dificuldades desta reflexão histórica, Marx insiste, que em um certo sentido, e admitidos os limites das comparações, as sociedades antigas, como um exemplo, em que a maioria da produção era necessariamente a produção de valores de uso, *ainda que contassem com forças produtivas incomparavelmente inferiores às disponíveis pela sociedade burguesa, eram, nessa dimensão, em alguma medida, superiores a esta.* Julgamento surpreendente? Talvez, mas revelador de um pensamento que não simplifica processos de evolução histórica muito complexos, e que tem como medida das forças produtivas uma interação do homem com a natureza, que não reduz as *medidas do progresso* aos avanços, strictu sensu, tecnológicos. O que coloca por terra qualquer tentativa ingênua que pretenda reduzir a sua visão da história como um processo linear de progresso.

Mas uma nova questão surge. Existiria ou não uma irreversibilidade da “tendência intrínseca” como força motriz objetiva das condições para a mudança no curso do processo histórico? Ela tem uma permanência em todas as transições que poderia ser verificada? Hobsbauwn avança, sobre este tema, uma crítica instigante à idéia reducionista de uma

¹⁷⁴ (MARX, Karl, **Formações econômicas pré-capitalistas**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.80/1)

causação necessariamente endógena para todas as passagens, ou seja, alerta contra os esquematismos, e *para a maior frequência das transições determinadas por fatores exógenos:*

“A transformação efetiva de um modo em outro, muitas vezes foi vista em termos causais, e unilineares: dentro de cada modo, afirma-se, há uma “contradição básica” que gera a dinâmica e as forças que o levasse à sua transformação. Não está nada claro que seja essa a concepção do próprio Marx, excepto para o capitalismo, e isso certamente leva a grandes dificuldades e intermináveis debates, particularmente em relação à passagem do feudalismo ao capitalismo no Ocidente”¹⁷⁵(grifo nosso)

Ou seja, Hobsbawm questiona que as passagens pré-capitalistas (Antiguidade Clássica e Pré-clássica) possam ser compreendidas a partir de uma contradição interna fundamental, isto é, por uma dinâmica endógena. E recorda que, mesmo a passagem do feudalismo europeu ao capitalismo, está envolvida em uma séria controvérsia. Do que decorre, com maior razão, uma necessária relativização do lugar das lutas de classes, como força motriz com primazia, nas transições de tipo catastrófico.

Pareceria razoável, assim, uma leitura de que as duas forças motrizes das condições para a mudança (“tendência intrínseca” das forças produtivas e lutas de classes) *operam simultaneamente, mas nem sempre com a mesma hierarquia*. Assim, o lugar das lutas de classes teria já sido maior na transição do feudalismo ao capitalismo do que no passado, e ocuparia centralidade na transição pós-capitalista. Ou seja, estaria ocorrendo, nos últimos dois séculos, *uma lenta inversão da primazia dos fatores*, na medida em que as transições deixam de ser catastróficas e passam a ser revolucionárias (conscientes).¹⁷⁶

¹⁷⁵. HOBSBAWN, Eric. “Marx e História” in **Sobre a história: ensaios**. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 180-1.

¹⁷⁶ Esse novo protagonismo das classes sociais subalternas, ou seja a primazia das lutas de classes como força motriz da transformação histórica, nos remete ao tema da dialética entre fatores objetivos e subjetivos, e a alternância de principalidade. A pressão das tarefas, ou o grau de intensidade em que opera a necessidade histórica de que as relações de produção favoreçam o desenvolvimento das forças produtivas, se articula, como sabemos, indissolivelmente, com as lutas de classes. É por razões de esforço analítico, que se faz a distinção entre fatores subjetivos e objetivos já que o subjetivo freqüentemente se transforma em objetivo. Vale a pena recordar, que o que consideramos objetivo ou subjetivo, deve sempre ser considerado como imerso em uma relação das partes com o todo, e é, portanto, não só relativo, mas variável. Por exemplo: as ilusões das grandes massas em relação a quais

Isto posto, a fórmula que abre o **Manifesto**, e que insiste que a História da humanidade não teria sido senão a história da luta de classes, adquire um novo sentido e uma nova dimensão. E uma resposta possível seria que Marx trabalha em diferentes níveis de análise. em uma esfera de abstração mais elevada, dialeticamente, as classes estão necessariamente contidas no conceito de forças produtivas, e a evolução destas, podem ter seu impulso bloqueado, ou inversamente, estimulado, em

seriam os caminhos para se libertarem da exploração, a via eleitoral ou a via da ação direta, para ceder à tentação de um resumo simplificado e brutal, é, em um sentido, um fenômeno subjetivo, de maior ou menor experiência política. Mas a existência material de poderosos aparelhos, com suas bancadas de parlamentares, que se apóiam nessa embriaguês eleitoral, é um fenômeno objetivo, expressão objetivada, do primeiro. A luta de idéias entre estratégia reformista e revolucionária, não se desenvolve, assim, em um plano somente de competição ideológica, mas consiste em uma luta política entre organizações materiais, que disputam influência entre si. Mas o problema se coloca também por um outro ângulo, mais complexo, e mais fascinante: trata-se da questão dos substitucionismo social. A pressão das tarefas objetivas adiadas, pode ser de tal maneira aguda, e a imaturidade subjetiva do sujeito social pode ser tão grande, que outras classes e sectores de classe podem ocupar o seu lugar: tudo depende do *grau de intensidade em que se manifesta a necessidade histórica*. Já se assinalou que os camponeses, neste século, deslocaram o papel do proletariado, em inúmeros países, industrialmente atrasados, assumindo bandeiras e reivindicações anti-capitalistas. Mais impressionante ainda, tem sido o protagonismo das modernas classes médias urbanas assalariadas, que assumem, muitas vezes, os métodos de luta dos trabalhadores industriais, e encabeçam, como vanguarda, lutas de carácter social plebeu e popular, com bandeiras democrático-radical e dinâmica anti-capitalista: este fenômeno tem sido recorrente na América Latina, desde a Revolução Cubana, até as lutas pelas Diretas em 84, e o Fora Collor, em 92, no Brasil. Merece ser lembrado também o papel do movimento estudantil. *Na segunda metade do século XX, tanto nos países centrais como nos periféricos, o movimento estudantil vem ganhando uma crescente importância social e política, antecipando a entrada em cena de outros atores sociais mais poderosos. Este peso social objetivo do movimento estudantil, se apóia na massificação do acesso ao ensino médio e universitário, e na repercussão e caixa de ressonância de suas reivindicações nas grandes cidades.* Não é à toa, que à escala mundial, uma das imagens mais fortes do que seria uma situação revolucionária, foi deixada pela emblemática rebelião dos estudantes de Paris, em Maio de 68, que abriu o caminho para a greve geral que derrotou De Gaulle. A recente greve de muitos meses na Universidade Autônoma do México, o maior campus do hemisfério sul, pode vir a ser a causa mais imediata, do desmoronamento iminente do regime bonapartista do PRI, o mais longo da América Latina. Na segunda metade do século XX, à excepção da revolução portuguesa, onde o papel do proletariado foi insubstituível, e por isso, surgiram Comissões ou Conselhos, como forma democrática de auto-organização, e dualidade de poderes, as grandes mobilizações anti-capitalistas foram protagonizadas por outros sujeitos sociais. Entre esses, destacaram-se os processos revolucionários rurais (China, Coréia, Vietnã), porque triunfaram, e foram até a expropriação. Sempre, todavia, que os sujeitos sociais foram não proletários e não urbanos, os novos regimes nasceram burocraticamente deformados, com ditaduras militares de partidos-exércitos. E depois do Vietnã, nunca mais se avançou além dos limites da propriedade privada e do mercado (Irã, Nicarágua, Filipinas, Haiti, Indonésia), ou seja a revolução ficou congelada nos limites democrático-nacionais. E, mesmo no caso de Portugal, haveria que se considerar, que os fluxos e refluxos do processo revolucionário, estiveram sempre estreitamente vinculados ao curso do processo de revolução pela independência nas colônias africanas: a questão africana na Guiné, Angola e Moçambique, foi entre 61 e 74, um “Vietnã” europeu. O mais importante, no entanto, é que sob a pressão dos fatores objetivos, o substitucionismo social, passou a ser uma constante dos processos revolucionários. Inúmeras possibilidades estão, portanto,., teoricamente em aberto para o futuro.

suma, não pode ser analisada sem uma equação do papel das lutas de classes.¹⁷⁷

A idéia do aumento da produtividade do trabalho como medida do aumento da capacidade produtiva, e esta como expressão do nível das forças produtivas, exige alguma reflexão¹⁷⁸. Ocorre que essas *não se resumem ao desenvolvimento tecnológico*, que se objetiva em máquinas-ferramentas, ou meios de produção, assim como em procedimentos da divisão social do trabalho, já que o próprio homem é a principal força produtiva¹⁷⁹. *Neste critério reside a radicalidade humanista da teoria da história do marxismo*¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Assim, se admitirmos que é impensável pensar a esfera das forças de produção sem considerar a centralidade do trabalho, como a mais importante das forças de produção, seria razoável a leitura de Cohen, na qual as duas forças motrizes se completam e explicam mutua e contraditoriamente: “*La capacidad productiva de una sociedad es la capacidad de sus fuerzas productivas cuando trabajan en una combinación óptima. El desarrollo de las fuerzas productivas es el crecimiento de esa capacidad. Por consiguiente el criterio para medir el nivel de desarrollo de las fuerzas productivas es su grado de productividad (...). Se pueden distinguir dos formas de mejorar la productividad de los medios de producción. En primer lugar está la sustitución de unos determinados medios de producción por otros superiores. Además, y aparte de esto, está el uso mejorado de los medios de producción ya disponibles.*” (COHEN, Gerald A. **La teoría de la Historia de Karl Marx: una defensa**. Trad. Pilar López Áñez. Madrid, Siglo XXI de España, 1986.) (grifo nosso)

¹⁷⁸ . Esta pareceria ser também a melhor leitura de Marx, como se pode conferir na seguinte passagem dos **Grundrisse**. Nela já surge madura a idéia de que uma tendência histórica à baixa da taxa média de lucro, é inseparável da tendência à substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Mas esse impulso de objetivação de tecnologia, ou seja de ampliação de masas de capital imobilizadas como capital fixo, é, por sua vez, impossível de entender, sem considerar a centralidade da usura, da cobiça e da ganância como expressões da psicologia social do capitalista envolvido nas turbulências da luta de classes : “***El incremento de la fuerza productiva es equivalente: a) el incremento del plusvalor relativo o al tiempo relativo de plustrabajo que el trabajador entrega al capital; b) a la mengua del trabajo necesario para la reproducción de la capacidad de trabajo; c) a la mengua de la parte del capital que se cambia por trabajo vivo, con respecto a las partes del mismo que participan en el proceso de producción en calidad de trabajo objetivado y valor presupuesto. La tasa de ganancia, por ende, está en proporción inversa al incremento del plusvalor relativo o del plustrabajo relativo, al desarrollo de las fuerzas productivas y, asimismo, a la magnitud del capital empleado en al producción como capital constante.***” (MARX, Karl. **Grundrisse**. Siglo XXI. 1997, p. 649)

¹⁷⁹ Ao ser o Homem a principal força produtiva, as crises capitalistas são sempre um momento necessário, mas irracional de desperdício e destruição de forças produtivas. A interrupção da reprodução ampliada, dificilmente tem a queda suave dos para-quedas, e mais freqüentemente tem os custos de imobilização com os freios de um carro descendo ladeira abaixo: derrapa e capota, e quem está dentro do carro se machuca de verdade. Curiosamente, é pouco observado, mesmo pelos marxistas, uma das conclusões mais importantes de Marx: que o momento da crise, devastador para as amplas massas, é, todavia, uma saída indispensável para o Capital recuperar a taxa de lucro. A tendência à anulação da autovalorização do capital, ou seja, a tendência à crise, resultaria da incapacidade das relações econômicas capitalistas, de impedir ou resolver a queda da taxa média de lucro, sem exigir da sociedade os sacrifícios da recessão crônica ou da inflação permanente, em suma sua impossibilidade

Por outro lado, este processo de aumento da produtividade, se entendido somente como progresso tecnológico, e se levado ao limite, não exige como condição, e não subentende, sequer, a existência de relações de produção que estimulem (ou, pelo menos, não estrangulem) as forças produtivas. Nesses termos, *essa posição é insustentável*. Claro que o aumento da produtividade do trabalho, não pode ser compreendido como medida do nível de desenvolvimento das forças produtivas, se não assinalarmos o lugar da ciência, do conhecimento (que pode ou não se objetivar em tecnologia, como revela a história de Roma), como sendo, neste nível de análise, uma componente fundamental do trabalho, e, portanto, das forças produtivas.¹⁸¹A sua emancipação, para ir além do Capital, como condição da libertação do homem da escassez, é um dos principais pressupostos de Marx, como sabemos, para pensar a possibilidade da anulação histórica do valor, e para o fim de uma distribuição intermediada pela moeda: a Ciência deveria se constituir, finalmente, na principal força produtiva criadora do trabalho.

de favorecer o desenvolvimento das forças produtivas, o que exige, de forma recorrente, um ajuste de destruição. Como se pode conferir no fragmento: “...*el desenvolvimiento de las fuerzas productivas motivado por el capital mismo en su desarrollo histórico, una vez llegado a cierto punto, anula la autovalorización del capital en vez de ponerla*”. (grifo nosso)(Ibidem, p. 635)

¹⁸⁰ . Neste sentido, é indispensável a crítica do fetichismo do capital que oculta o papel do trabalho na valorização do capital, do que decorre a desqualificação do trabalhador. É o que observa Jorge Grespan: “*Esta mesma ‘inversão’ materialista da dialética permite entender a estrutura do chamado ‘fetichismo’ de que se revestem as principais relações sociais burguesas, como a determinação da mercadoria, do dinheiro e do fundamento destes dois ‘fetichismos’ - o do capital propriamente dito. A posição materialista da contradição no interior da lógica da relação de capital possibilita a desmistificação da aparência de uma relação entre coisas, que oculta a dupla e antagônica natureza do trabalho...*” (grifo nosso)(GRESPLAN, Jorge. “A teoria das crises de Marx” In COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo, Xamã, 1996. (Série eventos) p. 300)

¹⁸¹ O que, no entanto, está no centro de uma interessante polêmica no materialismo histórico. Por exemplo, Hobsbawn pareceria reivindicar o conceito de desenvolvimento das forças produtivas como uma tendência evolutiva de natureza tecnológica. Segundo o autor: “...*essa tendência evolutiva, no sentido mais amplo, é tecnológica*” (HOBSBAWN, Eric. “Marx e História” In **Sobre a história: ensaios**. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Com panhia das Letras, 1998. p. 177). Mas não é isso o que afirma Cohen: “*o critério para medir o nível das forças produtivas é seu grau de produtividade*”. Ou seja, a busca da poupança de tempo de trabalho. Talvez essas duas abordagens, embora distintas, não sejam, necessariamente, excludentes. De qualquer forma o que, certamente, me pareceria incompatível, seria a redução da caracterização do crescimento das forças produtivas aos elementos quantitativos do processo, ignorando ou desprezando os fatores qualitativos, que, para Marx, sempre foram os mais importantes. O Homem, isto é, grosso modo, as classes em luta, estão sempre no centro da análise dos processos históricos, inclusive, portanto, do processo de desenvolvimento tecnológico.

Finalmente, a questão parece ficar assim mais clara, se considerarmos que as forças produtivas são um sistema que une o homem à natureza através dos meios de produção (ciência aplicada ou tecnologia). A referência ao homem, surge aqui como uma necessidade lógico/abstrata da análise, já que o trabalho não pode ser considerado fora das relações sociais, e, nesse sentido, *as relações de produção são uma parte integrante/contraditória das forças produtivas.*

Isto posto, se o aumento da produtividade é, *em primeira análise*, poupança de tempo de trabalho médio socialmente necessário, *em última análise*, terá que se expressar em *elementos qualitativos que traduzem um impulso ou um bloqueio das forças produtivas.* essas medidas de aferição qualitativas, podem e devem ser consideradas em inúmeros indicadores econômico-sociais (que tampouco podem ser interpretados sem a sua dependência mútua) e em garantias político-culturais, que são as conquistas mais decisivas da civilização, tais como: melhoria da dieta alimentar, elevação da expectativa média de vida, crescimento da escolaridade média, erradicação de doenças endêmicas, níveis mais altos de segurança social, expansão dos direitos democráticos e das liberdades cívicas, entre elas as liberdades sindicais e políticas, liberdade científica e cultural, reconhecimento dos direitos da infância e da velhice, educação da fruição dos sentidos e, portanto, redução dos níveis brutalizadores de dependência química (café, chocolate, chá, tabaco e sobretudo álcool), aumento de tempo livre disponível (usufruto do ócio como necessidade da recomposição da capacidade da força de trabalho), etc...

Em resumo, sendo assim, disto decorre, que *Marx não confundia, nem reduzia o desenvolvimento tecnológico, uma componente do conteúdo do progresso, com o crescimento das forças produtivas, a substância da evolução do processo histórico.* Como veremos adiante, como parte da discussão das teorias do colapso, para Marx, não existe limite definido, a priori, para o aumento da composição orgânica do capital¹⁸², que

¹⁸². O limite do capital é o próprio capital. É nesse sentido a observação de Wilson Barbosa: “De acordo com a tendência de queda da taxa de lucro, à medida em que os capitalistas aumentam o seu

expressa a tendência à crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, a introdução de novas tecnologias.

O progresso, no entanto, com suas descontinuidades, inflexões de sentido, alternâncias de ritmo, desigualdades e assimetrias, súbitas acelerações e prolongadas estagnações, fraturas evolutivas e abismos civilizatórios, as diversas formas e surpreendentes combinações do arcaico e do moderno, de amálgamas da tradição e do mais avançado, revela os conflitos do processo histórico, e teria, portanto, determinações mais complexas. Existiriam, assim, limites sociais históricos insuperáveis, para o crescimento das forças produtivas: *as relações de produção que precisariam ser deslocadas para impedir a estagnação ou regressão.*

Identificar que existem obstáculos *intransponíveis* ao desenvolvimento das forças produtivas, não deve ser interpretado como *uma proclamação de impossibilidade de sobrevivência do capitalismo*. O conceito de relações sociais bloqueadoras é indivisível da caracterização de uma época revolucionária como uma fase de apogeu e declínio de um modo de produção. Marx se limitou a estabelecer uma hipótese teórico-histórica, para explicar os processos de transição de um modo de produção a outro, ou seja, buscou revelar quais os mecanismos internos ao processo de mudança social. Se o desenlace dos processos seria progressivo ou regressivo é algo em suspenso e incerto, que se decidirá no curso de lutas de classes cada vez mais agudas.

O conceito de época revolucionária resume, desta maneira, a caracterização de *um período histórico em que o desafio da transição está objetivamente colocado*. Porque existiriam *condições materiais*

lucro, aumentam também a produção; dispõem-se, portanto, a pagar salários reais mais altos aos seus operários; o aumento do lucro intensifica a necessidade dos capitalistas de competirem entre si, e a produção cresce mais rapidamente que o mercado; logo, as vendas tendem a diminuir e cai a taxa de lucro, o que leva os capitalistas a aumentar a composição orgânica do capital, para manter ou aumentar a taxa de lucro. A composição orgânica do capital consome grande parte da mais valia, o que exige maiores taxas de lucro. Daí haver Marx afirmado ser o lucrosos capitalistas o limite do capital e não o salário dos operários. Esta é, segundo Marx e Engels, a dinâmica das crises de crescimento no capitalismo." (grifo nosso)(BARBOSA, Wilson do Nascimento. "Uma teoria marxista dos ciclos econômicos" In COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo, Xamã, 1996. (Série eventos) p. 305).

que tornariam necessário e possível, para além de uma ruptura moral e ética com uma ordem de desigualdade, a organização das relações sociais em um patamar superior, isto é, *libertando as forças produtivas* crescentemente socializadas das amarras da apropriação privada.¹⁸³

¹⁸³ A idéia da libertação das forças produtivas, como uma forma de traduzir o sentido do projeto histórico social socialista, tem permitido as mais perigosas confusões. Ela se apóia em um mal-entendido. O marxismo não é “patriota” das forças produtivas. O sentido do projeto socialista era, para Marx, em um plano histórico, a libertação da humanidade do Capital. Mas a conquista da liberdade, exigia, em um plano político, a emancipação dos trabalhadores no terreno da luta de classes, a luta pelo poder. A principal consequência da incompreensão desta fórmula, é que ela pode encobrir uma escolha economicista pela industrialização ou até pelo estatismo, diferenciado de um projeto de classe anti-capitalista. Confundir as inovações tecnológicas com as forças produtivas, quando elas são somente um dos elementos destas, significa desprezar o lugar da natureza, e, sobretudo, o lugar do homem, como as principais forças produtivas. Esta posição é, por várias razões, insustentável. Desprezar a natureza no final do século, quando a crise ecológica e ambiental, deixou, há muito, de ser uma preocupação marginal seria, já por si, grave. Mas, desprezar o papel do homem, como a principal das forças produtivas seria ignorar a centralidade do trabalho, uma ingenua fetichização da tecnologia. A questão aparentemente “teórica” tem gravíssimas consequências políticas: se a estratégia não é a luta pelo poder, mas a libertação das forças produtivas, então, não importa se são os trabalhadores ou as outras classes oprimidas os protagonistas e sujeitos das lutas pelas suas reivindicações. A própria burguesia poderia ser agente social dessa missão civilizadora. Tendo avançado até aí, inúmeras outras curiosas conclusões “lógicas” são possíveis: as lutas de classes poderiam até atrapalhar a missão progressista de industrializar, modernizar, estabilizar. Não é, portanto, tão surpreendente, quantos ex-marxistas participam, alegres e satisfeitos, à frente de governos e bancos centrais latino-americanos, aplicando os ajustes econômicos, e ainda têm a audácia de dar lições de “marxismo” às oposições e movimentos populares “primitivos”, repetindo sem pudor e com a maior desfaçatez, que são de esquerda e injustamente criticados. Afinal, estão, segundo alegam, em uma cruzada contra o atraso, estão “libertando as forças produtivas”. A esse propósito, vale a pena conferir a síntese sobre este tema, em um balanço da esquerda, feito por Edmundo Fernandes Dias: *“Como as esquerdas, em escala internacional, tinham baseado suas análises na identificação entre socialismo e estatismo e, ao mesmo tempo, recusado a colocar a questão e a prática da socialização das forças produtivas, o discurso majoritário por elas produzido – e suas práticas correlatas – traduziu-se em uma análise determinista de tipo economicista. Esta “análise” rebaixou o nível da teoria e das práticas à luta pela obtenção de medidas que permitissem às classes trabalhadoras, em especial ao operário fabril, uma melhor condição material de vida. Decorrente daí, ficava, sobretudo para os social-democratas, a suposição de que era possível realizar essas conquistas no plano da democracia formal de tipo liberal e, para os partidos comunistas, a de que socialismo e planificação eram um único e solidário corpo. A industrialização passava a ser a solução mágica. As sociedades industriais apareciam, assim, como um território indiferenciado (forma primeira do debate sobre a sociedade pós-industrial). Muitos teóricos chegaram a falar no industrialismo como abrigando duas possibilidades: a capitalista e a socialista. Com isso, obviamente, caminhava-se no sentido da esterilização do recurso explicativo das lutas de classes e afirmava-se a tecnologia como externa às lutas sociais e como solução para todo e qualquer problema. Suprimia-se, deste modo, a possibilidade da constituição de uma nova forma societária; reforçava-se o capitalismo como horizonte político-ideológico a ser vivido pelas classes trabalhadoras. Esse processo sofreu desde a década de 30 muitas críticas: Gramsci, Trotski, etc. Não constituiu, portanto, uma surpresa, a crise que iria tomar conta do bloco dito socialista. Ao não colocarem a pergunta sobre as condições reais do seu “novo” projeto as esquerdas, majoritariamente, acabaram por institucionalizar a luta dos trabalhadores através de uma postura aliancista a priori. Em nome de um acúmulo de forças, necessário, buscavam em outra classe (a burguesia nacional progressista) a direção real e incontestada do processo de “libertação” das forças produtivas. Elas trabalhavam com a idéia segundo a qual seria possível a constituição de uma*

O tema é central, porque a abertura de uma época revolucionária, *teria como exigência histórica inarredável, para Marx, a caducidade das relações capitalistas de produção em geral, e a sua forma jurídica, a apropriação privada burguesa*, em particular, estrangulando as forças produtivas. Pode-se, evidentemente, concordar com Marx sobre a utilidade do conceito de época, e discordar da periodização que ele mesmo fez. Mas, admitindo-se que até hoje as forças produtivas não deixaram de crescer, surge um paradoxo. Se fosse assim, o capitalismo teria representado nos últimos 150 anos, ainda que com suas mazelas e atrocidades, uma época historicamente progressiva e, portanto, necessária. Do que decorre, que desde o Manifesto, não teria se aberto uma época revolucionária, contrariando todos os prognósticos¹⁸⁴.

*sociedade moderna, democrática, autônoma, nos marcos do imperialismo. Confundiram a resolução da questão nacional com a possibilidade de um projeto de capitalismo nacional autônomo sem romper com a ordem do Capital. Era como se a questão nacional pudesse ser resolvida subvalorizando, ou mesmo, recalando a perspectiva internacional. Ao afirmarem tal transição sem a presença revolucionária das classes subalternas, as esquerdas tornaram-se prisioneiras umbilicalmente do capitalismo, atrelando a ele aquelas classes e decapitando suas possibilidades reais de libertação. Impediam, pois, a constituição da identidade destas classes, limitavam seus projetos, ajudavam a perpetuar aquele que em teoria, era seu "inimigo". Procedendo assim teriam que se limitar à esfera da circulação, questionando tão somente as formas de distribuição e consumo, deixando intocada a esfera da produção, com o que não atacavam o cerne da questão. Permaneciam no campo econômico-corporativo impedindo-se de colocar a destruição da ordem capitalista como projeto estratégico. Na prática, vedavam a construção de projetos hegemônicos. Suas ações eram, assim, pautadas, agendadas pelo inimigo de classe(...) Confundiu-se o plano – necessário mas não suficiente – das reformas com o processo de transformação a longo prazo. Abandonou-se a idéia da revolução socialista. Não se levou em consideração a capacidade do capitalismo de superar suas próprias crises. Isso aparecia, claramente, tanto na ideologia estalinista da crise final do capitalismo, quanto nas análises social-democratas da auto-superação do capitalismo pelas liberdades já realizadas através do Estado capitalista. Matriz desse pensamento foram as formulações de Kautsky sobre o Estado Moderno como solo no qual era possível constituir a nova sociabilidade bastando controlá-lo via maioria parlamentar(...) **A análise marxiana e marxista que é a crítica mais radical da economia política capitalista e da sua institucionalidade foi transformada em uma pura teoria econômica.**"(grifo nosso) (DIAS, Edmundo Fernandes, **Pensando com Gramsci a política hoje**, este artigo sintetiza e atualiza dois artigos publicados na Revista **Outubro**: Reestruturação Produtiva: a forma atual da luta de classes (nº 1, maio de 1998) e O Possível e o Necessário: as Estratégias da Esquerda (Nº 3, maio de 1999). Artigo encaminhado para publicação nos Anais das Jornadas Gramscianas do Maranhão. Outubro de 1999.)*

¹⁸⁴ Alguns marxistas da geração posterior, irão reavaliar os vaticínios históricos de Marx. Entre eles, a utilização prematura da categoria de época revolucionária, ainda em meados do século XIX. Esta, por exemplo, era a opinião de Trotsky, em um prefácio publicado quando do nonagésimo aniversário do **Manifesto**: "*Os autores do Manifesto pensavam que o capital seria liquidado muito antes de passar de sua fase de relativo reacionarismo à sua fase de absoluto reacionarismo. Esta transformação, porém, só se consumou aos olhos da atual geração, fazendo de nossa época a época de guerras, revoluções e*

Essa conclusão seria irredutível, porque não parece razoável discutir, que o capitalismo não tem impedido o desenvolvimento tecnológico, muito ao contrário. Admitindo-se esta formulação, no entanto, ficamos prisioneiros de um novo impasse teórico: seria necessária uma nova explicação histórica geral, para o inédito nível de instabilidade econômica,

do fascismo (...) *O erro de Marx e Engels a respeito dos prazos históricos decorria, de uma lado, da subestimação das possibilidades posteriores inerentes ao capitalismo e, de outro, da superestimação da maturidade revolucionária do proletariado. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista, como o Manifesto havia previsto, mas criou, para a Alemanha, a possibilidade de um formidável desenvolvimento. A Comuna de Paris demonstrou que o proletariado não pode arrancar o poder à burguesia sem ter à sua frente um partido revolucionário experiente. Ora, o longo período de desenvolvimento capitalista que se seguiu à Comuna conduziu não à educação de uma vanguarda revolucionária, mas, contrariamente, à degenerescência burguesa da burocracia operária que se tornou, por sua vez, o principal obstáculo à vitória da revolução proletária. Esta 'dialética', os autores do Manifesto não podiam prever.*” (grifo nosso)(TROTSKY, León. “90 anos do Manifesto Comunista” In **A questão do programa**. São Paulo, Kairós.) Trotsky assinalava que Marx teria se equivocado no prognóstico, mas reivindicava a genialidade da formulação teórica sobre a época. Só que considerava somente como revolucionária a época aberta pelo imperialismo moderno. Os erros sobre os prazos históricos (segundo Trotsky subestimação dos fatores objetivos e superestimação dos subjetivos), não são, no entanto, secundários. Eles seriam, a partir de então, recorrentes. Toda uma tradição marxista se estabeleceu, inclusive aquela que se reivindica herdeira do pensamento de Trotsky, em torno de um mal entendimento da articulação complexa, entre os fatores objetivos e subjetivos: uma tendência a pensar que a crise do capitalismo seria, de tal forma, aguda, e a força e maturidade do proletariado seria, de tal maneira, exacerbada, que a iminência da revolução estaria colocada cronicamente. Uma percepção equivocada dos prazos históricos, por exageradamente acelerados, se compreensível entre revolucionários, pode ter conseqüências tão graves, quanto uma desvalorização dos fatores de crise. De qualquer maneira, a avaliação de Trotsky parece incontornável. O século XIX conheceu na sua segunda metade as transições burguesas tardias, em particular na Alemanha, na forma de que Lenin veio a analisar como a “via prussiana”, uma transição pelo alto para a constituição do Estado Nacional, preservando a forma monárquica, e evitando assim os percalços imprevisíveis do apelo à mobilização de massas. Nos países centrais, à exceção dos momentos de guerra, (e ainda assim com as garantias oferecidas pela decretação do Estado de exceção), nunca mais, depois de 1848, as classes dominantes recorreram à mobilização de massas, ou seja aos métodos da revolução que construíram a sua civilização. A época das revoluções burguesas se encerrou sobre as cinzas de 1848. Mas não se abriu então uma nova época revolucionária: a única exceção foram os EUA, por isso o entusiasmo das sucessivas proclamações da Primeira Internacional, que alimentou a expectativa de que a Guerra contra a escravidão no Novo Mundo levantasse o entusiasmo do proletariado na Europa. Um intervalo histórico, finalmente, revelou-se necessário, um intervalo que poderíamos talvez definir como uma época de reformas. É neste intervalo, que ocorre o terremoto pioneiro da Comuna, em uma contra-mão do curso histórico predominante. Ainda assim, é interessante observar que o único país que se integra, atrasado, no círculo estreito das nações que irão dominar o mercado mundial no século XX, serão os EUA que, com Lincoln, irão completar, na sua sangrenta guerra civil, a segunda etapa da revolução americana. Mais uma razão, para se poder afirmar que as revoluções são um momento único, chave, central da transformação histórica acelerada. Mas é certo que ocorreram transições não revolucionárias. Outras vias foram buscadas e encontradas pelas classes dominantes para evitar o turbilhão das revoluções. Se os seus custos, foram maiores ou menores, é um tema cuja resposta histórica não é simples. Mas é certo que, sobre a via aberta por 1789/1848 à escala europeia, foram possíveis transições à escala nacional que se beneficiaram de uma nova correlação de forças, social e política, que permitiu que burguesia e aristocracia resolvessem de forma não-revolucionária a remoção de obstáculos que tinham exigido, na França, a guilhotina.

social e política que atravessou o século XX¹⁸⁵. E não parece razoável considerar como parte de um processo histórico *progressivo* que a humanidade tenha tido que pagar o custo de dois holocaustos mundiais, atrocidades inomináveis em guerras crônicas, depressões sucessivas com

¹⁸⁵A seguir um fragmento de Gorender, que conclui, que o capitalismo revelou um fôlego histórico superior às previsões de Marx, e sugere, que apesar de todas as tragédias, teria sido historicamente progressivo. Afirma, também, que os erros de Marx quando definiu o capitalismo “historicamente esgotado”, se explicariam por resíduos de um pensamento utópico. Curiosamente, Gorender também se alinha com os autores que buscam uma explicação objetivista, que ele vai procurar nas limitações ontológicas do sujeito social, o proletariado, para os impasses da luta pelo socialismo no século XX. As atrocidades da preservação tardia do capitalismo, não o levam a concluir que se tenha aberto uma época revolucionária: *“A humanidade já se propunha, aqui e agora, a tarefa de superar a forma burguesa de sociedade precisamente porque se tratava de tarefa urgente para cujo cumprimento se reuniam as condições concretas suficientes. Em suma, o socialismo era, simultaneamente, necessário e viável. Tornara-se uma questão prioritária na agenda da civilização. A experiência histórica demonstrou que Marx partiu de uma visão utópica a respeito do capitalismo do seu tempo. Apesar dos tropeços terríveis, dos abalos provocados por crises e depressões, por duas guerras mundiais e por inúmeras guerras locais, o capitalismo conseguiu chegar no final do século XX, a mais uma revolução tecnológica. Não só promoveu enorme crescimento da produção de bens e serviços, como levou a efeito a criação de forças produtivas qualitativamente novas. O fato de que tal progresso tenha sido historicamente contabilizado ao preço de antagonismos agudos e de hecatombes devastadoras não indica, por si só, a impossibilidade de sobrevivência do capitalismo. O marxismo não possui, e nenhuma ciência social seria capaz de inventar; um instrumento preciso de medição do grau de maturidade do capitalismo para ser historicamente superado. Especulativamente, talvez possamos afirmar que, na década de 30 deste século, o sistema capitalista mundial se debateu, quase em desespero, na tentativa de alongar os limites, que então pareciam definitivos, para o desenvolvimento das forças produtivas. Após os quatro anos horrorosos da Grande Depressão, a economia capitalista mundial manifestou recuperação fraca a partir de 1933 e, já em 1938, apenas cinco anos decorridos, sofria o abalo de nova crise cíclica. É lícito supor que a Segunda Guerra Mundial tirou o sistema capitalista mundial do buraco, aplainando o terreno para a etapa expansionista, que se seguiu ao conflito bélico. Porém do ponto de vista estritamente lógico, estamos incapacitados para provar que, sem o conflito bélico, a expansão seria impossível. No caminho da utopia à ciência, Marx e Engels ficaram no meio do trajeto”* (GORENDER, Jacob, *Marxismo sem utopia*, São Paulo, Ática, 1999, p.15) (*grifo nosso*) Gorender parece concluir portanto que nem sequer no século XX teria se aberto uma época revolucionária. Essa avaliação sustentaria a hipótese de que o capitalismo não estaria ainda historicamente esgotado. A fórmula de historicamente esgotado permite confusões e é pouco clara. Não existe nenhuma contradição teórica entre uma elevação da produção de bens e serviços, ou a criação de forças produtivas novas, e a caracterização de época revolucionária: é da natureza do capitalismo impulsionar a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, mas a introdução de novas tecnologias, o aperfeiçoamento dos métodos de gestão, a redução de custos, os ganhos de produtividade, não são o mesmo que crescimento das forças produtivas. Os terremotos sociais que a preservação tardia do capitalismo produziu ao longo deste século, ao ponto de desenvolver e usar forças destrutivas que ameaçam a sobrevivência da civilização e da própria vida no planeta, são a expressão inequívoca que o capitalismo deixou há muito de cumprir qualquer papel progressivo, e se transformou em uma ameaça de novos holocaustos, catástrofes e desastres abismais.

suas seqüelas irreparáveis, enfim, o preço dramático da preservação tardia do capitalismo.

No Manifesto, Marx apresenta de forma explícita o que poderia ser compreendido como uma outra formulação ou hipótese de interpretação das forças motrizes do processo histórico, quando afirma que “*a história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes*”¹⁸⁶. A análise do processo de transição, que permitiu a emergência do capitalismo e o triunfo da burguesia, é apresentado como expressão da conflitualidade de vontades humanas, isto é, a dimensão pelo menos semi-consciente do processo é destacada, para colocar a ênfase na sua forma revolucionária.

A transição é narrada como um processo de revolução econômico-social e revolução política, inseparáveis, mas que não se confundem, já que em alguns casos o acesso ao controle do Estado foi precoce em relação a maturação das novas relações econômicas capitalistas, e noutros foi tardio. É o homem o sujeito da História. A luta de classes ganha a sua centralidade. O deslocamento da ênfase ou primazia da esfera das determinações econômico-objetivas para o terreno da história, entre a elaboração da **Ideologia Alemã** e o **Manifesto** é interessante. Na primeira, talvez o esforço de sublinhar uma ruptura com o pensamento igualitarista e socialista que o precedeu e com o qual dialoga, e que culminará na **Miséria da Filosofia** e sua resposta crítica a Proudhon, a luta de classes ainda se apresenta como expressão ou refração de uma determinação histórica mais profunda, que dela independe. Assim na **Ideologia Alemã**, a teoria da História em construção pensa a revolução social como um movimento que se justifica e manifesta historicamente necessário, mas como forma de eliminação dos obstáculos que impedem a libertação das forças produtivas das amarras que as contém:

¹⁸⁶. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. “Manifesto do Partido Comunista”. In **150 Anos de Manifesto Comunista**. São Paulo, Editora Xamã, 1998. p. 144.

*“Esta contradição entre as forças produtivas e a forma de troca que, como vimos, já se produziu diversas vezes no decorrer da história até aos nossos dias, sem todavia comprometer a sua base fundamental, traduziu-se necessariamente, em cada um dos casos, através de uma revolução, tomando ao mesmo tempo diversas formas acessórias tais como todo um sem número de conflitos, choques de diferentes classes, contradições da consciência, luta ideológica, luta política, etc. De um ponto de vista limitado, é possível destacar uma destas formas acessórias e considerá-la como base dessas revoluções, coisa tanto mais fácil porquanto os indivíduos de que partiam as revoluções tinha eles próprios ilusões sobre a sua actividade consoante o seu grau de cultura e o estado de desenvolvimento histórico. Logo, e de acordo com a nossa concepção, **todos os conflitos da história têm a sua origem na contradição entre as forças produtivas e o modo de trocas.**”¹⁸⁷(grifo nosso)*

Já no **Prefácio à Contribuição à crítica da economia política**, um longo percurso foi realizado. E a formulação madura da teoria surge, em um certo sentido, com uma equação algébrica. A abertura de uma época de revolução social, significaria, agora, um longo período histórico (uma nova era no sentido de muitas décadas, ou mesmo mais) em que a necessidade (e portanto a possibilidade) da transição pós-capitalista estaria colocada, podendo ser positivamente superado, pelo triunfo de formas de organização da produção econômica e das relações sociais superiores, ou por um processo de degeneração e desagregação da civilização. O conceito de época contém uma incógnita. O desenlace do processo se define indeterminado. *A sorte do futuro será decidida na arena da luta de classes.*

Por outro lado, o conceito de época revolucionária se apresenta claramente diferenciado do de crise revolucionária. A temporalidade de época ganha a dimensão de categoria de longa duração, de um período de transição histórica. As forças motrizes desse processo seriam as contradições necessárias e suficientes, políticas e sociais, mas os seus fundamentos seriam econômicos. E, no entanto, uma longa polêmica sobre a teoria da

¹⁸⁷ . MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa, Presença, São Paulo, Martins Fontes. p. 76

História do marxismo se abre (e não se encerra) a partir de diferentes leituras sobre a primazia dos fatores apresentados por Marx.

Avancemos na interpretação da primazia dos fatores. A fórmula é concisa, é verdade, mas não menos penetrante. Observemos que a questão é agora *reapresentada pelos seus dois ângulos, possibilidades e limites objetivos para a transição*, retirando assim as duas conclusões simétricas, ambas categóricas, conforme se depreende da leitura do fragmento:

*“En un estadio determinado de su desarrollo, las fuerzas productivas materiales de la sociedad entran en contradicción con las relaciones de producción existentes o – lo cual sólo constituye una expresión jurídica de lo mismo – con las relaciones de propiedad dentro de las cuales se habían estado moviendo hasta ese momento. **Esas relaciones se transforman de formas de desarrollo de las fuerzas productivas en ataduras de las mismas. Se inicia entonces una época de revolución social.**”¹⁸⁸(grifo nosso)*

A primeira insiste em uma *determinação objetiva* para a abertura de uma época de revolução social, que independe, neste nível de análise lógico-histórica, da ação e da vontade humana, da maior ou menor influência das correntes igualitaristas, da maior ou menor disposição de lutas dos sujeitos sociais, mas tão somente da sua presença. Já a segunda estabelece os limites das possibilidades de transformação social, quando um determinado conjunto de relações econômico-sociais cumpre um papel progressivo, e enquadra forças produtivas que ainda se desenvolvem e assim representam uma possibilidade de prosperidade.

Marx coloca portanto o foco da análise na longa duração, na perspectiva histórica, e neste nível de abstração, as causalidades objetivas são imperativas, e a vontade e consciência seria, “hélas”, irrelevantes.

¹⁸⁸ . MARX, Karl. “Prefácio” de **Contribuição à crítica da economia política**. In COHEN, Gerald A . **La teoría de la historia de Karl Marx: una defensa**. Trad. Pilar López Máñez. Madrid, Siglo XXI de España e Editorial Pablo Iglesias, 1986. p. VII.

“Una formación social jamás perece hasta tanto no se hayan desarrollado todas las fuerzas productivas para las cuales resulta ampliamente suficiente, y jamás ocupan su lugar relaciones de producción nuevas y superiores antes de que las condiciones de existencia de las mismas no hayan sido incubadas en el seno de la propia antigua sociedad. De ahí que la humanidad siempre se plantee sólo tareas que puede resolver, pues considerándolo más profundamente siempre hallaremos que la propia tarea sólo surge cuando las condiciones materiales para su resolución ya existen, o cuando menos, se hallan en proceso de devenir”¹⁸⁹(grifo nosso)

Nem fatalismo, nem voluntarismo histórico, a história é vista como *um processo com duas forças motrizes* (a luta pelo domínio da natureza, ou em outras palavras, pelo desenvolvimento das forças produtivas; e a luta de classes, ou seja, a luta pela apropriação do excedente social). Evidentemente, Marx utiliza níveis de análise e de abstração diferentes, para as distintas dimensões de grandeza da questão. Pareceria razoável concluir, portanto, que as duas forças motrizes, operam, indistintamente, ao longo da história. Mas será que poderíamos precisar, com melhor rigor, *se a operação dos dois impulsos, das duas forças motrizes, se alterna, em condições históricas diferentes?* Essa parece ser a sugestão de Marx, quando insiste que as relações de produção, só se transformam em forças de inércia ou bloqueio histórico, e começam a apodrecer como arcaicas, quando se esgotaram todas as possibilidades de crescimento das forças produtivas que elas deveriam impulsionar.

Eis, portanto, o problema que se coloca, resumindo de forma um pouco brutal: saber se a primazia entre a operação destas duas forças, se modifica ou não, de acordo com o signo da época ou não. Essa seria uma das questões teóricas que a discussão sobre época sugere e que merece ser investigada e discutida. A hipótese que nos propomos demonstrar, é que *sempre que se abre uma época de revolução social, a primazia se desloca para a esfera da luta de classes*. Por sua vez, sempre que as relações de produção favorecem o desenvolvimento das forças produtivas, a hierarquia

¹⁸⁹ . MARX, Karl. “Prefácio” de **Contribuição à crítica da economia política**. In COHEN, Gerald A . **La teoría de la historia de Karl Marx: una defensa**. Trad. Pilar López Máñez. Madrid, Siglo XXI de España e Editorial Pablo Iglesias, 1986. p.IX.

das forças motrizes se inverte. em uma época em que as relações de produção favorecem o progresso social, ainda que se perpetue a desigualdade, o crescimento das forças produtivas, ou seja, o impulso de um maior domínio sobre a natureza se afirmaria como a força motriz com primazia, à qual a luta de classes estaria subordinada, porque a possibilidade de uma revolucionarização das relações sociais não estaria colocada.¹⁹⁰

A esse propósito, no entanto, como alerta Hobsbawn, comentando justamente o **Prefácio**, é importante não esquecer o fundamental :

“...os seres humanos possuem consciência, a concepção materialista da história é a base da explicação histórica mas não a explicação histórica em si...”¹⁹¹ (grifo nosso)

Ou seja, em última análise, os homens fazem a história, em condições que não escolheram, é verdade, e os desafios que se colocam, têm limites objetivos que estão além das suas vontades, como ensina,

¹⁹⁰ A impossibilidade de usar a categoria da luta de classes (ou unilateralidade do uso), como chave de explicação central, para a interpretação indiferenciada de inúmeros processos e acontecimentos históricos, é uma objeção e crítica dirigida, recorrentemente, contra o marxismo. Este problema, como sabemos, já se colocou, inúmeras vezes, como tema teórico, difícil e delicado, em especial, para os historiadores marxistas de formações econômico-sociais pré-capitalistas. Não é incomum, que no afã de utilizar os conceitos marxistas, em especial a definição e a hierarquia do lugar da luta de classes, para o estudo de fenômenos político-sociais na Antiguidade ou no Medievo europeu, por exemplo, tenham se surpreendido com inesperados obstáculos. O mesmo se poderia dizer, também, para as dificuldades que se colocam para os historiadores do Brasil colonial, diante do tema controverso do lugar, central ou não, da resistência negra ao escravismo, para compreender a evolução da sociedade colonial. Por excesso de zelo, a mão pode pesar. Não porque a luta de classes, entendida no seu sentido mais amplo, como uma luta entre as distintas frações de classe, e os diferentes grupos sociais, mais ou menos homogêneos, não atravesse e convulsione, também, os processos dessas formações sociais. Mas porque a primazia da luta de classes não se afirma, de forma indiferenciada, em toda e qualquer época. São, por isso, criticados por excessos teóricos e ortodoxos, ao tentar impor sobre a realidade um modelo explicativo que seria insatisfatório. Por essa porta, entram os amálgamas teóricos mais surpreendentes. As duas forças motrizes estão sempre presentes, mas emaranhadas, de tal forma, que discernir, em cada situação concreta, as determinações mais importantes e suas mútuas relações, em cada caso, é sempre um desafio. Frequentemente surgem, em função desse debate sobre o lugar da luta de classes, críticas de anacronismo aos marxistas. A discussão que propomos sobre a alternância da primazia das forças motrizes, se respeitados os critérios que sugerimos para a discussão e periodização de épocas diferentes, pode ajudar a esclarecer esse problema. A primazia das forças não poderia ser a mesma, se uma formação econômico-social está em expansão e dinâmica ascendente, ou se está em agonia. Só em épocas de crise prolongada, isto é, em épocas revolucionárias, a primazia da luta de classes abriria o caminho, como a principal força motriz do processo histórico.

¹⁹¹. HOBBSAWN, Eric. “Marx e História” in **Sobre a história: ensaios**. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 175.

amargamente, a história do século XX (com o estrangulamento e reversão das experiências de transição pós-capitalista em restauração). Mas finalmente... os homens fazem a história, ela não se faz a si mesma.

Neste nível de análise, em que Marx opera em uma elevada esfera de abstração histórico-temporal, a abertura de uma época revolucionária não é, nem um prognóstico fatalista, nem um desígnio voluntarista. Surge de um duplo critério objetivo: *a maturidade das forças produtivas* para uma reorganização geral das relações sociais, que abra um caminho para um novo patamar de domínio da humanidade sobre a natureza, garantindo uma relativa abundância; e *a caducidade das relações de produção capitalistas* que seriam um obstáculo a ser removido, mas cuja sobrevivência histórica, dependeria das dores de parto de um processo de transição, cujos contornos ainda não seriam claros: a) um intervalo secular mais breve ou mais longo que a transição anterior? b) uma apreciação dos limites ou da imaturidade objetiva ou subjetiva do sujeito social, o proletariado moderno, que pela sua localização de antagonismo diante da grande propriedade burguesa, estaria chamado historicamente a protagonizar a revolução?¹⁹² c)

¹⁹² Draper afirma que a concepção sobre o papel do proletariado e o lugar histórico da luta de classes começa a se formar nos **Manuscritos econômico filosóficos**, e esse teria sido o grande passo em frente de Marx nesse momento. Engels teria sido pioneiro em relação ao tema do sujeito social, mas nos **Manuscritos**, Marx apresenta as suas primeiras conclusões nos marcos dos estudos da economia política. A luta de classes é assim pela primeira vez identificada como uma força motriz chave do processo histórico, isto é, a ponte que une a Economia à História, e esta à Política. Os níveis de consciência que o proletariado possa ter ou não alcançado sobre o seu lugar central na sociedade capitalista, são, neste nível de análise, irrelevantes. Marx era muito consciente do atraso que a consciência carrega em relação à maturidade dos fatores objetivos, e guarda, portanto, desde as obras de juventude, uma cautelosa reserva metodológica em relação aos níveis de análise do problema. A conclusão fundamental é que o proletariado deve lutar, e nesse processo, pelo caminho difícil, doloroso, mas insubstituível da luta, pela via da experiência, poderá construir a sua organização independente, e se libertar das amarras ideológicas que estão na sua consciência, a herança de séculos de resignação espiritual, prostração moral, impotência e medo político: *"This realization was a giant step. Even Engels' essay had not felt compelled to start with the factory system, that subject was merely promised for a future time. This step likewise does away with the category of Erwerbsarbeit (labor to earn a living) as a central notion. In the factory system, labor is wage labor. Hence the first sentence of the first manuscript is this: "wages are determined through the antagonistic struggle between Capital and worker." Thus with the first sentence the concept of the class struggle becomes inseparable from the analysis of modern society. In marxist theory the class struggle is the middle term, the trait d'union between economics and politics as between economics and historical analysis. This is where it starts as consciously formulated approach.*" (grifo nosso) (DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution**. New York, Monthly review press, 1978. p. 163)

com um novo tipo de articulação entre a esfera nacional e a arena internacional? d) com uma necessidade histórica de uma subjetividade consciente, que resulta em um projeto estratégico novo, único, original excepcional de protagonismo político? e) e “last but not the least”, com ou sem a necessidade de ruptura revolucionária? essas são algumas perguntas-chaves, que estarão no centro de um debate que, todavia, só se desenvolverá mais adiante, e que estará na origem do conceito de crise revolucionária.

Vejamos, por último, uma polêmica que remete ao conceito de época, e mais especificamente, sobre as lutas de classes como força motriz. Sempre fiquei intrigado pela resposta teórica que a historiografia mais conservadora, apresentava como proposta de elucidação do tema das revoluções. Afinal, como interpretar *a recorrência das revoluções políticas*, como terreno das transformações históricas? As dificuldades, como sabemos, não são pequenas, se não considerarmos o conceito de época, situação e crise revolucionária. Alguns esclarecimentos são necessários, para limpar o terreno de perigosas confusões empiricistas: não se pode definir senão como um despropósito de excesso de zelo, exacerbado pela necessidade ideológica, a insistência, ainda hoje, nas teorias conspirativas paranóicas, que procuram explicar as revoluções, como uma obra de lunáticos extremistas e intelectuais ressentidos, que manipulam a ingenuidade das aspirações das massas...

Mas a história pode se beneficiar dos argumentos de duas teorias que alimentam a discussão de forma mais produtiva. Embora parciais e esquemáticas, elas elevam o nível da discussão, ao aceitar que as revoluções não são “aberrações” políticas, mas respondem às necessidades de um certo momento histórico. Com uma origem exterior ao marxismo, mas depois apropriadas por alguns autores marxistas, ou pós-marxistas, se popularizaram, para explicar uma suposta “excepcionalidade” da emergência quase “acidental” de situações e crises revolucionárias no século XX, e

defender que a época contemporânea seria, no fundamental, uma época de prosperidade capitalista, de afirmação da democracia e de reformas. Só como exceções, como terremotos sociais, transitórios e efêmeros, as revoluções perturbariam a marcha serena e evolutiva da história. Ambas partem de premissas diferentes e verdadeiras, ou pelo menos, parcialmente verdadeiras, para retirar conclusões teóricas insatisfatórias. O endereço final é, no entanto, o mesmo, embora os caminhos sejam diversos.

A primeira, que poderíamos definir como a teoria “minimalista”, afirma que situações revolucionárias só seriam possíveis, quando as condições de exploração do proletariado (ou, por extensão, da maioria das populações trabalhadoras pobres, sejam elas camponesas ou outros extractos populares não proletários), são de tal forma intensificadas, que as massas vêm as suas condições de vida reduzidas a níveis de sobrevivência biológica intoleráveis. Erradicada a fome ancestral, a era das revoluções seria uma memória do passado

A segunda, a teoria “democrática” reativa, afirma que não existem nem épocas revolucionárias nem épocas reformistas, e que essas medidas de periodização são imaginárias e descartáveis. Tem dois argumentos principais: (a) atingido um estágio de maturidade civilizatório suficiente, para garantir que o Estado não interferiria na regulação cega feita pelo mercado, garantindo sem ingerências, o impulso de permanente renovação tecnológica; (b) e a maturidade dos regimes democráticos, em que a regulação dos conflitos esteja ordenada pelo império da lei, estaria encerrada a era das revoluções. Elas teriam sido necessárias para abrir o caminho para o capitalismo e para a democracia, mas depois se tornaram obsoletas. As revoluções, assim como as contra-revoluções, seriam, portanto, segundo esta teoria reativa, uma herança de um período histórico passado, um período de desenvolvimento da civilização, anterior à afirmação das modernas democracias. Todas as revoluções teriam sido provocadas pela perenidade tardia de regimes tirânicos e ditatoriais, que mereciam sucumbir, ou como respostas defensivas e reativas, às tentativas de impor regimes ditatoriais, e por isso todas as revoluções seriam, essencialmente, revoluções

democráticas, mesmo quando os seus sujeitos sociais foram as massas populares.¹⁹³ essas só se levantam e mobilizam recorrendo ao uso de métodos revolucionários extra-democráticos, quando subjugadas por tiranias intoleráveis. Mas, estando estabelecidos os regimes democráticos, estaria esgotado o período histórico das revoluções políticas. Em consonância,

¹⁹³ Existem, certamente, outras formulações da teoria reativa. A mais conhecida, é a que defende que a contra-revolução é provocada pelos excessos da revolução. Assim, o nazismo, por exemplo, é, freqüentemente, explicado, e dependendo do caso, justificado, como uma reação defensiva, desesperada, mas defensiva, diante do perigo de um triunfo bolchevique na Alemanha. Na mesma linha, a ditadura militar no Brasil, procurou justificar a contra-revolução em 64, como reação defensiva diante dos excessos populistas e comunistas das mobilizações populares dos anos 62/63. Os exemplos são incontáveis, e remetem até às controvérsias em torno da revolução francesa, e os excessos de radicalismo republicano e plebeu dos jacobinos. De qualquer forma, não há como evitar essa discussão, sempre que o tema da revolução precise ser encarado teoricamente. Revolução e contra-revolução, entretanto, como sabemos, são fenômenos inseparáveis e indivisíveis um do outro, e como ensina a mais elementar dialética, as causas se transformam em conseqüências e vice-versa. Esta discussão, neste terreno de “tribunal ético”, quem tem culpa do quê, é historicamente estéril. A História, gostem ou não os pensadores conservadores, ou os reacionários de sempre, utilizou e utiliza ainda, a revolução como fator de impulso histórico e alavanca de transformação social. Os métodos revolucionários são os que as massas têm à sua disposição, para enterrar os regimes obsoletos que se colocam no caminho dos seus interesses. Se o fazem com excesso de radicalismo, se as revoluções cometem erros e exageros, se na corrente violenta das mobilizações de milhões, são arrastadas, junto com as formas arcaicas de organização social, mais do que seria, eventualmente, necessário, e se cometem injustiças irreparáveis, não cabe aos historiadores julgar. A função da História é buscar as explicações. Nesse sentido, não podem deixar de nos surpreender, as leituras históricas que insistem em repetir os preconceitos mais banais de uma teoria reativa, que acaba julgando com desprezo os “exageros” das mobilizações independentes de massas, sempre acusadas de provocar com seus anseios e expectativas igualitaristas, a feroz contra-revolução. Um exemplo recente pode ser encontrado em Furet: *“Por isso os bolcheviques aparecem em primeiro lugar na escala de seus ódios: eles, ao contrário dos socialistas, ostentam urna interpretação da guerra, e essa interpretação, tanto mais perigosa por contar com sua energia revolucionária, leva diretamente à negação da Alemanha. É em primeiro lugar contra eles que os homens dos corpos francos e das inúmeras associações nacionalistas tem de martelar que a guerra foi perdida porque Alemanha foi traída, mas acabara’ derrotando seus inimigos internos para terminar o que foi interrompido pela traição deles. No momento em que a idéia revolucionária vem em socorro do conservadorismo alemão para trazer-lhe novas paixões, a lenda da punhalada pelas costas fornece-lhe sua representação do inimigo. No fundo, a guerra radicalizou a idéia da missão particular da Alemanha na História, e a derrota não a extinguiu. Pelo contrário, deu-lhe novo brilho, que lhe vem ao mesmo tempo da desgraça nacional e da ameaça bolchevique. Nesse novo duelo da kultur contra a zivilisation, os socialistas não têm muito a dizer, e sua fraqueza espiritual e política é um dos grandes dramas da época. Como democratas e principais defensores da República de Weimar, encarnam junto com o Centro católico um destino ocidental da Alemanha, do lado da zivilisation; esse destino, constantemente contestado na tradição nacional, coincide, além disso, com a adesão aos vencedores. Como socialistas, são oriundos do mesmo ramo que os bolcheviques russos e, embora expostos continuamente a seu ódio e a seus ataques, só os combatem com má consciência, divididos interiormente. São marxistas demais para o que assumem como burgueses, burgueses demais para o que conservam de marxistas: odiados ou desprezados tanto pelos comunistas quanto pela direita revolucionária. Assim, mesmo suas vitórias políticas de 1919-1923 – sobre o bolchevismo e também sobre os nacionalistas – não darão à República nenhum acréscimo de legitimidade. Nesse contexto, o corpo de idéias e de representações postos em circulação por Hitler se torna inteligível.”*(grifo nosso) (FURET, François, **O Passado de Uma Ilusão**, São Paulo, Siciliano, 1995, p.226)

argumentariam como demonstração, a derrota de todas as mobilizações revolucionárias de massas, que encontraram pela frente a solidez dos regimes democráticos republicanos. Assim, a humanidade poderia prosseguir o curso evolutivo civilizatório do progresso, poupando-se das agruras das convulsões de massas. A época das revoluções seria coisa do passado.

Vejam, mais detalhadamente, essas duas formulações sobre época e suas premissas teórico-históricas. Consideremos primeiro, a hipótese minimalista e seus pressupostos: ela se sustenta, como vimos, defendendo que, eliminadas as condições materiais e culturais atrozes herdadas do passado pré-capitalista, a humanidade estaria poupada dos horrores das convulsões revolucionárias. Em resumo, sem pobreza biológica, não ocorreriam mais revoluções.¹⁹⁴ Assim, como a fome e a miséria mais

¹⁹⁴ No Brasil se estabeleceu um incrível senso comum muito difundido a esse respeito: a idéia de que os pobres (proletários, negros, ignorantes) só lutam quando estão desesperados e com a barriga vazia. Feijão, farinha, cachaça, futebol, samba e sexo, seriam o bastante, para assegurar a paz social e a resignação política das massas. Existe até uma produção teórica nas Ciências sociais e na História, incapaz de imunizar-se dos mais desconcertantes preconceitos de classe. em um país, como o Brasil, com impressionantes desníveis de escolarização, desigualdade social, e discriminação racial, entre outros, os preconceitos culturais são moeda comum. A subestimação das classes populares, em grande medida herdada como parte da tradição que o escravismo deixou, se expressa na visão do protagonismo dos sujeitos sociais populares como um “outro”, um curioso estranhamento do país em relação a si mesmo, e também em um incorrigível cepticismo diante das lutas emancipatórias. Vem, às vezes, simetricamente acompanhado de um deslumbramento infantil diante da força da luta do povo, quando este se coloca em movimento. Evidentemente, as massas populares lutam pelo direito à vida, e em um país como o nosso, em que a fome não é um registro literário do passado, combates violentos e ferozes na luta de classes visam garantir as mais elementares condições de sobrevivência. Mas as massas têm muitas fomes pendentes para serem saciadas. Sob a pressão de suas reivindicações, no campo e na cidade, proletários e camponeses, populares e despojados, e mesmo uma maioria dos sectores médios assalariados urbanos tendem à ação sob bandeiras com forte conteúdo anti-capitalista. Esta tensão social latente resulta da insatisfação histórica de demandas e expectativas sempre postergadas. A pressão das tarefas, adiadas por um longo período, por isso, antecede a disposição dos sujeitos sociais, e essa dialética explica o fenômeno do substitucionismo das classes. Nos anos 90, por exemplo, o eixo da luta de classes se deslocou dos grandes centros urbanos para as lutas pela terra. Esse fenômeno, aparentemente conjuntural, tem, no entanto, inúmeros precedentes que merecem a nossa atenção. A revolução russa foi, em grande medida, um primeiro laboratório histórico do que podemos denominar o substitucionismo histórico. Se um regime odioso, como era o Czarismo, é visto, a partir de determinado momento da experiência histórica, como um obstáculo que a sociedade, ou seja a maioria do povo, precisa e quer derrubar, e se a burguesia russa, nesse exemplo, era incapaz, por inúmeras razões, de se colocar à frente do mal estar das massas para liquidar a tirania, então, ocorre o processo de substitucionismo social, e a massa operária e camponesa assume o papel de se lançar à luta e fazer a revolução democrática anti-feudal. Mas, ao se colocarem em movimento para derrubar o regime de tirania, e descobrirem as forças insuspeitas, que depois percebem ter despertado, as massas vão até ao fim na defesa de suas reivindicações, e ocupam as fábricas, os campos e os quartéis, e resistem a devolver o poder que conquistaram nas ruas à burguesia. No século XX, todas as revoluções políticas democráticas têm, portanto, elementos anti-capitalistas. E assim como o proletariado assumiu a frente

aberrantes, teriam sido erradicadas nos países centrais, ou reduzidas a um fenômeno marginal, a perspectiva de situações revolucionárias seria, somente, uma possibilidade pitoresca em países muito atrasados. A própria luta de classes seria um fenômeno residual, já que os sujeitos sociais coletivos teriam sido pulverizados pelas sucessivas reestruturações produtivas do capitalismo.

A teoria minimalista comete também um erro de perspectiva histórica, ao reduzir a abertura de situações revolucionárias esquematicamente a um quadro desolador de miséria crônica.¹⁹⁵ As situações

da luta de massas contra o Czarismo, em outras revoluções, os camponeses, como no caso das revoluções chinesa e vietnamita, ou as classes populares, incluindo a maioria das classes médias urbanas, como na revolução cubana, podem assumir a frente do processo, em uma nova dinâmica de substituição. A pressão das tarefas pode ser mais aguda do que os ritmos de amadurecimento político dos sujeitos sociais. Essa dinâmica de permanência da revolução, impulsiona a radicalização do processo até o limite de uma segunda revolução, a ruptura com o Estado Capitalista. A “engrenagem” de permanência só se explica pela natureza da época, ou seja, porque se demonstrou impossível realizar a obra da revolução, sem cruzar as fronteiras da propriedade privada. Não se deveria, contudo, confundir essa segunda ruptura, ainda uma revolução política, só que mais profunda, porque não somente derrubou um regime, mas transferiu o poder para as mãos de outra classe, com a expropriação dos grandes meios de produção, porque os dois processos, o deslocamento do Estado Burguês, e a revolução econômico-social, podem ter também um intervalo e não estão mutuamente condicionados. Por outro lado, o intervalo entre a primeira e a segunda fase, pode ser maior ou menor, em função de variados fatores. Finalmente, a revolução pode ser abortada durante o processo: a maioria dos fevereiroiros do século XX, de fato, não desembocaram em Outubro. Mas a dinâmica dos processos foi, e parece ser ainda, tendencialmente, nessa direção. Não se pode, todavia, descartar outras hipóteses.

¹⁹⁵ Marx previa uma crescente pauperização das massas trabalhadoras. Como sabemos, o balanço desse prognóstico, está indissolavelmente ligado às discussões de estratégia. Não poucos marxistas defendem, com unhas e dentes, que Marx se teria equivocado. Esta discussão não parece, todavia, tão simples: acertou ou errou? Existiram, é certo, períodos de crescimento sustentado que reduziram os extremos de desigualdade e pobreza nos países centrais, em particular nos trinta anos do pós-guerra. Mas mesmo nos centros dos Impérios que governam o mundo, nos últimos vinte e cinco anos, a nova crise prolongada tem tido efeitos devastadoras sobre a nova geração. Se ela atinge em primeiro lugar, os sectores mais vulneráveis dos trabalhadores, os imigrantes e os jovens, isso não quer dizer que os batalhões mais massivos do proletariado estejam poupados. A fome é ainda um fenômeno crônico no final do século XX, e a miséria biológica vítima, pelo menos, um em cada três seres humanos, algo próximo a dois bilhões de seres humanos. Na medida em que a crise de super-acumulação de capital exige uma elevação da taxa de exploração, ou seja um aumento da extração de mais valia, para impedir a queda das taxas médias de lucro, mesmo os trabalhadores dos países centrais têm as suas conquistas ameaçadas. Assim, ainda que com flutuações históricas, que alimentaram conclusões apressadas e impressionistas, na longa duração, o prognóstico premonitório de Marx, se apresenta com uma atualidade surpreendente. A seguir uma passagem do manifesto de fundação da Primeira Internacional, de dezembro de 1864: *“Y así, vemos que, es hoy, en todos los países de Europa, una verdad comprobada para cualquier espíritu exento de prejuicios y que sólo niegan los prudentes e interesados predicadores de un paraíso de necios, que ni el desarrollo de la maquinaria, ni los descubrimientos químicos, ni la aplicación de la ciencia a la producción, ni los progresos de los medios de comunicación, ni las nuevas colonias, ni la emigración, ni la apertura de nuevos mercados, ni el librecambio, ni todo ello junto, puede acabar con la miseria de las masas trabajadoras, sino que, por el contrario. mientras se mantenga en pie, la falsa base actual, todo nuevo desarrollo de las fuerzas productivas del trabajo, debe tender necesariamente a ahondar los contrastes sociales y agudizar la contradicción social. Durante esta “embriagadora” época de progreso económico, la muerte por hambre casi se ha elevado al rango de una intitución en la capital del Imperio Británico. En los anales*

revolucionárias se abrem, e ou, as revoluções ocorrem, em geral, como uma resposta da sociedade diante de uma crise social ou de um impasse histórico, sem solução visível, por outros meios, a não ser, a entrada em cena das mobilizações de massas. Nesse sentido, *elas são indissociáveis das condições de crise, que surgem aos olhos das classes sociais, como catástrofes que exigem medidas inadiáveis. A apreensão subjetiva pelos sujeitos sociais, de uma situação, como catástrofe intolerável, é sempre, no entanto, relativa.* Por relativa, se quer dizer, que é inseparável de uma experiência e uma expectativa histórica anterior. Por isso não é possível estabelecer, a priori, uma escala de medidas para o insustentável e para o intolerável. Como e quando o humor das massas, sejam elas proletárias, camponesas, populares ou, até mesmo, das camadas médias, evolui no sentido da exasperação é, em cada caso, um processo singular.

Por quê, o que antes era aceito de forma resignada e passiva, depois é considerado odioso e insuportável? Esse é um processo subjetivo de flutuação da consciência de classe e da consciência política, que se altera de acordo com inúmeras variáveis que se traduzem em deslocamentos nas relações de forças.¹⁹⁶ Poder-se-ia mesmo argumentar

del mercado mundial, esta misma época se ha caracterizado por la repetición cada vez más rápida, la extensión cada vez más amplia y los efectos cada vez más mortíferos de esta peste social que se llama la crisis industrial y comercial.” (grifo nosso) (MARX, Karl, **Manifiesto Inaugural de la Asociación Internacional de los Trabajadores**, in **La Internacional**, Mexico, Fondo de Cultura Económico, 1988, p.4/5)

¹⁹⁶ Não tem, portanto, qualquer possibilidade de sustentação histórica, a premissa que vincula o recurso aos métodos revolucionários, à existência prévia de uma situação terminal de pobreza material. O argumento de efeito, contudo, faz estragos e impressiona os desavisados. A discussão não é, no entanto, trivial. Só em duas condições, para resumir o problema de uma maneira brutal, as classes populares em geral, e o proletariado em particular, suspendem as hostilidades mais ou menos abertas na luta de classes, e ainda assim temporariamente. Ou na seqüência de grandes derrotas, quando se entrincheiram atrás de suas organizações tradicionais, e a passividade é mais um intervalo para a recuperação de forças, do que resignação, ou quando ocorrem períodos de intensa mobilidade social ascendente, fases de crescimento econômico sólido, em que as concessões se antecipam às reivindicações. A força desta linha de análise, reside na experiência de que, dificilmente, se poderá encontrar o exemplo de uma situação revolucionária nos marcos de uma situação econômica de expansão e crescimento, se acompanhada de margens mais ou menos elásticas e alargadas de mobilidade social ascendente. Ou seja, um cenário de prosperidade econômica perene e sustentada, em que as classes populares podem experimentar a vivência de uma ampliação de direitos e de satisfação de expectativas materiais e culturais, muito improvavelmente, poderia degenerar em uma crise social e política que pudesse ser o fermento de mobilizações revolucionárias. Tudo isso é certo, e por isso o argumento minimalista impressiona. Mas ele é, todavia, essencialmente, falso e preconceituoso. Todas

que em situações de pobreza mais aguda, as massas populares encontram mais dificuldades de buscar a via da auto-organização e da mobilização coletiva e solidária para defender os seus interesses e reivindicações. A

as classes lutam, com maior ou menor vigor e decisão, por suas reivindicações, direitos e interesses, de acordo com a maior capacidade de organização e consciência de classe que alcançaram na luta e através de uma experiência histórica que sempre se renova. Cada classe tem, por sua vez, as suas tradições próprias de auto-organização e seus métodos de luta: os camponeses obstruem estradas e caminhos e forçam o desabastecimento, invadem fazendas e ocupam prédios públicos e bancos, fazem reféns, os operários fazem greves e ocupam as fábricas, os estudantes fazem assembléias de massas, ocupam universidades e escolas, e invadem as ruas, as classes populares nos bairros ocupam terrenos, fazem barricadas, incendeiam ônibus. Quanto mais homogênea socialmente, quanto mais em umerosa e concentrada, mais acelerado é o processo de descoberta da força social de uma classe explorada e oprimida. O proletariado, em particular, revelou, neste século, uma capacidade singular de articular redes de solidariedade social estáveis. Quando e como o protagonismo das classes sociais subalternas, evolui até o estágio em que se afirma a disposição para ações revolucionárias é um processo que só se explica na luta de classes, em um confronto em que as outras alternativas se esgotam de tal maneira, que não surge outro caminho, senão derrubar o governo e lutar pelo poder. Por outro lado, as situações revolucionárias não são iguais umas às outras. Existem, pelo menos, dois tipos diferentes de situações e crises revolucionárias: por isso estamos trabalhando com a metáfora das revoluções de Fevereiro e das revoluções de Outubro. A rigor, como veremos, há variados tipos de revoluções de fevereiro, as que transcrevem em insurreição e as que não, as que têm uma direção incontestável e as mais espontâneas, as que amadurecem ao ponto de que haja tempo e experiência para a construção de organismos de duplo poder e as que são congeladas quando ainda a pulverização do poder, se expressa nas ruas pela ação direta, sem organicidade. Mas as classes sociais não lutam somente em situações terminais de pobreza. A luta de classes não se interrompe quando a situação econômica do capitalismo é mais favorável. Ela assume, somente, outras formas. As formas podem ser mais moleculares ou mais radicalizadas, mas a luta de classes está sempre lá. As migrações internas dentro de países ou externas de uma região do mundo para outra, são formas da luta de classes. O absentismo, crônico em inúmeros países, com taxas, às vezes, superiores a mais de vinte por cento das populações economicamente ativas, é outra maneira de resistência molecular. As classes lutam de acordo com as condições das relações de forças e às experiências acumuladas. Muito antes de virem o seu nível de vida cair a níveis de sobrevivência biológica, tanto o proletariado como as outras classes não proprietárias lutarão, e, se necessário, com energia revolucionária, na defesa dos seus interesses. As pessoas, nas condições individuais mais difíceis ou mais fáceis de suas vidas podem renunciar voluntariamente ou não à defesa do que já conquistaram. Mas as classes não renunciam coletivamente à defesa de seus interesses. Não existe essa possibilidade histórica de suicídio político de uma classe. As classes lutam enquanto tiverem forças ou enquanto não forem esmagadas. Muito antes de perderem tudo o que possuem as classes populares e o proletariado em especial se levantarão. A defesa das conquistas do período anterior pode precipitar situações revolucionárias muito antes de que se chegue a um quadro de miserabilidade completa. E se a análise marxista da época do imperialismo moderno estiver correta, então, será necessário ao capitalismo descarregar sobre os ombros das classes trabalhadoras dos países centrais os custos das medidas anti-populares indispensáveis para neutralizar a queda da taxa média de lucro, ou seja, será incontornável um confronto com as conquistas sociais da fase do Estado de Bem Estar social na Europa, nos EUA e no Japão. Isso ocorrendo, veremos com que métodos os proletariados mais poderosos do planeta irão se defender. Muito antes de perder o direito ao consumo diário de um litro de vinho e as sagradas férias de verão a classe operária francesa se colocará de pé. Muito antes de perder o direito ao segundo carro o proletariado branco norte-americano sairá em massa para a luta. Processos muito semelhantes também se darão com os milhões de assalariados de classe média com elevada escolaridade, enfurecidos com a limitação às suas conquistas sociais. A política reacionária de ajuste e austeridade fiscal, atingirá também, sem piedade, os sectores populares urbanos não proletários e os obrigará a se colocar em movimento. Situações e crises revolucionária serão, portanto, mais freqüentes ainda do que no passado.

maioria dos economistas deslocam a sua atenção para o fato verdadeiro, é certo, de que as crises econômicas prolongadas são uma pré-condição, e de alguma maneira, o caldo de cultura de inovações tecnológicas e reestruturações produtivas do capitalismo. Gigantescas massas de capital são então mobilizadas para garantir a renovação dos padrões da infra-estrutura produtiva, e se objetivam em capital fixo. E retiram como conclusão desses processos, que mesmo na crise, o capital persiste na sua missão civilizadora. Se a sua educação humanista lhes exige algum senão, reconhecem que as passagens não são indolores, e a sociedade é obrigada a pagar um preço alto pelas convulsões cegas dos ajustes da mão invisível.

Mas desprezam, solenemente, o fato que nas três vagas descendentes das últimas três ondas Kondratiev, os momentos históricos de mais profunda crise do sistema, que por sua vez alimentaram sucessivamente o imperialismo anexionista do final do século, o nazi-fascismo e o neoliberalismo, foram as classes dominantes e proprietárias, que se lançaram em uma ofensiva sobre os trabalhadores e sobre os povos dos países dominados, ou seja, que se apressaram em jogar sobre os ombros da sociedade, os custos sociais terríveis da crise econômica recessiva ou depressiva prolongada. Donde se conclui que, mesmo em um sentido de longa duração, não se conclui com evidências favoráveis à hipótese minimalista.¹⁹⁷

A teoria reativa “democrática” tem, em grande medida, ainda mais dificuldades. A revolução entendida exclusivamente como uma reação defensiva da sociedade em defesa do regime democrático, é uma construção ideológica insatisfatória. Ninguém em sã consciência poderia, é claro, diminuir a importância das lutas pelas liberdades democráticas. Em

¹⁹⁷ As quatro principais vagas revolucionárias do século, que sacudiram os países centrais do sistema, não correspondem a uma periodização, que possa se harmonizar, seja por onde for, com a hipótese minimalista. Correspondem, por certo, a respostas das massas a grandes catástrofes, mas não se vinculam às periodizações das grandes crises econômicas. Duas delas, 17-23 e 45-49, sucederam ao final das duas grandes guerras, demonstrando que a guerra é invariavelmente a ante-sala da revolução. A terceira 68-79, se produziu coincidindo com o final da fase de crescimento do pós guerra, e teve seu ponto mais avançado e radicalizado em Portugal, onde o regime salazarista sucumbiu depois de quase quinze anos de uma guerra colonial em África, um “Vietnam” insolúvel militarmente, que acabou abrindo uma situação revolucionária na metrópole. A última 89-91, atingiu o Leste Europeu e a URSS.

particular neste século, quando a guerra, talvez, mais revolucionária da História, foi travada, para derrotar o nazi-fascismo. Por outro lado, um razoável consenso histórico já se estabeleceu, felizmente, reconhecendo o papel das classes trabalhadoras na conquista da democracia. É sempre bom lembrar, que o sufrágio universal só se estendeu no Ocidente, afinal, ao final do XIX, depois de um século de difíceis lutas e combates dos trabalhadores (o direito feminino de voto é ainda mais recente). Além disso, a experiência do século parece ensinar que a tendência ao bonapartismo ou ao fascismo, não se explica por uma patologia especial das sociedades italiana, alemã, espanhola ou portuguesa, mas tem raízes históricas inseparáveis da crise do capitalismo, e pareceria ser um fenômeno meio crônico da contra-revolução burguesa. A permanência tardia do capitalismo como um sistema de desigualdade social, exige, em momentos de crise, uma limitação severa, senão a destruição das liberdades democráticas. Já ocorreu, portanto, no passado, e não há porque não pensar que possa vir a acontecer, no futuro, revoluções que se iniciam como revoluções democráticas contra a tirania ou contra a tentativa de impor uma tirania. Mas isso não esgota uma classificação das revoluções do século XX: elas tiveram outras bandeiras e outras formas.

O problema da teoria reativa “democrática”, é, no entanto mais complexo, porque envolve uma reapreciação de toda a história do século. Essa posição, em coerência com seu *parti-pris*, defende que a revolução de Outubro, finalmente, a única revolução anticapitalista que teve o proletariado como sujeito social, teria sido *a última das grandes revoluções do século XIX*: ao triunfar, em um país de importância central para o sistema, era a expressão da *última vaga da época das revoluções burguesas*, e, por isso, a sua obra foi mais a derrubada do Czarismo, do que a expropriação do Capital. Teria sido, assim, uma completa exceção histórica, um acidente histórico, um anacronismo desnecessário, porque teria conduzido ao poder os bolcheviques com um programa “irrealista” de transição ao socialismo, em uma época em que o capitalismo estava muito longe de esgotar as possibilidades de expansão das forças produtivas. Conclui-se, portanto, em

decorrência, que os mencheviques tinham razão, que a História os absolveu em 89, com a restauração capitalista, e que a revolução deveria ter se resumido à tarefa de eliminar uma excrecência absolutista anacrônica no século XX. Por último, a conclusão teórica que se impõe, nessa linha de raciocínio: Outubro teria fechado a época das revoluções burguesas, ao invés de abrir a época das revoluções proletárias.¹⁹⁸

¹⁹⁸ O tema da revolução russa é uma presença obrigatória em todas as discussões históricas sobre periodização de épocas e situações, por variadas razões. A principal e inescapável, mas freqüentemente desprezada, é muito simples: Outubro demonstrou que era possível. Até Outubro, a possibilidade de uma revolução socialista era uma hipótese que provavelmente a maioria dos dirigentes dos partidos operários de massa, encarava como um prognóstico de Marx para um futuro além do seu horizonte político, isto é, para as calendarias gregas. Mas a revolução de Outubro colocou todos os esquemas de cabeça para baixo. Hobsbawm se interessa vivamente pela questão e localiza, com razão, a importância que os bolcheviques davam aos desenlaces da revolução alemã: compreendiam a sua revolução como uma ante-sala da revolução européia, e da alemã em particular. Simplesmente não tinha ocorrido a ninguém de educação marxista, que fosse possível iniciar a construção do socialismo na atrasada Rússia antes de 24/5. Mas, acrescenta que a história teria demonstrado que a Alemanha não correu o risco de viver um Outubro. Essa conclusão, todavia, está longe de ser um consenso histórico. Primeiro é importante não esquecer que a Alemanha viveu uma revolução vitoriosa em Novembro de 18, e, provavelmente, a situação revolucionária se manteve aberta pelo menos até 23, quando se teria deflagrado uma segunda crise revolucionária, talvez mais profunda que a de 18/19. Que esta segunda crise revolucionária tenha sido derrotada, não significa que não tenha existido. De qualquer maneira é muito interessante observar como a argumentação de Hobsbawm elege o tema da iminência da revolução alemã para compreender as escolhas dos bolcheviques. Não só ele tem razão ao fazê-lo, como assim se demonstra, a importância da discussão histórica sobre o que são, finalmente, situações e crises revolucionárias: *“Antes de 1917, nenhum observador realista esperava, durante mais que um único momento, que o czarismo sobrevivesse, e muito menos superasse seus problemas, mas em 1917-8, o roteiro de Marx e Engels parecia muito provável. Não culpo os revolucionários alemães e russos por terem essas esperanças no período de 1917 a 1919, embora eu tenha afirmado alhures que Lenin não deveria ter acreditado nisso até 1920. Durante algumas semanas ou mesmo meses no período de 1918 a 1919, poderia parecer provável uma expansão da Revolução Russa para a Alemanha. Mas não era. Penso que hoje há um consenso histórico a esse respeito. A Primeira Guerra Mundial abalou profundamente todos os povos nela envolvidos, e as revoluções de 1917-8 foram, acima de tudo, revoltas com aquele holocausto sem precedentes, principalmente nos países do lado que estava perdendo. Mas em certas áreas da Europa, e em nenhuma outra mais que na Rússia, foram mais que isso: foram revoluções sociais, rejeições populares do Estado, das classes dominantes e do status quo..Não acho que a Alemanha pertencesse ao setor revolucionário da Europa. Não acho que parecesse pelo menos provável uma revolução social na Alemanha em 1913. Ao contrário do czar, acredito que, não fosse pela guerra, a Alemanha do kaiser poderia ter solucionado seus problemas políticos. Isso não quer dizer que a guerra fosse um acaso inesperado e inevitável, mas essa é uma outra questão. Claro que os líderes social-democratas moderados desejavam impedir que a Revolução Alemã caísse nas mãos dos socialistas revolucionários porque eles próprios não eram nem socialistas nem revolucionários. De fato, nem mesmo desejavam se livrar do imperador. Mas não é esse o ponto. Uma revolução de outubro na Alemanha, ou algo parecido, não era um risco sério e, portanto, não precisou ser traída.”*(grifo nosso) (HOBSBAWM, **Podemos escrever a História da Revolução Russa?** In **Ensaio sobre a História**, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.262)

A discussão sobre época, colocada desta forma é, no entanto, claramente insustentável.¹⁹⁹

¹⁹⁹ Pensar a revolução russa como a última das revoluções democráticas do XIX, e Outubro como um golpe de estado, um *putch* blanquista, tem outra consequência: exige ignorar que uma situação revolucionária se abriu como uma vaga em toda a Europa Central, em especial, a desenvolvida e civilizada Alemanha, e não foi uma exceção que atingiu somente o arcaico e anacrônico Império do Czar. A subestimação da profundidade da revolução alemã, no entanto, merece uma explicação histórica. Ela resulta muito possivelmente, do fato de que, finalmente, foi Hitler quem chegou ao poder, sobre as ruínas de Weimar. Mas não é um despropósito completo, que se pense que, se as classes trabalhadoras alemãs não foram capazes sequer de defender a democracia, como poderiam ter se colocado a perspectiva plausível de um Outubro alemão? Sendo compreensível, esse raciocínio é, essencialmente, falso. A questão histórica na verdade deve ser feita pelo caminho inverso: é talvez porque os trabalhadores fracassaram em oferecer ao conjunto da sociedade e à maioria da nação uma saída socialista que foi possível a Hitler chegar ao poder. Pelo menos em 23, era muito mais credível um governo operário do que um Governo nazi. É importante recordar quais eram alguns traços da situação social em 23 quando a greve geral derrubou de forma fulminante o governo Cuno, e levou o SPD ao governo de novo, e Hilferding ao Ministério das finanças (para realizar o plano de estabilização monetária que inspirou a idéia da URV do Plano Real no Brasil em 94). O Ruhr estava sob ocupação militar francesa, como represália à moratória unilateral que o governo alemão tinha sido obrigado a declarar para as dívidas das reparações de guerra, em função da situação econômica caótica. Caótica não é sequer uma força de expressão. A taxa de juros tinha escalado a montanha dos 100% diários. A inflação tinha disparado para fora de controle, uma verdadeira hiper (muito diferente da nossa conhecida super-inflação dos anos 80). Para que se tenha uma idéia: o dólar americano tinha passado de 1000 marcos em abril de 22, para 56.000 marcos em meados de janeiro de 23 e tinha atingido 60 milhões em 7 de setembro do mesmo ano. Um ovo custava 300 marcos em fevereiro de 23 e 30.000 em agosto. As estatísticas informam que os salários teriam subido em média 87.000 vezes e os preços médios 286.000 vezes. O salário semanal de um metalúrgico era de 300 marcos no final de 22 e em julho de 23, de 4 milhões: mas em dólares o salário tinha caído de 30 para 14. A antiga Alemanha orgulhosa tinha desabado, em poucos anos, a níveis de miséria impensáveis: a fome generalizada, milhões de desempregados, colapso social. Com o nivelamento social por baixo que a transferência de renda produz em pouquíssimo tempo em uma situação de hiper-inflação, a antiga aristocracia operária que tinha acumulado lentamente conquistas organizada pelo poderoso SPD tinha deixado de existir. A prática política de décadas do reformismo não era mais possível: as bases materiais tinham desmoronado. O PC da Alemanha crescia de forma vertiginosa, e tinha se transformado já no partido majoritário da juventude trabalhadora, talvez até da classe trabalhadora. Tem então algo em torno de 220.000 militantes; publica 38 jornais diários com um total de 340.000 assinantes; no Reichstag são só 14 deputados nacionais, contudo são 72 nas assembleias regionais na províncias e 12.000 conselheiros municipais em 420 cidades. Mas é nas empresas que é mais claro o progresso dos comunistas, porque a atividade sindical concentra o grosso de suas forças e seus esforços, e é junto aos sectores mais concentrados do proletariado que a sua influência se eleva mais rápido, embora ainda sejam, na direção dos sindicatos, uma minoria em relação ao SPD. De qualquer forma, vale a pena conferir o fragmento de Broué, que relata como, contra o SPD, os comunistas dirigiram a greve geral que derrubou o governo Cuno. Segundo este historiador da revolução alemã, em 23 teria se aberto, sem margem de dúvida, uma crise revolucionária: *“Le 11 août est jour de fête, fête de la Constitution de Weimar. Vers 10 heures du matin commencent à arriver dans des autos ou sur des motos arborant le fanion rouge et se dirigeant vers les salles voisines(...) quelque 2000 ouvriers, délégués des conseils d'usine de l'agglomération berlinoise convoqués pendant la nuit et au petit matin par le comité des Quinze. La police ne se manifeste pas, en dépit du rassemblement que cette réunion provoque dans le quartier. Au nom du comité, Hermann Grothe propose une grève de trois jours et un programme en neuf points: démission du gouvernement Cuno, formation d'un gouvernement ouvrier et paysan, réquisition des vivres et leur répartition sous contrôle des organisations ouvrières, reconnaissance officielle des comités de contrôle, levée de l'interdiction des centurions prolétariennes, salaire horaire minimal de 60 pfennigs-or, embauche de tous les chômeurs, levée de l'état d'urgence et de l'interdiction des*

Menos de quarenta anos depois de Outubro, mais de um terço da humanidade vivia em países em que a propriedade privada dos grandes meios de produção tinha sido eliminada. Isso parece ser uma “exceção” grande demais. O mundo tinha passado pelo calvário da segunda guerra mundial e vivido o horror do nazi-fascismo.

Existem discussões históricas, como sabemos, que são razoáveis, difíceis de serem resolvidas e que permanecem em aberto até que o tempo, os desenlaces do debate e os progressos da pesquisa permitam esclarecer as controvérsias. Pode-se, sem dúvida, discordar, por exemplo, sejam quais forem os argumentos, sobre a presença ou ausência do proletariado como sujeito social revolucionário neste século. Mas não é razoável discutir, depois décadas e décadas de guerras e confrontos terríveis entre revolução e contra-revolução, qual é a natureza da época. Pode-se até, especular prospectivamente sobre o futuro, e avançar hipóteses sobre uma mudança de época no final dos anos 80, a partir da restauração capitalista, por exemplo. Como já tentamos demonstrar, essa posição parece difícil de ser solidamente argumentada, mas não mereceria ser inteiramente desprezada. Ela é pertinente ao debate, porque este está, por enquanto, inconcluso. Afinal, o futuro é sempre mais complexo do que nossos prognósticos podem apreender. Mas não parece, entretanto, ter o mínimo fundamento reescrever

*manifestation, libération des prisonniers politiques ouvriers. Il n'y a pratiquement pas de débat et la décision est prise à l'unanimité. L'objectif premier de cet appel – que Die Rote Fahne public dans l'après-midi, moins le passage sur le gouvernement « ouvrier et paysan » censuré en vertu du récent décret – est de généraliser la grève à tout le pays. Elle s'étend effectivement, et il y a de sérieuses bagarres dans plusieurs grandes villes, de fusillades à Hanovre, Lülbeck, Neurode Grothe rédige pour le comité des Quinze des directives on vue de la grève générale: élection de comités de grève, organisation de comités de contrôle et de centuries prolétariennes, appel aux partis et syndicats ouvriers pour un front unique préparant un gouvernement ouvrier et paysan, désarmement des groupes fascistes par les centuries prolétariennes, propagande de fraternisation en direction des militaires et des agents de police. Il semble bien que le mouvement des masses se coule dans le cadre préparé pour lui par le parti communiste et le comité des Quinze. **La grève est de toute évidence alimentée par le désir des travailleurs d'en finir avec ce gouvernement Cuno, accusé d'être responsable de la misère généralisée. Quelques dirigeants social-démocrates on prennent conscience et comprennent que la position qu'ils ont prise à la réunion du 10 est extrêmement dangereuse dans la mesure ou elle risque, aux yeux des travailleurs, de les lier à Cuno et à sa politique. Ils font donc faire un pas vers eux on annonçant que le Parti social-démocrate refuse désormais son soutien à Cuno et qu'il est prêt à entrer dans un gouvernement de « grande coalition » avec les partis du centre, à condition que celui-ci entreprenne une action sérieuse pour améliorer les conditions de vie des travailleurs et***

uma apreciação do século que se encerra, ignorando que foi a época mais revolucionária da história da humanidade, tal como Marx tinha previsto.

Isto posto, é necessário reconhecer que o seu argumento de efeito também impressiona, pelo menos, em um primeiro momento: afinal, todas as revoluções sociais que triunfaram (Rússia, China, Vietnam, Cuba, Nicarágua, Irã, etc...) derrubaram regimes ditatoriais. Mas a *coincidência de formas históricas* não nos deve levar a uma miopia sobre *conteúdos sociais distintos*. Assim, ela se equivoca no fundamental: qual seria a *natureza social da contra-revolução* neste século. Ela confunde fenômenos que não podem ser agrupados, na ligeireza. As revoluções burguesas foram revoluções democráticas anti-feudais, ou anti-aristocráticas. Ainda que o regime do Czarismo fosse herdeiro tardio da *contra revolução aristocrática* do século XIX, é inegável o *conteúdo burguês* da reação político-militar que se expressou nos exércitos brancos na guerra civil na Rússia e depois, com mais razão e de forma mais clara, no fascismo, no nazismo, e em todas as incontáveis ditaduras do século XX.

Isso se explica, em primeiro lugar, como uma reação aos novos conteúdos sociais das mobilizações das massas operárias, camponesas e populares. Esse *novo conteúdo histórico-social* é *anti-capitalista*, e por isso, sempre que as revoluções políticas, democráticas ou nacionais venceram, mais cedo ou mais tarde, abriram o caminho para revoluções sociais anti-capitalistas, e, nessa dinâmica, a questão da expropriação da propriedade privada, ou seja, dos meios de trabalho, se colocou, tenham ou não triunfado.²⁰⁰

sortir de la crise.”(grifo nosso) (BROUÉ, Pierre, **Histoire de L’Internationale Communiste**, Paris, Fayard, 1997, p.320)

²⁰⁰ Neste aspecto, se concentra a dialética entre tarefas e sujeitos sociais que resume a teoria da revolução permanente, seja qual for a sua versão, desde Marx até hoje. O substitucionismo social, o “núcleo duro” da teoria, se apóia em uma compreensão de que a força da necessidade das tarefas à escala mundial, exerce um grau tão elevado de pressão, que as tarefas que, historicamente, corresponderiam a uma classe, mas que, pelas mais diferentes razões, faltou ao seu encontro com a História, passariam a ser cumpridas por outra. Era, talvez, nesse sentido que Marx pensava o famoso “a História não se coloca problemas que não possa resolver”. Claro que o próprio Marx, foi sempre muito cauteloso em retirar conclusões teóricas apressadas, e, por isso, só esboçou a possibilidade de substituição da burguesia como sujeito social, e ainda assim, em um texto essencialmente “alemão”, o famoso *Adresse à Liga dos Comunistas*, apresentando uma proposta, que trabalhava com a hipótese de

que a pequena burguesia poderia substituir a burguesia na revolução democrática, ou seja uma reedição da experiência jacobina. Como sabemos, esta hipótese não se verificou, ou só se manifestou muito parcialmente, nas revoluções de 48. As transições tardias assumiram, finalmente, formas não revolucionárias, tanto na Alemanha (o regime bismarckista, com seu exdrúxulo equilíbrio de forças sociais, que permitiu o aburguesamento dos junkers, sem revolução camponesa, e a industrialização capitalista sem desmoronamento do II Reich), quanto, em muito menor medida, na Itália. A explicação “última” para esse processo tortuoso, está em uma dialética entre Revolução e Reforma, que escapa às análises que perdem a referência da dimensão internacional da transição burguesa: é porque a burguesia francesa ensaiou, mesmo que “com o freio de mão puxado” uma segunda revolução para derrotar a Restauração, que a burguesia alemã, renunciou à sua revolução de “89”. Alertada pelo exemplo de Paris, para o despertar das novas forças sociais proletárias, sobretudo na insurreição de Junho de 48, preferiu uma solução de compromisso com os “terratenentes” prussianos, e tolerou o bismarckismo até quase o final do XIX. Só então, se sentiu mais confortável, representada por um regime democrático/semi-bonapartista, construído por cima, através de reformas controladas, entre as quais, a legalidade do SPD, sempre foi uma das questões centrais de disputa. Todas essas observações, são ainda mais pertinentes para compreendermos os conflitos sociais na época mais revolucionária da História da humanidade. No século XX, a engrenagem da “Permanente” resume as leis fundamentais do processo revolucionário contemporâneo: confirmou-se de tal maneira e em uma tal escala, que fazem os prognósticos, tanto de Marx quanto de Trotsky, parecerem muito tímidos. O substitucionismo social ultrapassou tudo que as mentes mais audaciosas pudessem prever, e quem sabe, o que ainda nos está reservado no futuro. Quem poderia imaginar, no início do século, um processo revolucionário como o Cubano, uma raríssima combinação de guerrilla com base camponesa e rebelião urbana popular, com fortíssimo protagonismo dos sectores médios assalariados, em uma ilha a poucas dezenas de quilômetros dos EUA, a fortaleza da reação? Ou a revolução iraniana, com seus assombrosos paradoxos, uma massa urbana plebéia e popular, engajada em uma revolução democrática anti-imperialista contra a ditadura feroz do Xá, como catalizadora de um oceano camponês, dirigidos por uma Igreja nacionalista, portadora de um programa com muitos elementos semi-medievais? É a dimensão internacional da luta de classes, um dos traços chaves da época revolucionária atual, que não deve ser perdida de vista: um triunfo revolucionário (ou uma derrota diante da contra-revolução), tendem a ter um efeito dominó quase imediato e repercussão muito rápida à escala global. Esses efeitos podem ser diretos ou indiretos: não podemos esquecer que a construção do Welfare State, nos países centrais, no imediato pós-guerra, é incompreensível, senão como uma consequência da derrota do nazi-fascismo, e da autoridade da URSS, depois da entrada do exército vermelho em Berlim: um exemplo da dialética entre mudanças impulsionadas por reformas e por revoluções. É porque ocorreu uma vitória por métodos revolucionários, que foram possíveis as concessões conquistadas por métodos reformistas. Esse é um dos erros mais importantes daqueles que se apressam em considerar enterrada a época de revoluções e assopram antes da hora as velas do bolo da maioria do mercado e da democracia. A crise da democracia é um fenômeno mundial, embora mais avançado na periferia do sistema, onde as “democracias coloniais” desmoronam diante da perda da legitimidade que a recolonização provoca. A principal ameaça aos regimes democráticos resulta, paradoxalmente, da ação irrefreada do mercado, que destrói a coesão social. A idéia de massas exasperadas e ululantes nas ruas, em defesa das atuais democracias eleitorais, dos corruptos sistemas de justiça, e da liberdade democrática dos capitais circularem sem limites para qualquer região do mundo, em suma, em defesa do mercado, pode ter tido algum eco nos primeiros anos da década dos 90, mas aparece hoje, diretamente, como ridícula. A menos que a ameaça à democracia venha de uma variante bonapartista ou fascista é pouco provável que seu apelo possa comover as grandes massas populares. As grandes massas, crescentemente, não alimentam mais esperanças nas possibilidades de mudança através dos votos nas urnas. Isso não significa que as formas de auto-organização, e o prestígio da ação direta, tenham conhecido um progresso, pelo momento, muito significativo. Mas a crescente degeneração das democracias eleitorais em circos de propaganda, a ruína da influência dos partidos tradicionais, a desvalorização abismal da atividade política, e, finalmente, o desprezo das massas pela manipulação eleitoral mais desavergonhada, é inegável e impressionante.

2.2. Anotações sobre a teoria da crise em Marx e Engels: o lugar da crise econômica no debate sobre a transição histórica, causalidades objetivas e subjetivas, necessidade e acaso.

Foi n' **O Capital** que Marx desenvolveu a teoria da crise, na qual procurou apresentar uma explicação das leis que revelavam os fundamentos da origem ou gênese, desenvolvimento, decadência e possível desmoronamento do capitalismo, e fez um estudo exaustivo sobre as flutuações da taxa média de lucro que inspiraram a teoria da crise cíclica.

A crise econômica será a partir daí compreendida pelo marxismo como uma interrupção do processo de reprodução. Ou seja, aquele momento, em que o volume de mão-de-obra produtiva e o volume de meios de produção e instrumentos de trabalho efetivamente utilizados é subitamente reduzido, do que resulta uma contração do consumo humano e uma redução do consumo produtivo.

Na sociedade precapitalista, as crises eram precipitadas pela destruição dos fatores de produção causadas ou por catástrofes naturais, ou sociais, quase sempre, por razões extra-econômicas: epidemias, secas, inundações, terremotos, ou guerras e invasões provocam, regular e recorrentemente, a destruição de forças produtivas e a redução da população ou, até mesmo, despovoamento e fome, se determinando mutuamente. Por isso, as crises precapitalistas foram definidas como crises da subprodução de valores de uso, e se explicam por um grau insuficiente de desenvolvimento da produção. Ou seja, historicamente, tiveram na sua raiz um agravamento da escassez.

A teoria da crise capitalista em Marx sublinha a idéia, aparentemente paradoxal, de que seria a superprodução de mercadorias que precipitaria regularmente a sociedade no abismo de crises de ajuste para garantir a recuperação da taxa média de lucro. Em outras palavras: no capitalismo a destruição material das forças produtivas não se apresenta como causa, mas como conseqüência da crise. A crise não seria provocada porque existiria menos trabalho vivo disponível. Ao contrário, haveria mais

desemprego porque há crise. Não seria a diminuição da produtividade do trabalho, que provocaria o flagelo da fome, mas a deflação gerada pela crise que provocaria o desemprego e multiplicaria as hordas de excluídos. Em Marx, a crise capitalista se manifestaria como crise de superprodução, isto é, como um excesso de valores de troca disponíveis, mas que não encontram consumidores.

A principal lei do movimento interno do modo de produção capitalista é apresentada como sendo a tendência à queda da taxa média de lucro (definida como o conjunto da mais-valia produzida dividida pelo conjunto do capital), que se explica pelo aumento da composição orgânica: porque a parcela do capital que garante a produção de mais-valia (o capital variável, utilizado na compra da força de trabalho) tende a ser uma fração cada vez menor do capital em seu conjunto, já que se manifesta a irrefreável tendência à substituição de trabalho vivo por trabalho morto, ou seja, a elevação da produtividade, pela poupança do tempo médio de trabalho socialmente necessário ou, em outras palavras, o progresso técnico.

Marx apresenta a lei da baixa tendencial da taxa média de lucro, como sendo uma tendência histórica, já que, ainda nos **Grundrisse**, irá se deter no comentário das contra-tendências, que podem neutralizar e, até em determinadas circunstâncias histórico-sociais, inverter a ação dos fatores que pressionam no sentido da baixa tendencial da taxa média de lucro e, portanto, da precipitação da crise, como se pode perceber a partir deste fragmento:

“En el movimiento desarrollado del capital existen factores que detiene este movimiento, mediante otros recursos que las crisis; tal como, por ejemplo, la continua desvalorización de una parte del capital existente; la transformación de una gran parte del capital en capital fijo, el cual no presta servicios como agente de la producción directa; improductivo despilfarro de una gran parte del capital, etc [...]Que por lo demás, se pueda contener la baja en la tasa de beneficio suprimiendo deducciones al mismo, por ejemplo, rebajando los impuestos, disminuyendo la renta del suelo, etc, no es tema que debemos considerar aquí, por mucha que sea su importancia práctica, ya que se trata de de partes del beneficio bajo otro nombre y de las que se han apropiado personas que no son el capitalista mismo (...) La disminución se contrarresta, asimismo, mediante la creación de nuevas ramas de producción, en las

que se requiere más trabajo inmediato en proporción al capital, o en aquellas donde aún no está desarrollada la fuerza productiva del trabajo, id est, la fuerza productiva del capital (También los monopolios).²⁰¹(grifo nosso)

Entretanto existe na literatura econômica marxista uma longa e vasta discussão sobre esta teoria da crise econômica. Muito sumariamente, um primeiro divisor de águas entre os que se inclinam por uma explicação monocausal e outros, pelas pluricausais²⁰². Entre os que consideram que a crise teria uma determinação fundamental, uma contradição ou antagonismo como força motriz ou seja, uma causa central se debate qual seria esta: se a baixa tendencial da taxa de lucro, ou se outras, como a tendência do capitalismo a desenvolver o progresso técnico sem restrições quaisquer que elas sejam, aumentando a capacidade produtiva instalada de inundar o mercado, enquanto impõe limites estritos ao consumo popular, do que resulta a superprodução de valores de troca e o subconsumo de valores de uso²⁰³.

²⁰¹. (MARX, Karl. **Grundrisse**. México, Siglo XXI, 1997. p. 637)

²⁰². Sobre o conceito de crise em **O capital** e a hipótese pluricausal, a partir de um critério lógico/histórico, ou seja, o processo de construção da teoria, vale conferir em Jorge Grespan: “*A apresentação dialética das categorias, portanto, que segue o percurso do seu objeto justamente devido ao caráter contraditório dele, expõe a cada passo deste percurso também o aspecto negativo do capital, ou seja, a tendência à crise que lhe é inerente. Não admira, então, que não haja um capítulo específico de O Capital dedicado às crises, pois em cada momento a contradição constitutiva do capital se manifesta em um conteúdo diferente de crise: interrupção do fluxo de compras e vendas ou de pagamentos; incompatibilidade entre produção e consumo; desproporcionalidade entre os setores em que se divide o capital social; queda da taxa média de lucro; sobre-acumulação e desvalorização do capital existente. Para reconstituir o conceito de ‘crise’, é preciso considerar a relação entre ela e o capital ao longo do conjunto da apresentação das categorias e conforme todos os momentos específicos de sua totalidade.*” (GRESPLAN, Jorge. “A teoria das crises de Marx” In COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo, Xamã, 1996. (Série eventos) p. 295).

²⁰³. Marx compreende o subconsumo popular como uma das causas, mas não como das forças motrizes da crise, conforme se poderia concluir do seguinte raciocínio: “*É uma mera tautologia dizer que as crises surgem da falta de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar. O sistema capitalista não conhece nenhuma classe de consumo que não seja solvente, excetuando-se os pobres e os mendigos. O fato de que as mercadorias não possam ser vendidas quer dizer simplesmente que não se encontram compradores ou, o que tanto vale, consumidores solventes para elas (tanto se as mercadorias se destinam em última instância ao consumo produtivo que se destinam-se ao consumo individual). E se pretende-se dar a esta tautologia um aparência de raciocínio profundo, dizendo que a classe operária recebe uma parte demasiado pequena de seu próprio produto e que este mal pode remediar-se concedendo-lhe uma parte maior, ou seja, fazendo com que aumentem seus salários, cabe observar que as crises vão precedidas sempre, precisamente, por um período de subida geral dos salários, no qual a classe operária recebe uma maior participação na parte do produto anual destinado ao consumo. A rigor, segundo os cavalheiros do santo e “simples” sentido comum, esses*

Para os fins que nos interessam no momento é suficiente assinalar o que não seria especialmente polêmico, ou seja, que no marco do ciclo industrial, o ciclo de renovação do capital fixo, as flutuações da taxas de crescimento ou recessão estão estreitamente associadas as flutuações da taxa de lucro, ou, em outras palavras, a crise tem na sua raiz a incapacidade de produção de uma massa de mais-valia que garanta a valorização do capital, do que resulta uma queda no nível de atividade, aumento do desemprego, deflação, falências das empresas que atuam abaixo do nível de produtividade média, fusões e concentração de capital, até que a queda no nível de emprego tenha pressionado de tal forma no sentido da queda do salário médio e a desvalorização e destruição de capitais tenha atingido um tal nível que a massa de mais-valia se recomponha, junto com a diminuição da massa de capital, garantindo a recuperação da taxa de lucro.

Esta formulação da teoria da crise econômica esteve no centro da teorização sobre a crise revolucionária, já que não seria razoável pensar sequer uma crise política séria, sem o lastro de uma crise econômica, que impulse as classes à luta na defesa de seus interesses. Mas seria fundamental reter neste momento, as seguintes observações provisórias:

- a) que a teoria da crise do ciclo de renovação do capital fixo, ciclos que se sucedem de forma secular, em intervalos regulares que pareceriam se encurtar, está na raiz da compreensão marxista de que o capitalismo não realiza sua reprodução ampliada sem mergulhar a sociedade em seu conjunto e o proletariado em particular, em sucessivas, recorrentes, e inexoráveis crises, que exigem a destruição parcial de forças produtivas e têm um custo histórico imensurável. Este processo de passagem da fase ascendente do ciclo à descendente, e vice-versa, pareceria, segundo Marx, obedecer a causalidades endógenas.

períodos parece que deveriam, pelo contrário, afastar a crise. Isto quer dizer, portanto, que a produção capitalista implica condições independentes da boa ou má vontade dos homens, que só deixam uma margem momentânea para aquela prosperidade relativa da classe operária, que é sempre, além disso, um pássaro que pressagia a crise.” (grifo nosso)(MARX, Karl. **O Capital**. Tomo II. México, Fondo de Cultura Económica, p.366)

- b) que a teoria da crise econômica em Marx explica que a crise tem uma dupla natureza: (1) é ao mesmo tempo um momento de irrupção de irracionalidade histórica (porque cobra de toda a sociedade um sofrimento sistemático, já que a recorrência da crise não é fugaz mas perene e desta forma, é também o momento de máxima vulnerabilidade do Capital) (2) é a forma como o capitalismo supera as suas contradições, uma vez que é na crise que ocorre a elevação da extração da massa de mais-valia e a desvalorização de capitais que são exigidos pela necessidade de recuperar os níveis da taxa média de lucro, que incentivarão novos investimentos, a renovação da base tecnológica que ficou obsoleta, permitindo uma nova fase ascendente de crescimento produtivo;
- c) que existe uma discussão histórica central, sobre a tendência a uma crise final do capitalismo, compreendida como um fenômeno econômico, ou seja, já não mais uma interrupção, mas uma impossibilidade da reprodução ampliada, que está na raiz das formulações estratégicas em debate na Segunda Internacional, sob a forma de teoria da derrubada, teoria da ofensiva ou teoria do colapso²⁰⁴. Esta conclusão teórica, que resulta de uma complexa interpretação sobre os limites históricos objetivos do capitalismo, foi sem dúvida uma das hipóteses centrais que influenciou a geração marxista da Segunda Internacional e será objeto de referência na construção da dissertação, quando voltarmos ao tema chave, a articulação da crise econômica e da crise política e da possível agudização desta em crise revolucionária;²⁰⁵

²⁰⁴ . Não é esta a interpretação de inúmeros estudiosos de Marx e d'O **Capital**, como se pode comprovar neste fragmento de Jorge Grespan: “A *alternância ds fases em que a tendência à crise se realiza efetivamente com aquelas em que ela permanece apenas em latência, embutida na acumulação como seu negativo, introduz um elemento essencial no processo, conferindo-lhe o sentido mais rico de padrão ou ritmo em que o termo se manifesta intermitentemente como o ponto de inflexão de uma fase para outra, e não exatamente como um colapso que destruiria completamente e de uma só vez o sistema*” (GRESPLAN, Jorge. “A teoria das crises de Marx” In COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo, Xamã, 1996. p. 296).

²⁰⁵ Uma outra visão , distinta da de Grespan, é a apresentada por Colletti, como se pode conferir no fragmento que se segue:“*Hay más(..). Pero si bien no es de buen gusto encarar los "problemas máximos", parece que se está en derecho de exigir por lo menos a los marxistas una respuesta a la pregunta de si el pensamiento de Marx implica o no una "teoría del derrumbe".Ahora bien, la*

d) que existe uma discussão econômico-histórica, inspirada na teoria do ciclo “curto”, sobre a regularidade de ondas econômicas de longo alcance, os chamados ciclos “kondratiev”, que teriam como evidência empírica pelo menos três grandes fases/períodos históricos de retomada da expansão do crescimento (depois da derrota de 1848, nos primeiros anos da década de 90, quando surge o imperialismo moderno, e nos chamados trinta anos de ouro do pós-guerra 45/74²⁰⁶). A relação entre a teoria das ondas longas, e o debate sobre época e etapas, como já vimos no primeiro capítulo, merece uma reflexão. Trotsky participou do debate com Kondratiev sobre as suas causalidades. Assim, não é de menor importância, a busca das explicações causais das passagens das fases ascendentes/descendentes, e da sua simétrica descendente/ascendente. Portanto, essa discussão não parece se resolver somente com um enfoque econômico, estritamente endógeno. Explicações exógenas buscariam, nas flutuações e oscilações político-

convicción que nos hemos formado a propósito de esto es que en la obra de Marx hay una "teoría del derrumbe" pero que allí, por otra parte, también hay razones para refutar, en principio, la validez de cualquier teoría de esta especie. Dejamos de lado la cuestión de la periodicidad de las crisis y de su progresivo agravamiento que, en la obra de Marx, es una cuestión quizás elaborada de manera menos concluyente. Según nuestro parecer, una cabal y auténtica "teoría del derrumbe" es, por lo menos, "la ley de la caída tendencial de la tasa de ganancia". Aquí la palabra "tendencial" no debe inducir a engaño. En efecto, esa palabra está indicando por cierto que "la ley en cuanto tal" es frenada por la acción de causas antagónicas que "contrarrestan y neutralizan los efectos de esta ley general, dándole simplemente el carácter de una tendencia". Pero ello no quiere decir que la ley quede anulada o suprimida, sino que su "vigencia absoluta se ve contenida, entorpecida"; vale decir que la ley tiene vigencia, pero en un arco más largo de tiempo y a través de un proceso más complicado. En efecto, si así no fuese, ni siquiera se comprendería por qué hay que hablar de ley" (grifo nosso)
(COLLETTI, Lucio, **El marxismo y el derrumbe del capitalismo**, Mexico, SigloXXI, p.36)

²⁰⁶. Este fenômeno é estudado por Hobsbawm no **Era dos Extremos: o breve século XX**, São Paulo, Companhia das Letras, 1996. A ênfase de Hobsbawm, também se dirige, para a questão intrigante das causas das vagas de crescimento, na fase ascendente das ondas longas: “*Como vamos explicar esse extraordinário e inteiramente inesperado triunfo de um sistema que, durante metade de uma vida, parecera a beira da ruína? O que exige explicação, claro, não é o simples fato de um extenso período de expansão e bem estar seguir-se a um período de problemas econômicos e outras perturbações. Essa sucessão de “ondas longas” de meio século de extensão, formou o ritmo básico da história econômica do capitalismo desde o fim do século XVIII. Como vimos, a era da catástrofe chamara a atenção para esse padrão de flutuações seculares, cuja natureza permanece obscura. São conhecidas em geral pelo nome do economista russo Kondratiev, como o grande boom vitoriano de 1850-73 – curiosamente as datas quase conhecem com o intervalo de um século -... como outras viradas ascendentes anteriores, foi precedida e seguida por “curvas descendentes”. O que exige explicação não é isso, mas a escala e a profundidade desse boom secular que é uma espécie de contrapartida da escala e profundidade extraordinária da era anterior de crises e depressões*”.(grifo nosso)

sociais, as forças motrizes dos ciclos Kondratiev (grandes derrotas das lutas dos trabalhadores, tragédias históricas, como as guerras mundiais)²⁰⁷;

- d) que existe uma discussão na teoria marxista sobre as distintas naturezas das crises econômicas do capitalismo, que poderiam ser de tipo catastrófica, como 29, ou assumir a forma de uma longa decadência, uma fase recessiva prolongada e crônica. Como teria sido a recessão de 1870/92, e aquela aberta em 73/74 e que se estende aos nossos dias²⁰⁸. Neste terreno também será interessante estudar as conexões entre os ciclos curtos e as ondas longas, já que pareceria que na fase ascendente da onda longa, continuam ocorrendo os ajustes recessivos dos ciclos curtos, mas seriam mais breves, menos destrutivos, com rápidas recuperações das taxas de crescimento, enquanto que na fase descendente das ondas longas, ocorreria o fenômeno inverso, os períodos de recuperação seriam fugazes e transitórios e os ajustes

²⁰⁷ A opinião de Mandel, por exemplo, é que esta última passagem, a decisiva é claro, porque define a abertura das fases longas de expansão, não se explica por razões, *strictu sensu*, nem fundamentalmente, econômicas, como se pode concluir do fragmento: *“The very forces which drive business into crisis drive it into expansion after a given interval, independently of all interferences. It is my contention that a similar mechanism does not operate in the framework of the ‘long waves of capitalist development’. Here, a basic asymmetry between the reversal from a ‘long expansive wave’ into a ‘long depressive wave’ on the one hand, and the reversal from a ‘long depressive wave’ into a ‘long expansive wave’ on the other, has to be noticed. The first is more or less automatic; the second is definitely not”*[...] *“Historical evidence points strongly in the direction of exogenous system shocks being necessary to bring about a basic reversal on an historical trend. The basic historical trend of the capitalist mode of production is indeed one of decline and not one of impetuous upsurge in the average rate of profit. But three times in history we have witnessed such an impetuous upsurge: after 1848; after 1893; and around 1940 in the US (1948-49 in Western Europe and Japan). Each time, extra-economic system shocks seem to have played a key role. They led in each case to a sudden expansion of the world market and a sudden basic change in the general conditions of capital accumulation favouring such accumulation. The factors stimulating a long-term upsurge of the rate of profit were the liberal or bourgeois revolution of 1848 and the discovery of the California gold-fields around the same time; the radical increase in capital investment in the colonial world(imperialism) and the discovery of the South African Rand gold-fields after 1893; the cumulative long-term results of Fascism (counter-revolution) and war around 1940 and afterwards.”* (grifo nosso) (KLEINKNECHT, Alfred; MANDEL, Ernest. WALLERSTEIN, Immanuel (Org.). **The International Debate on Long Waves**. New York, St. Martin Press, 1992. p. 327-9)

²⁰⁸ . Sobre a possível excepcionalidade da forma explosiva da crise de 29, é interessante o argumento que a explica como sendo a expressão de uma crise de hegemonia política no dispositivo de poder que resulta de Versailles: a incapacidade do império inglês de assumir as suas responsabilidades como potência hegemônica, emissora da moeda lastro do mercado mundial, e, por outro lado, a imaturidade da nova potência emergente, os EUA.

severos e profundos, com depressão acentuada do nível de atividade econômica.²⁰⁹

Em síntese: a tendência à crise cíclica se explica em Marx, portanto, pela lei mais geral que ordena a reprodução ampliada que é o movimento de aumento da composição orgânica do capital e da baixa tendencial da taxa média de lucro. *A crise ocorre porque a regulação econômica em uma economia de mercado só pode se verificar "a posteriori" na esfera da circulação e do consumo.* O aumento da produtividade do trabalho e a tendência ao subconsumo precipitam a crise econômica.²¹⁰

Por último: sobre a teoria da crise econômica em Marx se desenvolveu um debate em torno de uma interpretação que ficou conhecida como catastrofista sobre a crise final do capitalismo. Os termos dessa polêmica, desenvolvida no interior da Segunda Internacional, serão apresentados no próximo capítulo. Mas a discussão sobre a perenidade ou sobre o colapso do capitalismo permanece atual. O capitalismo poderia se esgotar de morte natural? Existiram, de fato, no passado, formações econômico-sociais, incomparavelmente mais frágeis, que sucumbiram, sob a pressão de fatores exógenos (como uma invasão), e desmoronaram como um castelo de cartas. Mas eram um edifício já previamente condenado. Todos os

²⁰⁹ É exatamente esta a formulação e o enfoque de Mandel, o que dá à crise, no período depressivo, a forma que poderíamos definir de crise crônica: *"É evidente que essas "ondas longas" não se manifestam de maneira mecânica, mas operam através da articulação dos "ciclos clássicos". Em uma fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução. Inversamente, nas fases da longa onda, em que prevalece uma tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos. A "onda longa" é concebível unicamente como o resultado dessas flutuações cíclicas, e jamais como uma espécie de superposição metafísica dominando essas flutuações."* (grifo nosso)(MANDEL, Ernest, **O Capitalismo Tardio**, São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1985, p.85)

²¹⁰ . Ela seria um fenômeno objetivo. Et pur, si muove. A história econômica do século XX, depois de 29, foi a história de políticas de intervencionismo estatal que, pelo menos no intervalo dos 30 anos do pós-guerra, obtiveram inquestionáveis êxitos na moderação dos efeitos mais perversos dos momentos de ajuste. Mas essas políticas de inspiração Keynesianas, em particular a nova importância do crédito, teriam tido o seu lastro em fatores extra-econômicos, o pacto fordista, que expressou os acordos sociais conquistados pelas classes trabalhadoras nos países centrais. Sobre este tema uma referência seria o **Capitalismo Tardio** de MANDEL, Ernest, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

modos de produção pré-capitalistas garantiam a extração de sobretrabalho por mecanismos extra-econômicos, e portanto, o deslocamento do Estado, punha por terra as relações jurídico-políticas que permitiam a apropriação do excedente social. Já o capital garante a apropriação de sobretrabalho por métodos econômicos, de tal forma, que mesmo depois da derrota e destruição do Estado burguês, as relações capitalistas podem sobreviver, como a história demonstrou na URSS, e noutras nações, nos poros das relações mercantis. A questão seria, portanto, muito mais complexa.

Assim, a lei da tendência à queda da taxa média de lucro não deveria ser interpretada como fatalismo, mas como uma hipótese histórica econômica sobre o movimento de oscilações e ciclos, que exigem a destruição regular de forças produtivas como forma de ajuste interno do sistema. No entanto, ela alimenta uma velha polêmica, e sobre esse tema é interessante a argumentação de Paul Singer:

*“Marx tem o mérito de ser o pensador econômico que colocou a crise no centro de análise da produção capitalista. Em O Capital Marx mostra as condições das possibilidades de crise no capitalismo. Mas, nesta análise econômica não se encaixa a previsão de que as crises deverão se tornar sempre mais extensas e destrutivas. É possível que a teoria que Marx desenvolveu sobre a tendência declinante da taxa de lucro sustente tal conclusão, mas esta teoria carece de consistência lógica, pois algumas das contratendências, apontadas pelo próprio Marx, podem perfeitamente impedir que a taxa de lucro decaia no longo prazo”.*²¹¹(grifo nosso)

Outra, no entanto, é a apreciação de Gramsci, que não se inclina pela fórmula de igualar tendência e contratendência, uma anulando a outra, ad infinitum, e tal como pareceria ser a opinião de Marx²¹², insiste na idéia da primazia da lei:

²¹¹ (SINGER, Paul, “O Manifesto Contestado” in **150 Anos de Manifesto Comunista**, São Paulo, Xamã, 1998.)

²¹² Marx apostava na hipótese de que o peso crescente do maquinismo, ou seja, da ciência objetivada como tecnologia, como uma força produtiva aplicada em larga escala, exigiria uma tal imobilização de capital, que a tendência à queda da taxa média de lucro seria irrefreável, donde o prognóstico da precipitação de crises mais destrutivas e devastadoras. Como se pode conferir adiante: *“En la misma proporción, pues, en que en el proceso de producción el capital en cuanto capital ocupe un espacio mayor con relación al trabajo inmediato, cuanto más crezca pues el plusvalor relativo – la fuerza*

“Quando a tendenciosidade se converte em uma característica organicamente relevante, como neste caso, no qual a queda da taxa de lucro é apresentada como aspecto contraditório de outra lei, a da produção de mais valia relativa, na qual uma tende a suprimir a outra, com a previsão de que a taxa de lucro será predominante”.²¹³(grifo nosso)

Em que medida, e no marco de quais processos políticos, a civilização poderá ou não, oferecer uma saída à crescente barbarização, é uma questão que a história ensina que se resolve na esfera da luta de classes, ou mais restritivamente, da crise do Estado e da ação política das classes e suas organizações. Os últimos cento e cinquenta anos, no entanto, já foram um intervalo histórico suficiente, para se concluir que o *capitalismo não morre de morte natural*: suas crises convulsivas, por mais terríveis, não resultam em processos revolucionários, a não ser quando surgem *sujeitos sociais com disposição revolucionária*.

Os critérios catastrofistas foram negados pelo desenvolvimento histórico, e os vaticínios políticos neles inspirados, se aproximaram perigosamente de uma versão marxista de um novo milenarismo. O conceito de crise final revelou-se assim historicamente sem fundamento, e politicamente estéril. As crises econômicas do capitalismo continuaram a se manifestar, é certo, com uma intensidade destrutiva que não deve ser subestimada. Mas da regularidade da crise, não se pode retirar outra conclusão que não seja, que a sociedade estará condenada a sofrer, convulsivamente, as dores do parto de uma transição que vem se revelando muito mais longa do que eram os prognósticos de Marx.

O próprio Engels intervém no debate preocupado com ênfases excessivas ou deformadamente deterministas que eram feitas em

creadora del valor, propia del capital – tanto más caera la tasa de ganancia” (...) “*Es esta, en todo respecto, la ley más importante de la moderna economía política y la esencial para comprender las relaciones más dificultosas. Es, desde el punto de vista histórico, la ley más importante. Es una ley que, pese a su simplicidad, hasta ahora nunca há sido comprendida*”(grifo nosso) (MARX, Karl. **Grundrisse**. Siglo XXI, p. 634)

²¹³. (GRAMSCI, Antonio. “**Quaderni del Carcere**” in BIANCHI, Alvaro. “**Hegemonia em Crise**” , Texto apresentado para exame de qualificação de Mestrado em Sociologia ao IFCH-UNICAMP. Sob orientação de Edmundo Fernandes Dias, 1998. p. 49.)

nome de Marx. Na conhecida carta a Kugelmann apresenta a fórmula do paralelograma de forças, um esforço de reequilibrar/reordenar a articulação das causalidades, sugerindo que Marx utilizava diferentes níveis de abstração quando buscava o estudo de cortes de temporalidades ou esferas distintas de análise.²¹⁴ Mas a conclusão fundamental do Prefácio, aquela que indicava a reflexão sobre a transição, como sendo uma longa época em que a *necessidade* do desenvolvimento histórico colocava a possibilidade da revolução social permanecia sendo reivindicada. Necessidade e possibilidade se definem assim em uma unidade dialética que não se confunde com fatalismo.

Marx dedicou o melhor de suas forças, depois das derrotas de 48, a desenvolver um programa de investigação sobre a anatomia do modo de produção capitalista, já que o fundamento metodológico do materialismo histórico estabelecia a premissa que a determinação, em última instância, das leis mais gerais que governavam a evolução/transformação da sociedade encontravam a sua raiz na produção econômica.²¹⁵

²¹⁴ A tensão entre necessidade e vontade, ou entre determinismo e livre arbítrio, ou ainda entre objetivismo e subjetivismo, resume e condensa uma questão metodológica crucial, e que poderíamos talvez enunciar como **uma dualidade epistemológica em Marx**, decisiva para esclarecer os critérios chaves do materialismo histórico. A seguir um trecho de um ensaio de Modesto Florenzano que situa esta questão, tomando como referência o inesgotável debate sobre a teoria da crise: “*Num lúcido comentário ao Manifesto Comunista, por ocasião do seu centenário, o historiador Carr, assinala que o famoso panfleto “apresenta a metodologia marxista em sua forma completamente desenvolvida: uma interpretação da História que é, ao mesmo tempo, um chamado à ação”. E embora outros escritos anteriores e posteriores ao Manifesto, prossegue Carr, “parecem insistir nas leis férreas do desenvolvimento histórico, que deixariam pouca margem à iniciativa da vontade humana... não alteram a dupla ortodoxia estabelecida no Manifesto Comunista, onde interpretação e ação, predestinação e livre-arbítrio, teoria revolucionária e prática revolucionária marcham triunfalmente de mãos dadas”*. Talvez, não constitua um exagero afirmar que todo o acirrado e rico debate, conhecido como *Zusammenbruchstheorie*, que se desenvolveu no final do século passado e início deste, no interior do marxismo, sobre a existência ou não existência, em *O Capital de Marx*, de uma teoria do colapso do capitalismo, teve como fundamento precisamente a tensão, e o enigma, entre determinação e liberdade.” (grifo nosso) (FLORENZANO, Modesto. “Anotações sobre a Europa em 1848” In Osvaldo Coggiola (org.). **Manifesto Comunista, Ontem e Hoje**. São Paulo, Xamã, 1999. p.12)

²¹⁵ Sobre o deslocamento de prioridades da militância e temas de pesquisa de Marx, do **Manifesto** até os **Grundrisse** e o **Capital**, ou seja, da reflexão filosófica-histórica para a economia política durante a década de 50, existe uma interessante interpretação no ensaio de Henri Lefebvre: “*Marx, tendo constatado no decorrer do ano de 1850 o fim da crise econômica, retomara desde então, para os desenvolver, os seus estudos ‘teóricos’ sobre o capital. Renunciava ‘momentaneamente’ às perspectivas revolucionárias. (...) Em relação ao período que se iniciava, Marx estabelecia para a Liga dos Comunistas uma tarefa prioritária: a propaganda teórica. Em 1850 e 1851, ele próprio deu*

Essa convicção inabalável atravessou a sua obra e a de Engels, mas não concluíram que esta causalidade era única, nem muito menos, reduziram a importância da interação de múltiplos fatores sociais, políticos, ideológicos, culturais e outros, que são as contradições vitais que definem a substância da qual a história é feita e a chave da sua compreensão. Engels é explícito na carta a Joseph Bloch:

*“Segundo a concepção materialista, o fator determinante da história é, em última análise, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu alguma vez afirmamos outra coisa. Se alguém pretender deformar esta frase, até levar a dizer que o fator econômico é o único determinante, transforma-a em uma proposição vazia, abstrata, absurda. **A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e os seus resultados, (...) exercem também ação no curso das lutas históricas, e em muitos casos determinam-lhes a forma de modo preponderante. Há ação e reação de todos esses fatores, no seio dos quais o movimento econômico acaba necessariamente por abrir caminho, através da multidão infinita de acasos**”²¹⁶(grifo nosso)*

Engels insiste assim nas articulações contraditórias entre o movimento econômico, as lutas de classes e o conjunto de expressões superestruturais, do que se pode deduzir as alternâncias de primazia entre as causalidades em cada corte temporal histórico/concreto.

O que se deve concluir por alternâncias de primazia? Deve-se destacar que as causalidades operam em simultaneidade e em interação, ação e reação em permanência, e com reciprocidade, de tal forma que as lutas de classe, e as forças superestruturais, também, incidem e,

*... cursos de economia política. (...) A 15 de setembro de 1850 efetivou-se o corte de relações entre Marx e Willich. A Liga dividiu-se em duas frações. No decorrer da discussão, Marx pronunciou uma alocução tão implacável como o seu artigo sobre os ‘alquimistas’. (...) Pouco depois desta cisão, Marx abandonou toda a atividade na Liga dos Comunistas, não sem ter conseguido a dissolução da Sociedade Universal. (...) Foi o fim da Liga. Marx sabia que seria mais útil à classe operária através de trabalhos teóricos do que por uma atividade conspirativa votada ao insucesso. Acabara-se o tempo das sociedades secretas; brevemente voltaria o tempo da atividade pública, legal ou ilegal, mas francamente política. Era necessário ter paciência e esperar.”(grifo nosso) (LEFEBVRE, Henri. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**. Trad. Laurentino Capela. Lisboa, Edições 70, 1981. p. 218-9 e 220)*

²¹⁶ (ENGELS, Friedrich. “Carta a Joseph Bloch de setembro de 1890” in **Sobre a literatura e a arte**. Lisboa, Editorial Estampa, 1974. p. 38.)

muitas vezes, decidem o curso do processo econômico, em especial, quando se abre uma crise revolucionária. Do que decorre a centralidade dos conceitos de época, situação e crise na teoria da história do marxismo, ou seja, a importância das temporalidades como uma medida da compreensão dos processos e da operação das leis históricas.

E, por outro lado, ainda é mais explícito quando afirma ser, somente em última análise, ou seja, em um nível mais elevado de abstração e no curso do processo, portanto na *longa duração*, que as forças motrizes econômicas (ou seja, a tensão entre as relações sociais de produção que só existem em um processo histórico concreto, como amálgama de formas arcaicas e modernas, e as forças produtivas desigualmente desenvolvidas), se afirmam e se hierarquizam sobre uma multidão de acasos, aleatórios ou acidentais, definidos como imprevisíveis, mas não inexplicáveis. Ocorre que a substância da História consiste em desvendar o que se esconde nessa dialética de necessidades e acasos.²¹⁷

²¹⁷ A seguir, um fragmento de uma análise crítica recente, de Juarez Guimarães, que parte de uma preocupação metodologicamente aparentada com esta pesquisa (o acento na importância dos fatores subjetivos, um novo lugar para a política), mas com um enfoque histórico muito diferente: uma estranha unicidade do objeto de estudo, a crítica de “uma” cultura marxista, mais homogênea do que diversa. Um pouco à maneira da crítica dos liberais, em que os socialistas são todos colocados no mesmo saco, no lugar de um movimento operário e uma esquerda de carne e osso, cindida, irreconciliavelmente, em social democracia, estalinismo e marxismo revolucionário, para simplificar, pelo menos nos últimos 70 anos). E no que diz respeito às consequências políticas, haveria que verificar se não são, talvez, opostas: aonde o autor sublinha que a questão chave reside na necessidade do marxismo se reconciliar com a democracia, este trabalho defende, que a questão vital seria, acima de todas as outras considerações programáticas, a atualidade do internacionalismo. Assim, segundo o foco de interpretação de Juarez Guimarães, teria existido uma tentação “determinista” nos fundadores do marxismo, um “pecado original” que explicaria uma subestimação do lugar da liberdade na história, e uma posterior expansão de leituras fatalistas e ou até escatológicas, entre outras conclusões, como a afirmação de que teria existido uma “relação visceralmente ambígua da cultura marxista deste século com o ideal da democracia”. No trecho que se segue estão duas das críticas que são apresentadas a Engels. A primeira não parece suficientemente fundamentada, porque a história é mesmo um processo de elevação do homem em relação à natureza e não há nada de unilinear nisso, se o progresso for compreendido como um processo de continuidades e rupturas, avanços e regressões. A segunda se apóia em uma leitura parcial do conceito de liberdade, que é usado por Engels para definir o socialismo como abundância, em oposição a necessidade como escassez, e não somente como controle científico da natureza. A indivisibilidade da igualdade e da liberdade era a questão chave para Marx e Engels, porque não poderiam existir relações livres entre desiguais. Logo a liberdade não poderia ser resumida ao conflito tirania/vontade, ou seja reduzida à defesa da democracia, mesmo que não se limite a idéia de democracia à democracia formal, sufrágio universal, igualdade dos homens diante da lei, cidadania ; ou ainda, um conflito que tem na sua raiz uma submissão a qualquer força que impede a satisfação de uma necessidade. A primeira é um enfoque irremediavelmente prisioneiro de uma visão liberal do

É nesse sentido o alerta de Hobsbawm consciente da força de atração das interpretações economicistas, no ensaio “O que os historiadores devem a Karl Marx”:

“...a influência marxista entre os historiadores foi identificada com umas poucas idéias relativamente simples, ainda que vigorosas, que, de um modo ou de outro, foram associadas a Marx e aos movimentos inspirados por seu pensamento, mas que não são necessariamente representativas do pensamento maduro de Marx. Chamaremos a esse tipo de influência de ‘marxista vulgar’, e o problema central da análise é separar o componente marxista vulgar do componente marxista na análise histórica”.²¹⁸ (grifo nosso)

Como se sabe, é atribuída a Lenin a metáfora da curvatura da vara, que explica que, quando a vara está inclinada e esticada em uma direção, precisaria ser conduzida ao extremo oposto, para que

Direito, que identifica no Estado um poder que é uma ameaça aos direitos naturais, em primeiro lugar o direito ao enriquecimento, e portanto, o direito à propriedade; mas para o marxismo a premissa sine qua non da liberdade é a ampliação da capacidade de satisfação das necessidades mais intensamente sentidas, ou seja o direito à vida, o direito de se alimentar ,habitar, vestir, educar,etc..a esfera da emancipação social da maioria explorada e oprimida, logo um governo dos trabalhadores que imponha a tirania à minoria burguesa através do controle do Estado, mesmo com formas tirânicas, garante mais liberdade do que a mais republicana democracia burguesa. O horror às aberrações do estalinismo, que é legítimo e necessário, pode todavia alimentar visões idílicas sobre o que seria uma democracia socialista, que não são plausíveis, em especial para a nossa geração que como diz com razão Juarez Guimarães, não tem direito mais à inocência, à ilusão e ao auto-engano. A segunda, verdadeira, é certo, mas só dentro de certas relações e limites, não coloca contudo o acento no principal obstáculo histórico à satisfação das necessidades sociais,isto é, a escassez, que condenou a civilização ao antagonismo das classes, e assim estabeleceu um limite intransponível a qualquer projeto libertário ou igualitário. A vontade também tem limites historicamente definidos. O elogio do lugar da vontade na história não precisa sucumbir às pressões radicalmente subjetivistas, que em última análise, semeiam contra a necessidade de um projeto socialista : “**A VISÃO UNILINEAR DA HISTÓRIA(...)**A própria história do gênero humano é vista como um longo processo de "humanização do mono" através do trabalho, em uma evolução que vai do inferior ao superior. (...)Engels fornece o roteiro de uma teoria geral da civilização, na qual todos os povos passariam por fases alternadas e ascendentes em complexidade, de economia baseadas na propriedade privada e na propriedade coletiva. **A DEFINIÇÃO DA LIBERDADE COMO CONSCIÊNCIA DA NECESSIDADE:**A uma concepção reduzida da práxis, **Engels acopla naturalmente uma redução do próprio conceito de liberdade.** Aqui é onde o determinismo expressa-se de forma mais bruta."Foi Hegel afirma Engels, "o primeiro que soube expor de um modo exato as relações entre a liberdade e a necessidade. Para ele, a liberdade não é outra coisa senão a convicção da necessidade". 'A necessidade somente é cega enquanto não compreendida'.(...)Esta compreensão objetivada da liberdade humana seria transportada para a história, sendo o socialismo compreendido como "reino da liberdade" em oposição ao "reino da necessidade". O "reino da liberdade" aqui compreendido como o controle consciente e científico da natureza e da própria sociedade humana desenvolvido em seu mais alto grau.” (grifo nosso)(GUIMARÃES, Juarez, **Democracia e Marxismo, crítica à razão liberal**, São Paulo, Xamã, 1999, p.82/3)

pudesse encontrar o ponto de equilíbrio. Não é portanto estranho que a ênfase da preocupação do marxismo posterior a Marx tenha sido, por muitas décadas, no sentido de defender, corroborar e insistir na determinação, em última instância, das causalidades objetivas, o que não deixou de ter as suas conseqüências dogmáticas se se considera as características não revolucionárias da época²¹⁹.

E no entanto o debate sobre as causalidades históricas e a primazia das contradições econômicas sobre os conflitos sociais permanece atual. Por exemplo, referindo-se às crises, Perry Anderson retoma a discussão da hierarquia das contradições mais profundas, objetivamente condicionantes:

*“Pues, según el materialismo histórico, entre los mecanismos de cambio social más fundamentales figuran las contradicciones sistemáticas entre fuerzas y relaciones de producción, y no sólo los conflictos sociales entre clases originados por relaciones de producción antagónicas. **Las primeras se superponen a los segundo, porque una de las mayores fuerzas de producción es siempre el trabajo, que a su vez constituye una clase especificada por las relaciones de producción. Sin embargo, no coinciden totalmente.** Las crisis de los modos de producción no son idénticas a las confrontaciones entre las clases. **Unas y otras pueden fundirse ocasionalmente. El comienzo de las grandes crisis económicas, tanto bajo el feudalismo como bajo el capitalismo, generalmente há cogido desprevenidas a todas las clases sociales, al derivar de las profundidades estructurales que se hallan debajo del conflicto directo entre aquéllas.** Por outro lado, la resolución de dichas crisis há sido no pocas veces el resultado de prolongadas contiendas entre las clases. De hecho, las transformaciones revolucionarias – de un modo de producción a outro – son por lo general el terreno privilegiado de la lucha de clases.”²²⁰(grifo nosso)*

²¹⁸. HOBBSAWN, Eric. “Marx e História” in **Sobre a história: ensaios**. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 159

²¹⁹. O ambiente ideológico da Segunda Internacional certamente esteve sufocado pela autoridade de uma leitura objetivista/determinista, compreensível já que o movimento operário em formação não era imune às pressões cientificistas/positivistas dominantes na cultura da época. Conferir sobre este tema uma erudita avaliação em: “A antinomia do marxismo clássico: Marxismo e Filosofia” de Andrew Ratto na coleção organizada por Hobsbawm. (HOBBSAWM, Eric. **História do Marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984)

²²⁰ (ANDERSON, Perry. **Teoria, política e historia: un debate com E. P. Thompson**. Trad. Eduardo Terrén. Madrid, Siglo XXI de España, 1985. p. 61)

Nesta reflexão, existem dois elementos a reter no momento: primeiro, a defesa “ortodoxa” de que as contradições objetivas (entre as forças produtivas e as relações sociais de produção) se sobrepõem, ou seja, se hierarquizam sobre as lutas de classe, (ainda que Anderson faça a mediação, correta, de que o homem e o seu trabalho sendo a principal força produtiva e, enquanto permanecerem tiranizados pela escassez, só se relacionando como membros de classes com interesses antagônicos, é sempre o sujeito histórico nas duas esferas de análise).

Segundo, a conclusão que as crises econômicas, por mais sérias que possam ser, não se confundem com crises revolucionárias, e somente se fundem com maior ativismo na luta de classes em momentos *excepcionais*. Observa também que no começo das grandes crises econômicas, tanto no capitalismo, como no feudalismo, as crises se precipitam sem que as classes tivessem, ao menos no seu início, uma percepção da violência e gravidade da luta que estava por vir. Ou seja, desenvolve a idéia de que existe sempre, em alguma medida, um desencontro, um atraso histórico entre a maturidade dos fatores objetivos que precipitam a abertura da crise e a apreensão consciente, de uma forma ou de outra, dos conflitos por ela impulsionados²²¹.

Poderíamos acrescentar, por último, que não necessariamente, as crises econômicas se desdobram em períodos de maior conflitualidade ou intensidade nas lutas de classes. Não existe coincidência. Se precedidas por grandes derrotas da classe trabalhadora, mesmo que o custo de destruição do seu rastro seja imenso, o ajuste pode ser feito sem maiores resistências. As relações de forças entre as classes possuem uma relativa autonomia face aos ritmos dos ciclos econômicos.

²²¹A idéia assim expressa retoma também um conceito que se constituiu como padrão: o que estabelece a anterioridade da crise econômica sobre a crise revolucionária. Este modelo teórico, a hipótese clássica da Segunda Internacional, majoritário mesmo na sua ala esquerda até 17, revelou-se insuficiente para compreender as situações revolucionárias do século XX, uma evidência, por exemplo, na vaga de 68. Conferir sobre a questão destes “desencontros” a página 431 do capítulo “Terceiro Mundo e revolução” de **A era dos extremos**. (HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. 2ª ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1996)

As crises sempre significam uma interrupção no fluxo das atividades produtivas: destruição de capitais e não somente de empregos, falências, aumento do exército industrial de reserva, ofensiva fiscal do Estado sobre os trabalhadores e as classes médias, para salvar a maior quantidade possível de capital/dinheiro ameaçado de desvalorização. Nessas circunstâncias, os trabalhadores, indefesos, se não recorrem aos métodos da luta de classes, podem se ver obrigados a vender a sua força de trabalho até mesmo abaixo das fronteiras da sobrevivência biológica²²². Existiria assim uma esfera de mediação, a das correlações de forças entre as classes, com seus aspectos também eles, segundo o enfoque da análise, objetivos (peso social, tradição de organização) e subjetivos (confiança nas suas próprias forças, humor e disposição de luta, e mesmo elementos da tradição cultural e ideológica).

Observemos, contudo, que a hipótese inversa, ou seja, que as lutas de classes possam não só incidir, sobre a profundidade das crises econômicas, como dificultar a retomada da expansão é frequentemente desconsiderada. Voltaremos adiante, a esta questão central. Por enquanto acrescentemos, a conclusão final de Perry Anderson:

*“Aquí, sin embargo, también es esencial recordar la gran distancia existente entre los choques relativamente ciegos del pasado inmemorial y la conversión – desigual e imperfecta – de estos choques en contiendas conscientes que tienen lugar en los siglos XIX y XX. De ahí que tanto en la reproducción como en la transformación – conservación y subversión, respectivamente – del orden social siempre actúen el modo de producción y la lucha de clases. Pero esta última debe ser activada por el primero para alcanzar los resultados apetecidos, que encontrará su máximo punto de concentración en la estructura política del Estado”*²²³(grifo nosso)

²²² Sobre a maior ou menor intensidade da luta de classes nas fases de prosperidade ou nas de depressão prolongada, as denominadas vagas A e B das ondas longas, Kondrstieff constatava uma frequência maior de guerras e revoluções nos períodos de crescimento, mas insistia que esses fenômenos de instabilidade eram muito mais efeito do que causa. Sobre este tema, conferir: KONDRSTIEFF, Nicolai. **Les grands cycles de la conjoncture**. Paris, Economica, 1992 e BENSAÏD, Daniel. **La discordance des temps, essais sur les crises, les classes, l'histoire**. Paris, Les Éditions de la Passion, 1995.

²²³ . ANDERSON, Perry. **Teoria, política e historia: un debate com E. P. Thompson**. Trad. Eduardo Terrén. Madrid, Siglo XXI de España, 1985. p. 61.

Desta segunda passagem seria necessário conservar duas idéias: primeira, que pelo menos nos últimos 100 anos existe uma impressionante aceleração dos ritmos históricos. Do que decorre a identificação de um crescente movimento de autoconsciência da sociedade humana, ou, em outras palavras, de que existe um novo lugar na capacidade de protagonismo consciente de todas as classes. O que, no entanto, não se reduz a uma capacidade maior do de proletariado e das classes subalternas de expressar politicamente os seus interesses, em uma comparação histórica com o lugar dos camponeses e servos, por exemplo, em uma sociedade feudal, mas também em uma elevação dos níveis de consciência e organização das classes dominantes (o que já foi caracterizado como o fenômeno da partidocracia). O que explicaria a violência inédita dos conflitos entre revolução e contra-revolução, comparados aos combates relativamente “cegos, surdos e mudos” e, também, fugazes do passado.²²⁴

Segundo, a reiteração da conclusão metodológica, a saber, a primazia das determinações econômicas, ou melhor ainda, a antecedência das causalidades objetivas, que devem estar maduras, apodrecendo, para que a crise transborde em crise revolucionária e encontre *“su máximo punto de concentración en la estructura política del Estado”*.

Agora retornemos a Engels, e às suas cartas, nas quais alerta para o excessivo dogmatismo, ou determinismo da geração marxista jovem do seu tempo em particular na Alemanha, que nas suas palavras “dão mais importância do que a devida aos aspectos econômicos” e consideremos a clássica passagem, na carta sobre o *“paralelograma de forças”*:

“Em segundo lugar, a história faz-se de tal maneira que o resultado final se destaca sempre dos conflitos de um grande número de vontades individuais. Cada uma delas, por sua vez, feita por inúmeras condições particulares de existência. Assim, há, neste caso, imensas forças que se opõem mutuamente, um grupo infinito de paralelogramos de forças donde sobressai uma

²²⁴ . Sobre a aceleração histórica, uma referência insubstituível pela erudição e sutileza de análise é a introdução de Hobsbawm em **Era dos extremos, o breve século XX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

resultante – o acontecimento histórico – que pode ser apreciado, por sua vez, como um produto de uma força que actua como um todo, de modo inconsciente e cego. Isto porque o objetivo de um indivíduo é contrariado por outro indivíduo e o resultado é uma coisa que ninguém quis. É por isso que, até nossos dias, a história se desenrola nos moldes de um processo da natureza e, no conjunto, está submetida às mesmas leis de movimento. Mas pelo facto de as diversas vontades – cada uma querendo aquilo para que a impele a sua constituição física e as circunstâncias exteriores, económicas, em última análise, (as próprias circunstâncias pessoais ou as circunstâncias sociais na generalidade) – não atingirem o que desejam e fundirem-se em uma média geral, em uma resultante comum, não se tem o direito de concluir que essas vontades são iguais a zero. Pelo contrário, todas contribuem para a resultante e, a esse título, estão incluídas nela.”²²⁵(grifo nosso)

Nesta passagem, merece destaque a afirmação da primazia da dialética entre a necessidade e o acaso. A primeira compreendida como um movimento objetivo, “história que se desenrola nos moldes de um processo da natureza”, inconsciente e cego, que escapa ao controle ou vontade humana. Isto é, em última análise, movida por interesses econômicos contraditórios, e que se manifesta em vontades individuais ou se elevam em manifestações classistas, ou somente conflituadas, mas que se neutralizam parcialmente.

Entretanto, por mediações sucessivas, esses choques, irão resultar no acontecimento histórico. Porém, noutra nível de análise, está também, o acaso, entendido como a imprevisibilidade, o efêmero, o acidental mas não por ausência de causalidades, mas pelo seu excesso, nas próprias palavras de Engels: “multidão infinita de coisas e acontecimentos, cuja ligação íntima é tão longínqua, ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la como inexistente e abandoná-la”.²²⁶

²²⁵ . ENGELS, Friedrich. “Carta a Bloch” In **Sobre a literatura e a arte**. Lisboa, Editorial Estampa, 1984. p. 38-9

²²⁶ O desencontro entre os interesses de classe e a consciência desses interesses, e uma vontade política em consonância, não foi uma exceção, ao longo da história, mas quase uma regra. Interferem nesse processo inúmeras mediações. Não existe correspondência direta entre os interesses e a ação das classes que, freqüentemente, agem contra os seus interesses econômicos, e isso dificulta, e em muito, a explicação histórica. O movimento ascendente do lugar da luta pela auto-organização consiste, justamente, em uma maior coincidência, entre interesses econômicos e ação política. Esta elevação das classes dominadas na direção da ação política consciente, pela apreensão de quais são os seus interesses, e uma maior capacidade de agir em coerência, é o que distingue historicamente, o século

É talvez paradoxal que este aspecto da questão tenha sido desprezado, já que esta citação se tornou famosa, pela razão inversa, ou seja, porque nela Engels tentaria ordenar as relações entre os fatores econômicos objetivos e a mediação de uma relativa autonomia da esfera da luta de classes, em um esforço de alerta crítico ao economicismo/determinismo dos “jovens marxistas” que davam excessiva ênfase às causas econômicas. E no entanto, Engels coloca novamente, e agora de forma incontroversa, as relações entre a base econômica e os conflitos estruturais entre as classes, seus interesses e projetos políticos, em uma esfera de abstração elevada, e de longa duração histórica, em que a primazia dos fatores objetivos, ou seja, da necessidade, seriam irredutíveis ao ponto de recorrer a uma metáfora naturalista.

Este debate está presente na discussão de Perry Anderson e Thompson sobre as leis históricas na teoria do Marxismo que coloca a pergunta apropriada, ou seja, o lugar pertinente na história da vontade humana, que se manifesta, pelo menos em uma época revolucionária, como uma flutuação incessante e ininterrupta das correlações de forças entre as classes:

XX. Mas a consciência de classe não é proporcionalmente amadurecida por todas as classes de forma igual. As classes proprietárias têm sempre uma consciência de classe de quais são os seus interesses muito mais desenvolvida. Em situações não revolucionárias, as maiorias exploradas, têm uma compreensão incompleta e distorcida de onde estão e quais são os seus interesses. Tem sido somente nos momentos mais agudos da luta de classes, quando a situação é, pelo menos, pré-revolucionária, que as classes trabalhadoras, começam a agir “para si”. Noutras palavras, por razões diferentes, todas as classes podem agir contra os seus interesses econômicos, por algum tempo, e dentro de certos limites, dependendo da situação na luta de classes. Umas por falta de consciência, e outras por terem uma imensa consciência. É quando se abre uma situação revolucionária, por exemplo, que tudo se inverte, e, paradoxalmente, as classes proprietárias, sentindo-se ameaçadas, podem até agir, transitoriamente, contra os seus interesses econômicos mais imediatos, para proteger os seus interesses políticos de preservação do poder. Em conclusão: não existe uma relação simples, e uma coincidência “sem ruído” entre os interesses de classe e a ação política das classes, e os fatores subjetivos são sempre decisivos quando pensamos os tempos curtos das conjunturas. O problema se apresenta ainda mais complexo, se considerarmos a ação dos sujeitos políticos coletivos que devem ser a expressão organizada das vontades em conflito. O clássico “em última análise”, portanto, exige que se valorizem todas essas mediações. Vejamos o que nos diz Engels, ainda na mesma carta: “*Somos nós próprios que fazemos a nossa história, mas antes de tudo, com dados e em condições bem determinadas. Entre todas essas condições, as econômicas são, por último as determinantes. Mas as condições políticas, etc..., mesmo a tradição que percorre o cérebro dos homens, representam igualmente um papel, embora não decisivo.*” (grifo nosso) (ENGELS, Friedrich. “Carta a Bloch” In *Sobre a literatura e a arte*. Lisboa, Editorial Estampa, 1984. p. 38-9)

*“La única diferencia es que para Engels los constructores inmediatos de la historia son los hombres y las mujeres individuales, mientras que para Thompson lo que los hombres y las mujeres construyen son clases. La convergencia de los resultados finales puede observarse en la siguiente afirmación de Thompson: ‘La acción recae en los hombres, no en las clases’. La dificultad teórica central permanece intacta en ambos casos. **No se trata del tipo apropiado de voluntad – personal o colectiva, sino de su lugar pertinente en la historia.** La difícil cuestión planteada por una interpretación como la de Thompson es ésta: **si los procesos históricos fundamentales, la estructura y evolución de todas las sociedades son el resultado involuntario de la lucha de una dualidad o una pluralidad de fuerzas de clases voluntarias, qué explica su naturaleza ordenada? Por qué la intersección de voluntades colectivas rivales no produce el caos fortuito de un magma desestructurado y arbitrario?**”²²⁷(grifo nosso)*

Não parece existir dúvidas que essa também era a opinião de Marx. Ocorre que, para os fins desta pesquisa, a discussão sobre o lugar dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no materialismo histórico existe uma questão intrigante que, por enquanto, poderíamos definir nos seguintes termos: se não restam dúvidas da vigência da lei na longa duração como primazia de causalidade (observando todas as mediações e alertas sobre a relativa autonomia da luta de classes e as suas interações com as organizações da superestrutura política e ideológica, ou seja, como determinação de última instância), como entretanto Marx e Engels pensavam o que Anderson denomina “o lugar pertinente” na História das vontades coletivas, em especial, nos momentos de crise? Vejamos esta curiosa e surpreendente citação de Engels, em uma carta de 1890 sobre o mesmo tema, das relações de causalidade entre base econômica e superestrutura:

*“O que falta a todos esses senhores é a dialéctica. Vêem apenas aqui a causa, acolá o efeito. Que querem? Não vêem, nessa maneira de pensar, uma abstracção vazia, **não vêem que, no mundo real, semelhantes antagonismos polares e metafísicos existem unicamente nas crises** e que todo o amplo curso das coisas decorre sob a forma de acção e de reacção de forças – sem dúvida, muito desiguais – **sujeitas ao movimento económico, que é, entre elas, com grande vantagem, a força mais potente, a mais antiga e a mais decisiva.**”²²⁸ (grifo nosso)*

²²⁷ . ANDERSON, Perry. **Teoria, política e historia: un debate com E. P. Thompson.** Trad. Eduardo Terrén. Madrid, Siglo XXI de España, 1985. p.56

²²⁸ . ENGELS, Friedrich. “Carta a Conrad Schmidt de outubro de 1890” In **Sobre Literatura e Arte.** Lisboa, Editorial Estampa, 1974. p. 36-7

O que nos reafirma Engels? Algo extremamente simples: *que na história operam em choque, as mais diferentes forças de impulso e neutralização (inclusive os conflitos de idéias), mas em graus de intensidade diferenciados*, e conclui que a força dos interesses econômicos, em última análise, abre o caminho, e se afirma como a mais perene e poderosa. Mas, ao mesmo tempo nos diz, e isso é o mais importante, que nos momentos das crises, e somente neles, a polarização das classes em conflito, com uma compreensão mais clara de quais são os seus interesses, aparece de forma cristalina. Seria abusivo concluir que a hipótese aqui formulada estaria sugerindo uma inversão das leis de causalidade, em alguns momentos históricos específicos? Somente em circunstâncias extraordinárias, de forma transitória e efêmera, mas ainda assim decisiva.

Ou seja, não estaria Engels sugerindo a possibilidade de uma inversão das causalidades, uma articulação complexa das determinações objetivas e subjetivas no calor das crises revolucionárias? Esse é o nosso argumento, e por isso chamamos a atenção para a passagem citada, quando destaca a centralidade das lutas de classe, com a irrupção das multidões, e o peso decisivo dos níveis de consciência e capacidade de auto-organização das classes e o papel e lugar de suas organizações e lideranças.²²⁹ Sobre esse tema, acrescentamos por enquanto a seguinte observação paradoxal de Perry Anderson:

“El área de la autodeterminación, para usar un término más preciso que el de ‘acción’, se ha venido ampliado en los últimos 150 años, pero todavía es mucho menor que su contrario. El verdadero propósito del materialismo histórico ha sido, después de todo, dar a los hombres y mujeres los medios para ejercer una auténtica autodeterminación popular por primera vez en la historia. Este es exactamente el objetivo de la revolución

²²⁹ Nesse sentido, podem ser esclarecedoras as seguintes passagens: *“Por conseguinte, quando Barth pretende que teríamos negado completamente a reação dos reflexos políticos, etc., do movimento econômico sobre este mesmo movimento, está apenas a bater-se contra moinhos de vento. Basta ler o 18 – Brumário de Marx, onde se trata quase só do papel particular representado pelas lutas e pelos acontecimentos políticos, naturalmente, na sua dependência geral das condições econômicas (...) Se o poder político é economicamente impotente, por que razão lutaríamos, então, pela ditadura política do proletariado? A violência (isto é, o poder do Estado) é, ela também, uma força econômica!”* (grifo nosso)(Ibidem, p. 36)

socialista, cuya aspiración es inaugurar la transición de o que Marx llamó la esfera de la necesidad a la de la libertad.” (grifo nosso) ²³⁰

Ou seja, Anderson conclui, depois de uma resposta crítica ao subjetivismo atribuído a Thompson sobre o lugar na história da escolha consciente da vontade e ação humana, reiterando a primazia dos fatores objetivos. Mas com uma mediação, reconhecendo que nos últimos 150 anos, algo vem se alterando em relação à fórmula “ortodoxa” de Engels na carta sobre o paralelograma de forças.

Thompson tinha iniciado a polêmica com sua crítica a Althusser, assinalando o que seria o objetivismo ou economicismo de uma “história como um processo sem objeto em que os homens são, individualmente, suportes de relações de produção”. Do que decorreria a acusação de que o marxismo ficaria assim reduzido a uma laicização da idéia do destino, um fatalismo milenarista. Oponha a Althusser a fórmula de uma história, em que as relações entre predeterminação e livre arbítrio, deveria ser considerada nos seguintes termos:

*“qualquer que seja nossa conclusão na polêmica seu fim entre predeterminação e livre arbítrio é **sumamente importante que pensemos que nós somos livres**”*²³¹(grifo nosso)

Esta premissa está na raiz da compreensão da história como um processo em que os homens são os sujeitos das suas ações “agentes humanos sempre frustrados e sempre ressurgentes”.

Anderson polemiza contra Thompson e sua leitura da ação humana no processo histórico, mas dialoga observando que este critério não seria válido no passado pré-capitalista, mas reconhece no proletariado moderno um novo protagonismo como sujeito social histórico, concluindo:

“Fue el moderno movimiento obrero el que realmente dio origen a esta nueva concepción del cambio histórico. Com la aparición de lo

²³⁰ . ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: un debate com E. P. Thompson**. Trad. Eduardo Terrén. Madrid, Siglo XXI de España, 1985. p. 23

²³¹ . THOMPSON, **Poverty of theory**. p. 234

*que fue llamado por sus fundadores, socialismo científico, en efecto, los proyectos colectivos de transformación social se hermanaron por primera vez con los esfuerzos sistemáticos por entender los procesos del pasado y del presente, por producir un futuro premeditado. **La revolución rusa es, a este respecto, la encarnación de un nuevo tipo de historia, basado en una forma de acción sin precedente. Como se sabe, los resultados del gran ciclo de revueltas que inició han estado hasta la fecha lejos de los esperados en sus comienzos. Pero, en cualquier caso, la alteración del potencial de la acción histórica sigue siendo irreversible en el siglo xx.***²³²(grifo nosso)

Ou seja, Anderson reconhece que o lugar dos sujeitos sociais vêm se alterando ao longo do processo histórico, e que uma nova articulação de causalidades poderia se observar ao longo do século XX. Essa consideração é chave para a discussão dos conceitos de situação e crise revolucionária e para a compreensão da releitura que Lenin, Trotski e Gramsci farão do papel dos chamados fatores subjetivos, na História, em particular nos momentos em que a humanidade se encontra com as suas esquinas perigosas. De fato, a história nunca conheceu um período tão revolucionário como o século XX que se encerra. *Nunca, no passado, um movimento de autodeterminação da humanidade foi tão poderoso.*

As irrupções de massas de milhões de pessoas na arena política, com formas de auto-organização mais ou menos densas ou orgânicas, expressando uma vontade de mudança e controle sobre o destino de suas vidas no terreno do conflito social, provocando acelerações bruscas dos acontecimentos, abrindo sentidos imprevisíveis ao amanhã, dominadas por humores exasperados e esperanças adiadas, construindo e afirmando uma vontade coletiva antes não suspeitada. Esses deslocamentos profundos nas correlações de forças, recorrentes no nosso breve século XX, expressam o novo protagonismo social da época, mas só se verificam em condições excepcionais e estão na raiz das crises revolucionárias, quando se manifestaria a inversão das relações causais.

²³² . ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: um debate com E. P. Thompson.** Trad. Eduardo

2.3. Do conceito de revolução permanente no “Adresse” de 50 ao balanço de Engels na Introdução de 95: o conceito de etapas e a hipótese das duas vagas.

Um dos maiores perigos da investigação histórica é o anacronismo, sempre anunciado, tantas vezes desprezado. Não é um erro incomum porque é muito difícil o pesquisador se desembaraçar das idéias do seu tempo: elas penetram o universo de nossa reflexão, às vezes imperceptivelmente, e somos por elas conduzidos, como crianças são arrastadas pela força das marés, e se descobrem depois, surpreendidas, muito longe do local que na areia deveria ser o seu ponto de referência. São uma parte inelutável do que nos define²³³.

Terrén. Madrid, Siglo XXI de España, 1985. P.22

²³³ Nunca é irrelevante aprender as lições dos grandes mestres. Uma sincera humildade é indispensável, em especial, quando se está engatinhando na esgrima do ofício. O trecho que se segue, sobre a importância das representações, de Braudel, é um primor, tanto pelo estilo, quanto pelo alerta metodológico, que vem de uma escola de pesquisa, que não sendo marxista, tem sido, na França (a pátria por excelência da influência do estruturalismo de Althusser, que se revelou curiosamente pouco produtivo na História, apesar da grande promessa) de uma fertilidade historiográfica impressionante: *“Psiquismo coletivo, tomada de consciência, mentalidade ou aparelhagem mental. Não seria possível escolher(...) E essas hesitações de linguagem assinalam a própria juventude da psicologia coletiva. Psiquismo tem os favores de um historiador, grande especialista nesses domínios, Alphonse Dupront(...) Mentalidade é evidentemente mais cômodo. Lucien Febvre, em seu admirável Rabelais,*

Por isso a perda das referências, em muitos sentidos, é fatal. Essa é a armadilha e ao mesmo tempo o desafio da discussão sobre época. Ela nunca surge divorciada da controvérsia sobre a ideologia, porque remete a uma reflexão dos *tempos da relação sujeito-objeto*, seus limites e possibilidades.

Os artigos de Marx que Engels reúne em 95 sob o título de “As lutas de classe em França”, e para os quais escreve a famosa introdução que ficou conhecida como o seu testamento político, reapresentam e aprofundam uma teoria histórico-sociológica da alienação (esboçada nos

preferia falar de aparelhagem mental (ouillage mental). Mas pouco importam as palavras! O problema não depende delas. Em cada época, certa representação do mundo e das coisas, uma mentalidade coletiva dominante anima, penetra a massa inteira da sociedade. Essa mentalidade que dita as atitudes, orienta as opções, arraiga os preconceitos, inclina os movimentos de uma sociedade, é eminentemente um fato de civilização. Muito mais ainda que os acidentes ou as circunstâncias históricas e sociais de uma época, ela é o fruto de heranças remotas, de crenças, medos, inquietações antigas, não raro quase inconscientes, na verdade o fruto de uma imensa contaminação cujos germes se perdem no passado e se transmitem através de gerações e gerações de homens” (grifo nosso) (BRAUDEL, Fernand. **Gramática das Civilizações**. São Paulo, Martins Fontes, 1989, p.42). Destes comentários não se conclua uma confissão de ecletismo: quem escreve não está entre os adeptos da história das mentalidades. Mas não há como negar, que excelentes livros de História, foram escritos inspirados no trabalho de Braudel. As suas ambigüidades metodológicas, entretanto, não são pequenas. Assim, por exemplo, na seqüência do mesmo fragmento, não parece sustentável a oposição, em alternativa, entre os interesses de classe e as mentalidades, como se fosse recorrente as classes (não os indivíduos, as classes) agirem contra os seus interesses por amor às idéias. Vejamos como Braudel conclui peremptório: “*As reações de uma sociedade aos acontecimentos da hora, às pressões que eles exercem, às decisões que exigem dela, obedecem menos à lógica, ou mesmo ao interesse egoísta, do que a esse mandamento não formulado, frequentemente infornulável e que brota do inconsciente coletivo*”. (grifo nosso) (Ibidem, p.42) Como se vê parece ser claramente um exagero. Mas o erro simétrico, não é menos raro entre os marxistas. E no entanto, não pode haver história que ignore a força das idéias. Se enganam os que pensam que este não seria um critério do marxismo. O que o marxismo sempre insistiu foi na necessidade de observar as relações das idéias com os conflitos sociais das quais nascem. Essas relações, entretanto não são simples. São complexos vínculos, condicionados pelas flutuações da situação econômica, com inúmeras mediações, desencontros e distorções que expressam também a relativa autonomia, às vezes retardo, mais raramente antecipação, da luta político-ideológica em relação aos inapeláveis dilemas históricos. Mas quando as idéias penetram nos corações e mentes da multidão, elas se transformam em músculos e nervos do impulso histórico, e passam a ser força material. E não é um caminho sensato ignorar essa força. Por outro lado, se é verdade que as idéias não fazem a História... como explicar a História sem revelar as idéias que moviam os homens, despertavam as suas paixões, renovavam suas forças, impunham novos limites, ofereciam um novo horizonte? Assim, somos todos prisioneiros, em maior ou menor medida, do nosso tempo. E se o terreno das idéias é o terreno das representações, e se essas são inseparáveis das ilusões, porque é inevitável uma distorção ou atrazo na compreensão de uma realidade em movimento, não é menos verdade que elas tanto ocultam quanto revelam. Se o paradigma lukácsiano do marxismo como método e não como dogma continua de pé (ou deveria) as possibilidades teóricas, de uma visão do ângulo de “totalidade”, são certamente menores que o entusiasmo político dos anos imediatamente posteriores à revolução russa, apoiado na premissa de um crescente protagonismo proletário, nos países centrais, faziam supôr. Mas sempre vale a pena renovar o desafio.

Manuscritos e radicalizada na Ideologia Alemã) sobre os limites possíveis da consciência social, que define a ideologia como a expressão de um ocultamento de uma realidade contraditória e invertida. Ou seja, como uma representação imaginária do real. Em outras palavras, reconhece que as classes em luta fazem a história, mas combatem em um terreno definido pelos limites que as ideologias do seu tempo estabelecem, combatem em um terreno de ilusão.²³⁴

Veremos adiante como o próprio Engels, na introdução, confessa que as avaliações que ele e Marx partilhavam no calor do processo, não eram imunes às pressões das circunstâncias. Mas o anacronismo pode, por assim dizer, ter mão dupla. E é tão perigoso um deslocamento das idéias do contexto histórico em que estão inseridas (o que invariavelmente diminui o

²³⁴A referência clássica para a discussão sobre ideologia e consciência de classe é o trabalho de Lukács de 1922, que mais pelas suas virtudes do que pelas suas limitações, foi severamente criticado, até por ele mesmo, com amargura, como se pode conferir nesta passagem do prefácio de 67, como sendo uma ideologização hegeliana do proletariado, e portanto uma concessão a uma visão “finalista” da História.. Quarenta e cinco anos depois, sob o impacto de mais duas décadas de relativa passividade e pacto social no Ocidente, o velho Lukács, iria admitir que talvez a sua obra de maior significado teórico, estivesse prenhe de uma visão teleológica do protagonismo do proletariado. Talvez, por outro lado, o intervalo histórico, para uma avaliação definitiva, ainda seja demasiadamente curto. Talvez não.: *“Tanto para la influencia en su época cuanto para la posible actualidad presente, hay un problema que tiene importancia por encima de todos los desarrollos de detalle: el de la alienación, que aquí se estudió, por vez primera desde Marx, como cuestión central de la crítica revolucionaria del capitalismo, y cuyas raíces histórico-teóricas y metodológicas se siguieron hasta su fuente en la dialéctica hegeliana.(...) Por lo que hace al tratamiento del problema mismo, hoy no es muy difícil advertir que se mueve íntegramente según el espíritu de Hegel. Su fundamento filosófico último, principalmente, es el sujeto-objeto idéntico que se realiza en el proceso histórico. Ciertamente que en el pensamiento de Hegel la génesis del sujeto-objeto idéntico es de naturaleza lógico-filosófica, pues la consecución del supremo estadio del Espíritu absoluto en la filosofía, con la retroacción de la extrañación o alienación, con la vuelta de la autoconsciencia a sí misma, es lo que realiza el sujeto-objeto idéntico. En cambio, en Historia y consciencia de clase este proceso se supone histórico-social, y culmina en el hecho de que el proletariado, convirtiéndose en sujeto-objeto idéntico de la historia, realiza dicho estadio en su consciencia de clase. Con eso parece que se haya puesto efectivamente a Hegel «con los pies en el suelo»; parece como si la construcción lógico-metafísica de la Fenomenología del Espíritu hallara una realización ónticamente auténtica en el ser y en la consciencia del proletariado, cosa que, a su vez, parece dar fundamento a la misión histórica del proletariado de producir con su revolución la sociedad sin clases, de concluir la «prehistoria» de la humanidad. Pero ¿es realmente el sujeto-objeto idéntico algo más que una construcción puramente metafísica? ¿Se produce realmente un sujeto-objeto idéntico en un autoconocimiento, por perfecto y adecuado que éste sea, y aunque se base en un conocimiento adecuado del mundo social, es decir, aunque ese autoconocimiento se dé en la más consumada autoconsciencia? Basta con formular la pregunta de un modo preciso para verse obligado a responder negativamente. Pues por mucho que el contenido del conocimiento pueda referirse al sujeto conocedor, el acto de conocimiento no pierde*

acontecimento, o processo, o autor ou a obra divorciados das relações que os definem, e que, aliás, os explicam) projetando sobre o passado um conjunto de inquietações do presente que lhe são estranhas, quanto o inverso.

O famoso testamento é, de fato, como inúmeras já se destacou, *uma inflexão* nas indicações que Marx e Engels tinham antes elaborado sobre *as relações entre os tempos históricos e os tempos políticos da transição pós-capitalista*. Essas reflexões novas tinham como fundamento essencial a realidade de um partido marxista que havia, pela primeira vez, conquistado influência de massas e passava a ser *um elemento objetivo da grande política*.

Mas não se encontrarão nele antecipadas, *avant la lettre*, as discussões programáticas que dividirão vinte anos depois o marxismo de forma irreversível entre reformistas e revolucionários. Essa linha de interpretação já foi ensaiada e seus resultados não são convincentes.

Quando conceitos chaves do marxismo são nosso objeto, e discutimos aspectos da obra de Marx e Engels, este pareceria o maior perigo: estamos diante dos fundadores das premissas fundamentais de uma teoria revolucionária, e seja qual for a atitude que se possa alimentar sobre as suas idéias, não há como não reconhecer que elas mudaram a compreensão que a humanidade possui sobre si mesma. Fundaram uma escola de pensamento que mudou a face do mundo. A autoridade de ambos é tal que ultrapassou gerações. Não é, portanto, gratuito que se busque nos seus escritos, um ponto de apoio para idéias que estão hoje em juízo, como já foi certamente feito incontáveis vezes, sejam essas estranhas ou herdeiras do seu pensamento. O peso do passado e das idéias do passado governam a imaginação do presente, e cada geração, tem o seu desafio próprio de reinterpretar a memória da tradição, o que é legítimo e necessário. No entanto, toda tradição teórico-política, em especial a marxista, deveria estar

por ello su carácter alienado” (grifo nosso) (LUKÁCS, Georgy. **História e Consciência de classe**. Barcelona, Orbis, 1985, volume1. p.20-1)

em “aberto”, no sentido de que é uma obra em construção, portanto permanentemente em disputa.²³⁵

O recurso aos argumentos de autoridade tem, todavia, os seus limites. Este procedimento revela, invariavelmente, mais sobre o seu

²³⁵A obra de Engels, depois da morte de Marx, foi frequentemente criticada pelo excesso de preocupação cientificista. Em geral esta abordagem procurou estabelecer um vínculo entre as formas mais deterministas que assumiu o marxismo da Segunda Internacional, no apogeu da influência teórico-política de Kautsky, e os esforços de sistematização ou organização (ou mesmo codificação) da obra de Marx do velho Engels, que ficou conhecida como a defesa do marxismo como socialismo científico. É sempre muito difícil estabelecer com justiça as relações entre os mestres e os discípulos, uma generalidade para qualquer campo do conhecimento, com mais razão quando a obra teórica é inseparável das pressões políticas. Mais difícil ainda seria saber em que medida o excesso ou ausência de ênfase, em uma ou noutra questão metodológica, por parte dos fundadores de uma doutrina, pode ou não explicar os erros ou unilateralidades ou até as deformações dos seus discípulos. A história de qualquer corrente de pensamento é sempre escrita com os olhos do presente, e com o privilégio de um panorama prospectivo. Assim uma luta de idéias é inevitável em relação à herança marxista e engelsiana, como em relação a outras tradições: a apropriação da autoridade do passado é irresistível. Mas se nesse terreno movido alguma coisa é certa, é que a reivindicação de argumentos de autoridade tem o mesmo limite que a força das idéias. Quem já esteve mergulhado em querelas marxistas, certamente aprendeu que existem muitas maneiras de sustentar uma polémica em torno de citações, porque o recurso às citações em uma obra tão vasta e complexa como a de Marx e Engels permite que se prove o que se quiser ...e o contrário também. O marco histórico no qual se insere, a localização da citação no contexto da discussão da época, e no processo de elaboração das idéias é que são o busilis da questão. Feitas essas considerações, é preciso compreender que o esforço cientificista de Engels se insere em uma atmosfera teórico-cultural de grande entusiasmo com o desenvolvimento científico das últimas duas décadas do século XIX, e se explica, grosso modo, pela sua preocupação em fazer a defesa do estatuto de ciência da obra de Marx, vital para garantir a sua autoridade como uma variante não-utópica de igualitarismo, e assim aumentar a audiência do marxismo nos círculos intelectuais mais abertos à causa do movimento operário. Finalmente, este vínculo entre o velho Engels e seus herdeiros mais diretos no partido alemão talvez tenha existido, de alguma maneira. Mas de qualquer forma as fórmulas deterministas depois tiveram um percurso próprio, cujas explicações últimas devem ser procuradas nas pressões político sociais do seu tempo, porque só assim poderemos encontrar uma explicação marxista para o enrijecimento teórico que foi o Kautskismo. Um trabalho recente que explora com equilíbrio e fundamentação muito convincente esta questão é a tese de Ricardo Musse da qual transcrevemos um extracto: *“Diferentemente de Marx que submetera a economia política à crítica, Engels, ao mesmo tempo em que preparava a publicação dos esboços do segundo e do terceiro volume de O Capital, contentava-se em apontar -no estilo da ciência unitária positivista- uma organização sistemática e orgânica para os fenômenos naturais. A primazia concedida ao encadeamento enciclopédico em detrimento da crítica, acrescida dos resultados obtidos nos domínios da história e da tradição intelectual, consolida o esforço do último Engels no sentido de compreender o marxismo como um sistema orientado por um conhecimento unificado do homem e da natureza. Essa positividade, marca registrada do “socialismo científico”, é tributária de uma desconsideração tanto em relação ao modo de funcionamento interno das diversas ciências, quanto dos resultados da ação humana frente à natureza -a famigerada praxis social- e suas implicações para o processo científico. Como, em sua época, ninguém sabia disso tão bem como Engels, tal despreocupação, que não deriva propriamente de um desconhecimento do andamento das ciências, atesta uma quase ilimitada confiança no potencial libertador da expansão das forças produtivas, ou melhor, a crença de que o avanço do conhecimento nas ciências naturais e o subsequente desenvolvimento das condições materiais apontava para a emancipação do proletariado.”* (grifo nosso) (MUSSE, Ricardo, Tese de doutoramento apresentada ao departamento de filosofia da FFLCH)

autor, do que sobre as idéias, indefesas, que são assim vítimas dos que se escondem atrás do prestígio dos outros. Mas seria ingênuo ignorar que a tentação é grande, porque a presença de Marx ou Engels, como aliados ou adversários, engrandece qualquer exposição. O conhecimento histórico é sempre todavia, no fundamental, um conhecimento do passado.²³⁶

Disto não deveria decorrer a conclusão que o abstencionismo é uma escolha mais sensata. Não teria sentido a indiferença em um trabalho histórico sobre conceitos marxistas, que renunciasse à necessidade, não poucas vezes espinhosa, de *ler os textos com a óptica de*

²³⁶ Existiu e ainda persiste uma perigosa simplificação do que se entende como indivisibilidade entre teoria e prática no pensamento marxista, e que envolve uma reflexão sobre o tempo. O conhecimento é por definição, como sabemos, um processo. Entre outras coisas, dizer que é um processo significa respeitar uma série de critérios de “segurança” que permitem aferir se o sujeito não se mimetizou no objeto. Um desses critérios elementares é a distância em relação ao objeto, e a primeira, mas não a única, nem necessariamente sempre a mais importante, deveria ser a distância do tempo. Mas ela é pouco valorizada. A vulgarização mais comum, e também a mais absurda, é a que reduz o conceito de praxis a uma espécie de método de verificação de acertos e erros por aproximações sucessivas, em que o critério “do que vai dando certo” se impõe como medida de verdadeiro e falso: a necessidade se afirma como virtude, e se perde a dimensão de transitoriedade, que separa a política da teoria, e que subordina a primeira à segunda. Assim se esquece que as possibilidades de conhecimento do passado, pela natureza mesma de sua realidade pretérita, que nos permite uma distância em relação à pressão dos conflitos e à representação que os atores imersos na luta construíram sobre si mesmos e seus interesses, é sempre superior às tentativas de análise do presente. É incrível como esta questão é negligenciada. As considerações de Perry Anderson são assim iluminadoras, para um marxismo, que pretenda superar os limites teoricistas da geração anterior, sem cair em vícios simétricos, ou seja, empiristas: *“Se a designação correcta do marxismo é materialismo histórico, ele terá de ser – acima de tudo- uma teoria da história. Contudo, a história é – por excelência – o passado. Evidentemente, o presente e o futuro também são históricos, e é a esses que se referem involuntariamente os princípios tradicionais do papel da prática no seio do marxismo. Mas o passado não pode ser modificado por qualquer prática presente. Os seus acontecimentos serão sempre reinterpretados e as suas épocas redescobertas pelas gerações posteriores: não podem ser alterados, seja qual for a concepção materialista que os aborde. Politicamente, o destino dos homens e das mulheres vivos – no futuro actual e no futuro previsível é incomensuravelmente mais importante para um socialista do que qualquer outra consideração. Contudo, cientificamente, o principal domínio do conhecimento susceptível de investigação é o reino dos mortos. O passado, que não pode ser corrigido ou destruído, pode ser conhecido com maior certeza do que o presente, cujas acções têm ainda de se processar, e não só. Assim, continuará a haver uma disparidade entre conhecimento e acção, teoria e prática, para qualquer ciência possível da história. Nenhum marxismo responsável pode abdicar da tarefa de compreender o imenso universo do passado nem de pretender julgar as modalidades de uma transformação material daquele. Assim, a teoria marxista não deve ser compreendida como uma sociologia revolucionária, apesar de todas as tentações louváveis de o fazer. Não pode ser reduzida à «análise da conjuntura actual», segundo uma terminologia em moda. Por definição, tudo o que é actual depressa passa.”* (grifo nosso) (ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental.** Lisboa, Afrontamento, 1976. p. 142)

quem precisa tomar posição. E sendo Marx e Engels os autores que investigamos, (embora o critério seja, na verdade, o mesmo para todos os outros autores que neste texto decidimos estudar), seria ingênuo diminuir as dificuldades. Essas, como veremos, não são pequenas.

Enunciemos a questão: a definição de Marx e Engels que reconhece a abertura de uma época de revolução social, ou seja, um período em que as condições objetivas, no sentido de condições materiais, econômico-sociais, estão reunidas e maduras nos países mais avançados, não resolve o problema da caracterização histórica, mas somente a coloca. Em 48, quando da redação do Manifesto, ela é inseparável de outras avaliações, que contêm elementos centrais para a compreensão, dos critérios teórico-históricos que orientam o pensamento político de Marx e Engels sobre as temporalidades e as hipóteses estratégicas com que trabalham sobre a atualidade da revolução. E sobre os tempos, as tarefas e os sujeitos sociais da revolução que prevêem estar no horizonte. E o mais interessante, eles anunciam a iminência de *duas revoluções*: porque trabalham o conceito de época associado ao de etapas, um subperíodo no interior das épocas, que corresponde à sobreposição de tempos determinada pelo desenvolvimento econômico-social desigual (os atrasos históricos impostos pelas forças de inércia social); e também pela diversidade de caminhos da evolução política (a hesitação ou resistência burguesa em mergulhar na via revolucionária).

Em primeiro lugar encontramos uma reflexão histórica sobre o modelo da grande revolução francesa que teria revelado que existem tendências internas à dinâmica do processo revolucionário, que se desenvolve em permanência, e que se traduzirá no Adresse de 1850 à Liga dos comunistas, na defesa da necessária radicalização ininterrupta da revolução democrática em revolução proletária, isto é, a perspectiva da revolução permanente:²³⁷

²³⁷ Como hoje a expressão “revolução permanente” está associada de forma irreversível à tradição política inspirada no pensamento de Léon Trotsky, alguns esclarecimentos são indispensáveis, para evitar confusões. O conceito “revolução permanente” era corrente nos meios esquerdistas no final dos

“Mas essas reivindicações não podem satisfazer de nenhum modo ao partido do proletariado. Enquanto os pequenos burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível,(...) os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o Poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só em um país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova.”²³⁸(grifo nosso)

Existe, entretanto, uma polêmica de interpretação histórica sobre as expectativas que Marx mantinha quando da redação do *Adresse* em relação ao papel que a burguesia poderia ou não cumprir no processo revolucionário.²³⁹

anos quarenta, e sua origem, ao contrário de um mito histórico recorrente, não era blanquista. Mais além do que uma referência histórica, era um slogan de uso bastante generalizado, e muito amplamente aceito, para além dos círculos comunistas, até entre alguns democratas, ao que parece como uma herança da literatura contemporânea da revolução francesa. Ainda assim, o seu uso não foi somente um recurso literário ao final da Mensagem, porque se contrapunha a pelo menos outras duas concepções estratégicas: (a) a dos radicais democratas (na França, o grupo Ledru-Rollin, herdeiros mais próximos da tradição jacobina) que defendiam de alguma forma uma república social para o futuro, mas que estavam engajados de corpo e alma na perspectiva de que a burguesia liberal chegasse ao poder através de uma revolução e consolidasse a república democrática por todo um período histórico; (b) outra era a posição dos que negavam a necessidade ou mesmo a possibilidade de uma revolução burguesa, ainda que em uma primeira fase democrática do processo revolucionário, como os blanquistas, e que defendiam a iminência, sem mediações, da revolução comunista. A seguir temos o último parágrafo do famoso *Adresse*: *“Mas a máxima contribuição para a vitória final será feita pelos próprios operários alemães, tomando consciência dos seus interesses de classe, ocupando o quanto antes uma posição independente de partido e impedindo que as frases hipócritas dos democratas pequenos burgueses os afastem por um instante sequer da tarefa de organizar com toda independência o partido do proletariado. Seu grito de guerra há de ser: a revolução permanente”*. (grifo nosso) (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. “Mensagem do comité central à Liga dos comunistas” In **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, p.92)

²³⁸. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. “Mensagem do comité central à Liga dos comunistas” In **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, p.86.

²³⁹Parece bastante razoável concluir que a atitude de Marx e Engels sobre o protagonismo burguês na revolução democrática foi se alterando, e que as expectativas iniciais, que eram importantes deram posteriormente lugar a um profundo pessimismo. O estudo, muito sério, de Brossat, caminha nessa direção e diferencia a Alemanha da França: *“Resulta cierto, pues, que Marx y Engels, en los períodos de crisis revolucionaria, percibieron claramente el esquema del transcrecimiento de la revolución burguesa inacabada en revolución proletaria, es decir, la recuperación por el proletariado de la*

A leitura que parece ser mais amplamente documentada e rigorosa, nesta como aliás em outras controvérsias marxológicas é a de Draper:²⁴⁰

*“The bourgeoisie refuses “to do its duty”. We have seen with what assurance Marx and Engels had predicted that the bourgeoisie had no alternative to carrying through a political revolution that would put it in power and introduce a constitutional-liberal regime. We have seen that they were quite aware of how fainthearted this bourgeoisie was and how much it feared the threat of the proletariat behind it; but this **did not yet lead them to conclude that the bourgeoisie might refuse to carry out its historical task.** It did suggest to them that the initial task of the proletariat (or “the people”) might be to push the bourgeoisie from behind. But one way or the other, the outcome was going to be **“not what the bourgeoisie merely want but rather what they must do.**” It was only in the course of the revolution itself that they found out that the bourgeoisie did not recognize the “must.”²⁴¹ (grifo nosso)*

Ou seja, pelo menos durante os anos da revolução, alimentavam duas perspectivas que estavam articuladas entre si: (a) a

*antorcha del radicalismo revolucionario de las manos debilitadas de la burguesía. Pero ese esquema y las perspectivas prácticas que se derivan de él -necesidad absoluta de la independencia política y organizativa de la clase obrera, consignas específicas, candidatos separados para las elecciones, armamento autónomo, etc.- se definen en función de la necesidad histórica, en relación con un plazo indefinido e indefinible, pero no con respecto a la actualidad de esa superación. Aunque definen con exactitud el perfil del transcurso de la revolución burguesa en revolución proletaria a escala del período histórico, Marx y Engels están metidos en el atolladero de la revolución que se acaba, y en este sentido sus concepciones permanentistas constituyen en lo esencial un ejemplo del arte de la anticipación. Es lo que enseña, por otra parte, la evolución de su actitud en 1848. Al principio de la revolución, como redactores de la Nueva gaceta del Rin, **conminan al proletariado alemán a observar la mayor prudencia, y le aconsejan evitar todo lo que pudiera romper el “frente único” con la burguesía, que entonces, al revés de la francesa, es todavía capaz, según ellos, de desempeñar un papel revolucionario. El proletariado forma un frente único con la burguesía mientras la burguesía desempeñe un papel revolucionario.** Allí donde ya esté en el poder la burguesía, la lucha debe desencadenarse contra ella. En Alemania, esa lucha no puede ni debe todavía empezar. La situación es muy distinta en Francia y en Inglaterra...” (grifo nosso) (BROSSAT, Alain. **En los orígenes de la revolución permante: el pensamiento político del joven Trotsky.** Madrid, Siglo XXI, 1976, p.16)*

²⁴⁰ Como o tema é controverso, vale a pena conferir também a opinião de Löwy que defende que quando da redação do Adresse, Marx já não teria expectativas de que a burguesia pudesse cumprir um papel revolucionário. A questão não é irrelevante porque nela está resumida uma apreciação da época: *“La idea central del Mensaje es “hacer permanente la revolución” hasta la toma del poder por el proletariado, arrojando del poder, una tras otra, a las clases poseedoras; este tema no está en contradicción con el Manifiesto, lo cual sugiere también una continuidad del proceso revolucionario: la revolución burguesa como prelude inmediato de una revolución socialista. **La diferencia esencial, en relación con 1848, es que ahora Marx ya no habla de “ponerse al lado de la burguesía”, “cuando ésta toma una actitud revolucionaria”, por la excelente razón de que ya no cree que la burguesía sea capaz de adoptar una “actitud revolucionaria”.**” (grifo nosso) (LÖWY, Michael. **La teoría de la revolución en el joven Marx.** Buenos Aires, SIGLO XXI, 1972, p.233)*

²⁴¹(DRAPER, Hal. **Karl Marx’s theory of revolution.** New York, Monthly review press, 1978. p. 219).

compreensão de que a luta contra o absolutismo e pela democracia só poderia triunfar com métodos revolucionários, isto é, *a necessidade de uma revolução pela democracia*, que é analisada no *Adresse*, em especial para a Alemanha, mas o critério era o mesmo para a França,²⁴² como a ante-sala da revolução proletária, do que se deve concluir um programa de luta por duas revoluções, ainda que com um intervalo abreviado entre ambas; ²⁴³ (b) a compreensão de que existe um desafio histórico a ser vencido: a construção da independência política de classe, condição *sine qua non*, para que a engrenagem de radicalização que, grosso modo, poderia ser qualificada como a “fórmula jacobina”, não resulte em um estrangulamento da revolução proletária, ou seja, em um novo *thermidor*, e ao contrário, garanta a

²⁴² A França parecia ser o epicentro do processo revolucionário europeu, e nela Marx depositava as suas maiores esperanças durante o processo aberto por 48. “*A França é o país onde as lutas de classe, mais do que em qualquer outro lugar, foram sempre levadas às últimas conseqüências, e onde, portanto, as formas políticas mutáveis, no interior das quais se processam e se resumem os seus resultados, tomam contornos mais nítidos. Centro de feudalismo na Idade Média, país clássico, depois da Renascença, da monarquia hereditária, a França, na sua grande Revolução, destruiu o feudalismo e instaurou o domínio da burguesia com uma característica de pureza clássica inigualada por qualquer outro país da Europa. Igualmente a luta do proletariado revolucionário contra a burguesia dominante reveste-se aqui de formas agudas, desconhecidas em qualquer outro lado. Tal é o motivo porque Marx não só estudava com uma predileção especial a história do passado de França, mas ainda seguia detalhadamente a sua história contemporânea(...)*”(grifo nosso) (ENGELS, Friedrich. **Prefácio para a terceira edição de O 18 do Brumário de Louis Bonaparte**. Tradução de Teresa de Sousa. Coimbra, Nosso tempo, 1971).

²⁴³ No fragmento que se segue, temos uma reconstrução feita pelo próprio Engels, ao final de sua vida, sobre as expectativas que ele e Marx alimentavam durante o processo: “*Quando explodiu a Revolução de Fevereiro estávamos todos sob a fascinação da experiência histórica anterior, principalmente da relativa à França, no concernente ao modo pelo qual concebíamos as condições e o desenrolar dos movimentos revolucionários. Não era precisamente da França que, desde 1789, dominara toda a história européia, que partira mais uma vez o sinal da subversão geral? Era, portanto, lógico e inevitável que nossas concepções sobre a natureza e a marcha da revolução “social” proclamada em Paris em fevereiro de 1848, da revolução do proletariado, estivessem fortemente coloridas pela lembrança dos modelos de 1789 e de 1830. E, sobretudo quando a insurreição de Paris ecoou, (...) quando após junho travou-se em Paris a primeira grande batalha pelo poder entre o proletariado e a burguesia, quando a própria vitória de sua classe abalou a burguesia de todos os países a tal ponto que ela novamente se refugiou nos braços da reação monarca-feudal que mal vinha de ser derrubada, não podíamos ter nenhuma dúvida, nas circunstâncias de então, de que começara o grande combate decisivo, de que era necessário travá-lo em um só período revolucionário longo e cheio de alternativas, mas que só podia terminar pela vitória definitiva do proletariado.*” (ENGELS, Friedrich. Introdução à “As lutas de classe em França”, também conhecido como seu “Testamento político de 95”. In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, p.97-8)

mobilização contínua dos trabalhadores pelas suas reivindicações e antecipe e abrevie o intervalo entre as duas revoluções.²⁴⁴

O primeiro prognóstico histórico não se confirmou. A Segunda metade do XIX demonstrou que, se estava esgotada a época histórica das revoluções burguesas, (com a possível exceção da guerra civil nos EUA, que poderia com razão, não só pelo programa, mas, sobretudo pelas forças sociais liberadas, e pelos métodos, ser interpretada como a segunda revolução americana), a revolução não era o primeiro, nem o único caminho para burguesia, e as transições tardias encontraram uma via histórica, pelo alto, para abrir o caminho.

Mas só a espantosa capacidade de antecipação histórica, o rigor de método que permite prognósticos visionários, unidos a uma audácia teórica, que está sempre alerta aos novos desenvolvimentos da

91. Na apreciação de Engels que apresentamos a seguir existem vários elementos que merecem atenção. Em primeiro lugar, uma avaliação da dinâmica de permanência da revolução que se apóia na premissa de que as revoluções burguesas eram revoluções de minoria que necessitavam, sim ou sim, de mobilizar as maiorias para o seu projeto de conquista do poder, para assegurar a derrota do **ancien regime**, mas uma vez garantida a vitória, se desembaraçavam dos seus dirigentes mais radicais, e apoiadas subjetivamente no esgotamento das energias revolucionárias do povo, que depois da fase de maior entusiasmo, mergulhavam em um intervalo de cansaço ou depressão, e objetivamente na necessidade histórica da progressividades de seu domínio, conseguiam consolidar as conquistas vitais da primeira fase moderada, e reverter as concessões radicais da segunda. Entre os elementos objetivos(a necessidade histórica) e os subjetivos(o cansaço da mobilização popular e os excessos dos radicais) Engels define os primeiros como decisivos, e os segundos como irrelevantes, poeira da história, ou em suas palavras “gritos de traição ou má sorte”. Mais adiante veremos como esta dialética das causalidades se inverte, quando, na mesma Introdução, Engels se refere às novas dificuldades que antevê diante das revoluções proletárias, as revoluções de maioria, mas não por isso, uma passagem histórica mais simples: *“Após o primeiro grande êxito, a minoria vitoriosa costumava cindir-se: uma das metades estava satisfeita com os resultados obtidos; a outra desejava ir adiante, apresentava novas reivindicações que, ao menos em parte, correspondiam ao interesse real ou aparente da grande massa popular. essas reivindicações mais radicais também se impunham em certos casos, mas, freqüentemente, apenas pôr um instante; o partido mais moderado tornava a obter a supremacia e as últimas conquistas eram outra vez perdidas no todo ou em parte; os vencidos gritavam então que houvera traição ou lançavam à má sorte a responsabilidade da derrota. Realmente, entretanto, quase sempre os fatos se passavam assim: as conquistas da primeira vitória só eram asseguradas pela segunda vitória do partido mais radical; uma vez obtido isto e, portanto, alcançado o que era necessário, no momento, os elementos radicais abandonavam a cena e seus êxitos os seguiam. Todas as revoluções dos tempos modernos, a começar peia grande Revolução Inglesa do século XVII, apresentaram essas características que pareciam inseparáveis de qualquer luta revolucionária. Elas também pareciam aplicáveis às lutas do proletariado pôr sua emancipação...”*

(grifo nosso) (ENGELS, Friedrich. Introdução à “As lutas de classe em França”, também conhecido como seu “Testamento político de 95” In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa-

realidade, podem explicar que Marx e Engels, em meados do XIX, tenham prefigurado alguns dos elementos que serão chaves para compreender a dinâmica interna das revoluções do séc. XX²⁴⁵.

No entanto, são apenas elementos: Marx em 48/51 ainda tinha expectativas no possível desenlace de uma revolução democrática na Alemanha, e se a burguesia não ocupasse o lugar de força motriz, trabalhava com a hipótese de que a pequena-burguesia a substituísse e, portanto, a hipótese estratégica preferencial ainda era um projeto de revolução por etapas: intuía, no calor do processo, que os tempos históricos a época das

Omega, p.97-8)

²⁴⁵. A rigor, Marx viveu em circunstâncias históricas tais (um intervalo histórico em que a burguesia já tinha perdido o impulso político revolucionário de 89, mas ainda era portadora de um impulso econômico progressivo, e o proletariado ainda não tinha conquistado, economicamente, o peso social, que viria a ter no início do sec.XX) que não teve outra alternativa que não fosse ser também o teórico das revoluções burguesas tardias. O mais interessante é no entanto atualizar a questão dos homens fora do seu tempo: já se ironizou sobre as idéias fora do lugar, quando se pensou na vulnerabilidade da inteligência dos países dependentes, diante da pressão ideológica dos países culturalmente mais desenvolvidos. Mas não tem sido também a história do sec.XX, uma história em que ficou nas mãos de forças sociais não burguesas a solução tardia, quase apodrecida das tarefas nacionais, e nos braços de forças políticas anti-capitalistas o programa da democracia? Não é espantoso um processo de amálgama como o da revolução Chinesa, em que a independência nacional veio a ser conquistada pela mobilização camponesa, organizada por um exército, dirigido por um partido que se reclamava inspirado no marxismo? Como vemos, os desencontros dos tempos históricos, as discordâncias de sentido entre tarefas econômicas e sujeitos sociais, entre essas, por sua vez, e as organizações políticas nas quais se apoiam, mais do que uma exceção, são quase uma regra amarga dos tempos de passagem: *“La época de Marx y de Engels vio el fin de las revoluciones nacionales aisladas, pero únicamente la transformación del modo de producción capitalista en imperialista pondrá al orden del día la revolución proletaria, y tuvieron que convertirse en cierto modo en los estrategas de la revolución burguesa declinante de su época. Resultaba, pues, imposible para Marx y Engels no razonar en términos de etapas, ya que globalmente la fase de dominación capitalista no había llegado al final de sus posibilidades.(...) Esta necesidad de convertirse en los pensadores de la revolución burguesa que se acaba, para acelerar su declive y permitir al proletariado entrar en liza por su propia cuenta les coloca ante una contradicción insuperable: les obliga a ellos, teóricos comunistas proletarios, a pensar en términos de la revolución burguesa, y especialmente en términos nacionales, en términos de pueblos y no de clases.”* (grifo nosso) (BROSSAT, Alain. **En los orígenes de la revolución permanente: el pensamiento político del joven Trotsky.** Madrid, Siglo XXI, 1976, p.20) E para ilustrar, eis como neste trecho da **Critica da filosofia do direito de Hegel**, Marx se coloca, em um exemplo extraordinário de capacidade de interpretação da relatividade dos tempos históricos, do ponto de vista da revolução alemã retardatária, ou seja, da luta pela unidade nacional e da democracia: *“Hemos compartido las restauraciones de los pueblos modernos, sin haber tomado parte en sus revoluciones. Hemos pasado por una restauración en primer lugar, porque otros pueblos se han atrevido a hacer una revolución y, en segundo lugar, porque otros pueblos han sufrido una contrarrevolución. (...) Pero Alemania no ha escalado simultáneamente con los pueblos modernos las fases intermedias de la emancipación política. No ha llegado siquiera, prácticamente, a las fases que teóricamente ha superado. ¿Cómo podría, de un salto mortal, remontarse no sólo sobre sus propios límites, sino al mismo tiempo, sobre los límites de los pueblos modernos?.”* (Ibidem. p.18)

revoluções burguesas se esgotava, e apesar de uma superestimação das possibilidades do proletariado alemão (e também francês), mantinha prudentes reservas sobre as possibilidades de uma revolução proletária, que não fosse preparada e precedida por uma revolução democrática:

*“Desde que uma classe que concentre os interesses revolucionários da sociedade se levante, encontra imediatamente em sua própria situação o conteúdo e o material para a sua atuação revolucionária: **abater os inimigos, tomar as medidas impostas pelas necessidades da luta. As conseqüências dos seus próprios atos a empurram para a frente.** Não se entrega a nenhuma investigação teórica sobre sua própria missão. A classe operária francesa não havia chegado ainda a este ponto; **ainda era incapaz de levar a cabo sua própria revolução.**”²⁴⁶(grifo nosso)*

Na segunda metade do XIX, o marxismo nasce em um intervalo histórico, em que a burguesia européia teme o recurso aos métodos revolucionários, porque está consciente de que quem semeia ventos colhe

²⁴⁶. Esta citação de Marx, e as considerações que se seguem, e que a fundamentam, são reveladoras do que poderíamos classificar como uma tensão na dualidade de critérios nas análises históricas, em que substância e forma, essência e aparência, invertem as suas posições, quando o foco de análise se desloca de um nível de abstração para outro: necessidade e vontade, determinações objetivas ou livre arbítrio, ou o eterno debate sobre o lugar da liberdade na História. Assim em um certo sentido temos uma história que se faz a si mesma, uma história que tem os tempos do movimento e inércia do Capital, enfim, uma história cujos limites estão, no longos (e lentos) prazos economicamente determinados; e uma história que se desenvolve como desdobramento de tempos curtos que unem o passado ao futuro pelos desenlaces de luta de classes, pela ação humana que desafia o improvável, que abrevia caminhos, que supera os condicionamentos que apareciam como inexoráveis. Esses trechos, que são de uma impressionante lucidez, se considerarmos que foram escritos como artigos, no calor mesmo do desenvolvimento dos fatos, insistem na imaturidade do que poderíamos definir como condições objetivas para a revolução proletária. Mas essas avaliações sobre 48 não impediam Marx de alimentar as expectativas a que nos referimos sobre a permanência da revolução: *“O desenvolvimento do proletariado industrial tem por condição geral o desenvolvimento da burguesia industrial, sob cujo domínio adquire ele existência nacional que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que hão de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária. **Somente o domínio da burguesia industrial extirpa as raízes materiais da sociedade feudal e prepara o único terreno em que é possível uma revolução proletária.** A indústria francesa está mais desenvolvida e a burguesia francesa é mais revolucionária do que a do resto do continente. **Mas a Revolução de Fevereiro não se voltava diretamente contra a aristocracia financeira? Este fato demonstrava que a burguesia industrial não dominava na França.** A burguesia industrial só pode dominar onde a indústria moderna tenha modelado a sua feição todas as relações de propriedade, e a indústria só pode adquirir este poder onde tenha conquistado o mercado mundial, pois não bastam para seu desenvolvimento as fronteiras nacionais. A indústria da França, porém, em grande parte, só se assegura o próprio mercado nacional graças a um sistema alfandegário proibitivo (...)*”(grifo nosso) (MARX, KARL. “As lutas de classe em França” In MARX E ENGELS. **Obras escolhidas.** São Paulo, Alfa-Omega. p.119)

tempestades. Mas, por outro lado, a sua ascensão econômico-social lhe permite encontrar outras vias para consolidar o seu domínio sobre o Estado e a sociedade e, nesse sentido, não precisa mergulhar no turbilhão de uma mobilização de massas, que não é difícil despertar, mas pode ser extremamente perigoso perder o controle.²⁴⁷

A fórmula etapista de Marx não é, no entanto, uma leitura determinista simples, porque considera a possibilidade da pequena burguesia substituir no calor do processo a demissão burguesa, e sugere que o intervalo entre as duas revoluções pode ser abreviado. São, todavia, prisioneiros do seu tempo, e sendo conscientes desta armadilha histórica vivem as angústias do presente, como um inexorável dilema:

*“Nada peor puede ocurrirle al jefe de un partido extremo que encontrarse **obligado a tomar el poder en una época en que el movimiento no está todavía maduro para la clase que representa y para la ejecución de las medidas que exige la dominación de esa clase**(...)Lo que puede hacer está en contradicción con toda su actitud anterior, los principios y el interés inmediato de su partido; lo que debe hacer no podría ponerse en práctica. En una palabra, está obligado a representar no a su partido y a su clase, sino a la clase para cuya dominación el movimiento se encuentra precisamente maduro”²⁴⁸(grifo nosso)*

²⁴⁷ Às vésperas de 48 a Europa ainda vivia sob os limites da ordem restauracionista estabelecida pela Santa Aliança: Metternich à frente do poder do Império em Viena, o Czar de todas as Rússias com seu poder intacto, um imperador na Prússia. Na Europa Central estava por resolver o conflito das “nações históricas” (aquelas que no passado já tinham conquistado uma organização estatal independente, e ou unitária, e a tinham perdido), alemães, italianos, poloneses e húngaros; assim como das “nações não históricas”, expressão cunhada por Engels para designar os ucranianos, checos, bascos, sérvios, croatas, eslovenos, entre outros, todos em luta pela sua afirmação como Estados independentes. Estavam todas sob domínio estrangeiro, à exceção da Alemanha, partilhada em mais de 30 unidades políticas principescas, arcaicas e bizarras (entre elas o esdrúxulo Lichtenstein, que ainda sobrevive na aurora do século XXI, como aliás outras curiosidades históricas como o Luxemburgo, Andorra e o Mônaco, que são uns, algo como um playcenter de milionários, com facilidades de paraíso fiscal, e outros, centros financeiros para lavagem de dinheiro sujo do crime organizado, ou zonas francas de luxo, free-shop para distraídos e desocupados). E ainda sufocados pela sobrevivência tardia de regimes absolutistas. À questão nacional unia-se portanto a demanda democrática, o perigo da rebelião camponesa, em uma Europa ainda esmagadoramente rural com 72% da população da Prússia no campo, 75% na França, e até 90% na escandinávia, e finalmente a emergência nas cidades de um proletariado em ebulição. É neste marco histórico e social que surge a formulação da estratégia das duas revoluções. Sobre a questão nacional conferir como obra de referência o insubstituível livro de Roman Rosdolsky, **Friedrich Engels y el problema de los pueblos “sin historia”**. Mexico, SigloXXI, 1980 (Cuadernos de pasado y presente 88).

²⁴⁸ É quase irresistível a tentação de associar essas linhas sobre a “pior” sorte dos revolucionários, ao curso das lutas de classes na Europa nos anos 20, depois das primeiras derrotas da revolução alemã, e

A mesma questão ressurge (a angústia do revolucionário que vive na contracorrente da época ou situação histórica), por um outro ângulo, na famosa e injustiçada introdução de 95, em que Engels retoma o balanço de época e a discussão sobre a permanência no processo revolucionário. Às vezes interpretado como um texto com cores reformistas, trata-se de um ensaio brilhante de reflexão sobre os tempos históricos, sobre o atraso ou a antecipação das situações no interior das épocas, enfim sobre a complexa dialética das lutas de classes. Assim, nessa introdução vale a pena destacar duas reflexões profundamente agudas sobre épocas e situações:

- a) Um balanço de época, recolocando com uma educativa honestidade intelectual, os erros de apreciação sobre as possibilidades que ele e Marx tinham alimentado em relação aos processos revolucionários de 48, e também situando a Comuna, como uma situação revolucionária no marco de uma época não revolucionária, e estabelecendo, assim, uma referência metodológica para a reflexão sobre a simultaneidade dos tempos históricos descontínuos, desiguais e até de sentidos simétricos:

frente ao dramático isolamento e atraso da Rússia . O partido “radical” no poder é nesta análise da permanência da revolução, um refém do seu tempo histórico, e ocupa um lugar político, que não é o seu, mas prisioneiro de condições que não poderia escolher, ironia da história, é o agente da implementação do programa que corresponde às circunstâncias. Esta seria a armadilha “hamletiana” do voluntarismo. O perigo de ser vítima de uma vingança dos longos prazos da história, devorado pelo inamovível peso dos atrasos (que podem ser muitos e variados, o atraso econômico da nação, o atraso cultural das massas ou o atraso da revolução nos países mais avançados) ou o destino de carrasco do seu próprio projeto, mesmo se contra o que seria a sua vontade, ou muito longe do que seriam as suas escolhas. em uma encruzilhada dos tempos históricos , chegou ao poder antes da sua hora, quando as forças sociais que lhe deviam oferecer sustentação não estavam maduras, e então , prisioneiro de um desencontro inapelável entre época e situação , ou entre situação e conjuntura realiza um mimetismo político que só pode ser um amálgama de projetos incompatíveis. Logo, não poderia ser senão efêmero. Este seria ,com razão, o sentido do conceito de acidente histórico, ou seja um atalho sem perenidade, um fenômeno transitório, instável e fugaz. Outra leitura interessante é aquela que destaca que as possibilidades do voluntarismo nos curtos prazos, no calor de um processo revolucionário, são completamente invertidos nas longas durações, ou seja, a relativa autonomia da esfera política teria permitido já na experiência histórica da revolução burguesa, na medida dos tempos de situação, que uma força política chegasse ao poder antecipada ou precocemente ao amadurecimento econômico-social das forças de classe que lhe deveriam oferecer sustentação, na medida dos tempos de longa duração. Como sabemos, o estalinismo, uma das chaves fundamentais para compreendermos a história do séc. XX, como século por excelência de confronto entre revolução e contra-revolução remete ao

“A história nos desmentiu, bem como a todos que pensavam de maneira análoga. Ela demonstrou claramente que o estado de desenvolvimento econômico no continente ainda estava muito longe do amadurecimento necessário para a supressão da produção capitalista; demonstrou-o pela revolução econômica que, a partir de 1848, apoderou-se de todo o continente (...) tornando a Alemanha um país industrial de primeira ordem, tudo isso em bases capitalistas, o que significa que essas bases tinham ainda, em 1848, grande capacidade de expansão.(...)”²⁴⁹(grifo nosso)

mesmo tema da “vingança da História” (ENGELS, Friedrich, “La guerra campesina en Alemania” In MARX, K. e ENGELS, F. **Obras escogidas**. Moscou, Progreso, T.1. p. 307)

²⁴⁹ Engels afirma, também na Introdução, que a Comuna teria enfrentado a mesma encruzilhada de desencontro histórico, embora, curiosamente chegue a essa conclusão, por um outro caminho: teria faltado à Paris operária e vermelha o apoio social da França “profunda”, a maioria camponesa, e teria faltado à classe operária de Paris uma direção marxista: “*Após a vitória, o Poder caiu pôr si mesmo, de modo indisputável, nas mãos da classe operária. Pôde-se então ver, mais uma vez, como esse Poder da classe operária ainda era impossível vinte anos depois da época que descrevemos aqui. Por um lado, a França deixou Paris sozinha(...); por outro lado, a Comuna deixou-se consumir na querela estéril dos dois partidos em que se dividia, os blanquistas (maioria) e os proudhonistas (minoria), ambos sem saber o que fazer. O prêmio da vitória de 1871 revelou-se então estéril como o golpe de 1848* (ENGELS, Friedrich. Introdução à “As lutas de classe em França”, também conhecido como seu “Testamento político de 95” In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega. p.99/101) Esta diferença de critérios, econômico-sociais, para a avaliação da derrota de 48, e socio-políticos para a da Comuna não é casual, mas é, curiosamente, pouco considerada. Entretanto Engels foi ainda mais claro quanto à importância que ele e Marx atribuíam aos **elementos subjetivos do balanço da Comuna** na outra Introdução, a que ele elaborou em 91 para os textos que Marx escreveu, no calor da luta, em nome do Conselho Geral da Internacional, e que são muito claros na avaliação crítica dos limites de blanquistas e proudhonistas: “*Hoje, ao cabo de vinte anos, voltando os olhos para as atividades e a significação histórica da Comuna de Paris de 1871, sentimos a necessidade de introduzir alguns acréscimos na exposição feita em A Guerra civil na França. Os membros da Comuna dividiam-se em uma maioria de blanquistas, que haviam predominado também no Conselho Central da Guarda Nacional, e uma minoria composta por membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, entre os quais prevaleciam os adeptos da escola socialista Proudhon. Naquela época, os blanquistas, em seu conjunto eram socialistas só pôr instinto revolucionário e proletário(...) Eis porque a Comuna deixou de realizar, no terreno econômico, coisas que, do nosso ponto de vista atual, devia ter feito. O mais difícil de compreender é, sem dúvida, o sagrado temor com que aqueles homens se detiveram respeitosamente nos portões do Banco da França. Foi esse, além do mais, um grave erro político. Nas mãos da Comuna, o Banco da França teria valido mais do que dez mil reféns. Teria significado a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes para que negociasse a paz com a Comuna. Mas o mais maravilhoso ainda é quantidade de coisas justas feitas pela Comuna, apesar de composta por proudhonianos e blanquistas. Sem dúvida, cabe aos proudhonianos a principal responsabilidade pelos decretos econômicos da Comuna, tanto no que tinham de positivo como de negativo; aos blanquistas, cabe a principal responsabilidade pelos atos e as omissões no terreno político. E em ambos os casos quis a ironia da história – como geralmente acontece, quando o poder passa para as mãos dos doutrinários- que tanto uns como os outros fizessem o contrário daquilo que prescrevia a doutrina de sua escola respectiva.*” (grifo nosso) (ENGELS, Friedrich. “Introdução à A Guerra civil na França” In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, volume2. p.48)

- b) Um balanço da engrenagem da permanência no interior do processo revolucionário ainda inspirada no modelo francês, mas agora com a interrogação, vital, sobre as diferenças que poderiam existir (como uma especulação para o futuro) entre uma dinâmica diferenciada em revoluções de minorias (a burguesa) e revoluções de maioria (proletária):

*“Era derrubada uma minoria dominante e outra minoria tomava em suas mãos o timão do Estado e transformava as instituições públicas de acordo com seus interesses(...) Todavia, se abstrairmos o conteúdo concreto de cada caso, a forma comum de todas essas revoluções **era serem revoluções de minorias**. Mesmo quando a maioria prestava sua colaboração o fazia – consciente ou inconscientemente – a serviço de uma minoria; mas esta, seja pôr isso, seja pela atitude passiva e não resistente da maioria, aparentava representar todo o povo.”²⁵⁰(grifo nosso)*

A concepção de revolução em 48/50 tem então no seu centro, um pensamento, que pelo menos em relação ao continente, desenha a perspectiva de um processo de duas revoluções políticas encadeadas, seqüenciadas, ininterruptas, que se inspira no padrão dominante nos círculos extremistas de meados do século passado, que, por suas vez, derivava da experiência histórica do modelo francês de 1789/93.

Pelo menos em relação ao continente, porque existem em alguns trechos, formulações ambíguas e pouco conclusivas (que alimentaram no passado, sob a pressão histórica da estabilização da democracia no pós-guerra nos países centrais, e nos últimos anos novamente, sob a pressão do desmoronamento de boa parte dos antigos partidos comunistas na Europa ocidental, a idéia de que Marx não teria descartado a

²⁵⁰ Engels contudo relativiza o balanço, inserindo-o no marco das revoluções de minoria, e deixando em aberto que nas revoluções de maioria, a engrenagem da permanência poderia ser outra.; *“Mas a história também nos desmentiu revelando que era uma ilusão nosso ponto de vista daquela época. Ela ainda foi mais longe: não somente dissipou nosso erro de então, mas, igualmente, subverteu totalmente as condições nas quais o proletariado deve combater. É hoje em dia obsoleto sob todos os aspectos o modo de luta de 1848, e este é um ponto que merece ser examinado mais detidamente (...) Todas as revoluções se reduziram até hoje à derrocada do domínio de uma classe determinada e sua substituição por outra; mas, até agora, todas as classes dominantes eram somente pequenas minorias comparativamente à massa dominada do povo. Esta minoria era sempre o grupo que se capacitara para o domínio e era chamado a ele pelas condições do desenvolvimento econômico, sendo precisamente por isso, e apenas por isso que, quando da derrocada, a maioria dominada ou tinha uma participação favorável à minoria ou, pelo menos, a aceitava, pacificamente.”* (grifo nosso) (ENGELS, Friedrich. “Introdução à A Luta de classes na França” In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas**. São

possibilidade, mesmo que excepcional, de uma passagem pacífica e democrática ao socialismo) e que indicariam, segundo alguns comentaristas, uma hipótese estratégica distinta em relação à Inglaterra e os EUA, a chamada “*via inglesa*”²⁵¹: uma via não revolucionária de transição histórica, apoiada na extensão das liberdades democráticas, ampliação irrestrita do direito ao sufrágio universal, e conquista do poder político, sustentada no peso social do proletariado. Enfim, uma releitura dos termos da relação entre democracia e revolução, na qual a segunda estaria subsumida na primeira.²⁵²

Paulo, Alfa-Omega, volume1. p.97)

²⁵¹ A sugestão de uma “via inglesa” volta ao centro do debate nos nossos dias, como a defesa da possibilidade de uma transição eleitoral, sem ruptura revolucionária, ou definindo as rupturas, como um processo de rupturas, sem a necessidade de uma revolução política. A idéia de revolução, mesma, está sob suspeita, enquanto a idéia de democracia, embora em crise, é hoje hegemônica. A democracia, e as possibilidades abertas pelas disputas no terreno da política, a luta pela conquista da hegemonia sobre o conjunto da sociedade, antes da conquista do poder, parecem estar no centro do debate. A degeneração burocrática de todas as experiências revolucionárias, a forma política do regime de partido único, com a supressão das liberdades mais elementares, para todas as classes sociais, em particular para os trabalhadores, exerceu e continua exercendo, uma avassaladora pressão sobre o debate em torno de revolução e democracia. Que a noção de socialismo esteja hoje indissociada da noção de ditadura, é o legado mais pavoroso que o estalinismo deixou. A ditadura do proletariado, entendida como um período de suspensão parcial das formas políticas democráticas, para uma parcela da sociedade, as classes proprietárias que foram derrotadas; ou seja, a compreensão que a definição de ditadura do proletariado é, ou melhor, poderá vir a ser, ao mesmo tempo, uma definição da nova natureza social do controle do aparelho do Estado, sob a qual poderiam existir, tal como sob a ditadura burguesa, variados regimes políticos; e, tendencialmente, se as revoluções socialistas viessem a triunfar em alguns dos países centrais, uma ampliação para além dos estreitos limites estabelecidos pelas repúblicas burguesas, das liberdades democráticas, oferecendo um novo sentido histórico, à definição de democracia: tudo isso são hoje somente hipóteses históricas ainda não confirmadas. E o cepticismo reina, logo é compreensível que entre a esquerda mundial, a revolução seja considerada ou impossível, ou, se provável, indesejável. Sobre a interpretação da via inglesa à qual nos referimos, Texier é uma referência: “*Dans le cas de l'Angleterre, Marx envisage un passage pacifique au socialisme avant que les institutions démocratiques n'y existent. Le principe affirmé, c'est que dans un pays où le prolétariat constitue la majorité de la population et où il est conscient de lui-même en tant que classe, le suffrage universel (et les institutions qui assurent l'existence de la souveraineté populaire) conduisent nécessairement la classe ouvrière au pouvoir. En ce sens- dit Marx – rien n'est donc plus socialiste que la revendication du suffrage universel par les chartistes. Ce principe n'est pas nouveau dans l'oeuvre de Marx et d'Engels. Dans les textes de 1847, et très clairement dans le texte d'Engels intitulé Les Principes du communisme et antérieurement dans l'article de la Deutsclze Brüsseler Zeitung contre Heinzen, il était déjà affirmé que la conquête de la démocratie signifiait le pouvoir de la classe ouvrière. Il en reste une trace, malheureusement très allusive dans le Manifeste du parti communiste où il est question de «la conquête de la démocratie» au détour d'une phrase. En 1895, dans l'« Introduction » fameuse aux Luites de classes en France, Engels citera cette phrase et en dégagera le sens.*”(grifo nosso) (TEXIER, Jacques. **Révolution et démocratie chez Marx et Engels**. Paris, PUF, Actuel Marx Confrontation, 1998, p.338)

²⁵²A interpretação de Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, afirma curiosamente que o programa da revolução socialista, pensada por Marx, seria a conclusão do programa democrático que as revoluções burguesas teriam deixado incompleto, e que não existiria nenhuma incompatibilidade entre a revolução proletária e a democracia, definida como uma relação “positiva”. Esta posição não parece ser simples

A questão em Marx parece, no entanto, estar restrita à possibilidade de conquistar a democracia, sem recorrer aos métodos da revolução, o que é evidentemente muito diferente, de pensar a transição ao socialismo sem ruptura.

O que certamente se poderia afirmar com uma pequena margem de erro, é que: (a) ao contrário do continente, em países, como a Inglaterra, os EUA e a Holanda, onde as resistências históricas das forças sociais aristocráticas e das forças políticas absolutistas eram menores ou residuais, Marx considerava razoável pensar, a partir da experiência do cartismo, na conquista da democracia sem que uma revolução política fosse

de sustentar, considerando-se por exemplo, as relações que o Capital tem mantido com a democracia nos últimos 150 anos, e que em grande medida foi antecipada por Marx, pelo menos nos seus traços essenciais. Certamente o tema da democracia foi e continua sendo decisivo: mas não tanto porque tenha se confirmado as especulações sobre a possibilidade histórica da “via inglesa”, mas pela razão exatamente oposta, porque nas principais oportunidades, como na Espanha em 36, ou no Chile em 70, em que através do sufrágio universal, partidos operários chegaram ao poder, através de métodos democráticos, a reação burguesa, em nome da democracia, utilizou impiedosamente métodos de guerra civil para defender os seus interesses. O que certamente não esgota o tema, mas o recoloca na perspectiva da História: *“O enfrentamento da questão democrática como momento essencial da revolução comunista é outro indicador da atualidade do Manifesto. Como tentei sugerir acima, Marx e Engels elaboraram sua teoria política anterior a 1848 em estreita interlocução com a problemática da democracia, particularmente em sua versão rousseauiana. Eles estavam – e continuaram – convencidos de que a revolução comunista que defendiam representava a oportunidade de levar a cabo as promessas democráticas que a Grande Revolução Francesa – e, de modo geral, as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII – havia enunciado, mas não cumprido. A “emancipação política” (que é como Marx define os resultados da Revolução Francesa em A questão judaica) devia ser completada – e não abandonada – pelo que, ainda sob inspiração de Feuerbach, ele chamava então de “emancipação humana”. Essa emancipação recebe no Manifesto, como já ocorrera em textos anteriores, o claro nome de “comunismo”. Ora, se a revolução proletária tem também como meta levar a cabo as promessas da Revolução Francesa, então ela deve ter uma relação positiva com a questão da democracia. O Manifesto diz explicitamente que “o primeiro passo da revolução dos trabalhadores é a ascensão do proletariado à situação de classe dominante, ou seja, a conquista da democracia.” Essa formulação retoma uma passagem do texto de Engels que serviu de base para a redação do Manifesto: “Antes de mais nada, a revolução do proletariado instaurará uma Constituição democrática e, com isso, o domínio político, direto ou indireto, do proletariado.” Sabemos que, já em 1852, quatro anos depois da publicação do Manifesto, Marx falará em “ditadura do proletariado” – um termo tomado de empréstimo ao socialista jacobino Auguste Blanqui – para definir a forma estatal necessária à transição ao comunismo. Mas quando Engels, em 1891, afirma com ênfase que “a forma específica da ditadura do proletariado [...] é a república democrática”,³¹ parece estar retomando a velha formulação do Manifesto, que aponta claramente o comunismo como herdeiro e verdadeiro realizador da democracia. Assim, na formulação de Marx e Engels, o comunismo não é o oposto da democracia – como se compraz em afirmar até hoje o liberalismo, o qual, de resto, ao longo de suas muitas metamorfoses, quase sempre se opôs à efetiva democracia – mas sim a sua completa realização.”* (grifo nosso) (COUTINHO, Carlos Nelson. “O Lugar do Manifesto na Teoria Política Marxista” In **O Manifesto Comunista, 150 anos depois**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998, p.55-6)

necessariamente indispensável, hipótese, aliás, a da *excepcionalidade*, confirmada pela história, embora curiosamente por um caminho inesperado, porque nos EUA, uma revolução foi finalmente necessária, assim como na Alemanha, que só derrubou o regime bonapartista com a revolução de 18; (b) a hipótese de que o partido operário poderia chegar a vencer as eleições e se constituir em força política majoritária, nos países mais desenvolvidos, se o sufrágio eleitoral fosse alargado sem restrições censitárias, o que não deixaria de colocar o problema da revolução, mas o redefiniria necessariamente no terreno da tática. De qualquer forma, alguns comentaristas de Marx, têm retomado recentemente o tema das relações do marxismo com a democracia, seja pelo ângulo mais filosófico da concepção determinista da História, seja pelo ângulo de uma releitura do que seriam as insuficiências de uma teoria política do marxismo.²⁵³

²⁵³. A passagem que se segue do trabalho de Juarez Guimarães é surpreendente, e resume todo o seu esforço de interpretação da história do marxismo nos últimos 150 anos: a existência de uma componente determinista no marxismo que seria o fundamento de uma relação histórica mal resolvida com a democracia, porque em nome de uma necessidade histórica, ocorreria uma subestimação da política e do protagonismo das classes. Qual democracia seria uma boa pergunta? A democracia sob a república burguesa? Mas, se boa parte dos mais elementares direitos democráticos que hoje usufruímos, em especial os trabalhadores dos países centrais, foram arrancados por lutas heróicas dos trabalhadores, seu combate intransigente e irreduzível, e de suas organizações, que nos principais países europeus, eram dirigidas por marxistas, pelo direito de voto, pela liberdade de imprensa, etc., como poderíamos nos referir a uma relação “visceralmente ambígua” do marxismo com a democracia? Ou então a questão diz respeito à tragédia da URSS e do Leste, e às tiranias burocráticas estalinistas. Nesse caso o fenômeno é de outra natureza, e não estamos nos referindo às concepções teóricas de Marx sobre a teoria da História. Parece bastante razoável afirmar, que boa parte do marxismo do século XX sofreu com o que poderíamos realmente chamar as seqüelas de uma concepção objetivista, e essa avaliação, poderia atingir várias correntes e tradições diferentes do marxismo, inclusive entre setores do marxismo revolucionário, se é que há exceções. Não só estou disposto a admitir essa avaliação, como boa parte desta pesquisa visa analisar o mesmo fenômeno. Mas que um marxista revolucionário, considere que haja uma relação de causalidade direta entre o determinismo e as barbaridades, atrocidades, aberrações que o estalinismo perpetuou durante décadas em nome do socialismo me parece incrível. Que a história das revoluções socialistas tenha sido uma história de degeneração ou deformação de regimes que em nome da igualdade construíram ditaduras de horror é uma evidência que não merece muitos comentários ao final do século XX. Mas que um marxista educado, ainda por cima alguém que se reivindique da tradição da Quarta internacional considere que haja uma relação de causalidade entre a obra de Marx e esses regimes que não seja a de uma constante usurpação do seu nome e autoridade é simplesmente espantoso. Seria o mesmo que responsabilizar a doutrina moral do cristianismo pelas atrocidades da Inquisição. Não tem sustentação: *“A tese que procuraremos demonstrar é que a interpretação da obra de Marx como coerentemente determinista conduz necessariamente a uma grave redução de sua perspectiva histórica, apaga a tensão criativa que explica a dinâmica de seu pensamento e cinde o seu corpo teórico. Aqui reside, pois, o núcleo da contestação à crítica liberal que alimenta o dogma da incompatibilidade entre marxismo e democracia(...).As fortes tensões deterministas que incidem sobre o último período da elaboração de*

No que se refere ao Continente, entretanto, não há muitas dúvidas, Marx pensava os deslocamentos colocados à escala internacional a partir de duas premissas estratégicas:

(a) a identificação de *um núcleo duro* da contra-revolução absolutista na Rússia dos czares, que seria o centro da reação européia, inimiga irreconciliável de uma revolução democrática na Alemanha, que se colocaria irremediavelmente a tarefa da unificação nacional, irradiando como um rastilho de pólvora a revolução democrática por toda a Europa central, sob as ruínas do Império austro-húngaro;

(b) um *núcleo histórico* da revolução social proletária, com três componentes fundamentais, as três classes operárias com maior desenvolvimento, experiência e peso social, a francesa, a alemã e a inglesa. Mas sempre articulava a reflexão sobre a dialética da *permanência* da revolução em *duas dimensões*: como uma *revolução européia* e como *duas revoluções, portanto duas etapas*.²⁵⁴ A revolução democrática seria assim a

Marx marcadas pelo seu diálogo com a economia política inglesa, não encontram repouso em uma sistematização logicamente coerente, em função de uma interação conflitiva entre o método da "ciência inglesa" e da "ciência alemã". Em particular, O Capital aparece, então, duplamente exposto enquanto uma construção teórica: a) pelas tensões constitutivas de seu método; b) pela ausência de uma abordagem teórica desenvolvida sobre o Estado, as classes sociais, as ideologias. Haveria uma relação de determinação recíproca entre esses dois aspectos, isto é, o fato de não haver um desenvolvimento teórico dos momentos subjetivos relacionados às classes relaciona-se a irresolução das tensões deterministas, a sua não-superação. (GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e Marxismo, crítica à razão liberal**. São Paulo, Xamã, 1999. p.48 e 74)

²⁵⁴ A questão central, mais do ponto de vista teórico que histórico, é o problema do intervalo de tempo histórico entre as duas revoluções, ou seja, como Marx pensava os mecanismos de operação da permanência da revolução. O tema pode ser apresentado como uma complexa dialética entre três fatores: (a) a pressão das tarefas que a revolução deveria resolver (questão nacional, democracia, reforma agrária, e suas articulações com as reivindicações socialistas); (b) a pressão dos sujeitos sociais, quais as classes em mobilização e as frentes e acordos que poderiam ser capazes de estabelecer para a luta; (c) a centralidade ou não dos sujeitos políticos, em outras palavras, a questão da consciência, programa e ainda do partido. Qual seriam as relações de determinação entre os três fatores? Este tema será objeto de uma interessante polêmica nos anos 20 entre Trotsky e Preobrajensky sobre as perspectivas de uma revolução socialista na China. Trotsky equivocadamente, colocava o acento nos elementos (b) e (c), ou seja forças sociais e direção, enquanto Preobrajensky insistia na determinação histórica fundamental da pressão dos fatores objetivos, e criticava Trotsky por uma generalização apressada da experiência russa para os países atrasados. A segunda metade do século XX, parece ter dado razão à linha de argumentação de Preobrajensky. A questão do etapismo em Marx não é portanto somente escolástica: “*Embora possa ser analisada a existência de um Marx e de um Engels "etapistas" é mais produtivo, do ponto de vista interpretativo, compreender a forma como viam a passagem de uma revolução a outra. As revoluções que então se avizinhavam deveriam nascer como*

ante-sala de uma nova revolução política, que agora desloca o poder de classe, e vai além da mudança de regime político, porque a conquista do poder pelos trabalhadores é por sua vez a abertura de uma revolução social.²⁵⁵

As etapas surgem assim como *um tempo histórico e um tempo político*: um encontro de temporalidades sobrepostas, pela pressão objetiva das tarefas, expressão das necessidades históricas adiadas, e pela pressão das lutas de classes, impulso da iniciativa dos trabalhadores, que se constituem politicamente como classe independente. *Duas revoluções com os seus próprios tempos, inseparáveis entre si, porque são duas, ou, na verdade, são dois momentos da mesma revolução, mas com um intervalo imprevisível entre si, mais longo ou mais curto em função de inúmeras condições, entre*

um movimento de todo o povo contra o absolutismo. É no desenvolvimento desse movimento unitário que o proletariado surgiria como uma força social independente. Depois de 24 de fevereiro e de 18 de março, eles esperavam por outro levante, dessa vez nitidamente proletário, que teria como objetivo acabar com as contradições sociais colocadas a nu pelo primeiro. A idéia de duas revoluções, uma sobreposta a outra, herança da Revolução Francesa de 1789(...)” (grifo nosso) (BIANCHI, Alvaro. “A revolução fora do tempo, Marx, Engels em 1848” In Osvaldo Coggiola (org.). **Manifesto Comunista. Ontem e Hoje**. São Paulo, Xamã, 1999. p.44)

²⁵⁵ É frequentemente ignorado que o processo aberto em 48 como uma vaga européia, era pensado por Marx como um processo de revolução permanente também na dimensão internacional, sem a qual seria insólita a perspectiva de uma revolução na Alemanha. A citação que se segue de Draper é nesse sentido esclarecedora: *“Marx had never expected the movement to win in backward Germany alone, if confined to German forces only. He looked on Germany as one battlefield in a European war (the revolution), and usually a secondary one at that. This adds another dimension to the concept of permanent revolution; for it views the course of the revolution on a European-wide scale, proceeding “in permanence” (in ongoing waves) from one country to another. There are two aspects to this country-to-country interaction: the role of the more advanced (more industrialized) countries in relation to others where the bourgeoisie had not yet won political power; and the role of oppressor countries in relation to oppressed nationalities(...) the best-known early expression in Marx is the last sentence of his introduction to a critique of Hegel in 1844: “When all the inner conditions are fulfilled, the German resurrection day will be announced by the crowing of the Gallic cock.” (He kept on expressing this very opinion through 1848.) More important, this international perspective became a basic ingredient of permanent revolution especially through the experience of 1848-1849. Here too, the origin of the term permanent revolution in the French Revolution played a conditioning role. We may recall Marx’s early remark that Napoleon had substituted “permanent war for permanent revolution.” The historical significance of the Napoleonic wars was that they spread the bourgeois revolution to other parts of Europe, that is, they made the revolution “permanent” (ongoing) on an international scale even while limiting the revolution at home. The elements of European war and European revolution were inextricably mingled. Even more than in Napoleonic days, the revolution of 1848-1849 presented the spectacle of the contagious revolution, flaring up in ongoing waves in one country after another, with an interacting impact. For the first time on such a big scale, internationalism was not merely an aspiration, a “moral value,” a daydream, or a philosophic notion, but a practical, matter-of-fact social force.”* (grifo nosso) (DRAPER, Hal. **Karl Marx’s theory of revolution**. New York, Monthly review press, 1978. p. 241)

elas a maturidade objetiva e subjetiva do proletariado. Duas revoluções muito diferentes entre si, ou, talvez melhor, *duas crises revolucionárias em seqüência da mesma situação revolucionária ininterrupta:* onde a primeira começou alegre cheia de auto-confiança, a segunda se inicia nervosa e desconfiada, onde a primeira considera encerradas as suas tarefas, a segunda inicia a sua obra, onde a primeira foi unitária e poli-classista, a segunda se inicia proletária e rodeada de inimigos:

" De toutes les révolutions antérieures, ce sont les journées de Mars à Milan qui témoignent de la lutte la plus chaude. Une population presque désarmée de 170.000 âmes battit une armée de 20 à 30 000 hommes. Mais les journées de Mars de Milan sont un jeu d'enfant à côté des journées de Juin à Paris. Ce qui distingue la révolution de Juin de toutes les révolutions précédentes, c'est l'absence de toute illusion, de tout enthousiasme. Le peuple n'est point comme en Février sur les barricades chantant Mourir pour la patrie – les ouvriers du 23 juin luttent pour leur existence, la patrie a perdu pour eux toute signification. La Marseillaise et tous les souvenirs de la grande Révolution ont disparu. Peuple et bourgeois pressentent que la révolution dans laquelle ils entrent est plus grande que 1789 et 1793. La révolution de Juin est la révolution du désespoir et c'est avec la colère muette, avec le sang-froid sinistre du désespoir qu'on combat pour elle; les ouvriers savent qu'ils mènent une lutte à la vie et à la mort, et devant la gravité terrible de cette lutte le vif esprit français lui-même se tait. La révolution de Juin est la première qui divise vraiment société tout entière en deux grands camps ennemis qui nt représentés par le Paris de l'est et le Paris de l'ouest. L'unanimité de la révolution de Février a disparu, cette unanimité poétique, pleine d'illusions éblouissantes, pleine beaux mensonges(...) Les combattants de Février luttent aujourd'hui eux-mêmes les uns contre autres, et, ce qu'on n'a encore jamais vu, il n'y a plus différence, tout homme en état de porter les armes participe vraiment à la lutte sur la barricade ou devant barricade."²⁵⁶ (grifo nosso)

Neste artigo de Engels, sobre o balanço de junho de 48, a primeira revolução operária da História, o tema é retomado. Engels se detem em uma comparação entre as duas revoluções, fevereiro e junho, a ruptura da “unanimidade”frentista, as diferenças sociais entre as duas vagas, o aprofundamento da disposição de luta. A sugestão se revelou na verdade

²⁵⁶ (ENGELS, Friedrich. “Les journées de Juin 1848” In MARX, Karl. **Les Luittes de classe en France.** Paris, Editions Sociales, p.173/4)

premonitória. O mesmo fenômeno veio a ocorrer com uma impressionante regularidade nas revoluções urbanas, portanto operárias e populares (no sentido da incorporação de setores não proletários no campo da revolução) do século XX. Ocorreu na revolução alemã de 18, que teve uma primeira vaga irresistível, pacífica e unitária no curso da qual se derrubou o Kaiser e se proclamou a República, e uma segunda vaga em 19, depois em 21 e finalmente em 23; na revolução espanhola que se inicia unitária e democrática com a queda da monarquia em 31, passa pela eleição da Frente popular em 36, e tem o seu momento agudo com a segunda vaga em Barcelona, em resposta à invasão franquista, e à desconfiança das massas em apostar a cabeça na guerra pela República, sem garantias de compromisso com suas reivindicações, quando a questão do poder se coloca para as organizações operárias, em particular para os anarquistas revolucionários, ‘os amigos de Durruti’ e o POUM; a revolução portuguesa também conheceu duas vagas, a primeira, unânime, eufórica, alegre, arrasadora, no 25 de Abril, e a segunda, aguda, igualitarista, exasperada e dura, que se inicia no 11 de março, quando fracassa a segunda tentativa de golpe bonapartista de Spínola, precipitando-se o desenvolvimento da dualidade de poderes, até a derrota do 25 de novembro.

Os exemplos são inúmeros e parecem indicar uma regularidade: nas revoluções urbanas e proletárias uma primeira vaga, um Fevereiro, para recorrer a uma metáfora russificada, une todas as forças em oposição à ordem, em uma mobilização democrática, policlassista, multitudinária. Espontânea, também, no sentido de que se apóia em graus de organização frágeis, fluidos e elementares, e obtêm a vitória quase imediata. O que não impede que a revolução democrática precise de uma direção, e mais de uma direção que queira tomar o poder, ou seja de uma direção da insurreição. Mas o regime odiado intensamente por um amplo espectro social, e diante do qual os setores dissidentes das classes dominantes não foram capazes de articular uma solução preventiva, reformista, uma transição por cima, cai quase sem esboçar resistência, de forma fulminante, *sob a força da primeira vaga da maré revolucionária*, e portanto relativamente fácil. Mas a

primeira vaga antecipa os embates decisivos que virão depois na segunda vaga. *A questão decisiva repousa justamente nesse intervalo entre a primeira e a segunda vagas da maré revolucionária.* Porque o intervalo pode ser breve, poucos meses, como entre fevereiro e outubro de 17, ou pode ser de anos, como no caso da revolução espanhola, ou finalmente, a revolução pode se encontrar bloqueada ou derrotada nesse intervalo. São revoluções menos conscientes, ou inconscientes, no sentido de que unem forças com objetivos e interesses antagônicos em um mesmo movimento. Isso só é possível, porque uma parte das classes dominantes se vê constrangida a se desembaraçar do governo, mas assume a defesa da revolução, unicamente para recuperar posições e ganhar tempo no calor dos acontecimentos, quando existe a ameaça do poder que cresce nas ruas.

A segunda vaga começa quando a exuberância histórica da revolução social é exigida pelas limitações sociais da primeira revolução política, quando os objetivos de classe se definem de forma mais cristalizada, e mais clara: é uma vaga que comove as últimas camadas mais profundas das classes populares, desenvolve organismos mais ou menos permanentes de auto-organização das classes populares, ou atribui novas funções a organizações previamente existentes, e tem uma dinâmica anti-capitalista mais definida, ou seja mais consciente.

Mas, neste momento, um esclarecimento é necessário: é essencial destacar que o conceito de revolução política não se confunde com o de revolução social, embora por variadas razões, tenha existido, e ainda persista uma certa confusão. A questão é, no entanto vital, e decorre da apreciação marxista sobre a medida dos tempos históricos. Existe em torno dela inúmeros mal-entendidos, sendo que o principal é a obsessão comum, mas de nenhuma forma inocente, pela qualificação das mudanças históricas em termos de uma dicotomia entre métodos violentos e métodos não violentos.

Esta fixação sobre o lugar da violência na história é estranha ao marxismo, que não analisa os processos de revolução *em função*

dos meios ou formas políticas (legais/ilegais; democráticos/não democráticos; eleições/putchismo; públicos/conspirativos), mas em função *das tarefas ou programas* (mudança do regime político, ou mudança das relações econômico-sociais) e dos *sujeitos sociais* (revoluções burguesas ou revoluções proletárias). Portanto, em nenhuma circunstância, a revolução tal com pensada na tradição marxista, se pode resumir ou se confundir com a insurreição (que é um dos momentos do processo revolucionário que se inicia como crise revolucionária e se aprofunda e amadurece depois da conquista do poder) e muito menos pode ser reduzida à imagem caricaturada de uma técnica de golpe ou assalto ao poder.²⁵⁷

Revoluções sociais sempre se inauguram como revoluções políticas, mas não se resumem à conquista do poder do Estado. Revoluções sociais são aquelas em que uma nova classe conquista o poder de Estado e o coloca a serviço de transformações históricas, econômico-sociais e culturais. Não podem se confundir com um evento ou acontecimento político, porque não se resumem a um momento, porque mudam o sistema social, e nesse sentido se desenvolvem como um processo que exige um tempo histórico de longa duração.²⁵⁸ Essa era a compreensão que Marx e

²⁵⁷ Assim as revoluções políticas seriam aquelas que mudam o regime político. Talvez a questão teórica fique mais clara se invertermos o enunciado: nos últimos cem anos, a mudança de regime político exigiu quase sempre revoluções ou contra-revoluções políticas. Elas consistem em mobilizações de massas que resultam essencialmente na mudança das formas (às vezes a substância mesmo) das instituições de Estado, na mudança de governo, sem que o domínio sobre o Estado saia do controle da classe dominante. Não é raro que revoluções políticas tragam consigo elementos de transformação econômico-sociais, mesmo quando o deslocamento do poder tenha sido feito entre frações das classes dominantes e proprietárias. Na história não existem processos “quimicamente puros”. Mas o importante é desfazer um mal-entendido amplamente generalizado, que não compreende que revoluções políticas são também revoluções de massas, ainda que delas não resulte uma mudança qualitativa na ordem econômico-social. Assim, é a agudização dos conflitos que nascem de contradições profundas no tecido da sociedade, e que invariavelmente têm como fermentação uma crise econômica que tensiona o antagonismo de interesses de classe, que irá abrir o caminho para uma crise revolucionária, que é ante-sala da revolução, e muito freqüentemente, uma **surpresa histórica**. (Como sabemos, a história do século XX conhece experiências tanto de revoluções como de contra-revoluções políticas, assim como de revoluções sociais e contra-revoluções sociais).

²⁵⁸ No calor dos acontecimentos, nunca é simples a caracterização da natureza social dos processos, e a análise de Draper, sobre as diferenças e dificuldades de classificação das revoluções políticas e sociais, a propósito dos esforços de Marx para estabelecer o significado da revolução de fevereiro, e do combate de junho, revela como a questão é central: “ *But analysis does not end the matter; the proof*

Engels partilhavam do conceito de revolução social, e nesse nível de análise, a transição do capitalismo ao socialismo, assim como transições anteriores, exigiam a medida da história para serem avaliadas, e essas medidas não são as mesmas da política.

Certamente toda a obra de Marx nos permite concluir que ele estava solidamente convencido que os intervalos das transições históricas tinham *uma tendência de aceleração*: logo a permanência da revolução pode ser entendida em uma dupla dimensão, o abreviamento dos intervalos entre a revolução democrática e a revolução dos trabalhadores, mas também em uma extensão europeia relativamente rápida. Assim, se um processo de revolução social se iniciaria dentro de fronteiras nacionais, inaugurado por uma revolução política, a conquista do poder pelo proletariado em um país, não seria senão o primeiro ato de um drama histórico, que se decidiria na arena internacional. *Mas esta dimensão internacional assumida pela luta de classes seria o fator chave para a análise sobre a aceleração dos tempos históricos.*²⁵⁹

*of the pudding is in the eating; the class nature of revolution is tested by what the new class in power does. Social revolution means that the new class in power does not limit itself to change within the framework of the old social system, but tends to put its new state power into basic conflict with the former ruling strata. And the conflict must be resolved more or less quickly in favor of the new or the old; the new political power must proceed to revolutionize the socioeconomic foundation, or else it will be destroyed by the rooted power of the latter. In either case, by revolution or counterrevolution, congruence will eventually be reestablished between the political and socioeconomic institutions. The conflict may be seen by both sides only in embryo. This is what happened when, four months after the February revolution of 1848, the Paris workers rose up against the new republican regime. In the midst of these June Days, Marx wrote about the difference. "None of the innumerable revolutions of the French bourgeoisie since 1789 was an assault on order, for they left standing class rule, the slavery of the workers, the bourgeois order, no matter how often the political form of this rule and this slavery changed. June has impugned this order. Woe to June!" Marx had to make this analysis in the flux of struggle. After all, the problem of the class nature of a new or aspiring political power does not exist only for uninvolved observers or distant historians. The problem is itself part of the political and social struggle going on, and it may not be resolvable by theory but only in the course of the struggle itself. The ongoing struggle, especially in critical phases, provides tests – tests of who represents what. Part of the struggle is on convincing the proletariat not only of who represents what (passive formulation) but of whom to act through and with. It is not merely a matter of registering a verdict post hoc." (grifo nosso) (DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution.** New York, Monthly review press, 1978. p.23)*

²⁵⁹ Todo o problema fica ainda mais claro, e ao mesmo tempo mais complexo, se considerarmos a questão da aceleração a partir do ângulo de análise de sua refração sobre o Estado: por exemplo, certamente as economias alemã, austro-húngara e, talvez, até mesmo a russa de meados do século XIX, eram economias capitalistas, mas não parece tão simples a caracterização de classe dos seus

E se hoje é claro que os *prognósticos políticos* de 48 estavam errados, mais além do próprio balanço de Marx, quando considera encerrada a situação revolucionária, também parece certo que o *critério teórico* estava certo: os tempos das relações entre as revoluções sociais e as revoluções políticas não seriam mais os mesmos tempos do processo da revolução burguesa, em que as primeiras precederam as segundas; e o

respectivos Estados. O absolutismo tardio do XIX era um resíduo feudal, ou uma máscara monárquica da reação aristocrático-capitalista, após o susto da vaga de 48? A questão teórica que assim se coloca está entre as mais complexas e remete às não correspondências, desencontros e contradições entre a natureza das relações sociais de produção dominantes, e a natureza de classe do Estado nos períodos de transição histórica, ou de revolução social. Grosso modo, duas posições, duas escolas de interpretação polemizam a partir de conclusões antípodas, tendo como quadro de análise a avaliação histórica sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, e a definição do lugar social do Estado Absolutista. Teria este sido, essencialmente, um ponto de apoio ou um obstáculo para a transição? Perry Anderson sustenta que as monarquias absolutistas eram uma excrecência histórica feudal, um resíduo reaccionário, defensivo diante das novas forças sociais em ascensão, em contradição (um antagonismo relativo) com as novas relações capitalistas. Wallerstein defende que desde o final da grande crise do século XIV, iniciou-se um duplo processo revolucionário anti-feudal: uma revolução social camponesa contra a servidão, que terá na derrota das guerras na Alemanha o desenlace histórico mais paradoxal, a preservação tardia da servidão, mas o triunfo da Reforma religiosa; e uma revolução econômica burguesa. A derrota da primeira teria criado condições mais favoráveis para a vitória da segunda, que assim abriu o caminho para a formação de uma economia-mundo européia capitalista, sendo o absolutismo a forma transitória do Estado forte, com uma burocracia parasitária e cara, porém necessária, que corresponde à fase de acumulação primitiva. A discussão está longe de ser ociosa: ela é cheia de significados para compreender duas questões centrais na discussão dos tempos históricos. A primeira é a qualificação social do Estado: ela se faz a partir do controle de classe, ou seja, tendo como critério, as forças sociais que exercem o poder (como sugere a investigação de Anderson em **Linhagens do Estado Absolutista**), ou a partir das relações econômico-sociais que historicamente estão sendo mais dinâmicas? (como propõe Wallerstein em **O moderno sistema mundial**). Da primeira hipótese decorre a conclusão inapelável que a lentidão secular da transição burguesa, entendida aqui como revolução social, resultou do atraso histórico da revolução política. Da segunda resulta uma apreciação das mudanças na longa duração que desvaloriza o lugar da revolução política. Como se pode facilmente concluir, este debate é chave para a discussão das revoluções do século XX: *“Un Estado fuerte es entonces una entidad parcialmente autónoma, en el sentido de que tiene a su alcance un margen de acción que refleja los compromisos de múltiples intereses(...). Para que exista una entidad parcialmente autónoma tiene que haber un grupo de gentes cuyos intereses directos se vean servidos por tal entidad: administradores del Estado y burocracia de Estado. Tales grupos emergen en el marco de una economía-mundo capitalista porque el Estado fuerte es la mejor opción entre alternativas difíciles para los dos grupos más fuertes en términos políticos, económicos y militares: el estrato capitalista emergente y las viejas jerarquías aristocráticas. Para el primero, el Estado fuerte en la forma de las «monarquias absolutas» era un cliente magnífico, un guardián contra el bandidaje local e internacional, un modo de legitimación social, una protección preventiva contra la creación de fuertes barreras estatales en otros lugares. Para las segundas, el Estado fuerte representaba un freno para estos mismos estratos capitalistas, un apoyo de las convenciones de estatus, un mantenedor del orden, un promotor del lujo. Sin duda, tanto los nobles como los burgueses consideraban los aparatos de Estado como un oneroso sumidero de fondos, una burocracia entrometida e improductiva. Pero ¿qué opciones tenían?”* (grifo nosso) (WALLERSTEIN, Immanuel. **El Moderno sistema mundial, la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. volume 1. Mexico, Siglo XXI, 1979, p.500)

espaço do processo só poderia ser a arena mundial, ainda que o desenvolvimento desigual do processo estabelecesse dinâmicas nacionais diferentes.²⁶⁰

Assim, quando da redação do Manifesto em 48 (e ainda do Adresse de 50), tanto Marx quanto Engels, têm a expectativa da iminência de uma vaga revolucionária na Europa, e nesse sentido o conceito de época é utilizado também como conceito de iminência de uma situação revolucionária. Nesse sentido, quando ao final de *As lutas de classes em França*, Marx sugere que uma nova crise revolucionária só se pode esperar de uma nova crise econômica é porque considera que *a situação aberta pela revolução de fevereiro de 48 se encerrou*, mas a época revolucionária continuava aberta.²⁶¹

²⁶⁰ Há portanto em Marx uma teoria da revolução em construção à qual corresponde(a) uma teoria dos tempos históricos; assim como(b) uma compreensão dialética da desigualdade e não correspondência entre economia e política e os seus respectivos movimentos. Da primeira decorre a centralidade do conceito de época (ou era, ou ainda período histórico) e a flexibilidade das situações que se alternam e sucedem, com sentidos simétricos (e por isso a sutileza da análise em busca permanente da “sintonia fina” das flutuações da situação ou etapa revolucionária entre 48 e 51, e a compreensão final de uma inversão geral da correlação de forças). Da segunda a percepção do paradoxo de que a Inglaterra e a Bélgica, os países mais industrializados de meados do XIX, e ainda aqueles onde as sequelas da crise econômica de novo tipo (super- produção) foram mais severas, tenham permanecido à margem da vaga revolucionária de 48. Nesse sentido vale conferir este fragmento sobre a crise em 48: “*Todos os historiadores estão de acordo em considerar que a revolução de 1848 foi o resultado da fusão de duas crises: uma crise política e uma crise econômica(..) a França (e o mesmo, mutatis mutandis, vale para boa parte da Europa) passou, simultaneamente, pela última crise, aguda, de tipo antigo regime (isto é, por uma grave escassez de gêneros alimentícios básicos e que, a partir da agricultura, afetou também a indústria têxtil e o comércio a ela vinculados) e pela primeira crise, igualmente aguda, de tipo novo (isto é, capitalista, de superprodução, com escassez financeira e paralisação da indústria metalúrgica e ferroviária). Se cada uma das duas crises já era suficiente para provocar fome e desemprego e, em consequência, agitação social e revolta, as duas somadas, ao deixarem milhões de famintos e desempregados, agravaram a crise social já em curso por causa da industrialização, e em consequência, abriram o caminho à revolução*” (grifo nosso) (FLORENZANO, Modesto. **Anotações sobre a Europa em 1848, in Manifesto Comunista, Ontem e Hoje**. Osvaldo Coggiola (org.). São Paulo, Xamã, 1999. p.14-6)

²⁶¹ Uma conclusão exatamente oposta à que acabamos de desenvolver, ou seja, que defende que Marx e Engels, mesmo se equivocando na apreciação das possibilidades da revolução de 48, **nos deixaram elementos chaves de uma teoria histórica dos tempos políticos**, é a que podemos encontrar no trabalho de investigação de Texier, que busca estabelecer uma relativa identidade de apreciação política entre a tática marxista e a blanquista. :“*Les mots d'ordre de Marx et de Blanqui sont les mêmes: dictature révolutionnaire du prolétariat et révolution permanente(...)* Si l'on étudie les documents de la Ligue des communistes du printemps 1850, on trouve la fameuse «Adresse » de mars 1850 qui définit la tactique des communistes allemands pendant la prochaine crise révolutionnaire. On y retrouve le mot d'ordre de révolution en permanence; il implique une lutte farouche contre la démocratie petite-bourgeoise qui ne va pas manquer d'arriver au pouvoir dès la prochaine étape de la révolution. Il s'agit donc de faire le nécessaire pour battre ces alliés d'un instant et passer au plus vite à l'étape communiste.À l'issue de la révolution de 1848, on découvre que si Marx et Engels sont capables d'une grande souplesse tactique et d'une grande intelligence politique,(...) ils peuvent être

A questão é central, e ainda hoje provoca avaliações apaixonadas, como podemos conferir neste fragmento de Texier:

“Or ce qu'Engels nous dit en 1895, c'est que Marx et lui,(...) pensaient de façon tout à fait illusoire, lorsqu'ils s'imaginaient en 1848, et non seulement en 1848, mais plus de vingt ans plus tard, en 1871, que la transformation révolutionnaire de la société bourgeoise en société communiste était à l'ordre du jour.(...)Ce qui était alors à l'ordre du jour, c'était la révolution industrielle capitaliste. En 1895, cette révolution industrielle a déjà largement produit ses effets en Allemagne; on peut donc y parler dorénavant de «la puissante armée du prolétariat » et de la tactique qu'elle doit mettre en oeuvre. C'est l'occasion d'un jugement rétrospectif sur la tactique appliquée en 1848.La période qui va du coup d'État de Louis Bonaparte à la victoire de Bismarck dans la guerre franco-allemande de 1870, est celle où les révolutions par en-haut succèdent aux révolutions d'en-bas.(...) Le type de jugement rétrospectif qu'on trouve dans cette « Introduction» d'Engels implique qu'on a changé d'époque et que celui qui parle a la capacité de reconnaître qu'une page est tournée²⁶².(grifo nosso)

Texier encontra, portanto, no balanço do **Testamento**, um ponto de apoio para concluir que Engels extendia a apreciação de época

aussi des révolutionnaires d'une intransigeance redoutable. N'était-ce pas déjà le cas, demandera-t-on, dans les textes qu'ils écrivaient pendant leur séjour en Allemagne ? Leurs articles ne réclament-ils pas la dictature et le terrorisme contre les forces de la réaction ? Si.(...). Au printemps 1850, l'intransigeance révolutionnaire de Marx et d'Engels se déploie dans un contexte parfaitement illusoire : il s'agit de passer au communisme dans un pays comme l'Allemagne. Dans ce cas, on peut dire que la violence révolutionnaire a une fonction thaumaturgique qui est corrélative de l'irréalisme des perspectives. Qu'est-ce qui pourrait la différencier de la violence des minorités agissantes de type blanquiste ?(...On peut donc conclure sur cette question du blanquisme de Marx, en disant que sans doute Marx n'est pas Blanqui, mais que c'est une légende que nous raconte Lénine lorsqu'il nous parle d'une distinction radicale qui aurait toujours existé entre marxisme et blanquisme.” (grifo nosso) (TEXIER, Jacques. **Révolution et démocratie chez Marx et Engels**. Paris, PUF, Actuel Marx Confrontation, 1998. p.352-8). Ora o que justamente separava o blanquismo do marxismo era, entre outras questões, a ausência dessa compreensão da relação dos tempos da história com os tempos da política, e a defesa de uma tática insurreccionalista crônica, do que inclusive resultou uma ruptura blanquista na liga dos comunistas. Quanto ao “conto do vigário” que Lenin teria nos deixado, um balanço do bolchevismo como antecipação blanquista será comentado noutro capítulo. De qualquer forma, o tema é importante, e vale a pena conferir as conclusões de Draper, como sempre, quase hemorrágico pela erudição, na sua impressionante pesquisa: *“History proved, to be sure, that this prospect was premature in 1848, that the society and the proletariat were not yet ripe for socialist revolution, that is, for "a revolution of the majority", but it is clear what a gulf there is between this aspiration to find a way to achieve "a revolution of the majority" and the Blanquist goal of the seizure of power by a band of conspirators. In The Class Struggles in France Marx set forth the clear idea of a majority which is led by a class: "The French workers could not take a step forward, could not touch a hair of the bourgeois order, until the course of the revolution had aroused the mass of the nation, peasants and petty-bourgeois, standing between the proletariat and the bourgeoisie, against this order, against the rule of capital, and had forced it to attach itself to the proletarians as their protagonists.”* (grifo nosso) (DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution**. New York, Monthly review press, 1978. p.257)

²⁶². TEXIER, Jacques. **Révolution et démocratie chez Marx et Engels**. Paris, PUF, Actuel Marx Confrontation, 1998. p.27-8.

para o período posterior a 95. Assim o velho Engels que nos é apresentado, não só rompia com as “influências blanquistas de 48” como rompia com a caracterização de época revolucionária, retroativamente ao período 48/95 (o que parece certo), mas também, prospectivamente, o que de alguma forma faria de Engels, nesta questão, um bernsteiniano “avant la lettre”.²⁶³ Esta conclusão sobre época, contudo, não parece ser sustentável. Insinua o que Engels não disse, porque na mudança de época que lhe é atribuída, o sentido é inverso, e a nova hipótese estratégica, apresentada para a Internacional, inspirada nos êxitos do partido alemão tem, na verdade, outros fundamentos. Vejamos também neste caso o que nos diz Draper:

“This is the view that the movement for proletarian revolution should not begin until there is a present possibility of victory, before which time it is “utopian” and “unrealistic”(...) In any case, there is no way of determining when the historical possibility of victory has arrived in this sense: on s'engage et puis on verra. Anyone could see that proletarian revolution was premature in 1848, if one waits a half century; and when Engels wrote this opinion down in 1895 he was not under the impression it was a great revelation. This (...)was for some- not Engels -a condemnation of the Forty-eighters for failing to possess a crystal ball.”²⁶⁴

²⁶³. E no entanto, segundo Draper, Engels não só não teria nunca se iludido com os limites da democracia na Alemanha, como estaria convencido que a perspectiva seria de mais crises e não menos: “So it is clear that at bottom the workers' fight for democratic rights and freedoms is not on behalf of bourgeois democracy but is a necessity for workers' democracy, for workers' power; it is a fight not for bourgeois rights but for workers' rights.” It goes without saying,” adds Engels, that in all this there must be a completely independent workers' party opposing the bourgeoisie, **“and in the next revolutionary storm-and these storms now recur as regularly as business cycles and equinoctial tempests- it will be ready to act.”** Thus the whole strategic policy is put into the context of preparation of the independent proletarian movement for the revolutionary situation.” (DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution.** New York, Monthly review press, 1978. p.283, grifo nosso)

²⁶⁴ É possível, evidentemente, não concordar com a leitura ortodoxa de Draper, que nos parece irretocável, mas é simplesmente espantosa a variedade de fontes reunidas e materiais consultados, em um trabalho de pesquisa, realmente, insubstituível. Sempre se poderiam fazer algumas restrições, é claro, a uma ou outra interpretação. Mas a objetividade e clareza da análise, aliada à incrível erudição, fazem de seus quatro volumes uma obra de consulta inigualável. A seguir o extrato de uma carta de Vera Zassulich, relatando uma conversação com Engels no ano novo de 1894 sobre o tema das duas revoluções na Alemanha e as vantagens do atraso, que desautorizam, apesar de ser um material em segunda mão, qualquer conclusão precipitada sobre um Engels desiludido com as perspectivas revolucionárias do período, às vésperas do final do século: *“On his last New Year's Eve, as 1894 ended, Engels chatted with a Russian visitor, Vera Zassulich, who reported the conversation in a letter to Plekhanov. Zassulich paraphrased Engels as follows: “Fortunately for Germany, the political bourgeois revolution has been so delayed there that an already awakened working class was involved in it. That would prevent the German working class from being caught up in a purely occupational economic struggle like the English and would further its social-political interests.”* E na

Em poucas palavras, não é possível avaliar se uma revolução é prematura, senão depois que a sorte foi lançada. Um exercício histórico legítimo, mas um procedimento político impossível. Já no que diz respeito à necessidade de uma nova tática política, quando se oferecem condições de disputa, na legalidade e acumulando posições que permitam um processo de aprendizagem da classe, tanto no terreno eleitoral, quanto sindical, as observações de Texier procedem.²⁶⁵

“No entanto, utilizando tão eficazmente o sufrágio universal, o proletariado praticara um método de luta inteiramente novo que se desenvolveu com rapidez. Ocorreu então que a burguesia e o governo chegaram a ter mais medo da atuação legal que da atuação ilegal do partido operário, mais temor aos êxitos das eleições que aos êxitos da rebelião. Pois também quanto a isso haviam-se modificado substancialmente as condições da luta. A rebelião de antigo estilo, o combate nas barricadas que, até 1848, fora decisivo em toda parte, estava consideravelmente ultrapassado. Não nos iludamos a respeito: uma verdadeira vitória da insurreição sobre as tropas nos combates de ruas, uma vitória como em batalha entre dois exércitos, é coisa das mais raras.”²⁶⁶(grifo nosso)

sequência as conclusões de Draper: *“The most important consideration is this: for a class to begin its class struggle, on cue only when the proletarian revolution is stamped possible even if this elitist fantasy were possible-is to ensure that the possibility will not turn into reality for a very long time. Unless class struggle develops long before this point, a revolutionary class cannot organize in any way, let alone in the advanced political forms necessary for victory; and this is a long process. Without class struggle, a revolutionary class cannot develop its own leadership and experienced cadres. Without class struggle, the class cannot attain the political and ideological level necessary to aspire to victory in revolution, let alone gain the victory.”* (grifo nosso) (DRAPER, Hal. **Karl Marx’s theory of revolution**. New York, Monthly review press, 1978. p.272 e 287)

²⁶⁵ O paralelo histórico com Gramsci parece correto, e corresponde de fato às primeiras formulações em torno a uma nova hipótese estratégica, que considera a importância de preservar e explorar as conquistas democráticas, no marco de um pensamento que se complexifica com o estudo da correlação de forças à escala nacional e internacional, e que deve responder ao problema do regime democrático burguês: *“Bien avant Gramsci dans les Cahiers de la prison, Engels parle ici de la guerre de position et la conquête de l’hégémonie est déjà à l’ordre du jour. Mais pas plus que pour Gramsci dans les années trente, cette guerre de position pacifique, menée dans le cadre de la légalité, ne fait disparaître pour Engels, l’éventualité de la violence révolutionnaire et sa légitimité. Simplement, il est opportun de ne pas descendre dans la rue – pour s’y faire massacrer – avant que les circonstances et le jugement politique en impose la nécessité.”* (grifo nosso) (TEXIER, Jacques. **Révolution et démocratie chez Marx et Engels**. Paris, PUF, Actuel Marx Confrontation, 1998. p.28)

²⁶⁶ Engels insiste de forma inequívoca nas vantagens políticas que a utilização da legalidade trouxe ao fortalecimento do partido operário, e na necessidade de explorar até o limite as possibilidades das novas liberdades como parte de um processo de acumulação de forças. Esta passagem do Testamento tem permitido todavia uma polêmica sobre uma nova atitude, mais reformista face à democracia. Não parece ser o caso. Marx e Engels sempre consideraram a democracia um regime progressivo contra o absolutismo, e não cansaram de escrever incontáveis páginas em sua defesa, inclusive lamentando a covardia histórica da burguesia alemã, de lutar por uma revolução política burguesa contra o regime de

O entusiasmo com o partido alemão, com sua vigorosa implantação social e sucessos eleitorais, por um lado, e talvez o balanço histórico da derrota da Comuna, pareceria indicar que o velho Engels (de quem se disse que nos anos 90 viveu uma velhice feliz) acreditava que pelo menos na Alemanha, estaria caduco o modelo das duas revoluções, e que em um certo sentido, a questão de poder se enfrentava diante de novas e mais profundas possibilidades e dificuldades. Possibilidades abertas pelo crescente peso social do proletariado, suas possibilidades de elevar sua consciência de classe e novos patamares de auto-organização permanente com a utilização hábil das margens ampliadas de liberdade, a participação elitral, enfim a escola de aprendizagem sindical-parlamentar. Dificuldades que resultavam do esgotamento histórico das revoluções burguesas, da acomodação bastarda da burguesia com os regimes bonapartistas ou semi-bonapartistas, do deslocamento e divisão inexorável das camadas médias, ou seja, a ruptura da frente de “todo o povo pela democracia”, tal como ocorreu na primeira fase de

Bismarck.. O novo é a defesa clara da tática alemã para todo o movimento operário internacional, onde as reservas face às vantagens do sufrágio universal eram enormes, à exceção do partido francês.: “Mesmo que o sufrágio universal não tivesse produzido outros benefícios que o de permitir contar-nos a nós mesmos cada tres anos, que o de aumentar, pelo ascenso regularmente verificado e extremamente rápido do número de votos, a certeza dos operários na vitória, bem como na mesma medida o pavor entre seus adversários, tornando-se assim nosso melhor meio de propaganda; mesmo que só servisse para nos informar exatamente nossa própria força (...) preservando-nos tanto de um inoportuno temor como de uma louca audácia igualmente despropositada, e esse fosse o único benefício que tivéssemos tirado do direito de sufrágio, já seria mais do que suficiente. Mas ele nos deu muito mais. Forneceu-nos, com a agitação eleitoral, um meio inigualável para entrar em contacto com as massas populares onde elas ainda estão afastadas de nós, para obrigar todos os partidos a defender diante do povo suas opiniões; (...) ademais abriu a nossos representantes no Reichstag uma tribuna do alto da qual podem falar não apenas a seus adversários no Parlamento mas também às massas do lado de fora com maior autoridade e maior liberdade que na imprensa e nas reuniões. (...) *Também nos países latinos compreende-se cada vez mais a necessidade de rever a antiga tática. Em toda parte imitou-se o exemplo alemão de emprego do sufrágio, da conquista de todos os postos que estão a nosso alcance; em toda parte passaram ao segundo plano os ataques sem preparação. Na França, apesar de o terreno estar ali minado há mais de cem anos pôr sucessivas revoluções, e onde não há partido que não tenha contribuído com seu quinhão em conspirações, insurreições e outras atividades revolucionárias de toda espécie, na França, onde, pôr conseguinte, o governo não tem absolutamente confiança no exército e onde, de modo geral, as circunstâncias são muito mais favoráveis a um golpe de surpresa insurrecional que na Alemanha, mesmo na França, os socialistas compreendem cada vez mais que não há possibilidades de vitória, sem que ganhem preliminarmente a grande massa popular, Isto é, no caso, os camponeses. Lá também o lento trabalho de propaganda e a atividade parlamentar são reconhecidos como a tarefa imediata do Partido.* (grifo nosso) (ENGELS, Friedrich. “Introdução à A Luta de classes na França” In In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, volume1. p.103).

fevereiro de 48²⁶⁷. Por último, das novas necessidades políticas subjetivas, que surgiam como obstáculos para o proletariado, que não podia contar com triunfos fáceis nas barricadas como em fevereiro de 48.²⁶⁸

²⁶⁷ As análises lúcidas de Hobsbawm são sempre um ponto de apoio e de inspiração. No fragmento que se segue encontramos uma classificação do pensamento de Marx e Engels sobre o tema da teoria da revolução organizada em um processo evolutivo de três fases com as várias sub-hipóteses mais importantes de cada fase. Esta interpretação parece muito convincente, mesmo quando aborda o tema difícil das relações de Marx com a Comuna de Paris. Não se pode, de fato, concluir que a derrota da Comuna tenha produzido uma mudança, para o fundamental, nas apreciações que os dois alimentavam sobre as perspectivas da revolução na Europa. Ela entretanto foi decisiva como experiência para reforçar a convicção de Marx que o Estado no período imediatamente pós revolucionário não poderia renunciar ao uso da violência de classe, e nas linhas de *A Guerra civil na França*, pode-se encontrar, pouco disfarçada, uma certa perplexidade com a excessiva tolerância dos Cummunards com as reservas de ouro no banco de França: *“Pode-se distinguir três fases no desenvolvimento da sua análise: uma, entre a metade dos anos 40 e o começo da década de 50; a segunda, nos vinte e cinco anos seguintes, nos quais as perspectivas imediatas não indicavam uma vitória duradoura do proletariado; e, finalmente, os últimos anos de Engels, quando a formação de partidos operários de massa pareceu abrir novas perspectivas de transição nos países capitalistas desenvolvidos. A perspectiva de “Quarenta e oito” baseava-se na hipótese, que viria a revelar-se correta, de que a crise dos velhos regimes levaria a uma vasta revolução social e também na hipótese, que depois se revelaria equivocada, de que o desenvolvimento da economia capitalista tivesse avançado tanto, a ponto de tornar possível, como resultado de tal revolução, a vitória final do proletariado. A classe operária propriamente dita, seja qual fosse a definição que se lhe descesse, representava então uma pequena minoria da população, exceto na Inglaterra. Mas aí, ao contrário do que previra Engels, não ocorreu qualquer revolução. Ademais o proletariado era ao mesmo tempo imaturo e insuficientemente organizado. As perspectivas de uma revolução proletária dependiam portanto de duas alternativas possíveis: ou, como previu Marx (antecipando Lenin, em certo sentido), a burguesia alemã demonstraria não poder ou não querer fazer a própria revolução, e um proletariado em fase embrionária, conduzido pelos intelectuais comunistas, assumiria a direção ou (como ocorreu na França) se podia continuar o processo de radicalização da revolução burguesa iniciada pelos jacobinos. Enquanto a primeira possibilidade se revelou totalmente despida de realismo, a segunda pareceu ainda ezequível, mesmo depois da derrota de 1848-49(..) Marx e Engels continuaram a esperar e mesmo a prever uma nova edição revista de 1848, até que a crise capitalista mundial se revelasse impotente para gerar a revolução em alguns países. Daí por diante eles não nutriram qualquer esperança em uma iminente revolução proletária vitoriosa, por cerca de duas décadas; embora Engels, mais ainda que Marx, conseguisse manter o seu permanente otimismo juvenil. Sem dúvida não esperavam muito da Comuna de Paris, e durante a sua breve vida evitaram cuidadosamente qualquer juízo otimista. Por outro lado, no entanto, o rápido desenvolvimento mundial da economia capitalista e sobretudo a industrialização da Europa Ocidental e dos Estados Unidos provocaram em diversos países a formação de grandes massas proletárias. Foi, então, a força, a consciência de classe e a organização desses movimentos operários que Marx e Engels confiaram suas esperanças. Não se deve supor que isso implicasse em uma mudança radical de suas perspectivas políticas. Como vimos, a verdadeira revolução, no sentido de uma passagem de poder (possivelmente violenta) podia verificar-se em diversas fases do longo processo de desenvolvimento da classe operária, e por seu turno, daria início a um longo processo de transição pós-revolucionária.”* (grifo nosso)(HOBSBAWM, Eric, *Aspectos políticos da transição do Capitalismo ao Socialismo*, in HOBSBAWM, Eric, *História do Marxismo, O marxismo no tempo de Marx*, volume 1, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p.319/321)

²⁶⁸. Engels aparentemente é categórico na conclusão de que a mudança histórica criou mais dificuldades sociais, políticas e militares. Essa é a leitura mais comum destes trechos. É realmente esse o objetivo da referência explícita à provável divisão das camadas médias proprietárias. Mas essas interpretações partem talvez de um equívoco. Engels está fazendo um balanço de 48 quando busca um termo de comparação histórica, como é óbvio, e nesse sentido está implícito o balanço negativo do bloco democrático naquele processo. Em outras palavras, não se deveria concluir destes trechos que Engels estivesse mais céptico em relação às possibilidades de triunfo da revolução, ao contrário, a

Por outro lado, ocorre que Engels sequer considerava o regime bismarquista senil do Kaiser uma democracia. E ao contrário, considerava que as limitadas liberdades estavam ameaçadas justamente pelo crescente peso do SPD, e por isso, baralhava a hipótese de uma revolução em legítima defesa contra uma aventura neo-bonapartista do regime, ou seja, uma revolução democrática defensiva, tendo como sujeito social o proletariado, contra um golpe bonapartista. Assim a nova hipótese estratégica, supera nos anos 90 a fórmula das duas revoluções e leva à formulação de uma nova hipótese:

“O direito à revolução é o único "direito histórico" real, o único sobre o qual repousam todos os Estados modernos sem exceção,(...) Mas, ocorra o que ocorrer nos outros países, a social-democracia alemã tem uma situação particular e, em decorrência pelo menos no momento, uma tarefa também particular. Com dois milhões de eleitores que ela envia às urnas, neles incluídos os jovens e as mulheres que estão por detrás dos sufragantes na qualidade de não eleitores, constituem a massa mais em umerosa, mais compacta, a "força de choque" decisiva do exército proletário internacional.(...)Ora, só há um meio de poder conter durante certo prazo o crescimento contínuo das forças combatentes socialistas na Alemanha, e mesmo de fazê-las retrogradir momentaneamente: **um choque de grande envergadura com as tropas, uma sangria como a de 1871, em Paris.”²⁶⁹(grifo nosso)**

Engels alerta, portanto, para uma reação burguesa contra-revolucionária impiedosa, com recursos renovados, bases sociais de apoio ampliadas, capacidade de iniciativa política e até um dispositivo militar moderno, muito superior aos que se abateu sobre a Comuna.²⁷⁰ Mas pondera

distância histórica revelaria mais um excesso de otimismo em relação à classe e em relação à maturidade do SPD; a questão central no texto pareceria ser outra; a preocupação em alertar para uma nova centralidade da política : **“Do lado dos insurretos, contrariamente, todas as condições pioraram. Dificilmente ocorrerá uma insurreição que tenha a simpatia de todas as camadas do povo; na luta de classes todas as camadas médias nunca se agruparão de modo inteiramente exclusivo em torno do proletariado, a tal ponto que o partido reacionário reunido, em torno da burguesia, desapareça quase completamente. O "povo" aparecerá, portanto, sempre dividido e, assim, faltará uma alavanca poderosa, tão eficaz em 1848.”** (ENGELS, Friedrich. “Introdução A Luta de classes na França” In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, volume1, p.105)

²⁶⁹ ENGELS, Friedrich, “Introdução A Luta de classes na França” In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, volume1, p.108

²⁷⁰ Assim, destaca Engels que as revoluções proletárias encontrarão necessariamente um obstáculo em uma renovada base de massas da contra-revolução; insiste que a revolução não assumirá provavelmente

que é fundamental aprender as lições do período histórico anterior, sendo a principal a necessidade de conquistar o apoio entre a maioria das camadas dominadas e oprimidas, e escolher o momento político do confronto, evitando a qualquer preço um combate decisivo, sem que as melhores condições estivessem reunidas, e conclui:

*“Só poderão conter a subversão social-democrática, que no momento se dá tão bem respeitando a lei, mediante a subversão dos partidos da ordem, os quais não podem viver sem violar as leis(...) ensinaram-lhes o único caminho pelo qual talvez possam pegar pelo gasganete os operários, que simplesmente se recusam a deixar-se arrastar aos combates de rua. Violação da Constituição, ditadura, volta ao absolutismo,(...) Não vos esqueçais, porém, de que o Império Alemão, como todos os pequenos Estados e, em geral, todos os Estados modernos, é produto de um pacto; primeiramente, de um pacto de príncipes entre si e, depois, dos príncipes com o povo. Se uma das partes quebra o pacto, todo ele é nulo e a outra parte está desobrigada. Bismarck demonstrou Isso brilhantemente em 1866. **Portanto, se violais a Constituição do Reich, a social-democracia ficará livre para fazer o que lhe parecer melhor a vosso respeito. Mas o que fará então não há de vos dizer hoje.**”²⁷¹ (grifo nosso)*

a forma do combate de barricadas, nem poderá confiar no sempre imprescindível fator de surpresa histórica; e por outro lado destaca e sublinha a nova importância da política, da democracia, dos processos eleitorais, como uma escola de aprendizagem sindical-parlamentar da classe. Mas insiste uma e outra vez que o maior perigo pode ser um confronto precipitado antes do momento oportuno, e severamente alerta contra as aventuras. Quem poderia duvidar, cem anos depois, quando ainda não triunfou nenhuma revolução proletária em um país central, da importância destes alertas?: *“Já podemos contar hoje com dois milhões e um quarto de eleitores. Se este e avanço prosseguir, conquistaremos ao fim do século a maior parte das camadas médias da sociedade, tanto os pequenos burgueses como os pequenos camponeses, e cresceremos até nos converter na força decisiva d país, força diante da qual terão de se inclinar, queiram ou não, todas as outras. **Manter incessantemente este crescimento, até que por si mesmo êle se torne mais forte que o sistema de govêrno atual, não desgastar em combates de vanguarda essa "fôrça de choque" que se reforça cotidianamente, mas conservá-la intacta para o dia decisivo, eis nossa tarefa principal.**”* (grifo nosso) (ENGELS, Friedrich. “Introdução à A Luta de classes na França” In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas.** São Paulo, Alfa-Omega, volume1, p.108).

²⁷¹Vale a pena conferir o trecho que se segue, que alimentou conclusões opostas à da citação anterior do Testamento, mas citado à exaustão, e pó isso muito mais conhecido, certamente **uma passagem infeliz do Testamento**. Acrescentamos também um fragmento de Téxier, que retira conclusões opostas às que estamos expondo, e conclui que Engels de fato estaria defendendo mais que uma nova hipótese estratégica, uma nova fórmula peogramática. Assim, muito além de um processo acumulação de forças, afirma sem hesitações, que o testamento de conjunto seria uma apologia da possibilidade de uma transição pacífica na Alemanha. Esta leitura não parece sustentável. Basta recordar que o debate sobre a transição pela via de reformas se abriu depois da morte de Engels. Bernstein aguardou a morte de Engels para precipitar a discussão da via pacífica, e não parece razoável atribuir a Engels uma estratégia bernsteiniana “avant la lettre”. Mas a passagem sobre os métodos legais é terrivelmente imprecisa, de fato. Não porque a experiência histórica tenha negado que as possibilidades de fortalecimento das posições de classe sejam incomparavelmente superiores para os trabalhadores sob a democracia, como é óbvio. Mas pela conclusão oposta, a que generaliza a partir da experiência alemã,

Destes fragmentos se conclui, portanto: (a) que sendo revoluções de maioria, as revoluções proletárias são, paradoxalmente, socialmente mais poderosas, mas politicamente mais difíceis que as revoluções burguesas; (b) que a conquista da democracia repousa agora nas mãos do proletariado, superando a hipótese de 48 das duas revoluções, ainda que naquelas circunstâncias pensadas como um processo ininterrupto de

que a burguesia teria dificuldades de dominar sob a democracia. Essa peremptória conclusão histórica não se confirmou. Aliás, já no final do XIX, ela não era válida para a França e Inglaterra, por exemplo. De qualquer maneira, ela diminui e encobre as terríveis pressões “democráticas” que já se abatiam sobre a social-democracia alemã. Claro que ela só pode ser compreendida dentro do marco histórico. Marx e Engels viveram a maior parte de suas vidas em uma Europa, onde à exceção da Inglaterra, a democracia era inexistente. Logo a experiência do movimento operário do seu tempo com as pressões oportunistas da legalidade, (o peso das bancadas parlamentares nos partidos, os interesses próprios do aparelho sindical, etc...) era muito reduzida, senão exclusiva à fase heróica do Cartismo britânico. Mas não pode deixar de chamar a nossa atenção a ligeireza como se constroi este balanço de mão única com as pressões da legalidade, como se elas não se abatecem de forma implacável sobre os partidos operários. O destino do próprio Testamento é revelador da subestimação das pressões sociais hostis, e do excesso de confiança no SPD. Como se sabe, ele foi publicado com cortes, suavizado de qualquer passagem mais vermelha, a pretexto de não provocar medidas de represália do governo contra o partido, ao que parece por decisão de Bebel, o que levou Engels a dirigir uma carta furiosa exigindo a sua divulgação integral. Essa publicação, que deveria ter sido feita na revista do partido, já na época sob os cuidados de Kautsky, nunca ocorreu, o que também é uma ironia da história: “A ironia da história mundial põe tudo de pernas para o ar. Nós, os **"revolucionários", os "subversivos", florescemos muito melhor pelos meios legais que pelos ilegais e a subversão.** Os partidos da ordem, como se denominam eles, perecem em virtude da legalidade que eles próprios criaram.” (grifo nosso) (ENGELS, Friedrich. “Introdução à A Luta de classes na França” In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas.** São Paulo, Alfa-Omega, volume1, p.108). A seguir o texto de Téxier que comenta o Testamento: « *A propos de la France, il me faut pourtant faire état d'une évolution qui interviendra longtemps après 1850 et même après 1871. Engels, en effet, en 1891, dans ses remarques critiques sur le projet de programme d'Erfurt, ajoutera la France à la liste des pays où l'on peut concevoir la possibilité d'un passage pacifique au socialisme: Et Marx pour sa part, dans un texte de 1872, se demandait si la Hollande ne faisait pas partie des pays où une telle évolution était envisageable. Il faut ajouter que dans la dernière partie du siècle, Engels après la mort de Marx, prend acte d'un changement d'une importance considérable dont il tient compte dans l'élaboration d'une nouvelle tactique : dès qu'elle peut profiter de la conquête d'un certain nombre de libertés (même si les institutions ne sont pas celles de la souveraineté populaire), la classe ouvrière constate qu'elle prospère dans la légalité. Deux dangers menacent ses perspectives réelles de victoire : celui de la guerre dont les conséquences sont imprévisibles, mais qui interromprait à coup sûr la marche continue vers « l'hégémonie», et celui du coup d'État préventif d'adversaires qui préféreraient risquer le tout pour le tout plus tôt que d'attendre les bras croisés que le pouvoir leur échappe. En 1891 puis encore plus nettement en 1895, Engels recommande à la social-démocratie allemande une tactique pacifique et légale de façon à gagner du temps et à pouvoir développer ses forces. Il ne manque que cinq ans pour que le siècle touche à sa fin et Engels va mourir. Les conditions nouvelles dans lesquelles il écrit son dernier grand texte politique bouleversent complètement la question de la « révolution sociale » et relativise la distinction établie très tôt entre le « continent» et le monde anglo-saxon. La voie pacifique n'était qu'une possibilité pour l'Angleterre. En 1895, une tactique de lutte pacifique et légale s'impose au moins temporairement en Allemagne » (grifo nosso) (TEXIER, Jacques. **Révolution et démocratie chez Marx et Engels.** Paris, PUF, Actuel Marx Confrontation, 1998, p.340)*

revolução em permanência; (c) que a nova hipótese estratégica exigirá a capacidade dos partidos de utilizar os espaços de legalidade, por reduzidos que sejam, para acumular forças, estimular a auto-organização e elevar o nível de atividade, confiança e consciência de classe, mas também evitar, em particular na Alemanha, um confronto precipitado; (d) que a luta pelo poder deve ser buscada no melhor momento, e se possível, em *condições de legítima defesa*, em resposta defensiva à iniciativa contra revolucionária do regime que seria incapaz de conviver de forma perene com um forte movimento operário na legalidade. Destes quatro postulados somente o último não sobreviveu à prova do balanço histórico. O que não é irrelevante (veremos como esta premissa teve razoável importância nas formulações quietistas que enfureciam Rosa Luxemburgo no SPD), mas não deixa de ser um grau impressionante de acerto.

Poder-se-ia, por último, afirmar que uma teoria dos tempos da revolução em Marx e Engels, um pensamento sobre época, situação e crise revolucionária, com distintos ritmos, desigualmente desenvolvidos, mas entrelaçados em circunstâncias históricas únicas, foi-se construindo como expressão de uma dualidade tensionada de fatores.²⁷²

²⁷² As crises revolucionárias germinaram onde a crise econômica abriu o caminho para uma crise social profunda, gerou divisões de projetos no interior das classes dominantes que se expressaram em crise dos regimes políticos (não confundir, o que pode ser fatal, uma crise do regime de dominação com uma crise de governo; nas primeiras precipita-se um questionamento às instituições e às estratégias de programa, nas segundas, está em disputa somente, quais entre os partidos do regime, exercerá o poder e com que táticas políticas). Engels, contudo, não simplifica nem facilita a questão: a crise econômica nos é apresentada como condição necessária mas não suficiente. É preciso que ela encontre um terreno fértil na crise social, não somente uma divisão entre as classes proprietárias, mas também uma disposição de luta e confiança nas suas próprias forças nas camadas populares, enfim uma crise sistêmica, que se manifeste no deslocamento da autoridade do Estado. A este propósito, vale a pena conferir a sugestiva passagem de Modesto Florenzano, em um ensaio sobre 1848: “**Mas (...) embora existam crises econômicas decenais, não há revoluções decenais. Tanto é verdade que, os dois países mais industrializados da Europa, a Inglaterra e a Bélgica, estiveram entre os mais afetados pela crise, mas escaparam da revolução.** Assim, o curso da crise econômica determina o momento da eclosão da revolução, mas esta só ocorre onde a crise econômica cruza-se, e funde-se, com uma crise política que a antecede. Não que na Bélgica e na Inglaterra não tenha havido problemas e agitações políticas em 1848, mas, em ambas, não havia mais, por parte das classes proprietárias, questionamento às instituições políticas básicas (...) Com efeito, examinando-se todas as grandes revoluções do Ocidente, da inglesa de 1640 à russa de 1917, **verifica-se que, em todas elas, ocorreu, previamente, entre outras coisas, uma alienação dos intelectuais com relação ao Estado e uma fratura- e uma crise moral – no interior das classes ou frações de classes dominantes. Ora, nenhuma dessas duas condições existia na Inglaterra e na Bélgica em 1848, bem como também não**

No seu centro está uma ênfase na pulsação circular da crise econômica, como um tempo de movimento e inércia do capital, que se desenvolve à escala do mercado mundial e encontra refrações nacionais em cada país; e outro é o tempo das lutas de classes:

*“A primeira prova ocorreu quando Marx, a partir da primavera de 1850, encontrou lazeres para se entregar a estudos econômicos e empreendeu, primeiramente, o da História econômica dos dez últimos anos. Desse modo, ele extraiu, com toda clareza, dos próprios fatos, o que até então não fizera senão deduzir, semi-aprioristicamente, de materiais insuficientes, isto é, **que a crise do comércio mundial, ocorrida em 1847, fôra a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e de março** e que a prosperidade industrial, que voltara pouco a pouco, (...) foi a força vivificante na qual a reação européia hauriu renovado vigor (...) **Não é possível uma nova revolução senão em consequência de uma nova crise. Mas esta é tão certa quanto aquela**”.*²⁷³(grifo nosso)

Esses dois tempos são distintos, mas estão articulados, em formas que são, para o essencial, *imprevisíveis*, porque amadurecem em ritmos que lhes são próprios, únicos e discordantes.²⁷⁴

existia (ou porque tinha acabado de ser superada, ou porque estava em refluxo, ou, ainda, porque não havia emergido) na Suíça, na Polônia, na Península Ibérica, na Escandinávia e na Rússia (dai porque em nenhuma dessas regiões houve revolução). Mas, a alienação dos intelectuais, a fratura – e a crise moral -no interior das classes dominantes existia na França. E existia também, agravada ainda pelo problema nacional, em todo o vasto território formado pelos 39 Estados alemães, pelos sete Estados italianos e, sobretudo, pelo Império Habsburgo.” (grifo nosso) (FLORENZANO, Modesto, **Anotações sobre a Europa em 1848, in Manifesto Comunista, Ontem e Hoje**. Osvaldo Coggiola (org.). São Paulo, Xamã, 1999. p.14-6)

²⁷³ Engels, nesta citação da Introdução de 95, insiste em reestabelecer o vínculo entre a crise revolucionária de 48 na França (sobretudo em Paris, como aliás voltará a ocorrer em 71, e será uma das razões chaves para a derrota da Comuna) na Alemanha e no Império Austro-Húngaro com a crise econômica. Esta preocupação não é, como sabemos, metodologicamente irrelevante: Não é incomum que se critique esta interpretação das relações entre crise econômica e crise revolucionária como ou economicista ou catastrofista. Mas uma interpretação marxista dos tempos da política, das suas acelerações e desacelerações, está indissolivelmente articulada com uma revalorização das oscilações da vida econômica. (ENGELS, Friedrich. “Introdução A Luta de classes na França” In MARX e ENGELS. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, volume1. p.95)

²⁷⁴ *Imprevisíveis* é talvez uma definição perigosa. Permite a leitura de mistério, que não seria apropriada. É melhor a leitura de imprevisíveis por excesso de causalidades, e não por ausência. Na verdade, é intrigante a relação entre crises econômicas e revoluções. As crises econômicas, como sabemos, são fenômenos regulares e quase decenais. É possível inclusive que estejamos assistindo a um processo histórico de abreviamento do movimento de rotação do capital fixo. Evidentemente, não há uma correspondência simples entre esses ciclos e as vagas de ascenso da luta de classes. Mas há regularidades curiosas. Explicuemo-nos. Ainda que o século XX seja por excelência o século das guerras e revoluções (e elas atravessaram impiedosamente todos os continentes e décadas), e mesmo correndo o perigo de querer apreender a realidade em um esquema, o que não é possível, sem cometer erros grossos, não deixa de ser interessante observar algumas circunstâncias das cinco grandes ondas: (a) a de 17/23 que atinge severamente a Europa Central e tem no seu epicentro a Rússia; (b) a dos anos 30 que sucedeu a grande crise de 29 e teve seu epicentro na Alemanha em 33, mas se estendeu para a

E, no entanto, essas duas forças motrizes do processo histórico estão *amalgamados no sentido de uma unidade substantiva do tempo* que se desenvolve por uma multiplicidade de determinações. Assim como a crise econômica incide sobre as lutas de classes, porque abre e precipita a crise social, as lutas de classes também incidem sobre o processo econômico, e definem os limites e as atitudes recíprocas das classes, sua maior insegurança ou determinação na luta.

3.O debate sobre época e a época do debate.

3.1. Há cem anos, Bernstein abre o debate sobre época: a estrategização da tática e a teoria dos campos progressivos.

Foi somente na virada do século que a discussão sobre as características da transição (se gradualista ou revolucionária); as perspectivas da crise (se improvável ou iminente); e a natureza da época (se progressiva ou revolucionária), ou seja, sobre a vigência ou não dos prognósticos contidos na obra dos fundadores do marxismo (e as estratégias que delas decorriam, como hipóteses de trabalho político), se abriu no interior

Espanha e França (guerra civil e frente popular); (c) a que se precipita ao final da Segunda Guerra Mundial, se estende pelo Mediterrâneo e tem o epicentro na Itália e nos Balcãs;(d) a de 68/79, e que é contemporânea do esgotamento da onda longa de crescimento do pós- guerra, e que se abre com o Maio Francês, passa pela década vermelha na Itália, revolução dos Cravos e crise do franquismo, e nos países dependentes pela derrota americana no Vietnã, e, finalmente, em 79, culmina com a revolução sandinista e a queda do Xá no Irã; (e) a vaga de 89/91 que atingiu a URSS e o leste europeu. São em primeiro lugar fenômenos internacionalmente articulados. *Dois estão associadas à crise do sistema inter-estados ao final de guerras mundiais*, quando esteve em jogo a construção de uma nova ordem mundial. *Outras duas coincidem com o fim das fases ascendentes das últimas duas ondas longas Kondratiev*, quando às crises econômicas do ciclo curto se uniram à crise sistêmica de acumulação de longa duração, e se abre um quadro de depressão prolongada que exige novas condições históricas para um relançamento sustentado do crescimento. A última, *a exceção*, não ocorreu na área de dominação capitalista. É aquela que atingiu a URSS e a região sob sua influência, que com alguma razão foi jornalisticamente denominada de “ cárcere dos povos ”(pela exacerbação da luta nacional nos Balcãs, e em todo o leste europeu) e teve, como fermento histórico, por um lado, a preservação do domínio capitalista sobre o mercado mundial, e por outro, as sequelas sociais de uma crise de subprodução insuperável, expressão de uma desigualdade que os regimes burocráticos não podiam mais mascarar, e de uma opressão política intolerável. Alguma razão tinha o velho Engels...

da Internacional, ou melhor, do SPD alemão, pela iniciativa de Bernstein. Esta discussão ficou conhecida como a querela do revisionismo.²⁷⁵

Bernstein fez, pela primeira vez, no campo do marxismo, o que depois seria recorrente, pelos mais diferentes e inesperados caminhos: *a estrategização do que antes era somente uma tática* (a “tática alemã” tão elogiada por Engels, porque tinha transformado o partido operário em um partido com influência de massas), *a utilização da legalidade, como um alibi, da adaptação ao regime da democracia*. Esse era o eixo central de sua estratégia política: a participação eleitoral, as coligações, o fortalecimento dos sindicatos, etc..., estavam subordinados a uma escolha programática prévia e

²⁷⁵ O termo revisionismo (assim como a qualificação de ortodoxo, por razões inversas), se presta a confusões e exige algum esclarecimento. Adquiriu uma conotação pejorativa, de alguma maneira. Em função da vitória de Outubro, ficou, freqüentemente, associado a reformismo e a oportunismo. Mas existiram e existem diferentes tipos de revisionismo. Toda e qualquer corrente teórico-política que não se tenha esterilizado vive um permanente processo de revisionismo e, nesse sentido, todos os pensadores marxistas foram revisionistas, pelo menos, em alguma medida. Porque por revisionismo, não se deveria entender, estritamente, nada além de um processo de revisão de idéias anteriormente estabelecidas. Qual o significado, ou a substância da revisão, é algo que só pode ser analisado em cada caso concreto. Nesse sentido, o próprio Marx foi, portanto, revisionista, permanentemente, da sua obra. E não poderia ter sido de outra maneira, a menos que se recusasse peremptoriamente, a reavaliar as mudanças que ocorriam na realidade que o cercava, e não aceitasse readequar as suas idéias a essas transformações. Assim, uma interpretação da obra de Marx que desconheça que se trata de um pensamento em construção seria, como é óbvio, um disparate. Por outro lado, todavia, merece ser observado, que revisionismo não é o mesmo que reformismo, e reformismo por sua vez não é o mesmo que oportunismo. *O reformismo é uma doutrina política e o oportunismo um comportamento político*. Nem todos os reformistas foram oportunistas, nem todos os oportunistas eram reformistas. Assim, por exemplo, existiram variados tipos de reformismo, com as mais diversas fundamentações teóricas, mas coerentes. Já o oportunismo político, deriva de uma idéia mais simples, e sobretudo responde a pressões mais imediatas. Consiste no aproveitamento de oportunidades, e sempre se manifestou nos mais distintos graus, em praticamente toda e qualquer corrente política, que tenha conquistado influência de massas, como processo de adaptação às pressões das circunstâncias e dos momentos. Por definição, portanto, o oportunismo é errático, se for incorrigível. Mas são fenômenos essencialmente diferentes na sua natureza. Todas as tendências políticas da história, marxistas ou não marxistas, mais revolucionárias ou menos revolucionárias, sofreram pressões oportunistas poderosas e sucumbiram, em algum momento, e em alguma medida, a essas pressões, que são inerentes à atividade política. A querela do revisionismo ficou, entretanto, eternizada por essa denominação, porque foi a primeira grande polêmica, no coração do movimento operário organizado da época, que colocava em cheque, os fundamentos “graníticos” da teoria e do programa do marxismo. Por último, também pode se dizer que de alguma maneira o debate sobre o revisionismo nunca se encerrou e até hoje permanece atual, porque Bernstein estabeleceu uma referência teórica que foi depois sistematicamente retomada, mesmo sem que seus escritos sejam explicitamente reivindicados. Um exemplo do seu pioneirismo na elaboração dos fundamentos do reformismo político de inspiração marxista é o uso do hoje consagrado conceito de cidadania. A seguir uma crítica de Rosa Luxemburgo a essa noção: *“Mas, para Bernstein a própria palavra “burguês” não é expressão de classe, e sim noção social geral. Isso significa apenas que, lógico até o fim, ele trocou também – com a ciência, a política, a moral e o modo de pensar – a linguagem histórica do proletariado pela da burguesia. Classificando de “cidadãos”, indistintamente, o burguês e o proletário, e, por conseguinte, o homem em geral, êste se lhe afigura, na realidade, idêntico ao próprio burguês, e a sociedade humana idêntica à burguesa”* (grifo nosso)(LUXEMBURGO, Rosa, **Reforma e Revolução** in **Reforma, Revisionismo e Oportunismo**, Rio de Janeiro, Laemmert, 1970, p.74)

confessa: *respeitar os limites da democracia monárquica prussiana*. O SPD permaneceria, contudo, como um partido de oposição. Mas oposição ao governo, não ao regime, portanto, as mobilizações e ações diretas no terreno da luta de classes, impulsionadas sobre controle, para não desbordarem, deveriam se subordinar, a qualquer custo, à lógica de quem não pretende uma revolução, mas a conquista de mais reformas, nos marcos do regime político. Esta nova teoria política, *a defesa da democracia como um campo histórico progressivo*, era justificada, em função das mudanças na realidade objetiva, que tornava desnecessária e obsoleta a velha estratégia. em um primeiro momento, contra a corrente, aparentemente.²⁷⁶ Mas só aparentemente, porque os ventos históricos sopravam a seu favor.

Vejamos os fundamentos teóricos desta teoria da democracia, como um campo histórico progressivo. Nas *“Lutas de classe em França”*, ao retirar as lições das derrotas de 48, Marx tinha anunciado que as perspectivas de reformas (entendidas como concessões progressivas aos trabalhadores), duradouras e perenes, eram muito limitadas. Este vaticínio era coerente com a definição de abertura de uma época revolucionária. Marx pensava que em 48 tinha se encerrado a época das revoluções burguesas (o que se confirmou, para a Europa), e daí retirou a conclusão de que a nova fase histórica, seria a das revoluções proletárias.

Mas a segunda metade do XIX não deu razão a Marx. Ao contrário, foi uma fase de intensas e qualitativas reformas. Abriu-se, sobre as

²⁷⁶ É talvez importante assinalar que, embora as fórmulas sobre a iminência da crise fossem comuns nos documentos da Internacional, a maioria de seus partidos estavam muito longe de retirar as conclusões políticas pertinentes, ou consequentes, pelo menos antes de 1905: *“En el Congreso socialista internacional de Londres de 1896, se aprobó el siguiente párrafo en la resolución sobre las funciones económicas: “En la actualidad el desarrollo económico está tan avanzado que pronto puede sobrevenir una crisis” (...) Es evidente que la “crisis” de la que allí se habla no fue pensada como una crisis comercial ordinaria, como las que muchas veces ha experimentado ya la sociedad moderna, sino como la verdadera crisis, la gran crisis histórico-mundial, que supone la quiebra de no muchas empresas capitalistas, sino del conjunto de la economía capitalista”* (grifo nosso) (BERNSTEIN, Eduard. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia*. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p. 66)

cinzas de 48, uma época de reformas, um intervalo histórico, em que as forças produtivas continuaram se desenvolvendo, e de tal maneira, que foi possível, em quantidade e qualidade, imensas concessões ao proletariado em formação. O critério de periodização estando correto, porque estabelecia um marco objetivo, para a reflexão sobre as medidas do tempo da transição, não impediu que o *prognóstico histórico-político apoiado em uma caracterização errada se revelasse também equivocado*. Esse processo inesperado, que permitiu a existência de um movimento operário expandindo conquistas, através do uso da legalidade, não podia deixar de alimentar discussões. Vejamos quais eram os termos da controvérsia.

Bernstein provocou o debate com a publicação em 1899 de seu livro *“As premissas do socialismo e as tarefas da social democracia”*, antecipada por um conjunto de artigos que ficaram conhecidos como “Problemas do socialismo”, divulgados na revista do SPD *“Die Neue Zeit”*, entre 96 e 98, dirigida por Kautsky. Defendia, pela primeira vez no marxismo, a necessidade do SPD se transformar em um partido da reforma social: apoiando os esforços de organização de cooperativas de consumo, estimulando a elevação das condições materiais e culturais de existência do proletariado e lutando pela ampliação dos espaços de democracia política.²⁷⁷ Acusa a perspectiva de uma revolução social na Alemanha de revolucionarismo blanquista, um resíduo de idealismo utópico-idealista-hegeliano.

²⁷⁷A seguir uma passagem de um ensaio biográfico de Lenin, em que Trotsky recorda a sua chegada a Londres, e a preocupação de Lênin, já em um primeiro passeio, em saber as repercussões entre os presos e exilados, da polémica dentro da social democracia alemã: *“Além do mais, como se compreende, não fora para isso que Vladimir Ilitch me tinha arrastado para esse longo passeio. O seu objectivo era conhecer-me e submeter-me a um exame. O exame versou efectivamente “todas as matérias do curso”. Respondi às suas perguntas descrevendo a composição do contingente exilado no Lena e dos agrupamentos que no seu interior se desenhavam. A grande linha de separação das tendências definia-se então pelas opiniões que se professavam sobre a luta política activa, o centralismo de organização e o terror. “Bem, mas há divergências teóricas sobre a doutrina de Bernstein? – perguntou Vladimir Ilitch. Contei que tínhamos lido o livro de Bernstein e a réplica de Kautski – tínhamos lido isso na prisão de Moscovo e depois nos locais de deportação. Nem um só marxista, entre nós, havia e levado a voz em defesa de Bernstein. Achava-se, como coisa evidente, que Kautski tinha razão.”* (grifo nosso)(TROTSKY, Leon, **Lenine**, Lisboa, editora &ETC., 1976, p.16)

Quais eram os seus argumentos? Ele partia de uma avaliação histórica, a rigor, inquestionável: a definição de época, não só não tinha se confirmado, mas ao contrário, o capitalismo tinha conseguido fazer substantivas concessões e elevado as condições de vida materiais e culturais dos trabalhadores. Não só não se tinha confirmado, a hipótese de uma tendência irreversível à crise, no sentido de uma ruína catastrófica, como a expansão vigorosa das forças produtivas, o crescimento dos mecanismos financeiros de acesso ao crédito, a modernização dos meios de comunicação e a formação dos trustes e cartéis, tinham ampliado as possibilidades de auto-regulação do capitalismo, e as crises comerciais do passado, podiam ser consideradas como turbulências infantis do sistema, que teriam sido superadas na nova fase de prosperidade.

*A sua escolha pelo tempo do presente como única medida, esteve na raiz tanto de seus acertos quanto de seus erros: frequentemente os critérios políticos sucumbem ao impressionismo das pressões do momento, quando desamparados das âncoras teórico-históricas. Bernstein pode ser considerado, de alguma forma, como um Lutero do marxismo. Mas expliquemo-nos: ao contrário de uma revisão *progressiva* (precursora de um movimento histórico), fez uma revisão *regressiva* (que retoma os principais temas do socialismo pré-marxista).*

Assim, portanto, segundo Bernstein, a história não tinha confirmado a teoria da crise econômica formulada por Marx, interpretada nos círculos socialistas ortodoxos da Segunda Internacional como teoria do colapso (*zusammenbruchstheorie*), e não era surpreendente que a questão da conquista do poder não tivesse sido colocada, no período anterior, em nenhum país, na ordem do dia²⁷⁸. Retirava como conclusão prospectiva que a

²⁷⁸. A seguir alguns extratos de Bernstein que ilustram como estava disposto a ir até ao fim na polémica sobre a natureza da época, que aliás era o ponto mais forte de sua argumentação ou seja, até questionar Marx e seu método: “*La frase (...) que Plejánov me echa en cara, dice que si se abandona la afirmación de que la situación del obrero en la sociedad moderna no tiene esperanza, el socialismo pierde sus estímulos revolucionarios y termina por dedicarse a un programa de reivindicaciones legales (...) Plejánov (...) me coloca entre los "adversarios del socialismo científico", porque no juzgo desesperada la situación del obrero y porque acepto la posibilidad de mejorarla y algunos otros*

época histórica de reformas progressivas continuaria aberta, para um horizonte não previsível. Os avanços obtidos na luta por mais direitos democráticos, em franco progresso desde 1890 com a suspensão das leis anti-socialistas e a saída de Bismarck, os progressos do movimento sindical e cooperativo, os sucessos eleitorais da social democracia, eram em si mesmos, a melhor demonstração das possibilidades de garantir de forma sustentada novas conquistas sociais dos trabalhadores.

Segundo Bernstein, essas mudanças, permitiriam uma crescente redução das desigualdades, e ampliação do mercado, incorporando as massas, a novos patamares de consumo que atenuariam os efeitos mais severos da superprodução. A hipótese política estratégica que defendia a

hechos comprobados por los economistas burgueses. Una teoría o una declaración de principio que no es suficientemente amplia como para permitir, en cada etapa de su desarrollo, percibir los intereses inmediatos de la clase trabajadora, siempre se verá combatida; del mismo modo que toda renuencia a trabajar por las pequeñas reformas y a aceptar el apoyo de los partidos burgueses más cercanos se ha dejado sistemáticamente en el olvido. Cosa que no impide que en los congresos del partido tengamos que encontrar sistemáticamente la queja de que, en la campaña electoral, no siempre se haya puesto de relieve en forma suficiente el objetivo final del socialismo.” Como se pode concluir o tema da progressividade da época tinha evidentes corolários políticos aos quais Bernstein não se furtava, como as alianças eleitorais policlassistas e a inoportunidade dos slogans mais vermelhos. Na seqüência, a crítica a Marx, que vale destacar, tem no seu centro uma denúncia da dialética como um resíduo hegeliano: “*La tesis de la "situación desesperada" del obrero se lanzó hace más de cincuenta años (...) Por este motivo es comprensible que Marx identifique, en la Miseria de la filosofía, el salario natural con el mínimo de subsistencia; que en el Manifiesto comunista se diga categóricamente que "el obrero moderno, por el contrario, en lugar de elevarse junto con el progreso de la industria, se hunde cada vez más por debajo de las condiciones de su clase. El obrero se empobrece y el pauperismo se desarrolla aún más rápidamente que la población "la riqueza"; y que finalmente en Las luchas de clases se diga que el más pequeño mejoramiento de la situación del obrero "en el ámbito de la república burguesa sigue siendo una utopía(...)* Se me puede objetar que, si Marx ha reconocido sin duda la existencia de esos progresos, el capítulo final del primer libro de El capital, concerniente a la tendencia histórica de la acumulación capitalista, demuestra sin embargo qué poco habían influido estos detalles en su concepción básica. **A lo que yo replicaría que esto, en el caso de que fuera exacto, es una prueba contra dicho capítulo y no contra mí.**(...) En mi opinión, el capítulo revela más bien un dualismo que circula por toda la obra monumental de Marx(...) Un dualismo que consiste en esto: en que la obra pretende ser un análisis científico a pesar de tratar de demostrar una tesis ya bien definida mucho antes de que la obra hubiera sido concebida; en que ésta se basa en un esquema en el que el resultado al que debía conducir el desarrollo ya se ha conseguido de manera anticipada. El retorno al Manifiesto comunista denota aquí un residuo efectivo de utopismo en el sistema de Marx. Marx había aceptado sustancialmente la solución de los utopistas, pero había considerado insuficientes los medios y las pruebas. Se dedicó, pues, a su revisión con la asiduidad, el rigor crítico y el amor a la verdad propios del genio científico(...) Pero cuando Marx llega a tocar los puntos en que dicho objetivo final se pone seriamente en duda, pierde su seguridad e infalibilidad y se cae entonces en contradicciones(...) **Es el momento en que advertimos que, en el fondo, esta gran mente científica se encontraba prisionera de una doctrina.**” (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia.** Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982, p.261/4/5, grifo nosso.)

perspectiva de um desmoronamento da ordem política, sob o impulso de uma crise social incontável, provocada pela irrupção de uma crise econômica catastrófica seria uma quimera. A revolução não estava no horizonte. *Um importante acerto de balanço e um erro fatal de previsão.*²⁷⁹

Esta é uma das ironias do debate sobre época: Marx previa uma época revolucionária e abriu-se uma época de reformas, Bernstein previa uma época de reformas e abriu-se uma época revolucionária...Expliquemo-nos: *se as conclusões às quais chegaram estavam*

²⁷⁹ Sobre o marco histórico em que se desenvolve a discussão sobre época no partido alemão, e mais precisamente, sobre a dialética de vitórias e derrotas das lutas dos trabalhadores, vale a pena conferir esta lúcida análise de Moreno. Ela inverte a famosa concepção evolucionista e simplificadora, de que a luta do movimento operário consistiria em um longo caminho de aprendizagem, de acumulação de pequenas vitórias parciais, que preparam a vitória final, e destaca como as quatro décadas de vitórias (iniciadas em meados dos anos 70 do XIX), culminaram em uma derrota histórica, a Guerra Mundial, que abalou os alicerces da civilização. O conceito de derrota histórica, em especial, merece uma atenção redobrada, porque é frequentemente desprezado, embora sua importância seja crucial: *“Os trabalhadores não deixaram de lutar(...) Graças a essas heróicas lutas, a classe operária dos países avançados alcançou conquistas democráticas colossais, e mínimas (por exemplo, a jornada de oito horas e o direito de voto), e o surgimento de poderosas organizações sindicais e políticas. É verdade, também, que essas conquistas foram arrancadas ao imperialismo quando este estava se enriquecendo graças á exploração dos países atrasados, o que lhe permitia concedê-las sem colocar em perigo sua própria existência. É por isso que essa primeira etapa da luta do proletariado mundial contra o imperialismo adquire, salvo exceções, um caráter reformista, não-revolucionário, de acumulação quantitativa de vitórias e conquistas no interior do próprio capitalismo, a quem não questiona e de quem não se propõe arrebatar o poder. Nada disso significa que a burguesia fizesse concessões por conta própria. Pelo contrário, cada avanço do proletariado foi produto de uma encarnizada luta contra ela.(...)Quando já não havia países atrasados para repartir, os bandidos imperialistas se enfrentaram na Primeira Guerra Mundial, para decidir quem iria dominar o mundo colonial e capitalista. Esse tremendo confronto foi a nova expressão da crise capitalista, que até então havia se manifestado somente na forma de crises cíclicas(...) A crise da ordem capitalista mundial foi paga pelo proletariado com seu próprio holocausto. Os 50 anos de vitórias, de acumulação de conquistas, transformaram-se, da noite para o dia, na primeira grave derrota histórica da classe operária. Porque a Primeira Guerra Mundial foi isso: uma terrível derrota histórica da classe operária mundial.”* (Moreno, Nahuel, **Teses para a atualização do programa de transição**, São paulo, CS Editora, 1992, p.14/5, grifo nosso.) A importância teórica do tema das derrotas históricas, que impõem enormes atrasos nos prazos históricos, inversão de etapas, estendem por longos períodos, a resolução de tarefas que permanecem adiadas pelas oportunidades perdidas, prolongam de forma indefinida as épocas de transição, pode ser apreciado nesta sugestiva passagem de Wallerstein sobre o significado terrível, para a França, do que ele denomina uma “batida em retirada” da burguesia: “El profundo dilema de una burguesía amenazada con la insurrección por la izquierda, por así decirlo, y que tenía una alianza entre sus dos grupos oponentes, bajo la forma de exigencias regionalistas, ha quedado ilustrada en nuestras discusiones sobre la Francia del «segundo» siglo XVI. **La burguesía optó allí por una retirada temporal. Tal vez no tenían ninguna otra alternativa viable. Pero esta retirada había de tener consecuencias a largo plazo en el posterior radicalismo social de 1ª revolución francesa (por momentáneo que fuera) y en el retraso a largo plazo del desarrollo económico de Francia con respecto a Inglaterra.**” (grifo nosso) (WALLERSTEIN, Immanuel. **El Moderno sistema mundial, la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI.**

equivocadas, *Bernstein foi mais marxista no método do que a maioria dos seus adversários na análise do período histórico anterior.*²⁸⁰ É inegável que há pelo menos vinte anos, as lutas dos trabalhadores nos principais países europeus, (que tinham permitido a constituição do movimento operário como o principal movimento social, através de grandes combates de classe, pelo direito de voto, pela redução da jornada, etc...) vinham obtendo e consolidando conquistas sucessivas.²⁸¹

volume1, Mexico, SigloXXI, 1979, p.495-6)

²⁸⁰ Os critérios de Bernstein neste terreno metodológico, olhar a realidade como ela é, mesmo quando se revela amarga, e contradiz nossos prognósticos, ou dos mestres que nos inspiram, são a rigor irreprensíveis. Claro que um dos seus recursos polêmicos foi o de sistematicamente evocar o método marxista contra as conclusões teórico-políticas de Marx, e sistematicamente mostrar como Marx não hesitava em ser revisionista de si mesmo, se chegava a novas conclusões. De qualquer forma é inquestionável a forma como Bernstein recusava os argumentos de autoridade, inaceitáveis em uma discussão séria entre socialistas: *“Naturalmente estoy muy lejos de compararme con el pensador Marx. Pero no se trata aquí de mi mayor o menor inferioridad respecto a Marx. Cualquiera puede tener razón contra Marx, a pesar de no tener su cultura ni su inteligencia. El problema consiste en si los hechos por mí comprobados son exactos o no y si respaldan las conclusiones que extraje de ellos. Como se habrá visto, ni siquiera una mente como la de Marx se ha librado del destino de tener que modificar considerablemente, en Inglaterra, sus opiniones preconcebidas. También él, en Inglaterra, se convirtió en el apóstata de ciertas ideas que había llevado.”* (grifo nosso) (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia.** Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.264)

²⁸¹ Este debate já tinha se aberto pela primeira vez na organização proletária francesa, a Federação dos trabalhadores socialistas, que em 1881, depois de um revés eleitoral, realiza em Saint Etienne um congresso no qual se conformam duas correntes: a minoritária, dirigida por Jules Guesde, e os communards anistiados e genros de Marx, Paul Lafargue e Longuet, que se reivindicam marxistas, e a maioria, que passou à História com o nome de possibilistas, e defendia como critério ter no centro do programa as reivindicações que no imediato fossem possíveis, ou seja, relegar a agitação da necessidade do socialismo e a perspectiva da luta pelo poder, pela necessidade ou possibilidade de arrancar o maior número de concessões, na prática, **a defesa exclusiva de um programa mínimo.** A este propósito, é interessante conferir esta passagem da clássica biografia de Marx de Franz Mehring, que indica o tom das discussões de Marx, sua irritação e impaciência com as pressões possibilistas, que depois se revelariam irresistíveis, ou mesmo , incontroláveis: *“Guesde se trasladó a Londres en la primavera de 1880 para redactar, con Marx, Engels y Lafargue, el programa electoral del nuevo Partido. Recayó acuerdo sobre el llamado programa mínimo, que, tras una breve introducción, consagrada a explicar en pocas palabras el ideal comunista, sólo contenía, en su parte económica, reivindicaciones derivadas directamente del movimiento obrero. Sin embargo, no hubo unanimidad acerca de todos los puntos; como Guesde insistiese en que se diese entrada en el programa al postulado de un salario mínimo señalado por la ley, Marx objetó que si el proletariado francés era todavía tan pueril que necesitase de esos cebos, no merecía la pena perder el tiempo en redactar para él un programa. Pero no hay que tomar esas palabras demasiado al pie de la letra. En conjunto, Marx veía en aquel programa un gran paso de avance que había de contribuir considerablemente a sacar a los obreros franceses de sus nieblas fraseológicas para traerlos al terreno de la realidad, y de la oposición que este programa provocaba, así como de las adhesiones que recibía, deducía él que en Francia se estaba gestando el primer auténtico movimiento obrero. Hasta entonces, no habla habido mas que sectas, que naturalmente habían tomado sus fórmulas y soluciones de sus respectivos augures, mientras la masa proletaria seguía a los burgueses radicales o que se habían pasar por radicales, lanzandose a la lucha por ellos en las jornadas decisivas para ver*

Assim a realidade, para Bernstein, estaria impondo a necessidade de uma revisão teórica da doutrina, e uma nova perspectiva: no terreno da luta de classes, uma acumulação de forças gradualista, que deveria abrir o caminho para concessões sociais cada vez maiores e mais avançadas, acompanhada de um progresso eleitoral evolutivo. A experiência histórica teria, portanto, segundo Bernstein, desautorizado a definição de época revolucionária e demonstrado que as reformas, não somente eram possíveis, como deveriam ser o centro do programa de ação dos partidos operários. Em conseqüência, esses estavam chamados a renunciar às tarefas revolucionárias que questionassem a propriedade privada.²⁸² Em outras palavras, o argumento de Bernstein, também pioneiro, nessa questão, era que os partidos da Internacional deveriam adaptar o seu discurso *programático* à prática *política* que já vinham desenvolvendo. E, nesse sentido, deveria assumir os limites históricos da época, e mudar o seu programa.²⁸³ Essas eram as conclusões chaves da polêmica aberta por Bernstein. Por quê dizemos, que as premissas sendo verdadeiras, conduziram a conclusões

cómo, al día siguiente, aquellos mismos a quienes había elevado al Poder, la ametrallaban, encarcelaban y enviaban al destierro.” (grifo nosso) (MEHRING, Franz. **Carlos Marx, História de su vida**. Terceira edição, tradução do alemão de W. Roces. Barcelona, Gijalbo, 1983, p.536-7)

²⁸² Sobre o significado da reformas conquistadas, e em que medida elas poderiam ser interpretadas como um fenômeno transitório, concessões sempre ameaçadas, ou conquistas perenes, vale conferir o próprio Bernstein, e como era consciente dos riscos de suas conclusões otimistas tão peremptórias “*Se puede interpretar en el sentido de que, todos los mejoramientos ya mencionados y los que eventualmente puedan seguirse, no son más que paliativos temporales contra las tendencias opresivas del capitalismo; que adquieren el significado de modificaciones irrelevantes, impotentes para oponerse seriamente en el largo plazo a la agudización de los contrastes descrita por Marx, y que esta última terminará más bien por producirse -si no detalle por detalle, por lo menos en lo sustancial- de la manera descrita y llevará a la revolución catastrófica prevista.*” (grifo) (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia**. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.265).

8. É interessante observar como Bernstein utiliza o exemplo dos cartistas para condenar o que considerava o inútil e anacrônico revolucionarismo de palavras da social democracia alemã. O tema do branqueamento ou avermelhamento do discurso, um dos dilemas dos partidos operários de massas, como sabemos, revelou-se recorrente, ao longo do século XX: “*Además, repito, cuanto más decidida esté la socialdemocracia a manifestarse tal cual es, más aumentarán sus perspectivas de llevar a cabo las reformas políticas. En política, el miedo es ciertamente un factor importante, pero se engañan los que creen que pueden lograr todo despertando el miedo. Los obreros no obtuvieron el derecho de voto cuando el movimiento cartista llevó al extremo su actitud revolucionaria, sino cuando fue desapareciendo el eco de los tiroteos revolucionarios y cuando se alinearon con la burguesía radical en la lucha por las reformas.*” (grifo nosso) (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia**. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.256-7)

equivocadas, como tantas vezes antes, e muitas vezes depois? Porque Bernstein, cometeu um erro fatal para os marxistas, ignorou a *dinâmica do processo*.

Hoje, não existem razões sérias para duvidar, que o final do século passado teria sido uma fase de boom econômico.²⁸⁴ Gigantescas massas de capital, concentrados em uma proporção até então desconhecida, se objetivam na produção, buscando vantagens comparativas em diferentes países. Desde meados da década de 90, o capitalismo viveu uma longa onda expansiva, que tem seus fundamentos no que se caracterizou historicamente como o imperialismo moderno, uma nova vaga e uma nova fase de internacionalização do mercado mundial, que em primeiro a segunda revolução industrial²⁸⁵: a produção massiva e barateada do aço que dará um

²⁸⁴. É curioso como não existe uma polêmica historiográfica sobre a progressividade/regressividade em relação à “*belle époque*”: a urbanização acelerada, a elevação da expectativa de vida, o aumento da escolaridade média, a redução da jornada de trabalho, aparecem como ganhos civilizatórios inquestionáveis. E certamente o foram. Entretanto em algum momento da década de 90 ou início do novo século, pareceria que o processo estancou. Então, os elementos progressivos pareceriam ter sido bloqueados, e os elementos regressivos, o imperialismo moderno, a ameaça de guerra, a concorrência econômica entre os monopólios e a desestruturação do equilíbrio anterior dentro do sistema inter-estatal, parecem assumir a frente do palco. Já sobre o boom econômico do pós guerra, o período chave de desenvolvimento do capitalismo neste século, um intervalo de crescimento entre duas depressões prolongadas, existe uma intensa discussão, muito interessante na verdade. Contra a corrente, Wallerstein tem sido o lanceote de uma cruzada contra a muito assentada tese, até meio romantizada talvez, dos 30 anos de ouro, ou trinta gloriosos (porque esquece que a desigualdade no interior do sistema inter-estatal não fez senão aumentar no período, excluindo o mundo semi-colonial e dependente, onde vivem 80% da população mundial, das vantagens do salto que os países centrais conheceram no período). Vale a pena conferir os critérios e as medidas que o movem, sempre tendo como critério o sistema à escala mundial. De qualquer forma, mesmo que as conclusões que sugere Wallerstein não estejam correctas, o tema dos booms econômicos capitalistas merece uma maior reflexão : “ *É muito difícil de medir. Você tem de medir em termos de quantidade real de comida para comer, de espaço para usar, de recursos naturais para aproveitar e até de longevidade. Eu não estou completamente convencido de que a longevidade aumentou.(...) Não estou convencido de que as pessoas que atingem os 5 anos vivem mais do que elas viviam antigamente.(...) Digamos que sou uma voz dissidente sobre a obviedade das melhorias do capitalismo*” (WALLERSTEIN, Immanuel. In Caderno Mais, Folha de São Paulo, 17-10-1999)

²⁸⁵ Existe o perigo de uma aproximação equivocada e unilateral ao tema da segunda revolução industrial: a tendência a deslocar a impressionante explosão no crescimento das forças produtivas do marco da luta de classes, do que decorreria a perigosa conclusão que tem como enfoque o progresso técnico-científico como um fenômeno “em si”, **um fetichismo da inovação técnica**. Parece muito séria a idéia que associa a depressão aberta em 1870 a um encarecimento de custos produtivos que tinham na sua raiz a elevação dos salários médios industriais como consequência da escassez de mão de obra que derivava do profundo movimento migratório camponês que atingiu a Europa, na maior vaga que a história humana tinha conhecido até então, algo como 70 milhões de pessoas que em um

enorme impulso à construção naval e à indústria pesada, a substituição do carvão pela eletricidade e pelos combustíveis químicos derivados do petróleo, o motor de combustão interna (que revolucionará os transportes com o automóvel e o avião), o telégrafo, o telefone, etc.... Nos EUA, a segunda revolução americana derrotou o escravismo e garantiu a unidade nacional, removendo os obstáculos que impediam o pleno desenvolvimento do mercado interno. Surge o sistema de produção em linha de montagem, e na Inglaterra, Bélgica e, em menor medida, na Alemanha a classe operária industrial se massificou e se transformou em maioria da população economicamente ativa.²⁸⁶ O impulso do boom econômico alimentou uma política expansionista

período de quatro décadas se deslocaram para os EUA, e em menor medida, para o Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e também para a América Latina..Assim, seria a necessidade de integrar ao processo produtivo industrial grandes massas camponesas sem qualificação, analfabetas, que estaria pressionando no sentido da simplificação das tarefas dentro das indústrias.A avareza capitalista tem sem dúvida um lugar importante na luta de classes e na busca da inovação tecnológica que contraresta a tendência à queda da taxa de lucro. Por outro lado o imperialismo moderno estabeleceu um novo marco de escalas de produção para a indústria, assim como a importação de alimentos deflacionados das colônias permitiu uma importante redução de custos. A esse propósito conferir em Hobsbawm na sua obra “A Era dos Impérios ”: ***“O aumento rápido do salário real, tão característico da Grande Depressão, desacelerou-se visivelmente. Na França e na Grã-Bretanha, houve uma queda efetiva do salário real entre 1899 e 1913. Isso foi uma das causas da tensão e das explosões sociais ressentidas dos últimos anos anteriores a 1914. O que, então, tornou a economia mundial tão dinâmica? Seja qual for a explicação detalhada, a chave do problema está claramente na faixa central de países industrializados e em vias de industrialização, que se estendia cada vez mais na região temperada do hemisfério norte, pois eles agiam como o motor do crescimento global, a um tempo como produtores e como mercados.Esses países agora formavam uma massa produtiva enorme, crescendo e se estendendo rapidamente no núcleo da economia mundial. Agora incluíam não apenas os maiores ou menores centros industrializados em meados do século XIX, em sua maioria se expandindo a taxas que iam de impressionantes a quase inimagináveis – Grã-Bretanha, Alemanha, EUA, França, Bélgica, Suíça, os territórios tchecos – como também mais uma série de regiões que estavam se industrializando: Escandinávia, Holanda, o norte da Itália, Hungria, Rússia e mesmo o Japão(...)*** (grifo nosso) (HOBBSAWM, Eric. **“A Era dos Impérios”**Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.77.)

²⁸⁶ Bernstein foi também pioneiro na defesa das cooperativas, em particular das cooperativas de consumo, já que era mais céptico sobre as possibilidades de sobrevivência econômica das cooperativas de produção. Também nesta questão sua visão diferia pelo vértice dos critérios de Marx. Não porque Marx ignorasse, já no seu tempo, a importância que o movimento cooperativo pode assumir como uma das formas de resistência material, e um dos caminhos de construção de solidariedade e confiança da classe em suas próprias forças. Mas em função da posição de Bernstein face à propriedade privada. No centro da divergência estava a atitude, em geral hostil, de Bernstein diante do programa de expropriação do marxismo, só considerada do ponto de vista das “necessidades públicas” e mediante a garantia de indenizações. Entretanto, é necessário assinalar que a posição de Marx face às cooperativas também evoluiu, várias vezes, ao longo de sua vida: (1)em função das experiências concretas das cooperativas: nos anos 50, como se pode depreender da leitura do 18 de Brumário, era céptico sobre as suas perspectivas econômicas, dadas as suas dimensões necessariamente modestas, e a decorrente baixa rentabilidade, podendo na melhor das hipóteses ser um ensaio para acumular experiência; (2) em um segundo momento, nos anos 60, que corresponde à resolução do Congresso de Genebra da Primeira Internacional, defende a importância precursora e educativa das cooperativas como forma socializada de produção e apropriação; (3) já na crítica ao programa de Gotha, Marx é

que estendeu aos últimos rincões do planeta a penetração das potências que repartiram entre si o botim do controle da economia mundial.

Este processo de colonização esteve na raiz de três fenômenos distintos: *a forma relativamente pacífica* da evolução política do período, sem grandes sobressaltos e conflitos entre as potências imperialistas; *a forma relativamente atenuada* das breves interrupções abertas pelas crises cíclicas; *a forma progressiva* em que as concessões podiam ser feitas aos trabalhadores das metrópoles, por via de uma acumulação quantitativa de conquistas que não ameaçavam a preservação do sistema. Mas o fenômeno do imperialismo, que esteve na raiz desses três processos, escapou a Bernstein na sua verdadeira dimensão.²⁸⁷

severo em relação às cooperativas, provavelmente como resultado de uma dupla reflexão, (a) as conclusões político- revolucionárias que retirou da derrota da Comuna, que o levaram a colocar de novo o acento na necessidade de um programa centrado no eixo da disputa do poder político, e (b) por considerar importante que o partido alemão se libertasse dos elementos de Lassaleísmo, ainda muito presentes depois da fusão, e por encarar com reservas as reivindicações formuladas pelo “possibilismo”, e, por último, deve ter pesado o balanço do impasse a que tinha chegado o movimento cooperativo na Inglaterra, frustrando as esperanças iniciais; (4) Por último, a sua posição final, resultado portanto de uma longa reflexão e várias oscilações, é a famosa passagem do livro III do Capital (cuja transcrição se pode encontrar no primeiro capítulo deste trabalho) em que retorna a um posicionamento esperançoso, e desenvolve a hipótese de que as cooperativas poderiam ser um elemento de antecipação do processo e das formas de socialização da propriedade. A seguir, o trecho de Bernstein : “*El hecho de que Marx no haya ahondado en su crítica a la cooperativa se debe a dos circunstancias. En primer lugar, cuando escribía, no se habían realizado suficientes experimentos con las distintas formas de cooperativa como para permitirle emitir un juicio bien fundado. Sólo se había presentado el fracaso total de los bazares de cambio que pertenecían todavía a un período anterior. En segundo lugar, la oposición de Marx no estaba exenta de prejuicios teóricos, pues de otra manera hubiera podido, con su amplitud teórica de miras, ir más allá del socialista superficial que se contentaba con etiquetas tales como "asociaciones de obreros y pequeños patrones". Su gran fuerza analítica se encontraba prisionera de la doctrina ya desarrollada o, si se me permite la expresión, de la fórmula de la expropiación. La única que gozaba de sus simpatías era la forma de cooperativa que representaba la antítesis más directa del empresario capitalista. De ahí que aconsejara a los obreros dedicarse a las cooperativas de producción, ya que éstas atacaban al sistema económico vigente en sus mismos cimientos. Esto concuerda perfectamente con la dialéctica y guarda una perfecta correspondencia formal con la teoría social que parte de la producción como factor que en última instancia determina la forma de la sociedad. Y guarda también una abierta correspondencia con la concepción que encuentra en la antítesis entre trabajo ya socializado y apropiación privada, la contradicción básica del modo moderno de producción, que presiona al mismo tiempo por la solución de la antítesis misma. La cooperativa de producción se presenta como una solución práctica de dicha antítesis en el ámbito de la empresa individual.*” (grifo nosso) (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia.** Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.194)

²⁸⁷ Os principais erros teóricos e políticos de Bernstein tiveram na sua raiz a apreciação equivocada da época. Ao errar sobre a natureza da época do imperialismo, todas as conclusões derivadas desmoronaram: previu um período de paz continuada, e vieram as duas guerras mundiais, previu um período de estabilidade democrática, e veio o nazi-fascismo, previu um período de menos crises

A luta operária legalizou os partidos de esquerda, oferecendo uma sempre renovada base de massas aos sindicatos, e conquistas históricas ganham perenidade: a redução da jornada de trabalho, o direito de associação e organização, e o direito de greve, a universalização crescente do ensino primário, e finalmente, mas não menos importante, parcelas cada vez maiores do proletariado conquistam o direito de voto. A expansão das liberdades cívicas, e dos direitos democráticos, estava na raiz da proposta de Bernstein de conquista da cidadania, como eixo do programa.²⁸⁸

econômicas convulsivas, e veio 29. Do mesmo erro se desdobraram as apreciações sobre a colonização. É necessário recordar, todavia, que Marx tinha considerado com ambigüidades, ou melhor, com restrições relativas, não absolutas, o processo de afirmação da hegemonia inglesa sobre o mercado mundial. A obra de penetração capitalista nas áreas mais remotas do mundo foi considerada, em alguma medida, como progressiva, mesmo se realizada com métodos reacionários, e acompanhada das crueldades da conquista. Bernstein mantinha uma apreciação desse tipo, cinquenta anos depois. Por isso é plausível considerar que lhe fugiu a compreensão da verdadeira dimensão do problema colonial. Por outro lado, a pressão ideológica dominante era unânime, na consideração da conquista colonial como uma necessidade da luta da civilização contra a barbárie, e essas premissas eram influentes nos círculos socialistas dos países centrais.

²⁸⁸ O conceito de cidadania se presta às mais distintas interpretações e está, ainda hoje, imerso em polêmicas teóricas e política. A seguir um excelente fragmento de um estudo recente que apresenta os marcos históricos da utilização do conceito: *“A cidadania foi uma idéia revolucionária para a grande luta que varreu o feudalismo da face da Europa Ocidental entre os séculos XVII e XIX. Significava o fim das distinções de 'sangue' e títulos. Traduzia em uma palavra a idéia radical de acabar com os privilégios usufruídos pela nobreza e pelo clero durante a Idade Média. Em particular, Rousseau era o mais radical na condenação dos privilégios e do Antigo Regime. Para ele, os homens estavam divididos em 'cidadãos' e 'súditos'. Os súditos eram aqueles que, desprovidos de qualquer título ou não sendo de família nobre, estavam por definição, desde seu nascimento, condenados a obedecer, a servir seus superiores, os nobres e os reis, o que era injusto. Isso contrariava o direito à liberdade do homem. Para Rousseau, ao se promover a igualdade jurídica, todos deveriam se transformar em 'cidadãos'. E nenhum homem deveria mais ser diferenciado do outro por sua origem, ou títulos. Não mais haveria o Sr. X ou Marquês Y e uma ampla maioria de pessoas sem título, mas seriam todos cidadãos. Porém, a burguesia que tomou essa idéia para direcioná-la contra a nobreza e a monarquia resistentes à mudança, tratou de manter apenas a dimensão 'jurídica' da igualdade. Uma das referências históricas mais importantes do conceito cidadania está no lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. No desenrolar da Revolução Francesa, no entanto, a burguesia buscou sempre limitar a distribuição do poder, da liberdade e da riqueza.(...) Marx demonstrou como, para a burguesia, era fundamental deixar o trabalhador isolado e reduzido apenas a um indivíduo obrigado a se defrontar com o capitalista como tal, sem a posse dos instrumentos de trabalho, enquanto o capitalista detinha o poder econômico e político. A cidadania burguesa tinha de ser apenas a igualdade formal entre os indivíduos, que se materializaria nos direitos civis, no direito de voto (depois de duras lutas, como as dos sans culottes na França, e dos cartistas na Inglaterra). Não cabe aqui desenvolver como mesmo nesse terreno a burguesia resistiu ao sufrágio universal antes e depois das revoluções burguesas. E como só depois de 70, 80 anos, os operários do sexo masculino conquistaram o sufrágio universal, que só seria estendido às mulheres no século XX. Com a derrubada da nobreza, o indivíduo passava a ser proprietário de si mesmo, não havia mais servidão e escravidão nesses países, o que era, obviamente, um avanço. A propriedade de si mesmo correspondia para a*

Os partidos da Internacional avançam eleitoralmente, em especial na Alemanha. O S.P.D. possui dezenas de jornais, se apóia em uma ampla rede de associações mutualistas, culturais, educativas e recreativas.²⁸⁹ Foi nesse marco, um período de prosperidade prolongada, que se abriu e precipitou o debate sobre a época, e as possibilidades de reformas. Bernstein não poderia ser mais claro sobre o que considerava a duplicidade hipócrita do SPD, quando reivindica a prática política do partido de defesa do programa

*imensa maioria à ausência de propriedade em geral ou, ainda, à separação entre o trabalhador e os meios de produção. No entanto, ao estar privado dos meios de produção, para o trabalhador restaria buscar seus direitos através da ação coletiva, a única esfera em que poderia se opor ao capitalista na disputa pelos frutos do trabalho: a utilização de sua unidade para impor a ameaça da ausência da força de trabalho (a greve) e obrigar o capital a recuar, ainda que parcialmente. Exatamente por isso, o capitalista se opunha decididamente ao direito de coligação ou coalizão, ou seja à possibilidade de associação operária que pudesse se contrapor à força do capital. Contra essa possibilidade, os capitalistas sempre trataram de impor leis duras contra a classe operária, mas que eram justificadas em nome da liberdade individual. Tão necessária era essa imposição para a classe burguesa, que não pôde deixar de ser denunciada por Marx na própria Revolução Francesa: "Logo no começo da tormenta revolucionária, a burguesia francesa teve a audácia de abolir o direito de associação dos trabalhadores, que acabara de ser conquistado. Com o decreto de 14 de junho de 1791, declarou toda coligação dos trabalhadores um atentado à liberdade e à 'declaração dos direitos do homem'. A ser punido com a multa de 500 francos e a privação dos direitos de cidadania por 1 ano.". Marx se refere à Lei Le Chapelier, promulgada justamente após uma greve de operários de Paris de diversos setores profissionais que reivindicavam redução da jornada e aumento de salário. Eles haviam fundado 'sociedades fraternais' para defender-se da exploração e sustentar suas reivindicações, o que alarmou a burguesia. Cabe notar que essa Lei correspondia tanto aos interesses estratégicos da burguesia que ela não foi alterada por 70 anos" (grifo nosso) (WELMOWICKI, José, **O Movimento Operário da década de 80: construção da cidadania ou afirmação de classe?**, dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do IFCH da UNICAMP, 1998)*

²⁸⁹ O retrato humano de Bebel, resgatado da auto biografia de Trotsky, ajuda a que tenhamos a dimensão da autoridade da social democracia alemã do início do século sobre todo o movimento marxista, assim como uma medida da estatura moral e pessoal de Bebel, que era para além de qualquer dúvida o líder político que tinha maior peso nas decisões políticas do SPD: *"En casa de Kautsky asistimos a la fiesta que dieron en honor de Ledebour al cumplir los sesenta años. Entre los invitados, que éramos unos diez, se encontraba Augusto Bebel, próximo ya a cumplir ochenta. Era la época en que el partido estaba llegando a su apogeo. La unidad táctica parecía perfecta. Los viejos registraban los triunfos y miraban con confianza al porvenir. En esta fiesta íntima fue donde tuve ocasión de conocer a Bebel y a su mujer, Julia. Todos los allí presentes, sin excluir a Kautsky, estaban pendientes de los labios del viejo Bebel en cuanto pronunciaba una palabra, y yo no digamos.. Aquel viejo seco parecía hecho de una paciente pero indomable voluntad (...) En sus pensamientos, en sus discursos, en sus artículos, Bebel no malgastaba una sola energía espiritual que no estuviese puesta directamente al servicio de un fin práctico. Y esto era lo que daba una especial belleza y patetismo a su personalidad política. Bebel personificaba esa clase que sólo puede dedicar las horas libres al estudio, que sabe lo que significa cada minuto y asimila codiciosamente lo imprescindible pero sólo eso. ¡Figura humanamente incomparable la suya Bebel murió durante la conferencia de la paz de Bucarest, entre la guerra de los Balcanes y la guerra mundial. Supe la noticia en la estación de Ploishti, en Rumania. Parecía imposible hacerme a la idea de que habla muero. ¿Qué sería de la socialdemocracia sin él? Me acordé de las palabras de Ledebour, que describía la vida interior del Partido Socialdemócrata Alemán en estos términos: "Un veinte por ciento de radicales, un treinta por ciento de oportunistas; el resto, vota con Bebel." (TROTSKY, Leon, **Mi Vida**, Bogotá, Pluma, 1979, p.170) (grifo nosso)*

mínimo, contra os postulados teóricos do programa máximo, reafirmados no congresso de Stuttgart de 1898:

*“Pero, ¿cuál es la opinión del partido después de Stuttgart? Bebel, en su discurso sobre los atentados, rechazó con suma energía la insinuación de que la socialdemocracia podía patrocinar una política de violencia, y todos los diarios del partido registraron con aplausos estos discursos, sin suscitar ninguna protesta. Kautsky, en La cuestión agraria, desarrolla una serie de principios de política agraria de la social-democracia que de principio a fin son principios de reforma democrática, y el programa comunal aprobado en Brandeburgo es un programa de reformas democrático. En el Reichstag el partido solicita la introducción obligatoria y la ampliación de los poderes de las comisiones de arbitraje industriales, que son órganos promotores de la paz industrial. **Todos los discursos de sus representantes tienen un aire de reforma.**”*²⁹⁰(grifo nosso)

Entre as idéias teóricas predominantes destacavam-se, na Internacional, a fórmula da dialética de derrotas e vitórias cunhadas por

²⁹⁰Como se pode concluir desta passagem e da sua continuação, Bernstein era muito consciente da duplicidade de atitudes do partido, e se nos congressos do SPD suas teses teóricas eram condenadas, na vida prática de intervenção política, (em todas as esferas, sindical, eleitoral, parlamentar) eram cada vez mais hegemônicas as conclusões políticas que resultavam como consequência do debate doutrinário que ele tinha provocado. Era também consciente das forças políticas nas quais se apoiava e da verdadeira dimensão de sua influência. A assim chamada ala revisionista do SPD tinha quatro grandes componentes (a) a tendência politicista de Vollmar, influente dirigente na Baviera, precursor da votação dos orçamentos provinciais, e das coligações eleitorais com os partidos burgueses, defensor dos governos de coalisão à la Millerand e Jaurés; (b) a tendência aparelhista de Auer, o secretário de organização do partido, na sua maioria quadros profissionalizados, ex-operários, preocupados com a política prática, atraída pelo empirismo, defensora acima de tudo da unidade do aparelho, conservadora do “método” do partido alemão, ou seja, da utilização da legalidade a qualquer preço; (c) a tendência nacionalista, abertamente pró-imperialista, dirigida por Heine, defensora da militarização e das aventuras coloniais, entusiasmada com a potência exterior do Reich, e da conquista de um novo lugar para a “civilização alemã” no disputado mercado mundial; (d) a última e mais importante componente era a tendência sindical, os dirigentes profissionais do aparelho sindical, que contribuí com sua influência decisiva, para engrossar com os grandes batalhões da vanguarda organizada, as forças do reformismo, é movida por uma oposição aos princípios marxistas e pelo cepticismo, senão desconfiança e ódio à revolução, será ela que cumprirá o papel decisivo como pressão sobre a velha direção de Bebel e Kautsky, e finalmente levará o partido à capitulação: *“En la misma Stuttgart, en que según Klara Zetkin se había dado el golpe de gracia a la “bersteiniada”, inmediatamente después del congreso los socialdemócratas establecieron un acuerdo electoral con la democracia burguesa para las elecciones del Consejo comunal, y el ejemplo fue seguido en otras ciudades de Wurtemberg. En el movimiento sindical, un sindicato tras otro van introduciendo la asistencia a los desocupados(...) y se declaran a favor de la institución de oficinas de colocación paritarias, compuestas por empresarios y trabajadores, al mismo tiempo que en algunos grandes centros del partido, como Hamburgo y Elberfeld, socialistas y sindicalistas se disponen a fundar cooperativas de consumo. **Por doquier se lucha por las reformas, por el progreso social, por la conquista de la democracia; en todas partes se estudian las particularidades de los problemas cotidianos.**”* (grifo nosso) (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia.** Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.256)

Kautsky²⁹¹ e, no SPD, a concepção de que o capitalismo, inexoravelmente, caminharia de crise em crise, para uma catástrofe final. Nesses termos, se referia Bernstein ao prognóstico de que uma crise estava por vir:

*“De acuerdo con esta concepción, tarde o temprano una crisis comercial de enorme fuerza y extensión, por la miseria que genera, encenderá tan apasionadamente los ánimos contra el sistema económico capitalista, convencerá tan eficazmente a las masas de la imposibilidad de organizar, bajo el dominio de este sistema, las fuerzas productivas para el bien común, que el movimiento orientado contra él tomará una fuerza irresistible y ante sus embates éste se derrumbará irremediabilmente (...) De este modo se propagó entonces en la socialdemocracia la convicción de que esta vía de desarrollo era una ley natural inevitable: la gran crisis económica universal como vía ineludible hacia la sociedad socialista.”*²⁹²(grifo nosso)

Bernstein teve assim o mérito dos pioneiros, e foi o primeiro a se levantar contra esta avaliação que se reproduzia Congresso após Congresso, em uma referência ritual, mais como doutrina, do que como

²⁹¹ .O tema da dialética de vitórias e derrotas da luta dos trabalhadores condensa uma questão chave e vital da discussão marxista sobre a transição ao socialismo, porque nela se manifestam as apreciações diferentes sobre a época e a situação, ou seja, avaliações tanto sobre as perspectivas de crise do sistema, como sobre a correlação de forças. A seguir um extrato de um ensaio de Kautsky sobre o materialismo histórico: *“Ciertamente nuestro partido no registra únicamente victorias sino también derrotas. esas serán tanto menos desanimadoras cuando más habituados estemos a elevar nuestra mirada por encima de los límites locales y temporales, para considerar nuestro movimiento en su conjunto tal y como es desde hace dos generaciones y en todas las naciones. El irresistible y rápido progreso del proletariado en su conjunto, pese a algunas derrotas muy duras, se hace tan evidente que nada puede poner en duda la seguridad de su victoria.”* (grifo nosso) (KAUTSKY, Karl. “El desarrollo económico y la voluntad” In ZAPATERO, Virgilio (org.) **Socialismo y ética: textos para un debate**. Madrid, Editorial Debate; Bogotá, Editorial Pluma, 1980. p. 225)

²⁹²Ao mesmo tempo que desenvolvia a sua cruzada contra o prognóstico de uma crise econômica catastrófica, Bernstein dialogava com o SPD argumentando que a revolução só seria necessária como um ato em legítima defesa da ... democracia. Ou seja a famosa tática de quem está saindo de costas , mas fingindo que está entrando de frente. Mas não se pode negar que o fazia com uma coerência notável: *“No se trata de renegar del llamado derecho a la revolución, derecho meramente especulativo que ninguna constitución puede tomar en cuenta y que ningún código del mundo puede prohibir, y que seguirá existiendo hasta que la ley natural, obligándonos a renunciar al derecho de respirar, nos obligue a morir. La decisión de situarse en el terreno de las reformas afecta tan poco este derecho no escrito e imprescriptible, como la creación de leyes que regulen las controversias personales y la propiedad afecta el derecho de legítima defensa. Pero ¿es actualmente la socialdemocracia algo distinto de un partido que tiende a la transformación socialista de la sociedad a través de las reformas democráticas y económicas?”* (grifo nosso) (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia**. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.255)

análise que orientava a ação²⁹³. Partia da idéia de acumulação de forças gradual e ininterrupta do movimento operário, acumulação de organização, sindical e política, e também eleitoral.

O seu gradualismo e evolucionismo, como sabemos, correspondiam a uma apreciação dos tempos históricos e políticos em que estava inserido que não eram só seus. Mas façamos a crítica. Uma idéia que se alimentava de uma visão:(a) do processo histórico iluminado por um conceito linear e homogêneo de *progresso*, um tempo cada vez mais uniforme e controlável;(b) de *evolução da civilização humana*, que tem na sua raiz uma concepção ingênua sobre as possibilidades abertas pelo triunfo irredutível da ciência e da razão, ou seja, uma refração no marxismo de uma forte influência

²⁹³O pioneirismo de Bernstein se manifesta tanto nas conclusões políticas quanto nas premissas teóricas. Era consciente de suas responsabilidades como apóstata: estava decidido a fundar uma nova doutrina. A ruptura com o marxismo o leva a buscar um novo fundamento à luta por liberdade e igualdade, que irá encontrar na ética de Kant. Este caminho foi percorrido uma e outra vez pelas diversas escolas do reformismo do século XX(inclusive no nosso país recentemente), sempre que a situação adversa na luta de classes e ou a pressão ideológica do liberalismo, alimentou o cepticismo em relação à crise do sistema ou ao sentido da luta socialista e da revolução. Na perspectiva da história entretanto ele se agiganta em relação aos seus herdeiros. Não só pela sua legendária proibidade pessoal, mas também porque não hesitou em romper com o SPD durante a guerra e junto a Kautsky e outros da geração mais nova, fundou o USPD, que na sua maioria posteriormente viria a aderir à Terceira Internacional, enquanto ele voltava ao SPD: *“Pour le rebelle, le socialisme ne découle plus de l’analyse du capitalisme et de ses contradictions, de la découverte en son sein de forces qui en permettent le renversement et le remplacement. Il faut donc lui rendre une base éthique, revenir aux principes éternels que Marx avait désacralisés en les ramenant à des catégories historiques. Kant affirme l’existence du droit absolu comme critère des actions humaines alors que Marx le récuse en faisant “des rapports sociaux le fondement de la morale dominante”. Le socialisme, d’après l’ui, prend appui sur un jugement d’ordre moral. Ainsi on doit et on peut réveiller en chaque individu, quelle que soit son origine sociale, le sentiment éthique. « En effet, la morale est, dans une grande mesure, une puissance capable d’action créatrice ». Il justifie son socialisme en ces termes : « Mais précisément cette aspiration à l’égalité et à la justice est, dans la mesure où les forces idéologiques entrent en ligne de compte au sein du mouvement, l’élément permanent qui survit à toutes les modifications doctrinales et dans lequel il ne cesse de puiser des forces nouvelles ». La bourgeoisie plus compréhensive et généreuse que jadis se montre moins hostile au socialisme.(...)Quant à la revendication kantienne d’égalité basée sur l’impératif catégorique, les marxistes l’estiment dirigée contre le féodalisme dont elle abolit les normes. Ils y voient moins un souci éthique que le but d’assurer la pérennité des rapports sociaux basés sur la production et l’échange des marchandises. La seule égalité concevable pour eux se limite à l’abolition des classe.(...) Que l’individu s’amende et la société s’améliorera. Cette idée, si courante chez les contemporains allemands de la Révolution française, sera considérée par les révisionnistes comme la condition préalable à toute transformation sociale. Si pour Marx la philosophie kantienne est la “théorie allemande de la Révolution française dans les conditions arriérées de l’Allemagne”(…) pour Bernstein linclination éprouvé envers les enseignements du sage de Königsberg s’explique par le profond libéralisme qui les inspire.”* (grifo nosso) (ANGEL, Pierre. *Eduard Bernstein et L’évolution du socialisme allemand*, Paris, Marcel Didier, 1961, p.195/6/7)

do positivismo no ambiente cultural da época;(c) da política governada pela moral e subordinada à regulação dos conflitos de interesses a partir de “imperativos categóricos”, ou seja, valores éticos universais, o que deve ser entendido, em um duplo sentido, como tanto *para todos, quanto para sempre*²⁹⁴;(d) da defesa das formas estatais parlamentares, a *democracia, como uma ante-sala de socialismo*, no interior das quais o proletariado deve aspirar a conquista da maioria, e assim chegar ao poder. Em suma, um tempo ilimitado e ininterrupto de progresso, um tempo evolutivo e contínuo de civilização, um tempo imperativo e universal da moral e um tempo estável e duradouro para a democracia. Não havia, portanto lugar, nem para a crise, nem para a revolução:

“De este modo, es altamente probable que a partir del progreso del desarrollo económico no debemos asistir ya, en general, al surgimiento de crisis comerciales de naturaleza semejante a las anteriores, y que debemos arrojar por la borda todas las

²⁹⁴ Também nesta questão as idéias de Bernstein estão presentes no final do século XX. O tema (e a tentação) de hierarquizar a moral sobre a política é recorrente. Kant vive. Mas a ironia da vida quis que os economicistas inflexíveis de ontem sejam hoje os teóricos da indeterminação absoluta: a certeza de que as “vitórias” econômicas dos países socialistas abririam o caminho da consciência dos trabalhadores do Ocidente, pela força demonstrativa do exemplo, deu lugar a um cepticismo ideológico inconsolável. A velha esquerda campista, que insistia em interpretar o mundo pelo foco exclusivo das relações inter-estatais, e que portanto reduzia a dimensão política da luta de classes a um esquema determinista ruiu: no lugar da certeza histórica no triunfo do socialismo, a incertidão como método, a moral como programa, a tática como estratégia, os meios como fins. O tempo da política, que é sempre um tempo de luta e portanto de esperança e incerteza, de possibilidades e de perigos, é desprezado pela permanência ahistórica dos valores absolutos, dos imperativos categóricos. Na raiz deste processo de “reciclagem” está também a espantosa crise moral de nossa época, inclusive a crise moral da própria esquerda. Sobre a repercussão na esquerda brasileira da idéia da política governada pela moral, ou seja a necessidade de uma refundação ética, pode se conferir as conclusões últimas, neste fragmento de um ensaio de Aldo Fornazieri de 88, um dos dirigentes mais representativos da corrente hoje denominada “Democracia Radical” à qual estão vinculados José Genoino e Tarso Genro: *“Tanto em Marx e Engels, como em Lenin e nos principais teóricos marxistas do nosso século, o paradigma da história, a variável independente, é o desenvolvimento das forças produtivas. A partir disso, procuram estabelecer as leis gerais do desenvolvimento histórico caindo necessariamente em um a-historicismo de caráter antinômico, onde a história é concebida ao mesmo tempo como produto da ação do sujeito, mas um produto que já estava pré-determinado. O projeto do sujeito não é um projeto dele, mas é um projeto que ele encontra pronto e determinado pelas “leis” da história. O “dever ser” do marxismo é um “deve ser” que já “é”. Com tal paradigma, de um modo geral, o marxismo abandonou a idéia moral na sua concepção de história. A política, também de um modo geral, aparece hoje despida de qualquer idéia moral. A moral, a meu ver, concebida como um conjunto de valores humano-universais interrelacionados entre si e contrapostos aos valores particularistas do capitalismo, deve ser o núcleo constitutivo central do projeto socialista, do projeto de futuro do nosso presente histórico.”*(grifo nosso) (FORNAZIERI, Aldo. “Considerações sobre a sociedade civil, o estado e a estratégia” In **Teoria e Política 9**. São Paulo, 1988. p.39 [Brasil Debates])

especulaciones según las cuales ellas serían el detonante de la gran revolución social(...) **Por lo tanto, la socialdemocracia no puede ansiar ni confiar en el cercano derrumbe del sistema económico existente si lo piensa como el producto de una espantosa gran crisis comercial. Lo que ella debe hacer, y ésta es una tarea a largo plazo**, es organizar políticamente a la clase obrera y formarla para la democracia y la lucha en el estado por todas las reformas conducentes a elevar a la clase obrera y a transformar al estado en el sentido de la democracia". (grifo nosso)²⁹⁵(grifo nosso)

Época progressiva, ausência de crises, nova estratégia do longo prazo. O tempo como medida da estratégia, o tempo descontínuo e vertiginoso da crise ou o tempo longo e uniforme das reformas, mas sempre uma percepção do tempo, que definia a possibilidade de mudanças quantitativas ou qualitativas, e assim determinava os ritmos da política. Mas a discussão estava ainda longe de se esgotar. Bernstein irá se deter, portanto, na verificação histórica de algumas conclusões centrais do legado de Marx e questioná-las para assim *derrubar a hipótese estratégica da necessidade de uma revolução política que abra o caminho para uma revolução social*. Um por um, os alicerces da teoria serão desafiados:

(a) primeiro, o sujeito social: se para Marx existiria uma tendência à homogeneização e a um crescente fortalecimento do peso social do proletariado, que sob o impulso dos avanços da industrialização, elevaria o seu papel estratégico no interior da sociedade e concentraria nas suas mãos

²⁹⁵. Ou ainda mais claro, ressaltando que a deflação dos meios de subsistência, era possivelmente o mais importante fator na neutralização do impacto político das crises econômicas: "*El breve esbozo de las interpretaciones marx-engelsianas de las crisis económicas, que ofrecimos al comienzo de este capítulo, junto con los hechos irrefutables que lo acompañan, bastarán sin duda para comprender que el problema de las crisis no es del tipo de los que se puedan liquidar categóricamente con un par de réplicas acreditadas. Lo único que podemos hacer nosotros es establecer cuáles elementos de la economía moderna favorecen las crisis y cuáles acaso las contrarrestan. Pero un juicio apriori acerca de la relación recíproca final de ambas fuerzas o sobre los desarrollos de tal relación, es imposible. Excepto que se produzcan sucesos externos e imprevistos que provoquen una crisis general -y, como ya vimos, esto es siempre posible-, no hay razón suficiente para deducir, en base a motivos puramente económicos, que tal crisis sea inminente. Los fenómenos de depresión de carácter local y parcial, son inevitables; en cambio, no lo es una paralización general, dada la organización y extensión actual del mercado internacional y dada especialmente la expansión de la producción de medios de subsistencia. Este último fenómeno tiene importancia particular para nuestro problema. Quizás nada haya contribuido tanto a atenuar las crisis económicas o a impedir su agravamiento como el derrumbe(...) de los precios de los medios de subsistencia*".(grifo nosso) (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia**. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.73/5)

uma capacidade crescente de paralisação dos setores vitais da vida econômico-social; Bernstein opôs uma análise de um proletariado (entendido como aqueles que vivem do seu trabalho e não de renda) como *uma massa mais heterogênea que o peuple de 1789* (argumento posteriormente sempre revisitado pelo reformismo contemporâneo); insistiu que o nível de vida exerce uma influência maior do que a origem de classe na definição das inclinações políticas e da consciência de classe; finalmente, negou ao proletariado um protagonismo revolucionário, porque ainda não estaria maduro, nem social, nem política, nem moralmente para a conquista do poder, como podemos conferir neste trecho: ²⁹⁶

“También el marxismo reconoció, distinguiéndose en esto de los partidos demagógicos, que la clase trabajadora no había alcanzado la madurez indispensable para su emancipación, y que para tal fin no existían ni siquiera las premisas económicas adecuadas. Pero, a pesar de esto, se apegó insistentemente a una táctica que daba casi por descontada la realización de ambas premisas. Si recorremos la publicidad marxista, nos encontramos con algunos pasajes(...) según los cuales parecería que toda la civilización, la inteligencia y la virtud se encuentran sólo en la clase obrera, hasta el punto que no se logra comprender por qué no deben tener razón los socialrevolucionarios y los anarquistas más radicales. Es natural que a este planteamiento le corresponda la orientación constante de toda la actividad política hacia la espera de la inminente catástrofe revolucionaria, ante la cual la actividad legal parece como(...) un expediente meramente momentáneo” (grifo)

²⁹⁶ Angel, que escreveu uma excelente biografia do pensamento político de Bernstein, se refere assim ao tema do sujeito social: *“Il est erroné de croire à l'élan révolutionnaire des couches laborieuses. Marx lui-même rappelle dans le « Le 18 Brumaire... » que le prolétariat aime les expériences qui le dispensent de procéder à la refonte totale du vieux monde. Pourquoi Bernstein ne serait-il pas sceptique à l'égard de la mission historique de cette classe alors qu'elle-même doute de ses forces et de ses compétences ? Il se refuse à revendiquer pour elle l'exclusivité du pouvoir. «Prétendre que la transformation socialiste de la société peut être que l'oeuvre de la seule classe ouvrière, c'est méconnaître gravement les faits». Elle«n'est pas encore assez développée pour assumer la domination politique »Il faut noter ici la franchise de l'auteur qui, s'adressant à un public prolétarien, refuse de céder à la démagogie. Il compte d'ailleurs sur le soutien des travailleurs d'élite dont il prétend bien connaître la mentalité. « Seuls des intellectuels qui n'ont jamais eu de liens intimes avec le véritable mouvement ouvrier peuvent porter sur cette question des jugements différents ». Il faut faire preuve de réalisme et prendre les ouvriers tels qu'ils sont. « Moins ignares et miséreux que jadis, mais nullement dépourvus de préjugés et de faiblesses, ils possèdent les vertus et les vices qu'impliquent les conditions économiques et sociales qui sont les leurs » . Ils n'ont donc pas encore atteint le niveau intellectuel et moral nécessaire à l'instauration du socialisme”* (grifo nosso) (ANGEL, Pierre. *Eduard Bernstein et L'évolution du socialisme allemand*. Paris, Marcel Didier, 1961, p.234).

nosso)²⁹⁷(grifo nosso)

(b) segundo, a concepção de história, em particular o lugar da luta de classes. Aonde Marx tinha afirmado a dialética entre as tarefas e os sujeitos sociais, e destacado a primazia dos segundos sobre as primeiras, Bernstein defendeu a centralidade dos meios sobre os fins, e da moral sobre a política. Disto resulta um curioso paradoxo: o apóstata que acusa Marx de resíduos de utopismo revolucionarista, que atribui à herança de hegelianismo (uma de suas cruzadas era contra a dialética) confessou, sem pudores, que os novos fundamentos do socialismo deveriam ser éticos e desvinculados de qualquer necessidade histórica.²⁹⁸ Daí que a antinomia reforma e revolução surgisse quase nos termos de uma escolha voluntária, um dilema moral, em que os dois caminhos teriam vantagens e senões, sendo o primeiro o mais conveniente, porque não só menos custoso, socialmente, como mais apropriado diante do progresso da civilização:

“La consecuencia de todo esto es que se ha renunciado en principio a afrontar un problema de fondo: ¿qué podemos esperar de la acción legal, y qué de la revolucionaria? Es evidente que sobre este problema existen serias divergencias. Pero se acostumbra indicar dichas divergencias con el hecho de que la ley o el camino de las reformas legales es más larga, mientras que la de la violencia revolucionaria es más rápida y radical. Pero esto es válido sólo bajo ciertas condiciones. (...)En general, puede decirse que la vía revolucionaria (siempre en el sentido de violencia revolucionaria) actúa más rápidamente cuando se trata de eliminar una serie de obstáculos que presenta una minoría privilegiada al progreso social. Su fuerza está en su lado negativo.La actividad legislativa constitucional, en este aspecto,

²⁹⁷ (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia.** Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.266)

²⁹⁸ Bernstein é consciente de que a sua ruptura tem fundamentos metodológicos irreconciliáveis com o marxismo: *“Un sentido parecido tenían también los artículos de Rosa Luxemburg que a pesar de todo, son lo mejor que se ha escrito en mi contra, desde el punto de vista metodológico, cuando me objetaba que, de acuerdo con mi modo de pensar, el socialismo dejaría de ser una necesidad histórica objetiva y adquirirla un fundamento idealista. Aunque la argumentación presenta algunos bandazos lógicos,(...) capta sin embargo el meollo de la cuestión en la medida en que yo no sólo no hago depender, en realidad, la victoria del socialismo de su "necesidad económica inmanente", sino más bien no considero ni posible ni necesario darle un fundamento meramente materialista.”* (grifo nosso) (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia.** Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.266)

actúa normalmente en una forma más lenta. Ordinariamente su camino es el del compromiso, de la transacción con los derechos adquiridos y no el de la destrucción. Pero es más fuerte que la revolución cuando el prejuicio, el horizonte limitado de las masas obstaculiza el progreso social, y ofrece mayores ventajas cuando se trata de crear una serie de estructuras económicas durables, en otros términos, para los fines de la acción político-social positiva. En los períodos de actividad legislativa pacífica, el intelecto es el que domina al sentimiento; en la revolución el sentimiento es el que domina el intelecto. Pero si el sentimiento es a menudo un pésimo guía, el intelecto es un motor pesado. Si la revolución peca por su precipitación, la actividad legislativa cotidiana peca por su lentitud. La actividad legislativa actúa como fuerza metódica, la revolución como fuerza elemental. Cuando una nación ha alcanzado un ordenamiento político en que el derecho de la minoría poseedora no constituye ya un serio obstáculo para el progreso social, en que las tareas negativas de la acción política ceden su lugar a las positivas, la apelación a la revolución violenta se convierte en hueca palabrería.”²⁹⁹ (grifo nosso)

As formas políticas democráticas do Estado Moderno surgem assim como uma conquista da civilização e do peso social do proletariado, de sua luta sindical (EUA e Inglaterra) e políticas (Alemanha, França), e flexíveis e elásticas a ponto de permitir um avanço acumulativo de forças e conquistas crescentes. O Estado interpretado como instrumento de progresso, expressão de uma consciência, de uma identidade e de uma cultura nacional, aparelho que não deve ser deslocado, mas conquistado para ser utilizado pela razão a serviço dos interesses públicos³⁰⁰. Mas, atenção,

²⁹⁹. BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia.** Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.269-270

³⁰⁰ A seguir uma citação de Rosa Luxemburgo, em resposta polêmica a Bernstein sobre uma avaliação histórica do tema reforma e revolução. A perspectiva dos dois autores é oposta pelo vértice. Para Rosa não existe uma oposição irreconciliável entre as duas formas de mecanismos de mudança social. As sociedades se transformam tanto através de reformas como de revoluções, e nesse aspecto não há diferenças. Mas, segundo Rosa, as sociedades não escolhem livremente se preferem as mudanças mais rápido ou mais lentas. O terreno e as formas das transformações sociais é um terreno de insuportável conflituosidade, que ora permite o sucesso de reformas, pela via das conquistas ou das concessões, ora impõe e exige o recurso à mobilização revolucionária. Em determinadas épocas, em que uma formação social é progressiva, ou seja, em que as relações de produção dominantes permitem e impulsionam o progresso social, quando existem margens de mobilidade social elásticas (ainda que a ordem social seja infame e injusta), as reformas alteram de forma quantitativa, aperfeiçoam e legitimam, e portanto conservam a ordem social. O que não impede que a classe ascendente se beneficie das reformas, ao contrário, quase sempre são as classes oprimidas e ou exploradas as protagonistas da luta pelas reformas. É porque as reformas não são mais possíveis, é porque as classes dominantes não podem ou são incapazes de fazer concessões, que as classes ascendentes são empurradas no caminho da revolução. Qual é o limite de expansão de uma determinada ordem econômico-social? Quando se manifesta o esgotamento de um determinado modo de produção? Essa é justamente o centro do debate

Bernstein *não ignorava, nem diminuía a luta de classes*. Reconhece não somente a sua existência como força motriz histórica, mas defende a sua legitimidade política: o que estava sendo questionado era se a dinâmica do desenvolvimento capitalista exacerbaria os conflitos de classe, empurrando os trabalhadores para ações revolucionárias, ou se a sua integração social, resultado da sua luta e expressão de suas vitórias na luta por reformas, não

sobre a natureza da época, e este foi o cerne da querela do revisionismo. Quando a época é revolucionária, portanto, em períodos históricos em que é insustentável a preservação de uma ordem social e política sem que a sociedade não se veja ameaçada de regressão, não são mais possíveis reformas de forma perene e sustentada. Mas desta premissa não decorre que os marxistas se dediquem a anunciar a revolução, como um cataclisma escatológico. Para Rosa, mais do que nunca se impõe a luta pelas reformas, como um caminho de aprendizagem e amadurecimento do sujeito social, pela via da experiência histórica, para a necessidade da luta pelo poder político, ou seja pela revolução, porque as mais mínimas concessões estariam permanentemente ameaçadas, exigindo uma mudança qualitativa das relações sociais. Assim a luta por reformas é a ante-sala da luta revolucionária, e a escola sindical-parlamentar do aprendizado da consciência de classe. Também por isso, só depois da revolução russa de 1905, para Rosa, as diferenças com Bernstein assumiram a forma de diferenças políticas, ou seja, saíram do terreno teórico propagandístico para o campo da luta prática. E aí não encontrou pela frente só Bernstein, mas aqueles que pareciam estar a seu lado, como Kautsky. Assim, reforma e revolução não são definidos essencialmente como meios distintos, mas como tempos diferentes da mudança na história. Do que decorre a conclusão de que as sociedades estão sempre em um processo de transformações, quantitativas, ou reformistas, quando as relações sociais dominantes são progressivas, e qualitativas, ou revolucionárias, quando as forças produtivas estão bloqueadas. Em consonância, como critério de classificação e periodização histórica, as épocas poderiam ser definidas como épocas reformistas e épocas revolucionárias. Enfim, o texto é teoricamente brilhante: *“Así vemos, efectivamente, en la Historia, que la reforma legal y la revolución tienen raíces más hondas que las ventajas o perjuicios que resultan de tal o cual experimento. En la historia de la sociedad burguesa, la reforma legal sirvió para el fortalecimiento gradual de la clase ascendente, hasta que ésta se sintió bastante madura para conquistar el Poder político, destruyendo todo el sistema jurídico entonces existente para edificar uno nuevo.(...) Desde que existen las sociedades de clase, y las luchas de esas clases forman el contenido esencial de la historia social, la conquista del Poder fue siempre el fin principal de todas las clases ascendentes, así como 'el punto de partida y el fin de todo período histórico.(...)La reforma legal y la revolución no son, pues, diversos métodos del progreso histórico que a placer podemos elegir en la despena de la Historia, sino momentos distintos del desenvolvimiento de la sociedad de clases, los cuales mutuamente se condicionan o completan, pero al mismo tiempo se excluyen,(...)La constitución legal es, en todo tiempo, un producto de la revolución, simplemente. Siendo ésta la que marca el momento del parto en la Historia de las clases, la legislación no es más que la floración política de la sociedad. La obra legal de reforma carece en sí de todo impulso propio e independiente de la revolución; en cualquier período histórico muévase aquélla en sentido determinado solamente en tanto dura el efecto del último puntapié, del último empujón que la revolución le dio; o hablando más concretamente, obrará dentro del marco de la última forma social traída al mundo por la última revolución. Ése es el punto capital de la cuestión. Es fundamentalmente falso y totalmente ahistórico el imaginarse la obra de reforma legal simplemente como si fuera la revolución ampliada, y la revolución como una reforma legal comprimida. Una revolución social y una reforma legal no son diversos momentos por lo que duran, sino por su esencia. Todo el secreto de las transformaciones históricas a través del ejercicio del Poder político está justamente en el paso de los cambios puramente cuantitativos en una nueva cualidad; o concretando, en el tránsito de un período de la Historia de un orden social a otro.”*(grifo nosso) (LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma o Revolucion, y otros escritos contra los revisionistas**. Mexico, Fontamara, 1989, p.118-9)

teria tornado *politicamente desnecessária e historicamente superada* a perspectiva da revolução política. Em coerência, mais do que a urgência de uma nova metodologia de ação, assume a necessidade de um novo programa histórico, e defende *a centralidade da democracia, como novo paradigma civilizatório* dos socialistas. Sua originalidade histórica consiste justamente na elaboração de uma *nova teoria política*, da qual decorre uma nova estratégia de poder, que será um ponto de referência obrigatório em quase todas as controvérsias marxistas fundamentais do século XX: *a teoria dos campos progressivos*. Essa será a sua herança ideológica mais duradoura.

Em que consiste? em uma formulação que nos é hoje muito familiar, mas cuja elaboração é de Bernstein de forma pioneira. A Cezar o que é de Cezar. Assim como julgava com extrema severidade a imaturidade do proletariado e alimentava incontida esperança nas possibilidades de acordos com a burguesia liberal, com a qual propunha que os trabalhadores constituíssem uma frente, Bernstein considerava a aristocracia (os junkers) uma classe parasitária do Estado, que à frente da administração, do exército e da diplomacia, eram uma ameaça permanente às liberdades cívicas e à paz. Os campos de classe como linha demarcatória e divisor de águas da interpretação da centralidade do conflito político na sociedade, eram deslocados pela principalidade da defesa da forma de um regime político que corresponderia aos interesses do progresso da civilização. À renúncia de uma estratégia socialista correspondia outra: a defesa do campo progressivo da democracia com a burguesia liberal contra o campo reacionário dos junkers. A democracia como meio de luta pelo socialismo e como a forma de realização do socialismo:

*“La socialdemocracia no tiene un instrumento mejor para apoyar este proceso que **situarse sin reticencias, aun a nivel doctrinal, en el terreno del sufragio universal y de la democracia, con todas las consecuencias que esto implica para su táctica.** Prácticamente, es decir en sus actuaciones, la socialdemocracia en el fondo siempre lo ha hecho. Muchas veces no lo han hecho y aún hoy día no lo hacen sus representantes literarios en sus declaraciones (...) O ¿tal vez tiene sentido, por ejemplo, aferrarse a la expresión de la dictadura del proletariado en un periodo en que, por todas partes, los representantes de la socialdemocracia se*

sitúan prácticamente en el terreno de la acción parlamentaria, de la representación proporcional y de la legislación pública -cosas todas que se oponen a la dictadura? En la actualidad dicha expresión ha sobrevivido a si misma, de tal manera que la única posibilidad que existe para conciliarla con la realidad consiste en despojar el término "dictadura" de su significado efectivo y atribuirle un sentido más moderado. Toda la actividad práctica de la socialdemocracia está encaminada a la creación de situaciones y requisitos que hagan posible y garanticen el tránsito sin rompimientos violentos del moderno orden social a un orden superior.(...)La dictadura de clase, por el contrario, pertenece a un nivel de civilización más atrasado, y aun prescindiendo de la racionalidad y la factibilidad de la misma, sólo una recaída en el atavismo político puede evocar la idea de que el paso de la sociedad capitalista a la sociedad socialista debe realizarse forzosamente de acuerdo con las formas evolutivas de una época que no conocía o que conocía sólo de manera imperfecta los actuales métodos de propagación y de conquista de las leyes y que carecía de los órganos adecuados para tal fin.”(grifo nosso)³⁰¹

O campo da democracia, passava a ser pensado como sendo estrategicamente o campo dos trabalhadores: estava excluída a possibilidade de *incompatibilidades* entre os interesses de classe e os limites da democracia para a conquista do poder político. Tudo era uma questão de tempo, e poderia ser superado através de uma política de alianças. Nem os interesses nacionais alemães (os interesses do império germânico) eram incompatíveis com os interesses dos trabalhadores. Tampouco o mercado era visto como um obstáculo para a transição ao socialismo.³⁰² Enfim, todos os

³⁰¹ BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo**; el revisionismo en la socialdemocracia. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.221.

³⁰². Aqui, entramos pela porta da frente, em uma discussão teórica chave do marxismo, que poderíamos enunciar como a teoria das necessidades em Marx. Ela é decisiva embora seja curioso notar que tende a ser mais encarada pelo ângulo filosófico do que o econômico. Mas é a partir do foco econômico que podemos apreender o seu profundo significado. Expliquemo-nos: o socialismo se fundamenta na defesa que as necessidades poderiam ser aferidas *a priori* e a produção poderia ser organizada em função de uma alocação de recursos pelo planejamento. Os apologistas do capitalismo defendem que as necessidades são incertas, desconhecidas e a rigor ilimitadas, cabendo ao mercado revelar *a posteriori* se a demanda efetiva foi satisfeita, ou se ocorreu sub ou super produção. No pós guerra a utilização de políticas anticíclicas de inspiração Keynesiana, deslocou a influência das premissas liberais clássicas, e a idéia de que o Estado poderia através de sua intervenção, dentro de certos limites, e até certo ponto, definir a procura, estabelecendo uma regulação do mercado, se afirmou como pensamento burguês dominante. A crise depressiva prolongada aberta em 73/4 trouxe de volta ao poder os fundamentalistas da “regulação mercantil pura”, e esta tem sido a política hegemônica nos últimos vinte anos, depois de um intervalo de muita crise política (73/9, derrota no Vietnam, revolução portuguesa, guerrilha na Itália, fim do franquismo, revolução na Nicarágua e Irã). Nos círculos de esquerda a pressão neo-liberal não passou impune. As teorizações que estrategizam a idéia de um socialismo de mercado são moeda corrente. Os termos da questão não são simples, é certo.

obstáculos à construção de uma frente permanente e orgânica com a burguesia liberal eram relativizados. O campo da democracia se impunha assim sobre os interesses de classe.

O endereço último da teoria dos campos progressivos, como se sabe, foi a trágica votação dos créditos de guerra em 1914. Menos de dois anos depois do Congresso da Segunda Internacional em Basiléia, quando de forma unificada os socialistas tinham votado uma resolução comum condenando a ameaça de guerra, e tinham conclamado a uma campanha de mobilização do movimento operário contra as posições beligerantes de cada um de seus respectivos governos, a esmagadora maioria

Mas a aceitação do mercado como a forma fundamental de regulação econômica apunhala no coração de forma irreversível o projeto socialista. É importante assinalar que a maioria esmagadora das elaborações que teorizam a defesa do socialismo de mercado, ou de uma controle social do mercado nas suas versões ainda mais recuadas, não fazem a defesa da troca de mercadorias como uma concessão transitória, dentro de um sistema híbrido de alocação de recursos, mas estão questionando a própria vigência histórica da perspectiva de uma produção mundial auto regulada, ou seja, subordinada ao planejamento. Em última análise portanto a própria idéia do socialismo está em questão. Está em debate a possibilidade ou não de um planejamento democrático, o que envolve a discussão da participação das amplas massas nas decisões de uma esfera pública alargada e complexa, que exige muitas decisões (e o tempo e a educação para querer e poder tomar decisões). Mas está em primeiro lugar em discussão definir se as necessidades são limitadas e previsíveis, ou se elas são ilimitadas. Da aceitação do postulado de necessidades ilimitadas decorreria que a premissa de que a abundância é possível desmoronaria, e a humanidade estaria condenada à escassez, com as suas inseparáveis seqüelas, a cobiça, a tendência à aquisitividade, a propriedade, as classes e suas lutas, o Estado, etc... Todo o edifício da hipótese marxista de uma sociedade sem classes vem abaixo. O marxismo sempre defendeu que a satisfação das necessidades sentidas mais intensamente é possível, e que a abundância pode ser construída progressivamente como um processo. O que não significa, como é óbvio, que as necessidades não se alterem, o que de fato ocorre, com o surgimento de novas demandas, que resultam do progresso econômico e cultural, não necessariamente nessa ordem. Mas as necessidades que têm uma intensidade maior de exigência são invariavelmente, em uma mesma época, sempre as mesmas. A experiência histórica do século XX deu razão, também nesta questão, a Marx, de uma forma indiscutível: o boom do pós-guerra revelou que o acesso a padrões mais elevados de vida, permitidos pela crescente e sustentada elevação do salário médio, produzia-se com uma certa uniformidade nos padrões de consumo: primeiro o aumento do consumo de alimentos, em seguida a aquisição de eletro-eletrônicos que definem o conforto da vida doméstica e o lazer mais barato, depois a busca do acesso à compra da casa própria, a preocupação com maior escolaridade dos filhos e a reivindicação por mais e melhores serviços públicos, e por último as férias e as viagens, etc... O importante é que mais de 90% do consumo é homogêneo, logo é perfeitamente previsível. De todas essas considerações se deve portanto concluir que não existe hoje nenhuma argumentação sólida, nem na economia, nem na sociologia, que nos impeça de concluir que os recursos hoje disponíveis pelo desenvolvimento das forças produtivas, mesmo considerando que a permanência obsoleta do imperialismo bloqueie o potencial libertador nelas contido, permitiria arrancar, em muito pouco tempo, das condições de miséria biológica os cerca de um bilhão e meio de seres humanos que ainda vivem com até, sim até, porque para muitos entre eles nem isso, um dólar por dia como renda.

do SPD, apoiou os esforços militaristas do imperialismo alemão. Fizeram-no, é certo, com o apoio da maioria da classe trabalhadora.

O que não absolve em nada a responsabilidade moral, mas explica a decisão política.³⁰³

³⁰³ O tema da votação dos créditos de guerra remete à discussão incontornável das relações da classe trabalhadora com as suas representações políticas, seus sindicatos, seus comitês de fábrica, suas cooperativas, mas sobretudo com os seus partidos. Nesse sentido, apresentamos, na seqüência, um fragmento de Gorender sobre o inequívoco apoio de massas que o proletariado alemão e francês ofereceram às suas respectivas burguesias no início da guerra, e as conclusões teóricas que o episódio histórico permitiria retirar, em sua opinião: *“Também é evidente a falsidade das explicações dos fracassos revolucionários pela teoria da traição. Com grande freqüência, a literatura de inspiração marxista atribui a “traidores”, individuais ou coletivos, a frustração de movimentos de massa e de lutas políticas. Há um esquema repetitivo, do qual se servem fartamente os publicistas trotskistas, que sobrevaloriza o impulso das massas, em um caso qualquer, e tenta convencer que a paralisação do movimento se deveu à traição de líderes ou partidos social-democratas, comunistas, stalinistas etc. A mais antiga e uma das mais célebres utilizações de tal esquema é a da atribuição do fracasso da Internacional Socialista, quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, à “traição” dos partidos social-democratas europeus, principalmente os da Alemanha e Áustria. O que nunca se coloca, neste caso, é que pela suposta traição deve responder, em primeiro lugar, a classe operária desses países. Em sua grande massa, a classe operária européia preferiu defender seu Estado nacional no conflito bélico, renunciando ao projeto revolucionário que a obrigaria a se chocar com ele. Na verdade, foi o comportamento de apoio entusiástico dos trabalhadores à política dos seus governos que empurrou os partidos social-democratas a trocar a defesa da paz pela participação na guerra imperialista. Afirmar que a classe operária foi enganada, como se faz tantas vezes, conduz à conclusão de que ela não passa de um aglomerado de bobalhões desprovidos de reflexão própria e autonomia de decisão. Com isso não pretendo contestar a influência, positiva ou negativa, das lideranças, quaisquer que tenham sido. Tão somente me empenho em evitar sua absolutização corrente e substituí-la pela devida relativização.”* (grifo nosso). (GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo, Ática, 1999. p.41) Esta interpretação ultra-objetivista coloca problemas de duas naturezas distintas: históricos e teóricos. A primeira diz respeito à avaliação do que foi o comportamento do proletariado enquanto classe diante da Primeira Guerra Mundial, suas responsabilidades na conflagração, e a conclusão do autor sobre a fragilidade ou vulnerabilidade dos trabalhadores diante do apelo do discurso nacionalista-imperialista. É um fato inquestionável que a maioria do proletariado europeu apoiou a política beligerante de seus governos no início da guerra, e esse estado de espírito exerceu uma enorme pressão sobre os seus partidos. Mas, também é verdade, que nem todas as classes operárias da Europa seguiram o caminho dos alemães e franceses: os suíços e os italianos não o fizeram, e não foram os únicos. Mais importante, em pouco tempo, as atrocidades e aberrações exigidas pela guerra de trincheiras, deslocaram a opinião dos setores mais atrasados da classe, de apoio entusiástico para hesitação, e, depois, para a hostilidade à guerra. Finalmente, é vital compreender qual foi a dinâmica dos fatos, na sua articulação causal, de conjunto: a mesma classe trabalhadora que sucumbiu ao apelo nacionalista no início da Guerra, protagonizou em 18 uma fulminante revolução política democrática que derrubou o Kaiser e proclamou a República. Como sempre, em uma avaliação de um processo histórico, é preciso evitar perder a perspectiva da visão da totalidade: por isso mesmo deve ser considerado, pelo menos, enigmático, o balanço irônico de “suposta traição” do proletariado alemão, contra si mesmo e contra os interesses dos trabalhadores europeus, como se não fosse comum as classes agirem contra os seus interesses. Não só o fazem, dentro de certos limites, e por um certo período de tempo, até que os acontecimentos mesmos, demonstrem pela força viva das suas conseqüências, quem está sendo beneficiado e quem está sendo prejudicado, como o fazem de forma recorrente. Não é nada excepcional. Ao contrário, essa é uma das regularidades históricas mais freqüentes, e por isso mesmo é que a história tem um grau de incertidão e imprevisibilidade tão elevado. Assim, os trabalhadores,

como todas as classes sociais ascendentes no passado histórico, passaram pela cruel escola do aprendizado político-prático para construir uma experiência e uma consciência de onde estavam localizados os seus interesses de classe. Não parece, portanto, razoável retirar desse episódio conclusões teóricas definitivas sobre o nacionalismo “incorrigível” do proletariado dos países centrais. Seria completamente precipitado. O tema é no entanto vital, porque se o proletariado dos países centrais não o vier a impedir, os imperialismos modernos tenderão historicamente a precipitar a humanidade em novas aventuras e hecatombes guerreiras que ameaçam a sobrevivência do que entendemos como civilização. A segunda questão é mais complexa ainda, e diz respeito às relações do proletariado com suas direções: que o SPD se adaptou às pressões de sua base social é um fato incontroverso, e nesse sentido, em um tribunal da história, se existisse, não haveria absolvição para o proletariado alemão. Assim, poderíamos admitir, Gorender teria razão. Afinal o SPD não teria feito senão o que os trabalhadores que o apoiavam queriam (e esperavam) que ele fizesse. Seria então razoável a conclusão que Gorender sugere de que a “teoria das traições”, ou seja, o lugar e as proporções das responsabilidades das direções e dos seus atos, seria historicamente pouco relevante, ou pelo menos deveria ser muito relativizado? O tema é sem dúvida crucial, e Gorender tem o mérito de provocar a discussão. Mas, a questão teórica, tal como ele a formula, permanece somente enunciada, mas não resolvida. Por quê? As responsabilidades dos sujeitos sociais não podem absolver as responsabilidades dos sujeitos políticos, a menos que consideremos seriamente a teoria do “reflexo”, criticada pelo próprio Gorender, por esquematismo. Porque todos os partidos, de todas as classes, tiveram na História, sem exceção, relações conflitantes com suas bases sociais. Existe nas sociedades modernas, de forma ininterrupta, uma luta política entre os partidos que expressam, ou buscam traduzir, os conflitos de interesse na sociedade; mas existe, por outro lado, para além de uma luta entre os partidos para conquistar o apoio de sua base social, uma disputa da base social das outras classes, cujo apoio aspiram, ou necessitam, para as posições que, em cada momento, correspondem melhor à defesa de seus interesses. Isso significa que existe sempre uma defasagem entre as necessidades objetivas das classes, e o grau de consciência, ou seja, o estado de espírito, o humor, o ânimo que a classe tem sobre os seus interesses. E em momentos de súbitas viradas do curso das situações políticas, o fenômeno ocorre com mais intensidade. Essa defasagem é ainda mais acentuada entre os trabalhadores do que entre as classes dominantes, pela razão aqui-conhecida, de que os trabalhadores têm sempre que vencer uma enorme quantidade de obstáculos materiais, culturais, político e ideológicos para se afirmar e constituir como classe independente. A democracia não é um regime político de luta entre os iguais: as classes proprietárias lutam para exercer e preservar um domínio e um controle sobre a vida material, e, também, sobre a vida cultural e política dos trabalhadores, em condições de superioridade que são incomparáveis. A burguesia, em outras palavras, luta por uma hegemonia sobre toda a sociedade, sob a bandeira dos seus valores e seus interesses, que são sempre apresentados como os interesses de todos: ela não ambiciona somente dominar, ela quer dirigir. Os partidos operários foram assim, historicamente, um instrumento de organização e resistência, são ou devem ser um ponto de apoio, para que a classe possa se defender: essa seria a sua utilidade, e se fracassarem nesse elementar propósito, tendem a perder autoridade, audiência e respeito. Por isso, a fórmula simples que se propõe resolver a questão da representação política, com o que poderíamos chamar, a equação do reflexo é estéril. O problema é imensamente mais complexo, porque todas as classes têm a expectativa de que as suas direções vejam além do que elas mesmas foram capazes de perceber, e em geral não perdoam os seus dirigentes que se adaptaram às pressões do momento, e ziguezagueando de acordo com as flutuações dos humores instáveis das multidões, falaram, em cada momento, aquilo que a maioria queria ouvir. A história revela à exaustão que as classes podem ser impiedosas e inflexíveis com os seus dirigentes. Esse julgamento severo, evidentemente, só se impõe diante de acontecimentos terríveis, que exigem enormes sacrifícios, que transtornam a tal ponto as circunstâncias da vida da sociedade, que fazem as grandes massas, em condições normais, politicamente desinteressadas, entrarem no palco da história como personagens principais. Essas circunstâncias são as crises revolucionárias. Por último, como organizações que se apresentam e constroem como direção de classe, ou disputando com os partidos burgueses a direção da classe, os partidos operários se propõem, em cada circunstância, interpretar onde estão depositados os interesses da classe que pretendem representar. Mas os partidos operários não atuam fora das pressões sociais da política: estão inseridos em uma ordem econômico-social desigual, e portanto expressam maior ou

Esta teoria política dos campos progressivos tem como fundamento uma análise de época, da qual resulta um pensamento historicamente etapista, que será reivindicado pelos bernsteinianos na França: tanto Millerand quanto Jaurés o invocarão para justificar a presença do partido operário, pela primeira vez, em um Governo de coalisão; também na Rússia, os mencheviques, que defenderão a colaboração da social democracia com a burguesia em uma frente contra a autocracia czarista; e desde então estará presente no centro da polêmica de estratégia, sempre que pela evolução das circunstâncias políticas, os conflitos vieram a assumir uma forma policlassista: o campo de Kerensky contra Kornilov em 17, o campo de Chiang Kai-shek contra a invasão japonesa, o campo da República na Espanha contra Franco, o campo dos aliados contra o nazi-fascismo, o campo da oposição burguesa contra a ditadura no Brasil, os exemplos seriam inesgotáveis.

Bernstein não se preocupava com a política de intervenção do SPD, em geral, que considerava adequada às circunstâncias históricas, à exceção da recusa da maioria dirigente em perseguir como uma estratégia permanente a constituição de um bloco político-eleitoral com a burguesia liberal, a exemplo do que fazia o partido na Baviera.

menor capacidade de resistir às pressões das classes dirigentes da sociedade. Existe assim uma intransferível responsabilidade moral e política, em uma esfera diferente das responsabilidades das massas, que é própria das organizações política e suas direções. No caso dos partidos que se reivindicam do movimento operário essa responsabilidade parece ser historicamente ainda maior, dado a enorme dificuldade de uma classe ao mesmo tempo explorada materialmente, oprimida culturalmente e dominada politicamente construir a sua independência. Nesse sentido, quando o SPD apoiou os créditos de guerra, e defendeu perante a sua classe que os interesses do proletariado eram indissolúveis dos interesses da Alemanha, o SPD traiu os trabalhadores, e seus dirigentes não podem ser absolvidos pelas circunstâncias transitórias que levaram a maioria da classe a ter a mesma opinião. Relativamente poucos anos depois, a maioria da classe percebeu que os seus interesses não eram os mesmos que o do seu governo. Mas tiveram que fazê-lo sózinhos pelo caminho da experiência, porque não encontraram na sua poderosa organização um alerta. Este tipo de defasagem política entre e classe e direção também afeta as outras classes da sociedade, inclusive a burguesia. É célebre o exemplo de Churchill e sua luta, durante anos, contra a maioria da burguesia inglesa sobre a necessidade do Reino Unido se preparar para o esforço de Guerra contra o nazismo. O que, no entanto, parece ser específico à condição do proletariado, é que, como classe ascendente, ele tem uma enorme dependência de encontrar nas suas organizações um ponto de apoio, porque é consciente que sua força depende de sua unidade, e por isso os seus setores mais avançados preferem estar mal organizados do que desorganizados. Em tempo: para fazer justiça a Bernstein, é necessário acrescentar que ele rompeu com o SPD por causa da guerra, e ao lado de Kautsky e outros, inclusive da esquerda do partido veio a fundar o USPD, e como deputado ao Reichstag, chegou a votar contra novos pedidos de créditos de guerra, sendo finalmente depois da revolução de 18 ministro no primeiro governo da República de Weimar.

A tradição política marxista anterior não desconhecia, nem desprezava a existência de diferenças no interior das classes dominantes. É bem conhecida, por exemplo, a posição da social democracia alemã, e de Marx durante a guerra franco-prussiana de 1870, quando depositou *apoio militar* à resistência contra a invasão bonapartista. Mas Marx nunca se considerou em um campo político com o Reich contra a França, ao contrário, o conselho geral da Internacional o encarregou de redigir os seus manifestos, e nesses Marx sublinhou as suas diferenças irreconciliáveis contra as ambições anexionistas na Alsácia e Lorena, além de alertar incansavelmente para o perigo de uma aliança com Czar, e para o perigo de uma nova guerra.³⁰⁴ O mesmo critério foi o de Lenin em uma frente militar com Kerensky contra Kornilov em agosto de 17: uma estrita unidade militar com o chefe do governo provisório contra a ameaça bonapartista, sem sacrificar a independência política dos trabalhadores. Em ambas as

³⁰⁴. Esta posição de Marx foi recordada pela maioria da bancada parlamentar do SPD para votar os créditos de guerra em 1914, como se Marx tivesse alguma vez aceito que os interesses da Alemanha se confundiam com os interesses da classe trabalhadora alemã de forma indissolúvel. Como se poderá confirmar nos fragmentos na seqüência, os considerandos de Marx são muito mais complexos: “*Se a classe operária alemã permite que a guerra atual perca o seu carácter estritamente defensivo e degenera em uma guerra contra o povo francês, o triunfo ou a derrota será sempre um desastre (...)*” (MARX, Karl. “Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana” In **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, volume 2, p.54) Mais claro ainda, neste outro fragmento, o critério de estrita unidade no campo militar, preservando a independência política, ou seja, delimitando-se do campo de Bismarck, e uma análise simplesmente visionária do perigo de uma política de anexações, que seria a semente de uma nova guerra, mas com um custo histórico muito superior. Infelizmente Marx estava certo. O cemitério de Verdun e seu meio milhão de sepulturas ficam na Alsácia: “*Qualquer que seja o desenvolvimento da guerra de Luis Bonaparte com a Prússia, dobraram já em Paris os sinos pelo Segundo Império. Acabará como começou: como uma paródia. Mas não esqueçamos que foram as classes dominantes da Europa que permitiram a Luis Bonaparte representar durante dezoito anos a farsa cruel do Império restaurado. Por parte da Alemanha, a guerra é uma guerra defensiva, porém quem colocou a Alemanha no transe de ter que defender-se? Quem permitiu a Luis Bonaparte desencadear a guerra contra ela? A Prússia! Foi Bismarck quem conspirou com o mesmíssimo Luis Bonaparte, com o fim de esmagar a oposição popular dentro de seu país e anexar a Alemanha à dinastia dos Hohenzollern (...)* A influência preponderante do czar na Europa tem raízes em sua tradicional influência sobre a Alemanha (...) Por acaso os patriotas teutões crêem realmente que o melhor modo de garantir a liberdade e a paz na Alemanha é obrigar a França a lançar-se nos braços da Rússia? Se a sorte das armas, a arrogância da vitória e as intrigas dinásticas levam a Alemanha a uma espoliação do território francês, diante dela só se abrirem dois caminhos: ou converter-se a todo custo em um instrumento aberto da expansão russa, ou, após breve trégua, preparar-se para outra guerra “defensiva”, não uma dessas guerras “localizadas” de novo estilo, mas uma guerra de raças, uma guerra contra as raças latinas e eslavas coligadas.” (grifo nosso) (MARX, Karl, **Segundo Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana**, in **Obras Escolhidas**, São Paulo, Alfa-Omega, volume 2, p.60/1)

circunstâncias, nem Marx, nem Lenin buscaram uma frente com um campo progressivo, mas foram obrigados diante da pressão dos acontecimentos, a um alinhamento transitório e instável, imposto pelo confronto militar. Mas não defendiam uma frente política de colaboração de classes.³⁰⁵

No entanto, o tema teórico é complexo. Talvez esteja entre os mais difíceis da teoria política do marxismo. Quando e em função de quais critérios em um confronto político ou militar entre facções burguesas, ou entre bandos de classes proprietárias enfrentados, o marxismo deve eleger um campo progressivo, mesmo nos limites de uma limitada unidade na ação, ou uma conjuntural resistência militar? Por exemplo, estiveram certos os internacionalistas reunidos em Zimmerwald quando denunciaram o apoio dos partidos francês e alemão aos créditos de guerra, e recusaram-se ao alinhamento com qualquer dos dois campos, porque ambos seriam regressivos? E simetricamente, na Segunda guerra mundial, não estiveram errados os marxistas que se recusaram, antes da invasão da URSS por Hitler, a uma frente militar contra o nazi-fascismo, que seria um campo progressivo, o campo do regime democrático contra o campo da barbárie?³⁰⁶ Consultemos o que nos diz Draper sobre os critérios de Marx sobre progressividade:

³⁰⁵ O mais importante a destacar é que a teoria dos campos progressivos, passou a ser a bíblia teórica da defesa da política de colaboração de classes no séculoXX, ainda que por variadas razões, Bernstein quase não seja mais reivindicado: “ *La esencia de la política menchevique fue sintetizada años después por Trotsky al afirmar que la "línea de demarcación entre el bolchevismo y el menchevismo" consistía en que éste buscaba conformar "un frente común de colaboración política con el enemigo de clase". Frente a la teoría de los campos del menchevismo, Lenin y Trotsky plantearon una teoría opuesta. El haber adoptado, cada uno por su lado esta segunda teoría, es lo que explica su profunda unidad en 1917 y el hecho de dirigir conjuntamente la Revolución de Octubre, superando sus divergencias anteriores. Para ellos, la división fundamental de la sociedad rusa es, como sostiene el marxismo ortodoxo en clases(...)El eje de su política es el desarrollo de la lucha de clases hasta la conquista del poder.*” (MORENO, Nahuel. “La traición de la OCI(u)” In *Panorama Internacional*. Bogotá, 1982. p.7)

³⁰⁶ Como este tema é vital, vale a pena conferir este balanço brilhante de Perry Anderson sobre a questão dos critérios de progressividade, tomando como exemplo histórico, a comparação da política de Trotsky contra o nazismo na Alemanha antes de 33 e a Segunda guerra mundial, quando um acerto ou erro nesta questão decisiva foi certamente dramaticamente importante. A questão permanece atual, já que envolve a discussão sobre a unidade na ação com as frações burguesas em torno da defesa, quando ameaçados, mas também da conquista de espaços e direitos democráticos, ou seja a utilização de consignas e reivindicações democráticas contra os limites da república democrático burguesa: “*Os escritos de Trotsky sobre o fascismo representam a única análise directa e desenvolvida do Estado Capitalista moderno, em toda a obra do marxismo clássico. Qualitativamente superiores a tudo o que Lenine produziu, tratam contudo de um regime que veio a verificar-se ser uma forma atípica do*

"In a book published in 1860, Herr Vogt, Marx had to rediscuss his views on "the relationships among the aristocracy, bourgeoisie and proletariat," for an ignorant critic had written as if Marx merely wanted to "drive the aristocracy from power." No, was the reply, that would be "the most ordinary bourgeois liberalism" and nothing more. And he cited a number of passages from his published writings in which he had linked the overthrow of the aristocracy and the bourgeoisie's accession to power with the historical process leading to the overthrow of the bourgeoisie itself. (...) "Therefore in countries where the aristocracy in the Continental sense... must first be 'driven out of power,' there is lacking, in my opinion, the first premise of a proletarian revolution, namely, an industrial proletariat on a national scale." Let us tie this up with a question we have only touched on up to now: **the force of the label progressive.** For Marx this label never achieved the all-sanctifying power it later had in some parts of the socialist movement; above all **he did not assume that progressive meant to be supported politically.** He could write, "Rent of land is conservative, profit is progressive," without suspecting that this might be thought to imply support of the profit system. (...) It was quite possible for Marx to recognize that A is "progressive as against" B in some specific context, within the terms of a given analysis, **without equating such a judgment with the programmatic determination that A is historically progressive in the basic relations of an era(...)** **The criterion is: does the ground still have to be leveled "on which alone a proletarian revolution is possible"?(...)** Have the socioeconomic conditions already been attained that make proletarian socialism historically

Estado burguês do século vinte, apesar da importância histórica que foi o seu surgimento nessa altura. Para teorizar a especificidade do Estado fascista como o mais mortal inimigo de qualquer classe operária, teve Trotsky, obviamente, de fornecer elementos de uma contra-teoria do Estado democrático-burguês, para estabelecer o contraste entre os dois. Assim, existe um maior volume de análise nos seus escritos sobre a democracia burguesa do que nos dos seus predecessores(...) Em particular, atendendo a que os seus ensaios sobre a Alemanha sublinharam a imperativa necessidade de conquistar a pequena-burguesia para uma aliança com a classe operária (citando o exemplo do bloco contra Kornilov, na Rússia), os seus ensaios sobre a Frente Popular em França deixam de parte as organizações tradicionais da pequena-burguesia local, o Partido Radical(...)

A mesma transformação é evidente nos seus artigos sobre a Guerra Civil de Espanha embora acompanhada de outras características e algumas correções. Depois, no começo da Segunda Guerra Mundial, Trotsky condenou o conflito internacional como sendo uma mera repetição inter-imperialista da Primeira Guerra Mundial, na qual a classe operária não deveria optar por qualquer dos lados – apesar do carácter fascista de um e do carácter democrático-burguês do outro. Justificou-se esta posição pela afirmação de que, fosse como fosse, já que todo o mundo imperialista se deteriorava, encaminhando-se para uma situação de desastre económico nos anos trinta, a distinção entre as duas formas de Estado capitalista tinha deixado de ter importância prática para a classe operária. Os erros desta evolução teórica parecem evidentes. Os próprios primeiros escritos de Trotsky sobre a Alemanha constituem a melhor refutação dos seus escritos posteriores sobre a Guerra. Obviamente, uma vez que a URSS foi atacada pela Alemanha, Trotsky teria alterado a sua posição sobre o conflito mundial. Mas o catastrofismo económico que parece ter originado os erros da sua fase final foi uma constante da Terceira Internacional após Lenine, e teve a sua autoridade última, como vimos, em Marx. (grifo nosso) (ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. Porto, Afrontamento, 1976, p.153/4)

*possible for the first time?*³⁰⁷ (grifo nosso)

A citação é longa, mas ajuda a esclarecer que para Marx o critério do que seria progressivo foi sempre entendido como relativo à dinâmica da época histórica, ou seja, progressivo ou regressivo (no sentido de degenerativo), são conceitos indivisíveis de uma apreciação da atualidade ou não da revolução proletária, em outras palavras, são *uma medida da política* que se apóia necessariamente em uma avaliação das *temporalidades históricas*. Mas uma medida indispensável porque os conflitos na sociedade não se resumem aos conflitos de classe. E sempre que isso ocorre, e ocorre sempre, é necessária a referência da progressividade.

Estabelecido este critério elementar podemos compreender sob uma nova luz, por exemplo, quase tudo que Marx e Engels escreveram sobre Ásia e América Latina.³⁰⁸ Se a época fosse reformista, isto

³⁰⁷ . (DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution**. New York, Monthly review press, 1978. p. 284/5.)

³⁰⁸ Nosso continente era talvez uma terra quase incógnita na cultura do século XIX, e só ocasionalmente a atenção de Marx se voltou para ele. Em geral a maioria dos seus textos sobre a colonização analisam o processo do ponto de vista das repercussões da conquista sobre a sociedade européia, e não o inverso, ou seja, do ângulo do impacto da cobiça e voracidade do incipiente capitalismo comercial sobre as culturas e civilizações pré-colombianas. Essa poderia ser uma das razões de alguns mal entendidos, que atribuem a Marx preconceitos euro-centristas. Creio que o mesmo poderia ser dito, para o essencial, sobre os seus escritos sobre a Ásia, em especial o sempre citado trabalho sobre a Índia, e o papel do imperialismo inglês. Que considerassem o desenvolvimento do capitalismo progressivo, não significou contudo, que anistiassem o processo de conquista e colonização e seus agentes dos crimes e genocídios cometidos contra as populações nativas ou contra os africanos escravizados. A seguir alguns trechos pouco conhecidos, em que a denúncia do saque e da rapina se unem a uma sincera admiração histórica pelas façanhas das culturas azteca-andinas: *“El descubrimiento de las comarcas auríferas y argentíferas en América, el exterminio, esclavización y soterramiento en las minas de la población aborigen, la incipiente conquista y saqueo de las Indias Orientales, la transformación de Africa en un coto reservado para la caza comercial de pielesnegras, caracterizan los albores de la era de producción capitalista. Estos procesos idílicos constituyen elementos fundamentales de la acumulación originaria. El trato dado a los aborígenes alcanzaba los niveles más vesánicos, desde luego, en las plantaciones destinadas exclusivamente al comercio de exportación, como las Indias Occidentales, y en los países ricos y densamente poblados, entregados al saqueo y el cuchillo, como México y las Indias Orientales. Pero tampoco en las verdaderas colonias se desmintió el carácter cristiano de la acumulación originaria.*(Das Kapital, t. 1. Publicado en setiembre de 1867, MEW, p.779, 781.) *“En México encontramos dinero, pero ningún peso; en Peru pesos, pero ningún dinero. El oro, en el lenguaje figurado de los peruanos, era las lágrimas lloradas por el Sol (...). Sin el uso de las herramientas o la maquinaria, familiar a los europeos., cada individuo (en el Peru) habría podido hacer bien poco pero, actuando en grandes masas y bajo una dirección comun, se les puso en condiciones de obtener resultados, gracias a una perseverancia infatigable, etc...El dinero que aparece entre los mexicanos (aunque predomina el trueque y la propiedad oriental de la tierra), es un medio circulante regulado, de diferentes valores. Consistía en cañones de plumas,*

é, se ainda fosse possível para o capitalismo, à escala da economia internacional, como sistema mundial, oferecer um horizonte de desenvolvimento para toda a sociedade, ainda que com desigualdades (como é próprio da natureza de uma economia de mercado) então, nesse marco, as reformas seriam não só plausíveis como perenes e sustentadas, e não estando colocada a atualidade da revolução proletária, em consequência, a radicalização das liberdades de classe no interior da democracia seria o centro do programa mínimo, e corresponderia, apropriadamente, um lugar de propaganda ao programa máximo. Nesse sentido, a identificação de um sistema econômico-social como caduco ou progressivo é sempre uma caracterização relativa, e não implica, nem pressupõe, um bloco político permanente de colaboração de classes, ou seja um campo comum (a não ser quando se precipita uma guerra, como no caso da guerra contra o escravismo nos EUA, em que se impunha um *campo militar* com Lincoln contra os secessionistas, o que de novo, não seria o mesmo que um bloco político).

Um fenómeno social, uma posição política, uma lei do parlamento, ou um bloco militar em uma guerra e, portanto, também a necessidade ou não de uma frente política, etc. seriam assim *progressivos contra o outro*, de acordo com a natureza do maior ou menor *amadurecimento objetivo* dos sujeitos sociais. *Os tempos históricos governavam as suas apreciações dos processos políticos*. Essa parece ser a leitura mais próxima da posição de Marx.

A posição de Bernstein inverteu metodologicamente os termos da questão para chegar à teoria dos campos progressivos: *os tempos da política passaram a governar por cima da apreciação dos processos históricos*. O império do presente, o pior dos impressionismos, passou a ser a

*transparentes, que contenían polvo de oro; en pedazos de estaño, cortados, en forma de T, y en saquitos de cacao en los que habia un em unero especificado de granos. « ¡Oh, dichosa moneda», dice Pedro Mártir (De Orbe Novo), «que ofrece al género humano un brebaje gustoso y nutritivo y hace a sus poseedores inmunes al flagelo infernal de la avaricia, ya que no se le puede enterrar ni conservar largo tiempo!» (Grundrisse der Kritik der Politischen Okonomie, Dietz verlag, Berlin, 1953, p. 718, 721 Escrito entre agosto de 1857 y junio de 1858.)*MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich, **Materiales para la Historia de America Latina**, Córdoba, Cuadernos de pasado y presente 30,1974, p.24/43)

medida da avaliação das perspectivas da época. À sua maneira, contudo, não se pode negar uma coerência de método em Bernstein: quando inicia a sua revisão contestando a caracterização de época, vai ao centro da polêmica. E por isso o afã de fundamentar com inesgotáveis estatísticas as indicações de um novo período de sustentado crescimento econômico e industrial na Alemanha, que contrariavam os prognósticos de crise iminente e a não confirmação da tendência histórica à pauperização.

Por último, merece ser examinada a concepção de Bernstein sobre necessidade histórica (e suas relações com a liberdade humana, expressão de uma vontade consciente, e com o acaso). Ele a renegava, e acusava o marxismo nesse terreno de ser um calvinismo sem deus, e sustentava, como já vimos, a necessidade de fundamentar um projeto socialista em um imperativo moral que deveria se expressar através do Direito, em uma evolução e aperfeiçoamento da democracia. E reivindicava Marx, quando insistia que os fins, ou seja, a perspectiva do poder, pouco lhe interessava, porque a época das revoluções tinha se encerrado para sempre nos países avançados com o triunfo da democracia (a defesa da via “inglesa”), e porque o mais importante era os meios, isto é, a luta mais imediata pelas reivindicações. O resto... o resto eram resíduos blanquistas dos quais o jovem Marx nunca teria se desembaraçado:

“Aunque la mentalidad blanquista no se puso de manifiesto nunca con tanta claridad y sin rémoras como en la circular de la Liga de los comunistas de marzo de 1850, con sus instrucciones precisas sobre el modo en que, con ocasión de la inminente reanudación revolucionaria, los comunistas debían concentrar todas sus fuerzas en el objetivo de la revolución permanente. Cualquier análisis teórico sobre la naturaleza de la economía moderna, cualquier conocimiento sobre el nivel objetivo del desarrollo económico de Alemania, que con todo estaba muy atrasado, aun respecto al de la Francia, sobre la que Marx escribía en ese mismo período que “la lucha del trabajador industrial contra la burguesía industrial no es más que un hecho parcial, y cualquier posibilidad de comprender la realidad económica, se esfuma ante un programa que ni siquiera un perfecto revolucionario de club hubiera podido trazar en términos más ilusorios. Lo que Marx, seis meses después echaba en cara a Willich-Schapper, lo habían proclamado el y Engels en ese texto; sustituyen las relaciones reales con la mera voluntad como fuerza motora de la

*revolución*³⁰⁹(grifo nosso)

O recurso polêmico habilidoso não consegue esconder as “más” intenções de amálgama político. O que definiu historicamente o blanquismo não foi a defesa da revolução, mas a defesa do putch, ou seja da revolução como uma operação militar de vanguarda que prescinde da participação e apoio político de massas. Não se pode negar a Bernstein, contudo, alguma razão *histórica* no balanço. Embora, como é óbvio, de uma conclusão histórica correta sobre a precocidade do prognóstico de iminência de uma revolução proletária em 48, não decorre, que para todo o sempre, estivesse enterrada a perspectiva das revoluções sociais anticapitalistas. Aí o pulo já é demasiado grande, como a história depois demonstrou.

Nesse sentido o *erro teórico* de Bernstein é mais sério do que o fato de Marx e Engels terem se equivocado em um *vaticínio político*. Marx de fato sempre foi muito cuidadoso em esboçar as linhas mais concretas do que seria um governo dos trabalhadores e a passagem ao socialismo. Identificou na Comuna a primeira realização histórica e fugaz de uma república operária, reconheceu nela a primeira forma da ditadura do proletariado, mas foi sempre prudente em relação às formas que poderia assumir um processo de transição, e seus pudores eram simétricos à ousadia dos primeiros pensadores da causa socialista que apresentavam utopias idiossincráticas e irreconciliáveis entre si. Insistia na necessidade de um governo dos trabalhadores e de uma revolução política para conquista-lo, e pouco mais, a não ser indicações, como a crítica aos proudonistas e blanquistas da Comuna, que no lugar de fazer refém o arcebispo de Paris deveriam ter se apropriado das reservas do Banco de França...

Mas em geral sempre insistiu na idéia geral de que o socialismo seria a passagem do reino da necessidade para o da liberdade.³¹⁰

³⁰⁹. BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia.** Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.135.

Esta fórmula expressava condensadamente duas idéias: a superação da escassez pela abundância; e a superação das classes e do Estado e, portanto, também da política, como poder de administração das pessoas e dos bens ou, em outras palavras, a indivisibilidade da igualdade e da liberdade, como o sentido último da causa socialista. Também nesse terreno, o socialismo moral e jurídico de Bernstein significava uma profunda ruptura, porque se fundamentava na defesa da fraternidade humana e na solidariedade, como valores constitutivos de uma ordem civilizatória superior.

³¹⁰ Sobre este tema da necessidade e a sua relação com a igualdade e liberdade, sempre compreendidos como conceitos relativos, ou seja inseparáveis e indivisíveis, vale conferir esta passagem de Plekhanov, em um texto polêmico contra Bernstein: “*Explicando as palavras de Hegel. "A necessidade só é cega na medida em que não é compreendida", Engels afirmava que a liberdade consiste "no domínio exercido sobre nós e sobre a natureza externa', domínio fundado no conhecimento das necessidades inerentes à natureza."* Engels desenvolveu este pensamento de forma suficientemente clara para aqueles que estão ao corrente da doutrina de Hegel, à qual ele se referia. Mas o mal consiste precisamente em que os kantistas modernos só fazem "criticar" Hegel, sem, contudo estudá-lo. Não conhecendo Hegel, não podiam tampouco conhecer Engels. **Eles faziam, ao autor de Anti-Durhring, a objeção que não há liberdade onde há submissão à necessidade (...)** Mas a filosofia de Marx(...) não se diferencia, entretanto da teoria de Hegel na questão que nos ocupa, a saber, a da relação entre a liberdade e a necessidade. Todo o problema reside em saber o que é preciso entender exatamente por necessidade(...). Uma necessidade, por assim dizer condiciona. É preciso que respiremos, se queremos viver, é preciso usar um medicamento se nos queremos livrar de uma doença e assim por diante(...) Se nos colocamos sob o ponto de vista da "crítica neokantista" de Marx, **é preciso admitir que, nesta necessidade condicional, existe também um elemento de submissão. O homem seria mais livre se pudesse satisfazer suas necessidades sem dispender nenhum esforço. Ele se submete à natureza, mesmo quando a obriga a servi-lo. Mas esta submissão é a condição de sua libertação: submetendo-se à natureza, aumenta com isto seu poder sobre ela, ou seja, sua liberdade. Seria o mesmo no caso onde a produção social estivesse organizada de forma racional. Ao se submeter às exigências da necessidade técnica econômica, os homens poriam termo a este regime insensato que faz com que sejam dominados por seus próprios produtos, ou seja, aumentariam formidavelmente sua liberdade. Aqui também sua submissão tornar-se-ia a fonte de sua libertação. E não é tudo. Afeitos à idéia de que o pensar está separado do ser por um abismo, os "críticos" de Marx só conhecem uma única nuance da necessidade: utilizando ainda uma vez os termos de Aristóteles, eles representam a necessidade unicamente como uma força que nos impede de agir segundo nosso desejo e que nos obriga a fazer o que é contrário a ele. Tal necessidade está, com efeito, em oposição à liberdade e não pode deixar de pesar sobre nós. Mas é preciso não perder de vista, tampouco aqui, que uma força que se apresenta ao homem como força exterior de coerção indo de encontro a seu desejo, pode, em outras circunstâncias apresentar-se a ele sob aspecto totalmente diferente”.** (grifo nosso) (PLEKHANOV, George. **Os Princípios fundamentais do Marxismo**. São Paulo, Hucitec, 1978, p.72/3)

3.2. Kautsky estabelece um novo dogma estratégico: os tempos de espera defensiva e o perigo das revoluções prematuras.

A ossificação teórico-dogmática no interior da Internacional (e a adaptação social do SPD), estava muito longe de ser clara, talvez à exceção da esquerda do Partido Alemão, em especial para Rosa

Luxemburgo, e, ainda assim, parcialmente, quando na virada do século se precipitou o debate sobre época.³¹¹

A interpretação, não só economicista para a política e evolucionista para a história, mas o mais importante, quietista como tática, fatalista como estratégia e germanista como programa elevou-se ao patamar de paradigma, na versão defendida por Kautsky e passou a ser uma chave de explicação da cultura socialista do período do início do século.³¹²

³¹¹ A citação que se segue é de um trabalho posterior, escrito depois da votação dos créditos de guerra pelo SPD, mas é útil porque situa em uma perspectiva histórica e auto-crítica, toda a escolha estratégica do partido alemão, desde finais dos anos 90 do XIX. O por ela assim chamado, novo método, uma nova estratégia política de utilização dos espaços legais para a acumulação de forças, também encerrava grandes perigos: adaptação aos limites da legalidade (pressão da rotina nos sindicatos, temor de lutas mais espontâneas (duras e radicalizadas) que podiam por em risco o direito de participação nas eleições (e ameaçar a publicação dos diários) e adaptação às ilusões democráticas e nacionalistas dos grandes batalhões da classe: *“E a que é que assistimos na Alemanha, na altura da grande prova histórica? À queda mais catastrófica, à derrocada mais espantosa.(...) Para o movimento proletário, a autocrítica, uma autocrítica sem piedade, cruel e que vai mesmo ao fundo dos problemas, é o ar e a luz sem os quais ele não pode viver. Na actual guerra mundial, o proletariado caiu mais baixo do que nunca. Aí reside uma desgraça para toda a humanidade. Mas isso só seria o fim do socialismo se o proletariado internacional se recusasse a medir a profundidade da sua queda e a aproveitar os ensinamentos que ela comporta. Actualmente o que está em causa é todo o último capítulo da evolução do moderno movimento operário durante esses últimos 25 anos. Assim, assistimos à crítica e ao balanço da obra levada a cabo desde há cerca de meio século. A queda da Comuna de Paris tinha selado a primeira fase do movimento operário europeu e o fim da Primeira Internacional. A partir de então começou uma nova fase. As revoluções espontâneas, as revoluções, os combates nas barricadas, depois dos quais o proletariado recaía de cada vez no seu estado passivo, foram então substituídos pela luta quotidiana sistemática, pela utilização do parlamentarismo burguês, organização das massas, união entre a luta económica e a luta política, união do ideal socialista à defesa persistente dos interesses quotidianos imediatos. Pela primeira vez, a causa do proletariado e da sua emancipação via trilhar diante de si uma estrela para a guiar: uma rigorosa doutrina científica. Em lugar de s eitas, de escolas, de utopias, experiências que cada um fazia por si próprio no seu país, tinhase uma base teórica internacional, base comum que fazia convergir os diferentes países em uma única união. A teoria marxista pôs nas mãos da classe operária do mundo inteiro uma bússola que lhe permitia encontrar o seu caminho no turbilhão dos acontecimentos de cada dia e orientar a sua tática de combate em cada hora, na direcção do intuito final, imutável. O partido social-democrata alemão tornou-se representante, o campeão e o guardião deste novo método. A guerra de 1870 e a derrota da Comuna de Paris tinham deslocado para a Alemanha o centro de gravidade do movimento operário europeu. Tal como a França tinha sido o local por excelência da luta da classe proletária durante esta primeira fase, tal como Paris tinha do o coração palpitante e ensanguentado da classe operária europeia nesta época, também classe operária alemã se torna a vanguarda durante o segundo período. Pelo preço de inúmeros sacrifícios, de um trabalho minucioso e infatigável, edificou uma organização exemplar, a mais forte de todas, criou a maior cadeia de prensa, deu origem aos meios mais eficazes de formação e de educação, reuniu à sua volta eleitores em número muito considerável e obteve o maior número de lugares no parlamento.”* (LUXEMBURGO, Rosa. **A Crise da Social Democracia**. Lisboa, Presença, 1974. p.10-1e 13)

³¹² Utilizamos os termos quietista, fatalista e germanista conscientes de que que o seu emprego pode ser pouco comum, e assim poderiam gerar confusões. Alguns esclarecimentos são, portanto, necessários. Pode se dizer que uma estratégia política é quietista (de ficar quieto, na moita), uma adaptação do conceito francês “attentisme”, do verbo “attendre” (esperar), quando ela elege como fim,

Experimentemos indicar três elementos definidores do tema em questão: (a) *uma atitude attentiste* diante da perspectiva de uma crise decisiva do capitalismo, (zusammenbruchstheorie, chamada teoria do colapso, ou desmoronamento, éffondrement, débâcle) prevista, mas nem desejada, nem esperada. Esta perspectiva alimenta uma estratégia política defensiva (ou quietista), a assim denominada, *estratégia do desgaste por oposição à estratégia do aniquilamento* (defendida segundo Kautsky por Rosa). A defesa da acumulação de forças como o “novo método”, a nova “tática”, que espera o momento em que a *necessidade histórica* iria se manifestar e revelar de forma inapelável, pelo crescimento dos votos, dos filiados, dos sindicatos, em um processo linear, a exigência de um governo do partido operário *para defender a democracia*. Ou seja, uma sofisticada e curiosa versão de catastrofismo econômico, que se manifestaria como esgotamento da evolução pacífica do imperialismo, e como impulso de viragem bonapartista do regime, que colocaria a social democracia, legitimamente, em condições de autodefesa, com a autoridade de disputar o poder;

(b) *uma atitude fatalista* diante da inexorabilidade da vitória, concebida como um processo linear de acumulação de forças, em todos os terrenos, em especial a legalidade e a participação eleitoral, a ser defendida incondicionalmente. Um tempo de espera, em que o centro da tática, se resume à máxima cunhada por Kautsky, *nem provocar, nem colaborar*, portanto aguardar, que como os rios carregam as águas para o mar, a história levará, na longuidão de seus ritmos, de crise em crise, ou de eleição em eleição, a social democracia, ao poder.

(c) última e mais importante, *uma atitude germanista*, isto é, um profundo, arraigado e ideologizado nacionalismo alemão, que vê o futuro do socialismo inseparável dos destinos da luta dos trabalhadores na

uma posição defensiva de preservação da relação de forças, sem iniciativas bruscas, ou seja, quando a estratégia não recomenda uma exposição a táticas de risco. O fatalismo em política é em geral associado à idéia de que existe um curso inexorável, determinado pela necessidade histórica, que pode ser acelerado ou retardado, mas não bloqueado. Por germanista, se compreende uma posição

Alemanha, e o SPD como uma espécie de partido-mãe na Internacional (na verdade viam a Segunda como uma extensão, inferior e subordinada ao partido alemão), que tem a sua autonomia política acima de qualquer crítica, limite ou controle.³¹³

Seria esta apresentação do lugar de Kautsky na discussão de estratégia unilateral? Suas posições sobre época, situação e crise revolucionária não são simples de apreender, e o perigo de ser injusto, é grande. Seu lugar na história do marxismo, é inseparável do curso de uma polémica, que assume formas novas, e muito mais claras, somente depois de 14, e aí sim, de maneira inapelável. A duplicidade de suas posições teórico-políticas parece, contudo, assombrosa. Seria, habilidade ou flexibilidade, o encobrimento, perante a Internacional, como a defesa da “ortodoxia”, de um movimento prático de integração e adaptação à ordem do SPD?

Ou seria esse balanço um erro de perspectiva na análise histórica, um anacronismo de avaliação, a posteriori? Os perigos são imensos. Teria, o teórico oficial da Internacional do início do século, sido um marxista revolucionário até os anos que se seguiram à revolução russa de 1905, e só depois, sob as terríveis pressões dos anos que antecederam a Guerra, sucumbido à linha dos sindicatos? O centrismo, como um dos fenômenos crônicos do marxismo no século XX, nasce com Kautsky.³¹⁴

nacionalista filo-alemã, que considera que o lugar da Alemanha, e da sua cultura, no mundo é muito especial

³¹³. Sobre o escandaloso chauvinismo germânico dentro da Internacional, sua autoridade sem limites, e o funcionamento federativo com direito de veto do partido-mãe, vale a pena conferir o balanço de Rosa Luxemburgo, que explica bem o espírito da época: “A social-democracia alemã era (...) ‘a jóia da organização do proletariado consciente. A social-democracia francesa, italiana e belga, os movimentos operários da Holanda, da Escandinávia, da Suíça e dos Estados Unidos imitavam-na com um zelo sempre crescente. Quanto aos eslavos, russos e sociais-democratas balcânicos, olhavam-na com uma admiração sem limites, por assim dizer incondicional. Na Segunda Internacional, o ‘grupo de choque’ alemão tinha um papel preponderante. Durante o congresso, no decorrer das sessões do Gabinete da Internacional Socialista, tudo estava dependente da opinião dos alemães. Em particular por ocasião dos debates sobre os problemas postos pela luta contra o militarismo e sobre a questão da guerra, a posição da social-democracia alemã era sempre decisiva. **‘Para nós, alemães, isto é inaceitável’, vulgarmente era suficiente para decidir a orientação da Internacional. Com uma confiança cega, esta submetia-se às diretrizes da poderosa e tão admirada social-democracia alemã: era o orgulho de todo o socialista e o terror das classes dirigentes de todos os países**”. (grifo nosso) (LUXEMBURGO, Rosa. **A Crise da Social Democracia**. Lisboa, Presença, 1974. p.12)

³¹⁴A esse propósito, a questão do centrismo, algumas considerações são necessárias. O centrismo é

Centrista de “esquerda” sob o impacto da revolução russa de 1905, centrista de “direita” sob a pressão do deslocamento do SPD para a defesa do regime nos anos que antecedem o grande sucesso eleitoral de 12, et pour cause, reivindicado em público por todas as alas, em cada momento da luta política, e criticado por todos, em reservado, pela hesitação em alinhamentos permanentes. Como todos os grandes dirigentes e pensadores marxistas, encontraremos na sua imensa obra, necessariamente, vários Kautskys. Muitos dos seus ensaios foram unânimes e recebidos e apreciados como clássicos do marxismo. Assim, como devemos interpretar a

uma das mais perenes manifestações das tremendas pressões em que está imerso o problema da representação política independente dos trabalhadores. Trata-se de um fenômeno político crônico e, curiosamente, pouco estudado. Já se escreveu rios de tinta sobre as duas correntes em que o movimento marxista se dividiu neste século: reformistas e revolucionários. Essa visão é simplista e empobrecedora. Como uma primeira aproximação ao tema é somente tolerável. Ocorre que o assim chamado, campo reformista, é muito heterogêneo, e isso é o mínimo que se pode dizer também do campo revolucionário. Mas, o que é mais grave, é que se despreza, em geral, o fato de que o marxismo não se dividiu em duas, mas, essencialmente, em três grandes correntes, e o centrismo é a terceira. Menos orgânica que as duas outras, o centrismo demonstrou, todavia, ter a mesma longevidade de seus adversários. Kautsky, pode ser considerado, o pioneiro. Um dos grandes temas que define o lugar do centrismo é a discussão sobre o Estado. Merece ser recuperada uma dimensão do debate estratégico que, por muitos anos, permaneceu relegada à preocupação de estudiosos do que poderíamos chamar o cripto-marxismo, mas que hoje voltou a ter uma certa importância: o tema do estatismo na tradição marxista. No ensaio que se segue, Salvadori resgata que Pannekoek foi o primeiro no campo do marxismo revolucionário, a polemizar com Kautsky sobre o assunto, e desde posições que posteriormente seriam assumidas por toda a esquerda da Internacional, ou seja, o programa face à máquina do Estado, a sua destruição pela revolução socialista para dar origem a uma nova forma de Estado, ou a sua apropriação intacta: *“A polémica com Rosa Luxemburgo permitiu evidenciar claramente o ponto a que Kautsky chegara: uma interpretação da revolução segundo a qual essa consistia em formar um governo apenas do proletariado, rechaçando qualquer forma de ação que fosse além dos meios oferecidos pelas instituições parlamentares e -pelas manifestações de massa sob controle direto dos sindicatos e do Partido. Pouco depois da polémica com Rosa, Kautsky travou urna outra com Anton Pannekoek, cujo elemento de fundo foi a mais decidida defesa do caminho parlamentar e a recusa de qualquer perspectiva de subversão das instituições estatais no curso do processo de passagem para o socialismo. Depois que Kautsky expressou (...) toda sua aversão pelo ativismo espontaneísta implícito na estratégia do movimento de massa proposta pelos novos radicais, assim como pela subestimação da importância da organização e pela exaltação das virtudes potencialmente revolucionárias dos “desorganizados”, que graças ao espontaneísmo revolucionário introduziriam na luta um elemento “inteiramente imprevisível”, Pannekoek – que na polémica entre Kautsky e Rosa Luxemburg se sentira mais próximo dessa última – replicou que a crise do reformismo, determinada pelo imperialismo, podia ser superada apenas mediante ações de massa, ou seja, colocando o peso predominante em uma estratégia extraparlamentar. Não se tratava apenas de meios novos, mas também de fins novos. Esses fins se expressavam em um Estado que tomasse sua fisionomia do proletariado, em contraposição ao Estado modelado pela burguesia: “A luta do proletariado – escrevia Pannekoek – não é simplesmente uma luta contra a burguesia- pelo poder estatal corno objeto, mas uma luta contra o poder estatal, a qual se expressa segundo ‘os instrumentos de poder do proletariado’. Era uma tese que entrava em aberto contraste com a de Kautsky, que defendia a necessidade de usar a máquina do Estado parlamentar para finalidades socialistas.”*(grifo nosso) (SALVADORI, Maximo, **Kautsky, entre ortodoxia e revisionismo**, in

defesa intransigente da acumulação de forças como estratégia, a legalidade como princípio, o desgaste como método, a espera como tática, o eleitoralismo como prática?

Kautsky reconheceu, cedo, que com o imperialismo tinha se aberto uma época revolucionária, e que a decadência do capitalismo se manifestaria em uma disputa pelo domínio do mercado mundial que ameaçaria com a guerra; reconheceu, com flexibilidade, que no período histórico anterior não se tinha aberto nenhuma situação revolucionária em nenhum país chave, e por isso, flertando à direita, não desdenhava, nem diminuía a importância da luta por reformas como tática central³¹⁵; e, com astúcia, flertando à esquerda, insistia na perspectiva histórica de que uma crise revolucionária poderia se abrir na seqüência de uma crise econômica catastrófica. Aonde Bernstein ia até ao fim da linha, e suprimia o programa máximo (o passado da época de reformas deve governar o presente), Kautsky

História do Marxismo, HOBBSAWM, Eric, org, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.331)

³¹⁵ O lugar da previsão é muito polêmico. Kautsky foi um dos grandes analistas do seu tempo e esteve, no debate marxista, entre os que defendiam a necessidade dos prognósticos. Uma das características, pouco ressaltadas, do método marxista, que provoca urticária em toda a tradição empírica anglo-saxônica (e no Brasil, também, pelo peso crescente desta escola), é a defesa da indivisibilidade da apreciação histórica, da análise política do presente, e suas articulações com os cenários mais prováveis. Esses planos cruzados não devem se separar. Antecipar-se às tendências mais prováveis dos acontecimentos é vital, e coloca o partido operário em condições invejáveis de vantagem comparativa em relação aos partidos burgueses. Em uma palavra, prever e agir em coerência, não é diletantismo. Sempre e quando, não se cometa o erro ingênuo, de se apaixonar pelas próprias análises. Sobre a necessidade teórica de prognósticos, sob pena de reduzir a política ao empirismo mais canhestro e imediatista, e ao mesmo tempo sobre os erros de previsão dos marxistas sobre a iminência de abertura de uma situação revolucionária na Alemanha, Kautsky fazia um balanço irretocável, que se segue, no livro **O caminho do poder**: *“Temos visto que em geral os marxistas não se mostraram tão maus profetas como se tem pretendido fazer crer; é verdade que alguns deles têm-se equivocado sempre até aqui em um ponto, isto é, quando se tratou de determinar o momento em que se produziriam grandes lutas revolucionárias e deslocamentos de forças consideráveis no terreno político em favor do proletariado(...) Nas últimas décadas não se deram de uma só vez as citadas condições (para uma situação revolucionária), pelo menos na Europa Ocidental. O proletariado não formava a maioria da população, e o Partido Socialista não era o partido mais forte. Se, não obstante, esperávamos a vinda próxima da revolução, era porque contávamos não só com o proletariado, senão também com as massas revolucionárias da pequena burguesia democrática e com a multidão dos pequenos burgueses e camponeses que marchava atrás(...) a democracia burguesa não é na Alemanha sequer um partido de oposição. Além disso, a insegurança que reinava antes de 1870 nos grandes Estados da Europa desapareceu depois desta época, exceto na Rússia. Os governos consolidaram-se, ganharam em força e estabilidade. Cada um deles, enfim, soube fazer crer à nação que representava seus interesses. É assim justamente como no começo da época que viu nascer um movimento operário durável e autônomo, isto é, desde 1860, as probabilidades de uma revolução política diminuíram cada vez mais durante certo tempo, enquanto o proletariado, que cada vez mais tinha necessidade desta revolução e a imaginava semelhante às revoluções realizadas depois de 1789, a esperava em um futuro próximo.”* (grifo nosso) (KAUTSKY, Karl. **O caminho do poder**. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC. 1979. p.53-4)

ficava na metade do caminho: separa o programa máximo do mínimo, mas não se desembaraça de nenhum.

Kautsky era um dirigente prudente, como a história depois revelou, de forma amarga, para ele e seu partido: subestimou até o fim as pressões nacionalistas devastadoras que se abatiam sobre os trabalhadores alemães e, portanto sobre o SPD.³¹⁶

O seu não era um centrismo progressivo, como o de correntes alheias ao marxismo, que poderiam ter uma dinâmica de crescente

³¹⁶ O internacionalismo de Kautsky sempre foi muito diferente do de Marx. Sempre teve uma visão acentuadamente nacionalista, em particular sobre o lugar central do proletariado alemão. Até o fim da vida, como se pode se conferir no fragmento abaixo, permaneceu defensor de uma concepção de Internacional arraigadamente federalista, ou seja, um mesmo modelo de organização e de regime interno para qualquer época e situação histórica, de tal forma, que não deveria haver qualquer tipo de centralização, nem estratégia nem política comum entre os partidos. Apresenta a curiosa teoria que afirma que à medida que os partidos operários conquistam maior influência e crescem, a Internacional perderia necessariamente a sua capacidade de centro de análise e decisão política. Este conceito é estranho ao pensamento e prática de Marx, que sempre compreendeu: (a) que o centralismo na Internacional tem uma natureza qualitativamente distinta, dos graus de centralismo que as seções nacionais podem e devem esperar de seus membros, porque é um centralismo sobre partidos e não sobre militantes; (b) que a Internacional, por mais frágil que seja, e por mais desproporcional que seja a influência de uma, ou mais do que uma de suas seções, sempre seria um quadro de organização superior aos estreitos limites de elaboração de qualquer de seus partidos nacionais. Kautsky estendia para o balanço do passado suas concepções federalistas, e arrisca uma avaliação ultra-crítica da luta política da fração marxista dentro da Primeira Internacional: a opinião que Marx teria se equivocado ao buscar um patamar superior de unidade política no interior da Primeira Internacional, ainda que ao custo de irremediáveis divisões. Isso, mesmo depois do desastre de 14 (o apoio dos partidos alemão e francês às suas respectivas burguesias) e que o obrigou após a guerra, ao lado de Bernstein, Hilferding e outros, a romper com o SPD e fundar o USPD: *“Desde o início da sua atividade(...) (Marx) foi perseguido de país em país, até à altura em que a revolução de 1848 lhe fez esperar pela vitória. Com a derrota da revolução, viu-se de novo rejeitado para a miséria política e pessoal, que parecia sem esperança, tanto mais que no exílio se via boicotado, por um lado pela democracia burguesa, por outro por uma parte dos próprios comunistas, que o combatiam porque não era, segundo eles, suficientemente revolucionário e porque um grande número dos seus partidários se encontravam presos por muitos anos nas fortalezas prussianas. Veio finalmente uma abertura, a Internacional: mas após alguns anos esta desapareceu também, depois da queda da Comuna de Paris, e foi dissolvida na confusão. Bem entendido, a Internacional tinha realizado a sua tarefa do modo mais brilhante, mas precisamente em virtude disso os movimentos revolucionários dos diferentes países tinham-se tornado autônomos. Quanto mais crescia, mais a Internacional tinha necessidade de uma forma de organização mais elástica, que deixasse mais lugar às diferentes organizações nacionais. Todavia, na mesma altura, os dirigentes dos sindicatos ingleses que queriam avançar com os liberais sentiram-se pouco à vontade em virtude das tendências da luta de classe, quando nos países latinos o anarquismo bakunista se revoltava contra a participação dos trabalhadores na política – fenômenos que precisamente levaram então o Conselho Geral da Internacional à aplicação mais rigorosa das suas atribuições centralizadoras, quando o federalismo se mostrava mais necessário do que nunca na organização. O intrépido navio conduzido por Marx encalhou neste recife”* (grifo nosso) (KAUTSKY, Karl. *As três fontes do Marxismo*. São Paulo, Global, [s/d]. Coleção Bases 24. p.78-9)

aproximação na prática (como ocorreu em inúmeros processos revolucionários, sob a pressão dos acontecimentos, como por exemplo “os amigos de Durruti” na guerra civil espanhola), mas o fenômeno inverso. Um centrismo regressivo, que sob a forma da defesa de uma “doutrina”, por “patriotismo” da unidade do partido (uma ideologização do papel do aparelho político) sucumbiu à defesa da “estatização” política (oposição, até intransigente, ao governo, mas adaptação ao regime político, integração como um partido da ordem) sofrida pelo SPD depois de décadas do benefício (e das armadilhas) da legalidade.³¹⁷

³¹⁷ O fragmento que se segue procura fazer uma síntese das posições de Kautsky e sua herança. Mas creio que lhe escapa o que é fundamental. É inconsistente responsabilizar Engels pelas concepções semi-positivistas de Kautsky (ou deterministas, o que também é verdadeiro), e me parece também invertida a relação entre teoria e estratégia política: não é o determinismo que fundamenta o nacionalismo, o quietismo e o fatalismo, mas exatamente o contrário. Todavia a questão central me parece a seguinte: ocorre na verdade uma curiosa injustiça com a memória de Kautsky. Poucos pensadores e dirigentes políticos foram e continuam sendo tão influentes, mas quase ninguém o reivindica. Nenhuma corrente organizada na esquerda o defende. Ficou condenado ao silêncio. Não é mais publicado. Por quê os kautskistas não reivindicam Kautsky e preferem se proteger sob o guarda chuva de Gramsci, por exemplo? Há uma história por trás destes números de prestidigitação mágica. A memória de Kautsky ficou para sempre associada ao desastre do 4 de Agosto de 14, e à sua posição hostil diante da revolução de outubro. E foi tão grande o prestígio de Outubro, que Kautsky ficou maldito. Para a social democracia pós 17/8, seus escritos são incômodos porque cheios de referências à luta de classes, à necessidade da expropriação, e até à legitimidade da revolução. Por outro lado, a partir dos anos 60, a crise do estalinismo no Ocidente teve como epicentro a Itália, onde o PC detinha as mais poderosas posições no movimento operário. Foi na Itália que se iniciou o processo do auto-denominado euro comunismo, ou seja, foi a vanguarda da social-democratização dos partidos que até então tinham mantido uma estreita fidelidade ao centro mundial do estalinismo em Moscou. Mas os recém convertidos à democracia como valor universal, não podiam recorrer aos textos de Kautsky como fundamento teórico, porque vinham de uma tradição, em que pelo menos nas palavras, era preciso manter a referência à revolução de outubro. Sobrou para o pobre Gramsci o lugar de teórico oficial do euro-comunismo. **Mas trata-se de uma dupla injustiça: nem Gramsci merece o papel de kautskista “après la lettre”, nem Kautsky merece o limbo ao qual foi condenado.** O que foi dito sobre a Itália, poderia também ser dito sobre as máscaras gramscianas usadas pela corrente majoritária do PT no Brasil. Agregar uma terceira injustiça com Engels não vai ajudar a esclarecer muita coisa : *“Apesar de um deslizamento progressivo em direção a um reformismo parlamentar coerentemente formulado e dos reposicionamentos frente à cultura do marxismo em ruptura e transformação no período, são evidentes as fortes linhas de continuidade nas reflexões de Kautski. essas se relacionam com a síntese muito particular do marxismo a partir de um racionalismo iluminista fortemente marcado pelo darwinismo e pelo positivismo (a ausência quase completa da influência do idealismo alemão e das leituras de Hegel), o impacto do Anti-Dühring de Engels e o período de formação em estreito contato com este em Londres. Este caldo de cultura originou uma visão determinista da história expressa através de um evolucionismo de fundo darwinista, que pensava o socialismo como uma resultante genética inevitável do próprio desenvolvimento das contradições do capitalismo.”* (grifo nosso) (GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e Marxismo, crítica à razão liberal.** São Paulo, Xamã, 1999, p.88)

Com a publicação ainda em 1899 de *Bernstein und das sozialdemokratische Programm* ele assume a dianteira da condenação do revisionismo na Internacional: é ele o primeiro a questionar os fundamentos da apostasia. Responde com erudição aos truques polêmicos de Bernstein (reivindicar Marx contra os marxistas, ou o velho Marx contra o jovem Marx, um caminho depois percorrido por muitos outros) e devolve na mesma moeda, observando que não era incomum a evolução do liberalismo ao marxismo, mas o caminho inverso se fazia pela primeira vez.

Defende o materialismo histórico, teoria na qual o proletariado encontraria o fundamento de suas exigências socialistas, da acusação de fatalismo economicista, e argumenta que não há determinações absolutas, não há um momento aquém do qual a revolução não seja possível, nem um momento além do qual ela não seja necessária: a concentração do Capital põe o problema histórico (a necessidade do socialismo); o desenvolvimento das forças produtivas traz o sujeito social (o proletariado moderno); cria as condições materiais para uma solução superior ao impasse da civilização (a produção socializada).³¹⁸

Mas talvez seja injusto acusar o marxismo de Kautsky de objetivismo vulgar. Não parece tão simples.³¹⁹Mais evolucionista do que

³¹⁸. No “As doutrinas econômicas de Karl Marx”, traduzido para o castelhano como “Comentários ao Capital”, Kautsky desenvolve essas considerações sobre a necessidade histórica da socialização da propriedade e do planejamento, como uma consequência natural do desenvolvimento que o capitalismo já atingiu: *“Marx fué el primero en revelar el carácter fetichista de la mercancía que comprendió que el capital no es un objeto, sino una relación social establecida por medio de las cosas y lo reconoció como una categoría histórica. Fué el primero en investigar las leyes del movimiento y del desarrollo del capital. Fué el primero en deducir los fines del actual movimiento social como consecuencias naturales y necesaria de la evolución histórica anterior, en lugar de construirlas arbitrariamente como exigencias de una eterna justicia.(...). Señala también el único camino por el que puede continuar el progreso de la sociedad: la adaptación de la forma de apropiación al modo de producción; los medios de producción en poder de la sociedad; la transformación completa e incondicional de la producción individual en social, sólo realizada a medias por el capital. Con ello empieza también una nueva era de la historia de la humanidad. La anárquica producción mercantil es reemplazada por la organización consciente y planeada de la producción social. Acaba la dominación del producto sobre el productor. El hombre, siempre dueño de las fuerzas naturales, se convierte en dueño también de la evolución social.”Entonces los hombres construirán su propia historia con plena conciencia, ' dice Engels, "entonces las causas sociales que ellos ponen en movimiento brindarán predominantemente y en medida siempre creciente los resultados deseados por ellos, Es el sa!to de la humanidad desde el reino de la necesidad al de la libertad.* (grifo nosso) (KAUTSKY, Karl. **Comentarios al Capital**. Mexico, Ediciones de Cultura Popular, 1977. p.290/1/2)

³¹⁹ Kautsky foi, acima de tudo, um político militante, um dirigente. Ainda que seja, hoje, quase um

economicista, mais reformista do que determinista, Kautsky é um homem de partido, e a sua teoria se adapta às pressões políticas de uma escolha estratégica: manter posições a qualquer preço. Assim, a questão do seu lugar na tradição, não se explica e não pode ser reduzido por uma datação da sua obra. Como todo pensamento político, o seu evoluiu sob o impacto dos acontecimentos. Mas não se pode negar, que ele perseguiu, e, em grande medida, conseguiu, uma notável coerência. Teve certamente as suas famosas três fases: o período que se estende até as greves gerais na Bélgica e a revolução russa de 1905, o período que vai até à véspera da votação de 14, e

lugar comum a qualificação de sua obra como determinista, a acusação, neste caso, é certamente insuficiente para esclarecer a influência e papel insubstituível que exerceu no marxismo organizado à escala internacional durante vinte anos. Além de um teórico *strictu sensu* (nessa condição foi, por muitos anos, o teórico oficial do SPD, e, portanto, a máxima autoridade em marxismo), foi também um polemista hábil. Mas, certamente, nunca foi um acadêmico, vinha de uma origem simples (embora acompanhasse a produção universitária). Ao contrário, aliás, de Rosa, que tinha credenciais universitárias, não hostilizava os acadêmicos que se aproximaram do partido. Ao lado de Bebel, representou o apogeu do sucesso da construção do primeiro partido operário com influência de massas, e a importância da tática de pleno aproveitamento da legalidade. Sendo muito zeloso da unidade do partido em geral, e em especial do seu lugar na direção da revista do SPD, a *Die neue zeit*, pela posição que ela lhe garantia de relativa autonomia, em relação aos vários centros de poder no SPD, inclusive em relação à sua corrente, o centro, ao lado de Bebel, Auer e W.Liebnechet. Mas, talvez, sua posição dirigente explique mais sobre suas posições teóricas do que o inverso, o que não é freqüentemente bem compreendido. Vale conferir o que nos diz Angel: *“Kautsky, tout en défendant longtemps la théorie marxiste, reste lié au centre(...). Théoricien officiel, il ne craint pas, jusque vers 1910, de contredire les principaux dirigeants. Cependant il travaille beaucoup plus sur des schémas et des constructions arbitraires que sur le réel, Si bien que les phénomènes nouveaux échappent, au moins partiellement, à son analyse. Il redoute la révolution tout en la jugeant nécessaire (...) Toutefois à l'opposé de Bernstein, il pense, dès la fin du XIX siècle, qu'à une accalmie provisoire va succéder une aggravation les antagonismes entre les classes et les nations, antagonismes qui ouvriront la voie à de profonds bouleversements. Ces sombres perspectives sont liées à l'apparition de l'impérialisme qu'il ne ménage guère : « Le capital s'est relevé du champ de bataille pour retrouver une nouvelle période de prospérité mais dans sa poitrine l'idéal de la libre-concurrence avait fait place à celui du monopole qui conduit à l'idéal du pirate» Il voit naître le danger d'une alliance entre la hautefinance et les couches belliqueuses, vestiges encore vivaces de la féodalité. D'autre part, la saturation du marché ne permet pas l'absorption d'un capital rapidement et abondamment accumulé. Anticipant sur son ami Hilferding, il prévoit que « la politique mondiale aura pour dernière conséquence : la guerre mondiale »(...) Dès 1898, il admet la possibilité d'une voie anglaise vers le socialisme. Son souci de l'unité le place au voisinage de Bebel. Comme lui encore, il fait fond sur les lois naturelles de l'économie plus que sur le rôle de la conscience ; il aboutit en fin de compte au même fatalisme économique à l'opposé de Marx et d'Engels, et à l'égal de Bernstein, il estime inconcevable la destruction de l'E'tat et la suppression de toute bureaucratie. Le révisionniste aura beau jeu dans ses contre-attaques pour accuser de quiétisme politique le théoricien de la socialdémocratie allemande et internationale. Il découvre avec perspicacité le défaut de la cuirasse chez son adversaire. « Pour moi, écrit-il, la tactique de Kautsky revient à se laisser pousser d'une façon fataliste dans une impasse. Il repousse à la fois la tactique axée sur la catastrophe et la tactique de sape préconisée par les adversaires de la catastrophe» (grifo nosso) (ANGEL, Pierre. *Eduard Bernstein et L'évolution du socialisme allemand*. Paris, Marcel Didier, 1961. p.169-170)*

a fase seguinte e final, que tem uma nova inflexão, cada vez mais conservadora, após Outubro. Mas há um fio condutor.³²⁰

Kautsky ficou prisioneiro de uma interpretação completamente unilateral do que seria o regime democrático na Alemanha do início do século. *A democracia foi sempre a questão político-teórico fundamental* para compreender sua evolução (e continua sendo hoje, junto com as pressões do nacionalismo, um dos maiores, senão o maior, desafio do movimento operário moderno). Sua teoria, estratégia e tática, foram fortes enquanto a democracia foi estável, e a sua ruína foi paralela ao desmoronamento das ilusões em um regime político, que ele apostava ser perene e duradouro, e se revelou, no país mais desenvolvido e culto da

³²⁰ Sobre a importância histórica, a autoridade política e a estatura pessoal de Kautsky para a geração seguinte, podemos a seguir conferir o retrato pessoal e político que Trotsky desenha dele em sua autobiografia: “*Y como Hilferdig, em el curso de la conversación, calificase de revolucionarios a los del ala izquierda alemana, Mehning le interrumpió diciendo: “¡Vaya unos revolucionarios! ¡Ellos, ellos si que son revolucionarios!” Y apuntó hacia donde yo estaba. Yo no conocía lo suficiente a Mehning, y como estaba tan acostumbrado a las ironías de aquellos buenos señores siempre que hablaban de la revolución rusa, no sabía si lo decía en serio o en broma. Pero no; hablaba en serio, como luego había de demostrarlo con su conducta y su vida entera. A Kautsky lo vi por primera vez en 1907. Fue Parvus quien me llevo a su casa. Y con qué emoción subí la escalera de aquella limpia casita de Friedenau, en los alrededores de Berlín! Me encontré con un viejecillo alegre y de pelo blanco, claros ojos azules, que me saludaba en ruso- La primera impresión, unida a lo que ya sabía de él por sus libros, hizo que su figura me resultase muy simpática. Lo que más me agradaba, era la total ausencia de vanidad, aunque ello se debía -según hube de comprender más tarde- a la autoridad indiscutida de que gozaba por aquel entonces y a la serenidad interior que ello le producía. Sus enemigos le llamaban "El Papa" de la Internacional, tratamiento que a veces le daban también cariñosamente sus amigos. La madre de Kautsky, una señora vieja, (...)recibió el día en que cumplía los setenta y cinco años un saludo de los socialistas de Italia concebido en estos términos: “*alla mamma del papa*”. Kautsky entendía que su misión teórica magna estaba en conciliar el reformismo con la revolución. Su formación ideológica databa de la época reformista. La revolución era para él una perspectiva histórica muy confusa. Kautsky recogió el marxismo como un sistema acabado y completo y se dedicó a vulgarizarlo como un maestro de escuela. Este hombre no estaba hecho para los grandes acontecimientos. Su estrella empezó a declinar con la revolución de 1905. Su amistad con Rosa Luxemburgo coincidió con su mejor época de labor intelectual.(...). Kautsky simpatizaba con la revolución rusa y la comentaba de un modo excelente... desde lejos. Había en él una aversión orgánica contra todo lo que significase trasplantar los métodos revolucionarios al suelo alemán. Visitando yo a Kautsky, momentos antes de celebrarse la manifestación del parque de Treptov, me encontré allí a Rosa Luxemburgo, que discutía acaloradamente con él. Y aunque se trataban de tú y hablaban en un tono de intimidad, no era difícil percibir la ira contenida en las réplicas de Rosa y la profunda perplejidad, disfrazada entre pobres bromas. Fuimos juntos a la manifestación, Rosa, Kautsky, su mujer, Hilferding,(...) y yo. Durante el trayecto hubo discusiones bastante agrias. Kautsky deseaba ver la manifestación como mero espectador; Rosa Luxemburgo quería intervenir en ella. Aquel antagonismo latente condujo a una abierta ruptura en 1910.(...) Fue entonces cuando Kautsky desarrolló su filosofía de la estrategia de agotamiento frente a la estrategia de conquista y destrucción. En la polémica se enfrentaban dos tendencias irreconciliables. La que Kautsky sostenía*

Europa, frágil e indefeso, diante de uma derrota militar catastrófica, e de uma crise econômica devastadora e implacável. O *centrismo* de Kautsky revelou-se infértil na teoria, e desarmado na política, quando a luta de classes se radicalizou sob a república de Weimar. Eis aqui um exemplo cruel das “astúcias da história”, o nazismo conquistou influência política de massas, e finalmente chegou ao poder no país onde o movimento operário moderno tinha conquistado as mais sólidas posições na defesa da democracia. Como e porquê, o *socialmente* mais poderoso proletariado do Ocidente, e suas impressionantes organizações políticas e sindicais foram derrotadas, ou melhor, *esmagados*, é uma das questões históricas mais desconcertantes do século.

A penetração do capitalismo na Alemanha foi tardia, como sempre insistiu Marx, que dava uma importância enorme ao bloqueio que representou a guerra dos trinta anos no século XVIII, e as seqüelas da Restauração na primeira metade do XIX. Na Alemanha da virada do século, o regime imperialista tinha à sua cabeça um estado dirigido por uma dinastia prussiana com mentalidade aristocrática, que unificara o país com métodos pré-capitalistas, isto é, à bala, preservando os privilégios medievais de uma classe proprietária de terras arcaica e beligerante, os junkers, que praticava um culto medieval à autoridade do Kaiser.

Sua estrutura capitalista cresceu de forma dinâmica e acelerada depois da vitória na guerra franco-prussiana de 1870, mas à custa da preservação de instituições estatais obsoletas. Além da preservação de um Estado com fortes traços aristocráticos intactos, a Alemanha tinha uma formação econômico-social com uma combinação de grande indústria na economia, um enorme proletariado de origem camponesa recente, e uma expressiva pequena-burguesia proprietária. essas espantosas desproporções do tecido social e das formas políticas do II Reich foram agudizadas porque na Alemanha *as reformas por cima ocuparam o lugar da revolução por baixo*,

predicaba, en el fondo, la adaptación cada vez más completa al régimen existente.”(grifo nosso)
(TROTSKY, Leon, **Mi Vida**, Bogotá, Pluma, 1979, p.169)

o que levou a democracia a nascer com uma debilidade visceral, e a modernização a ser um processo incompleto.³²¹

Nesse sentido era o inverso da França: chegou mais tarde à industrialização, mas com um impulso muito mais forte; saltou a etapa das longas décadas da primeira fase da revolução industrial, que só conheceu de forma epidérmica, em algumas partes da Saxônia e no Reno. Mas, simetricamente, a democracia surgiu organicamente frágil, e sem a vitalidade republicana que três revoluções deixaram como herança na França. Na Alemanha, a democracia nasceu submetida a uma tutela bonapartista da monarquia, e limitada por uma vida parlamentar inarticulada e sem substância, enquanto o Estado se fortalecia sob a égide da burocracia civil prussiana, e a tutela de um exército equipado com os mais modernos armamentos e uma mentalidade imperialista.³²²

³²¹ A dialética entre revolução e democracia é um tema instigante. É, na verdade, um dos paradoxos do mundo contemporâneo: onde a democracia não teve como parteira a revolução, ela se revelou historicamente instável e vulnerável, senão fugaz, e onde ela nasceu das mobilizações de massas, a revolução proletária encontrou o mais poderoso dos obstáculos. O apego das amplas massas às conquistas democráticas das gerações anteriores, demonstrou-se historicamente muito arreigado.

³²² O tema do nacionalismo era marginal nos principais debates do marxismo do início do século. Perry Anderson destaca um único trabalho, meio contra a corrente, o que é revelador da dramática subestimação da força de atração das idéias de carácter ou identidade nacional, e da tendência histórica ao seu fortalecimento, no lugar de dissolução. O fenômeno se agravou ao longo do século XX. Uma referência indispensável é o trabalho de Rosdolsky sobre os “povos sem História”, uma recuperação crítica dos artigos de Engels sobre as nacionalidades oprimidas que nunca conquistaram uma forma estatal independente. Constitui um dos Rubicões colocados de forma irreduzível no caminho da esquerda marxista contemporânea. Mais grave nos países centrais do que nos dependentes, os perigos do nacionalismo não deveriam conduzir ao erro simétrico, a saber, a subestimação das questões nacionais não resolvidas: *“Cinco anos depois, Otto Bauer publicou sua volumosa obra sobre **A questão das nacionalidades e a Social Democracia na Áustria**. No centro dela, freqüentemente esquecida hoje, havia uma construção teórica totalmente voltada à idéia de carácter nacional, **um conceito que Kautsky e outros marxistas tinham como herético**, mas Bauer considerava essencial resgatar da ode, do feuilleton e da taverna, se fosse para combater o nacionalismo eficazmente. Isto nunca poderia ser feito negando-se as especificidades auto-evidentes de cada nação, mas somente explicando-as racionalmente como os muitos diferentes produtos da história – que Bauer procurou mostrar por meio de uma análise comparativa das origens sociais do empirismo inglês e do racionalismo francês como traços nacionais salientes, muito no espírito de Hume. Tais traços eram sempre mutáveis, como podia ser visto no bastante recente declínio do *Gründlichkeit* tradicional alemão – ainda valorizado por Engels – em um culto atemorizante do fato e da força. O carácter nacional era um termo descritivo para uma comunidade de cultura que incluía as artes e as ciências, a vida pública e os costumes sociais de um povo, mas, em uma sociedade dividida em classes, os trabalhadores eram sempre em alguma medida excluídos dela. **O socialismo significaria pela primeira vez sua plena extensão e sua livre autodeterminação. Contrariamente às expectativas de muitos marxistas, isto levaria a aumentar e não a diminuir a diferenciação dos caracteres nacionais. Pois, enquanto as dimensões***

A maior das desproporções residia nas ambições anexionistas alimentada por uma ideologia nacionalista exacerbada e entusiasmada, ou seja, um programa imperialista de certa forma “imposto” pelas novas necessidades de crescimento abertas pelo boom econômico do final do século, e o seu lugar de recém chegado na competição pelo mercado mundial, onde a hegemonia inglesa ainda se afirmava, gerando um desafio histórico que não correspondia à suas forças. A história revelou que os apetites do imperialismo alemão só poderiam ser saciados pela via do militarismo e da guerra. A sua voracidade cobrou dezenas de milhões de vidas em duas guerras mundiais, que destruíram o país e arruinaram a Europa. Mas a mais amarga das lições históricas que o genocídio organizado deixou foi a demonstração inelutável que as grandes multidões, incluindo parcelas majoritárias do poderoso proletariado alemão, *revelaram-se indefesas diante da força de atração do discurso nacionalista-apocalíptico da burguesia*. As ilusões de Kautsky, e de sua corrente no SPD, na democracia e no próprio Estado alemão como instituição, não foram confirmadas pela história, e desmoronaram como um castelo de cartas, assim como a Segunda Internacional no quatro de agosto de 14.³²³ A enorme dificuldade das organizações operárias de massa resistirem à dupla pressão do nacionalismo

materiais da cultura iriam certamente tornar-se mais cosmopolitas, uma vez que a classe trabalhadora ganhasse pe sua apropriação espiritual também se tornaria mais de democrática – em outras palavras, naturalizada por meio de milhões de mentes e sensibilidades individuais a mais que no passado, impedindo aquela assimilação convulsivamente rápida de modas estrangeiras típica de elites restritas, como os oligarcas Meiji. Quanto mais popular uma cultura, mais nacional ela seria, sem prejuízo à solidariedade internacional do trabalho.” (grifo nosso) (ANDERSON, Perry. **Zona de Compromisso**. São Paulo, Editora da Unesp, 1995,p.153/4)

³²³ A seguir a pouco conhecida, porem impressionante declaração patriótica da fração de deputados social-democratas no Reichstag, quando votaram os créditos de guerra, abusando do alibi da ameaça do Czar, explorando portanto a conhecida eslavofobia germânica: “*Agora estamos perante a realidade brutal da guerra. O pavor de uma invasão inimiga ameaça-nos. Hoje não temos de decidir a favor ou contra a guerra, mas sim sobre o problema dos meios requeridos com vista à defesa do país. A futura liberdade do nosso povo depende em parte, senão inteiramente, de uma vitória do despotismo russo, que se cobriu de sangue dos melhores homens do seu próprio povo. Trata-se de dissipar esta ameaça, de garantir a civilização e independência do nosso país. Aplicamos um principio sobre o qual sempre insistimos: não abandonamos a nossa pátria na iminência do perigo. Nisto sentimo-nos de acordo com a Internacional, que sempre reconheceu o direito de todos os povos à independência nacional e à autodefesa, tal como, de acordo com ela, condenamos toda a guerra de conquista. Inspirados nesses princípios, votamos os créditos de guerra pedidos.*”(grifo nosso) (apud., LUXEMBURGO, Rosa. **A crise da social democracia**. Lisboa, Presença, 1974, P.25)

e das ilusões democratistas teve na Alemanha um primeiro ensaio, de *uma tragédia que ainda não se encerrou e da qual desconhecemos o capítulo final*.

A importância da influência de Kautsky, e da sua elaboração pioneira e original, como sabemos, está concentrada nas duas primeiras fases de sua vida política. Mas merece ser destacado que o conhecido fatalismo atribuído a Kautsky, é mais um profundo otimismo em relação às perspectivas da democracia, do que uma teleologia do proletariado.³²⁴

³²⁴. O tema das relações entre necessidade, vontade e consciência sempre estiveram no centro do debate para Kautsky. Abaixo temos um fragmento no qual são expostas, com a sua costumeira clareza, as possibilidades e os limites da vontade humana na História, e como a vontade se articularia com a consciência. São um belo exemplo de até onde pode ir o determinismo: o esquema teórico quase naturaliza a vontade e a consciência humana com um estatuto de instintos. Mas não há sombra de uma teleologia do proletariado, ao contrário, o sujeito social é invariavelmente julgado como ainda imaturo para o exercício do poder. Uma teleologia do socialismo não se deve confundir com uma teleologia da classe: *“Daí se infere a segunda tendência que, com a concentração do capital, está qualificada de evolução no sentido do socialismo. Porém não se trata de nenhum modo, neste caso, de um fenômeno privado da vontade e da consciência, tal como geralmente é concebida.(...) Há casos nos quais a vontade de viver de um indivíduo ou de uma sociedade não pode exercer-se senão anulando a de outros indivíduos. (...)Os antagonismos de classes são antagonismo de vontade. A vontade de viver dos capitalistas está chamada a exercer-se em condições que os obrigam a submeter a vontade dos operários e a pô-la a seu serviço. Sem esta sujeição da vontade não haveria lucros capitalistas, os capitalistas não poderiam existir. Por outra parte, a vontade de viver dos operários os impele a insurgir-se contra a vontade dos capitalistas. Dai a luta de classes. Vê-se, pois, que a vontade é a força motora da evolução econômica, a que forma o ponto de partida e penetra em cada uma de suas manifestações. Nada mais absurdo do que considerar a vontade e as relações econômicas como dois fatores independentes entre si. (...) No domínio da economia a necessidade não equivale à ausência da vontade.(...) Se o fenômeno de toda necessidade no domínio econômico, a vontade de viver, não atuasse poderosamente sobre o operário, se houvesse que despertar previamente sua vontade por meios artificiais, todos os nossos esforços seriam aplicados sem quaisquer resultados. Todavia, isto não quer dizer que não exista relação alguma entre a vontade do homem e sua consciência e que este não possua influência sobre ela. Certamente a energia com a qual se manifesta a vontade de viver não depende da consciência, porém a consciência determina as formas em que a vontade de viver se revela em cada caso especial e a divisão de energia entre essas diversas formas. Temos visto que além do instinto, a consciência dirige a vontade e que as formas da vontade dependem da maneira como a consciência conhece as condições de existência e da profundidade deste conhecimento. Porém, como a faculdade do conhecimento é diferente nos diversos indivíduos, sua vontade de viver pode atuar, ainda que seja a mesma, diferentemente sobre as mesmas condições de existência; e esta diversidade que dá a ilusão do livre-arbítrio; as formas da vontade do indivíduo não parece depender de suas condições de existência, mas de sua vontade. A vontade aplicada a luta está determinada pelos seguintes fatores: primeiro, pelo prêmio da luta reservado aos combatentes; segundo, pelo sentimento que têm de sua força; terceiro, por sua verdadeira força. Quanto maior é o prêmio da luta, mais ardor e energia aplicam os combatentes para sair vitoriosos, com a condição, no entanto, de que acreditem possuir as forças e as capacidades requeridas para isso. Se eles mesmos não têm a confiança necessária, por sedutor que seja o prêmio da luta não se desprende dele vontade alguma, senão apenas um desejo, uma aspiração, que pode ser ardente, mas que não gera nenhum ato nem tem nenhum valor prático. Quanto ao sentimento da força, é pior que inútil se não repousa mais do que em simples ilusões e não sobre um conhecimento sério das próprias forças e das do adversário. A força sem nenhum sentimento de força resulta estéril; não engendra vontade. (grifo nosso) (KAUTSKY, Karl. **O caminho do poder**. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC, 1979. p. 31/2/3)*

Este otimismo histórico tinha, por sua vez, como raiz, uma atitude em relação à natureza do Estado: mais do que uma excrescência burocrática de dominação tirânica e de perpetuação da ordem, ele é analisado como um instrumento a ser conquistado, um produto da evolução civilizatória, um aparelho de regulação republicana, que merece ser aperfeiçoado e reformado, nunca destruído.

Em suma, para Kautsky, a História não oferece *a priori* uma solução ao problema da transição histórica: a crise econômica, recorrente, eleva os patamares do desafio, porque exige mais de todas as classes, tensiona a ordem social até à exasperação, e abre o caminho para a mudança, em uma palavra, possibilidades e perigos maiores. Mas, sobretudo perigos, porque se a catástrofe se aproxima, por outro lado, a capacidade de reação das classes dominantes, a imaturidade política do sujeito social, a possibilidade política de acesso ao poder através das eleições, tudo recomendava prudência. Acima de tudo era preciso preservar o partido alemão. Quanto mais a crise revolucionária pudesse ser adiada, quanto mais tempo pudesse ser ganho antes que as batalhas decisivas se precipitassem, maiores seriam as chances de vitória.³²⁵

³²⁵ O catastrofismo econômico que seguramente foi muito influente na cultura marxista, tanto da Segunda, quanto, em maior medida, da Terceira internacional, e talvez, por via da influência desta tradição, tenha se perpetuado até aos nossos dias, exige com certeza uma discussão mais séria, sobre a natureza, do que poderíamos chamar, o problema dos graus de cientificidade das leis nas ciências sociais, ou dos graus de operação da necessidade histórica. em um mundo cada vez mais complexo e em rápida transformação (a aceleração dos ritmos da mudancá histórica é um outro tema teórico que mereceria uma discussão à parte), uma noção formal da operação das leis científicas, que conduz, inevitavelmente, a esquemas sequenciais mecânicos do tipo, a tal causa, tal efeito, seria tão estéril, inútil e improdutivo, quanto a idéia, de novo em voga, de que não há processos regidos por leis na vida social, ou seja, um novo relativismo, no limite, obscurantista, que retiraria à história qualquer importância como ciência. Um bom ponto de partida, é reconhecer o que é óbvio, ou seja, que as leis científicas não operam na sociedade como na natureza, nem na forma nem na substância, isto é, têm um outro estatuto, que decorre da especificidade da relação sujeito/objeto. A necessidade na sociedade não se confronta somente com o acaso, mas crescentemente com graus elevados de liberdade, aqui entendida, como os espaços alargados que a vontade humana veio arrancando, duramente, tanto contra a natureza, sob a forma de progresso econômico. Mas também contra a conflitualidade cega que nasce do antagonismo das relações sociais, ou seja, o espaço crescente da política, o alargamento da esfera do público, ou uma nova centralidade, das decisões e vontades conscientes das classes em luta. A política neutraliza, em alguma medida a necessidade. A força da política, para dar um exemplo, reside na sua capacidade de fazer as classes, mesmo que por um tempo limitado, agirem contra o que lhes surge como a consciência mais imediata dos seus interesses, em busca de uma recompensa material ou moral futura. Essa capacidade de sacrifício, não deve ser minimizada. Nesse sentido, crescentemente, com o ingresso das grandes multidões no espaço da política no século XX, ela ocupa um lugar que no passado

Em Kautsky, *as necessidades da tática se transformam em virtudes da estratégia*. A prudência se une à astúcia, para evitar combates antes da hora, e para ocupar espaços legais limitados durante décadas pelas leis anti-socialistas de Bismarck, e depois permanentemente ameaçados: um partido com 500.000 membros organizados, à maneira alemã (ou seja, muito disciplinados), era um impressionante exército político, sem contar mais dois milhões de trabalhadores nos sindicatos sob influência política, e um sistema de imprensa com uma tiragem diária de um milhão de jornais, que ofereciam sustentação às frações parlamentares no Reichstag e nas assembleias regionais. Essas são as pressões materiais que explicam um respeito vigilante à democracia e um temor patológico às ações de classe mais avançadas que possam ameaçar as posições duramente conquistadas: *a preservação do aparelho político*. O que deveria ser um meio se transformou em um fim em si mesmo.

Mas no esquema teórico kautskista, uma saída positiva só poderia vir de uma ruptura social profunda, uma ação política que tem como pré-condição uma exigência, uma disposição de luta, uma consciência

foi o das religiões para a preservação, ou melhor, para a regulação da vida social. Este novo lugar da política como uma força laica de causalidade histórica, não pode ser diminuído sob pena de tornar o século XX completamente incompreensível. Insistir em um novo lugar histórico para a política como causalidade não deveria ser confundido com subjetivismos exacerbados, do tipo, “a história resulta do choque renovado de vontades humanas sempre imprevisíveis e sempre indetermináveis”, ou outras fórmulas, tão “poéticas” quanto obscurantistas da mesma espécie. Nada de produtivo pode nascer de uma escola de pensamento que renúncia ao primeiro compromisso ético e metodológico que Clio nos impõe: a busca de explicações, que devem se apoiar na descoberta de regularidades, que é a forma como o princípio científico elementar da repetitividade dos fenômenos deve ser utilizado em história; regularidades que sejam úteis para compreender o mundo em que nos cabe viver e lutar por transformar. Assim, para trabalharmos com um exemplo, por quê é tão difícil ser peremptório sobre as causas últimas e os fatores determinantes de um processo como a mudança de etapa ou situação histórica como o que ocorreu nos últimos dez anos? Foi a depressão prolongada aberta em 73/4 a determinação fundamental do colapso da URSS e do conseqüente rearranjo da ordem mundial? Ou os atrasos da revolução mundial, condenaram a ex-URSS ao isolamento por tanto tempo, que a pressão do domínio capitalista sobre o mercado mundial liberaram forças que tornaram a restauração do capitalismo inexorável? Ou talvez ainda não tenhamos a distância histórica necessária, nem o talento suficiente para sequer formular a pergunta da maneira apropriada, quanto mais descobrir a resposta. De qualquer forma, as leis certamente só operam como uma tendência. A previsibilidade só é possível nos assuntos humanos dentro de limites muito estreitos. A necessidade entretanto está lá, nas camadas mais profundas dos subterrâneos da História. Mas em uma medida diferente da natureza. Ela pressiona, enquadra, ordena, estabelece um curso geral dos movimentos da mudança. Mas não regula nem os ritmos, nem as cores, nem os sons do acontecer: o acaso, e para o que nos interessa, graus mais elevados de liberdade humana neutralizam, em alguma medida a pressão das necessidades. A política

de classe objetivada em capacidade de organização (consciência como liberdade, e esta como consciência da necessidade). O que é espantoso nessas formulações é que elas unem uma leitura determinista do marxismo a uma divulgação ortodoxa da doutrina, com uma sutileza tal, que as suas inclinações mais profundas passavam inadvertidas, mesmo para a ala esquerda da Internacional.

Entretanto, suas conclusões não escondiam “enormidades”: os tempos da luta de classes não se estabeleciam mais em função dos combates dos trabalhadores, suas vicissitudes políticas (como em todas as lutas ocorre, vitórias parciais, empates, triunfos, reviravoltas, escaramuças, tragédias), mas se confundiam com os tempos mais estáveis das relações objetivas entre as classes. Mais perigoso ainda, *a medida da consciência de classe* não se media para Kautsky pelo nível de atividade sindical ou política dos trabalhadores, que ele temia, porque poderia desbordar o controle planejado, prudente e responsável do partido, mas pelo número de votos atingido pelo SPD no último sufrágio.

Nessas circunstâncias do debate, não é portanto estranho que Kautsky surja como representante da ortodoxa marxista³²⁶, quando publica em 1909 o clássico **O caminho do poder**, obra que será recebida com aplausos até por Lenin³²⁷. Porque ficou nas mãos de Kautsky,

governa a economia, tanto como esta governa aquela.

³²⁶ . A apreciação mais famosa no movimento marxista acabou sendo a formulada por Lênin e, bem rerepresentada no ensaio de Franco Andreucci. Importante no entanto observar que a apostasia de Kautsky é muito anterior à guerra, e o seu centrismo era regressivo, não era o centrismo das correntes alheias ao marxismo, mas com uma dinâmica da aproximação, mas o fenômeno inverso, crescentemente hostil à perspectiva da revolução: “*Lênin tendia a sublinhar as conotações ideológicas (mas também sociais) das principais correntes do socialismo no período da Segunda Internacional: os oportunistas, isto é, tanto os que partiam das premissas do revisionismo bernsteiniano como os independentes delas, tinham desenvolvido uma política marcada pelo pragmatismo reformista; a ‘esquerda’, da qual os bolchevistas eram os máximos representantes; e finalmente os ‘ortodoxos’, entre os quais se destacava Kautsky, que tinham chegado pouco a pouco à apostasia, no início da guerra ou ligeiramente antes dela.*” (ANDREUCCI, Franco. “A difusão e a vulgarização do marxismo” In HOBSBAWM, Eric J. (org.). **História do Marxismo 2: o Marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira parte)**. Trad. Leando Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p.19)

³²⁷ . Bensaïd alerta corretamente para o fato de que, mesmo depois de 1905, **os bolcheviques e Lenin, em particular, alimentam em relação ao Partido Alemão uma atitude de curiosa reverência e reconhecem em Kautsky uma autoridade**, apesar da polêmica aberta por Rosa Luxemburgo: “*C’est Kautsky qui apparaît dans ce débat du début du siècle comme le porte parole de l’orthodoxie.*

dez anos depois da divulgação da bíblia do revisionismo, um dos poucos que, por sua estreita colaboração com Engels, tinha uma autoridade comparável à de Bernstein (que entretanto tinha sido eleito deputado) no interior da Segunda Internacional, a tarefa de apresentar uma atualização da estratégia e responder à fórmula bernsteiniana “o movimento é tudo, as metas, nada”³²⁸. Ou seja, o elogio da luta pelas reformas que obtêm resultados, a renúncia a utopias pós-revolucionárias, a defesa do alargamento gradual dos espaços democráticos, enfim o *respeito à governabilidade* (a oposição ao governo eleito seria legítima, mas a oposição ao regime seria blanquismo). Ao que Kautsky contrapunha uma fórmula essencialmente ambígua: o imperialismo pode se constituir em uma ameaça de guerra, o inesperado pode acontecer, mas a estratégia de longo prazo deve ser a espera, porque as forças de classe são insuficientes; que conclusões se deduzem? Programa mínimo para a acumulação de forças; programa máximo para a emulação socialista.

Kautsky defendia que a época seria revolucionária, *ainda que a situação ainda não o fosse*. E contra-argumentava que não existiam razões para acreditar na perenidade das conquistas, todas elas parciais, transitórias e efêmeras; isto porque, com o imperialismo moderno subordinando a concorrência livre-cambista pela economia-política de rapina dos piratas, a evolução do capitalismo condenava a sociedade a crises cada vez maiores. E, nessas circunstâncias, todas as conquistas do período passado estariam permanentemente ameaçadas, e a burguesia não hesitaria, se necessário, a utilizar a força, e destruir as formas democrático-

*Rappelons que ce Kautsky-là fait autorité pour Lénine. Attention, contrairement à ce qu'on dit parfois pour se débarrasser d'une question gênante, pas par inadvertance, ni myopie. Ou pas seulement. Lénine est un champion de la lecture attentive (certains diraient aujourd'hui 'symptomale'), un traqueur impitoyable de lapsus politiques. Et pourtant, il y a chez Kautsky, dans les textes même dont il fait l'éloge comme le célèbre 'Chemin du pouvoir', des énormités qu'il ne 'voit pas'". (BENSAÏD, Daniel. **Stratégie et parti**. Paris, La Breche, 1987. p. 13)*

³²⁸ . “Reconheço abertamente que para mim, tem muito pouco sentido e interesse o que em geral se entende como ‘meta do socialismo’. Seja o que fosse, esta meta não significa nada para mim, e em troca, o movimento é tudo” (BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia**. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982. p.75)

constitucionais do Estado, para retirar as concessões que o período de crescimento tinha tornado possíveis.

Há em Kautsky o tempo da política, reforma e revolução não são pensados como dois caminhos em alternativa e opostos, à maneira de Bernstein, mas como dois momentos da estratégia e da tática. O impulso reformista apoiado no sucesso da tática da legalidade, o método alemão, uma *leitura unilateral* das sugestões de Engels sobre as novas características das revoluções de maioria, não se esgotaria, enquanto a burguesia não tomasse a iniciativa de romper com a democracia, impedindo a chegada ao poder pelas eleições, que seria inexorável. Mais ainda, não propunha ao partido se preparar para o *day after* de uma crise econômica catastrófica, e nesses termos respondeu a Bernstein, *opondo-se ao reconhecimento de uma teoria do colapso em Marx*.

O “catastrofismo” em Kautsky tem uma mediação política. Mas, se considerava certa a possibilidade de ameaças à democracia, se viesse a ocorrer um levante bonapartista, *defendia o direito de revolução, mas somente como direito de insurgência defensivo*. Diante de um ataque contra a democracia, caberia ao proletariado, com a legitimidade de quem luta não só em sua autodefesa mas também na defesa dos avanços civilizatórios da fase anterior, assumir o seu papel, e lutar pelo poder. Não era a forma “quimicamente pura” das previsões apocalípticas dos partidários da teoria do “colapso”, como se pode conferir no trecho que se segue de Colletti:

. “Suponiendo que una “teoría del derrumbe” es una teoría que quiere demostrar científicamente las razones por las cuales el sistema está ineluctablemente -vale decir por causas bien determinadas y ciertas- destinado a terminar, se plantea esta pregunta: **en Marx, ¿hay o no hay una teoría del derrumbe?** El lector advertirá que todas las cuestiones que dividen a los autores marxistas (...)van a parar a este punto. Para algunos, negar que la obra de Marx contiene una “teoría del derrumbe” significa traicionar su pensamiento, edulcorarlo, privarlo de todo nervio; para otros es una traición de los intérpretes -aunque se la perpetre de buena fe- atribuirle una. En la incertidumbre de ambas alternativas, sería una gran cosa (por lo menos a los fines de una primera orientación) que se pudiese hacer corresponder una caracterización política con una u otra de esas posiciones. Pero otra complicación que gravita sobre

*el problema de la teoría del derrumbe es que ésta divide a los intérpretes pasando ya sea a la "derecha" o bien a la "izquierda". Tanto Bernstein, el padre del "revisionismo", como Rosa Luxemburg, su más feroz e intransigente adversaria, están en favor de que se atribuya a Marx una "teoría del derrumbe". Por el contrario, ya sea Kautsky o bien Lenin, y tanto el socialdemócrata Hilferding como el entonces bolchevique de izquierda Bujarin, se oponen a esa atribución.*³²⁹(grifo nosso)

Colletti tem razão, não existe qualquer coincidência entre as posições políticas dos marxistas do início do século em relação à estratégia que encontre correspondência com o debate sobre a teoria do colapso. Os alinhamentos são, aparentemente, desconcertantes. Na raiz deste paradoxo estava (e continua colocado) uma profunda questão metodológica: a influência predominante no marxismo da Segunda Internacional de uma *concepção objetivista* do marxismo, que se expressou no debate da teoria do colapso, na identificação de um limite intransponível para a acumulação de Capital, sem considerar como determinação fundamental, as lutas de classes, os acordos e rupturas que as classes fazem entre si para a luta em defesa dos seus interesses. Portanto diferentes concepções sobre *as articulações entre os tempos da crise do Capital e os tempos da luta de classes*, que são tempos diferentes, ainda que inseparáveis.

Por quê dizemos que o “catastrofismo” de Kautsky era, em nossa opinião, mais político do que econômico? Porque ele mantinha restrições às duas fórmulas “clássicas” da teoria do colapso. Por isso respondeu a Bernstein, ao contrário de Cunow e Rosa, argumentando que inexistia em Marx um vaticínio categórico sobre a crise final. Em função de sua elaboração sobre o ultra-imperialismo, se opunha à fórmula que previa uma situação de guerras crônicas entre imperialismos rivais, que precipitaria uma situação revolucionária nos principais países. Não excluía a possibilidade de que à hegemonia inglesa, sucedesse uma nova hegemonia, seja na forma de um condomínio de cartéis, ou de um outro Estado, predominando os acordos no lugar dos conflitos. Mas também se opunha à idéia de uma

³²⁹. COLLETTI, Lucio. *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. Mexico, SigloXXI. p.35-6.

depressão sem fim, uma longa agonia sem ciclos de recuperação, enfim, uma “crise final” de esgotamento do sistema. Nesse terreno, Kautsky era mais flexível: sem excluir nenhuma das duas como hipóteses, não se “casou” com nenhuma fórmula de mão única: não era atraído pelo “matrimônio indissolúvel” com hipóteses economicistas.

Já a teoria política de Kautsky a partir de 1910, na forma politicamente enrijecida de “O caminho do poder”, se sustentava, quase inteiramente, na premissa de que existiria uma incompatibilidade intrínseca entre a democracia e o sufrágio universal, e a preservação de uma economia política do imperialismo. Ou seja, uma das hipóteses de Engels no Testamento de 1895, que extrapolou para além de uma tática política, e passou a ser estratégia programática e permanente. Em outras palavras, para Kautsky seriam “inexoráveis” duas tendências, que a história demonstrou serem esquemáticas, e portanto, unilaterais: (a) a primeira a que previa, quase como certo, como resultado de um processo gradualista de acumulação de forças, que o partido socialista se transformaria em maioria eleitoral, sendo o porta-voz “natural” da maioria economicamente ativa; (b) a segunda, que a burguesia se levantaria em armas contra a democracia diante de um triunfo eleitoral do SPD, porque não toleraria a presença de um partido operário à frente do governo. Por isso a “estratégia ocidental”, ao contrário da Rússia, por exemplo, onde reconhecia a necessidade das “greves gerais contra a tirania”, era defensiva. Como as águas dos rios correm para o mar, o papel do partido era acumular forças e aguardar a vitória eleitoral que se aproximava, sem renunciar à necessidade da revolução, mas a revolução entendida como a insurreição em defesa da democracia, para defender o resultado da vitória eleitoral. Aonde estaria o catastrofismo? Na premissa da incompatibilidade burguesa com um governo do partido operário. Essa incompatibilidade inexistiu.³³⁰

³³⁰. Por outro lado seria ingênuo não observar que o catastrofismo cumpria (e ainda cumpre, embora hoje seja politicamente marginal) uma função como ideologia política. O combate na luta de classes coloca em movimento forças poderosas, que tensionam até ao limite os protagonistas. A força moral de

Nem Bernstein, nem Kautsky, consideram, portanto, a fatalidade de uma crise econômica que coloque a questão do poder, ainda que por diferentes caminhos, o primeiro afirmando a sua vigência em Marx, para criticá-lo, o segundo a negando, para defendê-lo.³³¹ Se, para Bernstein,

cada lado da trincheira ocupa assim um papel não desprezível: nervos e músculos são postos à prova para desafiar o sangue frio e a determinação das classes em conflito. Algumas certezas são vitais para elevar o estado de ânimo e persistir quando as derrotas disseminam hesitação e cepticismo. A crença na ausência de futuro para o inimigo, a força de convicção na possibilidade, sobretudo na iminência da vitória, são uma poderosa arma de agitação. A emulação contra o capitalismo nunca prescindiu, portanto, de uma denúncia implacável contra sua natureza destrutiva, que se manifesta de forma desnuda quando da eclosão das crises. Assim, além de um prognóstico econômico, a idéia de uma iminência da crise (que encerra o pressuposto de que o sistema é efêmero e transitório), alimentava um catastrofismo político que cumpria também uma função pedagógica, porque fortalecia o ardor dos combatentes, que se apoiavam na perspectiva da débâcle do inimigo e ganhavam confiança em si mesmos. Embora ilusório, e no longo prazo essencialmente nocivo, o catastrofismo tende a ser, mesmo que residual, um fenômeno recorrente. Em última análise sempre existirá uma pressão (e uma audiência) de tipo apocalíptica no movimento operário, que tem como fundamento as discordâncias de tempos históricos e tempos políticos (o tempo da maturidade das condições objetivas para ir além da regulação mercantil, oposto ao tempo da imaturidade do sujeito social de se afirmar como classe independente na luta pelo poder); e as desigualdades de experiência entre os setores mais avançados e as camadas mais profundas do movimento dos trabalhadores, que vivem submersas em um universo de referências culturais (em grande parte herdadas da escatologia religiosa) que condiciona uma leitura do seu futuro fora da arena da política, da disputa política que é por definição incerta e imprevisível, ainda em termos de punição e recompensa, castigo e salvação, maligno e benigno, isto é, a força da idéia do destino e do finalismo da luta do bem contra o mal, um maniqueísmo semilaicizado. A lucidez de Gramsci sobre esta questão ideológica do catastrofismo pode ser conferida: *“Alguns anos antes, preso no cárcere fascista, Antonio Gramsci fora ainda mais longe, e se havia interrogado sobre as formas daquele marxismo que tinham chegado até ele, nos anos da sua juventude, e que ele tinha combatido com tanto ardor nas fileiras do Partido Socialista Italiano(...) Através de que mecanismos a filosofia da praxis tinha adquirido um aroma determinista e fatalista? Gramsci escrevia: Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta acaba por se identificar com uma série de derrotas, o determinismo mecanicista se torna uma força formidável de resistência moral, de coesão, de paciente e obstinada perseverança. ‘Fui momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha em meu favor, a longo prazo, etc.’ A vontade real se traveste em um ato de fé, em uma certa racionalidade da história”* (grifo nosso) (ANDREUCCI, Franco. “A difusão e a vulgarização do marxismo” In HOBSBAWM, Eric (org.). **História do marxismo 2: o Marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira parte)**. Trad. de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.22/3)

³³¹. Na verdade a posição de Kautsky é esquiva, e freqüentemente neste como em outros temas usa e abusa de fórmulas como o “sim, mas”, essencialmente elípticas, que a rigor se neutralizam, e dependem muito de uma interpretação de ênfase, ou seja, dependem de uma localização no miolo das polêmicas, para identificar em cada momento, e em função de quais objetivos políticos persegue, qual é o centro do debate, e se a delimitação principal está sendo buscada à esquerda ou à direita. Nesse sentido Colletti tem razão quando se pergunta até que ponto se poderia dissociar Kautsky de algum parentesco e responsabilidade com o catastrofismo: *“La más importante toma de posición de Kautsky sobre el problema de las crisis surge, como en el caso de Conrad Schmidt, en ocasión de una amplia reseña del libro de Tugán-Baranovski(...) El artículo contiene la más rica y madura exposición del punto de vista "ortodoxo" acerca de la perspectiva del desarrollo capitalista y la naturaleza de las crisis en un momento en que todavía eran demasiado vivos los ecos de la BernsteinDebate y de la lucha empeñada por Kautsky contra el "revisionismo”. Con su habitual claridad, el autor expone -en*

os meios são tudo, os fins nada, ou seja, o que tem significado político real é o programa mínimo, Kautsky ficava ainda na metade do caminho. O programa máximo, isto é, a luta pelo poder que inaugura o processo de transição está separado do programa mínimo (as reivindicações mais sentidas) por um abismo: ele se resume à defesa propagandística de que o socialismo é necessário, um dia...

Aonde Bernstein vai até o fim da linha, e conclui, que como a época seria de reformas, o programa máximo é irrelevante, a defesa da socialização da propriedade e do planejamento, além de duvidosos, seriam inconvenientes, logo, o passado governa o presente; Kautsky, habilidoso, defende que a época do imperialismo é revolucionária, mas que *a transição para uma situação revolucionária* exige, ou uma crise econômica catastrófica ou a guerra, que viesse a estabelecer uma nova definição da *correlação de forças*:

*“Que razões temos, pois, para crer que esse momento tão desejado aproxima-se agora, que o estancamento político chega a seu fim, e que as lutas ágeis, o ímpeto vitorioso até a conquista do poder político retomará seu curso? Com razão, na Introdução à obra **Luta de Classes, de Marx, Engels insistia em que as grandes lutas revolucionárias não podem ser realizadas hoje senão por grandes massas conhecedoras das exigências da situação.** Passaram os tempos em que pequenas minorias podiam, mediante uma ação enérgica, derrubar de improviso o governo e pôr outro em seu lugar. Isto era possível em Estados centralizados, onde toda a vida política estava concentrada em uma capital(...). Bastava então*

*el curso de su crítica al libro de Tugán- la teoría marxiana de la baja tendencial de la tasa de ganancia, desplegando al mismo tiempo una explicación de las crisis que individualiza su fundamento en el "subconsumo" de las masas; pero -precisa Kautsky- "el fundamento último y no la causa directa", lo cual significa que, además de dar cabida a la contradicción entre producción y consumo, también se hace lugar a las contradicciones internas a la misma producción. De este modo, en el curso del escrito, se tocan todas las cuestiones más importantes conectadas con la "teoría del derrumbe". En cierto sentido, Kautsky mantiene el punto de vista ya expresado en "Bernstein und das sozialdemokratische Programm" acerca de la inexistencia de una "teoría del derrumbe" en el pensamiento de Marx y Engels, por lo menos en la acepción de un desencadenamiento mecánico y fatal de acontecimientos tal cual la presentara Bernstein al criticar esa teoría y Cunow al defenderla. En sustancia, sin embargo, el modo como Kautsky expone el destino del capitalismo encierra el núcleo esencial de esa teoría, si bien liberándola de las formas más ingenuas y fantásticas de una catástrofe automática y repentina. En el último y extenso parágrafo de su escrito, dedicado a la cuestión de "si, y hasta qué punto, se modifica el carácter de las crisis y si éstas muestran tendencia a desaparecer o a tornarse más atenuadas, como sostenían algunos revisionistas hace dos o tres años, al unísono con el optimismo liberal", la respuesta de Kautsky es neta, y suena en el sentido que "las crisis se van haciendo cada vez más extensas y agudas" (grifo nosso) (COLLETTI, Lucio. **El marxismo y el derrumbe del capitalismo.** Mexico, SigloXXI, p.187)*

*paralisar ou conquistar o exército e a burocracia da capital para apoderar-se do governo, para proceder a uma revolução econômica se a situação geral a exigia. Onde existem essas condições, um deslocamento de forças no terreno político, bastante considerável e capaz de **impossibilitar a existência de um regime antidemocrático**, está sujeito às seguintes condições: 1. **É mister que esse regime seja diretamente hostil à grande massa do povo.** 2. **É mister que haja um grande partido de oposição irreconciliável, que agrupe em suas organizações as massas operárias.** 3. **É mister que esse partido represente os interesses da grande maioria da população e que possua sua confiança.** 4. **É mister, afinal, que a confiança no regime existente, em sua força e em sua estabilidade, esteja abalada em seus próprios órgãos, isto é, na burocracia e no exército.**"³³²(grifo nosso)*

Estamos então diante do tema central, para Kautsky e para o marxismo, das *relações de forças*. Interessante em primeiro lugar destacar a exigência imperativa de que o regime a ser derrotado por uma revolução política seja antidemocrático, o que já estabelece *um veto a priori* a um desafio revolucionário (reduzido ao direito de insurgência) contra uma democracia burguesa. Em segundo lugar, é importante destacar que dos quatro critérios, dois dizem respeito ao Estado e dois ao partido: a exigência de que seja uma tirania odiosa e odiada, e que esteja em agonia, isto é, que a burocracia civil e militar estejam em ruptura e divididas; e a exigência de que o partido de oposição conquiste o apoio da maioria da população, o que está longe de esclarecer quais são as classes e frações de classe que se aliam à classe operária. Por último, a centralidade do partido, curiosamente definido como partido de oposição irreduzível, e não como partido operário ou partido marxista (uma definição ampla, mas irrepreensível, porque como a história demonstrou à exaustão, as revoluções políticas exigem, *como condição sine qua non*, uma direção centralizada e decidida a tomar o poder ; se ela for marxista ou não, depende de fatores que são de outra natureza, e dizem

³³². KAUTSKY, Karl. *O caminho do poder*. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC, 1979. p.53-4.

respeito *ao programa da revolução*: uma organização pode ser revolucionária sem ser marxista, ou pode ser marxista sem ser revolucionária).³³³

Mas, o mais importante, não é tanto o enunciado das condições que definiriam uma situação revolucionária, (que, entretanto, é interessante observar se abstém de qualquer consideração sobre a luta de classes, isto é, por exemplo, se existe disposição revolucionária de luta entre os trabalhadores; se existe um deslocamento nas camadas médias e um setor se agrupa atrás das reivindicações da classe operária; se existem divisões irreconciliáveis dentro das classes dominantes; assim como a existência de órgãos ou organizações que as massas reconheçam como suas formas de contra poder, ou poder paralelo, como ocorreu com a *garde nationale* na Comuna, ou o soviets de petrogrado em 1905 na Rússia), mas os critérios que Kautsky utiliza em seguida para aferir as relações de forças:

*“Saídos em grande parte de pequenos burgueses ou de pequenos camponeses, muitos proletários levam durante muito tempo, todavia, as marcas de sua origem; não se sentem proletários, têm o desejo de posse. Economizam para comprar um lote de terra, abrir uma pequena loja ou exercer por sua conta” um ofício, em minúscula escala e com alguns infelizes aprendizes.(...)Induzi-los à idéia socialista é uma tarefa indispensável, porém infinitamente difícil em tempo normal, uma tarefa que exige a maior abnegação e a maior habilidade e que, no entanto, não caminha tão ligeiro como desejaríamos. **Nosso campo de recrutamento compreende hoje, seguramente, três quartas partes da população e provavelmente mais ainda, enquanto o número de nossos votos não alcança todavia um terço de todos os votantes e a um quarto de todos os eleitores.**”³³⁴ (grifo nosso)*

³³³ Na verdade todas as revoluções de massas que triunfaram no século XX foram dirigidas, à exceção de Outubro, por partidos exércitos, ou seja, por organizações não só centralizadas, mas militarmente centralizadas. Em outras palavras, o contrário do bolchevismo, nesse terreno, pelo menos. Importante recordar, por exemplo, que dois altos dirigentes do bolchevismo, membros do núcleo duro da direção, como hoje se diz, Zinoviev e Kamenev, fizeram uma polêmica pública contra a insurreição nos jornais de São Petersburgo (só isso!), e nem por isso foram diminuídos de seus papéis como dirigentes. A centralização era política e não de tipo militar, e nunca se censurou a expressão de diferenças, mas se limitava a exposição pública das mesmas, por razões óbvias.

³³⁴. KAUTSKY, Karl. *O caminho do poder*. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC, 1979. p.61.

O texto não poderia ser mais claro. A correlação de forças tem no seu centro, para Kautsky, sempre, *elementos objetivos*: peso social da classe operária em relação ao conjunto da população economicamente ativa; percentual da população adulta que não tem interesses materiais vinculados à defesa da propriedade privada; deslocamentos demográficos provocados pelo progresso econômico; e o mais importante de todos, o número de eleitores da social-democracia na última votação.

E os elementos subjetivos da definição das relações de forças? Eles não são citados. Porque não teriam maior importância? Kautsky não ignorava que *os fatores subjetivos são por essência os fatores políticos*, ou seja, os mais instáveis, irregulares, e flutuantes porque expressam o impacto dos acontecimentos sobre o estado de ânimo das classes. Eles estão sobre-determinados pela luta de classes: qual é o grau de exasperação dos trabalhadores nas empresas? Qual é o nível de atividade sindical e política a que estão dispostos e manifestam? Que confiança revelam em relação a si mesmos e às possibilidades de suas lutas? Qual é o humor e estado de ânimo da classe operária e das outras classes? Qual é a resposta que oferecem às iniciativas políticas dos seus partidos, e, em que medida essa iniciativa pode inverter a relação de forças? E ainda, mas somente nesse marco, a forma mais objetivada, qual é o grau de consciência de classe (que se traduz em experiência de luta, e se expressa em capacidade acumulada de organização)?³³⁵

³³⁵ O tema da aferição das relações de forças permanece um dos mais complexos, e, talvez por isso, dos mais instigantes da teoria política. Ainda hoje, está envolvido em acalorados e, até, apaixonados debates. A questão não é simples, porque envolve um julgamento de uma quantidade de variáveis imensa, e a distinção, entre elas, de hierarquias de fatores. O primeiro problema, diz respeito às conclusões possíveis a partir dos resultados eleitorais. Tradicionalmente as correntes moderadas do movimento operário dão uma enorme importância à informação contida nos sufrágios. Também é comum que as tendências revolucionárias, inversamente, diminuam o significado das relações de forças expressas nas urnas. No essencial, tomados esquematicamente, ambos procedimentos são insuficientes, e permitem conclusões parciais, portanto, erradas. Seria uma enorme superficialidade ignorar a importância da expressão da vontade popular que os sufrágios permitem, mesmo quando não são livres. Essa é uma primeira objeção necessária: verificar em que medida, as condições do processo eleitoral, permitiram uma livre ou coagida expressão da vontade popular, ou de sectores dela. Em segundo lugar, é preciso uma segunda, e mais importante, mediação: a votação dos partidos operários é sempre uma expressão diminuída da sua real influência. Ou também é uma expressão agigantada da força real das

Este tema está entre os mais difíceis de uma teoria política do marxismo: nele se concentra toda uma discussão sobre os tempos históricos das mudanças. Em Kautsky, e para uma escola política direta ou (indiretamente) herdeira sua, ele serve para tudo, desde que o corolário seja, invariavelmente, concluir que *a relação de forças é desfavorável para os trabalhadores, identificar que o maior perigo seja sempre a prematuridade dos combates decisivos, defender o elogio da prudência, insistir no alerta contra*

classes proprietárias. Usando a metáfora de Trotsky, é como se fosse a imagem refletida por um espelho curvo. Isso se explica por várias razões: o controle da burguesia sobre a riqueza, sobre o Estado, sobre os meios de persuasão e repressão, mas também pelas forças de inércia histórica, o peso da tradição, a memória ancestral de submissão, e os medos reais ou imaginários da mudança. Em resumo a exterioridade pré-política, em relação à política, que impede ou dificulta e limita, a auto-organização das massas populares, entre elas os trabalhadores, ou seja, a sua auto-descoberta como sujeitos sociais com interesses comuns, pré-condição de sua ação política independente. Mas, decorre, também, do fato pouco lembrado, que o sufrágio iguala todas as pessoas diante do boletim de voto, sem exceção, a não ser quando a fraude é descarada, e alguns votam muitas vezes, ou as contagens são manipuladas, e algumas urnas são contadas mais de uma vez. Mas em condições normais, a votação é sempre uma tradução distorcida em relação à verdadeira força dos partidos operários: eles podem ter, por suposição 80% dos votos dos petroleiros, uma categoria com a força social de parar, em poucos dias, a economia de um país, mas os partidos burgueses podem compensar essa votação extraordinária, por exemplo, com 80% dos votos de um bairro de despojados com 200.000 eleitores, que entregam os seus votos em troca de uma promessa de saneamento urbano ou de regularização de papéis de posse. Sobre esta questão dos votos, e dos perigos do objetivismo, vale a pena conferir as observações de Trotsky, nos seus clássicos escritos sobre a Alemanha, no início dos anos 30, quando a iminência de confrontos decisivos com o nazismo exigia, em condições dramáticas, uma aferição em sintonia fina das relações de forças: ***“Os social-democratas com os comunistas não poderiam tomar o poder. Eis aí o pequeno burguês ilustrado, presunçoso e profundamente medroso e penetrado, da cabeça aos pés, da desconfiança e do desprezo pelas massas. A social-democracia e o Partido Comunista têm juntos perto de 40% dos votos, se bem que as traições da social-democracia e os erros do Partido Comunista joguem milhões no campo do indiferentismo e até no do nacional-socialismo. Bastava o simples fato de ações comuns desses dois partidos, ações que abram às massas novas perspectivas, para que a força política do proletariado aumentasse incomensuravelmente. Mas tomemos por ponto de partida os 40%. Bruening ou Hitler têm mais? E, entretanto, só esses três grupos podem governar a Alemanha: o proletariado, o partido do centro ou os fascistas. Mas o pequeno burguês ilustrado assimilou até a medula dos ossos esta verdade: ao representante do capital não é preciso mais do que 20% dos votos para governar : não tem a burguesia os bancos, os "trust", as estradas de ferro?(...) Tomamos mais acima a relação de força sob o seu aspecto parlamentar. Mas isso é apenas um espelho curvo. À representação parlamentar de uma classe oprimida diminui consideravelmente a sua força real, e, inversamente a representação da burguesia, mesmo na véspera do seu desmoronamento, é sempre mascarada pela sua força imaginária. Só a luta revolucionária põe a nu a relação real de forças. Na luta direta e imediata pelo poder, o proletariado, se não estiver paralisado pela sabotagem interna,(...) desenvolve uma força que ultrapassa de muito a sua expressão parlamentar. Entretanto, diz Hilferding, se a social-democracia tivesse votado contra o governo Bruening e o tivesse derrubado, isto teria tido como consequência a subida dos fascistas ao poder. No plano parlamentar, a coisa talvez pareça assim; mas tudo está colocado fora do quadro parlamentar. Renunciar a apoiar Bruening, a social-democracia só o poderia fazer no caso em que tivesse decidido colocar-se no terreno da luta revolucionária. Ou apoiar Bruening ou lutar pela ditadura do proletariado. Não há um terceiro caminho. (...) As forças da classe operária em uma tal reviravolta não só teriam dobrado, mas decuplicado, pois o fator moral não ocupa o último lugar na luta de classe, sobretudo nos grandes momentos históricos.”***(grifo nosso) (TROTSKY, Leon, **Revolução e contra-revolução na Alemanha**, São Paulo, Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979,145/6)

as aventuras, ou seja, a precaução obsessiva com a vertigem das mudanças e as ameaças de represálias das classes dominantes.

Mas como as relações de forças não podem ser aferidas fora do tempo, elas tampouco podem ser congeladas: *a relação de forças é um processo*, ou seja, está sempre entre o que foi e o que será, *é um vir a ser e um deixar de ser*, assim como avança, pode recuar, pode evoluir favorável ou desfavoravelmente, o signo das lutas pode conhecer súbitas e surpreendentes inversões, as situações defensivas mantidas durante anos, podem, no espaço de poucos meses ou até semanas dar lugar a situações pré-revolucionárias. Mas os elementos subjetivos são sempre os determinantes, porque são eles que definem *a dinâmica* de um movimento que é ininterrupto, que são os *tempos da luta de classes*.³³⁶ Porque sobre os

³³⁶ Os erros teóricos têm sempre graves conseqüências. O objetivismo é um dos caminhos em linha reta para o facilismo, um tipo de esquematismo que reduz o universo de hipóteses de um processo histórico sempre em aberto, a duas ou três fórmulas que se escolhem em um baú, sempre as mais convenientes. Interessante observar também como ele super valoriza os resultados eleitorais como medida das relações de forças. Kautsky foi um dos pioneiros defensores no marxismo da possibilidade da teoria da transição pacífica, como hipótese mais provável, pelo menos nos países centrais onde os partidos operários gozavam de legalidade duradoura. Justiça se faça, abria uma exceção: a Rússia, onde a preservação do Czarismo descartava por razões óbvias, qualquer via reformista. De qualquer forma, vale a pena observar o paralelo histórico que Kautsky faz na passagem que a seguir transcrevemos, sobre as menores dificuldades de uma transição socialista em comparação com os obstáculos que a burguesia teve que enfrentar para derrotar o absolutismo. essas considerações de Kautsky seriam uma extensão e generalização para o Continente, do que alguns comentaristas denominam a hipótese “inglesa” de Marx. De fato podemos ainda hoje considerar seriamente uma hipótese “inglesa”: se os trabalhadores conquistarem o poder na França, muito provavelmente, a transição será pacífica no Mônaco, queiram ou não os exuberantes herdeiros da família Ranieri. Assim também, se uma república socialista se impuser na Alemanha, a transição será pacífica no Luxemburgo, apesar da fúria da família real mais rica do mundo, e dos rentistas que buscam proteção no paraíso fiscal: *“Como não sabemos nada de preciso concernente às batalhas decisivas desta guerra social, é natural que não possamos dizer, antecipadamente, se serão sangrentas, se a força física desempenhará nelas papel importante ou se se verificarão exclusivamente com a ajuda da pressão econômica, legislatva e moral. Não obstante, pode-se considerar como muito provável que nas lutas revolucionárias do proletariado os últimos procedimentos prevalecerão com mais freqüência que o emprego da força física, isto é, militar, que nas lutas revolucionárias da burguesia. Uma das razões pelas quais é provável que as lutas revolucionárias recorram com menos freqüência no porvir ao emprego de meios militares é, como se tem repetido freqüentemente, que o equipamento dos exércitos modernos supera infinitamente as armas das quais dispõe a população civil; toda resistência da parte desta se encontra, desde o começo, reduzida à impotência. Pelo contrário, as classes revolucionárias dispõem hoje de melhores armas que aquelas de que dispunham as do século XVIII para organizar a resistência a partir dos pontos de vista econômico, político e moral. Somente a Rússia constitui exceção a este respeito. Há que ver na liberdade de coalizão, de imprensa e de sufrágio universal (oportunamente também no serviço militar obrigatório para todos) não só armas que dão ao proletariado dos Estados modernos vantagens sobre as classes que travaram as lutas da revolução burguesa, senão também instituições*

elementos objetivos, podemos aferir uma enorme quantidade de variáveis, podemos saber qual a flutuação do número de trabalhadores sindicalizados; ou o peso social dos operários qualificados; ou a proporção de operários sobre o conjunto dos assalariados; ou ainda se os salários médios nos últimos anos estiveram subindo ou caindo; ou até se o desemprego atingiu 10% ou 20% dos trabalhadores, sem que essa informação, que é importante, nos indique, todavia, qualquer coisa de realmente substantivo sobre as relações de forças entre as classes. Na verdade os elementos objetivos das relações de forças mais obscurecem que esclarecem, mais ocultam do que revelam: mais do que *a situação de classe* (que é estática) importa *a posição de classe* (que está em movimento), porque em *política* (isto é, *nos tempos curtos*) *não são as condições de existência de determinadas classes, mas a sua disposição para lutar por seus interesses*, ou seja, o seu protagonismo, enquanto *forças sociais*, que decide as relações de forças.³³⁷

Não é o agravamento ou a suavização das condições de vida dos trabalhadores, o aumento ou a redução dos níveis de exploração, a

que põem em evidência as forças relativas dos partidos e das classes e o espírito que os anima, coisa impossível nos tempos do absolutismo” (grifo nosso) (KAUTSKY, Karl. **O caminho do poder**. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC, 1979. p. 44)

³³⁷ A questão das relações de forças se colocam hoje de uma maneira ainda mais complexa se considerarmos a crescente importância das pesquisas de opinião. Só nos anos 30 surgiram as técnicas modernas, depois muito aperfeiçoadas, de aferir as opiniões das pessoas, oferecendo um novo sentido à idéia de uma opinião pública: as pesquisas de mercado por amostragem e as sondagens de opinião política, em particular as pesquisas de intenção de voto. Tão recentes, quanto imprescindíveis para as empresas como para os governos. Frequentemente, todavia, é desprezado o fato de que elas só permitem conclusões satisfatórias, sempre e quando, exista uma seqüência homogênea de pesquisas com um universo bem delimitado de perguntas, e um intervalo, entre elas, que permita uma visão em perspectiva. São um poderoso indicador de tendências, considerados e respeitados certos limites. O principal entre esses, é saber se os entrevistados compreendem as perguntas que lhes são dirigidas, se elas foram bem formuladas, o que não poucas vezes não é feito, e se sentem confortáveis e seguros em responder, sem sofrer represálias. O medo de represálias e perseguições, não pode ser nunca ignorado, porque, desde sempre, é o sentimento mais intenso nas classes populares. Essa é uma das razões que explicam as reviravoltas, aparentemente incompreensíveis, dos humores das multidões: se não se sentem seguras, as massas mentem diante das pesquisas. Também é muito comum que se esqueça que, para as massas, a intenção de voto, pode não ter o significado transcendental que os liberais pretendem lhe atribuir. É mesmo muito provável que amplas parcelas da população, mesmo nos países centrais, não se sintam representadas pelas instituições políticas. Lênin cunhou a frase de que as massas, se ganham confiança em suas próprias forças votam com os pés, ou seja, marcham, manifestam e lutam. Uma ação de massas é uma forma de aferir as vontades populares tão significativa, senão mais, do que um boletim de voto que se coloca em uma urna de tanto em tanto tempo. Ainda mais se considerarmos

exacerbação ou a atenuação das atrocidades a que estão submetidos que explica a relação de forças. Não é o maior sofrimento das massas que estabelece qual seria a relação de forças em uma sociedade. A uma situação ignóbil e desesperada dos trabalhadores em um determinado país, pode corresponder uma correlação de forças mais avançada que a que encontraríamos em um outro, onde as massas foram poupadas aos extremos da miséria “biológica”, assim como pode ocorrer o contrário.³³⁸ Porque o decisivo, quando o que está em questão, é uma apreciação dos tempos na luta de classes, são as vontades dos sujeitos sociais, as disposições mútuas que as classes mantêm umas em relação às outras: as revoluções são em geral precedidas por significativas *perdas materiais* das massas populares, que vêm os direitos que consideravam seus, serem usurpados, e que por isso se levantam, e buscam nas lutas de classes o caminho de resistência, sem o mesmo temor de represálias que antes as amedrontavam. Este processo se

que quando ocorrem mobilizações de massas, é preciso considerar os milhões que apóiam a causa mas que pelas mais variadas razões, não saíram às ruas.

³³⁸ Em geral podemos dizer que a esquerda mundial tendeu a cometer dois erros simétricos em torno desta questão dos elementos objetivos das relações de forças: nos países atrasados e dependentes, diante dos ataques desapiados das suas classes dominantes para elevar as taxas de exploração, é comum o *impressionismo catastrofista* que confunde a miserabilidade das massas com a sua disposição de luta. Este catastrofismo pode assumir tanto a forma de cepticismo em relação às perspectivas das lutas, ou o inverso, uma euforia exagerada. Mas também nos países centrais existiu a tendência ao impressionismo em relação aos elementos objetivos: como as condições de vida dos trabalhadores, pelo menos durante as três décadas que se seguiram ao final da segunda guerra mundial, progrediram, e nesta fase o nível de atividade e combatividade da classe se reduziu muito, persistiu, mesmo depois de 73/4, um profundo desalento diante da capacidade dos trabalhadores resistirem aos ataques que desde então, em uma intensidade diferente dos países da periferia, é certo, começaram a se abater sobre as massas populares com o início da recessão prolongada. Como se fosse necessário atingir o último degrau das condições de vida asiáticas, ou níveis de empobrecimento latino-americanos, para que as classes trabalhadoras na Europa, nos EUA e no Japão comessem a reagir. Mas a História revela que o processo não assume essas formas: muito antes de verem as suas condições de existência destruídas, as classes trabalhadoras nos países centrais, se colocaram em movimento, iniciaram a resistência, procuraram uma saída. As classes lutam mais implacável e impiedosamente pela defesa do que já conquistaram e estão ameaçadas de perder, do que por novos direitos; as bruscas mudanças nas relações de forças se precipitam em geral, quando os trabalhadores e as massas populares perdem a esperança, de que pelo menos, poderão continuar vivendo como antes, e perdem a esperança de que os seus filhos poderão melhorar de vida, ou seja, quando em uma dada sociedade, fica claro, para os milhões que em condições “normais”, ou seja, politicamente estáveis, estão completamente consumidos pela luta pela sobrevivência, e, portanto desinteressados pela política, que a ordem estabelecida lhes reserva um futuro ainda pior, que o projeto que as classes dominantes impuseram à sociedade fracassou, e que os custos desse fracasso desabarão sobre as suas costas. É mais porque se recusam a perder, do que pelo poderão conquistar, que as grandes multidões se colocam em movimento de luta e deslocam as relações de forças.

inicia imperceptível, de forma molecular, nos subterrâneos da vida política, nas camadas mais profundas da vida econômica e social, e quando emerge, como disposição de luta, está mais do que maduro, e quase sempre, é um fator de *surpresa histórica*.

Esta é uma das chaves de explicação da teoria política de Kautsky: a sobre-valorização dos elementos objetivos na avaliação dos períodos e fases na luta de classes. Aqui iremos encontrar o endereço último do seu objetivismo: uma profunda desconfiança em relação à luta de classes. No entanto para Marx, *as relações de forças políticas* são definidas em cada momento, como resultado da ação de fatores de *distintas naturezas em distintos níveis de análise*, que se determinam uns aos outros em *diferentes graus de intensidade*: o peso relativo dos fatores que definem a relação de forças à escala de uma época, ou seja, um período histórico longo, secular, é essencialmente objetivo; enquanto que, na medida de uma situação ou etapa (que pode se estender, à escala internacional, por décadas, e na escala nacional por anos) ainda que eles sejam, ainda, muito importantes, estão mediados, e em certa medida neutralizados, pela incidência dos elementos mais subjetivos; já nos curtos prazos (que se mantêm por meses ou poucos anos) os elementos subjetivos se impõem, na definição das conjunturas.

Os tempos da luta política, no entanto, são sempre os tempos da conjuntura, porque as classes não lutam com a perspectiva dos longos e médios prazos. *Não é possível, portanto, uma apreciação das relações de forças sem uma referência às temporalidades.*³³⁹

³³⁹ Não existem seqüências necessárias de tempos na História. Eis aqui, em um trecho que também extraímos de **Greve de Massas, Partido e Sindicatos**, como Rosa era capaz de trabalhar dialeticamente com as temporalidades, e em um curto parágrafo construir uma síntese histórica brilhante, sobre a contraditoriedade dos tempos, sobrepostos na escala de época e situação. Ou seja, como era capaz de retirar da caracterização de época, uma conclusão premonitória que indicava que uma segunda revolução russa, no país mais camponês da Europa, que ainda não tinha visto uma revolução burguesa triunfante, teria necessariamente um curto intervalo histórico de separação de uma revolução proletária, apoiando este vaticínio em uma análise da incapacidade da burguesia russa de ter um protagonismo independente. Esta conclusão rompia com o esquematismo que previa necessariamente a necessidade histórica de uma revolução burguesa na Rússia czarista, dirigida pela burguesia, abrindo uma nova situação de parlamentarismo republicano, como pré-condição para um aprendizado sindical-eleitoral dos trabalhadores, que seria por sua vez insubstituível para que o proletariado pudesse se colocar o objetivo do poder. A partir do conceito de época revolucionária à

Assim, da mesma forma como seria infrutífero estender a relação de forças, à escala de época, para a conjuntura, seria estéril generalizar uma caracterização de conjuntura para a situação ou época: não só porque os tempos históricos não se articulam de maneira homogênea, mas porque se desenvolvem sempre com desigualdade: os sentidos das situações e conjunturas estão sempre em aberto, e freqüentemente se invertem, gerando amálgamas desproporcionais, combinações surpreendentes, sobreposições contraditórias.

O mesmo critério deve ser considerado, quando se busca uma elaboração, tendo como referência, a situação nacional ou internacional. Os tempos históricos não coincidem, ao contrário, a descontinuidade é mais a regra do que a exceção. As etapas e situações se sucedem e alternam, em ritmos e proporções desiguais, que resultam no descompasso de desenlaces, que se determinam em um processo vivo e ininterrupto na luta de classes. Mas no interior de arenas que são nacionais, em processos que têm dimensões diferentes, que estão mutuamente dependentes, articulados em uma dimensão internacional, é certo, mas com formas que nunca são proporcionadas: um país que estava atrás em termos de mobilização, tradição de luta e capacidade de organização, pode adiante

escala da Europa, que por sua vez estava sobredeterminado pelas posições da classe na Alemanha, Rosa chegava à conclusão que uma situação revolucionária na Rússia colocaria na ordem do dia a revolução proletária: “ *En la Gran Revolución Francesa las contradicciones internas de la sociedad burguesa, apenas desarrolladas, dieron lugar a un largo periodo de luchas violentas en el que los antagonismos que germinaron y maduraron al calor de la revolución se desencadenaron, sin trabas ni restricciones, con un radicalismo desaforado. Un siglo después, la revolución de la burguesía alemana, que estalló cuando el desarrollo del capitalismo habia llegado a mitad de camino, ya se encontraba **trabada de ambos lados** por el antagonismo de intereses y el equilibrio de fuerzas entre el capital y el trabajo. Se ahogaba en una especie de **compromiso burgués-feudal** que la redujo a un breve y miserable episodio que quedó en palabras. Pasó otro medio siglo. La Revolución Rusa actual se encuentra en **un punto del camino histórico que ya está del otro lado del punto culminante de la sociedad capitalista**, en el que la revolución burguesa ya no puede ser ahogada por el antagonismo entre burguesía y proletariado sino que, por el contrario, abrirá un nuevo periodo prolongado de luchas sociales violentas, en el que la rendición de cuentas del absolutismo parecerá insignificante al lado de las em umerosas cuentas abiertas por la propia revolución. La revolución actual concreta en el marco de la Rusia absolutista ías consecuencias generales del desarrollo capitalista internacional. Aparece, no tanto como sucesor de las viejas revoluciones burguesas, sino como precursora de una nueva serie de revoluciones proletarias en Occidente. El país más atrasado, precisamente porque su revolución burguesa llegó en momento tan tardío, le muestra al proletariado de Alemania y de los países capitalistas más adelantados los nuevos métodos de la lucha de clases.* (grifo nosso) (LUXEMBURGO, Rosa. “Huelga de massas, Partido y Sindicatos” In **Obras Escogidas**. Bogotá, Pluma, 1976, p.253)

estar na vanguarda, um movimento operário historicamente atrasado, pode queimar etapas do processo de aprendizado, e no espaço de meses superar o que em outros países exigiu décadas de lutas parciais.³⁴⁰

O objetivismo resulta assim, em uma tendência quase irresistível, em pensar os *tempos das conjunturas com os óculos das*

³⁴⁰ A organização, que em geral expressa a acumulação de experiências anteriores, e é, portanto um critério chave de apreciação dos níveis de consciência de classe, é também o mais objetivo dos fatores para um julgamento das relações de forças entre as classes. Mas quase sempre conduz a conclusões unilaterais. A relação de forças só pode ser aferida, a partir de uma análise da dinâmica, do movimento, da tendência, de um complexo juízo da realidade como totalidade, o que envolve em particular, uma análise da situação do Governo e das enceto do regime. A organização do movimento operário, ou de qualquer movimento social, como condição sine qua non da mobilização, como critério absolutizado, consiste em um falso dilema. Na verdade o problema teórico consiste no equacionamento das relações entre ação, consciência e organização: assim como não há ação humana sem consciência, não existe consciência sem organização, e tampouco é possível organização sem direção. A questão mais complexa está em estabelecer quais são os graus de consciência, os níveis de organização e a qualidade da direção necessários para a vitória, porque os três elementos estão freqüentemente desenvolvidos de forma desigual e desproporcional, e se condicionam mutuamente. A natureza da luta define os graus de organização prévia que ela requer incondicionalmente como condição mínima de vitória; não é o mesmo uma greve contra demissões ou um combate para derrubar um ministro, por exemplo. Não há por outro lado, no início de qualquer luta, qualquer possibilidade de aferir a priori quais são as chances de vitória. Toda luta é por definição um combate em aberto em que no seu curso as relações de forças se alteram de forma vertiginosa, e nunca se encerram tal como se iniciaram. Não há mão única nessas causalidades. A ação de massas pode se iniciar com um enorme ímpeto, que não encontre no momento em que se desenrola, graus de organização que correspondam à força da energia liberada na mobilização, mas que será ela mesma um fator de impulso na nova situação aberta, para que o processo de auto-organização dê um salto: permitirá que surja uma nova geração de vanguarda que será o material humano para a formação da direção das lutas futuras. Sempre ocorre um processo de luta pela direção, porque os movimentos sociais são em várias dimensões heterogêneos, setores mais privilegiados, setores mais sacrificados, setores mais jovens ou idosos, e inúmeras outras condicionantes, materiais e culturais, que se traduziram necessariamente em grupos, correntes, e se o grau de amadurecimento for maior, partidos em conflito e competição; mas é nos momentos de luta que se potencializa a possibilidade de emergência de uma nova direção. A ironia da história se manifestou na peculiar contradição de que o mais bem organizado movimento operário do início do século tinha como calcanhar de Aquiles... O peso de inércia de sua impressionante organização. Por outro lado, sem o impulso de uma vaga de ascenso é muito difícil para a classe elevar os patamares de sua experiência e, portanto, de sua capacidade de organização. Rosa Luxemburgo foi também nesse terreno uma arguta observadora dos impasses evolucionistas das fórmulas de Kautsky: *“Por otra parte, los sindicatos, como cualquier otra organización de lucha del proletariado, no pueden subsistir en forma permanente si no es a través de la lucha. Y no hablamos de luchas como las que se dan entre las ranas y los ratones en la charca del periodo parlamentario burgues, sino de la lucha en los periodos revolucionarios de la huelga de massas. La concepción rígida, mecánico-burocrática, sólo puede concebir la lucha como producto de una organización que cuenta con cierto nivel de fuerza. Por el contrario, para la explicación viva, dialéctica, la organización surge como resultado de la lucha. Ya hemos visto un grandioso ejemplo de ese fenómeno en Rusia, donde un proletariado casi totalmente desorganizado creó una red global de apéndices organizativos en un ano y medio de lucha revolucionaria tempestuosa(...)* Si examinamos más de cerca la situación de Alemania y de los distintos sectores de la clase obrem, resultará claro que el próximo periodo de grandes luchas políticas de masas no provocará la tan temida destrucción de los sindicatos alemanes Sino que, por el contrario, se les abrirán perspectivas insospechadas para extender su esfera de poder; y esta extensión avanzará a pasos agigantados(...) **Por ello, un ano de revolución le ha dado al proletariado ruso el "entrenamiento" que treinta años de lucha parlamentaria y sindical no le pudieron dar al proletariado alemán.**” (grifo nosso) (LUXEMBURGO, Rosa. “Huelga de massas , Partido y

situações, ou seja, em dissolver as mudanças repentinas, as inflexões bruscas, as viradas súbitas, nas permanências longas das etapas de tempos mais estáveis. Kautsky não ignora a inversão metodológica que empreendeu: ela é decisiva para sustentar a estratégia política “attentiste”.³⁴¹

Já para Marx, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas é decisivo para definir a natureza da época: sendo a ciência e a técnica, *na longa duração*, o mais revolucionário dos fatores para a evolução histórica, porque ao elevarem os patamares de dominação da civilização sobre a natureza, provocam uma convulsão nas relações sociais arcaicas que impedem o progresso humano, impulsionando as lutas de classes, e sendo também, nessa medida, uma causa de progresso histórico.

Mas não considera o estágio das forças produtivas, e a estrutura social que lhe corresponde, o fator decisivo da relação de forças

Sindicatos” In **Obras Escogidas**, Bogotá, Pluma, 1976. p.245/6/9)

³⁴¹ Kautsky estava por certo familiarizado com a discussão sobre periodização histórica que sempre esteve no centro da preocupação do marxismo, assim como não desconhecia como o debate sobre as temporalidades tinha enormes repercussões políticas. Kautsky conhecia por exemplo, e aprovava, a elaboração original de Parvus (o russo Helphand) que na virada do século parece ter sido o primeiro marxista a se interessar pelas ondas longas do desenvolvimento capitalista, identificadas como oscilações com uma regularidade mais ou menos homogênea de meio século, divididas em duas fases alternadas, a primeira uma vaga de arrancada, sucedida por outra, simétrica de estagnação e maior ociosidade do Capital, que estariam entrecruzadas pelos ciclos curtos de renovação do capital fixo que Marx já tinha classificado: “*O primeiro autor que parece ter percebido essas "ondas longas" na história do capitalismo foi o marxista russo Alexander Helphand (Parvus). Através de um estudo das crises agrícolas ele chegou à conclusão, em meados da última década do século XIX, que a longa depressão iniciada em 1873, e à qual Friedrich Engels tinha atribuído tamanha importância, deveria ser brevemente substituída por uma nova fase ascendente de longa duração. Ele exprimiu essa idéia pela primeira vez em um artigo que apareceu (...) em 1896, e depois elaborou-a mais detalhadamente em uma brochura publicada em 1901(...) Baseando-se em um trecho bem conhecido de Marx, Parvus utilizou a idéia de um período de Sturm und Drang do capital para fornecer um quadro de referência conceitual para as "ondas longas" de expansão seguidas por ondas longas de "depressão econômica". O determinante desse movimento ondulatório a longo prazo era, para Parvus, a ampliação do mercado mundial a partir de mudanças que estavam "ocorrendo em todas as áreas da economia capitalista – na tecnologia, no mercado financeiro, no comércio, nas colônias" – e estavam elevando "o conjunto da produção mundial até uma base nova e muito mais abrangente. Ele não ofereceu dados estatísticos em apoio de sua tese, e cometeu graves erros em sua periodização. Apesar disso, entretanto, seu delineamento permanece como um brilhante esforço de um pensador marxista dotado de uma percepção incomumente aguda, embora fosse, também, indisciplinada e inconseqüente. Passariam mais de dez anos antes que essa fértil idéia de Parvus- que conquistou o louvor imediato de Kautsky- fosse novamente retomada, dessa vez pelo marxista holandês Van Gelderen.*” (MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Nova Cultural, 1985. [Coleção Os Economistas] p.85). O ensaio ao qual Mandel se refere foi publicado na **Neue Zeit** sob o título “Krisentheorien”, e pode se encontrar uma tradução para o castelhano no já citado livro de Colletti.

quando no *18 do Brumário* analisa as posições recíprocas das classes em luta na segunda revolução francesa: busca interpretar, em cada momento, que bloco de classes e frações de classe está no poder, quais são as suas iniciativas, como reagem as forças políticas umas em relação às outras, isto é, Marx parte de uma caracterização de época, como um marco geral, *mas não dissolve a análise das situações e conjunturas políticas que se alternam, em caracterizações históricas*. Avança sempre *do abstrato ao concreto*, para o nível de situações que se transformam e das conjunturas que se invertem e sucedem, na vertigem dos ritmos que são próprios às situações revolucionárias, para depois fazer o movimento inverso, e se afastar do nível mais concreto, para os degraus mais elevados de abstração que são vitais para buscar a construção teórica, ou seja, um modelo que tenha utilidade para a avaliação histórica.

Noutro nível de análise, toda formação econômico-social convive com contradições e discordâncias internas dilacerantes, expressão do desenvolvimento desigual e combinado: *a estrutura social mesma se atrasa em relação ao desenvolvimento das forças produtivas*. Grandes massas camponesas no campo, às vezes em umericamente muito expressivas subsistem muito tempo depois da penetração da grande indústria, assim como se perpetuam as classes médias de artesãos e comerciantes nas cidades, embora as suas atividades estejam economicamente ameaçadas pelo progresso técnico e pela concentração do capital. Uma economia pode ser madura do ponto de vista do capitalismo, e não possuir uma maioria de trabalhadores assalariados na sua população economicamente ativa.

Disto resulta que relações sociais arcaicas e obsoletas oferecem uma obstrução à penetração de relações modernas e avançadas, mas como o desenvolvimento é desigual, surgem as combinações e amálgamas mais desproporcionais: às vezes, o vigor das novas relações serve como *um impulso adiante*, mas outras vezes, contraditoriamente, reforçam e cristalizam uma ordem social-política inferior. As *forças de inércia*

históricas, em mais de um sentido, são muito poderosas: elas contêm e constroem os processos de transformação social.³⁴²

Por outro lado, a consciência das classes também se atrasa em relação à maturação das contradições encerradas nas relações sociais e aos conflitos que elas alimentam. Esse é um dos paradoxos teóricos mais desconcertantes: a ciência se antecipa em relação à emergência dos desenlaces históricos, e pode prever com antecedência os desafios e encruzilhadas diante das quais a sociedade terá de fazer escolhas que serão vitais por um longo período; mas a consciência política das classes é bloqueada por uma força de inércia que *condena as sociedades a uma percepção atrasada em relação à maturidade dos conflitos que as dilaceram*.

Já as representações políticas das classes têm uma relativa autonomia em relação aos processos econômico-sociais: podem, nos limites de uma *defasagem relativa*, de um *descompasso transitório*, ser um ponto de apoio ou um obstáculo para que as classes possam defender de forma eficaz os seus interesses.³⁴³

³⁴². Sobre este tema do desenvolvimento desigual e combinado como uma das principais leis históricas, a referência fundamental, é a obra do marxista norte-americano George Novack, que inspirado na formulação de Trotsky no primeiro capítulo da História da revolução Russa, desenvolveu a questão em uma série de insubstituíveis ensaios. Sobre a forma como a inserção de elementos mais avançados, ao invés de acelerar o desenvolvimento podem ocupar um papel bloqueador, degenerativo ou mesmo regressivo, vale a pena conferir o extrato que se segue sobre a penetração do capitalismo na China no século XIX: “*Aunque la intrusión del capitalismo, con las técnicas más modernas de producción, transporte, comercio, finanzas y ciencia, hizo estragos en China y la conmocionó, esos instrumentos del capitalismo moderno no modernizaron en conjunto la vida china ni emanciparon al país. Por el contrario, el capitalismo reforzó a las instituciones más arcaicas, como el sistema feudal terrateniente, y ayudó a la burguesía compradora, terratenientes, oficiales y militaristas a prolongar formas de organización social precapitalista. Su influencia impidió que China experimentase una auténtica renovación democrático-burguesa y tuviese ningún desarrollo capitalista independiente*”. (grifo nosso) (NOVACK, George. **Para Comprender la Historia**. Mexico, Fontamara, 1989. p.134)

³⁴³. Vale a pena observar como Kautsky, a este respeito, defende a posição exatamente oposta à que viemos expondo, e atribuindo a Marx. Seu ponto de vista, como se poderá conferir na citação que reproduzimos, é que a democracia teria permitido a todos os partidos, de todas as classes, uma melhor compreensão das relações de forças, e evitado, assim, os confrontos desnecessários e imprudentes, que ameaçam a estabilidade do regime e consomem energias fora de hora: “*Tem-se chamado a essas instituições a válvula de segurança da sociedade. Se com isso pretende-se entender que em uma de-*

Como estamos enfocando a questão da representação e dos sujeitos políticos coletivos a partir de um nível de abstração muito alto, uma alerta é necessário. O perigo das generalizações abusivas, recomenda a cautela de um saudável empirismo: não parece haver regularidade histórica, sobre a frequência maior ou menor, em que as organizações políticas seriam alavancas ou freios, fatores de impulso ou bloqueio, dos interesses das classes que representam. As defasagens e desencontros podem ter os mais diversos signos, e os sujeitos políticos coletivos podem se colocar tanto à esquerda, quanto à direita dos humores das classes que pretendem representar. As margens de erro na política são muito grandes. Ainda assim, algo se pode dizer: embora o critério chave seja sempre o da prática, ou seja da verificação histórica das tendências, parece muito razoável concluir que as

mocracia o proletariado deixa de ser revolucionário e que se contentando em expressar abertamente sua indignação e seus sofrimentos renuncia à revolução social, esta qualificação é falsa. A democracia não pode destruir os antagonismos de classes da sociedade capitalista, nem impedir o inevitável resultado final, que é a queda desta sociedade. Porém o que pode fazer é impedir, senão a revolução, pelo menos muitas tentativas de revolução prematura e sem probabilidade de êxito. A democracia põe em evidência as forças relativas dos partidos e das classes, não destrói os antagonismos nem posterga o resultado final que é sua consequência, porém tende a impedir que as classes ascendentes abordem a solução de problemas para os quais não estão maduras; tendem também a impedir que as classes dirigentes façam concessões quando não têm força para isso. A direção da evolução não se modifica, porém sua marcha chega a ser mais contínua e mais calma. O impulso do proletariado nos Estados um tanto democráticos não está assinalado por vitórias tão ruidosas como as da burguesia durante seu período revolucionário, porém, tampouco, por derrotas tão grandes.” (grifo nosso) (KAUTSKY, Karl. **O caminho do poder**. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC, 1979. p. 44) Nesse tipo de avaliação se cometem dois erros. Primeiro, não existe lugar teórico para o estatuto do erro político. Não existe defasagem entre as classes e a representação de classe. Segundo, é a democracia, compreendida por Kautsky, como um regime “incômodo” para a burguesia, que, através do “infalível” sufrágio, quem garante uma aferição precisa das relações de forças, e permite aos partidos o conhecimento de quais são “os limites do possível”. Mas esse é justamente o critério da burguesia, que se sente muito “confortável” com a democracia representativa, na maioria das circunstâncias (porque existem exceções importantes, não só, mas principalmente nos países atrasados), e considera que os votos são a única forma legítima de apreender as vontades da sociedade: depois das eleições o governo eleito teria um mandato inquestionável (e aí de quem luta pelas suas reivindicações, ou procura mobilizar o povo para derrubar o governo eleito, isso é “golpismo”). Ocorre, como sabemos, que o voto, de tantos em tantos anos, é sempre uma expressão distorcida de vontades políticas que estão em perpétua mudança, e, portanto, mesmo os governos eleitos nas mais democráticas eleições, se não forem controlados pela vontade popular organizada, e se não aceitarem as pressões da mobilização dos trabalhadores, sucumbirão, como as folhas que caem no Outono, à pressão permanente do Capital.

organizações políticas com influência de massas (ou com a vocação para disputá-la), *devem ser politicamente úteis ou perecer*.³⁴⁴

No entanto, os partidos das classes dominantes têm em geral uma apreciação mais dinâmica e lúcida (ou “realista”) dos *conflitos políticos* na sociedade, em situações de normalidade (embora, contraditoriamente, uma cegueira proporcional para os *impasses históricos*), porque são muito conscientes dos privilégios que representam, e estando com o controle do aparelho estatal (e no domínio da cultura política que dele resulta), têm uma necessidade vital de preservar a ordem. Já as organizações dos trabalhadores vivem o fenômeno inverso.

Se conquistam influência de massas em períodos de prolongada estabilidade do sistema e de vitalidade da democracia burguesa, tendem à adaptação e à integração social e perdem os reflexos políticos, consumidos pela pressão das rotinas de aparelho. O que não impede que no seu campo de influência, como parte das correntes hegemônicas ou

³⁴⁴ Toda corrente política socialmente implantada possui um duplo estatuto ou uma dupla natureza. É ao mesmo tempo uma corrente de pensamento teórico-histórica e um movimento político. Uma corrente teórico-histórica, seja ela de esquerda ou direita (anti-capitalista ou pró-capitalista, para simplificar), só se transforma em um partido político, quando conquista um mínimo de audiência e ressonância junto às bases sociais que pretende representar. Para que conquiste a condição de um partido, toda corrente teórico-histórica deve buscar uma implantação social e disputar a luta pela direção, com as outras tendências concorrentes, e sua autoridade dependerá de seus acertos ou erros políticos. Esse é o significado que atribuímos ao conceito de utilidade dos partidos como instrumentos de representação, isto é, como sujeitos políticos coletivos. Há, todavia, grandes diferenças entre os sujeitos políticos das diferentes classes. Os sujeitos políticos operários, os partidos que se reclamam da defesa dos interesses dos trabalhadores, têm as suas fases evolutivas: mesmo correndo o risco de ser esquemáticos, se poderia dizer que, em geral, se fundam como círculos de propaganda, e depois se fortalecem como organizações de vanguarda, antes de conquistar influência de massas. E só em situações excepcionais, em geral em situações revolucionárias ou em vias de se tornar, os partidos operários conquistam uma influência majoritária na sociedade, para além de sua própria base social. Esse foi o percurso do próprio marxismo na Alemanha no século passado, por exemplo: foi um grupo de propaganda na revolução de 1848, se transformou em uma corrente de vanguarda quando se unificou com a tendência de Lassale, e passou à condição de partido com influência de massas, depois das eleições de 1890. Ainda que possam sobreviver marginalmente por períodos relativamente longos, contra a corrente de sua própria classe, toda tendência teórico-histórica, corre o sério perigo de se mimetizar em uma seita, se o isolamento social for demasiado longo. Esse certamente foi o caso do neoliberalismo, que ficou reduzido à forma de uma corrente acadêmica durante décadas, na essência uma corrente intelectual quase excêntrica, sem expressão política alguma, até que, após a depressão prolongada aberta em 73/4, Hayek e seus herdeiros foram revalorizados por uma parcela da burguesia mundial. Um fenômeno semelhante, mas com bases sociais simétricas, ocorreu durante o período do pós guerra com o trotsquismo.

dissidentes, mas como um fenômeno intelectual, surjam as análises historicamente mais férteis e lúcidas. Possivelmente, a chave deste enigma se explique por uma maior capacidade de se colocarem os problemas da transformação social do ponto de vista da totalidade e da transitoriedade: *quem deseja a mudança não teria porquê embelezar o passado*. De qualquer forma, *permanece que a História é uma ciência hostil ao pensamento reacionário*. Um compromisso com os interesses das maiorias exploradas e oprimidas parece ser um ponto de observação vantajoso (ou mais desobstruído de preconceitos e “préjugés”) sobre os fenômenos das mudanças econômico-sociais.

Este descompasso entre análise histórica e apreciação das oportunidades políticas, segundo os ângulos contrapostos das classes, sugere uma interessante equação sobre cognoscibilidade dos tempos longos, e as dificuldades de interpretação dos tempos do presente.³⁴⁵ Essas considerações são pertinentes, porque esse parece ter sido o destino da maioria dos partidos operários do início do século (e o mesmo voltou a ocorrer durante as décadas do “boom” do pós-guerra), nos países centrais. Depois de uma época histórica inteira de vitoriosas reformas e importantes concessões sociais e políticas, tenderam a ficar prisioneiros de forças de inércia, que os impediam compreender os conflitos da nova época.

³⁴⁵ Wallerstein alerta para este interessante tema das vantagens relativas do compromisso no estudo do passado: *“La capacidad del hombre para participar inteligentemente en la evolución de su propio sistema depende de su habilidad para percibirlo en su totalidad. Cuanto más difícil admitamos que resulta el trabajo, tanto más urgente es que abordemos el problema mejor antes que después. Por supuesto no todos los grupos están interesados en que esto ocurra. Aquí es donde aparece el problema del compromiso. Depende de la imagen que tengamos de una buena sociedad. En la medida en la que queramos un mundo más igualitario y más libertario, hemos de comprender las condiciones bajo las cuales estos estados del ser son realizables. El hacerlo requiere en primer lugar una clara exposición de la naturaleza y la evolución del sistema mundial moderno hasta hoy, y la gama de desarrollos posibles en el presente y en el futuro. Tal clase de conocimiento supondría poder. Y en el marco de mi compromiso sería un poder que resultaría especialmente útil para aquellos grupos que representan los intereses de la parte mayor y más oprimida de la población mundial.”*(WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno Sistema Mundial, la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. Mexico, SigloXXI, 1979, p.17)

A adaptação à “força de gravidade” dos regimes democráticos e dos pactos sociais que uma etapa de crescimento sustentado tinha permitido foi devastadora. Essa seria a “maldição” dialética das vitórias que se transformam em derrotas. Nesse sentido, os partidos da Segunda Internacional, o SPD à frente de todos, *tinham o atraso de uma época inteira em relação à nova situação mundial que a guerra iria precipitar.*

E por isso, também, Kautsky, que procurava ser um ponto de apoio para a construção de uma síntese no interior do SPD, foi incapaz (ou não quis) ir até ao fim nas conclusões políticas que resultavam da caracterização de época revolucionária: o centrismo nunca rompeu os limites do pragmatismo político que se movia com a máxima, promovida a princípio, do “nem provocar, nem colaborar”:

*“O Partido Socialista deve, pois, evitar e ainda combater tudo o que equivalesse a uma inútil provocação das classes dirigentes, tudo o que desse a seus homens de Estado um pretexto para originar na burguesia e seus bandos um ataque de canibalismo, por cujas conseqüências os socialistas pagariam. **Se declaramos que é impossível fazer revoluções, se julgamos insensato e até funesto o querer fomentar uma revolução, e se agimos conseqüentemente, não é certamente por amor a nossos governantes, senão apenas no interesse do proletariado militante**”.*³⁴⁶(grifo nosso)

Como se pode conferir, a principal preocupação é a prematuridade dos combates decisivos. Uma apreciação, em geral justa, se abstrairmos que ela não se coloca como *uma referência para a conjuntura* (os tempos curtos), como fez Engels no Testamento, mas é sugerida como *um critério atemporal*, isto é, em uma escala de situação, senão de época, portanto como uma escolha quietista, que tem como referência os tempos da estratégia e não as circunstâncias da tática.

Não se deve concluir, no entanto, que Kautsky excluía do horizonte a perspectiva de que a comoção provocada por uma crise (ou uma guerra) estivesse afastada do horizonte; ele tinha se desembaraçado das

³⁴⁶ . KAUTSKY, Karl. *O caminho do poder*. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC, 1979.p.47

conclusões mais fatalistas em relação à iminência de uma crise geral do sistema do seu quadro de referências, era consciente do perigo de uma desestabilização da ordem.³⁴⁷

³⁴⁷ Observe-se a impressionante lucidez e clarividência com que Kautsky encerra o seu ensaio sobre a **Crisentheorien**, em resposta ao livro do economista russo Tugán-Baranovski, uma análise dialética brilhante e premonitória do que seria a década seguinte, mais um exemplo de como se movia com extraordinário talento nas apreciações na longa duração: *“Así como aumentan los antagonismos entre capital y trabajo dentro de cada nación, así también los antagonismos entre los explotadores de las diferentes naciones aumentan en la medida en que el mercado mundial se estrecha (este estrechamiento es naturalmente siempre relativo, tomado en relación a las fuerzas productivas sociales, pues en forma absoluta éste se expande cada vez más (...)) Si se confirma la teoría de Parvus de los períodos de embate y lucha del capital y el tercero de estos períodos, dentro del cual nos encontramos, todavía no ha terminado, entonces el auge, que todavía tenemos que esperar, antes de que se verifique una prolongada depresión, no debería disminuir el peligro de una guerra, sino aumentarlo.(...). El último período de embate y lucha del capital fue también un período de grandes guerras europeas, en las cuales se hicieron valer las necesidades de aquel entonces de la burguesía de una unificación nacional (en Alemania e itália), del quebrantamiento del absolutismo (en Austria y Rusia)y de mantener libre la puerta hacia Oriente (Turquía). Este período de embate y lucha se prolongó desde 1849 hasta 1874. El período bélico comenzó en 1853 y finalizó en 1878.El tiempo de la depresión fue un tiempo de paz, con el auge de los negocios volvieron otra vez las guerras. Si queremos prescindir de la guerra japonesa-china, que estalló fuera del círculo del capitalismo europeo, debe incluirse aquí la guerra americana-española y la sudafricana, así como la campaña hacia China. **Que esas dos últimas aventuras no hayan incitado a una conflagración mundial, debe ser atribuido evidentemente al estallido de la crisis en Rusia. Sin ella tal vez ya tendríamos la guerra mundial por la herencia asiática oriental. Pero aplazado no es suprimido. La lucha de las pandillas capitalistas dominantes por el mercado mundial no podrá evitarse. Podrá adoptar diversas formas pero seguramente no será pobre en catástrofes. Crisis, guerras, catástrofes de toda clase, esas queridas aliteraciones es lo que nos depara el desarrollo de las próximas décadas.**”* (grifo nosso) (KAUTSKY, Kautsky, **Teorías de la crisis**, in COLLETTI, Lucio, **El Marxismo y el “derrumbe” del Capitalismo**, Mexico, SigloXXI, 1985, p.235). Talvez o conceito de crise final ou crise geral do capitalismo permita mal entendidos de dupla natureza nos dias de hoje. Seria tanto um erro sub ou sobreestimar o significado das crises do Capital. Na verdade, em matéria de crises econômicas, de variadas dimensões, neste século, não pareceria que o capitalismo tenha... digamos assim... “desapontado” os marxistas. Estamos bem servidos. Certamente não se confirmou um prognóstico apocalíptico, no sentido de uma possível “morte natural” do sistema. Mas não deixou de castigar as sociedades com profundas convulsões, recorrentes, que abalaram os alicerces mesmo da civilização.Seria um erro diminuir o catastrófico significado para milhões de seres humanos de crises como a de 29, sem a qual seria impossível compreender o quadro geral da ascensão de Hitler na Alemanha, por exemplo. Assim, uma desvalorização das crises econômicas pode levar a simplificações históricas espantosas, como a fábula que reduz a Segunda Guerra Mundial, ao delírio de poder de um psicopata. Mas a questão metodológica se coloca na sua verdadeira dimensão, se nos perguntarmos, qual o incrível curso da História que permitiu que um lunático chegasse ao poder, por eleições, no mais rico e culto país da Europa Ocidental? O fenômeno não parece contudo acidental. O fascismo poderia ser uma das, entre outras, tendências evolutivas (degenerativas) do capitalismo na época da sua decadência histórica. A crise econômica de 73/4, e a estagnação prolongada que se seguiu, com fortes pressões inflacionárias, também nos EUA, também levaram ao poder Reagan, apoiado no voto de dezenas de milhões de fundamentalistas cristãos, que apoiaram com entusiasmo o discurso que anunciava o Armagedon, ou seja uma luta final do bem contra o mal, agora laicizada, como um confronto terminal contra a ex-URSS, que sustentou a corrida armamentista da primeira metade dos anos 80, e a loucura do projeto excalibur, a construção de uma estação orbital, a freedom, armada de um canhão a laser que tornaria os EUA inexpugnável. Ou seja , um punhado de dementes e irresponsáveis chegou ao poder no mais rico país do planeta, há menos de vinte anos atrás, apoiado em uma ideologia religiosa paranóica, com um projeto de militarização que ameaçava seriamente a civilização com uma Terceira Guerra Mundial, e esta insanidade ocorreu sem que nem remotamente, tivesse ocorrido uma crise econômica com os efeitos destrutivos de 29. É para se pensar quais os horrores que ainda nos caberá assistir, ou nos estão reservados, se a preservação do capitalismo, condenar a humanidade a um novo terremoto econômico depressivo de tipo explosivo...Enquanto isso ainda há quem discuta seriamente as profecias infantis sobre o fim da História e a perenidade da democracia...

Quanto à concepção do processo que seria aberto pela crise, Kautsky se expressa de forma clara, explicitando as relações que previa entre o sujeito político, o partido e o sujeito social, a classe:

“O Partido Socialista é um partido revolucionário; não é um partido que faz revoluções. Sabemos que nosso fim não pode ser conseguido senão por uma revolução, porém sabemos também que não depende de nós fazer essa revolução nem de nossos adversários impedi-la. De nenhum modo sonhamos, pois, em provocar ou preparar uma revolução; e como não podemos fazer a revolução à nossa vontade, não podemos dizer absolutamente quando, em que circunstâncias ou sob que formas se cumprirá”³⁴⁸(grifo nosso)

Essa famosa citação revela dois elementos extremamente interessantes: em primeiro lugar a revolução é pensada essencialmente como um fenômeno “objetivo”, quase como uma fatalidade, como um dos mecanismos dos movimentos de mudança, a que a História recorre. O cataclismo revolucionário decorreria do amadurecimento e agudização das contradições econômicas inerentes ao modo de produção capitalista, e da presença de um sujeito social, uma ou mais classes colocadas em antagonismo com as relações sociais dominantes. Enfim, em uma palavra, revoluções “acontecem”. Seria este critério histórico correto?

Num alto nível de abstração (isto é, em relação aos limites de protagonismo dos *sujeitos políticos*, os partidos, por excelência), Kautsky pareceria com a razão: em determinado momento, em cada formação econômico-social, as massas se levantam e irrompem na cena política com a força da sua ação direta, e podem fazê-lo, independente de uma conclamação de uma organização ou comando (nunca se conseguiu demonstrar, de uma forma minimamente sustentável, as teorias conspirativas, que buscam explicar as revoluções autenticamente populares, a partir da iniciativa voluntarista de círculos revolucionários). Se tiverem *um ponto de apoio consciente*, as suas possibilidades serão certamente maiores. *Mas nunca na história ocorreram revoluções de massas sem um elevadíssimo grau de espontaneidade.*

³⁴⁸.(KAUTSKY, Karl. **O caminho do poder**. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC, 1979. p. 43)

Como e quando os diferentes fatores que mantiveram as multidões resignadas diante da ordem, e politicamente passivas e desinteressadas, se alteram, *pareceria ser uma das chaves teóricas da aceleração dos tempos políticos*, que precipitam a abertura de uma crise revolucionária: as mobilizações seriam, portanto somente um sismógrafo de uma mudança “molecular” de relações de forças já ocorrida (quando o que era desconfiança evolui para irritação; o que era mal estar se radicaliza como exasperação, e finalmente, o que era indignação transborda em ódio).

Nesse sentido as revoluções podem e devem ser definidas como *um fenômeno histórico objetivo*, no sentido que escapam ao voluntarismo maior ou menor das *forças políticas*, porque seriam uma explosão das *forças sociais* contidas e represadas. Mas não deixa de ser curioso que uma sofisticada elaboração sobre a estratégia e a organização de classe renuncie a dizer seja o que for sobre *a ação política revolucionária do partido*: nada. Porque mesmo a mais espontânea mobilização também necessita de um ponto de apoio de organização, senão para se colocar em movimento, pelo menos para reunir condições de vitória.

É ainda mais surpreendente, se considerarmos que Kautsky estava familiarizado com as indicações de Marx e Engels sobre as características *específicas* da revolução social operária. Nos referimos, em especial, à sugestão sobre a importância dos fatores de subjetividade, depois das lições deixadas pelas derrotas de 1848 e da Comuna. Ou ainda sobre a probabilidade de que o processo assumisse a forma de duas revoluções, ou duas vagas, uma primeira mais espontânea, mais confusa, mais democrática-radical, enfim mais unitária, e uma segunda mais aguda, mais radical. Ou seja, a engrenagem de permanência da revolução, que supunha, para vencer, mais organização e independência política³⁴⁹.

³⁴⁹ Neste artigo de Engels, sobre o balanço de junho de 48, a primeira revolução operária da História, o tema é retomado. Engels se detem em uma comparação entre as duas revoluções, fevereiro e junho, a ruptura da “unanimidade” frentista, as diferenças sociais entre as duas vagas, o aprofundamento da disposição de luta. A sugestão se revelou na verdade premonitória. O mesmo fenômeno veio a ocorrer com uma impressionante regularidade nas revoluções urbanas, portanto operárias e populares (no sentido da incorporação de setores não proletários no campo da revolução) do século XX. Ocorreu na revolução alemã de 18, que teve uma primeira vaga irresistível, pacífica e unitária no curso da qual se

Claro que existe também nesta linha de raciocínio, a crítica ao voluntarismo, um bom senso compreensível, e até mesmo bem vindo, para alguém como Kautsky, que era um dos principais dirigentes do maior partido operário da Internacional, com gigantescas responsabilidades.³⁵⁰

derrubou o Kaiser e se proclamou a República, e uma segunda vaga em 19, depois em 21 e finalmente em 23; na revolução espanhola que se inicia unitária e democrática com a queda da monarquia em 31, passa pela eleição da Frente popular em 36, e tem o seu momento agudo com a segunda vaga em Barcelona, em resposta à invasão franquista, e à desconfiança das massas em apostar a cabeça na guerra pela República, sem garantias de compromisso com suas reivindicações, quando a questão do poder se coloca para as organizações operárias, em particular para os anarquistas revolucionários, ‘os amigos de Durruti’ e o POUM; a revolução portuguesa também conheceu duas vagas, a primeira, unânime, eufórica, alegre, arrasadora, no 25 de Abril, e a segunda, aguda, igualitarista, dura, dividida, que se inicia no 11 de março, quando fracassa a segunda tentativa de golpe bonapartista de Spínola, precipitando-se o desenvolvimento da dualidade de poderes, até a derrota do 25 de novembro. Os exemplos são inúmeros e parecem indicar uma regularidade: nas revoluções urbanas e proletárias uma primeira vaga, um Fevereiro, para recorrer a uma metáfora russificada, une todas as forças em oposição à ordem, em uma mobilização democrática, policlassista, multitudinária, espontânea no sentido de que se apóia em graus de organização frágeis, fluidos e elementares, e obtêm a vitória quase imediata, o regime odiado intensamente por um amplo espectro social, cai quase sem esboçar resistência, de forma fulminante, e portanto relativamente fácil. São revoluções menos conscientes, ou inconscientes, no sentido de que unem forças com objetivos e interesses antagônicos em um mesmo movimento, porque uma parte das classes dominantes se vê constrangida a se desembaraçar do governo, mas assume a defesa da revolução para recuperar posições e ganhar tempo no calor dos acontecimentos, quando existe a ameaça do poder que cresce nas ruas. A segunda, quando os objetivos de classe se definem de forma mais cristalizada, mais clara, é uma vaga que comove as últimas camadas mais profundas das classes populares, desenvolve organismos mais ou menos permanentes de auto-organização das classes populares, ou atribui novas funções a organizações previamente existentes, e tem uma dinâmica anti-capitalista mais clara, ou seja mais consciente. Ao longo do artigo, Engels revela um vivo interesse pelos problemas de organização, inclusive os militares:” *De toutes les révolutions antérieures, ce sont les journées de Mars à Milan qui témoignent de la lutte la plus chaude. Une population presque désarmée de 170.000 âmes battit une armée de 20 à 30 000 hommes. Mais les journées de Mars de Milan sont un jeu d'enfant à côté des journées de Juin à Paris. Ce qui distingue la révolution de Juin de toutes les révolutions précédentes, c'est l'absence de toute illusion, de tout enthousiasme. Le peuple n'est point comme en Février sur les barricades chantant Mourir pour la patrie – les ouvriers du 23 juin luttent pour leur existence, la patrie a perdu pour eux toute signification. La Marseillaise et tous les souvenirs de la grande Révolution ont disparu. Peuple et bourgeois pressentent que la révolution dans laquelle ils entrent est plus grande que 1789 et 1793. La révolution de Juin est la révolution du désespoir et c'est avec la colère muette, avec le sang-froid sinistre du désespoir qu'on combat pour elle; les ouvriers savent qu'ils mènent une lutte à la vie et à la mort, et devant la gravité terrible de cette lutte le vif esprit français lui-même se tait. La révolution de Juin est la première qui divise vraiment société tout entière en deux grands camps ennemis qui nt représentés par le Paris de l'est et le Paris de l'ouest. L'unanimité de la révolution de Février a disparu, cette unanimité poétique, pleine d'illusions éblouissantes, pleine beaux mensonges(...) Les combattants de Février luttent aujourd'hui eux-mêmes les uns contre autres, et, ce qu'on n'a encore jamais vu, il n'y a plus différence, tout homme en état de porter les armes participe vraiment à la lutte sur la barricade ou devant barricade.*” (grifo nosso) (ENGELS, Friedrich. “Les journées de Juin 1848” In MARX, Karl. **Les Lutttes de classe en France**. Paris, Editions Sociales, p.173/4)

³⁵⁰. Comentando **O caminho do poder**, o pesquisador italiano Giacomo Marramao assinala: “Aparecia assim a alternativa ‘imperialismo ou socialismo’, que também Kautsky defendera, pelo menos verbalmente, em sua obra de 1909, O caminho do poder. De fato, também aqui o conceito da inevitabilidade do fim do capitalismo e da revolução se fundamentava na previsão de uma crescente

Mas a ambigüidade não é casual. Kautsky foi acusado de, por essa duplicidade, defender a bizarra fórmula de um “radicalismo passivo”:

“O que negamos é apenas a possibilidade de um partido operário formar, em tempo normal, com os partidos burgueses, um governo (...) Em todas as partes o poder político é um órgão de dominação de classe; o antagonismo entre o proletariado e as classes possuidoras é tão formidável que jamais o proletariado poderá exercer o poder conjuntamente com uma dessas classes (...) o proletariado, ao contrário, exigirá sempre de um governo em que seu próprio partido está representado que os órgãos do Estado o assistam em suas lutas contra o capital. Isto é o que deve levar ao fracasso qualquer governo de coalizão entre o partido proletário e partidos burgueses.”³⁵¹ (grifo nosso)

Portanto, segundo Kautsky os marxistas não sonham nem em preparar nem em provocar uma revolução. Deveriam esperá-la. A crise virá, ou seja, o papel do sujeito social da transição histórica, o proletariado é absolutizado, e o papel do sujeito político, o partido marxista, diminuído. A crise revolucionária é, portanto, pensada como uma inexorabilidade, em tempo oportuno, mas sem precipita prematuras. Ela encerra demasiados perigos para que se deseje antecipá-la: fica nas mãos dos trabalhadores, não é uma tarefa dos socialistas preparar e preparar-se para os combates decisivos. Entretanto, não há razão para a impaciência, e a participação, minoritária ou mesmo majoritária, em um governo de coalizão, é não só condenada, como denunciada. A crise revolucionária, que é pensada como um corolário, de uma crise econômica de proporções colossais, seria precipitada pelos deslocamentos de classe inevitáveis, que a catástrofe traria consigo, ficando reservada para a burguesia, o papel de carrasco da democracia. E à revolução, o papel de defendê-la.³⁵²

polarização do choque de classe entre uma burguesia reacionária (necessariamente imperialista) por um lado, e proletariado (enroscado em torno do partido social-democrata) por outro.” (MARRAMAIO, Giacomo. **O político e as transformações: crítica do Capitalismo e Ideologias da crise entre os anos Vinte e Trinta**. Trad. Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990. p. 81)

³⁵¹(KAUTSKY, Karl, **O caminho do poder**. São Paulo, HUCITEC, 1979, p. 6)

³⁵²A seguir um trecho de um ensaio escrito em 1905, que revela como, e com que linha de argumentação, Rosa Luxemburgo se opunha com todas as forças, a esta concepção, ao mesmo tempo, quietista e fatalista. Na sua opinião, a resolução votada por acordo no Congresso do SPD seria na verdade, um biombo reformista que encobria a adaptação da direita e do centro do SPD, não porque tivesse qualquer pudor em defender a democracia, incondicionalmente, em unidade de ação fosse com

A menos que, antes deste desenlace trágico, finalmente, viesse a ocorrer, a tão esperada, vitória eleitoral.³⁵³

quem fosse, diante de uma ameaça bonapartista; mas porque compreendia, pelo menos desde o início do século, que a estratégia da revolução em defesa da democracia (diante de um golpe, ou preventivamente diante de uma vitória eleitoral do SPD, para impedir a posse, ou depois da posse), mascarava uma deserção do projeto socialista. Uma melhor compreensão destes debates pode ser ilustrada por um breve apanhado histórico da forma evolutiva do desenvolvimento das forças do SPD. Fundado em 1875, com a fusão da organização herdeira de Lassale e o agrupamento de Bebel e W.Liebenecht, foi perseguido pelas leis anti-socialistas de Bismarck entre 78 e 90, quando a sua atividade foi semi-legal. A partir de então participou regularmente dos processos eleitorais, e chegou a atingir os 34,7% de todos os votos em 1912, convertendo-se na mais poderosa bancada parlamentar no Reichstag com 110 deputados. Antes do seu colapso político e suicídio moral de Agosto de 14, tinha superado um milhão de filiados, à maneira alemã, isto é, ativistas que com alguma regularidade frequentavam reuniões, publicava 90 jornais, entre diários e semanários em todas as principais cidades com algo próximo a 1.4 milhão de assinantes e leitores. Tinha uma organização de mulheres e outra da juventude, além de uma extensa rede de influência: dirigia incontestemente todo o movimento sindical, estava à frente do movimento de cooperativas, das organizações esportivas, culturais e mutuaras da classe. Tinha milhares de funcionários em todas essas organizações e no próprio aparelho do partido: *“Seria un fruto demasiado miserable y grotescamente insignificante de la Revolución Rusa el que el proletariado alemán extrajera de ella como lo desean los camaradas Frohorne, Elm y otros-- , como única lección, la manera de utilizar la forma extrema de lucha, la huelga de masas, como mera fuerza de reserva en caso de la supresión del voto parlamentario, debilitándola por lo tanto hasta el punto de convertirla en medio pasivo de defensa parlamentaria. Cuando se nos quite el voto parlamentario, resistiremos. Eso es evidente. Pero para ello no es necesario asumir la pose heroica de un Danton, como lo hizo el camarada Elm en Jena; la defensa del modesto derecho parlamentario no es una innovación violenta sino el primer deber de todo partido de oposición, si bien fueron necesarias para impulsarlo las terribles hecatombes de la Revolución Rusa. Pero el proletariado no puede quedarse a la defensiva en un periodo revolucionario. Y si bien es difícil predecir con certeza si la liquidación del sufragio universal provocaría en Alemania una acción huelguística de masas en forma irremediada, por otra parte es absolutamente cierto que cuando Alemania entre en una etapa de acciones violentas de masas los socialdemócratas no podrán basar su táctica en la mera defensa parlamentaria. Fijar de antemano la causa por la que estallarán las huelgas de masas y el momento en que lo harán no está en manos de la socialdemocracia, puesto que ésta no puede provocar situaciones históricas mediante resoluciones de los congresos del partido. Pero lo que sí puede y debe hacer es tener claridad acerca de las situaciones históricas cuando aparecen, y formular tácticas resueltas y consecuentes(...)* **El primer peligro político que acecha, que ha preocupado durante años al proletariado alemán, es un golpe de Estado reaccionario que les arranque a las amplias masas populares su derecho político más importante: el sufragio universal.** A pesar de la gran importancia de este probable acontecimiento es imposible, como hemos dicho, decir con certeza que el golpe de Estado provocará una movilización popular inmediata, porque hay que tener en cuenta una gran cantidad de circunstancias y factores” (grifo nosso) (LUXEMBURG, Rosa. “Helga de massas, Partido y Sindicatos” In **Obras Escogidas**. Bogotá, Pluma, 1976, p.255)

³⁵³A estratégia de Kautsky, eleva a posição de legítima defesa, uma posição tática, legítima e necessária, em função da situação política, em uma estratégia única e permanente, inamovível. Isto é, a defesa da democracia, em dogma do quietismo: *“Nos países civilizados modernos é a classe proletária a que tem mais fé em si mesma e em sua causa. Para isto não tem necessidade de forjar ilusões, basta-lhe considerar a história da última geração para comprovar em toda parte sua ascensão ininterrupta; basta-lhe considerar a marcha das coisas em nossa época para extrair dela a certeza de que sua vitória é inevitável. Não há, pois, motivo para esperar que o proletariado perca facilmente sua calma e seu sangue frio e inaugure uma política de aventuras nos países onde alcançou um elevado grau de desenvolvimento. Há tanto menos motivos para esperá-lo, quanto que a educação e o discernimento da classe operária estão ali mais desenvolvidos e o Estado é mais democrático. Em troca, não se pode depositar a mesma confiança nas classes dirigentes. Elas sentem e comprovam seu debilitamento gradual, e como se tornam cada vez mais inquietas e temerosas, seus atos são cada vez mais imprevisos. Entram, a simples vista, em um estado de ânimo de que cabe esperar um repentino acesso de raiva, que as fará precipitar-se com cego furor sobre o adversário, para abatê-lo,*

Mas, atenção, esta leitura objetivista do que poderia ser a crise revolucionária, uma releitura do marxismo, com forte influência evolucionista, não era só a de Kautsky. E as linhas de clivagem em torno ao tema da crise, não são as mesmas do embate entre reformistas e revolucionários, entre esquerda e direita na Internacional. Porque, afinal, o critério objetivista tinha sido a mesma escolha metodológica de Bernstein: a polêmica entre os dois se dava no mesmo terreno.

Sobre essa questão, Giacomo Marramao insiste na idéia que é preciso ir além de uma análise simplificadora, que reduziu esterilmente as polêmicas no interior da social democracia de início do século, projetando para o passado de uma forma reducionista, a divisão entre mencheviques e bolcheviques, russificando uma leitura histórica mais rica. Marramao situa Kautsky, sem hesitações, entre os defensores da *zusammenbruchstheorie*:

*“Teoria da crise e teoria do desenvolvimento – ‘colapso’ e ‘capitalismo organizado’ eram difíceis de serem coordenados, uma vez tomados separadamente ou colocados como alternativa abstrata, com uma posição política precisa. **Basta pensar que, se entre os partidários da Zusammenbruchstheorie contam-se, juntamente com Kautsky (ou pelo menos com o Kautsky ‘ortodoxo’), um evolucionista como Heinrich Cunow e uma revolucionária como Rosa Luxemburg; entre seus adversários encontramos também, junto a outro grande dirigente da social-democracia como Otto Bauer, um dos maiores teóricos do comunismo de esquerda, Anton Pannekoek, e o ‘reformista’ Rudolf Hilferding**”*³⁵⁴(grifo nosso)

As considerações de Marramao são penetrantes, porque o debate no interior do marxismo da Segunda Internacional é mais complexo que uma simplificada linha divisória a histórica entre reformistas e

*sem cuidar-se dos golpes que se darão a si mesmas e em toda a sociedade, e dos desastrosos estragos que acarretarão. A situação política em que se encontra o proletariado faz prever que, enquanto lhe seja possível, procurará aproveitar-se do uso exclusivo dos métodos ‘legais’ antes mencionados. **O perigo de ver esta tendência ser contestada está sobretudo no nervosismo das classes dirigentes**”.* (grifo nosso) (KAUTSKY, Karl. **O caminho do poder**. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC, 1979. p. 46)

³⁵⁴ . MARRAMAIO, Giacomo. **O político e as transformações: crítica do Capitalismo e Ideologias da crise entre os anos Vinte e Trinta**. Trad. Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990. p. 76

revolucionários.³⁵⁵ E por mais importantes que sejam as discussões metodológicas entre o objetivismo e o subjetivismo, não se pode deduzir relações explícitas entre essas escolhas teóricas e as conclusões programáticas que são exigidas na ação política de luta pelo poder. Ou seja, sobre esta questão teórica vital, os alinhamentos e desalinhamentos podem ser os mais surpreendentes.

Quais são os limites de operação das pressões da necessidade histórica e quais são os limites das possibilidades do voluntarismo político? As duas correntes históricas nas quais o marxismo iria se dividir nos anos por vir, reformistas e revolucionários, não ofereceram, nenhuma delas uma resposta homogênea para este problema, e portanto esta não foi a linha de clivagem fundamental. A questão ficou por ser resolvida, e assim permanece até hoje. Existiram tanto objetivistas que retiraram como conclusão de suas análises, mais ou menos fatalistas, uma estratégia política quietista, como Kautsky, quanto subjetivistas que chegaram, para o fundamental, ao mesmo endereço partindo de premissas opostas, como Bernstein, que acreditava na possibilidade da escolha consciente da opção pela democracia. O mesmo se pode dizer da corrente revolucionária, que reunia desde Rosa, com fortes propensões objetivistas, até um Lênin, e no extremo, um Gramsci, que destacavam acima das “férreas leis da necessidade”, o lugar da consciência de classe e da construção dos fatores de subjetividade, isto é, da vontade consciente.

Estamos então diante de uma questão central para a elaboração de uma história da teoria da crise no marxismo. Uma divisão entre linhagens de autores e escolas marxistas, que refletindo sobre a crise do

³⁵⁵ Assim, a título de exemplo, ninguém menos que Hilferding, ministro da Economia sob a República de Weimar, afirma no Congresso da social-democracia alemã em 1927, ao polemizar contra os defensores da teoria da derrubada, que resultaria em uma crise final do capitalismo: “*Sempre fomos de opinião de que a derrubada do sistema capitalista não deve esperar-se em forma fatalista, desde o momento que, muito longe de ser o produto das leis internas do sistema, deve ser o resultado da ação consciente, da vontade da classe operária. O marxismo nunca foi fatalismo, mas o contrário, máximo ativismo*”. (HILFERDING, Rudolf. **Atas dos debates do partido socialdemocrata**. Berlim, Kiel, 1927 In MARRAMAIO, Giacomo. **O político e as transformações: crítica do Capitalismo e Ideologias da crise entre os anos Vinte e Trinta**. Trad. Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.)

capitalismo, e as articulações objetivas e subjetivas para o desdobramento da crise econômica em crise revolucionária, encontram distintas respostas. Um Bernstein que insiste na possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas, não enxergando no capitalismo de início do século, um modo de produção que tenha esgotado suas possibilidades de desenvolvimento e prevendo uma época histórica não revolucionária, em que as crises econômicas não seriam mais do que isso, sobressaltos necessários, ajustes certamente dolorosos, mas controláveis. Um Kautsky que afirma uma tendência à crise final e prevê que a transformação do capitalismo em moderno imperialismo abre uma nova época histórica. Não há razão para impaciência nem precipitação, os ventos sopram a favor, e o peso social do proletariado é tal, e as novas possibilidades abertas pela democracia são tantas, que a revolução, que se aproxima e que deve ser esperada e não preparada, será menos dramática do que a revolução burguesa, em suma, será mais fácil:

*“Pode ser que a tática da democracia proletária pareça mais fastidiosa que a revolução burguesa; é **seguramente menos dramática, menos teatral, porém exige também muito menos sacrifícios** (...) No entanto, quando estão frente a frente dois adversários, em **circunstâncias iguais**, aquele que se sente superior ao outro é o que mantém seu sangue frio. Quem não tem confiança em si mesmo nem em sua causa perde demasiado facilmente a calma e o império sobre si. **Nos países civilizados modernos é a classe proletária a que tem mais fé em si mesma e em sua causa.** Para isto não tem necessidade de forjar ilusões, basta-lhe considerar a história da última geração para comprovar em toda parte sua ascensão ininterrupta: **basta-lhe considerar a marcha das coisas em nossa época para extrair dela a certeza de que sua vitória é inevitável.** Não há, pois, motivo para esperar que o proletariado perca facilmente sua calma e seu sangue frio e inaugure uma política de aventuras nos países onde alcançou um elevado grau de desenvolvimento.”³⁵⁶(grifo nosso)*

Os exageros não são poucos: menos sacrifícios, a busca de “circunstâncias iguais”, a marcha das coisas, enfim, o “facilismo” elevado à categoria de doutrina. Finalmente, a teoria da crise resulta em Kautsky em uma teoria da História fatalista, um movimento histórico que se desenrola, como as águas de um rio que caminha para o mar. Não será portanto

³⁵⁶ KAUTSKY, Karl. **O caminho do poder**. São Paulo, HUCITEC, 1979. p. 45-6.

estranho que Kautsky retire como conclusão que a social-democracia deve ter a paciência histórica de aguardar o melhor momento, de usar o adversário, explorar suas divisões, acumular forças, enfraquecer o inimigo, procurar alianças, colocar-se a si mesmo sempre em posição de legítima defesa (de novo a articulação entre os fins e os meios) e deve renunciar a qualquer iniciativa, a não ser em legítima defesa, sob pena de provocar o canibalismo das classes dominantes, que seria um erro infantil de tipo blanquista: mas se o evitar, a vitória seria certa³⁵⁷.

Assim, o debate de estratégia manifestava-se já maduro. A última palavra, contudo, estava longe de ser dada. Mas, essa seria mais uma ironia da história, não viria, pela primeira vez na história do marxismo, dos alemães. E sim da Polônia, Rússia e Itália.

³⁵⁷. A História foi cruel com os prognósticos “facilistas”, e superficiais, de Kautsky. A democracia (entendida no sentido do senso comum, como sufrágio universal, liberdades democráticas elementares, direitos cívicos mínimos), com ou sem formas republicanas, se revelou, nos países centrais (nos países da periferia são outros quinhentos, o trocadilho talvez seja forçado, mas irresistível), um obstáculo, pelo menos até hoje, insuperável para o desafio revolucionário do movimento operário moderno. Justamente nos países centrais onde o proletariado conquistou um grau mais elevado de desenvolvimento, e a burguesia também, as revoluções foram, sem exceção, impiedosamente derrotadas. Não triunfou sequer uma só revolução sobre a democracia. As crises revolucionárias foram fechadas invariavelmente com a derrota das forças insurgentes, seja pela contra-revolução em toda a linha, recurso ilimitado à violência e ao terror, enfim, os métodos de guerra civil, (Hungria em 18, Alemanha em 21 e 23, Espanha em 36/39), predominantes antes da Segunda Guerra Mundial, seja pelos recursos da “reação democrática”, plebiscitos, eleições abertamente manipuladas, apoio financeiro maciço à reorganização dos partidos políticos comprometidos com a defesa da propriedade privada e da ordem, chantagem econômica, bloqueios comerciais, desabastecimentos, inflação desenfreada, fuga de capitais, (França e Itália em 45/47, França em 68, Portugal em 75, de novo Espanha em 77/79), os preferenciais, depois de 45. Vale a pena conferir contudo o tom do fragmento que se segue: “Sabemos que a luta de classes entre a burguesia e o proletariado durará até que este último se encontre na posse do poder político com a ajuda do qual estabelecerá o socialismo. Sabemos que esta luta de classes não pode, senão, ganhar incessantemente, em extensão e em intensidade; que o proletariado se engrandecerá cada vez mais, em número e em força, tanto do ponto de vista moral como do econômico e que, em conseqüência, sua vitória e a derrota do capitalismo são inevitáveis” (KAUTSKY, Karl. **O caminho do poder**. Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC, 1979. p. 43)

3. Rosa, o imperialismo e o elogio da mobilização revolucionária: a dialética entre ação e consciência, e entre consciência e organização.

No dia 15 de Janeiro de 1919, no calor da crise revolucionária que permanecia aberta depois da revolução de novembro, Rosa Luxemburgo foi assassinada ao lado de Karl Liebknecht.³⁵⁸ Há vários dias

³⁵⁸A mão que aperta o gatilho, nem sempre, é a mesma mão que aponta a arma. Não restam dúvidas, se é que existiram, sobre o balanço histórico da cumplicidade do governo da República de Weimar pelo assassinato de Rosa e Liebknecht. Sabemos, hoje, que não foi uma ordem de execução do Governo, mas também sabemos que a perseguição que cercava os revolucionários spartakistas foi incentivada por Ebert e Scheidemann: Noske e os Freikorps sob o seu comando, de onde surgiria, nos anos seguintes, uma boa parte do material humano das milícias nazistas, eram um ponto de apoio vital do governo, que duvidava da disciplina da maioria das tropas militares. O assassinato de Rosa, teve para o marxismo revolucionário na Alemanha, o efeito devastador de uma ruptura dos vínculos, ou de um fio entre duas gerações. A experiência política que estava resumida nas pessoas de Rosa, de Liebknecht e de

estavam em permanente mudança de endereços. Desde o 9 de Janeiro, Berlim era uma cidade em estado de sítio: a relação de forças tinha se invertido, bruscamente, em menos de uma semana, de forma dramática.

O frágil governo nascido da revolução de novembro que derrubou o Kaiser, retomava a iniciativa apoiado no deslocamento de tropas disciplinadas vindas do interior do país (poupadas do acelerado processo de radicalização que o clima de agitação das massas operárias de Berlim provocava); mas também nas milícias nacionalistas para-militares que agiam impunemente; o perigo de um confronto mais sério (e até de guerra civil) tinha feito os trabalhadores recuarem, inseguros diante da divisão irreconciliável dos partidos que reconheciam ainda como os seus. O governo Ebert/Sheidemann (uma coalizão do SPD e do USPD, os dois partidos operários mais influentes, conhecidos como majoritários e independentes, levados ao poder pelo “fevereiro” alemão que derrubou a monarquia) estava inflexível, na determinação de destruir a dualidade de poderes que, sobretudo em Berlim, ameaçava a estabilidade do regime, e prenunciava uma nova vaga

Jogiches se perdeu. Ninguém menos do que Hannah Arendt, denuncia sem meias palavras, fundamentando-se na pesquisa de Nettl, a criminoso atitude dos socialistas no poder. O Estado alemão-ocidental, ironia da História, durante a guerra fria, assumiu, à sua maneira, a responsabilidade pelo assassinato apresentando-a nos termos de “uma execução de acordo com as condições de lei marcial”. Fez o que Weimar não podia fazer, a justificação política do crime. Podemos conferir nesta passagem irretocável, que, com razão, compara o escárnio dos assassinos, que sabiam poder contar com a impunidade, tal era o grau de dependência do governo de Ebert/Noske face ao aparato militar, com o comportamento dos carrascos de Hitler, nos julgamentos dos crimes de Guerra: *“The murderers were members of the ultra-nationalist and officially illegal Freikorps, a paramilitary organization from which Hitler's storm troopers were soon to recruit their most promising killers. That the government at the time was practically in the hands of the Freikorps because they enjoyed 'the full support of Noske', the Socialists' expert on national defense, then in charge of military affairs, was confirmed only recently by Captain Pabst, the last surviving participant in the assassination. The Bonn government, in this as in other respects only too eager to revive the more sinister traits of the Weimar Republic, let it be known, that it was thanks to the Freikorps that Moscow had failed to incorporate all of Germany into a red Empire after the First World War and that the murder of Liebknecht and Luxemburg was entirely legal, 'an execution in accordance with martial law'. This was considerably more than even the Weimar Republic had ever pretended, for it had never admitted publicly that the Freikorps actually were an arm of the government and it had 'punished' the murderers by meting out a sentence of two years and two weeks(...) During the trial, a photograph showing Runge and his comrades celebrating the assassination in the same hotel on the following day was introduced as evidence, which caused the defendant great merriment. Accused Runge, "you must behave properly. This is no laughing matter", said the presiding judge. Forty-five years later, during the Auschwitz trial in Frankfurt, a similar scene took place; the same words were spoken”* (grifo nosso) (ARENDDT, Hannah, **Introduction in Rosa Luxemburgo**, NETTL, J.P., New York, Schocken Books, 1969, p.XI)

revolucionária. O perigo de um Outubro alemão, verdadeiro ou ilusório, tinha estado no ar.³⁵⁹

³⁵⁹ Alguns esclarecimentos históricos são necessários. As circunstâncias políticas das jornadas de janeiro de 19, o primeiro dos vários “junhos de 48” ou “julhos de 17” da revolução alemã são pouco conhecidas, mas merecem atenção, dadas as suas irreparáveis conseqüências. As crise revolucionárias, como sabemos, também têm os seus tempos desiguais, conhecem alternâncias de conjuntura, e sofrem com a flutuação e inversão das relações de forças. A analogia histórica que sugerimos com junho de 1848 em Paris e Julho de 17 em Petrogrado, pretende realçar que na seqüência de revoluções democráticas de “tipo fevereiro”, como foi o 9 de novembro na Alemanha, é comum que ocorram situações de intensa agudização na luta de classes, de testes de força entre as classes em conflito, em que setores mais radicalizados entre os trabalhadores e a juventude, se lançam a um confronto aberto, invariavelmente prematuro e derrotado, sem que no conjunto da classe, e ou, no conjunto do país, existam condições efetivas para lutar pelo poder, ou para preservar o poder, se eventualmente vitoriosos em um primeiro momento. Foi isso que ocorreu, também, em Berlim, nos primeiros dias de Janeiro de 19. Os acontecimentos que precipitaram as lutas de janeiro começaram de forma quase trivial, como em geral ocorre, quando uma revolução está em movimento e se abre uma situação de crise revolucionária: tudo se iniciou a partir de um primeiro movimento de contra ofensiva do governo presidido pelo SPD, que considerava intolerável as permanentes manifestações de massas não controladas em Berlim, fator de impulso e ao mesmo tempo, expressão da dualidade de poderes, e resolveu derrubar o chefe de polícia da cidade Emil Eichhorn, membro do USP, para colocar no lugar alguém mais confiável. Foi acusado de incapacidade na preservação da ordem pública e de permitir que a polícia se transformasse quase em uma instituição revolucionária. Eichhorn desafiou a decisão do governo se recusando a obedecer às ordens do Ministro do Interior e afirmando que sua autoridade só podia ser questionada pelo Conselho de operários e soldados. A direção do USPD de Berlim apoiou a sua decisão, e decidiu resistir convocando as massas às ruas, para uma manifestação de protesto. Já os spartakistas apoiaram a ação de rua, mas defendendo a greve geral, e, mais importante, que as tropas do exército deveriam ser desarmadas, e os trabalhadores armados. A posição de Rosa, na direção do KPD, foi a favor, mas ressaltando que a greve deveria ser somente de protesto, para medir forças, aguardar a reação de Ebert e do Governo e a repercussão junto aos trabalhadores de todo o país. A passeata, no dia 5 de janeiro, foi um sucesso muito além do que todos esperavam, e, tudo indica, a direção do KPD, recebeu informes que garantiam que uma parte dos soldados aquartelados em Berlim estavam do lado dos insurrectos, o que mais tarde se demonstrou completamente infundado. A partir daí, a sorte estava lançada, *alea jacta est*: reuniões conjuntas dos independentes (USPD), dos comunistas e dos delegados revolucionários constituíram um organismo comum das três frações, com 33 membros e um secretariado de três dirigentes, Liebknecht, Lebedour e Scholze. As atribuições precisas desse organismo permanecem obscuras: seria sua responsabilidade, ou intenção, dirigir o movimento como um protesto ou dirigir a derrubada do governo? A questão é pertinente, e talvez sem resposta histórica, porque a esquerda socialista alemã tinha sido formada em uma cultura de que revoluções “não se fazem”, mas são feitas pelas massas (na verdade, em todas as suas sensibilidades e matizes, inclusive Rosa e a direção spartakista; já a militância do KPD, na sua maioria jovens que não viveram o período anterior à guerra, pouco experientes, tinha inclinações voluntaristas, ou esquerdistas, incorrigíveis, pelo menos no calor e velocidade dos acontecimentos). A aprendizagem de consciência de classe deveria ser ditada pelo curso das lutas e eventos, e deveria ser o protagonismo dos trabalhadores, deslocando as instituições, quem coloca objetivamente o poder nas ruas. Governos caem, não são derrubados, o palácio se rende, não é tomado. A ordem político-social desaba, finalmente, pela força da ação das massas, e o governo, pela perda de legitimidade, cai “de maduro”. Sujeito social e sujeito político, movimento e direção, classe e partido, se confundem. Revolução e insurreição não se separam. Por isso é difícil discernir até onde estavam dispostos a ir efetivamente os revolucionários reunidos após o entusiasmo da manifestação do 5 de Janeiro. Setores de vanguarda dos trabalhadores começaram a ocupação de prédios em Berlim, entre eles os escritórios do Vowärts, o diário do SPD. Este comitê conjunto votou, embriagado pela pressão dos acontecimentos, uma efêmera resolução (que não teve maiores desdobramentos) a favor de derrubar o governo, e Liebknecht votou a favor, contra a posição da direção do seu partido, que sabia ser também a posição de Rosa e Radek. Mas já no dia 6 de Janeiro

Era preciso agir, e agir rápido: daí que a decisão de retomar o controle da polícia de Berlim, a qualquer custo, fosse irredutível. Diante da reação enérgica dos setores mais avançados da classe operária, em defesa dos Conselhos de trabalhadores e soldados, o Governo não hesitou em tomar as medidas mais brutais, o cerco militar da cidade, reveladoras da sua decisão de não hesitar, e ir até ao derramamento de sangue, se necessário. Já os setores de vanguarda do proletariado que tinham ensaiado o seu “junho de 48”, recuavam, precipitada e abruptamente, em debandada. O teste de força fora feito e o seu resultado era desolador. A maioria da classe voltou para as fábricas, e se entrincheirou, intimidada,

este Executivo estava em dúvida sobre a decisão da véspera, e sem mais delongas decidiu apoiar a posição da direção do USPD que entretanto tinha iniciado negociações com o Governo. Entre outros fatos, parece ter sido decisiva a neutralidade da Volksmarinedivision, a unidade militar que o Governo tinha tentado dissolver em Dezembro, e que tendo recebido o apoio popular, era a grande esperança de sustentação militar do levante.. A direção spartakista, paradoxalmente, condenou ambos os movimentos, tanto o de precipitar a luta pelo poder quanto a de iniciar negociações...O governo, no interim, tinha iniciado o movimento de tropas de sua confiança para Berlim. A partir daí começou a fuga. Tudo indica que a lógica política sinuosa que guiou a posição dos spartakistas, com o apoio de Rosa teria sido resumidamente assim: os comunistas consideravam um erro a decisão dos setores mais avançados da classe de iniciar um movimento imediato pela derrubada do Governo, ou que tensionava o conflito a tal ponto que o problema do poder estaria objetivamente colocado, mas como essa tinha sido a vontade dos trabalhadores em luta, por disciplina de classe, tinham se unido às massas insurrectas enquanto as outras organizações, as primeiras em colocar objetivos inalcançáveis, bateram em retirada capitulando em negociações (conchavos) de gabinete, deixando os trabalhadores à mercê da repressão. Moral da história: os spartakistas foram os últimos a “aderir” ao levante, mas ele iniciado, os mais reticentes em recuar, e depois os seus mais destacados mártires. Isabel Loureiro resume assim o seu balanço de Rosa nos dias decisivos de Janeiro: *“Em suma, nos meses de novembro-janeiro, Rosa permaneceu fiel à sua teoria política: a ação de massas cria as próprias organizações e permite o desenvolvimento da consciência de classe, processo no qual seriam resolvidos os problemas da tomada do poder e do que fazer com ele após a vitória. A ação supre planos, organização, falta de clareza sobre as tarefas a cumprir à medida que os problemas surgem, com eles nascem as respostas desde que haja total liberdade de movimento(...) Porém, como já vimos problemas organizatorios e de tática revolucionária não estavam no seu horizonte A ação livre é esclarecedora, eis o lema de Luxemburg. Até certo ponto ela tem razão. Mas a ação livre não resolve tudo (embora scja conditio sine qua non de urna sociedade emancipada), principalmente em um momento de luta de classes aberta, em que está em jogo a tomada do pode. A tática bolchevique, ao ver no partido um contra-poder de assalto ao poder, é, no que tange a esse problema, mais eficaz. Os autores, independtcmntc dc posição política, de maior ou menor simpatia pelos spartakistas. são unânimes em apontar a falta de organização da Liga Spartakus (...) Não esqueçamos, porém, que não só os spartakistas não raciocinavam em termos de eficácia(...) como também o programa afirmava explicitamente ser a tornada do poder o ápice do processo revolucionário, apoiado pela maioria do proletariado alemão. Em outras palavras, a tomada do poder não significava assaltar o palácio do governo, mas o seu exercício pelos conselhos, sendo assirn claramente democrático.”* (grifo nosso)(LOUREIRO, Isabel, *Rosa Luxemburgo, os dilemas da ação revolucionária*, São Paulo, Editora da Unesp, 1995, p.176/7)

consciente que não seria possível manter a unidade do movimento sob a bandeira da greve geral até a derrubada do Governo.

A repressão contra os spartakistas se abatia, entretanto, de forma impiedosa. O cerco se apertava. Refugiados nos dias 12 e 13 em uma residência no bairro operário de Neukölin, Rosa e Liebknecht mudaram-se no 14 para um apartamento “respeitável” de um distrito de classe média em Wilmersdorf. Suas cabeças estavam oficiosamente a prêmio, com uma substantiva recompensa oferecida por empresários de extrema direita, provavelmente com a anuência de Scheidemann. Foram presos às nove horas da noite, ainda na presença de Pieck, um dirigente do comitê central, que tinha justamente acabado de lhes trazer documentos pessoais falsos para facilitar a saída de Berlim. Como os Freikorps os encontraram nunca se soube. As circunstâncias nunca se esclareceram, mas indicam como a hipótese mais provável, uma delação dos próprios vizinhos. Foram levados até o Hotel Eden, onde estava instalado provisoriamente o quartel general de uma das divisões para-militares na parte central de Berlim. Sabiam que não seria uma prisão como outras, e que seriam severa e brutalmente interrogados Mas desta vez seus destinos já estavam traçados. Primeiro Liebknecht e depois Rosa foram duramente atingidos por coronhadas na cabeça e depois levados para fora do Hotel, colocados dentro de um carro, e em seguida fuzilados, à queima roupa: Liebknecht arrastado para fora do carro para simular uma fuga, foi baleado pelas costas, Rosa recebeu o tiro na nuca ali mesmo. O corpo de Luxemburgo foi lançado nas águas do canal Landwehr, de onde foi resgatado somente em Março.

As “jornadas de Julho” da primeira vaga da revolução alemã, se encerravam com a decapitação do emergente movimento revolucionário no mais decisivo país da Europa. O paralelo histórico parece quase irretocável. A principal liderança spartakista foi vítima de uma repressão implacável que se abateu sobre um levante que não dirigiam, que não tinham convocado, de cujas reivindicações discordavam, mas que se viram obrigados

a acompanhar e defender por solidariedade de classe.³⁶⁰ A tragédia de sua morte física resume os dilemas de sua heróica vida política: na primeira crise revolucionária de sua vida (em Varsóvia, onde chegou clandestina para viver os últimos meses da vaga de 1905, foi presa, e solta depois do pagamento de um expressivo resgate-fiança); na segunda foi morta.

Em 1999 se completaram oitenta anos da morte de Rosa Luxemburgo. O aniversário redondo ocorreu sem maior repercussão. Já se disse que o silêncio e o ocultamento são a maior das represálias. A

³⁶⁰ O fragmento que se segue, extraído da biografia de Nettl, ilustra, de forma inequívoca, as circunstâncias sombriamente dramáticas da morte de Rosa e de Liebknecht. Os Spartakistas se viram condenados politicamente ao isolamento e abandonados à fúria da mais feroz repressão na seqüência de um levante insurreccional, em tudo semelhante, pela sua precocidade, à precipitação das jornadas de Julho em Petrogrado em Julho de 17, quando também a direção bolchevique esteve seriamente ameaçada (Lênin mergulha então na clandestinidade na Finlândia, e Trotsky é preso, com uma parte do comitê central, os locais públicos dos bolcheviques são fechados e sua imprensa proibida). Mas como os relatos históricos confirmam à exautão, a fragilidade orgânica dos spartakistas, era incomparavelmente maior. Também se confirma neste episódio que a contra-revolução aprende as lições dos processos revolucionários precedentes: a liquidação física de Rosa era vital para neutralizar o crescimento da influência dos comunistas que se beneficiavam diretamente do impressionante prestígio da revolução de Outubro entre os trabalhadores, e as pesquisas feitas por Jogiches, nos poucos meses que o separaram da sua morte, igualmente trágica, indicam que a decisão política de eliminar a qualquer custo Luxemburgo, já tinha sido tomada. O que permite e justifica, que se pergunte as razões pelas quais ela e Liebknecht não tinham sido retirados mais cedo do cenário conflagrado de Berlim. A resposta mais plausível é que inexistiam condições organizativas de emergência para fazer o traslado. Esse fato, cujas conseqüências políticas para o futuro da revolução alemã se demonstraram irreparáveis (o que remete a uma interessante reflexão sobre o papel do indivíduo na História), pelo peso qualitativo e único da personalidade de Rosa na direção dos Spartakistas, fala por si só, da importância do debate estratégico sobre as relações entre movimento e partido, ação e organização, aos quais Rosa se entregou de corpo e alma, incondicionalmente, em um raro exemplo de coerência entre teoria e prática, durante toda sua vida: ***Almost quixotically, Rosa Luxemburg and the KPD were springing to the defence of a revolutionary effort which they had not initiated, whose aim they could not support, but which equally must not be allowed to fail. The lesson was clear- and it was the old lesson of 1907-10: you cannot manipulate the crowds into revolutionary action and then manipulate them out again. For that reason she and her colleagues had initially opposed the insurrection designed to remove the government. But once the masses were out on the streets, you could not negotiate over their heads, even though the result might be a bloody defeat. The same lesson was repeated more emphatically in her other articles; all turned on this question of commitment to the masses irrespective of tactical results. The emphasis is continually on the leaders and their failures Nor was this unjustified: the revolutionary leadership was able neither to drive the movement forward nor to negotiate wholeheartedly to bring it to a rapid end.(...). Radek had all along been firmly against the whole thing, and especially against Communist participation. He now advised complete about-turn and withdrawal; the KPD must propose formally to the Revolutionary Shop Stewards that fighting must cease; if necessary the armed workers must give up their arms. At the same time, a manifesto was to be issued justifying the retreat and calling for new elections to the Workers' and Soldiers' Councils. This was the Leninist tactic of liquidating mistakes brutally and quickly. The proposal was supported in principle by the KPD executive. How to make it effective?(...) The letter signed by Pieck himself, did Liebknecht refuse to sign?-- could not be delivered by hand as intended owing to the practical disintegration of the Revolutionary Executive; it was printed instead in Rote Fahne on 3 January 19,9. Thus it had no practical value, and perhaps was never intended to have; the editorial comment accompanying it in Rote Fahne suggested that it was part of the 'clarity' process by which the KPD executive dissociated itself from the vacillating leadership of the revolt. Was the letter ever sent, or meant to be? We do not really know. Little is known of the details of the internal discussions. In any case, a tradition later grew up in leading Communist circles according to which the KPD delegates to the Revolutionary Executive, Liebknecht and Pieck acted against the instructions of their party executive, and the KPD leaders tried unsuccessfully to end the participation of their representatives in the disastrous venture.***

reabilitação teórica e política de Rosa ainda está por ser feita diante dos olhos da nova geração. Embora nenhuma corrente organizada expressiva do movimento operário à escala internacional neste final de século, se reivindicue, explicitamente, luxemburguista,³⁶¹ a obra e a memória da vida de Rosa continuam sendo uma inspiração para todos aqueles que abraçam a causa do socialismo. Mas sempre encontrou também detratores das mais diversas origens.³⁶² Rosa acabou sendo portanto uma das personalidades mais controvertidas da história do movimento socialista.

(grifo nosso) (NETTL, J.P., **Rosa Luxemburgo**, New York, Shocken Books, 1969, p.480/481)

³⁶¹Nettl, autor da biografia mais respeitada de Rosa, afirma, apropriadamente, que, em alguma medida, a herança do pensamento político de Rosa Luxemburgo se preservou, como um esforço organizado de intervenção na luta de classes (entendido como indivisibilidade de teoria e prática) através da militância das organizações que se reivindicam da tradição da Quarta Internacional. Essa interpretação é, grosso modo, aceitável se considerarmos a grande “diáspora” do marxismo revolucionário nas últimas décadas. Na segunda metade do século, pelo menos até o início dos anos 90, a esmagadora maioria das organizações de massas de esquerda estiveram sob a influência ou da social-democracia ou de partidos vinculados a Moscou. É importante acrescentar, contudo, que sendo a biografia um trabalho dos anos 60, muita água já passou, entretanto, por baixo das pontes, e hoje o quadro é imensamente mais complexo: “*Next, Rosa Luxemburg's revolutionary Marxism may yet conceivably become a specific political doctrine in its own right-intellectually, Trotskyism in the West today is really Luxemburgism. Trotsky preempted the devotion of all Marxist revolutionaries who opposed Stalin because of his enormous prestige, and the majestic tragedy of his political defeat in Russia, His person and his polemics drew nearly all anti-Stalinists into his orbit for a while. By identifying every opponent as an ally of Trotsky and using the vast and disciplined slander-factory of the entire Soviet state to discover Trotsky behind every real or imagined plot, Stalin helped to divide the world of revolutionary Marxism into two camps, and only two orthodox Communists and Trotskyites, with the latter presented as the Marxist allies of counter-revolution*”. (NETTL, J.P., **Rosa Luxemburgo**, New York, Shocken Books, 1969, p.6)

³⁶² Ainda hoje, não é reconhecido o lugar destacado de Rosa Luxemburgo entre os grandes marxistas, e entre as grandes pensadoras e escritoras deste século. Os seus difamadores tiveram origem nas mais diferentes tendências do pensamento social e político, e praticamente todos os métodos de difamação de sua obra e calúnia de sua vida foram usados para diminuí-la. Não surpreende que as classes dominantes, seja na Alemanha ou na Polônia, não tenham o menor interesse em divulgar perante as novas gerações o seu lugar na História, ou a importância dos seus trabalhos. Mas os detratores de Rosa vieram também, e sobretudo, das tendências da esquerda, que por muitas décadas, detiveram a maior influência entre os trabalhadores e a juventude: a social democracia e o estalinismo. Os primeiros, em especial os social-democratas de esquerda, se dedicaram a converter Rosa em uma inimiga precoce da revolução de Outubro, quase como uma apóstola de um socialismo democrático e libertário, em irreduzível oposição de princípios ao socialismo tirânico e ditatorial de um Lênin “bárbaro” e “asiático”. Esta ficção deitou raízes profundas. É certo que Rosa manteve duras polêmicas com o bolchevismo durante anos, antes e depois de Outubro, aliás, da mesma forma que Trotsky e muitos outros o fizeram, inclusive muitos membros da própria fração bolchevique, como Bukharin, Zinoviev e Kamenev se enfrentaram freqüentemente com Lenin, sem que as aceras querelas estratégicas e táticas tivessem, em alguma medida, envenenado as relações ou diminuído o enorme respeito, que sempre foi preservado, mutuamente, entre os membros da esquerda revolucionária do início do século. Uma esquerda, em grande medida, minoritária em seus países, diversa em seu enfoque de interpretação do marxismo, mas solidária, como veio a se demonstrar pelo reencontro histórico na fundação da Terceira. O que merece sempre ser destacado como um exemplo de esforço de unificação, pouco seguido. Por

Em 1923, alguns dirigentes do partido comunista alemão Ruth Fischer e Arkady Maslow, simpáticos à campanha de bolchevização impulsionada por Zinoviev, nos tempos da Troika, iniciaram a campanha contra os desvios, então “direitistas” de Luxemburgo, acusada como herança “sifilítica” do movimento comunista alemão. Seus erros foram então severamente analisados, descobrindo-se finalmente (abracadabra!) que eram quase idênticos aos de Trotsky, e o esdrúxulo amálgama, resultou em um exorcismo do suposto “espontaneísmo”, que por sua vez teria raízes no economicismo “catastrofista” de interpretação da “crise final” contida em sua obra **A Acumulação do Capital**.³⁶³

outro lado, também é certo que Rosa apresentou críticas agudas a algumas decisões dos bolcheviques, como a de dissolução da Assembléia Constituinte. Mas talvez tão ou mais importante, é destacar que todas e cada uma dessas decisões resultaram de intensas polêmicas entre os próprios bolcheviques no poder, muitas delas públicas ou semi-públicas, que davam, por outro lado, uma enorme importância às opiniões dos marxistas de outros países, e por isso, submeteram à apreciação dos delegados aos Quatro Primeiros Congressos da Terceira, explicitamente, resoluções de carácter deliberativo, sobre a política do Estado Soviético. Também nessa dimensão a perda de Rosa foi devastadora, porque ela resumia uma autoridade que faltava à maioria dos jovens militante que se viram à frente dos recém formados partidos comunistas. A seguir um extrato de Isabel Loureiro sobre o tema: ” *Evitemos cair nas armadilhas social-democráticas e liberais que acabaram por transformá-la em uma autora anti-bolchevique, e até mesmo não marxista. Aliás, uma vertente interpretativa que fez fortuna no ocidente aponta quase exclusivarnente o viés "democrático", vendo aí a sua contribuição ao legado marxista. Esse aspecto salientado, et pour cause, pela social-democracia, não pode fazer-nos perder de vista que Rosa assim como os bolcheviques, seguiu sempre, sem vacilar, o mesmo fio condutor: a revolução proletária. Mas nem por isso se pode considera-la uma ponta de lança do bolchevismo na Alemanha, como a direita e os comunistas sempre afirmaram. São bem conhecidas as suas críticas a Lênin e, na hora da revolução alemã, ao defender incisivamente os conselhos corno órgãos do novo poder proletário, nem por isso passou a ser favorável à liberdade "dos que pensam da mesma maneira". Os comentadores não comunistas são unânimes ao reconhecer que Luxemburgo, por sua independência firmeza diante dos bolcheviques, teria sido a única liderança na Alemanha capaz de opor-se ao atrelamento do KPD a Moscou. Talvez tenha razão o autor que a considera uma "socialista entre o oriente e o ocidente", amálgama da paixão revolucionária dos russos e do respeito à democracia dos social-democratas alemães(...) Embora o mundo socialista generoso e romântico de Luxemburg tenha perecido com a guerra e muitas de suas respostas pertençam tão somente à história, o élan antiburocrático e libertário de seus textos explicam a atração que ela continua a exercer sobre os espíritos insubmissos. Nesse sentido, e só nesse, valeriam aqui as palavras de Karl Liebknecht no seu ultimo artigo: 'Porém, há derrotas que são vitórias e há vitórias mais fatais que derrotas'.* (grifo nosso) (LOUREIRO, Isabel, **Rosa Luxemburgo, os dilemas da ação revolucionária**, São Paulo, Editora da Unesp, 1995, p.16)

³⁶³ Este tema do economicismo ou em decorrência, do fatalismo, na obra de Luxemburgo foi sempre muito controverso. Mandel sintetiza, nos termos que poderão ser conferidos a seguir, os limites metodológicos da crítica que, de tão freqüente, se tornou quase um “lugar comum”. A questão teórica, como é óbvio, é decisiva, no seu sentido mais grave. Em que medida operam as tendencias objetivas, estritamente econômicas, à crise, como um dos fatores decisivos do atual período histórico? O único senão que me parece necessário, é o perigoso dilema que encerra o raciocínio um pouco ultimativista de Mandel em defesa de Rosa; se elas não operam e não se manifestam, então há que concluir-se que o

marxismo se equivocou na análise das contradições fundamentais que movem o modo de produção. Esta não é a conclusão que se impõe, mas outra. Se elas não operam, ou melhor, se sua ação é neutralizada, é porque a época não seria revolucionária, e as possibilidades de expansão não se esgotaram. O marxismo não estaria questionado. Sem embargo, essa não é a opinião que defendemos. Mas esses seriam os termos corretos de apreciação do problema. De qualquer forma, ela resume boa parte do debate de estratégia e tática do marxismo em todo o século XX: em que medida os mais variados fatores político-sociais (como os citados pelo próprio Mandel, e outros, como a permanência duradoura do controle do movimento operário pelas direções burocráticas nos países centrais, ou o peso crescente do lumpem-proletariado nos países periféricos, etc...) podem neutralizar e adiar uma nova crise de grandes proporções do capitalismo, como foi por exemplo a forma explosiva que assumiu a crise de 29? À luz da história da segunda metade do século XX, um intervalo expressivo para permitir a avaliação de tendências de médio prazo, não parece razoável alimentar a expectativa de que o desmoronamento do capitalismo possa ocorrer por "morte natural". Fatores como o atraso da entrada em cena dos trabalhadores em países-chaves, ou o atraso na construção de novas direções independentes, classistas e revolucionárias, deveriam ganhar uma nova dimensão. Seriam essas conclusões (entre outras) incompatíveis com um quadro de análise marxista clássico? Não parece ser tão simples. Em outras palavras, sem negar a atualidade das conclusões sobre o movimento do Capital reveladas por Marx (e referendando portanto o sentido necessário em direção a novas e mais trágicas crises de ajuste) seria necessário acrescentar que a esfera de autonomia crescente da Política na definição dos desenlaces na luta de classes, tem permitido, e poderá permitir, o adiamento de crises catastróficas. O que não anula, *strictu sensu*, a defesa metodológica que Mandel faz de Rosa, mas recoloca o problema de forma mais complexa, para além de uma resposta binária, como, "ou ela estava essencialmente certa ou essencialmente errada": *"Es en este contexto que los seguidores de Marx han intentado formular de modo mas riguroso el probable destino del capitalismo. Rosa Luxemburg fue la primera en tratar de elaborar sobre una base estrictamente científica una teoría del inevitable derrumbe del modo capitalista de producción. En su libro **La acumulación del capital** intentó demostrar que la reproducción ampliada, con plena realización del plusvalor producido durante el proceso de producción propiamente dicho, era imposible en el capitalismo 'puro'. Ese modo de producción, por lo tanto, tenía una tendencia inherente a expandirse en un medio no capitalista, es decir, a devorar grandes áreas de pequeña producción de mercancías que aún sobreviven dentro de la metrópoli capitalista y a expandirse continuamente hacia la periferia no capitalista es decir los países coloniales y semicoloniales. Esa expansión -incluyendo sus formas más radicales, el colonialismo y las destructivas guerras coloniales de la época contemporánea; el imperialismo y las guerras imperialistas- era indispensable para la supervivencia del sistema(...) Pero Luxemburg dejaba claro que, mucho antes de ese momento final las simples consecuencias de esas formas de expansión cada vez mas violentas, así como las consecuencias del gradual encogimiento del medio no capitalista, agudizarían las contradicciones internas del sistema hasta tal punto de explosión, preparando así su derrocamiento revolucionario Aquí quiero tratar solamente una objeción metodológica que se ha hecho a la teoría del derrumbe de Rosa Luxemburg -y posteriormente a una serie de teorías similares. Algunos críticos han sostenido que, al basar la perspectiva del inevitable derrumbe del modo capitalista de producción exclusivamente en las leyes de movimiento del sistema, Luxemburg retrocedía hacia el 'economicismo'; que eso era una regresión del modo como los propios Marx y Engels y sus primeros discípulos integraban siempre los movimientos y leyes económicas con la lucha de clases, a fin de llegar a proyecciones y perspectivas históricas generales. Sin embargo esa objeción es injustificada. Si bien es cierto que la historia contemporánea del capitalismo, y en realidad la historia de cualquier modo de producción en cualquier época, no se puede explicar satisfactoriamente sin tratar la lucha de clases (y especialmente su desenlace después de ciertas batallas decisivas) como factor parcialmente autónomo, también es cierto que toda la significación del marxismo desaparece si esa autonomía parcial se transforma en autonomía absoluta. Es justamente el mérito de Rosa Luxemburg, así como de sus varios antagonistas subsiguientes en la 'polémica del derrumbe', el haber relacionado los altibajos de la lucha de clases con las leyes internas de movimiento del sistema. Si supusiéramos que o bien la infinita adaptabilidad del sistema capitalista, o la astucia política de la burguesía, o la incapacidad del proletariado de elevar su conciencia a nivel suficiente (por no hablar de la supuesta creciente*

Os impressionantes ziguezagues dos dez anos seguintes, tiveram em correspondência uma mudança do foco da crítica. Em 1925, depois de mais um giro de necessidade da diplomacia de Estado na URSS, aos quais os jovens PC's estavam disciplinadamente comprometidos, Fischer e Maslow foram por sua vez expulsos, e os ataques a Rosa descobriram agora que seus desvios afinal não teriam sido direitistas mas ultra-esquerdistas. Já durante o chamado Terceiro Período, que se estende entre 28 e 35, quando o PCA se recusou a fazer qualquer gesto de aproximação na ação com o SPD, ainda o maior partido operário na Alemanha, sob a alegação insólita de que os socialistas seriam sociais fascistas (socialismo em palavras, fascismo nos atos, aliás, a mesma espantosa teoria ressuscitada pelo maoísmo nos anos 60/70, só que a propósito da URSS, e dos partidos pró-moscovitas), Rosa Luxemburgo foi acusada novamente de direitista, e de não ter senão diferenças formais com os teóricos social-fascistas.

Finalmente em 1931, o próprio Stalin, já sem intermediários, se uniu à campanha de difamação e falsificação histórica, em um famoso artigo, "Problemas da História do Bolchevismo", em que reescrevia a história de acordo às suas conveniências, e no qual decretou, contrariando as mais incontroversas evidências, que Rosa seria responsável pelo imprescritível pecado teórico da revolução permanente³⁶⁴, e que Trotsky, na verdade, teria plagiado Luxemburgo.³⁶⁵

"integración" de la clase trabajadora a la sociedad burguesa), pueden, a largo plazo y por tiempo indefinido, neutralizar o invertir las leyes internas del movimiento y las contradicciones intrínsecas del sistema, es. decir, impedirles afirmarse, entonces la única conclusión científicamente correcta sería que esas leyes(...) no corresponden a la esencia del sistema: en otras palabras que Marx estaba básicamente equivocado al pensar que había descubierto esa esencia"(grifo nosso) (MANDEL, Ernest, **El Capital, Cien Años de Controversias en torno a la obra de Karl Marx**, México, SigloXXI, 1985, p.233/4)

³⁶⁴ A passagem que transcrevemos a seguir poderia ser interpretada como uma demonstração da adesão de Rosa à teoria da revolução permanente. Esta é por exemplo a posição de Deutscher em **O Profeta Armado**, o primeiro volume de sua trilogia biográfica de Trotsky, em que reivindica, na condição de membro fundador do PC polonês, organização herdeira também da influência de Rosa e de Jogiches, que o seu partido teria nascido, tendo como programa, a concepção sobre as tendências históricas dos processos revolucionário, expressas na teoria da revolução permanente. De fato, podemos encontrar em Rosa uma identificação do papel do proletariado na revolução democrática contra o Czarismo. Mas, por outro lado, como uma leitura atenta do fragmento poderá facilmente confirmar, Rosa se resume a

estabelecer os vínculos entre as lições da revolução russa de 1905 e as lutas na Alemanha, tomando a influência dos partidos marxistas na Rússia como uma refração dialética do peso da Internacional no Ocidente, que por sua vez seria uma refração do grau de maturidade da luta de classes, na própria Alemanha. Um exemplo irretocável de análise dialética, em que o subjetivo se transforma em objetivo, em que o atrasado ultrapassa o avançado, e vice versa. Internacionalista até à medula, o raciocínio, na sua dimensão estritamente política, pareceria um pouco forçado, ou melhor, datado, porque sobrevalorizador do verdadeiro significado da força social do partido e do proletariado alemão, como a História se encarregou de demonstrar, amargamente. A estabilidade da democracia capitalista, pode não só não estar ameaçada pela presença na legalidade de um forte partido operário, como este pode ocupar um papel fundamental na sustentação do regime, ainda que seja uma oposição, mais moderada ou mais radical, ao governo de turno. Por outro lado, **Greve de Massas, Partido e Sindicatos**, ainda ignora a complexidade do tema da representação política dos trabalhadores em toda a sua extensão. Desconhece a questão das diferenciações sociais e políticas de classe, que viria a se demonstrar uma questão chave deste século: a duradoura divisão política dos trabalhadores em diferentes partidos. Na Rússia, por exemplo, ao contrário da Alemanha, a classe não tinha uma só referência política, mas variadas, sendo a disputa de direção um processo aberto e, em grande medida, público entre mencheviques, bolcheviques e esseristas, para não citar os anarquistas, menos influentes. Enquanto na Alemanha, no fundamental, este processo estava mais atrasado, e se expressava como uma luta interna dentro do SPD. Este atraso, pode ter sido uma das razões históricas mais profundas, que explicariam a fragilidade orgânica do spartakismo quinze anos mais tarde, e na escala internacional, as debilidades da própria Terceira Internacional quando finalmente veio a ser fundada: direções revolucionárias não se improvisam no calor de crises revolucionárias. Escrito na Finlândia quando se recuperava da prisão que sofreu em Varsóvia, depois de intensas discussões com os líderes da fração bolchevique, todo o ensaio é uma declaração política de guerra à direção dos sindicatos alemães e, tangencialmente à maioria “centrista” de Auer e Kautsky no SPD. O ensaio merece atenção também porque explora com perspicácia o tema da redução das relações de forças aos seus elementos objetivos (à maneira de Kautsky), alertando para o fato de que essas relações de força, digamos assim, estruturais, podem estar em defasagem com as relações de forças políticas, que são determinadas fundamentalmente pelos humores das classes sociais, ou seja pelos elementos da psicologia social das classes. Escrito com a preocupação de abrir uma polêmica no SPD, contra a esmagadora maioria dos dirigentes sindicais, e persuadir o *centro* (Kautsky, Bebel) sobre a necessidade de uma nova estratégia e tática, resgatando a importância que a greve geral tinha tido na Rússia para colocar em movimento os setores menos organizados, mais atrasados e mais explorados dos trabalhadores. Por último, uma breve localização histórica se impõe: no outono de 1905 pela primeira vez, a fração sindical do SPD rompeu a disciplina de partido. No congresso de Jena do SPD, sobre pressão de delegados da esquerda, o centro concordou com a aprovação de uma moção que incluía entre os recursos táticos do partido uma possível convocação da greve geral, mas condicionada à forma limitada de autodefesa, caso viesse a ocorrer uma iniciativa do Governo, no sentido de restringir o direito de votos dos trabalhadores. Em seguida reuniu-se o congresso dos sindicatos em Colônia, que recusou a indicação, mesmo preventiva, da greve geral. Ou seja, os graus de autonomia da burocracia sindical eram tais, que não podia conviver mais sequer com uma cuidadosa, condicional, e na verdade quase literária resolução sobre a greve geral. E estavam dispostos a medir forças com o aparelho do partido. É nesse marco que Rosa faz a polêmica sobre a imaturidade de condições, e tenta demonstrar como a posição conquistada pelo proletariado na Alemanha era parte das relações de força da revolução russa e vice-versa a revolução russa estabelecia uma nova correlação geral de forças para a Internacional em toda a Europa, em especial na Alemanha: *“Aparece, no tanto como sucesor de las viejas revoluciones burguesas, sino como precursora de una nueva serie de revoluciones proletarias en Occidente. El país más atrasado, precisamente porque su revolucion burguesa llegó en momento tan tardío, le muestra al proletariado de Alemania y de los países capitalistas más adelantados los nuevos métodos de la lucha de clases. Desde este punto de vista, resulta totalmente erróneo considerar la Revolución Rusa un buen espectáculo, algo específicamente “ruso”; para admirar, en el mejor de los casos, el heroísmo de los combatientes, o sea, lo accesorio de la lucha. Es mucho más importante que los obreros alemanes aprendan a ver la Revolución Rusa como asunto propio, no solo en el sentido de la solidaridad internacional con el proletariado ruso sino ante todo como un capítulo de su propia historia político social. Los*

Nesse mesmo artigo, mais aberrante ainda, decidiu que Rosa só teria começado a polêmica com o centrismo do SPD e Kautsky em 1910, depois que Lênin a convencêra. Mas o artigo de Stalin, não obstante a grotesca falsificação, definiu, irremediavelmente, a posição oficial dos partidos Comunistas de todo o mundo por várias décadas.

Não é difícil compreender a razão de toda essa hostilidade. Assassinada no auge de sua maturidade política, personalidade de grande influência nos círculos revolucionários europeus, mártir da causa do socialismo no país mais decisivo da Europa, Rosa deixou uma obra de indiscutível valor teórico e literário, em que cada página está temperada de ardor e determinação revolucionária: seu incondicional internacionalismo, seu apaixonado apelo à ação, sua confiança no ímpeto e protagonismo do proletariado, seu apego irredutível aos mais altos valores da ética militante, seu compromisso inalienável com a verdade e a honestidade, sua preocupação com o sentido político e a dimensão histórica da luta pela liberdade, enfim, a permanente busca de coerência entre suas idéias e sua vida, unidade entre teoria e prática, eram incompatíveis tanto com o

*dirigentes sindicales y parlamentarios que consideran al proletariado alemán "demasiado débil" y la situación alemana inmadura para las luchas revolucionarias de masas, obviamente no tienen la menor idea de que el grado de madurez de las relaciones de clase en Alemania y el poder del proletariado no se reflejan en las estadísticas sindicales ni en fra cifras electorales sino...en los acontecimientos de la revolución Rusa. Asi como la madurez de los antagonismos de clase en Francia durante la monarquía de Julio y la batalla de París de junio se reflejaron en el proceso y fracaso de la Revolución de Marzo en Alemania, la madurez de los antagonismos de clase alemanes se refleja en los acontecimientos y la fuerza de la Revolución Rusa. Y los burócratas del movimiento obrero alemán, mientras revuelven los cajones de sus escritorios para recabar informes sobre su fuerza y madurez, no ven que lo que buscan lo pone ante sus ojos una gran revolución histórica. Porque, desde el punto de vista histórico, la Revolución Rusa refleja el poder y la madurez de la Internacional y, por tanto, en primer término del movimiento obrero alemán." (grifo nosso) (LUXEMBURGO, Rosa, **Huelga de massas, Partido y sindicatos** in **Obras Escogidas**, Bogotá, Pluma, 1976, p.254)*

³⁶⁵ Na verdade a posição de Rosa, embora retivesse das lições da primeira revolução russa conclusões aparentadas com as de Trotsky no que diz respeito à indivisibilidade do processo revolucionário Europeu, ou seja, o reconhecimento da unidade fundamental das lutas de classes para além das fronteiras nacionais, estava muito longe da fórmula de substitucionismo social que Trotsky iria avançar no seu **Balanco e perspectivas**. Essa é também a fundamentada posição de seu biógrafo, como se poderá conferir: **"This was clearly a necessary step in any doctrine of permanent revolution. Rosa Luxemburg went at least part of the way with Trotsky, but Trotsky's internal causality- his scientific 'must'- remained for Rosa Liixemburg a strongly urged 'should' and 'ought'. She never passed from political analogy to scientific (and therefore obligatory) causation.** As will be seen, she and most of her friends had strong reservations about the validity of the full doctrine of permanen

pensamento e a prática das castas burocráticas no poder na ex-URSS e na Europa Oriental, quanto com a visão do mundo das burocracias sindicais e políticas social-democratas confortavelmente adaptadas, de corpo e alma, à reconstrução da ordem capitalista.

Rosa compreendeu, como poucos dos seus contemporâneos, que na luta política, o programa é sempre decisivo, o que supõe e exige permanente debate teórico. Ainda que a tradição dos partidos da Segunda Internacional tenha preservado o procedimento de votar em Congressos moções políticas, deixando o debate teórico em aberto, Rosa era consciente que as polêmicas programáticas eram um terreno vital de definição estratégica: por isso encabeçou a luta contra Bernstein, e exigiu, em vão, a sua separação do SPD, por impossibilidade de convivência em um mesmo quadro de organização política, quando as diferenças de programa se tornaram incompatíveis; colocou-se na primeira linha de oposição à participação de Millerand, expressando a posição da maioria do partido socialista francês, com o apoio de Jaurés, em um governo de coalizão com a burguesia, e insistiu na incongruência dessa estratégia que irremediavelmente levaria a uma ruptura com os princípios do projeto socialista, sacrificando a independência política de classe; foi a principal adversária do conservadorismo dos dirigentes sindicais alemães, e pioneira na construção de uma explicação marxista para o seu processo de adaptação social e ideológica aos limites da legalidade do regime parlamentar; defendeu a centralidade do impulso da ação e mobilização de massas como o terreno privilegiado de intervenção do SPD, sem por isso ceder às pressões politicamente abstencionistas que eram incapazes de perceber a importância de uma bancada de parlamentares operários e socialistas; depois da revolução russa de 1905, quando o lugar do proletariado na luta contra a autocracia czarista emergiu de forma independente através das três vagas de greves gerais de massas, colocou-se em oposição aos líderes mencheviques que insistiam na formação de um bloco de classes que reconhecesse a

revolution” (grifo nosso) (NETTL, J.P., **Rosa Luxemburgo**, New York, Shocken Books, 1969, p.156)

liderança dos partidos burgueses liberais à frente da revolução democrática, em discordância portanto com a teoria bernsteiniana dos campos burgueses progressivos.

Viveu no início da época do imperialismo, e rapidamente compreendeu o papel nefasto do novo militarismo e a crescente importância dos gastos com armas como mecanismo de regulação do capitalismo³⁶⁶; anos antes que Lênin e os outros internacionalistas reunidos em Zimmerwald, retirassem todas as conclusões sobre o processo de deformação social e política das direções dos partidos mais influentes da Internacional, já tinha discernido que a luta contra Kautsky e o campo do “centro” no SPD era inadiável; e por último, mas não menos importante, na hora crucial do Agosto de 14, quando a precipitação da Primeira Guerra Mundial colocou o momento da verdade para todos os partidos marxistas europeus, dirigiu ao lado de Liebknechet o pequeno grupo de militantes do SPD que se negaram a apoiar os planos belicistas do seu próprio governo imperialista.

O inventário de suas posições e esta breve exposição de sua trajectória são, portanto, impressionantes. Mas enfrentemos o problema

³⁶⁶ O fragmento que se segue foi extraído de um recente (e excelente) trabalho sobre a atual fase de internacionalização econômica, e os dados que nos são fornecidos, e as conclusões que se impõem, falam por si mesmas, da permanência do fenômeno do militarismo como um elemento fundamental da regulação do capitalismo. Dá as devidas proporções ao lugar da indústria de armas, e nos oferece assim uma dimensão do que o marxismo clássico queria dizer quando se referia à expansão das forças destrutivas: *“Uma economia de guerras: de acordo com um estudo publicado pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, nos últimos cinquenta anos ocorreram nove ciclos econômicos naquela economia de ponta do sistema capitalista. Na média, as expansões duraram mais de quatro anos (50 meses) e as contrações pouco menos de um ano (11 meses). Assim, somando-se os períodos de expansão e de contração cada ciclo completo se repetiu a cada cinco anos(...) O estudo salienta uma coisa importante. Em épocas de grandes guerras – guerra civil americana, as duas grandes guerras mundiais, a da Coreia e a do Vietnã – os ciclos do capital são marcados por períodos de expansão prolongados, muito acima da média histórica, e por períodos de contração muito curtos.(...) Pode-se concluir que esses períodos de grandes guerras são os mais adequados para sustentar por longo tempo a expansão da produção capitalista e para encurtar suas crises. Assim, as crises de superprodução do capital podem ser neutralizadas por bom tempo quando se aumenta desmesuradamente as ações bélicas das principais economias e Estados do sistema capitalista mundial. Em outras palavras, supondo-se a hipótese absurda de que o mundo vivesse permanentemente em guerra, pode-se dizer que o capital teria eliminado completamente suas crises. Esse é o verdadeiro caráter do atual regime de produção, em que a destruição da humanidade é a condição necessária para o seu saudável desenvolvimento. Essa é a mãe de todas as contradições.* (grifo nosso) (MARTINS, José, **Os Limites do Irracional, globalização e crise econômica mundial**, São Paulo, Fio do Tempo, 1999, p.166/7)

de frente: em que reside a essência do pensamento de Luxemburgo sobre a teoria da revolução socialista, ou se o foco for mais preciso, sobre os tempos históricos e políticos da revolução? Quais eram as suas idéias-chaves, a partir da experiência da revolução de 1905, e como evoluíram no calor do breve intervalo de três meses entre Novembro 18/janeiro19?

Podemos destacar *quatro conclusões originais e pioneiras no marxismo* que distinguem uma teoria política de Rosa Luxemburgo:

(a) a compreensão de que *uma mudança de época tinha ocorrido*, e que os períodos de desenvolvimento sustentado do capitalismo tinham se exaurido, ou se aproximavam da exaustão, logo, a conclusão, de que o imperialismo precipitaria guerras recorrentes, pelo domínio de mercado mundial, e uma contra-ofensiva econômico-social permanente contra os trabalhadores e os povos dos países coloniais e semi-coloniais, em defesa da valorização do Capital. Reforma e revolução, portanto, eram pensadas, *menos como escolhas estratégicas em alternativa, e mais como tempos históricos distintos*, momentos políticos diferentes dos processos de mudança econômico-sociais. As inovações científicas, e as suas aplicações ao mundo da produção, com a renovação tecnológica, que permaneceriam como um dos impulsos dinâmicos do sistema, longe de permitir a expansão das forças produtivas, como na fase histórica anterior, se traduziriam em crescimento das forças destrutivas. Esta definição enquadra toda a perspectiva estratégica, e explica a irreversível divisão do movimento operário entre reformistas e revolucionários, precoce em relação à esquerda da Segunda Internacional. Ela, por sua vez, é inseparável da recuperação do prognóstico histórico, originalmente formulado por Engels, de que a época de apogeu do capitalismo seria, ao mesmo tempo, a época do seu apodrecimento, entendido como uma ameaça à civilização, do que decorria a consigna, socialismo ou barbárie;

(b) a defesa, em decorrência, de que *situações revolucionárias mais freqüentes* seriam a perspectiva do próximo período

histórico, porque o impulso da crise do capitalismo, exigiria que o proletariado, a principal vítima, tanto do belicismo imperialista, quanto das sequelas econômico-sociais dos ajustes brutais, se colocasse em movimento, em defesa das conquistas do período anterior, *sendo o seu protagonismo de classe em luta*, independente da qualidade ou natureza da direção, no início do ascenso, *o elemento qualitativo na abertura de situações revolucionárias*;

(c) a defesa de que as possibilidades e perspectivas de luta, definidas em cada momento político, pela relação de forças entre as classes, dependem fundamentalmente e em primeiro lugar de *uma apreciação do humor político dos trabalhadores, do seu estado de espírito, de sua disposição de luta, ou seja, de fatores que são, essencialmente subjetivos*. esses elementos não seriam os únicos a serem considerados (porque o estudo da relação de forças envolve um juízo da situação de todas as classes, e portanto do governo e das demais instituições do Estado), mas seriam os determinantes. Em sua opinião, as relações de forças, não deveriam ser consideradas unicamente a partir de um enfoque objetivista, que elege como critério absoluto, os níveis de organização que os trabalhadores atingiram. Para Rosa, esses patamares (percentuais de operários sindicalizados, militância do partido, número de circulação dos jornais, platéias que respondem os chamados aos comícios e palestras, volume dos votos e deputados eleitos, etc...) expressam, no fundamental, mais as conquistas do período anterior, do que as possibilidades abertas no presente ou as perspectivas no futuro. Por isso, a dialética entre consciência e organização, só poderia ser compreendida através da dinâmica da luta e da ação de massas: as relações de forças seriam mais instáveis e menos fixas do que uma leitura que privilegiasse somente os avanços da organização poderia fazer supor. A idéia de acumulação linear de forças era para o SPD, um dogma tão inquestionável, como os sucessos da “tática alemã”: os avanços lineares, previsíveis e seguros, que o aproveitamento da legalidade sindical e política tinha permitido. Rosa introduz *a idéia da descontinuidade, das rupturas e dos saltos, isto é, da alternância de situações, os fluxos e os*

refluxos, segundo fatores que guardam relativa autonomia em relação às várias formas de organização independente.

(d) a defesa de que *a ação e mobilização de massas são inseparáveis de construção de consciência de classe, o fermento da auto-organização independente*, logo, uma nova dialética entre ação, consciência e organização, em que *a ênfase, como fator determinante, é colocada na mobilização de massas*. Tanto a organização de classe do período histórico anterior poderia estar em defasagem (ou até na contra-mão) com os desafios da nova relação de forças, criada pela disposição de luta mais avançada (o que supõe uma avaliação crítica sobre as direções majoritárias à frente dos sindicatos e partidos nos países mais importantes), quanto o impulso das lutas poderia acelerar a formação da consciência de classe e gerar novas formas de organização (como os conselhos), agrupando os setores mais explorados que não tinham se organizado na fase anterior, mas que *poderiam se beneficiar das “vantagens do atraso”*, e, sem ter vivido as formas de organização sindical de resistência por reivindicações mínimas, no calor da situação revolucionária aportariam novos, porém mais massivos batalhões ao exército de luta do proletariado. Finalmente, a conclusão de que, *a situações revolucionárias, correspondem novas formas de organização, superiores às organizações sindicais tradicionais*, ou atribuindo a essas, novas tarefas e novo conteúdo, e a confiança de que no calor de uma situação revolucionária, *as massas podem superar em meses, semanas ou dias, pela experiência insubstituível da luta e das lições forjadas na luta, as ilusões que as afastaram do caminho do poder*, por anos ou décadas.

Vejamos um por um cada um destes aportes, as discussões nas quais estavam inseridas, estabelecendo as articulações entre os vários campos de idéias, evitando cair na armadilha de uma simplificação do que seria o luxemburguismo³⁶⁷.

³⁶⁷ Evitamos, em geral, o termo Luxemburguismo, porque já foi usado de forma abusiva, pejorativa na verdade, embora ele possa e mereça ser utilizado, dentro de certos marcos, e feitos alguns esclarecimentos. O estalinismo no seu afã de destilar uma doutrina oficial “quimicamente pura”, uma

As concepções expostas por Rosa, de forma mais desenvolvida, sobre a natureza da época do imperialismo em **A Acumulação do Capital**, foram objeto de grandes críticas. A mais severa e menos consistente, tem como argumento, que na **Acumulação**, Rosa teria revisitado

vulgarização, essencialmente falsificada, do pensamento teórico-político de Lênin, o famoso “marxismo-leninismo”, precisou inventar as mais mirabolantes idiosincrasias. Entre elas surgiu a duradoura versão dos erros de Rosa, que segunda esta tradição, teria sido do princípio até o fim de sua vida política, sectária diante da questão nacional, objetivista e catastrofista em relação à natureza da época e do imperialismo, et pour cause, espontaneísta em relação ao protagonismo revolucionária do proletariado, e centrista nos problemas de organização, em suma, com fortes tendências ao oportunismo. Toda fraude intelectual precisa se apoiar em algum elemento de verdade para ser minimamente plausível. Assim não foi difícil descobrir que Rosa manteve durante anos, e em torno aos mais variados temas discussões aceras com Lênin: e essa seria a prova definitiva e categórica dos desvios do luxemburguismo. A autoridade de Lênin foi assim manipulada ao serviço dos amálgamas mais aberrantes, e em defesa do monolitismo como virtude. Assim como Trotsky, na verdade Rosa manteve polêmicas com quase todos os marxistas mais influentes do seu tempo, umas de maior e outras de menor importância. Esse aliás era o saudável procedimento dos revolucionários que foram seus contemporâneos sem exceção: submeter todas as idéias ao severo exame da crítica. A esquerda da Segunda Internacional reuniu por muitos anos, na forma de um movimento que depois esteve, no fundamental, comprometido com a fundação da Terceira, um punhado notável de marxistas das mais diferentes nacionalidades, que debatiam de forma aberta e pública os principais problemas que afetavam os destinos do movimento operário do seu tempo: Racovsky era romeno, Mehring era alemão, Sneevliet era holandês, Gramsci era italiano, Rosa e Radek judeus-poloneses, Joghiches era lituano, Lênin russo, Trotsky judeu-ucraniano: a lista é ao mesmo tempo longa e impressionante, não só pelo talento extraordinário de uma geração excepcional, mas pela pluralidade de experiências nacionais diferentes, enfoques teórico-metodológicos diversos, e pelo impressionante volume de trabalhos, de uma produtividade incrível. Todos discutiram seriamente uns com os outros e os alinhamentos variaram permanentemente dependendo dos temas em pauta. Tudo isso está amplamente documentado à exaustão. Mas é mais simples implodir um edifício de uma vez só do que demolir andar por andar. A desqualificação da obra de Rosa assumiu assim a forma de uma campanha contra o Luxemburguismo. As deformações simplificadoras deixaram uma influência perene. A recuperação do pensamento de Rosa está ainda por ser feito em grande medida, e nesse sentido, poderá ser reconhecido o luxemburguismo, como uma sensibilidade, entre outras, de uma corrente política heterogenea, o marxismo revolucionário do início do século. Para conferir como se construiu a fábula da heresia do Luxemburguismo, um pequeno fragmento de Nettl, que contém uma breve transcrição de Ruth Fischer, a arqui-inimiga da herança de Rosa no partido alemão: “*From it has been deduced Rosa Luxemburg's allegedly 'objective' attitude to capitalist collapse, which by implication almost completely destroys the role of Social Democracy and its leadership, the entire subjective element. From this in turn there developed the heresy of Luxemburgism, based on a theory of spontaneity which systematically negated the function of rational cognition, of will and of decision on the part of Social Democracy In the words of Rosa Luxemburg's most bitter opponent in Germany, whose views were one long campaign against her predecessor's heritage 'The German party based its theory and practice in the main on Rosa Luxemburg's theory of accumulation, and this is the fount of all errors, all theories of spontaneity, all erroneous conceptions of organizational problems' From it has been deduced Rosa Luxemburg's allegedly 'objective' attitude to capitalist collapse, which by implication almost completely destroys the role of Social Democracy and its leadership, the entire subjective element. From this in turn there developed the heresy of Luxemburgism, based on a theory of spontaneity which systematically negated the function of rational cognition, of will and of decision on the part of Social Democracy In the words of Rosa Luxemburg's most bitter opponent in Germany, whose views were one long campaign against her predecessor's heritage 'The German party based its theory and practice in the main on Rosa Luxemburg's theory of accumulation, and this is the fount of all errors, all theories of spontaneity, all erroneous conceptions of organizational problems'”* (grifo nosso) (NETTL, J.P., **Rosa Luxemburgo**, New York, Shocken Books, 1969, p.167)

as idéias do debate sobre o colapso, e retomado a defesa do ponto de vista objetivista, de um desmoronamento iminente do capitalismo por fatores econômicos, diminuindo a importância do papel da social-democracia, e, portanto, anulando o lugar do fator subjetivo, a construção da consciência de classe (e a sua forma objetivada, as organizações dos trabalhadores).

Rosa teve que responder às amargas críticas que o seu livro recebeu no Vörrwärts, e como que por antecipação metodológica, recolocou o debate sobre a natureza do imperialismo, no seu devido lugar, uma discussão de época, de longa duração e portanto, necessariamente, de acordo com a tradição marxista, fundamentado em uma apreciação econômica do novo período histórico. Procurou colocar os pingos nos is nos seguintes termos:

“Si la producción capitalista constituye un mercado suficiente para sí misma, la acumulación capitalista (considerada objetivamente) es un proceso ilimitado. Si la producción puede subsistir, seguir aumentando sin trabas, esto es, si puede desarrollar ilimitadamente las fuerzas productivas,(...) se derrumba uno de los pilares más firmes del socialismo de Marx. Para éste, la rebelión de los obreros, su lucha de clases es -y en ello se encuentra justamente la garantía de su fuerza victoriosa- mero reflejo ideológico de la necesidad histórica objetiva del socialismo, que resulta de la imposibilidad económica objetiva del capitalismo al llegar a una cierta altura de su desarrollo. Naturalmente, con esto no se dice – tales reservas que constituyen el ABC del marxismo siguen siendo indispensables, como vemos, para mis 'expertos"-- que el proceso histórico haya de ser frenado hasta el último borde de esta imposibilidad económica. La tendencia objetiva de la evolución capitalista hacia tal desenlace es suficiente para producir mucho antes una tal agudización social y política de las fuerzas opuestas, que tenga que poner término al sistema dominante. Pero esas mismas proposiciones sociales y políticas, no son, en último término, más que un resultado de que el sistema capitalista es económicamente insostenible. De tal tal fuente, sacan justamente su creciente agudización, en la medida en que se hace visible tal situación insostenible. Si, por el contrario, aceptarnos con los "expertos" la ilimitación económica de la acumulación capitalista, se le hunde al socialismo el suelo granítico de la necesidad histórica objetiva. Nos perdemos en las nebulosidades de los sistemas y escuelas premarxistas. que querían deducir el socialismo únicamente de la injusticia y perversidad del mundo actual, y de la decisión revolucionaria de las clases trabajadoras” (grifo nosso)³⁶⁸

³⁶⁸(LUXEMBURGO, Rosa, “El Problema en discusión” in *La acumulación de Capital*, México, Cuadernos de pasado y Presente 51, 1980, p.31) Este ensaio é também conhecido como a Anticrítica.

Os termos da polêmica parecem, portanto, razoavelmente claros: tratava-se de estabelecer se a *perspectiva do capitalismo na época do imperialismo* seria no sentido de mais ou menos crises, mais ou menos lutas de classes, mais ou menos guerras, enfim, se o período que se abria indicava a possibilidade de um novo *florescimento econômico ilimitado por um prazo histórico indefinido*, ou se, ao contrário, as relações de produção capitalistas tendiam a se transformar em um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. Inspirada em algumas das pistas deixadas por Marx, desenvolveu a *idéia da centralidade do consumo improdutivo no novo período histórico, como condição da reprodução ampliada e da realização de mais valia, destacando o novo lugar do consumo estatal de armamentos, isto é, do crescimento das forças destrutivas*.³⁶⁹

³⁶⁹ A seguir, um balanço deste aporte teórico de Rosa, pelas palavras de José Martins, um dos raros economistas marxistas ativos junto ao movimento operário, no nosso país. Há muitos anos, contra a corrente, José Martins, doutorado em Economia pela Sorbonne, ex-professor na FGV, publica regularmente o melhor boletim de análise econômica marxista disponível no Brasil, uma publicação independente de partidos e instituições do Estado, e sem os vícios da maioria das ONG's, portanto assegurada unicamente pelos seus assinantes, na sua maioria, sindicatos operários: *"Além de grande revolucionária, Rosa de Luxemburgo conhecia os segredos da economia política como ninguém. As suas contribuições teóricas sobre a reprodução ampliada e as crises do capital, principalmente, são fundamentais para se entender o sentido que Marx dava para a questão dos mercados e da realização do capital. Nesta questão, ela é pioneira na abordagem do papel crucial do consumo improdutivo no desenvolvimento da acumulação e crises do capital. Assim, além das seções produtivas de meios de produção (seção I), dos meios de consumo assalariado (seção II a) e da seção improdutiva de bens de luxo (seção II b), todas já presentes nos esquemas de reprodução do chamado 'livro 2' de O Capital, de Marx, ela acrescenta, para facilidade analítica, a seção de 'meios de destruição', quer dizer, a produção de armamentos e o consumo deste tipo particular de mercadoria.(...) A crescente produção e consumo de mercadorias de luxo e de armamentos é muito importante para se entender o papel do Estado e do imperialismo na regulação das crises globais do capitalismo moderno. Dentro da perspectiva colocada por Rosa de Luxemburgo, as despesas improdutivas criadas no regime capitalista para o consumo de bens de luxo e de armamentos não se destinam à uma imprecisa demanda de mercadorias em geral, quer dizer, de simples valores de uso, de 'excedentes econômicos' ou de um 'Produto' qualquer, como aparece nas versões malthusianas modernas de 'demanda efetiva' e outras firulas da teoria macroeconômica do pós- guerra, sistematizadas pelos vulgares expedientes de Keynes e avidamente consumidas pelos regulacionistas em geral. Para Rosa, ao contrário, essas despesas improdutivas –centralizadas e organizadas, através dos impostos, na administração monetária dos Bancos Centrais (taxa de juros) e em outras formas de regulação estatal – destinam-se à realização de uma parte importante da mais-valia produzida socialmente e cujo destino deveria ser a reprodução ampliada de capital, na forma de uma massa crescente de valor e de mais-valia.(...) Antibióticos para combater a crise: (...)A economia política capitalista, depois de Keynes, e tal como é ensinada nas faculdades de economia de todo o mundo, adota também aquele viciado método de se separar rigidamente as esferas da produção e da circulação; a primeira é mistificada pela teoria neoclássica (microeconomia), a segunda pela teoria keynesiana*

Em síntese, Rosa não fez mais que a apresentação de uma defesa de *uma compreensão dialética dos tempos políticos da transição pós-capitalista como um processo histórico, um tempo de revolução e contra-revolução, um período indefinido, mas provavelmente longo*, dominado por extraordinárias possibilidades, mas também perigos imensuráveis. Importante notar que não se trata de uma discussão de nuances ou de tom. A polêmica sobre época não era uma querela de matizes, mas uma caracterização vital para o futuro do movimento socialista. Era toda uma perspectiva geral que se desenhava. A época do imperialismo, portanto, coincidia, para Rosa, com o período da *atualidade da revolução proletária*. Mas essa atualidade, fundamentada em uma apreciação econômica da *maturidade das condições objetivas*, não se confunde com o anúncio de situações revolucionárias.

Como explicar os erros de perspectiva de muitas das restrições e reservas com que seu livro foi recebido? Ignoraram, em nossa opinião, que Rosa desenvolve a polêmica na **Acumulação do Capital**, *na esfera do período histórico e não no terreno dos prognósticos políticos*. E esses, exigem, como sabemos, as ponderações sobre as relações de forças, e portanto, sobre o lugar do sujeito social.

(macroeconomia). Tanto para Marx, quanto para Rosa, o problema dos mercados, da reprodução e realização do capital não é, portanto, de uma "insuficiência de demanda" estrutural, congênita ao modo de produção capitalista(...). O problema da demanda pela mais valia assume então o seu verdadeiro lugar. E, na teoria e na prática capitalista, se resume a um problema do Estado, a um problema político, a uma corrida para se descobrir alguma forma de consumo improdutivo que tenha o poder de esterilizar partes maiores da mais valia produzida. Não se trata, portanto, de preencher uma hipotética "insuficiência de demanda", um sub-consumismo congênito, desproporções ou desequilíbrios da reprodução do capital que uma boa regulação burocrática possa resolver. O verdadeiro problema é que o regime capitalista tem que desenvolver a produção de algum tipo de valor de uso cujo consumo impeça o seu retorno para a esfera produtiva, cujo consumo faça com que ele desapareça na própria circulação do capital. Esses antibióticos contra a superprodução são justamente aquelas mercadorias que não podem ser consumidas nem como meios de produção, nem como meios de reprodução da força de trabalho. Deve-se lembrar que a produção dessas mercadorias é capaz de elevar a taxa geral de lucro sem alterar a produtividade da força de trabalho, quer dizer, a taxa de mais valia. As modernas formas de consumo improdutivo, sejam aquelas individuais (de bens de luxo) sejam aquelas estatais (de armamentos) mostraram-se, historicamente, as mais adequadas para cumprir esse papel."(grifo nosso)(MARTINS, José, "As Armas da Globalização (breves considerações teóricas)" in **Crítica Semanal da Economia**, 13 de Maio, Núcleo de Educação Popular, Ano 13, Primeira Quinzena de Outubro de 1999, home page: www.analiseeconomica.com)

A nova época é, assim, antevista plena de contradições de sentido e alternâncias de relações de forças, vitórias efêmeras e derrotas imprevistas, combates necessariamente prematuros, mas ao mesmo tempo, inevitáveis. Perda de oportunidades em condições que, de tão maduras, estariam em vias de apodrecer, inflexões imprevistas de sentido, conjunturas de refluxo, como um intervalo de espera. Mas nunca se iludiu que o fator decisivo para a vitória, sob a terrível pressão de uma ordem econômico-política que desmoronava, ameaçando a preservação da civilização com a degeneração em barbárie, se o intervalo histórico se estendesse demais, *seria necessariamente a formação e amadurecimento da consciência de classe dos trabalhadores*. Nesse sentido, na **Acumulação do Capital**, para o tema que nos interessa, Rosa voltava às premissas metodológicas de sua resposta a Bernstein no debate sobre o revisionismo, para construir uma fundamentação econômica mais sólida, para a definição de época revolucionária.

Outra questão, em um outro nível de discussão, mais produtivo, é saber em que medida este esforço de fundamentação econômica foi ou não bem sucedido. As críticas, por este ângulo, tiveram como pano de fundo, o que seriam, segundo seus críticos, a unilateralidade da compreensão da crise do Capital apoiada em uma absolutização do subconsumo como fator determinante³⁷⁰. Ocorre que a preocupação de Rosa era indiscutivelmente

³⁷⁰ A seguir uma passagem elucidativa de uma exposição de Mandel sobre o tema das teorias da crise, em especial sobre a questão metodológica polêmica das hipóteses monocausais, em alternativa à sua solução pluri-causal. Ainda que a observação seja bem fundamentada, em termos de teoria econômica, o foco que merece atenção, para o tema que nos interessa, a caracterização do Imperialismo como uma nova época, em termos históricos, parece muito bem conseguida por Rosa. Considerando-se que o livro de Rosa é anterior à maioria dos trabalhos marxistas sobre a questão do Imperialismo, a ênfase estava dirigida a demonstrar que a luta pelo controle do mercado mundial estava na raiz da necessidade do crescente militarismo, e nesse sentido a época do apogeu do sistema seria também a época de sua agonia, logo, de uma encruzilhada histórica decisiva. Mas Mandel merece atenção: *“En la historia del pensamiento económico se distinguen dos grandes escuelas para la explicación del ciclo económico capitalista: la escuela del subconsumo y la escuela de la desproporcionalidad. Cada una de esas escuelas revela una contradicción fundamental del modo de producción capitalista, pero yerra al aislar esta contradicción de las demás características del Sistema. Para explicar las crisis periódicas, los partidarios de las teorías del subconsumo parten de la contradicción entre la tendencia al desarrollo ilimitado de la producción y a tendencia a la restricción del consumo de las masas; en efecto, esta contradicción es característica del modo de producción capitalista. Las crisis periódicas resultan entonces crisis de realización de la plusvalía. La insuficiencia del poder de compra de las masas impide a éstas adquirir todos los productos manufacturados durante un período(...) Aunque partiendo de consideraciones análogas, Rosa Luxemburgo eleva, sin embargo, el debate a un nivel más digno de interés al preguntarse sobre los orígenes de la acumulación, de la reproducción ampliada. La reproducción ampliada significa, en efecto, que los capitalistas retiran de la circulación de las*

mais ampla do que uma exposição teórica, strictu sensu: era consciente de que a apresentação do tema dos limites históricos do capitalismo sugeria implicações políticas de primeira magnitude.³⁷¹ A sua teoria do Imperialismo

*mercancías, al final de un ciclo de rotación del capital, más valor que el que hicieron entrar en la producción. Este excedente es, precisamente, la plusvalía realizada. Ahora bien, continúa Rosa Luxemburgo, tanto los salarios de los obreros (capital variable) como el valor de sustitución de las máquinas y de las materias primas utilizadas en la producción (capital constante) han sido adelantados por los capitalistas. En cuanto al consumo improductivo de éstos (la parte no acumulada de la plusvalía), también ha sido pagado por ellos. Por tanto, el hecho de que obreros y capitalistas compraran el conjunto de la producción, significaría simplemente que estos últimos recuperarían los fondos que habían lanzado a la circulación y se comprarían mutuamente sus sobreproductos.(...) Rosa Luxemburgo concluye, pues, que la realización de la plusvalía solo es posible en la medida en que se abren al modo de producción capitalista mercados no capitalistas. Ve sus mercados, ante todo, en el poder de compra de las clases no capitalistas (campesinos) en el interior de los países capitalistas, y en el comercio exterior con países no capitalistas.(...) El error de Rosa Luxemburgo consiste en tratar a la clase capitalista mundial como un todo, es decir, abstraer el hecho de la competencia(...) La desigualdad del ritmo de desarrollo entre diferentes países, diferentes sectores y diferentes empresas es lo que constituye el motor de la expansión de los mercados capitalistas, sin que sea preciso recurrir a las clases no capitalistas. Es esta desigualdad lo que explica cómo la reproducción ampliada puede continuar, incluso con exclusión de todo medio no capitalista, como se efectúa en esas condiciones la realización de la plusvalía por una acentuación pronunciada de la concentración del capital. En la práctica, los intercambios con medios no capitalistas sólo son un aspecto del desarrollo desigual del capitalismo.” (grifo nosso) (MANDEL, Ernest, **Tratado de Economía Marxista**, México, Ediciones Era, 1978, p.147/149/150/1)*

³⁷¹As observações de Sweezy, que transcrevemos, sobre as repercussões políticas do livro de Rosa vão ao fundo da questão. A discussão sobre a natureza de época estava muito além de uma discussão teórica relativamente abstracta ou até mesmo um pouco anódina, porque necessariamente envolvia conclusões inescapáveis sobre a impossibilidade de uma expansão capitalista ilimitada, ou seja, sobre a perspectiva histórica de uma longa época progressiva de crescimento sustentado, paz duradoura e concessões permanentes, uma música que a maioria dos dirigentes sindicais alemães, e também uma maioria dos dirigentes do SPD não queria ouvir. Por outro lado, a interpretação de Sweezy parece ser mais justa com Rosa, nesta questão, do que a de Nettl, que insiste em diferenciar as conclusões de Rosa das de Lenin: porque este previa a abertura de uma situação revolucionária na Europa a partir do colapso do sistema inter-Estados, logo a guerra como ante-sala da revolução, enquanto Rosa deixava a perspectiva da iminência de uma situação revolucionária dependente de uma crise econômica de natureza explosiva, como finalmente veio a ocorrer com a grande crise de 29. A diferença de enfoque existiu de fato entre os dois neste tema? Provavelmente sim, mas sem que as elaborações em paralelo fossem incompatíveis, e sem que se possa com facilidade afirmar que uma teria se confirmado superioridade em relação à outra. A “russificação” do marxismo revolucionário, em função da posterior vitória da revolução russa, e o conseqüente agigantamento da autoridade de Lenin, com o agravante das sequelas do culto à personalidade das longas décadas do estalinismo, obscurecem o papel de outros grandes marxistas, como Rosa e o lugar de sua contribuição fundamental. Primeiro, é importante recordar que Lenin escreve o seu trabalho sobre o imperialismo e sobre a falência da Segunda Internacional anos depois de Rosa (o ensaio de Lenin **O Imperialismo, o estágio superior do Capitalismo**, foi elaborado na primavera de 16, em grande parte apoiado nos estudos prévios de Hilferding, para as caracterizações econômicas) o que lhe permite, ao mesmo tempo que analisa o imperialismo como fenômeno econômico, e como nova época histórica, retirar, simultaneamente, conclusões políticas sobre a perspectiva de situações revolucionárias provocadas pela guerra, que não eram possíveis para Rosa, que elabora o seu **A Acumulação de Capital** (com o subtítulo esclarecedor de **Uma contribuição à clarificação econômica do imperialismo**) em 1911, como parte dos seus estudos d’O Capital para os cursos de economia política na Escola do SPD. Segundo, podemos nos perguntar se a História não deu razão a ambos, por caminhos talvez inesperados, na medida em que a crise de 29 demonstrou de forma inequívoca os limites de uma expansão capitalista sem mecanismos de regulação outros que não os ajustes cegos e devatadores do mercado, tal como previra Rosa. Assim, das quatro grande ondas de situações revolucionárias que atingiram os países centrais neste século, duas se seguiram ao desmoronamento do sistema inter-Estados ao final das duas Guerras Mundiais

encerra uma análise de teoria econômica que só se explica pela lente da perspectiva histórica: a necessidade do capitalismo canibalizar as relações pré-capitalistas no interior das metrópoles e assimilar e dominar as economias coloniais e semi-coloniais, insinua que que a militarização dos Estados não seria um fenômeno efêmero, mas uma característica estrutural e duradoura, de tal forma que as guerras entre os Impérios pelo controle do mundo seriam crônicas. Poderia se objetar que essa óptica teria uma propensão objetivista, e isso foi feito.³⁷²

(17/23 e 43/48), de acordo com as previsões de Lenin, e as outras duas foram precedidas por graves crises econômicas (29/36 e 67/77), tal como Rosa tinha antecipado. A seguir a transcrição de Sweezy : *“Mientras más violentamente el capital, empleando métodos militares en el mundo exterior y también en el país suprime los elementos no capitalistas y empeora las condiciones de vida de todo el pueblo trabajador, más completamente la historia cotidiana de la acumulación del capital se transforma, en la escena mundial, en una cadena continua de catástrofes y convulsiones políticas y sociales que, unidas a catástrofes económicas periódicas. en forma de crisis, harán imposible la continuación de la acumulación y necesaria la rebelión de la clase obrera internacional contra el dominio del capital, aun antes de que éste se haga pedazos contra sus propias barreras económicas, que se han creado a sí mismas (...) la reacción de los voceros oficiales de la socialdemocracia ante el libro de Rosa Luxemburgo no incluyó ninguna aportación teórica importante, y su interés consiste principalmente en el estado de ánimo que revelaba. En el movimiento alemán, el miedo a la revolución se había hecho para entonces tan característico del ortodoxo corno del revisionista. Aun era de buen tono hablar de la revolución que tendría lugar algún día en un futuro indefinido. Con ese fin, harto paradójicamente, se necesitaba una teoría que pudiese garantizar la capacidad de subsistencia del capitalismo. Por consiguiente, era preciso combatir todas las teorías del derrumbe y sostener la expansibilidad indefinida del capitalismo...”* (grifo nosso) (SWEEZY, Paul, **La controversia sobre el derrumbe y Rosa Luxemburgo** in LUXEMBURGO, Rosa, **La acumulación del capital**, México, Siglo XXI, Cuadernos de pasado y presente 51, 1980, p. 218/9)

³⁷² A seguir apresentamos uma passagem da crítica de Lenin ao texto de Rosa, **A Crise da Social-Democracia**, conhecido como a brochura Junius, em que o mesmo problema metodológico ressurgiu: e poder-se-á conferir como questões teóricas aparentemente abstratas, em alturas rarefeitas, podem ter consequências políticas devastadoras. Lenin está de acordo com Rosa em definir a guerra de 14 como guerra imperialista, e parte da mesma caracterização de que a óptica do fenômeno deve ser a da totalidade, que exige compreender que a soma é maior do que as partes. Logo, nenhum campo é progressivo, é irrelevante quem precipitou as hostilidades, e a natureza imperialista da guerra exige dos socialistas a luta sem quartel, em seu próprio país, contra o seu próprio governo. Mas ao mesmo tempo, não se “apaixona” por nenhum esquema teórico mais geral, e insiste em deixar aberta as portas para situações *sui generis*. Não só retoma a polêmica sobre a importância das lutas nacionais dos povos e nações oprimidas, tema histórico das diferenças que separaram Rosa e os bolcheviques, em especial em relação ao problema nacional polonês, mas mesmo em relação à possibilidade de que viessem a ocorrer guerras defensivas entre as potências, uma evocação do exemplo da análise de Marx sobre as guerras franco-prussianas de 1870/1, em circunstâncias em que o próprio Lenin se encarrega de esclarecer que seriam excepcionais, improváveis mas não impossíveis. A transcrição é útil por duas razões: (a) porque a discussão sobre o caráter obsoleto da teoria dos campos era inconclusa nesse momento, a pressão da democracia e da legalidade era devastadora para todos os partidos no Ocidente (a exceção russa de sobrevivência tardia de uma ditadura autocrática feroz teve enorme influência na imunidade do bolchevismo às pressões campistas), e portanto, grande parte da esquerda marxista da Segunda Internacional, ainda não tinha retirado conclusões definitivas sobre a relação entre a mudança de época e a impossibilidade de processos progressivos por meios reacionários sob o Imperialismo, ou se quisermos, sobre o tema mais geral da progressividade na nova época; (b) porque a exceção, finalmente, veio a se dar, e está no centro de uma discussão histórica fundamental, que é a análise da Segunda Guerra Mundial como sendo um fenômeno muito mais complexo do que a Primeira Grande

E quando não fosse mais possível a conquista de novos mercados? A linha de argumentação que interpreta o subconsumo como o fator que provoca a tendência à crise se desdobrar na fórmula que prevê a crise geral, ou seja, um limite histórico objetivo de desenvolvimento para o imperialismo, quando não for mais possível ao capital a extensão de sua base de dominação sobre os mercados não capitalistas, ou seja, segundo a famosa

Guerra, na verdade uma guerra imperialista, combinada com uma guerra contra-revolucionária contra a URSS, no sentido da restauração capitalista e colonização imperialista, mas que também assumiu, e aqui reside a questão teórica mais complexa, na França, por exemplo, o conteúdo de uma guerra nacional defensiva contra a ocupação alemã, e mesmo em um sentido histórico mais geral, adquiriu o significado de uma guerra entre regimes políticos, um confronto entre a democracia burguesa e o fascismo, e nesse marco, o alerta metodológico de Lenin, de resto um inimigo irreconciliável da teoria dos campos, foi em grande medida, quase profético: *“E quando Junius sublinha a este respeito o que lhe importa antes de tudo: a luta contra “o fantasma da guerra nacional”, que domina actualmente a política social-democrata, não se pode deixar de reconhecer que o seu raciocínio é muito justo e válido. O erro seria exagerar esta verdade, ao faltar à regra marxista que exige que sejamos concretos, isto é, estender as interpretações sobre a actual guerra a todas as guerras possíveis na época do imperialismo, esquecer os movimentos nacionais contra o imperialismo. O único argumento a favor da tese que “não pode mais haver guerras nacionais” é que o mundo está repartido entre um punhado de grandes potências Imperialistas e que por esta razão, qualquer guerra, seja ela nacional em princípio, se transforma em guerra imperialista, uma vez que ela fere os interesses dum das potências ou das coligações imperialistas. Este argumento é manifestamente errado. Certamente, a tese fundamental da dialéctica marxista é que todos os limites na natureza e na sociedade são convencionais e móveis, que não há qualquer fenómeno que não possa em certas condições, transformar-se no seu contrário. Uma guerra nacional pode transformar-se em guerra imperialista, mas o inverso também é verdadeiro. Exemplo: as guerras da grande revolução francesa começaram como guerras nacionais e foram-no efectivamente. Eram revolucionárias, porque tinham por objecto a defesa da grande revolução contra a coligação das monarquias contra-revolucionárias. Mas quando Napoleão fundara o Império Francês ao subjugar toda uma série de Estados nacionais da Europa, importantes e desde há muito tempo constituidos, então as guerras nacionais francesas tornaram-se guerras imperialistas, que engendraram por seu lado, guerras de libertação nacional contra o imperialismo do Napoleão.(...)Que a guerra imperialista actual de 1914--1916 se transforme em uma guerra nacional é completamente improvável, porque a classe que representa a vanguarda é o proletariado, que tende objectivamente a transformá-la em uma guerra civil contra a burguesia, e depois também porque as forças das duas coligações não são de tal modo diferentes e porque o capital financeiro internacional criou por todo o lado uma burguesia reaccionária. Mas não é permitido qualificar uma tal transformação de impossível: se o proletariado europeu fosse enfraquecido durante uma vintena de anos; se esta guerra acabasse por vitórias no género das de Napoleão e na subjugação de uma série de Estados nacionais perfeitamente viáveis; se o imperialismo extraeuropeu (japonês e sobretudo americano) se mantivesse também uma vintena de anos sem conduzir ao socialismo, por exemplo, devido a uma guerra nipo-americana, então uma grande guerra nacional seria possível na Europa. Esta seria uma evolução que lançaria a Europa para trás por várias dezenas de anos. Isso é improvável, mas não impossível, porque é antidialectico, anti-científico, teóricamente inexacto, apresentar-se a história universal avançando regularmente e sem tropeços, sem fazer às vezes gigantescos saltos atrás. Prossigamos. Guerras nacionais não são somente prováveis, mas inevitáveis na época do imperialismo, por parte das colónias e das semicolónias. As colónias e semicolónias (China, Turquia, Pérsia) contam cerca de um bilião de habitantes, isto é, mais de metade da população do globo. Os movimentos de libertação nacional são aí, ou já muito potentes, ou em vias de desenvolvimento e de maturação. Toda a guerra é a continuação da política por outros meios A continuação da política de libertação nacional das colónias conduzi-las-á inevitavelmente a ter guerras nacionais contra o imperialismo.”* (grifo nosso) (LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov, **A propósito da brochura de Junius** in LUXEMBURG, Rosa, **A crise da Social-Democracia (a brochura Junius)**, Lisboa, Presença, 1974, p.192/3/4)

fórmula “a crise se precipitará quando o último camponês, do último país colonial ou semi-colonial, estiver integrado ao mercado mundial e absorvido pelo trabalho assalariado.”

Mas a hipótese subconsumista de Rosa é mais complexa, porque ela prevê, muito antes do esgotamento econômico do sistema, *a irrupção do sujeito social, a entrada em cena dos trabalhadores*, e a abertura da etapa dos combates decisivos, a precipitação das situações revolucionárias, nos países centrais.

Admitamos, entretanto, que seus prognósticos sobre o colapso do capitalismo podem ter subestimado a capacidade preventiva do Estado de se antecipar aos fatores que pressionam no sentido das crises revolucionárias. Afinal, não há como não considerar que *a contra-revolução também aprendeu com a experiência das revoluções*. Mas, ainda assim, como ignorar, ou diminuir o significado, de que a História do século ficou marcada pelos dois traços históricos essenciais identificados por Rosa? ³⁷³*A rivalidade*

³⁷³ Esta discussão permanece até hoje atual. É, na verdade, a discussão das discussões. Ela se articula com uma apreciação mais otimista ou mais pessimista sobre a natureza do capitalismo contemporâneo. Qual seria a sua dinâmica? Os mais otimistas, no campo do marxismo, consideram plausível, a possibilidade de uma nova fase expansiva, se os atuais ajustes (destruição em massa de forças produtivas, pela via do aumento do desemprego crônico, desindustrialização, desmantelamento dos serviços sociais do Estado, prioridade dos ajustes fiscais para o pagamento das dívidas públicas, financeirização), definidos como redução de custos, e impostos nos anos 90, pela globalização, se completarem. Seria uma derrota histórica dos trabalhadores, uma inversão das relações de forças à escala internacional, mas não estaria descartada uma nova etapa de crescimento sustentado como nos 30 anos do pós-guerra. A destruição de forças produtivas necessária seria, é claro, impressionante. Os custos para a humanidade em desperdício, desemprego crônico, maior desigualdade social, etc...seriam inenarráveis. Mas seria possível, por que o capitalismo não teria um limite objetivo intransponível, ou seja não acaba de morte “natural”. É o que pensa, por exemplo, Wallerstein, como já vimos no primeiro capítulo. Os mais pessimistas consideram que o signo da etapa atual é a estagnação prolongada, que se expressa no novo fenômeno da crescente importância dos capitais virtuais, capitais fictícios, enfim da especulação pura e simples elevada à enésima potência, que por sua vez revelariam a contração do mercado mundial, diante do aumento da capacidade produtiva instalada e a estreiteza dos níveis de consumo. Estaríamos, assim, diante de uma fase de apodrecimento histórico do capitalismo, com a circulação diária de trilhões de dólares que buscam a valorização fora das esferas produtivas, concentrados nas possibilidades dos mercados de títulos públicos, de ações e sobretudo nas oportunidades abertas pela importância crescente dos mercados futuros. Uma valorização de capitais sem nenhuma correspondência com a capacidade de realização de lucros no mundo material de venda de bens e serviços. Uma especulação febril com expectativas de ampliações de mercados que não irá se verificar, em suma uma sobreacumulação de capitais, de tal dimensão, que seria inevitável a queda da taxa média de lucro. Esta bolha, mais cedo ou mais tarde, teria que explodir, na forma aguda de uma depressão intensa e catastrófica, um segundo e mais intenso terremoto, como 29, que finalmente colocaria de novo em marcha o proletariado dos países centrais. essas gigantescas massas de capital

entre as potências pela preservação/conquista da hegemonia no sistema inter-Estados, com o conseqüente perigo crônico de guerras, e a tendência a crises econômicas de super-produção cada vez mais devastadoras? A corrida armamentista não se confirmou como um fator determinante? A natureza imperialista da época não se verificou, sendo ao mesmo tempo a expressão, em todos os sentidos, do apogeu do sistema e, dialéticamente, da sua agonia?

Poder-se-ia é certo condenar como temerária, a tentativa de estabelecer, a priori, um limite irredutível para a acumulação do capital, a partir de causalidades estritamente econômicas, e isso parece ser muito razoável. Não parece plausível que existam *limites econômicos fixos e invariáveis* (fórmula esquemática, e ao extremo, perigosa), que possam ser pré-determinados para a expansão do Capital. Mas tampouco parece sustentável uma desvinculação dos limites sociais (estes incontroversos, se considerarmos a freqüência de situações revolucionárias neste século) de preservação de uma ordem política, da insustentabilidade de situações econômicas convulsionadas por crises recorrentes.

De qualquer forma, as opiniões de Rosa sobre a época, e sobre o imperialismo, com as seus excessos ou limitações, pela sua complexidade, não merecem ser confundidas com uma mera “saudação à bandeira” que eram comuns no ambiente do partido alemão. Os vaticínios “catastrofistas”, como fórmulas teórico-propagandísticas, úteis para manter o “moral político” da militância, eram partilhados por alguns dos principais

teriam pouca interferência na esfera da produção, mas o crescimento da usura, estaria por trás da falência dos estados nacionais mais frágeis, do perigo iminente da desvalorização de moedas mais instáveis, das ameaças à desvalorização dos títulos públicos, que exigem, incondicionalmente, os ajustes fiscais e o afastamento de qualquer risco de moratórias. Em suma, estaríamos diante do paradoxo do “bombeiro louco”, ou seja, aquele que desesperado com o incêndio, e acossado pela escassez de água, decide apagá-lo com gasolina: redução de despesas estatais de um lado, e redução de custos em geral, e de salários em particular, não poderiam ter outro efeito senão o agravamento do subconsumo, logo a elevação da temperatura da crise para graus ainda mais altos. Assim, o cenário mais provável, se a entrada em cena dos sujeitos sociais e das lutas anti-capitalistas não viesse a ocorrer, seria a crescente barbarização. Em outras palavras, no lugar de uma nova fase expansiva, uma regressão histórica, isto é, a abertura de uma época contra-revolucionária. Mudança de situação ou mudança de época, esses são os termos do debate. Que a localização pioneira da questão por Rosa é impressionante, não restam dúvidas.

dirigentes da Internacional, inclusive pela ala esquerda, e respondiam, é certo, mais à necessidade pragmática de reafirmar a confiança na vitória do socialismo, o programa máximo da comemoração do primeiro de maio, do que à orientação política de táticas para a ação. Respondiam, portanto, à necessidade de reafirmar uma identidade socialista. Mas, para Rosa, as conclusões teóricas sobre o imperialismo, não se reduzem a quimeras propagandísticas. Exigiam um novo programa de ação para o SPD. Por isso era inseparável da defesa da greve de massas.

Uma última advertência: sobre a questão do imperialismo e a época, Rosa não parece ter cedido às pressões teleológicas-fatalistas que lhe censuraram mais tarde. Sua adesão à leitura de uma tendência a uma crise geral e, portanto, ao denominador comum das teorias do colapso, não a teria levado à fórmula da inevitabilidade da vitória socialista. A necessidade histórica opera na escala das tendências à crise do sistema. Mas a possibilidade de um impasse de gigantesacas e dramáticas proporções nunca foi subestimado. É sua a revalorização do prognóstico “socialismo ou barbárie”.³⁷⁴ Ou seja, inexorável, na sua visão não seria a vitória final, mas a

15 O trecho que transcrevemos é interessante por duas razões: primeiro porque identifica a Guerra Mundial com a barbárie, e segundo porque define este processo como uma derrota histórica do proletariado, que tinha a responsabilidade histórica de opôr-se à Guerra e não o fez, e por isso pagará em incontáveis vidas humanas, as suas hesitações, confusões e fraquezas. Merece destaque a discussão sobre a natureza da derrota. Porque a Guerra, sendo um mergulho no abismo da barbárie, foi também a ante-sala da situação revolucionária que se abriu alguns poucos anos depois. É portanto duvidoso que a guerra tenha sido uma derrota histórica da classe. Sem a guerra, a demonstração histórica inequívoca da nova época, dificilmente teria se precipitado a situação revolucionária. Em resumo, não há períodos de transição histórica indolores. Mas merece atenção a prioridade do foco humanista de Rosa sobre o tema. Que ela tenha priorizado este nível de análise é revelador de suas inclinações: “*Na história, o socialismo é o primeiro movimento popular que se fixa como fim e que é por ela encarregado de dar à acção social dos homens um sentido consciente de nela introduzir um pensamento metódico e, por isso, uma vontade livre. Eis porque Friedrich Engels diz que a vitória definitiva do proletariado socialista constitui um salto que faz passar a humanidade do reino animal ao reino da liberdade.(...) Este salto não poderia ser dado se, do conjunto de premissas materiais acumuladas pela evolução, não brilhasse a centelha da vontade consciente da grande massa popular. A vitória do socialismo não cairá do céu como uma fatalidade, esta vitória só pode ser alcançada graças a uma longa série de afrontamentos, entre as forças antigas e as forças novas, afrontamentos durante os quais o proletariado internacional faz a sua aprendizagem sob a direcção da social-democracia e tenta encarregar-se do seu próprio destino, apossar-se do leme da vida social, O proletariado, que era o joguete passivo da sua história, procura tornar-se o seu piloto lúcido. Friedrich Engels disse um dia: «A sociedade burguesa enfrenta um dilema: ou passagem ao socialismo ou retorno à barbárie. Mas então que significa um «retorno à barbárie do grau de civilização que conhecemos hoje na Europa? Até agora lemos essas palavras sem reflectirmos, e repetimo-las sem nelas pressentirmos a terrível*

emergência da crise geral. A barbárie, isto é, a hipótese de uma regressão civilizatória, com a mútua destruição das classes em luta, poderia ser uma alternativa histórica, se o proletariado não ocupasse o seu lugar na transição. Ou se o seu atraso fosse muito longo.

Assim, se admitirmos que a análise de época, para Rosa, se desenvolve na esfera da perspectiva histórica, não há porque não reconhecer que o prognóstico de crises econômicas incontornáveis e intoleráveis, em alguma medida, se confirmou, assim como a hipótese de que essas crises seriam a ante-sala de situações revolucionárias. Mas é preciso dizer que essas duas previsões só se confirmaram parcialmente: nem todas as crises assumiram neste século a forma explosiva de 29: predominaram as formas recessivas (como a que se abriu em 73/74, e na qual ainda estamos inseridos, a vaga depressiva da quarta onda longa Kondratiev) mais longas, mas menos abruptas, e menos intensas, ainda que os períodos de recuperação tenham, em contrapartida, um fôlego menor e uma sustentabilidade mais breve; e mais certo, e muito mais importante ainda, que *nem todas as crises econômicas se desdobram em situações revolucionárias.*

Por quê esses transbordamentos, um dos eixos da análise de Rosa sobre a perspectiva histórica da época do imperialismo, mais do que regra, devem ser interpretados, à luz da experiência histórica, como exceção? Teria Rosa se equivocado, e qual foi o seu erro? Quais os novos fatores, ignorados, ou talvez melhor, diminuídos por Rosa, que *incidem na*

*gravidade. Lancemos um olhar à nossa volta neste preciso memento, e compreenderemos o que significa um retorno da sociedade burguesa à barbárie. O triunfo do imperialismo remata a destruição da civilização – esporadicamente durante uma guerra moderna, e definitivamente se o período das guerras mundiais, que agora se inicia, seguir sem entraves até às suas últimas consequências. É exactamente o que Friedrich Engels tinha previsto, uma geração antes de nós, há já quarenta anos. Hoje estamos perante esta escolha: ou o triunfo do imperialismo e a decadência de toda a civilização, com as consequências, como na antiga Roma, do despovoamento, da desolação, da degenerescência, um grande cemitério; ou então, a vitória do socialismo, isto é, da luta consciente do proletariado internacional contra o imperialismo e contra o seu método de acção: a guerra. **Aí está um dilema da história do mundo, uma alternativa ainda indecisa, cujos pratos oscilam diante da decisão do proletariado consciente.** O proletariado deve pegar resolutamente no gládio do seu combate revolucionário: o futuro da civilização e da humanidade disso dependem. **Durante esta guerra, o imperialismo alcançou a vitória. Ao pegar no seu gládio ensangüentado pelo assassinato dos povos, fez pender a balança para o lado do abismo, da desolação e da ignomínia.**”(grifo nosso) (LUXEMBURGO, Rosa, **A Crise da Social-Democracia (Juniusbroschüre)**, Lisboa, Presença, Coleção Biblioteca de Ciências Humanas, 1974, p.22/3)*

nova época e neutralizam, ou pelo menos atenuam, a tendência objetiva à precipitação de situações revolucionárias?

Subestimar a poderosa pressão da política, isto é, a *relativa e crescente autonomia dos fatores políticos, poderia portanto ter sido o seu mais grave erro*. Assim como existem na nova época a *exacerbação de novos fatores* que pressionam no sentido da abertura de situações revolucionárias mais freqüentes, *existem também contra-fatores ou contra-tendências no sentido do fortalecimento do Estado*.³⁷⁵ Por isso a época do imperialismo é, *simultaneamente*, o período histórico do *apogeu* do capitalismo e da sua *agonia*. Ou seja, uma permanência de tempos com sentidos históricos simétricos. Um tempo de revolução e um tempo de contra-revolução. Neste impasse se manifesta a *natureza altamente contraditória* de uma fase histórica em que o perigo de guerras e revoluções, são, ao mesmo tempo, a *expressão da máxima potência de um modo de produção, e da sua inelutável decadência*. Sublinhar, unilateralmente, seja a sua força (estatal, militar, econômica e política), seja a sua fraqueza (crises crônicas,

³⁷⁵ A discussão sobre o novo lugar do Estado está longe de ser secundária. Todos os debates, mundo afora, sobre os cenários econômico-sociais possíveis, ou mais plausíveis, partem de uma análise dos desdobramentos mais prováveis da evolução da economia norte-americana. Hoje, três possibilidades concentram mais atenção de todos os analistas, sejam ou não marxistas: aterrissagem suave do atual ciclo expansivo, com uma elevação do desemprego, permitindo uma contenção, ou mesmo uma queda dos salários médios, estimulando uma nova vaga de massivos investimentos que relançaria o crescimento mais adiante; aterrissagem abrupta, na forma de uma explosão da bolha de especulação em torno da nova economia, as empresas de tecnologia de ponta, que se converteram nas ações mais valorizadas dos anos 90, ou seja, algo mais ou menos parecido a um 29 fin-de-siècle; ou permanência do crescimento. A questão mais interessante gira em torno da possibilidade de um novo 29. Seria ele a hipótese mais provável? Há quem não duvide que a atual “exuberância irracional”, tendencialmente, caminha na direção de uma explosão e, na seqüência, de uma depressão intensa e profunda. *De qualquer forma, o mais importante é recordar que os instrumentos à disposição dos governos para tentar minimizar os riscos de uma aterrissagem abrupta são incomparavelmente mais poderosos que em 29. As classes dominantes aprendem com o processo histórico*. É por isso que a história não se repete. As bolsas interrompem os seus pregões quando as desvalorizações são muito intensas, os bancos centrais instituem depósitos compulsórios junto aos bancos privados, os bancos centrais oferecem-se mutuamente empréstimos pontes, o Federal Reserve americano opera como uma instituição de reserva do entesouramento mundial, e o BIS em Basileia funciona como uma rede de segurança do próprio FED. Não por acaso a opinião do Sr. Greenspan, o arqui-poderoso presidente do Banco Central americano, que goza de inpedência administrativa em relação à Presidência dos EUA, tem um peso assombroso em todo o mundo. Ela corresponde à complexidade nova de um sistema que elaborou malhas de segurança em diferentes níveis para minimizar e diminuir as seqüelas de uma explosão que possa vir a despertar o pânico nos investidores, diante da ameaça de uma maciça destruição de capitais que uma explosão necessariamente acarreta. Apesar de todas essas novas e

desequilíbrios sociais, desmoroamento moral) é necessariamente uma análise incompleta. Mas como na época revolucionária, a força motriz do processo histórico é a luta de classes, esta deve, mesmo que contida e bloqueada pelos elementos políticos desigualmente desenvolvidos, finalmente *abrir caminho*, como tendência predominante.

Expliquemo-nos: o papel preventivo do Estado pôde neutralizar a tendência a ajustes catastróficos, seja pela *ação política-econômica* com os planos de obras públicas, os planos de seguridade social, a ampliação do lugar do crédito com estímulo ao consumo, seja pela *ação política-institucional*, a iniciativa de construção de blocos, pactos, frentes, enfim o esforço consciente de integração à defesa do regime político (o campo da república, ou da democracia, ou da nação, ou até do crescimento econômico) das direções moderadas do movimento operário. O campismo tem sido, invariavelmente, a forma ideológica da cooptação política.

Já a ação espontânea e a explosividade da mobilização das massas operárias e populares, idéia eixo da teoria da revolução em Rosa, como sabemos, pode ser facilitada ou obstaculizada pela *ausência ou presença* de organizações sindicais e políticas que tenham conquistado posições de influência entre a massa dos trabalhadores organizados e sua vanguarda mais ativa. Esta questão tinha se colocado, pela primeira vez, de forma prática, como uma política para a ação, quando a discussão sobre a teoria dos campos de Bernstein, se transformou em um debate de primeira ordem e um divisor de águas na Internacional: a participação de Millerand em um Governo em defesa da República, em função do affaire Dreyfus. Rosa, atenta, foi ao fundo do problema, e respondeu:

“¿Fue para realizar esas medidas grotescas, mezquinas, cómicas -hablo, no desde el punte de vista socialista, ni siquiera de un partido radical a medias, sino simplemente en comparación con las medidas republicanas de los oportunistas de la década del 80 como Gambetta, Jules Ferry, Constant y Tirard- file para eso que incorporaron a un socialista, representante del poder obrero, al gabinete?(...)El gabinete radical de Waldeck-Rousseau no se ha puesto a la altura ni siquiera de esas modestísimas medidas republicanas de los

preventivas medidas de segurança, uma explosão poderia, finalmente, ocorrer. O que ninguém sabe, é afirmar com alguma base satisfatória quais seriam as suas formas.

*oportunistas. Con una serie de maniobras ambiguas arrastradas durante 19 meses no logró nada, absolutamente nada. No reagilizó la justicia militar en lo más mínimo. No redujo el periodo del servicio militar. No tomó una sola medida decisiva para sacar a los monárquicos del ejército, el poder judicial y la administración. No tomó una sola medida contra el clero. Lo que sí hizo fue mantener su actitud de valentía, firmeza e inflexibilidad, la típica actitud del pequeño burgués cuando se mete en problemas. Finalmente, después de mucho aspaviento, declaró que la república no está en condiciones de tomar medidas contra la pandilla de canallas militares y debe dejarlos en libertad sin más. ¿Para esto era necesaria la colaboración de un socialdemócrata en el gabinete? Se ha dicho que la persona de Millerand era indispensable para montar el gabinete Waldeck-Rousseau. (...) **Hemos visto que el peligro monárquico, que tanto asustó a todo el mundo durante la crisis Dreyfus, fue más un fantasma que una realidad. Por lo tanto, la "defensa" de Waldeck-Rousseau no era necesaria para salvar a la república de un golpe de Estado. Los que, a pesar de todo, siguen defendiendo la entrada de Millerand en el gabinete hace dos años, y señalan al peligro monárquico como motivo de esa entrada y permanencia, hacen un juego peligroso. Cuanto más sombría se pinta la situación más lamentables parecen las acciones del gabinete y más cuestionable el papel de los socialistas que entraron en el gabinete. Si el peligro monárquico era, como tratamos de demostrar, leve, los esfuerzos defensivos del gobierno, iniciados con pompa y circunstancia y terminados en un fiasco, fueron una farsa. Si por el contrario el peligro era grande y serio, los bluff del gabinete constituyen una traición a la república y a los partidos que lo apoyan.**"(grifo nosso)³⁷⁶*

O que nos permite concluir esta passagem? O que dizia o campismo pioneiro de Millerand e Jaurés? Algo simples, parcialmente verdadeiro, parcialmente falso: que na sociedade, os conflitos sociais e políticos não se resumem aos conflitos de classe, e que, em inúmeras situações, os partidos operários estão diante de uma disjuntiva inescapável, de eleger qual é o campo politicamente progressivo, no caso Dreyfus, o campo republicano contra a ameaça do golpe bonapartista – monárquico do exército. O mesmo problema já se tinha colocado na Alemanha, sem maiores consequências práticas, na defesa de Bernstein do campo da democracia contra a reação bismarkista prussiana, e voltou a se colocar incontáveis vezes na história sobre outras formas (na Espanha em 36, república versus franquismo, na América Latina, democracia versus ditadura, ou até

³⁷⁶ (LUXEMBURGO, Rosa, **La crisis socialista en Francia** in Obras Escogidas, Tomo1, Bogotá, Pluma, 1976,p.124/5)

desenvolvimento versus estagnação, e em quase toda a parte, nação versus dominação estrangeira).

Ou seja, segundo os campistas, as tarefas político-históricas do passado, que pelas mais variadas razões, não foram resolvidas pela burguesia por métodos revolucionários, quando ainda tinha impulso revolucionário (impulso este perdido pelos receios de classe diante do protagonismo dos trabalhadores, isto é, porque o medo da mobilização de massas passou a ser maior que o medo da contra-revolução), ficaram nas mãos do proletariado, que deveria assumi-las, construindo frentes orgânicas com os sectores progressivos das classes dominantes, e renunciando à independência do seu programa, e no limite, da ação própria pelas suas reivindicações, para não romper os acordos possíveis, e não empurrar a classe dominante em bloco para o campo da reação.

Assim, para os franceses, pioneiros da participação em governos de colaboração de classes, a época histórica não se ordenava pela principalidade do antagonismo de classes entre o proletariado e a burguesia, ou não se definia pelo conflito entre revolução proletária e contra-revolução, ou seja, não era determinada pela presença dos sujeitos sociais. Para Jaurés e Millerand, a natureza de classe do Governo a que aderiram como minoria era irrelevante, diante do desafio, provocado pelo affair Dreyfus, de defender a República, e garantir a democracia. *A chave do período histórico não se definiria pela maturidade da luta de classes, que exigia a revolução proletária para resolver as tarefas democráticas pendentes, mas a imaturidade histórica da república, da democracia ou da nação, que exigia a renúncia do proletariado às suas reivindicações, e à perspectiva do poder, para garantir a vitória do programa progressivo.*

Progressivo ou regressivo, critérios amplamente utilizados por Marx, deixam de ser enfocados pelo ângulo de classe, e passam a ser julgados pela óptica do regime político, ou seja uma visão estatista e politicista. Que Rosa compreendeu que os argumentos políticos do campismo eram sedutores porque expressavam pressões sociais reais e poderosas no sentido da adaptação, não restam dúvidas. Seu erro foi acreditar que as

contra pressões seriam mais fortes, isto é, foi acreditar que as reservas do movimento operário francês poderiam vencer, mais cedo ou mais tarde, a orientação de Jaurés.

Essas reservas ou inexistiam ou eram frágeis. Jaurés não era um fenômeno marginal. Mas Rosa não deu maior importância ao fato, de que, se sua vitória política na Internacional foi relativamente fácil, a maioria do partido francês ficou com a orientação de sua direção campista, fato premonitório e alarmante: esta se apoiava no humor das suas bases sociais, que fora de uma situação revolucionária, se inclinavam pela integração no regime.

Rosa intuiu também, a partir das lições de 1905 na Rússia, o *efeito regenerador*, que as mobilizações de massas poderiam exercer sobre as velhas organizações. Foi precoce e pioneira na luta contra a acomodação dos dirigentes sindicais na Alemanha: esse foi o sentido de seu combate pela defesa da greve de massas. Uma luta, e isso merece ser destacado, desde o início, incomparavelmente mais difícil, que a polêmica propagandística contra Bernstein:

*“E não só a doutrina marxista está em condições de refutá-la teoricamente, como ainda é a única que pode explicar o oportunismo como fenômeno histórico no desenvolvimento do Partido A marcha para frente, de importância mundial, do proletariado até a vitória final, não é, com efeito, “coisa tão simples assim”. Toda a particularidade desse movimento reside precisamente no fato de deverem as massas populares, pela primeira vez na história e contra todas as classes dominantes, impor uma vontade própria que só irão realizar passando por cima da sociedade atual, saindo dela. **Mas, por sua vez, só podem as massas formar esta vontade em uma luta constante contra a ordem existente, nos quadros desta.** A união de grandes massas populares para uma finalidade que ultrapassa toda a ordem social existente, a união da luta cotidiana com grande reforma mundial, eis o grande problema do movimento social-democrata, que deve logicamente abrir-se um caminho, em todo o curso do desenvolvimento, entre dois escolhos: o abandono do caráter de massa, e o abandono da finalidade, a queda no sectarismo e a queda no movimento reformista burguês, o anarquismo e o oportunismo.”* (grifo nosso)³⁷⁷

Dois erros, duas concepções, dois obstáculos, o oportunismo e o sectarismo. No final do século XIX, portanto, Rosa encara a querela do revisionismo como uma luta ideológica, uma luta de idéias políticas. Por isso *os dois erros são apresentados como igualmente danosos, nas mesmas proporções e na mesma intensidade.*³⁷⁸ Embora todo o seu

³⁷⁷ (LUXEMBURGO, Rosa, **Reforma ou revolução**, in Reforma, Revisionismo e Oportunismo, Rio de Janeiro, Editora Laemmert, tradução de Livio Xavier, 1970, p.77/8)

³⁷⁸ A questão do esquerdismo, ao contrário do que, frequentemente, se pensa, não é um fenômeno novo no movimento operário. A fração bolchevique, desde os momentos remotos da sua constituição, teve, no seu interior, distintas manifestações de pressões sectárias e, ou, ultra-esquerdistas. Sendo assemelhados, os dois fenômenos são, no entanto, distintos, embora possam vir associados. *O elemento em comum às duas formulações, sectária ou ultra, é a unidade metodológica que os aproxima, o ultimatismo.* Há, grosso modo, três formas clássicas de ultimatismos: o ultimatismo pode se manifestar como um desafio para ações que as massas não estão dispostas a realizar naquele momento (por exemplo ocupar um prédio, ou manter uma greve, “custe o que custar”); pode se traduzir na forma de consignas aparentemente justas, mas que as massas não sentem confiança em abraçar, pelas mais diferentes razões (como a clássica discussão sobre índices de aumento, 10% ou 50%, ou, então, a também recorrente, sobre os valores dos salários mínimos, R\$1500,00 ou qualquer outro); e finalmente pode ser um ultimatismo de organização (abandonar os sindicatos com direções moderadas, ou romper com a Central sindical X, Y ou Z, por que a sua direção seria “pelega”, não importando se a maioria do movimento a reconhece, ou não, como direção). O elemento comum a todos os ultimatismos é desprezar o processo de aprendizagem sindical e parlamentar das massas e, portanto, a completa indiferença pelo seu nível de consciência. Os ultimatas não compreendem que as ações de massas são o terreno da aprendizagem e experiência e, por isso a melhor proposta não é necessariamente a mais avançada ou mais esquerdista, mas aquela que mobiliza as massas. Se os trabalhadores ou a juventude, ou qualquer outro segmento social, duvida das suas forças, o esforço de uma política marxista é levantar o programa e a consigna para ação que melhor corresponda aos seus interesses mas, ao mesmo tempo, que corresponda ao seu estado de espírito e à sua disposição de luta: a consigna mais revolucionária não é aquela “mais à esquerda”, mas aquela que coloca as massas em movimento. Rosa lutou toda a sua vida contra as pressões ultimatas, e é uma das ironias amargas da história que tenha sido derrotada pelas posições ultimatas no congresso de fundação do KPD: umas das resoluções desse Congresso foi o abstencionismo eleitoral. Sendo, em geral, politicamente inofensivo em situações de refluxo, o ultimatismo pode ser, entretanto, terrivelmente nocivo em uma crise revolucionária, quando toda a sociedade gira à esquerda e a audiência para a política revolucionária aumenta. Ocorre que a experiência política das massas é dramaticamente desigual, e, quase sempre, a vanguarda pode se descolar dos ritmos de radicalização das amplas massas. O esquerdismo encontra, então, uma base social entre os sectores mais castigados pela exploração, ou mais politizados, e essa vanguarda pode se sentir atraída por ações precipitadas, desrespeitando, ou a democracia do próprio movimento, ou desprezando os limites das relações de forças, e assim abrindo o flanco para a repressão, que depois atinge, indiscriminadamente, o conjunto da classe. Em algumas circunstâncias excepcionais, portanto, o esquerdismo pode conquistar influência de massas sobre alguns sectores, ainda que permanecendo uma minoria. A revolução russa teve a sua célebre Jornadas de Julho, quando um sector de massas do proletariado da capital, apesar do bolchevismo, ou melhor, apesar da posição da direção do partido, se lançou às ruas para derrubar o governo, o que abriu o caminho para a repressão que levou boa parte da direção bolchevique para a cadeia e Lênin para a clandestinidade. Esse foi também o caso da Alemanha, por várias vezes, entre 18 e 23. Nesse marco, como um exemplo, não surpreende, que militantes jovens spartakistas tenham estado à frente da ocupação do jornal do SPD, o *Vörrwarts*, em Dezembro de 18, em represália à intervenção na Polícia de Berlim. Esta ação “exemplar” de vanguarda, dividiu a maioria dos trabalhadores, que, todavia, tinham se posicionado solidários, contra a demissão do dirigente do USPD que estava à frente da Polícia na Capital. Outro exemplo do

ensaio **Reforma ou Revolução** seja dirigido contra o reformismo de Bernstein, Rosa faz questão de assinalar que as pressões sectárias ou anarquistas não escapam à sua atenção. E no entanto, o reformismo já era muito mais que uma corrente de opiniões dentro da Segunda Internacional. Não retirou, portanto, ou hesitou em retirar, até o fim, as dramáticas conclusões que se impunham, pela negativa, sobre o imobilismo político do SPD e a degeneração burocrática das organizações sindicais sob sua influência, assim como sobre *a dimensão teórico-histórica do problema da organização e representação de classe da classe operária, uma das questões que se revelou chave na luta de classes deste século.*³⁷⁹

mesmo problema, mais recente, se colocou na Revolução Portuguesa, a mesma questão se colocou, quando ativistas sob influência das organizações de extrema-esquerda, em sua maioria maoístas, decidiram ocupar o jornal “República”, o diário do PS, e a Rádio Renascença, a rádio da Igreja Católica: uma ação “exemplar” de um sector de vanguarda provocou uma profunda divisão e alimentou uma enorme desconfiança do sector das classes trabalhadoras que reconhecia naquele momento a social-democracia como a sua direção. O ultimatismo é a expressão “quimicamente pura” do voluntarismo. A seguir uma passagem de Trotsky sobre o tema, que voltou a se colocar com a aguda importância no início dos anos trinta na Alemanha, quando o KPD abraçou a fórmula do social-fascismo para definir a social-democracia: *“Entretanto, não é difícil encontrar-se na história do Partido russo o precursor da política atual do Comitê Central alemão: é o defunto Bogdanov, o criador do ultimatismo (ou otzovismo, do verbo russo otzyvat, que significa chamar ou retirar). Ainda em 1905, considera impossível a participação dos bolcheviques nos Sovietes de Petrogrado se os Sovietes não reconhecessem, preliminarmente, a direção social-democrata. Sob a influência de Bogdanov a secretaria petersburguesa do Comitê Central bolchevique adoptou em outubro de 1905 esta decisão : propor ao Soviete de Petrogrado o pedido de reconhecimento da direção do Partido, em caso contrário seria decidido abandonar-se o Soviete. O jovem advogado Krassikov, membro do Comitê Central bolchevique nessa época, lançou este ultimato à assembléia plena do Soviete. Os deputados operários, inclusive os bolcheviques, se entreolharam com espanto e passaram à ordem do dia. Ninguém deixou o Soviete. Pouco depois, Lenine chegou do estrangeiro e passou um sabão tremendo nos ultimatas Não se pode, ensinava ele, com auxílio de ultimatios, obrigar a massa a saltar por cima das fases indispensáveis de seu próprio desenvolvimento político. Bogdanov, entretanto, não renunciara à sua metodologia e criou, depois disso, toda uma fração de "ultimatistas" ou de "otzovistas": esta ultima designação lhes foi dada porque eram inclinados a retirar os bolcheviques de todas as organizações que se negavam a aceitar o ultimato enviado de cima: “Reconheçam primeiro a nossa direção”.* (grifo nosso)(TROTSKY, Leon, **Revolução e Contra-revolução na Alemanha**, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.164)

³⁷⁹ Quando teria ocorrido a mudança qualitativa na natureza da direção do SPD, e quais teriam sido afinal os fatores decisivos da sua adaptação política e degeneração burocrática, é um tema pouco explorado que, no entanto, merece atenção. A direção de Bebel e Kautsky foi a mais prestigiosa de seu tempo, e não sem razão. Entretanto, os processos degenerativos das organizações do movimento operário demonstraram-se, historicamente, de uma rapidez não só surpreendente, como irreversível. A visão mais comum, e também a menos convincente, é a que considera que a agonia do SPD coincide com o dia da votação dos créditos de Guerra, ou seja, agosto de 14. Mas certamente o salto de qualidade já deveria ter ocorrido com uma enorme antecedência, só isso pode explicar o isolamento dos internacionalistas, depois reagrupados no Spartakusbund, não entre as massas, mas entre os membros do partido. A hipótese mais interessante é a que destaca que o processo de burocratização teria se iniciado nos sindicatos, e só posteriormente se estendido ao partido, daí, que por um certo período, os sindicalistas formassem um bloco com as outras tendências reformistas, pressionando a direção do

Sendo os fatores políticos tão decisivos no terreno da luta de classes, deve-se concluir que o papel bloqueador do SPD, ou para ser mais justo, a natureza irrecuperável de sua direção, só ficou plenamente claro para Rosa, depois de um longo combate, ou seja, com a capitulação ao Governo e o apoio à Guerra. Nos seus inícios, a luta contra a maioria do SPD não deixava claro, em que medida, e com que gravidade, as diferenças entre sua estratégia de mobilização de massas, por exemplo sua defesa da moção pela greve geral, e a estratégia eleitoral da direção do partido eram *complementares ou incompatíveis*, já que assumiram a forma de polêmicas aparentemente táticas. Esse foi durante anos o lugar da polêmica sobre a greve geral entre os sindicatos e o partido, ou as discussões sobre o programa mínimo e o programa máximo.³⁸⁰

partido, e até desafiando a sua orientação em público. Este processo se iniciou nos sindicatos ainda nos anos 90, e quando dos debates sobre as greves de massas, depois de 1905, já estava cristalizado. No SPD, deve ter dado o salto de qualidade a partir de 12, quando a bancada de deputados do SPD no Reichstag passou a ser a maior. Uma excelente recuperação histórica da luta da fração sindical, o seu controle quase monolítico dos Congressos sindicais, o seu desafio à direção do SPD, exigindo liberdade incondicional face às orientações do partido, pode se encontrar em um ensaio de Massimo Salvadori: *“Os conflitos se aguçaram no debate em torno das repercussões que a luta de massa do proletariado russo – e, em particular, a arma da greve de massa – podiam ter na Alemanha A atitude assumida pela corrente radical da social-democracia (Rosa Luxemburg, Karl Liebknecht, Clara Zetkin, Frans Mehring, o próprio Kautsky) segundo a qual a greve de massa russa constituía uma “lição” para o proletariado alemão, o qual devia se preparar para ações ofensivas, travadas fora da estratégia tradicional parlamentar e sindical-reivindicativa, com a finalidade de obter incisivas modificações políticas (em primeiro lugar estava a questão da reforma eleitoral do “sistema das três classes”) essa atitude levou a uma forte e maciça reação por parte dos “sindicatos livres”: uma reação destinada a colocar no centro não apenas o problema das formas de luta, mas também o das relações entre partido e sindicatos.”* (grifo nosso) (SALVADORI, Massimo, *A social democracia alemã e a revolução russa de 1905, o debate sobre a greve de massa e sobre as “diferenças” entre Oriente e Ocidente*, in HOBSBAWM, Eric (org.), *História do Marxismo, O marxismo na Época da Segunda Internacional*, (Segunda Parte), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p.29)

³⁸⁰ Não é incomum, que discussões de estratégia se iniciem, singelamente, como discussões táticas. Ou o fenômeno inverso, que se transformem discussões táticas, em polêmicas de princípio. Estrategizar as táticas ou o inverso, taticizar a estratégia, é o “tatibitate” mais comum na esquerda mundial. O primeiro erro, ocorre com maior frequência em partidos com influência de massas, e o segundo em pequenas organizações de vanguarda. Uma extensa discussão histórica envolve também um tema correlacionado ao novo lugar da política em geral, e da representação dos trabalhadores em particular. Trata-se da questão do papel dos acordos e das negociações, instrumentos essenciais da luta política. Curiosamente, um desses acordos, “implícitos”, duramente criticado por Rosa ao SPD, envolvia a discussão sobre as formas monárquicas do Estado prussiano, e a recusa da direção do partido, inamovível, em assumir a bandeira da República. Curiosamente, porque a mesma questão se colocou para o PSOE e PCE na Espanha, quando sob as ruínas do franquismo, se abriu uma situação revolucionária. Em que medida os fatores políticos (aqui considerados o papel dos partidos e suas direções) podem bloquear a evolução de uma situação revolucionária, deve ser avaliado por este exemplo. O Pacto de la Moncloa, paradigma da transição política no Brasil alguns anos mais tarde, foi de fato uma experiência vital, mas não para defender a democracia, como depois se alardeou pelo

Em que consiste esta questão? essas organizações, a representação de classe, expressão objetivada das conquistas das lutas passadas, quando as liberdades democráticas se tornaram perenes, constróiem aparelhos políticos (sejam associativos, sindicais ou partidários, estejam ou não inspirados em idéias marxistas) que, como a história ilustra com incontáveis exemplos, *desenvolvem interesses materiais próprios*.³⁸¹

mundo afora, democracia que, aliás, não estava ameaçada, pelo contrário, estava assegurada pela mobilização de milhões nas ruas, mas para garantir a estabilidade do novo regime, e as suas formas monárquicas, além da propriedade privada, essas sim, seriamente desafiadas pela irrupção política dos trabalhadores. Socialistas e comunistas juraram obediência ao rei como chefe de Estado, e isso... na Espanha, onde uma sangrenta guerra civil tinha ocorrido em defesa da República. Esta relação entre as possibilidades da mobilização e a necessidade da negociação é no entanto uma discussão muito antiga, e mais geral, e Rosa foi uma das precursoras na identificação do problema, porque estava consciente que precisava fazer a polémica sobre a greve geral sem abrir espaço para as velhas reservas do partido alemão contra a tática de sempre dos anarquistas: o indefectível “abaixo o governo e a greve geral por tempo indeterminado”, em toda e qualquer situação política e desprezando qualquer avaliação da relação de forças. O marxismo tinha se transformado em partido dirigente se opondo aos criterios ultrasquerdistas que condenavam qualquer negociação, como se fosse uma questão de princípios. A afirmação do SPD como partido de massas tinha se construído nas lutas pelas reivindicações mínimas, que sempre exigem, quase de forma cotidiana, negociações, em greves por fábrica, ou em lutas mais amplas, e inúmeras vezes, a difícil escolha do momento em que o melhor a fazer, é recuar, para preservar forças. Esta portanto não era a linha divisória entre reformistas e revolucionários. No entanto, uma diferença de procedimentos existiu e expressava uma diferença estratégica insuperável. Para os reformistas à frente do SPD as negociações eram sempre o mais importante e, portanto, a luta direta se subordinava à lógica das pressões e ao limite da conciliação possível no sentido de assegurar as reformas. Como o espaço para as concessões diminuía em uma época de crise, era preciso hiperbolizar tanto os perigos que qualquer luta encerra, como, pior, frequentemente, apresentar resultados medíocres, ou mesmo derrotas, como se fossem vitórias. Para Rosa, todavia, a mobilização das massas era a estratégia central. Logo as negociações deveriam sempre estar subordinadas à centralidade da ação direta. Não ignorava que em inúmeras circunstâncias as negociações se impõem, para amarrar uma conquista parcial, ou mesmo para evitar um recuo em debandada e desorganizado, e diminuir os custos das derrotas. Mas nunca aceitou a lógica política do reformismo, “o famoso sair de costas fingindo que se está entrando de frente”, ou em outras palavras, a substituição do sindicalismo de lutas pelo sindicalismo de resultados, a subordinação da mobilização à estratégia de negociações.

³⁸¹ A seguir algumas reflexões lúcidas de Gorender sobre a necessidade inescapável de rediscutir o tema das especificidades históricas do problema da representação política dos trabalhadores. Embora longa, a citação é importante porque busca demonstrar, e o faz de maneira convincente, que o lugar das organizações de trabalhadores precisa ser submetido à crítica. Vale acrescentar que tudo que Gorender afirma sobre a forma partido de organização pode e deve ser estendido à forma sindical, com mais razão. Não se deve concluir destas reflexões todavia uma postura anti-partido ou anti-organização em geral. Trata-se somente da necessidade incontornável de construir uma resposta teórica a um problema colocado pela história, o que exige, em primeiro lugar reconhecer o problema. Essa resposta, no fundamental, está ainda por ser dada. O único senão, que me parece necessário às observações de Gorender, é evitar um fatalismo um pouco céptico. Estamos no terreno das representações políticas, ou seja a esfera mais subjetiva da análise histórica, e devemos dar grande importância aos fatores de vontade. Nenhuma classe é social, cultural e politicamente homogênea, logo os trabalhadores também tiveram a experiência de se organizar em diferentes formas: sindicatos, associações, conselhos de fábrica ou empresa, e finalmente, partidos, e muitos tipos diferentes de partidos. Vieram assim ao longo deste século construindo uma memória de luta anti-burocrática. Não há nenhuma maldição extra-histórica que os impeça de aprender a desenvolver mecanismos de auto-controle sobre suas

E embora dependam do apoio dos trabalhadores para subsistir, tendem ao conservadorismo, ou seja, à adaptação política. E fazem, assim, cálculos muito prudentes do que podem ganhar ou perder em cada luta, e podem, portanto, ser tanto um ponto de apoio quanto uma muralha de contenção da irrupção do descontentamento popular. Rosa já compreendia que, de alguma forma, este processo atingia o partido alemão, mesmo quando

organizações e seus chefes sindicais e políticos. Isso será certamente difícil. Mas não parece ser impossível. Vejamos o que nos diz Gorender: *“O proletariado e suas representações. Para começar, o proletariado, nos países de estrutura capitalista definida, é uma classe-massa. Possui peso de massa no jogo político, inclusive nas alianças de classe. O peso de massa do proletariado (no todo ou em parte) nem sempre se situa na sustentação dos partidos que se proclamam de trabalhadores. Ao invés, pode ser colocado – como tantas vezes acontece – à disposição de partidos, que dizendo-se conservadores ~ democráticos, efetivamente representam os interesses burgueses. Assim, a própria massa operária não é unívoca no direcionamento de sua orientação política. O apoio dela precisa ser disputado pelos próprios partidos que pretendem representá-la. No campo estrito dos partidos políticos, não é garantida a fidelidade dos partidos operários aos seus representados. É inimaginável que um partido burguês defenda os interesses da classe operária contra os interesses da burguesia O contrário, porém, ocorre e não constitui episódio surpreendente: partidos operários podem, como se diz, «fazer o jogo» da burguesia, em prejuízo dos interesses fundamentais ou conjunturais do proletariado. A relação entre o proletariado como classe e sua representação política, seja com os partidos ou com os dirigentes, é, como se percebe, muito mais problemática do que para a burguesia (...) No começo deste século, o partido social-democrata alemão (o mais poderoso entre seus pares) já apresentava sintomas de saturação parlamentarista e burocrática. Excessiva confiança na ação parlamentar e evolucionismo economicista na teoria imprimiam à ação prática um ritmo rotineiro. Em reação a isso, Rosa Luxemburgo trouxe a debate sua concepção sobre a importância primordial da ação espontânea da própria classe operária. Em vez do passo-a-passo eleitoral, as lutas extraparlamentares das grandes massas é que dariam o ritmo e o rumo da luta revolucionária. Criticando a concepção leninista, que adiante será examinada, Rosa Luxemburgo priorizou a classe-massa na produção de sua consciência revolucionária, recusando-se a atribuí-la exclusivamente a uma vanguarda partidária. Espontaneísmo, em vez de vanguardismo.(...)Os partidos burgueses manifestam a mesma tendência oligarquizante que Michels destacou com relação à social-democracia. Isso, no entanto não os torna superiores à própria classe burguesa. Justamente, conforme assinala, porque os políticos profissionais dos partidos burgueses são levados a ambicionar a conquista do padrão patrimonial e do estilo devida dos seus representados. Ou seja, ambicionam aproximar se da classe, parecer-se com ela o mais possível. Por conseguinte, os burgueses, enquanto representados, não têm por que se preocupar com os êxitos patrimoniais dos seus políticos. Bem ao contrário. Quanto mais aburguesados, tanto mais fiéis à classe social burguesa. Algo completamente diverso ocorre com os políticos profissionais dos partidos operários. Queiram ou não, independentemente dos seus desejos, esses políticos são forçados a se diferenciar da classe que representam. O cumprimento competente e eficiente das tarefas de liderança e de organização burocrática exige a diferenciação em matéria de padrão e estilo de vida. Se o político profissional for zeloso e rigoroso na observância do comportamento pessoal, poderá evitar o incremento continuado da diferenciação, esquivando-se de exageros, e mordomias adquiridas por autocomplacência e assim por diante. Será impossível, contudo, a eliminação da diferenciação em um grau qualquer O resultado é que, também em um grau qualquer; haverá afastamento ou distanciamento entre a classe-massa e os seus representantes políticos e sindicais.”* (grifo nosso) (GORENDER, Jacob, **Marxismo sem Utopia**, São Paulo, Ática, 1999, p.47/49/52/3)

ainda o defendia, embora com reservas, como o modelo para a Internacional, em geral, e para os russos, em particular:

“La táctica actual de la socialdemocracia alemana se ha ganado la aprobación universal porque es tan flexible como firme. Esto es un índice de la adaptación del partido hasta el último detalle de su actividad cotidiana, al régimen parlamentario. El partido ha estudiado metódicamente todos los recursos que ofrece este terreno. Sabe utilizarlos sin modificar sus principios. Sin embargo, la perfección de esta adaptación le cierra perspectivas al partido. Existe en él una tendencia a considerar que la táctica parlamentarista es inmutable y específica de la actividad socialista. Se niega, por ejemplo, a tener en cuenta la posibilidad (planteada por Parvus) de cambiar nuestra táctica en caso de que el sufragio universal sea abolido en Alemania, eventualidad que dirigentes de la socialdemocracia alemana no consideran del todo improbable. Esa inercia se debe en gran medida a que resulta muy inconveniente definir, dentro del vacío de las hipótesis abstractas, los lineamientos y formas de situaciones políticas todavía inexistentes. Si le otorgamos, como quiere Lenin, poderes absolutos de carácter negativo al órgano más encumbrado del partido fortalecemos peligrosamente el conservadorismo inherente a dicho organismo. Si la táctica del partido socialista no ha de ser creada por un Comité Central sino por todo el partido o, mejor dicho, por todo el movimiento obrero, es claro que las secciones y federaciones del partido necesitan la libertad de acción que les permita desarrollar su iniciativa revolucionaria y utilizar todos los recursos que ofrece la situación.”³⁸² (grifo nosso)

Em relação a essa passagem, que concentra toda a sua apreensão sobre os perigos simétricos que observa na Alemanha e na Rússia, vale a pena destacar, que a sua resistência ao ultra-centralismo, que critica em Lênin, está inserida em uma polêmica mais ampla que, *tem no seu centro, o regime interno do SPD e os destinos do partido alemão*. Este enquadramento histórico-polêmico não é secundário porque, em relação, ao menos, à discussão sobre concepção e regime de partido, se construiu uma “fábula” de uma Rosa democrática em oposição a um Lenin tirânico.

E, no entanto, foi Rosa, e não os russos, quem encabeçou duas das mais ásperas e ríspidas lutas da esquerda socialista do século: a proposta de expulsão de Bernstein do SPD, e a proposta de que os dirigentes sindicais deveriam acatar a soberania das decisões dos

³⁸²(LUXEMBURGO, Rosa, **Problemas Organizativos de la socialdemocracia**, in Obras Escojidas, Bogotá, Pluma, 1976,p.152/3)

Congressos do partido e disciplinar-se por elas nos sindicatos. Foi derrotada em ambas as ocasiões. Não surpreende, portanto, que sua análise sobre os problemas do regime de partido, tenha como primeiro enfoque o ângulo crítico da adaptação da direção alemã, aos limites de imobilismo de uma só tática, o aproveitamento da legalidade e das eleições. Rosa, à luz do processo de burocratização que observava na Alemanha, depositava a sua esperança na estrutura de quadros mais próximos das mobilizações dos trabalhadores e mais sensíveis à iniciativa da ação direta.

Numa palavra, Rosa desconfiava das pressões burocráticas que observava tanto no partido quanto nos sindicatos. É o conservadorismo das organizações e seus dirigentes que a preocupam. Não deixa de ser irônico que essa seja a mesma preocupação de Lênin, embora as respostas sejam simétricas. Enquanto na Rússia, os bolcheviques queriam uma organização que fosse capaz de atuar, tanto na legalidade, quanto na ilegalidade, e por isso, iniciam uma demarcação de fração em relação ao menchevismo, Rosa, em função da experiência alemã, teme as conseqüências de excessivo enquadramento que o partido possa tentar exercer sobre a iniciativa da vanguarda, inibindo e freando a ação mais radicalizada.

Foi por isso, e porque ainda via a Internacional como o único partido de classe, com diferentes tendências no seu interior, que se opunha à divisão. Era consciente que as organizações sindicais e políticas, por mais poderosas, e por mais importante que fosse o seu papel de inércia, *não podiam impedir que as tendências mais profundas que impulsionavam a luta de classes viessem finalmente a se expressar*. Mas podiam atrasar, desviar, conter, ou seja, podiam semear a insegurança dos trabalhadores na suas próprias forças e nas possibilidades de vitórias. *As burocracias sindicais e políticas da representação dos trabalhadoras eram um dos fenômenos sociais novos da época do imperialismo*. E só se mantinham porque sua autoridade repousava em um setor de massa entre os trabalhadores. Vejamos como Rosa via esta questão entre 1903 e 1904, já depois do debate do revisionismo:

“Em todas as lutas de classe do passado, que foram conduzidas no interesse de minorias, e onde, para falar com Marx, “todo o desenvolvimento se efectuou em oposição à grande massa do povo”, uma das condições essenciais da acção era a inconsciência da massa quanto aos verdadeiros fins, ao conteúdo material e aos limites do movimento. Esta discrepância era, aliás, a base histórica específica do “papel dirigente” da burguesia «instruída» a que correspondia o “carneirismo” da massa. Mas, tal como já Marx escrevia em 1845, «com a profundidade da acção histórica cresceu o volume da massa empenhada nesta acção». A luta de classe do proletariado é a mais “profunda” de todas as acções históricas que se desenvolveram até ao presente, ela envolve a totalidade das camadas inferiores da povo e, desde que existe unia sociedade dividida em classes, é a primeira que corresponde ao próprio interesse da massa. É por isso que a inteligência da própria massa quanto às suas tarefas e meios é para a acção socialista uma condição histórica indispensável, como a inconsciência da massa foi no passado, condição das acções das classes dominantes. Com isso, a oposição entre os «chefes» e a maioria que “os segue”, se encontra abolida e a relação entre a massa e os chefes inverteu-se. O único papel dos pretendidos “dirigentes” da social-democracia consiste em esclarecer a massa sobre a sua missão histórica. A autoridade e a influencia dos «chefes» na democracia socialista apenas se desenvolve proporcionalmente ao trabalho de educação que nesse sentido levem a cabo. Por outras palavras, o seu prestígio e a sua influência só aumentam na medida em que os seus chefes destruam aquilo que até aqui foi a base de toda a função dos dirigentes: a cegueira da massa, na medida em que se despojam a si próprios da sua qualidade de chefes, na medida em que façam da massa a efectiva entidade dirigente, e de si próprios, os órgãos executivos da acção consciente da massa. A “ditadura” de um Bebel quer dizer, o seu imenso prestígio e a sua influência, reside unicamente no esforço imenso que ele desenvolveu para tornar a massa politicamente adulta.”³⁸³(grifo nosso)

Como se pode conferir a imagem não podia ser mais idílica da verdadeira natureza das relações do SPD com o movimento dos trabalhadores. A autoridade de Bebel no partido não repousava no seu lugar de chefe político dos milhares de pequenos chefes (e funcionários do aparelho), que faziam do SPD uma impressionante máquina política, mas do

³⁸³ (LUXEMBURGO, Rosa, *Massa e Chefes*, in “*Rosa Luxemburgo Viva*”, OLIVEIRA, César, organizador, Lisboa, edição do organizador, 1972, p.87, extraído das Oeuvres Complètes de Rosa Luxemburg, vol.III,p.199-206, tinha aparecido na Neue Zeit, ano XII,(1903-1904), com o título “Esperanças frustradas”)

seu papel de “divulgador político da consciência de classe” para os milhões de trabalhadores que vislumbravam no partido a sua direção política. Por outro lado, a classe aparece com um sujeito social homogêneo, e com uma única forma de representação política independente, o partido operário que luta contra os partidos burgueses. Esta concepção de um único partido operário era, por sua vez, comum, nesse momento, a todos os sectores da esquerda da Internacional, inclusive Trotsky e Lênin.

Ela se apoiava, como sabemos, em uma premissa ilusória: *a idéia de que o proletariado seria uma classe homogênea*. Mas a diferenciação econômica, social, geracional, nacional e política dos trabalhadores se demonstrou, em poucos anos, um fenômeno incontornável para o marxismo (é uma das chaves de leitura de Lênin para a crise da Segunda Internacional, a chamada aristocratização de setores mais favorecidos). Vejamos, na citação que se segue, como Rosa utiliza contra Lênin a necessidade de aprender com o modelo alemão, ou seja, se apóia na autoridade do SPD, para se opor à divisão iminente na Rússia, a fórmula, *uma só classe, um só partido*:

“Es desde este punto de vista que Lenin define al "socialdemócrata revolucionario" como "un jacobino unido a la organización del proletariado que ha adquirido conciencia de sus intereses de clase". Pero es un hecho que la socialdemocracia no está unida al proletariado. Es el proletariado. Y por ello el centralismo socialdemócrata es distinto del centralismo blanquista. Puede ser sólo la voluntad concentrada de los individuos y grupos representantes de los sectores más conscientes, activos y avanzados de la clase obrera. Es, por así decirlo, el "auto centralismo" de los sectores más avanzados del proletariado. Es el predominio de la mayoría dentro de su propio partido. Las condiciones indispensables para la implantación del centralismo socialdemócrata son. 1) la existencia de un gran contingente de obreros educados en la lucha política, 2) la posibilidad de que los obreros desarrollen su actividad política a través de la influencia directa en la vida pública, en la prensa del partido, en congresos públicos, etcétera. esas condiciones no están dadas en Rusia.”³⁸⁴(grifo nosso)

³⁸⁴ (LUXEMBURGO, Rosa, **Problemas Organizativos de la socialdemocracia**, in Obras Escojidas, Bogotá, Pluma, 1976,p.152/3)

Marx tinha insistido no argumento de que o proletariado era a *mais homogênea das classes sociais sobre o capitalismo*. Mas, mais homogênea, não significava, já naquela época, que não houvessem desigualdades imensas entre os trabalhadores, e que essas diferenças, objetivas e subjetivas, não tivessem suas refrações na representação política e sindical. A existência de variados partidos, o “eterno” tema da divisão da esquerda socialista, repousa também nessas desigualdades. O fenômeno das burocracias sindicais e políticas, tem, também, nelas a sua origem, fundamento e base de sustentação. São uma expressão das camadas mais acomodadas entre os trabalhadores e, subjetivamente, uma refração da pressão do estado. Mas não se depreenda disso que Rosa ignorava a necessidade da organização independente, ou que estava satisfeita com o regime de partido, o domínio da frações parlamentares sobre os aparelhos, que se generalizava na Internacional:

*“ A aplicação prática desta maneira de encarar as relações entre a massa e os seus «chefes» é-nos fornecida pelo jaressisimo em França e pelas veleidades da facção de Turati em Itália. As “federações” autónomas e heterogeneas do partido jaressista(...) tudo isso não significa outra coisa senão a dissolução da massa fortemente organizada do Partido, a fim que, de directora autónoma, **esta massa se transforme em instrumento dócil dos parlamentares e se degrade até atingir o estado da tal “massa cega” que corre atrás do chefe, “sem saber minimamente o que quer”**(...) Os deputados jaressistas tendem mesmo a emancipar-se do controlo e da influência das organizações do Partido, **em relação às quais são devedores dos seus lugares no Parlamento e, com tal fim, a apelar para a massa eleitoral amorfa e inorganizada. essas são as condições de organização das relações entre a massa e os chefes que preconizam**(...) **A supressão na base, de toda a linha de demarcação, entre a elite de proletários conscientes do objetivo e a massa popular inorganizada, corresponde, no vértice, a supressão das barreiras entre os dirigentes do Partido e o meio burguês, a aproximação entre parlamentares socialistas e homens de letras burgueses no terreno das “humanidades”**³⁸⁵(grifo nosso)*

³⁸⁵ (LUXEMBURGO, Rosa, *Massa e Chefes*, in “*Rosa Luxemburgo Viva*”, OLIVEIRA, César, organizador, Lisboa, edição do organizador, 1972, p.90/91, extraído das Oeuvres Complètes de Rosa Luxemburg, vol.III,p.199/206, tinha aparecido na Neue Zeit, ano XII,(1903-1904), com o título “Esperanças frustradas”) Esta passagem de Rosa torna irresistível um paralelo com os atuais debates no interior do PT no Brasil, e a proposta apresentada no seu último II Congresso nacional de alteração de estatutos, de tal forma que todos os filiados, mais de 600.000, uma grande maioria de pessoas politicamente inativos, votem diretamente as instâncias dirigentes, permitindo assim a emancipação da

Este fragmento ilustra a luta, ainda concentrada nos excessos de Millerand e Jaurés na França e de Turati na Itália, contra a descaracterização do regime de partido de militantes. Rosa defende a necessidade de um regime em que os ativistas possam ser a principal força de pressão interna. E possam, assim, controlar os dirigentes; revela a sua preocupação com a influência do reformismo na Internacional; identifica as bases sociais da adaptação; mas, na conclusão, também indica que o modelo de partido que a inspira, continua sendo a bem sucedida experiência do SPD como partido de massas.

Mas afinal o que expressavam as pressões que se abatiam de forma devastadora sobre os partidos latinos da Internacional? Eram uma expressão distorcida do novo lugar dos fatores políticos e da *tendência à inversão das causalidades*, tal como estabelecido pelo marxismo do século XIX: a nova importância dos fatores de subjetividade. São uma *refração histórica objetivada da ampliação do papel, da força e do lugar do Estado na história*, em uma escala e proporção nunca antes imaginada, isto é, são, em última análise, a expressão da centralidade do estado como força política contra-revolucionária, uma contra-tendência estrutural da nova época. Escapou a Rosa a percepção do significado *mais histórico do que político* deste fenômeno?³⁸⁶

maioria da direção do controle da militância. Há realmente poucas coisas realmente novas por inventar...

³⁸⁶ Vejamos como Broué responde a esta interrogação, na sua monumental **Histoire de L'Internationale Communiste**: “*Tout le monde, et d'abord Lénine, comprend que le petit groupe qui se constitue dans les premiers jours de la guerre autour de Rosa Luxemburg est appelé à jouer un rôle décisif dans la question de l'Internationale. Ce groupe est d'accord avec Lénine pour constater la faillite de la II Internationale et la nécessité historique de la III. Mais à partir de là les désaccords commencent.*(...) *Rosa Luxemburg semble considérer que Lénine restreint singulièrement les causes de la faillite. Elle ne conteste pas le rôle de l'opportunisme, mais attache beaucoup d'importance aux questions d'organisation. Elle souligne en effet que la social-démocratie allemande, profondément atteinte, ne pouvait redevenir « une force révolutionnaire active » par ce qu'elle appelle “de simples programmes et manifestes”, une discipline mécanique ou des formes d'organisation désuètes. Car, à ses yeux, le fait qu'un organisme de 4 millions d'hommes, la social-démocratie allemande, ait pu être contraint par « une poignée de parlementaires » à une volte-face complète sur ce qui était sa raison d'être pose la question de ses vertus tant célébrées, et en particulier de son « organisation » et de sa « fameuse discipline », Le facteur décisif dans l'histoire, pour Rosa, c'est la volonté consciente des grandes masses, la conscience de classe, l'intervention résolue et énergique des révolutionnaires au sein de la classe ouvrière. Pas de scission, donc, action sans réserve contre la trahison et pour la*

Nessa direção, se situam, talvez, os seus excessos economicistas, sua apreciação da iminência de situações revolucionárias, impulsionadas pela precipitação das crises econômicas. Mas daí, a concluir-se, que a teoria de Rosa sobre o Imperialismo, seria mais uma versão objetivista das teorias do colapso, parece ser um passo demasiado simplificador: Porque é impossível desconhecer que o seu pensamento tinha amadurecido desde a experiência da revolução russa de 1905, justamente na direção do elogio da ação revolucionária de massas do proletariado como sujeito social. Por isso *nunca condicionou a eclosão de uma situação revolucionária à prévia deflagração de uma crise econômica geral*, e até mesmo, previu, que o levante de massas tenderia a se antecipar aos terremotos de ajuste da super-produção.

Sua esperança política, reiterada inúmeras vezes, *era que o proletariado se levantaria antes de que fosse demasiado tarde*. Seria assim poupado tanto do flagelo da Guerra quanto da massiva destruição de forças produtivas. Mas o colapso político da social democracia diante da Guerra, foi anterior ao colapso econômico do capitalismo. E o proletariado, nas duas circunstâncias, só reagiu alguns anos depois do impacto inicial da catástrofe. Se tivesse algum sentido um inventário, esse seria um dos seus erros. Sua confiança inabalável na perspectiva de que, mais cedo ou mais tarde, as massas trabalhadoras se colocariam em movimento, só era comparável ao seu irredutível desprezo pela ordem social e política do

mobilisation des travailleurs dans la lutte contre la guerre. Pas de défaitisme révolutionnaire», ni de « transformation de la guerre impérialiste en guerre civile», comme chez Lénine, mais une lutte contre la guerre développant dans l'action la "volonté consciente des grandes masses" A bien des moments pourtant les divergences semblent noyées dans une certaine confusion. En 1915, Karl Liebknecht lance sa célèbre formule « L'ennemi principal est dans notre propre pays » et écrit t « Guerre civile, pas paix civile», tout en affirmant que la nouvelle Internationale naîtra sur tes ruines de l'ancienne, ce qui enchante Lénine. L'année suivante, pourtant, il reprend le thème de Rosa : l'internationale ne sera pas reconstruite par "une douzaine de personnes",, mais par "l'action de millions d'hommes". En janvier 1917 Rosa Luxemburg dit encore nettement «il est toujours possible de sortir de petites sectes ou le petits cénacles, et, si l'on n'y veut pas rester, de se mettre a bâtir de nouvelles sectes ou de nouveaux cénacles. Mais ce n'est que rêverie irresponsable que de vouloir libérer toute la masse des prolétaires du joug le plus pesant et le plus dangereux de la bourgeoisie par une simple "sortie" (grifo nosso) (BROUÉ, Pierre, Histoire de L'Internationale Communiste 1919-1943, Paris, Fayard, 1997, p.25)

capitalismo. *Mas esse erro de prognóstico político não diminui o acerto teórico da sua previsão histórica.* ³⁸⁷

³⁸⁷A seguir apresentamos um extracto do ensaio de Lukács escrito em 21, a propósito de Rosa e de sua obra **A acumulação do Capital**, comparada por ele ao **O Estado e a revolução** de Lenin, como as duas principais elaborações marxistas do início do século. Ainda que contenha exageros (um tom heróico-sentimental), compreensíveis dadas as circunstâncias da morte de Rosa, a passagem tem interesse. Obedecia a uma necessidade de luta política, dado o impacto sobre o partido alemão do ensaio de Rosa sobre a revolução russa, escrito em 18 quando ainda estava presa nos cárceres do Kaiser, e, até então, inédito. Só foi publicado por Paul Levi, depois de 21, como instrumento de polémica contra as tendências ultra-esquerdistas no KPD, que insistiam em ver na experiência russa, a possibilidade de luta pelo poder, antes da conquista da maioria entre os trabalhadores. O mais interessante, todavia, é que este ensaio remete à discussão da diferença entre as derrotas políticas (que permitem recuperações relativamente rápidas, como a derrota de uma greve, ou mesmo de uma batalha objetivamente importante, mas não sentida assim pela classe) e as derrotas históricas (que exigem um novo período, até mesmo o intervalo de uma geração, como foi a guerra civil espanhola, ou o golpe de Pinochet no Chile, e possivelmente o golpe de Videla na Argentina, e, certamente, 64 no Brasil), e seu impacto sobre os destinos dos revolucionários. Lukács toma esta perspectiva quando destaca a unidade indissolúvel entre teoria e prática na vida política de Rosa, até às circunstâncias de sua morte. É amplamente sabido que o apoio de massas à Guerra, nos seus inícios, produziu um profundo choque entre todos os principais marxistas da ala esquerda da Segunda Internacional em geral, e em Rosa em particular. Curiosamente, Lenin ficou mais estupefato com a posição do SPD, do que com a euforia chauvinista momentânea dos trabalhadores alemães. Mas rapidamente, no espaço de menos de um ano, retirou a conclusão de que a guerra iria abrir uma situação revolucionária na Europa, ou seja, compreendeu que a Guerra Mundial não deveria ser entendida como uma derrota histórica. Já Rosa, ficou perplexa com o espantoso seguidismo do proletariado alemão, aos apelos nacionalistas do Governo do Kaiser. E em um primeiro momento, sua apreciação da guerra era que se tratava de uma derrota histórica. O mesmo problema metodológico, dimensionar se as derrotas políticas do momento teriam ou não sequelas históricas, se recolocou inúmeras vezes, e por isso merece atenção. O tema nunca foi, evidentemente, simples. Ainda mais no calor dos acontecimentos, já que se tratava de um genocídio organizado, em uma escala antes nunca vista, que, com razão, despertava o horror não somente dos socialistas, mas de todos os homens e mulheres com uma educação humanista. As tragédias históricas deixam uma profunda impressão nos seus contemporâneos, e essa pressão dificulta a necessária distância, para a avaliação dos fatos nas suas proporções devidas. É assim comum, que se confunda uma derrota objetiva com uma derrota subjetiva. E no entanto as diferenças são abismais. A apreensão subjetiva da derrota por uma massa de milhões de pessoas é um processo complexo, e tem o seu próprio movimento. Ela nem sempre ocorre quando a situação material é objetivamente intolerável. Derrotas “materiais” não são igual a derrotas políticas. Por outro lado, elas nem sempre coincidem. Pelo contrário, um dos paradoxos históricos mais interessantes, e perturbadores, é que há, freqüentemente, uma distância no tempo, uma defasagem entre as primeiras e as segundas. Expliquemo-nos. A I Guerra foi, sem dúvida, objetivamente, uma derrota dos trabalhadores. Podemos até dizer mais: foi uma regressão histórica, uma ameaça à civilização. Mas não foi assim sentida pelo proletariado europeu, que, como sabemos, entrou no conflito alinhado com as esperanças patrióticas disseminadas pelos seus governos. Pagou um preço imensurável pelas suas ilusões nacionalistas: algo em torno de dez milhões de mortos. Mas isso não impediu, que em função dos sacrifícios inenarráveis impostos pela guerra, tenham se lançado, com alguns anos de experiência, em luta pela paz, a qualquer preço, com uma determinação e energia maior do que tiveram ao início ao apoiá-la, e isso provocou a abertura de uma situação revolucionária em toda a Europa Central em poucos anos. O mesmo problema se coloca neste final de século na América Latina, para dar um exemplo. A recolonização, a desnacionalização e a desindustrialização, junto com um ataque, nunca antes visto, às condições de vida dos trabalhadores, da juventude, camponeses e dos povos indígenas, sem dúvida, um processo de derrotas objetivas, não se traduziram, até o momento, em uma derrota subjetiva. Ao contrário, processos como o de Chiapas, Colômbia, Venezuela e no início de 2000 no Equador indicam que é a violência do ataque que cria condições para uma resposta popular à altura. Resumo da ópera: o impressionismo em relação às derrotas, é, em geral, fruto de uma análise pouco dialética. A seguir o trecho de Lukács: *“No puede haber marxistas en el sentido de la objetividad del laboratorio, del mismo modo que tampoco puede haber una seguridad de la victoria de la revolución mundial con la garantía de las «leyes naturales» La unidad de la teoría y la práctica no se da sólo en la teoría, sino*

Nesse sentido, ninguém mais do que ela, na Alemanha, tinha se esforçado por insistir no papel insubstituível do *protagonismo das massas em luta como condição sine qua non* do deslocamento da ordem capitalista, o que é incompatível com uma “teoria pura” do desmoronamento.

Parece, portanto, mais consistente, concluir que Rosa acreditava que os seus argumentos econômicos, ofereciam apenas o *marco geral teórico*, da mudança estrutural que teria ocorrido na passagem do capitalismo a imperialismo, como uma transformação no carácter da época, no sentido histórico: o que supõe a iminência da revolução (entendida como perspectiva de situações revolucionárias, o que é muito diferente de triunfos revolucionários), e nessa esfera de análise, e nesse nível de abstração, é prevista no campo da *longa duração da transição histórica, com seus imprevisíveis percalços e idas e vindas, e não nos curtos prazos dos tempos da política*³⁸⁸.

que subsiste también para la práctica. Del mismo modo que el proletariado como clase no puede conquistar su conciencia de clase ni mantenerla más que en la lucha y en la acción, del mismo modo que sólo en puede levantarse hasta el nivel, objetivamente dado, de su tarea histórica, así tampoco pueden el partido y el combatiente individual hacerse verdaderamente dueños de su teoría más que si son capaces de introducir esa unidad en su propia práctica. La llamada fe religiosa no es, en ese caso, sino certeza metódica acerca del hecho de que, pese a todas las derrotas y retiradas momentáneas, el proceso histórico sigue su camino hasta el final en nuestros actos, por nuestros actos (...).Característico de la unidad de la teoría y la práctica en la obra de Rosa Luxemburg es el hecho de que esa unidad de victoria y derrota, de destino individual y proceso total, constituya el hilo conductor de su teoría y de su conducta. En su primera polémica con Bernstein ha presentado ya como inevitable la conquista necesariamente “prematura” del poder del Estado por parte del proletariado, y ha desenmascarado luego el resultante y tembloroso escepticismo oportunista respecto de la revolución como contrasentido político (...). Esa certeza sin ilusiones mueve a Rosa Luxemburg en sus luchas (...). Como gran dirigente intelectual del proletariado, su lucha principal se orientó contra este último enemigo, (el oportunismo) que es el más peligroso, por más difícil de superar. Su muerte a manos de sus enemigos más reales y sanguinarios, los Scheidemann y los Noske es, por lo tanto, la coronación consecuenta de su pensamiento y de su vida. El que se quedara con las masas y compartiera su destino cuando la derrota del levantamiento de enero -claramente prevista por ella misma (...), es tan directa consecuencia de la unidad de la teoría y de la práctica en su conducta como el merecido odio mortal de sus asesinos, los oportunistas socialdemócratas” (grifo nosso) (LUKÁCS, Georg, **Rosa Luxemburg como marxista** in **Historia y consciencia de classe** volume 1, Barcelona, Orbis, 1985, p.88/9)

³⁸⁸ A transcrição que fazemos a seguir, de **Reforma e Revolução**, é muito elucidadora da forma como Rosa pensava a dinâmica dos tempos do processo revolucionário na longa duração, e portanto, como seu pensamento político não se confundia com uma visão objetivista. A apresentação da revolução proletária necessariamente como um processo político precoce, porque inserido em uma perspectiva internacional, e subordinado à conquista da maturidade política pelo sujeito social, é uma resposta contundente à crítica de um desmoronamento apocalíptico do capitalismo, que pudesse resultar unicamente de uma ruína econômica, strictu sensu. A insustentabilidade econômica estabelece somente os marcos históricos da caducidade do capitalismo, mas os tempos políticos da revolução são

Mas, além disso, é fundamental recordar que a discussão sobre o Imperialismo marca de forma definitiva a sua ruptura com Kautsky. Em 1910, esta separação de caminhos foi irreversível, e se explica pelo desenlace das discussões sobre a greve de massas, que por sua vez traduziam diferenças insuperáveis sobre a tática imobilista do SPD, e a adaptação dos sindicatos e do partido aos limites da legalidade do regime democrático na Alemanha.

Não eram mais somente os burocratas sindicais que se opunham ferozmente às conclusões que Rosa tinha exposto em seu ensaio sobre as lições da revolução russa de 1905, **Greve de massas, partido e sindicatos**, mas para maior ou menor surpresa de Rosa, a própria direção do partido, que reagia, agora, de forma duríssima, e, à sua frente, o próprio Kautsky.³⁸⁹

definidos, para Rosa, a partir de processos concretos de deslocamento das relações de forças entre as classes, e esses processos estão sujeitos às mais imprevisíveis reviravoltas, que no fundamental, expressam a maior ou menor maturidade subjetiva da classe trabalhadora: *“Por conseguinte, se a conquista do poder político pela classe operária não pode efetuar-se "cedo demais", do ponto de vista das condições sociais, deve necessariamente efetuar-se "cedo demais", do ponto de vista do efeito político, da conservação do poder. A revolução prematura, cuja idéia só por si impede a Benrstein de dormir, ameaça-nos como a espada de Dâmocles, e contra isso de nada servem orações e súplicas, transes e angústias. Isso, por duas razões muito simples: a primeira é que é inteiramente impossível imaginar-se que uma transformação tão formidável como é a passagem da sociedade capitalista à socialista, se realize de uma só vez, por meio de um golpe feliz do proletariado. Considerá-lo possível é, mais uma vez, dar prova de concepções claramente blanquistas. A transformação socialista pressupõe uma luta demorada e persistente, sendo de todo provável que, no seu curso, seja o proletariado mais de uma vez rechaçado, e por tal forma a sua ascensão ao poder, da primeira vez, terá sido necessariamente "cedo demais", do ponto de vista do resultado final da luta. Mas, em segundo lugar, a conquista "prematura" do poder de Estado pelo proletariado não poderá ser evitada, precisamente por isso, esses ataques prematuros do proletariado constituem um fator, e mesmo um fator muito importante na criação das condições políticas da vitória final pelo fato de só no curso da crise política que acompanhará a tomada do poder, no curso de lutas demoradas e tenazes, poder o proletariado chegar ao grau de maturidade política que lhe permita obter a vitória definitiva da revolução.(...)Por conseguinte, uma vez que o proletariado não está em condições de apossar-se do poder político, a não ser prematuramente, ou, em outras palavras, uma vez que é absolutamente forçado a apossar-se dele uma ou varias vezes "cedo demais", antes de poder conservá-lo definitivamente, a oposição à conquista prematura do poder outra coisa não é, no fundo, que uma oposição, em geral, à aspiração do proletariado a apossar-se do poder.”* (grifo nosso) (LUXEMBURGO, Rosa, **Reforma e Revolução** in **Reforma, Revisionismo e Oportunismo**, Rio de Janeiro, Laemmert, 1970, p.69/70)

³⁸⁹ Toda polêmica política tem as suas peripécias, os seus maiores ou menores azedumes. Já se disse que os revolucionários ficam irascíveis em discussões de princípios. Muitas vezes, a clareza sobre a natureza ou a gravidade do conflito, só se revela aos olhos dos que nela participam no decorrer da própria luta. Daí que a aspereza das formas do debate seja, em geral, proporcional à surpresa com que se descobrem as diferenças. Entre 1910/12, Rosa compreendeu, com amargura, que a natureza política das suas diferenças com a direção do SPD eram insuperáveis e, mais grave talvez, percebeu qual era o lugar de Kautsky na discussão. Já foi dito que o fez antes que Lênin. Mas este processo é, na verdade,

Sob o impacto das greves gerais na Bélgica em 1901/1902 pelo sufrágio universal, e sobretudo das greves massivas na Rússia em 1905, no calor de uma situação revolucionária, Rosa tinha chegado à conclusão do lugar do protagonismo do sujeito social como força avassaladora, capaz de arrastar a maioria do povo para o campo das reivindicações anti-capitalistas. *A eclosão de greves operárias generalizadas*

ao mesmo tempo, mais complexo e mais interessante. Claro que merece ser assinalado que Lênin, em geral muito atento à dinâmica das diferenças políticas, teve dificuldades de discernir, o que Kautsky concluía em seu “O caminho do Poder”. Certamente, não o fez, na sua verdadeira dimensão. Ao contrário, recebeu bem este livro, que passou por ser, mais uma versão, desta vez, desenvolvida e ampliada, da defesa da “nova tática” apresentada por Engels no Testamento, e nada mais. Rosa por sua vez, muito inserida na realidade alemã, não podia deixar de compreender o profundo significado do que estava em disputa. Curiosamente o mesmo processo se dava, mas com protagonismos inversos em relação à evolução do menchevismo na Rússia. Envolvida também nos assuntos do partido polonês, e por via dos problemas organizativos deste, atritada com os bolcheviques, com quem no entanto tinha mantido uma relação política mais estreita nos meses que passou em Varsóvia durante a revolução de 1905, e depois nas discussões sobre o protagonismo proletário na luta contra o Czarismo, Rosa era uma defensora da necessidade da unidade na Rússia, e por essa via se antagonizou com Lênin, que vinha lutando dentro de sua própria fração, com muitas dificuldades, aliás, pela separação com o menchevismo, que finalmente só se completou de fato em 1912. Em resumo, Lênin não via o significado de Kautsky e sua fração na Alemanha, e Rosa não via o significado do menchevismo na Rússia. Erros e acertos simétricos. Mas com conseqüências diferentes. Será somente com a Guerra que Rosa e Jogiches se lançarão à construção de uma fração organizada própria, e ainda assim preservando-se com parte do SPD, com o receio de evitar o isolamento. Terá sido esta uma das razões da relativa fragilidade do Spartakusbund em novembro de 18, se comparado ao bolchevismo, em fevereiro de 17? A seguir, um trecho de Ettinger sobre as circunstâncias da ruptura de Rosa com Kautsky. Merece também atenção que o pomo de discórdia começou com o lugar da consigna de República contra a monarquia, um obstáculo intransponível para as alianças eleitorais do SPD: ***“A polêmica com Kautsky, que pôs termo às relações entre os dois, começou pela recusa dele a publicar o artigo de Luxemburgo sobre a greve em massa no Die Neue Zeit a menos que ela suprimisse um trecho que exortava ao estabelecimento de uma república na Alemanha. O artigo, “E depois?”, foi recusado pelo Vorwärts e finalmente saiu em março de 1910, no Dortmunder Arbeiterzeitung, sem o trecho ofensivo. Kautsky a magoou, não por ter-se recusado a publicar o artigo – isso já acontecera antes -, mas por ter discordado de sua postura política. “Estou considerando”, escreveu ela a Louise Kautsky, “se meu próximo passo será abandonar a escola e me mudar para o interior”; na verdade, estava considerando a maneira de revidar o golpe. Na polêmica que se seguiu Luxemburgo esteve no auge de seu veneno. O fato de ser vingada pela popularidade de sua idéia da greve em massa entre os trabalhadores não a aplacou. Como provam suas cartas a Jogiches e a Costia Zetkin, ela passou dias e noites preparando réplicas. Seu artigo “E Depois?” foi respondido por “E Agora?”, de Kautsky; a “Estrada para o Poder”, escrita por ele, foi respondida por “Atrito ou Luta?”, de Rosa. Kautsky retrucou então com “Entre Baden e Luxemburgo”, fazendo um trocadilho com o nome dela. A batalha, porém, não era em tomo de palavras, mas de uma redefinição dos papéis. Em seus artigos, Luxemburgo afirmou que os trabalhadores deveriam ser incentivados a se encarregar de seu próprio destino, tendo a greve em massa como seu principal instrumento.(...) O SPD deveria redefinir-sc; ainda não chegava a exigir a república, assim favorecendo urna frente unida dos partidos burgueses(...) A polemica Luxemburgo-Kautsky entrou na história partidária menos por sua profundidade intelectual ou pelos méritos ou deméritos da greve em massa do que por seu caráter vingativo. Durante vários meses, foi o coup de théâtre em que cada ato sucessivo provocava urna agitação. Os velhos inimigos de Luxemburgo se regalaram: “Dê uma olhada agora em sua querida Rosa”, escreveu o líder socialista austriaco Victor Adler a August Bebel, “e veja como Karl (Kautsky) está sofrendo nas mãos de sua boa amiga (...) essa cadela venenosa ainda vai causar muitos danos, ainda mais sérios por ela ser perigosamente astuta”.***(grifo nosso) (ETTINGER, Elzbieta, **Rosa Luxemburgo**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989, p.189/90)

não planejadas, espontâneas e explosivas, revelando impressionante força social, em um terreno distinto ao da disputa política na institucionalidade, é o novo elemento que colocará em discussão, como algo não somente concebível, mas iminente, *a possibilidade de uma via revolucionária, portanto, extra-parlamentar*. Esta conclusão, sublinhada por Rosa, mas longe de ser propriamente uma inovação na tradição marxista, foi, depois, usada pró e contra Rosa, como a expressão exacerbada do seu suposto espontaneísmo.³⁹⁰

³⁹⁰ O tema do suposto espontaneísmo em Rosa é difícil de ser abordado sem que se faça referência aos inúmeros anacronismos que atingem a sua obra e o seu pensamento, por razões mais políticas do que teóricas, e subordinados à paixão da polêmica. Esses anacronismos são comuns, merece ser dito, tanto naqueles que a criticam como naqueles que a defendem. Rosa não escreveu uma só linha em **Greve de Massas, Partido e Sindicato**, que não correspondesse ao que o marxismo clássico sempre tinha defendido. O que as greves de massas na revolução de 1905 tinham demonstrado, e o ensaio de Rosa insistiu em realçar, é que a abertura de uma situação revolucionária não depende, para o fundamental, de uma decisão de aparelhos políticos por mais influentes que possam ser. Nenhum partido possui tal poder na história. É nessa dimensão que toda revolução é um fenômeno objetivo. A disposição de luta dos trabalhadores, ao se libertarem do peso de inércia da resignação política, é sempre o fator decisivo e insubstituível da precipitação de uma situação revolucionária. O papel da direção só passa a ser decisivo nos desdobramentos da situação revolucionária, ou seja, quando a crise revolucionária se abre e passa a estar colocado o problema do poder. O ensaio de Rosa foi escrito em estreita relação com os bolcheviques depois que saiu da prisão em Varsóvia, e não há razões para acreditar que sobre esse tema, tivessem existido diferenças importantes entre eles. Nesse sentido, buscar em 1905, e na apaixonada defesa que Rosa constrói da força irresistível do proletariado quando se coloca em ação, um argumento sobre as suas posições contra o ultra-centralismo, que ela de fato criticou em Lênin alguns anos antes, não parece ter fundamento. Com mais razão, parece absurdo apoiar-se nesses textos para se reconstruir de trás para a frente, a posição de Rosa sobre o terror. O ensaio escrito na prisão em 1918, continua sendo a única fonte que temos disponível para sabermos a angústia com que acompanhou os primeiros meses da guerra civil. Importante recordar que esse texto não foi publicado por Rosa, por ironia da vida, pela insistência inamovível de Paul Levi, que, depois, pelas necessidades da luta interna dentro do KPD, decidiu ele mesmo divulgá-lo. A seguir, uma passagem de um ensaio, de inspiração luxemburguista, mas que comete os seus “ex-abruptos”: *“Até seu tardio e fragmentário escrito sobre a Revolução de Outubro, reproduzido inclusive em comunicações confidenciais, Rosa Luxemburg tentou – referindo-se sempre à necessidade da atividade espontânea, da iniciativa, do trabalho organizativo autônomo das massas – advertir contra o perigo de que, entre a tendência do movimento do vértice, das organizações, do comitê central, e a real tendência do movimento das massas, se abrisse uma fissura, impossível de ser fechada mesmo em situações revolucionárias explosivas, quando o sistema de domínio da sociedade classista está na beira da ruína, uma fissura que chegasse a prejudicar a conquista do objetivo final do socialismo. São apenas dois aspectos da mesma realidade; e Rosa Luxemburg parte do mesmo princípio quando declara guerra tanto ao oportunismo e ao revisionismo da social-democracia alemã e do movimento sindical alemão, golpeados “pelo cretinismo parlamentar”, quanto ao ultracentralismo que suspeita existir na concepção leninista do partido, em ambos os casos, teme uma cisão entre organização e espontaneidade, onde espontaneidade não significa simplesmente a forma como se inicia uma greve de interesses imediato, mas é um nome coletivo que indica tudo o que constitui o contexto vital do proletariado, as esperanças, os desejos, as necessidades do proletário singular na sua prática cotidiana, bem como o modo pelo qual esses vários momentos se concentram e se organizam, sem a intervenção do pedantismo, que ela tanto detesta, do ensinamento das massas a partir do exterior. Na verdade, Rosa Luxemburg não analisou detalhadamente a estrutura psíquica dos proletários determinada pela sociedade classista, mas indicou a direção do problema, de fundamental importância já em 1914, mas que o será sobretudo para a história da origem do fascismo. Se não se*

A reflexão sobre essas greves, provoca o debate sobre a idéia de crise precipitada pela entrada em ação do sujeito social, de alteração brusca na subjetividade das massas, de aceleração e ruptura na História. A polêmica sai do terreno da especulação teórica em torno à defesa dos princípios, e avança também sobre o tema da auto-organização, já que com as greves de massas surgem organismos novos, diferentes da forma Partido/Sindicato, ou Sindicato/Partido (o primeiro o modelo alemão, o segundo o modelo inglês).³⁹¹

Em 1906 publica o famoso ensaio **Greve de massas, partido e sindicatos**, e no ano seguinte protagoniza contra a direita social-democrata (que detinha grande influência sobre a maioria dos dirigentes sindicais, que Rosa gostava de depreciar como bonzos, sinônimo de apáticos), uma polêmica no Congresso do partido alemão em torno à incorporação da greve geral no programa do Partido. A moção pela greve geral se fundamenta em uma perspectiva que prevê a crise econômica que se aproxima, mas que só transcrescerá em crise revolucionária com o protagonismo político dos sindicatos e do Partido. Kautsky assume nessa discussão uma posição intermediária e reveladora: defende a incorporação da

politizam os interesses cotidianos e as necessidades dos homens, se não se rompem a cada dia e com uma atividade espontânea coletiva as cadeias da alienante produção capitalista de mercadorias onde elas se manifestem (na fábrica, na família, na escola, no tempo livre, etc.), inexistente a base material, o fundamento da consciência de classe que, como simples consciência, como capacidade intelectual para a compreensão da estrutura da sociedade classista e das tarefas históricas do proletariado, é extremamente frágil”(grifo nosso)(NEGT, Oscar, **Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo**, in HOBBSAWM, Eric (org.), **História do Marxismo, O marxismo na Época da Segunda Internacional**, (Segunda Parte), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p.29)

³⁹¹. Sobre o balanço histórico de 1905, e as novas evidências do papel e força social do proletariado, assim como sobre a centralidade do lugar da direção, conferir nas palavras de Lenin, que junto a Rosa Luxemburgo e Trotsky, foi um observador privilegiado da revolução. Vale a pena observar que a conclusão sobre o protagonismo espontâneo da classe, sua combatividade na situação revolucionária, o entusiasmo é o mesmo de Rosa: *“But it [the revolution] shows how great the dormant energy of the proletariat can be. It shows that in a revolutionary epoch – I say this without the slightest exaggeration, on the basis of the most accurate data of Russian history – the proletariat can generate fighting energy a hundred times greater than in ordinary, peaceful times. It shows that up to 1905 mankind did not yet know what a great, what a tremendous exertion of effort the proletariat is, and will be, capable of in a fight for really great aims, and one waged in a really revolutionary manner!”* (LENIN. “Lecture on 1905 Revolution”. In **Collected Works**, v. 23. Moscou, Progress Publishers, 1981. p. 240). O papel central do partido era *“...to give the full scope to the revolutionary creative activity of the masses, who participate but little in this activity in time of peace, but who come to the forefront in revolutionary epochs”*. (Ibidem, v. 8. p. 563).

greve geral no arsenal de métodos de luta do Partido, mas insiste em remarcar uma distinção entre Oriente e Ocidente.

Assim na Rússia, onde inexistiam liberdades democráticas, seria legítimo que a social-democracia defendesse e impulsionasse o que ele denominará de greve geral “coercitiva”, ofensiva, ou insurrecional para arrancar as liberdades e derrubar o Czarismo. Mas nos países em que as liberdades parlamentares já foram alcançadas e existe uma legitimidade institucional e um poderoso exército leal à ordem burguesa, a greve geral deve ser “demonstrativa”.³⁹²

³⁹² A seguir uma passagem, em geral correta, de uma apreciação das posições de Rosa face ao tema da greve geral demonstrativa, com a famosa citação sarcástica de Rosa, “estamos de punhos fechados mas com as mãos nos bolsos”, e uma referência também ao tema da liberdade e do uso do terror: *“Sem dar importância ao argumento de autoridade, Rosa demonstra que se a “Grande Noite”, a greve geral entrevista por Bakunine, era quimérica, a educação política, a luta quotidiana poderiam encontrar na greve política de massa um complemento necessário. Nada poderia contrariar mais os sindicalistas reformistas alemães do que isso (...) Outros socialistas alemães, como Hilferding, acreditavam na greve geral, como apoio indispensável da luta legal, por exemplo do combate pelo sufrágio universal. Desta tática que baptizou de “mão cerrada dentro do bolso”, dizia Rosa que não faria medo nem a uma criança. (...) Aí ela liga o problema da greve política com o da espontaneidade das massas, pedra de toque do luxemburguismo, posição constantemente deformada por três gerações de comunistas ortodoxos. (...) Eis aqui, portanto, a expressão, a própria fórmula onde se inscreve o pensamento de Rosa... Por um lado, no momento da crise, as massas descobrem a forma de sua luta e não se pode nem detê-la nem imobilizá-la (...) Não pode haver livros com a receita da revolução. Tem-se citado muito um texto em que ela parece opor-se à frase ilustre de Saint-Just: “nenhuma liberdade para os inimigos da liberdade”, e não só dele, mas de todos os jacobinos, e ainda mais dos marxistas-leninistas. A liberdade reservada apenas aos partidários do governo ou só aos membros do partido- mesmo que fossem tão em numerosos como se desejaria- não é liberdade. A liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de outro modo”. (...) Temos o testemunho de Radek (no seu diário) sobre a posição de Rosa nas últimas semanas de sua vida. Quando ela volta a ver o seu antigo camarada do partido polaco, que ela não amava de resto, mas que Lenine tinha enviado aos alemães, ela interroga-o sobre um outro dos seus camaradas, muito próximo e íntimo amigo, Felix Dzerjinski, o violinista que tinha fundado a Tcheka e suspira: “Mas como é que Felix pode fazer coisas semelhantes?” Ao que Leo Jogiches respondeu rindo-se: “Se se tratasse de salvar o socialismo tu farias exatamente a mesma coisa e talvez até mais”, e Rosa não replicou. No seu programa da Liga Spartacus, defendendo o agrupamento revolucionário saído da social-democracia ela especificava: “A revolução proletária não tem necessidade do terror para atingir os seus fins; ela odeia e abomina o assassinato... Ela não é a tentativa desesperada de uma minoria... ela é a ação da grandes massas populares chamadas a cumprir uma missão histórica e a transformar em realidade uma necessidade histórica”. (grifo nosso) (DESANTI, Dominique, Prefácio às Cartas de Rosa Luxemburgo a Karl e Louise Kautsky, Paris, P.U.F., in Oliveira, César, Rosa Luxemburgo Viva!, Lisboa, Edição do coordenador, 1972, p.21/23/2526)*

³⁹² Esta é a origem da famosa estratégia “nem provocar, nem colaborar” (é preciso dizer que Kautsky se oporá duramente à participação de Millerand em um governo burguês na França, o que revela a coerência de seu pensamento, e as táticas do partido francês não terão respaldo na Alemanha senão da ala de Bernstein). O caminho do poder e a vitória são pensados como um fenômeno inexorável, que resultam da crise econômica e do crescente peso social e eleitoral do proletariado. Não há razão

Ou seja, um último recurso defensivo, para defender a acumulação de forças organizada como partido e como sindicato contra toda e qualquer tentativa de golpe de Estado, de aventura bonapartista de setores do Capital, e o movimento operário só pode recorrer a este poderoso instrumento em posição de legítima defesa, para se credenciar junto à maioria da sociedade.³⁹³

A greve de massas deve ser necessariamente uma greve de protesto, e as maiores desconfianças devem se guardar em relação ao seu uso irresponsável ou anarquista, a via de uma aventura provocativa que só poderá servir de pretexto para a repressão. As férreas leis da necessidade histórica, justificam para Kautsky o imobilismo defensivista, a espera, o estado de alerta.. Rosa encara as lições da Rússia de outra forma:

*“Ya hemos visto el mecanismo interno de la huelga de masas en Rusia, que depende de la incesante acción recíproca entre las luchas políticas y las económicas. Pero esta acción recíproca se ve condicionada durante el periodo revolucionario. **Sólo en la atmósfera cargada de la etapa revolucionaria cada pequeño conflicto parcial entre el capital y el trabajo puede transformarse en una explosión general.** En Alemania ocurren todos los años y todos los días choques violentos y brutales entre obreros y patronos, sin que la lucha traspase los límites de un distrito o de una ciudad, o incluso de una fábrica. Es cosa de todos los días la sanción a los obreros organizados como en Petersburgo (...). Sin embargo, ninguno de estos casos cambia súbitamente a una acción de clase mancomunada. Y cuando llegan a ser huelgas de masas aisladas, con una incuestionable coloración política, no provocan una tormenta general. (...) **Por el contrario, solamente en el periodo revolucionario, cuando los cimientos y los muros sociales de la sociedad de clases se ven sacudidos y sometidos a un constante proceso de descomposición, cualquier acción política de clase del proletariado puede hacer emerger de su pasividad a sectores enteros de la clase obrera que hasta entonces se mantenían apartados, lo que se expresa inmedia-***

política para se comprometer como força minoritária em um ministério burguês, já que no momento oportuno a social-democracia chegará ao governo, sem a necessidade de compromissos ou concessões. A conclusão interessante que vale destacar é que o objetivismo, como método de análise, não guarda relação direta com a definição estratégica, e tanto pode ser fatalismo quietista, quanto pode ser perspectiva apocalíptica de colapso. No mesmo sentido, também o subjetivismo, pode ser voluntarismo revolucionário ou reformismo esperançoso.

ta y naturalmente en una tormentosa lucha económica. El obrero, despierto de golpe a la actividad por la corriente eléctrica de la acción política, empuña el arma que tiene más a mano para luchar contra su esclavitud económica(...) *La revolución crea primero las condiciones sociales que posibilitan este súbito cambio de la lucha económica en política y de la política a la económica, cambio que encuentra su expresión en la huelga de masas(...)* *la observación más profunda de los acontecimientos rusos muestra una relación exactamente opuesta en realidad **la huelga de masas no produce la revolución, sino que la revolución produce la huelga de masas***³⁹⁴(grifo nosso)

Rosa já tinha publicado em 1901 o ensaio *Reforma ou Revolução*, respondendo a Bernstein, e será ela de novo que tomará a iniciativa de fazer a luta de idéias, desta vez, contra Kautsky. Curiosamente Lenin se coloca ao lado de Kautsky contra Rosa na discussão sobre a greve geral e apoia a orientação da maioria da direção do partido alemão quanto à necessidade de refletir sobre as especificidades de condições que diferenciam Oriente e Ocidente.³⁹⁵

É Rosa que será pioneira na discussão sobre o protagonismo político dos sindicatos e partido na precipitação de condições que possam abrir a perspectiva da crise revolucionária. Ela é a autora da fórmula: “1905 abre uma época nova na história do movimento operário”. No início do século é Rosa que vê que a disciplina de Partido, a impressionante e talvez, historicamente única, capacidade de organização da social-democracia alemã, não é só expressão das virtudes de uma disciplina proletária, mas *uma expressão deformada das pressões sociais que se abatem sobre o movimento operário em um país desenvolvido, depois de décadas de ação legal, sindical e parlamentária e de prosperidade econômica*³⁹⁶.

³⁹⁴ (LUXEMBURGO, Rosa, **Huelga de Masas, Partido y sindicatos** in **Obras escojidas**, Bogotá, Pluma, Tomo I , 1976, p.233/234)

³⁹⁵ Não é, portanto, surpreendente, que no histórico 4 de agosto de 1914, Lenin durante dias e dias, se recusa a acreditar que a fração social-democrata na Reichstag, tenha apoiado os créditos de guerra, exigidos pelo governo do Kaiser, e suspeita até, que os jornais estejam fabricando uma falsificação, para desmoralizar os partidos operários de outros países.

³⁹⁶ Com respeito à reflexão sobre a dupla natureza do partido alemão, conferir Henri Lefevbre, que desenvolveu uma erudita teoria da representação política, uma alternativa metodológica ao Lukács de **História e consciência de classe**, do início dos anos 20, e seu esforço de teorização da experiência bolchevique criando um modelo russificado da relação classe/Partido.

A revolução não é mais um cataclisma que se espera como um “fenômeno da natureza”. A entrada em cena das massas tem a sua própria dinâmica, que escapa às vontades e escolhas estratégicas do partidos, e suas direções. Mas o lugar dos marxistas é o de se prepararem para as grandes lutas que virão. E devem incentivar essa irrupção da fúria proletária e popular, porque só no calor da tempestade da situação revolucionária, as camadas mais exploradas do povo se colocariam em movimento. E só esse despertar, provocado pelo entusiasmo na ação, poderia abrir o caminho para um patamar superior de auto-organização.

Excesso de expectativas na espontânea capacidade das massas de rebelião? Qualquer consideração crítica não diminui a importância da reflexão de Rosa sobre a questão da greve geral, em que o tema do protagonismo do sujeito social e da subjetividade é colocado pela primeira vez em torno a uma perspectiva estratégica sobre as condições para a crise revolucionária. Aqui se retoma a idéia, tão cara ao marxismo do final do século XIX, que as revoluções são um dos movimentos do processo histórico, não são uma expressão de desejo dos revolucionários, mas um movimento real e independente das massas em luta. Não o faz, todavia para recuperar o objetivismo de um Kautsky, porque é tão inimiga do imobilismo, quanto do substitucionismo voluntarista, mas para insistir, que os revolucionários devem se preparar e ajudar a preparar os trabalhadores para as lutas que virão.

E qual seria o lugar dos fatores de subjetividade? A defesa de que o sujeito político, o partido marxista (que poderia se construir de forma independente, ou como fração no interior do partido de massas majoritário) seria indispensável na luta pelo poder, mas não deveria, em nenhuma circunstância, *nem se antecipar aos combates que as massas estão dispostas a travar, nem desprezar as iniciativas que as massas estão dispostas a assumir*, e seu lugar na mobilização livre e espontânea das massas, na luta pelas suas reivindicações, precisaria ser *a afirmação de um*

*ponto de apoio, que nem substitui, nem bloqueia, a tendência à radicalização que é indispensável para o triunfo da revolução.*³⁹⁷

As diferenças entre Rosa, Lênin e Trotsky em Zimmerwald (onde a esquerda da Internacional se reuniu e aprovou um manifesto contra a adesão patriótica da maioria dos partidos), são reveladoras das distintas maneiras de encarar este problema do lugar da direção, que se

³⁹⁷ Nesse sentido, o pensamento político de Rosa está nas antípodas do voluntarismo político (ou substitucionismo do sujeito social pelo sujeito político, para sermos mais precisos). Estacaracterísticada vanguarda latino-americana, que nos anos 60 e no início dos anos 70 abraçou com entusiasmo e heroísmo, o exemplo da revolução cubana e se lançou à construção de organizações armadas, que tinham como estratégia a realização de ações exemplares nas lutas contra as ditaduras que assolaram o continente, em particular o cone sul. Encarada em geral, hoje, como uma aventura política e um desastre militar, essa experiência ficou injustamente estigmatizada. Mas esse processo tem também, todavia, uma história pouco conhecida. No ano de 66 a direção cubana iniciou uma polêmica muito dura contra os partidos comunistas da América Latina. A escalada americana no Vietnam tinha se intensificado, e com razão, Fidel e o Che, tinham chegado à conclusão que o perigo de uma extensão para Cuba do mesmo processo era uma hipótese provável. Sua posição pública era a defesa da extensão da revolução socialista a todo o continente como melhor defesa de Cuba. Nunca nada disso tinha sido defendido sem tergiversações desde os primeiros anos da revolução russa. Ademais, desde o seu triunfo, a direção cubana tinha apoiado material e moralmente todas as organizações armadas que atuavam no continente, mas sem intervir diretamente. A ida do Che para a Bolívia era uma mudança de qualidade. Junto com a formação da OLAS (Organização latino-americana de solidariedade), demonstrava a seriedade do compromisso da direção cubana com a extensão do processo revolucionário para todo o continente. Na verdade, com a intervenção direta do Estado Cubano, tratava-se da perspectiva de uma Guerra civil Continental, para impedir uma agressão a Cuba e paralisar a ofensiva no Vietnam. Nessas circunstâncias, a possibilidade de uma conflagração na América do sul semelhante à que existia na Península da Indochina, com o engajamento do Estado Cubano, é mais compreensível porque milhares de jovens estudantes radicalizados, alguns experimentados dirigentes dos antigos partidos comunistas, e setores mais avançados da classe trabalhadora se lançaram à construção de partidos-exércitos para ao lado do Estado cubano, defender a revolução socialista. Esse processo atingiu em maior ou menor medida os principais países latino-americanos. Os partidos da Quarta Internacional também se uniram à OLAS, mas à diferença da maioria das recém constituídas organizações militaristas, defenderam a necessidade da disciplina militar face à direção cubana, mas se recusaram a aceitar disciplina política. Assim, por exemplo, o POR (Combate) na Bolívia integrou-se ao ELN. O PRT de Santucho na Argentina teve as suas origens no PRT unificado, a seção da Quarta. Dentro do movimento revolucionário muitos se perguntavam se não era um erro da direção cubana a política de estender para toda a América Latina uma forma tática de luta. Mas era tal a autoridade de Fidel e do Che, em função do enorme entusiasmo e solidariedade despertados pela vitória da revolução em Cuba, que a adesão à luta armada passou a ser a linha divisória da esquerda no continente. As circunstâncias trágicas do assassinato do Che em Outubro de 67, e no ano seguinte o giro político da direção cubana em relação à URSS, deixaram claro que Fidel tinha afastado a hipótese de transformar o ELN no centro de uma Exército Continental de luta revolucionária. Todo o cenário se alterava. Mas a maioria das organizações revolucionárias militaristas insistiram no curso da estratégia guerrilheira, agora sem poderem sequer contar com a intervenção direta do estado cubano. A estrategização de uma tática resultou no sacrifício de uma geração. O Che baptizou a frase que diz que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução. Já para Rosa, os revolucionários não fazem revoluções, mas devem ser um ponto de apoio para que as massas proletárias possam vencer no calor de uma crise revolucionária. So os trabalhadores, pela força de sua mobilização podem fazer revoluções.

concentrava de forma aguda na crise da Internacional e das respostas político- programáticas diante da guerra. Para além das diferenças de consignas (eixo de campanha pela paz, ou chamamento explícito ao derrotismo de seu próprio governo), surge uma diferença em relação à ruptura com a Internacional e chamamento à Terceira ou não.³⁹⁸

Esta diferença, sobre a oportunidade ou não de uma fundação imediata de uma nova Internacional, *foi a mais importante que manteve com os bolcheviques durante anos*. Isso se não considerarmos a sua fúria quase incontrolável com a assinatura do tratado de Brest-Litovski, a razão pela qual queria a publicação de seu ensaio crítico à política dos bolcheviques nos primeiros meses depois de Outubro. Suas diferenças com a a difícil decisão dos bolcheviques em Brest-Litovski, as concessões aos alemães, que ameaçavam adiar a perspectiva da revolução na Alemanha, eram muito semelhantes, às que se expressaram na polêmica entre os próprios russos.³⁹⁹ De qualquer maneira, em pouco tempo a questão perdeu a

³⁹⁸No Congresso de fundação da Terceira Internacional, a única abstenção na moção pela fundação imediata foi do delegado spartakista. Eberlein tinha o mandato do partido alemão, e instruções claras no sentido de se opor à imediata proclamação da nova Internacional. A moção tinha sido apresentada por Rakovsky, e diante dela Eberlein argumentou que a fundação não era uma necessidade inadiável: não só porque importantes diferenças permaneciam entre as organizações que tinham respondido ao chamado dos russos, mas também pela fragilidade orgânica da maioria delas, já que, se na maioria dos países existiam comunistas, ainda não se tinham organizado na forma de partidos independentes. A falta de representatividade dos delegados era a sua principal preocupação. De fato foi assim. O Congresso se estendeu entre 2 e 6 de Março de 1919, nele participaram 51 delegados, sendo 8 do partido russo, mas de fato outros quarenta são bolcheviques, letões, finlandeses, lituanos bielorrussos, armênios, assim como, de fato também o são os grupos comunistas checo, búlgaro, iugoslávio, entre outros, ex-prisioneiros de guerra do csarismo, que se integraram no exílio.ao que parece Eberlein, velho experiente militante, tinha sido escolhido por Jogiches pela sua tenacidade. Sobre este tema, conferir nas páginas de 78 a 90 do livro de Broué: (BROUÉ, Pierre, *Histoire de L'Internationale Communiste 1919-1943*, Paris, Fayard,1997)

³⁹⁹ Qual a natureza desta diferença? Devemos defini-la como tática ou estratégica? A resposta não é simples, mas oferece um bom exemplo da tèmpera de Rosa Luxemburgo. Quando o governo dos soviets aceitou o ultimato do exército imperial alemão, ao custo de um sacrifício de boa parte da Ucrânia e Bielorrússia, os bolcheviques eram conscientes que assumiam uma decisão arriscadíssima, que ameaçava um prolongamento da guerra na frente ocidental, e a preservação do governo do Kaiser. Como se sabe, esta posição do governo dos soviets foi precedida de uma ríspida polêmica, em torno de três posições: Bukarin e a maioria dos dirigentes de Moscou defendiam a necessidade de transformar a guerra defensiva em guerra revolucionária, em uma perspectiva semelhante ao que tinha ocorrido nos primeiros anos da revolução francesa; Trotsky defendia a consigna de nem guerra, nem paz, para ganhar tempo e dificultar a disponibilidade tropas alemãs na frente ocidental, enquanto se esperava um levante operário na Alemanha; e Lenin, que temia por uma queda do governo, ainda muito frágil, sem exército, e com uma frágil maioria política no país, como, logo depois, as eleições para a

relevância que tinha assumido, porque menos de um mês depois da saída da Rússia da Guerra os EUA entraram.

Uma idéia merece ser retida desta localização histórica das diferenças entre Rosa e Lenin face à crise da Segunda Internacional e o papel das direções tradicionais: Rosa é tão consciente quanto Lenin que a direção do partido alemão é *irrecuperável*, para o projeto socialista revolucionário, mas não está disposta a uma ruptura em condições de isolamento político, e acredita que o recém organizado Spartakusbund, herdeiro de um combate que até então não tinha uma forma orgânica independente, *deve se desenvolver pelo interior do SPD*, o que também supõe o adiamento de qualquer iniciativa no sentido da fundação de uma Terceira Internacional. Ou seja é preciso *acompanhar a experiência das massas*, de acordo com os ritmos do processo histórico político concreto de construção da consciência de classe, resistir às pressões sectárias, esperar pelo momento do novo ascenso, confiar, que sob o impulso das lutas, os trabalhadores irão superar as ilusões nos velhos dirigentes, recuperar as suas velhas organizações, e se isso não for possível, só então, avançar na fundação de novas, enfim, evitar a todo o custo, a tentação de uma via de auto-proclamação.⁴⁰⁰

Constituinte demonstraram, defendia a paz imediata, para garantir o apoio da maioria camponesa que tinha se unido aos trabalhadores urbanos para acabar imediatamente com a sangria da guerra.

⁴⁰⁰ Neste trecho de Isabel Loureiro temos uma correta localização do tema para Rosa e Jogiches. É importante que se acrescente que Rosa não estava sozinha: tinha ao seu lado alguns dos principais talentos do socialismo alemão, como Mehring, o biógrafo de Marx, Paul Levi, seu advogado, seus ex-alunos na escola do partido e depois destacados dirigentes do PCA, Paul Frölich e August Thalheimer, além de Liebknecht e Clara Zetkin. As razões que definiram a espera político-organizativa revelam, portanto, muito sobre as suas expectativas sobre os tempos da revolução, naquele momento, e sobre o processo de construção de uma nova direção: “*Os autores comunistas, entre eles Lukács, criticam a esquerda alemã por não ter já na época da guerra fundado um partido vanguarda da classe operária, único meio, no seu entender, de subtrair as massas à influência reformista da social-democracia e, por conseguinte, pré-requisito para a vitória da revolução socialista. É verdade que Luxemburg, apesar das divergências táticas em relação à direita e ao centro, recusa-se até o início de 1917 a deixar o SPD, por considerar a luta dentro da organização a maneira mais eficaz de reconquistar as massas sob influência da social-democracia A esquerda como um todo é movida pela idéia de salvar o partido contra Ebert/Scheidemann. O maior temor de Rosa é fazer parte de uma seita isolada do proletariado (...) Entretanto, malgrado esse juízo severo, os spartakistas não pensaram em fundar outro partido. Aliás, nenhuma das duas correntes da oposição cogitou em deixar o SPD. Foram expulsas. E em dezembro de 1918, quando as divergências entre independentes e spartakistas se tornam irreconciliáveis, Luxemburg e Jogiches ainda hesitam em abandonar o USPD para criar uma nova organização. Se, por um lado, tal comportamento revela o seu medo de ficar isolada, por outro,*

Que conclusões retirar desta escolha? Já foi dito que elas expressariam as suas reservas em relação à forma de partido de vanguarda, interpretado como o partido leninista. Também já foi dito que elas traduziriam as inclinações espontaneístas de Rosa. Mas, mesmo que admitamos essas premissas, elas são insuficientes. A decisão de construir ou não um partido independente, não tem relação direta com a discussão sobre o regime do partido. A questão parece ter sido outra, e se relaciona com o tema das táticas, e *dos tempos políticos* que permitiriam uma organização de vanguarda avançar na disputa pela direção com o ainda muito influente SPD. Rosa tinha, por certo, reservas em relação ao *regime de partido*, que Lênin tentava desenvolver com sua experiência de formação da fração bolchevique, diferenças velhas de mais de dez anos, mas não tinha objeções à forma-partido. Vejamos suas próprias palavras:

“Pero la actividad socialdemócrata se realiza en condiciones totalmente distintas. Surge históricamente de la lucha de clases elemental. Se difunde y desarrolla bajo la siguiente contradicción dialéctica: el ejército proletario es reclutado y adquiere conciencia de sus objetivos en el curso de la lucha. La actividad de la organización partidaria y la conciencia creciente de los obreros sobre los objetivos de la lucha y sobre la lucha misma no son elementos diferentes, separados mecánicamente y cronológicamente. Son distintos aspectos del mismo proceso. Salvo los principios generales de la lucha, para la socialdemocracia no existe un conjunto detallado de tácticas que un Comité Central enseña al partido de la misma manera que las tropas reciben su instrucción en el campo de entrenamiento. Además, la influencia de la socialdemocracia fluctúa constantemente con los flujos y reflujos de la lucha en cuyo transcurso se crea y desarrolla el partido. Por ello el centralismo socialdemócrata no puede basarse en la subordinación mecánica y la obediencia ciega de los militantes a la dirección. Por ello el movimiento socialdemócrata no puede permitir que se levante un muro hermético entre el núcleo consciente del proletariado que ya está en el partido y su entorno popular, los sectores sin partido

dá mostraz do pathos iluminista que a domina. Rosa pensa ser possível fazer o partido voltar à razão por meio de bons argumentos e da pressão das massas. Não escrevera outrora a Henriette Roland Holst: "O pior dos partidos operários é melhor que partido nenhum", acrescentando ser necessário continuar combatendo no interior do SPD, à espera da revolução, por mais estéril que o combate pareça? Em parte, o resultado dessa ruptura tardia foi que durante a revolução as massas não distinguiam entre as posições dos independentes e as da social-democracia majoritária, assim como em novembro-dezembro de 1918 não diferenciavam as posições dos spartakistas e as dos independentes, pelo próprio fato de serem membros do mesmo partido” (grifo nosso) (LOUREIRO, Isabel, **Rosa Luxemburgo, os dilemas da ação revolucionária**, São Paulo, Editora da Unesp, 1995, p.126/7)

*del proletariado. Ahora bien, el centralismo de Lenin descansa precisamente en estos dos principios: 1) Subordinación ciega, hasta el último detalle, de todas las organizaciones al centro, que es el único que decide, piensa y guía. 2) Rigurosa separación del núcleo de revolucionarios organizados de su entorno social revolucionario. **Semejante centralismo es una trasposición mecánica de los principios organizativos del blanquismo al movimiento de masas de la clase obrera socialista.***⁴⁰¹ (grifo nosso)

As palavras são claras e categóricas, uma organização de revolucionários centralizada, tal como defendida por Lênin seria uma seita blanquista. Portanto, Rosa se opõe tanto ao regime de partido aberto de Jaurés, quanto ao regime de partido da fração bolchevique. O seu modelo, e em grande medida o modelo reivindicado por todos, é o partido alemão.⁴⁰²

Um paradoxo, se considerarmos experiências tão díspares entre si? Aqui estamos diante do perigo do anacronismo. Os franceses viam na experiência alemã o que queriam, o uso da legalidade, os sucessos eleitorais, e as coligações; os russos que se uniram a Lênin, viam um partido com influência de massas que era capaz de unir a resistência sindical da classe à agitação política sistemática. Esse era o estado da discussão antes da revolução russa de 1905. Teria esta visão do problema das relações do sujeito social e do sujeito político se alterado? É difícil dizer. Sabemos no entanto que o spartakusbund era centralizado com mão de ferro por Jogiches, durante a guerra: foi sua, a responsabilidade de assegurar um intervenção clandestina anti-militarista. Tanto foi assim que a fundação do KPD enfrentou como principal dificuldade, a resistência do grupo arbeiterpolitik, de aceitar o que consideravam os excessos autoritários de Jogiches e de “frau” Luxemburgo, expressão pejorativa, que substitui o camarada por madame.

⁴⁰¹ (LUXEMBURGO, Rosa, **Problemas Organizativos de la socialdemocracia**, in Obras Escojidas, Bogotá, Pluma, 1976,p.152)

⁴⁰² De todos, porque Lenin nunca levou a discussão sobre o regime de partido para a Internacional, embora participasse regularmente dos seus conselhos dirigentes. A discussão dos temas russos se reduziam às inúmeras vicissitudes de unificação e rupturas, que se prolongaram desde a fundação, de fato, do partido em 1903, e a separação final em 1912. A maioria dos comentaristas concordam que,

De qualquer forma não é convincente a análise que vincula a decisão política chave de não se separar do SPD e depois do USPD, por causa de uma discussão com Lênin envelhecida de dez anos. Tanto mais, que depois desse debate, em que essencialmente a posição de Rosa foi contra a divisão (assim como a de Trotsky, que publica um texto incomparavelmente mais envenenado, o **Nossas tarefas políticas**) ocorreram novas aproximações com os bolcheviques, como depois de 1905, quando da redação do **Greve de massas, partido e sindicatos**, e novos atritos, sobretudo entre 1912/14, muito mais sérios para Rosa, porque envolviam as relações de autonomia do partido polonês.

Qual era então a perspectiva que animava a permanência tardia dentro do SPD? E por quê esta questão parece ser central, se quisermos efetivamente ir *ao centro da concepção de Rosa sobre as relações entre os tempos históricos e os tempos políticos da revolução*? Em primeiro lugar, merece ser observado que Rosa não considera o movimento de construção do partido *separado* do movimento de afirmação da classe como sujeito social, e de construção de consciência através da experiência da luta. Sua crítica à concepção de Lênin sobre o regime de partido, reside na defesa de um processo de elevação da consciência de classe que repousa na via da luta, e pela luta, se deveria dar o aprendizado da necessidade da disputa do poder: o só “se aprende a nadar dentro d’água”, a necessidade da mobilização de massas como escola da consciência de classe. em uma palavra, *desconfiança em relação às organizações cristalizadas, elogio da ação espontânea das massas*.

A força criadora da ação de massas que impulsiona de forma irresistível e “saudável” a auto-organização, que por sua vez evoluciona aos saltos, flutua e oscila, mas supera os obstáculos da inércia, vence as hesitações, desloca as velhas organizações, forja novas, ou seja, o protagonismo do sujeito social que supera os bloqueios, e utiliza o sujeito político como um ponto de apoio.

pelo menos até 1914/15, Lênin pensava que a sua organização correspondia às necessidades da luta sob a clandestinidade, contra o Czarismo.

Por outro lado, se Rosa depositava esperanças que o protagonismo do proletariado como sujeito social através da luta de massas poderia desbloquear a situação política na Alemanha, e abrir a perspectiva de uma situação revolucionária, e esse era o sentido de sua defesa da greve geral, era também inimiga da “grevicultura anarquista”. Nunca lhe ocorreu fazer o fetichismo de uma forma de luta, longe de suas intenções, reduzir os problemas de estratégia à obsessão por um dos instrumentos de ação revolucionária, um entre outros: como as ocupações, as mobilizações de rua, etc...

Em que medida seria esta escolha tática uma expressão, em particular, de uma concepção mais geral, *das relações entre os tempos históricos e os tempos políticos da revolução*? Rosa era consciente, depois da deflagração da guerra de que a velha máxima de que “a classe trabalhadora prefere estar mal organizada do que desorganizada”, traduzia muito mais do que palavras.⁴⁰³ Mas não foi também ela quem mais cedo, e melhor,

⁴⁰³É praticamente irresistível estabelecer os paralelos entre os dilemas de Rosa, Liebknecht e Jogiches depois de 1914, e a atual situação da esquerda revolucionária no Brasil. Não só porque não é difícil a analogia entre o SPD das primeiras duas décadas do século e o PT : a base social nos sindicatos operários mais organizados, o papel de resistência nas lutas, o uso bem sucedido da legalidade, as figuras humanas impressionantes de Bebel e Lula, a adaptação ao eleitoralismo, a pluralidade de tendências públicas ou semi-públicas, entre outros. Mas também, porque a questão chave das relações entre os fluxos e refluxos das lutas, a preocupação de Rosa diante da decisão de cruzar ou não o rubicão, parece ser igualmente decisiva para a decisão, até hoje adiada pela maioria dos que se inspiram ou reivindicam da herança marxista revolucionária, de construir um polo político exterior ao grande partido de massas. A seguir uma passagem de um artigo recente sobre este tema, de Valter Pomar, membro da executiva nacional do PT, e um dos líderes do bloco de correntes que é usualmente identificado como a esquerda petista: “*Hoje, o PT vive uma situação paradoxal. Nunca, na história do Brasil, um partido de esquerda conseguiu tanta representatividade social e espaço institucional. É como se o PT possuísse a força combinada do PTB e do PC no início dos anos 60. Mas o PT vive também uma situação de crise. Uma face desta crise é o conflito entre o partido "anos 80" e o partido "anos 90". Outra face é o conflito entre suas bases sociais e as implicações da estratégia institucional e de centro-esquerda. A crise pode levar ao declínio se o PT, por exemplo, vier a apoiar algum candidato de centro-esquerda --como Garotinho ou Itamar-- nas próximas eleições presidenciais. Da crise também pode resultar uma irreversível transformação qualitativa, se no governo federal o PT não confrontar o conjunto do grande capital. Nestes e noutros casos similares, seriam processos longos, mas sem dúvida uma enorme tragédia, a frustração de vinte anos de esforços da melhor parte dos trabalhadores brasileiros. Pouca diferença faria, no desenrolar desta tragédia, que Cassandra tenha ficado para assistir o desfecho do ato ou preferido sair à busca de sua turma Salvo nos casos já mencionados --e enquanto vivermos um período estratégico em que a disputa eleitoral tenha grande importância--, as organizações que se pretendem alternativas ao PT tendem a continuar gravitando ao seu redor. Algumas fazendo luta de massa, o que no final colabora, direta ou indiretamente, para o desempenho político-eleitoral do Partido. Outras, denunciando o PT e exigindo que adote o que consideram a "linha justa". Das opções do PT dependerá, em boa medida, nossa*

compreendeu a relação entre as formas organizativas burocratizadas dos sindicatos e as pressões de adaptação social que essas expressavam?

Toda a questão tinha na sua essência um problema estratégico mais profundo. A questão decisiva, estava no problema dos caminhos para a disputa da maioria, os meios para a conquista da influência sobre os batalhões fundamentais da classe ainda sob a influência do SPD.

Assim como o giro patriótico das massas tinha levado à direção do partido, os seus setores mais nacionalistas, um novo movimento no humor dos trabalhadores, os percalços dos deslocamentos nas relações de forças entre as classes, os efeitos de uma derrota militar, enfim os novos fluxos da luta de classes, permitiriam derrubar a velha direção e recuperar o partido como um instrumento ao serviço da revolução. Para Rosa, os destinos do partido e da direção eram inseparáveis do curso das lutas, e essas eram, por sua vez, inseparáveis do humor e da disposição dos trabalhadores. E o que mais se devia evitar era a precipitação e a impaciência, que só poderiam ter como conseqüência, o isolamento. Vejamos a citação:

*“Esta posición es insostenible, en la medida en que no se puede determinar de manera pacífica, **“cuantitativa”, cuando el proletariado con “fuerza suficientes” como para luchar. Hace treinta años los sindicatos alemanes tenían cincuenta mil afiliados No podía ni pensarse, obviamente, en una huelga de masas a gran escala. Quince años más tarde, los sindicatos hablan cuadruplicado sus fuerzas y contaban con doscientos treinta y siete mil afiliados. Si en ese momento se les hubiera preguntado a los dirigentes sindicales de hoy en día si la organización proletaria ya estaba lo suficientemente madura***

capacidade de aproveitar as potencialidades do atual período histórico. Por isto, a tendência é que continuem a existir socialistas e revolucionários, dentro e fora do PT. Por isto, trabalhamos para que o PT continue sendo referência eleitoral, espaço político e depositário da lealdade de classe da maioria dos militantes da CUT, do MST, da CMP, de grande parte da juventude e de diversos outros setores. Resta saber se os socialistas e revolucionários vão cooperar entre si –seja pelos motivos presentes, seja pelas possibilidades futuras–, aprofundando o debate estratégico-programático, ajudando a reconstruir o bloco de classes que sustenta o projeto democrático-popular-socialista e investindo o melhor de suas energias na mobilização dos trabalhadores assalariados urbanos. De cuja ação ou inação dependerá, em enorme medida, o futuro do PT e do socialismo no Brasil.”(POMAR, Valter, artigo sobre o significado do aniversário de vinte anos do PT, publicado em Correio da cidadania, jornal eletrônico disponível na internet, e no jornal Opinião socialista, uma publicação do PSTU, fevereiro de 2000)

como para una huelga de masas, seguramente hubiesen respondido que faltaba mucho, que antes seria necesario que los afiliados a los sindicatos se contaran de a millones. Hoy el número de sindicalistas supera los dos millones, pero la posición de los dirigentes sigue siendo la misma, y bien puede seguir siéndolo hasta el fin. Su posición implícita es que toda la clase obrera de Alemania, hasta el último hombre y la última mujer, debe afiliarse al sindicato antes de que éste cuente con fuerzas suficientes” como para arriesgarse en una movilización de masas que en tal caso, siempre de acuerdo con la vieja fórmula, seria calificada de "superflua". Esta teoría es, de todas maneras, totalmente utópica, por la simple razón de que adolece de una contradicción interna que la hace girar en un círculo vicioso. Antes de salir a la lucha los obreros deben organizarse. Las circunstancias y condiciones del desarrollo capitalista y el Estado burgués imposibilitan la organización de ciertos sectores -los más numerosos, importantes, bajos y oprimidos por el capital y el Estado – si no median grandes luchas de clases. Hasta en Inglaterra, que ha pasado por todo un siglo de actividad sindical infatigable sin "alborotos" -salvo al comienzo en el periodo del movimiento cartista- sin errores ni tentaciones "románticas revolucionarias", ha sido imposible ir más allá de la organización de una minoría bien remunerada del proletariado. Por otra parte, los sindicatos, como cualquier otra organización de lucha del proletariado, no pueden subsistir en forma permanente si no es a través de la lucha.(grifo nosso)⁴⁰⁴

O texto é de 1905/6, mas expressa uma posição metodológica que, acreditamos, não se alterou. Nele se expressa uma visão entre as relações entre as massas, as lutas e suas organizações, que por sua vez é a expressão de uma posição diante dos tempos da luta de classes e os tempos da organização de classe.

⁴⁰⁴. (LUXEMBURGO, Rosa, **Huelga de Masas, Partido y sindicatos** in **Obras escojidas**, Bogotá, Pluma, Tomo I , 1976, p.245) Esta passagem é incompreensível, se não considerarmos os marcos históricos e polêmicos nos quais se insere: as longas décadas em que a social democracia alemã se fortaleceu na defesa do programa mínimo e a defesa do método da acumulação linear de forças que era o eixo da direção kautskista à frente do partido. Nessas circunstâncias históricas não é portanto estranho que idéias evolucionistas tenham conquistado tanta influência no SPD. Elas se apoiavam nas vitórias da fase anterior. O esquema de um processo linear de acumulação de forças era não só atraente como parecia bem fundamentado. Mas as articulações entre organização e consciência de classe são mais complexos: o SPD viveu durante quase três décadas de um impulso que estava condenado a se esgotar. Um impulso de mobilização que teve as suas raízes de classe no final dos 80 do século XIX, e que permitiu ao partido ser a expressão política dos setores mais avançados entre os trabalhadores, mas também os mais bem remunerados (os paralelos com o processo do PT no Brasil nos últimos vinte anos são uma tentação quase irresistível, se considerarmos que também o PT teve a sua base de massas mais sólida entre os metalúrgicos do ABC, e entre os setores mais organizados do funcionalismo público, e viveu o seu auge nos anos 80, em função do chamado impulso das greves de 78/80).

O paralelismo, sem mediações, entre a construção dos sindicatos e entre a construção do partido fica, ao mesmo tempo, claro e perturbador. Da mesma forma que as massas superam os seus limites de auto-organização sindical no calor das lutas, a principal hipótese de Rosa em relação às relações entre ação, consciência de classe e organização, que veio, em grande medida, a se confirmar historicamente (os sindicatos são, freqüentemente, organismos lentos e super estruturais, e seu papel em situações de ascenso é, em muitas circunstâncias, ocupado por conselhos de fábrica, mais próximos da massa dos trabalhadores dentro das empresas), surge a idéia de que o próprio partido pode ser em grande medida improvisado no calor das lutas, o que, por sua vez, se demonstrou historicamente um processo incomparavelmente mais complexo.⁴⁰⁵

⁴⁰⁵ Este tema é, como sabemos, muito importante. No século XX, os partidos marxistas revolucionários, foram essencialmente organizações de vanguarda em situações não revolucionárias ou, com mais razão, em situações contra-revolucionárias. Quando as grandes massas dos trabalhadores urbanos enfrentam um quadro de relações de força desfavorável se inclinam pelo apoio às direções mais moderadas. Na raiz deste processo estão pelo menos dois fatores-chaves: (a) primeiro, as possibilidades de arrancar concessões ou conquistas parciais em períodos de crescimento econômico sustentado, como ocorreu nos países centrais nos 30 anos do pós guerra, mas também no Brasil, por exemplo, com a expansão que se abriu em meados dos anos 50, favorecendo uma estratégia de reformas. (b) quando na seqüência de derrotas se entricheir por detrás das organizações de massas, porque perdem a confiança nas suas próprias forças. É somente nos momentos mais agudos da luta de classes, em situações revolucionárias, em especial nas crises revolucionárias, o apogeu de uma situação revolucionária, que a grande massa dos trabalhadores abandona a herança de conservadorismo, constrói confiança em suas próprias forças, rompe com a inércia de décadas de reinação moral e cepticismo político, e procura nas organizações revolucionárias um ponto de apoio para defender os seus interesses de forma intransigente. Nesses sentidos, a formulação de Rosa é irretocável, e a dialética que ela nos propõe assume a sua dimensão teórica plena. Mas o núcleo duro de um partido revolucionário, os milhares de quadros forjados também em décadas de luta política contra as ilusões dos trabalhadores, não se improvisa. A experiência demonstrou-se nesse caso insubstituível. A conquista de autoridade diante das massas, depende, em grande medida, de uma presença nas lutas, de uma confiança e de um respeito que só são possíveis com uma intervenção visível, uma trajetória sem manchas, enfim, um processo de construção que repousa em uma experiência histórica. Também é importante assinalar que um partido que pretenda dirigir uma revolução, precisa lograr a unificação de todas as forças revolucionárias disponíveis, o que supõe a unificação de todos os grupos em que quase inevitavelmente a esquerda, seja ou não marxista, se divide durante os longos períodos de refluxo e marginalidade política. A seguir uma citação de Broué que ilustra, de forma inequívoca, como essa foi também a experiência bolchevique, nas três dimensões do problema, a passagem bem sucedida a partido com influência de massas no intervalo entre fevereiro e outubro, a importância decisiva do processo de formação de quadros ao longo de mais de duas décadas de luta política ininterrupta, e as unificações no momento em que a questão do poder está na ordem do dia: *“Durante cierto tiempo, toda las organizaciones social-demócratas parecieron desaparecer(...) Los bolcheviques y los mencheviques internacionalistas son reprimidos com dureza(...) En el mes de noviembre de 1914, el partido bolchevique es decapitado por la detención, en una conferencia, de sus delegados y del buró ruso del comité central. Todos ellos son juzgados, condenados y deportados.(....) Hasta la primavera*

Estas conclusões, sugerem, portanto, que a hesitação de ruptura definitiva, primeiro com o SPD, e depois com o USPD, não foram casuais. Assim como a organização sindical evoluía aos saltos, e não dependiam de um processo linear de acumulação de forças, também o partido, para Rosa, tinha as sua leis de construção definidas pelos fluxos da luta de classes. As relações de forças não poderiam ser medidas pelo números de filiados, mas pela disposição de luta da classe. Assim também, as forças do partido não se poderiam definir pelos votos.

Os sindicatos e o partido, que em geral estiveram e estavam “à esquerda” das massas em situações não revolucionárias, pela força de inércia de sua natureza (apoiarem-se nos setores mais organizados e ativos da classe em situações defensivas, quase sempre, os mais bem remunerados) *tendiam a ficar à direita das massas quando a alteração da relação de forças precipitava uma situação revolucionária, e os grandes batalhões mais explorados das massas se colocam em movimento.* As relações entre as massas e a direção é pensada como uma dialética, em que o partido empurra as massas, quando a situação é defensiva (e portanto, pela mesma razão, o comitê central empurra os quadros e esses empurram os

de 16, Lnin y Zinoviev no consiguen desde Suiza, restablecer el contacto con lo poco que ha quedado de la organización(...) Las condiciones de trabajo son extremadamente precarias: cada vez que en Moscú se consigue reconstruir una dirección, ésta es inmediatamente desarticulada y detenidos sus miembros.(...) **La conferência nacional que se reúne el 24 de abril, agrupa 149 delegados elegidos por 79.000 miembros de los cuales 15.0000 son de Petrogrado.** En lo sucesivo los dos hombres se ven separados por muy pocas diferencias y lo saben. Lenin tiene prisa en integrar a Trotsky y a sus compañeros en el partido. De hecho ya ha propuesto a Trotsky como redator jefe de la Pravda pero su iniciativa no ha sido secundada.(...) El amor próprio y algunas reticencias, que tal vez pesan más en sus compañeros que en él mismo, retienen a Trotsky. Sin duda el recuerdo de las viejas querellas está más grabado en su memória que en la de Lenin., a pesar de que esas estén ampliamente superadas.(...) Desearia que se celebrase un congreso fundacional y que se diese un nuevo nombre a un nuevo partido, que se enterrase el pasado de forma definitiva. Lenin no puede aceptar tamaña concesión al amor propio de Trotsky: el está orgulloso del partido y de su tradición, tiende a salvaguardar también el amor propio de los bolcheviques veteranos que ha sido considerablemente vejado durante las discusiones de Abril y que le reprochan su alianza con Trotsky al que siguen considerando un enemigo personal.(...) **Ni el, ni Lenin, que ha pasado a la clandestinidad, participan en el VI Congreso que comienza el 26 de julio y se autodenomina “Congreso de Unificación”.** Los delegados participantes han sido elegidos por 170.000 militantes de los que 40.000 pertenecen a la ciudad de Petrogrado. El partido bolchevique de 1917,(...) ha nascido de la confluencia en el seno de la corriente bolchevique de las pequeñas corrientes revolucionarias independientes que integran tanto la organización inter-radios, como la em umerosas organizaciones social-demócratas internacionalistas que, hasta entonces, habían permanecido al margen del partido de Lenin”(grifo nosso)(BROUÉ, Pierre, **El Partido Bolchevique**, Madrid, Editorial Ayuso, 1973, p.111, 123/4)

militantes); mas a as massas é que empurram o partido, quando a situação revolucionária se abre. E nesse momento, a alta direção do partido tende a ser mais conservadora que os quadros e esses mais prudentes que os militantes. Essa seria a hora para uma ruptura em condições mais favoráveis.

Mas esta leitura, para o fundamental, essencialmente correta, e depois confirmada em, inúmeras revoluções, permanece unilateral, porque ignora um problema chave: os ritmos do processo de radicalização política entre as massas também é desigual, surgem vanguardas e retaguardas, mas surgem também deslocamentos internos aos setores mais combativos. A necessidade da direção política não se coloca somente quando é necessário avançar, e sinalizar os combates que estão adiante, *mas também na hora em que é preciso ganhar tempo, para que seja possível a experiência dos setores de massas que hesitam, ou até mesmo na hora em que é preciso recuar.*

Essa direção política, precisa de autoridade e pulso firme, porque *as revoluções têm momentos, em que as mãos não podem tremer.* E não é fácil resistir às pressões da vanguarda que parte para a luta antes da hora, pela mesma razão, que não é fácil resistir à pressão das massas que temem a luta, quando esse é o único caminho aberto. Resistir às pressões é o abecedário da luta política. As pressões são, em condições de normalidade política quase sempre oportunistas. As massas se adaptam às condições da exploração e os partidos, em maior ou menor medida, se adaptam ao humor acomodado das massas. Mas em situações revolucionárias, as pressões podem ter o signo inverso, podem ser ultra-esquerdistas, ou seja, podem se colocar tarefas e objetivos que não têm condições de ser alcançados.

Em outras palavras, face ao problema chave da construção de uma nova direção, Rosa não tinha descartado a possibilidade, de sob o impulso regenerador da ação revolucionária de massas contra a guerra, *recuperar o SPD.* Ou então, se essa hipótese não se verificasse,

construir um novo partido sobre as ruínas do velho.⁴⁰⁶ Subestimação da relativa autonomia dos fatores políticos? Improvisação dos fatores de organização? Incompreensão do papel do sujeito político? Excesso de confiança no papel da ação das massas em luta? Rosa permaneceu até ao fim convencida da força inabalável e incontível da mobilização revolucionária das massas, como o fator decisivo na situação revolucionária. Essa foi a sua aposta no futuro. O futuro negou os seus prognósticos? Sim e não. Mas não foi a revolução de Novembro de 18, uma confirmação de suas expectativas? O desmoronamento, como um castelo de cartas, do velho edifício do regime prussiano, não ocorreu pelo despertar político das mesmas massas que quatro anos antes haviam saído às ruas, aos milhões, para apoiar a guerra? As respostas não são simples.

Sim e não, porque a resposta não pode deixar de ser relativa. Depende do foco da análise: se consideramos o balanço na longa perspectiva histórica, temos que concluir que as necessidades subjetivas para a vitória das revoluções políticas (os fevereiros) se revelaram muito menos exigentes, que as necessidades subjetivas das revoluções sociais (os outubros). Verificou-se que o lugar do sujeito político coletivo, seja ou não, na forma de um ou mais partidos, com um programa para a revolução, seria muito diferente. A força da mobilização do sujeito social nas revoluções políticas, *pode ser suficiente para derrubar governos e regimes, mesmo que esteja atrofiada a representação política independente* dos trabalhadores ou de outros sujeitos sociais explorados e dominados.

⁴⁰⁶ A fundação do USPD parecia confirmar esse prognóstico, mas a história demonstrou que o processo não era de mão única. O próprio Kautsky, com ninguém menos do que Bernstein, uniu-se ao USPD. Esse partido nasce, portanto, da união de forças políticas estrategicamente incompatíveis: o centrismo de direita, e o centrismo de esquerda dos delegados revolucionários de Berlim. O seu destino desde a sua fundação era incerto: poderia retroceder em direção ao velho reformismo nacionalista do SPD ou avançar para a formação de um novo partido marxista internacionalista. Em outras palavras poderia ser uma fase transitória progressiva ou um mais um fator de bloqueio. Os spartakistas permaneceram até a revolução de Novembro dentro do USPD, e só se retiraram quando o partido se uniu ao SPD para formar o governo de Ebert. Quando romperam eram uma pequena maioria. Curiosamente, merece ser recordado que a base operária do USPD era francamente simpática à revolução russo e a autoridade do bolchevismo nas suas fileiras era enorme. Poucos anos depois de 18, o USPD deixou de existir. A direita do partido voltou para o SPD e a esquerda se uniu ao PCA.

A desproporção da maturidade de todos os elementos que definem uma situação revolucionária, em especial o atraso dos fatores subjetivos, pode ser compensada, pela determinação das massas em luta. Essa ação espontânea, liberta forças que estavam represadas e cria novas. Nesse sentido, Rosa estava certa. Estava também certa, em desconfiar das grandes máquinas políticas, os aparelhos partidários, que desenvolvem interesses próprios, distantes da classe trabalhadora. A força de atração do regime democrático exerce como uma “pressão gravitacional” sobre os partidos operários, e depois de alguns anos de usufruto da legalidade, os envolve e absorve em um processo de adaptação, esterilizando seu impulso anti-capitalista inicial. Essa relação conflituosa da classe com suas representações, expressa a desigualdade e heterogeneidade econômica, social, cultural e política do proletariado.

Mas, por outro lado, as revoluções do século XX demonstraram, que um triunfo sobre o Capital, para abrir uma via de passagem socialista, ou seja, para garantir uma mudança econômico-social nas relações sociais, *exige um sujeito político coletivo muito diferente do que eram os partidos da Segunda Internacional, construídos como um partido de toda a classe, uma frente única orgânica das tendências reformistas e revolucionárias.* em uma crise revolucionária de tipo Outubro, ou seja, em que o que está em jogo, é a conquista do poder por um governo operário e camponês, uma ruptura anti-capitalista, *os fatores subjetivos não se improvisam.* A disputa entre esses dois programas históricos, que pode se desenvolver em períodos de refluxo em um marco político comum, quando a luta de classes entra em situações mais densas e conflituadas, exige independência política e demarcação orgânica.

No “Fevereiro alemão” de 18, a crise revolucionária, que as rebeliões de soldados e as greves operárias abriram, foi forte o bastante para derrubar o Kaiser e seu militarismo anexionista, mas não conseguiu desbloquear o caminho para um governo dos trabalhadores. Deu origem a *um híbrido histórico, um governo dos partidos operários dentro do regime burguês, ou melhor, para um governo burguês sem a representação*

política da burguesia, um governo em que a sombra burguesa se projetava através da capitulação da direção Ebert/Scheidemann do SPD, refém dos nacionalistas de extrema direita. Sempre se poderá dizer que essa solução política, o impasse da República de Weimar, teria sido o resultado mais da contra-revolução do que da revolução, e isso seria certo. Esse fenômeno, um governo burguês, sem representantes políticos da burguesia, ocorreu pela primeira vez na Alemanha (se desconsiderarmos o segundo Governo Kerensky, depois da demissão de Miliukov). Mas viria a ser uma das regularidades nas posteriores crises revolucionárias deste século. O que demonstra, em que medida, as classes dominantes aprenderam, também, e muito, com a experiência histórica.

4. Anotações finais: a seqüência fevereiro/outubro como analogia histórica e o paradoxo do século.

A grande maioria dos historiadores marxistas, para não fazer referência aos não marxistas que muitos, nesta questão, estão de acordo, sublinha que a revolução de Outubro esteve entre os principais acontecimentos históricos, senão o principal, do século que se encerra.⁴⁰⁷ A própria referência teórica da idéia de revolução, antes associada, essencialmente, ao padrão estabelecido pela revolução francesa de 1789, passou a ter em Outubro um novo paradigma. Assim, não é estranho, que sejam raros, os meses tão estudados na história, como aqueles que antecederam a 3ª Revolução Russa. Entre Fevereiro e Outubro, temos o modelo “clássico” de uma situação e de uma crise revolucionária.⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ A desvalorização de Outubro como mais uma quartelada ou golpe de Estado entre os muitos que se deram no século XX, embora volta e meia volte a ser feita, seja de forma confessa, ou camuflada, não passa de um evidente desatino. Qualquer análise honesta e equilibrada do século, estará diante do desafio de reconhecer a originalidade única de Outubro, como a mais importante revolução social do século: “*Contudo, a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as idéias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as conseqüências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos ‘Dez dias que abalaram o mundo’.*” (grifo nosso) (HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras. p.62)

⁴⁰⁸ Todas as revoluções estabelecem novas referências teóricas e novos paradigmas históricos. Nunca poderá existir uma teoria da revolução acabada, porque cada processo acrescenta novos elementos, confirma, de alguma maneira, as conclusões anteriores e contraria outras. A mais elaborada teoria será sempre um esquema provisório diante de uma realidade imprevisível. Em suma, as revoluções surpreendem. Em primeiro lugar, porque a luta de classes é um processo vivo, e sempre em aberto, em que as semelhanças e recorrências, mesmo quando presentes e importantes, não podem anular as alargadas margens de originalidade histórica inerentes a cada processo. E depois, porque todas as classes aprendem com suas vitórias e suas derrotas, em maior ou menor medida, e isso impede que se

Entretanto, ironia da história, o século se encerra, e Outubro continua sendo uma experiência revolucionária original. Mas não por escassez de revoluções sociais. Este foi o século das revoluções.⁴⁰⁹

repita o que antes foi uma *surpresa histórica*. Mas, é preciso não esquecer, que se pensamos as revoluções, por necessidade de análise, em termos de causa e efeito, como fenômenos nacionais, é preciso ter claro que os efeitos são também causas, e que elas estão inseridas em um processo mundial. Para ser mais preciso, existe uma unicidade do processo da luta de classes à escala mundial, e, portanto, a revolução no nosso século deveria ser pensada como um único processo com refrações e desigualdades nacionais. É sobre essas premissas, que trabalham e se posicionam os governos dos países centrais. Mas do outro lado da trincheira, no campo dos trabalhadores e dos povos do mundo dominado, ainda estamos longe de ver reconstruído, a mesma “solidariedade” (ou, em outras palavras, o mesmo nível de consciência), que existe no campo da ordem. Inexiste um internacionalismo organizado, com capacidade de intervenção política. Por isso, em um sentido, *porque o que foi uma surpresa deixou de o ser, as revoluções se tornam mais difíceis*, especialmente as revoluções nos países atrasados, que têm um duplo obstáculo, as suas próprias classes dominantes e o imperialismo. Mas, não podem se apoiar em uma memória das lutas passadas, nem se articular com a resistência popular dentro dos países imperialistas. A seguir, a mais conhecida e clássica definição de Lênin para crise revolucionária, escrita depois de Outubro, e que destaca a necessidade da crise das classes dominantes como *condição para o triunfo da revolução*. À luz dos processos históricos que se seguiram, no entanto, as condições apresentadas, parecem, em geral, mais apropriadas, para explicar a crise revolucionária anterior aos Fevereiros. Ou melhor, insuficientes, para definir as crises que precedem os Outubros. em uma palavra, as condições para a vitória, em nossa opinião, se tornaram mais complexas: *“A lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções, e em particular, pelas três revoluções russas” do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam mudanças; para a revolução é necessário que os exploradores não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando “os de baixo” não querem e os “os de cima” não podem continuar vivendo como antes, só então pode triunfar a revolução.*”(grifo e tradução nossos) (LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov, **La maladie infantile du communisme (Le Gauchisme), Pekin, Éditions en langue étrangères, 1970, parte IX, p.85**)

⁴⁰⁹ Já dissemos que o marco de época é chave para definir todo um período histórico. Mas está longe de resolver a questão da caracterização dos períodos mais curtos, as etapas e situações, ou dos ainda mais breves, as conjunturas políticas, que alternam signos ascendentes e descendentes, fluxos e refluxos, muitas vezes assimétricos entre si. Por outro lado, as caracterizações histórico-políticas, por razões metodológicas (a totalidade é maior do que a soma das partes), devem ser construídas, sempre, a partir do marco internacional, ou seja, considerando, em primeiro lugar, o centro do sistema, o que implica em reconhecer, a priori, que as desigualdades entre as situações nacionais mais diversas, longe de ser excepcional, é muito comum. A época das revoluções burguesas, por exemplo, iniciada em meados do século XVII na Inglaterra, se fechou com as revoluções de 48 na Europa, e com a Guerra civil americana. Mas no seu interior, existiram muitas e diferentes etapas, algumas contra-revolucionárias, em que a reação aristocrática logrou uma recomposição de forças e uma nova hegemonia. A época seguinte, a época da prosperidade do capitalismo, a sua verdadeira “era de ouro” foi, comparativamente, muito menor (o que aliás é um tema interessante, e merece ser investigado), e de reação (ou de reformas, das transições por cima, a “via prussiana” de Lenin ou as “revoluções passivas” de Gramsci), e se encerrou, em nossa opinião, com a Primeira Guerra Mundial. A maior parte do século XX conheceu uma época de declínio do capitalismo. Mas essa caracterização estabelece somente um marco geral, que não pode dispensar nem uma apreciação da etapa internacional, nem uma análise concreta das situações em cada país, ou região. A transição pós-capitalista, embora se sustente em uma apreciação do impasse econômico do Capital, daí a preocupação de Marx em construir uma explicação teórica para as crises, não poderia resultar de um processo “catastrófico” de “explosão/implosão” econômica. Existiram e existem, sempre, outras alternativas históricas, como, aliás, os anos 30, deixaram claro. Sob o impacto de terríveis cataclismos, as massas podem procurar

Raros são os países, entre eles se destacam os EUA e a Inglaterra, as fortalezas do capitalismo, que não viveram processos de revolução social. E ainda assim, a Inglaterra, esteve lá perto (conheceu situações pré-revolucionárias, ou algo muito próximo), pelo menos, duas

uma saída para a crise inclinando-se à esquerda, ou podem deslocar-se para a extrema-direita. Uma mudança de época esteve, então, colocada como possibilidade: a abertura de uma época contra-revolucionária. De qualquer forma, estejam certas ou erradas essas datações aproximativas, o peso dos elementos subjetivos, incluindo aí o mais subjetivo dos fatores, o lugar dos sujeitos políticos coletivos, pareceria ser cada vez mais determinante e significativo na alternância de situações: o “império” da política. E, nesse sentido, reafirma a hipótese fundadora de Marx, que adiantava a idéia de que a transição pós-capitalista de tipo socialista, seria mais “consciente” do que a transição burguesa, o que é o mesmo que dizer que *seria uma transição política, impulsionada por uma vontade coletiva*. Esse é o sentido da consigna-prognóstico: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Logo, deve ser considerado algo previsível as alternâncias de situações mais adversas, e situações mais favoráveis, como parte inseparável das flutuações das relações de forças, e da dialética de vitórias e derrotas: porque o processo histórico de mudanças não tem “mão única”. Assim, por exemplo, é notável como, apesar da crise histórica do movimento socialista, as situações revolucionárias se sucederam, ainda que depois de 45/48, poupando os países centrais, na forma de vagas sucessivas, que atingiram sobretudo o mundo periférico. Mas, também é necessário reconhecer, que hoje, cento e cinquenta anos depois de Marx, depois de incontáveis situações e crises revolucionárias nacionais, em nossa opinião, estamos ainda muito longe, por muitas e variadas razões (quase todas de natureza subjetiva), de ver um horizonte socialista, como saída política mundial para a crise da civilização do capital. Mas, de novo, não por escassez de revoluções políticas. Em suma, as querelas sobre as caracterizações de etapas são tão velhas quanto o movimento operário e socialista organizado. Já houve também quem considerasse desnecessário uma conceituação de etapas à escala internacional, embora seja uma posição dificilmente sustentável. De qualquer forma, os erros nesse terreno são muito comuns e têm as suas conseqüências. A discussão sobre a articulação da época com as etapas e situações, conheceu, por exemplo, uma importante polêmica durante o chamado Terceiro Período, quando a Comintern proclamou a abertura de uma fase de colapso final do capitalismo. A oposição de esquerda, liderada por Trotsky, foi durante alguns anos “empurrada para a direita”, porque discordava do conceito de “etapa final”, uma caracterização considerada abusiva. Deutscher resume, no fragmento que se segue esse debate: *“Nem o febril ultra-radicalismo do “terceiro período” testemunha qualquer internacionalismo revolucionário novo de Moscou. O ultra-radicalismo obstruía o crescimento do comunismo no mundo, tal como o oportunismo antigo, e encerrava em si, a mesma cínica indiferença burocrática aos interesses internacionais da classe operaria. Agora, como antes, Trotski defendeu a opinião de que toda a época que se iniciara com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa era de declínio do capitalismo, cujas bases mesmas estavam abaladas. Isso, porém, não significava que o edifício estava na iminência de desabar com estrondo. A decadência de um sistema social não é um processo isolado de colapso econômico ou uma sucessão ininterrupta de situações revolucionárias. Nenhuma depressão era, portanto, a priori, a “derradeira e final”. Mesmo em sua decadência, o capitalismo teria altos e baixos (embora os altos se tornassem cada vez mais breves e incertos, e os baixos cada vez mais baixos e ruinosos). O ciclo econômico, por mais que se tivesse modificado desde a época de Marx, ainda seguia seu curso habitual, não só de surtos de prosperidade para a depressão, mas também desta para o primeiro. Era, portanto, absurdo anunciar que a burguesia chegara “objetivamente” ao seu impasse final: não havia impasse do qual uma classe dominante não tentasse sair e seu êxito dependia não tanto de fatores puramente econômicos, mas muito mais do equilíbrio das forças políticas, que poderia pender para um ou outro lado, segundo a qualidade da liderança comunista. Prever uma “maré ininterruptamente montante da revolução”, descobrir “elementos de guerra civil” em quase todas as greves turbulentas, e proclamar que era chegado o momento de passar da defensiva à ofensiva, e à insurreição armada, não era*

vezes, a primeira, em meados dos anos vinte, e, a segunda, nos anos 70. E isso, mesmo se considerarmos os países centrais: França, Alemanha, Áustria, Itália, Espanha, entre outros, conheceram, alguns, mais de uma vez, graves crises revolucionárias. O mesmo se poderia dizer, com tanta ou mais razão, da maioria esmagadora dos países chaves do mundo periférico.

4.1. Muitos fevereiros e a excepcionalidade de outubro

Embora permaneça como a referência mais forte de uma revolução socialista vitoriosa, menos pelos seus resultados nacionais (depois de mais seis décadas de estalinismo), do que pelo seu pioneirismo internacional (porque foi a primeira demonstração inequívoca de que era possível ir além do capitalismo), *é forçoso reconhecer que Outubro esteve mais para exceção do que para regra.*

Em todos os outros processos revolucionários que triunfaram, e foram até à expropriação (Leste Europeu, ou melhor, Yugoslávia e Albânia, China, Coréia, Vietnam, Cuba), contrariando todos os prognósticos do marxismo clássico, *nem o proletariado foi o sujeito social dirigente* (predominaram as revoluções agrárias, com forte protagonismo camponês), *nem a auto-organização plural ou a democracia direta existiu* (predominou a forma de duplo poder territorial, através de exércitos revolucionários ou guerrilhas, militarmente centralizadas, e depois da conquista do poder, uma evolução uniforme no sentido de regimes ditatoriais de partido único), *nem a estratégia internacionalista teve maior importância* (ao contrário, predominou um intenso nacionalismo, com exceção da revolução cubana, nos seus primeiros anos).⁴¹⁰

proporcionar liderança, mas sim cortejar a derrota.”(grifo nosso)(DEUTSCHER, Isaac, **Trotsky, O Profeta Banido**, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1984, p.50)

⁴¹⁰ Merece também ser lembrado, que depois do Vietnam em 75, ou seja nos últimos vinte e cinco anos, só triunfaram revoluções políticas, ou, em outras palavras, *nenhuma revolução avançou até à ruptura com o capitalismo*. Ainda que tenham ocorrido impressionantes revoluções populares, com um engajamento massivo de milhões de pessoas nas ruas na luta pelas suas reivindicações, situações de duplo poder, desmoronamento de regimes e governos, em nenhum desses processos, se repetiu a experiência da expropriação da propriedade privada. Os triunfos democráticos, mesmo quando profundos, não levaram ao poder governos que se apoiassem na mobilização de massas, para alterar as

Qual o sentido, de reexplorar a metáfora histórica? Evidentemente, a exceção de outubro, *não está no fato da revolução político-social ter avançado até à expropriação*. São muito conhecidas as hesitações de Lênin, em seguir, tão rapidamente, este caminho, imposto pelas necessidades da guerra civil⁴¹¹. E outras revoluções sociais, menos profundas como processos de rebelião popular, e com graus de auto-organização muito inferiores, ainda que, muito possivelmente, com a mesma legitimidade, diante da opinião da maioria da sociedade, como a revolução na Albânia e na Iugoslávia, ou mesmo a revolução cubana ou chinesa, avançaram nessa direção.

relações sociais. *Vinte e cinco anos, já constituem um intervalo histórico significativo que exige uma reflexão e explicação teórica*. Angola, Guiné, Moçambique, Nicarágua, Irã, Haiti, toda as revoluções políticas na América Latina que derrubaram as ditaduras dos anos 60 e 70 (Argentina em 82, depois da derrota militar na Guerra das Malvinas, Brasil em 84, com as Diretas, Bolívia em 85, por exemplo), os processos na Ásia, como Filipinas contra a ditadura de Marcos ou Indonésia contra Suharto: em todas essas revoluções, os Fevereiroiros democráticos, as mobilizações populares ficaram contidas nos marcos dos novos regimes democráticos, instituídos na primeira fase da revolução, e a ordem econômico-social não foi alterada. À exceção do Irã e da Nicarágua (mas de forma efêmera, porque depois, a contra-revolução triunfou), onde a independência foi conquistada, nem sequer a natureza social dos Estados, na sua maioria semi-colônias, foi alterada. Por quê o processo adquiriu essas novas formas, e não ocorreram novas Cubas? Por quê a revolução democrática, depois de derrubar as ditaduras odiadas, não avançou até à resolução das tarefas democráticas pendentes, como a questão agrária e nacional? É certo, todavia, que no Irã e Nicarágua, por exemplo, a profundidade do sentido nacional e agrário da luta popular foi muito mais intenso, e por isso, também, foi mais violenta a reação do imperialismo: um exército de contras mergulhou a Nicarágua durante anos em uma guerra civil financiada pelos EUA, até à exaustão das forças populares e a destruição do país; e o Irã foi sangrado pela guerra movida pelo Iraque com as mãos inglesas e americanas empurrando Sadam Hussein. Ainda assim, os Fevereiroiros recorrentes são a forma predominante das revoluções do último quartel do século XX. Merece ser também lembrado, que a vaga de mobilização operária e popular que sacudiu a ex-URSS no final dos anos 80 e início dos 90, foi forte o bastante para derrubar os regimes ditatoriais de partido único, mas não conseguiu bloquear o processo de restauração capitalista que tinha se iniciado com Deng Xao Ping na China em 78, e Gorbatchov em 85. *É quase sempre esquecido que o capitalismo de hoje na Rússia não é uma consequência da revolução política que derrubou Gorbatchov, mas o resultado econômico-social da contra-revolução que lhe sucedeu*. A recorrência dos Fevereiroiros, expressa a importância dos fatores subjetivos e a profundidade da crise histórica do movimento socialista internacional.

⁴¹¹ A expropriação, muito mais do que uma escolha estratégica pré-determinada, foi imposta no calor dos acontecimentos pelas necessidades de centralização econômica geradas pela guerra civil. Nesse sentido, são ilustrativas as palavras de Hobsbawm: *“Nesse meio tempo, o dever básico, na verdade único, dos bolcheviques era se aguentarem. O novo regime pouco fez pelo socialismo, a não ser declarar que esse era seu objetivo, tomar os bancos e declarar o controle dos “operários” sobre as administrações existentes, isto é, apor o selo oficial ao que já vinham fazendo, de qualquer modo, desde a Revolução, enquanto os exortava a manterem a produção funcionando. Nada mais tinha a dizer-lhes”*. (grifo nosso) (HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. p. 69-70)

Mas, como já vimos, não encontraremos nessas revoluções, o papel do proletariado como sujeito social, e muito menos uma auto-organização democrática e plural, como foram os soviets antes e no período imediatamente posterior a outubro, uma experiência breve, porém extraordinária, de democracia direta. Nem as direções tinham um projeto internacionalista, que não fosse declamatório, à exceção de Cuba, por algum tempo, sob Guevara. Nesse sentido, como mobilizações camponesas e populares, em um levante explosivo, contra tiranias (Cuba), ou regimes de ocupação (Iugoslávia, China e Vietnã), foram, essencialmente, revoluções democrático-nacionais, ou seja, revoluções políticas, que evoluíram no sentido de revoluções sociais (quase sempre mais como uma reação defensiva aos ataques implacáveis que as tentavam esmagar, do que como uma estratégia consciente da necessidade de uma ruptura); ou talvez, poderíamos dizer que foram revoluções políticas, que transbordaram em revoluções político-sociais, e que se radicalizaram, defensivamente, e, por essa via, avançaram até a expropriação conduzidas por partidos-exércitos, que objetivavam, neles próprios, a dualidade de poderes.

A compreensão da originalidade de Outubro, não se explica, também, somente, porque a primeira revolução socialista triunfou em um país europeu, ainda que a mais asiática das grandes potências européias. É certo que o eixo da revolução mundial se deslocou, durante as últimas cinco décadas, *para a periferia do sistema, e predominaram, grosso modo, as revoluções agrárias e populares, em países de desenvolvimento urbano e industrial diminuto*. Não nos deve surpreender, portanto, que as formas políticas das revoluções agrárias, tenham sido as guerras de guerrilha e as ocupações de zonas libertadas. Essas formas de luta e estratégia militar corresponderam, historicamente, à base social camponesa do processo.

Mas, mesmo nos países urbanizados, centrais ou periféricos, as situações e crises revolucionárias tiveram, na maioria das vezes, *mais semelhanças com o processo do Fevereiro russo, do que com Outubro*. Por quê Outubro contrasta com as revoluções posteriores? Em

primeiro lugar, porque foram revoluções que derrubaram governos e regimes odiados pelas massas, mas não mudaram a *natureza social do Estado e das relações sociais*. Elas começam ou se encerram com um grande triunfo democrático, mas não ameaçam o controle do Estado pela classes dominantes, não alteram as relações sociais e não obtêm conquistas socialistas.

Isso não significa que o Estado tenha permanecido intacto ou imune às mobilizações revolucionárias das massas: tanto em Portugal em 74, como no Irã em 79, derrubados os regimes pós-salazarista e do Xá Reza Palevi, continuaram vivas, por um período, as divisões nas Forças Armadas, deslocamentos de setores da hierarquia estatal, fissuras em todas as relações de poder e autoridade, e até ocupações de terras e nacionalizações impostas pela ação direta das massas em luta. Em algumas delas, a força do impulso revolucionário esteve, até, muito perto, de ameaçar a ordem político-social do capitalismo (como, por exemplo, na Bolívia em 52, Argélia nos inícios dos 60, Chile em 73, Portugal em 74, e Nicarágua em 79, entre outros), e depois da vitória dos fevereiros democráticos, a permanência do processo de mobilização, abriu crises revolucionárias parecidas com a que precedeu outubro (dualidade de poderes, ocupações de fábricas, expropriação de grandes fazendas, divisão das FFAA).

Em outras revoluções políticas (Brasil, Argentina, Haiti, nos anos 80, Filipinas, Indonésia, África do Sul, nos anos 90), em proporções diferentes, a queda das ditaduras, conduziu, depois de processos muito diferenciados, ao endereço comum da estabilização dos novos regimes democráticos, pela relativa solidez das FFAA (em crise, depois de anos de desgaste político, mas sem que a hierarquia da cadeia de comando, tivesse sido atingida), e pela debilidade do ascenso, que não gerou organismos de duplo poder e auto-organização das massas.⁴¹²

⁴¹² Nesta questão, estamos agrupando, conscientes do “risco” teórico, processos que sabemos foram terrivelmente desiguais, em função do critério, sempre polêmico, mas, finalmente, também necessário, dos resultados políticos muito diversos das revoluções democráticas. De qualquer forma, a estabilidade

Mas em todos esses processos, o controle do Estado não chegou a escapar à classe dominante, e as mudanças efetivamente conquistadas se expressaram no deslocamento das instituições do antigo regime. Foram todas, indubitavelmente, socialmente derrotadas. *Foram revoluções políticas, democrático-burguesas na forma e nos resultados, ainda que socialmente, anti-capitalistas na dinâmica e no conteúdo.* Os “Fevereiroiros” poderiam, também, ser definidos, pela “negativa”, como revoluções socialistas abortadas.

Na sua aparência os Fevereiroiros parecem ser somente revoluções democráticas ou, quando muito, revoluções nacionais, portanto, revoluções burguesas atrasadas porque se resumiram, pelos resultados, ou pela direção, a derrubar regimes, e a conquistar a democracia. Mas, essa é, somente, a aparência dos processos. Nas suas camadas mais profundas,

maior em alguns casos, e menor em outros, dos novos regimes democráticos, que se seguiram à queda das ditaduras, explica, em grande medida, mais sobre a reação que a revolução democrática provocou, do que sobre os fins que as massas perseguiram, quando se colocaram em movimento. De qualquer forma, a profundidade das crises dos regimes foi, como sabemos, muito distinta, em toda a América do Sul: Chile e Uruguai, por exemplo, foram a retaguarda, com transições, essencialmente, negociadas, na passagem das ditaduras para a democracia (o que demonstra, que embora seja difícil, ou até improvável, não se pode descartar, a priori, a possibilidade de mudanças qualitativas de regime, sem revoluções políticas), ainda que a presença e pressão de um movimento sindical e democrático tenha tido o seu papel. Na Argentina, por outro lado, os generais que estiveram à frente da ditadura genocida, foram presos, e ocorreram, na seqüência, vários levantes de “carapintadas”, em defesa de uma anistia para os crimes cometidos pelo aparelho repressivo, até a promulgação da lei da “obediência devida”. Entre esses dois processos, em algum ponto intermediário, está o caso brasileiro. No Brasil, chegou a se esboçar, uma divisão na alta cúpula das Forças Armadas, em diferentes momentos, entre 77 e 84 (episódio Frota/Geisel, bombas do Riocentro, ofensiva de bombas contra as bancas que vendiam a imprensa da esquerda semi-legal, e finalmente, as basófilas de Newton Cruz, durante as Diretas em Brasília), sem que essas fissuras tenham tido, afinal, maior significado: o aparelho das FFAA permaneceu intacto. Mas de conjunto, em ritmos diferentes, a maioria dos países latino americanos, depois de alguns percalços, e variadas peripécias, viveram profundas mudanças de regime, sem que a ordem econômico-social, para o fundamental, fosse alterada. Por isso todas essas revoluções, foram e devem ser consideradas revoluções políticas, isto é, fevereiroiros. Já no Haiti, o processo foi, como se sabe mais radicalizado, porque a fúria da mobilização popular foi mais intensa, e junto com o governo de Baby Doc, a mobilização de massas destruiu os Tonton Macoute, a Guarda Pretoriana, que era o braço armado do regime ditatorial. Na Indonésia de Suharto, e na África do Sul do Apartheid, assim como antes tinha ocorrido nas Filipinas de Marcos, as revoluções democráticas, derrubaram os antigos regimes, sem que as principais instituições da antiga ordem tivessem sido abaladas. Por último, é interessante notar, que nos dois processos, em que o protagonismo do movimento operário foi maior, na África do Sul e no Brasil, a entrada em cena do proletariado, embora não tenha sido especialmente relevante para o resultado final dos processos, que, ao final, desembocaram em regimes democrático-republicanos, deixou, durante o percurso da luta, um grau muito maior de incerteza sobre a sua dinâmica.

para além das suas formas, aliás, muito variadas, *todos os Fevereiroiros tiveram uma dinâmica socialista “inconsciente” maior ou menor*: por baixo dessa superfície, e para além de suas formas, ou embutidas nelas, pelos sujeitos sociais protagonistas, e pelas tarefas históricas que estavam pendentes, e que levaram as massas à ação direta, *foram revoluções anti-capitalistas bloqueadas*.

Por esse conteúdo social implícito e “subterrâneo”, a contra-revolução burguesa encontrou nelas uma ameaça perturbadora: em uma época revolucionária, mesmo uma mudança de regime, uma redistribuição de poderes entre as instituições, se conquistada por métodos revolucionários, poderia abrir um caminho de mobilização permanente e ameaçar a preservação da ordem económico-social. E quando os partidos das classes dominantes se viram obrigadas a “cavalgar”, em situações limites, a mobilização de massas, foi, em primeiro lugar, para impedir que direções independentes pudessem se afirmar, e sempre com a estratégia de sufocá-las o mais rápido possível, e amortecer a queda do regime político anterior, enquanto se improvisava o novo.

Mas é preciso ressaltar que há vários graus possíveis de radicalidade e profundidade nos diferentes Fevereiroiros. Em todos eles, o Estado burguês foi duramente abalado por uma *crise de regime* (as Diretas no Brasil em 84, ou a queda de de Suharto na Indonésia em 99 foram emblemáticos), característica de situações revolucionárias, mas, em alguns processos, a crise de regime evoluiu e agravou-se como uma *crise geral do estado* (como no Chile, durante os últimos meses do governo Allende, ou em Portugal, após a derrota do putsch de Spínola, no 11 de Março de 75). Quais seriam os traços mais recorrentes dos fevereiroiros como revoluções políticas?⁴¹³

⁴¹³ Já que estamos invocando a analogia histórica de fevereiro e outubro para a classificação das revoluções do século XX, e sugerindo que o curso do processo histórico foi surpreendente, ou até atípico, em relação aos vaticínios do marxismo, algumas caracterizações sobre o que teriam sido os “Fevereiroiros” são indispensáveis. Dizemos atípicos, em primeiro lugar, porque as revoluções vitoriosas (por vitoriosas, estamos nos referindo aquelas em que o capital foi derrotado), no século que se encerra,

Sugerimos, a seguir, quatro elementos comuns, embora, sempre, desigualmente desenvolvidos na realidade concreta:

(1) *São revoluções democráticas*, que conquistam de forma quase sempre *fulminante*, em dias, semanas ou em poucos meses, a derrubada dos regimes políticos odiados pelas massas. O impulso de mobilização revolucionária contra os regimes bonapartistas em crise foi, invariavelmente, avassalador: fevereiro em 1917 na Rússia, novembro de

não triunfaram em nenhum dos países centrais, não foram predominantemente proletárias, nem abraçaram um projeto internacionalista, o “beabá” dos prognósticos marxistas de cem anos atrás. Em segundo lugar, “atípicas”, porque a maioria das revoluções, e todas, sem exceção, nos últimos vinte e cinco anos, se resumiram a revoluções políticas que derrubaram os regimes tirânicos que oprimiam as massas. Mesmo correndo o risco de algum esquematismo, qual seria o padrão que os fevereiroiros teriam estabelecido então? Podemos resumir em cinco caracterizações: (a) *pelo sujeito social foram revoluções populares*, no sentido de que o protagonismo foi das classes populares subalternas, de forma indeterminada (camponeses, em alguns processos, as massas assalariadas e pobres urbanas, em outros, mas também as classes médias empobrecidas), sem hegemonia proletária, ainda que, em algumas, os operários tenham sido decisivos para a vitória, mas diluídos entre a massa geral do povo; (b) *pelos tarefas, tiveram um conteúdo de classe indefinido ou contraditório*, porque simultaneamente *democrático-burguês e anti-capitalista*, na medida em que se colocavam em marcha para derrotar ou o Czarismo, ou os regimes nazi-fascistas, ou a forma mais comum depois de 45, das ditaduras militares, e conquistar as liberdades políticas e a democracia. Mas também foram socialistas, na medida em que a contra-revolução contemporânea é indissociável da ordem capitalista-imperialista vigente que sustentou a maior parte desses regimes, e a luta pela independência nacional exigiu a ruptura com o imperialismo; (c) *pela natureza dos sujeitos políticos foram revoluções inconscientes* (ou mais inconscientes do que Outubro, porque, como se diz, tudo é relativo). Ou sendo mais rigorosos, inconscientes, no sentido de que todas as revoluções, necessariamente, têm elevadas margens políticas de confusão. E, também, na medida em que as massas em luta pelas suas exigências (melhores condições de vida, trabalho, salário, educação, terra, paz, liberdade, independência nacional, etc...) não eram conscientes de que não bastava derrubar o tirano que as oprimia. E, portanto, não eram conscientes de que era necessário fazer outra revolução, agora não só para derrubar o regime, mas para conquistar o Estado, e tomar o poder, para garantir as suas reivindicações, indo, quando necessário, até a travessia do Rubicão da propriedade privada. As margens de espontaneidade e improvisado foram elevadas e, em algumas, nem tiveram uma direção partidária mais clara (Portugal, Bolívia, a maioria dos países asiáticos, América Latina nos anos 80), outras tendo à frente partidos-exércitos (Sandinistas na Nicarágua), ou partidos-igrejas (o clero xiita no Irã); (d) *pelos resultados foram, essencialmente, revoluções políticas*, predominando as formas insurreccionais, ou semi-insurreccionais (ações de rua, greves gerais, marchas sobre as cidades, ocupações de estradas ou prédios públicos), mas não derrotam as FFAA, e o aparelho repressivo do Estado, embora deslocado, permanece intacto; (e) *foram processos, predominantemente, na forma de vagas sincronizadas*, pelo menos regionalmente, embora as suas direções fossem nacionalistas ou alheias ao internacionalismo. Nessa dimensão formaram parte do *processo internacional de revolução socialista*, porque a luta de classes na nossa época histórica só pode ser apreendida dentro do contexto mundial, e essa determinação estabelece os marcos mais gerais de todos os processos revolucionários, que se não forem abortados ou congelados antes, serão levados a se chocar com a contra-revolução imperialista.

1918 na Alemanha, abril de 1974 em Portugal, a greve geral que se transformou em insurreição e derrubou Somoza na Nicarágua em 1979, o levante popular que derrubou a ditadura de Hoenecker em Berlim oriental em 1989, ou a Intifada que impôs a conquista da Autoridade palestina na Cisjordânia. Nisso, as revoluções urbanas se diferenciam também das revoluções agrárias, que têm um processo muito longo de maturação, às vezes, décadas de luta ininterrupta, como foi na China ou no Vietnã, onde foram vitoriosas, ou nas Filipinas, onde parece ter sido derrotada, ou como hoje ainda é o processo, em aberto e indefinido, das Farc e do ELN na Colômbia e entre os Tamil do Sri Lanka;

(2) *O grau de protagonismo das massas em luta é muito elevado e as margens de espontaneidade são muito largas.* A revolução alemã de novembro de 18 começou como um levante quase simultâneo de trabalhadores em greve e de regimentos de soldados, sem que fosse decidida por ninguém, aliás como o Fevereiro russo, e ambos venceram em menos de um mês; a revolução portuguesa de abril de 74, começou como um levante militar de um sector ultra-minoritário das forças armadas, sem adesão pré-acertada da marinha ou da aeronáutica, mas, em poucas horas, levou milhares às ruas e, em poucos dias, milhões. Os fevereiros que se seguem às guerras e às derrotas militares, encontram pela frente regimes em tal estágio de decomposição, que “o último empurrão” é em grande medida improvisado pelas massas em ação e o desmoronamento é súbito. Mas podem também ter uma direção forte e reconhecida, ou seja, os graus de espontaneidade são incertos e variáveis: a revolução iraniana em 1979 teve uma direção ultra-centralizada, desde o início, nas mãos do clero xiita. É claro que, entre os dois extremos, ocorreram situações híbridas, em que predominou, de qualquer forma, em maior intensidade, a espontaneidade, como foi a Intifada nos territórios ocupados por Israel (apesar do papel do Hamas), e os levantes contra o apartheid em Soweto e noutros guetos negros na África do Sul (apesar do papel do CNA). Ou como foram a maioria das revoluções políticas na América Latina contra as ditaduras em agonia: embora existissem partidos

à frente da convocatória dos atos de rua, Multipartidária na Argentina, Comissão Nacional pela Diretas no Brasil, a entrada em cena das massas, se deu, em grande medida, independente da autoridade dos partidos. Mas é razoável concluir, que a tendência histórica parece caminhar no sentido de uma exigência maior de direção e organização, como condição para a vitória;

(3) *As revoluções políticas impõem uma mudança no regime político de dominação*: as velhas instituições são deslocadas e devem dar lugar a novas. Ou então as velhas instituições, quando são preservadas nas formas, passam a ter um novo conteúdo político imposto pela mudança das relações de forças. As crises revolucionárias que precedem a vitória dos fevereiros se caracterizam por uma profunda *crise de regime*, em que as instituições da dominação estão seriamente abaladas, e mesmo paralisadas, pela entrada em cena das massas. Quando os fevereiros se enfrentaram com regimes ditatoriais, a ira da multidões em luta se dirigiu, em primeiro lugar, contra as instituições mais odiadas, em especial as polícias políticas. Mas, vale a pena observar, que se isso foi o que ocorreu na maioria dos processos revolucionários do século, há agora um fenômeno novo em curso. Referimo-nos à recente experiência latino-americana de *uma vaga de fevereiros contra as democracias nos anos 90* (queda de Collor no Brasil, queda de Carlos Andrez Perez na Venezuela, queda de Oviedo e sua fração no Paraguai, insurreição de Janeiro de 2000 no Equador, e um processo em aberto no Peru contra o terceiro mandato de Fujimori, e contra Banzer na Bolívia): nesses processos a fúria das multidões se dirigiu contra os governos eleitos mergulhados em corrupção, e instrumentos da política de ajuste e recolonização. De qualquer forma as revoluções políticas, mesmo sem ameaçar o controle do Estado pelas classes dominantes, podem até derrotar de maneira parcial ou total as FFAA e as Polícias: quando os fevereiros são mais profundos o aparelho de repressão do Estado desmorona ou fica cambaleante. Em 45, na França e Itália, a derrota dos regimes fascistas pró-nazis, associada à derrota da ocupação alemã, gerou uma situação revolucionária, com armamento popular generalizado, e foram os partidos

comunista de Thorez e Togliatti quem lançaram a palavra de ordem de “um só exército, uma só polícia”; no Haiti de Baby Doc, a guarda pretoriana dos Tonton Macoute, foi acossada pelas massas em fúria; na revolução boliviana de 52 ou na iraniana de 79, as forças armadas ficaram seriamente imobilizadas quando não divididas, pela força da mobilização popular que adentrou os quartéis, e despertou a simpatia das tropas.; na portuguesa de 74 a famigerada PIDE, o núcleo duro do aparelho de repressão, foi pulverizada em dias, e o mesmo ocorreu com a STASI, a polícia secreta da ditadura do partido comunista alemão em 1989. Já na América Latina na década de 80, os fevereiros foram menos profundos, e, ao contrário, as FFAA sobreviveram intactas, ou com leves arranhões, ao processo que conduziu à derrubada das ditaduras militares;

(4) *nos fevereiros as relações entre a revolução em marcha e as insurreições são complexas e variáveis: a revolução pode culminar com uma insurreição (França 1945, Nicarágua e Irã em 1979), ou pode começar com a insurreição (Portugal 1974), ou pode, finalmente, não ocorrer a insurreição (Brasil em 84 e Argentina em 82). Ou seja, as relações entre revoluções e insurreições são mais indeterminadas do que parecem à primeira vista: podem ocorrer insurreições (quarteladas) que não são revoluções, e revoluções que não chegam ao momento da insurreição. Ou ainda, o que é mais curioso: as insurreições podem, ou não, ter uma direção. Alguns desses processos de fevereiros avançam até à maturação de órgãos de duplo poder. Muitas vezes o duplo poder só se manifesta “pela negativa”, como vazão de poder, de forma latente, uma situação altamente instável e transitória, como uma impossibilidade do Estado exercer a sua autoridade, sem que as massas em luta tenham sido capazes de se organizar de forma independente ao ponto de reconhecer a autoridade de seus organismos. De qualquer forma, o duplo poder só pode nascer como uma resposta à solução de problemas e tarefas que o Governo não mais é capaz de satisfazer: abastecimento, auto-defesa, controle da produção, democratização da gestão dos órgãos públicos, etc...Quando se institucionaliza o duplo poder, a crise*

revolucionária estaria na ante-sala de uma crise revolucionária de tipo “Outubro”. Esses organismos podem atribuir novo significado e representatividade a organismos e entidades já existentes, ou podem ser novas experiências de organização e democracia direta.

Quais seriam as causas profundas que explicam esta dinâmica das revoluções sociais neste século? *Que conclusões merecem ser retiradas da recorrência, em grande escala, de “fevereiros”?* Em primeiro lugar, o que merece ser destacado é que, pela primeira vez na história, neste século, *o recurso à revolução foi, invariavelmente, necessário, mesmo quando somente para as mudanças de regime político.* Como explicar esta dificuldade do Estado, em alguns casos maior, noutros menor, de responder às demandas políticas de participação (a expectativa das massas de que existem mecanismos e regras, respeitados por todas as forças, que regulam a possibilidade de acesso ao poder), esta “rigidez” dos regimes políticos, pelo menos, nos países dependentes? Eis um tema intrigante. A resposta, em nossa opinião, deveria ser procurada, no terreno da política, no conservadorismo das classes dominantes, e *nas tendências de inércia de preservação das instituições de dominação, do perigo da mobilização popular*⁴¹⁴. Esta regularidade, o temor do protagonismo operário, camponês e

⁴¹⁴ Se a primeira questão sugerida (por quê, afinal, o recurso à revolução política foi tão constante?), parece ser a mais importante, não é a única. Uma outra forma de abordar o novo curso da revolução mundial do pós-guerra é nos perguntarmos, por quê não ocorreram novos Outubros em países industrializados ou semi-industrializados? em uma primeira aproximação, excluídos os fatores mais objetivos, as transformações econômico e sociais estruturais que ocorreram nas sociedades mais industrializadas, que, certamente, têm a sua importância, mas, dificilmente, poderiam ser considerados determinantes, já que não impediram a recorrência dos “fevereiros”, poderíamos distinguir uma articulação de fatores subjetivos de distinta natureza: (a) *Um amadurecimento estratégico da consciência burguesa do perigo de novos Outubros* ou, em palavras brutais, o perigo da revolução social e, portanto, a necessidade de uma nova resposta estratégica, econômica, social e política às demandas de um movimento operário, que, em condições de crise econômica grave, poderia evoluir, como ocorreu na Rússia, para o apoio a um programa anticapitalista, e despertar poderosas ondas de simpatia e solidariedade. As respostas econômicas assumiram a forma de políticas estatais de inspiração keynesianas, preventivas à emergência de novas crises explosivas como 29. A resposta social assumiu a forma do *Welfare State*, e a resposta política foi a nova elasticidade dos regimes democráticos, porosos à participação dos partidos operários. Em resumo: uma nova subjetividade capitalista mais consciente dos limites do sistema; (b) *a crise histórica do movimento socialista*, ainda sem solução, dividido, irremediavelmente, em duas grandes correntes, nos últimos oitenta anos, a social-democracia e o estalinismo, e a conseqüente marginalidade do internacionalismo. em uma

popular (primeiro, exacerbado, e depois, mascarado pela existência da URSS)⁴¹⁵, permitiu a incrível sobrevivência de regimes não só obsoletos, mas de aberrações decrépitas e decompostas, não só por anos, mas por décadas. A permanência, em larga escala, de regimes monstruosos, foi uma da

palavra, o *atraso histórico do amadurecimento subjetivo do movimento dos trabalhadores*. Este processo assumiu diferentes características, mas tem traços comuns à maioria dos países centrais: burocratização sindical crescente, eleitoralismo nos partidos operários, e divórcio nas relações da intelectualidade marxista com o movimento organizado da classe. Por último, menos importante, historicamente, mas talvez mais cruel, politicamente, a marginalização e degeneração sectária de boa parte dos círculos revolucionários.

⁴¹⁵Sobre este tema fundamental e pouco explorado, a consciência estratégica burguesa do perigo de novos Outubros, e as *imensas concessões que foram feitas aos trabalhadores dos países centrais*, na forma dos fundos públicos para previdência, educação e saúde, e em menor escala, a setores do proletariado, nos países dependentes semi-industrializados, a avaliação histórica de Chesnais parece pertinente: *“A noção de “relações políticas entre as principais classes” jamais recebeu os desdobramentos teóricos que merecia. Ela traduz o fato de que a existência da propriedade privada dos meios de produção e do Estado burguês são compatíveis com situações muito variadas quanto às modalidades de participação de partidos operários no exercício do poder a nível do Estado, à liberdade de manobra de que dispõe a burguesia e às condições em que se dá a repartição do excedente social, entre salários (diretos e diferidos) e lucros. Após a Segunda Guerra (...), quando a crise revolucionária do final da guerra foi contida graças ao stalinismo, a burguesia, extremamente enfraquecida (exceto nos Estados Unidos), foi obrigada a fazer grandes concessões em todos os planos. Mesmo a burguesia americana, em seus esforços por superar a crise e ganhar a guerra imperialista, foi forçada a oferecer o “New Deal” à classe operária. Essas concessões tomaram forma de instituições (a Previdência Social, por exemplo) e de estatutos. Em vários países, depois de terem sido um pouco arranhados, esses direitos e posições foram em seguida momentaneamente consolidados e ampliados, devido ao curso de uma luta de classes que abarcou um conjunto de países entre 1968-69 (França, Checoslováquia, Itália) e 1975 (queda de Saigon e revolução em Portugal). A partir de 1978, a burguesia mundial, conduzida pelos norte-americanos e pelos britânicos, empreendeu em proveito próprio, com maiores e menores graus de sucesso, a modificação internacional (...) no quadro de praticamente todos os países, das relações políticas entre as classes. Começou então a dismantelar as instituições e estatutos que materializavam o estado anterior das relações. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram um após o outro, desde o advento dos governos Thatcher em 1979 e Reagan em 1980, devolveram ao capital a liberdade, que havia perdido desde 1914, para mover-se e desdobrar-se à vontade no plano internacional, entre países e continentes.(...) As prioridades ditadas pelo capital são, é claro, as do capital engajado na extração da mais-valia na produção de mercadorias e de serviços, mas principalmente, e de forma cada vez mais intensa nos últimos quinze anos, as de um capital extremamente centralizado, que conserva a forma monetária e que pretende se reproduzir como tal dentro da própria esfera financeira. O poder, senão a própria existência desse capital monetário (ou capital-dinheiro), são defendidos a qualquer custo pelas instituições financeiras internacionais e pelos Estados mais poderosos do globo, como no caso dos 55 bilhões de dólares emprestados no início de 1995 ao México por instituições que cumpriam a função de “fiadores em última instância”, para evitar que a bancarrota do Estado mexicano desencadeasse um processo de desvalorização dos créditos a nível mundial. Não é nada certo que essas instituições obtenham indefinidamente o resultado desejado, já que as operações do capital monetário incluem um componente sempre maior de capital fictício, cuja dimensão prenuncia o desencadeamento, mais cedo ou mais tarde, de uma grande crise”*. (grifo nosso) (CHESNAIS, François. “O capitalismo de fim de século” In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Globalização e socialismo*, São paulo, Xamã, 1997. p.13/4)

expressões do declínio do capitalismo, incapaz de garantir, de forma sustentada, crescimento econômico e mobilidade social. A necessidade histórica da revolução política, seria assim, *uma refração do caráter revolucionário da época*.

Esse processo se verificou em países periféricos, como no Haiti, de Baby Doc, nas Filipinas de Marcos, na Indonésia de Suharto, no Chile de Pinochet, no Zaire de Mobutu, ou o Paraguai de Stroessner. Mas, também se manifestou, como preservação de regimes de segregacionismo “oficial”, como o apartheid na África do Sul e o sionismo em Israel. Finalmente, mesmo países europeus mediterrânicos, como o Portugal de Salazar, a Espanha de Franco, e a Grécia dos coronéis, viveram longos períodos de ditaduras. Mesmo quando, até entre sectores das classes proprietárias, esses regimes despertavam, não só mal estar, mas desprezo. O Peru com Fujimori, e o México, com o regime bonapartista civil do PRI, vivem agora, uma realidade muito semelhante.

Em outras palavras, *as margens para mudanças de regime, sem a intervenção das massas mobilizadas, ou seja, pela via de reformas, se reduziram drasticamente*, em comparação com a época anterior, tal o reacionarismo das classes proprietárias nacionais e do imperialismo moderno, e o seu temor e desconfiança das classes populares. Ao contrário do que ocorreu, historicamente, foi e parece ser cada vez mais difícil a mudança de regimes sem revoluções e contra-revoluções.⁴¹⁶

Este relativo *imobilismo político dos regimes*, não deve ser confundido, no entanto, com paralisia ou incapacidade de iniciativa

⁴¹⁶ O processo no Peru, com a preservação, pelo menos, por enquanto, de Fujimori no poder para mais um mandato, é uma ilustração inequívoca do grau de conservadorismo “cego” dos regimes e da força de inércia reacionária das instituições do bonapartismo civil-militar. Apesar da gravidade da crise econômico-social que se abate como um flagelo sobre toda a região andina, e da cólera e fúria crescente das massas indígenas e camponesas em toda a região, ameaçando cruzar as fronteiras da Bolívia e Equador e contaminar o Peru, as FFAA insistem em preservar o controle do poder e Fujimori na presidência. E isso, mesmo considerando os alertas do governo americano sobre a ilegitimidade do processo eleitoral (preocupadíssimo com a instabilidade em toda a região andina), e as denúncias

preventiva nos terrenos econômico e social. As impressionantes conquistas feitas pelos proletariados dos países centrais, na forma do assim chamado Estado de bem-estar social, hoje ameaçadas em “toda a linha”, *foram uma demonstração histórica, do nível de concessões econômico-sociais que o capitalismo conseguiu absorver*. Em que medida poderia voltar a se repetir, se vier a ser necessário, diante de uma rebelião dos proletariados dos países centrais, é uma pergunta interessante, mas, por enquanto, sem resposta. De qualquer forma, todas as estratégias reformistas, repousam, em suas diversas variantes, nessa possibilidade. Nos países dependentes, em que a margens de concessão econômico-sociais são reduzidíssimas, e os espaços para as concessões políticas, também, muito mais limitados, haveria que concluir-se, pela experiência com a democracia republicana dos últimos quinze anos, que seria, pelo menos improvável, a articulação de um pacto social estável.

Esse fenômeno deve ser compreendido, portanto, *como uma tendência*, mas não mais do que isso, por duas razões: (a) primeiro, *porque o imobilismo político é sempre relativo*, já que todos os processos políticos de transformação, devem ser interpretados à luz das relações de forças sociais e políticas, e considerando o aprendizado histórico burguês, sobre a importância de uma política preventiva de colaboração de classes (portanto, não se deve confundir, as mudanças de governo, dentro dos limites de alternância democrática, uma forma de rotina administrativa de rodízio entre os partidos integrados à ordem institucional, com as mudanças de regime); (b) segundo, *porque não se pode excluir, a priori, nem a possibilidade de novos processos de “revolução passiva”*, isto é, de transições políticas por cima (sempre que uma ação independente das massas, tenha sido neutralizada), ainda que sejam cada vez mais excepcionais, *nem se pode eliminar a possibilidade de setores das classes dominantes, se as suas divisões se agravarem, muito além do que seria hoje previsível, apelarem, em situações excepcionais, à mobilização das massas populares*, desde que se

unânicos, pela imprensa mundial, das fraudes mais abjetas. O Peru caminha para uma situação revolucionária, ladeira abaixo.

sintam seguras, de que são mínimas, as margens de transbordamento (como sucedeu, na maioria dos processos de passagem para democracia, na América Latina nos anos 80).

O que importa destacar, de qualquer maneira, porque se trata de um fenômeno histórico novo, é que foi exigido que as massas populares, procurassem a via da revolução política, para se desembaraçarem de excrescências fossilizadas. Neste nível de análise, é menos relevante que as crises revolucionárias tenham se encerrado, em sua esmagadora maioria, na estação de Fevereiro. A primeira regularidade histórica, que vale destacar, mas muito esquecida, é *que foram necessários Fevereiro, e não a ausência de Outubro*.⁴¹⁷

As revoluções políticas, do último quartel do século se destacam, por um novo protagonismo popular, multitudinário e irreprimível, que comoveu as camadas mais profundas da sociedade, que arrastou para a arena da luta política, milhões e milhões, em uma *proporção historicamente*

⁴¹⁷ Por quê evitar a caracterização das revoluções de pós-guerra que expropriaram, como Outubro? Não o fazemos para diminuí-las, o que seria inapropriado, tanto teoricamente, quanto historicamente, mas para melhor apreender o seu significado, as suas grandezas e limitações. As características das revoluções triunfantes, tenham ou não evoluído até à expropriação (como, China e Cuba, no primeiro caso e, Argélia, Angola e Nicarágua no segundo) foram, entre outras razões já apontadas, qualitativamente distintas das revoluções européias dos anos 20 e 30, porque indissociáveis da guerra, *antes da vitória da revolução*. A revolução política, nesses casos, é somente um corolário da vitória político militar que a precede, quase como um processo “exógeno”, com fortes determinações internacionais. A guerra de guerrillas, antes da vitória democrática de fevereiro, tem duas conseqüências: (a) a esmagadora maioria das massas, só participa muito indiretamente do processo, na medida em que a juventude é recrutada para os destacamentos armados; (b) ocorre um relativo substitucionismo do sujeito social pelo sujeito político-militar, os exércitos revolucionários, que não estão obrigados a se apoiar politicamente sobre as massas democraticamente auto-determinadas. Esse processo, não diminui a representatividade popular desses exércitos, que só puderam vencer porque expressavam, de alguma maneira, as aspirações de seus povos, mas ajuda a compreender as suas diferenças com Outubro. Como se pode conferir neste fragmento: “*La tercera etapa es a partir de 1943-1944, toda esta posguerra, donde ya no se da ningún tipo de revolución obrera triunfante. Todas las revoluciones triunfantes que se dan son debidas a guerras: la gran guerra de la URSS contra el nazismo, o las guerras civiles, de guerrillas o las guerras nacionales. Las grandes revoluciones se dan por un proceso de guerras: guerra civil, guerra nacional, guerra entre Estados. Más bien parece un proceso exógeno, de enfrentamiento; no endógeno como las otras revoluciones. Creemos que es una etapa con características muy distintas a la anterior, a la de antes de los años 40.*” (grifo nosso)(MORENO, Nahuel, *Crítica a las tesis de la revolución permanente de Trotsky* Buenos Aires, Ediciones Crux, 1992. Coleccion Ineditos de Nahuel Moreno. p.72.)

nova de luta pela auto-emancipação. Indonésia, Paraguai e Equador, mais recentemente, mas também a Intifada Palestina, a insurreição romena, a revolução de “veludo” na Tchecoslováquia em 89, o devastador levante popular na Albânia, a revolução na África do Sul e, ainda antes, a revolução portuguesa e a iraniana, só para citar alguns exemplos, demonstraram um *novo patamar de participação social, das camadas mais profundas da maioria do povo*, que buscaram, em uma proporção inédita, a mobilização coletiva como a via para mudar as suas vidas, e encontrar satisfação para as suas reivindicações. O que escapou a não poucos analistas, talvez pelo preconceito de se *surpreender com a bandeira da lua minguante, ou pela ausência da bandeira vermelha*. Essa, também, é a opinião de Hobsbawm:

“As revoluções de fins do século XX, assim, tiveram duas características: uma foi a atrofia da tradição de revolução estabelecida; outra, a revivescência das massas. Como vimos(...), poucas revoluções desde 1917-8 foram feitas a partir das bases. A maioria o foi pelas minorias ativistas dos engajados e organizados, ou impostas de cima, como por golpes de exército ou conquista militar, o que não significa que não tenham sido, nas circunstâncias adequadas, autenticamente populares. (...) O mesmo não se aplica, como mostrou a Revolução Iraniana, à disposição das pessoas a sair às ruas aos milhões. Ou, como na Alemanha Oriental dez anos depois, à decisão de cidadãos da República Democrática Alemã desorganizada, espontânea, embora decisivamente facilitada pela decisão da Hungria de abrir suas fronteiras – de votar com seus pés e seus carros contra o regime, migrando para a Alemanha Ocidental. Em dois meses, 130 mil alemães orientais tinham feito isso (...), antes da queda do Muro de Berlim. (...) Foi uma demonstração didática da máxima de Lenin de que a votação com os pés dos cidadãos podia ser mais eficaz do que a votação em eleições.”⁴¹⁸(grifo nosso)

Os três elementos ressaltados por Hobsbawm são irrefutáveis: (a) *o lugar da guerra* nas revoluções político sociais do imediato pós-guerra, em grande medida, revoluções agrárias, que limitava o papel das massas e sua mobilização direta, com a possível exceção, da revolução cubana; (b) *a ausência de uma referência socialista revolucionária* clara na

⁴¹⁸ .(HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. p 443-4)

direção política, sobretudo depois dos anos 80; (c) terceira, e mais importante, *o novo nível de intensidade da participação popular*, a decisão de milhões, de votar “com os pés”.

Quais as causalidades desse processo? Haveria, em primeiro lugar, que buscar uma nova configuração dos fatores objetivos. Assim, vale destacar que a última década do século ficou marcada por dois processos de mudanças estruturais. De um lado, a longa depressão da fase descendente da quarta onda Kondratiev, ou seja, o esgotamento dos trinta anos de crescimento sustentado, que tinha permitido a extensão do “pacto fordista” nos países centrais (na conceituação da escola da regulação), e a abertura da crise econômica como um fenômeno crônico, cujas perspectivas de superação estão longe de estar claras, quando a economia “locomotiva” do sistema indica sinais recessivos mais acentuados; e, do outro lado, o colapso da ordem estatal que tinha como um dos seus pilares a ex-URSS. Esses dois processos, a profundidade da crise de superacumulação do capital, e a crise do estalinismo, desbloquearam forças sociais, que antes estavam contidas, e abriram uma nova situação mundial, de maior, e não menor instabilidade.

É bastante razoável concluir, também, que a urbanização e a industrialização acelerada nos países dependentes geraram três novos sujeitos sociais: *uma nova geração proletária*, em geral, concentrada e susceptível a uma acelerada fermentação sindical e política (África do Sul, Coreia do Sul, Polônia e Brasil nos anos 80, na linha de frente, mas não só, também Rússia, México, Venezuela, Argélia, para não fazer referências aos “gigantes adormecidos” asiáticos, como China, Indonésia, Malásia e Filipinas); um sub-grupo social, *uma nova camada de milhões de estudantes*, disponíveis para a mobilização social e política, com uma sensibilidade despertada não só para os temas históricos da crise social, mas também para a luta contra a discriminação racial, sexual, além da emergência do combate ambientalista; e, por último, mas não menos importante, *novas classes médias urbanas*, prensadas pela acentuada mobilidade social das sociedades em que se inserem, com poucas oportunidades ascendentes e

muitos perigos de ruína. Esta nova configuração de classes nos países dependentes, que, no fundamental, foi gestada durante o “boom” dos trinta anos de ouro do pós-guerra (ainda que, nos chamados tigres asiáticos, o processo tenha sido um pouco mais tardio, e tenham se beneficiado do fôlego que a economia japonesa revelou até meados dos anos 80), explicaria a surpreendente explosividade social.

Duas outras características, entretanto, precisam ser lembradas, mas em um sentido inverso à da primeira: as novas dificuldades históricas da revolução. Apesar desta nova explosividade social, vale a pena observar, que 150 anos depois da publicação do **Manifesto**, ainda não triunfou, *nenhuma revolução político-social em um país central do sistema, nem triunfou, nenhuma revolução, contra um regime democrático-constitucional longevo*⁴¹⁹.

Essa foi uma das ironias da História: a revolução político-social só venceu, onde, antes, foram necessários Fevereiroiros (ou melhor, só se avançou no sentido da expropriação do capital, em países atrasados e dramaticamente pobres, com a possível exceção da Tchecoslováquia, e das três províncias alemãs do Leste, um processo atípico e sui generis, de revolução econômico-social, impulsionada sob ocupação militar estrangeira, ou seja, por fatores exógenos). Mesmo, quando, foram quase simultâneos, como no caso chinês e cubano, onde as revoluções políticas contra a tirania (ocupação japonesa, e Chiang Kai Chek, ditadura de Batista, pressão americana), exigiram a ruptura com o imperialismo. Sobre a disposição de mobilização política das massas, são ilustrativas as palavras de

⁴¹⁹ . A caracterização de longevo é importante para se evitar confusões: o Outubro russo venceu contra um governo, o de Kerensky, que mesmo não tendo sido eleito pelo voto direto, era, alguns meses antes de cair, um dos governos com mais sustentação político-social da Europa em 17. Não se poderia entender a popularidade e confiança que por algum tempo as massas depositaram em Kerensky, sem considerar o apoio que ele recebia da maioria dos partidos socialistas nos soviets. As crises revolucionárias na Alemanha, em novembro de 18, (o Fevereiro que derrotou o Kaiser), em 21 e depois em 23, pareceriam ter sido, na medida do século, o processo que esteve mais próximo, de um triunfo de uma Comuna de Conselhos, sobre as ruínas de uma República democrática extremamente frágil. Mas rios de tinta foram escritos sobre este tema. A favor desta hipótese, conferir nos já citados, Broué (**Histoire de l'Internationale Communiste 1919-1943**) e contra, conferir em Hobsbawm. (**Era dos Extremos**).

Hobsbawm, retomando a metáfora de Lenin das *votações com os pés*, quando *não resta outro caminho senão o da revolução*:

“Ainda não entendemos por que a votação com os pés, em massa, se tornou parte tão mais significativa da política nas últimas décadas do século. Uma das razões deve ser que, nesse período, o fosso entre governantes e governados se alargou em quase toda parte (...) Contudo, se é praticamente certo que o mundo, ou pelo menos grande parte dele estará repleto de mudanças violentas, a natureza dessas mudanças é obscura. O mundo do fim do breve século XX se acha mais em estado de colapso que de crise revolucionária embora naturalmente contenha países nos quais, como o Irã na década de 1970, existem as condições para a derrubada de regimes odiados que perderam a legitimidade, por levante popular sob liderança de forças capazes de substituí-los (...) o mundo do terceiro milênio portanto quase certamente continuará a ser de política violenta e mudanças políticas violentas. A única coisa incerta nelas é aonde irão levar”. (grifo nosso)⁴²⁰

Um fosso entre representantes e representados. É uma bela imagem para descrever o descrédito das instituições: em primeiro lugar, governos que rompem, sistematicamente, com as mais elementares aspirações de seus povos; mas também tribunais e parlamentos, envolvidos em escândalos de corrupção e enriquecimento ilícito, e que despertam a cólera das massas, quando se agravam as desigualdades sociais. De fato, diante das crises econômico-sociais, mais ou menos crônicas nos países dependentes, as ditaduras e os regimes bonapartistas, ou semi-fascistas, foram o alvo mais direto da fúria dos povos, que não vêem outro caminho, senão, o da ação direta, para se desembaraçar de seus tiranos. Mas este fosso, não se manifesta, da mesma forma, indiferentemente das formas do regime.

A experiência do século demonstrou, que os regimes democráticos, revelaram uma “invulnerabilidade” insuspeita há cem anos atrás, diante da mobilização das massas: o apelo da “mudança” através do

⁴²⁰ (HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. p. 444-6)

voto nas urnas, a esperança de decisões “justas” de tribunais “independentes”, ou seja, as ilusões de que seria possível resolver os conflitos, pela regulação das instituições do regime, sem a necessidade da mobilização revolucionária, exerce um fascínio sobre as massas, ou porque elas não descobriram a força social que têm, ou porque não confiam em si mesmas.⁴²¹

A força da democracia repousaria nessas ilusões? A metáfora retrospectiva de Fevereiro/Outubro, para caracterização das revoluções do século que se encerra, poderia ter, assim, *alguma correspondência com a velha discussão estratégica prospectiva sobre o oriente/ocidente*. Como se sabe, o debate no interior da Segunda Internacional, girava em torno da apreciação, para resumir brutalmente o problema, da força do Estado no Ocidente, muito maior que na Rússia, justamente pela “força de gravidade” das ilusões das massas populares nas instituições, que permitiam a alternância democrática.

E neste caso, poderíamos sugerir que os fevereiros recorrentes e crônicos, as revoluções políticas, seriam, não só, a herança das tarefas da revolução burguesa incompleta (República, Democracia, Terra e Independência), mas uma expressão política do atraso histórico subjetivo das massas que não encontram uma via para um desenlace socialista para o impasse. Ou, em outras palavras: se entendermos que todas as revoluções políticas, são, também, pelo sujeito social, inconscientemente, revoluções sociais em marcha (ainda que seus resultados não contenham transformações

⁴²¹ Nesse sentido, seria também importante observar que as classes dominantes aprenderam com a experiência das revoluções do século. E entre as lições acumuladas está a compreensão de que os regimes democráticos têm uma vantagem comparativa enorme em relação às ditaduras: possuem uma maior plasticidade ou capacidade de assimilação e neutralização das crises políticas. A idéia de que um governo desprezado pelas massas poderia ser derrubado através do voto, e que a mudança poderia ocorrer dentro dos marcos do regime demonstrou-se muito poderosa por duas razões. Em primeiro lugar, porque resolve a questão do descontentamento popular, canalizando para as urnas, e para os limites do calendário eleitoral, as perspectivas de transformação, um terreno incomparavelmente mais seguro e previsível do que o da mobilização de massas (e, nesse sentido, o parlamentarismo é ainda mais flexível do que o presidencialismo, porque permite absorver até a antecipação de eleições quando necessário). Por outro lado, uma estratégia de “reação democrática” poupa as classes dominantes dos incontornáveis conflitos que um regime bonapartista coloca para a resolução dos conflitos internos entre as suas diferentes frações.

econômico-sociais anticapitalistas), a permanência dos fevereiros, se explicaria, também, pelo impasse histórico da crise do movimento socialista.⁴²².

Em que residiu a fortaleza substantiva dos regimes republicanos, democráticos, constitucionais nos países centrais, e a flexibilidade plástica de suas instituições, diante do conflito social? *Por que nunca triunfou, até hoje, sequer um Fevereiro, para não falar de um Outubro, contra um regime democrático de longa tradição?*

Como sabemos, inúmeras respostas foram apresentadas, mas, para os fins que perseguimos aqui, podemos sistematizá-las, grosso modo, em dois grandes campos teóricos de interpretação, diferentes entre si, embora não sejam incompatíveis:

(a) *a ausência da crise*, ou de manifestação das crises de superacumulação, como crises de tipo catastrófico depois de 29, predominando a forma de recessões brandas, porém mais freqüentes e mais longas, seguidas de fases de recuperação de pequeno impulso, sobretudo após o esgotamento da fase ascendente do último Kondratiev em 67/73, mas sem que o ajuste de desvalorização, tenha exigido uma depressão trágica;

⁴²² Sobre esta questão, do peso dos elementos subjetivos e da relativa autonomia da luta de classes, como força motriz do processo histórico, no interior de uma época revolucionária (o que demonstra a importância chave deste conceito), e as relações, quase sempre desprezadas, de interação entre as lutas de classes, e os processos de reestruturação produtiva, em uma escala histórica de longa duração, uma referência obrigatória é Mandel: *“Furthermore, there is growing evidence that each of these revolutions in labor organization, made possible through successive technological revolutions, grew out of conscious attempts by employers to break down the resistance of the working class to further increases in the rate of exploitation. The first technological revolution was clearly an answer to the struggle of the British workers to shorten the normal work. The second technological revolution was closely related to the increasing resistance of the strong crafts unions, both in the United States and in Western Europe, to more direct control by management over the work process; in fact, Taylorism arose directly out of the attempts to impose such direct control. Likewise, the third technological revolution had a direct link to the growth of unionization among semiskilled mass-production workers and to the need to whittle away the power of control over conveyor-belt production made possible by union strength of that type.(...) It is the interplay of all these subjective factors with the objective trends outlined previously that will have a decisive bearing on the outcome of the intensified class struggle that generally characterizes most of the depressive long wave. Not only will it decide the length of the interval that must elapse before capital can implement the restructuring necessary to decisively redress the rate of profit, it also will decide the very possibility of that restructuring (i.e., whether the protracted crisis ends with such a restructuring or with a breakthrough toward socialism)”*. (grifo nosso)(MANDEL, Ernest. **Long waves of capitalist development, a marxist interpretation**. Londres,

(b) a *ausência de um sujeito social com disposição revolucionária*, ou seja, a integração do proletariado (por via dialeticamente, de conquistas que se tornam concessões e vice-versa), com a mobilidade social dos trinta anos gloriosos e, sobretudo, com a extensão das conquistas sociais do pós-guerra: elevação contínua do salário médio, fundos sociais, tendência ao pleno emprego (até mais do que isso, na Europa Ocidental, mas também nos EUA, relativa escassez de mão de obra, apesar da integração massiva das mulheres no mercado de trabalho e, portanto, migrações dos países do Mediterrâneo para o Norte, e da África para o Mediterrâneo, e do México e Caribe, para o norte).⁴²³

Seria, no entanto, bastante razoável supor que as três décadas de ouro, que sustentaram as “fortalezas democráticas”, foram excepcionais e únicas, e as circunstâncias que as tornaram possíveis, há muito deixaram de existir. Sem crescimento prolongado e mobilidade social, seria pouco sensato prever uma estabilidade das instituições e dos regimes democráticos, mesmo no centro do sistema: os elementos de crise de regime já são perceptíveis, como as crescentes abstenções eleitorais (na Europa em

Verso, 1995. p.35-7)

⁴²³ Pareceria apropriado concluir que, pelo menos no que diz respeito aos países centrais, no pós-guerra, durante a prosperidade das três décadas que se esgotou nos anos 70, essas duas linhas gerais de explicação, que, esquematicamente, sugerimos acima, resultam, para o fundamental, convincentes: a ausência da crise econômica de grandes proporções, “a la 29”, e a ausência do proletariado, como sujeito social, por um processo de pacto social, politicamente negociado. Mas permanece em aberto uma outra linha de investigação, mais histórica. *É impossível, por exemplo, ignorar que as principais situações e crises revolucionárias no Velho Mundo, se abriram em consequência das duas Guerras Mundiais do século.* Teriam sido essas Guerras um fenômeno excepcional e hoje “anacrônico”, historicamente superado? Ou as disputas econômico-comerciais de hoje, entre as potências e seus blocos, entre outros conflitos, poderiam ir além das escaramuças de todos os dias, surpreendendo-nos? Seria possível imaginar um único bloco político-militar perene, sob liderança incontestada dos EUA, como na guerra contra o Iraque e a Jugoslávia, ou esses acordos teriam sido transitórios, e no futuro improváveis? Em outras palavras, estaria já resolvido o problema de uma nova ordem mundial interestatal ou não? A questão não parece simples de resposta, mas admitamos, por um momento, que sim. Mas, e se alguns dos países que estão sendo reduzidos a aceitar, sem resistência, a recolonização, viverem processos de “fevereiro” e queda de regimes? Será isso tão pouco provável? Essas perguntas hoje não permitem respostas. Mas, basta colocá-las, para termos uma idéia, dos graus de incerteza, que cercam os acontecimentos mundiais: seria bastante que alguns dos principais países devedores do mundo se unissem para suspender a rolagem dos juros sobre as suas dívidas externas, para que toda a instável ordem mundial fosse sacudida até os seus alicerces. E, certamente, bolas de cristal são dispensáveis, para concluir que é só uma questão de tempo, para que uma nova vaga de moratórias se precipite. Todas as tentativas de redução da interpretação de questões, essencialmente, políticas, como

geral, e mais acentuadamente nos EUA), o desmoronamento dos partidos burgueses (Democracia Cristã na Itália, CDU na Alemanha), etc... Logo, para compreender as tendências do período que se abre, de um novo impasse histórico, *não deveríamos voltar a nossa atenção justamente para a fase historicamente anterior, que resultou na crise de 29?*⁴²⁴

a estabilidade da democracia nos países centrais, a uma resposta mono-causal economicista ou sociológica não são, portanto, satisfatórias.

⁴²⁴ Todas as comparações históricas só merecem ser consideradas com as restrições de praxe. A possibilidade de uma aterrisagem brusca da economia dos EUA, o eufemismo que se inventou para evitar falar de depressão, e a crise indisfarçável dos regimes democráticos, têm sugerido inúmeros paralelos com o final dos anos 20, a que finalmente, também, sucumbimos. Existe todavia uma diferença fundamental que não podemos iludir: a nova importância que parece ter assumido a discussão de projetos histórico-estratégicos, numa época em que as formas de representação indireta da democracia representativa estão abaladas. O desprezo pela importância do tema da representação, em geral, dos sujeitos políticos coletivos, em particular, isto é, a relação das classes com seus partidos, revela uma incompreensão do lugar da História, entre as outras ciências sociais “vizinhas”, e explica mais, sobre os pontos de vista de quem faz a análise, do que sobre o seu objeto de estudo. Expliquemo-nos: estamos defendendo que existe uma nova centralidade da subjetividade das classes que se manifestaria nos mais variados terrenos da vida social, de tal forma que “pequenos problemas” atraem a atenção de grandes multidões e podem se transformar em grandes questões. Na política, por exemplo, se expressaria na importância decisiva de respostas qualificadas a conflitos aparentemente “moleculares”: redução da jornada em um setor industrial (como foi o pacto das montadoras no ABC), modelos educacionais (como foi a reforma do ensino técnico ou a discussão da promoção automática na rede pública), tóxico-dependência (como está sendo em todo o mundo a discussão sobre o proibicionismo da propaganda da indústria do tabaco), política de tributos (impostos sobre a renda e patrimônio ou sobre o consumo), crise ambiental, gratuidade dos serviços públicos, aumento da escolaridade, financiamento da previdência, política de compensação às desigualdades regionais, autonomia ou controle do poder judiciário, critérios de representação e remuneração parlamentar, controles públicos sobre o Estado nas diferentes instâncias de poder, liberdade de organização, regulamentação de códigos para a mídia, etc... Enfim, uma infinidade de outras questões. A politização aguda de aspectos da vida social avançou e não diminuiu, ao contrário do que divulga o abecedário neoliberal. E a crise do neoliberalismo como programa já começou, há anos, e as classes dominantes, não encontraram, pelo menos, por enquanto, uma outra plataforma a que se agarrar (por isso sua hegemonia está ameaçada). E nesta nova primazia da política, está o fundamento da necessidade de projetos político-históricos que galvanizem bases sociais capazes de sustentar uma alternativa socialista. Em uma palavra, não existe luta socialista sem emulação. Mas, não há emulação possível, com bandeiras manchadas: o lugar do exemplo, é vital na luta política. Por enquanto, esses problema também não se resolveu: a reorganização da esquerda (política, mas também teórica e programática), que já se iniciou, é ainda muito frágil e lenta. Diante da existência, durante mais de sete décadas da URSS como a representação do “socialismo” (ou seja, de um Estado militarmente muito poderosos, mas com uma economia inferior à dos países imperialistas, e um regime político aterrorizador de partido único), ocorreu o divórcio do que foi, metaforicamente, classificado como a democracia dos “direitos” no Ocidente (em particular na Europa, mas também nos EUA) e a democracia “dos músculos e nervos” no “campo socialista” (na URSS, China e Cuba). Esse processo, não ocorreu em vão, e é razoável pensar, que tenha tido conseqüências severas, na consciência dos trabalhadores dos países centrais, que, com razão, são apegados às suas conquistas democráticas: parcelas muito expressivas do proletariado, no Mediterrâneo, e a maioria nos países anglo-saxônicos e escandinavos, não se sentiam atraídos pelo “socialismo” real, enquanto ele foi sinônimo de desigualdade social e burocracia, escassez econômica e partido único, etc... Uma bandeira sem manchas, não é tão simples, como uma camuflagem de programa eleitoral: não adianta lavar a camisa

Essa foi, como sabemos, uma etapa de aumento da competitividade entre os Estados mais poderosos, pela conquista de uma nova hegemonia mundial, depois do deslocamento da Inglaterra, e antes dos Estados Unidos e do dólar ocuparem o seu lugar. Vejamos o que afirma Arrighi, sobre esse período, no ensaio “Costume e Inovação”:

*“A fase B assumiu a forma peculiar de “competição excessiva” entre os Estados, em vez de entre empresas. A luta competitiva foi travada pelos Estados, ao invés de pelas empresas, e a fase B assumiu características que estavam ausentes nas fases B anteriores. **Uma peculiaridade importante dessa fase B, por exemplo, foi a completa ausência de liderança nas relações monetárias inter-Estados (...)** O resultado foi que as guerras e as depressões profundas que decorreram da conjunção da fase B, com uma fase de lutas pela hegemonia mundial, aumentaram ainda mais a liderança norte-americana no sistema”.*⁴²⁵(grifo nosso)

Por quê, não nos perguntarmos: estaríamos, de novo, diante de uma etapa histórica, em que a luta pela hegemonia estatal de uma potência imperialista estaria em aberto, um novo *intervalo histórico* de disputa? Ou, pelo contrário, o conflito já estaria resolvido, e tanto a Europa como o Japão, já teriam aceito, a liderança militar e política americana, e a sua moeda? Talvez, ainda não tenhamos uma distância necessária do processo em curso, para uma resposta categórica, e uma certa prudência de análise seja apropriada. Mas esta interrogação não parece ser, contudo, secundária, porque, embora esteja longe de poder ser considerado o fator determinante, *inexistiu na História, nos últimos duzentos anos, qualquer*

velha, é preciso trocar de camisa. No entanto, ocorreu, apesar dos pesares, 68 e, curiosamente, quase no centenário da Comuna de Paris. O que torna, irresistível, a comparação histórica: por que não pensar que o intervalo dos chamados trinta anos de ouro teriam sido, a exceção, e não a regra, e que 68 foi, precocemente, é certo, como a Comuna, uma explosão pioneira da tendência histórica ao protagonismo do proletariado? Ou, em outras palavras, buscar a regularidade do capitalismo, não na forma administrada e regulada pelos fundos públicos e pela intervenção estatal, com recessões longas, porém suaves e recuperações brandas, mas na forma do mercado livre, de fortes limitações da regulação estatal, que resultou na catástrofe de 29, só, aparentemente, excepcional. O keynesianismo estatal regulador seria, assim, um desvio histórico bem sucedido, porém transitório. Por que não pensar, que o sucesso da política de integração social do mundo do trabalho, nos países centrais, durante a fase A do último Kondratiev, não abre prospectivamente um novo padrão para os países dependentes, mas nesse caso, é o Sul de hoje, que indicaria, o que será o Norte amanhã?

⁴²⁵ . ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Trad. Sandra Vasconcelos. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 29.

período de crescimento sustentado, sem que o sistema tivesse resolvido o problema da hegemonia imperialista, e da moeda dominante.

Como Arrighi e Wallestein, que são hostis a explicações monocausais, para grandes mudanças históricas (elas podem ser as mais variadas: a baixa tendencial da taxa de lucro que é neutralizada pelo barateamento do capital constante e o aumento de extração de mais valia; ou o subconsumo, que é neutralizado pela extensão do mercado mundial, e pelo peso crescente do consumo derivado dos salários indiretos; ou a incerteza sobre uma tendência ao protagonismo proletário, com a elevação do seu poder econômico e social, que é neutralizado pela sua integração ou mobilidade social ascendente no “núcleo duro” do sistema, etc.), também pensamos, que seria mais interessante, compreender o hiato histórico de crises revolucionárias nos países centrais (a exceção de Portugal em 75, uma submetrópole atípica), em um quadro teórico pluricausal.⁴²⁶

⁴²⁶ Um quadro pluricausal, parece ser mais razoável, também, por outras razões. Tem sido muito comum, que uma parte da esquerda, tanto teórica, quanto política, se impressione, excessivamente, com o significado do impacto econômico da micro-eletrônica e da Internet, ou da biotecnologia, ou da reestruturação produtiva do toyotismo, e das perspectivas de crescimento, que elas poderiam permitir, superando, definitivamente, a depressão do último quartel do século. É pouco razoável, que alguns analistas de esquerda, sejam mais otimistas sobre um novo boom, que as próprias agências internacionais do capitalismo, como o FMI, e boa parte da imprensa econômica mundial como o “Economist”. Nem uma nova expansão do crédito é provável, com a elevação das taxas de juros, inibindo o mercado interno dos países imperialistas, em especial nos EUA, nem as perspectivas de crescimento da exportações dos países centrais, a alavanca dos ciclos curtos de recuperação nos anos 90 é previsível, em função dos ajustes fiscais rigorosíssimos nos países dependentes, depois da moratória russa. Um novo “boom”, como o do pós-guerra, já foi, várias vezes, anunciado, sem evidências macro-econômicas, minimamente convincentes. Parece, também, muito difícil, imaginar um novo boom econômico, sem uma maior estabilidade no sistema mundial inter-Estados, às voltas com o problema “insolúvel” do colapso da economia russa, das turbulências da restauração na China, da “rebelião” dos países produtores de petróleo, e com uma crescente instabilidade em boa parte da América Latina, em especial na região andina. O impressionismo é mau conselheiro. Vejamos um exemplo: já sabemos, que antes que ficasse claro, lá pelos meados dos 90, o sentido depressivo prolongado das últimas duas décadas e meia, a própria utilização da categoria depressão, foi um tabu teórico, tal era nos círculos dominantes, o trauma histórico com a década negra do século, os anos 30. Mas, também, foi imensa, a prudência analítica, para sermos generosos, entre os marxistas, depois dos trinta anos de crescimento sustentado do pós-guerra, que pareceriam indicar, uma capacidade nova do sistema, de neutralizar, no seu desenvolvimento, as tendências às crises de tipo catastrófico. em uma palavra, antes, a depressão crônica da onda longa, foi subestimada, e hoje, a recuperação frágil, do ciclo curto, sobreestimado. Um novo impressionismo, agora simétrico, sobre as possibilidades desenvolvimentistas do sistema, com a nova economia, é ainda menos razoável. Um quadro pluricausal é, portanto, muito mais sólido, e valoriza as articulações complexas do fatores objetivos e subjetivos.

Outubro permanece, no entanto, como o paradigma da revolução socialista, e nessa dimensão está o paradoxo. A compreensão e estudo do lugar da revolução no nosso século tem à sua frente, como obstáculo, a nostalgia do passado mais remoto, que foi romantizado, em parte da tradição marxista, e que turva a observação do passado mais recente. Como a influência do marxismo, por razões óbvias, é muito grande nos estudos das revoluções, e a influência de Outubro, por sua vez é muito grande sobre os marxistas, é compreensível a “russificação” do modelo teórico para construir padrões comparativos.

A revolução russa se destaca, de qualquer forma, por três elementos decisivos que a distinguem de todas as outras revoluções socialistas do século XX: nela, *o sujeito social dirigente e polarizador do descontentamento popular foi, indiscutivelmente, o proletariado urbano*, que acaudilhou as outras classes, em particular, a imensa massa camponesa, que constituía a maioria da população; nela, *a auto-organização popular, nas fábricas, nos bairros populares, nas forças armadas, e nas aldeias camponesas, na forma dos conselhos ou soviets, permitiu a mais avançada experiência de democracia direta*, conhecida pelo movimento operário até então (primeiro como duplo poder “institucionalmente” organizado, e nos primeiros dois ou três anos depois de Outubro, como órgãos de soberania popular sobre o Estado); e finalmente, nela, existiu *uma direção internacionalista*, que acreditava que o projeto da revolução russa dependia, como questão de vida ou morte, do triunfo da revolução europeia em geral, e da revolução alemã em particular.

A excepcionalidade de Outubro coloca problemas teóricos de diversas naturezas. Um deles concentra a nossa atenção: *o que diz respeito à compreensão do que seria uma situação e uma crise revolucionária*, e se poderíamos concluir, ao contrário do que pensavam os principais teóricos

marxistas do início do século, que existem mais de um tipo de crises revolucionárias.⁴²⁷

4.2. Os tempos da revolução e as revoluções no tempo

Mas comecemos pelo princípio: como definir uma revolução? Em primeiro lugar, *é necessário recordar que uma revolução não se deve confundir com o triunfo de uma insurreição*. A História está cheia de exemplos de putschs, quarteladas e golpes palacianos que triunfaram, apesar da indiferença e apatia popular, assim como, inversamente, de autênticas revoluções populares, que foram derrotadas. São fenômenos históricos de natureza muito diferente.⁴²⁸ Não é a vitória, ou seja, a conquista do poder que define uma revolução.

⁴²⁷ Sejam imprudentes, e encaremos de frente o problema da importância da periodização histórica e política: os critérios que as ordenam, não sendo os mesmos, não são inocentes. Já foi dito que, *se nada muda, então nada importa*. As concepções de História não são imunes à força avassaladora das premissas que uma visão do mundo estabelece a priori: as respostas que se encontram dependem, e como dependem, das perguntas que são feitas. Por exemplo, se na longa duração, o foco da investigação se desloca para o que não muda, e tem permanência e perenidade, ou quando muito, se transforma lentamente, em uma escala de tempo que nos esmaga, e que está, muito além, de um horizonte razoável, para a limitada existência da condição humana, então é inexorável que o cepticismo triunfe sobre a vontade. As possibilidades da mudança, precisam ter dimensões humanas, para que a desesperança não seja exasperadora: por isso, a contribuição primeira do marxismo para a História, tem sido a oferta de uma explicação para a alternância de ritmos das transformações na vida das civilizações e sociedades. É preciso que a História seja capaz de se perguntar e perceber, seja qual for o período a que sua investigação se dedique, quais eram os desafios que os homens que a fizeram, se colocaram, e como se formularam, as escolhas alternativas que os dividiam entre si, e, finalmente, porque uma via se sobrepôs a outras, e em que medida, a aventura da mudança foi bloqueada ou acelerada. Essa é a importância do conceito de crise revolucionária. Assim como a geografia é impiedosa com o “cretinismo geográfico”, dos que desprezam o espaço econômico, a história deveria ser impiedosa com o “cretinismo histórico”, dos que desprezam as medidas do tempo político.

⁴²⁸ Sendo diferentes, estão às vezes associados. Não é incomum que golpes militares, rebeliões de quartel, ou conspirações palacianas, funcionem historicamente, como um sinal de que uma tormenta muito maior se aproxima. *Não há, é claro, um sismógrafo da revolução*: é muito difícil prever porquê as grandes multidões populares, urbanas ou rurais, que aceitaram com passividade e resignação situações tirânicas durante décadas, depois se colocam em movimento, e despertam com fúria para a arena política, em busca de uma solução para as suas reivindicações. Mas não há, também, política marxista sem capacidade de previsão e antecipação em relação aos acontecimentos, isto é, sem o afã de procurar interpretar as principais tendências evolutivas em conflito: essa maior ou menor capacidade de prognóstico oferece uma enorme superioridade, e não pode ser desprezada. As operações palacianas, todavia, podem “abrir uma janela”, por onde depois irá entrar o vento da revolução, que estava, até então, contido: foi assim que se iniciou a revolução portuguesa em 74, com a insurreição militar dirigida por Otelo Saraiva de Carvalho. Mas, no espaço de poucos dias, milhões já tinham saído às ruas, abrindo a cena para os outros atos da revolução, em especial o “verão vermelho” de 75. Uma última questão merece atenção, embora possa parecer um pouco prosaica, para historiadores. É muito

Esboçemos algumas definições preliminares: devemos entender por revolução, *a aceleração dos ritmos históricos, a agudização das lutas de classes, que está na raiz da abertura de crises revolucionárias* e, neste nível de análise, é irrelevante, o desenlace final dos processos, se vitoriosos ou derrotados, já que estamos focando o nível de tensão social que se traduziu na forma de *colapso, pelo menos parcial, da governabilidade do Estado* e, em alguma forma (até atomizada, ou mesmo inorgânica), de *dualidade de poderes*.

A revolução espanhola da década dos 30, por exemplo, esteve entre as revoluções mais impressionantes da história, sejam quais forem as medidas, os critérios e as comparações que se façam, embora, por uma série de circunstâncias, tenha sido, finalmente, derrotada. *A revolução se inicia muito antes da insurreição*, e supõe uma situação de crise nacional, uma combinação aguda de crise de governo com crise de regime, ou uma situação combinada de crise econômica e social e crise política, que *coloca em marcha as camadas mais profundas do povo, até então, politicamente apáticas e desinteressadas*.

Como se pode concluir, uma revolução tem, portanto, dois elementos definidores fundamentais, sempre mesclados, mas que o esforço de análise tem a necessidade de desmembrar: (a) *uma crise terminal do regime político de dominação*, com o colapso, pelo menos parcial, da autoridade das instituições; esta crise do regime, é uma refração do que

comum, que se associe a idéia de revolução a um processo violento, ou até sangrento, em que milhares de vidas de “pessoas inocentes” são sacrificadas. Esses preconceitos políticos são recorrentes, e não devem ser subestimados junto às pessoas politicamente desinteressadas. Mas esse mito é historicamente infundado. Na revolução de Outubro, morreram em Petrogrado exatamente sete pessoas. Em Moscou, onde a resistência das forças militares leais ao governo de Kerensky ofereceram maior resistência, morreram aproximadamente cem. Ou seja, pouquíssimo sangue foi derramado. É, no entanto, certo e verdadeiro, que durante a Guerra Civil, a Rússia sangrou até à exaustão. Mas são fenômenos muito diferentes, embora indivisíveis, a revolução e a contra-revolução. O importante é, todavia, não confundir as formas políticas dos processos com a sua substância social: quanto mais minoritárias forem as bases sociais das quarteladas, mais violentos e sangrentos tendem a ser os combates. *Quanto mais massivas e legítimas forem as revoluções, mais pacíficas as suas formas, e mais limitadas as possibilidades da contra-revolução*. Ou seja, exatamente o inverso do que pensa o senso comum.

podemos chamar as condições objetivas da situação revolucionária, que expressam a decadência do país, a perda de peso da nação dentro mercado mundial, o empobrecimento da sociedade, o impasse histórico a que foi conduzida, ainda que as classes em luta, não tenham, ainda, uma percepção clara de que estão sendo arrastadas para uma catástrofe; (b) *uma mudança de relação de forças entre as classes tão profunda, pela entrada em cena, através da ação direta, das camadas mais exploradas e oprimidas do povo*, que se abre um período de pluralidade de poderes, esteja ou não “institucionalizada”, na forma de organismos reconhecidos pelas massas em mobilização, e estejam ou não esses organismos centralizados.

A maioria das crises revolucionárias dos últimos vinte e cinco anos, no entanto, *se distinguiu pela inexistência de organismos*, e a dualidade de poderes, se manifestou, de forma atomizada e, ou, inorgânica, pela presença massiva das massas nas ruas em mobilizações. A existência de organismos de democracia direta e de massas, *já é a expressão da evolução de uma crise revolucionária de tipo de Fevereiro para uma crise de tipo de Outubro*. A abrupta irrupção de massas, quase sempre *uma surpresa histórica*, exige que a crise econômica e social, tenha atingido um grau mais elevado de agudização, na forma de um cataclisma, ao ponto de exasperar as massas até ao limite.

Mas esses dois elementos, o ascenso e a crise, embora caminhem em paralelo, são desiguais e variáveis, e conforme a situação, um pode estar mais amadurecido do que o outro: mas o segundo é sempre o decisivo. Revoluções são, portanto, um fenômeno histórico que tem como característica definidora mais importante, a irrupção multitudinária das classes populares e a intervenção ativa das massas na arena política: em outras palavras, a abrupta elevação da intensidade das lutas de classes, e bruscas e aceleradas mudanças nas correlações de forças entre as classes. Por mais aguda que seja a crise econômica, por mais severos os cataclismas,

por mais dramática que seja a agonia do regime, sem que as massas entrem em cena, não se abre uma situação revolucionária. ⁴²⁹

São as únicas que merecem o estatuto de revoluções para a História, que não se deixa confundir por golpes de Estado ou quarteladas. São sempre precedidas por situações revolucionárias, sejam elas, revoluções políticas ou revoluções sociais, embora as primeiras, nem sempre se desdobrem nas segundas. Embora seja excepcional, uma situação revolucionária pode até se manter em aberto por vários anos, *como um impasse histórico indefinido*, quando nenhuma das classes em pugna consegue oferecer uma saída para a crise que arraste a maioria do povo, e no

⁴²⁹ Apresentamos a seguir um extracto de Trotsky sobre o tema das relações de forças, especificamente sobre a Alemanha em 32, pouco antes da chegada de Hitler ao poder. Trotsky toma como ponto de partida a relação de forças eleitoral, uma tradução distorcida da verdadeira relação de forças. Esta questão, como sabemos permanece atual. É muito comum que se tome até a representação parlamentar, um indicador ainda mais unilateral, como expressão da relação de forças no país, o que, dependendo da legislação eleitoral mais ou menos democrática em vigor, só alimentará conclusões mais deformadas e disparatadas. A metáfora de Trotsky é um achado: como nos espelhos mágicos dos parques de diversões, que fazem os magros parecerem gordos, e os gordos parecerem magros, o sufrágio universal é sempre um indicador muito parcial das relações de forças. Porque faz o peso social e político das classes populares e das suas organizações aparecer invertido, isto é, muito diminuído e fragilizado, em relação à a força social que realmente possui. Inversamente, a força social da burguesia, tendencialmente, sempre é menor do que o número de votos que seus partidos obtêm, ou de parlamentares eleitos. Mas a força política das classes proprietárias, tampouco se resume ao número de votos que os seus partidos conquistam nas eleições: além de fatores subjetivos, como a herança da tradição e o peso cultural do conservadorismo, ela repousa no controle da riqueza, dos meios de comunicação, e no monopólio das armas nas mãos da polícia e das forças armadas. Por outro lado, *a força social real e a força imaginária, são também um terreno de disputa: cada classe precisa de confiança em si mesma para lutar*. Esse elemento subjetivo, é um dos maiores obstáculos que as classes dominadas precisam superar, para se colocarem em movimento, isto é, a construção da unidade de ação, e a perda do medo dos exploradores que os oprimem, a crença ou fé, na possibilidade da vitória: *“Os social-democratas com os comunistas “não poderiam tomar o poder”(…) A social-democracia e o Partido Comunista têm juntos perto de 40% dos votos, se bem que as traições da social-democracia e os erros do Partido Comunista joguem milhões no campo do indiferentismo e até no do nacional-socialismo. Bastava o simples fato de ações comuns desses dois partidos, ações que abrem às massas novas perspectivas, para que a força política do proletariado aumentasse incomensuravelmente. Mas tomemos por ponto de partida os 40%. Bruening ou Hitler têm mais ? E entretanto, só esses três grupos podem governar a Alemanha: o proletariado, o partido do centro ou os fascistas. Mas o pequeno burguês ilustrado assimilou até a medula dos ossos esta verdade: ao representante do capital não é preciso mais do que 20% dos votos para governar: não tem a burguesia os bancos, os "trust",(...) as estradas de ferro? Tomamos mais acima a relação de força sob o seu aspecto parlamentar. Mas isso é apenas um espelho curvo. A representação parlamentar de uma classe oprimida diminui consideravelmente a sua força real, e, inversamente, a representação da burguesia, mesmo na véspera do seu desmoronamento, é sempre mascarada de sua força imaginária. Só a luta revolucionária põe a nu a relação real de forças. Na luta direta e imediata pelo poder, o proletariado,(...) desenvolve uma força que ultrapassa de muito sua expressão parlamentar.”*(grifo nosso)(TROTSKY, Leon, **Revolução e Contra-revolução na Alemanha**, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, Coleção História e Política 6, 1979, p.145/6)

seu interior, podem ocorrer várias mudanças de conjuntura. Ou seja, *na situação revolucionária, a questão do poder está colocada, mas pode permanecer sem solução, e ser adiada*, enquanto a crise revolucionária não se precipitar, ou a contra-revolução não conseguir derrotá-la.⁴³⁰

Já o que caracteriza, por sua vez, a crise revolucionária, *é a abertura de um período, necessariamente breve, de semanas ou poucos meses, em que a conquista do poder, ou a derrubada do*

⁴³⁰ Foi o que aconteceu na Alemanha nos anos 20, e na Espanha nos anos 30, por exemplo, com a permanência de uma situação revolucionária em aberto por muitos anos, apesar de inúmeras mudanças de conjunturas. A resolução do impasse, em uma situação revolucionária, só pode ser resolvida no terreno da luta de classes, mas isso não quer dizer que todas as derrotas sejam necessariamente sangrentas: inversões dramáticas das relações de forças podem ocorrer, como, por exemplo, foi o caso na revolução portuguesa, por uma acumulação de pequenas derrotas, sem um momento de confronto como no Chile em 1973. Uma situação revolucionária pode se fechar pela adoção, pela classe dominante, tanto de políticas contra-revolucionárias, quanto políticas reaccionárias. Por políticas contra-revolucionárias devemos entender o emprego, em larga escala, de métodos de guerra civil contra as massas em luta, isto é, os métodos do terror de Estado. Mas uma situação revolucionária pode se fechar dando origem tanto a uma situação contra-revolucionária ou a uma situação reacionária: os regimes políticos que correspondem a essas duas situações são muito diferentes. Porque a revolução também pode “se afogar” no pântano da “reação democrática”, quando uma inversão geral da correlação de forças se altera, por métodos políticos, sem que a burguesia recorra às armas. As classes dominantes podem se apoiar, com sucesso nas urnas: De Gaulle se apoiou no referendo, para que a França “profunda”, se manifestasse contra os “arruaceiros” de Paris; o PS de Mario Soares se apoiou no sufrágio universal (o norte “cristão” contra o sul “comunista”) para, em sucessivas eleições, chantagear o país, com o “a Europa está conosco”, e se o PS não fosse ao Governo, não haveriam recursos para resolver a crise econômica. Por outro lado, as situações contra-revolucionárias, também não são homogêneas. *A experiência do século indica que podem existir mais de um tipo de situações contra-revolucionárias, e o fascismo é uma das respostas, mas não é a única*. Toda a contra-revolução é, na nossa época, socialmente burguesa, mas a contra-revolução do pós-guerra, só excepcionalmente (como no Brasil, antes de 64, com a TFP, e a marcha pela Família, Pátria e Propriedade, e ainda assim de forma efêmera), conseguiu uma mobilização ativa da pequena burguesia e do lumpen para destruir as conquistas democráticas. *Mas um regime contra-revolucionário pode se sustentar baseado na unidade da classe dominante, na sustentação internacional do imperialismo, e no apoio passivo da pequena burguesia*. Antes de 45, como sabemos, a contra-revolução assumiu, quase sempre, a forma do fascismo. Mas, depois, predominou a forma dos golpes militares, e dos regimes bonapartistas, fossem militares ou civis (é por exemplo o caso do auto-golpe de Fujimori no Peru, nos anos 90). Essas novas formas, se explicam pelas dificuldades agravadas de mobilizar as camadas acomodadas, ou mais abastadas, da pequena-burguesia proprietária, e pela redução da sua expressão econômica e social. Existe, por último, mais recentemente, um renascimento político do neo-fascismo, em especial, nos países centrais, essencialmente, por enquanto, como fenômeno eleitoral (o que não impede, também nos países periféricos, ocasionalmente, a ação terrorista de bandos de para-militares, quase sempre recrutados entre os lumpens e a polícia, como no caso dos jagunços que no interior do Brasil perseguem os sem-terra). Nos EUA, na forma das Igrejas fundamentalistas cristãs, uma das bases sociais mais sólidas da cruzada de Reagan, e seu discurso político paranóico sobre a iminência do “Armagedom”, a histeria anti-comunista, que pregava a “Guerra nas estrelas”, o canhão de laser orbital “Excalibur”, etc... Na Europa, na forma do chauvinismo racista anti-imigrante: tanto na França, quanto na Alemanha e na Inglaterra, e agora na Áustria, os partidos neo-nazis têm obtido algo que flutua, no mínimo, entre 10% e 15% dos votos.

governo, se coloca, não só como possível, mas como “incontornável”: essa é a hora da insurreição ou da contra-revolução. Nessas circunstâncias, toda hesitação ou vacilação podem ser fatais, porque a questão do poder se coloca de forma inadiável: é o momento de máximo tensionamento histórico, de uma gravidade insuportável para todos os sujeitos sociais. A sociedade é toda convulsionada até às suas entranhas, e exige de maneira imperativa, que alguma solução política se imponha.

É a hora, do aqui e agora, porque, senão, estará tudo, irreversivelmente, perdido.⁴³¹ No calor de uma situação revolucionária, a crise pode se reabrir, até mais de uma vez, se a contra-revolução não conseguir, entretanto, uma vitória acachapante e inelutável. Por outro lado, freqüentemente, inúmeras situações revolucionárias foram bloqueadas, antes da precipitação da crise revolucionária.

Mas é preciso dizer que essas definições, embora úteis, permanecem excessivamente gerais, e continuam insuficientes. Apresentemos o problema: as crises revolucionárias que precedem os Fevereiroiros são, para o fundamental, um processo semelhante às crises

⁴³¹ Sobre o conceito de crise revolucionária, como iminência da revolução (o agir imediatamente, esta noite, porque amanhã, pode ser demasiado tarde), e a originalidade do pensamento de Lenine, que estabelece pela primeira vez alguns critérios para a compreensão dos momentos, em que a vertigem da política, desafia a lentidão da História, as palavras de Bensaïd são uma referência, sugerindo a idéia da crise nacional, para evitar a confusão com outras crises políticas de menor envergadura: “*Il faut donc agir «ce soir, cette nuit». L'élaboration de cette problématique au cours des années de guerre et l'opposition consciente à l'orthodoxie régnante sont liées chez Lénine à la relecture de la Logique de Hegel. Dès 1915, il rumine l'idée de crise révolutionnaire qui l'obsède tout au long de l'année décisive de 1917. Cette idée rend concevable la conquête improbable du pouvoir par une classe soumise ordinairement au cercle de fer de l'exploitation et de l'aliénation. Elle fournit la clef de la question vertigineuse: comment de rien devenir tout? Mais qu'en est-il au juste de la crise? Lénine n'en donne pas une définition précise. Il énumère plutôt ses conditions algébriques générales: quand ceux d'en haut ne peuvent plus...; quand ceux d'en bas ne veulent plus...; quand ceux du milieu hésitent et peuvent basculer... Les trois conditions sont indissociables et combinées. Il s'agit alors, non d'un mouvement social qui s'approfondit, mais spécifiquement d'une crise politique de la domination, une crise d'ensemble des rapports sociaux, dont la forme est celle d'une «crise nationale». Pourquoi «crise nationale»? Il faut détruire l'Etat en tant que corps séparé. Mais par quoi le remplacer? Pratiquement, la dualité de pouvoir inhérente à la situation révolutionnaire ne peut se dénouer victorieusement que si certaines fonctions vitales (ravitaillement, transports, sécurité) du vieil appareil d'Etat paralysé ou partiellement disloqué sont remplies par des organes nouveaux plus démocratiques et plus efficaces : la Commune de Paris, les soviets de 1905, les conseils ouvriers de*

revolucionárias que precedem os Outubros ou não? Quais as articulações entre as revoluções políticas e as revoluções sociais? Para começar a enfrentar essa questão, vale a pena lembrar o básico: todas as revoluções sociais, *se iniciam como revoluções políticas*.

A revolução russa, por exemplo, não esqueçamos, foi *um processo que uniu de forma ininterrupta* quatro revoluções: (a) *a revolução política de Fevereiro*, democrática-burguesa na forma (porque a maioria popular quer derrubar o governo, mas é “inconsciente” da necessidade de tomar o poder) e nos resultados (porque derruba o regime do Czarismo), mas anticapitalista na substância (porque tem como sujeito social o proletariado e os camponeses, na forma da rebelião dos regimentos militares); (b) *a revolução político-social de Outubro*, anti-capitalista na forma (porque os bolcheviques se apóiam em uma maioria conquistada nos soviets, “consciente” da necessidade de ser governo), e socialista no conteúdo (porque produz uma mudança social no controle do Estado, que deixa de ser um Estado ao serviço do Capital); (c) *a revolução econômico-social*, de julho de 1918, porque inicia a expropriação capitalista, e as relações sociais deixam de ser burguesas, e passam a ser pós-capitalistas, portanto, transicionais (não mais capitalistas; ainda não socialistas); (d) *a revolução militar-social*, que só se conclui com a vitória sobre as FFAA contra-revolucionárias, ao final da guerra civil, depois do exército vermelho vencer os exércitos brancos e as forças invasoras estrangeiras, em 1920.

A questão se coloca mais apropriadamente se considerarmos, também, que na História *não ocorrem processos “quimicamente puros”*, e portanto as revoluções políticas, mesmo as mais limitadas, *têm conseqüências econômico-sociais*.⁴³²

Turin.”. (grifo nosso) (BENSAÏD, Daniel **Le pari mélancolique: métamorphoses de la politique, politique des métamorphoses**. Paris, Fayard, 1997.p78/9)

⁴³² A utilização do conceito de revolução pode ser feito, equivocadamente, de maneira excessivamente restrita, ou excessivamente, abrangente. A historiografia brasileira hesita entre os dois extremos, com excessiva freqüência. Ora não encontramos nenhuma revolução (daí o sucesso do modelo explicativo das “transições por cima”, o “bismarckismo recorrente”, enfim, a mudança por métodos reformistas, seja quase unânime, para a maioria dos momentos chaves de nossa história), ora temos uma poluição

Estamos, portanto, diante de pelo menos três problemas teóricos fascinantes: o que é uma revolução; como definir uma situação revolucionária, e como e quando, no interior de uma situação revolucionária se abre uma crise revolucionária. Vejamos um de cada vez, esclarecendo, desde já, que cada um deles, tem uma longa história de debates e polêmicas. Em primeiro lugar, consideremos, um pouco esquematicamente, a discussão sobre os critérios para definir o que seria uma revolução:

- (a) *pelos resultados*, isto é, pelas transformações efetivas que a revolução foi capaz de realizar, e consolidar, em função das relações de forças sociais nacionais e internacionais em que estava inserida, e do estágio de desenvolvimento econômico-social-cultural, em que estava a nação;

de revoluções (boa parte da literatura que não encontra um modelo teórico para a questão dos quilombos, por exemplo). Os historiadores de educação marxista, são responsáveis por boa parte desses problemas. A questão se coloca, no entanto, porque a nossa história está repleta de processos de mudança atípicos, ou *sui generis*. As revoluções políticas, ainda que limitadas à mudança do regime político, podem ter, em maior ou menor grau, *conseqüências político sociais, ou econômico-sociais, ainda que parciais, sem que a natureza de classe do Estado ou das relações sociais de produção seja alterada*. Tudo depende da profundidade da mobilização revolucionária dos sujeitos sociais e da qualidade do sujeito político. A revolução de 30 no Brasil, por exemplo, uma clássica revolução política, isto é, um Fevereiro, derrubou o regime da república velha, mas foi, pelo menos parcialmente, além, e teve como efeito colateral, *o deslocamento transitório da burguesia paulista do controle do aparelho de Estado, garantindo uma “expressão mais nacional” da classe dominante, ou seja, deslocou um sector das classes proprietárias, e colocou no poder, outras frações*. A revolução de 30 se inicia em meados dos anos vinte com a rebelião tenentista, uma refração dentro do exército, do deslocamento das novas classes média urbanas para a oposição ao regime. É uma revolução *burguesa pelas tarefas* (a derrubada do regime, a radicalização nacionalista dos sectores médios, a reforma agrária) e *pela direção* (o bloco pró-Vargas que finalmente se constitui); *popular, pelo sujeito social indefinido*, tendo à sua frente a maioria das classes médias urbanas, acaudilhando um movimento operário social e politicamente muito débil; e *democrática* pelos resultados. Um outro aspecto da mesma questão merece também a nossa atenção. Mesmo “Fevereiro” débeis, como foi o brasileiro nas Diretas de 84, em que a transição do regime bonapartista militar, para um regime democrático, pôde ser pilotada de “cima”, através da passagem negociada do Governo para uma presidência civil, sem eleições, *deixa conquistas econômico-sociais, mesmo que distorcidas*. Uma das principais razões que explicam o atraso do ajuste neoliberal no Brasil, se comparado com os anos 80 nos países centrais, por exemplo, ou com o processo Chileno na América do Sul, foi a força do ascenso na luta de classes, que passou pela saída às ruas de mais de oito milhões de pessoas entre 25 de Janeiro e 25 de Abril de 84, mas que continuou, sem derrotas qualitativas, até o início dos anos 90. Nenhum sector burguês mais influente, se atrevia, no calor da luta de classes dos 80, a assumir um projeto econômico-social de ajuste fiscal neo-liberal, e de abertura comercial e recolonização, com milhões de grevistas nas ruas. Seria, na verdade, impensável, que recursos externos viessem ancorar a estabilização monetária, em um país sacudido pela vaga grevista recorde dos anos 80, ao lado da África do Sul e da Polônia. O ajuste acabou sendo feito, ou completado, apenas na segunda metade dos anos 90, com um atraso significativo.

- (b) *pelo sujeito social*, ou seja, pelas classes, ou melhor, pelo bloco de classes que se mobilizaram, e se uniram, para derrubar o regime anterior e realizá-la;
- (c) pelas tarefas político-econômicas que estão colocadas diante da nação, ou seja, o *conteúdo histórico-social do programa*, que a revolução pretende cumprir, *esteja ou não o sujeito social, consciente da necessidade dessas tarefas para satisfazer as suas reivindicações*⁴³³;
- (d) *pela direção política da revolução*, o sujeito político, que pode ser um *sujeito político colectivo*, na forma de partido ou partidos (como na revolução russa), ou clubes (uma forma pré-partidária como na revolução francesa), ou exércitos-partidos (como na revolução chinesa

⁴³³ *Todas as revoluções da História foram, em maior ou menor medida, inconscientes, por esta razão.* Esta caracterização exige algumas explicações, porque pode ser usada de forma abusiva. Desde sempre, a reação se apóia em uma concepção conspirativa da história, para denunciar que as revoluções seriam a obra de “agitadores extremistas”, que “manipulam” as massas “indefesas”. A “imprudência” das revoluções se explicaria pela ação sabotadora de elementos exaltados, que se aproveitariam das boas e pacatas “massas”, até então, conformadas à dificuldade de conseguir a justiça social, de um dia para o outro. Esta, por sua vez, só poderia vir, da continuidade do desenvolvimento (a promessa do progresso, ontem, e o crescimento econômico, hoje, servem sempre como álibi reacionário), ou seja, enquanto o bolo não cresce não há como reparti-lo, e enquanto isso, o que a sociedade precisa é de mais trabalho, de preferência muito disciplinado, e nunca de aventuras políticas voluntaristas. Tudo isso é um veneno vazio de conteúdo, mas terrivelmente útil para justificar o mal estar social. Enfrentemos, todavia, a questão das revoluções inconscientes, e a necessidade do conceito. As grandes massas em luta pelas suas reivindicações (terra, paz, pão, liberdade, democracia, independência nacional, etc...) isto é, por uma vida melhor, têm uma compreensão muito parcial das tarefas históricas, ou seja *econômico-sociais*, necessárias, como um programa de mudança da ordem social, para a sua vitória. Também têm imensas dificuldades de imaginar o que seria *uma mudança política-social*, ou seja, a conquista do poder, e o exercício da política, por elas mesmas, sem a mediação das instituições do regime que desmorona. *Vivem “fora da política”, a maior parte de suas vidas, e por isso, a delegação do poder político, seja de forma coercitiva, pela usurpação violenta, seja de forma mascarada, pelo voto em alguém, é uma das forças de inércia histórica mais poderosas.* As massas, sejam elas operárias, camponesas, ou populares (as classes médias incluídas) se colocam em movimento, para derrubar o governo e o regime, *sem uma idéia muito clara do que seria necessário erguer no seu lugar, sem um projeto definido de ordem social e política alternativo, e sem propostas previamente acordadas de quais mudanças realizar.* A obra “destrutiva” da revolução, surge sos olhos das multidões em luta, com uma urgência e uma clareza, *proporcionalmente inversa*, à dificuldade de perspectiva, do que seria o novo poder e o novo regime. Nesse sentido, também, o papel subjetivo da direção revolucionária, o sujeito político coletivo, os milhares de pequenos chefes, que emergem de qualquer processo revolucionário mais profundo, é decisivo. Ele pode ser qualitativo para garantir que a revolução não fique estacionada ou congelada na fase política da queda do regime, e para ajudar as massas a procurar a via da sua auto-organização e construção de organismos independentes de democracia direta, a chave

e vietnamita), ou igrejas-partidos (como na revolução iraniana), ou fórmulas híbridas e intermediárias entre essas, “movimentos” armados (o mfa, na revolução portuguesa, uma espécie de fração político-militar no exército, semelhante ao tenentismo), ou civis (os amigos de Durruti, na insurreição catalã) que assumem a confiança das massas em luta; ou até mesmo, *mais excepcionalmente, individuais*, em sociedades em que o atraso político-cultural é maior. Há, também, a questão interessantíssima, das revoluções sem direção política clara e inequívoca. Ou, para sermos exagerados, *politicamente “acéfalas”*.⁴³⁴

para avançar na direção de uma revolução político-social, e de uma revolução econômico-social do tipo Outubro.

⁴³⁴ A metáfora, talvez, não seja a mais apropriada, mas responde à necessidade de descrever o “vazio” relativo de direção em algumas revoluções. Ou, se preferirmos, e sendo mais precisos, os elevados graus de espontaneidade e improvisação da direção, que podem ser encontrados em inúmeras revoluções políticas. A avalanche de mobilização de massas pode ser de tal maneira poderosa e incontível, que a vitória da revolução, isto é, a derrocada do governo e do regime pode ocorrer de forma fulminante. Esse foi o caso da própria revolução de fevereiro de 17, da revolução de Novembro de 18 na Alemanha, e, em grande medida, mais recentemente, do processo da revolução de “veludo” na Tchecoslováquia, do levante na ex-Alemanha Oriental, e da insurreição na Romênia em 89. A força do sujeito social é tamanha, e a fragilidade dos regimes é de tal gravidade, que desmoronam como um “castelo de areia”. Em outras palavras, os fatores objetivos e subjetivos se apresentam desigualmente desenvolvidos em uma proporção tão assombrosa, os primeiros quase apodrecendo, e os segundos quase inexistentes, que essa contradição, não impede a revolução de triunfar. Nessas circunstâncias excepcionais, a ausência do sujeito político revolucionário foi suprida pelo ativismo das massas em movimento. De qualquer forma, é importante notar, que nas revoluções político-sociais (aquelas em que mudou a natureza social do Estado e ou das relações sociais de produção, ou pelo menos, se alteraram de, forma qualitativa, as relações de propriedade), ocorreu o fenômeno diretamente inverso: só triunfaram, pelo menos até hoje, revoluções dirigidas por sujeitos políticos hiper-centralizados. Donde se pode avançar a conclusão, de que as necessidades subjetivas, como condição para a vitória, são muito diferentes nas revoluções políticas, comparativamente às revoluções sociais. Evidentemente, por vazio de direção, não se deve concluir que inexistiu qualquer direção política. *Não existe vazio absoluto em política: sempre aparece alguma forma, mais ou menos improvisada, de sujeito político coletivo*. Mesmo que disforme, sem maior densidade ou homogeneidade programática, “a necessidade abre o caminho”, e exige que surja da luta, uma direção política para que as massas tenham um ponto de apoio para as suas ações. É claro que, sendo improvisadas no calor das circunstâncias, a autoridade dessas direções é muito frágil. *Mas as massas se apóiam no material humano que encontram disponível*. Muito freqüentemente, aqueles que estiveram à frente da revolução, pela sua própria debilidade, mesmo se tendo cumprido um papel heróico no início da revolução, são deslocados rapidamente do caminho e não acedem mesmo ao poder, e outro sujeitos políticos, surpreendidos pelo ascenso de massas, mas com maior enraizamento histórico e maior experiência, mesmo chegando atrasados na luta, acabam por “usurpar”o poder. O marxismo conheceu velhas discussões sobre o lugar do sujeito político coletivo, sendo a mais famosa, aquela que opunha Lênin a Rosa Luxemburgo, concentrada em diferentes avaliações sobre o lugar da dialética do espontâneo e do consciente no processo revolucionário. Como este tema é explorado no capítulo dedicado à apresentação das posições de Rosa, aqui só cabe agregar uma consideração: todas as autênticas revoluções populares, despertam as massas, anteriormente resignadas, para a ação política direta, e dentro das massas em movimento, surgem milhares de pequenos chefes políticos, por lugar de trabalho, de moradia, nas

Sendo todos eles necessários, para compreender a *natureza de classe da revolução*, e indispensáveis para caracterizá-las *politicamente*, mas sendo muitas vezes contraditórios uns em relação aos outros, como expressão dos amálgamas históricos mais complexos (velhas tarefas, por tempo demais adiadas, novos sujeitos sociais imaturos, e politicamente precoces), qual seria, entre eles, o critério ordenador?

O debate sobre a natureza da revolução, é um dos mais instigantes da teoria da revolução do marxismo, e remonta, como sabemos à velha polêmica entre a teoria da revolução por etapas e a teoria da revolução permanente. Não pretendemos, neste trabalho, invocar a história dessa controvérsia: os seus termos são bem conhecidos, e uma ampla bibliografia, com uma discussão “hemorrágica”, está disponível sobre a questão. O que nos interessa é focar a discussão sobre o curso original das revoluções posteriores a Outubro.

Já dissemos que o seu traço comum mais constante, foi que *se assemelharam mais ao Fevereiro russo*. Nesse sentido, não é irrelevante resgatar como foram pensadas as diferentes hipóteses de

idades e nas vilas, enfim, por toda a parte, e, por isso, *os graus de espontaneidade serão tanto maiores, quanto maiores forem as energias desbloqueadas*. Mas se essa vanguarda ampla, inexperiente e desarticulada, não tiver um ponto de apoio nacional visível e credível, a tendência é que essa vanguarda se disperse, com a mesma velocidade que surgiu. Se a maturidade dos fatores objetivos for *excepcionalmente grande*, a primeira vaga da revolução pode triunfar, como revolução política, *mesmo que a vanguarda ampla não encontre, para dirigi-la, um sujeito político coletivo* (como aconteceu, recentemente, no Paraguai e na Indonésia). As forças espontâneas colocadas em movimento pela revolução, diante de uma regime político apodrecido, *podem ser fortes o bastante, para derrubar o governo sozinhas*, pela disposição revolucionária do sujeito social, e praticamente sem sujeito político, isto é, sem um partido (ou mais de um partido, uma frente política, isso parece ser irrelevante), armados de um programa de mudança social, que queira fazer a revolução e tomar o poder. A História, nesse sentido, deu razão a Rosa. Em outras palavras, e explorando de novo a analogia histórica: *as crises revolucionárias de Fevereiro não exigem, como condição insubstituível de vitória, a presença de um sujeito político. Mas, por outro lado, as revoluções político-sociais, como Outubro, parecem exigir, como uma alavanca imprescindível da vitória, fatores de subjetividade mais complexos*. Sem uma direção política, sem um sujeito coletivo forjado, em décadas, de aprendizado e experiência, nas mais difíceis condições da luta de classes, e que tenha conquistado autoridade e confiança da vanguarda ampla, para o programa socialista, as revoluções político-sociais estariam fadadas à derrota. Nesse sentido a história deu razão a Lênin. De qualquer forma, mesmo as revoluções estritamente políticas, nas sociedades urbanizadas e politicamente mais complexas, vêm se tornando mais complicadas, e colocando a necessidade do sujeito político de forma mais aguda. A experiência sul-

dinâmica da engrenagem da revolução entre os marxistas que, seguindo a tradição, refletiam a teoria em termos de analogias históricas (Marx, por exemplo, pensou as revoluções de 48 à luz da experiência de 1789, Engels pensou a estratégia apresentada no Testamento à luz da derrota da Comuna, Lênin e Trotsky pensaram a revolução russa à luz de 1905, e depois, Trotsky, entre outros, pensou a revolução mundial, a partir da lições de outubro).⁴³⁵

Uma dessas discussões, muito pouco conhecida, mas especialmente interessante, quase visionária, pela lucidez dos argumentos de parte a parte, porque teve como eixo a questão chave da articulação entre as forças motrizes da revolução, *a pressão da necessidade histórica, na forma da urgência das tarefas, e o lugar da luta de classes, na forma do substitucionismo social*, foi a polêmica epistolar entre Trotsky e Preobrajensky, sobre a natureza da revolução chinesa. Escreveu Preobrajensky:

“Es imposible decir hoy si la pequeña burguesía china podría crear partidos análogos a nuestros socialrevolucionarios, o si tales partidos serán creados por los comunistas del ala derecha

africana, que exigiu um longo processo de maturação da direção no CNA, e muitas vagas de levante até à vitória, seria uma comprovação dessas dificuldades acrescidas.

⁴³⁵ A idéia original da utilidade da metáfora histórica Fevereiro/Outubro que estamos reivindicando, foi elaborada por Leon Trotsky à luz dos processos na França em 36, e retomada por Nahuel Moreno no início dos anos 80, em uma reflexão inspirada pelos destinos das revoluções nicaraguense e iraniana: *“Esas secuencias se dan en Octubre y en todas las revoluciones. Se expropia siempre después de febrero. En Rusia se da primero febrero, después octubre, y después la otra revolución, la económico-social]. (...) En las revoluciones de posguerra que expropiaron mientras no se gane la guerra civil, la guerra de guerrillas, no hay febrero. Y si no hay febrero, no hay posibilidad de expropiar a la burguesía(...)* Concretamente, se ha dado una de las más importantes leyes del desarrollo desigual y combinado, que son esas desigualdades, y desgraciadamente Trotsky no la aplicó. Trotsky volvió a pecar de poner un signo igual, y dijo: *“Revolución obrera = la hace la clase obrera = la hace un partido marxista revolucionario”*. Nuevamente cometió ese gravísimo error, que es de lógica formal, de creer que todo es igual a todo, y no es desigual y combinado. No cumplió con una de las más importantes leyes del desarrollo desigual y combinado, que dice que sectores de una clase pueden hacer revoluciones de otra clase. *Es decir fijense qué contradicción, no invirtió su propio proceso de razonamiento: Trotsky decía “revolución democrática”, y no ponía signo igual; quienes ponían signo igual eran los menches. Los menches decían: “Revolución democrática = la hace la burguesía”. Y Trotsky se reía de ellos, diciendo: “Mirá, no son dialécticos. Quien pone signo igual es una catástrofe, es un metafísico.(...) Es su gran descubrimiento, que aplicó contra los menches, cuando dijo: “No: en este siglo, revolución democrática burguesa = revolución hecha por la clase obrera”. Es decir, una clase que hace la revolución de otra clase. Lo cual obedece a la ley del desarrollo desigual y combinado: la revolución democrática burguesa, una tarea atrasada, del siglo XIX, en el siglo XX la hace una clase antiburguesa.”* (grifo nosso)(MORENO, Nahuel. **Crítica a las tesis de la revolución permanente de Trotsky** Buenos Aires, Ediciones Crux, 1992. Colección Ineditos de Nahuel Moreno. p.39.)

que rompam con el partido, etcétera. Hay una sola una cuestión clara. La hegemonía del futuro movimiento aún pertenece al proletariado, pero el contenido social de la primera etapa de la futura revolución china no puede ser caracterizado como una vuelco socialista. **Usted tendrá dificultades para demostrar, si es que vamos a recurrir siempre a las analogías, que la actual situación en China es la etapa entre febrero y octubre, sólo que se extiende por años.** No ha habido febrero en China, el movimiento fue aplastado en el umbral de Febrero aunque en algunas cosas la situación superó a febrero (el espíritu contrarrevolucionario de toda la gran y media burguesía, de los kulaks y del capital mercantil). **Su error fundamental yace en el hecho de que usted determina el carácter de una revolución sobre la base de quién la hace, qué clase, es decir, por el sujeto efectivo, mientras que le asigna importancia secundaria al contenido social objetivo del proceso.** La revolución de noviembre en Alemania no fue realizada por la burguesía pero **nadie considera que fue proletaria.** La revolución de 1789 fue completada por la pequeña burguesía pero nadie ha caracterizado a la gran revolución francesa como una revolución pequeñoburguesa.”(grifo nosso) ⁴³⁶

Esta citação é especialmente importante, porque ela coloca de forma explícita, os termos de dois problemas inseparáveis: a questão da natureza social da revolução e a possibilidade de um protagonismo revolucionário camponês independente, como expressão do substitucionismo social, elevado à enésima potência.⁴³⁷

⁴³⁶ Ainda sobre esta questão, da diferenças entre Fevereiro e Outubro, como analogia história do que poderia vir a ser o futuro curso da revolução chinesa, diz Preobrajensky, insistindo em que os dois Fevereiroiros Chineses conquistaram menos do que o russo. Acerta também, por que coloca a impossibilidade de uma transição histórica para a independência da nação e para a resolução da questão agrária por vias não revolucionárias “bismarkistas” Acerta também, porque destaca a impossibilidade de uma transição histórica para a independência da nação e para a resolução da questão agrária, por vias não revolucionárias “bismarkistas”: **“Mientras tanto, las dos revoluciones chinas aun no han conseguido lo que nosotros conseguimos sólo en febrero, ni en el sentido de conquistas materiales ni, lo que es más importante, en el sentido de crear las condiciones para la organización de soviets de obreros y campesinos a escala masiva, algo que nosotros obtuvimos inmediatamente después de la caída del zarismo. Por otra parte yo no creo que en la China de hoy ningún tipo de movimiento esté asegurado en la dirección burguesa según líneas de evolución, de la misma forma en que se consiguió la desaparición pacífica de los remanentes feudales en Alemania luego de la revolución fracasada de 1848. Resumen: China todavía tiene por delante una lucha colosal, amarga y prolongada por cuestiones elementales como la unificación nacional, y ni qué hablar del problema colosal de la revolución democrático-burguesa agraria”.** (grifo nosso)(PREOBRAJENSKY, Eugeny, **Correspondencia entre Trotsky y Preobrajensky**, in Trotsky: **Teoría e Práctica de la Revolución Permanente**, MANDEL, Ernest, introducción, notas y compilación, Mexico, Siglo XXI, 1983, p.258)

⁴³⁷ Desde o final dos anos 50, Moreno desenvolveu uma reavaliação das conclusões de Trotsky na letra das **Teses da Revolução Permanente**, concluindo que Trotsky teria construído um modelo teórico excessivamente “enrijecido” em torno à universalidade da experiência russa. Duas características-chaves da experiência de Outubro, não voltaram a se repetir: nem o proletariado foi a classe social dirigente, nem foram partidos marxistas internacionalistas que estiveram à frente das revoluções. Mas as revoluções do pós-guerra (China, Cuba, etc...) teriam, apesar de tudo, confirmado a teoria da revolução permanente na sua essência: os mecanismos de pressão objetiva que estão na raiz do

processo de substitucionismo social, as forças da necessidade histórica, se manifestaram com tal intensidade e em tão elevado grau, que apesar das limitações subjetivas do sujeito político, levaram as direções políticas desses processos, muito além, do que eram as suas intenções originais. A defesa da engrenagem de radicalização que leva à necessidade da ruptura com a burguesia, prevista por Trotsky, para cumprir as tarefas democráticas, se confirmou em uma escala imprevista. A revolução agrária na China e em Cuba, colocou a necessidade da independência nacional e a ruptura com o imperialismo. E de forma ainda mais aguda, a necessidade de defender a revolução, cercada em um país, pela contra-revolução implacável, exigiu a expropriação capitalista e, mesmo que de uma forma limitada e incompleta, a defesa da extensão mundial da revolução (por isso, a radicalização operária e juvenil dos anos 60, à margem tanto da social-democracia quanto do estalinismo pró-Moscou, procurou no maoísmo, pelas posições de esquerda dos chineses, entre 56 e 74, e no castrismo, pelo exemplo internacionalista do Che, uma inspiração). Uma das amargas ironias da História, portanto, é que, mesmo tendo visto a essência de seus prognósticos confirmada, a corrente política herdeira das posições de León Trotsky, permaneceu marginal.. Quais seriam, então, os acertos e os erros das teses? O grande acerto teria sido a compreensão de que na época do imperialismo, *todas as revoluciones seriam anti-capitalistas*, mesmo se começassem como revoluções democráticas (isto é, todos os Fevereiroiros são anti-capitalistas, mesmo que o proletariado não seja o sujeito social, mesmo que as bandeiras sejam somente democráticas, mesmo que os níveis de consciência dos sujeitos sociais protagonistas não sejam socialistas e mesmo que se restrinjam a derrubar o regime tirânico e fiquem congeladas na estação da democracia). Em outras palavras, apesar do estágio maior ou menor de desenvolvimento capitalista da nação, e independentemente da maior ou menor maturidade objetiva do proletariado como sujeito social, as tarefas democráticas pendentes colocariam a necessidade de ruptura com o imperialismo, e por essa via, com a propriedade privada, se a luta pelo programa democrático for levada conseqüentemente até ao fim. Os dois grandes erros teriam sido: (a) a absolutização do papel do proletariado, como sujeito social dirigente; (b) a absolutização da necessidade de uma direção marxista internacionalista, como condição para o triunfo da revolução. Para Moreno os dois erros têm uma causa comum, uma aproximação excessivamente subjetivista à questão da teoria da revolução. Sob a pressão da necessidade histórica, da intensidade aguda de grandes tragédias econômico-sociais, a História resolve o problema da imaturidade dos fatores subjetivos por outros caminhos: outras classes substituem o proletariado e outras direções substituem os marxistas. Mas os limites subjetivos também cobram o seu preço: a burocratização e o encerramento dentro de estreitos limites nacionais. A seguir um extracto de Moreno: *“Preobrazhensky le dice: ‘Usted hace toda una estructura, y no la hace como un buen marxista. Usted arranca de los sujetos, del sujeto histórico, de la clase obrera, y ese es un mal razonamiento porque hay que arrancar de la realidad, y ver qué da la realidad. No todas las realidades van a ser como la rusa. Entonces, si en China la revolución es democrática burguesa, no está descartado que surja un partido pequeñoburués [que haga la revolución]...No cierre la posibilidad de otro sujeto. Es un razonamiento muy subjetivo, en vez de objetivo. Si hay que hacer una revolución democrática burguesa, no está descartado que aparezca una corriente [pequeñoburguesa] que la haga, que saque de allí a los imperialistas, etcétera. Si eso ocurre, con su teoría nos quedamos sin línea.... Entonces Trotsky, en la carta de respuesta que ya les mencioné, cambia, se ubica de otra manera, y responde una cosa que, según nosotros, es fundamental pero, desgraciadamente, no la desarrolló más. Trotsky le dice a Preobrazhensky: ‘Voy a tomar su argumento. Supongamos que vamos a sacar al imperialismo y les vamos a dar la tierra a los campesinos chinos. En China, sacar al imperialismo y darles la tierra a los campesinos ya es socialismo, ya es la revolución socialista. En China no hay señores feudales: los campesinos están explotados por los comerciantes usureos de los pueblos. Entonces, si nosotros les damos las tierras, expropiamos a la clase burguesa china. Si no, no hay salida. Es decir que se trata del propio proceso objetivo. Si hay un proceso de revolución democrática, esa revolución va a ser socialista por su propio contenido. Y lo mismo si se echa al imperialismo: si se le expropiaran las fábricas, eso es expropiar las fábricas capitalistas más grandes, los puertos, todo lo que tiene que ver con la esencia de la estructura económico-social china. Entonces, no me interesa el sujeto. Sea cual fuere el sujeto, tiene que hacer la revolución socialista’. Pero, a pesar de esta respuesta, Trotsky siguió adelante y peleando por su interpretación [basada en] el sujeto: la revolución en los países atrasados sólo se podía hacer si la dirigía la clase obrera junto con un partido comunista revolucionario. Nosotros creemos que los*

Preobrajensky acerta de forma brilhante a possibilidade de que na China viesse a se dar uma alternativa *sui generis*, a *organização dos camponeses em um partido revolucionário independente*. Foi até mais longe, quando se perguntou, se não viria de dentro do partido comunista, até o final dos anos 20, uma organização urbana e proletária, um processo de representação da massa camponesa. Mas errou, ao pensar que a revolução, pelo atraso histórico da nação chinesa, poderia ficar congelada na estação democrática, como uma etapa intermediária.

Trotsky responde colocando a ênfase na *dinâmica histórico-política indefinida do processo*, um cuidado político e uma precaução teórica que, depois, não voltará a ter na redação das teses da revolução permanente, ressaltando dois alertas: (a) as relações das classes “terratenentes” (grandes proprietários de terras) com a burguesia das cidades e desta com as potências imperialistas que subjugavam a China, tornaria a revolução nacional-agrária chinesa, *se levada até ao fim*, necessariamente uma revolução anti-capitalista; (b) o conteúdo social e o protagonismo de classe é em grande medida indeterminado, e isso se expressará também nas tarefas cumpridas e na obra da revolução, que não se definem à escala nacional, mas sim internacional:

*hechos han demostrado [que hay un gran error en el texto] escrito de la teoría de la revolución permanente [, es decir en las Tesis]. Porque lo de la clase obrera organizada y el partido revolucionario lo hemos visto antes, [pero] no se dio en esta posguerra. Sostener que se dio en la realidad sería ser un ciego, un fanático de Trotsky, un religioso de Trotsky, y Trotsky sería el que más estaría contra nosotros... nosotros creemos que Trotsky no desarrolló a fondo su respuesta a Preobrazhensky sobre cómo el propio proceso objetivo obliga a [hacer] la revolución socialista o a retroceder. No hay posibilidad de estancar, es decir de equilibrar, de mantener la situación. o avanza la revolución o avanza la contrarrevolución(...). “Esta segunda formulación de Trotsky de la teoría de la revolución permanente tiene esa extraordinaria virtud: que es una teoría de la revolución mundial. Tiene la extraordinaria virtud de ver que toda revolución democrática burguesa, si continúa, se transforma en socialista, y si no, se transforma en contrarrevolución. Tiene el grave defecto de que su teoría gira alrededor de los sujetos... en ese único sentido tuvo razón Preobrazhensky. Pero en general tuvo razón Trotsky: la revolución iba hacia la revolución socialista. Preobrazhensky opinaba que no “a respecto a revolución permanente, nosotros insistimos en que Trotsky tiene razón, pero no en el enfoque. En vez de tomar el sujeto, tiene que tomar el objeto. Ahí nosotros tomamos el factor estructural a muerte. En el curso tradicional de revolución permanente siempre hemos dicho que Preobrazhenski tenía razón en que había que hacer el enfoque objetivo, pero no tenía razón al no ver que el proceso es de revolución socialista” (Grifo nosso) (MORENO, Nahuel, **Escuela de Cuadros Argentina 1984**, Buenos Aires, Antídoto, pp. 22/24/38/127.)*

“¿Cómo caracterizar una revolución?. ¿Por la clase que la dirige o por su contenido social? Hay una trampa teórica subyacente al contraponer la primera a la última en forma tan general. El periodo jacobino de la revolución francesa fue, por supuesto, el periodo de la dictadura pequeñoburguesa, en el cual además, la pequeña burguesía, en armonía total con su “naturaleza sociológica” abrió el camino para la gran burguesía. La revolución de noviembre en Alemania fue el comienzo de la revolución proletaria, pero fue detenida en sus primeros pasos por la dirección pequeñoburguesa, y sólo logró unas pocas cuestiones que no fueron cumplidas por la revolución burguesa. ¿Cómo llamamos a la revolución de noviembre: burguesa o proletaria? Ambas respuestas son incorrectas. El lugar de la revolución de octubre será restablecido cuando establezcamos la mecánica de esta revolución y determinemos sus resultados. No habrá contradicción en este caso entre la mecánica (poniendo bajo este nombre, por supuesto, no sólo la fuerza motriz, sino también la dirección) y los resultados: ambos poseen un carácter “sociológicamente” indeterminado. Me torno la libertad de plantearle la cuestión: ¿Como llamaría usted a la revolución húngara de 1919? Usted dirá, proletaria. ¿Por qué? ¿Acaso el “contenido” social de la revolución húngara no resultó ser capitalista? Usted contestará; este es el contenido social de la contrarrevolución. Correcto. Aplique ahora esto a China. El “contenido social” bajo la dictadura del proletariado (basado en una alianza con el campesinado) puede permanecer durante un periodo como no socialista todavía, pero el camino al desarrollo burgués desde la dictadura del proletariado, sólo puede producirse a través de la contrarrevolución. Por esa razón, en la medida en que concierne al contenido social es necesario decir: “esperar y ver”.⁴³⁸(grifo nosso)

Este alerta não é secundário: frequentemente, análises apressadas, confundem o sentido social dos resultados da revolução, *invertendo o signo dos processos* e confundindo, ou *atribuindo, o que foi obra da contra-revolução, ao que foi obra da revolução*. A questão fundamental na análise de uma revolução, todavía, é ficar atento à dinâmica histórica-política do processo, e nesse marco não esquecer que *tudo é sempre relativo, e depende do foco de análise*: os sujeitos sociais, as tarefas pendentes e as tarefas cumpridas, mas, sobretudo, *a dinâmica internacional*: todas as revoluções nacionais, estão inseridas em um processo que lhes é superior, e que se define na escala mundial. *Esse é o sentido do esperar e ver*.

Mas, é curioso como, nesta polêmica com

⁴³⁸(TROTSKY, Leon, **Correspondencia entre Trotsky y Preobrajensky**, in Trotsky: **Teoría e Práctica de la Revolución Permanente**, MANDEL, Ernest, introducción, notas y compilación, Mexico, Siglo XXI, 1983, p.258)

Preobrajensky, por diferentes caminhos, ambos, simultâneamente, acertaram e erraram. Trotsky acertou, na medida em que previu que a revolução chinesa seria socialista, mas errou com seus excessos, quanto ao sujeito social, por, digamos assim, “fanatismo” proletário. Acertou, porque foi capaz de compreender que, pela natureza histórica da época (a fragilidade e atraso da burguesia chinesa, demasiado débil tanto em relação aos impérios, como sobretudo, em relação à massa do povo, para ser capaz de um protagonismo revolucionário) a revolução chinesa, para levar adiante a tarefa da independência nacional e da reforma agrária, não poderia evitar a via da ruptura anti-capitalista, e não poderia existir, na China, um estágio intermediário de república democrática (mesmo que na forma da ditadura democrática do proletariado e do campesinato, a fórmula indefinida de Lênin), de forma perene.⁴³⁹

⁴³⁹ Quando Trotsky discute que a revolução nacional chinesa seria, necessariamente, anti-capitalista ou não seria, não está construindo um modelo “engessado” de mão única. Visionária quando foi formulada (quem pensava que seria possível uma revolução socialista na China, mesmo entre os marxistas, nos anos 20?), ela repousava em um balanço histórico: a libertação nacional chinesa exigiria a mobilização popular, operária e camponesa, e a burguesia chinesa, mesmo que se aventurasse a convocar as massas à luta, não poderia resolver a questão agrária, e seria tragada pelas próprias forças sociais que tinha ajudado a despertar. Mas a discussão dos processos de libertação nacional no pós-guerra, de fato, não é simples. Afinal, a Índia por exemplo, fanfarroneia, ainda hoje, com a propaganda de que é a mais populosa democracia do mundo. Nos primeiros anos da década de 90, todo tipo de basófilas foram feitos até ao cansaço, também, para defender que países dependentes (Argentina e Coréia do Sul, por exemplo), estariam na iminência de serem incorporados ao restrito círculo dos países centrais. É importante evitar mal entendidos: Trotsky estava afirmando somente que a independência nacional da China, exigiria uma mudança na natureza social do Estado, que teria de deixar de ser um Estado colonial. Mas essa tarefa seria impossível sem um confronto com a ordem imperialista, logo exigiria uma revolução política. Como hipótese teórica, todavia, a própria burguesia chinesa, poderia, em princípio, estar à cabeça de uma revolução política que alterasse a natureza do Estado, para um Estado independente, sem alterar, pelo menos, não no fundamental, as relações de propriedade e as relações sociais. E, no entanto, Trotsky e Preobrajensky, excluíram essa hipótese, e essa foi a substância da polêmica que ambos mantiveram então com Stalin. Por quê o fizeram? Pelas mesmas razões, que Lenin tinha apresentado, para excluir a possibilidade de um protagonismo burguês na revolução contra o Czarismo: essas burguesias, ao contrário da americana, por exemplo, tinham chegado demasiado tarde, e portanto, se formaram com uma debilidade intrínseca que as mutilava para uma ação revolucionária. Mas no que consiste essa fraqueza social crônica? Ela se explicaria por uma fobia das massas operárias e camponesas: o medo do povo em mobilização, seria maior do que a aspiração a um papel independente no mercado mundial. Mas tanto esse medo quanto essa ambição, são sentimentos sociais relativos, e dependem de relações de forças concretas. Não devem ser interpretados como máximas invioláveis. Se as massas populares não tiverem avançado até o patamar de uma expressão política independente, as burguesias coloniais podem se apoiar parcialmente em uma mobilização controlada, como forma de manobrar na arena mundial. Esse foi o sentido do Cárdenismo no México, do Aprismo no Peru, do Peronismo na Argentina, e do próprio Varguismo no Brasil. Finalmente, a Índia, por exemplo, conseguiu uma “meia-independência” do Império Britânico, mas isso exigiu, não

Já Preobrajensky, acertou porque previu, depois da devastadora derrota de Cantão, que seria necessário, pelo menos, todo um intervalo histórico, para uma recuperação do proletariado, duramente esmagado pelo Kuomintang, e a primeira linha do protagonismo revolucionário poderia vir a ser assumida pelos camponeses. Eis um dos mais impressionantes paradoxos históricos imagináveis: a revolução socialista triunfou, como revolução agrária anti-burguesa, em alguns dos países mais pobres e mais atrasados da economia mundial, sem que a classe operária tivesse cumprido qualquer papel mais relevante.

Ou seja, sob a pressão terrível do apodrecimento das condições objetivas, a crise econômica, social e política, histórica enfim, do regime, “a história abre o caminho”, e *outras classes, que não o proletariado urbano, assumem um papel revolucionário*, e avançam para além do capitalismo.⁴⁴⁰ Mais importante, ainda, *como a totalidade é maior que a soma das partes*, não adianta considerar, unilateralmente, um dos fatores para concluir uma caracterização social de uma revolução: seja ele, o sujeito social, o estágio de desenvolvimento sócio-econômico de uma nação, ou o programa político da direção, nenhum fator é suficiente para prever ou definir a natureza social da revolução. A todos esses fatores, há que incorporar *o estudo da dinâmica político-histórica*, ou seja *o signo da etapa mundial*, uma correlação de forças mais estrutural, exterior ao país em questão, que se define em uma escala internacional.

Enfrentemos, agora, o tema das situações em geral, e, em especial, das situações revolucionárias. Lenin se dedicou a ele por

somente, uma revolução política, como o sacrifício de uma solução para o problema agrário. E não impediu, que tanto a Índia como o Paquistão permanecessem como semi-colônias.

⁴⁴⁰ De uma forma imprevista, as revoluções do pós-guerra, *confirmaram a centralidade do lugar do sujeito político coletivo nas revoluções político-sociais*: em todas as revoluções, pelo menos até hoje, em que o Estado burguês foi derrotado, e em que se cruzou o rubicão da propriedade privada, depois de Outubro, *foi necessário como condição insubstituível da vitória*, a presença de um partido altamente centralizado e disciplinado, com autoridade sobre a vanguarda ampla engajada. Na verdade, a história confirmou de, uma forma exacerbada e surpreendente, o prognóstico de Lênin. Porque não só foram necessárias organizações politicamente centralizadas, mas, surpreendentemente, *foram sem exceção partidos exércitos (ou exércitos-partidos, para ser mais exatos) que tomaram o poder, militarmente disciplinados*.

diversas vezes: depois de 1905 e depois de Outubro. Em primeiro lugar, é importante destacar, que por *necessidade da polêmica com as concepções voluntaristas*, expressas na Rússia, pela influência dos esseristas (o partido social revolucionário, adepto de ações terroristas “exemplares”, herdeiro da influência dos bakuninistas, e de inclinações blanquistas), *sempre frisou a dimensão mais objetiva do fenômeno* (aquela que *independe da ação dos sujeitos políticos*, mas se explica por razões objetivas, a gravidade da crise, ou pelo protagonismo dos sujeitos sociais), do que seria uma situação revolucionária, ou uma crise revolucionária, e de modo mais geral, uma revolução (os três conceitos são usados para definir fenômenos inseparáveis, mas distintos): sem negar que o papel dos revolucionários, se organizados como um partido provado na luta pela direção das massas, *pode ser decisivo para o triunfo da revolução*, insistia na *defesa da situação revolucionária como sendo um dos tempos da luta de classes*.⁴⁴¹

⁴⁴¹ Não se pode considerar a discussão sobre as situações revolucionárias, sem lembrar, que existem muitas outras situações políticas, por exemplo, situações reacionárias ou contra-revolucionárias, e sem pensar, também, as condições de passagem entre umas e outras, uma questão especialmente espinhosa. A seguir, em um extracto de um texto de Moreno, uma apresentação desta questão da simultaneidade de tempos desiguais na luta de classes, ou seja, a sobreposição de relações de forças de distintos signos, um dos problemas mais complexos da teoria política: “*Todos os termos ou categorias que os marxistas utilizam, como época, etapa e situação, são relativos ao que estamos definindo (...) pode haver uma etapa contra-revolucionária dentro de uma época revolucionária a nível mundial (...) pode haver e há contradições entre a etapa que se vive a nível mundial e as etapas que atravessam diferentes países (...) muitos países atravessaram ou atravessam etapas contra-revolucionárias a nível nacional (Indonésia, o Cone-Sul latino-americano, a URSS, etc)...outros...etapas não-revolucionárias (quase todos os países imperialistas e muitos semicoloniais)...Da mesma forma, dentro de uma etapa, podemos encontrar diferentes tipos de situações. Uma etapa revolucionária não pode deixar de sê-lo se a burguesia não derrotar duramente, na luta, nas ruas, o movimento operário. Porém, a burguesia, se tiver margem, pode manobrar, pode convencer o movimento operário que deixe de lutar. Assim se abriria uma situação não revolucionária, porém a etapa continuaria sendo revolucionária, porque o movimento operário não foi derrotado.*” (grifo nosso)(MORENO, Nahuel. **As Revoluções do Século XX**, Brasília, Edição da Câmara dos Deputados, 1989, pp. 37-38.) Sobre as **situações não-revolucionárias** Moreno acrescenta que ocorrem: “*quando as classes não estão confrontadas em uma luta mortal. É uma situação estável, de equilíbrio. Somente pode ocorrer de forma prolongada, se houver uma boa situação econômica que permita fazer concessões às massas. Por isso, o regime burguês clássico dessas situações é a democracia burguesa, onde os conflitos são resolvidos pacificamente no parlamento. Na atual época e etapa revolucionárias, continuam existindo situações não-revolucionárias, mas que somente são estáveis na maioria dos países imperialistas, que ainda não foram convulsionados até os seus alicerces pela crise econômica. Também foram estáveis durante muitos anos, algumas semicolônias privilegiadas como a Argentina e o Uruguai. De qualquer forma, a tendência desta época de enfrentamentos agudos entre a revolução e a contra-revolução, é que desapareçam as situações não-revolucionárias ou que, quando ocorrerem, sejam cada vez mais breves.*” (Grifo nosso.) (MORENO, Nahuel. **As Revoluções do Século XX**, Brasília, Edição da Câmara dos Deputados, 1989pp. 63-64.)

Invocava, nesse sentido, toda a tradição marxista que *diferenciava o lugar histórico objetivo do sujeito social*, o bloco de classes com interesse na revolução, do *papel político subjetivo* da direção, o partido, ou os partidos engajados na luta pela revolução. Lênin define a situação e a crise revolucionária, *o momento mais agudo e instável da situação revolucionária, em que a luta pelo poder é possível*, a partir do estudo das mudanças nas relações de forças entre as classes, e das suas refrações na crise do regime político, como crise nacional, que se manifesta, no colapso, pelo menos parcial, da governabilidade das instituições do Estado.

A análise da relação de forças, exige um estudo de *todas as classes*, isto é, valorizando *a capacidade de iniciativa e o protagonismo* dos milhões de trabalhadores e camponeses que em situações não-revolucionárias, ou seja, em situações reaccionárias, são socialmente resignadas e politicamente apáticas. Uma definição clássica de situação e crise revolucionária, é a que Lenin apresentou em **A falência da Segunda Internacional**, em que é introduzida, pela primeira vez no debate marxista, uma diferenciação entre a hierarquia dos fatores objetivos e subjetivos, e o protagonismo ativo e militante das massas, é ressaltado, *como condição sine qua non*, acima da profundidade dos elementos mais objetivos, como a gravidade da crise econômica ou de outra catástrofe:

“Para um marxista, não há dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução. Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos os três principais pontos que seguem: 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da “cúpula”, crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que “a base não queira mais” viver como outrora, mas é necessário ainda que “a cúpula não o possa mais”; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos “pacíficos”, saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas

tanto pela crise no seu conjunto como pela própria "cúpula", para uma ação histórica independente.”(grifo nosso)⁴⁴²

Que conclusões mais significativas podemos retirar desta síntese? Primeiro, que para Lênin *nem toda situação revolucionária desemboca em uma crise revolucionária*, ou seja, o momento em que a luta pelo poder é precipitada de forma desinibida, franca e aberta.⁴⁴³

⁴⁴² (LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov, **A Falência da Segunda Internacional**, São Paulo, Kairos, 1979, p.27/8.) Um dos traços diferenciadores de uma situação e de uma crise revolucionária, é que a primeira, pode se manter aberta por várias anos, enquanto as crises, necessariamente, seriam períodos mais breves, curtos, rápidos e instáveis, porque insuportável, o peso e a gravidade do nível de tensão alcançado na luta de classes, para todos os protagonistas.

⁴⁴³ Merece, de qualquer maneira, ser destacado que, na História, a questão da revolução precisa ser considerada “com pinças”, para se evitar confusões desnecessárias. O poder não existe como uma abstração, ele se expressa de forma objetivada, como Estados, Regimes políticos e Governos, para não lembrar as relações econômico-sociais, que materializam relações de propriedade. Para os marxistas, ou para o marxismo revolucionário para ser mais exato, só as *mudanças sociais na natureza do Estado e das relações sociais é que exigem, irredutivelmente, uma revolução*. E ainda assim, é preciso lembrar que essa conclusão teórica, *só se refere à transição pós-capitalista*, porque, como sabemos, mesmo no século XIX, mudanças na natureza social dos Estados foram possíveis por vias reformistas (como as transições por cima, depois das derrotas das revoluções de 48). Embora a maioria dos países centrais tenham tido que passar, pelo menos, por revoluções políticas, e alguns, revoluções sociais e guerras revolucionárias, para completar a transição ao capitalismo, existiram exceções. Tam pouco se pode excluir, a priori, que no futuro, em função de triunfos gigantescos da revolução socialista (na mesma proporção do que foi para o século XIX, a vitória da revolução francesa, ou a Guerra de secessão nos EUA), algo semelhante às transições burguesas tardias venha a ocorrer, como parte da dialética de vitórias e derrotas da revolução proletária e popular: um triunfo revolucionário em um país chave poderia assim abrir situações tais, hoje inimagináveis, que tornariam possíveis, também, transições pós-capitalistas, por vias não-revolucionárias, ou, pelo menos, um impulso que liberte países periféricos para a conquista de Estados independentes. Esta dialética entre mudança por via de revoluções ou por via de reformas, deve ser considerada, em toda a sua dimensão. As revoluções pioneiras, têm consequências reformistas nos países retardatários: a abolição da escravidão no Brasil, por exemplo, a mais séria das mudanças nas relações de propriedade, e porque não, nas relações sociais de nossa história, foi conquistada, sem controvérsias, por vias reformistas, mas não pode ser entendida, se separada, da vitória democrática-radical contra o escravismo, que custou aos EUA, meio milhão de mortos nos campos de batalha da Guerra civil. Já as mudanças de regime e com mais razão, as mudanças de Governo podem ser dar, por vias revolucionárias, ou por vias reformistas. O Estado Burguês ou Capitalista é compatível com os mais exdrúxulos regimes políticos, e pode assumir diferentes formas institucionais: ele conviveu, na sua origem, com monarquias absolutas, com monarquias parlamentares, com repúblicas com uma ou duas câmaras (uma assembléia de deputados, e um senado, por exemplo), com repúblicas com voto censitário ou com sufrágio universal, repúblicas presidencialistas ou semi-presidencialistas (em que o poder da presidência, unindo ao mesmo tempo as funções de chefe de estado e de chefe de governo é limitado por um congresso), com regimes bonapartistas, com repúblicas federalistas ou unitárias, com Repúblicas de Apartheid, com regimes teocráticos, com ditaduras fascistas, ou com ditaduras militares, etc... As passagens de um regime a outro podem se dar por vias reformistas ou por vias revolucionárias (o que é o mesmo que dizer, dependendo do signo do processo, por vias contra-revolucionárias). No nosso século, entretanto, de forma frequente, como uma regularidade histórica interessante, *mesmo as mudanças de regime, que não afetam a natureza social do Estado, têm exigido revoluções políticas*. Isso expressa as estreitas

A situação revolucionária seria anterior à crise revolucionária, e teria dois fatores fundamentais de impulso. Defina-a como *o momento da grande crise nacional e da irrupção das massas para a política*, uma fórmula que combina, essencialmente, dois elementos fundamentais: (1) a existência de uma catástrofe (nas suas inúmeras e variadas formas, sejam elas, a crise econômica, e seus dois “cavaleiros do apocalipse”, inflação fora de controle ou intolerável desemprego em massa, ou a guerra, por exemplo) que se abate sobre as massas de forma avassaladora, e diante da qual o governo apareça como responsável e impotente⁴⁴⁴; (2) uma disposição das massas para ações coletivas, um despertar para a política das camadas mais inativas e apáticas, *uma vontade de lutar*, ou seja, a perda dos inúmeros medos, que são as forças de inércia histórica, como podemos conferir na seqüência do mesmo texto:

“Sem essas alterações objetivas, independentes não somente da vontade desses ou daqueles grupos e partidos, mas também dessas ou daquelas classes, a revolução é, como regra geral, impossível. É o conjunto dessas alterações objetivas que constitui uma situação revolucionária. Viveu-se essa situação em 1905 na Rússia e em todas as épocas de revoluções no Ocidente; mas ela existiu também nos anos 60 do século passado na Alemanha, assim como em 1859-1861 e 1879-1880 na Rússia, embora não tenha havido revoluções em tais momentos. E por quê? Porque a revolução não surge em toda situação revolucionária, mas somente nos casos em que a todas alterações objetivas acima enumeradas vem juntar-se uma alteração subjetiva, a saber: a capacidade, no que respeita à classe revolucionária, de conduzir ações revolucionárias de massa suficientemente vigorosas para quebrar completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não cairá jamais, mesmo em época de crise, sem

margens de manobra da burguesia, mesmo para mudanças muito limitadas, uma das expressões de sua natureza histórica obsoleta.

⁴⁴⁴Sobre as temporalidades, as mudanças de situação e as idéias predominantes na Segunda Internacional, vale a pena conferir uma análise original de Bensaïd, com destaque para a idéia da guerra, como um evento de abertura de uma nova época e de uma nova situação: “*La pensée de Lénine est, au contraire, de part en part, élaboration d'une temporalité propre du politique. Elle culmine dans la compréhension des crises, des guerres, des révolutions, du moment décisif. Pour la majorité réformiste de la II Internationale, la guerre de 1914-1918 n'est pas un événement fondateur à part entière, mais une parenthèse à refermer au plus vite dans le déroulement du progrès humain. Il faut donc qu'elle cesse au plus vite pour que les choses reprennent leur cours normal. Ce pacifisme diffère de façon criante du défaitisme révolutionnaire prôné alors par Lénine. Pour lui, il ne s'agit pas de rendre la lutte des classes à une normalité pacifique supposée. La guerre fait partie à part entière de la lutte. Il s'agit de saisir l'inédit de cette forme agonistique du conflit pour ouvrir une situation révolutionnaire.*”(grifo nosso) (BENSAÏD, Daniel **Le pari mélancolique: métamorphoses de la politique, politique des métamorphoses.** Paris, Fayard, 1997 p.75)

"ser derrubado". Essa é a concepção marxista da revolução, concepção muitas e muitas vezes desenvolvida e tida como **indiscutível por todos os marxistas** e que, para nós, russos, foi confirmada com um particular realce pela experiência de 1905.⁴⁴⁵(grifo nosso)

Mas, como podemos conferir, a fórmula de Lenin é algébrica e guarda uma incógnita, porque esses dois elementos podem estar desigualmente desenvolvidos.⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ (LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov, **A Falência da Segunda Internacional**, São Paulo, Kairos, 1979, p.27/8.) Vale a pena lembrar que este texto, o primeiro balanço histórico do colapso da Segunda Internacional, escrito no calor dos acontecimentos precipitados pela deflagração da Guerra Mundial, é em grande medida, inspirado na revolução russa de 1905, anterior, portanto, às experiências de Fevereiro e Outubro. Para uma definição mais precisa da *crise revolucionária, como o momento no interior da situação revolucionária em que a luta pelo poder é possível*, podemos conferir o extracto que transcrevemos em seguida. Foi elaborado em 1920, como parte do esforço de generalização da experiência bolchevique de construção de um partido marxista-revolucionário, na polémica contra as pressões esquerdistas que se abatiam como uma avalanche, sobre uma boa parte das organizações constituídas depois de Outubro, com um muito tênuo fio de continuidade com os partidos com influência de massas da Segunda Internacional. Merece ser observado que a formulação de Lênin se adequa mais à experiência da situação que a Rússia viveu em 1905 ou em Fevereiro de 17, do que a situação prévia a Outubro. Nela não há referências por exemplo ao duplo poder "institucionalizado", como forma mais orgânica da democracia direta da mobilização das massas, ou ao armamento das forças populares: "A revolução é impossível sem uma **crise nacional geral** (que afete a explorados e exploradores). Por conseguinte, para que estoure a revolução é necessário, em primeiro lugar, conseguir que a maioria dos operários (ou, em todo caso, a maioria dos operários conscientes, reflexivos e politicamente ativos) compreenda a fundo a necessidade da revolução e esteja disposta a sacrificar a vida por ela; em segundo lugar, é preciso que as classes dirigentes sofram uma **crise governamental que arraste à política inclusive as massas mais atrasadas** (o sintoma de toda revolução verdadeira é a decuplicação ou até a centuplicação do número de pessoas aptas para a luta política pertencentes à massa trabalhadora e oprimida, antes apática), que enfraqueça o governo e torne possível seu rápido derrocamento pelos revolucionários" (grifo e tradução nossos) (LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov, **La maladie infantile du communisme (Le Gauchisme)**, Pekin, Editions en langue étrangères, 1970, parte IX, p.85)

⁴⁴⁶ Para ser mais preciso, é necessário dizer, que *os fatores de uma situação revolucionária sempre amadurecem de maneira única, e não se repetem*. As revoluções são "idiossincráticas". A proporção em que cada fator, está mais maduro, ou mais atrasado, resulta de combinações histórico-políticas, singulares. Assim, sempre será indispensável na análise de cada processo, descobrir a sua originalidade intrínseca, suas forças e sua fraquezas, que resumem a sua vitalidade. Ora a tragédia econômica, se abate de forma avassaladora, mas as massas hesitam em buscar a via da luta (como, por exemplo, pelo menos, em alguns países da América Latina, nos anos 90, depois de duas décadas perdidas de estagnação prolongada), ora a força do ascenso de massas surpreende, quando a situação econômica ainda não apodreceu (como em Maio de 68 na França). Discernir, portanto, se a situação revolucionária já se abriu, ou está em vias de se abrir, não é nada simples: não é incomum, que aqueles que se preparam, uma vida inteira, para o momento político favorável à mudança social, não o reconheçam, quando o "destino" bate à porta. Mas, como celebrou o ditado inglês: "the postman always rings twice". Vale a pena, conferir, também, o que Trotsky nos diz sobre as manipulações na análise das relações de força, que servem mais para encobrir e ocultar, do que para revelar, quais são as possibilidades, e os obstáculos que se colocam diante da luta dos trabalhadores, o alibi de todas as correntes políticas, que primeiro fazem as suas escolhas estratégicas, e depois constroem análises para justificá-las: "O partido comunista ... se nega redondamente a tomar o caminho da luta pelo poder. A

Tanto a crise, como fenômeno objetivo (catástrofe econômica ou guerra), como o ascenso, como disposição subjetiva dos sujeitos sociais (greves, ocupações, manifestações), *podem ter amadurecido em ritmos desiguais, em proporções diferentes*, e qualquer um dos fatores, poderia preceder o outro. Trotsky fez precisamente esse alerta:

“La razón principal de la derrota de muchas revoluciones radica en el hecho de que esas cuatro condiciones raramente alcanzan al mismo tiempo el necesario grado de madurez. Muchas veces en la historia la guerra fue la madre de la revolución precisamente porque sacude hasta sus mismas bases los regímenes ya obsoletos, debilita a la clase gobernante y acelera el crecimiento de la indignación revolucionaria entre las clases oprimidas.”⁴⁴⁷(grifo nosso)

Merecem, também, ser lembradas algumas outras definições de Trotsky. A primeira, de maio de 40, poucos meses antes de sua morte, que transcrevemos a seguir, estabelece as quatro condições *para o triunfo da revolução proletária, e resume suas últimas opiniões sobre o tema*. Ou seja, aquele momento da crise revolucionária, em que a questão do poder está colocada no ar. Parece claro, que Trotsky está se inspirando na idéia de que o padrão fixado por Outubro, seria o modelo “clássico” de uma situação revolucionária. As diferenças entre as definições de Trotsky e Lênin, resumem boa parte dos problemas envolvidos na discussão teórica do que seriam situações revolucionárias: a articulação dos elementos objetivos e subjetivos é um pouco diferente, e a de Trotsky é muito mais calcada no exemplo de

causa? “ A situação não é revolucionária”. As milícias? O armamento dos operários? O controle operário? Um plano de estatizações? Impossível! “A situação não é revolucionária”. O que se pode fazer? (...) esperar. Até que a situação se torne revolucionária por si mesma. Os sábios médicos da Internacional Comunista têm um termômetro que colocam sob a axila dessa velha que é a História e desse modo, determinam infalivelmente a temperatura revolucionária(...) A situação é tão revolucionária quanto pode ser com a política não-revolucionária dos partidos operários. O mais certo é dizer que a situação é pré-revolucionária. Para que ela amadureça, falta uma mobilização imediata, forte e incansável das massas em nome do socialismo. Esta é a única condição para a situação pré-revolucionária se torne revolucionária... A frase habitual sobre a “situação não-revolucionária” atualmente serve apenas para encher a cabeça dos operários, paralisar sua vontade e deixar o inimigo de classe com as mãos livres.”(grifo nosso). (TROTSKY, Leon. **Aonde vai a França?**, São Paulo, Editora Desafio, 1994, p. 61-62.)

⁴⁴⁷ .(TROTSKY, Leon, **Manifesto sobre a Guerra imperialista de Maio de 1940**, Escritos, Tomo XI, volume 2, Bogotá, Pluma, 1979,p.298)

outubro. Na verdade, a de Trotsky se diferencia *pelo acento no papel dos sujeitos sociais*, incorporando a necessidade do deslocamento da maioria das classes médias para o campo dos trabalhadores, e *na indispensabilidade do sujeito político*, isto é, a presença insubstituível de uma direção política que queira fazer a revolução. Três observações, muitas vezes esquecidas, são necessárias, antes de qualquer coisa: (a) a definição de Trotsky trabalha com o modelo russo como analogia histórica principal, o que como veremos adiante, pode ser útil, mas traz consigo o inconveniente de que “russifica” demasiado a fórmula teórica em torno do pré-Outubro, porque as condições a que se refere, inexistiam, por exemplo, antes de fevereiro, e *no entanto, fevereiro triunfou*; (b) Trotsky discute as condições para o triunfo da revolução, o que é muito diferente, de condições necessárias para a abertura de uma situação revolucionária, e, com mais razão, para a abertura de uma crise revolucionária; (c) a história demonstrou, de forma inexorável, que é indispensável uma disposição revolucionária do sujeito social, mas, o proletariado, pode ser substituído por outras classes, e os marxistas podem ser substituídos por outras direções. *Nem todos os marxistas são revolucionários, como é óbvio, mas também nem todos os revolucionários são marxistas, o que é menos lembrado.* A seguir, a síntese famosa de Trotsky, no Manifesto da Conferência de Emergência, do início da Segunda Guerra Mundial:

“(1) O impasse da burguesia e a conseqüente confusão da classe dominante; (2) A aguda insatisfação e a ânsia de mudanças decisivas nas fileiras da pequena-burguesia, sem cujo apoio a grande burguesia não pode se manter; (3) A consciência da situação intolerável e a disposição para ações revolucionárias nas fileiras do proletariado; (4) Um programa claro e uma direção firme da vanguarda proletária.”⁴⁴⁸ (grifo e tradução nossos)

⁴⁴⁸ (TROTSKY, Leon, **Manifesto sobre a Guerra imperialista de Maio de 1940**, Escritos, Tomo XI, volume 2, Bogotá, Pluma, 1979,p.297) De qualquer forma, antes de prosseguir no tema, é preciso lembrar que o conceito é definido com muita freqüência, ao mesmo tempo, de forma restrita e imprecisa, e confundindo situação revolucionária e crise revolucionária. Para ser mais exatos uma dupla confusão é muito comum: se esquece que uma situação revolucionária precede necessariamente uma insurreição, e que, portanto, a abertura de uma situação revolucionária freqüentemente *não desemboca na abertura de uma crise revolucionária*; e se esquece, também, que uma revolução se coloca em marcha antes da conquista do poder político, e que portanto *a revolução não se resume ao momento da insurreição*. Sobre os tempos da revolução existem, portanto, uma vasta e ampla esfera de problemas em debate. Consideremos, em primeiro lugar, a questão da diferença entre as revoluções

Trotsky se apoiou, sobretudo, no período de intervalo entre Fevereiro e Outubro, como um laboratório do que seria uma situação revolucionária.⁴⁴⁹

políticas e as revoluções sociais. Parece muito sensato que as diferenças entre elas não possam ser resumidas aos resultados distintos que produziram, e devamos, também, *procurar o que as diferenciava, nas suas dinâmicas diferentes antes da conquista do poder*: já vimos que as grandes revoluções políticas deste século (que por analogia com o processo russo temos denominado de Fevereiro), exigiram as duas condições chaves que Lenin fixou, tanto antes como depois de Outubro, para definir uma situação revolucionária, quando os de cima “não podem” e quando os baixo “não querem”. Mas Outubro foi uma revolução muito diferente da de Fevereiro, e portanto, é razoável concluir que a situação que a precedeu, foi também uma crise revolucionária muito diferente. O que nos leva a concluir que a forma como Lenin simplifica a questão não seria satisfatória. Assim, parece ser necessário distinguir as diferenças entre a situação e a crise revolucionária de Fevereiro e as de Outubro. Nesse caminho vai a análise de Moreno. Da nossa parte, nos inclinamos a pensar que a diferença entre a situação que precede Fevereiro, e a situação que precede Outubro, *se resume ao fato de que há dois tipos distintos de crise revolucionária*. Já Moreno, sugere que há dois tipos de situações, e talvez, até dois tipos de situações pré-revolucionárias (enquanto nós preferimos pensar que a situação revolucionária que precede os fevereiros seriam as pré-revolucionárias em relação aos outubros). Permanece de qualquer forma, em aberto, o problema de saber se os Outubro necessariamente seriam precedidos por revoluções de fevereiro, ou se essa regularidade inexistente. Voltaremos a esse tema ao final das conclusões. A seguir, uma citação sobre o que seria uma situação pré-revolucionária de Fevereiro. Impressiona, de qualquer maneira como a sumária definição, parece se encaixar, como uma luva, para descrever o atual momento político no Brasil: *“Essas situações revolucionárias de fevereiro são precedidas por situações pré-revolucionárias que poderíamos denominar de “pré-fevereiros”. Tais situações pré-revolucionárias ocorrem quando o regime burguês entra em crise e o povo rompe com ele, deixando-o sem nenhum apoio social. São pré-revolucionárias porque ainda não está colocado o problema do poder, mas as condições para que esteja colocado já estão maduras. Tornam-se revolucionárias quando as massas populares conseguem unificar seu ódio ao regime em uma grande mobilização unificada à escala nacional fazendo com que a crise do regime se torne total e absoluta. Essas situações revolucionárias de fevereiro são precedidas por situações pré-revolucionárias que poderíamos denominar de “pré-fevereiros”. Tais situações pré-revolucionárias ocorrem quando o regime burguês entra em crise e o povo rompe com ele, deixando-o sem nenhum apoio social. São pré-revolucionárias porque ainda não está colocado o problema do poder, mas as condições para que esteja colocado já estão maduras. Tornam-se revolucionárias quando as massas populares conseguem unificar seu ódio ao regime em uma grande mobilização unificada à escala nacional fazendo com que a crise do regime se torne total e absoluta”*, (Grifo nosso.) (MORENO, Nahuel. **As Revoluções do Século XX**, Brasília, Edição da Câmara dos Deputados, 1989, p.66)

⁴⁴⁹ Um dos aspectos que preocupava Trotsky, era dissociar o conceito de crise revolucionária, das velhas polémicas sobre a inexorabilidade da “crise final”, e a preocupação em educar as novas gerações marxistas, em torno da experiência russa de que a crise é um processo político, e portanto, guarda sempre uma relativa autonomia, até temporal, em relação aos processos econômicos, mesmo quando esses assumem a forma de um cataclisma: a crise econômica pode ser gravíssima, e no entanto, pode não se abrir uma situação revolucionária. A crise econômica seria *a condição objetiva para a crise*, mas não suficiente. O outro alerta, tão ou mais importante que o primeiro, recorda que a análise da relação de forças deve considerar qual é a situação de todas as classes da sociedade. Análises obreiristas, sejam por euforia ou por desalento, não permitem uma compreensão de qual seria a situação: *“Para analisar uma situação (...) é necessário distinguir entre as condições econômicas e sociais de uma situação revolucionária e a situação revolucionária mesmo. As condições econômicas*

Sua ênfase está em três conclusões fundamentais: (a) primo, a *disposição subjetiva* dos sujeitos sociais, em particular do proletariado e as classes populares, para resolver na arena da ação direta, isto é, para além das ilusões eleitorais, a satisfação de suas reivindicações;⁴⁵⁰ (b) segundo, um alerta sobre a articulação complexa dos fatores objetivos e subjetivos, *sempre relativos entre si e exercendo uma mútua e recíproca influência*; se a crise econômica é o *fundamento objetivo* da situação revolucionária, e, em última instância, decisivo, para explicar as flutuações de consciência das classes, em uma outra perspectiva, a mudança de humor e disposição das massas, um elemento subjetivo, é também, do ponto de vista do sujeito político, *objetivo*, porque embora *as revoluções não sejam provocadas pelos revolucionários*, a ação dos sujeitos políticos, se influentes sobre os humores das massas, poderia acelerar ou retardar o ritmo dos processos; (c) incorpora a necessidade de um sujeito político, um ou mais partidos revolucionários, surge como indispensável, como condição para a vitória, *como uma das lições que diferencia outubro de fevereiro*. A seguir, um extrato de um texto do início dos

e sociais de uma situação revolucionária se dão, falando em geral, quando as forças produtivas de um país estão em decadência, quando diminui sistematicamente o peso do país capitalista no mercado mundial e os rendimentos das classes também se reduzem sistematicamente; quando o desemprego já não é simplesmente a consequência de uma flutuação conjuntural, mas um mal social permanente com tendência a aumentar(...). Mas não podemos esquecer que a situação revolucionária a definimos politicamente não só sociologicamente, e aqui entra o fator subjetivo. E este não consiste somente no problema do partido do proletariado, mas é uma questão de consciência de todas as classes.” (TROTSKY, Leon, “**Que é uma situação revolucionária?**” in *Escritos*, Tomo II, volume 2, p. 513 (de 14/11/1931), Bogotá, Pluma, 1976)

⁴⁵⁰ Esta questão da articulação dos fatores objetivos e subjetivos é mais complicada do que pode parecer. Uma situação revolucionária exige, evidentemente, condições objetivas. Mas elas podem estar maduras há décadas, podem ter apodrecido, até, de tão maduras, sem que uma situação revolucionária tenha se aberto. A passagem de Deutscher, comentando Trotsky, ajuda a esclarecer esta questão: “*Detendo-se na ligação entre os fatores “constante” e “variável” demonstra que a revolução não se explica simplesmente pelo fato de estarem as instituições sociais e políticas, há longo tempo, em decadência e prontas a serem derrubadas, mas pela circunstância de que muitos milhões de pessoas perceberam tal coisa pela primeira vez. Na estrutura social, a revolução já estava madura bem antes de 1917; na mente das massas, ela só amadureceu naquele ano. Assim, paradoxalmente, a causa mais profunda da revolução está não na mobilidade da mente dos homens, mas em seu conservantismo inato. Os homens só se levantam em massa quando percebem subitamente como estão mentalmente atrasados em relação aos tempos e desejam reparar esse atraso imediatamente. É a lição que nos mostra a “História da Revolução Russa”: as grandes convulsões na sociedade seguem-se automaticamente da decadência de uma velha ordem; gerações podem viver em uma ordem decadente, sem terem consciência disso. Mas quando, sob o impacto de alguma catástrofe como a guerra ou o colapso econômico, adquirem consciência disso, há uma explosão gigantesca de desespero,*

anos 30, posterior à derrota da revolução chinesa. Trotsky chega a essas conclusões, não somente à luz da vitória russa, mas em função de todas as derrotas posteriores:

*“A situação revolucionária só se dá quando as condições econômicas e sociais que permitem a revolução provocam mudanças bruscas na consciência da sociedade e de suas diferentes classes. Que mudanças? (a) para nossa análise temos que levar em conta as três classes sociais: a capitalista, a classe média e o proletariado. São muito diferentes as mudanças de mentalidade necessárias em cada uma destas classes; (b)(...) **Mas a situação revolucionária se desenvolve só quando o proletariado começa a buscar uma saída, não sobre os trilhos da velha sociedade, mas pelo caminho da insurreição revolucionária contra a ordem existente. Esta é a condição subjetiva mas importante de uma situação revolucionária.** A intensidade dos sentimentos revolucionários das massas é um dos indícios mais importantes do amadurecimento da situação revolucionária; (c)(...) e isto depende até certo ponto (embora menos na Inglaterra que nos outros países) das idéias e sentimentos políticos da classe média, de sua desconfiança em todos os partidos tradicionais (incluindo o Partido Laborista, que é reformista, isto é, conservador) e de que deposite suas esperanças em uma mudança radical, revolucionária, da sociedade (e não em uma mudança contra-revolucionária, ou seja, fascista); (d) As mudanças no estado de ânimo da classe média e do proletariado correspondem e são paralelas às mudanças no estado de ânimo da classe dominante, quando esta vê que é incapaz de salvar seu sistema, perde confiança em si mesma, começa a desintegrar-se, se divide em frações e camarilhas. Não se pode saber de antemão, nem indicar com exatidão matemática, em que momento destes processos está madura a situação revolucionária(..) **As condições políticas de uma situação revolucionária se desenvolvem simultaneamente e, mais ou menos, paralelamente mas isto não significa que amadurecem todas ao mesmo tempo; este é o perigo que nos ameaça.** Das condições políticas em questão, a mais imatura é o Partido revolucionário do proletariado.”*⁴⁵¹(grifo e tradução nossos)

esperança e atividades.”(grifo nosso)(DEUTSCHER, Isaac, **Trotsky, O Profeta Banido**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, p.241)

⁴⁵¹ (TROTSKY, Leon, **“Que é uma situação revolucionária?”** in **Escritos**, Tomo II, volume 2, p. 510/11/12/13 (de 14/11/1931), Bogotá, Pluma, 1976) Trotsky considera, também, que à situação revolucionária corresponde uma forma excepcional e atípica de regime político que, por analogia com a revolução russa, denominou de Kerenskismo. O seu principal traço definidor consistiria na necessidade da presença dos partidos reformistas com influência de massas no governo, como última tentativa e alternativa limite, para conter o ascenso revolucionário de massas. No pós-guerra, entretanto, a presença dos partidos reformistas da classe operária nos governos dos países centrais, deixou de poder estar associado à definição de uma situação revolucionária. De qualquer maneira, a caracterização do Kerenskismo, como o regime político da crise revolucionária que precede Outubro, merece ser conferida. Um outro aspecto interessante, que a citação que se segue suscita é a polêmica, no caso citado, para a Inglaterra, sobre as condições em que o eixo da luta tem que ser encarado como um combate mortal entre o campo da democracia e o campo do fascismo, e quando essa polarização é falsa, e corresponde à necessidade campista dos partidos reformistas de justificarem as alianças de classe e a defesa do regime democrático burguês. O fantasma do fascismo, ou do golpe de Estado

Em resumo, Trotsky faz um alerta para a possibilidade de que a influência dos partidos revolucionários, o sujeito político, aumente em um ritmo inferior, ao ritmo em que amadurecem os outros fatores. Não só uma crise revolucionária poderia se abrir, antes que o sujeito político revolucionário, tivesse influência, mas até sem que esse partido exista. Isso se explicaria por um fenômeno político curioso: a desconfiança das massas nas velhas direções, um processo de ruptura política lento e difícil, em geral, é potencializado por mil, em uma situação revolucionária, e se acelera de maneira vertiginosa, mas não vem necessariamente acompanhado, de uma transferência de *confiança para o partido à esquerda da esquerda*.⁴⁵²

iminente, é freqüentemente uma arma política para disciplinar e domesticar as lutas dos trabalhadores e suas reivindicações: “ *esto es suficiente para explicar por qué es totalmente erróneo plantear que en Inglaterra el conflicto político se da entre la democracia y el fascismo. La era fascista comienza en serio después de una victoria importante y temporalmente decisiva de la burguesía sobre la clase obrera. Pero en Inglaterra las grandes luchas todavía no se libraron. Como ya señalamos refiriéndonos a otro tema, el próximo capítulo político de Inglaterra, después de la caída del gobierno nacional y del conservador que probablemente lo suceda, será posiblemente liberal-laborista.(...).* **Condicionamente llamamos a esa etapa kerenskismo británico. Pero hay que añadir que no necesariamente en toda etapa y en todos los países el kerenskismo será tan débil como lo fue el ruso, que era débil porque el Partido Bolchevique era fuerte. Por ejemplo, en España el kerenskismo -la coalición de liberales y "socialistas"- no es de ninguna manera tan débil como lo fue en Rusia y ello se debe a la debilidad del Partido Comunista. El kerenskismo combina la fraseología reformista, "revolucionaria", "democrática", "socialista" y las reformas sociales democráticas de secundaria importancia con la represión al ala izquierda de la clase obrera. Es un método opuesto al del fascismo, pero sirve a los mismos fines. La derrota del futuro lloydgeorgismo, sólo será posible si sabemos prever su llegada, si no nos dejamos hipnotizar por el espectro del fascismo, que hoy es un peligro mucho más lejano que Lloyd George y su herramienta del futuro, el Partido Laborista. Mañana el peligro puede ser el partido reformista, el bloque de liberales y socialistas; el peligro fascista muy lejos.” (grifo nosso)(TROTSKY, Leon, “**Que é uma situação revolucionária?**” in **Escritos**, Tomo II, volume 2, p. 514 (de 14/11/1931), Bogotá, Pluma, 1976)**

⁴⁵² O problema do desencontro e descompasso, entre o amadurecimento desproporcional dos fatores objetivos e subjetivos, está entre as maiores dificuldades de compreensão, do que seria uma situação revolucionária. Por razões óbvias, as idéias revolucionárias só podem se transformar em força material, isto é, se fundir com a vontade de milhões, no calor de uma situação revolucionária. Em situações defensivas ou reacionárias, as massas não só não acreditam em propostas revolucionárias, como na maioria das vezes, desconfiam até das propostas de luta mais moderadas e das alternativas mais reformistas, tão baixo é o nível de confiança que depositam em suas próprias forças. A rigor, idéias radicais só podem conquistar a influência sobre a maioria, quando se abre uma crise revolucionária. Mas as crises revolucionárias são raras. A diáspora dos revolucionários, sejam ou não marxistas, em relação às classes ou classes que pretendem representar, é inexorável, enquanto a sociedade não for convulsionada por lutas de classes agudas. Como se pode facilmente concluir, esse afastamento teve imensos custos políticos para essas correntes, e se traduziu em inúmeros erros “impressionistas” de apreciação sobre as possibilidades realmente existentes. Submeteu sempre as correntes revolucionárias a terríveis pressões que se expressaram ou no adormecimento da vigilância, em um afrouxar da tensão necessária para uma grande espera, quando se subestimou a realidade, ou numa embriaguez em relação

Existem sempre muitas outras hipóteses: a luta “cega, surda e muda” das massas, ou seja, em condições políticas adversas, ou desfavoráveis, pela ausência do sujeito político coletivo, leva à dissipação das energias do ascenso muito rapidamente, e a oportunidade se perde. As massas podem passar da extrema atividade à prostração, se, exaustas, ou desmoralizadas, perdem a confiança em suas próprias forças, abrindo assim o caminho, para que a classe dominante possa buscar uma alternativa política pela direita, ou pela extrema direita. A dialética da disputa pela direção, entre os vários partidos que atuam dentro do movimento dos trabalhadores, se expressa em inúmeras reviravoltas, cujo sentido é incerto, e que traduzem também as flutuações de relações de forças que não são imóveis:

*“O pensamento marxista é dialético: considera todos os fenômenos em seu seu desenvolvimento, em sua passagem de um estado a outro (...) A oposição absoluta entre uma situação revolucionária e uma situação não-revolucionária é um exemplo clássico do pensamento metafísico, segundo a fórmula: o que existe, existe; o que não existe, não existe, e o resto é coisa de feitiçaria. No processo histórico existem situações estáveis absolutamente não-revolucionárias. Existem ainda situações notoriamente revolucionárias. Há também situações contra-revolucionárias (é preciso não esquecer-lo). **Mas o que existe sobretudo em nossa época de capitalismo em decomposição são situações intermediárias, transitórias: entre uma situação não-revolucionária e uma situação pré-revolucionária, entre uma situação pré-revolucionária e uma situação revolucionária... ou contra-revolucionária. São precisamente***

às possibilidades reais da situação política, uma espécie de “doping” que super-dimensiona a urgência dos combates, em um outro extremo. Nada pode ser mais cruel para uma tendência revolucionária do que não reconhecer uma situação revolucionária quando ela se desenvolve diante dos seus olhos, mas o erro inverso pode ser ainda mais fatal: o “ufanismo” diante de uma situação ainda imatura prepara o terreno para grandes desilusões e desmoralizações. Esses erros têm, por sua vez, uma explicação. Não é incomum que o conjunto dos fatores que elencamos, estejam desigualmente desenvolvidos, em uma proporção espantosa. A crise social pode ser, e freqüentemente o é, muito mais avançada, do que a maturidade dos fatores subjetivos. Por isso, *dois perigos dificultam sempre uma definição de uma conjuntura como uma situação revolucionária*: o primeiro, e mais comum, é a tendência a uma análise subjetivista que deprecia e diminui a gravidade da situação, porque confunde a profundidade da crise com a influência dos revolucionários. Uma situação revolucionária pode se abrir sem que as forças subjetivas sejam influentes no seu início. O atraso dos fatores subjetivos, ameaça e conspira contra a luta das massas populares, e torna mais difícil, senão improvável, a vitória, mas não é condição sine qua non de bloqueio de uma situação revolucionária. O outro erro é o objetivista, quando se esquece, que não basta que a sociedade sofra as seqüelas de um cataclismo, e se abra uma profunda crise social, e uma conseqüente crise de governo, para que se possa, apressadamente, julgar uma crise como revolucionária. É indispensável que os sujeitos sociais, as classes sociais subalternas se coloquem em movimento, e revelem disposição revolucionária de luta. Parece claro, portanto, que a ausência do sujeito político não impede a situação revolucionária, mas o atraso do sujeito social, em relação à madurez das condições objetivas, é um obstáculo intransponível.

esses estados transitórios que têm uma importância decisiva do ponto de vista da estratégia política... Uma situação revolucionária se forma pela ação recíproca de fatores objetivos e subjetivos. Se o partido do proletariado se mostra incapaz de analisar a tempo as tendências da situação pré-revolucionária e de intervir ativamente em seu desenvolvimento, em lugar de uma situação revolucionária surgirá, inevitavelmente, uma situação contra-revolucionária.⁴⁵³(grifo nosso)

Qual seria a utilidade do uso desta conceituação de situações transitórias? Ela responde à necessidade de procurar uma aproximação o mais precisa em relação à realidade, e isso exige, acima de tudo, compreender a *dinâmica de processos* em que todos fatores evoluem de maneira desigual, e em proporções variadas, mas incidindo, reciprocamente, uns sobre os outros. As situações transitórias respondem pela maioria das conjunturas políticas, em especial nos países dependentes, onde os graus de instabilidade econômico-social são mais elevados.⁴⁵⁴

⁴⁵³ (TROTSKY, Leon. **Aonde vai a França?** São Paulo, Editora Desafio, 1994, p.70)

⁴⁵⁴ Um dos temas centrais da atual situação na América Latina é justamente o problema da instabilidade dos regimes democráticos, que surgiram dos processos de derrubada das ditaduras na década passada. Uma parte da esquerda latino americana, em especial nos anos cinquente e sessenta, considerava as condições econômicas da inserção dependente do subcontinente no mercado mundial, e as conseqüentes mazelas sociais, um fator de instabilidade política de tal ordem, que impediria a consolidação de democracias. A miséria crônica seria incompatível com os novos regimes democráticos. *Os últimos quinze ou vinte anos pareceriam demonstrar que esse vaticínio era incorrecto.* O capitalismo, mesmo em países dependentes, não é incompatível, com qualquer regime político, seja ele qual for. No passado, a esperança estava depositada nas perspectivas que a crise política que a agonia das ditaduras militares preparava: supunha-se, para retomar a analogia histórica, que o intervalo entre os Fevereiro e os Outubro seria tão breve, como foi na crise do Czarismo, e que as lutas democráticas contra as ditaduras seriam uma ante-sala da luta pelo poder para os trabalhadores. Essa hipótese, evidentemente, não se confirmou. Duas conclusões esquemáticas e perigosas podem se inferir, no entanto, sobre esse tema. A primeira seria uma ilusão democratista sobre o futuro das democracias latino-americanas, ou talvez melhor sul-americanas, porque a situação do México é especial (como eles mesmo gostam de recordar, “pobre México, tão longe de Deus e tão próximo dos Estados Unidos”). As atuais democracias “coloniais” estão todas, sem exceção, em uma crise profunda. Os regimes políticos sul americanos encontram dificuldades, aparentemente intransponíveis, para conseguir um mínimo de estabilidade, de tal forma, *que a alternância democrática, ou seja as sucessões de mandato* (depois da “lua de mel”, das eleições que se sucederam ao sucesso dos planos de estabilização monetários inspirados em diversas formas de dolarização) *não se transformem em crises de regime crônicas.* Fortes pressões bonapartistas, cujo extremo seria o fujimorismo no Peru, são exercidas em quase todos os países. O outro erro seria pensar que este “intervalo democrático” de uma quinzena de anos, quase uma exceção na conturbada história do subcontinente, seria uma confirmação de que uma nova etapa teria se aberto, e que a maioria das classes dominantes, estaria convertida às virtudes da democracia, e convencida de que esse seria o melhor regime para preservar a sua dominação de classe. Nenhuma classe social na história contraiu “matrimônio indissolúvel” com uma forma de regime político. O futuro da democracia republicana sul-americana permanece, portanto, incerto e duvidoso.

4.3. As vagas revolucionárias do século e a hipótese da inversão das causalidades

Todas essas considerações, que resumem uma história de debates, permanecem, no entanto, insuficientes, para explicar a excepcionalidade de Outubro. Continuamos colocados diante de algumas interrogações histórico-teóricas: por quê todas as situações revolucionárias posteriores, ou não evoluíram para crises revolucionárias de tipo outubro, ou, quando evoluíram, foram derrotadas? A experiência histórica demonstraria que estamos diante de dois “tipos” de situações revolucionárias, qualitativamente diferentes? Ou então, não havendo senão um tipo de situação revolucionária, a diferença estaria na passagem de uma crise para a outra? Quais seriam os traços distintivos de uma crise de “fevereiro” e uma de “outubro”? Contentemo-nos, por enquanto, “à maneira de Hamlet” a ter a “certeza da dúvida”, sem “a clareza da fábula”.

Para responder a essas perguntas, consideremos previamente, um problema quase sempre desprezado, mas da máxima importância: a questão do ascenso revolucionário sincronizado na forma de vagas internacionais e suas causas. Curiosamente, porque pouco estudadas, *as vagas revolucionárias no século XX, mantiveram a forma de ondas internacionais, em uma escala muito superior ao XIX: períodos relativamente breves, mas de grande intensidade de propagação, em que se concentraram de forma excepcional os grandes momentos de irrupção mobilizada de massas. Hobsbawm chama a atenção para esses fenômenos:*

“Revoluções continuarão ocorrendo? As quatro grandes ondas do século, 1917-20, 1944-62, 1974-8 e 1989-, poderão ser seguidas de outras de colapso e derrubada? Ninguém que olhe em retrospecto um século em que não mais que um punhado de Estados hoje existentes passou a existir, ou sobreviveu, sem passar por revolução, contra-revolução armada, golpes mi-

*litares ou conflito civil armado apostaria(...) no triunfo universal da mudança pacífica e constitucional, como previsto em 1989 por alguns eufóricos crentes na democracia liberal. O mundo que entra no terceiro milênio não é um mundo de Estados ou sociedades estáveis.”*⁴⁵⁵(grifo nosso)

Quais seriam as causas profundas de um ascenso revolucionário em forma de vagas internacionais? Poderíamos procurar um primeiro nível de explicação *na conjuntura econômica mundial*, e tentar procurar, nesse terreno, um marco comum para os países que foram atingidos pelo vendaval revolucionário. Uma primeira aproximação a esta questão, *parece confirmar a centralidade da causalidade econômica*, e os efeitos político-sociais estabilizadores do crescimento sustentado.

Não parece haver razões para muitas dúvidas, de que o traço chave da etapa anterior, tinha sido o deslocamento do eixo das revoluções sociais da Europa para os países dependentes, enquanto o crescimento sustentado das três décadas do pós-guerra (entre outros fatores, como a prolongada hegemonia por mais de cinquenta anos da social democracia e ou do estalinismo sobre destacamentos fundamentais das classes trabalhadoras nos países com maior tradição de luta), *retirava de cena a perspectiva de crises revolucionárias*.

Que regularidades e singularidades podemos observar nessas quatro vagas?⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ . HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras. p. 445-6.

⁴⁵⁶ Não parece haver razões bem fundamentadas para polemizar sobre a existência destas quatro ondas, ou seja, de quatro vagas de ascenso revolucionário, relativamente sincronizadas, revoluções que se inspiraram, e se apoiaram, de alguma maneira, umas nas outras. A própria utilização do conceito de ascenso, ou de fluxos e refluxos, para descrever um período de maior intensidade de conflitos na luta de classes remete à idéia de uma simultaneidade de mobilizações nacionais, e ou internacionais. Mas pode-se discutir as datações que foram sugeridas por Hobsbawm. Como critério geral, propomos considerar que uma vaga se abre em função de um grande triunfo revolucionário, de repercussões mundiais, e se fecha com uma derrota, também, de conseqüências incontornáveis. Nesse sentido, em nossa opinião, a periodização das vagas acompanha as mudanças de etapas. *Não se deveria ignorar, entretanto, que duas das quatro vagas, a primeira e a segunda, foram uma conseqüência, mais ou menos direta, das duas grandes guerras mundiais que sangraram o século XX*. Mas, não se deveria concluir, apressadamente, que são somente as guerras que precipitam as vagas, em uma relação mais ou menos mecânica de causa e efeito. Só as guerras, não podem explicar um ascenso em forma de vagas internacionais. Revelou-se, também, necessária uma vitória política, ou político-militar, que pudesse

Se a primeira (17/23 porque o processo alemão se estendeu), coincide com o final da fase B do terceiro Kondratiev, a segunda vaga de 44/62 se estende por toda a fase ascendente da 4ª onda longa (e deslocou-se, sem exceção, para os países dependentes, ou periféricos e semiperiféricos); finalmente, a terceira vaga, que talvez devêssemos datar como 68/80 (para incluir, no seu início, o maio francês, e o outono italiano de 69 e, no seu fim, as revoluções nicaragüenses e iraniana de 79 e a fundação

abrir o caminho, demonstrando que seria possível vencer. A primeira vaga, em nossa opinião só se esgota em 23, porque o processo alemão, apesar das derrotas políticas do início de 19 e de 21, se manteve até 23, quando ocorre uma mudança importante das relações de forças (derrota na Alemanha e na Itália). A segunda vaga, que se inicia em 44, depois da inversão das relações de forças militares na guerra contra o eixo (derrota nazista em Stalingrado e em El Alamein, e derrota japonesa em Midway no Pacífico), se estende, somente, até 49, em nossa opinião, com a vitória da revolução chinesa. Isso, porque, no centro da revolução mundial, nessa etapa, a Europa do mediterrâneo, *a consolidação dos regimes de unidade nacional na França e Itália, uma derrota histórica, teria fechado o processo*. Abre-se, então, uma nova etapa internacional, que será definida pelos acordos de Yalta e Potsdam, que estabeleceu as bases de uma ordem político-militar inter-estatal que se manterá, para o essencial, inalterada durante todo o período da “guerra fria”. Nesse intervalo de quase vinte anos, que corresponde ao período do boom de pós guerra, nos países centrais, ocorrem três processos revolucionários muito importantes, vitoriosos em diferentes medidas, Vietnam, Argélia e Cuba, e outros, nos países dependentes e nas ex-colônias, em maior ou menor medida derrotados (Bolívia em 52, Sri Lanka, etc...), mas insuficientes para alterar uma relação de forças mundial, e parece, portanto, um pouco forçado, considerar a permanência da mesma vaga, ininterrupta, até 62. Na verdade, o processo de descolonização da Ásia e da África foi impulsionado pelos EUA, nesse intervalo, e a maioria dos ex-impérios, em particular o francês e o inglês, realizaram uma descolonização, sem que se abrissem crises revolucionárias. As antigas colônias se transformaram em países semi-coloniais, com regimes e governos completamente subservientes às suas ex-metropoles, com as classes proprietárias nacionais em formação, integradas como sócias menores dos imperialismos, no saqueio das riquezas nacionais. *As descolonizações negociadas e limitadas foram a regra e as revoluções a exceção*. Por isso, ao contrário de Hobsbawm e outros historiadores marxistas, consideramos mais apropriado que a segunda vaga se encerrou em 48/49, com a derrota na Europa. A terceira vaga, por sua vez, em nossa opinião se inicia mais cedo, indubitavelmente, em 68, com o Maio francês, desprezado, um pouco inexplicavelmente, por Hobsbawm. Atinge vários continentes como uma vaga internacional poderosíssima: em África, tem no seu epicentro, a guerra de libertação nas ex-colônias portuguesas, que irão abrir uma revolução na metrópole, mas se estende para a Ásia (Vietnam em 75, Camboja e Laos, na seqüência) e América Latina, e atinge primeiro o México e o Brasil, onde as rebeliões estudantis são derrotadas, com sangue, e se radicaliza na revolução chilena. Se mantém aberta, durante todos os agitados anos 70: perspectiva de um governo PS/PC na França, vitória do Labour na Inglaterra, no calor de uma onda grevista única no pós-guerra, imensa instabilidade na Itália (que se expressou na votação de mais de 30% no PCI), com um impressionante ascenso sindical, que só será derrotado, porque uma boa parte da vanguarda pós-68, se desloca para a luta armada, o que precipita uma mudança do regime e uma situação de estado de sítio crônica por uns dois ou três anos, crise revolucionária na Espanha na sucessão pós-franquista, etc...Esta vaga culmina com a vitória da revolução nicaragüense e iraniana, mas se fecha, depois de uma série de derrotas, em um processo acumulativo: estabilização democrática em Portugal (76/78), Espanha e Grécia, guerra civil crônica financiada pelos EUA na América Central (a sangria espantosa em El Salvador, os contras na Nicarágua), guerras nacionais impulsionadas e financiadas pelos EUA (massacres palestinos de Sabra e Chatila em Beirute, invasão do Irã pelo Iraque). A vaga se encerra com uma contra-ofensiva, em toda

do *Solidarinosc* em 80), coincide com o início da vaga depressiva do último kondratiev, e tem como centro os agitados e instáveis anos 70. A última vaga se fechou em 91/92, com a vitória de Yeltsin, e a restauração capitalista na URSS.

Quais conclusões poderiam ser retiradas desta observação? As articulações das vagas da luta de classes com as flutuações dos ciclos econômicos, na longa duração, revelam alguma regularidade? Duas conclusões razoavelmente sólidas são possíveis: (a) a primeira é que só se abriam vagas de lutas populares, nos países centrais, e ainda assim, com uma intensidade maior na Europa (nos EUA, a vaga de lutas dos anos 60, atingiu sobretudo a juventude, pela resistência à guerra no Vietnã, e o movimento negro, sem maiores repercussões no proletariado), em duas circunstâncias: *no marco de depressões prolongadas, ou na sequência das guerras mundiais*;⁴⁵⁷

a linha, militar, política, econômica e ideológica, liderada por Thatcher e Reagan, que ficou conhecida pelo revivalismo do programa liberal.

⁴⁵⁷Há irrefutáveis evidências históricas empíricas, de que existe uma relação, entre o movimento da economia e da política, mas qualquer exagero, nesse terreno, cheio de armadilhas, é muito perigoso. Esse fenômeno se expressa, tanto na longa duração, que é o tempo lento dos movimentos do capital, o tempo das ondas semi-seculares de expansão e retração do desenvolvimento histórico capitalista, quanto nos tempos mais curtos, do ciclo de renovação do capital fixo. O tempo da política é, todavia, diferenciado. É sempre, em alguma medida, o tempo breve do presente, das decisões que são iminentes, que não podem ser adiadas. Quando uma classe dominante é infértil e, portanto, parasitária, ela renuncia à perspectiva de um projeto (a recolonização na América Latina, por exemplo, praticamente, não encontrou, pelo menos ainda, uma resistência burguesa expressiva), e nesse sentido é estéril de futuro. Governa para o amanhã, mas não pode confessá-lo. Ela perde a lucidez de que os projetos devem inspirar a política: fica prisioneira da inércia e é incapaz de iniciativa, embriaga-se com a velocidade das decisões, e, nesse sentido, governa para preservar o passado, e não para construir o futuro, o que é o mesmo, que reduzir-se à estreiteza da defesa exclusiva de seus interesses. Semeiam ventos, colherão tempestades, ensina a sabedoria popular. O paradoxo, é que a inércia, a política da conservação, é a paralisia do tempo, mas a crise é a sua aceleração. Uma classe que é historicamente improdutiva, mas que permanece no poder, exige de seus partidos, a ilusão de um projeto, que não pode ser senão, uma nostalgia de passado, ou seja, uma caricatura do que já foi, ou uma romantização do que deveria ter sido. Ela vive a urgência da crise, a vertigem acelerada da mudança, e levanta os olhos para o futuro, com uma ansiedade de passado, isto é, de estabilização e ordem. Os seus partidos são prisioneiros desta angústia e vivem a armadilha do conflito entre o necessário e o impossível. Por último, é importante lembrar, que a crise revolucionária é, também, aquele único momento, em que as classes dominadas, descobrem a política, como o terreno de sua libertação, e reúnem as irreprimíveis forças, para abrir o caminho para a mudança de baixo para cima. É somente nessas circunstâncias, que as amplas massas esmagadas sob o peso da luta pela sobrevivência, buscam de forma sustentada, na sua unidade e mobilização e, na esfera da coisa pública, uma saída coletiva para a crise da sociedade. Elas também vivem o desajuste entre existência e consciência, e o vivem de forma aguda e exacerbada. Só existem como atores políticos quando se libertam dos fantasmas do passado que governam as suas

(b) a segunda, é que mesmo nos marcos de uma fase de crescimento sustentado da economia mundial, nos países periféricos, os surtos de crescimento sendo muito débeis e instáveis, incapazes de atenuar relativamente, a defasagem de sua integração no mercado mundial, e sendo as seqüelas sociais da decadência crônica intoleráveis, *a luta de classes abre o caminho para situações e crises revolucionárias com uma freqüência incomparavelmente maior.*

Quanto à última vaga, aberta pelas revoluções no Leste Europeu de 89, atingiu, quase exclusivamente, os países que giravam em torno da ex-URSS (dizemos quase, porque o levante estudantil derrotado da praça Tian An Men, demonstrou que a China ia na mesma direção): aí, a decadência econômica das economias pós-capitalistas, que vinham desde o final dos anos 60, como se diz, andando para o lado, se acentuou de forma

consciência. Mas o caminho de sua expressão política independente, é muito mais difícil. Não possuem a sabedoria, que o exercício do poder trouxe através de gerações às classes proprietárias: a relação entre os seus destinos privados e os dramas históricos em que estão envolvidas, só se revela, em situações excepcionais. Esse processo, necessariamente, lento, não possui atalhos, não se resolve de fora, não há uma ponte, é o caminho de uma experiência que se constrói na luta, e através da luta. Mas a luta é imprevisível, os seus desenlaces não aceitam prognósticos, e a consciência flutua de acordo com as sucessivas e alternadas vitórias ou derrotas. A primazia crescente, não resolve, ao contrário, exacerba, o paradoxo central da política: o que opõe necessidade à possibilidade. Ou seja, o que revela, que a vontade governa, mas não domina o sentido da mudança. O conflito é inelutável. Os partidos são a expressão concentrada deste conflito. Agem a partir de programas, é certo, mas esses também mudam. E um programa é uma linha tênue que une fins e meios, o presente e o futuro, uma unicidade de tempo que só existe como possibilidade, e que só tem perspectiva, como instrumento de mobilização, na luta pelo poder. É nesse sentido, e somente nele, que Lenin cunhou a célebre, e também mal interpretada frase: “fora do poder, tudo é ilusão”. Ao contrário das representações políticas da classe dominante, os partidos das classes populares, quando perdem a vocação de luta pelo poder, quando renunciam ao “instinto do poder”, perdem tudo. As fórmulas teóricas que separam consciência e vontade, ou consciência e ação são estéreis. Consciência, como consciência de classe, em construção, e ação revolucionária, são indivisíveis, e se expressam em algum tipo de organização, que busca perenidade e permanência. A forma partido, um tipo especial e complexo de organização, é aquela que neste século correspondeu à necessidade de luta pelo poder: fora de uma situação revolucionária, os mais variados tipos de regime de partido são compatíveis com a resistência sindical e com a luta parlamentar. Mas é diante da crise revolucionária, que a política assume as suas “formas heróicas”. As classes em luta se preparam para um inadiável desenlace. Teriam-no evitado, todas elas, se fosse possível. As classes proprietárias não mais são capazes de exigir os sacrifícios que antes apareciam perante as outras classes como toleráveis. Ou seja, o seu projeto não tem mais legitimidade, justamente porque o descompasso entre a promessa de futuro e a ruína do presente, colocou o Estado, sob o seu controle, em ruptura com a sociedade civil, e nesta, os trabalhadores, ou as outras camadas populares, emanciparam-se do seu domínio hegemônico, e assim, deslocaram as relações de força entre as classes, o que politicamente corresponde à compreensão de que o possível, para a burguesia, é desnecessário, mas, fundamentalmente, que o que é necessário, para as massas, é possível.

dramática nos anos 80, como consequência de uma complexa combinação de fatores. Vejamos alguns deles: a hegemonia econômica do complexo militar industrial; a dependência cada vez maior em relação a um mercado mundial em depressão; a maturidade de uma nova geração que não tinha vivido nem o horror da guerra, nem os anos da bestialidade estalinista; e por último, mas não menos importante, a resistência operária aos planos restauracionistas, que exigiam uma destruição das conquistas econômico-sociais da fase anterior. Já podemos hoje ser mais categóricos, e concluir, que ela se fechou, de fato, logo depois de 91, embora tenha aberto uma nova etapa histórica.

Que diferenças existiram entre essas vagas? Durante a fase do “boom” do pós-guerra, o proletariado perdeu o lugar de principal protagonismo na luta anticapitalista: as duas vagas de ascenso revolucionário que se sucederam à derrota do nazi-fascismo, 44/62 (ou, talvez, para ser mais preciso, discordando da periodização de Hobsbawm, 44/49, Itália, França, Bálcãs, China, Vietnam, Coreia, Índia, e 56/64, Hungria, Cuba, Brasil, Indonésia) e 68/79, traduziram um deslocamento geopolítico, *mas também um crescente deslocamento social*.⁴⁵⁸

⁴⁵⁸ O tema do protagonismo revolucionário das outras classes subalternas, não proprietárias e não proletárias, está entre os mais instigantes. O fenômeno do substitucionismo social, entrevisto por Marx nas revoluções de 48 (e inspirado na fase radical pequeno-burguesa do radicalismo jacobino), se manifestou no século que se encerra, em uma escala e em uma proporção espantosa. Marx tinha, de fato, baralhado, no calor das revoluções de 48, a possibilidade de que a pequena burguesia assumisse a bandeira da revolução democrática que a burguesia ameaçava desertar, diante do perigo proletário de ir mais adiante. Mas o século XX superou tudo o que se pudesse pensar e especular em termos de substitucionismo social. Em determinadas circunstâncias históricas de crise, a pressão das tarefas objetivas foi de tal intensidade, que arrastou para a frente da arena político-revolucionária outras classes. Não me refiro somente aos camponeses, como seria o caso da revolução Chinesa e Vietnamita, que estão, sem dúvida, no topo de qualquer panteão das grandes revoluções camponesas da História. Mas creio fundamental chamar a atenção para o protagonismo como sujeito social das classes médias modernas. A disposição para ações revolucionárias de setores das modernas classes médias é uma das surpresas históricas não previstas pelo marxismo. As classes médias modernas se distinguem, em todos os terrenos, da antiga pequena burguesia do século XIX. Esteve, por exemplo, à frente de importantes mobilizações populares na América Latina, durante o último meio século. A rigor, a derrubada de Baptista, e mesmo a vitória da revolução cubana, quando se agudizaram os conflitos com os EUA, só se explicam pela ação revolucionária na luta democrática da maioria das camadas médias urbanas. Esse deslocamento, não impediu uma fuga em massa dos setores mais reacionários para Miami, é claro. Seria impensável uma destruição da burguesia cubana e de seus satélites sociais. Mas o que foi, realmente, notável e digno de estudo, foi o apoio da maioria das classes médias assalariadas, em um país atrasadíssimo, do ponto de vista econômico (embora, contraditoriamente, culturalmente

destacado), à revolução, sem o qual ela não poderia ter vencido. Em primeiro lugar, é indispensável precisar melhor a conceituação econômico-social das classes médias modernas. Elas são constituídas, na sua maioria, por trabalhadores assalariados com elevado nível de instrução, em relação às médias de escolaridade da maioria da população: professores do ensino básico e médio, médicos e enfermeiros dos sistemas públicos de saúde, uma parte importante do funcionalismo público, engenheiros e quadros médios nas estruturas das grandes corporações, bancários e advogados, etc... E na linha de frente da radicalização política, os estudantes universitários, um sub-grupo mais geracional do que socialmente homogêneo, mas que antecipa, muitas vezes, os deslocamentos políticos dos humores das classes médias urbanas. Como se sabe, uma das importantes transformações sociológicas deste século, foi a massificação das funções e tarefas que exigem uma mão de obra mais qualificada, que se manifesta na explosão do setor dos serviços. Este processo de massificação dos trabalhadores de colarinho branco, como se dizia antigamente, por oposição aos trabalhadores manuais, de colarinho azul, incorporou às fileiras do mundo do trabalho assalariado, sectores muito massivos, oriundos, em parte, das antigas classes médias proprietárias, em decadência, ou oriundos das camadas mais elevadas do proletariado industrial, em ascensão. A antiga pequena burguesia de comerciantes, pequenos construtores, artesãos especializados, ou mesmo de proprietários rurais, perdeu de fato, em grande medida, na maioria dos países (embora os ritmos desse processo seja muito desigual), o seu peso econômico e político, tal como previu Marx. Mas no seu lugar, em maior proporção nos países centrais, mas também na maioria dos países dependentes (e certamente no Brasil), surgiram os grandes batalhões urbanos das modernas classes médias. Sendo heterogeneas, como já era a pequena burguesia proprietária do passado, sua psicologia social e seu protagonismo político é muito desigual. Dela se pode dizer, como diziam os socialistas do início do século em relação à antiga pequena-burguesia, que tendencialmente se divide diante do conflito entre a burguesia e o proletariado. Há todavia uma diferença fundamental: sua disponibilidade para a defesa de bandeiras democrático-radicalis é maior, e o fato de que não é proprietária de meios de produção, explica que se una majoritariamente aos movimentos grevistas e de rua encabeçados pelos trabalhadores, sempre e quando esses, revelem uma capacidade polarizadora mais ampla, ou seja, quando as massas populares apresentam, nas suas lutas, além de suas reivindicações, uma saída política nacional, um projeto para o país diante da crise. É, sem dúvida, especialmente sensível às reivindicações democráticas e nacionalistas. Assim, a vitória de processos revolucionários anti-capitalistas, dependeu e dependerá, em grande medida, da capacidade dos trabalhadores e suas organizações, de conquistar o apoio das novas classes médias urbanas. No Brasil, desde o final da década de 70, elas vêm se inclinando à esquerda, embora com oscilações, como as ilusões em relação ao Cruzado em 86, ou o apoio ao Real entre 94/98: seus humores políticos traduzem um crescente mal-estar diante da estagnação prolongada da economia e o enrijecimento do processo de mobilidade social. Defensora intransigente da meritocracia, como critério de ascensão social, esteve à frente das Diretas em 84, e seguiu o proletariado nas suas formas de luta e organização, durante os anos 80. Mas nos anos 90, teme, com a mesma intensidade com que se deslocou para a oposição à ditadura, a pobreza que a ameaça empurrar para os bairros periféricos, e se ressentida da insegurança crescente, e da chantagem da pressão dos lumpens; beneficiada pela sua escolaridade mais alta valoriza a educação, mas é uma das principais vítimas da estagnação dos processos de mobilidade ascendente das gerações anteriores, a que viveu a fase de crescimento prolongado do pós-guerra; a sua extracção social recente, de uma ou duas gerações na maior parte das vezes, a deixa em uma situação social de grande inseguranças face ao impacto das crises econômicas, porque não construiu patrimônio que tivesse permitido a acumulação de gorduras; a memória da pobreza dos pais e avós não foi esquecida nos seus extractos inferiores, e isso explica os seus sentimentos conflituados, porque inveja a segurança social das elites e cobiça o seu modo de vida e valores, ao mesmo tempo que persegue os símbolos de status na sociedade de consumo, para afirmar uma identidade própria, que a distinga da grande massa do povo. Em suma, politicamente, é tão heterogenea quanto economicamente. Mas em situações de profunda crise social, e diante do protagonismo operário e popular, pode se radicalizar, na defesa das reivindicações democráticas. Nos países atrasados, onde é ainda mais recente como classe social diferenciada, vive mais próxima do povo, divide com ele, uma parte dos seus valores, escolhas, cultura, mentalidade, aspirações e anseios, e até um modo de vida comum.

Nesse sentido, como revoluções políticas de tipo “popular”, utilizamos a categoria de Fevereiro, para as revoluções urbanas. *Mas não pensamos que se possa usar a categoria de Outubro para as revoluções rurais, ainda que, em circunstâncias excepcionais, tenham avançado até uma ruptura anticapitalista.*⁴⁵⁹

Não parece demonstrável, entretanto, que os ciclos da luta de classes, tenham uma relação de causalidade tão constante e invariável, nem tão simples, com as flutuações dos ciclos econômicos. *É certo, que sem crise econômica qualquer possibilidade de transformação social pelo impulso da mobilização de massas pareceria estar descartado.* Sem as dores de parto convulsivas, abertas pela passagem à fase do imperialismo, seria impensável a Primeira Guerra Mundial, e sem esta, seria pouco razoável pensar em uma vaga revolucionária que atingisse a Alemanha, uma das mais sólidas potências da primeira metade do século (ao contrário da Rússia que caminhava para uma inexorável crise de regime pelo esgotamento do czarismo).

Mas, paradoxalmente, no início dos anos 30, a mais séria crise econômica capitalista da História, mesmo assumindo a forma de uma catástrofe devastadora, *não inverteu o signo de uma etapa de derrotas sucessivas*, que culminaram com a chegada do nazismo ao poder. Por outro lado, a vaga que se abre na Europa com o maio francês em 68, com o levante

⁴⁵⁹As diferenças substantivas, entre Outubro e as revoluções vitoriosas depois de 45, predominantemente rurais, e onde o lugar da guerra civil, antes da conquista democrática de “Fevereiro”, é vital, é destacada corretamente por Hobsbawm. Tão ou mais importante, vale acrescentar que não conheceram qualquer experiência mais sólida e plural de democracia direta, nem foram internacionalistas: *“Na verdade, a típica revolução pós-Outubro do Breve Século XX, deixando de lado algumas explosões localizadas, seria ou iniciada por um golpe (quase sempre militar), capturando a capital, ou o resultado final de uma luta armada extensa e em grande parte rural. Como os oficiais subalternos – muito mais raramente suboficiais – de simpatias radicais ou esquerdistas eram comuns em países pobres e atrasados, onde a vida militar oferecia perspectivas de uma carreira atraente para jovens capazes e educados de famílias sem ligações e riqueza, essas iniciativas costumavam ser encontradas em países como o Egito (a revolução dos Oficiais Livres de 1952) e outros do Oriente Médio (...) Por outro lado, para surpresa da maioria dos observadores, em 1974 um clássico putsch militar de jovens oficiais desiludidos e radicalizados pelas longas guerras coloniais de retaguarda derrubou o mais velho regime direitista então operando no mundo: a Revolução dos Cravos em Portugal”* . (grifo nosso) (HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve**

da geração operária e estudantil do “babyboom” do pós-guerra, dificilmente poderia ser associada às seqüelas de uma grave crise econômica. Haveria que considerar, portanto, *as conseqüências da complexa dialética de vitórias e derrotas políticas e históricas*, que exaltam ou inibem a luta de classes, como uma via para resolver os impasses e crises da sociedade, deslocando as relações de forças, em um ou noutro sentido. Se a crise econômica encontra os sujeitos sociais derrotados, ela não convoca à rebelião, mas aprofunda a prostração.

Existe, assim, pelo menos, outra causalidade estrutural a ser considerada. *O fator exemplo passou a ocupar um novo lugar de emulação e impulso histórico*. Durante séculos, a lentidão e os obstáculos para a circulação de idéias e informações, foi pouco menor do que as dificuldades, quase insuperáveis, para a circulação de pessoas e mercadorias. A importância do fator exemplo, ou seja, a demonstração de que é possível tentar, o que outros já fizeram, é imensa. *Ela estabelece condições para o chamado “efeito dominó”, a força de apelo da vitória, ou a demonstração inapelável da derrota*. O triunfo da revolução russa, demonstrou que era possível lutar, e era possível vencer, e mesmo com as deformações burocráticas, a permanência de terríveis desigualdades, e a ditadura de partido único, era possível construir uma ordem econômico-social mais igualitária. A primeira vaga, de 17-23, esteve diretamente vinculada ao triunfo de Outubro, e a segunda, na seqüência da Segunda Guerra Mundial, às forças liberadas pela derrota do nazi-fascismo, em especial, a vitória da revolução chinesa. A importância do fator exemplo, opera hoje, em uma escala ainda mais alta, se considerarmos o impacto quase instantâneo das informações.

Uma terceira causa, diz respeito aos fatores de subjetividade, à maior ou menor consciência política das massas, em relação aos seus interesses. *Os sujeitos sociais da luta anticapitalista, constituem a imensa maioria da população, mas são socialmente heterogêneos. Nem o*

proletariado, nem as outras classes populares, poderiam, sozinhas, isto é, separadas umas das outras, sem alianças e blocos políticos, reunir as forças necessárias para lutar pelo poder. A solução para esse impasse só pode ser resolvida no terreno da política, da disputa de projetos para a sociedade. Mas os trabalhadores não disputam sozinhos a hegemonia sobre as outras classes oprimidas e dominadas. As classes dominantes, estão permanentemente, engajadas, com todas as suas forças, em uma luta, para influenciar a consciência de todas as outras classes, e isolar os setores que já conquistaram a sua independência política. A apresentação dos “egoístas” interesses de classe, como interesses universais, é o centro da disputa de projetos na luta de classes.⁴⁶⁰

⁴⁶⁰ O esforço das classes populares, pela construção da legitimidade de suas lutas, a única via que abre o caminho, para a luta pelo poder, tem duas dimensões. A primeira é a da disputa de projetos, a luta de idéias, para tentar ganhar a maioria do povo, para a justiça de suas reivindicações. Outra, é a luta pela construção de sua expressão sindical ou política independente, as suas super-estruturas “institucionais” próprias, a sua liderança, o material humano que será porta-voz e organizador de seu combate. Já se disse que uma das premissas do marxismo, é que o proletariado sendo “egoísta”, isto é, indo até ao fim na defesa dos seus interesses de classe, estaria defendendo a universalidade dos interesses da maioria do povo, de cuja sorte depende a vitória de uma saída anti-capitalista para a crise. Também já sabemos, que o proletariado é socialmente, cultural, e geracionalmente heterogêneo, e que a construção da unidade para lutar contra inimigos comuns, depende de um processo de aprendizagem que não é simples. Mas, ainda não se fez, neste trabalho, uma referência às relações da classe trabalhadora com a sua vanguarda, os elementos mais ativos ou mais determinados, que nascem espontaneamente em cada luta e se colocam na primeira linha da defesa dos interesses da maioria. Cada classe ou fração de classe, gera, nas lutas sociais, um setor mais avançado, mais disposto ao sacrifício, mais inteligente ou mais altruísta, que surge como liderança, conquistando uma autoridade moral, pela sua capacidade de traduzir em idéias ou em ações, as aspirações da massa. Será neste material humano que se selecionarão e se formarão as direções das classes populares. Já a burguesia, como as outras classes proprietárias da história, descobriu outros caminhos, para resolver o problema da formação dos seus quadros dirigentes. Quando não os encontram, pela tradição de comando ou pela seleção de talentos, em suas fileiras, vão buscá-los na “inteligência disponível”, e remunerá-los bem. O proletariado e as classes populares, não podem depender desse recurso (embora a força de atração de uma classe explorada, também se expresse na sua capacidade de atrair para a sua causa, os quadros mais sensíveis e abnegados, que rompem ideologicamente com sua classe de origem) e têm que formar as suas lideranças, arduamente, nas lutas: em condições de normalidade política, ou seja, de defensiva, os sujeitos sociais subalternos não geram uma vanguarda ativista. Quando muito, surge uma vanguarda intelectual, muito diminuta, de suas fileiras. As relações da massa dos trabalhadores com sua vanguarda, e vice-versa, desta com a massa, no entanto, não são simples. Nesta complexa relação, reside um dos problemas da construção da subjetividade, da maior confiança dos sujeitos sociais em si mesmos, e da maior ou menor fé na vitória de suas lutas. A vanguarda das lutas, as lideranças enraizadas nas fábricas, escolas, empresas, bairros ou faculdades, só se formam nos processos de mobilização, e podem ou não, avançar até à organização sindical e política permanente. Frequentemente, uma maioria desta vanguarda retrocede ao final da luta, em maior medida ainda, se esta for derrotada. A vanguarda é um fenômeno, no sentido de que é um aspecto subjetivo da realidade em movimento, e pode tanto se organizar em uma super-estrutura da classe já existente, quanto pode voltar a se integrar na massa e abandonar a luta ativa ao final do combate. Na medida em que o impulso

O que nos obriga a invocar a questão da relação das classes com suas representações políticas. *Qual o lugar dos sujeitos políticos coletivos, como fator de impulso ou de freio para as vagas revolucionárias?* O papel dos fatores de subjetividade, vieram se modificando, de acordo com a mudança de épocas históricas, ou esta regularidade permanece a mesma, inalterada? Em outras palavras, a existência, por exemplo, durante alguns anos, de Internacionais socialistas com influência de massas (tanto a segunda como a terceira, cumpriram, sem dúvida, cada uma à sua maneira, por algum tempo, um papel de ponto de apoio para a luta internacionalista) *pode ter tido uma importância objetiva*, para compreender a extensão das passadas ondas revolucionárias, mais ou menos sincronizadas, *ou foi um fator marginal?* A sua ausência, nas atuais circunstâncias histórico-políticas de final de século, deve

da luta for maior e mais consistente, a vanguarda se sentirá estimulada a aprender as lições das lutas anteriores. Procurará, então, se educar politicamente, e fará mais relações entre os fins e os meios, isto é, entre estratégia e tática, escolhendo a adesão a um partido ou sindicato, como via para a sua própria construção como liderança permanente. Entretanto, nesse processo, a vanguarda vive um conflito, que pode se resolver, esquematicamente de três maneiras. O conflito, é a luta, em um certo sentido, contra si mesma, para elevar-se acima das angústias e impressionismos das massas, que, como sabemos, hesitam, vacilam e retrocedem, durante a luta, para depois voltar a avançar, e depois voltar a retroceder. Não é incomum que a vanguarda se exaspere diante destas fraquezas das massas, e desenvolva um sentimento de frustração e decepção em relação aos seus representados. Esse sentimento, potencialmente, conduz a três atitudes diferentes: uma parte da vanguarda fica tão desmoralizada com as limitações das massas em luta, que abandona o combate e desiste de tudo, guardando um ressentimento maior contra sua própria base social do que contra as classes socialmente hostis e suas lideranças; outra parte da vanguarda, amargurada com o recuo e abandono das massas, se separa destas, e se inclina por ações isoladas e exemplares, para decidir sozinha a sorte do combate; uma terceira camada, escolhe o caminho de avançar junto com a massa e recuar, também, junto com ela, para ajudá-la a aprender as lições da luta, e garantir melhores condições de organização nos combates que se colocarão no futuro. Se esta vanguarda encontra, durante a luta, um ponto de apoio para a sua formação como liderança de massas, uma boa parte dela pode se organizar permanentemente, se educar, e se construir como direção, para, na luta seguinte, combater em melhores condições. Mas senão, a maior parte das lideranças “naturais” se perderão, e será necessário um novo ciclo de lutas, para que se possa gerar uma nova geração de ativistas. Este processo de seleção “selvagem” de lideranças, em que uma incrível quantidade de energias se desperdiçam, tem sido uma das maiores dificuldades da construção de uma subjetividade do proletariado. Um outro aspecto da questão, é a relação da vanguarda “emergente”, com as organizações sindicais e políticas pré-existentes, que expressam a tradição anterior de organização das classes populares: sendo elas plurais, e estando em luta umas contra as outras, para conquistar maior influência, é previsível que a vanguarda, em um primeiro momento se enerve contra todas elas, simplesmente por lhe ser difícil compreender, porque são rivais, e quais são as diferenças que as separam, sejam elas moderadas ou radicais. Há momentos, muito raros, em que a nova vanguarda não se sente identificada ou representada, pela direção majoritária pré-existente. Nessas circunstâncias, abre-se um período de disputa aberta pela direção da classe, de “rebelião de base”, de reorganização sindical e política. Um período assim, só é possível depois de esgotada uma experiência histórica, e exige, muito além de argumentos, e com menos razão, a repetição de velhos argumentos repetidos, a força inapelável de grandes acontecimentos.

ser considerada significativa, nas análises que buscam prever ou antecipar as formas das vagas futuras?

Para responder este problema, uma questão aparentemente colateral, deve merecer a nossa atenção: em que reside a importância da história contrafactual, a história que se pergunta: e se os processos tivessem tido um desenlace diferente? Uma justa problematização dos fatores de subjetividade nos obrigará a fazer uso de alguns de seus recursos. Ela nos remete à discussão, incontornável, do lugar da subjetividade, nas suas duas dimensões, nos processos revolucionários: o lugar e o papel da idéias e dos sujeitos políticos coletivos. E, portanto, nos faz recordar que não existe nenhum fatalismo histórico, e que, nos destinos humanos, nada foi inexorável, os processos estiveram, dentro de certos limites, evidentemente, abertos, e existiram, portanto, diferentes possibilidades contidas no interior de cada situação. Já sabemos que os homens fazem a história, mas não escolhem as condições nas quais têm que fazer as suas escolhas.

A relevância desta escola de investigação histórica, é revelar que existem variadas e diferentes perspectivas e hipóteses, contidas como possibilidades, dentro do curso dos acontecimentos. A história das derrotas passa a ter uma nova importância: *assim se pode tentar oferecer uma voz aos que não tiveram vez*. Se as lutas se decidiram em uma ou noutra direção, esse desenlace não anula que os combates na luta de classes, nunca, nem mesmo nas mais difíceis circunstâncias, têm um desenlace predefinido. E mesmo quando as crises revolucionárias desembocam em saídas contra-revolucionárias, que mais rápida ou lentamente, com maior ou menor dificuldade, reconstroem as instituições da ordem, disto não decorre, que essas crises não existiram: a possibilidade existiu e, nesse sentido, merecem uma investigação.⁴⁶¹ A reconstrução destas hipóteses não seria

⁴⁶¹. A história contrafactual tem despertado um crescente interesse, porque, dentro de certos limites, ajuda a refletir sobre o que poderia ter acontecido e tem sido realmente um dos caminhos para iluminar em uma nova perspectiva o curso dos acontecimentos. Sobre este tema, conferir as interessantes

assim um exercício de diletantismo, nem uma fantasia de ficção histórica, mas uma outra via, para interpretar o que de fato finalmente ocorreu, e poder explicar o lugar das causalidades históricas.

Estas considerações, sobre história contrafactual se justificam, porque uma das hipóteses, que estamos tentando demonstrar nesta pesquisa, se constrói em torno de uma premissa: a que estabelece que *as crises revolucionárias são um momento único da história*, uma ruptura de temporalidades, um desencontro e amálgama complexo de tempos, uma urgência de presente,⁴⁶² no interior das quais, *ocorreria a inversão das*

hipóteses de Hobsbawm: “*Por outro lado, os debates mais acalorados sobre a história russa do século XX não giram em torno do que aconteceu, mas do que poderia ter acontecido. Eis aqui algumas questões. Era inevitável uma revolução na Rússia? O czarismo podia ter se salvado? Estaria a Rússia a caminho de um regime capitalista liberal em 1913? Uma vez ocorrida a revolução, dispomos de um conjunto ainda mais explosivo de contrafactuais. E se Lenin não tivesse voltado para a Rússia? A Revolução de Outubro teria sido evitada? O que teria acontecido na Rússia se ela tivesse sido evitada? Mais centrais aos marxistas: o que levou os bolcheviques a decidirem tomar o poder com um programa de revolução socialista obviamente irrealista? Deviam ter tomado o poder? E se a revolução européia – ou seja, a revolução alemã, na qual apostavam suas fichas tivesse acontecido?*” (grifo nosso)(HOBSBAWM, Eric. “Podemos escrever a história da revolução russa?” In **Sobre história**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 258) Uma questão especialmente instigante é a relação entre a revolução e a guerra, em geral, e, no caso da revolução russa, as relações entre a política isolacionista americana face à Primeira Guerra Mundial, e o desmoronamento do Czarismo: como se sabe, a agudização da situação objetiva na Rússia foi alimentada entre Fevereiro e Outubro, em primeiro lugar, pela insistência dos governos provisórios em manter de pé a frente oriental contra a Alemanha. E se os EUA tivessem entrado em Guerra contra a Alemanha em janeiro de 17, e não em janeiro de 18? Se isso tivesse ocorrido, a Guerra, provavelmente, teria se encerrado mais cedo. Os Governos provisórios de Lvov e Kerensky, poupados da grangrena belicista, teriam conseguido preservar o apoio majoritário que receberam das massas operárias e camponesas depois da derrota do Czar? Os bolcheviques não teriam conseguido a maioria nos Soviets? Muitos se apressariam a concluir que, nessas circunstâncias, Outubro teria sido evitado. Embora a questão seja insolúvel, merece ser examinada: certamente o intervalo entre Fevereiro e Outubro teria sido mais longo, mas não parece simples concluir que seria possível fechar a crise revolucionária e estabilizar um regime republicano-democrático sem resolver a questão agrária, com um exército de dezenas de milhões de camponeses com armas nas mãos, e duplo poder generalizado nas cidades.

⁴⁶²Sobre a importância do *presente* como uma categoria histórica de ruptura com as concepções teleológicas, que interpretam, a força dos acontecimentos, a partir de uma finalidade que se realiza e de um futuro que se revela, ou ainda sobre os fatalismos históricos e a primazia da política, conferir esta passagem de Bensaïd. Ela nos ajuda a compreender como, para Marx, a História é sempre um olhar que o presente ilumina sobre o passado, e nesse sentido não pode ser inocente de uma visão de futuro que motiva a investigação: “*Au contraire, lorsque Marx et Engels rompent radicalement avec les philosophies spéculatives de l'histoire universelle – dans La Sainte Famille, en 1845-, le présent devient la catégorie dominante du temps historique. Il ne s'agit plus désormais d'imiter un passé exemplaire, ni d'atteindre une fin rêvée, mais de trancher en permanence entre plusieurs possibles. Ce présent de lutte et de jugement ne s'inscrit plus dans la perspective de la rédemption ou du salut. Il est un ramasseur de temps et un distributeur de sens par lequel le passé et le futur sont sans cesse redéfinis, mais jamais abolis. Il signifie que « la politique prime désormais l'histoire », comme l'écrivait*

causalidades, tal como pensadas pelo marxismo da época da Segunda Internacional. Nas esquinas perigosas da história, o lugar dos sujeitos políticos coletivos se elevaria e cobraria uma importância única e decisiva, insubstituível e irreduzível. Ou, em outras palavras, *a necessidade histórica não abre o caminho em qualquer circunstâncias:* se os fatores de subjetividade não se resolvem, não é possível pensar em uma transição pós-capitalista consciente.

Em outras palavras, nas crises, *a primazia da política se impõe, acima de tudo, e tem como fundamento, o império das subjetividades das classes,* das relações de forças que se alternam na aceleração dos ritmos históricos, e da vontade humana que governa e desafia os limites do improvável. As crises precipitam as sociedades na vertigem dos dias que decidirão o destino das esperas e promessas de anos, décadas, gerações. Porque é no momento das crises, que são forjadas, a ferro e fogo, as condições subjetivas da mudança social, e no calor de suas encruzilhadas, que se decidirá a sorte dos acontecimentos, para todas as classes.⁴⁶³ Mas esses desenlaces dramáticos, acentuam a importância das representações políticas em geral, e o papel dos indivíduos, em particular. Seriam, essas conclusões, uma interpretação subjetivista exagerada? Vejamos o problema mais de perto, e as controvérsias que ele já provocou.

Walter Benjamin. *Chargé par les philosophies spéculatives de juger le présent, le « tribunal de l'histoire » est ainsi renversé, l'histoire devant se juger elle-même dans l'engendrement permanent du présent : temps brisé, discontinu, stratégique, de la conjoncture et du projet, de l'ajustement des moyens à une fin maîtrisable dans la distance et dans la durée, le temps politique se sécularise alors pour la première fois*” (grifo nosso)(BENSAÏD, Daniel **Le pari mélancolique: métamorphoses de la politique, politique des métamorphoses.** Paris, Fayard, 1997.p.71)

⁴⁶³ Sobre o conceito de crise revolucionária , são interessantes essas avaliações : *“Lenine forge – il est le premier à le faire aussi clairement – la notion stratégique de « crise révolutionnaire ». Dans certaines circonstances particulières et exceptionnelles, l'équilibre des forces devient critique. Pas n'importe quand – il y a dans toute lutte du rythme, des pulsations et des battements, que la notion de crise permet de penser (...) Alors que la politique parlementaire ne connaît qu'une dimension temporelle, celle de l'enchaînement monotone des sessions et des législatures, il arrive que des mois de révolution fassent mieux et plus complètement l'éducanon des citoyens que des dizaines d'années de marasme politique”* (grifo nosso)(BENSAÏD, Daniel **Le pari mélancolique: métamorphoses de la politique, politique des métamorphoses.** Paris, Fayard, 1997.p.77)

Começemos pela questão dos sujeitos políticos coletivos. Ela se apresenta, desde as origens da História, como uma disciplina científica, com toda a sua complexidade. A história tradicional, das grandes narrativas políticas, tinha exacerbado, como sabemos, até o limite, a importância dos partidos, e de forma ainda mais superlativa, das grandes personalidades. O lugar do acaso e fortuito era tal, que a ausência de qualquer personagem histórico teria, supostamente, gerado terríveis paradoxos (o exemplo “clássico”, ad absurdum, sendo, “e se o nariz de Cleópatra fosse um pouco menor?”). O marxismo ajudou a procurar uma explicação mais razoável, não porque diminuísse à condição de “causalidades de décimo quinto grau” a influência das idéias, das forças e partidos políticos, ou das personalidades, mas porque *tentava demonstrar que as escolhas, em cada encruzilhada histórica se colocavam entre pouquíssimas hipóteses, previamente condicionadas*, por inúmeros fatores, muito além das vontades dos homens e mulheres que comandavam. Nesse sentido, o marxismo ajudou a colocar os sujeitos políticos em uma nova perspectiva, destacando o lugar das contradições econômico-sociais, resultado de um processo de longa duração da evolução histórica, e o papel das grandes massas anônimas, as classes sociais em luta. Essa posição ortodoxa, foi exposta, por exemplo por Plekhanov, no seu clássico, ***O Papel do indivíduo na História***:

*“A necessidade social mais urgente da França em fins do século XVIII consistia na substituição das velhas instituições políticas por outras que se harmonizassem mais com o novo regime econômico. Os homens públicos mais eminentes e úteis daquela época foram precisamente aqueles mais capazes de contribuir para a satisfação dessa necessidade urgente. Suponhamos que esses homens eram Mirabeau, Robespierre e Bonaparte (...) A mesma coisa se pode dizer, mais ou menos, acerca de Robespierre. Admitamos que ele representa no seu partido uma força insubstituível em absoluto. **Mas, em todo o caso, não era a sua única força. Se a queda casual de um azulejo o tivesse morto, suponhamos, em Janeiro de 1793, o seu lugar teria sido ocupado, naturalmente, por outro, embora esse outro se mostrasse inferior a ele em todos os sentidos, mas os acontecimentos, apesar de tudo, teriam tomado o mesmo rumo que tomaram com Robespierre(...)** mas é possível que o partido de Robespierre tivesse perdido o poder um pouco antes, de modo que agora não falaríamos da reacção termidoriana, mas da floreliana, pradaliana ou mesidoriniana. Talvez alguns possam objectar que, com o seu desapiedado terrorismo Robespierre*

*acelerou em vez de demorar a queda do seu partido. Não examinaremos aqui esta hipótese; admiti-la-emos como se fosse completamente fundamentada. Em tal caso, terei de supor que a queda do partido de Robespierre não se teria produzido em termidor, mas em frutidor, vendimiário ou brumário. em uma **palavra, ter-se-ia produzido talvez antes ou depois. Mas em todo o caso, ter-se-ia produzido infalivelmente, porque a camada do povo sobre a qual se apoiava este partido não se encontrava preparada em absoluto para se manter no Poder por largo tempo. Em todo o caso, não se pode falar de resultados «contrários» aos que se obtiveram graças à enérgica contribuição de Robespierre.***⁴⁶⁴(grifo nosso)

A exposição de Plekhanov, renomada como uma explicação notável da concepção marxista da história, entre os revolucionários russos, elogiada e recomendada, muitas vezes por Lenin, parece sólida e irrefutável, à primeira vista. Mas, não é. Parece necessário reconhecer, que a questão dos sujeitos políticos não é tão simples, e em grande medida, permanece teóricamente em aberto: admitamos, por agora, o ponto mais forte da argumentação, e aceitemos, como convincente, que outro, Saint-Just ou o irmão mais novo de Robespierre, por exemplo, poderiam ter ocupado o lugar de Maximilian, no caso de uma morte fortuita. Mas, essa especulação de história contra-factual, está longe de resolver o problema chave do lugar da subjetividade na revolução. Para compreendermos a insuficiência da resposta de Plekhanov, basta inverter os termos do problema: *a questão é menos a presença de Robespierre, e mais a ausência do jacobinismo.* É muito duvidoso que a revolução francesa tivesse consolidado as suas formas republicanas, e vencido a guerra, se não existisse o clube dos jacobinos.

E não se pode concluir, tão rapidamente, que a necessidade histórica, empurrava a pequena-burguesia urbana democrática e radical, em uma “via de mão única”, no sentido da construção de uma representação política, como foram os jacobinos. Os estudos de E.P. Thompson no ***The Making of the British working class***, nos revelam que o jacobinismo na Inglaterra, por exemplo, foi molecular. E não é convincente

⁴⁶⁴ (PLEKHANOV, George, **O Papel do Indivíduo na História**, Lisboa, Antídoto, 1977, p.62/63)

explicar a sua marginalidade somente pela repressão feroz, embora ela o tenha sido. O mesmo se pode dizer, sobre o republicanismo americano, que ao contrário do francês, não tinha no seu programa a abolição da escravidão, ou sobre a inexistência de um partido da pequena burguesia revolucionária na Alemanha em 48.

Fica, portanto, aberto o problema dos sujeitos políticos coletivos, e das relações das classes com eles. O lugar individual de Robespierre, não se revela plenamente, se o observamos somente como o líder da “fase heróica de 93”, mas *se o considerarmos na condição de chefe político do clube dos jacobinos, ou chefe dos milhares de pequenos chefes, que formavam o sujeito político coletivo.*

Não restam dúvidas que a necessidade histórica exigia que novas instituições e um novo regime, assumisse o lugar da arcaica e obsoleta monarquia absoluta dos Bourbons: essa foi a obra da revolução, que mudou a natureza social do Estado e abriu o caminho para uma aceleração na transformação das relações econômico-sociais que já tinham amadurecido, mas estavam atrofiadas e bloqueadas. A força dessa necessidade abriria o caminho, para que outro, que não Robespierre, ocupasse a primeira linha dos acontecimentos, e garantisse as medidas radicais de exceção, ainda que dependendo de maior ou menor talento, obtendo maior ou menor sucesso, imprimindo, enfim, o “seu estilo” aos acontecimentos.

Seria, como afirma Plekhanov, “uma ilusão de óptica histórica”, qualquer conclusão subjetivista de que Robespierre seria insubstituível: *o “eclipse” dos outros” ocorreu em função do excesso de luminosidade que cercou Robespierre (e ainda assim, é irresistível, se perguntar, teria algum outro jacobino autoridade e firmeza, para derrotar Danton?). A presença da grande personalidade, é ela mesma, um fator de bloqueio para a irrupção de outros que poderiam ocupar o seu lugar. Tudo isso parece certo. Mas, em uma outra perspectiva, permanece duvidoso que a revolução teria seguido o seu curso se o jacobinismo, como sujeito político*

coletivo, não houvesse ocupado o lugar que foi o seu. Vejamos, de novo, o que nos diz Plekhanov:

*“Além disso, é necessário fazer notar o seguinte: discorrendo sobre o papel das grandes personalidades na história, **somos vítimas, quase sempre, de uma certa ilusão de óptica** (...) Ao desempenhar o seu papel de “boa espada” salvadora da ordem social, **Napoleão afastou assim dessa função todos os outros generais, alguns dos quais talvez a tivessem desempenhado tão bem ou quase tão bem como ele. Uma vez satisfeita a necessidade social de um governante militar enérgico, a organização social fechou o caminho para o posto de governante militar a todos os restantes talentosos militares. A sua força converteu-se em uma força desfavorável para a revelação de outros talentos deste gênero. Graças a isso tem-se a ilusão óptica a que atrás nos referimos.** A força pessoal de Napoleão apresenta-se-nos sob uma força bastante exagerada, dada que lhe atribuímos toda a força social que a ergueu a um primeiro plano e a apoiava. **Essa força pessoal parece-nos algo absolutamente excepcional, porque as demais forças idênticas a ela não se transformaram de forças potenciais em reais.** E quando nos perguntam que teria acontecido, se Napoleão não tivesse existido, a nossa imaginação confunde-se e parece-nos que sem ela não poderia produzir-se todo o movimento social sobre o qual se baseava a sua força e a sua influência.”⁴⁶⁵ (grifo nosso)*

Plekhanov apresenta uma resposta, pelo menos, incompleta ao problema. No mínimo, haveria que dizer que suas conclusões envelheceram, porque foram incapazes de apreender uma dinâmica que já se desenvolvia, ainda que embrionariamente, diante de seus olhos. Ao se referir ao tema do papel do indivíduo na História, está, na verdade, abordando, ainda que indiretamente, a questão dos fatores de subjetividade na História e na revolução. Sua aproximação ao problema é radicalmente objetivista. Isso por, pelo menos, três razões: primeiro, *porque ignora que o lugar dos fatores de subjetividade vem se alterando historicamente. A própria existência e maior complexidade dos partidos no século XX, responde à necessidade, por parte de todas as classes, de diminuir as improvisações na construção de lideranças.*

As margens de improviso se estreitaram em função da maior importância da política, como atividade de legitimação do exercício de

⁴⁶⁵ (PLEKHANOV, George, **O Papel do Indivíduo na História**, Lisboa, Antídoto, 1977, p.69)

poder.⁴⁶⁶Esta necessidade, inexistia como uma atividade laica de disputa de projetos para a sociedade, pelo menos, antes do século XVIII. Nas sociedades pré-capitalistas, a legitimidade do poder não repousava em um consenso político, que deve expressar, de alguma maneira, ainda que na aparência, uma vontade livre da maioria do povo. As fontes de legitimação das monarquias eram outras. No século XX, o poder deve procurar legitimidade no terreno da política: em termos gramscinianos, deve dirigir além de dominar. A redução do analfabetismo, a elevação do nível cultural da sociedade, a

⁴⁶⁶ Parece irrefutável, que no século XX, “os tempos da política se aceleraram”, exigindo das classes, buscar na forma partido, um instrumento útil, ainda que imperfeito, para a defesa de seus interesses: em uma palavra, as margens de improvisação política se reduziram. A “*partidocracia contemporânea, o monopólio da política nas mãos dos partidos, embora em crise, porque as classes buscam outras formas de representação política dos seus interesses, permanece de pé.*” O conflito entre a eficácia da forma partido, e o perigo de que os aparelhos partidários escapem ao controle dos representados, e desenvolvam uma imensa autonomia de interesses próprios, é uma das tensões principais do atual período histórico. Esse é o abecedário da política contemporânea. É interessante observar, no entanto, que as classes dominantes têm, pelo menos em circunstâncias de estabilidade política, uma apreensão dos seus interesses, menos atrasada que as classes exploradas e oprimidas. Esse desencontro menor, decorre, em primeiro lugar, do controle do Estado. Mas, resulta, por outro lado, *de um nível de intensidade de participação na política, a esfera da vida pública, muito superior ao das classes populares.* nessas, todavia, também ocorrem desigualdades: as classes trabalhadoras urbanas são, por exemplo, mais políticas, nesse sentido, do que as massas camponesas. Por sua vez, o séc. XX é mais político que o XIX. A primazia crescente da política, um processo que se desenvolve, como sabemos, cheio de contradições, corresponde a um movimento histórico profundo, essencialmente, progressivo. Este movimento ou essa evolução, é o que podemos definir como um crescente papel da auto-organização na sociedade, que, por sua vez, é uma expressão do alargamento e não do definhamento da esfera do público. Qual seria a sua explicação histórica mais profunda? Neste trabalho, sugerimos a hipótese de uma nova primazia nas forças motrizes de impulso: as lutas de classes, teriam elevado a sua intensidade, como nunca teria ocorrido antes. De qualquer forma é inegável que o século XX, assistiu a entrada em cena de milhões na vida política, ou seja, da busca de soluções coletivas para os impasses históricos. O movimento operário nos últimos 150 anos foi o protagonista social mais importante, *desta que é a mais decisiva transformação da história humana: a aventura de busca de um controle consciente sobre os destinos da sociedade. Para os socialistas, esse sentido consciente, consiste na luta pela igualdade e liberdade como valores indivisíveis.* Essa é também a opinião de Wallerstein: “*Que signifie réellement le slogan, «liberté, égalité, fraternité»? Le slogan de la Révolution française est familier à chacun. Il semble faire référence à trois phénomènes différents, situés chacun dans les trois domaines entre lesquels nous sommes habitués à diviser nos analyses sociales: la liberté dans le champ politique, l'égalité dans le champ économique, et la fraternité dans le champ socioculturel. Et nous nous sommes également habitués à débattre de leur importance relative, en particulier entre la liberté et l'égalité. L'antinomie de la liberté et de l'égalité me semble absurde. Je vois difficilement comment on peut être “libre” s'il y a de l'inégalité, étant donné que ceux qui possèdent plus ont toujours des options qui ne sont pas possibles à ceux qui possèdent moins et que, par conséquent ces derniers sont moins libres. Et, de la même façon, je vois difficilement comment l'égalité peut exister sans la liberté, puisque, en l'absence de liberté, certains ont plus de pouvoir politique que d'autres, d'où il suit qu'il y a inégalité. Ce n'est pas un jeu de mots que je suggère ici, mais le rejet de la distinction liberté-égalité. Liberté-égalité est un seul et même concept.*” (grifo nosso) (WALLERSTEIN, Immanuel, 1968, *Révolution dans le Système Mondial*, in *Le Temps Modernes*, 514/515, mai-juin 1989, p.173/4)

impressionante urbanização e os novos sujeitos sociais, e por outro lado, a maior conflitualidade da luta de classes, estão entre as muitas causas desse processo.

Em segundo lugar, precisa ser considerado que *os fatores de subjetividade não operam, por igual e nas mesmas proporções. em todas as situações políticas.* Circunstâncias excepcionais, colocam necessidades excepcionais: não é difícil compreender que o lugar dos sujeitos políticos coletivos, ou, com mais razão, das lideranças individuais, se coloca de uma maneira muito diferente, se a luta de classes segue um rumo previsível e uma forma tranqüila, sem maiores percalços, ou se ela se exacerba em torno a combates decisivos, em que a questão do poder está, de alguma maneira, em suspenso, como uma possibilidade de transformações revolucionárias.

Em terceiro lugar, *o problema da subjetividade não se coloca da mesma forma para todas as classes da sociedade.* Plekhanov parte da premissa que todas as classes, sejam exploradoras ou exploradas, proprietárias ou não proprietárias, sob a pressão da necessidade, resolvem a questão da sua representação política, e constroem, sem maiores distorções ou atrasos históricos, os sujeitos políticos para a defesa de seus interesses. *Essa premissa é insustentável e inteiramente falsa.* As classes exploradas e oprimidas encontram dificuldades incomparavelmente maiores para conquistarem a sua independência política, e construírem os seus próprios partidos do que as classes dominantes.⁴⁶⁷

⁴⁶⁷ As limitações da resposta de Plekhanov, ao problema da subjetividade, ficam mais claras na passagem que transcrevemos em seguida. *O argumento fundamental, de que a necessidade, finalmente, sempre abre o caminho, e ninguém é, portanto, insubstituível, pode e merece ser problematizado.* em uma certa escala ele é verdadeiro e irrefutável, mas em uma outra perspectiva ele se revela insuficiente: só pode ser utilizado considerando-se a relatividade de qual problema se colocou e para quais sujeitos sociais. Tudo depende de qual é a natureza do problema. A atração dos maiores talentos de uma época, para a solução dos impasses colocados pelo desenvolvimento histórico não se dá de forma indistinta, segundo a natureza dos problemas. Porque os impasses da civilização são sempre, em cada época, os mais diferentes e de distinta gravidade: os problemas colocados pelo desenvolvimento para a sociedade podem ser econômicos, sociais, ambientais, culturais e científicos, etc... A questão política está, também, como é óbvio, entre esses problemas, mas as possibilidades de atração para a política dos

A representação política das classes subalternas, em geral, do proletariado em particular, é obstaculizada por fatores tanto objetivos, quanto subjetivos: as idéias dominantes, em qualquer época, não podem deixar de ser as idéias das classes dominantes, a não ser em situações revolucionárias. Disto decorre, que os movimentos, associações, sindicatos ou partidos das classes politicamente dominadas, em primeiro lugar, tenham que lutar contra a influência dos inimigos de classe nas suas próprias fileiras. Por outro lado, as condições da disputa por influência na sociedade são dramaticamente desiguais, porque o poder não emana somente do Estado, mas do controle da riqueza social, dos meios de comunicação, das forças de coerção armadas, etc...⁴⁶⁸

maiores talentos disponíveis, não é sempre a mesma, em toda e qualquer situação: ela é variável, e está condicionada pela interação de muitos fatores. Qual é o apelo, por exemplo, que uma causa política exerce para a inteligência da época? Esse apelo, e a força de atração de um programa depende, e em muito, da força social das classes em confronto. Depende também das escolhas alternativas que se colocam na disputa. Vejamos um exemplo: boa parte da “inteligência” dos países avançados nos anos trinta, se sentiu intensamente atraída pela causa da revolução espanhola, e pelo campo da República contra Franco, depois da ascensão de Hitler ao poder em 33, porque sabia que o nazismo no poder seria a ante-sala de uma nova Guerra Mundial, mas foi indiferente, senão simpática, quando o fascismo de Mussolini chegou ao poder na Itália nos anos 20. Parece, assim uma simplificação meio fatalista considerar que todas as classes, sempre encontrarão um material humano disponível para a representação dos seus interesses. Os recursos subjetivos disponíveis, no que diz respeito à política, são, sempre, a expressão de uma correlação de forças na luta de classes, logo, são variáveis. Para as classes exploradas, a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis, são, quase sempre, escassos. A seguir uma outra passagem de Plekhanov, sobre o mesmo tema: “*Quando urna situação determinada da sociedade coloca diante dos seus representantes espirituais certas tarefas, essas atraem para si a atenção dos espíritos eminentes até conseguirem resolvê-las. Uma vez conseguido isto, a sua atenção orienta-se para outro objectivo. Depois de resolver o problema X, o homem de talento A, apesar disso, desvia a atenção do homem de talento B deste problema já resolvido para outro problema Y.(...) São necessárias duas condições para que o homem dotado de certo talento exerça, graças a ele, uma grande influência sobre o curso dos acontecimentos Em primeiro lugar, é preciso que o seu talento corresponda melhor que os outros às necessidades sociais de uma determinada época: se Napoleão, em vez do seu gênio militar, tivesse possuído o gênio musical de Beethoven, não chegaria naturalmente a ser imperador. Em segundo lugar, o regime social vigente não deve obstruir o caminho ao indivíduo dotado de um determinado talento, necessário e útil justamente no momento em que é preciso. O próprio Napoleão teria morrido como um general pouco conhecido ou com o nome de coronel Bonaparte se o velho regime tivesse permanecido em França setenta e cinco anos mais.*” (PLEKHANOV, George, **O Papel do Indivíduo na História**, Lisboa, Antídoto, 1977, p.70)

⁴⁶⁸ A preservação da ordem política e social, através de outros instrumentos, que não a coerção e intimidação da força do aparelho coervivo do estado, sempre foi valorizada na tradição marxista. *Mas a relação recíproca entre os diferentes mecanismos de dominação, vem se alterando historicamente, o que é menos lembrado.* Claro que seria ingênuo diminuir o papel inibidor ou dissuador da ameaça ou chantagem que a presença das Forças Armadas realiza, depois de tantas dezenas de sangrentos golpes de Estado. Mas, o lugar da mídia no início do século XX, quando a imprensa era de longe o principal meio de comunicação, e algo entre um terço e a metade dos trabalhadores nos países centrais eram

Essas pressões se abatem de uma forma devastadora sobre as representações políticas das classes populares. essas pressões, no sentido da adaptação, são um obstáculo imenso para a afirmação de lideranças que correspondam aos interesses dos seus representados, tanto mais, que o humor dos despossuídos, em situações defensivas, se inclina, invariavelmente, no sentido da resignação moral e da prostração política. Existe, finalmente, um outro aspecto, ainda mais ambíguo e paradoxal, da relação das classes politicamente dominadas com seus partidos: a gravidade da crise ou a força de apelo de sua causa, leva, freqüentemente, os partidos das classes populares, a recrutarem adeptos entre os membros de outras classes, socialmente hostis, e não é incomum, que os partido operários, por exemplo, tenham uma maioria de membros não operários, nas suas direções. Essas contradições, como é previsível, têm conseqüência políticas.

Mas vejamos tudo isso mais em detalhe: a questão do lugar do indivíduo na História se coloca, em especial, para resumir brutalmente o problema, em duas circunstâncias especiais, mas de natureza muito diferente. A solução de Plekhanov parece ser muito convincente para uma dessas situações, mas duvidosa ou insuficiente para a outra.

iletrados, e o lugar da televisão, na sociedade contemporânea, em que na maioria dos países urbanizados, mais de 90% das residências têm luz elétrica e um aparelho de recepção, *é qualitativamente diferente*. Os novos recursos de luta ideológica, desproporcionalmente mais poderosos, são uma das razões da moderna força da democracia como regime. Esse tema é desenvolvido em um trabalho recente de Eduardo Almeida, sobre a democracia e a estratégia socialista: *“A dominação burguesa se apóia, em primeiro lugar, na propriedade dos meios de produção e distribuição: as grandes empresas industriais e comerciais, os bancos e fazendas. A burguesia se utiliza do poder econômico para controlar o poder político. No caso da democracia burguesa existente no Brasil, o controle se faz através da presidência da República e dos governos estaduais e municipais; dos parlamentos federal, estaduais e municipais; assim como da justiça.(...) A existência dos três poderes serve para a burguesia ter alternativas a mais para controlar a sociedade, podendo se utilizar de um contra o outro quando o necessite. esses centros de poder também servem para resolver os conflitos internos da burguesia. A dominação da burguesia se dá também por um controle político-ideológico (consentimento). No caso da democracia burguesa isto se faz por urna complexa rede que inclui desde as instituições do Estado (governo, parlamentos) aos partidos políticos, igrejas e escolas. Os meios de comunicação, com especial destaque para a televisão e os jornais, são componentes essenciais desta rede. Por este sistema de instituições do Estado e não estatais se difundem as políticas da burguesia (a defesa do Plano Real, da estabilidade econômica, por exemplo) assim como suas ideologias (o direito legítimo da propriedade dos meios de produção, "trabalhando se pode subir na vida" "a vida é mesmo assim, e nunca var ser diferente", etc.)”(grifo nosso) (ALMEIDA NETO, Eduardo, **Brasil, Reforma ou Revolução?**, Cadernos Socialistas, São Paulo, Xamã, 2000, p.58/59)*

Enfrentemos o problema. Em primeiro lugar, devemos encarar a questão da grande personalidade fora da esfera da política: os grandes cientistas, filósofos, artistas, etc... São a expressão de um ambiente social e cultural, e suas obras, como lembra Plekhanov, para além de todo o brilho que imprimiram ao seu trabalho, correspondiam a uma demanda pendente, a uma necessidade do processo de desenvolvimento das forças produtivas culturais, e se não tivessem ocupado o seu papel, outros o teriam feito, talvez sem a mesma capacidade, mas as escolas políticas, científicas ou artísticas que fundaram, não teriam deixado de existir.

Se um acidente fortuito, tivesse vitimado Leonardo da Vinci ou Michelangelo, *a arte renascentista teria estado privada de seu gênio, mas a tendência evolutiva geral do período não teria sido outra, porque não foram eles que criaram essa tendência, foram somente a sua expressão mais completa e brilhante. A tendência estava inscrita em um processo de mudanças, semeado por milhares de pequenas transformações quantitativas, e só aparentemente menores, que preparavam a expectativa de uma mudança qualitativa.*

O mesmo se poderia dizer, em um outro terreno, sobre o papel de Marx, Darwin ou Freud: cada um deles, nas suas respectivas disciplinas, produziram novos paradigmas científicos que definiram novos horizontes para a ciência de nossa época. Por isso enfrentaram as terríveis resistências das forças de inércia histórica, que sofrem os pioneiros que mudam a visão que a humanidade possui sobre si mesma. Se um acidente os tivesse sacrificado precocemente, as formas singulares que imprimiram às suas descobertas teriam sido outras, *mas seria pouco razoável concluir que o moderno movimento operário socialista não teria existido, ou que a biologia não teria chegado à teoria da seleção natural, ou que a psicologia não teria revelado os mistérios das pulsões inconscientes.* Outros os teriam substituído, talvez mais tarde, talvez com menos brilho literário, mas as suas descobertas científicas, teriam sido realizadas, porque estavam inscritas em um processo coletivo e social de desenvolvimento do conhecimento.

Em segundo lugar, temos a situação da personalidade elevada à posição de liderança política das classes populares, no calor de grandes transformações revolucionárias. A sua substituição parece ser um problema incomparavelmente mais complexo: as oportunidades são frágeis, excepcionais, e podem se perder. Quase sempre, essa personalidade vivia na obscuridade, muito longe das luzes da ribalta do poder, e as devidas proporções de seu talento ou clarividência, só aparece, diante da pressão da aguda necessidade histórica: na emergência das grandes crises revolucionárias. Isso parece certo e irretocável.

Mas o problema da substituição da liderança política, é mais complexo do que a substituição dos fundadores, os “beginners”, porque os primeiros dependem, incondicionalmente, de uma coincidência com os grandes fluxos favoráveis dos acontecimentos, para realizarem a sua obra. Enquanto os grandes pensadores, cientistas e artistas, podem marchar, e quase sempre o fizeram, em alguma medida, como precursores, na contracorrente das posições hegemônicas de seu tempo. A verdadeira dimensão de sua obra é póstuma. Em alguma medida, sempre são conscientes, de que sua obra é uma ponte estendida em relação ao futuro. Não dependem das marés montantes da luta de classes, para aproveitar a oportunidade histórica, porque não trabalham para o presente. Mas as revoluções são sempre o tempo da política, o tempo do presente inadiável ou da urgência impostergável. Mas, o que nos diz Plekhanov? Exatamente o contrário: é o pensador, o intelectual, o iniciador, que aparece como o “herói” moderno:

*“Carlyle, na sua conhecida obra sobre os heróis, dá-lhes o nome de iniciadores (Beginners). É uma designação bastante acertada. **Um grande homem é precisamente um iniciador porque vê mais longe que os outros e deseja mais fortemente que os outros.** Resolve os problemas científicos colocados pelo curso anterior do desenvolvimento intelectual da sociedade; assinala as novas necessidades sociais, criadas pelo anterior desenvolvimento das relações sociais; toma a iniciativa de satisfazer essas necessidades. É um herói. **Não no sentido de que pode deter ou modificar o curso natural das coisas, mas no sentido de que sua actividade constitui uma expressão consciente e livre deste curso necessário e consciente. Reside nisto toda sua***

importância e sua força. Mas esta importância é colossal, e esta força revela-se tremenda⁴⁶⁹(grifo nosso)

A aproximação ao tema peca, portanto, por uma inclinação ao sobre-dimensionamento das tarefas intelectuais, e à correspondente sub-valorização da liderança política. Convenhamos, o tema não é fácil. Mas parece mais razoável a conclusão contrária: nada garante que a história, entendida como a força da necessidade que busca uma expressão política consciente, encontre as grandes lideranças político-revolucionárias, independente de seus talentos, na oportunidade histórica, na hora certa, e no lugar certo, em geral rara, senão única, dificilmente repetível.

Admitamos, no entanto, como hipótese provisória, que o material humano, na sua dimensão individual, possa ser improvisado. Ainda assim restaria o problema dos sujeitos políticos coletivos: *parece insustentável considerar que a sua presença resultará, mecanicamente, como causa e consequência, da necessidade, das classes populares em luta, de expressarem politicamente os seus interesses.* Esta conclusão só é compatível com uma perspectiva, fortemente espontaneísta, de que as revoluções resolvem as suas necessidades subjetivas “en marche”, pela *força liberada da mobilização do sujeito social, que diminui, ou reduz ao mínimo, a importância da qualidade do sujeito político.*

Ainda assim, a simplificação do lugar dos sujeitos políticos, como um “reflexo” dos interesses em conflito na sociedade é insuficiente e perigosa: porque ela ignora a dimensão relativamente incerta e autônoma da política. Os partidos e as outras formas de representação política, *não atuam imunes às pressões das diferentes camadas e estratos, que diferenciam, objetiva e subjetivamente, a classe ou as classes que pretendem expressar,* assim como sofrem, tanto as pressões das classes socialmente hostis, quanto as das outras correntes e tendências organizadas. Por isso, suas trajetórias estão repletas de hesitações, giros, realinhamentos,

⁴⁶⁹ (PLEKHANOV, George, **O Papel do Indivíduo na História**, Lisboa, Antídoto, 1977, p.82)

divisões e unificações, isto é, os mais variados deslocamentos, à direita e à esquerda, *expostos a todo tipo de crises, e vulneráveis ao erro.* ⁴⁷⁰

⁴⁷⁰ *O erro político não pode deixar de ser considerado uma categoria histórica.* Mas ele só pode ser apreendido na sua dimensão plena, se guardarmos as proporções que separam o tempo político, do tempo histórico. A história é também, para citar um exemplo, a história dos erros das classes dominantes, que acreditaram ser possível a preservação de uma ordem sem mudanças, muito além do que se tornou tolerável para as amplas multidões. Todas as revoluções (e as contra-revoluções) abriram as portas da transformação política e social explorando esses erros (e se os Bourbons tivessem aceitado uma passagem para monarquia constitucional mais cedo, e se o Czarismo tivesse ampliado as margens de reformas, e se a república de Weimar tivesse acelerado as reformas sociais, então...) . Ensimesmadas na ilusão da ahistoricidade de seu domínio, pela soberba que o controle do Estado por um longo período alimenta, as classes proprietárias desprezam os repetidos sinais e alertas que revelam, que o amanhã não poderá ser como o ontem. Existem limites. Quando uma classe dominante exige sacrifícios das massas, para além do que essas consideram razoável, ou seja, quando as massas não confiam mais que as suas vidas poderão melhorar, ou ainda, quando se convencem de que não deixarão de continuar piorando, *as diferentes percepções do tempo do que seria possível* se distanciam umas das outras. Esta profunda mudança nos sentimentos da maioria do povo, está na raiz do breve intervalo histórico, que definimos como crise revolucionária, ou seja, aqueles momentos de iminência da revolução. Qual é a natureza do erro? Que uma classe dominante despreze os sinais de insatisfação popular seria uma conclusão banal. Não porque esses sinais sejam raros. Seria o mesmo, que reafirmar pela enésima vez, que a crise econômica é a mãe da crise política e social. Ou que esta se manifesta, primeiro, como crise de governo (à que correspondem, divisões internas, disputas de frações, incapacidade de iniciativa, perda de rumo e paralisia) e se não se fecha, se agrava, e precipita, depois, uma crise de regime (que se traduz em desautorização aberta, desmoralização das instituições, deslocamentos de centro do poder, entre as instituições). Mas o erro, irrelevante em circunstâncias normais, só ocupa um lugar central, irreversível e decisivo, no calor das crises revolucionárias. Porque, então, as margens de manobra do Estado para absorção das pressões no interior das instituições do regime, se reduz, com a dualidade ou multiplicidade de poderes, que deslocam o centro da política do espaço reduzido que ela ocupa em situações de estabilidade, para a esfera das ruas, ou seja, quando o juízo em relação ao futuro se decide na escala de semanas e não de anos. Em tais momentos, os erros podem ser fatais, para todas as classes envolvidas na luta. Não parece razoável, que os erros políticos não vitimem a representação política de todos os grupos sociais em conflito. Não há imunidade ao erro. Logo, uma menor margem de erros políticos a favor de uma classe ou de outra, pode decidir o sentido da luta. Uma chance histórica pode se perder: serão, então, necessários anos, ou décadas, um novo período histórico, para que uma nova oportunidade se abra outra vez. *O que significa que a crise se manifesta nesta urgência de futuro.* Em resumo, o erro consiste em uma cegueira diante de uma correlação de forças que se altera: ou porque se exige o que não é possível, ou porque se hesita e se adia o que seria incontível. Mas, sejamos mais rigorosos, não são as classes que erram: são as suas lideranças. Entre as classes e suas direções existe, todavia, uma relação muito contraditória e sutil. As idéias dos partidos só se transformam em força material, quando penetram, como se diz, nos “corações e mentes” da multidão. Ou seja, os partidos precisam manter relações de diálogo com o humor das classes nas quais se apóiam, ou estão condenadas à marginalidade. Mas, paradoxalmente, quando sucumbem, à quase sempre volúvel pressão dos estados de espírito das massas, estão de alguma maneira, cavando a sua própria sepultura, porque essas são instáveis, e seu horizonte é muito limitado ao presente imediato. As massas aplaudem as conclusões às quais já chegaram, mas esperam de seus chefes, que esses vejam adiante, indiquem um caminho que elas intuem, mas desconhecem. Assim a relação partido/classe é uma relação de conflito inexorável: e este conflito se expressa nas relações de todas as classes, com os seus partidos e dirigentes. A própria burguesia considera como seus grandes líderes, os chamados estadistas, aqueles que, retrospectivamente, marcharam contra a maré da pressão mais imediata das circunstâncias, não cederam às pressões e sendo inflexíveis, governaram para o futuro, e não para a próxima eleição. A luta política é, assim, uma expressão da conflitualidade dos partidos entre si e das classes entre si, mas também destas com as suas organizações. *Nenhuma classe é tão homogênea neste século que possa prescindir da representação em diferentes partidos.* Nesse sentido, a crise revolucionária é, também, o

Seria, também, necessário recordar, que a hipótese de Plekhanov sobre o lugar da representação política não se confirmou historicamente: a maioria das revoluções do século XX foram revoluções

momento em que a crise de direção das distintas classes em conflito, se manifesta em uma substituição irrefreável e ininterrupta das representações políticas, que se sucedem uns aos outros: nas classes proprietárias, cedendo o lugar, tendencialmente, aos que demonstram maior decisão, indo mais à direita; nas classes despossuídas, deslocando os partidos mais moderados e procurando os que estão mais à esquerda. Mas esses deslocamentos podem ser ainda mais complexos e imprevisíveis. Tudo depende, então, das margens de acertos e erros dos sujeitos políticos coletivos. Esse processo assume uma forma vertiginosa para a classe dominante, que tem nas suas mãos a exigência da administração e controle de Estado. Mas se manifesta, também, de forma acelerada nas classes subalternas. No entanto, é preciso acrescentar, para termos a dimensão da gravidade do lugar dos erros políticos, que uma crise de direção, pode não ser resolvida de forma satisfatória. Esse é um processo que historicamente tem os mais diferentes desenlaces. Mas a luta interna aos dois campos em conflito, se manifesta, de forma exacerbada, na busca de um estado maior que seja capaz de oferecer a melhor saída para a luta. Há, contudo, uma diferença entre os dois campos em combate. *Toda classe proprietária tem uma qualidade, que poderíamos denominar como instinto de poder*: luta, ferozmente, quando necessário, pela conservação dos privilégios que já usufruiu, e é consciente, que a defesa da ordem exige, como condição sine qua non, o domínio do Estado. Nas classes populares, a perspectiva do poder se revela historicamente um processo extraordinariamente mais difícil de construir. Em situações de estabilidade, ou seja de defensiva, as massas combatem sempre em um terreno de resistência. Só no momento da crise revolucionária, se colocam a questão do poder. Não o fazem com um plano pré-elaborado de um modelo que querem construir, mas a partir da necessidade de derrubar o governo que odeiam. Mas, também não o fazem sozinhas. Precisam de um ponto de apoio, para superar todas as diferenças que guardam no seu interior: porque chegam às conclusões políticas, da necessidade do poder, em ritmos distintos, e podem se lançar ao combate decisivo tanto cedo demais, como tarde demais. A importância destes fatores subjetivos, foram tema de grandes polêmicas dentro da Segunda Internacional. Estamos, contudo, convencidos que Trotsky tinha, a este respeito, a dialética classe/direção, alguma razão quando expõe, na *Introdução da História da Revolução Russa*, as seguintes conclusões: na crise revolucionária, as massas são mais revolucionárias que a vanguarda, esta que a base dos partidos revolucionários, e atrás de tudo, ficariam a esfera das altas direções. Nenhum dos partidos socialistas, foi poupado a esse processo, e, ao contrário da mitologia construída em torno ao bolchevismo, só depois de uma difícilíssima luta política, em que o papel de Lênin foi chave, o impasse se resolveu. Já em situações de estabilidade, tudo se inverte. A direção é mais revolucionária que a base, esta que a vanguarda, e a vanguarda está à esquerda da massa. Gramsci estava certo, por sua vez, quando sublinhava, que o erro tem um lugar na História, e ela confirma que a autonomia relativa da política tem graus: na crise revolucionária a autonomia é quase absoluta. A rigor, existe, portanto, sempre, em alguma medida, um deslocamento, um desencontro, entre as classes e as suas representações, que revela e, ao mesmo tempo, oculta uma vontade e um conflito. *Este desajuste define a relativa autonomia da política*. Esta autonomia vem se alargando ou se restringindo historicamente? As duas posições “extremadas” que se opõem no debate marxista clássico não parecem satisfatórias. Nem a “teoria do reflexo”, que remete à força das determinações econômicas, nem o “culturalismo”, que ao insistir na importância das causalidades subjetivas, rompe com os limites metodológicos que afirmam a história como ciência. A história não deve ser reduzida nem a uma forma alternativa de narração literária, nem a uma variante “naturalizada” das ciências sociais. Parece bastante razoável, entretanto, concluir que os fatores subjetivos, ou seja, o lugar da consciência que as classes possuem sobre os seus próprios interesses, através de suas representações, vem se elevando historicamente. Nesse sentido, se poderia dizer que as lutas de classes têm sido, e serão, mais incertas, e não menos. *Disto, todavia, não se pode concluir, a priori, por uma frequência mais intensa de crises revolucionárias*. A energia da mobilização revolucionária do sujeito social, pode se dissipar se não encontra os sujeitos políticos que a expresse. A incidência maior ou menor das crises revolucionárias,

políticas, em que a energia liberada pela ação revolucionária do sujeito social se dissipou rapidamente depois da derrubada dos regimes e governos odiados, muito antes que as grandes tarefas da revolução social (a conquista do Estado, a transformação das relações econômico-sociais), tivessem sido resolvidas.

Poder-se-ia argumentar, que as forças sociais em luta utilizaram o material humano que encontraram à sua disposição para realizar a defesa de suas aspirações, e isso independe da qualidade, maior ou menor, dos talentos disponíveis. Isso também é certo. Mas não resolve a questão: se a qualidade do sujeito político é, em última análise, irrelevante, e, também pode ser improvisada, então a explicação para as vitórias e derrotas dos sujeitos sociais em luta, se restringiria à maturidade maior ou menor dos fatores objetivos, de novo, uma aproximação objetivista, quase fatalista. Trabalhem com um exemplo clássico, extraído de Deutscher, para uma ilustração dos termos da questão:

*“A **História** esclarece duas grandes “crises internas” do bolchevismo no ano da revolução. Na primeira, Lênin, que acabara de voltar da Suíça, apresenta suas “Teses de Abril” e “rearma” politicamente o seu partido para a guerra contra o regime de fevereiro; na segunda, no penúltimo estágio da revolução, os defensores e adversários da insurreição se enfrentam mutuamente no Comitê Central bolchevique (...) Em ambas as crises-, somos levados a sentir que é dos poucos membros do Comitê Central que a sorte da revolução depende: seus votos decidem se as energias das massas devem ser dissipadas e derrotadas, ou dirigidas para a vitória. O problema das massas e líderes é apresentado com toda a sua agudeza e quase que imediatamente as luzes focalizam de forma ainda mais limitada e intensiva, um único líder, Lênin. **Tanto em abril como em outubro Lenin fica quase que sozinho, incompreendido e renegado pelos seus discípulos. Membros do Comitê Central quase queimam a carta na qual ele insiste em que se preparem para a insurreição, e Lênin resolve “travar a guerra” contra eles e se necessário fôr recorrer as fileiras, desobedecendo a disciplina partidária.** “Lenin não confiava no Comitê Central – sem Lenin.”, comenta Trotski, e “Lênin não estava muito errado nessa desconfiança”. Em cada crise, porém, acabou convencendo o partido a adotar sua estratégia e lançou-o na batalha Sua ousadia, realismo e vontade concentrada surgem da narrativa como os elementos decisivos do processo histórico, pelo menos da mesma importância que a luta espontânea de milhões de*

responde, portanto, a fenômenos que não são de natureza somente objetiva, como seriam o carácter crônico que poderia vir a assumir a crise econômica, a precipitação de guerras, etc.

*trabalhadores e soldados. Se a energia destes foi o "vapor" e o partido bolchevique o "êmbolo" da revolução, Lênin foi o condutor. **Trotsky enfrenta, aqui, o problema clássico da personalidade na História e talvez tenha menos êxito**"*⁴⁷¹(grifo nosso)

De fato, o papel do indivíduo na História, é um tema particularmente espinhoso para os marxistas. E isso por duas razões. Em primeiro lugar, porque a historiografia tradicional, das cronologias e dos grandes acontecimentos, sublinhava de tal maneira o lugar das personalidades, que a História tinha se transformado em um ramo colateral da narrativa biográfica.

O marxismo se afirmou, como já vimos, em uma luta irreconciliável contra essas concepções, colocando o eixo e a ênfase da explicação, nas articulações subterrâneas das contradições econômico-sociais. Mas, nem sempre conseguiu escapar do erro simétrico, que seria pensar a História, somente, como um processo evolutivo/convulsivo anódino e anônimo, de mudança de "estruturas sociais".

A reação a esses excessos, e à influência "objetivista" do estruturalismo (entre outras causas, inclusive mais importantes), não se fez esperar, quando vários ex-marxistas, se fizeram arautos das novas teses, desvalorizadoras das "grandes sínteses", e insistiram na importância da incerteza, do aleatório e do acidental.⁴⁷² O pós-modernismo radicalizou,

⁴⁷¹ (DEUTSCHER, Isaac, **Trotsky, O Profeta Banido**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, p.250)

⁴⁷² O Pós-modernismo, tem tido uma influência maior do que se poderia supor, em uma análise ligeira, pela sua repercussão nas ciências sociais no Brasil. A crítica de toda perspectiva utópica, o elogio da incerteza, o hedonismo céptico, a desvalorização das possibilidades das transformações coletivas, o desprezo, senão desconfiança, em relação aos sujeitos sociais populares, e, sobretudo, uma overdose de subjetivismo, tudo isso é inseparável, do efeito devastador da crise do socialismo na última década. A localização histórica do pós-modernismo, tanto no terreno da discussão estética, como da crítica da razão científica moderna, e por essa via, antagônica com o marxismo, pode ser encontrada em Perry Anderson.: *"Para Lyotard, a chegada da pós-modernidade ligava-se ao surgimento de uma sociedade pós-industrial – teorizada por Daniel Bell e Alain Touraine – na qual o conhecimento tornara-se a principal força econômica de produção em uma corrente desviada dos Estados nacionais, embora ao mesmo tempo, tendo perdido suas legitimações tradicionais. Porque, se a sociedade era agora melhor concebida, não como um todo orgânico nem como um campo de conflito dualista (Parsons ou Marx) mas como uma rede de comunicações linguísticas, a própria linguagem – "todo o vínculo social" – compunha-se de uma multiplicidade de jogos diferentes, cujas regras não se podem medir e inter-relações agonísticas. Nessas condições, a ciência virou apenas um jogo de linguagem dentre outros:*

em um outro extremo, a reivenção do subjetivismo e da história como mais um forma de narrativa.

Em segundo lugar, porque uma das monstruosidades do século XX, a que não fomos poupados, foi a generalização abjeta, do culto à personalidade, uma liturgia sinistra da política monolítica, um método de exercício do poder próprio de déspotas asiáticos, elevada a política de Estado, pelo estalinismo, e feita em nome do socialismo e do marxismo. Com mais razão, portanto, depois dessa tragédia, haveria que guardar mil reservas, contra os excessos subjetivistas, e o lugar das personalidades excepcionais.

Mas, afinal, indo ao âmago da questão, quando e em quais circunstâncias, o papel dos indivíduos poderia ser excepcional e insubstituível, se é que esses momentos devem ser considerados? Façamos, nós mesmos também, um exercício de história contra-factual: e se Lênin não tivesse atravessado a Alemanha no trem blindado, não tivesse ganho com sua autoridade o partido bolchevique para as teses de Abril, e depois, para a iminência da insurreição, Outubro teria ocorrido? A resposta não é simples, e nunca poderá ser definitiva e irrefutável. Mas o problema merece uma investigação. Trotsky, surpreendentemente, escreveu variadas vezes que não, e nos seguintes termos:

“La ditadura del proletariado se deducía de toda la situación. Más aún, era necesario instaurarla, y esto no hubiera sido posible sin el partido. Y este solo podía cumplir su misión comprendiéndola. Para esto precisamente se necesitaba a Lenín. Antes de su llegada a Petrogrado, ninguno de los jefes bolcheviques se había atrevido a hacer el diagnóstico de la revolución. Por el curso de los

já não podia reivindicar o privilégio imperial sobre outras formas de conhecimento, que pretendera nos tempos modernos. Na verdade, sua pretensão a superioridade como verdade denotativa em relação aos estilos narrativos do conhecimento comum escondia a base de sua própria legitimação, que classicamente residiu em duas formas grandiosas de narrativa. A primeira, derivada da Revolução Francesa, colocava a humanidade como agente heróico de sua própria libertação através do avanço do conhecimento; a segunda, descendente do idealismo alemão, via o espírito como progressiva revelação da verdade. Esses foram os grandes mitos justificadores da modernidade. O traço definidor da condição pós-moderna, ao contrario, é a perda da credibilidade dessas metanarrativas.” (grifo nosso)(ANDERSON, Perry, *As Origens da Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999, p.32)

*acontecimientos la dirección Kamenev-Stalin se vio empujada hacia la derecha, hacia los social-patriotas: la revolución no dejaba sitio para una posición intermediária entre Lenin y los mencheviques. **La lucha intestina en el seno del partido bolchevique era de todo punto inevitable.** La llegada de Lenín solamente aceleró el proceso. Su ascendiente personal redujo las proporciones de la crisis. **Sin embargo, puede afirmar alguien con seguridad que, sin el, el partido habría encontrado su senda? Nosotros no nos atreveríamos, en modo alguno a afirmarlo. Lo decisivo, en estos casos es factor tiempo, y cuando la hora ha pasado es harto difícil echar una ojeada retrospectiva al reloj de la historia.** De todos modos, el materialismo dialéctico no tiene nada en común con el fatalismo. Sin Lenin, la crisis que inevitablemente tenía que provocar aquella dirección oportunista, hubiera cobrado un carácter excepcionalmente agudo y prolongado. Desde luego, las condiciones de la guerra y la revolución no dejaban al Partido mucho margen de tiempo para cumplir con su misión. Por tanto, hubiera podido ocurrir muy bien, que el partido, desorientado y dividido, perdiera por muchos años la ocasión revolucionaria. **El papel de la personalidad cobra aquí ante nosotros, proporciones verdaderamente gigantescas.**"⁴⁷³(grifo nosso)*

O argumento polêmico mais forte de Trotsky, consiste em uma apreciação de que a oportunidade poderia ter sido perdida, *porque os prazos seriam irreversíveis*, e, sem Lênin, a crise política do bolchevismo, em sua opinião, inexorável, teria se prolongado muito mais, e exaurido o partido, em uma luta fracional, da qual não poderia sair intacto. E isso dá o que pensar... Deutscher argumenta, contra o Trotsky de *História da Revolução Russa* (na *Revolução Traída*, Trotsky esboça uma outra posição, mais moderada, ou com mais mediações), que a “personalidade excepcional”, elevada a uma grande autoridade, pelos seus talentos ou pelas circunstâncias, necessariamente, bloqueia o caminho, para que outros, que poderiam ocupar o seu lugar, pudessem cumprir a mesma tarefa, ainda que imprimissem aos acontecimentos as marcas próprias do seu estilo. É o “eclipse” de outros candidatos, que criaria a “ilusão de óptica” a que se referia Plekhanov, da personalidade insubstituível. Assim, se a necessidade histórica se manifestar de forma suficientemente forte, uma série de pessoas, mais ou menos indiferenciadamente, poderiam ocupar o papel de comando. Até aqui, essa fórmula clássica e ortodoxa parece razoável. Mas, depois, acrescenta que mesmo que a crise revolucionária aberta entre Fevereiro e Outubro se

⁴⁷³ (TROTSKY, Leon, *Historia de la revolución Rusa*, Bogotá, Pluma, Tomo I, p.300)

perdesse, outras voltariam a se abrir. Uma solução “teoricamente” irretocável, mas que não responde ao problema.. E, no entanto...Vejam a conclusão de Deutscher:

*“Trotsky afirma que somente o gênio de Lênin podia enfrentar as tarefas da Revolução Russa e insinua freqüentemente que em outros países também a revolução deve ter um partido como o bolchevique e um líder como Lênin, para vencer. Não há nada de novo em falar-se da extraordinária capacidade de Lenin ou da boa sorte que teve o bolchevismo encontrando um líder como ele. Mas em nossa época, as revoluções chinesa e iugoslava não triunfaram sob partidos muito diferentes do bolchevique de 1917, e sob líderes de menor estatura, em certos casos de muito menor estatura? **Em cada caso, a tendência revolucionária encontrou ou criou seu órgão com o material humano de que dispunha. E se parece improvável supormos que a Revolução de Outubro teria ocorrido sem Lenin, tal suposição não será tão pouco plausível quanto a inversa, de que um tijolo caindo de um telhado em Zurique em princípios de 1917, poderia ter modificado a sorte da humanidade neste século.**”⁴⁷⁴(grifo nosso)*

Deutscher leva o raciocínio, até ao fim, e conclui que a hipótese de Trotsky seria “espantosa em um marxista”. No entanto, não nos enganemos, não estamos diante de uma discussão “bizantina”, mas diante *do lugar do último elo de uma complexa cadeia de causalidades*. A questão é menos sobre a personalidade política notável de Lenin, e mais sobre o lugar do sujeito político coletivo na crise revolucionária.⁴⁷⁵

⁴⁷⁴ (DEUTSCHER, Isaac, **Trotsky, O Profeta Banido**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, p.255)

⁴⁷⁵ *Se até o partido russo, um dos mais revolucionários da história contemporânea, teve uma fração hostil à luta pelo poder, em plena crise revolucionária, que dificuldades esperar no futuro? A pressão das classes socialmente hostis a um projeto socialista, seria tão grande que esse processo tenderia a se repetir?* Não parece haver escapatória para essas perguntas, que oferecem uma localização inescapável e perturbadora, para a importância dos fatores subjetivos. Os graus de incerteza histórica aparecem, assim, na sua dimensão mais nua e crua. O argumento mais poderoso de Deutscher é ao mesmo tempo simples e desconcertante: se Lenin foi de fato indispensável, e sua ausência à frente do partido poderia ter levado à derrota, então o culto à personalidade não seria tão despropositado, politicamente, e repugnante, moralmente. A questão é pertinente porque nos primeiros meses depois de fevereiro, a direção bolchevique, no interior da Rússia, respondendo às pressões de sua própria base social, embriagada, como o conjunto da classe, pela vitória fulminante de fevereiro, defendia uma linha de apoio crítico ao governo provisório. Especulava-se até com uma unificação com o menchevismo, já que o horizonte da democracia era um limite comum de visão. Não foram poucas as dificuldades de Lênin para conseguir a aprovação das Teses de Abril. Também foi muito complexo conseguir aprovar, por maioria, a linha de preparação da insurreição. Por isso o papel de Lênin, só pode ser apropriadamente compreendido, na condição de líder dos milhares de líderes, que compunham a organização bolchevique, ou, em outras palavras, pelo lugar que ocupava na direção do sujeito político coletivo. *Sua autoridade teria sido, de fato, insubstituível, como sugere Trotsky?* Não há forma de responder categoricamente.

Em outras palavras, rerepresentemos o problema teórico, em que medida a ação recíproca dos fatores objetivos e subjetivos, incidindo uns sobre os outros, não poderia provocar uma inversão das hierarquias das causalidades, tal como estabelecidas pelo marxismo clássico? Sem Lênin, o mais revolucionário partido da história contemporânea, teria sido capaz de aproveitar a oportunidades histórica? Os critérios de Deutscher são estritamente deterministas, e os de Trotsky mais flexíveis: os fatores objetivos e subjetivos, também são mutuamente relativos, e guardam uma sutil interação entre si. *Em relação aos sujeitos sociais, o partido bolchevique era um fator subjetivo, mas em relação aos seus membros ele era um elemento objetivo. Em relação ao partido, a presença de Lênin era um elemento subjetivo, mas nas suas relações com os outros membros da direção, sua presença era um fator objetivo.*

O alcance da influência da personalidade excepcional, já sabemos, pode variar da completa irrelevância até à máxima intensidade. Na maioria das vezes, seu papel oscila, em algum ponto intermediário entre esses dois extremos. De qualquer maneira, *em primeiríssimo lugar é necessário que todos os fatores objetivos, tenham amadurecido e o momento culminante de um longo processo de evolução histórica tenha sido alcançado*, de tal forma que a pressão objetiva da necessidade se manifeste com a mais intensa força. Ainda assim, é preciso que milhões de vontades, a mobilização espontânea dos sujeitos sociais, se unam em torno de um fim comum, de forma incontível e com determinação inabalável.

Só então, a presença do sujeito político coletivo, pode ser aquele fator a mais, o peso que desequilibra a balança, a última gota que faz o copo de água transbordar, a derradeira chama que faz a água entrar em ebulição. *Só então, também, o papel do indivíduo seria decisivo.* Tudo depende das circunstâncias, ou seja, do acaso e do fortuito, estar na hora certa, no lugar certo? Seriam alguns indivíduos insubstituíveis? A hesitação da mão que escreve, não é sobre algo trivial. Imensas dúvidas permanecem sem resposta. Porque esse não é um dos menores paradoxos históricos: a

inversão da hierarquia dos fatores de explicação histórica, extremada até ao limite, ou até “ao absurdo”...

O argumento mais sólido sobre este tema, em nossa opinião, é o que apresentamos a seguir, em um fragmento do marxista americano George Novack. Primeiro, a questão da articulação das causalidades não deveria ser pensada, indiferenciadamente, no longo prazo e no curto prazo. Mais importante ainda: *o lugar dos sujeitos políticos não pode ser apreciado indistintamente em qualquer situação política.* em uma crise revolucionária quando as decisões dos partidos e organizações podem ter conseqüências irreversíveis para todo um período histórico, quando a luta de classes alcança a máxima intensidade, a primazia dos fatores conscientes pode ser não só decisiva, mas insubstituível.

A idéia de que os fatores subjetivos se neutralizam mutuamente, sempre e em qualquer condição, e portanto, se anulam, e são irrelevantes, não tem sustentação: são justamente as diferentes margens de erro, ou seja, a qualidade do sujeito político, que podem fazer a diferença, e inclinar a balança em uma ou noutra direção. E se, ao final, na escala da época histórica, ou seja o longuíssimo prazo, se abrirá ou não o caminho para que a necessidade histórica se cumpra, *é algo indeterminado no que diz respeito a um processo de transição.* Considerar o contrário, não pode deixar de ser, em última análise, um juízo teleológico. Se as oportunidades históricas colocadas pela luta de classes se perderem, sempre existe a possibilidade de um impasse histórico prolongado cujos desenlaces são, a priori, indefinidos e imprevisíveis:

*“La discrepancia señalada por Deutscher entre las observaciones de Trotsky sobre que Lenin era indispensable para la victoria de Octubre y las referentes a que las leyes objetivas de la historia son más poderosas que los rasgos peculiares de los protagonistas hay que explicarla por la diferencia entre el corto plazo y el largo plazo en la historia (...) **Dadas suficientes ocasiones a largo plazo, las fuerzas que representan las necesidades objetivas del progreso social quebrantarán todos los obstáculos y resultarán más fuertes que las defensas del viejo orden. Pero eso no necesariamente vale para cualquier estadio determinado ni para cualquier caso a lo largo del camino. Aquí, la calidad de la dirección puede decidir cuál de las auténticas alternativas que se desprenden de las condiciones prevalentes va a reslizarse. El factor consciente tiene una importancia cualitativamente dis-***

tinta a lo largo de toda una época histórica que la qué tiene en una fase o situación específica dentro de ella(...) El tiempo es un factor de suma importancia en el conflicto entre clases sociales enfrentadas. **La fase indeterminada en que los acontecimientos pueden ser desviados en cualquier dirección no dura mucho. La crisis de las relaciones sociales tiene que resolverse rápidamente por un camino o por otro. En ese punto, la actividad o pasividad de personalidades predominante de grupos, partidos y masas, puede inclinar la balanza de un lado o del otro.** El individuo puede intervenir como factor decisivo en el proceso total de determinación histórica sólo cuando todas las demás fuerzas en juego están temporalmente igualadas. Entonces el peso suplementario puede servir para inclinar la balanza” (grifo nosso)⁴⁷⁶

Por outro lado, não é satisfatório *considerar que as demandas subjetivas seriam historicamente sempre as mesmas, inalteradas, independente das tarefas colocadas.* Ao contrário, merece a nossa atenção, a evidência de que as tarefas políticas vieram ganhando maior complexidade. A transição burguesa, para citar somente um exemplo, dispensou a formação de partidos políticos, no sentido contemporâneo, de complexos sujeitos coletivos de representação de interesses de classe. Outras palavras, e simplificando, talvez, demais: as formas relativamente amorfas dos clubes, foram suficientes na revolução francesa, assim como a organização de movimentos de inspiração semi-religiosa corresponderam às necessidades subjetivas da revolução inglesa. E o “caudilhismo” civil ou militar, um atalho para formas de representação político-programática mais complexos, mas que foi tão eficiente em boa parte dos processos de independência latino-americana, também parece ser pouco inspirador.

O problema se coloca em uma outra perspectiva, todavia, quando pensamos as condições originais da transição pós-capitalista: já vimos que o proletariado, enquanto classe, permanece na condição de classe economicamente explorada, politicamente dominada e culturalmente oprimida, quando se levanta em luta contra o capitalismo. As suas dificuldades subjetivas de construir a sua subjetividade são, portanto,

⁴⁷⁶ (NOVACK, George, **Para compreender la Historia**, Mexico, Fontamara, 1989, p.80)

incomparavelmente mais difíceis do que as limitações que a burguesia enfrentou, no seu tempo, na condição de classe média da ordem medieval.

Ao contrário da burguesia, que podia construir a sua subjetividade a partir do material humano destilado de suas própria forças, os trabalhadores dependem, em grande medida, embora não exclusivamente, da sua capacidade de atrair intelectuais de outras camadas da sociedade para a sua causa. Seria, é claro, ingênuo, ignorar que um fenômeno semelhante a esse, também, ocorreu na transição do feudalismo para o capitalismo. Ao longo dos quase quatro séculos da transição burguesa, não foram poucos os “trânsfugas” da nobreza que se uniram à causa revolucionária burguesa. Essa capacidade de polarização das classes revolucionárias, em cada época, revela, contudo, mais da sua força do que da sua fraqueza.⁴⁷⁷

⁴⁷⁷ Pode parecer um “ex-abrupto” afirmar que a presença dos intelectuais, à frente da maioria dos partidos operários ou dos movimentos camponeses, traduz mais da sua força do que da sua fraqueza. A caracterização de classe de um partido não pode ser feita, no entanto, exagerando a importância da natureza social de sua direção. O peso dos intelectuais de extração de classe média, por exemplo, é imenso, em quase todos os partidos políticos, inclusive nos partidos burgueses. Esse é um dos fatores, que ajuda a compreender a dinâmica das organizações políticas, mas está longe de ser a determinação fundamental. Outros elementos são, na verdade, fundamentais: a composição social do conjunto desses partido, o seu programa, a sua gênese histórica e dinâmica, e a sua localização política. A questão da relação das classes com as suas representações políticas, portanto, não é simples. O marxismo, como se sabe, considera que os partidos expressam, em última análise, interesses de classe, mas não se deve concluir que essa relação seja harmoniosa. Esta mediação do “em última análise”, não deve ser descartada com ligeireza. Existem os erros, os desencontros, os conflitos: afinal as classes não são homogêneas. Esta “discordância dos tempos” entre as classes, suas camadas e frações internas, e os vários partidos que pretendem ser seus porta-vozes, define o ritmo da política. Esse ritmo tem os seus tempos: eles se definem na luta de classes. Mas, se o tempo é a medida da história (um tempo histórico que não se confunde com o tempo linear e homogêneo da física, nem com o tempo mágico e escatológico da religião), mais importante talvez seja recordar, que ele é também uma expressão de uma relação social em movimento, que lhe atribui um valor e um sentido. Entre os inúmeros conflitos que dilaceram a sociedade, o marxismo elege as contradições de classe como a determinação fundamental. Sendo a mais importante, não é, contudo, a única. Não existe uma correspondência perfeita e “despoluída” entre os movimentos profundos e lentos da economia e os interesses em conflito (numa guerra civil desarmada que, na normalidade, é surda-muda). Por outro lado, a apreensão pelas classes desses interesses, conduz às mais diversas conclusões, e em ritmos desiguais. Tam pouco existe, portanto, uma “correspondência perfeita”, entre o estado de ânimo das classes, e as iniciativas de suas direções. Esse é um dos “movimentos oscilantes” da política, das organizações e partidos que procuram expressar e traduzir a defesa desses interesses. Existe na política, que é sempre uma urgência de resposta ao presente, um desencontro, uma não correspondência, um desencontro, uma distância, um conflito mesmo entre a forma partido e as bases sociais. Tanto os partidos das classes dominantes quanto os partidos das classes populares, enquanto lutam entre si, lutam também para influir sobre os estados de espírito de suas bases sociais, e sobre o humor das bases sociais que lhes são socialmente hostis. Assim, todos interagem sobre todos, e nenhum partido é imune às pressões inimigas. O “reflexo” é, portanto, um modelo estrutural simplificador. O desencontro pode ser de dupla natureza:

A força social de mobilização do proletariado, ou até dos camponeses e de outras classes subalternas, também se expressa nessa capacidade de atração de personalidades mais sensíveis, mais corajosas, ou mais inteligentes de outras classes. *Mas as dificuldades subjetivas de uma transição histórica, devem ser consideradas, comparativa e proporcionalmente, às tarefas que ela precisa enfrentar, isto é, à força objetiva e subjetiva da contra-revolução.* Nesse sentido a transição pós-capitalista tem pela frente obstáculos únicos e muito superiores à transição burguesa: não se trata de substituir uma classe proprietária no controle do aparelho de Estado por outra, mas de levar ao poder a maioria do povo.

Apresentemos o argumento: *por quê podemos falar deste século como a época da “partidocracia”?* Porque, essencialmente, as necessidades políticas de legitimação se elevaram, e a consciência burguesa estratégica do perigo da revolução, a partir da revolução russa, e da vaga que

ou porque os partidos estão aquém, ou além do desafio histórico. Porque o tempo histórico da política, que se define como estratégia, é aquele que faz a mediação entre o presente e o futuro, e esse tempo se articula como hipótese, e está sempre em aberto e sujeito a redefinições que são indispensáveis, já que no presente tudo está em movimento, em uma instabilidade que é pouco previsível. Esse é o desafio da tática. Quando os partidos estão aquém, deixam o presente governar o futuro e sucumbem. Quando estão além, se iludem que o futuro possa governar o presente e são marginais. Os partidos podem, portanto, sucumbir à pressão dos humores das classes. Esse estado de espírito é sempre volúvel, e o seu horizonte é curto. As classes se movem por impulsos que correspondem à apreensão mais imediata que possuem dos seus interesses e, nesse sentido, são prisioneiras de uma correlação de forças que imaginam muito mais estática do que é: pensar que o amanhã será como ontem é o mais perigoso dos erros, porque ignora os deslocamentos incessantes e ininterruptos do tempo. Esse tempo subjetivo da permanência é uma ilusão, ilusão que aprisiona em rotinas, as previsibilidades que são a raiz profunda dos erros políticos. Se as classes têm ou não, em cada momento da luta política, uma compreensão dos seus interesses (o paradigma da consciência de classe), que corresponde, de fato, ao sentido dos conflitos em que estão envolvidas, é, como se sabe, um “quid pro quod” teórico infundável, e nesses termos, teoricamente insolúvel. Mas a premissa de que existiria uma correspondência, sem incontáveis mediações, entre existência e consciência, é insensata e insustentável. A História ensina que invariavelmente existe um lapso de tempo, sempre na forma de atraso entre a emergência de uma decisão, imposta pela pressão de uma realidade objetiva que amadurece rapidamente, e a capacidade das classes de responder à altura da defesa de seus interesses. Nesse sentido a política está tendencialmente atrás da história, enquanto a teoria está à sua frente. Porque se a política sempre se atrasa, a teoria se antecipa: são dimensões muito diferentes, a atividade de pensar e a de agir sobre o mundo. Esta obedece à necessidade de mudar o estado de ânimo das grandes multidões, e convocá-las à luta pelo poder; aquela, se dedica à análise dos fenômenos, e busca a construção de explicações. É, nesse sentido, que Marx cunhou, a, quase sempre, mal interpretada frase, de que a humanidade não se coloca problemas para os quais as soluções já não estejam reunidas, ou em vias de maturação. Ela traduz a compreensão das mediações, e a principal é aquela construída pela vontade humana, e não o inverso: um estreito determinismo é sempre a negação da política.

se lhe seguiu, colocou a necessidade de fortalecimento do regime: esse é, em grande medida o paradoxo da democracia. *A profissionalização da política, resulta menos das novas e complexas tarefas de administração do Estado, e mais das difíceis necessidades de legitimação político-ideológicas da dominação.*⁴⁷⁸ Ao mesmo tempo que é o regime político que permite a organização independente de classe, é o regime que melhor permite a integração social. Mas em condições “normais” da vida social e política de uma nação, ou seja, quando a questão do poder não está colocada nas ruas, os partidos são a forma através da qual se expressam os conflitos de interesses, em uma alternância eleitoral previsível, sem maiores sobressaltos para o regime.⁴⁷⁹

⁴⁷⁸ A burguesia, como todas as classes, tem, também, problemas com sua representação política. Mas, como todas as classes dominantes do passado, são mais simples, e de uma outra natureza. A profissionalização da política evoluiu de forma muito diferente, dependendo das distintas tradições político-culturais de cada país. Em alguns, é estimulada a militância política entre os jovens representantes das classes burguesas, como nos EUA e no Uruguai, por exemplo, e em outros, os “capos” políticos são profissionais altamente especializados nos processos eleitorais e na representação parlamentar (como na Inglaterra e Portugal). Quase sempre, no entanto predomina o modelo misto. A burocracia do Estado é, também, quase universalmente, uma especialização de carreira, muito bem remunerada (dentro dos limites de um salário de função pública), mas treinada para exercer as funções técnicas seja qual for o partido de turno. Como assinala muito bem Gorender, o calcanhar de Aquiles da moderna “partidocracia” burguesa é a irrefreável corrupção. De Norte a Sul, passou a ser um tema obrigatório, e por enquanto, insolúvel. Mas, existe, também, uma outra questão, até hoje muito problemática: as diferentes respostas, dependendo das tradições culturais e religiosas diferentes, se mais ou menos puritanas, para o lugar da vida privada das personalidades públicas. Nos países anglo-saxões, esta questão vem adquirindo uma curiosa, e espantosa importância, para os nossos valores latino-mediterrânicos: *“A separação de funções entre o burguês prático e o político profissional não afeta em nada a dominação de classe da burguesia. Todo um mecanismo de mídia e de financiamentos, legalizados ou não, ata os partidos burgueses e os políticos profissionais, individualmente, à burguesia como classe ou a setores e grupos dela. O mecanismo, vez por outra, incorre em desajustes e falhas e pode mesmo entrarem pane. Mas a regra é o funcionamento satisfatório. Mais uma circunstancia importantíssima influi no comportamento dos políticos profissionais, assegurando sua fidelidade aos interesses gerais da burguesia (embora ocorram infidelidades, até com frequência, a interesses parciais, sobretudo se conflitantes entre si). Tal circunstancia consiste no fato de que só por exceção o político profissional é um asceta, motivado unicamente pelos princípios cívicos. Comumente, ambiciona ser burguês ao mesmo título que seus patrocinadores, dispondo de patrimônio e de padrão de vida equivalentes aos deles. Afinal, por que deveria o deputado ou ministro se contentar com os vencimentos protocolares, enquanto os empresários, cujas causas eles defendem, se fartam de riquezas crescentes? Como é óbvio, existem regras do jogo que não devem ser violadas, aparências que precisam ser preservadas, sobretudo nos países em que o Estado de direito e a transparência da vida pública são valorizados. Todavia, no Brasil bem como nos países considerados sérios, não faltam os mil e um jeitinhos, incluindo a passagem pelos campos minados da corrupção, que conduzem o político profissional de origem modesta à fortuna pessoal.”*(grifo nosso)(GORENDER, Jacob, **Marxismo sem utopia**, São Paulo, Ática, 1999, p.46)

⁴⁷⁹ A forma partido, uma “invenção” do XIX, conheceu o seu apogeu histórico no século XX. São um canal para traduzir as pressões sociais: como se sabe, não há outra forma de traduzir interesses, senão

As classes dominantes, por exemplo, usam os seus diferentes partidos como porta vozes de suas demandas diante do Estado. Mas as classes proprietárias não dependem somente dos partidos para se fazer ouvir. Elas dispõem de muitos outros canais de expressão: a mídia, as suas organizações empresariais, a sua influência sobre as instituições, a justiça, as Forças Armadas, etc... *A burguesia não depende, exclusivamente, de partidos para fazer política.* Por isso, é tão plástica, a sua adaptação aos mais distintos regimes políticos: com ou sem sufrágio universal, com

formulando um programa. Um programa pode ser parcial, e atender a demandas parciais (e pode se expressar através de sindicatos, movimentos, grupos de ação ou iniciativa, ONG's, etc...), ou pode ser um programa para toda a sociedade, visando a luta pelo poder. Nesse caso, a forma de organização mais eficiente, embora não seja a única, são os partidos. Mas hoje vive uma crise, sem precedentes, em quase todos os países: fraudes políticas abjetas (sendo a mais comum, a eleição com um programa, que depois se abandona, solenemente); corrupção crônica (enriquecimento ilícito, financiamentos eleitorais nebulosos, favorecimento empresarial); aventuras pessoais (busca da imunidade parlamentar para encobrir atividades ilegais, acesso ao poder para intermediações empresariais). O fenômeno da crise da política e dos partidos é internacional, e atinge, mas em diferentes proporções, a representação política de todas as classes. Ela tem, como outro ingrediente, a crise dos ex-partidos comunistas, inexoravelmente associados às ditaduras de partido único no Leste Europeu e na URSS.. No Brasil, em especial, a forma partido está indissolavelmente associada ao eleitoralismo, à representação parlamentar, e à disputa de cargos públicos, e é, em geral, desprezada pela maioria do povo, como uma via oportunista de ascensão econômico-social. O carreirismo político passou a ser quase uma regra. Essa crise atinge também os partidos de esquerda, e é ainda mais acentuada na juventude. Por essa razão, e porque as derrotas do início dos anos 90 deixaram seqüelas, e a perspectiva de uma vitória eleitoral de esquerda ficou mais remota, outras formas de organização política, não partidária, em torno de programas parciais, despertam maior interesse. Resta saber, se em uma nova maré montante da luta de classes, com “uma mudança de lua”, a forma partido poderia ter um renascimento e uma revitalização. Ou seja, resta saber, se estamos diante de um fenômeno estrutural, ou transitório. Não parece, de qualquer forma, provável que as classes renunciem à defesa de programas políticos globais. É preciso considerar, que o desinteresse pela forma partido, é inexplicável sem considerar o desalento com a própria democracia representativa, e seu cortejo de mazelas. Se a luta de classes entrar novamente em uma fase mais aguda, e a política se deslocar do campo quase exclusivo das alternâncias eleitorais, para as ruas, a tendência de decadência da forma partido, revalorizada para novas tarefas, poderia se inverter. Sobre as perturbadoras limitações da forma partido, e a localização histórica do problema, depois da irrupção de uma nova geração em 68, pós-estalinista e pós-socialdemocrata, e dos novos movimentos sociais, feministas, ecologistas e anti-racistas, vale a pena conferir este balanço de Wallerstein, sublinhando o significado, em inúmeros países dos ex-militantes decepcionados : ***“Il est possible que la tension entre l'efficacité politique que représentent les organisations et les dangers idéologiques et politiques qu'elles incarnent soit insoluble. C'est peut-être quelque chose dont nous devons simplement nous accommoder. Il me semble, pourtant, que c'est une question qu'il faut prendre de face et qui doit être discutée à fond, sans quoi nous risquons d'être déchirés en deux factions absurdes, les “sectaires” et les et les “marginiaux”. Le nombre d'individus de par le monde qui sont d” ex-militants” et qui sont pour le moment non affiliés mais qui désirent d'une certaine manière être actifs politiquement, a, je pense, énormément augmenté après la déception des lendemains de 1968. Je ne crois pas que nous devions l'interpréter comme la dépolitisation de ceux qui ont perdu leurs illusions, bien que cela soit partiellement vrai. C'est plutôt la crainte que l'activité militante ne soit efficace qu'en apparence. Mais si tel est le cas, qu'est-ce qui peut la remplacer (s'il y***

parlamentarismo ou presidencialismo, preservando resquícios monárquicos, ou se apoiando em ditadura militares em que o Exército substitui os partidos, em maior ou menor medida. Se alguma lição histórica ,deixou o século XX, é que *não há regime político diante do qual o grande capital não possa se adaptar*, desde que não o ameacem estrategicamente.

Ainda assim, mesmo com todos esses recursos e vantagens relativas, o privilégio de uma hegemonia sobre o conjunto da sociedade, as classes dominantes, resistiram enquanto puderam, por décadas e décadas, à aceitação da democracia. *Essa aversão histórica tem uma explicação, e não é um “atavismo de classe”*. Em um sentido, a burguesia teme a sua derrota, no seu próprio terreno, porque sabe que a sua hegemonia se sustenta em cima de uma fraude: a ilusão da igualdade de todos diante da lei, como compradores e vendedores de mercadorias.

Mas as relações da burguesia com a democracia são mais complexas, porque ela, também, se sente desconfortável, diante de regimes bonapartistas, que exercem o poder substituindo os partidos, e limitam as liberdades das próprias classes proprietárias, cujos interesses foram chamados a preservar. *O tempo político da crise revolucionária é, justamente, o momento em que essa hegemonia é questionada, e desmorona*. E, sempre que os seus interesses estiveram ameaçados, na América Latina, por exemplo, os partidos burgueses mais “democráticos”, não hesitaram em apoiar os golpes de Estado mais reacionários e criminosos. Não existe, portanto, qualquer *fundamentação histórica* convincente, para a afirmação da democracia como uma valor universal de todas as classes.⁴⁸⁰

a quelque chose qui puisse le faire)?” (grifo nosso) (WALLERSTEIN, Immanuel, 1968, **Révolution dans le Système Mondial**, in **Le Temps Modernes**, 514/515, mai-juin 1989, p.172)

⁴⁸⁰ Existe, entre marxistas, um debate sobre a democracia que se inspira em imperativos éticos, que por ser muito distante do tema em exposição, não iremos comentar. As duas mais extremadas posições políticas socialistas, sobre esse tema da democracia e da representação política dos trabalhadores, partem de posições simétricas e unilaterais. A primeira despreza a força política dos regimes democráticos, e sua capacidade de integrar e absorver os conflitos de classe, e assim preservar a ordem estatal, e a outra, despreza a força social dos trabalhadores, e sua capacidade de utilizar as liberdades democráticas para avançar na sua auto-organização independente. *Ambas as posições são, em nossa opinião, insuficientemente fundamentadas do ponto de vista histórico*. Como se sabe, foram, as massas

A questão da representação política das outras classes é muito mais complexa, como já vimos anteriormente. Os partidos operários, não vale a pena repetir, sofrem permanentemente, tremendas pressões sociais no sentido da adaptação ao regime. Quando a situação econômica é um pouco melhor, com a alternância dos ciclos de crescimento e recessão, se beneficiam das pequenas concessões que podem ser conquistadas, mesmo que transitoriamente, para logo em seguida, na crise, enfrentarem dificuldades em suas próprias bases sociais, quando sua resistência parlamentar aparece aos trabalhadores, como irrelevante. A velha pequena-burguesia proprietária urbana, cada vez mais atrofiada, dificilmente consegue uma expressão política independente e vive cortejada pelos partidos burgueses, e suas

operárias, aliadas às maiorias populares, nos países centrais, que estiveram à frente da luta pelo sufrágio universal. A conquista da democracia concentrou esforços de gerações e gerações de trabalhadores. Mas seria um erro unilateral, não compreender, que o regime democrático corresponde, também, a uma das formas de dominação mais eficientes, para a preservação da ordem política do capitalismo: as desigualdades de condições de disputa eleitoral, associadas à possibilidade de acesso ao governo pelo voto, deslocam as energias “dos de baixo” do terreno que lhes é mais favorável, a mobilização, onde sempre serão a maioria, para o do sufrágio universal, incomparavelmente mais difícil. A premissa de que o Estado, enquanto aparelho, seria socialmente indefinido, e de que as contradições sociais, e as lutas de classes, permitem que as suas instituições sejam híbridos socialmente, embora muito divulgada na etapa do pós-guerra, parece difícil de ser sustentada. Sobre este tema, vale conferir, este fragmento de Edmundo Dias: **“A democracia não é, portanto, um valor universal. Os valores democráticos só tardiamente, e apenas sob a forma da sociabilidade do mercado, foram aceitos pelo capitalismo. Os grandes teóricos do capitalismo relutaram muito em aceitar o fato de que alguém que não tivesse propriedade pudesse governar. O suposto da igualdade foi durante muito tempo expressamente associado ao da propriedade. Veja-se, por exemplo, Locke. Se hoje isso não se manifesta desta forma, nem por isso podemos dizer que ele perdeu totalmente esse conteúdo. A cidadania burguesa-liberal é, no plano da política, a afirmação de que a “mão invisível” de Adam Smith (o mercado) regula naturalmente a sociedade. Sabemos que esse mercado jamais existiu fora da proteção estatal (lei dos pobres, companhias privilegiadas, quando não diretamente com a Guerra do Ópio, os massacres coloniais, os canhões abrindo os portos do Japão. etc. etc). A democracia é marcada pela particularidade imposta pelo mercado, pela posição diferencial na luta, na concorrência entre proprietários ou não, nas próprias diversidades e contradições possíveis no interior de cada um dos blocos antagônicos, etc, construída pelo acesso diferencial às diversas escalas de poder (econômico, político, ideológico) no interior da sociedade do Capital. Ao aceitar-se no entanto, a redução da democracia à obediência às regras do jogo, desde logo se está aceitando a desigualdade atual como natural. Contrariamente a isto, devemos afirmar que o princípio vital de sociabilidade é o trabalho. Não estamos, contudo, pensando em um trabalho genérico, mas em formas novas de construção do trabalho em oposição ao uso capitalista das máquinas e dos trabalhadores. Esta sociabilidade não pode ser entendida apenas no plano reutivo da pura materialidade, como uma versão à esquerda da sociabilidade do mercado. E, conseqüentemente com isso, construir uma concepção de cidadania burguesa renovada como o quiseram (e querem) os social-democratas. Falamos em sociabilidade pelo trabalho. Falamos de uma efetiva socialização da economia e da política, em construção de uma nova sociedade.”**(grifo nosso)(DIAS, Edmundo Fernandes, **A Liberdade (Im)Possível na Ordem Do Capital, Reestruturação Produtiva e Passivização**, Campinas, IFCH, Unicamp, 29, Setembro de 99,p.74)

eternas plataformas em apoio à pequena empresa: incentivos fiscais, créditos subsidiados, etc... Nada disto é novo. Em resumo, em situações estáveis, do ponto de vista da dominação capitalista, a que correspondem, grosso modo, regimes democráticos, os partidos tendem a ter um lugar bem definido, muito condicionado por outros fatores muito mais importantes: a alternância no poder segue o ritmo, pouco emocionante dos calendários eleitorais, e ninguém se surpreende muito se a vitória nas urnas irá beneficiar o partido x mais na centro esquerda, ou o partido y, mais na centro direita. Os programas de governo são de tal maneira parecidos, que é quase tedioso descobrir as diferenças, e as instituições e a burocracia de Estado operam no “piloto automático”, sem surpresas.

Mas quando se abrem situações revolucionárias tudo se altera, inclusive no terreno das representações políticas. Em condições excepcionais, as margens do previsível e do imprevisível são muitos diferentes. Nesse momento a irrupção das massas, *as leva na busca de outras formas de organização para lutar, organismos de “frente única”, para além dos partidos, que podem ser as suas organizações defensivas da etapa anterior, como os sindicatos, ou novos organismos*, que na literatura marxista se denominam de conselhos, ou comissões de trabalhadores nas empresas, ou outras variantes. Esses novos órgãos expressam uma nova disposição política de ação e correspondem as novas necessidades: *uma nova democracia se experimenta, a democracia direta, e um outro tipo de controle se impõe sobre os dirigentes, a revogabilidade dos mandatos*.

As relações dos partidos com as classes populares passa, então, pela prova historicamente mais aguda: o equilíbrio político anterior desmorona e leva a dois tipos de situação “extremas”. A aceleração do ritmo dos combates *pode deixar a representação política da fase anterior, defasada e atrasada, em relação às novas expectativas e disposição das massas*: rigidamente fixada em trono de métodos, critérios e propostas que a nova realidade já descartou (os calendários eleitorais, os jogos parlamentares de diferenciação, etc...), a liderança política se descobre falando “para o

passado”, e sendo ultrapassada nas idéias e nas ações pela sua base social. Ou a situação inversa, *a liderança pode se descobrir na “vanguarda da vanguarda”, isto é, suspensa no ar*, com um programa muito além dos humores e disposição dos que pretende representar, defendendo propostas “ultimatistas” em relação à sua própria base social. Em qualquer destas circunstâncias, ou em situações intermediárias, que são as mais comuns, as margens de erros ou acertos políticos são imensas, e suas conseqüências irreparáveis: esse é o lugar histórico dos erros políticos.

Poder-se-ia, é claro, argumentar, na linha do que foi a ortodoxia do marxismo da Segunda Internacional, que as margens de erros são as mesmas para todas as classes *e que, ao final, se anulam*, de tal maneira que *a necessidade histórica, sempre abre o caminho, para além da qualidade maior ou menor dos sujeitos políticos coletivos ou da liderança*. Como a época seria revolucionária, o tempo, a medida última e fundamental da transição, na longa duração, *trabalharia a favor das classes sociais historicamente progressivas*. Assim, na escala de uma transição que poderia levar séculos, como foi a transição burguesa, para além da vicissitudes transitórias, das escaramuças parciais, das grandes tragédias e das derrotas conjunturais, *no longo prazo*, a tendência à crise geral seria inexorável, e as *classes proprietárias estariam necessariamente se enfraquecendo*, e as *classes trabalhadoras acumulando forças*.

Se invertermos o raciocínio, toda a problematização fica, talvez, mais clara. Segundo essa linha de análise objetivista, uma linha de interpretação do marxismo até hoje muito influente, sendo demonstrável, como pensamos, que a importância dos fatores subjetivos, a qualidade do sujeito político coletivo, pode ser tão grande, ao ponto de ser *indispensável na decisão da derrota ou da vitória de uma revolução político-social*, então, a única conclusão compatível com os critérios materialistas do marxismo, seria que as revoluções que triunfaram sobre o capitalismo, se deram em *situações objetivamente imaturas*. Mas, se admitíssemos esse critério, seremos obrigados a chegar à conclusão, que *as revoluções no século XX, pelo menos,*

teriam que ser consideradas prematuras: uma conclusão desconcertante. Embora o tema seja gigantesco, e ainda esteja, em grande medida, por ser explorado, parece pouco razoável, reduzir as revoluções do século, a um acidente histórico.⁴⁸¹

O que pretendemos afirmar nesta pesquisa, é que a *disparidade entre a maturidade dos fatores objetivos e subjetivos, se desenvolve em um processo desigual e combinado*, nas mais diversas proporções, de tal maneira, que o amálgama resultante é uma surpresa histórica. Em uma palavra, o subjetivo pode ser qualitativo. Parece, portanto, mais plausível, *considerar que as escalas de tempo operam contraditoriamente sobre os sujeitos sociais em luta: se na longa duração, amadurecem, quantitativamente, os fatores objetivos da transição (crise econômica, etc...), que fortalecem as classes historicamente ascendentes, nos curtos prazos cobram, qualitativamente, o atraso e imaturidade dos subjetivos, e dificultam as condições para a vitória.*

Em conclusão: quando e como se reúnem as condições que abrem as crises revolucionárias? Quais são os seus traços comuns? Como defini-las? Em nossa opinião, haveria que distingui-las em duas categorias. Por isso, retomamos a seqüência fevereiro/outubro como

⁴⁸¹ De tudo o que já se expôs, deve se concluir que o marxismo ainda está por apresentar, uma resposta teórica global satisfatória, para o curso original das revoluções políticas no século XX. Entre os marxistas revolucionários do início do século, Trotsky se destacou por ter tentado uma primeira formulação mais geral sobre as leis dos processos revolucionários desse período histórico de transição. Sobre a vigência, ou não, das teses sobre a revolução permanente, e a ausência de uma teoria marxista que abarque os novos fenômenos das revoluções neste século são interessantes as observações metodológicas de Moreno : **“Porque, de verdad, para interpretar estos últimos quarenta años, el texto de las tesis de la revolución permanente es flojo, y esto es lo menos que se puede decir. Uno lo lee y lo lee, y casi no se encuentran más que una o dos Tesis que se hayan cumplido(...) Marx tuvo errores grandes que el propio Trotsky señaló. A los ochenta años de haberse escrito el Manifiesto Comunista, Trotsky escribió un artículo señalando sus errores, que eran grandes.(...) Es normal que haya habido errores, pero esos errores, ¿invalidan o no la concepción de conjunto? Después de pensar mucho llegamos a la conclusión de que efectivamente hay que hacer formulaciones nuevas y de que hay muchísimas cuestiones teóricas no trabajadas, abiertas. Nosotros, que somos revolucionarios, no tenemos ningún tratado de la revolución. Es algo increíble. Los únicos tratados que tiene el marxismo son sobre economía. Nuestra gran tarea es hacer la revolución, y no hay nada de nada sobre la revolución ni sobre la política. No hay ni tratado político marxista ni tratado marxista de las revoluciones y de las reformas. Es una cosa a elaborar.”**(grifo nosso)(MORENO, Nahuel. **Crítica a las tesis de la revolución permanente de Trotsky** Buenos Aires, Ediciones Crux, 1992. Coleccion Ineditos de Nahuel Moreno. p.78/80)

analogia histórica. Englobar em um mesmo conceito, processos tão diferentes entre si, como as revoluções democráticas da América Latina nos anos 80, ou o último surto no Paraguai de 99, ou ainda, insurreições indígenas e populares como o 21 de janeiro no Equador, com revoluções econômico-sociais, como a que ocorreu em Cuba, ou até revoluções que se fecharam tragicamente como no Chile em 73, *não parece ser teoricamente satisfatório*.⁴⁸²

O que sugere, pelo menos, três conclusões teóricas: (a) primeira, temos a *“originalidade” histórica de revoluções anti-capitalistas não proletárias*, ou seja, camponesas e populares, que, no entanto, avançaram sobre a propriedade privada, como na China e em Cuba, mas que deixaram de ocorrer depois de 75. Foram revoluções agrárias e populares, com um forte conteúdo anti-imperialista.

⁴⁸² O próprio conceito de revolução não é isento de controvérsias, e são conhecidos os “pudores”, compreensíveis, com o seu abuso. Mas um dos perigos teóricos de construir um modelo de explicação que fixa mais exceções, do que regras, é que depois, os conceitos ficam “curtos”. Se o modelo de revolução “padrão”, por exemplo, for, exclusivamente, Outubro, fica difícil compreender o lugar das revoluções políticas, necessariamente, diminuídas, diante de uma revolução político-social, que abriu o caminho para uma revolução econômico-social. Em consequência, não poucos analistas marxistas, têm dificuldades em aceitar o uso do conceito de revolução, para processos como a queda das ditaduras na América Latina. Ou então, pode levar à espantosa conclusão, de que a maioria das revoluções do século XX, teriam sido burguesas, por causa dos seus resultados, quando o seu principal traço característico, foi justamente, mesmo se estagnadas na “estação de fevereiro”, terem se enfrentado com a contra-revolução burguesa. O mesmo critério teórico, deve ser respeitado quando se analisa a reação e a contra-revolução burguesa. Não são o mesmo fenômeno político: métodos reacionários não são iguais a métodos contra-revolucionários. Se passamos a caracterizar, toda e qualquer barbaridade ou aberração reacionária, de contra-revolução, depois seremos obrigados a criar artifícios retóricos: “contra-revolução realmente contra-revolucionárias”. Por exemplo, se toda e qualquer ditadura, é caracterizada apressadamente como fascista, depois o conceito fica curto, para explicar as diferenças entre elas. E, no entanto, é evidente, por exemplo, a diferença entre o regime político vigente sobre Médici ou sobre Figueiredo, embora fossem na aparência, aparentados, pois os dois eram herdeiros da contra-revolução de 64. As caracterizações teóricas não devem ter a intenção de emulação política. Existe um lugar para o sarcasmo e para a ironia, e até para os insultos, no discurso político, mas a teoria não se confunde com o jornalismo. O mal entendido, de qualquer maneira, ajuda a compreender o paradoxo de Outubro. Os interesses de aparelho que esterilizaram a Komintern, também produziram seus danos teóricos: transformaram necessidade em virtude. O que existiu de extraordinário em Outubro, não foi a expropriação acelerada, nem a consolidação de um novo Estado sob a forma de um regime de partido único, nem o sucesso econômico das primeiras décadas de “stakanovismo”. Outubro teria sido único, como já vimos, por razões em geral desprezadas: uma, objetiva, o protagonismo proletário, e outra, subjetiva, o programa e educação internacionalista da direção. Os sucessos econômicos do estatismo e do planejamento, sobretudo nas primeiras décadas, que, sem dúvida, tiveram a sua importância, são um fenômeno que deve ser avaliado em uma outra dimensão.

Poderíamos assistir, de novo, a uma vaga de revoluções agrárias e populares desta natureza, que transbordem os limites da propriedade privada e do mercado? Em nossa opinião, impulsionadas pela necessidade da segunda independência, que hoje se materializa na necessidade de resolver a questão das dívidas externas, muitas das principais nações da periferia do sistema, poderão voltar a viver processos como esses, com um forte conteúdo de substitucionismo social; é preciso lembrar, entretanto, que nesses processos, como na China e em Cuba, a ruptura com o imperialismo foi defensiva; nem Mao, nem Castro, tinham um plano pré-estabelecido de romper com Chiang-kai-chek e Urrutia, e foram levados a essa posição diante da agressão sistemática do imperialismo, e da intransigência de suas burguesias nacionais; mas não parece haver razões, portanto, para descartar, a priori, a possibilidade do processo voltar a se verificar.⁴⁸³

(b) segunda, voltemos de novo a nossa atenção para a sugestão da revolução em duas vagas, e retomemos a seqüência fevereiro/outubro como analogia. Em primeiro lugar, temos o problema do padrão predominante no último quartel do século XX, depois do Vietnam, que são os fevereiros que não desembocam em revoluções político-sociais.

⁴⁸³ Haveria que se considerar, em função de processos semelhantes a esses no futuro, a importância que pode ter tido para as direções chinesa e cubana, a existência da URSS, como um ponto de apoio econômico-militar, quando se decidiram a trilhar uma via anti-capitalista de ruptura com o imperialismo. Evidentemente, hoje, não restam mais dúvidas sobre a independência política de Castro e de Mao, quando se viram levados à decisão da ruptura com o imperialismo, apesar e contra a direção russa. Mas a questão da existência da URSS, como uma retaguarda estratégica, mesmo nessas circunstâncias, não é simples e teve o seu significado histórico. As intervenções militares americanas no Iraque (91) e na Yugoslávia (99), estabeleceram um perigosíssimo precedente de chantagem terrorista sobre a luta dos povos contra o imperialismo, um efeito inverso à derrota militar yankee no Vietnam em 75. De qualquer maneira, uma revolução popular em países dependentes, sem dúvida, despertaria uma simpatia e solidariedade entre os trabalhadores e a juventude dos países centrais, em uma escala incomparavelmente superior ao que se podia fazer diante dos regimes de Sadam e Milosevic. A força social e política da solidariedade internacionalista já foi demonstrada mais de uma vez. Ainda assim, não se pode subestimar as conseqüências inibidoras da superioridade militar americana, que aparece como quase invencível. Talvez, por isso, se deva considerar como improvável, um novo pioneirismo anti-capitalista, pelo menos, em pequenos países, sem que haja uma retaguarda estratégica (nesse sentido, a restauração na ex-URSS cobraria o seu preço histórico). Isto é, sem que existam algumas nações que possam ser um ponto de apoio econômico, político e militar, diante da previsível hostilidade e isolamento dos imperialismos.

Admitamos que esta seqüência Fevereiro/Outubro, seja uma regularidade previsível, pelo menos nos países atrasados (em função da articulação mais complexa entre as tarefas e os sujeitos sociais). Seria, então, necessário constatar que *o intervalo entre os fevereiros e outubros vem sendo cada vez maior*, ou, posto de outra forma, teríamos, uma tendência aos *fevereiros recorrentes, as revoluções democráticas incompletas, que se sucedem, mas não se esgotam, não cumprem suas tarefas, revoluções congeladas ou abortadas* (como na América Latina nos anos 80 e 90). Todo o processo, em nossa opinião, *evoca a importância dos elementos subjetivos*, ou seja, a capacidade dos sujeitos sociais, se afirmarem politicamente independentes ou não, e construírem os organismos de sua auto-organização e democracia direta.

*Na maioria das revoluções políticas, o processo foi bloqueado na estação de fevereiro, porque a imaturidade dos fatores de consciência, se revelaram insuperáveis, e a superioridade política das classes dominantes, permitiu encontrar, mais rapidamente, uma saída política para a estabilização da ordem, antes que as massas populares tivessem tempo de resolver as suas dificuldades de direção.*⁴⁸⁴

⁴⁸⁴ *O tempo não é uma variável indiferente na luta de classes.* Dependendo da relação de forças, para resumir brutalmente o problema, ele corre a favor ou contra as massas populares. A questão do tempo necessário, para as classes populares, resolverem os seus impasses subjetivos é um paradoxo interessante, mas perturbador. Na longa duração, em um sentido, o tempo corre a favor das classes trabalhadoras, porque as crises recorrentes, demonstram a impossibilidade do capitalismo, grosso modo, resolver os impasses da civilização. Apesar de todas as derrotas políticas, e mesmo considerando todas as derrotas históricas, *enquanto o sujeito social existe e luta, a última palavra ainda está por ser dada*, e nesse sentido, os combates decisivos, objetivamente, são os que estão colocados à sua frente, e não os que ficaram para trás. Por quê o lugar do tempo é, especialmente contraditório, e muito mais relevante, na crise revolucionária? Primeiro, porque os seus tempos são muito breves, ou seja, muito curtos os tempos disponíveis para se resolver o impasse político. Mas “a falta de tempo” não “pune” por igual todas as classes. Porque o tempo é, também, indispensável para as massas proletárias e populares amadurecerem “quem são os seus inimigos” e “quem são os seus amigos”. Nesse sentido, o tempo corre contra essa necessidade subjetiva, e disto decorre um fenômeno político único: na aparência, as massas populares se fortalecem na abertura da crise revolucionária, e ocupam um lugar central pelo impacto e surpresa de sua mobilização, enquanto encurralam a resistência da reação burguesa. Mas, quanto mais avançam no seu combate, mais desesperadora fica a desigualdade de condições de luta pela vitória, *se não se resolve o problema da direção*. E isso por uma razão muito simples: estando os outros fatores anulados no desenvolvimento da luta, o lugar da qualidade da direção pode desequilibrar a balança. Entretanto, por maior que seja a crise política, é apropriado lembrar, que a burguesia sempre tem maior facilidade de improvisar uma direção do que as classes populares. Por outro lado, já sabemos, que a única possibilidade das idéias revolucionárias

Este processo de transcrescimento da crise revolucionária de fevereiro, em crise revolucionária de outubro, *parece repousar menos em um agravamento das condições objetivas, que permanecem, no fundamental, inalteradas, e mais, nos limites da radicalização política da consciência de classe*. Seria essa premissa unilateral? Este enfoque, reconhecamos, é um pouco diferente dos prognósticos do marxismo clássico. Porque o marxismo, nas suas diferentes variantes, definia a natureza das revoluções, como já vimos, grosso modo, *ora pelas tarefas pendentes* (como os mencheviques, por exemplo, que estabeleciam um signo igual, revolução democrática contra o Czarismo = sujeito social burguês), *ora pelo sujeito social* (como Trotsky, que cometia o mesmo erro de método, só que invertido, tarefas burguesas pendentes, mas inadiáveis = substitucionismo pelo sujeito social proletário= revolução socialista).

Essas caracterizações sociológicas, digamos assim, para resumir, são chaves, é certo, mas revelaram-se incompletas. Para compreendermos o curso original da revolução no século XX seria também necessário introduzir um enfoque histórico: reunidas as circunstâncias objetivas necessárias e favoráveis, outras classes, como já vimos, podem substituir o proletariado, e realizar tarefas anti-capitalistas. Mas esse substitucionismo, que *se explica pela força de pressão das condições objetivas*, estabelece, também, alguns limites políticos, e é só uma das

conquistarem uma importante influência sobre a maioria das massas em luta, é justamente no calor de uma crise revolucionária. Logo, se ela se fecha muito rapidamente, por uma reviravolta política qualquer, a estabilidade social e política é recuperada, e o processo de radicalização política aborta, porque não houve tempo suficiente para as experiências necessárias. Um excelente exemplo de uma crise revolucionária de fevereiro que se fechou muito rapidamente é o processo brasileiro do 25 de janeiro de 84 ao 25 de abril de 84: em um espaço de três meses, pela primeira vez na história do país, algo próximo a oito milhões de pessoas, foram às ruas para derrotar o regime militar e conquistar as eleições diretas para presidente. Um acordo político burguês nos bastidores, a formação da aliança democrática, permitiu uma negociação com o núcleo duro das FFAA, a Igreja, os partidos burgueses de oposição, e a construção de uma “saída consensual” para a transição do regime, a chapa Tancredo/Sarney, por dentro do Colégio Eleitoral. Os tempos curtos da crise revolucionária, não permitiram que se afirmasse uma direção independente das massas, capaz de levar a revolução democrática até o fim. O PT se transformou, durante o processo, em um partido com influência sobre os setores organizados e mais conscientes, mas não pode impedir que a revolução fosse estrangulada. Para além dos seus acertos (como ter sido a vanguarda da campanha desde o início) e erros (como ter

características ou conseqüências imprevistas dos processos revolucionários. Pelas mesmas razões, é necessário concluir, que se as condições objetivas estiverem maduras, mas as subjetivas estiverem atrofiadas, também pode se dar *um processo crônico de recorrência de fevereiros, mesmo contra regimes “democráticos”*.⁴⁸⁵

renunciado à convocação de um dia de greve geral para o 25 de abril, dia da votação emenda no Congresso Nacional), que, nesse processo, não foram decisivos, *não houve tempo o bastante*.

⁴⁸⁵ Em alguns dos principais países do continente, governos eleitos não concluíram os seus mandatos, em função de gigantescas mobilizações populares, e em alguns casos, eleições antecipadas foram convocadas. Historicamente, a esmagadora maioria dos “fevereiros” foram sinônimo de revoluções democráticas porque derrubaram, pelo mundo afora, regimes “autoritários”: regimes fascistas ou semi-fascistas, ditaduras militares, regimes bonapartistas ou semi-bonapartistas, etc...Assim ocorreu no Fevereiro russo, e na maioria das revoluções políticas que se seguiram. Mas o processo das décadas de 1980 e 1990 na América Latina, único continente periférico que viveu nos últimos quinze anos sob regimes democráticos e de alternância de governos por eleições (África e Ásia, preservaram nesse período, predominantemente, regimes ditatoriais e bonapartistas), indica uma nova tendência, muito mais complexa. Depois de décadas de regimes bonapartistas em quase todos os países do subcontinente, duas conclusões já são possíveis: nem as democracias se estabilizaram, como ocorreu nos países do Mediterrâneo, depois da queda das ditaduras da década de 70, nem ocorreu um simétrico colapso dos regimes democráticos. Poder-se-ia dizer que esse período se define por uma instabilidade política crônica, agudizada pela implementação dos planos de ajuste neoliberais de recolonização. Essa instabilidade se expressa por todos os poros da vida econômico-social, mas tem como refração política dois fenômenos de signo oposto. Primeiro, as democracias presidencialistas evoluem para as reeleições: Menem na Argentina, Fujimori no Peru, FHC no Brasil, e agora Chavez na Venezuela, um dos traços de bonapartismo que permanece na região. E, segundo, uma série de impeachments de presidentes eleitos são impostos pela mobilização de massas. O que nos obriga a pensar no conceito de fevereiros contra regimes democráticos, ou revoluções políticas que derrubam um tipo de regime democrático e colocam outro no lugar. Já são vários os governos eleitos sob regimes “democráticos” (as aspas se explicam pelos traços bonapartistas que permanecem nesses regimes), que foram derrotados pela mobilização de massas, e não completaram os seus mandatos: Raul Alfonsín na Argentina em 1989; Fernando Collor no Brasil em 1992; Carlos Andrez Peres na Venezuela em 1994; e o ano passado no Paraguai, Cubas o testa de ferro de Oviedo. Uns caíram mais abruptamente e outros mais suavemente, em função do grau de profundidade da crise do regime em cada um desses países, e dependendo da plasticidade das suas instituições e da radicalidade das massas em luta. Entretanto, a experiência do 21 de Janeiro no Equador foi, até hoje, de longe, a expressão mais avançada dessa nova tendência: a possibilidade de insurreições populares contra governos “democraticamente eleitos”. Em outras palavras, estamos diante de um fenômeno novo: as revoluções políticas contra governos eleitos. Mas que são, em mais ou menos tempo, intensamente odiados pelas massas, quando fica claro que apesar das promessas eleitorais, e dos clientelismos de ocasião, têm o seu programa efetivo ditado pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, etc...), que “pilotam” as economias dos países periféricos. O que indicaria este processo, como tendência? Seria esse processo na América Latina, vitimada por duas décadas de estagnação e sufocada pelo estrangulamento do endividamento externo, uma exceção? A estabilidade dos regimes democráticos não parece poder repousar, unicamente, na legitimidade ou “embriaguez” democrática das urnas, mas precisaria se apoiar em condições econômico-sociais mínimas. Como este processo vem se desenvolvendo há pouco tempo e apenas na América Latina, talvez seja precipitado retirar muitas conclusões. Mas não deveria ser esquecido. Isso por duas razões: (a) em primeiro lugar pela profundidade da radicalização popular apoiada em um ascenso indígena-camponês, que vem desde o início da década, e que se manifesta em todo o continente (Chiapas no México, Sem-Terra no Brasil, as massas camponesas-guaranis no Paraguai, a rebelião das águas na Bolívia, os avanços da guerrilla Colombiana). Este processo está em pleno curso,

São as revoluções políticas, incompletas, congeladas, abortadas, que derrubam os governos e regimes odiados pelas massas, mas que não avançam até uma revolução político social. *Nessas circunstâncias, invariavelmente, o poder cai nas mãos de sujeitos políticos que o sujeito social não só não controla, mas sobre os quais a sua pressão é pouco relevante.* Os fevereiros recorrentes, seriam assim, uma demonstração da importância dos fatores de subjetividade, em um processo de transição, que será consciente, ou não será.

Como explicar esse paradoxo? Por quê não voltou a se verificar um intervalo breve entre fevereiro e outubro? Historicamente o marxismo pensava as revoluções democráticas, essencialmente, como *revoluções políticas contra regimes tirânicos obsoletos.* Derrubados os governos e regimes ditatoriais, as massas populares estariam diante do desafio de lutar, “*diretamente*”, por um programa anti-capitalista, ou seja a revolução socialista. Sendo as formas dos regimes ditatoriais bonapartistas, e sendo as Forças Armadas a principal instituição do bonapartismo, a crise do regime tinha que passar, necessariamente, pela crise do aparelho policial-

e tem componentes ideológico-religiosos novos e complexos: a decisão da data da insurreição no Equador, por exemplo, não foi iniciativa nem da Conae (a Confederação das organizações indígenas, nem da CMS (a coordenadora de movimentos sociais, que agrupa a maioria dos sindicatos das empresas estatais, que, por sua vez, respondem pela esmagadora maioria do PIB do país), mas foi indicada pelos xamãs das populações indígenas das montanhas, que escolheram a data do eclipse da Lua, como o momento da conquista do poder! A importância da mística, par o MST nos rituais de conscientização política das massas de acampados, no Brasil, é parte do mesmo fenômeno, a entrada de um novo sujeito social, com sua cultura própria, e seus próprios métodos de luta; (b) o significado das eleições e do voto nas urnas é muito desigual em cada país. A crise da democracia, que se expressa das formas mais diversas, mas que é um fenômeno geral, em países periféricos, onde a crise social é muito mais aguda, se traduz em uma desilusão e cepticismo profundo, na possibilidade de mudança através do voto. No Equador a dolarização, a expressão mais direta da recolonização, depois do congelamento das contas bancárias, uma expropriação “a sangue frio” e “à queima-roupa” da pequena poupança, depois de vários “repiques” inflacionários, incendiou um mal-estar acumulado durante uma década, e foi o bastante para levar milhões à mobilização e à derrubada do presidente eleito. A intervenção da embaixada americana, a divisão econômica, social e política do país em duas partes, a Costa, onde está o porto de Guayaquil, e as maiores bases sociais de defesa das oligarquias, e as Montanhas Andinas, onde está a maioria indígena camponesa, o petróleo (que é o centro da economia do país), e a capital, Quito, assim como a reconstituição da cadeia de comando das FFAA, que tinha se rompido durante a insurreição, permitiram a derrota da Junta, e a posse do vice-presidente. De qualquer maneira, a derrota política, importante e dramática, não parece ter sido uma derrota histórica. E mais uma vez, ficou demonstrado a possibilidade da via de mobilização popular (como já tinha ocorrido na Argentina, no

repressivo do Estado: donde a tendência a pensar em uma quase coincidência, ou um transcrecimento acelerado entre uma crise de regime (típica dos fevereiros), e uma crise geral do Estado (indispensável para que um Outubro seja possível), durante o processo da revolução democrática. Até aí, pareceria, sem dúvida, razoável, mas *essa hipótese de passagem rápida entre as duas vagas, excessivamente objetivista, não se confirmou.*

A desproporção de maturidade entre os fatores objetivos e subjetivos tem demonstrado que a dinâmica dos processos é mais complexa: sem terem resolvido as limitações programáticas dos seus sujeitos políticos, os sujeitos sociais subalternos, têm derrubado governos atrás de governos, e protagonizado revoluções políticas que não se radicalizam em revoluções político-sociais. Em outras palavras, a permanência da crise do capitalismo, mesmo com a imaturidade dos fatores subjetivos de consciência, não impede que as massas procurem a via da ação direta, e não neutraliza a tendência à abertura de situações e crises revolucionárias. Essa conclusão parece demonstrada, pelo menos, nos países periféricos, onde os sujeitos sociais atraídos por mobilizações com uma dinâmica anti-capitalista correspondem a um complexo arco de interesses, que, potencialmente, poderia unir trabalhadores urbanos e rurais, da indústria e dos serviços, camponeses e indígenas, jovens e assalariados de classe média, até as massas populares menos organizadas.

Por quê se manifesta, no entanto, *este impulso a revoluções políticas recorrentes?* Em uma palavra, porque a crise social crônica é demasiado forte. As revoluções democráticas nos países atrasados, sempre tiveram um outro componente fundamental, além da luta contra os regimes tirânicos, que poderíamos resumir em dois eixos, a luta pela reforma agrária e pela independência nacional: que se manifesta em luta contra a miséria crônica e o desemprego, pela terra e pelo direito de moradia,

Brasil e na Venezuela, embora em processos imensamente mais atrasados), para derrubar governos eleitos, muito antes do que estava estabelecido pelos calendários eleitorais.

contra a carestia e a corrupção, em defesa dos serviços públicos contra o pagamento das dívidas, etc...

Mas a crise de direção, impede que a vaga de fevereiro evolua para uma vaga de outubro. Logo, os únicos caminhos abertos para as massas são, ou a prostração política (ou seja, a aceitação dos calendários eleitorais, quando existem, como o terreno da alternância de governo), ou o recurso às revoluções políticas reincidentes que derrubam os governos e regimes de turno uma e outra vez, enquanto as energias não se dissipam, mas não resolvem as tarefas pendentes. A esses processos denominamos fevereiros recorrentes, revoluções sempre incompletas, politicamente vitoriosas, socialmente derrotadas.

De qualquer forma, ficou amplamente demonstrado, que fevereiro também pode evoluir, tendencialmente, mesmo que seja em prazos mais longos do que foi a experiência russa, para ser ante-sala de uma nova vaga ou de uma nova revolução: na Alemanha de 18, o Fevereiro teria sido a derrubada do kaiser, na Espanha em 30 foi a queda do rei, que abriu o caminho para a vitória eleitoral da frente popular em 36, na França, o Fevereiro teria sido a greve geral, depois da vitória eleitoral da Frente Popular, que arrancou o direito de férias. *Por outro lado, não haveria nenhuma razão para não se pensar na possibilidade de outubros que não sejam precedidos por fevereiros, embora até hoje não tenham ocorrido.* Ou seja, na hipótese de revoluções econômico-sociais, que não sejam precedidas por revoluções políticas (ou democráticas). Mas, se reunidas as condições objetivas e subjetivas, isto é, uma crise nacional profunda do governo e do regime, e uma disposição de luta dos sujeitos sociais, e um aprendizado subjetivo da necessidade de medidas anti-capitalistas, essa dinâmica poderia se verificar.

(c) Por último: *quais seriam as diferenças entre as crises revolucionárias de fevereiro e as de outubro? Como ocorrem as passagens de uma outra? Parece certo, em primeiro lugar, que o peso dos*

fatores de subjetividade, é muito maior nas segundas, do que nas primeiras: uma consciência compartilhada por amplos setores da massas mobilizadas de que não só seria necessário derrubar o governo de turno, mas também a conquista direta do poder. Essa percepção do problema é todavia ainda muito insuficiente. Existiria também, pelo menos, uma outra diferença qualitativa: a crise do regime de dominação precisaria ser incomensuravelmente mais grave, e deveria ter penetrado até os alicerces do núcleo duro do Estado, o seu braço armado, o aparelho repressivo, precipitando uma crise geral do Estado.

Vejamos mais de perto essa questão, mesmo correndo o risco de ser um pouco esquemáticos, ao fechar algumas definições sumárias. A articulação entre os fatores objetivos e subjetivos, sempre desigualmente desenvolvidos, que definem, como já vimos, a situação revolucionária, parece ser a chave de solução do “imbroglio” teórico.⁴⁸⁶ E resume o problema da relação e “correspondência” (imperfeita, sempre entendida como um processo tendencial), entre as diferentes situações na luta de classes, e os regimes políticos, em última análise, uma refração estatal, das mudanças nas relações de forças. Já vimos, anteriormente, os critérios para as periodizações de épocas e etapas, como medidas de temporalidades históricas.

Apresentamos a seguir a sugestão de quatro tempos políticos dos processos revolucionários como uma tentativa de sistematização das conclusões e generalizações teóricas que consideramos apropriadas para apreender a aceleração das lutas de classes dentro do

⁴⁸⁶ As massas não “buscam” as revoluções, como supõe a paranóia reacionária das elites, que do alto de sua soberba de classe, desprezam as lutas populares, com o escárnio, de quem pensa, que a revolução seria a obra de baderneiros e agitadores ensandecidos, ou de um impulso “inato”, de desordem e ressentimento das massas. Sejam mais rigorosos: *em que reside a força política da democracia, por exemplo, e do capitalismo nos países nos países centrais?* A força da democracia repousa menos na “abundância” das condições materiais de vida dos trabalhadores (como, em geral, se idealiza nos países periféricos), do que em uma desconfiança das massas nas suas próprias forças. Essa desconfiança é “diretamente proporcional” às ilusões nas possibilidade de mudança através das instituições do regime. Se alguma conclusão o século XX permite retirar do estudo das revoluções, é

processo revolucionário: *as situações pré-revolucionárias, as situações revolucionárias, as crises revolucionárias de fevereiro e as crises revolucionárias de outubro*. O que caracteriza uma revolução em marcha são as viragens bruscas das conjunturas, as mudanças súbitas das relações de forças, que resultam da aprendizagem política acelerada feita em muito pouco tempo por milhões de pessoas, que aprendem em semanas de lutas intensas, o que não tinham podido compreender em anos de vida rotineira.

Nesse processo as classes em luta buscam acordos e alianças para reforçar as suas posições e enfraquecer as dos seus inimigos: a maioria do povo compreende aceleradamente a partir de cada confronto, quais são os interesses que estão em conflito, quais são os verdadeiros fins que são perseguidos, e quais os meios que estão dispostos a usar, e quem está acumulando forças e se fortalecendo e quem está ficando isolado. Enquanto nenhuma derrota decisiva venha a interromper o processo de radicalização, a sociedade se inclina à esquerda. O que significa essa inclinação à esquerda? Significa o crescente isolamento das classes proprietárias, incapazes de continuar apresentando os seus interesses e o seu poder como os interesses gerais da sociedade ou da nação. Os quatro tempos políticos que apresentaremos a seguir, buscam explicar as passagens qualitativas nessas mudanças nas relações de forças.

Já sabemos que o tema não é simples. Não é incomum, por exemplo, que muitos analistas lúcidos, se confundam, e, precipitadamente, caracterizem, o que é uma crise política como uma crise de governo, ou uma crise de governo como uma crise de regime, ou, para ser mais preciso, quase sempre, a confusão inversa. *Uma crise política se abre, em nossa opinião, quando diante de certos conflitos de maior significado, o bloco de partidos de sustentação do governo se divide, expressando as pressões contraditórias das diferentes classes e frações de classe que o apóiam*. Uma das principais virtudes do regime democrático para a

que as massas evitam, enquanto podem, o caminho da mobilização, e só, como último recurso, e

dominação burguesa é que ele permite absorver, sem maiores seqüelas, as disputas inter-burguesas, como parte de uma rotina administrativa do exercício do poder. A crise pode se fechar, se o governo for capaz de rearticular novas alianças, que ampliam a sua base social, ou pode se aprofundar e se tornar um processo crônico. Em situações não revolucionárias, em que os trabalhadores estão na defensiva, e suas lutas são de resistência, alternam-se conjunturas de maiores ou menores crises políticas, que se abrem e se fecham em função de realinhamentos partidários-parlamentares.

. *Uma crise de Governo, se abre, quando, uma das instituições do Regime* (em geral a mais vulnerável: a presidência, nos regimes presidencialistas; o primeiro-ministro ou o ministério, nos regimes parlamentaristas, por exemplo), o poder executivo, enfim, a mais importante, mas não a única instituição, *enfrenta a hostilidade da maioria do povo, ainda que não se tenha aberto uma situação de mobilizações generalizadas*. As outras instituições podem estar também abaladas e, nesse sentido, uma crise de governo vem sempre acompanhada por *elementos de uma crise de regime*. Mas enquanto as mobilizações de massas não se unificaram contra o governo, e se as outras instituições do regime estão relativamente intactas, podem procurar aproveitar o crédito político que ainda possuem para apresentar cartas alternativas para a crise de governo, e encontrar uma saída nos marcos do regime. Nessas circunstâncias, uma parte pelo menos dos sujeitos sociais mais importantes, já se colocou em movimento, embora o ascenso não tenha unificação política. Podemos dizer que, grosso modo, uma crise de governo corresponde a *uma situação pré-revolucionária*, um período da luta de classes em que as massas exploradas já superaram a situação de defensiva. A situação pré-revolucionária pode tanto retroceder para não-revolucionária, se a solução política burguesa for bem sucedida por dentro do regime, quanto pode evoluir no sentido de uma situação revolucionária.

Uma crise de regime, é sempre algo, incomparavelmente, mais grave, e se abre quando, são já, várias, as instituições, além do governo, que estão em causa: os tribunais, a polícia, os parlamentos, assembleias ou câmaras, etc..., e as massas perdem as esperanças de que as mudanças às quais aspiram, possam ser feitas por dentro do regime: colocando o voto nas urnas, para levar ao poder, a oposição eleitoral, por exemplo, ou entrando com petições na justiça, para que os tribunais os protejam, ou, ainda, procurando a polícia, para que os defendam e garantam seus direitos. Nessas circunstância podemos dizer que a revolução está em marcha, mesmo considerando que poderão ocorrer flutuações de conjunturas, com mudanças de sentido, na relação de forças entre as classes. Nessas situações, as massas populares passam a agir por conta própria, e buscam a via das ações políticas unificadas para derrubar o governo. A crise de regime corresponde, grosso modo, a uma situação revolucionária prévia a uma revolução de fevereiro. Começa a se manifestar a tendência a que busquem criar organismos para resolver o que querem, e é desse processo de organização, que poderá surgir a dualidade de poderes e a experiência de uma democracia direta com base de massas.⁴⁸⁷

⁴⁸⁷ As principais revoluções do século XX, especialmente as urbanas, conheceram as mais variadas formas de poder popular, em geral, com uma origem inteiramente espontânea. Ao contrário do que pensam muitos intérpretes doutrinários do marxismo, os conselhos, ou outros órgãos de frente única das massas em luta que expressaram a democracia direta construída pela mobilização, não nasceram de uma vontade política dos socialistas ou de um projeto dos revolucionários, mas de uma necessidade da mobilização social das massas. Desde a experiência pioneira da Comuna de Paris, passando pelo soviets de São Petersburgo em 1905, até os cordões industriais no Chile em 1973, ou as comissões de soldados na revolução portuguesa em 1975, o que definiu as experiências de poder popular foi a emergência das necessidades colocadas pela luta de classes. Quais foram as suas principais diferenças com os organismos da democracia representativa? Elas podem ser resumidas em quatro traços comuns: a inexistência de duas câmaras, um Senado e uma Assembleia, ou uma Câmara alta e uma baixa; a revogabilidade dos mandatos, com a possibilidade permanente de destituição dos representantes pelos representados; a inexistência de uma burocracia de funcionários profissionais e a exclusão do direito de voto para as classes proprietárias. A presença dos organismos dessa democracia direta, mesmo que embrionária, já expressava, subjetivamente, uma disposição política das massas de que não podiam confiar nas instituições do Estado. Surge, assim, uma vontade de que para decidir a sua sorte, devem contar, em primeiro lugar, consigo mesmos. O processo de descrédito das diferentes instituições é, todavia, sempre muito desigual e complexo, e tem os seus ritmos, dependendo de uma experiência política prática, para a qual não existem atalhos. O tema dos conselhos sempre foi muito polémico na esquerda mundial, em função da perspectiva estratégica que as suas diversas componentes alimentavam em relação à democracia e à revolução. Claro que, se as principais forças

Existem, por outro lado, *diferentes graus de gravidade em uma crise de regime*: ela pode evoluir de uma ruptura parcial das expectativas e esperanças com os processos eleitorais, até um repúdio encolerizado com todas as instituições da ordem político-estatal. Uma crise de regime, portanto, ao se iniciar, corresponde, pelo menos, a uma situação pré-revolucionária: exige que as massas já tenham encontrado as forças em si mesmas, para iniciar uma vaga sustentada de lutas, ainda que não estejam unificadas. E deve se manifestar em um processo de divisão no interior da própria classe dominante, menos na forma de querelas partidárias e parlamentares, que respondem a um jogo de pressão mútua rotineiro, e mais na forma de conflitos entre as instituições (executivo, parlamento e justiça), e no interior delas.

Quando os trabalhadores e a juventude, nos países mais urbanizados, conseguem, através de suas lutas, arrastar atrás de si, a simpatia da maioria do povo, e logram resolver subjetivamente, os obstáculos à unificação de suas mobilizações, *a situação já é revolucionária, ou está em vias de se tornar*. Mas além disso, é necessário que a crise do regime se agrave, e que se manifestem divisões insuperáveis nas classes dominantes:

políticas que são reconhecidas pelas massas, como seus porta-vozes, e nas quais os trabalhadores depositam a sua confiança, convocam o povo a confiar no Regime, seja porque elogiam a lisura das eleições, e recomendam paciência até ao próximo sufrágio, seja porque defendem as instituições, os parlamentos, os tribunais, etc... o processo é mais difícil. Nessas circunstâncias, a desconfiança das massas avança, como é óbvio, muito mais lentamente. Os trabalhadores, as outras classes subalternas em luta e a juventude ficam dependendo, essencialmente, de sua própria experiência, para retirar lições sobre as possibilidades de conquistar as mudanças que desejam, pelo voto ou pelas lutas, ou por combinações variadas de mobilizações e eleições. É por isso, que em inúmeras situações revolucionárias, se estabelece uma dualidade de poderes “híbrida”, atípica, se quisermos. Isso porque, não tem sido incomum, uma *quase completa perda da governabilidade, sem que simultaneamente, tenham sido construído órgãos de unidade na ação, que expressem, materialmente, a nova correlação de forças*. No entanto, quando as esperanças desmoronam, quando não lhes resta outro caminho senão a sua mobilização, quando se descobrem exasperadas pela impossibilidade de que as instituições resolvam as suas demandas, as massas avançam na construção dos organismos de duplo poder, ou atribuem novas funções às suas organizações pré-existentes. Esses organismos nascem da urgência de tarefas que não podem ser mais adiadas, ou impulsionados pela força das reivindicações mais sentidas, e correspondem à necessidade de resolver problemas inadiáveis (desde o abastecimento nos cordões industriais chilenos, por exemplo até o controle da produção contra o lockout na revolução portuguesa). Por isso, a experiência com a democracia direta, surge como uma resposta das massas ao fracasso da democracia representativa e indireta, e de uma vontade de controlar elas mesmas as decisões que as afetam, assim como de um aprendizado, de que é necessário controlar os seus líderes. As massas não procuram a democracia direta e os organismos de auto-organização

agora, não mais, na forma de conflitos parciais, mas em uma disputa aberta de direção em torno a projetos irremediavelmente contrapostos. Devemos, no entanto, recordar que a flutuação das relações de forças, não possui nunca um signo pré-definido, e as inversões de sentido, ascendente ou descendente, seguem o fluxo das pequenas batalhas que se ganham ou que se perdem: as mudanças de conjuntura, tanto podem fazer, uma situação pré-revolucionária retroceder para uma situação não-revolucionária ou reacionária, como avançar para uma situação revolucionária.⁴⁸⁸

Mas tudo isso, *não significa, ainda, que já existam as condições para a vitória da revolução política, isto é, para a derrubada do governo e do regime*. Em outras palavras, a crise do regime, pode ou não evoluir em um processo de degeneração em vários graus de profundidade: primeiro ela atinge as instituições mais frágeis, para depois contaminar aquelas que são mais poderosas. A crise do regime só se completa, quando atinge o “núcleo duro” do Estado, ou seja as FFAA, e as divisões das forças

porque gostem do exercício da política, mas porque perderam a esperança, de que, por alguma outra forma, possam mudar as suas vidas e conquistar as suas reivindicações.

⁴⁸⁸ O tema das medidas das relações de forças merece a nossa atenção. Durante décadas, em função da influência dos critérios campistas na esquerda, e na intelectualidade marxista, se confundia, abusivamente, duas dimensões diferentes desta questão: as relações entre os Estados, dentro do sistema inter-Estados, ou seja entre a URSS, China e Cuba, por exemplo, e os Estados imperialistas, e as relações entre as classes em luta. O erro consistia em considerar as segundas, sempre, subsumidas nas primeiras. Essa linha de análise subordinava, portanto, uma análise da relação de forças da luta de classes à escala internacional, às flutuações dos conflitos inter-Estados, uma das suas variáveis, mas não a única, e não a mais importante. Mais recentemente, em função dos avanços metodológicos das pesquisas de opinião, com a redução das margens de erro, e da generalização internacional do seu uso, passou a ser comum a utilização de séries de pesquisas para aferir as flutuações dos graus de apoio e de repúdio popular aos governos e aos regimes: é um segredo de polichinelo, que boa parte dos governantes do mundo, encomendam, semanalmente, pesquisas de opinião sobre os mais diferentes temas, para construir estratégias de comunicação e publicidade. Na esquerda mundial, as pesquisas também se popularizaram, em função da crescente importância atribuída aos processos eleitorais. Ocorre que esta técnica, importada das pesquisas de mercado, para aferição do grau de satisfação dos consumidores com tal ou qual mercadoria ou produto, só pode ser considerada, seriamente, no terreno político com algumas mediações. A primeira mediação é que as pessoas mentem, quando não se sentem confortáveis e seguras, de que suas opiniões não as deixarão vulneráveis a represálias. Por outro lado, as pesquisas podem ser extremamente úteis, sempre e quando a análise dos seus resultados considere o movimento ou a dinâmica das alterações e mudanças dos humores, o que exige séries, relativamente longas e com intervalos curtos. A questão mais importante, todavia, é que a relação de forças não se resume a uma quantificação de para onde pendem, em um determinado momento, as expectativas e opiniões de uma maioria de 50% mais um dos cidadãos. O que se esquece, é que as relações de forças, na luta de classes, dependem, em primeiríssimo lugar, do grau de atividade sindical ou política das massas populares.

sociais e políticas em luta, penetram, de alguma maneira, nos quartéis, mesmo que a cadeia de comando não tenha se rompido, e a divisão se expresse no interior da alta cúpula somente. *Só então podemos falar de uma crise revolucionária.* Mas é preciso não esquecer, que este processo, somente explica a radicalização na luta de classes que está raiz *das revoluções de fevereiro, isto é, das revoluções políticas.*

As crises revolucionárias de outubro são, incomparavelmente, mais profundas: *elas exigem que a crise do regime tenha evoluído para uma crise geral do estado.* Um desmoronamento da governabilidade pelo menos parcial do conjunto das instituições, e que as massas tenham decidido, paralelamente, construir os organismos de sua auto-determinação, para resolver, por sua própria conta, sem delegar ou esperar das instituições do Estado, uma solução para os problemas que as afligem: *se a dualidade de poderes pode ser atomizada e inorgânica nos fevereiros, ela é indispensável como ante-sala de revoluções político-sociais.* Elas exigem, também, que *a crise no aparelho de repressão do Estado tenha evoluído até uma ruptura da cadeia de comando,* e que a força da mobilização revolucionária das massas tenha atraído para o seu campo, uma parte das forças armadas, que já não responde à hierarquia da instituição. A insurreição popular, só pode triunfar nessas condições, quando uma parte das FFAA foi “destruída”(deslocada): o momento culminante da crise revolucionária.

Em outras palavras, em ambas as crises, seja de fevereiro ou de outubro, seria indispensável: (a) a disposição para a mobilização de massas, em vagas unificadas, dos sujeitos sociais populares, com o objetivo de derrubar o governo; (b) uma divisão nas classes médias tenha sido grande o bastante, para que a maioria do povo tenha se unido à luta popular; (c) uma divisão irreversível de projetos nas classes dominantes, ou seja, uma crise de regime. Mas para que se abram condições de luta por uma revolução político-social, seria, também, indispensável uma dualidade

de poderes, expressa organicamente, e uma divisão que paralise as forças repressivas do Estado.

Por último, quais seriam as condições para uma transição de uma crise revolucionária de fevereiro para uma de outubro? A passagem de um crise para outra repousa, essencialmente, ou em uma mudança qualitativa dos fatores objetivos, na forma de uma exacerbação dos conflitos que não podem ser adiados, ou dos subjetivos, na forma de uma disposição revolucionária dos sujeitos sociais. Essas duas causalidades, em cada processo histórico concreto estão sempre emaranhados de tal forma, que é quase impossível discernir as suas combinações e influências recíprocas.

Vale a pena acrescentar, que a evolução de uma crise revolucionária de fevereiro, para uma de outubro, pode ser ajudada e acelerada, dependendo da qualidade do sujeito político coletivo no qual os trabalhadores e o povo depositam a sua confiança. *Mas não parece depender deste fator.* Na Hungria em 1918, na Alemanha em 1923, na Espanha em 1936, na França e na Itália em 1945, em Portugal em 1975, para citar alguns exemplos, abriram-se crises revolucionárias em muito semelhantes à que precederam o outubro russo, sem que existissem partidos com uma direção como a bolchevique.

Por outro lado, se só um Outubro triunfou, também é verdade que outras revoluções político-sociais venceram. Em boa parte das revoluções do século XX, em que essa passagem ocorreu, a transição foi feita pela disposição revolucionária de luta dos sujeitos sociais. Existam ou não socialistas, exista ou não uma direção marxista, um processo revolucionário, pode conhecer a passagem de uma para outra fase de radicalização. *A importância dos fatores subjetivos, ou seja, dos elementos de consciência, em especial o lugar do sujeito político coletivo, só pode ser considerado qualitativo, ou seja, insubstituível, na definição das condições para a vitória ou derrota.*

Algumas últimas palavras. Até dois anos atrás, antes da crise asiática e da moratória russa, era possível sustentar, e um bom número de ex-marxistas o fizeram, que o mundo parecia imune a crises revolucionárias, ou melhor, que essas estariam se transformando em um fenômeno “residual” de países muito pobres, uma herança tardia do século XIX que ficou para trás. Apresentamos até aqui um conjunto de argumentos que vão na direção oposta: estaríamos, possivelmente, na iminência de um período histórico em que as vagas revolucionárias poderão atingir novamente alguns dos países centrais.

Vale a pena retomar essa questão unicamente para dizer que não nos parece secundário, em tempos como os nossos, a discussão das temporalidades e dos critérios de periodização histórica e política. Poder-se-ia, é certo, argumentar que esse esforço de conceituação em épocas, etapas, situações e conjunturas seria sempre prisioneiro de um certo esquematismo, que a realidade se encarregará de botar por terra. Num certo sentido esse argumento é válido. Mas todo trabalho teórico de buscar regularidades e construir modelos, ou identificar padrões e classificá-los corre esse risco. Fomos conscientes desse perigo desde o início, mas tínhamos boas razões para enfrentá-lo de frente.⁴⁸⁹

⁴⁸⁹ O empirismo, o erro simétrico a uma excessiva conceitualização, sempre nos pareceu um perigo mais grave. A rigor não vemos como possa existir trabalho teórico sem o esforço de caracterizações e conceituações. É da natureza da discussão teórica a produção de conceitos e idéias como instrumentos de interpretação da realidade, o que supõe a necessidade das comparações e as generalizações. Claro que o grande risco, como aliás em outros terrenos, é a tendência à obtusidade, a contrair “matrimônio indissolúvel” com as idéias: *“No en vano insistia Moreno sobre la riqueza infinita de la realidad delante de los esquemas. Toda la historia del marxismo revolucionario consiste en sucesivas superaciones de esquemas que, aún habiendo sido los mejores posibles en un momento, la realidad en movimiento obligó a replantear. Nuestros maestros no fueron nunca guardianes de catecismos, sino los que primero y mejor se dieron cuenta de cuando lo verdadero se estaba convirtiendo en falso. Para no abundar en ejemplos, limitémonos a los más clásicos. En su polémica contra Bakunin, Marx y Engels tenían razón en que la revolución socialista tendría que partir del nivel de fuerzas productivas alcanzado por el capitalismo inglés, y no del atraso del mir, la comuna rural rusa. El dirigente anarquista se equivocaba al plantear, contra ellos, que el campesinado ruso sería el motor de la revolución, apoyándose en esas formas primitivas de la propiedad colectiva. Sin embargo, a comienzos del siglo XX, el mismo correctísimo esquema teórico de Marx y Engels se volvió, en manos del “marxista ortodoxo” Kautsky, la ideología del peor oportunismo. El dirigente socialdemócrata alemán se negó a confrontar el esquema marxiano con el peculiar proceso de desarrollo del capitalismo ruso y con las enseñanzas de la revolución de 1905. Siguió moviéndose como si el proletariado no pudiera encabezar la revolución en un país de mayoría campesina, esgrimió*

Seja como for, hoje, há poucas razões para alimentar dúvidas que o final do século indicaria para próximo período histórico, uma nova fase de convulsões sociais, das quais os impérios, dificilmente, seriam poupados. Como, e de que maneira, os novos fenômenos econômicos sociais e políticos, se manifestarão, no coração do sistema, é algo imprevisível. Ainda é cedo, para se concluir, fosse o que fosse. E, nesse caso, não há porque não admitir que um saudável empirismo leninista⁴⁹⁰, é uma prudente escolha teórica.

*escolasticamente contra Lenin los argumentos que en otro marco los dos maestros habían esgrimido contra Bakunin (...) Lenin, a su vez, que había tenido razón contra Plejanov, y que volvería a tenerla contra Kautsky sobre la posibilidad de un rol revolucionario del campesinado, tampoco quedó para siempre agarrado al esquema de la dictadura democrática del proletariado y del campesinado. Al iniciarse la revolución de 1917, giró en contra de los viejos bolcheviques que permanecían fieles a ese esquema. En las Tesis de Abril plantea que esa "dictadura" ya se realizó, no como un régimen independiente, sino como un doble poder que, gracias a su mayoría pequeño-burguesa, lo deja al gobierno en manos de la burguesía. El camino hacia Octubre es la lucha por la dictadura del proletariado. A esa dictadura del proletariado la va a definir Lenin en los años que siguen con muchísimas categorías contradictorias: como "Estado obrero" cuando define la clase dirigente; como "Estado obrero y campesino" cuando polemiza contra la militarización de los sindicatos; como "Estado burgués dirigido por los bolcheviques" cuando quiere subrayar la contradicción entre el aparato de Estado y la política del partido; Como "Estado socialista" cuando menciona la aplicación del programa; como "Estado obrero con graves deformaciones burocráticas" cuando inicia su último combate contra el estalinismo naciente. Estos ejemplos están lejos de agotar la lista. Un inventario minucioso de las Obras Completas revelaría con seguridad muchas más definiciones. La gran virtud que Moreno bien reivindicaba del método de Lenin, incluso por contraste con cierta rigidez conceptual de Trotsky, ese "sano empirismo" (...) es en realidad algo diametralmente opuesto. En rigor no se trata siquiera de empirismo, porque nadie habrá abundado tanto como Lenin en definiciones y en conceptos. Sí, se trata de un infatigable preocupación con la realidad, de una permanente corrección de los conceptos, categorías y esquemas teóricos en la confrontación con los hechos y en el fuego de la lucha. Lejos del empirismo de quienes dan vueltas sin arriesgar definiciones, más lejos todavía de la escolástica de sectas que viven citando sus clásicos, Lenin fue el más grande maestro de la dialéctica en el siglo que está terminando. (LOUÇÃ, Antonio, **La revolución antiburocrática y nuestra herencia**, manuscrito)*

⁴⁹⁰ Sobre o tão famoso critério de Lenin, análise concreta de situações concretas, vale a pena conferir este comentário de Moreno "Ahora, ya de viejo, vuelvo a los primeros amores: me encanta Lenin por su empirismo. Porque en el fondo ese empirismo es, en relación al proceso histórico, lo más dialéctico que hay (...) Me adelanto a decir, entonces, una comprobación metodológica: un sano empirismo, un sano hálito empírico es lo más dialéctico que hay. Porque, de hecho, este sano empirismo de Lenin es: "Dejemos que los hechos se produzcan, [que] las revoluciones [se produzcan], y después hacemos las teorías". Y no como creo que es más o menos el enfoque de Trotsky: "Hacemos teorías de cómo va a ser una revolución para todo el siglo". (...) ¿Qué quiere decir "sano empirismo"? ¿Qué hubiera dicho Lenin? Lenin hubiera dicho: "Soy medio empírico. ¿Por qué no vemos [qué pasa]"; después vemos, ajustamos [la teoría] a la realidad; Y la realidad inmediata para [elaborar] política inmediata; la realidad más general para [elaborar] teoría más general. Por eso en el problema teórico siempre es un poco tardío. Lenin es uno de los últimos en escribir sobre el imperialismo, pero después redondea [el tema]" (grifo nosso) MORENO, Nahuel. **Crítica a las tesis de la revolución permanente de Trotsky** Buenos Aires, Ediciones Crux, 1992.) ColeccionIneditos de Nahuel Moreno. p.68)

5. BIBLIOGRAFIA

5.1. Fontes

BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia.** Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982.

BUJARIN, Nicolai I. **Teoria del Materialismo Historico: ensayo popular de sociología marxista.** Trad. Pablo de la Torriente Brau...[ali]. Madrid, Siglo XXI de España, 1974.

ENGELS, Friedrich. "Les journées de juin 1848" in MARX, Karl. **Les luttes de classes en France.** Paris, Editions Sociales, 1970.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História.** 2^a ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere.** (edizione critica dell' Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana) Turim, Giulio Einaudi, 1977.

KAUTSKY, Karl. "El desarrollo economico y la voluntad" In ZAPATERO, Virgilio (org.) **Socialismo y etica: textos para un debate.** Madrid, Editorial Debate; Bogotá, Editorial Pluma, 1980.

_____. **O caminho do poder.** Trad. Moniz Bandeira. São Paulo, HUCITEC, 1979.

- _____. **As três fontes do marxismo.** São Paulo, Global, [s/d].
Coleção bases 24.
- _____. **Comentarios al Capital.** Mexico, Ediciones de Cultura Popular, 1977.
- _____. "La revolución social" In MANDEL, Ernest. **Control obrero, Consejos obreros, autogestion.** Mexico, Era, 1974.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **Collected Works**, v. 23. Moscou, Progress Publishers, 1981.
- _____. **A falência da Segunda Internacional.** São Paulo, Kairós, 1979. (Série Materialismo Histórico).
- LUKÁCS, György. **O pensamento de Lenine.** Trad. Luís Campos. Lisboa, Dom Quixote, 1975.
- _____. **Historia y consciencia de clase.** Trad. Manuel Sacristán. Barcelona, Ediciones Orbis, 1985. vol. I
- LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou revolução?** Trad. Manuel Augusto Araújo. 3^a ed. Lisboa, Estampa, 1974.
- _____. **Obras escogidas. Tomo I.** Trad. Daniel Acosta. Bogotá, Pluma, 1976.
- _____. **Reforma o revolucion: y otros escritos contra los revisionistas.** Trad. Juan Antonio Arestel. México, Fontamara, 1989. (Fontamara 93).
- _____. **Reforma, Revisionismo e Oportunismo.** Trad. Livio Xavier. Rio de Janeiro, Laemmert, 1970
- _____. **Obras escogidas.** Trad. Danel Acosta. Bogotá, Pluma, 1976.
- _____. **A crise da social-democracia.** Trad. Maria Julieta Nogueira e Silvério Cardoso da Silva. Lisboa, Presença; Brasil, Martins Fontes, 1974.
-

- LUXEMBURG, Rosa e BUJARIN, Nicolai. **El Imperialismo y la acumulación de capital**. México, Siglo XXI, 1980. (51 Cuadernos de Pasado y presente)
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Trad. João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- _____. **Miseria de la Filosofía**. Trad. espanhola. Moscou, Progreso, 1979.
- _____. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (GRUNDISSE) 1857~1858 (1)**. 17^a ed. Mexico, SigloXXI, 1997.
- _____. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (GRUNDISSE) 1857~1858 (2)**. 13^a ed. Mexico, SigloXXI, 1997.
- _____. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (GRUNDISSE) 1857~1858 (3)**. 11^a ed. Mexico, SigloXXI, 1997.
- _____. **As lutas de classes na França (1848-1850)**. São Paulo, Global, 1986. (Coleção Bases 49)
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã I**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa, Presença; Brasil, Martins Fontes, 1974. (Coleção Síntese).
- _____. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa-omega, [s/d]. (vol. I,II e III).
- _____. **Le parti de classe: I. Théorie, activité**. Trad. Roger Dangeville. Paris, Maspero, 1973. (Petite Collection Maspero).
- _____. **Le parti de classe: II. Activité, organisation**. Trad. Roger Dangeville. Paris, Maspero, 1973. (Petite Collection Maspero).
- _____. **Sobre a literatura e a arte**. Trad. Albano Lima. 2^a ed. Lisboa, Editorial Estampa, 1974. (Coleção Teoria n. 7)
- _____. **Antologia Filosófica**. Trad. Isabel Vale [et alli]. Lisboa, Estampa, 1971.
-

-
- _____. **Escritos económicos varios.** Barcelona, Grijalbo, 1975. (Instrumentos 3).
- _____. "Manifesto do Partido Comunista". In ALMEIDA, Jorge (org.) **150 Anos de Manifesto Comunista.** São Paulo, Xamã, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V.I. e TROTSKI, Leon. **A questão do partido.** Trad. Elisa Helena de Vidal Chaves e Vivien Lando. São Paulo, KAIRÓS, 1978.
- PLEKHANÔV, George. **O papel do indivíduo na História.** Trad. Serafim Ferreira. Lisboa, Antídoto, 1977. (Clássicos Antídoto n. 5).
- _____. **A concepção materialista da História: Da filosofia da História; Da concepção materialista da História; O papel do indivíduo na História.** 3ª ed. São Paulo, Escriba, [s/d].
- _____. **Ensaio sobre o desenvolvimento da concepção monista da História.** Trad. Fernando Marques da Costa. Lisboa, Livros Horizonte, 1976.
- _____. **Os princípios fundamentais do Marxismo.** São Paulo, Hucitec, 1978.
- TROTSKY, León. **O anti-Kautsky.** Trad. Rui Santos. Coimbra, Centelha, 1972. (Coleção: Textos nosso tempo).
- _____. **A revolução russa (Conferência), 1932: A natureza de classe da URSS.** Trad. Silvana Foá. São Paulo, Informação, 1989.
- _____. **Revolução e contra-revolução na Alemanha.** Trad. Mário Pedrosa. São Paulo, LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. **A questão do programa.** São Paulo, Kairós.
- _____. **En defensa del marxismo** 2ª ed. Buenos Aires, El Yunque, 1975.
- _____. **Lenine: seguido de um texto de André Breton.** Trad. Elisa Teixeira Pinto. Porto, & etc, 1976.
-

- _____. **Escritos. Tomo XI (1939-40) v.2.** Trad. Alba Neira e Hugo Kasell. Bogotá, Pluma, 1979.
- _____. **Moral e Revolução: a nossa moral e a deles.** Trad. Otaviano de Fiore. 2^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. (Pensamento crítico v. 21).
- _____. **Revolução traída.** Trad. Olinto Beckerman. São Paulo, Global, 1980.

5.2. Bibliografia sobre o tema

- ACHCAR, Gilbert (dir.). **Le marxisme d' Ernest Mandel.** Paris, Presses Universitaires de France, 1999. (Col. Actuel Marx Confrontation).
- ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: un debate com E. P. Thompson.** Trad. Eduardo Terrén. Madrid, Siglo XXI de España, 1985.
- _____. **Las antinomias de Antonio Gramsci.** México, Fontamara 126, 1991.
- _____. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental.** Trad. Carlos Cruz. Porto, Afrontamento, 1976. (Crítica e sociedade 10)
- ANGEL, Pierre. **Eduard Bernstein et l'évolution du socialisme allemand.** Paris, Marcel Didier, 1961.
- BALIBAR, Etienne. **A filosofia de Marx** de BALIBAR, Etienne, Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1995.
- BENSAÏD, Daniel. **Stratégie et parti.** Paris, La Breche, 1987.
- _____. **La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire.** Paris, Éditions de la Passion, 1995.
- _____. **Le pari mélancolique: métamorphoses de la politique, politique des métamorphoses.** Paris, Fayard, 1997.
- _____. **Marx l'intempestif: grandeurs et misères d'une aventure critique (XIX-XX siècles).** Paris, Fayard, 1995.
-

- BROSSAT, Alain. **En los orígenes de la revolución permanente: el pensamiento político del joven Trotski.** Trad. Dolores Sacristán y José Manuel López. Madrid, Siglo Veintiuno de España, 1976.
- BROUÉ, Pierre. **El Partido Bolchevique.** Trad. Ramón García Fernández. Madrid, Editorial Ayuso, 1973.
- _____. **Histoire de l'Internationale Communiste: 1919-1943.** Paris, Fayard, 1997.
- BUBER, Martin. **O socialismo utópico.** Trad. Pola Civelli. São Paulo, Perspectiva, 1986 (Debates).
- CARR, E. H. **A revolução russa de Lenin a Stalin (1917-1929).** Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- COGGIOLA, Osvaldo. "O debate marxista sobre as crises econômicas". Manuscrito, no prelo, novembro de 1999.
- COHEN, Gerald A. **La teoría de la Historia de Karl Marx: una defensa.** Trad. Pilar López Áñez. Madrid, Siglo XXI de España, 1986.
- COLLETTI, Lucio (org). **El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo.** 3^a ed. México, Siglo Veintiuno Editores, 1985. (Biblioteca del Pensamiento Socialista – Serie Ensayos críticos).
- DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution: The theory of the state.** New York and London, Monthly Review Press, 1978. (vol. I).
- _____. **Karl Marx's theory of revolution: The politics of social classes.** New York and London, Monthly Review Press, 1978. (vol. II).
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- ETTINGER, Elzbieta. **Rosa Luxemburgo.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.
- FORNAZIERI, Aldo. "Considerações sobre a Sociedade Civil, o Estado e a Estratégia" In VÁRIOS. **Teoria e Política.** São Paulo, Brasil Debates, 1988.
- GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e Marxismo: crítica à razão liberal.** São Paulo, Xamã, 1998.
-

HARNECKER, Marta. **Estrategia y tactica**. Buenos Aires, Antarca, 1986.
(Colección latinoamericana de Antarca).

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 4^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. **Era dos extremos, o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. “Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo” In **História do Marxismo I: O Marxismo no tempo de Marx**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

HOBBSAWM, Eric J. (org.). **História do Marxismo II: o Marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira parte)**. Trad. Leando Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

_____. **História do Marxismo III: o Marxismo na época da Segunda Internacional (Segunda parte)**. Trad. Carlos Nélon Coutinho [et alli]. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

_____. **História do Marxismo IV: o Marxismo na época da Segunda Internacional (Terceira parte)**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

_____. **História do Marxismo V: o Marxismo na época da Terceira Internacional – A revolução de Outubro/ O Austromarxismo**. Trad. Carlos Nélon Coutinho [et alli]. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____. **História do Marxismo VI: o Marxismo na época da Terceira Internacional – Da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares**. Trad. Carlos Nélon Coutinho [et alli]. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. 4^a ed. Petrópolis, Vozes, 1998.

- LEINKNECHT, Alfred e MANDEL, Ernest. WALLERSTEIN, Immanuel (Org.).
The International Debate on Long Waves. New York, St. Martin Press,
1992.
- LEFEBVRE, Henri. **Para Compreender o Pensamento de Karl Marx.** Trad.
Laurentino Capela. Lisboa, Edições 70.
- _____. **O pensamento de Lenine.** 2^a ed. Trad. Luís Salgado de
Matos. Lisboa, Moraes Editores, 1969. (Temas e Problemas).
- _____. **Marx.** Trad. Afonso Casais Ribeiro e João Ferreira de
Almeida. Lisboa, Dom Quixote, 1974.
- LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburg: os dilemas da ação
revolucionária.** São Paulo, UNESP, 1995.
- LOWY, Michael. **La teoría de la revolución en el joven Marx.** Trad.
Francisco Gonzalez Aramburu. Argentina, Siglo Veintiuno Argentina
Editores, 1972.
- MANDEL, Ernest. **El capital: cien años de controversias en torno a la obra
de Karl Marx.** Trad. Adriana Sandoval et alli, Mexico, Siglo XXI, 1985.
- _____. **Long waves of capitalist development: a marxist
interpretation.** 2^a ed. London, Verso, 1995.
- _____. **O Capitalismo Tardio.** Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos,
Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2^a ed. São Paulo,
Nova Cultural, 1985.
- _____. **Socialismo X Mercado.** Trad. José Almeida de Souza Junior.
São Paulo, Ensaio, 1991. (Cadernos Ensaio. Pequeno Formato. V. 8).
- MARRAMAIO, Giacomo. **O político e as transformações: crítica do
Capitalismo e Ideologias da crise entre os anos Vinte e Trinta.** Trad.
Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- MEHRING, Franz. **Carlos Marx: historia de su vida.** 3^a ed. Barcelona,
Ediciones Grijalbo, 1983.
- NETTL, J. P. **Rosa Luxemburg.** New York, Schockerm Books, 1989.
- NOVACK, George. **Para comprender la Historia.** 3^a ed. México, Fontamara,
1989.
-

- OLIVEIRA, César (coord.). **Rosa Luxemburgo, viva!** Lisboa, Ed. Do autor, 1972.
- POINCARÉ, Henri. **O valor da ciência.** Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995.
- ROSDOLSKY, Roman. **Genesis y estructura de *El capital* de Marx.** Trad. León Mames. 6^a ed. México, Siglo XXI, 1989. (Biblioteca del pensamiento socialista – serie ensayos criticos).
- SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Petrópolis, Vozes, 1998.
- TEXIER, Jacques. **Révolution et démocratie chez Marx et Engels.** Paris, Presses Universitaires de France, 1998.

5.3. Bibliografia Geral

- ALMEIDA, Jorge e CANCELLI, Vitoria (org.). **150 anos de Manifesto Comunista.** São Paulo, Xamã e Secretaria Nacional de Formação Política-PT, 1998.
- ALTHUSSER, Louis e BALIBAR, Étienne. **Para leer *El capital*.** Trad. Marta Harnecker. 23^a ed. México, Siglo XXI, 1998.
- ANDERSON, Perry. **Zona de compromisso.** Trad. Raul Fiker. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- _____. **Tras las huellas del materialismo histórico.** Trad. Eduardo Terrén. México, Siglo XXI, 1988.
- ANDREANO, Ralph (ed.). **La nouvelle histoire économique.** Paris, Gallimard, 1976.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento.** Trad. Sandra Vasconcelos. 4^a ed. Petrópolis, Vozes, 1998.
- _____. **O longo século XX.** São Paulo, UNESP e Contraponto, [s/d].
-

- ARRUDA, José Jobson de Andrade. "Problemas metodológicos" In: **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo, Ática, 1980.
- BASSELAR, J. V. D. **Introdução aos estudos históricos**. Trad. port. São Paulo, E.P.V.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. "Uma teoria marxista dos ciclos econômicos" In COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo, Xamã, 1996. (Série eventos)
- BENJAMIN, César et alii. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.
- BENOIT, Hector. **Crítica marxista: v.1 tomo 4**. São Paulo, Xamã, 1997.
- BIANCHI, Marina. **A teoria do valor: dos clássicos a Marx**. Edições 70, Lisboa, 1981.
- BIANCHI MENDEZ, Alvaro Gabriel. "Gramsci e a revolução passiva" e "Hegemonia em construção" In **Texto apresentado para exame de qualificação de Mestrado em Sociologia ao IFCH-UNICAMP**. Sob orientação de Edmundo Fernandes Dias, 1998.
- _____. "O Espectro do Manifesto: a propósito dos 150 anos de uma teoria da ação revolucionária" In **Outubro**, nº 1, São Paulo, Xamã, 1998.
- BLACKBURN, Robin e JOHNSON, Carol. **El pensamiento político de Karl Marx**. México, Fontamara 123, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Trad. port. Lisboa, Presença, 1972.
- _____. **The weels of commerce**. New York, 1982.
- _____. **Gramática das civilizações**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo, Martins Fontes, 1989. (Coleção O homem e a história).
- BROUÉ, Pierre y TÉMIME, Emile. **La revolución y la guerra de Espanha (I)**. Trad. Francisco González Aramburo. México, Fondo de Cultura Economica, 1989 (Biblioteca Actual).
-

- BUJARIN, Nicolai e LUXEMBURGO, Rosa. **El Imperialismo y la acumulación de capital**. 2ª ed. México, Siglo Veintiuno Editores, 1980. (Cuadernos de Pasado y Presente).
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Perez. **Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CASTANEDA, Jorge. **A utopia desarmada**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- CHESNAIS, François. "La caracterización del capitalismo a fines del siglo XX" In **HERRAMIENTA**,3. Buenos Aires, Otoño, 1997.
- _____. "Capitalismo de fim de século" In COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo, Xamã, 1997. (Coleção Fora de Ordem).
- CHESNAIS, François e BIANCHI, Alvaro. **Outubro: revista do Instituto de Estudos Socialistas**. Maio de 1998, n.1.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Revolução Cubana: história e problemas atuais**. São Paulo, Xamã, 1998.
- _____. **Ontem & Hoje: Manifesto Comunista**. São Paulo, Xamã, 1999.
- COHEN, Stephen F. **Bukharin: uma biografia política 1888-1938**. Trad. Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- COLLINGWOOD, R. G. **Idea de la História**. Trad. esp. Mexico, Fondo de Cultura
-
- DIAS, Edmundo Fernandes e ali. **O outro Gramsci**. 2ª ed. São Paulo, Xamã, 1996.
- DOSSE, François. **L'histoire en miettes. Des "Annales" à la "nouvelle histoire"** Paris, Éditions La Découverte, 1987.
- DUPONT, Maxime. "Les horizons de la crise" In VERLA, C. et alii. **La crise, les crises, l'enjeu**. Paris, La Breche, 1987.

- FURET, François. **O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX.** Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo, Siciliano, 1995.
- GENRO, Tarso. “A luta contra a exclusão” **Folha de S. Paulo**. 21 fev. 1999. Caderno Mais.
- GORZ, André. “La declinante relevancia del trabajo y el auge de los valores post-económicos” In **Herramienta: Revista de debate y crítica marxista n. 2** Buenos Aires, Antídoto, marzo, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. **Poder, Política e Partido** (antologia) Org.: Emir Sader São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. **Introdução à Filosofia da Praxis.** Trad. Serafim Ferreira. Lisboa, Antídoto, 1978.
- GRESPLAN, Jorge. “A teoria das crises de Marx” In COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História.** São Paulo, Xamã, 1996. (Série eventos).
- _____. **A dinâmica da crise: um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx.** Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- GROSSMANN, Henryk. **La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista: una teoría de la crisis.** Trad. Juan Behrend [et alli]. 2ª ed. México, Siglo XXI, 1984. (Biblioteca del pensamiento socialista – serie Los clásicos).
- HARNECKER, Marta. **Estrategia y tactica.** Buenos Aires, Antarca, 1986. (Colección Latinoamericana de Antarca).
- HADDAD, Fernando. “O legado de Marx” In **Praga:estudos marxistas 5.** São Paulo, HUCITEC, maio 1998.
- Herramienta 1.** Revista de debate y crítica marxista. Buenos Aires, agosto, 1996.
- Herramienta 2.** Revista de debate y crítica marxista. Buenos Aires, noviembre, 1996/marzo,1997.

- Herramienta 3.** Revista de debate y crítica marxista. Buenos Aires, otoño, 1997.
- HOBBSAWN, Eric. **Sobre a história: ensaios.** Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- _____. **A era dos impérios 1875-1914.** Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. (org.) **História do Marxismo VII: O Marxismo na época da Terceira Internacional – a URSS da construção do socialismo ao stalinismo.** Trad. Carlos Nelson Coutinho [et alli]. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- KONDER, Leandro. **Marx: vida e obra.** 4^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. (Coleção Vida e Obra).
- KONDRSTIEFF, Nicolai. **Les grands cycles de la conjuncture.** Paris, Economica, 1992.
- KURZ, Robert. **Os últimos combates.** 4^a ed. Petrópolis, Vozes, 1998.
- LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre (dir.). **Faire de l'histoire. Nouvelles approches.** Paris, Gallimard, 1974.
- LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a história.** Lisboa, Edições 70, 1986.
- LOUÇÃ, Francisco. **Turbulência na Economia: uma abordagem evolucionista dos ciclos e da complexidade em processos históricos.** Lisboa, Afrontamento, 1997.
- LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política.** Trad. Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. (Pensamento Crítico v. 5)
- _____. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lucács (1909-1929).** Trad. Heloísa Helena Mello [et alli]. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas – LECH, 1979.
- LUKÁCS, Georgy. **História e consciência de classe.** Porto, Escorpião, 1974.
- Lutas Sociais n. 1.** São Paulo, Xamã e NEILS, segundo semestre de 1996.
- Lutas Sociais n. 4.** São Paulo, NEILS, primeiro semestre de 1998.
- Lutas Sociais n. 5.** São Paulo, NEILS, segundo semestre de 1998.

- MANDEL, Ernest. **El poder y el dinero: contribución a la teoría de la posible extinción del estado**. Trad. Manuel Aguilar Mora. México, Siglo Veintiuno Editores, 1994. (Sociología y política).
- _____. **Critica del Eurocomunismo**. Trad. Emilio Oncina Aya. 2^a ed. Barcelona, Fontamara, 1978.
- _____. **O Capitalismo Tardio**. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos [et alii] São Paulo, Nova Cultural, 1985 (Os economistas).
- _____. **Tratado de economía marxista**. México, Siglo XXI, 1978. (Serie popular Era).
- Manifesto de lançamento do II Congresso Nacional do PT**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MARTINS, José. **Os limites do irracional: globalização e crise econômica mundial**. São Paulo, Fio do Tempo, 1999.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa, Editorial Presença, [s/d]. (Col. Biblioteca de Ciências Humanas).
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **La Internacional: documentos, artículos y cartas**. Trad. Wenceslao Roces. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.
- _____. **Materiales para la historia de América Latina**. Trad. Pedro Scaron. Córdoba, Pasado y Presente, 1974. (Cuadernos de Pasado y Presente n.30).
- MATTICK, Paul et alii. **Karl Kautsky e o Marxismo**. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1988.
- MAURINI, Rui Mauro. "Duas notas sobre o socialismo" In **Lutas sociais 5**. São Paulo, Xamã, 1998.
- MORENO, Nahuel. **El Partido y la Revolucion: teoria, programa y política Polémica com Ernest Mandel**. Buenos Aires, Antídoto, 1989.
- _____. **Critica a las tesis de la revolución permanente de Trotsky** Buenos Aires, Ediciones Crux, 1992. (Coleccion Ineditos de Nahuel Moreno).

- _____. **Método de interpretación de la historia argentina.** Buenos Aires, Pluma, 1975. (Colección Teoría y Crítica)
- _____. “La traicion de la oci(u)”. **Revista Panorama Internacional.** no. 19, Bogotá, 1982.
- _____. **Conversaciones com Nahuel Moreno.** Buenos Aires, Antidoto, 1986.
- NICOLAUS, Martin. “Prefácio” In MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857~1858 (vol. I).** Trad. Pedro Scaron. México, Siglo XXI, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis, Vozes, 1998.
- PEDROSA, Mário. **A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Perspectivas do Homem).
- PLEKHANOV, Georges. **Ensaio sobre o desenvolvimento da concepção monista da História.** Trad. Fernando Marques da Costa. Lisboa, Livros Horizonte, 1976.
- POMAR, Valter. “Fidel Castro, a história o absolverá?” In COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Revolução Cubana, história e problemas atuais.** São Paulo, Xamã, 1998.
- POMAR, Wladimir. **O enigma chinês, capitalismo ou socialismo.** São Paulo, Alfa-Omega, 1987.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois.** Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.
- ROSDOLSKY, Roman. **Friedrich Engels y el problema de los pueblos “sin historia”: la cuestión de las nacionalidades en la revolución de 1848-1849 a la luz de la “neue rheinische zeitung”.** Trad. Conrado Ceretti. México, Pasado y Presente, 1980.
- SADER, Emir. **O anjo torto – O que é ser de esquerda (e de direita) hoje.** São Paulo, Brasiliense, 1995.

- _____. (org.) **Pós-neoliberalismo – Estado democrático e políticas sociais**. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Trad. Maria Sílvia Possas. 3^a ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- SCHWARZ, Roberto et alii. **Praga: estudos marxistas 5**. São Paulo, HUCITEC, 1998.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Teoria da História**. São Paulo, Editora Cultrix, 1977.
- SINGER, Paul, “**O Manifesto Contestado**” in **150 Anos de Manifesto Comunista**, São Paulo, Xamã, 1998.
- SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- TROTSKY, Leon. **Moral e Revolução: a nossa moral e a deles**. Trad. Otaviano de Fiore. 2^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra
- VILAR, Pierre. **Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica**. Trad. port. Lisboa, Editorial Presença, 1982.
- VILAR, Pierre. “A transição do Feudalismo ao Capitalismo” In SANTIAGO, Theo Araujo (org.). **Capitalismo Transição**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “Possibilidades Globais, 1990-2025” Trad. Adriana Nunes Ferreira. In **Praga: estudos marxistas, 5**. HUCITEC, 1998.
- _____. **El moderno sistema mundial: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía – mundo europea en el siglo XVI**. Madrid, Siglo Veintiuno de España, 1979.
- ZAPATERO, Virgilio (sel.intr. e trad.). **Socialismo y etica: textos para un debate**. Madrid, Editorial Debate e Bogotá, Pluma, 1980.

